

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**ETIMOLOGIA DOS HIDROTOPÓNIMOS DE PORTUGAL CONTINENTAL –
– HISTÓRIA LINGUÍSTICA DE UM TERRITÓRIO**

Carlos Alberto Matias de Abreu Rocha

Orientadora: Prof.^a Doutora Esperança Maria da Cruz Marreiros Cardeira

Coorientadora: Prof.^a Doutora Ana Maria Martins

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
no ramo de Linguística,
na especialidade de Linguística Histórica

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**ETIMOLOGIA DOS HIDROTOPÓNIMOS DE PORTUGAL CONTINENTAL –
– HISTÓRIA LINGUÍSTICA DE UM TERRITÓRIO**

Carlos Alberto Matias de Abreu Rocha

Orientadora: Prof.^a Doutora Esperança Maria da Cruz Marreiros Cardeira

Coorientadora: Prof.^a Doutora Ana Maria Martins

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Linguística, na especialidade de Linguística Histórica

Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte, Professora Catedrática e
Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Ana Isabel Boullón Agrelo, Professora Titular da Faculdade de Filoloxía da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha;
- Doutor Paulo Martínez Lema, Investigador pós-doutoral da Faculdade de Filoloxía da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
- Doutora Maria Filomena Candeias Gonçalves, Professora Associada com Agregação da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora
- Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Doutora Alina Maria Santos Mártires Villalva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Doutora Esperança Maria da Cruz Marreiros Cardeira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

À Elsa

e à Mariana

AGRADECIMENTOS

Esta tese é o culminar de um percurso académico e de investigação que se arrastou por circunstâncias várias, mas constitui também uma meta que foi alcançada, porque o seu autor mantém com teimosia, desde a adolescência, um grande interesse pelas línguas e pelas suas histórias. Foi este o chão donde teve o impulso para estudar melhor o funcionamento linguístico, sempre com o propósito de saber mais sobre a relação das línguas com as culturas de povos e comunidades que as falam das mais variadas formas no espaço e no tempo. No fundo, estudar toponímia foi, em idade já bem madura, a maneira de dar rumo a essa antiga curiosidade.

Agradeço, pois, a quem me ajudou a não exagerar deambulações, começando por evocar a memória do primeiro orientador desta tese, o Professor Doutor Ernesto d'Andrade, falecido em abril de 2013. Quis o Professor Ernesto orientar a minha investigação sobre os hidrotopónimos portugueses, numa fase em que ele, como especialista em fonologia, tinha virado a sua atenção para os estudos diacrónicos, em especial, para reconstrução do proto-indo-europeu. Guardo boas recordações das reuniões de trabalho que tive com ele, em que não faltava o tom polémico e provocatório que lhe era característico, espicaçando a minha acomodação a certas rotinas mentais.

Mas determinante para conseguir materializar o trabalho que ora se apresenta foi a orientação das Professoras Doutoradas Esperança Cardeira e Ana Maria Martins, que mostraram uma paciência fora do comum para acompanhar um processo de investigação e escrita constantemente interrompido pelos meus compromissos profissionais. Fico-lhes sobretudo grato pelas preciosas indicações metodológicas que me foram transmitindo, as quais me permitiram enfrentar com mais confiança as contrariedades e seguir em frente até à conclusão e apresentação deste texto.

Agradecimentos ainda às Professoras Doutoradas Teresa Brocardo e Maria do Céu Caetano, que, em julho de 2014, me convidaram para participar nos Cursos de Verão da Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a organização de uma sessão sobre a toponímia de Portugal. Fico igualmente grato ao Doutor Paulo Martínez Lema, da Universidade de Santiago de Compostela, que se disponibilizou para me dar indicações e ceder bibliografia sobre os tão dinâmicos e profícuos estudos de toponímia da Galiza, hoje uma referência fundamental para a própria toponímia portuguesa.

O meu obrigado vai também para as pessoas que, ao longo deste percurso pessoal e académico, tiveram sempre a generosidade de dirigir uma palavra de estímulo ou manifestar interesse pelo tema desta e de outras teses. Por isso, muito obrigado à Dra. Teresa Silva Pinto, da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e de Psicoterapia de Grupo, bem como aos companheiros do grupo por ela conduzido – Carlos Tomé de Sousa, Cláudia Conceição, Francisco Henriques e Idília Gonçalves. Outro obrigado enorme à Dra. Edite Prada da Universidade Sénior de Almada (USALMA) e aos seniores desta mesma instituição, em particular aos que acompanharam com entusiasmo a disciplina sobre dialetologia que orientei de 2013 a 2016.

Impõe-se um agradecimento especialíssimo a José Mário Costa, fundador do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, e a José Manuel Matias, investigador, ambos coordenadores editoriais do referido *site*. Sem as facilidades que me concederam de novembro de 2016 a março de 2017, aliviando-me das tarefas associadas à gestão desse serviço, onde trabalho há alguns anos e onde tanto tenho aprendido, eu não conseguiria nunca acabar a investigação e elaborá-la por escrito.

Não poderia esquecer a Escola Secundária Cacilhas-Tejo (ESCT), a cujo quadro pertença e donde igualmente tenho recebido grande incentivo. Deixo, portanto, um agradecimento à Dra. Margarida Fonseca, diretora da ESCT, e a todos os colegas que foram recetivos ou deram apoio às minhas propostas de divulgação de temas da história da língua e de toponímia em iniciativas resultantes da colaboração com o Ciberdúvidas e a USALMA

Entre familiares, destaco e agradeço o apoio dos meus irmãos António e Rui, da minha cunhada Arminda e da minha sobrinha Mariana, que, nestes últimos anos, visitei menos do que gostaria, com muita pena minha, sobretudo porque, morando todos à beira do grande rio Tejo, de nome tão antigo, poderíamos ter feito belos passeios pelo cais do Ginjal. Gratidão pelo auxílio da minha prima Ana, cuja formação em Geografia foi preciosa para dar coordenadas mais precisas aos meus comentários toponímicos.

Finalmente, o registo de um obrigado à Elsa pelo carinho, pela força que incute em quem está ao seu redor e pela enorme capacidade de aturar ou contrariar a injustiça dos meus numerosos acessos de mau-humor, os quais, felizmente, com tal ajuda se transmutaram rapidamente em mais vontade de terminar esta tese, que lhe vai também dedicada.

RESUMO

A presente tese constitui um estudo cujo tema, inserindo-se na história da onomástica portuguesa, é o da etimologia dos hidrotopónimos de Portugal continental. Com a finalidade de contribuir criticamente para a recuperação da etimologia como disciplina mais atuante no contexto dos domínios da História da Língua e da Linguística Histórica, retomam-se os trabalhos desenvolvidos em Portugal por José Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, Pedro Cunha Serra, Domingos Moreira, Joseph-Maria Piel, José Pedro Machado, Armando de Almeida Fernandes, Maria Luísa Azevedo, entre outros. Igualmente consideradas são as propostas de H. Krahe, Edelmiro Bascuas, Federico Corriente ou Eduardo Viaro. Tratando-se de um campo que convoca uma perspectiva transdisciplinar, é também dado relevo à informação extralinguística facultada por outros domínios de investigação, nomeadamente, pela História, pela Arqueologia e pela Geografia.

São objectivos da tese: apontar os limites do inquérito linguístico na análise etimológica dos hidrotopónimos de Portugal continental; enquadrar na discussão dos estratos linguísticos a caracterização nacional e regional do hidrotopónimos; rever ou corrigir as propostas etimológicas existentes. Para tanto, constam da tese uma introdução seguida de cinco capítulos: o primeiro consiste numa reflexão sobre a toponímia e a etimologia como campos de estudo, incluindo uma discussão do papel do método comparativo e do método de reconstrução interna na investigação de sincronias passadas escassamente documentadas; no segundo capítulo, procede-se à revisão da literatura produzida sobre a etimologia da toponímia portuguesa, dando especial atenção à sua estratificação; o terceiro capítulo expõe as opções teóricas e os critérios metodológicos adotados para uma seleção dos hidrotopónimos e para a elaboração dos respetivos comentários etimológicos; o quarto capítulo é constituído por 481 comentários etimológicos, distribuídos por 18 secções, que correspondem aos 18 distritos do território de Portugal continental. O quinto capítulo identifica e discute as tendências de distribuição estratigráfica e geográfica dos hidrotopónimos analisados.

Palavras-chave: toponímia, etimologia, hidrotopónimo, estrato, história do português

ABSTRACT

The topic of this thesis concerns the diachronic aspects of Portuguese onomastics, namely those concerning the etymology of a subset of Portuguese hydrotoponyms. Arguing that Etymology is still relevant as a field of research to Historical Linguistics and the History of the Portuguese Language, the discussion draws on studies carried out in Portugal by scholars such as Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, Pedro Cunha Serra, Domingos Moreira, Joseph-Maria Piel, José Pedro Machado, Armando de Almeida Fernandes, among others. The work of H. Krahe, Edelmiro Bascuas, Federico Corriente ou Eduardo Viaro is also considered. Given the interdisciplinary character of the approach, it will also use data provided by other types of research, namely History, Archeology and Geography.

This thesis pursues the following goals: to draw the linguistic boundaries of the etymological inquiry concerning Portuguese hydrotoponymy; to describe the role of each linguistic stratum in its make-up; either to confirm or to correct the current available etymologies regarding a selection of Portuguese hydrotoponyms; and to identify their distributional patterns. This thesis comprises an introduction followed by six chapters. The first chapter discusses the status of Toponymy and Etymology as subfields of research in Linguistics, including a critical overview concerning the role of the comparative method and internal reconstruction. The second chapter reviews the literature concerning Etymology and linguistic Statigraphy. The third chapter sets out the theoretical options and the methodological criteria underlying a selection of Portuguese hydrotoponyms and their etymological commentaries. The fourth chapter consists of a series of etymological commentaries, distributed in 18 sections, as many as the 18 districts of mainland Portugal. The fifth chapter analyses the distribution trends of the hydrotoponyms discussed in the previous chapter.

Keywords: toponymy, etymology, hydrotoponym, stratum, history of Portuguese

ÍNDICE

SIGLAS, SÍMBOLOS E CONVENÇÕES.....	15
INTRODUÇÃO.....	19
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TOPONÍMIA E A ETIMOLOGIA COMO SUBÁREAS DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS.....	29
1.1. A toponímia como disciplina linguística.....	29
1.2. Os topónimos como subclasse dos nomes próprios.....	31
1.3. Propostas de classificação toponímica.....	35
1.4. A Etimologia enquanto subárea dos estudos linguísticos.....	41
1.5. Toponímia, etimologia e interdisciplinaridade.....	45
1.6. Sobre reconstrução linguística: método comparativo e reconstrução interna (o caso do proto-indo-europeu).....	48
1.6.1. A reconstrução do sistema fonológico do proto-indo-europeu.....	49
1.6.1.1. Consoantes.....	60
1.6.1.2. As fricativas e a hipótese das consoantes laringais.....	62
1.6.1.3. As sonoras e as sonoras aspiradas: a hipótese glotalica.....	67
1.6.1.4. Vogais e soantes.....	71
1.6.1.5. Sobre a reconstrução de *a.....	73
1.6.2. Morfologia: raízes e sufixos.....	79
2. A ESTRATIGRAFIA DA HIDROTOPONÍMIA PORTUGUESA.....	87
2.1. História da língua, história linguística de um território e história do povoamento.....	87
2.2. Bases linguísticas e histórico-referenciais da denominação toponímica.....	92
2.3. Estratigrafia linguística: substratos, estrato, superstratos, adstratos.....	93

2.4. A distribuição estratigráfica da toponímia portuguesa.....	97
2.4.1. Estratos pré-latinos (substratos).....	101
2.4.1.1. Critérios para a definição da etimologia	
dos hidrotopónimos pré-latinos.....	132
2.4.2. Estrato latino-romance.....	136
2.4.3. Superstratos germânico e árabe.....	144
2.4.3.1. O “léxico comum e toponímico”	
de origem germânica.....	145
2.4.3.2. O árabe na Península Ibérica: bilinguismo	
e diglossia.....	150
2.5. Observações finais.....	158
 3. CRITÉRIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	161
3.1. A estrutura interna dos hidrotopónimos.....	163
3. 2. Significado, referente e história dos hidrotopónimos.....	164
3.2.1. História de transmissão.....	167
3.3. Critérios de atribuição estratigráfica.....	168
3.3.1. A categorização dos hidrotopónimos:os estratos.....:::.....	176
3.3.1.1. Substratos pré-latinos (pré-indo-europeus	
e indo-europeus).....	176
3.3.1.2. Estrato latino-romance.....	177
3.3.1.3. Superstrato germânico.....	178
3.3.1.4. Superstrato árabe.....	179
3.4. O estudo dos hidrónimos portugueses: fontes para	
o seu inventário e comentário etimológico.....	179
3.5. O tratamento de uma amostra do reportório hidronímico	
português: classificação e estrutura dos comentários.....	182
 4. PARA UM DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DOS HIDROTOPÓNIMOS	
DE PORTUGAL CONTINENTAL.....	187
4.1. Distrito de Aveiro.....	187
4.2. Distrito de Beja.....	233
4.3. Distrito de Braga.....	247

4.4. Distrito de Bragança.....	283
4.5. Distrito de Castelo Branco.....	303
4.6. Distrito de Coimbra.....	317
4.7. Distrito de Évora.....	335
4.8. Distrito de Faro.....	351
4.9. Distrito da Guarda.....	359
4.10. Distrito de Leiria.....	377
4.11. Distrito de Lisboa.....	407
4.12. Distrito de Portalegre.....	437
4.13. Distrito de Porto.....	445
4.14. Distrito de Santarém.....	469
4.15. Distrito de Setúbal.....	479
4.16. Distrito de Viana do Castelo.....	485
4.17. Distrito de Vila Real.....	531
4.18. Distrito de Viseu.....	567
 5. ANÁLISE DA RECOLHA E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 607
5.1. Distribuição estratigráfica e regional dos hidrotopónimos	
por estratos e regiões.....	608
5.1.1. Homogeneidade da macro-hidrotoponímia vs.	
heterogeneidade da microtoponímia.....	619
5.1.2. Estratos pré-latinos:	
indo-europeu vs. não indo-europeu.....	621
5.1.3. O estrato latino-romance.....	626
5.1.4. Elementos germânicos.....	629
5.1.5. O superstrato árabe.....	630
5.2. Tipologias de génese e transmissão dos hidrotopónimos.....	638
5.2.1. Léxico vs. onomástico na génese da hidrotoponímia	
de Portugal continental.....	640
5.3. Considerações finais.....	643
6. ÍNDICE DOS HIDROTOPÓNIMOS COMENTADOS.....	649
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	661

SIGLAS, SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

1. Siglas

- CAG = Ana Isabel Boullón Agrelo / Xulio Sousa Fernández (dir.). *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega (disponível em <http://ilg.usc.es/cag/>, consultado em 1/08/2014)
- CCP = *Carta Corográfica de Portugal*, Lisboa: portal iGeo – Informação Geográfica (disponível em <http://www.igeo.pt/mapviewer/?wmsurl=http://www.igeo.pt/WM/S/Cartografia/SC50K>, consultado em 26/07/2014)
- CIGeoE-SIG = *Visualizador de Informação Geográfica do Instituto Geográfico do Exército* (<http://www.igeoe.pt/igeoesig/>)
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim
- CIPM = Xavier, M. F. et al.(eds.). *Corpus Informatizado do Português Medieval*, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova
- CODOLGA = *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*, Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro (disponível em <http://corpus.cirp.es/codolga/index.html>, consultado em 25/12/2016)
- CMP = *Carta Militar de Portugal série 888 1:25 000*,
- DAF = Reig, D. 2006. *Dictionnaire Arabe-Français/Français-Arabe*, Paris: Larousse
- DCECH = Coromines, J. e Pascual, A. J. 2012 [1980-1991]. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid: Editorial Gredos, edição electrónica
- DDLG = *Diccionario de diccionarios da língua galega*, Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega (<http://sli.uvigo.es/ddd/index.html>, consultado em 19/08/2013)
- DEE = *Dicionário Electrónico Estraviz* (<http://www.estraviz.org/xanza>, consultado em 19/08/2013)
- DGRAH = Direção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos 1981. *Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal*, Lisboa.
- DHLP = Houaiss, A. e Villar, M. S. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva
- DHP = Serrão, J (dir.) 1985. *Dicionário de História de Portugal*, Porto. Livraria Figueirinhas

- DIEC2 = *Diccionari de Llengua Catalana*, segunda edição, Barcelona: Institut d'Estudis Catalans (edição em linha disponível em <http://dlc.iec.cat/index.html>, consultado em 15/10/2016)
- DLA 2015 = *Diccionariu de la Lingua Asturiana*, Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana (disponível em <http://www.academiadelalingua.com/diccionariu/index.php?cod=26114>, consultado em 29/10/2016)
- DLM 2008 = “*Dicionairo*” – *Dicionário da Língua Mirandesa*, Miranda do Douro: Portal de Miranda do Douro (disponível em <http://www.miradadodouro.com/dicionario/>, consultado em 29/10/2016)
- DLPC = Casteleiro, J. Malaca 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa
- DLPPE = *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora (disponível na Infopédia: <http://www.infopedia.pt>)
- DMP = *Documentos Medievais Portugueses*, Academia Portuguesa de História
- DPLP = *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*
- DRAE = *Diccionario de la Lengua Española*, Madrid: Real Academia Española, 2001
- DRAG = *Diccionario da Real Academia Galega*, Corunha: Real Academia Galega (<http://www.realacademiagalega.org/diccionario#inicio.do>, consultado em 15/08/2013)
- ELBCV (1963-1995) = *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*, Lisboa: Editorial Verbo
- ELH I = Alvar, M. et al. 1960. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- FHA = *Fontes Hispaniae Antiquae*, ed. A. Schulten, P. Bosch Gimpera and L. Pericot, 9 vols, Barcelona, 1922-1959
- GEPB (1936-1960) = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia
- IPA = *Handbook of the International Phonetic Association*, Cambridge: Cambridge University Press
- ITDL = *Índice Toponímico do Distrito de Lisboa*, Assembleia Distrital de Lisboa (disponível em <http://www.ad-lisboa.pt/investigacao/nucleo-de-geografia/indice-toponimico-do-distrito-de-lisboa/indice-geral-distrito/view>, consultado em 23/05/2014)

ITGM = *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega (<http://ilg.usc.es/itgm/>, consultado em 18/08/2013)

LHP = Seco, M (ed.) 2008. *Léxico Hispánico Primitivo*(siglos VIII a XII), Madrid: Editorial Espasa-Calpe

LPSC = Costa, A. J. (ed.) 1977-1979. *Livro Preto da Sé de Coimbra*, 3 vol., Coimbra: Arquivo da Universidade

NEHiLP 2015 = Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua (PRP-USP/FFLCH-USP) 2015. *Manual do NEHiLP. Versão 2.1*, São Paulo: NEHiLP (disponível em <http://www.usp.br/nehilp/infos/manual.pdf>, consultado em 11/12/2016)

NGLEM 2010 = *Nueva Gramática de la Lengua Española – Manual*, coordenação de Guillermo Rojo, Madrid: real Academia Espanhola

PMH = *Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo VIII post Christum usque ad quintum decimum*, Academia das Ciências de Lisboa

SIGNA = Sistema de Información Geográfica Nacional de España (disponível em <http://signa.ign.es/signa/>, consultado em 25/03/2014)

VOLP 2009 = Casteleiro, J. M. (coord.). *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora

2. Símbolos fonéticos

2.1. Na transcrição dos segmentos, adota-se geralmente o conjunto de símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (AFI), conforme se aplica, para a descrição do português europeu padrão e de outras modalidades do português, em Mateus e Andrade (2000: 10-23), Mateus et al. (2003: 19-20), e Raposo et al. (2013: XXXIX-XLIII).

Vogais: [i] *tí*; [e] *sê*; [ɛ] *sé*; [a] *lá*; [ɐ] *mas*; [ɨ] *sê*; [ɑ] *podar* (nos dialetos micaelenses),¹ [ɔ] *só*; [o] *sou* (português centro-meridional); [u] *tu*; [y] *tudo* (como *u* francês);

Semivogais orais e nasais: [w] *mau*; [j] *cai*; [ɰ̃] *cão*; [ɲ̃] *pães*

¹ Cf. Raposo et al. (2013: 111).

Consoantes: [p] *pó*; [b] *boi*; [t] *tão*; [d] *dó*; [k] *cá*; [g] *galo*; [f] *foi*; [v] *voa*; [s] *sei*; [ʃ] *saco*, *osso* (dialetos setentrionais); [z] *asa*; [ʒ] *casa* (dialetos setentrionais); [j] *chá*; [ʒ] *já*; [tʃ] *chão* (dialetos setentrionais); [m] *mó*; [n] *nó*; [ɲ] *ninho*; [l] *lua*; [ʎ] *palha*; [r] *para*; [ʀ], [r] *carro*

Sinais diacríticos: [ˈ] marca sílaba tónica; [˜] marca nasalidade

2.2. Em citações, mantêm-se as transcrições que apresentam símbolos não incluídos no inventário em 2.1, por vezes para representar os mesmos segmentos.

3. Convenções

3.1. Na descrição dos processos fonológicos ocorridos entre, por um lado, o latim (vulgar) e, por outro, o romance, galego-português e português (de qualquer período) também se usam os grafaemas correspondentes na representação de segmentos fónicos – p.ex.: “-l- e -n- latinos intervocálicos”. Neste caso, os grafemas vão destacados em itálico.

3.2. Os étimos latinos ocorrem em minúsculas, em itálico, tal como os étimos, atestados ou hipotéticos, de outras línguas (céltico, germânico, árabe): *aquam* ou *aqua-* (latim), **rig-yo-* (céltico), *fadar* (gótico), *wádi* (árabe andalusi).

3.3. No capítulo seguem-se geralmente as convenções utilizadas na indo-europeística, com algumas variações, conforme as obras consultadas.

INTRODUÇÃO

Il y a des gens qui ne comprennent pas pourquoi je fais tant d'étymologies. Ce n'est pas parce que je veux imiter tel ou tel philosophe, mais tout simplement parce que le travail philologique est un travail qui vous fait remonter vers des vestiges. Lorsqu'on trouve un bout d'os dans un désert, on ne s'étonne pas qu'on nous explique tout ce qu'il permet de montrer: la philologie, c'est ça.

Antoine Culioli – «Toute théorie doit être modeste et inquiète» – Entretien avec Almuth Grésillon et Jean-Louis Lebrave²

It is, of course, impossible to say how great a proportion of the etimologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous.

Otto Jespersen, 1922. *Language: its Nature, Development and Origin*

Sobre a razão de o rio Cértima (ou Cértoma) se chamar assim, relatava o P.^e Luís Cardoso em 1751 uma história incluída no verbete a seguir parcialmente transcrito:³

“Rio na Provincia da Beira, Bispado de Coimbra. Dizem, que passando por aqui a Rainha S. Isabel, e querendo beber da sua agua, lhe aconselharaõ tal não fizesse, por ser de taõ má qualidade, que não só à gente, mas até aos animaes era danosa; provou-a a Santa, e disse: *Certo má*, donde tomou o nome de Cèrtoma, e dahi em diante ficou de taõ singular bondade, que se manifesta até nos gados que a bebem;

² Disponível em <https://genesis.revues.org/1071> (consultado em 11/11/2016).

³ Ver Cardoso (1747-1751 s. v. *Certoma*).

porque a carne destes he sem comparação mais saborosa, que das outras. Nasce no Couto da Vacarissa, junto ao Convento de Bussaco [...].⁴

Histórias como esta andam desde sempre associadas à toponímia, fazendo parte da chamada cultura popular e pré-científica. Com elas, parece reduzir-se ou cancelar-se a arbitrariedade sónica geral que os estudos linguísticos habituam cedo os estudantes a aceitar como postulado. No entanto, desde há muito que se observa a tendência humana para explorar o significado das palavras e dos seus constituintes, na crença de a sua aparente falta de conexão com o referente ocultar afinal a chave de acesso à transparência original da linguagem, em ligação direta ao mundo. A etimologia terá aparecido como resposta a essa preocupação; é, portanto, uma atividade antiga, que começou como busca do sentido supostamente verdadeiro das palavras,⁵ mesmo das mais comuns, afeiçoando-as de algum modo às coisas nomeadas.

Com a toponímia, a etimologia foi sempre bastante longe na fantasia para preencher as lacunas da memória coletiva. Daí serem tão comuns as lendas à volta do nome de uma aldeia, de uma serra ou de um rio, como acontece com *Cértima*, que a etimologia em moldes críticos e científicos enquadra, afinal, entre os elementos deixados pelas línguas que se falavam ao tempo da conquista romana.

O ponto de partida da tese aqui exposta tem muito que ver com a questionação deste e doutros nomes de rios pelo contacto com a obra do investigador galego Edelmiro Bascuas (2002, 2006, 2007). A leitura deste autor, que elege a Galiza como território peninsular privilegiado que guarda o tesouro de uma hidrotoponímia de origens remotas – na hidronímia do europeu antigo ou paleoeuropeu, segundo as propostas de Krahe (1962 e 1964) –, acaba por oferecer enorme interesse para a investigação da toponímia de Portugal, sobretudo da sua metade norte. São vários os hidrotopónimos do território continental português que Bascuas menciona e comenta à luz da hipótese paleoeuropeia, dando vontade de saber o que se passa na metade portuguesa a sul, aparentemente menos ligada à antiga Galécia, à sua história e aos seus mitos. O caso de *Cértima* ainda se encontra nessa metade setentrional portuguesa, mas também já bastante a sul para sugerir que as questões levantadas à volta das línguas pré-latinas pelos hidrotopónimos galegos e norte-portugueses podem igualmente ser pertinentes no exame dos nomes meridionais.

⁴ A história é transcrita por Costa (1929-149). Já Pinho Leal (1816-1884) a reproduzira em *Portugal Antigo e Moderno*, publicado entre 1873 e 1890.

⁵ Cf. Campbell e Mixco (2007, s.v. *etymology*) e Crystal (1995, s.v. *etymology*).

Impõe-se, portanto, alargar o inquérito etimológico a toda a hidrotponímia do território continental português, em busca dos vestígios dessa situação linguística remota, anterior ao desfile de etnias e línguas – Lusitanos, Celtas, Romanos, Suevos, Visigodos, Árabes... – que faz parte da visão mais vulgar da história da Antiguidade e da Alta Idade Média em Portugal continental. Cedo uma observação mais ou menos atenta e algumas leituras mais ou menos conjecturais sugerem que a hidrotponímia portuguesa parece guardar efetivamente nomes com origem muito recuada, mas não constituirá nem por sombras um reduto peninsular ou europeu de conservação da toponímia mais antiga. Pelo contrário, basta atentar nas placas toponímicas para intuir que o espaço geográfico nomeado exhibe muitos nomes que podem ser lidos como sintagmas do português (o que não significa que, como se verá, não ocorram produtos de reanálise que lhes disfarçam de contemporaneidade uma génese bastante mais antiga). Numerosa é também no sul a toponímia de feição árabe a abranger os hidrotponónimos, que, entre nomes de lugar prefixados por *al-*, começam a ostentar o elemento *Ode-/Odi-* sobretudo a sul do Tejo.

Todas estas impressões pedem depois, num exame mais sério, a intervenção dos instrumentos de análise e avaliação que a linguística tem desenvolvido ao longo de décadas, tanto numa perspetiva sincrónica como numa visão diacrónica. Com a hidrotponímia, a abordagem requerida pelas interrogações que a obra de Bascuas suscita só poderia ser etimológica – portanto, histórica. Mas um estudo como esse não poderá ser exclusivamente intralinguístico, focado em mecanismos internos de variação no tempo-espaço e de mudança, porque, dadas as questões referenciais que todo o nome próprio e, sobretudo, todo o topónimo levantam, a análise terá inevitavelmente de contar com informação enciclopédica, isto é, com uma dimensão extralinguística onde se jogam os muitos fatores que, no espaço e no tempo, condicionam as escolhas linguísticas das comunidades de falantes quando criam e fixam os nomes para identificar lugares e outras realidades naturais ou edificadas que definem uma geografia.

Os estudos diacrónicos de onomástica e os de toponímia constituem áreas da linguística que requerem, portanto, uma perspetiva transdisciplinar, convocando a colaboração de outros domínios de investigação que permitam esclarecer o passado linguístico de um território. Na verdade, a indagação da etimologia dos topónimos de uma região terá de incluir informação relativa aos grupos humanos (étnicos, sociais, profissionais, religiosos, etc.) que a percorreram, povoaram e organizaram.

Não basta explicar que o nome próprio *Lisboa* apresenta a queda do *-n-* intervocálico, processo fonológico caracterizador do romance galego-português;⁶ nem chega ter em atenção a interferência árabe nas mudanças operadas entre a forma *Olisipo* e a forma *Lisboa*. É também necessário encarar criticamente a lendária origem fenícia do topónimo, considerando a existência de outros nomes de lugar terminados em *-ipo*, cuja área de dispersão, não confirmando uma origem fenícia directa, antes aponta para a influência linguística e cultural tartéssica. Por falta de documentos que facultem uma visão de conjunto da língua em que se inclui o elemento *-ipo*, é ainda necessário atentar nos dados da arqueologia, que evidenciam a orientalização da zona do estuário do Tejo.⁷ Por fim, não se pode esquecer o significado simbólico ou o interesse estratégico de tal zona geográfica na representação cultural da mesma e na formação do nome apelativo original.⁸

Ao encontro da discussão do papel de cada uma destas dimensões nos estudos toponímicos se encaminha a presente tese, abordando numa perspetiva diacrónica o subconjunto dos topónimos que, em Portugal, correspondem aos nomes de rios, conhecidos no discurso especializado por *potamónimos*, mas aqui preferencialmente referidos como *hidrotopónimos*. Os hidrónimos, em geral, e os nomes de rios (hidrotopónimos ou potamónimos), em particular, suscitam problemas semelhantes, porque a origem de muitos elementos constituintes é anterior à difusão do latim na Península, testemunhando a existência de línguas (substratos) cuja atestação é escassa ou nula. Também a interferência de superstratos e adstratos que se materializam pela onomástica germânica e pelos arabismos do léxico comum ou da onomástica geram interrogações de âmbito linguístico que não dispensam o contributo de informação extralinguística. Por isso, traçar a etimologia destes nomes significa normalmente trabalhar com hipóteses assentes no cruzamento da reconstrução linguística, da arqueologia, da antropologia e da geografia.

O tema aqui tratado insere-se, portanto, na onomástica portuguesa, com a finalidade de avaliar as marcas linguísticas de grupos humanos que, desde a proto-história, se

⁶ Sobre a diacronia destes processos fonológicos, ver Huber (1989) e Williams (2001).

⁷ Sobre a relação com a cultura tartéssica e a presença de túrdulos e turdetanos no litoral português a sul do rio Douro, ver Fabião (1992).

⁸ Supõe-se que *-ipo* significa ‘cidade’ (Villar 2000: 114-116), mas fica por explicar o elemento *olis-*. Terá ele que ver com alguma característica física da zona de Lisboa, como pretendiam os defensores da hipótese fenícia? Para não falar da lenda de Ulisses ligada à fundação da cidade, encontramos frequentemente em obras de divulgação a hipótese da etimologia fenícia (?) (*alis ubbo*, ‘enseada amena’ > *Olisipo*; veja-se o artigo sobre Lisboa em Fonseca 2005).

fixaram no atual território continental português, as deixaram em epígrafes ou dissimuladas vestigialmente sobretudo no léxico comum e na toponímia. Pretende-se, em suma, caracterizar os diferentes estratos linguísticos que intervêm na configuração dos hidrotopónimos, distribuídos em diferentes regiões de norte a sul, de modo a definir um perfil nacional para este conjunto onomástico. Para tanto, foram selecionados 481 hidrotopónimos de Portugal continental entre os que estão listados no *Reportório Toponímico de Portugal*, publicado em 1967, mas atualmente também disponível no visualizador do Centro de Informação Aeroespacial do Exército (CIGeoE-SIG).⁹ Neste estudo, também foi utilizada a *Carta Militar de Portugal* a 1:25 000 (CMP), que pode ser visualizada pelo CIGeoE-SIG. A nomenclatura que foi assim possível constituir foi depois integralmente comentada do ponto de vista etimológico, procurando integrar os elementos constitutivos de cada nome (raízes, afixos, segmentos fónicos) num estrato linguístico e/ou numa cadeia de transmissão relacionável com a história da língua local e nacional.

Como foi dito, a investigação de Edelmiro Bascuas foi o ponto de arranque para um percurso pontuado de interrogações enquanto se tratou de uma primeira aproximação aos estudos toponímicos e de uma apreciação preliminar da hidrotoponímia portuguesa. Foi igualmente a oportunidade para aprofundar esse contacto pelo retomar dos estudos de etimologia e toponímia que em Portugal, desde o século XIX, foram desenvolvidos pelas figuras marcantes de José Leite de Vasconcelos, José da Silveira, Joseph-Maria Piel, Pedro Cunha Serra, Domingos Moreira, José Pedro Machado, Armando de Almeida Fernandes, entre outros.¹⁰ Esta tradição parecia ter chegado ao esgotamento nos anos 70 do século passado, quando se tornou talvez mais notória a escassez de trabalhos na área.¹¹ A esta tendência não será estranha, primeiro, certa secundarização da diacronia face à sincronia e ao conhecimento gramatical pelos estudos linguísticos, situação que hoje parece ultrapassada, graças ao desenvolvimento da linguística histórica, pelo menos, desde os anos 90 do século passado. Mas, valorizando-se o estudo que da mudança

⁹ Disponível em <http://www.igeoe.pt/igeoesig/> (consultado entre 2015 e o primeiro semestre de 2017).

¹⁰ No campo da antroponímia, é imprescindível mencionar o nome do filólogo José Joaquim Nunes (1959-1932).

¹¹ Refira-se, por exemplo, que as atas da Associação Portuguesa de Linguística, publicadas desde 1986, apenas apresentam quatro títulos de comunicações em que ocorram as palavras *etimologia* e *toponímia* (ou os adjetivos relacionais *etimológico* e *toponímico*). Tais ocorrências correspondem às atas dos encontros de 1995, 2003 Um dos títulos – o mais recente, de 2010 – contrapõe *etimologia* a *morfologia*, atribuindo-se estatuto linguístico à área designada pelo segundo termo, mas não ao primeiro.

linguística faz a linguística histórica, tende-se a relegar para um plano secundário a história da língua, como observa Cardeira (2013: 91):

“Se não contarmos com a *Origem da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes de Leão ou com monografias sobre pontos específicos da evolução da língua, a história das *histórias do português* tem pouco mais de cinquenta anos. Para ela contribuíram alguns dos mais conhecidos linguistas, com diferentes abordagens e perspectivas teóricas. À tradição filológica, fundada na edição e estudo das fontes escritas, que caracterizou os primeiros trabalhos, vieram juntar-se, nos últimos anos, análises ancoradas nas novas correntes da linguística e assessoradas pelos avanços tecnológicos. Paralelamente, os estudos têm vindo a centrar-se na análise dos processos de mudança linguística. Ora [...] a produção científica dos últimos anos tem caminhado mais na linha da linguística histórica do que na da história da língua.”¹²

Note-se que a observação de Esperança Cardeira é feita a propósito da oposição que Castro (1991:15) estabelece entre linguística histórica e história da língua:

“[...] se o objecto da linguística histórica é a mudança linguística (de uma, ou de várias línguas, ou em geral), o objecto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente, o que significa que os factos linguísticos devem ser permanentemente correlacionados com factos históricos, que os condicionaram.”

A avaliação que Cardeira faz da situação dos estudos em diacronia permite com certeza compreender melhor certa menorização da pesquisa mais direccionada para a correlação entre factos linguísticos e factos históricos, como objetivo da história da língua, na visão de Ivo Castro. É deste tipo de investigação que fazem sem dúvida parte

¹² Sobre esta oposição, acrescenta Cardeira (2013: 91): “É certo que a uma oposição tão clara no papel correspondem subtilezas que, na prática, se traduzem na dificuldade em traçar com precisão a fronteira entre os dois tipos de estudo. E se nem sempre é fácil sabermos quando deixamos a história da língua para passarmos à linguística histórica também não é fácil definir o objeto de estudo: ‘origem e evolução da língua portuguesa’ ou ‘variação diacrónica da língua’ são definições ilusoriamente simples que se tornam complexas quando queremos, simplesmente, definir língua. Mesmo que esqueçamos o facto de que a língua portuguesa não é apenas de Portugal e nos limitemos ao espaço das nossas fronteiras, ainda assim, estudamos a história de que língua portuguesa?”

a etimologia com a toponímia e com os estudos de onomástica em geral, o que esclarece um pouco a sua retração na história mais recente da linguística portuguesa.

Têm-se registado, contudo, sinais de alguma recuperação, como é o caso dos estudos de Maria Luísa Azevedo (Azevedo 1994 e 2005), sobre a toponímia portuguesa de origem moçárabe. No âmbito da investigação sobre história da Antiguidade, contam-se numerosos contributos da epigrafia e da arqueologia: são exemplares os trabalhos de Amílcar Guerra e Jorge de Alarcão, cujas propostas etimológicas pré-latinas têm devolvido sentido e motivação semântico-referencial a topónimos opacos. Do Brasil, saliente-se a investigação de Patrícia Carvalhinhos, centrada na descrição da toponímia portuguesa e na reflexão teórica sobre a sua interpretação (ver Carvalhinhos 2007, 2009 e 2014).

Voltando a Edelmiro Bascuas, insista-se que às suas propostas se associa um amplo e valioso levantamento de elementos radicais bem como de afixos, num inventário que parece ecoar outros (cf. Guerra 1998. 713-762) e tem o interesse especial de auxiliar a identificação da hidrotoponímia mais antiga. Mas a consideração dos trabalhos do investigador galego acarreta também lançar um olhar crítico sobre as hipóteses controversas de H. Krahe, T. Vennemann e F. Villar a respeito da história linguística da Europa na Antiguidade.¹³ Aspetos de tais trabalhos são aqui referidos em confronto com os estudos linguísticos e filológicos contemporâneos, tendo sempre por horizonte a recuperação da etimologia como disciplina mais atuante no contexto dos domínios da história da língua e da linguística histórica, conforme têm proposto mais recentemente Philip Durkin, Anatoly Liberman ou, no contexto da língua portuguesa, Eduardo Viaro.¹⁴

Outra vertente que os trabalhos de Bascuas convidam a explorar, se não mesmo a integrar, é a dos estudos de onomástica galega que, ao contrário do acontecido em Portugal, têm tido profícua continuidade. A toponímia da Galiza é merecedora de toda a atenção e o seu exame tem gerado um sem-número de produções académicas (por exemplo, Navaza 2006, Martínez Lema 2010, Ares Vázquez 2011-2013), que contêm informação valiosíssima para a compreensão da própria toponímia portuguesa. Não admira, pois, que nas páginas que adiante se apresentam se faça referência assídua aos estudos toponímicos da Galiza.

Neste enquadramento, a tese que aqui se defende parte de alguns pressupostos que trazem associadas algumas questões e tarefas:

¹³ Ver Krahe (1962 e 1964), Vennemann (2003) e Villar (1996 e 2000).

¹⁴ Ver Durkin (2009), Liberman (2009) e Viaro (2010).

1. Os nomes das povoações e dos acidentes geográficos refletem momentos de evolução social, política e cultural, definindo a história de um território. Em Portugal, a romanização, por um lado, e a permanente tensão entre Cristandade e Islão na Idade Média (nomes germânicos no Norte em contraste com nomes árabes e arabizados no Sul), por outro, moldaram a identidade toponímica das zonas hoje contidas nas fronteiras do Estado português. Não há estudos quantitativos exaustivos, mas parece significativo o peso da hidrotoponímia com origem em itens do léxico comum de origem latina, cuja disponibilidade se prolongou eventualmente pelos períodos romance, galego-português ou plenamente português. Falta avaliar o impacto do léxico e da onomástica de proveniência germânica sobretudo a norte do Mondego, enquanto, no centro e no Sul do País, avulta um número significativo de elementos arábicos, muitos deles retirados do léxico corrente e da onomástica dos dialetos árabes de Al-Andalus.

3. Considera-se frequentemente que os hidrotopónimos constituem um reportório muito conservador, aparentemente divergente das características históricas de outras áreas da toponímia, mais vulneráveis à mudança. Em Portugal, conservam-se abundantes elementos morfológicos que remontam à época pré-latina, mas a sua identificação é tarefa árdua, porque várias têm sido as abordagens que os relacionam com línguas e famílias linguísticas díspares, indo do celta ao basco, do semítico ao ibero. Nas propostas da descrição diacrónica dos rios portugueses, tem sido destacado o contributo indo-europeu pré-latino, embora não se encontre ainda uma visão sistemática do impacto deste influxo linguístico nem da sua distribuição geográfica, sabendo que, além do céltico, há indícios de outras línguas indo-europeias e não-indo-europeias. O cruzamento das fontes clássicas com os dados provenientes de outras disciplinas como a epigrafia e a arqueologia sugerem um mapa étnico e linguístico da Península Ibérica que contextualiza melhor a hidrotoponímia peninsular e, conseqüentemente, a portuguesa, limitando assim o leque de hipóteses etimológicas. Importa, portanto, determinar de que maneira é possível identificar os elementos pré-latinos da hidrotoponímia portuguesa e até que ponto se pode definir a sua distribuição por ramos ou famílias linguísticas.¹⁵

¹⁵ Sobre áreas linguísticas na Hispânia pré-romana, ver Untermann 1965.

3. O estudo etimológico da toponímia é um precioso auxiliar para a história da língua, suscetível de fornecer dados relativos a estratos linguísticos que, de alguma forma, podem ter intervindo na génese e desenvolvimento de línguas e dialetos atuais. É, pois, pertinente observar de que modo a distribuição estratigráfica e regional dos hidrotopónimos encontra correspondência nas áreas dialetológicas portuguesas.

Tendo em conta estes pressupostos e estas questões, a tese articula-se em cinco capítulos. Uma definição do campo de estudo da toponímia e da hidrotoponímia preenche parte do primeiro capítulo, no qual também se revê a literatura sobre o estatuto atribuído à etimologia entre os estudos linguísticos; do capítulo, constam ainda secções dedicadas ao método comparativo e à reconstrução linguística tomando como exemplo o modelo de reconstrução do proto-indo-europeu. No segundo capítulo, abordam-se alguns aspetos teóricos dos chamados estratos linguísticos, apresentam-se propostas de classificação da toponímia portuguesa (estratigráfica e outras) e caracterizam-se os estratos relevantes. O terceiro capítulo expõe as opções teóricas e os critérios metodológicos que permitiram definir uma lista de 481 hidrotopónimos e elaborar os respetivos comentários etimológicos. O quarto capítulo é constituído por tais de comentários etimológicos distribuídos por 18 secções, tantas quantas os 18 distritos de Portugal continental por que se distribuem os hidrotopónimos selecionados. O quinto capítulo consiste numa discussão da distribuição regional dos hidrotopónimos, na perspetiva da estratigrafia linguística e das tipologias propostas pelos estudos mais recentes no domínio da toponomástica.

A investigação aqui exposta e discutida foi primeiramente orientada pelo Professor Doutor Ernesto d'Andrade, professor associado do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O seu falecimento em abril de 2013 determinou que a tese passasse a ter a orientação das Professoras Doutoras Esperança Carneira e Ana Maria Martins, do referido departamento, as quais aceitaram acompanhar a proposta de estudo inicial, assegurando o seu desenvolvimento e conclusão.

As abreviaturas, símbolos e convenções que se adotam na tese encontram-se nas páginas que precedem esta introdução. Aí se dá conta de certos critérios aplicados na utilização dos símbolos fonéticos e de outras formas de notação que a bibliografia

consultada por vezes apresenta e que nem sempre são convergentes com os procedimentos mais generalizados na atualidade.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TOPONÍMIA E A ETIMOLOGIA COMO SUBÁREAS DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Apresenta-se este capítulo como uma abordagem à definição da toponímia e da etimologia enquanto áreas de estudo, de modo a enquadrar as principais opções teóricas e metodológicas adotadas neste trabalho. Incluem-se também secções que visam salientar os contributos do método comparativo e do método de reconstrução interna para a investigação de sincronias passadas escassamente documentadas.

1.1. A toponímia como disciplina linguística

Quando se trata de analisar e classificar topónimos, poderá pôr-se em dúvida que o seu estudo mais relevante seja verdadeiramente linguístico. Com efeito, tão diversificados são os critérios adotados para encontrar inteligibilidade no conjunto dos nomes de lugar, muitas vezes tendo em mira uma função referencial, que, do mesmo modo, só se recupera por meio do inquérito etimológico. Mas é inegável que a preocupação de muita investigação sobre toponímia corresponde a procurar devolver a cada nome analisado as condições históricas da sua atribuição referencial no contexto do léxico de uma língua e da respetiva semântica. Por outras palavras, o estudo da toponímia leva a reconstruir um discurso linguístico e as suas condições referenciais, numa interação que determinou, no uso de uma dada língua, a criação e fixação de uma denominação com base nas estruturas dessa língua.¹⁶ Nesta perspetiva, a toponímia é uma disciplina de raiz linguística, como assinala Tichelaar (2002: 2):

¹⁶ A denominação envolve por si só dimensões extralinguísticas, como observa Margarita Correia (2004: 23/24), que, seguindo o linguista francês Georges Kleiber, define este conceito como “uma relação referencial constante e codificada entre uma coisa (objecto extralinguístico) e um signo X, o seu nome (*name*)” (sublinhado no original); observa a mesma autora que a denominação é “uma relação em grande parte não explicável linguisticamente”, acrescentando: “O facto de numa língua (ou num determinado registo) se escolher uma denominação possível e não outra é um fenómeno não linguístico”, porque “a razão que preside à escolha de uma ou de outra das possibilidades da língua não é, fundamentalmente de ordem linguística”. Correia (idem, ibidem) exemplifica com o contraste entre *telemóvel*, típico do português europeu, e *celular*, palavra usada no português do Brasil; mostra-se, assim, que as duas variedades linguísticas tiveram opções diferentes cujas motivações radicam em fatores extralinguísticos. Extrapolando um pouco para o estudo da dialetologia e toponímia, encontra-se uma situação paralela no modo como, em Portugal, termos como *rio*, *ribeira* ou *barranco* têm diferente distribuição regional – ainda que eventualmente alterada pela toponímia oficial. Ver Carvalhinhos (2014).

“Toponymy is the science that has as its subject the study of geographical names or toponyms. As all other names, toponyms belong to languages. Names in general are only rarely randomly chosen, and this is especially true in the case of geographical names. Whether they carry a physical meaning like Mont Blanc (‘White Mountain’), or they were coined to honour someone (Washington, District of Columbia), to commemorate some historic event or to make clear to whom the named object belonged (Paris, from Latin ‘Lutetia Parisiorum’ = ‘Lutetia of the [Gallic tribe named the] Parisians’), in all cases they once used the vocabulary and followed the grammatical and orthographic rules of a certain language.”

Importa sublinhar as questões levantadas pelos topónimos enquanto subclasse dos nomes próprios, conforme uma enumeração possível – por exemplo, a de Maximiano Trapero (1997: 242/243), a propósito da toponímia das Canárias:

“Los problemas verdaderamente lingüísticos de la toponimia hay que buscarlos en el comportamiento de sus componentes. En el plano de la expresión, sobre todo, en la procedencia léxica, sí (siempre testimonio inequívoco de los estratos históricos y culturales de un territorio), en los variadísimos fenómenos de tipo fonético que allí se producen, en los también variadísimos procedimientos de derivación y composición para la formación del léxico toponímico y en el complejo léxico en que se constituyen los topónimos desde un punto de vista formal y funcional. Por lo que respecta al significado, la toponimia plantea problemas teóricos importantes relacionados con su condición de nombres propios, con el tema de la designación / significación, con la arbitrariedad / motivación del signo lingüístico, con la particularidad de un léxico que tiene la referencia a la geografía como ‘función primaria’ (*montaña, valle, río*) frente a otro léxico que es toponímico sólo en una ‘función secundaria’ (*lomo, morro, mesa*), y con la determinación del significado a partir de estructuras semánticas dialectales, entre los problemas más importantes.”

Adotando uma perspetiva inspirada pela obra de Eugenio Coseriu, observa ainda Trapero que os topónimos conservam os estratos linguísticos passados melhor do que o léxico comum:

“La toponimia es [...] lengua funcional que en cada momento se muestra como un todo sincrónico propio de un territorio, pero, a la vez, es el resultado de una diacronía en donde las huellas de los distintos estratos léxicos son muy perceptibles, mucho más que en el léxico común.”

Ou seja, os estudos toponímicos não dispensam uma visão diacrônica que convoca a interpretação das formas linguísticas abordadas. Essa indagação constitui a tarefa da etimologia.

1.2. Os topónimos como subclasse dos nomes próprios

A palavra *topónimo*¹⁷ é sinónima das expressões *nome próprio de lugar* (Tort Donada 2001) ou *nome próprio geográfico* (Mallorquí 2006: 11), podendo estes termos definir-se do seguinte modo (Moreu-Rey 1965: 7-8, apud Tort Donada 2001 e Mallorquí 2006: 72/73)

"Hom entén per noms de lloc – o noms geogràfics – en el sentit més ampli de la paraula, tots els noms simples o expressions compostes que designen els indrets habitats, tant actualment com antigament (noms de països, de comarques, de territoris de tota mena, d'aglomeracions urbanes o rurals – ciutats, viles, pobles i llogarets –, o subdivisions d'aquestes aglomeracions – barris, ravals, carrers, places –, o d'edificis aïllats de totes les categories, etc.); com també els llocs deshabitats (partides, peces de terra, llocdits, objectes característics); els noms del relleu interior o coster (anomenats també "orònims"): de muntanyes, plans, altiplans, illes, caps, cales, badies; els noms de lloc de l'aigua (dits també "hidrònims"), corrent o estancada, terrestre o marítima: mars, llacs, rius i rieres, torrents, fonts, estanys, aiguamolls; els noms de les vies de comunicació. I, naturalment, tant si es tracta de noms utilitzats encara com si es tracta de noms en desús o pretèrits.”

¹⁷ Composto morfológico formado pelos elementos *top(o)-* e *-ónimo*, respectivamente, do grego *tópos*, ou 'lugar' e *ónoma*, *atos* 'nome, nome designativo de uma pessoa ou de uma coisa', cujo "[...] rad[ical] [...] é alterado, quando com el[emento] antepositivo, segundo o padrão dado, p.ex., no gr. *sunônumos*, *os*, *on* 'do mesmo nome, da mesma significação que, sinônimo' (a alteração evitava os riscos da ambigüidade, em face de formas como o gr[ego] *autónomos*, *os*, *on* 'que se rege por suas próprias leis, independente, autônomo')" (DHLP s. v. *topónimo*).

Quanto a *toponímia*, o seu uso tem duas acepções: ‘estudo dos nomes geográficos’ (cf. Vasconcelos 1926: 319, apud A. A. Fernandes 1952); e ‘conjunto ou sistema de topónimos’ (A. A. Fernandes 1952). Também se assinale que o termo *topónimo* tem muitas vezes por equivalente a forma *corónimo*, muito embora alguns autores atribuam a *corónimo* e *coronímia* sentido e escopo mais amplos que os de *topónimo* e *toponímia* (cf. Tort Donada 2001). Para o propósito da presente investigação, prefere-se o termo *topónimo* por ter emprego mais corrente, e *corónimo* será eventualmente usado como o mesmo que *nome de uma região*.

Cabe igualmente assinalar que *topónimo* é hiperónimo de *hidrónimo*, sendo este, por sua vez, o termo que se aplica às palavras que denotam de diferentes modos de apresentação da água. Entre os hidrónimos, incluem-se, portanto, os nomes de rios, *hidrotopónimos* ou *potamónimos*.¹⁸ Assinale-se, porém, a ambiguidade do termo *hidrónimo*: por um lado, designa um tipo de nome próprio; mas, por outro, pode também aplicar-se aos itens do léxico comum que denotam diferentes formas de acumulação de água (*fonte, rio, ribeiro, regato, arroio, lagoa, lago, golfo, mar, oceano* etc.). Em várias secções deste trabalho, quando se impõe distinguir os nomes próprios dos nomes comuns, ocorrerá o termo *hidrotopónimo* como ‘nome próprio referente a rio’, seguindo o uso que dele se faz em Raposo et al (2013: 1019), e *hidrónimo*, como ‘nome comum referente a uma entidade geográfica formada por água’.¹⁹

Voltando aos topónimos em geral, diga-se que estes constituem uma subclasse dos nomes próprios, categoria a que a investigação linguística e lógica tem pretendido atribuir um estatuto semântico específico por oposição aos nomes comuns. Assim, considera-se que os nomes próprios, em contraste com os nomes comuns, possuem unicidade referencial, isto é, trata-se de nomes com um referente fixo (Mateus et al. 2003: 212-215 e 668). As gramáticas normativas portuguesas parecem adotar esta perspetiva; por exemplo, Cunha e Cintra (1984: 178) definem *nome próprio*, ou melhor, *substantivo próprio*, como aquele que “[...] se aplica a determinado indivíduo da espécie”, pelo que

¹⁸ *Potamónimo* é termo registado no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ocorrendo em trabalhos académicos, por exemplo, em Piel (1947: 330). A longo desta exposição, alterna por vezes com *nome de rio*, sem diferença de significado. Observe-se que em espanhol, ocorre *potamónimo* em sinonímia com *hidrónimo* (cf. Vilar Pacheco 2010: 13). Quanto a *hidrónimo*, A. A. Fernandes (1952) usa-o como designação de qualquer forma de extensão aquática, enquanto aplica *hidrotopónimo* a um topónimo que inclua um hidrónimo.

¹⁹ Não é consensual a delimitação do conjunto de fenómenos físicos constituídos pelo elemento água ou pelas formas em que este se apresenta. Na presente tese, a entidade do mundo físico focada é a que corresponda genericamente a qualquer curso de água. No âmbito da sua proposta de tipologia referencial, Martínez Lema (2010: 37) considera como categorias dos modos de apresentação da água as correntes fluviais (rios, regatos), as fontes com as nascentes e as massas de água (lagos, lagoas, terrenos pantanosos).

“*Pedro, Brasil e Lisboa* [...] são substantivos próprios, porque se aplicam a um determinado homem, a um dado país e a uma certa cidade”. A esta função referencial, John Lyons (1977: 216/217) junta uma outra característica, a função vocativa, a qual se evidencia pelo uso do nome próprio como forma de captar a atenção da pessoa que se quer chamar.²⁰ Este linguista adota também a visão filosófica de aos nomes próprios poder ser atribuída uma referência mas não um sentido, característica, por sua vez, associada à impossibilidade de os nomes próprios, usados como tais, poderem ocorrer predicativamente (idem, p. 219). Com efeito, Lyons admite que na aquisição da linguagem não seja nítida a diferença entre nome próprio e nome comum, mas postula que no inglês falado por adultos a distinção é feita sem hesitação:

“Utterances like *There are twelve Horaces in this room* (understood as meaning “There are twelve people called Horaces in this room”) are to be accounted for, it is assumed, by means of a rule for using proper names; and rules like this may or may not be specific to particular languages. Such much discussed examples as ‘He is no Cicero’ or ‘Edinburgh is the Athens of the north’ are in this connexion irrelevant: ‘Cicero’ and ‘Athens’ are here being used predicatively, or, more, precisely, within predicative expressions (in what was rather loosely classified in traditional grammar and rhetoric as one kind of *synechdoche*).”

Cabe observar que Lyons não aponta propriedades semânticas distintivas dos nomes próprios por oposição aos nomes comuns, já que um nome próprio pode ser usado como um nome comum, num processo idêntico ou afim ao da conversão, tradicionalmente denominada *derivação imprópria* (Correia e San Payo 2005: 35). A questão de distinguir os nomes próprios como uma subclasse nominal encontra, na perspectiva de outros autores, um tratamento mais adequado, se for formulada em termos de usos nominais decorrentes de certo tipo de operações sobre o seu valor semântico intrínseco e referencial, e não em relação a classes semânticas nominais bem diferenciadas. Deste modo, à perspectiva de Lyons, opõem-se aparentemente outras visões, defensoras de uma aproximação dos nomes próprios aos nomes comuns. Correia

²⁰ Contudo, não existe uma fronteira rígida entre nomes próprios e nomes comuns, já que estes também têm função vocativa, como frisa Lyons (1977: 217): “The use of a common noun with vocative function (e.g., the use of ‘child’ in *Come here, child!*), whether it is distinguished as such by its form or not, approximates, it may be observed in passing, to the use of a proper name or title.”

(2002: 124) propõe uma análise linguística em que que, tal como os nomes comuns, os nomes próprios “[...] permitem que incidam sobre eles as operações de determinação nominal”. Em defesa deste ponto de vista, Correia cita, entre outros, Óscar Lopes (1972: 10), o qual, identificando os nomes próprios anteceditos de determinante com os nomes comuns, afirma que “[...] os nomes próprios são nomes comuns singulares indiciados, e só diferem das descrições definidas com artigo definido singular porque estas têm um carácter contextual mais *ad hoc*: são nomes próprios em contexto limitado [...]” (Lopes, *idem*, apud Correia 2002: 124).²¹ O comentário de Óscar Lopes tem, para a discussão aqui exposta, o interesse de marcar afinal uma diferença entre os nomes próprios e os nomes comuns: como as expressões definidas, os nomes próprios também têm carácter contextual, com a particularidade de terem uma permanência que aquelas não têm, porque se tornam estáveis e se institucionalizam num dado contexto cultural. Tal determina a historicidade dos nomes próprios, a qual acaba por conduzir à cristalização de traços fonéticos e morfológicos do passado e à perda da transparência referencial e semântica que se encontrava na sua génese.

Esta situação é particularmente evidente no estudo dos topónimos, como assinalam Dubois et al. (1991, s.v. *toponymie*) quando anotam que “[l]a constatation de la toponymie sur un plan général est le peu de rapports qui existe entre les noms de lieux d’un pays et la langue du peuple qui l’habite”, devido à resistência de substratos.²² Com efeito, como se infere dos nomes de lugar (no caso português, com origem no árabe, no germânico, em certas expressões latinas e nas línguas pré-latinas), a frequente opacidade de parte considerável da toponímia define-a, entre os nomes próprios, como uma série lexical à parte, de comportamento idiossincrático, que se furta frequentemente aos processos gerais de variação e mudança característicos da diacronia das línguas em que tais topónimos são usados. Nestes se fixam irregularidades indicativas da interferência de outros sistemas

²¹ De acordo com Mateus e tal (2003: 222/223), entende-se por *expressão definida* a expressão a que operações de individuação fazem corresponder “[...] um único objecto identificável pelo(s) interlocutor(es) [...], como sejam os nomes próprios, os pronomes pessoais, os demonstrativos e “os nomes comuns anteceditos artigo definido, determinante possessivo ou demonstrativo, no singular”.

²² Em Portugal, tal constatação não se resume aos substratos, dada a importância dos superstratos germânico e árabe: o primeiro evidencia-se pela conversão toponímica da antroponímia germânica, provavelmente durante a Reconquista (cf. A. A. Fernandes 1952). O segundo exhibe-se em topónimos de natureza descritiva nas regiões meridionais, embora nem sempre se possa assegurar que a sua génese foi feita em contexto linguístico árabe, pois há muitos casos de conversão de itens do léxico comum de etimologia ou interferência árabes que se tornaram itens lexicais do estrato latino-romance e se conservam no português contemporâneo. Sendo assim, *Odeleite* (Faro) é um hidrotopónimo de configuração árabe (ainda que de etimologia não completamente clara), adaptado como tal à morfologia latino-romance, enquanto *rio do Açude* (Lisboa) se insere no estrato latino-romance.

linguísticos, definindo-os como uma subclasse nominal com um comportamento histórico distinto.

1.3. Propostas de classificação toponímica

No estudo dos topónimos, é possível propor várias tipologias, definidas a partir de diferentes pontos de vista (cf. A. A. Fernandes 1952). A classificação de George R. Stewart (1945), concebida para a descrição dos topónimos norte-americanos, pode constituir um ponto de partida para a discussão crítica da possibilidade de tais inventários, apesar das críticas de que são alvo os trabalhos desse estudioso entre os etimologistas.²³ Trata-se de uma classificação que compreende 10 tipos de topónimos, conforme se encontra explanada em Room (2006) e reproduzida no quadro 1.3.1:

²³ Malkiel (1993: 105) enquadra o trabalho de Stewart (1945) entre os de diletantes como Ernest Klein, Joseph T. Shipley e Charles Earle Funk, que se dedicaram à etimologia, enquanto esta, acompanhando a desvalorização da linguística diacrónica, se viu progressivamente arredada das atenções do trabalho académico rigoroso: “[...] What Klein, Shipley, and Funk shared was their disinclination to engage in technical etymological spadework, and Stewart leaned towards the same attitude. No minutely flawless inquiries, in research papers checked, tested, approved by professionals, accompany these attempts to win approval from a lay readership [...]” Mesmo assim, parece que conviria apresentar aqui a tipologia de R. Stewart mais como um ponto de partida metodológico do que como uma taxonomia que releve de uma teoria ontológica associada à toponímia.

Quadro 1.3.1 — Tipologia toponímica de George R. Stewart (1945),
segundo Room (2006: 3)

Tipo	Definição
I. Nomes descritivos	<p>directos: <i>Whitewater</i> (descrição das características do lugar)</p> <p>relativos: <i>Upper Arlington</i> vs. <i>Lower Arlington</i> (descrição pressupõe outro lugar)</p> <p>indirectos ou metafóricos: <i>Dragon Mountain</i> (morfologia do lugar sugere outra realidade)</p> <p>subjectivos: <i>Disapoinment Bay</i> (referência a uma apreciação)</p> <p>habitual: <i>Saturday</i> (referência a determinada prática frequente)</p>
II. Nomes associativos	Aludem a uma realidade presente no contexto geográfico (árvore, moinho, animais); podem ser encarados como um subtipo dos nomes descritivos.
III. Nomes evocativos (“incidental names”)	Evocam um acontecimento ou uma data histórica
IV. Nomes possessivos	Relativos ao nome ou título de um proprietário ou a um grupo étnico
V. Nomes comemorativos	Dados em honra de uma determinada figura (cf. Colômbia < Colombo) ou de um determinado lugar ou para exaltar uma ideia; também tem por fim homenagear uma figura pelo título nobiliárquico, podendo este já integrar um topónimo (Nova Iorque, em homenagem ao Duque de Iorque)
VI. Nomes comendativos	Atribuídos com a intenção de propiciar um bom futuro
VII. Nomes de etimologia popular	Deturpação de um nome por forma a dar-lhe uma interpretação lógica
VIII. Nomes artificiais	Inclui truncações, jogos de letras, de sílabas, de palavras (são recentes)
IX. Nomes atribuídos por erro	Derivados da reanálise de outros nomes
X. Nomes por transferência	Transferidos de outro lugar.

Como aponta Room (2006: 3), a tipologia de Stewart visa refletir uma ordem cronológica, na qual as três primeiras categorias (nomes descritivos, associativos e evocativos) abrangem os nomes mais antigos. Observa-se também que a tipologia de Stewart não se define por categorias estanques, podendo os 10 tipos definidos no quadro 1.3.1. reduzir-se a 6 categorias, associando os tipos II (nomes associativos) e X (nomes

por transferência) a I (nomes descritivos), o tipo III (nome evocativos) ao V (nomes comemorativos) e o tipo VII (etimologia popular) ao IX (atribuídos por erro) — e mais simplificações são possíveis, tendo em conta as especificidades históricas de cada nome. Todavia, podem faltar na tipologia em referência algumas categorias, como a dos nomes híbridos, baseados num nome apelativo (‘cidade’, ‘montanha’, ‘rio’) e num nome, proveniente de uma língua não claramente identificada, como seja, no âmbito ibérico, o caso de *Guadiana* < árabe clássico *wādi* ou árabe andaluz *wādi* ‘rio’ + *Ana*, pré-romano (cf. Corriente 2003, s.v. *guadianés*). Saliente-se, portanto, o carácter heterógeneo da classificação de Stewart, permitindo-lhe incluir categorias suscetíveis de não identificar a génese de um nome, mas antes dizer respeito a interferências que mudaram a configuração fónica, morfológica ou semântica desse mesmo nome.

A respeito da toponímia em português, se nela for abrangida a de territórios colonizados em África, na América ou na Ásia, é certamente possível encontrar inúmeros exemplos para todas categorias expostas no quadro 1.3.1. Mas no que tange à hidrotoponímia no espaço continental português, um primeiro exame sugere que os tipos I e II propostos por Stewart (1945) recobrem grande parte desse reportório onomástico, pelo menos, relativamente aos itens de datação mais recuada, uma vez que, como se verá, é de esperar que, etimologicamente, muitos hidrónimos tenham valor descritivo. Não obstante, os tipos VII, IX e X são igualmente relevantes para a investigação etimológica, dado existirem casos de etimologia popular ou de homonímia, como o do rio *Homem* (segundo Machado 2003, não do latim *homo*, mas de uma raiz pré-latina), ou situações de transferência de nome, como provavelmente é a de muitos pequenos cursos de água (cf. *Adrões*, em Viana do Castelo). E, convém repetir, é frequente o investigador deparar-se com formas híbridas, sobretudo criadas no período da arabização do sul e do centro do atual Portugal Continental.

Conclui-se assim que para o estudo linguístico de um topónimo, não basta compreender a sua génese, impõe-se também reconstruir o seu processo de transmissão, o qual conduz frequentemente à opacidade semântica desse nome. Os investigadores encaram, por isso, de forma mais ou menos explícita, três tipos de topónimos, quanto à sua interpretação semântica:

1. Os topónimos transparentes, formados por nomes ou expressões do léxico comum e, ao contrário do pretendido por Lyons, possuidores de sentido, uma vez que são composicionalmente interpretáveis (cf. Tort Donada 2001).

2. Os topónimos não transparentes ou opacos, ou seja, os que passaram por um processo histórico de transmissão que lhes alterou total ou parcialmente a estrutura fónica e morfológica original, com uma concomitante perda de sentido (cf. *idem* e Kadmon 2000: 37/38).

3. A par dos topónimos transparentes e opacos, é possível considerar um terceiro tipo, os nomes “aparentemente transparentes”, que são casos de etimologia popular (ou *folk etymology*; cf. Kadmon 2000: 37/38) ou de hipercorreção.

A presente tese aborda hidrotopónimos que se repartem pelos três tipos: inscrevem-se no primeiro tipo casos como os de *rio da Várzea* (Braga e Coimbra) e de *rio Pequeno* (Viana do Castelo, Braga, Vila real, Viseu, Lisboa); no segundo, os nomes de grandes rios como *Tejo*, *Mondego*, *Douro* ou *Minho*; finalmente, no terceiro, conta-se, por exemplo, *Âncora* (Viana do Castelo) ou *Homem* (Braga), homónimos respetivamente dos itens do léxico comum *âncora* e *homem*, mas que revelam ter etimologia bastante distinta ocultando, à semelhança de grande parte da antoponímia, uma motivação semântica que exibiu inicialmente a forma de uma expressão definida.²⁴ Esta seria usada com o intuito de descrever e identificar um lugar (assim coincidindo com o tipo I de Stewart; cf. quadro 1.3.1.), um curso de água ou um território mediante a sua simples referência pelos correspondentes nomes apelativos numa dada língua (no caso de espaços aquáticos, por exemplo, ‘rio’, ‘água’, ‘lago’) ou por designações relativas a características físicas ou funcionais desses espaços (‘que corre’, ‘que flui’, ‘que é escuro’, ‘que é lamacento’, ‘que é mau’), ou ainda por outras circunstâncias relacionáveis com o contexto da sua nomeação (caso frequente nos antropónimos: *João* < hebraico *Iohanan* ‘que Deus favorece’ generoso’; cf. Machado 2003 e Lyons 1977: 221/222).

A toponímia presta-se, portanto, a estudos decorrentes de diferentes perspetivas. Disso mesmo dá nota Martínez Lema, que, em estudo dedicado ao tomo de Toxos Outos, no noroeste da Galiza (Martínez Lema 2010: 39-41), explora o ponto de vista da análise derivacional dos topónimos, para definir dois tipos fundamentais de topónimos quanto à categoria dos elementos sobre os quais se baseiam: os topónimos delexicais e os topónimos deonomásticos.²⁵ Contudo, mesmo nesta perspetiva, pode observar-se que a

²⁴ Recorde-se a famosa Lenda de Gaia, onde se faz crer que a praia de Âncora deve o seu nome à âncora a que o rei Ramiro mandou amarrar a mulher que o repudiou (a narrativa encontra-se no *Segundo Livro de Linhagens*, também chamado *Livro do Deão* – cf. PMH Scrip.: 180-181).

²⁵ “Este critério é o que nos permite diferenciar entre toponímia delexical e toponímia deonomástica. No primeiro grupo incluímos todos aqueles topónimos que teñen a súa orixe en elementos do repertorio léxico

própria toponímia deonomástica (com origem em antropónimos ou outros topónimos) se relaciona em última análise com a derivação, porque remonta a itens do léxico comum, embora não necessariamente no contexto da língua em que eles são usados, o que se traduz geralmente na opacidade desses nomes. Pense-se na toponímia com origem na antroponímia germânica – por exemplo, *Eiriz* (Porto), *Fafião* (Braga), ou *Froufe* (Viana do Castelo); cf. Piel (1934-1935: 39, 219 e 242) –, cujos elementos de composição são transparentes em gótico e eventualmente noutro sistema linguístico germânico (cf. idem, ibidem), mas não à luz do galego e do português, tanto no passado como no presente. Trata-se, portanto, de dois tipos de toponímia que podem refletir diferentes tipos de contacto linguístico, porque, enquanto a onomástica e, mais particularmente, a antroponímia podem repercutir uma enorme diversidade cultural extralinguística, muitas vezes, sem que haja contacto linguístico direto, já na toponímia delexical se observa geralmente o entrosamento de fatores extralinguísticos com as estruturas da língua ou dialeto locais.²⁶

O quadro 1.3.2 apresenta as propostas tipológicas adotadas por Martínez Lema (2010), cruzando a sua tipologia de carácter morfológico – com base na distinção entre léxico (ou léxico comum) e onomástica –, com a que se baseia na classificação ontológica da realidade denominada.

da lingua (quer no seu estado actual quer nalgunha das súas fases pretéritas), mentres que o segundo aglutina pola contra aqueles topónimos creados a partir de elementos onomásticos preexistentes, sexan nomes de lugar ou de persoa.” Ver também síntese em Hermo González (2013: 45).

²⁶ A delimitação destes tipos ou categorias nunca corresponde a uma fronteira conceptual fechada, como o próprio Martínez Lema (2010: 43) adverte: “En definitiva, son moitas as variábeis que condicionan a validez e fiabilidade dunha clasificación lingüística do material toponímico, razón pola cal toda categorización realizada nesta liña [...] debe ser interpretada sempre de xeito flexíbel e cunha certa laxitude.”

Quadro 1.3.2 Categorias topossemânticas de Martínez Lema (2010: 39-41) –
(adaptado à toponímia portuguesa – cf. RTP)

Toponímia delexical	Toponímia deonomástica
a) agrotoponímia: topónimos relacionados com actividades agrárias – <i>Barbeitos, Alqueive</i> ;	a) antrotoponímia (ou toponímia deantroponímica): topónimos formados a partir dum antigo nome de pessoa – <i>Guimarães, de Vímara</i> ;
b) ecotoponímia: topónimos relativos a construções humanas ou agrupações de edifícios – <i>Castelo, Castro, Alcaria</i>);	b) etnotoponímia: topónimos procedentes de antigo etnónimo – <i>Centegãos</i> (de <i>Celticanos?</i>) ²⁷
c) fitotoponímia: topónimos baseados em fitónimos, i.e., em nomes de plantas – <i>Figueira, Oliveira, Carvalho</i>);	c) hagioponímia: topónimos com origem em nomes de santos – <i>Santa Comba, São Pedro</i> ;
d) hodotoponímia: topónimos alusivos a às vias de comunicação – <i>Vieiros, Azinhagas</i> ;	d) gentilícios: topónimos formados a partir doutros topónimos ou antropónimos preexistentes – <i>Coimbrões</i> ('de Coimbra', como procedência geográfica).
e) hidrotoponímia: topónimos baseados em hidrónimos, i.e., em substantivos relacionados semanticamente com a água – <i>Fervença, Lagoa, Rio Torto</i> ;	
f) litotoponímia: topónimos que incluem o traço semântico 'pedra' – <i>Carneiro, Laje, Pera</i> ;	
g) orotoponímia: topónimos criados a partir de nomes comuns alusivos às características do solo e a diferentes acidentes do terreno – <i>Outeiro, Cabeço, Cova</i> ;	
h) zootoponímia: topónimos baseados em zoónimos, i.e., em nomes de animais – <i>Raposeira, Pombal</i> .	

Trata-se de uma tipologia que tem o interesse de ser considerada num estudo de um conjunto toponímico da Galiza, cujo contexto é histórica e culturalmente próximo do português e dos seus usos a norte do Mondego.

²⁷ Ver Machado (2003) s.v. *Santagões*.

1.4. A etimologia enquanto subárea dos estudos linguísticos

Dado que o objeto deste trabalho é abordado numa perspetiva diacrónica, justifica-se tecer nesta secção algumas considerações breves sobre os estudos etimológicos. Assim, ao termo *etimologia*, têm-se associado conceitos diferentes desde a Antiguidade, mas actualmente revela-se consensual defini-lo como designação de uma disciplina da linguística histórica “[...] qui a pour fonction d’expliquer l’évolution des mots en remontant aussi haut que possible dans le passé, souvent au-delà même des limites de l’idiome étudié, jusqu’à une unité dite *étymon*, d’où on fait dériver la forme moderne” (Dubois et al. 1991, s.v. *etymologie*). No mundo académico anglo-saxão, Campbell e Mixco (2007, s.v.) reiteram esta definição, ao distinguirem duas formas de entender a etimologia:

“Broadly, [etymology is] the study of the origin or history of words (from Greek *etumon* ‘true’ [neuter form], that is, ‘true or original meaning of a word’). In another sense, [it is] the origin and history of a specific word. The earlier sense of etymology, in classical antiquity, was the unfolding of the true meanings of words, but this shifted to the modern sense of the search for word histories and the origin of words.”

Pouco diferente é o uso que Viaro (2011: 24) atribui aos termos *Etimologia* e *etimologia*, já no contexto dos estudos linguísticos em língua portuguesa:

“Diremos *Etimologia*, com letra maiúscula, quando nos referirmos à ciência etimológica e *etimologia*, com minúsculas, para o estudo etimológico de uma palavra ou elemento de formação.”²⁸

²⁸ No presente trabalho, opta-se pelo uso de *etimologia* com minúscula inicial em ambos os sentidos, uma vez que o Acordo Ortográfico de 1945 (disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo&version=1945>, consultado em 25 de Julho de 2011), que aqui continua a ser aplicado, não obriga ao uso de maiúscula inicial, atendendo à seguinte passagem: “Escrevem-se com maiúscula inicial os nomes de ciências, ramos de ciências e artes, quando em especial designam disciplinas escolares ou quadros de estudos pedagogicamente organizados [...]”.

A etimologia é, portanto, tanto uma disciplina como qualquer estudo particular que tenha por objeto uma palavra. Esta definição não se afasta da de um dicionário geral da língua portuguesa, podendo ser verificada, por exemplo, no DHLP.

Quanto a *étimo*, Viaro (idem, p. 99) considera que, em relação a uma dada palavra em análise, se trata “[d]a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer”, frisando que, a bem da cientificidade da etimologia, não se deve confundir o étimo com a origem mais remota de eventuais elementos constitutivos da palavra examinada. É o caso de *fotográfico*, palavra à qual se insiste dar origem grega, quando na realidade a sua criação é francesa, com base em elementos gregos (idem, p. 100).

Sobre a etimologia, impende a crítica de se tratar de um campo de conhecimento epistemologicamente ultrapassado pelo enfoque sincrónico da investigação linguística do século XX, situação que lhe acarretou uma perda de credibilidade científica. Num livro de 1993, Yakov Malkiel pintava um quadro desolador do estatuto da etimologia na segunda metade do século XX (Malkiel 1993: 135):

“Etymology, still much admired by experts two generations ago, appears of late to have been banished altogether from certain influential headquarters, for example, editorial offices of key journals, the planning centres for choosing the topics of meetings, and similar nerve centres of active scholarship. [...] Etymology no longer enters into mainline linguistics, except obliquely via diachrony, and the mere mention of it is redolent of irretrievable past enthusiasms, of something quaint, rather than of truly relevant present-day concerns and the common interest of keen minds.”

Quadro semelhante é pintado por Viaro (2004: 12/13) que relaciona a decadência da etimologia com o acentuar da postura anti-histórica da linguística do pós-guerra, no sentido de, como diz este especialista, “[...] defender o território da própria Lingüística, pois havia um temor de que ela fosse acusada de não ter um objeto próprio e, dessa forma, acabasse fundindo-se ou subordinando-se à Filosofia, à História, à Psicologia”.

Tort Donada (2001), centrando-se nos estudos toponímicos e na sua relação com a geografia, reconhece as fragilidades da disciplina, que, aplicada à toponímia, se traduzem pelo pendor especulativo, em especial na abordagem dos topónimos opacos. A estas críticas, Villar (2000: 30/31) responde, reivindicando para etimologia toponímica a

dimensão de estudo científico, mesmo quando o objeto se apresenta com escassez de dados:

“No existe coto vedado para la curiosidad de la ciencia. Lo que existe es distinto grado de facilidade en el acceso y diferente cuantía de los datos disponibles. Y ello hace que deba abordarse cada problema com um método diferente y adecuado a sua naturaleza. Y, obviamente, los resultados de la indagación profesional serán también diferentes según el objeto, tanto por su abundancia como por su grado de certeza.”

Contudo, não se pode totalmente pensar que a etimologia se tivesse tornado no final do século XX um domínio de estudos anacrónico, alheio à investigação mais recente. Os trabalhos de Eve Sweetser (ver Sweetser 1990) e Elizabeth Traugott (Traugott 2003), apontando tendências na direcionalidade da mudança semântica, contribuíram certamente para recuperar a etimologia, integrando-a na linguística contemporânea. Como já se viu, esta vinculação da etimologia à semântica é bastante antiga, quando se sabe que, na Antiguidade Clássica, o termo designava a pesquisa do verdadeiro sentido das palavras. Note-se ainda que Crystal (1995, s.v. *etymology*) define *etimologia* como termo tradicional que se aplica à origens e história da forma e significado das palavras, sublinhando que os métodos utilizados a qualificam como um ramo da linguística histórica. Numa perspetiva lexicológica, mencione-se igualmente Dworkin (2012: 13), que salienta o facto de a etimologia se ter desenvolvido no sentido da elaboração de pormenorizadas biografias lexicais que abrangem toda a evolução formal e semântica de determinada palavra. Como lexicologia diacrónica, a etimologia é fundamental para o estudo das várias camadas ou estratos que se acumularam para formar o léxico de uma língua.

Assinale-se que a etimologia não se limita à semântica, mas abrange, desde há, pelo menos, duzentos anos, o estudo diacrónico da fonética com a fonologia e da morfologia, pelo que não pode ficar indiferente à linguística histórico-comparativa. Não é, portanto, descabido afirmar que a recuperação que a etimologia tem conhecido recentemente já se preparava há algum tempo. Esta disciplina, se não se quiser popular ou acientífica, é devedora de métodos que, apesar de eventualmente relegados para segundo plano com o ascendente das teorias e abordagens sincrónicas, não perderam a sua validade quando se trata de reconstruir a história das formas linguísticas. Neste âmbito, assume especial

relevo o método comparativo e o método de reconstrução interna, como bases metodológicas que foram durante muito tempo os garantes da credibilidade de muitas propostas etimológicas. Neste capítulo, far-se-á referência mais detida à tradição histórico-comparativa sobre a qual repousam estudos indo-europeísticos (ver secção 1.6), mas impõe-se para já uma breve menção das características dos métodos em apreço.

Rankin (2003: 184) considera que o sucesso do método comparativo se deve às seguintes características das línguas e da respetiva mudança:

1. A não iconicidade do signo linguístico, ou seja, a arbitrariedade da relação entre forma fonológica e significado, visto a mudança fónica se realizar geralmente de forma independentemente da semântica.
2. A regularidade da mudança fónica, a qual, podendo contudo tornar-se menos evidente por ação de empréstimos e analogia, permite aceder a estádios de evolução anteriores com o auxílio da fonética e da tipologia de fenómenos fonológicos.
3. O uniformitarianismo, como princípio científico geral segundo o qual se supõe que os mecanismos da mudança no passado não são diferentes dos observados no presente.

Quanto à reconstrução interna, trata-se de um método que explora o confronto entre as regularidades e as irregularidades da gramática sincrónica de uma língua ou de um dialeto, a fim de recuperar informação sobre a sua pré-história (Ringe 2003: 244).

A aplicação dos referidos métodos, aliada à identificação de certos padrões de evolução semântica, fazem parte do que Malkiel (1993: 169/170) apelida de fase A da tarefa de etimologizar o léxico, evocativa de um estilo neogramático de análise. Mas segue-se outra fase, cheia de casos que escapam a esquemas rígidos:

“This residue (B), whether it comprises one quarter, one third, or one half of the whole, is illustrative of individual developments, i.e., of word biographies that exhibit the more or less sporadic intervention, to varying extents, of forces that refuse to fall into any rigid schemata: lexical diffusion and contamination; phonosymbolic appeal (or ‘expressivity’); temporary avoidance of a given word under pressure from social taboo; interplays of assimilatory or dissimilatory tendencies; the crystallization or dilapidation of vocalic scales; also the impact of

folk belief, mythology, material civilization, and playfulness, and the like.”
(ibidem)

A etimologia recorre, portanto, a métodos que evidenciam regularidades linguísticas, mas defronta-se constantemente com a historicidade de resíduos ou vestígios da intervenção de fatores extralinguísticos. Tal característica não rouba, porém, cientificidade à etimologia, em contraste com a linguística sincrónica e dedutiva, antes afirma uma postura diacrónica e indutiva (Viaro 2011: 121). Assim, considerada ciência ou, numa posição menos reivindicativa do estatuto científico, vista como arte (Malkiel 1993: 169), a etimologia liga-se fortemente à história externa das palavras, não podendo descurar a investigação dos contextos onde elas surgiram e se desenvolveram.²⁹

Em síntese, a etimologia é uma disciplina linguística cujas fronteiras, menos definidas e resistentes do que as de outros subdomínios da linguística, são consequência da própria necessidade de indagação de fatores externos ao funcionamento de qualquer sistema linguístico. No caso da toponímia, a etimologia não poderá ignorar a realidade física nomeada, impondo-se a abertura aos conhecimentos antropológico, histórico e geográfico.

1.5. Toponímia, etimologia e interdisciplinaridade

Quer a toponímia quer a etimologia são disciplinas que não se contêm nos limites de uma área linguística, nem sequer da linguística. Tort Donada (2001) aponta o carácter interdisciplinar dos estudos toponímicos na interseção de diversos campos de conhecimento, nomeadamente, a linguística e a geografia, dada a complexidade envolvida na nomeação de um referente, o território, cuja conceptualização também é complexa (cf. idem). Por seu turno, a etimologia tal como se pratica hoje avulta também como um campo de estudo de natureza interdisciplinar, conforme se depreende das palavras de Durkin (2009: 2/3):

²⁹ A propósito da confluência de fatores internos e externos a considerar no exame etimológico da toponímia, Tort Donada (2001) refere estudos que propõem distinguir uma etiologia que visa desvendar as causas motivantes da criação de um nome de lugar, por oposição a uma noção de etimologia limitada à investigação que liga um nome a formas preexistentes. A visão de Tort Donada alia estas duas perspetivas no estudo da toponímia, numa conceção de inquérito etimológico que compreende três grandes vertentes: a linguística, centrada no estudo material do nome; a histórica, virada para a temporalidade do mesmo; e a geográfica, relevando os aspectos espaciais. Acerca do modo como se concebia a etimologia em Portugal na primeira metade do século XX, ver Nogueira (1945).

“In fact, etymology can be defined as the application, at the level of an individual word, of methods and insights drawn from many different areas of historical linguistics, in order to produce a coherent account of the word’s history. One of the most exciting aspects of etymology is that this sort of detailed work on individual word histories sometimes throws up interesting results which can have a much broader significance in tracing the history of a language (whether that be with regard to phonology, morphology, etc.), especially when we can find parallels across a group of different word histories. Additionally, it is often crucial that questions of (non-linguistic) cultural and intellectual history are considered in tandem with questions of linguistic history.”

Verifica-se assim que a etimologia convoca a colaboração de áreas científicas em duas vertentes, uma imanente, constituída por diferentes subdomínios dos estudos linguísticos (fonologia, morfologia, semântica), e outra externa, associando-se ao conhecimento desenvolvido por outras disciplinas científicas (história, geografia, antropologia). Reconheça-se, portanto, que, quando se trata de definir o estatuto científico e epistemológico da toponímia e etimologia, assoma constantemente o tema da interdisciplinaridade. É uma linha de discussão que apenas pode ser aqui assinalada, visto exceder claramente a finalidade deste trabalho.³⁰

Mas qual é então a natureza da toponímia e que tarefas cabem aos toponimistas? Carvalhinhos (2009: 73-74) define um “roteiro de pesquisa dos toponimistas”, no qual são mobilizadas técnicas da filologia:

“Sendo a toponímia uma disciplina linguística o foco de estudo do toponimista tende a ser linguístico, embora possam ser eleitos vários outros enfoques conforme a formação académica do pesquisador. A fim de se resgatar o significado dos topônimos (processo imprescindível para que se possa, efetivamente, chegar ao padrão motivador médio), muitas vezes faz-se necessário recuperar a etimologia do nome em questão, recorrendo-se frequentemente ao método filológico.

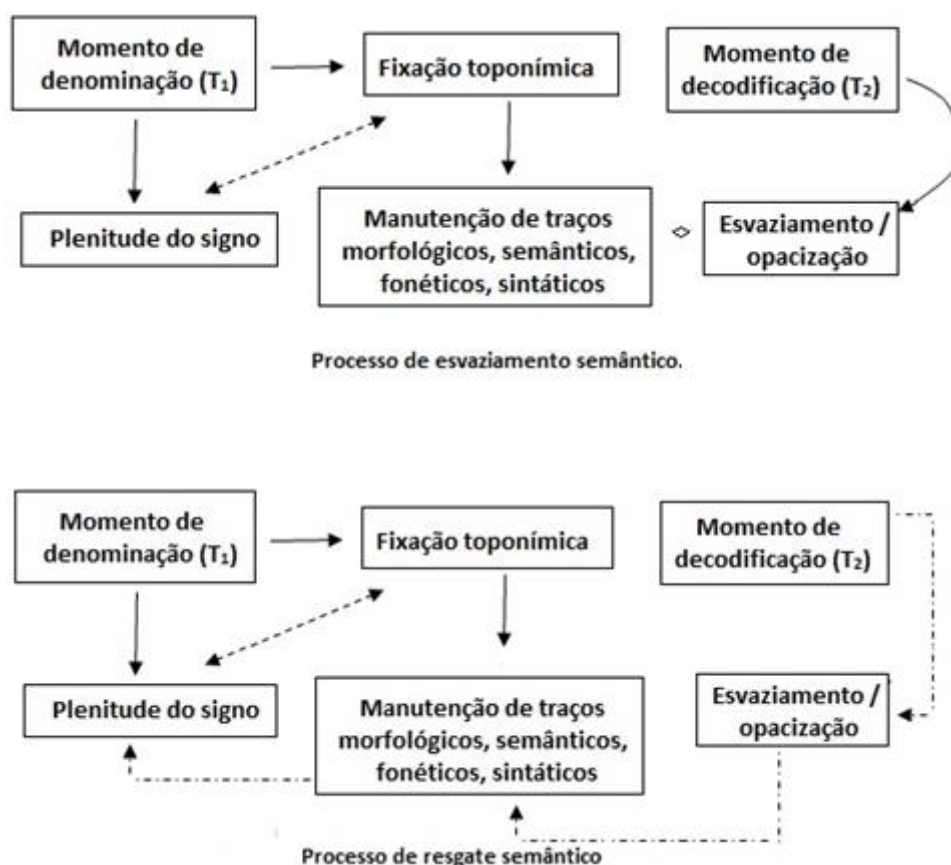
“[...] Ainda do ponto de vista da linguística, procede-se à análise dos nomes em questão, estudando-se-lhes a morfologia, estruturação sintática, e, dependendo do

³⁰ Numa investigação mais alargada, valerá, então, a pena atender a este conceito, tal como ele tem sido investigado, por exemplo, por Olga Pombo (2003 e 2004).

foco, até mesmo a questão fonológica é explorada; além disso, uma vertente possível é a identificação dos processos de denominação. Quanto à semântica, já foi dito anteriormente que a utilização de taxinomias contribui para este enfoque nos estudos toponímicos. Está traçado, de um modo generalíssimo, o roteiro de pesquisa de muitos toponimistas [...].”

Vale, portanto, a pena reproduzir na figura 1.5.1 os esquemas com que Carvalhinhos (2009: 77/78, figuras 1 e 2) visa ilustrar a natureza do trabalho do toponimista.

Figura 1.5.1 – Processos de esvaziamento e resgate semânticos
(Carvalhinhos 2009: 77/78)



São ilustrações que quase falam por si: o ponto de partida do toponimista (e do filólogo) é muitas vezes uma forma opaca (o resultado de um processo de esvaziamento semântico) que requer a reconstituição de um contexto que lhe devolva a transparência (resultado de um processo de resgate semântico). Este processo de reconstituição não é

apenas linguístico, pois, visando a “plenitude do signo”, terá de mobilizar muita informação de natureza referencial, portanto, extralinguística.

1.6. Sobre reconstrução linguística: método comparativo e reconstrução interna (o caso do proto-indo-europeu)³¹

Entre as preocupações deste trabalho, encontra-se a identificação dos elementos pré-latinos no conjunto dos nomes de rios de Portugal continental, os quais têm motivado hipóteses e conjecturas no quadro da história da introdução das línguas da família indo-europeia na faixa ocidental peninsular. Ao encontro dessa tarefa, traçam-se nesta secção as linhas gerais do que tem sido recentemente a discussão à volta da reconstituição dos sistemas fonológico e morfofonológico do proto-indo-europeu. Em primeiro lugar, seguindo de perto Meier-Brügger (2003) e Clackson (2007), apresenta-se uma breve panorâmica sobre as tendências e as questões relacionadas com a reconstrução do sistema fonológico do proto-indo-europeu. Na secção seguinte, procede-se à apresentação dos pontos fundamentais da reconstrução da morfofonologia da protolíngua, dando relevo à função das alternâncias fonéticas e/ou fonológicas e ao formato de raízes, sufixos e desinências em proto-indo-europeu.

A separação da fonologia e morfofonologia em secções próprias deve-se ao intuito de facilitar a exposição. Mas, como se verá, as restrições morfofonológicas depressa mostram imbricar-se em questões relativas à configuração silábica quando se discutem fenómenos como a apofonia e a estrutura de raízes, sufixos e desinências. De assinalar que não se abordará aqui a morfologia da flexão nominal e verbal, porque a finalidade do capítulo é adotar critérios de identificação de raízes de origem indo-europeia que possam servir mais tarde para traçar as etimologias do reportório hidrotponímico português. Pela

³¹ Mantém-se esta secção praticamente com a extensão com que foi apresentada num trabalho preparatório da presente tese. Apesar do seu carácter expositivo, considera-se que as páginas que se seguem são úteis para enquadramento das propostas de etimologias em que se reconhecem raízes indo-europeias, as quais assumem grande importância no contexto da estratigrafia linguística da hidrotponímia de Portugal continental. Também importa fazer referência aos estudos da indo-europeística, porque estes constituem o horizonte de parte da bibliografia de apoio a este trabalho, nomeadamente os estudos de Edelmiro Bascuas (Bascuas 2002, 2006 e 2014), autêntica reserva de pistas para a interpretação etimológica da toponímia da Galiza e das regiões adjacentes, incluindo o terço norte de Portugal. Finalmente, mas não menos importante, a secção aqui apresentada presta uma modestíssima homenagem a quem foi inicialmente o orientador desta, Ernesto d’Andrade (1944-2013), que, no fim da vida, se dedicou à indo-europeística, interesse donde resultou a elaboração e publicação de *História de Palavras. Do Indo-Europeu ao Português* (Andrade 2007). Trata-se de uma obra que, aparentemente, não tem par no conjunto dos estudos linguísticos recentes em Portugal, e, portanto, mereceria encontrar ecos em novos contributos na área indo-europeística.

mesma razão, também não se tratará nesta secção de questões de sintaxe, apesar de este nível de análise se ter convertido em novo terreno de investigação da indo-europeística da segunda metade do século XX, fazendo eco do impacto produzido pelo pensamento chomskyano nos estudos linguísticos.³² O que a presente secção visa enquadrar é a resposta à seguinte pergunta: tem características homogéneas o estrato indo-europeu pré-latino da hidrotponímia portuguesa? Em Espanha, os estudos realizados mostram que há grande diversidade, mesmo na perspectiva diacrónica, argumentando alguns autores (cf. Villar 2000), fundados em dados da toponímia antiga, que, mesmo em áreas não indo-europeias, há vestígios de substratos indo-europeus. Em Portugal, parece vago o conhecimento que, na perspectiva indo-europeística, permita definir um quadro geral de caracterização etimológica dos hidrotponónimos.

1.6.1. A reconstrução do sistema fonológico do proto-indo-europeu

Não alheada do desenvolvimento das ciências da linguagem, a indo-europeística tem desenhado um percurso ininterrupto, em resultado do sucesso das características dos métodos que utiliza. Fazendo a ponte entre a filologia do século XIX e a linguística do século XX, a longa história da indo-europeística é susceptível de propostas de periodização, como seja a de W. Lehmann, que distingue três fases teórico-metodológicas (Lehmann 1993: viii): num primeiro período, surgiu e afirmou-se o método comparativo, aplicado a grandes quantidades de dados; em seguida, assistiu-se ao processo de reconstrução dos sistemas fonológico e morfológico de línguas e dialetos, com recurso ao método de reconstrução interna, mas ainda numa perspectiva mais fonética do que fonémica, uma vez que este tipo de análise ainda não alcançara estatuto teórico; finalmente, a última fase foi ou é a da aplicação dos referidos métodos a outros níveis de funcionamento linguístico (por exemplo, sintaxe), ao mesmo tempo com maior enfoque nos resultados da tipologia linguística.

Ressalta desta visão histórica a importância da indo-europeística como campo de investigação onde se desenvolveram dois métodos complementares, o método

³² Watkins (2000: x) fala entusiasticamente da indo-europeística de finais do século XX: “The last decades of the 20th have happily witnessed a resurgence of Indo-European studies, catalyzed by advances in linguistic theory and an increase in the available data that have resulted in a picture of the reconstructed protolanguage that is, in a word, tighter. The grammar of Indo-European today is more thoroughly organized and more sharply focused, at all levels. There fewer loose ends, fewer hazy areas, and those that remain are more clearly identified as such. New etymologies continue to be made, new roots are recognized, and older etymologies undergo revision to incorporate new evidence and better analyses [...]”

comparativo e a reconstrução interna, hoje cruciais para a linguística histórica, particularmente em estudos diacrónicos extensíveis a outras famílias linguísticas (ver Campbell 1998: 108-162 e 201-219; Rankin 2003: 183-212). O método comparativo define-se como um conjunto de técnicas que permitem comparar regularidades fónicas e morfológicas de formas vocabulares de línguas diferentes — partindo da hipótese de tais formas terem a mesma origem (por isso, são chamados cognatos) e de as línguas a que pertencem serem aparentadas —, com a finalidade de reconstruir uma língua comum antepassada (protolíngua) bem como identificar as mudanças operadas na evolução e diferenciação da mesma (ver Rankin 2003: 183, Campbell 1998: 108/109 e Campbell e Mixco 2007, s.v. *comparative method*). Em relação ao método comparativo, importa não confundir a hipótese de parentesco com a simples identificação de semelhanças entre línguas; não é disso que se trata, já que tal hipótese antes se funda na deteção de correspondências regulares.³³ O método de reconstrução interna, por seu lado, cinge-se à análise de uma única língua, visando inferir aspetos diacrónicos mediante as irregularidades e alomorfias detetadas numa dada sincronia (Ringe 2003: 244; ver também Fox 1995: 145-184, Campbell 1998: 201 e Campbell e Mixco 2007, s.v. *internal reconstruction*).³⁴

O sucesso destes métodos tem sido não só confirmado pelos resultados da sua aplicação a novas fontes para estudos diacrónicos mas também reforçado pela convergência do método comparativo com a aplicação, à sincronia das línguas atuais, de diferentes quadros teóricos que competem entre si e se sucedem na história da linguística, entre os quais, se salienta o paradigma estruturalista. Fox (1995: 37-50), por exemplo, releva a estreita relação entre os resultados do estruturalismo das décadas de 30 a 70 do século XX e os do método comparativo da passagem do século XIX ao XX, sugerindo que as propostas de reconstrução dos neogramáticos configuravam uma perspetiva estruturalista “avant la lettre”.³⁵ Com efeito, as etapas do método comparativo coincidem

³³ Numa crítica aos trabalhos de Greenberg sobre tipologia e identificação de famílias linguísticas (*phyla* ou *hipertaxa*), Lass (1997: 163) denuncia a falta de consistência do critério de semelhança (itálico no original): “All ‘similarity’-based (purely phenetic [sic]) taxonomies, if they claim to be phylogenetic, miss the real point: *phylogenetic taxonomies are based on homologies, not analogies*. And in linguistics the only solid definition of homology is ‘regular correspondence’, which is itself justified only by the possibility of reconstruction.”

³⁴ Ver também Fox (1995: 57-91 e 145-184) e Lehmann (1993: 27-37).

³⁵ “[...] [I]n practice much, indeed most, apparently phonetic reconstruction is really phonological. In the first place, most of the initial data to which the Comparative Method has been applied is from written sources, and the representation of sounds in such data, as in most orthographic practice, is phonological in character, that is, the letters tend to represent phonemes. [...] It may also be argued that the Comparative Method itself, which deals with sameness and difference of the relationships between sounds, is to a large

com os critérios definidores de uma unidade estrutural; e, pensando em Saussure simultaneamente como indo-europeísta e “pai” do estruturalismo,³⁶ é mesmo possível compreender melhor o papel pioneiro que o método comparativo teve para as concepções sobre a linguagem e as línguas naturais de grande parte do século XX (ibidem). O estruturalismo, por sua vez, permitiu ao método comparativo explicitar os procedimentos aplicados e dar-lhes rigor (Fox 1995: 45/46).³⁷

A atualidade do método de reconstrução interna fica também manifesta no confronto com as propostas teóricas do século XX, sendo possível realçar um amplo acercamento à fonologia clássica generativista. Fox (1995: 207/208) aponta a semelhança entre a ordem das regras fonológicas, tal como se propõe em Chomsky e Halle (1968), e a sequencialização dos processos de mudanças fonológica. Todavia, Fox não afirma ter-se verificado o impacto de um quadro teórico específico sobre o método de reconstrução interna, antes sugerindo resultados afins, passíveis de diferentes interpretações: sincrónica, como é a da fonologia generativista clássica, ou histórica, na perspetiva da reconstrução interna³⁸

Mas se a indo-europeística teve um papel fundador na emergência das ciências da linguagem e soube também adaptar-se aos tempos, é inegável encontrarem-se pontos de permanência nesta área de investigação. Na verdade, e apesar da constante evolução teórica e metodológica dos estudos sobre a família indo-europeia, ainda hoje se pode afirmar que o inventário de unidades fónicas do proto-indo-europeu reconstruído por K. Brugmann (Brugmann e Delbrück 1897-1916), no contexto das propostas teóricas e

extent inherently phonemic.” (Fox 1995: 42). É, no entanto, discutível que a prática ortográfica possa ser genericamente identificada com uma representação de tipo fonológico, porque a escrita apresenta fenómenos como os da logografia, suscetíveis de alterarem esse suposto carácter transcritivo. Basta pensar nas incoerências do sistema ortográfico do inglês.

³⁶ Matthews (2001: 7) destaca precisamente o papel de Saussure na reconstrução da estrutura da protolíngua: “It was established early in the nineteenth century that [most languages in Europe with those from Persia to Southern India] [...] had developed from a common prehistoric language; but it was not until the 1870s, when Saussure was a student in Leipzig, that, in Leipzig especially, the structure of that language was first satisfactorily reconstructed. It was not that of any ancient language historically attested: not that of Latin, nor of Greek, nor even, as had still been assumed in some important respects in the 1860s, of the ancient language Sanskrit. Nor was its reconstruction simply a matter of comparting individual units. It was precisely the structure that was recovered. Saussure’s first book was written in Leipzig, and was itself a striking contribution to this enterprise. [...]”

³⁷ Não obstante, na perspetiva generativista, há quem defenda que o recurso do método comparativo à analogia na explicação da mudança linguística poderia encontrar melhor saída num quadro teórico que incluísse regras ordenadas tal como se propõe no modelo de Chomsky e Halle 1968 (Fox 1995: 48). Fox nega essa limitação, considerando que a analogia pode também intervir na base fonológica em que se aplicam as regras, bem como apontando que, no método comparativo, há também uma ordenação, não de regras, mas de processos históricos (idem, p. 49).

³⁸ Em Fox (1995: 50-52), classifica-se como prematura a avaliação do impacto da fonologia SPE e pós-SPE nos métodos aqui em discussão.

metodológicas dos neogramáticos, constitui um marco histórico e teórico para grande parte dos estudos sobre as línguas indo-europeias (Andrade 2007: 24).³⁹ Ilustrativo desta situação é o facto de as raízes inventariadas por J. Pokorny no seu *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch* (1959), referência e síntese do campo da indo-europeística (Watkins 2000: xi), ainda pressuporem unidades fónicas reconstruídas segundo esse modelo.⁴⁰

Segundo Lehmann (1952), a reconstrução do inventário de sons alcançou certa estabilidade em duas fases na indo-europeística do século XIX: primeiro, as consoantes, entre 1860 e 1880; posteriormente as vogais, embora algumas divergências sejam notórias entre as reconstruções de Brugman, Hirt, Meillet e Saussure (idem). Como é característico da linguística do século XIX, trata-se de conjuntos de entidades fonéticas e não fonológicas (fonémicas), uma vez que não havia a preocupação de definir padrões distribucionais (Lehmann 1952: 1.1.). É ainda de frisar o facto de tal reconstrução configurar uma projecção das estruturas fónicas e morfológicas do grego antigo e do sânscrito.⁴¹

O inventário de consoantes em (1) é o que Lehmann (1952: 1.1.) dá como consensual na descrição oitocentista do inventário de sons do proto-indo-europeu..

³⁹. É também o que se pode concluir de afirmações produzidas em obras mais ou menos recentes. Por exemplo, Fortson (2010: 53) considera que o sistema fonológico do proto-indo-europeu por ele apresentado, constituído por 25 consoantes e 10 vogais, é em grande parte o que foi estabelecido em finais do século XIX, posição interpretável como o reconhecimento do legado brugmanniano, tendo em conta a data de publicação do *Grundriss*, exatamente na transição de século (1897-1916). Lehmann (1952, edição online, nota do autor) assinala também a filiação no sistema de Brugmann por parte dos sistemas apresentados por Beekes (1995), Szemerényi (1996) e Mayrhofer (1986). Villar (1995: 181), por seu lado, refere a prevalência deste modelo ainda em certos meios: “K. Brugmann, el más ilustre de los neogramáticos, emprendió una magna empresa de reconstrucción que se substanció en una obra de vários volúmenes a la que dio por título *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Las líneas maestras de la doctrina allí incluida fueron consideradas por muchos en su época como el resultado incontrovertible y definitivo de nuestra ciencia. La reconstrucción de la lengua común podía considerarse básicamente concluída, a falta de tan sólo pequeños marginales o complementarios. Y para varias generaciones de especialistas el *Grundriss* de Brugmann fue algo así como la Biblia de indogermanística. Para los más conservadores aún continúa siéndolo.”

⁴⁰ É certamente por causa dessa estreita relação que Mallory e Adams (1997: xiii) referem Pokorny (1959) como “[...] the standard, though somewhat dated, etymological compendium of Indo-European languages [...]”. Quase uma década depois, em 2006, os mesmo autores declaram que “[...] Pokorny (1959) remains the starting point for most discussion [...]”. É, pois, legítimo afirmar que muito das reconstruções discutidas na indo-europeística contemporânea são devedoras do modelo brugmanniano.

⁴¹ Esta perspectiva sobre o modelo neogramático continua a ser aceite atualmente. Por exemplo, Jay Jasanoff, professor de Indo-Europeu e de Linguística Histórica na Universidade de Harvard, retoma esta avaliação da genealogia dos primeiras versões dos sons da protolíngua em página pessoal (<http://www.people.fas.harvard.edu/~jasanoff/>), considerando que o sistema de sons do proto-indo-europeu reconstruído pelos neogramáticos constituía um modelo que refletia a estrutura do sânscrito e do grego.

$$(1) \quad p \ b \ ph \ bh \ t \ d \ t^h \ d^h \ k \ g \ kh \ gh \ k^h \ g^h \ k^w \ g^w \ k^{wh} \ g^{wh} \ s \ z \ m \ n \ n \ \eta \ r \ l \ w \ y^{42}$$

$$p \ ph \ \delta \ \delta^h$$

É de salientar que no inventário em (1) se incluem as espirantes [p ph δ δ^h], que já não fazem parte das diferentes versões do sistema atualmente aceites. Também a nasal palatal *n* e a nasal velar *ŋ* deixaram de ser consideradas na literatura.

Em (2), apresenta-se a formulação brugmanniana dos sistema vocálico, segundo Lehmann (1952: 1.3.):

$$(2) \quad e \ o \ a \ i \ u \ \partial \ \bar{e} \ \bar{o} \ \bar{a} \ , \ \bar{i} \ \bar{u};$$

$$ei \ oi \ ai \ eu \ ou \ \partial i \ \partial u \ \bar{e}i \ \bar{o}i \ \bar{a}i \ \bar{e}u \ \bar{o}u \ \bar{a}u;$$

$$l \ m \ n \ n \ \eta \ r \ \bar{l} \ \bar{m} \ \bar{n} \ \bar{n} \ \bar{\eta} \ \bar{r}^{43}$$

Note-se que este sistema vocálico só o é impropriamente, dado incluir, além de vogais e ditongos, as soantes *l m n n η r l̄ m̄ n̄ n̄ η̄ r̄*.⁴³ A possibilidade de estas poderem constituir núcleo de sílaba justifica a inclusão no elenco das vogais.

A investigação e as descobertas feitas no século XX obrigaram, apesar de tudo, a rever os sistemas expostos em (1) e (2) Assim, as peculiaridades distribucionais de algumas das unidades reconstruídas e a descoberta das línguas anatólias de certo modo puseram em causa o sistema brugmanniano, pelo que, embora este continue a ser aceite por muitos investigadores, novas unidades e novas classes têm sido propostas, umas obtendo consenso, outras com pouca ou nenhuma aceitação. Por outro lado, como já foi dito, ao longo desse século, a conceituação dos sons reconstruídos, não podendo ficar indiferente à evolução teórica dos estudos linguísticos, foi sendo marcada pelo legado de Saussure e depois, pela investigação inspirada nos trabalhos de Noam Chomsky. Assim se compreende que Lehmann (1952) apresente a sua própria proposta de reconstrução como um sistema de unidades fonológicas, em lugar de um sistema de unidades fonéticas

⁴² O conjunto de consoantes em (1) aparece entre parênteses em Lehmann (1952: 1.1.), devido ao seu carácter fonético. Neste trabalho, optou-se por apresentá-los sem parênteses, em itálico, tal como acontece com as vogais em (2) na fonte consultada (Lehmann 1952: 1.3.).

⁴³ Há que ter também em conta a formulação de Hirt (1921), que introduz algumas alterações e teve repercussão significativa nos estudos indo-europeus até ao fim da primeira metade do século XX (Lehmann 1952: 1.3., n. 8).

como era o do inventário de Brugmann. Mas, sublinhe-se, a perspectiva estruturalista já assoma na obra de outros indo-europeístas que não Saussure. É o caso de Meillet (1937 [1912]), cuja posição Lehmann (1952: 1.1.) descreve como intermédia, entre Brugmann e Saussure: “[...] Meillet too wavers between a phonetic and a phonemic basis of classification.”

Não obstante a sólida metodologia em que se alicerça, a linguística indo-europeia comporta ainda hoje um certo grau de diversidade na descrição e nas propostas de análise. O cotejo de obras recentes (Meier-Brügger 2003, Clackson 2007, Fortson 2010, Mallory e Adams 2006) isola frequentemente disparidades na notação e na classificação das unidades do sistema, não se igualando o grau de uniformidade descritiva alcançado pela *International Phonetic Association*, nem se procurando adotar os instrumentos e os critérios desta instituição.⁴⁴ É mesmo possível traçar uma genealogia de tais divergências, que também o são no plano teórico. Andrade (2007: 24) refere duas variantes no sistema fixado no século XIX pelos neogramáticos: “[...] a variante alemã, representada por Karl Brugman, por exemplo, de base fonética, e a variante francesa, essencialmente representada por Antoine Meillet, de base fonológica.” Villar (1995: 181-182), por seu lado, destaca, em contraponto com o modelo de Brugmann, o caráter inovador das propostas de Meillet, que puseram em causa o dogmatismo das daquele neogramático alemão; para o investigador espanhol, nas décadas mais recentes ter-se-á até assistido ao “desmoronamiento de casi todos los dogmas tradicionales”.

Contrariando a visão algo apocalíptica de Villar, parece exagero afirmar que a situação da indo-europeística de hoje é crise generalizada ou de revolução em curso. A questão não é tanto a de os dogmas tradicionais terem sido postos em causa, como a de tornar-se agora perceptível a estabilização de um modelo de origem brugmanniana, à volta do qual existe algum consenso, pelo menos, no mundo académico de língua inglesa. Por exemplo, Jay Jasanoff e outros investigadores (que não apenas do mundo anglo-saxão, como é o caso de Villar) vincam um contraste histórico entre esse modelo-matriz e o da atualidade, pressupondo este a reconstrução das laringais enquanto desenvolvimento da hipótese dos coeficientes consonânticos, elaborada por Saussure em plena vigência do

⁴⁴ O tipo de notação empregado em estudos de indo-europeística não é o mesmo que o do *International Phonetic Alphabet* (IPA), como observa Fortson (2010: 33) em advertência aos seus leitores: “The notation of the reconstructed sounds of PIE [proto-indo-european] has its own history. Readers familiar with the International Phonetic Alphabet (IPA), a universal phonetic transcription system devised in the late nineteenth century, need to be aware that the notation of PIE sounds is similar to, but not identical with, that of the IPA. [...]”

pensamento neogramático. Jasanoff filia precisamente o modelo atual nessa herança: “The phonological system assumed by most Indo-Europeanists today is similar to Saussure's system of a hundred years ago [...]”.⁴⁵

Sejam quais forem as correntes a inventariar na indo-europeística contemporânea, convém referir que existe uma questão prévia de caráter epistemológico e metodológico: a do estatuto da reconstituição dos sons do proto-indo-europeu. Por exemplo, Villar (1995: 170) encontra duas tendências de reconstrução, que ele apelida algébrica e realista: a primeira, encarando as correlações entre as unidades de línguas diferentes como equações em que o fonema reconstruído é uma incógnita ($th/f/dh = x$), tem por resultado um sistema abstrato de equações; a segunda corrente pretende reconstruir uma língua real e não um conjunto de abstrações. Na verdade, o que acontece na indo-europeística é que as duas tendências parecem ser complementares; caso contrário, como diz Villar (1995: *ibidem*), “si la Linguística Histórico-Comparativa solo pudiera establecer un sistema abstracto de correlaciones, dejaría de ser en rigor una ciência histórica [...]”.

Clackson (2007: 27) considera que, não obstante existir consenso sobre a possibilidade de reconstruir com rigor o sistema ou inventário fonológico do proto-indo-europeu, o mesmo não sucede a respeito do conhecimento exato da realização fonética dessas unidades. Com efeito, não se pode saber como eram realizados os fonemas reconstruídos, ao contrário dos das línguas atestadas: «[...] in some cases it is possible to argue for widely divergent phonetic realisations of a PIE phoneme.” (Clackson: 2007: 32). Meier-Brügger (2003: 72), por seu lado, define as unidades do sistema reconstituído como fonemas.⁴⁶ Vê-se assim que tanto Meier-Brügger (2003) como Clackson (2007) conferem às unidades reconstruídas caráter fonológico, o que não é exatamente o mesmo que dizer que a indo-europeística de hoje é constituída por um conjunto de equações. Na verdade, na reconstrução dos sons do proto-indo-europeu, atinge-se um nível de abstração que permite falar de um sistema fonológico e não de um inventário de unidade fónicas que inclua variantes contextuais: a definição das unidades é feita de acordo com um

⁴⁵ http://www.people.fas.harvard.edu/~jasanoff/indo_european.html [consultado em 27/02/2011]

⁴⁶ Como esclarece Meier-Brügger (2003: 72): “The present description of the Proto-Indo-European inventory of phonemes is consciously phonological and not phonetic. Giving priority to phonemes elevates indeed the transparency of reconstructions, but only at the cost of their presumably concrete phonetic reconstruction, e.g., PIE **ni-sd-ó* ‘nest,’ and not [**nizdó-*] (surely with a voiced *z* before the voiced *d*); PIE **steh₂-* ‘to walk, to position oneself,’ and not [**stah₂-*] (with vowel quality assimilation in the following laryngeals; PIE **d^hh₁tó*, and not [**d^hh₁°tó*] (with weak vowel [...]); Proto-Indo-European accusative plural **-ms*, and not [**-ns*] (with assimilation [...]); PIE **dems-poti-*, and not [**dens-poti-*] [...]”. Esta perspectiva conjuga-se com o imperativo metodológico de estabilizar um objeto de estudo não atestado de forma a assegurar condições para a aplicação de leis que tornem inteligíveis as relações genéticas e os processos de mudança linguística.

critério contrastivo, não se atribuindo às variantes contextuais função distintiva num sistema, procedimento que se identifica com princípios teóricos e metodológicos que decorrem de um quadro de referência estruturalista. Saliente-se que, quer em Meier-Brügger (2003) quer em Clackson (2007), a classificação das unidades fónicas é também a “clássica”, isto é, consideram-se categorias ou classes naturais de segmentos, definidas pelo modo e pelo ponto de articulação, sem que se apliquem, pelo menos nos resultados do método comparativo, análises mais recentes como a da fonologia não-linear ou a do modelo da geometria de traços.

Sobre a incidência da sociolinguística e a despeito do ceticismo de autores como Anthony Fox,⁴⁷ torna-se manifesta a discussão de um eventual contributo para a indo-europeística em Clackson (2007). Este investigador adverte que o método comparativo não deve ficar alheado das conclusões da sociolinguística quando se trata de entender melhor a mudança e variação linguísticas (2007: 32/33):

“With the benefit of sociolinguistic studies on language variation and change, we now have a better understanding of sound-change than the nineteenth promulgators of sound-laws. The ‘laws’ of phonological change are more analogous to the laws of economics or other social sciences rather than the absolute entities of the natural sciences. We now know, from the pioneering studies by Labov and others in the last few decades, that sound-change does not happen overnight, but spreads gradually through a community of speakers, borne along by factors such as sociolinguistic prestige. These modern studies have shown that sound-changes are not ‘exceptionless’: some changes may not spread to all words in the lexicon, and indeed some sound-changes may remain restricted to certain groups in a speech community. For the historical linguist, however, the regularity of sound-change is a convenient fiction, which gives a close approximation to actual phonological developments in real languages. Inevitably, when one undertakes detailed studies of sound-changes in progress the picture is much messier.”

⁴⁷ Para Fox é inviável a compatibilidade do método comparativo com a sociolinguística de inspiração laboviana: “It must be pointed out that although sociolinguistic perspectives have provided us with a methodology and a suitable interpretative strategy for the study of change in progress in current or well-attested languages, they have not yet provided us with a viable alternative to the Comparative Method for the reconstruction of languages in more remote, prehistoric periods.” Finalmente, quanto à tipologia linguística, sem lhe negar o papel que tem na monitorização do realismo das reconstruções, Fox alerta para a possibilidade de os sistemas reconstruídos configurarem exceções aos cânones das teorias tipológicas (1995: 53).

Esta passagem torna sensível o dilema fundamental da reconstrução do protoindo-europeu: como reconstruir as unidades de análise de uma protolíngua, quando os processos fonéticos e fonológicos das línguas em que se apoia a reconstrução sofreram a interferência de numerosos fatores externos (por exemplo, sociolinguísticos)? A resposta de hoje a este problema não se fica pela tomada de consciência do facto de as leis de mudança fonológica terem exceções, aceitando-se a necessidade de uma perspetiva menos rígida sobre o funcionamento linguístico e mais realista quanto aos limites dos métodos empregados na reconstrução. A própria maneira como se encaram os sistemas gramaticais do protoindo-europeu é mais dinâmica do que a existente há mais de um século, porque haverá que admitir a variação diacrónica e sincrónica que precedeu a separação das diferentes línguas-filhas.⁴⁸ Como sublinha Villar (1995: 182), a descoberta das línguas anatólias certamente contribuiu para se diferenciarem etapas históricas na reconstrução da língua-mãe. Na verdade, a flexão no protoindo-europeu tem sido repensada face aos dados do ramo anatólio, que não inclui as categorias postuladas anteriormente em modelos inspirados no grego e no sânscrito.⁴⁹ É também provável que

⁴⁸ Anthony (2007: 15), discutindo o contributo da reconstrução do protoindo-europeu para a arqueologia, sugere que esta conceção dinâmica da génese das línguas decorre de mudanças de mentalidade na transição para o século XXI: “As interest in the phenomenon of cultural convergence increased during the 1980s, thoughtful academics began to reconsider languages and cultures that had once been interpreted as individual, distinct entities. Even standard languages began to be seen as creoles, mixed tongues with multiple origins. In Indo-European studies this movement sowed doubt about the very concept of language families and the branching tree models that illustrated them., and some declared the search for any proto-language as delusion. Many ascribed the similarities between the Indo-European languages to convergence between neighboring languages that had distinct historical origins, implying that never had was a single proto-language.” No entanto, Anthony (ibidem) rejeita a possibilidade de o protoindo-europeu ter resultado de processos de creolização ou convergência: “Linguists have now established that the similarities between the Indo-European languages are the kinds of similarities produced by creolization and convergence. None of the Indo-European languages looks at all like a creole. The Indo-European languages must have replaced non-Indo-European languages rather than creolizing with them. Of course, there was inter-language borrowing, but it did not reach the extreme level of mixing and structural simplification seen in all creoles [...]” Convém assinalar que é discutível o conceito de simplificação associado à descrição dos crioulos, conforme argumenta Klein 2006.

⁴⁹ A propósito da importância do hitita para a reconstrução do protoindo-europeu, Adrados (1972: 46) sustenta o seguinte: “El hecho de haber sido descifrado el hitita con posterioridad a los grandes Manuales de Brugmann y Hirt, esto es, a las reconstrucciones clásicas del Indoeuropeo, ha hecho que todo aquello que en el Anatolio no encaja con la reconstrucción brugmanniana haya sido mirado con sospecha y se haya tendido a explicarlo como innovación, distorsionando los hechos. Y, sin embargo, en el anatolio encontramos cosas que sobre la base de las demás lenguas era forzoso reconstruir para el Indoeuropeo más arcaico: la falta de oposición de los géneros masculino y femenino, la falta de oposiciones de temas dentro del mismo verbo, etcétera, por no hablar de rasgos fonéticos como la conservación parcial de las laringales, que confirma asombrosamente la reconstrucción por Saussure de estos fonemas desde 1879.” Face ao comportamento das línguas anatólias, Adrados tem vindo a identificar três fases de desenvolvimento do prot-indo-europeu (IE): o IE I, não flexional; o IE II, monotemático; e o indo-europeu clássico, com duas variantes, o IE III A, donde se desenvolveram o grego, o arménio e o indo-irânio; e o IE III B, que está na

mesmo esta nova reconstrução não consiga captar globalmente a dinâmica histórica do protoindo-europeu quer por falta de dados quer por aspetos inerentes aos métodos utilizados. Reconstruir uma língua revela-se uma tarefa mais limitada, à medida que se recua no passado; é essa a ilação de Villar (1995: 182):

“[...] [P]enetrar en sucesivos estadios evolutivos de nuestra tradición lingüística es científicamente legítimo e metodológicamente factible. Pero la reconstrucción va adquiriendo características diferentes de la meramente comparativa a medida que profundizamos [sic] más hacia atrás, generalmente con la ayuda de criterios de índole *interna*. Y uno de esos rasgos diferenciales es precisamente la dificultad de trazar sucesivos panoramas del conjunto de la lengua. En mi opinión, el precio que hay que pagar por adentrarse en la prehistoria profunda de nuestra familia lingüística es precisamente el de ver disminuido el grado de certeza de nuestras conclusiones y el de tener que contentarnos con visiones parcializadas de los diferentes subsistemas.”

A reconstrução do sistema fonológico protoindo-europeu é, portanto, assunto controverso e tem dado origem a variadas visões de conjunto ao longo da história da indoeuropeística. No rescaldo das discussões desencadeadas pelas várias teorias propostas ao longo do século XX, naturalmente que continuam a encontrar-se pontos de convergência e de discordância entre diferentes investigadores, como se pode verificar em trabalhos recentes. Disto é exemplo a comparação entre o inventário fonológico de Meier-Brügger (2003:71) e o de Clackson (2007: 34). Tratando-se de sínteses recentes com impacto nos estudos introdutórios ao proto-indo-europeu, o seu confronto no quadro 1.6.1 dá relevo aos contrastes e às semelhanças entre elas existentes (a ordem de apresentação das unidades no quadro não é a dos quadros das obras em referência nem a da discussão associada).

origem das restantes ramos indo-europeus a que pertencem as línguas indo-europeias contemporâneas (ver Adrados 2008: 55-83).

Quadro 1.6.1.1 – Comparação dos inventários fonológicos
de Meier-Brügger (2003:71) e Clackson (2007: 32)

Meier-Brügger 2003		Clackson 2007	
Vogais	Vogais: *i, *e, *a, *o, *u *ī, *ē, *ā, *ō, *ū	Vogais	breves: *e, *o, (*a) longas *ē, *ō, (*ā)
	ditongos: *ei, *ai, *oi *eu, *au, *ou		
	Semivogais: *i, *u	Soantes	“contínuas”: *r, *l, *y, *w nasais: *m, *n
Consoantes	líquidas: *l [*l̥], *r [*r̥] nasais: *m [*m̥] *n [*n̥]		
	dentais: *t, *d, *d ^h labiais: *p, *b, *b ^h palatais: *k̑, *g̑, *g ^h velares: *k, *g, *g ^h labiovelares: *k ^w , *g ^w , *g ^{wh}	Consoantes	Oclusivas dentais: *t, *d, *d ^h labiais: *p, (*b), *b ^h palatais: *k̑, *g̑, *g ^h velares: *k, *g, *g ^h labiovelares: *k ^w , *g ^w , *g ^{wh}
	“contínuas”: *s		fricativas: dental: *s
	Laringais: *h ₁ , *h ₁ , *h ₃		“laringais”: velares: *h ₁ , *h ₂ , *h ₃

Num primeiro confronto, os inventários do quadro 1 evidenciam semelhanças, mas avultam também diferenças quanto à notação, à classificação e ao número de unidades inventariadas que podem afigurar-se problemáticas em certos tipos de estudo que requeiram a estabilidade das formas a identificar (por exemplo, em etimologia). Como se disse, tais diferenças manifestam-se no próprio uso notacional e terminológico, por não haver um sistema padronizado, indiciando práticas académicas e perspectivas teóricas nem sempre conciliáveis, como aliás se verifica no confronto com outras obras introdutórias à indo-europeística.⁵⁰ Assim, Meier-Brügger (2003: 71), declarando recorrer ao sistema de Forssman (1988: 61), apresenta inicialmente uma lista em que os fonemas se distribuem por classes naturais, sem se estabelecer o contraste entre vogais e consoantes; no entanto, na exposição subsequente, os fonemas estão distribuídos claramente em duas grandes

⁵⁰ Por exemplo, as oclusivas palatais são representadas em Beekes (1995: 124) e Clackson (2003) por *k̑*, *g̑* e *g^h*; em Meier-Brügger (2003: 71) por **k̑*, **g̑*, **g^h*; em Fortson (2010: 56), por *k̑*, *g̑* e *g^h*; em Mallory e Adams (2006: 51) e Watkins (1995: 66) por *k̑*, *g̑* e *g^h*. Outras pequenas discrepâncias se podem encontrar em relação à representação das laringais — *H₁*, *H₂*, *H₃* ou *ə₁*, *ə₂*, *ə₃* (cf. Fortson 2010: 62) — embora as próprias obras introdutórias aqui consultadas deem conta dessas variantes.

classes, as vogais e as consoantes (2003: 75 e 96). Em Clackson (2007), a notação e a classificação de fonemas são semelhantes às usadas por Lehmann (1952). Ainda como Lehmann, Clackson também considera três classes de fonemas, a saber, vogais, soantes e consoantes. Neste contexto, compreende-se melhor que, na definição do elenco fonológico do protoindo-europeu, ressaltem, em particular, divergências no tocante à definição das semivogais: constituem uma subclasse vocálica em Meier-Brügger, mas são membros da classe das soantes em Clackson. Sobre a existência e distribuição de **a*, **b* e das vogais longas, tampouco há consenso.

Não obstante, como se verá a seguir, existem também pontos coincidentes entre Meier-Brügger e Clackson, podendo afirmar-se haver acordo quanto à descrição das fricativas e das laringais. É possível até afirmar que o sistema apresentado por Clackson (2007) constitui aquilo que Jasonoff considera o novo consenso sobre o sistema fonológico do protoindo-europeu (cf. *supra*). Deste modo, nas secções que se seguem, serão apresentados e comentados os sistemas de consoantes, soantes e vogais, seguindo a classificação tripartida de Clackson (2007), mas acompanhando de perto Meier-Brügger (2003).

1.6.1.1. Consoantes

Os reportórios consonânticos atualmente mais consensuais excluem, por um lado, certas unidades propostas pela herança de Brugmann e, por outro lado, integram uma pequena classe ou um pequeno conjunto de unidades, normalmente, de três elementos — trata-se de três laringais (*h*₁, *h*₂ e *h*₃) —, cuja descoberta se deve a Saussure (1879).

A subclasse das oclusivas distribui-se por três séries (surdas, sonoras e sonoras aspiradas) e as fricativas parecem limitar-se a **s*, como se indica em (3) e (4).⁵¹

(3) oclusivas

surdas:	<i>*p, *t, *k, *k', k^w</i>
sonoras:	<i>*b, *d, *g, *g', g^w</i>
sonoras aspiradas:	<i>*b^h, d^h, g^h, g^ʰ, g^{wh}</i>

⁵¹ As oclusivas palatais seguem a notação de Clackson (2007), por ser a mais acessível num teclado de computador: **k'*, **g'*, *gh*, *g^ʰ*.

(4) fricativa: *s

Assinale-se que o conjunto de consoantes indicado em (3) pode ter outra descrição fonética, indo ao encontro da dificuldade de explicar a raridade de um sistema como o apresentado em (3) e (4), que inclui oclusivas sonoras aspiradas, mas não apresenta oclusiva surdas aspiradas. Além disso, o estatuto de *b é problemático, dada a sua baixa frequência na reconstrução do sistema de consoantes. Estes dois factos, a ausência de oclusivas surdas aspiradas e a particularidade da baixa frequência de *b, são os que estão na base da da teoria glotalica, a abordar na secção 1.6.1.3.

Mas contam-se outras unidades cuja reconstrução não tem suscitado menos debate. Por exemplo, a existência das palatais *k* e *g* e *g*^h não é incontroversa. Meillet (1937: 94) considerava que as palatais são uma inovação das línguas *satem*,⁵² pelo que negava que elas constituíssem uma terceira série do proto-indo-europeu. Em época mais recente, Martinet (1986: 135) partilhava a mesma visão.⁵³ Quanto às fricativas, aceita-se a existência de, pelo menos, uma, *s, embora se proponha por vezes uma outra, *þ (thorn), com um alofone sonoro, *ð (eth), reconstruções que literatura mais recente considera produtos secundários (cf. Meyer-Brügger 2003: 71). Refira-se ainda que não se incluem em (3) e (4) as laringais, porque estas serão tratadas mais adiante (ver secção 1.6.1.3); de qualquer modo, desde já se diga que a sua descrição fonética ainda não alcançou unanimidade.

Retomando o contraste entre Meier-Brügger (2003) e Clackson (2007), diga-se que estas propostas divergem no tocante às nasais e às líquidas, parte das consoantes no primeiro autor, mas classe à parte no segundo. Observe-se que o estatuto de soantes das nasais e das líquidas está estreitamente ligado à reconstrução da estrutura das raízes do protoindo-europeu (ver secção sobre morfofonologia; cf. Clackson 2007: 34). Refira-se ainda que, embora os dois autores coloquem as laringais entre as consoantes, a estrutura das raízes e das sílabas reconstruídas sugerem a sua ocorrência igualmente como núcleo de sílaba.

⁵² Nas línguas *satem* (avéstico *satəm*, ‘cem’), as velares palatais tornam-se fricativas ou africadas. Este grupo constituiria o ramo oriental da família indo-europeia, contrastando com o ramo ocidental, o das línguas *centum* (‘cem’ em latim, com [k] inicial), nas quais as velares palatais perderiam o traço palatal e convergiriam com as velares (cf. Campbell e Mixco 2007 e Fortson 2010: 58/59). Trata-se de uma divisão tradicional hoje com menos aceitação.

⁵³ Comenta Lehmann (1952): “Meillet, pointing out that the velars are found especially before *a*, *r*, at the end of roots especially after *u*, and after *s*, assumes that in other positions, that is in the neighborhood of sounds with fronted articulation, the PIE velars were palatalized in the *satem* dialects. [...]” Lehmann (1952: 2.1.b).

As sequências de consoantes são frequentes na reconstrução, sobretudo em começo de raiz ou palavra, sujeitas a uma escala de sonoridade, segundo a qual as oclusivas e as fricativas ocorrem antes das soantes (Fortson 2010: 64/65). Em posição inicial, as sequências podem contar com até três segmentos, podendo oclusivas, laringais e **u* ser geralmente seguidos de soante ou precedidos de **s* (**pro* ‘em frente’, **k^wrei-* ‘comprar’, *h₂ner-* ‘homem’, *u^leikw-* ‘fluir, líquido’, *s^keh₂i-* sombra, **streng-* ‘apertar’; ibidem); e em posição final os encontros consonânticos decorrem normalmente da adjunção de sufixos (idem: 64/65). As soantes **l*, **r*, **n* e **i* não podem começar sequências em princípio de palavra. Pormenores e comentários sobre a configuração de sílabas e raízes no protoindo-europeu encontram-se desenvolvidos na secção 1.6.2.

Sendo assim, na reconstrução do sistema de consoantes sobressaem atualmente duas teorias: a teoria das laringais que, decorrendo da descoberta das línguas anatólias e do desenvolvimento dos respetivos estudos, alcançou certa estabilidade e se encontra hoje consagrada entre a maioria dos indo-europeístas; a teoria glotálica, que tem sido muito contestada, se é que não está mesmo desacreditada.

1.6.1.2. As fricativas e a hipótese das consoantes laringais

Tanto Meier-Brügger (2003: 71 e 102) como Clackson (2007: 36) apresentam uma única fricativa, **s* (ver também Beekes 1995: 124). Esta particularidade do sistema fonológico reconstruído do protoindo-europeu, ou seja, a extrema escassez de fricativas, pode levantar dúvidas quanto à plausibilidade da própria reconstrução desse sistema.⁵⁴

⁵⁴ Refira-se que em algumas propostas de reconstrução figura uma fricativa representada como **p* (*thorn*; ver Clackson 2007: 36 e Meier-Brügger 2003: 105/106), que teria tido **ð* (*edh*) como correspondente sonora. Esta reconstrução apoia-se no facto de haver cognatos gregos e irlandeses com dental que contrastam com cognatos de outras línguas da família nos quais ocorre uma sibilante, como a seguir se ilustra (exemplos de Clackson 2007: 36; ver também Meier-Brügger 2003: 105/106):

- (i) **h₂rkpo-* ‘urso’: grego *árktos*, irlandês médio *art* / sânscrito *ṛkṣa-*, latim *ursus*,
**ghpom-* ‘terra’: grego *khthṓn*, irlandês médio *dú* / sânscrito *kṣam*

Em (i), verifica-se que *p* corresponde, por um lado, a uma oclusiva em grego e irlandês e, por outro, a uma fricativa em sânscrito e latim. Não obstante, dados do anatólio e do tocário levaram a que se considere atualmente que **p* é o resultado final de metátese da sequência de dental com oclusiva dorsal na língua-mãe (por exemplo, hitita *tekan* e tocário *tkam*, ambos significando ‘terra’). Meier-Brügger (2003: 106) comenta assim esta reconstrução: “[...] in place of PIE **g^hōm-* (‘earth’), a reconstruction of a paradigm with conventional consonants appears correct: Hitt. strong stem with nom.sg. *tēkan* < PIE **d^hég^hōm* and weak stem with gen. sg. *takn-* < Proto-Anat. **d^hg^hōm-* < **d^hG^hōm-*. While Anatolian, thanks to the schwa secundum, was able to keep the sound group paradigm-internal, elsewhere PIE **d^hg^hōm-* was simplified to **g^hm*. Compare: Gr. *χαμαί* ‘on the earth,’ Lat. *humī* ‘on the ground’ (from which, secondarily, *humus* f. ground developed [...]), Lith. *žẽmẽ*, OCS [Old Church Slavonic] *zemlja* ‘earth.’ Finally, in such a case as

Apesar de se admitir que *s tenha tido um alofone, *z, antes de consoante oclusiva sonora, prefere-se a notação *s por questões de maior adequação fonológica.⁵⁵

Como se disse, o sistema de fricativas do protoindo-europeu afigura-se muito limitado, sobretudo em confronto com a investigação em tipologia linguística. Mas é possível alargá-lo, se na sua reconstrução se incluírem laringais. A presença de segmentos laringais no sistema fonológico do protoindo-europeu é uma hipótese que, sob diferentes formulações, tem hoje aceitação geral como resultado de uma longa discussão que compreende duas fases históricas (Clackson 2007: 55-62): uma fase de arranque, assinalada por um estudo que Saussure publicou em 1879, e uma segunda fase, correspondente a um artigo publicado em 1927 por Jerzy Kuryłowicz (1895-1978), o qual mostrou que a decifração de textos em hitita apontava para a confirmação das hipóteses avançadas por Saussure.

Foi, portanto, em 1879, no estudo *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, que Ferdinand de Saussure procurou resolver um conjunto de questões relacionadas com alternâncias vocálicas (apofonia ou *ablaut*)⁵⁶ no grego e no sânscrito, mediante o postulado de “coeficientes sonantiques”, ou seja, “coeficientes sonânticos” (Fox 1995: 173; Meier-Brügge 2003: 110, Adrados e tal. 1995^a: 336/337). Estes coeficientes possibilitavam a resolução de algumas (aparentes) irregularidades nas alternâncias vocálicas. Assim, verificava-se que, em grego antigo, enquanto certas configurações apresentam ditongos e sequências de vogal + soante no grau-*e* ou grau-*o* que alternam com o grau-zero (por exemplo, *ei/eu/en/el* ~ *i/u/n/l*), outras configurações exibiam padrões irregulares: vogais **e*, **a* ou **o* no grau-*e*, qualquer vogal breve no grau-zero. É de Clackson (2007: 54) o exemplo abaixo apresentado:⁵⁷

that of the loc. sg. PIE *d^hǵ^hém*, the tautosyllabic *d^hǵ^h-* was transformed to *ǵ^hd^h-*, upon the basis of which both Gr. *k^hθ^h-* <χθ> and Ved. *ks* may be understood. [...]

⁵⁵ Observa Meier-Brügger (2003: 103): “[...] for practical reasons the phonetically correct notation is generally avoided in favor of the phonemically correct notation. For example, PIE **h₂ó-sd-o-* ‘branch’ is reconstructed in place of [*h₂o-zd-o-*] [...]”

⁵⁶ Adotam-se neste trabalho os termos *grau-e*, *grau-o*, *grau-zero*, *grau pleno*, *grau alongado* seguindo o uso e as definições de Andrade (2007: 27): “Um traço característico do indo-europeu é a existência de alternâncias vocálicas, chamada apofonia ou *ablaut*. Estas alternâncias serviam para expressar diferentes funções morfológicas. Em inglês, as alternâncias vocálicas dos verbos fortes como *write*, *wrote*, *give*, *gave*, que expressam o presente e o passado, são reflexos do *ablaut*. A forma de base é *-e-*, que pode parecer como *-o-* em determinadas circunstâncias, ou até desaparecer. Por isso se diz que as formas se apresentam, respectivamente, no grau-*e*, ou grau pleno, no grau-*o*, ou no grau-zero. Para além disso, *-e-* e *-o-* podiam ser longos, grau-alongado, resultando de uma contracção [...]” Ver também Fortson (2010: 79) e Campbell e Mixco (2007, s.v. *ablaut*).

⁵⁷ Segue-se também de forma muito resumida a exposição de Clackson (2007: 53-56), sem abordar os pormenores da aplicação dos coeficientes sonânticos ao sânscrito. Sobre este assunto ver Fox (1995: 173-175), Meier-Brügger (2003: 107-110).

(5) *leíp-o* ‘parto’ : *lé-loip-a* ‘parti’ : *é-líp-on* ‘parti’

Em (5), apresenta-se um padrão regular de alternância vocálica em grego, entre grau-e (*leíp-o*), grau-o (*lé-loip-a*) e grau zero (*é-líp-on*). No entanto, há raízes que fogem a esta regularidade, conforme se observa no quadro 1.6.1.2.1, simplificação de outro, disponível em Clackson (2007: 55):

Quadro 1.6.1.2.1– Séries de alternâncias irregulares (Clackson 2007:55)

grau-zero	grau-e	grau-o
<i>thetós</i> ‘colocado’	<i>*d^hē</i> <i>títhēmi</i> ‘coloco’	<i>*d^hō</i> <i>thōmós</i> , ‘monte de palha’
<i>statós</i> ‘que está em pé’	<i>*stā-</i> <i>éstēn</i> (dial. <i>estān</i>) ‘estava de pé’	<i>stō-</i>
<i>dotós</i> ‘dado’	<i>*dō-</i> <i>dídōmi</i> ‘dou’	<i>dō-</i> (cf. latim <i>dōnum</i> ‘dom, presente’)

No quadro 1.6.1.2.1, o grau-e é realizado por *ē*, *ā* ou *ō*, enquanto o grau zero varia entre *e*, *a* e *o*. Para explicar estas irregularidades, Saussure propôs a reconstrução de elementos não atestados, **A* e **O* (coeficientes sonânticos), possibilitando formular a hipótese de as raízes **stā* e *dō* terem sido antecedidas pelas formas **steA* e **d^heO*, respectivamente.⁵⁸ Quanto a casos como o da raiz **d^hē*, coube a outros investigadores propor anos depois a reconstrução de um elemento **E*, podendo assim derivar-se **d^hē* de *d^heE* (ibidem). Saussure mostrou igualmente que a sua proposta de coeficientes sonânticos era também válida para explicar aparentes irregularidades nas alternâncias do sistema verbal do sânscrito.

⁵⁸ “Thus the root meaning ‘give’ could be reconstructed as **deO-*, with a prehistoric change of **-eO* to *ō*, and the root meaning ‘stand’ could be reconstructed **steA* with a change of **-eA-* to *a*.” Clackson 2007: 55

Note-se que, embora inicialmente concebidas como vogais,⁵⁹ estas unidades são hoje classificadas como consoantes,⁶⁰ na esteira de uma argumentação que remonta aos trabalhos de Hermann Möller (1906) e Albert Cuny (1912) (citados por Meier-Brügger 2003: 110/111).⁶¹ Clackson sintetiza o contributo destes dois filólogos do seguinte modo (2007: 56/57):

“The principal scholars involved in formulating the laryngeal theory, as Kurylowicz used it, were the ‘outsider’ Möller and Cuny, who developed the theory in the hope of finding a way to connect Indo-European to the Semitic language family, and who are forever in danger of being written out of history. It was Möller who first recognised that Saussure’s system needed an **E* and it was he who first identified **A* and **O* as consonants, and it is Möller’s term, *laryngeals*, that has stuck. Cuny was the first to show clearly why the reconstructed **E*, **A* and **O* had to be consonants, arguing if any of them followed a member of the class of resonants (**r*, **l*, **m*, **n*) it was the resonant which became a vowel. Therefore **E*/**A*/**O* were more consonantal than the resonants. Cuny also stated clearly, and prophetically, that the lost consonants were ‘a sort of *h*’.”

Sublinhe-se igualmente que a hipótese das laringais não é apenas um produto do método comparativo e da reconstrução interna. O hitita e outras línguas anatólias, que, no primeiro quartel do século XX, foram classificadas como línguas indo-europeias, evidenciaram a existência de sons laringais nas posições que Saussure previra para os coeficientes sonânticos **A* e **O*. Como foi dito acima, deve-se, ao linguista polaco Jerzy Kuryłowicz a corroboração da proposta de Saussure, num artigo de 1927, onde deu relevo à presença, no hitita, de sons fricativos, normalmente transcritos como *h* e *h(h)*,

⁵⁹ “Saussure assumed that they [these sonant coefficients] were vowels, and indeed equated his **A* and **O* with vowels of the ancient languages.” Fox 1995: 178.

⁶⁰ “The primarily consonantal character of these PIE phonemes is uncontroversial” Meier-Brügger 2003: 107

⁶¹ “Cuny’s treatment contains a suggestion of the consonantal nature of *X* [uma laringal], which, in the case of the Saussure’s ‘coefficients’, had already been accepted by Hermann Möller in 1879/1880. Möller thought of laryngeals as they are familiar in Semitic languages: → H. Möller . *Semitisch und Indogermanisch, Teil I (Konsonanten)*, Copenhagen 1906, p.IV:

‘When Ferdinand de Saussure made his brilliant discovery of, as he called them, the ‘*phonèmes*’ *A* and *O* (Mémoire...), I immediately voiced the supposition (1879) that these fundamental elements, to which I added a third, were consonantal, and indeed glottals ... and claimed in 1889 that ‘they were probably gutturals as exist in Semitic languages’” Meier-Brügger (2003: 110/111)

defendendo que estes sons correspondiam à hipótese da laringal postulada por Cuny a partir do coeficiente sonântico *A de Saussure (Meier-Brügger 2003: 111; ver também Clackson 2007: 56/57 e Fox 1995: 180). Apesar de não ser fácil determinar em hitita o número destas fricativas nem o seu valor fonético, é possível supor, segundo Fox (1995: 181), a presença de dois segmentos, correspondentes aos coeficientes *E e *A. O quadro 1.6.1.2.2, retirado de Fox 1995: 181, ilustra essa possibilidade:

Quadro 1.6.1.2.2 - Relação da fricativa hitita com a laringal *h₂

<i>Hitita</i>	<i>Grego</i>	<i>Latim</i>	<i>Proto-indo-europeu</i>
/pahs/ ‘proteger’		/pa:sco/ ‘levar a pastar’ /pa:stor/ ‘pastor’	*peh ₂ s-
/hantezzi/ ‘primeiro’	/anti/ ‘contra’	/ante/ ‘antes’	*h ₂ ent-
/harkis/ ‘branco’	/argε:s/ ‘branco’		*h ₂ erg-

Nos exemplos do grego e do latim apresentados no quadro 1.6.1.2.2, verifica-se que a laringal *h₂* desaparece em posição de ataque no princípio de palavra e determina o alongamento de vogal quando fecha sílaba. É ainda de notar que nas três línguas o resultado de *h₂* é sempre *ā ou *a derivado, respetivamente, de *eh₂ e *h₂e.

Atualmente, as várias obras introdutórias incluem inventários de correspondências entre as laringais e os seus resultados nos vários ramos da família indo-europeia. Advirta-se que o número e a natureza fonética das laringais não têm sido consensuais entre os investigadores.⁶² No entanto, aceita-se como plausível a existência de subsistema de três unidades, com eventuais efeitos sobre a quantidade ou o timbre de vogais ou soantes contíguas: *h₁*, uma laringal “neutra”; *h₂*, ou de “coloração *a*”; *h₃*, ou de “coloração *o*”. (ver, para um tratamento mais pormenorizado, Meier-Brügger 2003: 111-124); ver também Clackson 2007: 57; Fox 1995: 175). Usa-se também H sempre que não é possível ou não é relevante descrever a natureza do segmento (Meier-Brügger 2003: 106). Também é de assinalar que as hipóteses acerca da fonética destas unidades nem sempre são exatamente coincidentes. Por exemplo, para Clackson (2007: 57), *h₁* representa um ataque glotal, *h₂* é uma fricativa recuada, velar ou faringal e *h₃*, uma fricativa recuada vozeada, talvez com arredondamento.⁶³ Meier-Brügger (2003: 107), por seu lado, segue

⁶² “There is [...] considerable disagreement about both the number and the phonetic character of these sounds [...]. Saussure’s and Møller theory requires three, one which has no effect on the nature of the vowel (*E), one which has an a-colouring effect (*A), and one which has an o-colouring effect (*O). They are sometimes transcribed as *H₁, H₂, and H₃, or as *ə₁, *ə₂, and *ə₃. However, some linguists (Sapir and Kurylowicz) have assumed four laryngeals, while others prefer only one. Martinet suggests a total of ten.” Fox 1995: 179

⁶³ Esta proposta é muito semelhante à de Beekes (1995: 126): “PIE had three laryngeals:

h₁ h₂ h₃

Mayrhofer (1986), Rix (1991) e Gippert (1993), para dizer que é rigorosa a proposta segundo a qual h_1 é uma “unmarked aspirate [h], h_2 , “a marked aspirated *ach* phoneme [χ]”, e h_3 , “a voiced velar (or labiovelar) fricative [ɣ], [ɣʷ]”. Se há, portanto, algum consenso à volta de fixar em três o número das consoantes laringais, nota-se, contudo, alguma hesitação na respetiva descrição fonética (velar? faringal?). É que, apesar de algum apoio em documentação, facultada pela decifração de textos em línguas do grupo anatólio, nunca é de mais recordar o caráter hipotético da reconstrução em causa.

1.6.1.3. As sonoras e as sonoras aspiradas: a hipótese glotalica

A reconstrução de $*b$ revela-se problemática, como problemática se afigura a reconstrução das oclusivas, podendo-se considerar que a discussão destas arrasta outra, a das consoantes glotalizadas. Meier-Brügger (2003: 129) admite a existência de $*b$, que ocorre, por exemplo, na raiz $*bel-$, reconstruída com base nas correspondências entre o latim *dē-bil-is*, ‘débil’, grego *βελ-τίων*, ‘melhor’ (< ‘mais forte’), védico *bála-*, ‘poder’, eslavão *bolijъ*, ‘maior’. Para Clackson (2007: 46), não há reconstruções seguras com $*b$ -inicial e poucas com $*b$ medial (ver também Fox 1995: 255). Esta baixa frequência é revelada não só pela distribuição de $*b$ mas também pela de toda a série sonora, a qual, além de $*b$ e $*d$, inclui $*g$, $*g'$, $*g$ e $*g^w$, revelando assim a sua natureza marcada, por oposição à série surda ($*p$, $*t$, $*k$, $*k'$, $*k$ e $*k^w$) e à série aspirada. Não obstante, a tipologia linguística indica que, do ponto de vista da marcação das formas linguísticas, as labiais são mais fortes do que as velares num sistema de oclusivas sonoras, pelo que seria de esperar uma maior frequência de tais unidades, incluindo $*b$, no proto-indo-europeu (Fox 1995: 257/258).

Estas peculiaridades da série vozeada associam-se a outras ligadas à reconstrução das oclusivas em proto-indo-europeu. Assim, perante a existência de quatro séries de oclusivas em sânscrito (surdas, sonoras, aspiradas surdas e aspiradas sonoras), afigurou-se válido um modelo de reconstrução também com quatro séries para o proto-indo-europeu (por exemplo, as dentais, $*t$, $*d$, $*t^h$ e $*d^h$; cf. Meier-Brügger 2003: 125). No entanto, a hipótese das surdas aspiradas no contexto da reconstrução foi abandonada, na

= ? ʃ ʃʷ

Note-se que, no Alfabeto Fonético Internacional (IPA 1999: ix), ? representa uma oclusiva glotal e ʃ uma fricativa faringal vozeada, sons existentes, por exemplo, numa língua semítica como o árabe (ver idem: 51-54).

sequência da descoberta das laringais: com este dado novo, o sânscrito *th* teria origem em **t + *h₂* e não em *t^h* (idem; ver também Beekes 1995: 131, Clackson 2007: 43/44). Mesmo assim, do ponto de vista tipológico, a consideração de um modelo de três séries dificulta igualmente a reconstrução, visto os dados da tipologia linguística apontarem para a anomalia constituída pela ausência de uma série de surdas aspiradas num paradigma que exhibe uma série de sonoras aspiradas (ver Jakobson 1958 citado por Fox 1995: 255).⁶⁴

Outra divergência do modelo tradicional de reconstrução das oclusivas em relação aos dados da tipologia linguística acha-se na inexistência de raízes morfológicas com duas oclusivas sonoras (**deg* ou **ged*; Fox 1995: 258). Mais uma vez, parece tratar-se de uma restrição anómala, a não ser em línguas que possuem oclusivas glotalizadas, como é o caso das do Cáucaso (idem; ver também Campbell e Mixco 2007, s.v. *glottalic theory*).

Visando atribuir novos valores fonéticos às três séries consonânticas, estas constatações levaram à formulação de propostas teóricas, entre as quais se destaca a teoria glotática, elaborada nas décadas de 70 e 80 nos trabalhos de Hopper (1973), Gamkrelidze e Ivanov (1973), Gamkrelidze (1976), (1981) e (1989). A reconstrução do sistema de consoantes de acordo com a hipótese glotática encontra-se exposto no quadro 1.6.1.3.1 com base em Clackson (2007: 45), Meier-Brügger (2003: 125), Beekes (1995:132/133) e Fox (1995:257):

Quadro 1.6.1.3.1 - Modelo tradicional vs. modelo glotático na reconstrução das oclusivas no proto-indo-europeu

	Modelo “tradicional	Modelo glotático
I	<i>*b, *d, *g, g^w</i>	<i>*p', *t', k', k^{w'}</i>
II	<i>*p, *t, *k</i>	<i>*p^[h], *t^[h], *k^[h]</i>
III	<i>*b^h, *d^h, *g^h</i>	<i>*b^[h], *d^[h], *g^[h]</i>

Como se pode inferir pelo quadro 1.6.1.3.1, a teoria glotática caracteriza-se globalmente pelos seguintes pressupostos:

⁶⁴ “When it became clear that PIE did not have voiceless aspirates, the series *p b b^h* remained from the system *p p^h b b^h*. As against a system such as this it was argued that it was hardly found anywhere in any of the known languages. One finds systems with *p^h* instead of *b^h*, or with *b^h* and *p^h* together. (The reason is that *p b p^h* display fewer distinctive features: *p* and *b* differ as – and + voice, *p* and *p^h* as – and + aspiration. In the reconstructed system the *b^h* was characterized by aspiration as well as voice.)” Beekes (1995:132).

- a) a aspiração associada às unidades reconstruídas do protoindo-europeu não é um traço distintivo, mas sim uma propriedade alofónica (daí os parênteses retos usados na notação);
- b) em lugar da série sonora do modelo tradicional, propõe-se uma série de consoantes glotalizadas.⁶⁵

Esta proposta torna-se plausível na perspetiva da identificação da área de origem do protoindo-europeu, porque é possível que as populações que o falavam tivessem tido contacto com falantes de línguas caucasianas, hoje precisamente conhecidas por incluírem consoantes glotalizadas nos respetivos inventários sonoros. Os defensores desta teoria argumentam ainda que foi a série de consoantes glotalizadas que evoluiu para oclusivas sonoras na maioria das línguas indo-europeias, convergindo com os resultados da série das oclusivas sonoras (Clackson 2007: 46). Nesta perspetiva, o germânico e o arménio preservariam melhor o proto-sistema (Clackson 2007: 47), tornando redundante a lei de Grimm.⁶⁶

Beekes (1995: 133) vai mais longe, afirmando que a teoria está correta, porque permite explicar a lei de Lachmann. Esta prevê que, em latim, uma consoante sonora não aspirada entre vogal e outra consoante perde o vozeamento por assimilação e alonga essa vogal: *ag-ō*: *āc-tus*, esse alongamento não se verifica com o desvozeamento de uma vogal aspirada sonora: *vehō*: *vēc-tus* (no segundo par, o *h* pressupõe **ġ^h*). À luz da teoria glotalica, a vogal longa de *āc-tus* é consequência de uma consoante pré-glotalizada (**k*, a par de **p* e **t*, em vez das sonoras *g*, *b*, *d* do modelo tradicional): *a?g-tos* > *āc-tus* (idem).⁶⁷ Acrescenta Beekes (ibidem): “The glottal stop works, then, in the same way as a laryngeal, cf. *eh₂C* < *āC*. One of the laryngeals was probably a glottal stop.”

Todavia, a teoria glotalica encontra um conjunto de fortes objeções, sobretudo no plano da tipologia das mudanças linguísticas. Clackson (2007: 46-48) dá conta delas,

⁶⁵ Campbell e Mixco (2007) usam *consoante ejetiva* como termo equivalente a *consoante glotalizada*. Clackson define as consoantes glotalizadas como “plosives using airflow generated by closing and raising the glottis, rather than the airstream from the lungs” (2007: 45).

⁶⁶ Assinala Fox (1995: 259): “[...] [It] will be clear that Grimm’s Law, the most firmly established and least controversial sound law of all, becomes redundant, since the new proto-system is now closer to the Germanic system than that of Latin and Greek. Grimm’s Law now caters primarily for the loss of glottalization in series I [*p^ʰ*, *t^ʰ*, *k^ʰ*, *k^w*], and the loss of the aspirated allophones of series II [*b^h*/*b*, *d^h*/*d*, *g^h*/*g*, *g^{wh}*/*g^w*], neither of which is of particular significance phonologically.”

⁶⁷ Sobre os resultados de **ġ^h* e **gh* em latim e nas restantes línguas do ramo itálico, ver Fortson (2010: 277 e 283). Sobre a lei de Lachmann, ver Jasanoff (2004), que apresenta uma proposta de descrição do desvozeamento da sonora **g* e do alongamento de **a* em *āctus*, sem recorrer à teoria glotalica. O ? representa um segmento glotalico não especificado.

advertindo que a explicação do alongamento da vogal por perda do segmento glotalico (a que recorre Beekes 1995: 134/135, como atrás se referiu) pode ser explicada de outra maneira: a vogal longa encontra-se noutros casos, pelo que uma explicação morfológica pode revelar-se mais adequada. É secundário o contraste entre oclusivas surdas aspiradas, oclusivas sonoras aspiradas e oclusivas glotalizadas existente em algumas variedades do arménio contemporâneo, devendo o sistema antigo ter sido constituído por oclusivas surdas, sonoras e aspiradas (Clackson 2007: 47); e, tanto em arménio como em germânico, as sonoras de empréstimos antigos do céltico e do iraniano não ocorrem como as sonoras disponíveis no modelo glotalico (cf. quadro 1.6.1.5.1, série III), mas são antes submetidas ao processo de desvozeamento da descrição tradicional: germânico **rikja* ‘reino’ < céltico **rig-yo-* ‘reino’; **pardaiza* ‘recinto muralhado’ > arménio *partêz* ‘jardim’ (ibidem). Finalmente, a raridade da mudança de oclusiva glotalizada para oclusiva sonora é confirmada pela sua ausência em sete proto-línguas diferentes (itálico, céltico, báltico, eslavo, albanês, grego e indo-iraniano). Clackson remata, classificando como um fracasso a tentativa da teoria glotalica de descrever foneticamente as unidades do sistema fonológico do proto-indo-europeu (2007: 48):

“We shall always be in a position of some ignorance about the phonetic realisation, and even the distinctive features, of reconstructed phonemes, and consequently the debate between adherents of the glottalic model and the traditional model is to a large extent a non-argument.”

Contudo, é o próprio Clackson que reconhece a necessidade de um modelo que consiga dar conta do facto de haver dados que sugerem que as oclusivas sonoras constituíam uma série mais marcada que as oclusivas sonoras aspiradas. A investigação de foneticistas como Ladefoged and Madsen mostra que o vozeamento de consoantes é mais diversificado do que se julgava geralmente (2007: 49):

“The process of voicing itself can be realised in many different ways, depending on the airflow through the glottis, the space between the vocal folds and the amount of vibration of the vocal cords. [...] The idea of a continuum of voicing types has clear pay-offs for Indo-European. [...] We could [...] make a case for relabelling the **d* series as ‘stiff-voiced’ or ‘creaky-voiced’, and this might make clearer the status

of *d etc. as more ‘marked’ than the *d^h series. Such a change in terminology would bring the traditional model closer to a system which has some typological support.”

Vê-se, como já foi dito, que a reconstrução do sistema fonológico do protoindo-europeu tem atualmente de ponderar eventuais contributos da sociolinguística e da tipologia linguística. No entanto, parece que o método comparativo e a reconstrução linguística apontam direções que podem nem sempre ir ao encontro das grandes tendências detetadas nas línguas acessíveis à descrição, estejam elas documentadas em diferentes tipos de registo ou se apresentem hoje como línguas vivas.

1.6.1.4. Vogais e soantes

O sistema de vogais do proto-indo-europeu geralmente aceite é constituído por dez unidades, havendo cinco timbres vocálicos e oposição de quantidade (longa vs. breve), conforme se apresenta em (5):

(5)	ī	ē	ā	ō	ū
	ī	ē	ā	ō	ū

Propostas mais antigas (cf. Brugmann, secção 1.6.1) incluíam ainda um *schwa* (*schwa primum*), hoje substituído por uma laringal: assim, a representação *pətér* passou a ter a forma *ph₂tér* (Meier-Brügger 2003: 76; Fortson 2010: 62 e 68). A descrição também pode anotar como ° e ̯ ou ̥ (os dois últimos símbolos subscritos) a ocorrência de uma vogal de apoio epentética (anaptixe) em sequências consonânticas, o chamado *schwa secundum*,⁶⁸ com diferentes resultados nas línguas indo-europeias: **kʷt̥uor* > *kʷ̥t̥uor* / *kʷ̥̥t̥uor* / *kʷ̥̥̥t̥uor* > grego homérico πίτυρες (cf. *kʷ̥̥̥t̥uor* > latim *quattuor*, checo *čtyři* (Meier-Brügger 2003: 76; Fortson 2010: 68; Adrados et al. 1995: 280/281).

⁶⁸ Meier-Brügger (2003: 76) refere-se às reconstruções em que ocorre o *schwa secundum* como ‘grau reduzido’, distinguindo-o de ‘grau-zero’. Esta opção terminológica parece discutível, quando se atende a que Adrados et al. (1995^a: 281) observam que a vogal de apoio “[...] no es una vocal propriamente dicha, ni una vocal reducida IE [indoeuropea], menos aún de timbre ya definido [...] una vocal de apoyo (°) no es un fonema y, por lo tanto, ° deberá ser considerado no como un símbolo fonético IE, sino como un símbolo fonético general. [...] Desde el punto de vista fonético, una vocal de apoyo es más breve e imprecisa que las vocales plenas; desde el punto de vista fonológico no es un fonema, es un puro vocoide alofónico, que carece portanto en principio de ningún valor distintivo [...]]. Posteriormente, sin embargo, la vocal de apoyo puede convertirse en una vocal plena. Fonéticamente esto se traduce por la adquisición de un timbre fijo y determinado, más preciso; fonologicamente, significa que la nueva vocal, bien aparece como un nuevo fonema en el sistema fonológico, bien se realiza como uno de los ya existentes.”

Em relação às unidades vocálicas elencadas, levantam-se numerosas dúvidas do ponto de vista fonológico, quanto ao estatuto de /i/, /u/ e /a/, bem como a respeito do papel da quantidade na configuração do sistema, o que leva alguns indo-europeístas a considerar apenas duas unidades: /e/ e /o/. Um sistema constituído apenas por duas unidades pode ser encarado com reserva, pela sua raridade em dados provenientes da Tipologia Linguística.

Quanto às soantes, além de *y (ou **̥*i) e *w (ou **̥*u), que geralmente se aceita estarem em distribuição complementar com *i e *u, contam-se ainda as unidades indicadas em (6):

- (6) líquidas: **̥*r, **̥*l
nasais: **̥*m, **̥*n

Conforme se constata no quadro 1.6.1.1, não é consensual a inclusão de **̥*i e **̥*u no elenco das soantes, tal como faz Clackson (2007:34), representadas por *y e *w, visto Meier-Brügger (2003:71 e 85) as classificar como semivogais. Esta divergência procede do diferente tratamento dado à reconstrução dos sons em causa. Para Clackson (2007: 33), *y e *w são fonemas do protoindo-europeu que pertencem à classe das soantes (*resonants*). Meier-Brügger (2003: 85) admite a possibilidade de os interpretar como alofones das duas vogais altas *i e *u, embora assinala que tal análise é discutível, porque pode igualmente ser-lhes dado o estatuto de fonemas.⁶⁹ Contudo, a classificação de Clackson acaba por convergir com a de Meier-Brügger, quando *w é descrito como um alofone consonântico cujo par é *u, alofone vocálico, ambos pressupondo o mesmo fonema.⁷⁰

Acresce que as opções tomadas na notação e a consideração das semiconsoantes/soantes têm também incidência na própria reconstrução dessas unidades, como observa Clackson (2007: 36):

⁶⁹ “The term *resonant* is used in a particular way in IE comparative philology to describe elements which can be realised as vowels, i.e. *syllabic resonants*, or as consonants, i.e. *non-syllabic resonants*.” (Clackson 2007:33).

⁷⁰ “It would be completely consistent to follow a notation for the PIE resonants in which the allophonic variants are not indicated, but in the rest of this book the distinction between the consonantal and vocalic realisations of the semivowels will always be indicated (i.e. the symbols *w and *u, *y and *i will be used), but for other resonants the symbols *r, *l, *m and *n will serve to indicate both syllabic and non-syllabic allophones” Clackson (2007: 35).

“(...) no attested IE language treats *i/y* and *u/w* as allophones of single phonemes. This ‘drift’ away from the reconstructed picture is remarkable, and it is possible that the reconstructed phonology is not adequately described in terms of ‘phonemes’ and ‘allophones’.”

1.6.1.5. Sobre a reconstrução de **a*

Observando que os investigadores têm oscilado entre negar e afirmar a existência de **a/*ā*, Clackson (2007: 36) considera que o desaparecimento das laringais poderia ter ocasionado uma reorganização do sistema das vogais, assim tornando possível a emergência de **a/*ā* como fonema. Apesar de **a/*ā* serem reconstruíveis sem recurso às laringais, Clackson adverte que era limitada a distribuição de **a/*ā*: “[...] if these *a* vowels were attested in PIE, they were certainly not widespread: their occurrence is restricted mainly to a few nominal roots, and they were not used in inflectional or derivational affixes” (idem: 36).

A ausência de **a/*ā* sugerida por Clackson torna-se hipótese proposta sem reservas em Beekes (1995), que descarta a possibilidade de **a* (incluindo **ā*) fazer parte do sistema vocálico do indo-europeu por quatro razões (idem: 138):

1. Em “anlaut” (isto é, em começo de palavra), **a* deriva de *h₂e-*.
2. Quanto à reconstrução de **a* a partir de terminações verbais de línguas indo-europeias, o *-a* da primeira pessoa do perfeito do sânscrito (*-a*), do grego (*-a*) e do lício (*-χα*) remonta a *h₂e-* (recorde-se que *h₂* é a laringal de coloração em *a*); em sânscrito, o contraste entre *-a-* da primeira pessoa do singular (*ja-gám-a*) e o *-ā-* da terceira pessoa do singular (*já-gām-a*) é resultado de *-o-* em diferentes posições: no primeiro caso, a vogal é breve por se encontrar em sílaba fechada seguida de sílaba começada por *h₂e-* (**g^we-g^wom-h₂e*), enquanto no segundo caso a vogal é longa porque se encontra em sílaba aberta (**g^we-g^wom-e*); finalmente o **a* da primeira, segunda e terceira pessoas da voz média (grego – *mai*, *-sai*, *-tai*) resulta de *-o-* em formas gregas arcaicas, na segunda e terceira pessoas, ou de um *-h₂*, na primeira pessoa.⁷¹

⁷¹ Beekes (1995: 139) explica a correspondência entre *-i* e *-h₂* do seguinte modo (Gr. representa ‘grego’ e Skt., ‘sânscrito’): “1 sg. Gr. *-mai* corresponds with Skt. *-e* < **-ai*. The system, primary Gr. *-mai* Skt. *-e* < **-ai*

3. O **a* reconstruído a partir de palavras expressivas de diferentes línguas indo-europeias não é relevante, porque não há cognação entre elas (sânscrito *kákhati*, ‘rir’, grego *bárbaros*, latim *caecus*, ‘cego’, gótico *atta*, ‘pai’).
4. Os empréstimos que apresentam /a/ só podem ser considerados no contexto das línguas indo-europeias, não no indo-europeu.

Diferente é a posição de Meier-Brügger, o qual observa que, embora **a* “is shown to have predominantly been adjacent to PIE **h₂*”, a reconstrução revela “occurrences of PIE **a* that may not be attributed to the influence of the second laryngeal” (2003: 82). Quanto a **ā*, Meier-Brügger não exclui a hipótese de a vogal ter origem em *eh₂*, mas assinala que a designação de ‘mãe’ pode ter incluído um **ā* primário, a julgar por exemplos como o latim *māter*-, o grego micénico *ma-te*, isto é, *mātēr*, dórico *μᾶτηρ*, jónico-ático *μήτηρ*, o védico *mātár*-, o norueguês antigo *mōðer*, o inglês antigo *mōdor*, o eslavão *mati*, o lituano *mótė* ‘mulher, esposa’ (2003: 84).

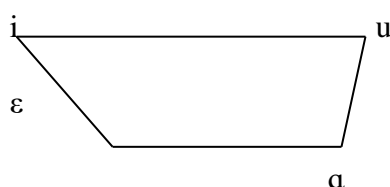
É de notar que um sistema vocálico sem **a*, reduzido a **e* e **o*, se revela extremamente raro do ponto de vista da tipologia linguística, dando azo a comentários que põem em causa o realismo da reconstrução. Vem, portanto, a propósito referir duas posições que contestam as até agora resenhadas: por um lado, as propostas de Francisco Villar (1993, 1996 e 2000), ainda enquadráveis na indo-europeística tradicional; por outro lado, avultam os trabalhos de Xaverio Ballester (1999, 2004, 2006), realizados no âmbito da Teoria da Continuidade, que defende a hipótese de o proto-indo-europeu se encontrar desde o paleolítico nos territórios europeus onde hoje se falam línguas indo-europeias. Saliente-se que tanto Villar como Ballester não concordam com a reconstrução mais generalizada do sistema de vogais na indo-europeística, defendendo a existência de **a*, fundados em dados provenientes dos estudos de tipologia linguística.

Villar (1996: 189-195 e 2000: 374/375) rejeita um sistema vocálico apenas constituído por **e* e **o*, em virtude da sua raridade ou inexistência nas línguas

secondary *-mān* *-i*,
 can be explained as follows: Skt. *-i* probably derives from *-h₂*, which was the actual ending; Skt. *-ai* will be the thematic form with *-o-* + this *-i*. Gr. *-mai*, *mān* must be based on **-maH-i*, **-maH-m*, of which **-maH* is the regular development from *-μδh₂* [...]. The Greek added, then, an *-m* before the ending- *-h₂* (cf. active *-m[i]*, *-s[i]*, *t[i]*).

conhecidas.⁷² Propõe assim um sistema de quatro unidades como se ilustra na figura 1.6.1.5.1⁷³

Figura 1.6.1.5.1 – Sistema vocálico do proto-indo-europeu
segundo a proposta de Villar (1996: 191/192)



A figura representa um sistema de quatro timbres com as seguintes características:

- a) **i* e **u* são vogais, /i/ e /u/, respetivamente;
- b) **e* tem uma “articulação algo más abierta”, /ε/ (Villar 1996: 192);
- c) **a* é uma vogal “posterior (/a/) en vez de central, con un timbre similar al que tiene en la palabra francesa *pâte* ‘pasta’” (Villar 1995: 192)

Dado a teoria das laringais permitir explicar o **a* como uma unidade resultante da eliminação da laringal **H₂*,⁷⁴ Villar reconstrói um **a* secundário que se realizaria como [a], isto é, como vogal central, levando a que o sistema se tenha reorganizado posteriormente em alguns ramos do indo-europeu como na figura 1.6.1.5.2:

⁷² A mesma crítica faz Ballester (1998/99: 6 n. 23), que, apoiado em critérios tipológicos, propõe um sistema diferente do concebido por Villar (1995), constituído por três unidades: “[...]creemos previo al sistema de cuatro fonemas vocálicos propuesto por Villar un sistema con /a i u/ (> a i u e > a i u e o/).” Ver também Ballester (2006).

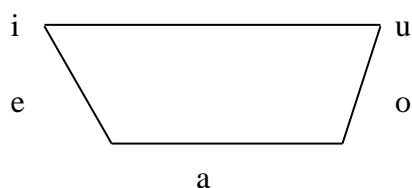
⁷³ Este sistema é semelhante ao que Watkins (1995:89) apresenta como sendo característico de uma área dialetal setentrional identificada com base nas disparidades entre as frequências de *ō* e *ā*: “Las lenguas meridionales, celta, itálico, griego y arménio, además del tocario, mantuvieron el triángulo de cinco vocales aumentando na frecuencia de *a*. Las lenguas septentrionales, balto-eslavo, germánico y albanês, fundieron *a* y *o*, y — con la excepción del báltico — *ā* y *ō*, creando así un rectángulo de vocales [...]”

i u
e «â»

La vocal â se habría realizado de distinta forma en cada dialecto: germánico *a*, *o*, eslavo *a*, *o*, báltico *a*, *ō*.”

⁷⁴ Villar (1995) prefere usar as maiúsculas na notação da laringais.

Figura 1.6.1.5.2 – Reorganização do sistema vocálico do proto-indo-europeu segundo a proposta de Villar (1996: 191/192)



Esclareça-se que na passagem do sistema na figura 1.6.1.5.1 para o da figura 1.6.1.5.2, Villar define uma fase de transição em que as vogais intermédias seriam mais abertas: /ɛ/ e /ɔ/. O som /ɔ/ seria o resultado do deslocamento de /ɑ/, em consequência da fonologização de /a/.

Note-se que os esquemas das figuras 1.6.1.5.1 e 1.6.1.5.2 vêm ao encontro da hipótese de um estrato arcaico indo-europeu na Europa central e ocidental, o qual estaria documentado pela hidronímia. Segundo propostas desenvolvidas por H. Krahe e depois desenvolvidas por vários investigadores (por exemplo, Javier de Hoz e W. P. Schmid), antes dos povos indo-europeus históricos (Celtas, Germanos, Romanos), teria existido um conjunto de populações que falavam o que se convencionou chamar paleoeuropeu ou europeu antigo. Acontece que os hidrónimos deste estrato não apresentam a vogal *o, o que deixa supor que a diferenciação entre /a/ e /o/ é já uma inovação ou uma característica de línguas que se sobrepuseram a esses estratos, como sejam o céltico e o latim. Argumenta ainda Villar (1995: 189/190): se o albanês é o provável descendente do ilírio, verifica-se que nesta língua só se apresenta /a/, enquanto naquela se distingue /a/ de /o/; além disso, na área indo-europeia, não há atestação na mesma tradição linguística de se ter registado a passagem de a/o a /a/. Por conseguinte, a não distinção em /a/ é anterior ao contraste entre /a/ e /o/. A proposta de Villar é obviamente especulativa, e o sistema proposto vê reduzir a sua plausibilidade, dado não estar provado que o albanês tenha evoluído do ilírio (Fortson 2010: 446) — o qual, de resto, é muito mal conhecido por falta de atestações (idem: 464/465).

Ballester (2006: 7), por sua parte, é mais radical, criticando as propostas mais correntes da indoeuropeística, que tem por inverosímeis:

“Quizá desgraciadamente estemos ya demasiado habituados a que *el* indoeuropeo sea casi la suma paradigmática de fenómenos fonológicos con poco — labializadas (¡y labializadas aspiradas!), serie sonora aspirada pero no sorda, sonantes largas...

— o ningún paragón — acento *musical*, laringales *sui generis*, *grados* vocálicos, oclusiva de (¡bum!) *explosión* sibilante... — en las lenguas humanas conocidas. Lo cierto es que /a/ es *la* vocal, es *la campeona* de las vocales, porque estadísticamente está presente en casi todas las lenguas del mundo y desde el punto de vista estadístico su ausencia [de] un patrón fonemático vocálico es *casualmente* improbableísima. Así pues, antes de negar la existencia de sal en el reconstruido océano indoeuropeo y conjeturar un otramente desconocido componente químico, es necesario intentar reconstruir también aquel imponente océano como salado, porque casi todos los otros océanos conocidos tienen sal.”

Fundando-se em argumentos tipológicos, sobretudo em dados disponíveis em Ladefoged 2001, Ballester sublinha o papel da alofonia quando se trata de reconstruir o sistema vocálico do proto-indo-europeu (2006: 9):

“Otro de los errores de la Lingüística indoeuropea tradicional ha sido quizá el no haber comprendido que las vocales presentan por norma una mayor variabilidad alofónica — a veces mucho mayor — y consecuentemente una potencial mayor mutabilidad fonemática — a veces mucho mayor — que las consonantes. [...] Se notará que lógicamente cuanto menor sea un inventario fonémico, tanto mayor será regularmente su alofonía, de modo que “in a three vowel system the areas are larger and more vague than in a more complex system [...] The vowels of three vowel systems often show considerable subphonemic variation”, así J. Crothers, quien aduce el esquimal de Groenlandia con [æ ɑ] para /a/, [i e ə] para /i/ y [u y o ɔ] para /u/ y recuerda que en el modelo /a i u/ la última vocal a menudo presenta la más amplia variación ([u ʊ o u...]).”

Com base nestas reflexões, Ballester põe de lado a teoria das laringais e explica as vogais médias como resultados da alofonia de *a; por exemplo:

(7) a) *a > /o/ em posição tónica e *a > /e/ em posição átona;⁷⁵

b) *ay *ya > /e/ *aw *wa > /o/⁷⁶

c) *i > /e/ e *u > /o/⁷⁷

A crítica e reconstrução alternativa de Ballester são sugestivas, mas descuram um aspeto importante: as línguas anatólias, não confirmando as três laringais geralmente aceites, evidenciam, mesmo assim, a existência de, pelo menos, uma laringal. Outra questão a que não parece sensível Ballester (2006: 27) é um problema identificado por Clackson (2007: 60) na discussão das laringais, justamente também por causa de dados provenientes da tipologia: a perda das laringais não tem de ter correspondências sistemáticas, tal como evidencia o processo de evolução do árabe ao maltês (ibidem):

“The loss of guttural consonants does not appear to have been a ‘regular’ change in Maltese, particularly as it affected neighbouring vowels. In both Maltese and PIE, vowel alternations are used as markers of morphological categories, and the interaction between morphology and phonology is therefore most apparent in the loss of consonants which may determine vowel quantity. It would be wrong to imagine that there is no regularity at all in the sound-changes relating to laryngeals, but perhaps the researcher should not be surprised if laryngeal developments are not completely regular and exceptionless.”

A crítica de Ballester centra-se, portanto, nas regularidades dos processos fonéticos observáveis nas línguas actuais e atestadas, as quais têm sido desvendadas pelos estudos tipológicos, descurando a importância de fenómenos decorrentes do interface fonologia-morfologia. Reconheça-se, mesmo assim, que tanto Villar como Ballester apontam caminhos suscetíveis de corrigir distorções que mesmo os adeptos da indo-europeística

⁷⁵ “Así pues, desde el punto de vista fonotipológico no se puede excluir la existencia de raíces indoeuropeas como *tag- o *gan-.” (Ballester 2006: 18)

⁷⁶ “Naturalmente, no solamente /a/ fue la eventual fuente para históricos /e/ y /o/; también la combinación de /a/ con los otros *triúnvros* /i/ y /u/ debió resultar frecuente origen de vocales medias. Así, por ejemplo, en numerosísimas lenguas encontramos procesos del tipo AI > E o IA > E y AU > O o UA > O (a menudo /ai/ > [e] y /ia/ > [ɛ]; /au/ > [o] y /ua/ > [ɔ]), cambios explicables por banal asimilación de la /a/ en contacto ora con el elemento coronal ora con el elemento labial [...]” Ballester (2006: 20).

⁷⁷ “Finalmente también /i/ y /u/ pueden ser fácilmente las fuentes de históricos /e/ y /o/ respectivamente, especialmente por fuerza asimilatoria del contexto. Como se ve, la posteriorización de /i u/ en /e o/ es de hecho muy frecuente en contacto con elementos — especialmente consonantes — guturales o también en posición átona” (Ballester 2006: 24).

mais “convencional” verificam na aplicação do método comparativo e da reconstrução interna.

1.6.2. Morfologia: raízes e sufixos

A literatura pressupõe geralmente uma certa configuração para as raízes indo-europeias, comum tanto à flexão verbal como à flexão nominal, nas quais desempenha papel central a alternância vocálica (apofonia ou *ablaut*), que permanece com maior ou menor transparência nas línguas-filhas. Esta secção retoma a questão da alternância, integrando-a na discussão do formato das raízes do protoindo-europeu.

As raízes são as unidades básicas do léxico protoindo-europeu reconstruído, as quais se combinam ou com terminações flexionais, para formar palavras completas, ou com afixos, para formar radicais lexicais (Clackson 2007: 64 e 226; ver também Beekes 1995: 282).⁷⁸ Na indo-europeística, cada raiz corresponde a diferentes morfes devido à apofonia, embora as formas por que essas raízes são inventariadas (o lema) sejam por convenção as que apresentam o grau-*e* (ver secção 1.6.1.2). Dê-se o exemplo dos morfes **yeug-* e **yug-*: sendo reconstruídos a partir de cognatos em várias línguas irmãs, significam genericamente “juntar”, mas o primeiro morfe exibe o grau-*e*, enquanto o segundo está no grau-zero; a forma **yeug-* é, portanto, o lema da raiz.

Na reconstrução do protoindo-europeu, considera-se que os processos apofónicos tiveram grande produtividade no respetivo sistema morfológico. Dado envolver histórica e sincronicamente outros subsistemas como o do acento, o estudo da apofonia pressupõe a interação dos domínios fonológico e morfológico, podendo assim falar-se numa área de confluência, a morfofonologia ou morfonologia do protoindo-europeu.⁷⁹

⁷⁸ No domínio da morfologia sincrónica, também se usam *raiz* e *radical* com sentidos semelhantes. Correia e Lemos (2005: 88) estabelecem o contraste entre os termos *raiz* e *radical* do seguinte modo: “**raiz**: segmento indecomponível de uma palavra, portador de significado lexical; excetuando o caso dos compostos, que contêm pelo menos, duas raízes, aquilo que resta de uma palavra após serem retirados todos os afixos flexionais e derivacionais. Exs.: *cas-* (em *caseiro*); *metr-* e *pol-* (em *metrópole*)”; “**radical**: aquilo que resta de uma palavra quando lhe são retirados todos os seus afixos flexionais (exs.: *fug-* é radical de *fugir*, *cas-* é o radical de *casa*; *belez-* é o radical de *beleza*).” Note-se que *raiz* e *radical* podem coincidir; por exemplo, se *caseiro* tem por *raiz cas-* e por *radical caseir-*, já *casa* tem como *raiz* e *radical* a mesma forma. Alina Villalva (2003: 921) distingue entre radicais simples e radicais complexos: os primeiros são unidades lexicais inanalísáveis, “[...] portadoras de informação idiossincrática morfológica, sintáctica e semântica”; os segundos são formas complexas, “integrando dois ou mais constituintes morfológicos, um dos quais obrigatoriamente um radical simples”.

⁷⁹ Apoia-se em parte na tradição de Trubetzkoy, Clackson (2007: 64) propõe o termo *morphophonology*, para assinalar o papel da apofonia na reconstrução da morfologia do protoindo-europeu. Meier-Brügger (2003: 151) recorre ao termo *morphonology*: “The ablaut was already an important morphological means in Proto-Indo-European. However, as controversial as this may be in individual cases, the origin of ablaut

Concebem-se frequentemente diferentes fases de desenvolvimento do protoindo-europeu, de modo a explicar a emergência da apofonia como um processo de integração na morfologia de um conjunto de contrastes fonologicamente condicionados.⁸⁰ Deste modo, relaciona-se a alternância grau-*e*/grau-zero com o acento, tendo havido uma fase em que um morfema não acentuado perdia a vogal, como acontece no contraste entre **k'léu-os* e **k'lu-tos* (sânscrito *śráv-as/śru-tás*; grego *kléos/klu-tós*; Beekes 1995: 166). Ao acento também se liga a génese do grau-*o*, sendo *o* uma vogal inserida no grau-zero original, como ilustra, em grego, o contraste entre *eu-genés* ‘bem nascido’ e *génos*, ‘nascimento’ e, com grau alongado, *(do)-tér/(do)-tór*, ‘dador’ (ibidem). Mais tarde, deixou de se verificar a perda da vogal *e* em morfema não acentuado: **b^hér-eth₁e* ‘levais’> sânscrito *bháratha*, grego *phérete* (Beekes 1995: 166). Em relação à língua-mãe, admitem-se, portanto, três fases na emergência da apofonia, como a seguir se ilustra na figura 1.6.2.1 (ibidem):

Figura 1.6.2.1 – Proposta de origem da apofonia em Beekes (1995: 166)

	Tónico	Átono
1. fase zero	é (ó)	Ø
2. fase- <i>o</i>	”	Ø, <i>o</i>
3. fase- <i>e</i>	”	Ø, <i>o</i> , <i>e</i> ⁸¹

Refira-se que o grego conservou bem tais alternâncias, conforme se aponta no quadro 1.6.2.1 (Meier-Brügger 2003: 145):

variants is most certainly found on the phonological level [...]. It is thus with good reason that the ablaut [is?] assigned to an area between phonology and morphology: morphonology.”

⁸⁰ “The ablaut alternations are thought to have been conditioned by the position of the stress in Proto-Indo-European; however, later linguistic changes in most Indo-European languages have obscured the probable earlier phonological conditioning, so that the ablaut alternations become part of the morphology of the languages. [...]” Campbell e Mixco 2007.

⁸¹ À luz desta proposta, o grau-alongado de *(do)-tór* resultaria do alongamento da vogal em monossílabos e em sílabas finais antes de soantes (*r, l, n, i, u*, mas não antes de *m*; Beekes 1995: 167).

Quadro 1.6.2.1 – Apofonia numa família de palavras (flexão de πατέρ- e ἀπάτορ-) em Meier-Brügger (2003: 145)

	grau-pleno	grau-alongado	grau-zero
<i>e</i>	πα-τέρ.α [acusativo singular]	πα-τήρ [nominativo singular]	πα-τρ-ί [dativo singular] πα-τρά-σι [dativo plural]
<i>o</i>	ᾰπά-το-ρα ‘sem pai’ [acusaativo singular]	ᾰπά-τωρ [nominativo singular]	

Saliente-se também que na figura acima a apofonia surge como recurso morfológico redundante, visto as desinências de caso se associarem à alomorfia de πα-τήρ e ᾰπά-τωρ na declinação.

Para reconstrução das raízes do proto-indo-europeu, impõe-se uma referência ao modelo silábico e morfológico de Benveniste (1935),⁸² que se apoiou na descoberta das laringais para postular o esquema monossilábico *CeC como estrutura básica da raiz; por exemplo (exemplos de Clackson 2007:65):⁸³

- (8) *sed- “sentar-se”: sânscrito *sad-*, avéstico *had-*, grego *hézdomai*, latim *sedeo*, irlandês antigo *—said*, eslavão *sěd*, lituano *sė’d*, inglês *sit*

Na teoria de Benveniste, as raízes podem ter uma forma mais complexa (um *thème*): por exemplo, *g^heud-, ‘verter’, é constituída por *g^hew,⁸⁴ seguida pelo determinativo *d (ver Clackson, ibidem). Estas raízes complexas são formadas de dois modos: a) por sufixação, sendo o sufixo uma extensão mórfica que exhibe alternância entre *eC e *C; por simples alargamento, tomando apenas a forma *C.⁸⁵ Cada raiz não pode incluir mais do que um sufixo e um alargamento (ibidem). Quando a raiz de um sufixo da forma *eC

⁸² A exposição que segue Clackson (2007: 65-71).

⁸³ “Benveniste used recent findings from work on the laryngeal theory [...] to present a unified view of the PIE root, and his root theory closely follows earlier work by Cuny and Kurylowicz (see Szemerényi 1973)” (Clackson 2007: 65). Villar (1995: 205) também se refere ao contributo decisivo de Benveniste para a fonologia e morfonologia do proto-indo-europeu: “Benveniste fue un lingüista de fino ingenio y brillante exposición, aunque no tan original, al menos en las teorías que más fama le han otorgado, como normalmente se supone. En efecto, lo esencial de su versión de la teoría laringal, así como de sus ideas sobre la raíz y sobre las llamadas oclusivas velares de explosión silbante se encuentra previamente publicado por otro francés, A. Cuny, que, sin embargo, no ha merecido ni el reconocimiento general ni la mención suficiente de Benveniste.” Ver também Beekes (1995: 163).

⁸⁴ A soante *w é considerada C.

⁸⁵ Adota-se aqui o termo *alargamento* como equivalente do inglês *enlargement* (Clackson 2007:66). O DHLP regista a palavra como termo usado em linguística, para designar o “acrécimo de um morfema ou de um elemento novo a uma unidade significativa da língua (palavra, radical, raiz etc.)”.

se junta a uma raiz *CeC, o *e* da raiz cai, obtendo-se uma raiz alargada com a forma *CC-eC-. Assim, a raiz *sneig^{wh}- ‘neve’ é descrita da seguinte maneira:

(9) Raiz CeC (*sen-/ *sn-) + sufixo eC (*-ei-) + alargamento C (*-g^{wh}-)

Acresce que, no início das raízes pode figurar um *s*-, o que explica pares como *teg/*steg- (cf. latim *tegō* vs. Grego *stégō*).

A teoria de Benveniste aqui descrita esquematicamente tem sido alvo de críticas, por não conseguir associar funções específicas aos sufixos e alargamentos de raízes. Como observa Clackson (2007: 67):

“[...] in many cases such as *sneig^{wh}- ‘snow’, analysis of the reconstructed form into root, suffix and enlargement proves ineffective in providing a semantic or morphological explanation for the reconstructed form. There is no reconstructed root *snei- or *sen- with a meaning anywhere close to ‘snow’. These objections do not disprove the theory, of course; it is possible that roots were formed in this way some point in prehistory but that by the time of reconstructed PIE the processes of formation were no longer productive, and we have only the remains of a once productive system.”⁸⁶

Contudo, é o próprio Clackson que reconhece utilidade à teoria, salientando a falsificabilidade da mesma no sentido popperiano,⁸⁷ quando se verifica que as raízes contidas em Rix et al. (1998) confirmam as formas previstas por Benveniste.⁸⁸ Mas, comenta ainda Clackson (2007: 68), o problema principal desta teoria é ser demasiado

⁸⁶ Beekes (1995: 162) refere-se sucintamente a este problema: “Often there were roots which knew a lengthened form, for example *g^heu- ‘verter, vazar (num molde)’, (Gr. *khéō*) next to g^heud- (Goth. *giutan*, OE *geotan*, Lat. *fu-n-d-ō*). The -d- is called a ‘root enlargement’. Originally, each of these elements would have had a meaning, but their meanings are now no longer capable of being recovered.”

⁸⁷ Sobre o conceito de falsificabilidade, ver Almeida (ed.) 2009.

⁸⁸ As formas previstas são CeC, sCeC, CeCC, sCeCC, CCeC, sCCeC, CCeCC, sCCeCC (C=qualquer consoante), mas há exceções: raízes com vogal *a em lugar de *e (*mad- ‘estar húmido’, *magh- ‘ser capaz’, *nas- ‘nariz’); raízes com mais de duas consoantes iniciais ou finais (não contando com *s) como *h₃sleyd^h ‘escorregar’ ou *menth₂ ‘girar’; raízes sem consoante final ou inicial como *k^w-, base de palavras interrogativas, *ne ‘não’, *en ‘em’, *ay- ‘tomar/dar’ (Clackson 2007: 67/68). Cabe, no entanto, perguntar até que ponto não são muitas reconstruções resultado da aplicação de modelos teóricos; se o são, o seu valor empírico, possibilitando a falsificação da teoria de Benveniste, tona-se irrelevante.

poderosa, visto prever raízes que não ocorrem. A teoria de Benveniste deve, portanto, atender às limitações inerentes à reconstrução (Clackson 2007: 68).⁸⁹

Na atualidade, é possível afirmar que existe um modelo de raiz que reúne o consenso de vários investigadores (Watkins 1995: 87, Adrados e tal. 1995: 12-16, Rix 2001: 5-10, Clackson 2007: 68/69, Hoenigswald e Woodard 2008: 237, Fortson 2010: 76/77) e que apresenta as seguintes características:

1. As raízes são monossilábicas, com o formato **CeC*, no qual *C* representa qualquer consoante, e *e*, a vogal fundamental (Fortson 2010: 76). A este formato podem juntar-se geralmente soantes de cada lado da vogal, dando origem a sequências não vocálicas. As raízes têm normalmente uma coda, assim se justificando a raridade de raízes com sílabas constituídas apenas com ataque e núcleo (Clackson 2007: 69). Anote-se ainda que as consoantes em coda podem ser precedidas do chamado “*s* móvel”, criando alternâncias; p.ex., **steg-* ‘cobrir’ > grego *stégō* ‘cubro’ vs. *toga* ‘toga’ (lit. ‘cobertura).

2. As raízes contêm um pico silábico, à volta do qual a sonoridade diminui em direção à margem, configurando assim a seguinte regra de sonoridade (Clackson 2007: 69):⁹⁰

(10) oclusivas e **s* > **u*, **i*, **m*, **n*, **r*, **l*

Na fórmula acima estipula-se que a sonoridade das soantes é superior à das oclusivas e da fricativa *s*.⁹¹ Assim, dado o esquema *CCeCC*, as consoantes exteriores não poderão ter maior sonoridade do que a daquelas que figuram no interior do esquema.⁹² Admitem-se, no entanto, consoantes em adjacência, se apresentarem o mesmo grau de sonoridade: **tkei* ‘estabelecer’; **pter-* ‘asa’ (Fortson 2010: 77 e Watkins 2000). Sobre as as laringais **h₁*, **h₂* e **h₃* podem ocorrer em

⁸⁹ Ver também Beekes (1995: 162).

⁹⁰ Assim se explicam as restrições sobre o número de consoantes e soantes no ataque e na coda.

⁹¹ É de relevar a proposta de Rix (2001: 5/6), que define uma escala ternária, em que **l*, **r*, **i* e **n* têm maior sonoridade que **u* e **m*, unidades que, por sua vez, têm maior sonoridade que as oclusivas sonoras, surdas e sonoras aspiradas.

⁹² Há exceções, como assinala Beekes (1995: 162): “The consonants usually display a decreasing sonority, forward as well as backward, counting from the vowel; **prek-* is thus possible, but ***pek r* is not possible. An exception here are the roots in *-i* (seldom in *-u*), for example **peh₃i-* ‘to drink’. There are a few limitations which apply to the kinds of consonant combination which are possible in the root. [...]”

quase todas as posições à esquerda ou à direita da vogal (Rix 2001: 5); são, portanto possíveis raízes com os formatos *CeH, HeC, HReC, *CeRH, *HCeC, *CeCH e CeHC, embora não haja referência a sequências CH em coda (ver Fortson 2010: 78).

3. Há restrições sobre a coocorrência de segmentos da mesma série consonântica na mesma raiz:

a) são poucas ou de duvidosa reconstrução as raízes com consoantes da série sonora simultaneamente em posição de ataque e coda, e há poucas que incluam consoantes da série surda e da sonora aspirada;⁹³

b) quase não há raízes que tenham a mesma consoante repetida (por exemplo, *ses- ‘dormir pode ser onomatopaico’);⁹⁴

c) raramente ocorrem raízes constituídas por duas oclusivas com o mesmo ponto de articulação (por exemplo, *ded^h- e *geuk-);

d) não ocorrem raízes alongadas com dois picos silábicos com a forma *lpet* ou *sedr*-, ao contrário do que a teoria prevê.

4. Quanto à raízes dissilábicas, estas tendem a ser analisadas como complexos de raiz e sufixo ou compostos de duas raízes, mas, tal como acontecia com a teoria de Benveniste, revela-se difícil perceber qual a função da raiz que é sufixada ou que opera o alargamento. Clackson, discutindo as raízes dissilábicas que constituem os termos de parentesco, aceita que o problema é insolúvel, por impossibilidade de recuar mais na reconstrução (2007: 70):

“[...] there are other morphological reasons for viewing lexemes such as *ph₂ter-, *meh₂ter-, etc. as complexes of root and suffix, even though we cannot be sure how to make the cut between root and suffix. When further lexemes are derived from ph₂ter- and meh₂ter, the suffixes or compound

⁹³ Clackson é perentório quanto à inexistência de raízes com consoantes da série sonora em posição de ataque e coda. Contudo, encontramos tais raízes em Pokorny, ainda que em número muito reduzido (1959): *bed*- ‘inchar’, *deg* ‘segurar’, *geid*- ‘chupar’. Note-se que estas raízes não ocorrem nem em Rix 2001 nem em Wodtko 2008. De qualquer modo, parece mais prudente aceitar o que Fortson diz sobre tal restrição: «There are not many securely reconstructible roots containing two plain (unaspirated) voiced stops (type *bed*-) or a voiceless stop and a voiced aspirate (type **bhet*- ou **tebh*-, although the second of these is commonly found if preceded by an *s*, so **stebh*-). The source of these constraints is unknown, although similar constraints are known from other language families [...]»

⁹⁴ Ver também Watkins 1995: 87.

wordforms, such as the adjectival **-yo-*. Primary suffixes, suffixes which elsewhere attach to unsuffixed roots, are not used in forming new derivatives from these kinship terms. It therefore seems most practical to define **ph₂ter-*, **meh₂ter-* and the other kinship terms as lexemes, or lexical bases, rather than roots, and accept that the details of their formation lie too far back in prehistory to be recovered.

5. Às raízes de sufixos e das terminações flexionais atribuem-se configurações variadas: simples fonemas (ex. vogal temática **-e/o-* que permite fazer derivar nomes secundários de uma base lexical); monossílabos (ex. a terminação de imperativo **-d^hi*); e dissílabos ou polissílabos (**-tero-*, sufixo de comparativo),⁹⁵ embora este último caso possa ser analisado como combinação de sufixos mais curtos (Clackson 2007: 71; ver também Beekes 1995: 163). Beekes (1995: 163) precisa que os sufixos se caracterizam geralmente pelas estruturas *eC* ou *CeC*, com alternância vocálica. As terminações têm a forma *eC* (nominativo do plural *-es*; genitivo do singular *-os/-s*) na flexão nominal, enquanto na flexão verbal podem encontrar-se frequentemente as estruturas *Ce* (primeira pessoa do plural *-me*), embora *CCe* (segunda pessoa do singular do perfeito *-th₂e*) -V (terceira pessoa da voz média *-o*) e *CeC* (primeira pessoa do plural *-mês*) também ocorram (idem).⁹⁶

As características assim descritas, sobre as quais nem sempre há identidade completa de pontos de vista entre os indo-europeístas, mostram a reconstrução do formato das raízes do proto-indo-europeu como uma questão em aberto. Há, de qualquer modo, constantes nos resultados dessa reconstrução, as quais permitem definir critérios para análise do material onomástico que é objeto deste trabalho. Interessa, portanto, retirar algumas breves conclusões no sentido de estabelecer critérios auxiliares dos comentários aos nomes de rios.

Assim, a busca das raízes indo-europeias da hidrónímia é feita de acordo com um modelo cujas linhas gerais se encontram na convergência de descrições como as de Meier-Brügger (2003) e Clackson (2007). Aceitam-se, portanto, as laringais como parte do

⁹⁵ Beekes (1995: 163) indica que, geralmente, estas formas complexas não apresentam vogal e contêm dois ou mais sufixos: *-i-Hn-*, *-m-h₁n-*, *-tu-h₂-t-* (H representa qualquer laringal). Em relação a **-tero-*, considera que é mais adequado atribuir-lhe a forma *-ter-*, sendo *-o* uma marca de flexão.

⁹⁶ Beekes (1995: 163) refere que estruturas do tipo *eC* só se encontram na terceira pessoa do plural: *-ent* e perfeito *-ēr*.

sistema fonológico reconstruído, mas não se aplica a teoria glotática à análise. Deve, contudo, observar-se que o pressuposto das laringais no exame etimológico dos nomes de rios deve ser admitido com enorme cautela, dado à análise faltar informação mais completa sobre os sistemas linguísticos em se enquadram esses nomes. A inclusão das laringais na descrição e análise corre, portanto, o risco de se tornar um expediente para afeiçoar e classificar como indo-europeia uma forma de filiação indo-europeia duvidosa.

É de esperar que os nomes provavelmente indo-europeus não latinos tenham sido alterados pelas línguas que os transmitiram, podendo a sua configuração ter sido adaptada às estruturas das línguas transmissoras até se fixarem no português. É até possível que alguns nomes não indo-europeus tenham adquirido uma configuração convergente com a indo-europeia, mediante a adjunção de sufixos de línguas indo-europeias a raízes e elementos morfológicos cuja adaptação concomitante os tornou homónimos de elementos efetivamente indo-europeus. Em tais casos, a crítica de fontes e os dados históricos externos poderão por vezes auxiliar a tarefa de filiação linguística das unidades analisadas.

2. A ESTRATIGRAFIA DA HIDROTOPONÍMIA PORTUGUESA

O segundo capítulo procede à revisão e discussão da estratigrafia da toponímia de Portugal continental. Esta tarefa é desenvolvida em duas direções: por um lado, na perspetiva da génese do português e da interação das suas formas passadas com outras línguas de maneira mais ou menos direta, em situações de contacto decorrentes da sua expansão na faixa ocidental da Península Ibérica; por outro lado, sob o prisma do enquadramento da toponímia do território do continente entre a elaboração de uma norma-padrão e a variação regional de que tantas vezes os nomes de lugar dão testemunho.

Observe-se de novo que os estudos de toponímia, sem deixarem de recorrer aos instrumentos de análise da linguística em geral e da linguística histórica, se inscrevem decididamente na investigação em história da língua, porque convocam uma abordagem multidisciplinar exigida pela história das sociedades e da sua inserção nos espaços geográficos. Não podem, portanto, circunscrever-se ao enquadramento teórico e à descrição do funcionamento linguístico interno, porque a realidade extralinguística constantemente convulsiona o funcionamento regular dos sistemas linguísticos usados pelas comunidades humanas. A perspetiva multidisciplinar decorre da constatação de que uma língua se desenvolve numa comunidade humana que partilha uma história comum, muitas vezes fixada num mesmo território durante séculos, mas também em situações de êxodo ou de expansão.

2.1. História da língua, história linguística de um território e história do povoamento

Convém fazer uma distinção prévia entre história da língua, genericamente entendida, e história linguística de um território. Trata-se de noções muito próximas, que, por isso, se confundem, mas apresentam um contraste: enquanto num território podem coexistir ou suceder-se temporalmente diferentes comunidades linguísticas, já uma língua, do ponto de vista histórico e enquanto sistema, pode conhecer alterações na sua implantação social e geográfica, pela deslocação e transferência das populações que a usam para outras regiões, ou pela sua aquisição por parte de comunidades que vivem noutro território.

No entanto, quando se fala da toponímia de uma região ou de um país, é muito provável que tal discurso encare um conjunto estável de itens linguísticos que se inscrevem num sistema linguístico também estável. A verdade, pelo menos no plano da diacronia, pode ser muito diferente, pois o que o exame da toponímia revela são diferentes formas de variação de uma mesma língua, bem como uma diversidade linguística que raramente faz parte do conhecimento e das crenças que os falantes geralmente têm sobre a sua língua. Também a história linguística de um território deixa marcas na língua ou línguas que aí se falem, sendo a toponímia (ou, para usar um sinónimo, a toponomástica) um conjunto de formas linguísticas em que se acumulam vestígios desse passado, nem sempre com a transparência que os falantes reconhecem a outras unidades. Os itens onomásticos, e em especial os toponímicos, a par de certos itens do léxico comum, são, portanto, testemunhos não só do passado das línguas associadas a um território, mas também do contacto dessas línguas com outras já pretéritas nesse mesmo espaço geográfico. O estudo da história regional torna-se, portanto, fundamental para compreender as condições históricas em que uma língua se desenvolveu.

No caso dos dialetos galego-portugueses, fala-se geralmente da continuidade cultural apresentada pela Galécia alto-medieval, tanto nas regiões da atual Galiza, mais precocemente controladas pelos reis asturianos, como em toda a área do sul da antiga Gallaecia bracarense. Não obstante a persistência de traços culturais e instituições locais mesmo durante a consolidação do poder político e militar árabo-muçulmano, os estudos históricos dão realce à questão do repovoamento que a partir de meados do séc. VIII se impõe como preocupação do poder asturiano. Não se julgue que o repovoamento abrange apenas as regiões mais meridionais da Galécia, mais tardiamente integradas no reino asturiano, pelo impulso de Ordonho I (821-866) e, sobretudo, Afonso III (c. 852-910); trata-se de um processo detetável já no reinado de Silo (?-783), que conheceu novo incremento com Afonso II (c. 760-842) e parece chegado ao seu auge com Afonso III, em cujo reinado se alcançou o vale do baixo Mondego com a presúria de Coimbra. Após o século X, com avanços e recuos da linha de fronteira cristã, outros ciclos de repovoamento se seguiriam na faixa ocidental da Península, à semelhança do que acontecia noutras regiões controladas pelos reinos cristãos peninsulares. Todo este processo, subsequente à conquista militar cristã, teve consabidas repercussões linguísticas: a diversidade dialetal do norte obliterou a diversidade linguística do centro e do sul peninsulares, assim se explicando a atual implantação geográfica do português, do

castelhano e do catalão, línguas que estenderam os seus domínios no sentido meridiano (cf. Baldinger 1972: 50/51).

Entre os historiadores da língua portuguesa, poderá dizer-se que a sobrevivência de traços moçárabes e árabes na toponímia tem sido o critério para opor uma área primitiva do romance galego-português às regiões a sul do vale do Vouga (cf. Neto 1979, Teyssier 1982, Castro 2006 e Cardeira 2006). Entre este rio e o Douro, do ponto de vista da história da população, regista-se a partir de finais do século IX uma primeira fase de povoamento correspondente à fase asturiano-leonesa; esta fase terá terminado com o importante retrocesso da linha de fronteira no tempo Almançor (c. 939-1002), que reconquistou Coimbra para o califado em 987 e levou a cabo a célebre razia de Santiago de Compostela (997). Deste modo, a maior parte dos territórios a sul do Douro, apesar da recuperação de território em meados do século XI, decorrente das campanhas de Fernando, o Magno (c. 1016-1065), terá também conhecido iniciativas de povoamento (ou colonização) cujo carácter seria distinto dos séculos anteriores (cf. Beirante 1993 e Mattoso 2000).

Isto mesmo confirma Castro (2006: 68/69) que, seguindo o historiador espanhol Luís García Valdeavellano,⁹⁷ distingue três fases do povoamento associado à expansão do romance galego-português para sul, a saber: a do povoamento particular e monacal; a do povoamento municipal; e a do povoamento das ordens militares. A segunda e a terceira fases tiveram, sem dúvida, claras repercussões linguísticas, com o avanço dos dialetos galego-portugueses, mas, sobre a primeira, Castro não se pronuncia, muito embora a relacione com a diferenciação do território portugalense. Dir-se-ia que a primeira fase não teria tido, portanto, consequências linguísticas significativas, uma vez que parecem difíceis de detetar os traços de uma concomitante diferenciação linguística que, atestados pela documentação e pela toponímia, definissem o contraste de um bloco portugalense ou bracarense com os outros territórios da antiga Galécia. Contudo, não seria implausível supor que nas regiões mais meridionais da Galécia se tivesse desencadeado um primeiro processo de simplificação e nivelação dialetais, o qual já configuraria uma coineização, no sentido do aparecimento de “uma nova variedade supradialetal estável, que integra traços das variedades em contacto e que os nivela, eliminando aqueles que dificultariam a comunicação” (Cardeira 2013: 92).⁹⁸ Nesta perspetiva, não pareceria descabido

⁹⁷ Ver Luís García de Valdeavellano 1977. *Curso de Historia de las Instituciones españolas. De los orígenes al final de la Edad Media*. Madrid.

⁹⁸ Cardeira (2013: 92/93) concebe o processo de coineização como aquele que “[...] se realiza na oralidade em toda a pirâmide social e que, ‘de baixo para cima’ penetra lentamente na escrita”, conceito que, na perspetiva desta investigadora, tem importante valor operativo na emergência do português médio. Pode,

conceber um primeiro período de expansão do romance do Noroeste, movimento associado ao repovoamento promovido pela coroa asturiano-leonesa e que teria a sua manifestação mais concreta nos muitos topónimos derivados da antroponímia germânica. Este período, que abrange pouco mais que um terço do atual território continental português, não deverá ir além do século XI.

É de realçar que a densa toponímia germânica do noroeste português se liga à do sul da atual Galiza, sobretudo ao sudoeste pontevedrês e ao oeste ourensano, como que a marcar um movimento migratório que parece ter sido, afinal, bastante intenso nos séculos IX e X na antiga Galécia (cf. Rios Camacho 2009). Estas condições sociais e políticas poderão ter determinado ou reforçado o alto grau de unidade lexical e onomástica que se verifica ainda hoje entre os dialetos galegos e os setentrionais portugueses, com a particularidade de estes últimos excederem para sul o vale duriense e se prolongarem até ao vale do Vouga. Muito contestadas, as teses de ermamento de Sánchez-Albornoz (apud García Álvarez 1975: 209) vêm ao encontro do que aqui acaba de ser exposto:

“Toda esa zona norte de Portugal fue colonizada de prisa por gallegos, aunque ello duela al noble patriotismo de algunos estudiosos contemporáneos y, hasta fue poblada de gallegos Coimbra; lo acredita la Albeldense, escrita três años después de la conquista de la plaza. Lo prolífico de las gentes de Galicia – han poblado media España y media America – explica la rapidez con que volvió a la vida la tierra portuguesa... esos antiguos gallegos del Duero fueron anegados por la riada septentrional de la Galicia transminiana.”

Não obstante o (eventual) exagero das palavras de Sánchez-Albornoz – e dos tópicos discursivos como o da prolificidade galega –, quando confrontadas com os muitos estudos que contestaram e desautorizaram a aplicabilidade das suas teses do ermamento duriense ao caso do baixo Douro, não é despropósito considerar a pressão demográfica da Galécia setentrional como fator de mudança linguística nas regiões mais meridionais dos tramos inferiores do Minho e do Douro. Tendo em conta que o processo de

no entanto, supor-se que outro processo de coineização poderá ter-se registado até ao século XII no território a norte do Mondego, ideia que pode retirar algum apoio nas fases de coineização do castelhano medieval, conforme propõe Tuten (2003). Observe-se que, quando a respeito de um *corpus* textual dos séculos XIII a XVI Maia (1986: 892) assinala o contraste entre o polimorfismo dos documentos galegos e “certa ‘niveleção’ da linguagem dos documentos de Portugal (Entre-Douro-e-Minho), pode conjecturar-se que tal niveleção não seria apenas resultado de um processo de standardização desencadeado pelo poder condal ou real, mas teria que ver também com uma eventual coineização no território português.

Reconquista se fez sobretudo de norte para sul, parece que a partir de núcleos galegos, poderia supor-se que a própria língua ou os dialetos falados entre Douro e Minho sofreram o impacto inicial do Norte, ao ponto de poder supor-se que os próprios dialetos medievais de Portugal setentrional sofreram especial alteração por contacto com os dialetos falados por repovoadores ou colonos provenientes do norte da antiga Galécia (a antiga Gallaecia lucense), ou seja, praticamente a atual Galiza. Não será, pois, de excluir, no contexto da deslocação de população e ações de repovoamento promovidas pelos reis asturianos se tenha desencadeado um processo de nivelação linguística. Tal conjectura não encontra indícios linguísticos documentados, mas pode achar alguma plausibilidade no estudo de García Álvarez (1975: 223/224), a respeito da demografia galega na Alta Idade Média. Observa este investigador que “[l]a población rural de la alta Edad Média se nos presenta mucho más móvil de lo que correntemente se cree”; estão, assim, documentadas referências a indivíduos e grupos que se transferiram de uma região para outra, no interior da Galiza do século XI. Este tipo de migrações não se verificou apenas no território, atualmente galego, mas terá tido expressão ainda mais significativa na região de Entre-Douro-e-Minho.

Juntem-se também aqui os aspetos que, para Castro (2002: 21), fundam a unidade entre a Galiza e o terço norte de Portugal, incluindo terras a sul do Douro:

“A Reconquista, entre os seus principais efeitos, teve o de vincar a unidade entre Galiza e Norte de Portugal e o contraste dessa grande região com o centro e sul: foi no território da antiga Galécia Magna que se manteve estável uma população de raiz hispano-romana, enquanto no sul a população moçarabizada era varrida ao sabor das guerras; foi apenas ali que presores e Igreja procederam a um repovoamento miniatural e compartimentado, único compatível com a presença de proprietários antigos, enquanto o centro e sul, bastante mais tarde, eram repovoados sob coordenação municipal; foi ali que se construíram igrejas românicas, deixando o gótico para as terras reconquistadas; foi ali que, por via do registo da propriedade e sua transmissão, se produziram documentos românicos antes do séc. XIII e não é casual que os primeiros documentos portugueses tivessem sido escritos no eixo de Braga a Coimbra; e foi ali, evidentemente, que o latim vulgar destilou o romance galego-português [...].”

2.2. Bases linguísticas e histórico-referenciais da denominação toponímica

No capítulo 1 (secção 1.3), procedeu-se a uma breve exposição da classificação de topónimos proposta por Martínez Lema (2010: 39), que considera dois tipos fundamentais de topónimos quanto às subclasses lexicais (entendendo *lexical* no seu sentido mais lato) dos elementos que estão na sua derivação: os topónimos delexicais e os topónimos deonomásticos. Como também aí se observou, apesar da sua opacidade, muitos dos topónimos deonomásticos de um território são interpretáveis no contexto de línguas que de forma direta ou indireta constituem parte do passado cultural das comunidades que habitam ou habitaram tal espaço geográfico. Na verdade, não obstante o célebre princípio saussuriano da arbitrariedade do signo (relativamente ao seu referente), a etimologia da toponímia mais opaca parece aceitar o postulado de que os nomes próprios foram, na sua origem, expressões definidas formadas por nomes comuns dotados de significação linguística e função referencial. Numa perspetiva diacrónica, portanto, a toponímia e a onomástica em geral são linguística e culturalmente motivadas, no sentido de resultarem de uma criação linguística sujeita às convenções que constroem a coerência entre o discurso linguístico e a realidade extralinguística. Um topónimo, como nome próprio, começará por ser uma expressão definida convencionalizada, tendo por referente uma entidade única; e, a tomada de consciência dessa natureza convencional do topónimo suscita inevitavelmente questões à volta da sua génese e da história da sua transmissão. Deste prisma, foi sempre forte o apelo à investigação (e à fantasia) por parte das denominações de espaços naturais suscetíveis de guardarem a chave de acesso ao passado mais remoto, como montanhas e rios, acidentes geográficos preexistentes ao desbravamento da terra e à construção de núcleos de habitação. Supõem vários toponimistas que muitos desses nomes, passados de uma geração a outra ao longo dos séculos, são fósseis linguísticos que encerram informação preciosa e que, por razões pouco claras ou até misteriosas, souberam resistir ao crivo de mudanças e substituições linguísticas. Esta é esta, por exemplo, a visão do romanista alemão Gerhard Rohlfs (1951: 231/232), quando procura reconstruir as circunstâncias que estão na génese da hidrotoponímia da Península Ibérica:

“En los nombres geográficos se reflejan todas las épocas de la historia de un país.
– Antes de la fundación de las ciudades de la península ya existían sus montes y sus ríos. Para los primeros pueblos que se establecieron en la península, las grandes

llanuras y los cursos de los ríos fueron de mayor importância y de más fácil acceso que los montes impenetrables. Podemos pues concluir que los nombres de los ríos tienen que pertenecer a los tempos más antiguos en la historia del hombre peninsular.”

Da citação de Rohlf, importa reter exatamente a noção de que a toponímia revela como que a imagem em espectro da história linguística de um país, o que inclui, naturalmente, a sua dimensão espacial geográfica. Como se verá a seguir, no caso de Portugal continental, trata-se de uma imagem a que a camada latina dá contorno e identidade, ao mesmo tempo que recobre outros contributos linguísticos, anteriores ou posteriores à latinização da faixa ocidental da península.

2.3. Estratigrafia linguística: substratos, estrato, superstratos, adstratos

Nos estudos de história da língua e nos de toponímia, fala-se de estratos linguísticos numa conceptualização metafórica baseada na imagem da sucessão de níveis geológicos num corte do terreno, imagem metaforicamente projetada sobre a diacronia de uma língua, sobretudo no sentido de definir uma cronologia das formas linguísticas (cf. Aebischer 1978 e Andersen 2003). No plano da história da língua e da linguística histórica, falar de estratigrafia no contexto da toponímia convoca a problemática do contributo de línguas que, coexistindo ou sucedendo-se num território, deixaram marcas – frequentemente de nível lexical, mas também abrangendo o nível gramatical – nas sincronias de uma língua predominante ou extensivamente falada nesse território. Andersen (2003: 1 e 3) formula a seguinte definição:

“Linguistic stratigraphy is the systematic investigation of the layering of grammatical and lexical material in a language or dialect which reflects its historical development and past contacts between its speakers and bearers of other linguistic and cultural traditions.”

É na perspetiva da língua ou do sistema linguístico focado pela descrição como realidade histórico-linguística – o *estrato*, por excelência – que são classificados os outros estratos – *substratos*, *superstratos* e *adstratos* –, como marcas deixadas por situações de

contacto mais ou menos prolongado.⁹⁹ A vinculação de uma língua a certas comunidades e aos espaços que estas habitaram define o enquadramento e a descrição de substratos e superstratos; o que leva a deixar de lado a estratigrafia inerente ao próprio estrato, constituído, no caso do português, pelo conjunto de unidades herdadas do latim que, formado na Península Itálica, foi trazido para a faixa ocidental da Península Ibérica e aqui se enraizou e desenvolveu. Quer isto dizer no estudo estratigráfico do português não cabe o da estratigrafia do latim muito embora esta seja tema por vezes explorado, sobretudo em matéria de empréstimos feitos pelo latim tanto na época republicana romana como já no período imperial.

As propostas de estratificação assumem particular relevância nos estudos lexicais e onomásticos, porque o léxico em geral constitui um nível especialmente exposto às condições sócio-históricas que modulam a diacronia da língua.¹⁰⁰ Basta lembrar que nomes comuns e próprios passam de uns dialetos a outros ou de umas línguas a outras como empréstimos que sofrem depois maior ou menor adaptação ao idioma de chegada. Sobre o vocabulário (comum), Viaro (2011: 267) nota, aliás, que este “[...] não pode ser avaliado da mesma forma que os elementos gramaticais, pois somente os últimos podem, de facto, caracterizar a afiliação a um determinado grupo linguístico”; é o caso do romeno, cujo léxico de origem latina vulgar é exíguo quando comparado com as outras línguas românicas (ibidem).

Na história da língua, a noção de estratificação torna-se assim indissociável dos conceitos de contacto e empréstimo, como sublinha Andersen (2003: 1):

“The study of loanwords is a traditional pursuit that plays an important part in stratigraphy. It is well-known that loanwords are a significant source of information about the cultural relations among the peoples on the stage of history.”

⁹⁹ A distinção entre estas camadas que se sobrepõem encontra uma formulação possível em Campbell e Mixco (2007): “When an earlier language influences a later language which moves into its territory (causing its extinction or becoming dominant), the earlier language is called a *substratum*. [...]” (idem, s.v. substratum); “In language contact, a superstratum language (or superstrate language) is the language of an invading people that is imposed on an indigenous population and contributes features to the indigenous people’s population. This takes place in the situation in which a more powerful or less prestigious language comes to influence a more local, less powerful or pretigious language, as in cases of conquest or political domination. [...]” (idem, s.v. supestratum); “In language contact, a language that influences a neighboring language or languages. Often it is assumed the language has relatively equal prestige with those it influences [...]” (idem, s.v. adstratum).

¹⁰⁰ Dworkin (2012: 5) sublinha tal característica: “The lexicon of a language is open-ended and is the least stable, the least systematic segment fo the language’s structure, and thus more open to novelties introduced from the outside. For this reason, lexical borrowing as a process does not lend itself to neat or rigid classification.”

Na teorização do contacto linguístico, propõe ainda a literatura distinguir empréstimo (*borrowing*), que ocorre em comunidades monolíngues, de intrusão (*intrusion*), que surge em situação de bilinguismo ou diglossia.¹⁰¹ Mas a investigação tem sugerido também que o comportamento dos itens representativos de substratos é bastante diferente do dos itens ou estruturas devidas à ação de superstratos, como aponta Versteegh, (2010: 637):

“Lexical influence from the substratal languages is, as expected, rather small. According to Thomason and Kaufman (1988: 39), in a situation of language shift, where substratal influence operates, lexical items hardly ever make it into the superimposed language. The reason behind this is that it makes little sense for people for shifting to another language to use lexical items from their own language, which are not understood by the speakers of the superimpose language anyway. Items related to local flora and fauna and popular culture form an exception here. Thus, one finds in Egyptian Arabic words like *timsāḥ* ‘crocodile’ (< Coptic *ti-msah* with Coptic feminine article), in Moroccan Arabic *azeffan* ‘lobster’ (< Berber *azeffan*), and in Lebanese Arabic *maššān* ‘extension of plough handle’ (< Neo-Aramaic of Ma’lūla *maššōn*).”

De qualquer modo, aceita-se no presente estudo que a estratigrafia linguística se identifica com a história dos empréstimos de uma língua, porque, tal como esta, assinala fases da história da língua na perspectiva do trânsito de unidades originárias de outras línguas que condicionaram a nativização dessa língua, como ocorre com os substratos, ou a sua ulterior elaboração, como se verifica com os superstratos.¹⁰² No caso do português,

¹⁰¹ Para o contraste entre as duas noções, a formulação de Andersen parece clara: “Borrowings are typically foreign elements that are introduced into a monolingual tradition of speaking to serve specific communicative purposes. Intrusions occur when languages are spoken in a situation of bilingualism or diglossia, especially when two language traditions tend to merge into one.” Em português, o termo *empréstimo* é ambíguo, pois recobre quer *loanword*, quer *borrowing*. Correia e Lemos (2005: 52-56) propõem os termos importação de palavras e palavras importadas, os quais designam, no contexto de uma língua, quer os estrangeirismos (sem alterações na língua de chegada), quer os empréstimos (com adaptação ao sistema linguístico de acolhimento). Nesta tese, não se aprofundando esta problemática, considera-se que um empréstimo é sempre um item – proveniente de substratos, superstratos ou adstratos – que se adaptou a uma língua e é ou foi ativo como os itens do estrato patrimonial.

¹⁰² A questão dos empréstimos pode, no entanto, introduzir uma distinção adicional ao contraste entre substratos e superstratos. Noonan (2010: 57) distingue os empréstimos das influências de substrato: “The reason for separating substratic influence from other instances of borrowing is that with substratic influence

sob o ângulo do estrato que simultaneamente o individualiza e o relaciona com uma família (indo-europeu) e subfamília (românica) linguísticas, Silva (2008: 84) salienta “o ‘fundo latino’ (Piel 1989 [...]: 11) que dará a forma ao léxico da língua portuguesa, reformatando, ou seja, dando a sua morfologia, aos empréstimos pré-latinos e aqueles posteriores à ‘queda’ do domínio de Roma, no século V d. C., pelo menos na chamada România Ocidental”.¹⁰³

Deve salientar-se que a estratigrafia histórica do léxico de uma língua tem também incidência na avaliação das mudanças que delimitam a sua periodização. Um exemplo é o tema recorrente da relação entre os substratos pré-latinos e fenómenos característicos do romance galego-português, como seja a queda do *-l-* e *-n-* latinos intervocálicos. Esta é uma questão em aberto, que encontra uma discussão homóloga no comentário à importância dos superstratos. Nula ou diminuta poderá ter sido a interferência das línguas germânicas (há que contar, contudo, com o legado da antroponímia medieval e da toponímia desta derivada). Mas se se pensar nos empréstimos do árabe e do romance andalusi que, em grande parte da Idade Média, o português absorveu, é significativo o impacto decorrente do encontro entre povoadores do norte e populações do sul, de modo a propor-se uma correlação entre esses superstratos meridionais e a variação que os documentos literários e não literários atestam na passagem ao século XV, tendo por resultado as mudanças do chamado português médio, que consolidou e disseminou certas soluções linguísticas que conferem hoje identidade ao português literário e administrativo (cf. Cardeira 2005).

A investigação em toponímia converge, assim, com a discussão à volta da periodização da história do léxico comum. O modelo mais difundido é o de considerar uma camada arcaica e vestigial de línguas pré-latinas sob o estrato ou fundo latino, seguindo-se os superstratos já coincidentes com o período latino-romance, aos quais, no dealbar da proto-história da língua escrita, se somam empréstimos dos mundos linguísticos a norte do Pirenéus e depois de outras regiões, quando se desencadeia a Expansão europeia. No caso da toponímia de Portugal continental, porém, ao contrário do que ocorre no léxico comum, a presença de línguas como o francês, o provençal, o inglês ou de línguas extraeuropeias parece ser diminuta. Apesar de conjecturas, há quem

we have situations in which generational transmission of linguistic traditions is disrupted; we may also have speciation [i. e., the creation of new languages], though this is not necessarily the norm.”

¹⁰³ Sobre mudança no léxico patrimonial latino no contexto da história do português, ver Brocardo (2014: 83-89).

proponha a proveniência occitânica de alguma toponímia do norte alentejano (*Tolosa*, *Montalvão*, *Arez*; cf. Pinto 2012); e sugere-se a possibilidade de o topónimo lisboeta *Sodré* (Cais do Sodré) vir do apelido inglês *Sadler* (Machado 2003). Refira-se ainda casos como o de *Mocambo*, nome de um local no atual bairro da Madragoa, em Lisboa (cf. Machado 2003), ao qual se atribui origem numa língua africana não identificada. O que importa realçar é que os estudos toponímicos envolvem uma fortíssima vertente extralinguística¹⁰⁴ que apela à intencionalidade dos falantes enquanto sujeitos do conhecimento de realidades físicas e culturais, entre elas a dos nomes que ligam ao mundo a língua que usam.

2.4. A distribuição estratigráfica da toponímia portuguesa

Uma tarefa imprescindível é atribuir uma cronologia, mesmo que aproximada, aos hidrotopónimos inventariados neste estudo. Sendo os hidrotopónimos aqui comentados, como se explica nas secções anteriores, extraídos do RTP e do visualizador do CIGeoE-SIG, este trabalho tem em conta as formas atualmente usadas, pelo menos, no âmbito administrativo. A investigação aqui apresentada parte, portanto, de formas contemporâneas para, mediante a sua análise linguística, indagar as suas origens e definir os estratos linguísticos que as enquadram.

Esta finalidade encontra apoio na proposta metodológica de Pierre Lebel (1956: 10), autor que, no sentido de definir uma classificação cronológica dos hidrónimos do território francês, distingue quatro estratos (ou camadas, tradução literal de *couches*) linguísticos e históricos: o estrato francês, que se subdivide em duas etapas – a moderna e medieval; o estrato galo-romano; o estrato germânico, compreendendo os apelativos normandos, flamengos e francos; e o estrato proto-histórico, que Lebel não subdivide pela dificuldade de separar claramente o material celta do pré-céltico. Lebel define ainda quatro tipos de hidrónimos, não pela natureza do seu referente, mas pela sua morfossemântica: fala-se assim em hidrónimos apelativos (ou seja, as diferentes formas de denominar os modos de apresentação da água em espaços naturais ou construídos); em hidrónimos qualificativos, isto é, expressões descritivas, geralmente formadas com

¹⁰⁴ Em discurso, a toponímia é constituída por itens que parecem funcionar como as unidades do léxico comum, pelo que a discussão da sua origem não poderá ter pertinência intralinguística. Nada disto, como tem sido dito, retira validade aos estudos de toponímia, tal como também não se deixa de reconhecer valor científico a qualquer outro tipo de estudo histórico.

adjetivos qualificativos; e em hidrónimos determinativos, os quais, sob a forma de adjetivos relacionais ou expressões enquadram a água no espaço, no tempo ou na vida quotidiana.¹⁰⁵ Na definição da cronologia dos hidrónimos, Lebel aplica duas regras a três tipos de hidrónimos – apelativos, qualificativos a determinativos:

- atribuem-se a um dado estrato os hidrónimos formados ou produtivos durante um período que se inclua nos limites cronológicos desse estrato;
- se um hidrónimo insuficientemente datado pode pertencer, por causa da sua estrutura ou da sua difusão, a dois estratos consecutivos, a sua classificação será feita no estrato mais recente.

No contexto português, numa perspectiva mais ancorada na investigação filológica da passagem do século XIX ao XX, recorde-se que Leite de Vasconcelos propunha a organização dos estudos toponímicos em três vertentes (Vasconcelos 1931: 139-148): por línguas, por modos de formação toponímica (“gramática toponímica”) e pela motivação semântico-referencial dos nomes em aspetos da flora, da fauna, de natureza solo, da história, da religião, entre outras causas (cf., no capítulo 3, a discussão à volta das categorias referenciais e topossemânticas, conforme Martínez Lema 2010). Para a discussão aqui desenvolvida tem interesse a tipologia relativa à origem linguística, na qual Leite de Vasconcelos incluía os tipos indicados no quadro 2.4.1:

¹⁰⁵ Lebel (1956: 8) dá ao estudo dos hidrónimos um caráter histórico, de forma a permitir a clarificar sua significação: “Dans le cas général, un hydronyme a toujours possédé, à son origine, une signification claire. Il ne l’a perdue que du jour où la langue s’est renouvelée ou que l’usure l’a rendu méconnaissable”. Nessa perspetiva, propõe uma tipologia muito simples: “On peut ranger les hydronymes en trois groupes: 1° les noms *appellatifs* ou noms génériques; 2° les noms *qualificatifs* ou expressions descriptives; 3° les noms *déterminatifs*, c’est-à-dire les adjectifs ou les expressions qui situent une eau dans l’espace, dans le temps ou dans la vie courante. Par exemple *Fontaine* est un appellatif, la *Fontaine-Bouillante* est un nom suivi d’un adjectif qualificatif, la *Fontaine-Saint-Martin* est un nom suivi d’un déterminatif.”

Quadro 2.4.1 — Nomes de lugar por línguas,
segundo Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1931: 139-148)

Tipo	Exemplos
nome pré-romanos	Braga, Idanha, Guadiana, Évora, Coima, Mondego, Tajuña < <i>Tagonius</i> de <i>Tagus</i> (Espanha)
nome romanos	Beja, Chaves, Sagres, Monsanto, Castendo, Correlhã, Vidigueira, Cercal/Cerqueira, Cividade, Castro/Crasto, Crastelo, Castrelo, Cristelo, Beselga
nomes germânicos	Adorigo, Gulhufe, Gumarei, Salamonde, Telões (“predominam no Norte e na Beira, rareando no Sul”, p. 145)
nomes arábicos ¹⁰⁶	Alcântara, Alcaria, Alcântara, Mesquita, Odi- (em hidrónimos do Sul) (“aumentam da Beira para baixo”, p. 145)
nomes de procedência vária	Aranguez (Setúbal), Recamador (de Rocamador, século XIII, não localizado), Mocambo (do Brasil para Lisboa)
nomes portugueses propriamente ditos	“nomes provenientes de todas as fontes que formam o nosso léxico” (p. 147)

A proposta de Vasconcelos (1931) mantém atualidade, embora o conjunto dos topónimos de procedências várias se possa integrar na categoria dos nomes portugueses, uma vez que se trata de empréstimos integrados já no período histórico da língua portuguesa. Além disso, uma vez que os termos *pré-romano* e *romano* dão sobretudo relevo aos acontecimentos que marcaram uma mudança cultural e política na Península Ibérica, afigura-se, como já foi dito, preferível empregar nesta tese *pré-latino* e *latino*, de modo a dar relevo ao caráter linguístico da perspetiva deste estudo. Finalmente, embora os nomes germânicos constituam um estrato pouco ou nada relevante no conjunto da hidronímia portuguesa, convém mantê-los numa classificação toponímica por estratos linguísticos, dada a importância do germânico na restante toponímia.

Da classificação de Vasconcelos não se afasta muito a adotada por Martínez Lema (2010: 41) para o seu estudo da toponímia medieval de quatro comarcas do noroeste da Galiza:

¹⁰⁶ Leite de Vasconcelos define três zonas em função do grau arabização (Vasconcelos 1931: 143-147): a norte do Douro, com pouca influência árabe; entre Douro e Mondego e a sul deste rio (comarca da Beira), zona que pertenceu “do século VIII e XII, ora aos Árabes, ora aos Cristãos”; Estremadura e região a Sul do Tejo.

“No tocante á filiación lingüística dos topónimos procuramos tamén cinxirnos ás categorías máis habituais empregadas polos distintos autores que se aproximaron ao estudo da toponimia galega. Falaremos por tanto de topónimos prelatinos, latinos, xermánicos e arábigos, aos cales engadimos aínda os topónimos "híbridos", que no caso do noso corpus están representados unicamente por un pequeno grupo de ítems creados mediante a adxunción de material morfolóxico latino e/ou romance a unha base de orixe presumibelmente prelatina [...].”

Naturalmente que a citação de Martínez Lema não indicia aqui a defesa de uma simples transposição da estratigrafia toponímica galega ao caso português. Diga-se antes que tal citação, que poderia também fazer referência à toponímia setentrional portuguesa, tem a utilidade de depressa requerer um ajustamento à realidade toponímica portuguesa tomada globalmente, salientando contrastes com a toponímia galega, que residem sobretudo no substrato pré-latino meridional de obscura caracterização e no alcance do superstrato árabe também nessas regiões a sul. No contexto da presente tese, é ainda necessário ter em conta os períodos pós-medievais, visto que se consideram hidrotopónimos de criação e fixação mais recentes. Mesmo assim, este trabalho não se afasta da perspectiva tradicional, considerando como substrato a camada constituída por itens onomásticos enquadráveis nas línguas pré-latinas (indo-europeias ou não); e entendendo que os nomes de procedência germânica ou árabe são, por seu lado, constitutivos de superstratos.¹⁰⁷ Quanto aos itens filiáveis no léxico e morfologia do latim, participam eles também do estrato propriamente dito, isto é, do núcleo patrimonial do léxico comum do português e dos seus padrões de funcionamento gramatical. Note-se que esta categorização não pode ser aplicada rigidamente, como uma taxonomia estanque, porque o estudo tem frequentemente de dar conta da heterogeneidade interna dos estratos ou da eventualidade de estes interagirem, produzindo topónimos híbridos, nos quais se associam traços e estruturas de estratos diferentes. Já que vários nomes parecem

¹⁰⁷ Pode falar-se também de adstrato a respeito do árabe, dada a sua importância em situações de bilinguismo entre comunidades cristãs e muçulmanas durante a Reconquista, bem como, após esse período (depois de 1250), no seio de comunidades mudéjares. Porém, contradizendo um pouco a literatura, não parece descabido aplicar o termo substrato ao árabe quando se comenta a história linguística do sul de Portugal, dada a elevada probabilidade de o português ter sido imposto no Sul a populações indígenas completamente arabizadas. O aparecimento do português nessa região não se afiguraria assim como produto de uma evolução do latim em contacto com o árabe, mas, sim, como implantação de uma nova língua em território conquistado.

geneticamente heterogêneos, ostentando elementos de origens díspares, seria certamente adequado considerar subcategorias no seio das categorias estratigráficas.

Igualmente a temporalidade do estrato marcada pela variação diacrónica, balizada por diferentes períodos, requererá que, enquanto um nome se integra no período romance, outro surge em épocas mais tardias ou até já na língua contemporânea. No que diz respeito à abordagem aqui proposta, é no contexto dos comentários do capítulo 4, dedicados aos hidrotopónimos de Portugal continental, que se procede à identificação dessa diversidade, tendo em conta estudos etimológicos prévios que trataram este ou aquele nome. Os comentários produzidos permitirão ao capítulo final dar definição a essa arquitetura estratigráfica.¹⁰⁸

Seguem-se subsecções dedicadas a cada um dos estratos envolvidos na hidrotoponímia de Portugal continental, com relevo para a discussão em torno dos substratos pré-latinos e do superstrato árabe.

2.4.1. Estratos pré-latinos (substratos)

Nesta subsecção, passam-se em revista alguns aspetos da discussão em volta do estrato pré-latino – ou melhor, dos substratos pré-latinos. Como se sabe, não se trata de um estrato, mas, sim, de uma camada heterogênea à qual, no entanto, pode atribuir-se uma organização mínima, diferenciando entre estratos pré-indo-europeus (ou não indo-europeus) e estratos indo-europeus. Nos parágrafos que se seguem traça-se, em primeiro lugar, um breve panorama da situação linguística da Hispânia desde o período imediatamente anterior à conquista romana da costa mediterrânea até aos finais do século 1 a.C., quando a região cantábrica foi finalmente integrada no Império e a romanização abrangeu as regiões do Norte peninsular. Em seguida, passa-se à discussão das hipóteses sobre a indo-europeização linguística da faixa ocidental da Península Ibérica no período anterior aos processos de romanização e latinização das populações indígenas.

¹⁰⁸ No campo da etimologia antroponímica, registe-se a crítica de Kremer (2007^b: 722) quanto à qualidade das obras disponíveis, a qual pode assinalar que, à partida, será difícil elaborar etimologias adequadas para os topónimos deonomásticos: “São, afinal, pouco numerosas as obras de referência que podem ajudar-nos na boa interpretação etimológico-histórica dos nomes de pessoa. Como na língua geral, convém distinguir entre as camadas históricas, o prelatino ou substrato, o latino e românico (de distinção por vezes problemática), os superstratos germânico e árabe, as influências de fora. Cada secção tem a sua própria problemática e será difícil dominá-las todas; o investigador em onomástica depende, pois, das informações que lhe são dadas pelos especialistas. A maioria dos trabalhos depende assim de outros, e dito de uma maneira muito geral, e talvez injusta, pode afirmar-se que nenhum dos actuais dicionários onomásticos é satisfatório”.

Quando se fala de estratos pré-latinos, comece-se por recordar, no debate do contraste dos estratos não indo-europeus com os estratos indo-europeus, a enorme voga que tiveram as teses sobre o substrato mediterrânico, que Hubschmid explorou e sistematizou num capítulo dedicado à toponímia pré-romana na ELH (p. 447-493).¹⁰⁹ Quanto à possibilidade de identificar e caracterizar uma herança indo-europeia pré-latina no reportório hidrotponímico português, o meio académico espanhol é pródigo em pistas, pelo menos, desde o estudo pioneiro de Menéndez Pidal (1952).¹¹⁰ Como já se viu, é frequente recorrer ao argumento segundo o qual a hidrotponímia constitui uma área onomástica historicamente conservadora, de etimologia mais recuada, em comparação com os de outras áreas onomásticas. Esta maior antiguidade está associada a uma desvantagem: a análise vê-se dificultada pela escassez de dados que permitam enquadrar linguisticamente esses nomes. Não admira, pois, que o seu estudo revele carácter conjectural ou especulativo, como é o de muitas propostas de análise etimológica.

Assim, na discussão das origens da hidronímia peninsular e europeia, tem relevo a hipótese do “antigo europeu” ou “paleoeuropeu”, segundo a qual, antes do céltico e talvez mesmo da chamada “língua lusitana”,¹¹¹ ter-se-ia difundido na Europa, incluindo a

¹⁰⁹ A discussão de substratos mediterrâneos reparte-se por duas possíveis origens dos povoadores pré-indo-europeus da Hipânia: o Norte-de África e a bacia oriental do Mediterrâneo, a que alguns vinculam a civilização de Tartessos. Ver Hubschmid (1960: 4447-493), sobre toponímia de origem oriental (em que inclui o basco) e euro-africana (ibérico, o chamado lígure). Dworkin (2012: 20/21) faz uma apreciação não muito favorável destas teses: “Taking as their starting point alleged lexical isoglosses involving Basque, the Romance languages of the Iberian Peninsula, Italian dialects, and languages spoken in the Alps, the Balkans, and North Africa, numerous linguists (including several iminent Romanists such as R. Menéndez Pidal, V. Bertoldi and especially J. Hubschmid, the most active scholar of this group with regard to the pre-Roman layer of the Spanish lexicon) have operated over the years with a vague undocumented entity conceived of as a very early substratum language spoken throughout the European and African lands bordering the Mediterranean basin. Its alleged lexical traces are found principally in names of places, plants, mountains, and waterways. Although in most cases Hubschmid may well have accurately identified Spanish lexical items of pre-Roman origin, the specific etymologies and bold lexical connections that he proposes in numerous articles and monographs have been greeted with considerable scepticism [...]”. Assinale-se que os trabalhos de Domingos Moreira (Moreira 1967) se inserem nestas propostas.

¹¹⁰ Rohlf (1985: 27) considerava que os nomes dos rios espanhóis (incluindo o que compartilha com Portugal) não eram fáceis de abordar: “Hasta los últimos años poco se ha hecho en España para el esclarecimiento de los nombres de los ríos. Es la materia más árdua para el estudioso de toponímia. La mayor parte de estos nombres parece substraerse a toda tentativa de interpretación. Nos encontramos frente a radicales que no tienen eco en ninguna lengua conocida: *Duero, Tajo, Miño, Arba, Arga, Deva, Deza, Esla, Neila, Ibia, Navia, Pernia, Cueva, Huecha, Huerva*. Algunos radicales se repiten *Pisueña e Pisuerga, Isulea e Isabena, Magaña e Magasca, Ibia e Ibor*. Se repiten también algunas terminaciones: *Daroca e Jiloca, Arganza y Arlanza, Pigüña y Pisueña, Arnoya e Boytoya*. Com particular frecuencia se presenta en los nombres de los ríos la desinencia -ón: *Alagón, Aragón, Asón, Carrión, Chillarón, Conejón, Duratón, Jalón, Marrón, Nalón, Nervión, Orión, Rudrón, Semeldón, Tirón, Torcón*.”

¹¹¹ A epígrafia da língua lusitana até agora encontrada distribui-se numa área compreendida entre o vale do Guadiana e a margem esquerda do Douro. Atualmente são cinco as epígrafes identificadas e estudadas: três em Portugal — em Cabeço de Fráguas (Guarda), Lamas de Moledo (Viseu), Ribeira da Venda (Arronches, Portalegre) —, e duas em Espanha, ambas provenientes de Arroyo de la Luz (Cáceres) — ver Carneiro et al. (2008: 168) e Prósper (2002: 69-87).

Península Ibérica, um ramo indo-europeu arcaico, documentado por grande parte da hidronímia europeia. Esta hipótese foi inicialmente formulada em Krahe (1962 e 1964) e, conquanto seja hoje rejeitada por largos setores da indo-europeística, tem sido retomada várias vezes, no contexto ibérico, praticamente sem alterações, por Bascuas (2002, 2006 e 2014) ou, numa versão já muito revista, por Villar (1995, 2000 e 2005). A reflexão contida nesta secção desenvolve-se em redor de tal hipótese, mas, antes, convém comentar em que condições se pode supor uma origem indo-europeia para uma parte substancial da hidronímia de Portugal continental.

A descrição e análise dos nomes de rios portugueses de clara ou provável origem pré-latina são problemáticas, principalmente por duas razões: em primeiro lugar, os elementos morfológicos a identificar podem relacionar-se com línguas que não deixaram vestígios ou que estão escassamente atestadas, limitando-se os seus testemunhos praticamente à onomástica identificável em documentos epigráficos, se se excluírem as poucas atestações do léxico comum das epígrafes do lusitano; em segundo lugar, face à escassez de dados, muitas propostas etimológicas não conseguem rejeitar totalmente a hipótese de o material em análise ter origem não indo-europeia, podendo a datação de certo número de hidrónimos ser anterior à generalizável a domínios onomásticos como a restante toponímia, a antroponímia e a etnonímia pré-romanas.

Como também foi dito, a par da maior ou menor margem de incerteza etimológica a respeito de parte dos hidrotopónimos portugueses, é necessário ter em mente que o estudo da toponímia mais antiga se confronta com formas distorcidas por fases sucessivas de deriva linguística interna e contacto entre línguas. Muitas vezes, à etimologia podem até escapar palavras cuja aparência, em resultado de um processo de convergência homonímica, parece enquadrar-se em estratos etimológicos documentalmente acessíveis mas que acabam por ocultar um étimo bastante mais remoto (cf. rio *Homem* vs *homem*; cf. capítulo 4).¹¹²

Apesar destas condicionantes, assim como os trabalhos de investigação da onomástica hispânica pré-romana têm permitido realçar afinidades linguísticas profundas da antroponímia, etnonímia e da toponímia da faixa ocidental hispânica com as das

¹¹² Às características geralmente caprichosas da toponímia se refere Fernández González (1988: 1675, citado por González Salgado 2009: 1060): “[...] los topónimos no son palabras como las demás, pues en ocasiones resulta casi imposible determinar si han seguido las leyes generales de la lengua o dialecto a los que pertenecen o si, por el contrario, han sufrido desviaciones de dichas leyes, de suerte que se han convertido en formas excepcionales, en auténticos errores lingüísticos [...]”

regiões limítrofes da Hispânia antiga e de regiões para lá dos Pirinéus (cf. Villar 2000, Villar e Prósper 2005: 13-152, Sims-Williams 2006), também se afigura plausível que nos hidrotopónimos portugueses de origem pré-latina se reforce essa relação mediante semelhanças fónicas e morfológicas com os hidrónimos da restante Península Ibérica e de outras áreas europeias e mediterrâneas, onde se falam (ou falaram) línguas indo-europeias desde, pelo menos, os finais do 2.º milénio a.C.

Não obstante, não se pense que a análise histórica de outros domínios onomásticos que não a hidronímia constituem um bloco indiferenciado. Pelo contrário, avultam nelas tendências desencontradas, capazes de apontar quer para a individualização de um território hispânico quer para a sua fusão com o todo ibérico. Por exemplo, no âmbito da discussão da celticidade linguística das populações pré-romanas, Luján Martínez (2006: 720) assinala uma clara diferenciação entre os antropónimos e teónimos galaicos:

“From a linguistic point of view it should be remarked that, as opposed to what happens with other kinds of names, especially god names, [...] the personal names of Callaecia do not show strikingly special phonetic or morphological traits when compared to the names appearing in other areas of ancient *Hispania*. In other words, when we have the same personal name both in Callaecia and outside, the one appearing in Callaecia shows no evidence of being adapted to the particular phonetics of a language spoken in that area.[...]”¹¹³

Esta situação aponta, portanto, para uma maior homogeneidade da onomástica pessoal no conjunto peninsular, enquanto a teonímia emerge frequentemente como indício da identidade linguística de um território mais limitado. No caso da Callaecia, deve ainda salientar-se a convergência da teonímia do convento bracaraugustano, o mais meridional, com a dos conventos da Lusitânia, o que permite inferir uma grande ou apreciável afinidade linguística entre as populações das margens do Douro, rio que definia a fronteira entre as duas províncias romanas.¹¹⁴ Sem se negar a sua presença, não parece que o céltico tenha prevalecido nestes territórios, quando se atenta no facto de Luján Martínez (2006: 722/723) referir as dúvidas da investigação quanto à celticidade de tais teónimos galaicos e lusitanos, ficando na incerteza o ramo indo-europeu em que eles se

¹¹³ Apesar de Luján Martínez (2006) empregar a forma Callaecia, adota-se na discussão a forma Gallaecia.

¹¹⁴ Como afirma Luján Martínez (2006: 721), “[...] the god names of Callaecia are closely connected to those of the Lusitania province south of this region.”

enquadram. De qualquer maneira, é de sublinhar o consenso existente sobre a indo-europeidade da teonímia e da antroponímia indígenas, conforme se documenta em epígrafes da época romana. Esta posição, se não é suficiente para garantir a indo-europeidade da hidronímia de origem pré-latina portuguesa, permite, mesmo assim, não excluir o impacto da indo-europeização nessa área onomástica.

Relativamente aos etnónimos, alguns parecem pouco esclarecedores, porque são eles próprios derivados de nomes de rios cuja indo-europeidade é insegura para certos autores, como Luján Martínez (2006: 275/276), em referência a casos como os dos *Nebisoci* (supostamente de *Nebis*, Neiva),¹¹⁵ *Bibali* (tradicionalmente ligado ao Búbal, na Galiza), *Tamagani* (de *Tamaca* ou *Tamaga*, Tâmega) e *Limici* (de *Limia*, Lima). Não é, portanto, possível afirmar à partida que os hidrotopónimos portugueses remontem maioritariamente a nomes indo-europeus. E, se a etimologia indo-europeia for plausível, será baixa a probabilidade de esses nomes terem filiação céltica, visto muitos topónimos exibirem um primeiro elemento não céltico, como observa Luján Martínez (2006: 729):¹¹⁶

“It thus appears that in *Callaecia* the place-names in *briga/-bris* with a non-Celtic first element are more numerous than those with a Celtic first element. I suggested that this allows us to draw interesting conclusions about the linguistic history of the region. Speakers of the Celtic languages must have coined the names in *-briga* or *-bris*, but in order to generate them they seem to have used previously existing onomastic elements from that area.”

Cabe observar que do artigo de Luján Martínez aqui seguido relevam algumas contradições, porque aí se fala em etnónimos de origem pré-indo-europeia a propósito de hidrotopónimos que, mais adiante no mesmo estudo, aparecem atribuídos ao céltico e a outras línguas indo-europeias. Todavia, é de destacar a hipótese do mesmo autor, segundo a qual, os Célticos, provenientes de sul, ter-se-ão deslocado tardiamente para a Gallaecia, levando consigo elementos onomásticos não célticos, por exemplo, teónimos, que

¹¹⁵ Ou *Naebisoci*, cuja relação com o mencionado hidrónimo Alarcão (1995-1996: 27) contesta: “Não podemos concordar [com a localização dos *Naebisoci* na bacia do Neiva], porque esta *civitas*, citada na inscrição da ponte de Chaves há-de ficar na esfera de influência de *Aquae Flaviae*, portanto, muito mais para o interior.”

¹¹⁶ O mesmo aponta García Alonso (2009: 170): “Una gran cantidad [...] [de nombres en *-briga/-brig(s)*] muestran un primer elemento no céltico en el compuesto. Esto no impide la consideración del conjunto como nombre céltico. Es evidente que hablantes de una lengua céltica utilizan un nombre preexistente para bautizar una ciudad. En muchos casos el elemento preexistente puede haber producto lingüístico de hablantes de lusitano. [...]”

transmitiram à onomástica galaica. Por outras palavras, mesmo a antroponímia e a teonímia pré-romanas são susceptíveis de apresentar elementos de indo-europeidade incerta, podendo até ser não indo-europeus.

Em suma, no estudo da onomástica pré-romana, há acordo quanto a uma profunda indo-europeização sobretudo nas regiões da Meseta ibérica, e nas terras periféricas a norte e a ocidente, tal como propôs Untermann (1965), quando definiu duas Hispânicas, a indo-europeia e a ibérica. Mas não podem ser excluídos os muitos casos de unidades não filiáveis no indo-europeu, numa primeira fase, resultantes, de empréstimos lexicais, em situação de contacto com línguas não indo-europeias, e depois eventualmente transmitidas já no contexto das línguas indo-europeias faladas pelas populações pré-romanas.

Como se disse, deve-se a Untermann (1961),¹¹⁷ com base na toponímia hispânica da Antiguidade, a definição de duas grandes áreas linguísticas hispânicas nas vésperas ou ao longo do período da conquista romana: a ocidente, a norte, e na Meseta, a indo-europeia, de carácter céltico, caracterizada por topónimos formados pelo elemento *-briga* ‘monte, fortificação’ (de **bheregh*, *bherghos-*, Pokorny 1959); e a não indo-europeia a sul e a leste, abrangendo os Pirenéus, áreas onde abundantemente se documentam topónimos terminados no elemento ibérico *-ili* ou *-ilti* ‘cidade’. Contudo, Francisco Villar põe em causa esta oposição entre duas Hispânicas, ao defender a tese de a toponímia documentada na Antiguidade nos territórios do Nordeste e do Sul indicar uma indo-europeização anterior à difusão do ibérico e do céltico (Villar 2001 e 2005). Esta possibilidade é reforçada Javier de Hoz (1993 e 2005:77/78), o qual propõe considerar uma situação de coexistência linguística em algumas áreas da região dita ibérica, com o ibérico a desempenhar a função de língua veicular ao lado de outras línguas, eventualmente indo-europeias, faladas a norte da atual província de Valência (Castellón, Catalunha, e, em França, o Languedoc).¹¹⁸

¹¹⁷ Sobre a antroponímia hispânica na Antiguidade, ver também Albertos (1965).

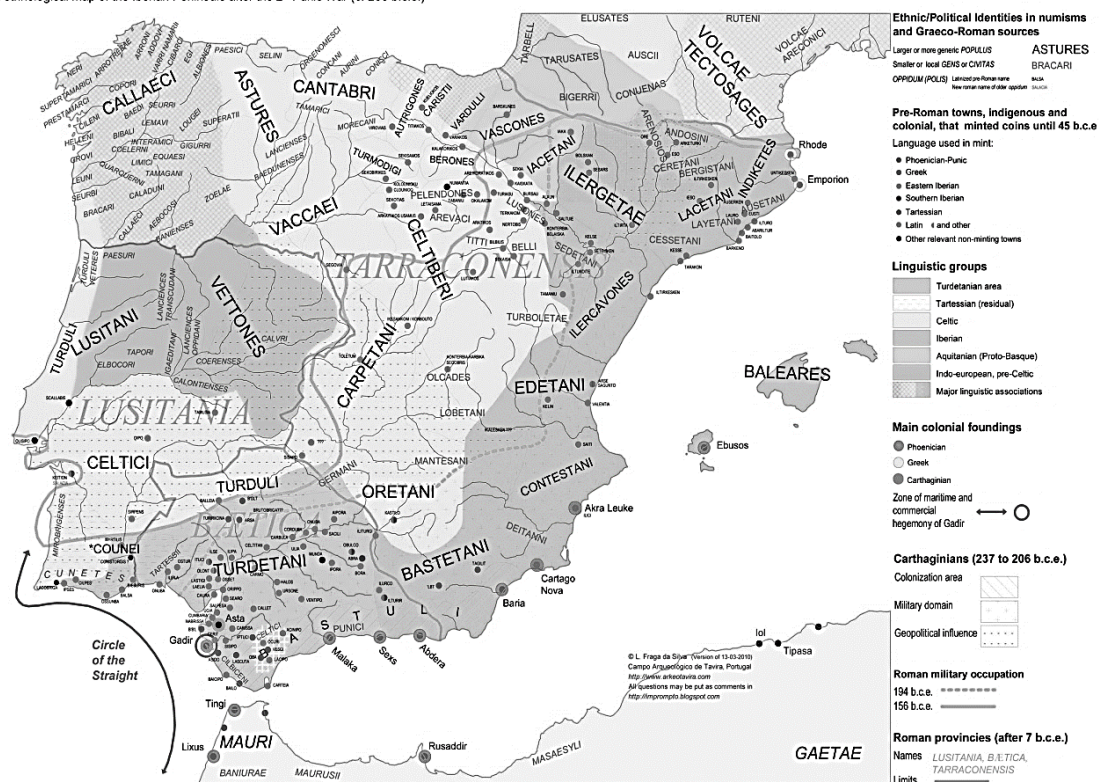
¹¹⁸ “Estamos seguros de que en una zona que incluía Alicante y el sur de Valencia, donde se crearon dos variantes de escritura para escribir ibérico, se hablaba esa lengua, pero nada indica que el substrato étnico más septentrional fuese el mismo ni que se hubiese producido un desplazamiento de gentes hacia el norte que pudiese haber impuesto allí una nueva lengua. En Languedoc tenemos, como veremos, testimonios seguros de que el ibérico era utilizado por hablantes de otras lenguas y hay indicios de que algo similar podía ocurrir en puntos de Cataluña. La presencia ibérica en Languedoc se explica porque la región está dentro de la órbita económica de Ampurias, y la iberización de la cultura material se ha desarrollado como resultado del comercio. La iberización de Castellón y Cataluña ha seguido pautas similares a las que encontramos en Languedoc y es verosímil que ambas zonas hayan experimentado procesos paralelos.” Hoz (2005: 78).

No entanto, deve observar-se que estas posições divergentes de certo modo se complementam numa visão diacrónica, visto o confronto das fontes literárias apontarem para, pelo menos, uma importante alteração do mapa étnico do Ocidente peninsular durante a chamada II Idade do Ferro (Fabião 1992: 167), com eventuais repercussões na situação linguística – embora seja igualmente de aceitar a permanência de muitos elementos culturais do Bronze Final e da I Idade do Ferro (ibidem). Assim, à época da 2.^a Guerra Púnica, em finais do século III a. C. (Alarcão 1990: 346), a situação linguística da Hispânia deveria incluir várias áreas de sobreposição, coexistência ou contacto cultural e, mais particularmente, linguístico. O mapa de Fraga da Silva (2010), que representa a situação etnolinguística na Hispânia à época da conquista romana (aqui reproduzido como figura 2.4.1.1),¹¹⁹ têm realce duas zonas de sobreposição no Ocidente hispânico: uma a noroeste, entre línguas indo-europeias (talvez céltico e o chamado lusitano), e outra a sudoeste, associando o céltico e uma língua presumivelmente não indo-europeia, o chamado tartéssico, ao qual se associam os Túrdulos (deslocados para o litoral centro de Portugal) e os Turdetanos (Bética).

Mapa 2.4.1.1 – Mapa etnológico da Hispânica pré-romana (Silva 2010)

Pre-Roman Peoples and Languages of Iberia

An ethnological map of the Iberian Peninsula after the 2nd Punic War (c. 200 b.c.e.)



¹¹⁹ Disponível em <http://arkeotavira.com/Mapas/Iberia/Populi.htm> (consultado em 5/05/2011).

Esta distribuição linguística enquadra-se na diversidade cultural das regiões ocidentais, conforme a investigação arqueológica aponta. Assim, nos territórios do ângulo sudoeste da Península, mercê da presença e influência fenícias, encontram-se fortes elementos mediterrânicos e orientalizantes no litoral e nas vias de acesso ao interior, a par de indícios materiais de culturas continentais provenientes de além-Pirenéus.¹²⁰ A norte do Douro e nas terras interiores a sul deste rio, os dados da arqueologia alinham-se com os que sugerem a chegada à Península, através dos Pirenéus, nos inícios do I milénio a.C., de populações cuja cultura material (a chamada *civilização dos campos de urnas*) se liga tradicionalmente aos indo-europeus (Fabião 1992: 150/151). Este movimento migratório terá atingido as regiões ocidentais da Meseta por volta dos séculos VIII ou VII a. C., admitindo-se que se tenha processado lentamente, durante um longo período (Fabião 1992: 150).

No contexto peninsular e em especial nos conventos calaicos e lusitanos que interessa aqui estudar (bracarense, asturicense, escalabitano, pacense e emeritense), a discussão sobre a indo-europeização das populações há muito se encontra ligada à questão céltica, que tem tantos defensores como detratores. Na atualidade, recuperam-se, de certo modo na prática, hipóteses com cem anos, sobre a presença de lígures na Península, mais em resultado da interpretação das fontes clássicas do que como conclusão fundada na cultura material ou dados linguísticos:¹²¹ trata-se da possibilidade de, na Península Ibérica, as línguas célticas se sobreponem a outras, que Villar (2000: 430) e Prósper (2002: 29 e 429-433) designam por italoides. Neste ramo, poderiam incluir-se o lusitano e parte dos dialetos da Gallaecia e de outras zonas da franja cantábrica. Mas aos sistemas dialetais

¹²⁰ Sobre a especificidade linguística da faixa litoral do sudoeste hispânico, Hoz (2005: 72) faz o seguinte comentário: “He tratado ya en otras ocasiones, y no he sido el primero en hacerlo, de los topónimos del litoral portugués y los antropónimos de Salacia, que tienen su mejor explicación como términos de origen tartésico, introducidos en donde los encontramos por colonos o mercaderes asentados en esas zonas en fecha muy temprana y que, al menos en Salacia, habían conservado una tradición onomástica, si no su lengua propia, a la vez que una posición dominante en la ciudad como demuestra el que esos nombres correspondan a los magistrados de la ciudad.” Ver também Hoz 1989: 523-587 *apud* Torres Ortiz 2005: 193-213. A respeito da toponímia que exhibe um elemento em que se dá a alternância *-ipo/ippo* (*Calipo*, *Olisipo*, *Collipo*), diz F. Villar (2000: 87-118): “[...] el mismo topónimo suele aparecer alternativamente con escritura simple y geminada de la labial [...]. En cambio la /p/ no alterna nunca con la sonora correspondiente (jamás hay **ibo*). De manera que serían posibles dos explicaciones fonéticas alternativas: 1) Que etimológicamente era una geminada que tendía a simplificarse (*ippo*>*ipo*); o 2) Que etimológicamente era una sorda que en posición intervocálica no tendía a sonorizar en esa lengua. En el primer caso la doble grafía pp/p reflejaría dos momentos fonológicamente sucesivos. En el segundo caso la grafía geminada podría ser un mero recurso gráfico para remarcar el carácter consistentemente sordo del fonema en cuestión, o acaso alguna peculiaridad articulatoria específica (tensa [versus laxa], o fortis [versus lenis]).” Note-se que Machado 2003 não comenta a variação *-ipo/-ippo*, mas autores como García Alonso (2001: 214) referem este elemento como *-ippo*.

¹²¹ Basta recordar a polémica sobre a origem dos Lusitanos, na qual se envolveram Martins Sarmiento (1833-1899) e Adolfo Coelho (1847-1919) (cf. Guerra 1999).

destes ramos céltico e itálico, poderiam somar-se ainda outros estratos indo-europeus mais antigos, particularmente densos na Andaluzia e na Catalunha, em tempos anteriores à difusão do ibero, como propõe Villar (2000: 442). Este investigador concebe a existência de um estrato indo-europeu anterior ao celtibérico e ao lusitano já nos começos do I milénio a. C, dando passo a conjecturar que já se falassem dialetos indo-europeus na Lusitânia e na Gallaecia desde esse período. Já a respeito dos paralelos toponímicos que Villar (2000) encontra entre o sul da Península e a Ásia Menor, importa dizer que eles não são confirmados pela arqueologia, que antes aponta para contactos precoces com o mundo fenício, de língua semítica.¹²²

De qualquer modo, mesmo que a indo-europeização da fachada atlântica da Península seja mais tardia e se arraste, sem atingir uniformemente todo o território, por um período compreendido entre os séculos VIII e V, é inegável ter havido, ainda antes da conquista romana, um impacto importante das línguas indo-europeias em todo o ângulo noroeste e, do sul do Douro até ao atual Baixo Alentejo, nas regiões do interior. Na Lusitânia interior, compreendida entre o curso médio do Guadiana e o Douro, e na Gallaecia, há consenso quanto a datar a indo-europeização por volta dos séculos VIII a. C. Torna-se duvidoso que as populações do litoral a sul do Douro falassem línguas indo-europeias, tendo em conta que aí habitavam os *Turduli Veteres* e os *Turdulorum Oppida* (Alarcão 1992: 344), ligados à civilização tartéssica (ver Guerra 1995: 55). No extremo sudoeste da Península, habitado no século II a. C. pelos Cónios (estes, por vezes, identificados com os Cinetes mencionados por Avieno e com os Turdetanos referidos por Ptolomeu; cf. Alarcão 1992: 343), e onde se têm achado as epígrafes da chamada escrita do Sudoeste ou tartéssica, as populações parecem ter sido indo-europeizadas mais tardiamente. Nesta região, a investigação arqueológica permite concluir que, entre os séculos V e IV a. C, houve uma corrente migratória do interior peninsular (Fabião 1992: 170), com a qual se relacionará a fixação dos Célticos, segundo Plínio, provenientes da Lusitânia mas descendentes dos Celtiberos (Plínio 3, 13, apud Guerra 1995: 29). Deste modo, não contando com a atual zona basco-navarra, e admitindo, com Villar, que as atuais Catalunha e Andaluzia ocidental contam com um substrato indo-europeu, ressalta

¹²² No entanto, a hipótese de um estrato indo-europeu bastante antigo é válida para a o Sul da Itália e para a Sicília, cujas populações estiveram em contacto com povos do mar Egeu (Fortson 2010: 274). Assim, não será descabido considerar a eventualidade de os contactos com essas populações egeias se terem estendido mais para Ocidente até à Península – conjectura que os dados arqueológicos não parecem confirmar.

a região do extremo sudoeste peninsular como uma das mais tardiamente indo-europeizada no contexto hispânico.

Nas regiões de língua indo-europeia, a literatura considera sobretudo dois ramos: por um lado, o céltico, que não se resume ao celtibérico e pôde ter variedades regionais no sudoeste e extremo noroeste (a chamada Artábria) da Hispânia;¹²³ e por outro, o já referido lusitano, cuja génese é controversa, porque os textos disponíveis apresentam características que não são as de uma língua céltica típica, como deixa concluir a permanência de **p* inicial, por exemplo, na forma de acusativo *porcom* nas inscrições de Cabeço de Fráguas e Lamas de Moledo (cf. irlandês médio *orc*, Prósper 2002: 49). Maugrado a defesa da celticidade do lusitano por parte de Untermann (1987 e 2010), que o concebe como uma variedade arcaica do céltico, Prósper (2001: 66), desenvolvendo uma posição anteriormente expressa por Tovar (1980), é perentória a negar tal carácter, ao comentar a inscrição de Cabeço de Fráguas:

“Como las demás inscripciones indígenas occidentales, ésta muestra rasgos que la [lengua lusitana] hacen inequívocamente incompatible con la familia celta, como son: La conservación de /p/ indoeuropea, la presencia de <F>, el dativo en -O (y no en -V, -VI) y el empleo de léxico totalmente desconocido en aquélla, y otros rasgos simplemente ausentes en las lenguas celtas de Hispania y en general en celta continental, como los dativos femeninos en -A o la sonorización de oclusivas sordas intervocálicas.”

No poema *Ora Maritima*, de Avieno, a ocorrência do etnónimo *Ligus* para designar um dos povos da fachada atlântica peninsular tem levado a tradição e alguns investigadores a ver um elo entre os Lígures e os Lusitanos (Alarcão 1992: 345; ver também Guerra 1999). Sabendo que o texto de Avieno se baseia num pérplo grego datável do século VI a. C., poderá admitir-se que os Lusitanos ou os seus antepassados já

¹²³ Sobre o céltico, cabe mencionar Bernardo Stempel (2006: 10), que propõe quatro períodos de evolução para os dialetos deste subgrupo: “Según el estado actual de nuestros conocimientos podemos, en cambio, reconocer más bien un desarrollo paulatino, a través del cual el celta del primer período, que conocemos gracias a unos afloramientos esporádicos en territorio ‘hercyno-sequano-ticinese’, se modifica hasta dar vida al celta de la Liguria y al núcleo original de la Península Ibérica o ‘celta hispánico’, mientras que el resto del conjunto lingüístico céltico siguió transformándose hasta alcanzar, en un segundo período, la forma del lepóntico. En un tercer período, el resto del celta siguió de manera conjunta, transformándose hasta dar forma al goidélico; ulteriormente siguió modificándose en un cuarto período, desprendiéndose primero del mismo lo que podemos llamar galo común, mientras que el britónico correspondería a la fase más desarrollada (quinto período) del celta.”

ocupariam no mesmo período as terras a ocidente. Quiseram por isso vários autores encarar a língua lusitana como testemunho da primeira vaga indo-europeizadora da Península. Na verdade, se não se tratar de uma língua elaborada mais tardiamente — é preciso não esquecer as migrações associadas à II Idade do Ferro —, então poderá supor-se que a língua lusitana ou as suas protoformas já eram faladas por volta do século VI a. C. Se alguma relação há entre etnia e língua, e se se afigura plausível perspetivar a presença lusitana como consequência de uma vaga de migração anterior à dos celtiberos (Fabião 1992: 169; cf. também Alarcão 1992), fará também algum sentido ver o lusitano enquanto língua desenvolvida na esteira de uma vaga indo-europeia anterior à céltica. Tendo em conta as características italoides que Prósper (2002: 429-433) atribui ao lusitano, poderia ainda supor-se que a presença do lusitano na Hispânia seja anterior ao céltico, o qual, de modo paralelo, é precedido na Itália pelo itálico: este terá surgido no norte italiano por volta do início do I milénio a. C. (idem: 275), enquanto aquele terá sido levado pelas tribos célticas que irromperam na mesma região por volta do século V a. C. . Ora, se a datação dos vestígios da cultura celtibérica tem sido ¹²⁴), Fortson 2010: 309(atribuída aos meados do I milénio (idem: 313), é tentador transpor para a Península Ibérica um intervalo semelhante ao que foi mencionado a respeito da Península Itálica ou seja, é de sugerir que os dialetos lusitanos (ou italoides, como pretende Prósper) já marcariam a sua presença na Hispânia desde o princípio do I milénio a. C., talvez um pouco depois do que ocorreu na Itália, por volta do século IX. Trata-se, é claro, de uma conjectura que carece de maior respaldo da discussão das fontes literárias e dos dados da arqueologia

Sendo assim, a história da indo-europeização do Ocidente hispânico resumir-se-ia a dois substratos, o céltico e pré-céltico ou lusitano. Porém, uma terceira camada pode ainda ser proposta, tal como faz Prósper (2001: 561), que fala em três estratos: o celta, porque há que aceitar a presença de celtas no Noroeste e no Sudoeste, relacionados ou não com os Celtiberos; um conjunto de línguas a que se chama lusitano, com extensões nas regiões galaica e ásture; e um grupo de línguas anteriores às acabadas de referir, que Prósper apelida de “complexo paleoeuropeu” ou línguas dos hidrónimos, cujas características mais notáveis são a convergência **a* e **o* em /a/ e a presença de /p/. Por outras palavras, ao que parece, existem indícios de uma indo-europeização ainda mais

¹²⁴ No entanto, o céltico lepôntico, na chamada Gália Cisalpina, está documentado desde o século VI a.C. (Fortson 313)

antiga, que vai ao encontro da já referida tese de Villar (2001) em relação à situação linguística na Bética e da zona norte da região ibérica (a atual Catalunha) na Antiguidade.

Note-se que a filiação indo-europeia dos estratos propostos por Prósper convoca a discussão da periodização do indo-europeu. Sobre este assunto, Adrados (2008: 55-94) e Adrados et al (1998: 261-267), à luz de uma tradição que entronca em Meillet (1937: 151), definem fases de desenvolvimento (a que este investigador chama *estratos*) do protoindo-europeu antes da separação por diferentes ramos: a fase I, pré-flexional, a fase II, monotemática, e a fase III, politemática. Na última fase, a língua ter-se-ia cindido em dois ramos, III A (grego, indo-irânico, arménio) e III B (céltico, germânico, itálico, balto-eslavo, tocário). O céltico e, enquanto língua próxima do céltico ou italoide, o lusitano são enquadráveis no setor indo-europeu III B. Menos claro se afigura nesta periodização o lugar do “antigo europeu” (já de si controverso), quando Adrados (2008: 52/53), ao reconhecer que nada se pode saber sobre a gramática deste complexo indo-europeu, declara:

“[No podemos saber] [...] en qué medida deberíamos atribuirlo al IE I (radical) ou al IE II (monotemático); no, desde luego, al IE III, que existia ya, sin duda, hacia el año 2500 a. C., en que debieron de separarse el IE III A — el del cinturón meridional [...] — y el IE III B — el del septentrional —. Pero en algo sí hay coincidencia con el IE III: en la existencia tanto en el “antiguo europeo” como en el IE III de masculinos en *-o* y femeninos en *-a*.”

Esta perspetiva sobre o europeu antigo¹²⁵ permite recuar a data de início da indo-europeização na Hispânia para o período do Bronze Final, no dealbar do I milénio a. C. (Fabião 1992: 79/80). Converte assim com Moralejo (2001: 503), que considera que a introdução do protoindo-europeu deve ter sido bastante precoce,¹²⁶ devido ao “[...] hecho de que en la hidronimia galaica (y me atreveria a decir que en la de toda Hispania indoeuropeizada) lo preindoeuropeo sea o parezca ser muy escaso, en cierto contraste

¹²⁵ Usam-se neste trabalho os termos *europeu antigo* e *paleoeuropeu* para fazer referência ao hipotético sistema linguístico da família indo-europeia que se teria espalhado por grande parte da Europa, incluindo a Península Ibérica, em especial o noroeste, de acordo com as propostas de Bascuas (2002, 2006, 2014).

¹²⁶ É natural que o protoindo-europeu não tenha sido uniforme ao longo da sua história, mesmo antes de se repartir por diferentes ramos. Há propostas que, pelo menos, remontam a Meillet (1937: 151), segundo as quais é possível distinguir três fases de evolução da família indo-europeia (ver Adrados 2008: 55-94 e Adrados et al 1998: 261-267):

com que en el léxico común gallego y portugués actual hay un resto preindoeuropeo claro, similar al de otras áreas hispánicas”.

Em suma, a indo-europeização da Hispânia, incluindo toda a sua fachada ocidental, pode recuar mais no tempo, tendo talvez começado num período anterior ao I milénio a. C. Segundo as propostas de Hans Krahe (1892-1965), existem na toponímia e em especial na hidronímia da Europa Central e Ocidental vestígios de uma língua indo-europeia mais antiga que teria precedido no terreno as outras línguas indo-europeias documentadas. A esta língua, que constituiria o subgrupo das línguas indo-europeias do noroeste associado ao messápico e ao venético, chamou Krahe (1962 e 1964) europeu antigo (*Alteuropäisch*) – cf. Mallory e Adams (2006: 130). Esta teoria, continuada por W. P. Schmid, parece encontrar-se desacreditada atualmente (ver secção 2.4.1). No entanto, em Espanha tem alguma força a hipótese de os nomes de rios poderem estar relacionados com a vinda de falantes de línguas indo-europeias pré-célticas e pré-romanas. Entre os investigadores que se têm dedicado a explorar essa hipótese, destacam-se Edelmiro Bascuas, com dois livros publicados sobre o assunto (2003 e 2006), e Francisco Villar (1996 e 2000), que, rejeitando a visão monolítica subjacente ao europeu antigo, concebe uma primeira indo-europeização em consequência de vagas sucessivas de populações que falavam diferentes dialetos indo-europeus. Vale a pena, no entanto, passar em revista as propostas de Krahe (1964) e discuti-las no contexto da investigação que inspiraram no domínio da hidrotponímia, sobretudo em Espanha.

A hipótese do europeu antigo, formulada por Krahe (1964), decorre de um postulado: a de que os nomes de rios em grande parte da Europa têm origem numa língua indo-europeia não atestada. Este pressuposto corresponde ao desejo de alcançar um quadro etimológico unificado para uma série de itens onomásticos que não se relacionam com as línguas históricas de estrato e superstrato, como sejam o celta, o germânico, o latim ou o eslavo.

Como comenta Villar (1996: 98):

“H. Krahe y sus continuadores han entendido que este conjunto hidronímico constituye un sistema bastante homogéneo de nombrar los ríos: se utiliza un inventario constante de raíces (alrededor de una treintena recogió Krahe, pero sin duda hay más) y unos cuantos sufijos (una docena larga, enumerados más arriba). Y una tal homogeneidad sugería a Krahe — y a muchos tras él — que el responsable de esos hidrónimos habría sido un pueblo concreto, hablante de una lengua

relativamente homogénea que, de uma u outra forma, simultânea o sucesivamente, se extendió en algún momento en casi toda Europa.”

Há, portanto, da parte de Krahe, uma identificação entre língua e etnia – hoje discutível ou rejeitada, porque uma comunidade pode abandonar uma língua e adquirir outra no período de poucas gerações –, pressuposto que lhe permite explicar por um movimento de população a expansão da língua que, segundo ele, está na génese da hidrotoponímia de grande parte da Europa.¹²⁷ Mas de especial interesse para esta discussão é o facto de, para Krahe, o “europeu antigo” constituir o estrato linguístico mais antigo a norte dos Alpes, enquanto nas regiões europeias mediterrâneas, incluindo o Sul de França, essa língua se sobreporia a outras. Embora esta posição vá ao encontro de quantos propõem, para a etimologia da toponímia e do léxico comum das línguas ibero-românicas, raízes ou elementos identificados como mediterrâneos, desde os anos 60 do século passado que têm vindo a surgir estudos que revelam a precocidade dos testemunhos de elementos onomásticos de origem indo-europeia na Península Ibérica (ver secção seguinte).

O sistema proposto por Krahe é atualmente encarado com muitas reservas. Com efeito, o relançamento da indo-europeística tem tido sobretudo a preocupação de explorar outras áreas linguísticas como a sintaxe (por exemplo, Clackson 2007: 157-186) e a estrutura do léxico mediante a reconstrução de campos lexicais que de alguma forma facultem pistas para o entendimento das sociedades e dos grupos que falavam proto-indo-europeu (Mallory e Adams 2006). Geralmente, entre recentes trabalhos de introdução à indo-europeística ou às línguas antigas não se lhe faz menção – cf. Clackson 2007,

¹²⁷ Do ponto de vista da posição e da sua identidade no conjunto da família indo-europeia, a língua de tal população poderia ser caracterizada do seguinte modo, segundo Krahe (1964: 32): “1. Esta hidronímia é no seu vocabulário e nos seus modos de formação indo-europeia, não abrange porém todo o âmbito das línguas indo-europeias, mas sim uma parte dele, verdadeiramente determinável. É resultante dum período anterior à separação das línguas do ramo ocidental indoeuropeu, não pertence portanto a nenhuma das línguas conhecidas separadas em época histórica. 2. A região de difusão da hidronímia de europeu antigo estende-se por um lado da Escandinávia até a Itália inferior, pelo outro lado desde a Europa de oeste incluindo as Ilhas Britânicas até os países do Báltico leste. Das três penínsulas do sul da Europa a participação mais forte é a da Itália e a menor é a da península balcânica. 3. O europeu antigo, enquanto a norte dos Alpes pertence, no que é em geral acessível, ao que há de mais antigo em matéria de língua, no sul da França e nos países mediterrânicos foi antes importado e [é] secundário e por isso sobrepôs-se a camadas mais antigas. 4. Do ramo desta hidronímia provêm as línguas historicamente testemunhadas germânica, celta, ilírica, o assim chamado grupo itálico, isto é, latino-falísquico e osco-úmbrio com o venético, mais longe o báltico, enquanto o eslavo só tem nisso uma pequena parte. Estas línguas distinguem-se das restantes línguas indoeuropeias também através de outros indícios do vocabulário e das ligações das gramáticas. 5. A hidronímia é estrutural e semanticamente da alta antiguidade. Deve ter-se formado na primeira metade do segundo milénio antes de Cristo” (tradução de Amaral e Amaral 1997: 35/36; hifenizou-se a forma indoeuropeia do original).

Fortson 2010, Woodward (ed.) 2008 [2004]. Assinale-se, no entanto, que Mallory e Adams (2006: 130) tecem duras críticas às teses de Krahe e aos seus continuadores, como W. P. Schmid ou Theo Vennemann (este atribui todo o sistema onomástico ao basco),¹²⁸ observando que a tese de a protolíngua ter deixado vestígios nas designações dos elementos da paisagem não passa pelo devido confronto empírico:

“These hydronymic run into very serious problems. Many would dispute the interpretation of the empirical evidence, i.e. that one can etymologize the names of rivers beyond an existing language system. The systems of ancient river names require appeals not to specific Indo-European languages but to derivations from Proto-Indo-European roots, and there is no way of checking the credibility of assigning river names like ‘the bright’, ‘the runner’, etc. One linguist’s Indo-European names become another’s proto-Basque, or Caucasian or anything else.” (p. 447)

O que esta crítica evidencia são os problemas levantados pelo pressuposto de que o *corpus* se presta a ser analisado como um conjunto de raízes e sufixos de origem indo-europeia. Verifica-se que a operação de identificação proposta por Krahe repousa apenas numa análise morfológica baseada numa relação de semelhança entre uma sequência tida por radical (*Al-*, *Au-*) e uma configuração hipotética que é uma raiz (**al-*, **au-*). Ora, sabendo que estas configurações são hipotéticas e têm, por isso, um estatuto ontológico discutível, é muito difícil validar a análise de Krahe por outros meios que não sejam os dos pressupostos que a orientam; por outras palavras, trata-se de um sistema que se autovalida.

Além da inverificabilidade das raízes em hipótese, há outros aspetos, que metodologicamente poderiam constituir alternativa e não são tratados por Krahe 1964. Por exemplo, é de surpreender que Krahe faça afirmações sem quantificar dados de modo a identificar padrões. Outra dificuldade do método de Krahe é o papel dado à apofonia: como controlar a definição de séries onomásticas como séries baseadas em alternâncias

¹²⁸ “All these systems are comprised of a wide variety of river names that are generally derived from exceedingly small bases (conjectural roots such as **el-*, **al-*, **er-*, **or-*, etc.) that may belong to any number of different languages or language families and whose underlying meaning simply cannot be verified to any confident degree. The actual number of river names that can be reasonably reconstructed to Proto-Indo-European [...] is extremely few.” (Mallory e Adams: 130)

vocálicas? Neste caso, a proposta de identificação de tais alternâncias é suscetível de invalidação, porque é necessário confirmar primeiro a hipótese de os hidrónimos representarem uma mesma língua. Se esta língua não está atestada senão por certas formas nominais, compreende-se mal o papel desempenhado pela apofonia, já que o que sabemos do seu funcionamento em protoindo-europeu é a sua relevância como traço pertinente para o contraste entre classes gramaticais. Por outras palavras, não se pode provar, por exemplo, que *Alsa* e *Elsa* são cognatos divergentes por ação apofónica sobre uma mesma raiz indo-europeia, porque se pressupõe a apofonia, sem ter acesso ao sistema linguístico em que essa alternância ocorre.

Uma terceira questão prende-se com a própria significação das raízes identificadas. Até que ponto não estará a identificação desses significados condicionada pelo facto de a investigação se preocupar apenas com as características mais típicas da nomeação de cursos de água? Que se sabe realmente sobre o campo lexical da água em indo-europeu que nos possa ajudar a validar as formas identificadas por Krahe? Todas estas perguntas se relacionam assim com uma dificuldade básica de toda a proposta de Krahe: a de a língua testemunhada pelos hidrónimos não se encontrar atestada noutro tipo de unidades linguísticas, sobretudo de carácter mais extenso, como frases e textos.

Apesar de tudo, vale a pena determinar em que medida o inventário de Krahe (1964) encontra confirmação noutras listas de raízes tal como encontramos em Delamarre (1984), Buck (1949) e Pokorny (1959), conforme o quadro 2.4.1.1, no qual se indicam duas classes principais de hidrónimos: os que constituem uma camada de “Wasserwörter”, ou seja, apelativos aquáticos (Krahe 1964: 34ss), e outra resultante de qualificativos que descrevem as características dos cursos de água (p. 51ss).

Quadro 2.4.1.1 - Comparação de Krahe (1964)
com Delamarre (1984), Buck (1949) e Pokorny (1959)

<i>Wasserwörter</i> (“termos aquáticos”)			
Krahe (1964)	Delamarre (1984)	Buck (1949) ¹²⁹	Pokorny (1959)*
*ab-, ‘água, corrente’ (p. 41)	*abs/*ap- ‘cours d’eau’, ‘eaux’ (p. 177)	Cf. āp- (ab-) ‘water’ (1.31.3, “personified ‘Waters’” em indo-irânico; noutros ramos, “água que corre”; ver 1.36.3)	ab- ‘rio, água’ (p. 1)
*adu-/*adro-, ‘curso de água’ (p. 41)	*adul(y)ā ‘une rivière’ (p. 177)	—	ad(u)-, ad-ro- ‘corrente’, ‘curso de água’ (p. 4)
*ak ^{uā} -, ‘água, corrente’ p. 41)	*ak ^{wa} ‘eau’ (mot occidental) (p. 178)	*ak ^{wa} ou *ak ^{wa} ‘water’ (1.31.2)	ak ^{uā} -, mais rigorosamente ək ^{uā} , ēk ^{uā} ‘rio’, ‘água’ (p. 23)
*am-, ‘leito de rio, vala’ (p. 42)	Não consta; não confundir com latim <i>amnis</i> . < *abnis rel. com *abs/*ap- (p. 177)	Não consta; não confundir com latim <i>amnis</i> . rel. com āp- (ab-) ‘water’ (1.36.3)?	Não consta; não confundir com latim <i>amnis</i> . rel. com 2. āp- ‘água’, ‘rio’ (51/52)?
*āp--, ‘água, rio’ (p. 42)	*abs/āp ‘cours d’eau’, ‘eaux’; *āperos ‘rive’ (p. 51/52)	āp- (ab-) ‘water’ (1.36.3)	2. āp- ‘água’, ‘rio’ (51/52) rel. com 1. *uḡep- : uḡōp- : up- ‘água’ (p. 1149)
*av- (au-), ‘fonte, curso de rio’ (p. 43)	*wōdr/wedōr, gen. *udnés ‘eau’ (p. 192) *aw(o)ntos ‘source, fontaine’ (?)	*wed- ‘wet, flow’ > *wedōr, *wodōr, *uden- (1.31.1)	9: auḡ(e)-, auḡed-, auḡer- ‘fluir, salpicar’, ‘água, rio’ (pp. 78-81)
*droγos-, ‘curso de rio’ (p. 44) Obs.: caso fronteira de certas palavras que se desenvolveram como termos aquáticos secundariamente do significado ‘correr, apressar-se’ antes da	*dr(o)wentī ‘fleuve’ (c. à d. “la courante”) (p. 181)	irlandês dobur (1.31.5)?	3: der-, drā-, dreb-, drem-, dreu- ‘correr’ (pp. 204-206)

¹²⁹ As referências de Buck 1988 [1949] remetem para a numeração dos artigos por áreas semânticas.

formação do europeu antigo; cf. infra *dreu-/dru-	Obs.. os exemplos das línguas indo-europeias surgem em Krahe (1964: 55), associados a *dreu-/dru- .		
*el-/ol-, ‘fluir, correr’ (p. 35)	*al(o)ntos –ā ‘un fleuve’ (p. 178)	—	6: el, elə: lā, el-eu-(dh-) ‘ir, deslocar-se’ (pp. 306/307) rel. com 2: leu-dh-(p. 685)
*er-/or- (p. 45), com extensão *ers-/ors-: já é extensão semântica, porque significava antes ‘pôr-se em movimento’; este desenvolvimento é anterior ao europeu antigo.	*ers(āy)ō ‘être agité, couler’, ‘errer’ (p. 255)	*rei- (1.36)? ¹³⁰	3: er- : or- : r- ‘mover’, ‘pôr em movimento’ (pp. 326-332)
*mor-, ‘água parada’, ‘pântano’, ‘rio lamacento’ (p. 47)	*mori ‘la mer’ (p. 186)	*mari-, *mori- ‘sea’ (1.32.1)	mori, mōri ‘mar’ (pp. 748)
*ned-/nod-, ‘húmido’, ‘inundação’ (p. 47)	*nodi- ‘fleuve’ (le grondant) *nedo ‘gronder, bruire’ (en parlant d’un fleuve) (p. 271)	—	2: ned- ‘rugir, soar, bramir’ (p. 759)
*neid-, nid-, ‘fluir’ (p. 48)	Não consta. A anterior?	—	2: neid- : nid- ‘fluir; corrente’ (p. 761)
*pel-/pol- ‘verter, fluir’ (p. 48)	*pel-, *(e)plēt, *pipelmi ‘remplir’ (p. 273) pļnos (p. 231)	—	? 1: pel-, pelə-, plē- ‘verter’, ‘encher’, ‘cheio’; cidade (p. 798/801) rel. com pleu- ‘fluir, correr’, ‘nadar’ (pp. 835/837), rel. com pl(e)u-mon-, pleu-tjo- ‘pulmão’ (pp. 837/838) ou:

¹³⁰ Cf. Ernout e Meillet (1967, s.v. *rīuus*): “Une racine *rei- peut-être élargissement de *er- qui apparaît dans *orior*, est attestée par skr. *rinā’ti* ‘il fait courir, il fait couler’, v. sl. *rin-ti* se ‘se précipiter’ et vieux v. sl. *rěj-*, *rějati* ‘pousser, mettre en mouvement’. La forme à élargissement –w- qu’offre lat. *rīuus* explique des formes telles que skr. *arinvan* ou le participe sl. *otŭrinovenŭ*. La notion d’émission, de cours d’un liquide figure dans v.sl. *rěka* ‘rivière’, v. angl. *riþ* ‘rivage’, v. irl. *riathor* ‘torrent’ [...].”

			? 2a: pel-, pelə- : plā- ‘guiar, pôr em movimento’ (pp. 801802), rel. com 3a pel- dobrar, rel.com 4: pel- ‘prato, recipiente’ (p. 804)	
*sal-, ‘ribeiro, água corrente, corrente (p. 49)	?*sal(d) gen. *salnés ‘le sel’ ?*selos- ‘étang, marais’ (p.190)	—	1: sal- ‘sal’, ‘água salobra’ (pp. 878/879)	
*ser-/sor- ‘fluir, correr (torrente)’ (p. 40)	* ser(ō) ‘couler, courir’ (p. 280) *sréwō ‘couler’ (p. 284) *sreumen ‘courant, flot’ (p. 191) *srowos –wā, *srutis ‘l’écoulement’ (p. 191)	*sreu- ‘flow’ (1.36 RIVER;STREAM; BROOK	1: ser- ‘fluir, corrente’ (pp. 909/910) rel. com sr-edh-, sr-et- ‘ferver, jorrar, girar’ (pp. 1001/1002), rel. com sre- ‘fluir’ (p. 1003)	
*soyos, ‘humidade, líquido’ (p. 50)	não consta	—	1: seu-, se ^u ə- : sū- ‘sumo, líquido’(pp. 912/913) relacionado com sū-ro-, sou-ro ‘azedo, amargo, salgado’, ‘queijo’ (p. 1039)	
*uer-/uor-/ur-, ‘água, chuva, corrente’ (p. 38)	*wér(i) ‘eau’ (p. 192)	*wer- > ‘water’, *wedor, *wodor. *uden (1.31.1 e 1.31.4)	10: uer- ‘fluir’, ‘húmido’, ‘rio’, ‘água’ (p. 1165) rel. com 9: au(e)-, auəd-, auer-(ver supra) (p. 78-81)	
*ueis-, uis-, ‘fluir, deliquescer’ (p. 50)	*wisos ‘poison’ (p. 158)		3: ueis- ‘fluir’, ‘veneno’ (p. 1134) relacionado com 2: uei-, ueiə- : uŕ- ‘murchar’ (p. 1123)	
Raízes referentes a características dos rios				
cor, aspeto	*albh ‘branco’ (p. 52)	*albhos ‘blanc’ (p. 237)	*albho- (15.64)	albho- ‘branco’ (p. 30/31), relacionado com 1: el-, ol-, el- ‘vermelho, castanho’ (pp. 306/307)e

				este com 4: el-, ol-, raiz que indica ruído (p. 306), este rel. com ul-, ‘uivo’ (p. 1105), este rel. com albhi- ‘cevada’, rel. com albho- (p. 29)
	*arg- ‘claro, brilhante, branco’ (p. 53)	*arg(u)- ‘branco, brilhante’ (p. 237)	*arġ- (9.65)	ar(e)-ġ-, arg̃-?, rġi- ‘branco, brilhante’ (pp. 64/65) relacionado com erk ^u - ‘irradiar, brilhar’, ‘elogiar’ (p. 340)
	*bhel- ‘brilhante, branco; *bhol-, com grau-o, ‘pântano, charco’ (p. 54)	*bhalos ‘blanc, pâle’ (p. 237); ver também *bhl(e)wos ‘une couleur claire’ (un mot occidental) (p. 238)	*bhel- (15. 64)	1: bhel-, Balto-Slavic also bhelā- ‘branco resplandecente’ (p. 118-120) relacionado com 2: bhel- ‘meimendro (planta) (p. 120); este, com bheleg- ‘brilhar, reluzir’ (p. 124/125), rel. bhlendh- ‘sombrio, pálido, avermelhado’ (p. 157/158)), rel. com bhles-, ‘brilhar, resplandecer’ (p. 158), rel.com 1: bhlēu- : bhlāu- : bhlū- ‘idem’ (p. 159); rel. com bhleu-(k-) ‘arder’ (p. 159/160), rel. com bhlē-ṽo-s ‘cor clara (azul, amarelo) (p. 160), rel. com 1: bhel-
movimento	*ag̃- ‘mover, pôr em movimento’ (p. 54)	*ágō ‘conduzir, levar’ (p. 245)	*aġ- ‘drive’ (10.65)	ăġ-, ‘guiar, conduzir’ (pp. 4-6), rel. com aġro-s ‘campo’ (p. 9)
	*dreu-/dru- ‘correr, mover-se apressadamente’ (p. 55); ver supra drouos	*(di)drāmi, *dremō ‘courir’ (p. 252) ¹³¹	“*drem-, *drā, *dreu-, apparently extensions of a root * der- not found in monosyllabic form. Other cognates mean mostly ‘step,	3: der-, drā-, dreb-, drem-, dreu- ‘correr’ (pp. 204-206)

¹³¹ Delamarre (1984: 252) indica o sânscrito *drāti* entre as formas indo-europeias que permitem a reconstrução de *(di)drami e *dremo. No entanto, em Krahe e Pokorny a forma sânscrita é *drāvati*.

			trample, stumble, etc.” (10.46)	
	*eis-/*ois-/*is- ‘impetuoso, mover-se depressa’ (p. 55)	*isnāmi, *eis- ‘exciter, mettre en mouvement’ (p. 260)	Cf. latim <i>ira</i> 16.42.2	1: eis- ‘mover-se rápida ou violentamente’ (pp. 299/301)
	*er-/ *or- ‘pôr em movimento’, ‘agitar’ (do qual se formou *er-/*or- supra; p. 57)	Cf. supra: *ers(āy)ō ‘être agité, couler’, ‘errer’ (p. 255)	cf. *rei- supra	3: er- : or- : r- (ver supra)
	*ter-/*tor- ‘rápido, forte’ (p. 57)	*torós ‘pénétrant, clair’ (p. 236)	*ster- (4.81)?	? 4: ter-, terā- : tr̥-, trā-, teru- ‘atravessar, passar por cima’ (p. 1074/1075) rel. com 5. ter- ‘por cima’, ‘através’ (p. 1075/1076), rel. com tet(e)r- ‘grasnar’ (p. 1079), rel. com tor-, toro-s ‘alto, audível’ (p. 1088/1089), rel. com trozdos- : trzdos- (p. 1096), rel. com 4. ter- N.B.: Há 7 homónimos cujos significados não se afiguram próximos de Krahe 1964, *ter-/*tor ou ?8: (s)ter- ‘esterco, lama, água suja’, ‘besuntar’(1031/1032)
abundância:	*oudh- ‘rico, abundante’ (p. 57)	*ūdher ‘mamelle’ (p. 151)	*ūdhr/n- (4.42) ‘udder’	ēudh-, ōudh-, ūdh- ‘úbere’ (p. 347)

* Recolha feita mediante Pokorny Master PIE Etyma
(<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/ielex/PokornyMaster-X.html>, consultado em 19/01/10).

No quadro 2.4.1.1, apesar de haver alguma identidade formal e semântica entre as raízes, sobretudo entre Krahe 1964 e Pokorny 1959, nota-se que as formas comparadas apresentam entre si certo grau de variação morfofonológica suscetível de pôr em causa a estabilidade das raízes reconstruídas e a coerência do trabalho etimológico. O maior desfaseamento é com Delamarre (1984), com opções metodológicas distintas subjacentes, já que não se trata de um dicionário de raízes do protoindo-europeu, mas sim de uma lista de reconstruções de palavras que podem não corresponder ao período mais arcaico, o protoindo-europeu propriamente dito. Mas o confronto com a obra em referência permite verificar que são possíveis outras raízes associadas à noção de ‘água’, sem correspondência com as raízes propostas por Krahe (1964), a saber: **bhrēwr* (genitivo *bhrunés*) ‘nascente (a que brota)’; *dānu* ‘rio’; *krosno-* ‘nascente, fonte’; **yuro-* ‘água, pântano’; **penkos*, ‘pântano, lagoa’, **rosā* ‘orvalho, humidade’; **wōpī* ‘lagoa’.

O cotejo com Pokorny (1959) faculta casos em correspondência com homónimos (cf. **pel-*, **ter*). Na verdade, as raízes reunidas em Pokorny (1959) apresentam frequentemente entre si um alto grau de homonímia, aliado a definições que podem ser semanticamente próximas quando se trata de referir um curso de água pelas suas características físicas. Tome-se o exemplo de **el-/ol-*, ‘fluir, correr’: (cf. quadro 4.2) que pode corresponder às seguintes entradas em Pokorny (1959):

- 1 – pp. 302-304: *el-*, *ol-*, *el-* (ver 4. *el-*) ‘vermelho, castanho’
- 2 – pp. 304-52: *el-* (relacionado com **lei-*, ‘dissipar, desaparecer; fino, fraco’) ‘estar deitado, estar reclinado’
- 3 – pp. 303: *el-* : *ol-* ‘apodrecer, ser bolorento’
- 4 – pp. 306: *el-*, *ol* (relacionado com **ul-*) raiz que indica ruído
- 5 – pp. 306: *el-*, *ol-* ‘destruir’
- 6 – pp. 306-76: *el-*, *elə-*: *lā-*, *el-eu-(dh-)* (relacionado com **leu-dh-* ‘ir, mexer-se, dirigir’) ‘ir, mexer-se, dirigir’
- 7 – pp. 307: *el-*, *elə-*, com sufixo *k-* *elk-*, *elək-* (relacionado com *elk-*) ‘esfomeado, mau?’
- 8 – pp. 307-98: *el-*, *elēi-*, *lēi-*, *olīnā* ‘cotovelo’ (relacionado com 1: *lei-*) ‘dobrar’¹³²

¹³² A esta lista, deverá juntar-se ainda uma raiz com grau longo: 309-10 *ēl-* ‘linha, faixa’.

A raiz 6 tem um significado muito próximo daquele que Krahe atribui à raiz representada por **el*. No entanto, não há meio de despistar a ocorrência de **el-* com outro dos significados possíveis em qualquer dos hidrónimos listados por Krahe. Por exemplo, como se pode saber se essa raiz não tem um significado afim ao de ‘ruído’, como é o caso de *el-*, *ol-*, em 4? Outro homónimo é possível candidato: o oitavo da lista, que significa ‘dobrar’ e que pode ser considerado no estudo da hidronímia, visto à realidade designada, os rios, se associarem os meandros do seu curso.

Em relação a Buck 1949, **rei* ‘deixar ir, correr’ parece não ter a mesma configuração de **er-/or-* em Krahe 1964. De referir ainda casos de omissão: por exemplo, a raiz **am-*, ‘leito de rio, vala’ (Krahe 1964: 42), que não consta dos outros reportórios.

Parece, portanto, legítimo pensar que a maior dificuldade da proposta de Krahe é a reconstrução do próprio europeu antigo. Não há fontes que o documentem como língua ou ramo linguístico individualizado e permitam sustentar esta ou aquela reconstrução. Em segundo lugar, a sinonímia entre muitas raízes (**ab-/ak^uā -/uer-* ‘água, corrente’, **neid-/pel-/ser-* ‘fluir’) é interpretável, pelo menos, pela inacessibilidade de certas nuances semânticas quando se trata de reconstruir a sua distribuição; em alternativa, os sinónimos podem decorrer do uso de signos linguísticos diferentes em dialetos diferentes, mais ou menos próximos. É, pois, de assinalar aqui uma proposta de Villar (1995: 388/389), segundo a qual não há um europeu antigo mas dialetos indo-europeus que nas várias regiões europeias antecederam as chamadas línguas indo-europeias históricas (o celta, o grego, o latim, o germânico, o eslavo, entre outras).

Em terceiro lugar, a homonímia de muitas das raízes em questão pode fazer da seleção de uma raiz uma escolha arbitrária. Sendo assim, o critério semântico, de relação com o campo lexical da água, pode revelar-se insuficiente, tornando-se em certos casos aceitável que no estabelecimento da respetiva etimologia intervenham todos os homónimos. A seleção destes, até chegar àquele ou àqueles que se afiguram mais prováveis, terá de lançar mão de certas abordagens metodológicas, como a comparação com outros hidrónimos da Europa e do Norte de África, para não falar de outras zonas geográficas acerca das quais haja notícia de contactos culturais.

Relativamente à dimensão referencial das raízes em discussão, é plausível, como Krahe pretende, que os nomes mais antigos correspondam não só à noção geral de ‘rio’, mas também às suas propriedades físicas. Como explica Buck (1988 [1949]: 42):

“Most of the words are derived from roots meaning ‘flow, run’. Some are cognate with words for ‘water’, perhaps originally ‘flowing water’ [...]. Some are for verbs for ‘rush, plunge’, or ‘roar’, applied first to rushing, roaring stream.”

Reconheça-se, no entanto, como mais problemática a interpretação dos hidrónimos alusivos às características dos rios. Os processos de extensão semântica associados por Krahe (1964: 55 e 57) às formas **dreu/dru-* ou **er/or* abrem um leque de raízes candidatas a intervirem como étimos dos nomes em análise, reforçando o risco de material não indo-europeu ser confundido com o indo-europeu.

Como foi dito, depois de Krahe, a hipótese do europeu antigo teve desenvolvimentos que a indo-europeística atual tem alguma dificuldade em aceitar. Na Península Ibérica, contudo, o estudo das línguas paleo-hispânicas não rejeita liminarmente a possibilidade de línguas indo-europeias terem sido faladas antes da celtização dos séculos VII/VI a. C. Nesta linha de estudos, cumpre referir os trabalhos de dois estudiosos: por um lado, Edelmiro Bascuas, cuja investigação tem o interesse de abordar a hidronímia galega, com frequentes incursões nos territórios atualmente portugueses; por outro lado, um investigador já antes mencionado, Francisco Villar, que propõe uma indo-europeização na Península Ibérica, de filiação linguística próxima dos ramos itálico e báltico, a qual se teria processado em época anterior à chegada de populações de língua céltica.

Edelmiro Bascuas (2002, 2006 e 2014) distingue-se nos estudos de toponímia por apresentar um sistema de raízes, alargamentos e sufixos que explica parte significativa da hidronímia galega. No estudo de um vasto conjunto de hidrotopónimos, este investigador retoma na sua abordagem o sistema de Krahe (1964) e expande o inventário de radicais e sufixos com valor etimológico. Assim, Bascuas (2002: 11) refere que, na hidrotoponímia paleoeuropeia galega existem “vários sufixos e elementos morfológicos com una función muy destacada en formaciones pertenecientes al mismo estrato [...]”. Nesse conjunto de sufixos avultam, por exemplo:

– a alternância “tipicamente hidronímica” *-or/-ōn* (Bascuas 2002: 36) *Arbor* (lugar de Sobreira, Vilamarín, Ourense, nas margens do rio Barbantiño)/*Arbón* (margens do rio Návia, Astúrias); *Sabor* (Trás-os-Montes)/*Sabón* (nas margens do rio Arteixo, lugar de Arteixo, Corunha); *Salor* (afluente do Tejo)/*Jalón* (afluente do Ebro) < *Salone*; *Ibor* (afleunte do Tejo)/ *ibón* (nome comum para lago de montanha,

em aragonês); *Osor* (afleunte do Ter, Catalunha)/*Ozón* (rio da região de Muxía, Corunha); *Miñor* (rio da província de Pontevedra)/ *Mignone* (Lácio, Itália) > *Minionem*; *Lidor* (lugar de Corgo, Lugo)/ *Lidón* (afluente do rio Masma, Lugo);

– *-a* ou *ia/-i*: *Alva* /*Alvia* (em documentos medievais); *Lima*/*Limia* (forma galega); *Nava* (Gerês) /*Navia* (Astúrias) — (Bascuas 2002: 271); *Umia* (Pontevedra)/ *Eume* (Corunha); *Avia* (afluente do Minho, Ourense)/*Ave* (Minho) — (idem, p. 347);

– *-a* ou *-ia/-ón*: *Arda* (Arouca), /*Ardón* (nas margens do rio Esla, Leão) /*Ardeón* (ligar de Esteiro, Cedeira, Corunha) < **Ardión* — (idem, pp. 58-61); *Avia* (afluente do Minho; Ourense)/*Avión* (afluente do Avia, Ourense) — (idem, p. 266).

– terminações *-asio* (*-so*) e *-ěna*: *Artasio* > *Arteixo* (Corunha); *villa Recasio* > *Requeixo* — (idem, p. 51/52); *Varcena* > *Varcia*, *barxa* (galego), *várzea*; *Lagena* > *Laxe*, *lage* — (idem, p. 29);

– *a/au/ū/ũ* < **H^w* tanto na raiz como nos sufixos:¹³³ *Aragón*/ *Arauza* > *Arousa* (Pontevedra, Corunha)/ *Arauka* > *Arouca*; *Arauzi* / *Arouce*; *Sar* (Corunha)/*Sor* (Lugo)/*Sur* > *Sul* (Viseu), *sur* (galego) ‘humidade da terra’.

A este elenco, junta, pelo seu valor morfológico, “el elevado número de compuestos que aparecen entre os derivados de estas raíces [...]” (Bascuas 2002: 11).

Os pressupostos da análise de Bascuas são potentes do ponto de vista explicativo, mas envolvem certos riscos. Por exemplo, em relação à etimologia de *Tejo*, Bascuas (2006:53 e 66), diz que este nome é o representante principal de hidrónimos caracterizados pela raiz *ta-* com alongamento em *-g-*. A forma latina, ao que parece adaptação de nome pré-romano, é *Tāgus* com *a* breve, aspeto que, para o investigador em apreço, não parece ter relevância etimológica. Apoiando-se em Pokorny (1959), Bascuas sugere então (idem: 58):

¹³³ De assinalar a notação **H^w*, relativa a uma laringal com “apêndice labial” (Bascuas 2002:), unidade que não surge noutras obras dedicadas ao estudo do sistema fonológico indo-europeu, mas faz parte de uma proposta de F. R. Adrados (1961, 1963, 1973, 1988 e Adrados et al. 1995), a qual também postula uma “laringal com apêndice palatal”, **H^v*. Sobre tais unidades, lemos em Adrados (1963: 28): “[...] nosotros seguimos manteniendo la existencia de las tres laringales: H₁, H₂ y H₃, cuyo tratamiento fonético es idéntico, salvo en lo referente a los timbres; en cambio, intentamos demostrar que dentro de cada timbre hay una laringal con apêndice labial y otra con apêndice palatal (H^u₁, y Hⁱ₁, etc.)” Ou seja, Adrados considera que cada uma das três laringais — H₁, H₂, H₃ — tem uma articulação secundária labial ou palatal: “[...]intentamos demostrar que dentro de cada timbre hay una laringal con apêndice labial y outra com apêndice palatal (H^u₁ e Hⁱ₁, etc.). Adrados (1963: 28).

“Pokorny no registra derivados de la raíz *tā-* 'derretirse, fluir' con /g/, pero incluye, aunque bajo interrogante, el lit. *tižùs* 'resbaladizo, escurridizo' y otras palavras lituanas con el mismo significado (2§). Ahora bien, /ž/ en esta lengua [lituano] es un fonema procedente de la velar sonora /*g/ indoeuropea o de la sonora aspirada /*gh/. Esto supuesto, puede reconstruir-se como base común para esta forma lit. *tiž-ùs* y para *Tāgus* un ID $*t^oH^y_2g(h)$, con raíz en grado \emptyset + alargamiento con velar sonora (o sonora aspirada) (+desinencia propia de cada lengua). La velar se conserva en *Tāgus* y se palataliza en *tiž-ùs*; en cuanto al vocalismo la *a* depende del timbre de /H₂/, y la /i/, del apêndice palatal de la laringal. Es decir, *Tāg-us* y *tiž-ùs* pueden analizarse como simples variantes fonéticas con dos vocalizaciones distintas del mismo fonema laringal.”

A proposta de Bascuas é discutível, porque não é certo que **g* ou **gh* se palatalizem em /ž/ no lituano. Na verdade, a literatura indica que **g* e **gh* correspondem a /g/ lituano (Clackson 2007: 37, Beekes 1995: 110); além disso, Pokorny (1959: 1053-1054) regista de facto *tižùs*, mas o *ž* é exemplo de um alongamento a par de outros (com *k-*, com *l-*, com *bh-*, etc.), o qual está associado a uma raiz cujas variantes são *tā-*, *tə-*, *tāi-*, *tai-*, *tī-*; [*tāu-*], *təu-*, *tū-*. Por outro lado, o recurso de Bascuas a uma laringal com apêndice palatal apenas é consentâneo com a teoria de Adrados (1961 e 1973),¹³⁴ que não aparece confirmada pela atual literatura, de acordo com a qual se define o desenvolvimento de **h₂* como *a* entre consoantes em todos os ramos indo-europeus, com exceção do védico, onde aparece como *ī* ou \emptyset : **ph₂tér* = grego πατήρ, latim *pater*, gótico *fadar*; **sth₂-tó-* ‘colocado (participio)’ = grego στατός ‘que está em pé’, latim *status* ‘colocado’, antigo alto alemão *stat* ‘lugar (localidade)’. **senh₂-* ‘ganhar’ = hitita *sanḫ-* ‘procurar, tencionar’ (Meier-Brügger 2003: 115; cf. também Watkins 1995: 73). De referir ainda que a argumentação de Bascuas resulta enviesada neste caso, atribuindo a *Tāgus* uma raiz que

¹³⁴ A relação $*t^oH^y_2g(h)$ com *tižùs* poderia ter merecido mais atenção de Bascuas. Com efeito, A. Bernabé, autor do primeiro volume de Adrados et al. (1995: 368), permite conjugar a teoria de Adrados com a forma **tə-*, com *schwa*, registada em Pokorny 1959, associada ao alargamento -g-. O *schwa* é uma notação tradicional que tem sido substituída pela da laringal, cuja articulação necessitaria de uma vogal de apoio ou vocóide alofónico (idem, p. 367). Sucede que se preveem dois resultados diferentes de **h₂* interconsonântico em função da posição da vogal de apoio: “[...] si se opera com laringales com apêndice, que si el vocoide se realizaba antes de *H*, su timbre tenderá a ser *a*, pero si se realizaba después de *H*, su timbre tenderá a ser el del apêndice, esto es, $*H^o > i$ [:] $*Hw^o > u$ como ocurre com el vocoide pronunciado tras *gw-* en $*gw^o n-$ > gr. γυνή.” (idem, p. 368). Sendo assim, à luz da reconstrução de Bernabé, Bascuas deveria ter considerado duas raízes ou, supondo a instabilidade da posição do vocoide, duas formas da raiz: para *Tāgus*, $*t^oH^y_2g(h)$, visto esta apresentar um vocoide realizado antes de **H*; mas, para *tižùs*, $*t^oH^y_2g(h)$, a qual explicaria a ocorrência da vogal alta em lituano.

é aceite na etimologia no pressuposto de um nome de rio se relacionar com certas características da realidade nomeada, por exemplo, a de um rio ser lodoso, o que dá passo a inscrever o nome nos campos semânticos que se supõem mais frequentes. Assim, a identificação das raízes, cuja reconstrução é já de si discutível, mais arbitrária se torna, porque, entre raízes com semelhanças fónicas (p.ex., *tad-*, ‘agir intencionalmente’, *tag-* ‘arrumar’, respetivamente, 1054 e 1055, em Pokorny), só se selecionam as que correspondem a um modelo unitário da “nomeabilidade” dos rios europeus. Em suma, a obra de Bascuas é certamente útil para o estudo da hidrotoponímia portuguesa, pelas pistas que aponta, mas o desiderato de homogeneidade etimológica paleoeuropeia pode refletir-se em etimologias de duvidosa sustentação.

Diferente é a perspetiva de Francisco Villar (1995, 2000 e 2005), que defende a existência de vários estratos indo-europeus anteriores à entrada de celtas e romanos na Hispânia antiga. Na secção 1.6.1.5. deste trabalho, já foi referida a reconstituição do sistema vocálico dos estratos indo-europeus mais antigos que Villar põe como hipótese: as alternâncias entre *o* e *a* na epigrafia permitem reconstruir uma unidade velarizada, possivelmente interpretada por falantes que faziam tal contraste ora como [o] ora como [a]. Outro aspeto, igualmente polémico das propostas de Villar (2000 e 2005) é o da datação dos topónimos e hidrónimos de radical e sufixos de tipo indo-europeu. Reivindicando uma indo-europeização prematura da Península Ibérica e em especial das atuais Catalunha e Andaluzia, Villar (2000) interpreta uma série de elementos radicais e sufixais da área tartéssica como pertencentes ao léxico do “europeu antigo” (por exemplo, *-uba*, em *Corduba*, *Ossonoba* ou *Onuba*). Deste pressuposto, encontra depois afinidades entre esses topónimos e os da Ásia Menor e os do Báltico. Esta tese da afinidade linguística entre a Ásia Menor e as penínsulas europeias mediterrâneas é desenvolvida em Villar (2005), desta vez associando-a aos movimentos de população inferíveis da distribuição dos haplogrupos do ADNmt e do cromossoma Y (ver Cavalli-Sforza et alii: 1994). O cruzamento destes dados leva Villar a reforçar a hipótese de a indo-europeização se ter verificado em época bem mais afastada do que se tem aceite em estudos de pré-história da língua e de arqueologia da Península Ibérica, levando-o a recuar até à expansão da agricultura, no período neolítico. Não obstante, o linguista espanhol demarca-se das posições de Cavalli-Sforza, no âmbito dos estudos de genética histórica, e das de Colin Renfrew, relativas à neolitização da Europa, apenas tirando uma conclusão de carácter metodológico (Villar 2005: 146):

“Ninguna de las teorías de la indoeuropeización actualmente en liza explica los hechos lingüísticos existentes de una manera satisfactoria. [...] la teoría correcta de la indoeuropeización está aún por formular.”

Mesmo assim, para este investigador, parece fora de dúvida que existam séries de topónimos cujos radicais têm etimologia indo-europeia. Assim, identifica dois grupos de raízes, de indoeuropeidade “verosímil” (Villar 2005: 146): um primeiro, constituído por *pis-*, *kors-/korn-*, *mal-*, *ast-*, *kord-*, *ars-*, *ask-*, que poderia encontrar o seu foco irradiador na Ásia Menor; e um segundo, que reúne *wak-*, *lut-*, *burd-*, *burs-*, **laur-*, **alant-* e se terá expandido da Península Ibérica para norte, com o fim do período de arrefecimento pós-glaciação conhecido como Dryas recente.¹³⁵

Rejeitando a contestadíssima teoria de Vennemann (2003) segundo a qual a hidronímia e toponímia mais antigas documentam um estrato vascoide, Villar (2005: 147) defende, no entanto, a possibilidade de uma indo-europeização precoce, realizada em diferentes períodos. De qualquer modo, sublinha a convergência dos dados onomásticos com os estudos de genética das populações (2005: 147):

“La complejidad de la toponimia antigua de Europa y Asia Suroccidental unida a la realidad dialectal de la familia indoeuropea resultan congruentes con esos datos de la Genética.”

De salientar, pois, que toda a teoria de Villar se apoia na afirmação da indoeuropeidade de uma série de topónimos do sul da Península, retomando o debate da filiação da língua que se falava no Sudoeste peninsular no final do II milénio a. C., o que, anote-se, significa também envolver a questão da língua que é representada pela escrita do Sudoeste. Como tal escrita oferece problemas de interpretação, a confirmação ou infirmação da teoria de Villar acerca da situação linguística nessa região em tal período aguarda ainda a revelação de novos dados.

Vê-se assim que a proposta de Krahe (1962 e 1964) e os estudos nela inspirados, por especulativos que sejam, têm desempenhado um papel relevante na discussão da indoeuropeização da Europa Ocidental, incluindo a Península Ibérica. O facto de o reportório

¹³⁵ Note-se nem todas as raízes são tratadas por Villar: “[...] [H]e dejado en suspenso dos (*burd-*, *burs-*) por dificultades relacionadas con las vocales /i/ y /u/ de sus respectivas raíces.” **Burd-* é identificável em Bardo, Barduli, Bardi, Bardinisca, e **burs-*, em Barsa, Barsanicae, Barsina, Barsuli (Villar 2005: 145).

de Krahe excluir algumas raízes a que se associa significado aquático (cf. Delamarre) deixa supor que se trata de uma língua ou de um complexo dialetal com alguma individualização no indo-europeu, não explicável pelas línguas indo-europeias históricas. As raízes identificadas apontam assim para um mapa europeu em que os dialetos indo-europeus são uma presença precoce, anterior à difusão dos dialetos itálicos, célticos e germânicos na Europa Central e Ocidental. Se se aceita o postulado de que os nomes de acidentes do terreno e, entre estes, os nomes de rios constituem uma camada toponímica arcaica e tendencialmente conservadora,¹³⁶ então é possível aceitar também que as características indo-europeias dos formantes pré-latinos dos nomes de rios portugueses possam ser anteriores à celtização de extensas áreas da Península.¹³⁷

Além disso, apesar dos problemas decorrentes da procura de critérios que permitam despistar homónimos irrelevantes para a análise etimológica, bem como da possibilidade de os processos de extensão semântica poderem determinar que muitas raízes acabem por se tornar étimos inesperados, não deixa de ser plausível que os formantes pré-latinos dos nomes de rios sejam coerentes do ponto de vista referencial. Por outras palavras, é de esperar que os significados originais mais comuns se associem a noções básicas como ‘água’ ou ‘rio’ e unidades que com eles se relacionem, uma vez que os estudos de hidronímia convergem em apontar esse valor descritivo das designações em análise.¹³⁸ Refira-se ainda que nem sempre o hidrotopónimo em análise é mais antigo ou a única designação atestada. Sucede frequentemente que um mesmo rio tem dois ou mais nomes

¹³⁶ O postulado da antiguidade dos hidrónimos parece ser uma generalização feita a partir de observações sem tratamento científico. Leia-se, por exemplo, as considerações de Room (2006: 2) sobre o assunto: “[...] many natural objects have basic names that simply describe them in general terms. This is particularly true of rivers, whose names are amongst the oldest we have, and which often turn out to mean simply ‘river’. This is because the people who first come to live by a river, in any country in any era, refer to it simply as ‘the river’. There is no need to call it anything else. Everyone knows which river is meant. Hence the common Celtic river name Avon in England. But when another river name is involved, such as a tributary, or a different river to which people have moved from their original place of settlement, then it will need to be called something else, if only for purposes of differentiation. This will not probably be too difficult, since no two rivers are exactly alike. They differ in length, breadth, color, speed of current, and surrounding landscape and vegetation. Broadly, therefore, for the reasons outlined here, it is the natural objects that have the oldest names. The exception to this is the natural object that is in difficult or originally inaccessible territory, such as a remote mountain or a hidden lake. Here the name will be more recent, and likely to have been specially created by an explorer or an adventurer who may not even speak the native language of the territory.”

¹³⁷ No entanto, quer a orografia quer a hidronímia de uma região podem não permanecer num dado território, podendo ver-se substituídas por novas séries num processo de invasão e/ou aculturação (cf. Malla 1982/1983).

¹³⁸ Pressupõe-se que os hidrónimos que hoje são semanticamente opacos tenham sido transparentes na língua em que eles surgiram, como aponta Room (2006: 3): “In studying placenames, one must remember a general principle that applies to all names. *They all originally had a meaning* [itálico no original]. Even the modern arbitrary or artificial name must have had an origin of some sort, its arbitrariness or artificiality serving as its ‘meaning’. It does at least make some kind of statement.”

históricos, como acontece com o Minho, também referido como *Baenis* nas fontes clássicas.¹³⁹ Torna-se, portanto, necessário trabalhar com mais prudência e procurar apoio em dados provenientes de outras áreas de investigação, como sejam as fontes epigráficas, as literárias e os dados da arqueologia, de modo a alcançar um enquadramento histórico mais preciso do nome em análise.

Vale, por isso, a pena atentar no método de identificação de topónimos de origem céltica aplicado por Sims-Williams (2006: 8-15), de acordo com diferentes graus de celticidade dependentes de quatro critérios: (i) a presença de fenómenos de mudança fonológica que distinguem o ramo céltico de outros ramos indo-europeus; (ii) a ocorrência de características morfológicas (sufixos derivacionais e flexionais) tipicamente célticos; (iii) a deteção de correspondências com palavras atestadas nas línguas célticas antigas e modernas; (iv) a frequência de um elemento em análise nas regiões consideradas célticas. Na definição da celticidade dos topónimos, Sims-Williams (2006: 9) dá ênfase aos critérios (i) e (iii), mas recorre menos ao critério (ii), “[...] partly because the inflections of ancient Celtic names are often distorted in the ancient sources (as we may see when a name is attested in several texts), partly because the Greeks and Roman tended to recycle familiar suffixes when adopting and adapting foreign toponyms, and partly because the inflectional features found in Celtic are often shared by other Indo-European languages [...]”.

Os critérios definidos por Sims-Williams (2006) podem ser transpostos para a análise dos nomes de rios de origem indo-europeia pré-latina, neste caso, com problemas semelhantes, porque também eles sofreram distorções nas atestações gregas e latinas assim como no processo de transmissão pelo latim e eventualmente pelo árabe até ao português. A respeito dos nomes de rios pré-latinos, a dificuldade da tarefa fica agravada pela incerteza que rodeia a génese destes nomes, sem a identificação segura da língua em que se formaram. Contudo, tal como “[...] the Celticity of even the most ‘obviously’ Celtic place-names is a matter of probability rather than absolute certainty” (Sims-Williams 2006: 12), assim também a indo-europeidade de muitos nomes de rios portugueses não poderá ser cabalmente esclarecida, pela falta de conhecimento do pano

¹³⁹ Ver Room (2006: 10): “[...] [In China] sometimes one and the same place can have several different names simultaneously. This is true (as elsewhere, in fact) of rivers, so that the Yangtze has six different names for different sections from its source to its mouth. [...]” Room (2006: 11) também assinala a existência de nomes de aparente etimologia diversa: “Some rivers and mountains close to the Chinese border have two names, one Korean, one Chinese. Thus the Amno river has the Chinese name of Yalu.”

de fundo da língua a que se reportam. Deste modo, aceita-se neste trabalho que os nomes indo-europeus pré-latinos:

- I – Apresentam características fónicas e morfológicas que, embora os distingam do latim, se inscrevem nos padrões estruturais indo-europeus.
- II – Correspondem às palavras atestadas nas línguas indo-europeias e às raízes proto-indo-europeias reconstruídas a partir dessas mesmas palavras.
- III – São constituídos por elementos frequentes em regiões tidas como linguisticamente indo-europeias.

Como foi sendo apontado ao longo desta secção, existem numerosos obstáculos à validade e eficácia metodológica destes critérios. O critério I levanta o problema do confronto de cada nome de rio com padrões de línguas não indo-europeias, o qual, obviamente muito além do objetivo deste trabalho, não parece beneficiar ainda de uma base de investigação comparativa sobre as línguas de que o indo-europeu é histórica e geograficamente mais próximo, nomeadamente, a família urálica (com destaque para o ramo fino-úgrico),¹⁴⁰ o grupo caucásico,¹⁴¹ a família altaica e a camito-semítica¹⁴² (cf. Adrados 2008: 46-50). Os critérios II e III esbarram com a eventualidade de empréstimos não indo-europeus se terem introduzido em línguas indo-europeias, dando lugar a que os nomes de rios documentem afinal o contacto com estratos não indo-europeus, o qual pode ter ocorrido ou não na região onde tais nomes são usados (cf. *Coura*, capítulo 4). Por isso, como se tem vindo a dizer até aqui, necessário se torna amparar cada análise etimológica pela crítica filológica e pelos dados facultados pela investigação arqueológica, de modo a evitar generalizações ou sistematizações sem realidade ou verosimilhança histórico-linguísticas.

Mesmo assim, os critérios I, II e III revelam-se úteis justamente porque, de momento, para o estudo de grande parte dos nomes de rios aqui discutidos, não é possível identificar o contexto da sua formação. A abordagem proposta caracteriza-se assim por

¹⁴⁰ Por vezes, *fino-úgrico* é usado como sinónimo de *urálico*. No entanto, atualmente usa-se *urálico* para designar a família linguística que compreende dois ramos, o fino-úgrico e o samoiédico (cf. Campbell e Mixco 2007).

¹⁴¹ Trata-se de um núcleo de famílias de duas ou três famílias linguísticas diferentes, como se lê em Adrados 2008: 146): “[...] [N]o se ha establecido una protolengua común del caucásico del norte y del sur, ni siquiera de dos sectores del caucásico del norte, y menos aún correspondências fonéticas.”

¹⁴² É controversa a definição de uma família camito-semítica, para usar o termo de Adrados (2008: 48), ou afro-asiática, de acordo com a terminologia de Campbell e Mixco (2007).

enunciados modalizados, que muitas vezes configuram comentários críticos do que tem sido a discussão etimológica de cada nome de rio.

2.4.1.1. Critérios para a definição da etimologia dos hidrónimos pré-latinos

Importa notar que nos nomes de rios, os desvios ou distorções são frequentemente entendíveis como consequência de situações de contacto linguístico favorecedoras de diferentes tratamentos fonológico e morfológico dos nomes pré-latinos. É esta, por exemplo, a situação de *Odiana* e *Guadiana*, formas que preservaram o nome *Ana* ou *Anas* da queda de *-n-* intervocálico do galego-português. Mas, admitindo o acesso da análise histórico-linguística às formas pré-latinas, depois de identificada a interferência latina e a árabe, é de supor também distorções mesmo em casos de transmissão anterior à romanização. Como já se viu, o mapa linguístico da Península Ibérica não foi estável nem antes da conquista romana nem durante esse período. Uma mesma área pode ter visto suceder a uma língua não indo-europeia outra indo-europeia e vice-versa, tal como defende Villar (2001) a respeito da área de língua ibérica à data do impacto militar romano.

Uma dificuldade de relevo para esta discussão é, pois, a do processo de transmissão dos hidrotopónimos anteriores à romanização, tal como se acha documentalmente ou como se encontra na sua atual configuração. A transmissão desses nomes pelas fontes clássicas é problemática, como observa Guerra (1996: 147), dado que “[...] não há razão para duvidarmos da correcção das formas que nos chegam por esta via, mas isto não quer dizer que não nos questionemos sobre eventuais interferências nesse longo processo de transmissão”; para acrescentar mais adiante (idem, p. 148): “Não restam dúvidas de que, entre os autores clássicos, se verificava uma tendência para aproximar os nomes estranhos de outros que as suas línguas conheciam, o que dificulta por vezes a reconstituição das formas originais.”

No presente estudo, a questão da transmissão é de extrema pertinência, dadas as adaptações a que foram sujeitos esses nomes pré-latinos. Na passagem ao latim, é provável a imposição de elementos morfológicos conformes à estrutura latina. No caso de territórios em que a arabização foi efetiva, verifica-se a sobreposição não só da morfologia, mas também de aspetos típicos da fonologia árabe (como se verá na secção 2.4.3.2, imala, existência de um único segmento oral bilabial, com realização sonora, [b]). Estas limitações do acesso à etimologia dos hidrónimos de maior antiguidade impedem,

assim, a aplicação direta dos princípios do método etimológico, com base nos quais, segundo Guerra (1998: 48), se devem observar cumulativamente duas condições: a) «a regra de adequação fonética dos elementos comparados» (idem); b) a correspondência semântica desses elementos.

Contudo, o método distribucional, conforme Guerra (1998: 48) o propõe, na esteira de Untermann (1962 e 1965), apresenta-se como alternativa que permite definir «a dispersão dos diferentes nomes que apresentam afinidades fonéticas dos lexemas ou [d]os mesmos sufixos». Dado que, no presente trabalho, interessa a etimologia dos nomes em análise, parece que há que ter em conta o contributo deste método, o qual permite considerar a ocorrência de nomes de configuração semelhante em territórios vizinhos do que é atualmente ocupado pelo Estado português.

Por outro lado, as propostas etimológicas só podem ser formuladas em termos de probabilidade, com recurso a dados que reflitam a intervenção de fatores extralinguísticos, a saber:

- as fontes da Antiguidade assinalam uma forte implantação céltica, que, não tendo de corresponder ao predomínio do ramo céltico na Península, sugere a vinculação de parte da população hispânica às que habitavam a Europa a norte dos Pirenéus e que se identificam com línguas e culturas indo-europeias;
- com exceção do Sul e da região centro-litoral, no território atualmente português, há indícios materiais que incluem as populações aí fixadas num processo de contacto ou fusão com populações provenientes de além-Pirenéus, embora não sejam de excluir elementos da área pirenaica protobasca e outros do sul da Península e do Mediterrâneo oriental.

Esta perspetiva não exclui liminarmente conjecturas sobre a ocorrência de elementos de outras famílias linguísticas, como seja, por exemplo, a semítica. Vem por isso a propósito referir os trabalhos de Moisés Espírito Santo (1988 e 1989), que apresenta a proposta mais desenvolvida sobre a génese da toponímia portuguesa, por este investigador considerada globalmente como pré-latina e de origem semita. As críticas feitas por este antropólogo às abordagens ou aos métodos literários podem, por vezes, parecer pertinentes, quando diz (1988: 256)

“Para os filólogos clássicos, o nome escrito pode não corresponder à expressão oral utilizada pelos habitantes e vizinhos desse sítio; a palavra oral pode ser difícil de escrever na língua corrente; os escribas grafaram-na da forma que *eles* entenderam a “mais correcta”, mas que não tem nada a ver com a origem do nome. Os filólogos procuram o sentido latino ou “germânico” do nome, quando ele pode ter vindo a ser arrastado de uma antiga língua.”

Deve reconhecer-se que, nesta passagem, se pressupõe erradamente que os filólogos apenas atendem a etimologias latinas ou germânicas quando se trata de analisar a toponímia portuguesa. Mesmo assim, a observação vale enquanto advertência, porque de facto existem, como se verá, alterações nos topónimos que não se resumem às adaptações fónicas e morfológicas impostas pelas línguas transmissoras (latim ou romance, árabe). Mesmo assim, o problema da proposta assente nesta crítica reside em fazer tábua rasa de toda e qualquer regularidade linguística nesse processo transmissão. Por exemplo, partindo do princípio de haver rios cujo nome se relaciona com Thamuse, nome de um deus, Espírito Santo (1988: 269) estabelece o seguinte nexos, rejeitando os critérios da etimologia moderna:

“[...] [N]ão é difícil explicar, sem nos enredarmos em malabarismos etimológicos, a passagem de Thamuse para Tagos, que era o nome do Tejo no tempo de Estrabão: ter-se-ia processado, pura e simplesmente, a elisão da sílaba central Tha(mu)gos. Se o rio se chamou Taje, como ainda hoje os Europeus lhe chamam, a evolução é ainda mais clara por o nome do deus ser, sem dúvida, pronunciado Thamuje (o s=j). De Thamuje derivam um certo número de outros nomes como Chamusca: Thamuje → Samusg ou Chamusg → Chamusgo → Chamusca (por corrupção com ‘chamuscar’, sendo também o th equivalente ao s e ao ch) quanto ao Muge (ribeira de Muge), é o mesmo processo: Thamuje → (Tha)muge, ou talvez melhor: Thamuje → De Muge; Tancos: Thamuje → Tam(mu)gos → Tancos. Os filólogos não encontraram até hoje a etimologia de Tagos, Chamusca, Muge e Tancos, referindo que “são antiquíssimos, pré-romanos” (José Pedro Machado, Dicionário Onomástico e Etimológico).”

O que acaba de ser transcrito é ilustrativo da arbitrariedade das relações etimológicas propostas, porque Espírito Santo apresenta mudanças linguísticas a que

faltam consistência na definição das unidades em análise – o que é um “th”? –, regularidade e a devida contextualização interna (as condições da mudança na cadeia fónica), ficando por esclarecer as condições em que um “th” ora passa a “s” ora a “ch” ou uma fricativa como “s” se torna a oclusiva “g” (caso de Thamuse > Tagos). Acresce que Espírito Santo defende a hipótese de a toponímia portuguesa ter origem semita pré-latina, mas o método utilizado pressupõe, mais uma vez sem fundamentar, que a teonímia pré-romana testemunha o uso do cananita, na procura de uma explicação totalizante, capaz de relacionar a maioria dos topónimos a um único estrato linguístico.

Na verdade, o que as fontes literárias e epigráficas apoiam é a visão da enorme complexidade linguística do panorama linguístico da Hispânia pré-romana. Com efeito, nas sociedades antigas, o estudo da onomástica mais arcaica revela uma diversidade linguística que tem sido desconhecida em Portugal em grande parte da sua história (à parte o período medieval, pela presença do árabe e do berbere, e a atual presença de imigrantes em território português). De Hoz (1993: 649) destaca essa mesma característica das sociedades pré-romanas na Península, advertindo que se deve evitar projetar a situação linguística da maior parte das sociedades atuais sobre material deficitariamente transmitido como é o caso das línguas da Hispânia pré-romana:

“Las situaciones típicas a lo largo de la historia, y todavía hoy día normales en África o en ciertas zonas de Sudamérica, son consideravelmente más complejas. Un caso extremo, que no por ello sería menos típico que el esquema europeo actual, sería el de un individuo que emplea una lengua local en su familia y su pequeña comunidad, otra lengua quizá de la misma familia pero de uso más común cuando necesita relacionarse con vecinos no muy alejados, por ejemplo en un mercado comarcal, una lengua vehicular, de amplia difusión, cuando acude a la capital o a un mercado más importante y alejado, ésa misma o todavía otra como lengua oficial en sus relaciones con la administración, y tal vez, si queremos añadir sin salirnos de lo históricamente atestiguado, una lengua de cultura, venida de fuera, en sus prácticas religiosas o literarias.”

O que neste trabalho se propõe é confrontar o exame de uma seleção de nomes de rios com a hipótese de alguns destes serem enquadráveis em estruturas linguísticas de carácter indo-europeu, uma vez que as fontes e os dados arqueológicos apontam para uma indo-europeização bastante antiga. Contudo, considerando também a possibilidade de

alguns nomes remontarem a camadas nem sempre identificáveis, casos haverá em que nem sequer será possível revelar elementos de carácter indo-europeu.

2.4.2. Estrato latino-romance

A romanística tem evidenciado que a variação regional do latim imperial não decorre diretamente da desagregação política do Império Romano. Na Hispânia, como nas outras províncias, também o latim se distinguia por características que, podendo nem sempre estar claramente identificadas, deram azo a episódios anedóticos que as fontes da Antiguidade registaram (cf. Adams 2003 e 2007). Internamente, no âmbito do latim hispânico, também a investigação tem apontado contrastes regionais, que terão sido bastante precoces, como será o caso do latim galaico, que constitui a matriz do português. Sem negar que o português e o espanhol partilham um fundo hispânico comum, de carácter entre conservador e inovador, Piel (1989: 12) salienta que “não raro, e amúde solidariamente com o galego-asturiano, o léxico português apresenta uma individualidade inconfundível, mesmo em comparação com o castelhano”. Esta originalidade do léxico comum teve impacto significativo na toponímia galego-portuguesa, bem como em territórios mais a leste ou a sul, como são as terras asturo-leonesas ou as regiões compreendidas entre o Douro e o Mondego. Com efeito, como aponta Piel noutro estudo, datado de 1975 (Piel 1989: 55-60), a toponímia permitiu fixar muitos vocábulos que hoje se encontram praticamente perdidos nas modalidades standardizadas das línguas faladas em Portugal e na Galiza.¹⁴³

A diferenciação do latim na Gallaecia, na Hispânia e noutras províncias romanas terá muito que ver com os processos de assimilação linguística, como nota Schrijver (2011: 250):

“L’expansion du latin sous l’Empire romain s’est effectuée non pas par une émigration massive de personnes parlant le latin de l’Italie centrale mais, pour la plupart, par l’assimilation linguistique des populations indigènes dans l’Empire. Par

¹⁴³O contraste entre galego e português é muitas vezes feito tendo em conta a história linguística do ponto de vista das atuais normas separadas. Sobre esta perspetiva, observa Álvarez Pérez (2014: 195): “Paradoxalmente, o intenso debate sobre as relacións entre galego e português céntrase na comparación de línguas estándar e no confronto entre eleccións convencionais dunhas elites, especialmente no que respecta ó sistema ortográfico, unha cuestión banal, mais altamente simbólica. A lingua falada, os datos dialectais dunha e doutra banda da raia, ocupa un lugar menor; é verdade, con todo, que parte desta minorización pode deberse á escaseza de materiais primários accesibles a toda a comunidade científica.”

conséquent, le remplacement des langues indigènes par le latin se présente comme une discontinuité linguistique qui est accompagnée par une continuité des populations préromaines, ce qui submerge le signal génétique faible des quelques Romains qui sont partis de l'Italie afin de poursuivre une carrière dans l'administration impériale. Il en va de même avec les relations entre langue et culture.”

As epígrafes celtibéricas, ibéricas ou lusitanas, muitas vezes associando sequências em latim,¹⁴⁴ dão, portanto, conta de diferentes situações de bilinguismo que podem ter perdurado de maneira variável, conforme o quadro hipotético que Velaza Frías (2011: 97) define:

“Las lenguas paleohispánicas convivieron durante una época con el latín en forma de adstrato y finalmente, cuando aquel se impuso y generalizó, se convirtieron en lenguas de sustrato. El tiempo que duraron ambos procesos es discutido. Es probable que el latín fuese en grandes zonas de la Península una lengua de uso administrativo y vehicular hasta época de César y que a partir de Augusto se impusiera de manera singularmente rápida y profunda. El proceso vendría a coincidir, sintomáticamente, con la desaparición del hecho escriturario paleohispánico, algo más temprano en el mundo celtibérico que en el ibérico, donde excepcionalmente pueden encontrarse documentos hasta época julio-claudia.”

No que se refere à caracterização e à delimitação do estrato latino, à semelhança da discussão dos substratos ou dos superstratos, também se levantam algumas questões a respeito da sua heterogeneidade, a qual, no entanto, não apresenta o mesmo caráter que esses estratos. Estes, apesar da diversidade linguística interna, não parecem, por esse facto, contrariar a atribuição de certos nomes genéricos para os referir como estrato pré-latino, estrato germânico ou estrato árabe. Quando se trata do estrato latino, há que ter em

¹⁴⁴ Como observa Velaza Frías (2011: 90), “[...] una inscripción bilingüe pone de manifiesto el uso de dos lenguas en un cierto contexto geográfico, cronológico y social; pero apenas si nos dice nada seguro de las relaciones que esas dos lenguas establecieron entre sí, de si la una era adstrato o superestrato de la otra, de si entre ambas se produjeron o no fenómenos de interferencia lingüística o de si su encuentro se resolvió a favor de una o si culminó en un proceso de criollización. La distancia que separa la *facies* de una cultura escrita de su realidad lingüística puede ser muy pequeña, pero también muy notable y éste es un principio conceptual y metodológico de primera magnitud a la hora de trabajar con el material que há llegado hasta nosotros.”

conta que este se prolonga como romance, se desenvolveu literariamente como galego-português (ou simplesmente galego ou, ainda, português antigo) e, em Portugal, entre o século XIV e XV, se transformou decididamente em português. É certo que Vasconcelos (1931: 139-148), ao distribuir os topónimos portugueses por línguas (cf. quadro 2.4.1), separava os nomes latinos dos nomes portugueses, parecendo assim que separava também um estrato latino de um estrato português. Contudo, a demarcação de tais estratos, geneticamente relacionados, terá de conceber-se como uma fronteira difusa, pois em diacronia desenrola-se uma série de transições que vão da individualização do romance galaico à elaboração do português como língua administrativa e literária. Esbate-se igualmente, pelo menos no plano da toponímia, o contraste entre nomes latinos e nomes portugueses que Leite de Vasconcelos propunha, quando se considera a variação diatópica, cujo exame permite descobrir um *continuum* entre os dialetos galegos e os dialetos portugueses setentrionais, pela persistência de um fundo lexical comum que parece ter estabilizado entre os séculos IX e XI. Do ponto de vista da estruturação histórica do léxico português, torna-se aliás praticamente impossível separar a história dialetológica do noroeste português da dos territórios imediatamente a norte no conjunto da antiga Galécia, como apontava Piel (1989: 12):

“De modo geral, os falares do N. O. da Península, em Portugal sobretudo os do Minho com as zonas limítrofes, revelam no âmbito rústico, uma riqueza e especialização lexical e semântica surpreendentes, facto que nos permite inferir que a romanização das referidas regiões, embora mais tardia, não foi menos eficaz e profunda que no resto da Península [...] Por via de regra trata-se, na verdade, de formas regionais pouco conhecidas ou mesmo ignoradas da língua comum, o que não impede que ofereçam um real interesse para a história rústica do latim.”

Noutro estudo, de 1962, Piel (1989: 19) relaciona este fundo lexical arcaizante e conservador com a própria toponímia, quando propõe identificar o que nele há de especificamente galego, por oposição ao espanhol e ao português (embora reconhecendo a relação mais estreita do segundo com o que se fala a norte do Minho):

“Il va de soi que dans ce dernier cas [o português] les affinités sont incomparablement plus étroites que dans le second [o espanhol], abstraction faite, naturellement, des emprunts tardifs à l’espagnol. En ce qui regard de le portugais,

il faudrait distinguer entre éléments que le galicien partage avec le portugais commun, et ceux qui ne se retrouvent que dans les parlers du nord de Portugal, surtout ceux du Minho. Au point de vue lexical, cette province, avec quelques zones limitrophes de Trás-os-Montes e de Douro-Litoral, forme un bloc homogène avec la Galice, cette unité devant remonter très haut dans le passé. La toponymie témoigne encore plus clairement de cette ancienne unité, et qu'elle existe aussi dans le domain phonétique est une chose démontrée récemment para M. Boléo.”

Piel não diz claramente se a toponímia que revela a unidade linguística entre as duas regiões se deve toda ou não ao fundo lexical latino. Contudo, para lá das afinidades pré-latinas (galaico-lusitanas) e pós-latinas (germânicas) que subjazem à toponímia mais opaca que vai do Douro ou do Vouga até ao mar Cantábrico, necessário se torna lembrar que, nessa vasta região, a toponímia é grande devedora do léxico comum. E, se a toponímia portuguesa é historicamente devedora do léxico comum do latim galaico e se parte dela tem a sua génese numa época – a Alta Idade Média – em que a sociedade tem carácter agrário (cf. secções 2.1 e 2.2), então, pelo menos, no que diz respeito a uma fração do território continental português (as regiões do noroeste que se prolongam para sul do Douro, até ao Vouga, ou até mesmo ao Mondego), impõe-se dar atenção ao léxico alto-medieval como fonte de criação de topónimos, pelo menos, dos de tipo apelativo e qualificativo (cf. secção 2.4. a respeito da tipologia adotada por Lebel 1956). Sem querer descurar o impacto regional de outros fundos lexicais – os do romance e árabe andalusis no Centro e no Sul, não excluindo casos mais esporádicos a norte –,¹⁴⁵ diga-se que, durante toda a fase de definição do território político português, o sistema linguístico ativado na denominação de muitos pontos e acidentes geográficos foi o de base latina que se desenvolveu na Gallaecia, acrescido dos contributos lexicais pré-latinos, germânicos e árabes.

¹⁴⁵ Azevedo (1994: 178) considera que “a extensão e profundidade da influência moçárabe é muito maior do que se supunha”, ao mesmo tempo que identifica como moçárabes topónimos de Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo, o que poderá levar a supor que a norte do Douro se falaria uma modalidade romance que não a galega. No entanto, na sua tese de doutoramento (Azevedo 2005: 82/83), a perspectiva defendida parece mudar no sentido de, a verificarem-se indícios linguísticos meridionais, esses terão sido trazidos por populações provenientes dos territórios a sul do Douro. Note-se que Serra (1967: 97), no seu estudo sobre a topoantroponímia de tipo meridional ou arábico no Noroeste não parece aventar a hipótese de uma modalidade linguística moçárabe; defende, sim, que “no Noroeste da Península [...] um bom número de povoações deve o seu nome a gentes que, segundo boas probabilidades, ascenderam de regiões meridionais, sob domínio muçulmano, para regiões setentrionais, sob domínio cristão”.

Vem, portanto, a propósito, mencionar o estudo que M. A. Fernandes e Cardeira (2013: 1316) dedicam à distribuição geográfica dos topónimos continuadores do latim *quintana* e do derivado *quintanella*. Estas autoras definem também a distribuição temporal dos sufixos de diminutivo *-ellus* e *-inus*, para observarem que o segundo é mais tardio (idem, p. 1318) no conjunto do galego-português. De qualquer modo, importa salientar que os comentários desse estudo inscrevem os dados toponímicos numa modalidade da língua a que chamam galego-português, cujo limite final parece situar-se no século XV, ainda que considerando a persistência de fenómenos de convergência entre a língua falada no Minho e a que se falava na Galiza. Esta perspetiva mostra como é operatória a consideração de um longo período linguístico no que se refere à formação e difusão da toponímia portuguesa derivada do léxico comum usado no contexto rural; e permite ainda evidenciar como o estrato de origem latina se metamorfoseia em fases sucessivas até chegar ao galego e ao português, mantendo-se disponíveis nesse processo muitos itens para se converterem em topónimos em qualquer uma dessas fases, mesmo nas mais recentes. Assim, por exemplo, um topónimo como *Quinta do Lago* (Faro) será um topónimo recente, mas, do ponto de vista estratigráfico, acumula-se a outros que, desde a Alta Idade Média, têm como constituinte o item *quinta*. Por isso, adota-se neste trabalho a perspetiva de o estrato latino constituir na verdade um amplo estrato latino-romance-galego-português que, do ponto de vista da toponímia delexical, está ainda ativo e se estende temporalmente até períodos linguísticos já francamente portugueses.

Noutro plano, existem, porém, certos traços que já não estão ativos e que são suscetíveis de uma datação mais precisa. Prendem-se eles sobretudo com a morfossintaxe da toponímia deonomástica (e de certos casos de toponímia delexical, como adiante se verá), cuja estruturas chegam a repercutir-se na configuração da toponímia deonomástica de origem germânica. A toponímia deonomástica medieval compartilha uma característica praticamente pan-hispânica: o uso do genitivo do nome do proprietário como meio de marcar a relação de posse de um espaço – uso especialmente significativo na Galiza, conforme realça Boullón Agrelo (1999: 62), retomando observações de Joseph-Maria Piel:¹⁴⁶

“Desde o punto de vista formal, o modo corrente de denominación dunha propiedade é por medio do xenitivo simple: se na época latina o nome próprio era

¹⁴⁶ Trata-se de Piel (1947°).

empregado de maneira adxetiva concordando co da propiedade (*villa Aemilia*) e mais tarde se lle acrescentou o sufixo posesivo *-anus* (*villa Aemiliani*, *fundus Antonianus*), agora será *villa Emili(i)* ou simplemente *Emili(i)* (Piel 1947: 152). É este un uso toponímico do xenitivo de relación com valor marcadamente posesivo case exclusivo de Hispania, pois non se encontra en ningunha outra parte do territorio románico, e xeneralizado na época suevovisigótica e altomedieval, ata tal punto que se pensa que os topónimos galegos que se remontan a un antropónimo latino sufixado em *-anus* (ou *-ana*) deberon ser fundados en época romana, o que para Galicia supón os ss. I-IV d.C. (Pérez Losada 1995: 164).”

As observações de Piel (1947) e Boullón Agrelo (1999) abrangem naturalmente o noroeste português, onde é igualmente frequente a toponímia deonomástica que cristaliza formas do genitivo latino: *Cesar* (Oliveira de Azeméis) < *Caesarii*, de *Caesarius*); *Lalim* (Lamego) < *Lallini*, de *Lallinus*); *Mourilhe* (Montalegre, Póvoa de Varzim, Vila Nova de gaia, Cinfães, Guarda) < *Maurelli*, de *Maurellus* (ver mais exemplos em Piel 1947c: 158-161).

No contexto da discussão da estratigrafia toponímica, é obrigatório abordar o tema da toponímia relacionável com os chamados dialetos moçárabes. Não devem estes ser excluídos do estrato em apreço, porque também eles entroncam no fundo léxico-gramatical hispano-latino. A caracterização deste complexo dialetal vale-se da toponímia meridional¹⁴⁷ e dos raros registos da onomástica e do léxico comum tanto em fontes árabes como em registos escritos nas modalidades latino-romances nortenhas. Os seus traços fonéticos e morfossintáticos têm sido inventariados sem que se possa afirmar que, a respeito das modalidades de romance andalusi no sudoeste da península, se tem clara perceção dessas características, as quais são muitas vezes mencionadas tendo em conta

¹⁴⁷ Piel (1976: 5) notava isso mesmo, quando escrevia: “É de lamentar que tão pouco, praticamente quase nada, saibamos da situação linguística que os portugueses vieram encontrar quando ocuparam os territórios do Sul. Teria a longa presença política e cultural dos árabes apagado os últimos vestígios vivos do romance pré-muçulmano, “moçárabe”, do qual possuímos importantes amostras na Espanha do Sul? Por ora parece impossível responder a esta pergunta, pois os únicos elementos tangíveis, que se podem atribuir aos falares respectivos, são de ordem toponímica, podendo, pois remontar a uma época anterior à extinção definitiva dos falares em causa.” É também de assinalar que as características meridionais podem encontrar-se mais a norte, sobretudo nas regiões orientais do território português, como já apontava Azevedo (1919: 214): “Não foi só o sul de Portugal que sofreu com mais intensidade a influência oriental, também as extremidades orientais do norte do país, e que vem a ser os distritos de Bragança, Guarda e Castelo Branco se ressentiram mais dela que o litoral correspondente. Em Lafões o árabe era falado pela gente do campo, segundo afirma um escritor desta nacionalidade. Em dois nomes de lugares beirões se conserva o *Ibn* árabe: vem a ser *Viegas* de *Ibn Viegas* e *Bordonhos* de *Iben Ordonizi* ou melhor *Ibn Ordonius*, nome de logar.”

estudos que incidem em testemunhos (toponímia, documentos) provenientes do sul e do levante peninsulares.

No plano fonético, a conservação de *-n-* e *-l-* latinos intervocálicos é, sem dúvida, a característica que a literatura mais destaca – cf. Vasconcelos (1908: 354), Carvalho (1959), Piel (1976), Teyssier (1982: 15), Azevedo (2005), Castro (2006:64) M. A. Fernandes et al. (2006: 20), M. A. Fernandes (2008), Cardeira (2006:34), Brocardo (2014: 100/101) – e a toponímia efetivamente documenta: *Fontanas* (Santarém, Portalegre, Évora e Beja), *Fontanelas*¹⁴⁸ (Lisboa), *Coina* (Setúbal), *Feliteira*¹⁴⁹ (Lisboa), *Grândola*¹⁵⁰ (Setúbal), *Molino* (Évora), *Mértola* (Beja). Menos evidentes ou de atribuição exclusiva menos segura, contam-se muitos outros traços (cf. Azevedo 2005: 166-199), além de interferências do árabe (200-215). Entre eles, é abundantemente referida a apócope de *-o* final romance, patente nos diminutivos que correspondem aos diminutivos galego-portugueses acabados em *-elo* (do latim *-ellu-*). Piel (1976: 8) ilustra esta característica com os casos de *Ervidel* (Beja), (Cabo) *Espichel* (Setúbal), *Montel*¹⁵¹ (Beja), *Sousel* (Portalegre), *Portel/Alportel*.

Os vestígios dos dialetos moçárabes constituem, assim, um estrato latino-romance divergente do estrato de tradição galaica. No entanto, foi opção deste trabalho considerá-los como parte do estrato latino-romance, dada a temporalidade dilatada que lhe é aqui atribuída (ver mais acima). Parece congruente aceitar que quer o léxico comum quer a

¹⁴⁸ Azevedo (1937: 55) salientou a importância da toponímia moçárabica do termo de Lisboa; logo após a conquista definitiva pelos cristãos: “Nos “montes” ou termos de Lisboa a maior parte da população pre-existente permaneceu nos seus casais e aldeolas, ao passar ao domínio português, em 1147. Comprovamos tanto a toponímia árabe como latina da região, embora a conheçamos numa fase um pouco tardia – final do século XII e princípios do XIII. Ocorrem ainda formas como *Romaneira* (1191), *Frenelas* (1220 – esta, todavia, já arcaica, porque se encontra *Fraelas*, em 1185) e *Fontanelas*, em Sintra (1301), as quais atestam a sobrevivência do elemento hispano-godo.” Refira-se que o RTP e a CPM 1:25 000 registam *Fontanelas* como topónimo da freguesia de Baçal, no concelho e distrito de Bragança; é provável que se trate de um leonesismo, dada a profunda relação da região bragantina com as regiões de Zamora e Astorga.

¹⁴⁹ Correspondente a *Feiteira*, *Feiteira* e *Fieiteira* (cf. RTP e CMP 1:25 000). Segundo Carvalho (1959: 283), *Feliteira* conserva o *-l-* intervocálico do étimo latino **filict-aria*, de *filictu-*, que deu *feto*, *feito* ou *feito* em português (cf. DHLP).

¹⁵⁰ Conquanto Leite de Vasconcelos (1931: 290) considerasse, com Joaquim da Silveira, que *Grândola* era um topónimo de origem italiana, A. A. Fernandes (1999) interpreta este topónimo como um derivado de *gândara* ou *gandra*: “Quanto a Grândola, pode ser já a forma hipertética de **Gândrula*, com o suf. *-ula* átono: ‘gand(a)ra + ula, comparável a *Mêndola*, *sic* (que vi algures em genealogia medieval, feminino de *Mendo* < *Meendo* – pu melhor, **Mendula* < **Meendula*, cp. *Flamula* > ‘Châmoa’), tendo-se o *l* do sufixo conservado como é próprio do moçarabismo meridional.” Tendo em conta que Grândola se situa em terrenos arenosos, parece esta circunstância compatível com a semântica de *gândara* ou *gandra* ‘terra arenosa, improdutivo; charneca’ (cf. DHLP).

¹⁵¹ O RTP regista *Montelo* nos concelhos de Odemira (Beja) e Fátima (Santarém), portanto, em plena zona histórica dos dialetos moçárabes, o que pode ser tanto o resultado da importação da forma galego-portuguesa, como já o seu uso tardio, uma vez que *-elo* se tem mantido de algum modo produtivo no português.

toponímia dos dialetos meridionais (e dos dialetos do interior centro e centro-norte) foram assimilados pelo núcleo linguístico de origem latino-galaica ou acabaram por convergir com este, participando da variação do próprio estrato latino-romance ocidental hispânico.¹⁵²

Na denominação dos lugares e dos acidentes geográficos nas terras conquistadas mais a sul ou noutras que o impulso económico do século XII tivesse levado as populações a explorar, a difusão dos dialetos galego-portugueses foi eventualmente facilitada pela sua inteligibilidade no contexto do conhecimento mesmo que passivo de modalidades dialetais latino-romances; essa expansão dos dialetos setentrionais traduziu-se ainda na capacidade de absorver progressiva e intensamente o uso de arabismos, os quais, em número significativo desde o começo da conquista árabo-muçulmana, aumentariam com a conquista de regiões totalmente arabizadas. Se, em muitos casos, tais unidades árabes ou arabizadas são assimiladas pelo galego-português dos colonizadores, por outro, muitas poderiam fazer já parte da própria língua dos colonizadores.¹⁵³ O estudo diacrónico da toponímia pode, portanto, detetar os resultados tardios de uma prática de denominação que ainda recorre ao chamado (por Piel) “fundo latino” galego-português associado mais intensamente em Portugal (mas não desconhecido na Galiza) a outro repertório lexical, que Piel também identificou conceptualizando-o como “aluvião árabe”. Além disso, do ponto de vista dialetológico, tão importante para compreender a génese da atribuição de qualquer nome de lugar, o *continuum* dialetal na faixa ocidental peninsular não teria conhecido a rutura que hoje se conhece. Aceita-se aqui, portanto, que, no que diz respeito à toponímia, há que considerar todo o longo ciclo de formação

¹⁵² Não se exclui que tais dialetos romances, à semelhança do árabe, tenham na verdade atuado como substratos no centro e no sul do território continental português. No entanto, é também possível supor que eventuais formas latino-romances meridionais tivessem sido suficientemente inteligíveis para serem facilmente transpostas ou adaptadas aos moldes galego-portugueses dos conquistadores cristãos. Parece ser esta uma hipótese a considerar, na investigação, a partir das observações de M. A. Fernandes (2006: 44/45): “[...] muitos dos vocábulos galego-portugueses e moçárabes pertencem ao fundo patrimonial do latim vulgar hispânico. E, quando essas bases têm continuidade nos dois romances, os seus resultados históricos podem ser idênticos, por terem estado sujeitos às mesmas mudanças linguísticas. Mas, por vezes, mesmo com resultados divergentes, a forma toponímica actual é a de feição galego-portuguesa, onde, em virtude das circunstâncias históricas que geraram o lugar, se esperaria encontrar a moçárabe. Este processo de substituição de formas toponímicas, arcaicas ou dialetais, documenta-se nas fontes escritas desde os finais da época medieval até à actualidade. Em qualquer dos casos referidos, a cronologia dos topónimos é impossível de precisar sem as atestações correspondentes, a menos que elementos subsidiários da geografia, história, etnografia e arqueologia locais a fundamentem.”

¹⁵³ A toponímia dos Açores e da Madeira poderá indicar um fundo comum caldeado com empréstimos do árabe e do romance andalusi e, como tal, corresponder ao período final ou de transição para o português clássico ou para o ciclo da expansão da língua (Castro 2006: 75 e 77/78). Não foi possível identificar estudos que permitissem avaliar o grau de conservação do fundo lexical galego-português.

do que, em grande parte, é galego-português, tendo sido os dialetos deste sistema que transmitiram os topónimos dos estratos mais antigos (pré-latinos, latinos, germânicos, árabes). No plano da hidrotponímia, desde o começo do processo de latinização continuando pela Idade Média, a denominação de cursos de água mobilizou a “nomenclatura hidronímica” latino-romance (Piel 1947: 306), a qual estava ativa à época da conclusão da conquista do sul do território Portugal e nas décadas subsequentes. Do ponto de vista da estratigrafia, inscreve-se no estrato latino-romance de origem galaica todo o hidrónimo de transmissão latino-romance ou já galego-portuguesa, seja ele datável do período da dominação latina, do período suevo-visigótico, da época muçulmana ou, ainda, da fase posterior, conhecida como Reconquista. Mesmo os hidrónimos mais tardios, isto é, datáveis de época posterior ao século XV, se inserem nesse estrato.

De qualquer modo, no comentário a cada hidrónimo, não havendo atestação da Antiguidade ou da Idade Média, não sendo possível filiá-lo num dos estratos históricos tradicionalmente identificados (pré-latino, latino-romance, germânico ou árabe), e se for ele transparente, isto é, identificável com qualquer item do léxico comum, aplica-se o critério de o classificar como representativo do português tomado muito genericamente, sem distinção periodológica. Adota-se, portanto, o mesmo critério de Lebel (1956), achando-se que corresponde este a uma estratégia de reduzir as especulações à volta de línguas menos conhecidas como as pré-latinas, de substrato, ou até de dialetos menos conhecidos como as dos períodos germânico árabe-muçulmano. Naturalmente que, encontrando atestações, se poderá inscrever tal hidrónimo com maior precisão, conforme o caso – nos períodos clássico, moderno ou até contemporâneo –, não deixando de ter as devidas precauções com eventuais etimologias populares ou pseudoeruditas.

2.4.3. Superstratos germânico e árabe

Na história do português, atribui-se geralmente o estatuto de superstratos aos contributos germânico e árabe (cf. Castro 2006: 57-60, Cardeira 2006:26-37 e Brocardo 2014: 28-30). São estes, no contexto português, os superstratos por excelência, porque configuram situações de contacto entre comunidades linguísticas diferentes – de um lado, as latino-romances e, do outro, as que falavam dialetos germânicos e, depois, as que usavam o árabe nas suas muitas modalidades –,¹⁵⁴ nas fases formativas da língua, ou seja,

¹⁵⁴ Ao caracterizar o léxico português, distribuindo itens por grupos etimológicos, Piel (1989: 9-16) refere, além dos elementos pré-latinos, dos elementos germânicos e do “aluvião lexical árabe”, elementos com

no processo de transição do latim ao romance galaico e deste ao diassistema galego-português. Para a história da toponímia portuguesa, os elementos germânicos e árabes são de enorme relevância, convergindo com os contrastes que estudos de geografia e dialetologia já clássicos (cf. Ribeiro 1945: 221-235 e 1965: 177-205; e Cintra 1983: 57-105) destacaram: os que separam o entre Minho e Vouga (ou indo um pouco mais a sul, até ao Mondego) das regiões do Centro e Sul (incluindo, a norte, os confins orientais de Trás-os-Montes e das Beiras, entre vestígios moçárabes e leoneses). As subsecções que se seguem visam realçar o significado desses contrastes no âmbito da toponímia de Portugal e, mais especificamente, no exame da hidrotoponímia portuguesa.

2.4.3.1. O “léxico comum e toponímico” de origem germânica

A discussão do superstrato germânico ao léxico comum salienta-se frequente pelo seu carácter vago e breve, quando posta em confronto com o impacto do superstrato subsequente, o árabe. Na verdade, entre as línguas românicas, a área hispano-latina ocidental e, particularmente, o romance galaico revelam marcas ténues do contacto com os dialetos germânicos. Sobre estes, tampouco é fácil organizar um discurso capaz de enquadrar com exatidão as unidades identificáveis com esse ramo indo-europeu. Os estudos estão de acordo quanto a reconhecer a presença suevo-visigótica como fator externo que atuou como catalisador da diferenciação do romance galaico, no meio de outros processos de diferenciação regionais do latim vulgar hispânico; mas o impacto intralinguístico foi diminuto, como observa Cardeira (2006: 29), que resume “a influência germânica na evolução linguística da Hispânia [...] a um enriquecimento lexical”.

Supõe-se que os dialetos galegos (provavelmente com os dialetos portugueses setentrionais) puderam ou souberam conservar um conjunto significativo de germanismos. Mas estes, ao contrário do que é tradicional dizer-se, não têm forçosamente de se concentrar no campo lexical da atividade guerreira, se se atender a que Piel (1989: 55-60) encontrava a originalidade do romance galaico no profundo carácter rural do seu léxico comum e toponímico. Torna-se, aliás, duvidoso que tais germanismos datem da época suevo-visigótica: é verdade que Piel (1989: 12) considera que “[o]s exemplos mais

outras origens, que se enquadrarão melhor no conceito de empréstimos (“elementos franceses e provençais”, “elementos exóticos” e elementos italianos, espanhóis e outros”). Cabe incluir ainda nessa enumeração os elementos provenientes do latim medieval, humanista e científico-erudito, que foram introduzidos pelos registos cultos e/ou especializados.

seguros de visigotismos do português são: *aleive, bando, espeto, espora, espia, escanção, luva, roca ufano, arrear*, ou seja, vocábulos referentes essencialmente a atividades militares, conceitos jurídicos e objetos caseiros, assim como dois nomes de aves (manifestamente de agouro): *mejengra* ‘chapim’ e *laverca* ‘cotovia’”. Contudo, são os germanismos “de segunda mão”, que Piel apresenta como galicismos de origem frâncica que acompanharam a influência feudal francesa, que parecem orientar os germanismos portugueses para temas claramente bélicos (idem, ibidem).¹⁵⁵

Controversa é a distinção entre origem sueva e procedência visigótica do léxico e onomástico germânico. Piel, num estudo de 1975 (Piel 1989: 56) descrevia de “qualquer hipótese de uma interferência linguística directa dos Suevos nos destinos do galego-português”, nem achava provável que “se lhes possa atribuir as muitas centenas de antropónimos medievais, e topónimos correlativos, antigos e actuais, de comprovada origem germânica”, que “[...] se acham difundidos em sua grande maioria na área histórica galaica”. Em vez disso, defendia “a hipótese de aquele importatntíssimo superstrato onomástico ter as suas origens num povoamento maciço da Galécia por uma população hispano-visigoda, aí estabelecida depois da anexação definitiva, por Leovigildo (em 585), do reino suevo”. Note-se, porém, que o mesmo Piel, num estudo elaborado anos antes (em 1960, na ELH; cf. Piel 1989: 155) datava esse superstrato onomástico da época da Reconquista, contestando as teses de Gamillscheg (1932) e de Sachs (1932), autores que propunham a fixação de tais nomes no período da monarquia visigótica ou nos anos imeditamente subsequentes à conquista árabe. Mas, quanto à língua dos Suevos, o próprio Piel tinha dúvidas de que estes constituíssem uma comunidade linguística:

¹⁵⁵ Acrescente-se que a assimilação de germanismos já se verificava no latim vulgar em geral, antes do fim do Império Romano. Brocardo (2014: 87) refere isso mesmo: “[...] alguns itens lexicais que têm descendentes em várias áreas românicas são originariamente não latinos, correspondendo a empréstimos tomados pelo próprio latim de outras origens, por exemplo germânica. Trata-se de palavras cuja presença em diferentes áreas parece evidenciar uma origem comum e não de casos de empréstimos posteriores, decorrentes de contacto com outras línguas ocorrido em fases posteriores do processo de formação e com diferente incidência em áreas diferentes, como, no caso do português, formas decorrentes de influência lexical nos períodos de ocupação sueva, visigoda ou árabe. Das formas originalmente germânicas continuadas nas línguas românicas através do latim citam-se, por exemplo, *BLANK- ‘branco’ > *branco*, castelhano *blanco*, francês *blanc*, WARDON ‘observar’ > *guardar*, francês *garder*, italiano *guardare*, WAIDANIAN ‘ganhar’ > *ganhar*, francês *gagner*, WISA ‘maneira’ > *guisa* (mais usado em fases anteriores do português), francês *guise* [...]” Ver também Castro (2006: 59/60). Para a perspetiva galega, que parece coincidente com a dos académicos portugueses, veja-se Ferreira (2001: 19/20).

“Fazendo parte do ramo ocidental da família germânica, os suevos deveriam falar um idioma sensivelmente diferente do gótico, que é do tipo oriental, diferença que não só não deixaria de reflectir-se em pormenores da estrutura fonética e morfológica, mas também na selecção de elemento constitutivos do léxico onomástico, privativa das línguas germânicas ocidentais. Sendo assim, a língua dos francos (a mais conhecida deste último ramo) não deixaria de proporcionar [...] termos de comparação concludentes. Ora sucede que, mesmo no foco do reino suevo, ou seja na região de Braga, não se logram descobrir quaisquer afinidades com o onomástico franco, fora daquelas que são comuns a todos os idiomas germânicos, ou se devem a contactos tardios com a França. Em face desta situação, bastante estranha, lembrou-nos levantar o problema de saber se os chamados suevos não constituiriam, porventura, um grupo étnica e linguisticamente heterogéneo (em que possivelmente entrariam até núcleos populacionais não germânicos), organizado e chefiado apenas por uma dinastia sueva para os fins da migração e ulterior invasão da Espanha. Outra hipótese estaria em admitir que os suevos, depois de perderem a sua independência política, fossem de tal forma assimilados pelos hispano-godos, que nada sobreviveu da forma particular do seu falar germânico.”

O legado linguístico suevo será, portanto, muito difícil de identificar – e na toponímia terá tido impacto nulo. Baldinger (1972: 141) menciona *laverca* ‘cotovia’, *broa* ‘pão de milho’, *britar* ‘partir, quebrar’, *trigar* ‘andar apressado’ e, no galego, *lobio* ‘folha de parra’, casos de como “[...] en el vocabulario apenas se ha conseguido hasta ahora demostrar con seguridad la existencia de elementos suevos”; e, a respeito da toponímia, a situação é ainda mais incerta, contando-se o exemplo de *Lubián* (Zamora), para o qual Joan Coromines arriscou uma origem sueva.

Já a herança visigótica, como foi referido, se igualmente se mostra escassa no léxico comum, em contrapartida, tem espaço significativo no plano da onomástica medieval e da toponímia que dela derivou. Convém observar, porém, que o superstrato visigótico não parece ter-se fixado numa situação de uso linguístico efetivo, pelo menos, não na Gallaecia. Piel, no estudo que fez para a ELH em 1960 (cf. Piel 1989: 129-147), lembra que os antropónimos nada permitem inferir quanto à etnia dos seus portadores: “germanismo onomástico não se confunde com germanismo étnico”, disse o filólogo alemão (idem, p. 130); contudo, a questão de saber até que ponto a composição dos nomes

germânicos indicia o uso de dialetos góticos é uma questão que Piel e outros autores parecem não abordar diretamente, ou por falta documentação sobre a situação linguística da Hispania visigótica, ou, numa visão muito discutível, por suporem talvez que a uma etnia cabe sempre uma língua própria.

Seja como for, acerca do uso do gótico, perante a falta de documentação proveniente da Península Ibérica, conjectura-se geralmente que os visigodos depressa o teriam deixado de falar. Dworkin (2012: 66) é dessa opinião, quando diz que os Visigodos não procuraram impor a sua língua à população hispano-romana:

“[...] they seem to have completely abandoned their native Germanic tongue in favor of Latin, a language shift that had started (and perhaps had been for all intents and purposes completed) well before they settled in the Iberian Peninsula. [...] [T]here is no way of knowing to what extent Gothic was still spoken in the Iberian Peninsula at the time of the Muslim invasion of 711. The eleventh-century *Historia Pseudoisidoriana* states that the Gothic monarch Receswinth (649-672) was highly learned in the language of the barbarians (‘sapientissimus in lingua Barbara’, Piel and Kremer 1976: 29); however it is unclear whether this passage refers to the king’s active use of the language or whether he was knowledgeable about the previous existence of the then already extinct language of his ancestors. [...] If it even existed, bilingualism must have been minimal.”

Muitos antropónimos visigóticos foram latinizados ou romanizados, como assinala Piel (1989: 135): os das declinações fortes em *-u* e *-a* do gótico foram transpostos para a declinação latina dos nomes de tema em *-o*: *Ebre-wulthus* > *Ebreguldu*/*Ebreguldo*; *Erme-sinths* (provavelmente de *Erme-sinths*)¹⁵⁶ > *Ermesindus*. Mas nem todos foram adaptados, como sejam, ainda segundo Piel (idem, ibidem), os nomes masculinos da flexão fraca em *-a* (p. ex. *Fafile*) e os femininos em *-o* (*Godo*). Esta particularidade sugere que o gótico estaria vivo, em interação com o latim, pelo menos, em algum momento da história do reino hispânico dos Visigodos. Monteagudo (1999: 70) considera que “a pesar de que os visigodos tiñan un contacto máis antigo e intenso cos romanos, aínda do rei Eurico (466-84), precisaba intérpretes para negociar cos enviados de Roma (Orlandis

¹⁵⁶ Piel (1989: 135) explica que, no gótico, as palavras onomásticas com o nominativo apenas em *-s* constituíam uma classe de tema em *-a*, “vogal que estava originariamente presente antes do *-s* e que caracteriza ainda, no gótico ulfilano, o dativo”.

1988: 340), o cal dá unha idea da lentitude do proceso de latinización destes pobos”.¹⁵⁷ Ainda assim, se a antroponímia germânica continuou a ser usada, mantendo-se produtivos os seus esquemas de composição e conservando tais compostos a sua composicionalidade e coerência semânticas mesmo durante os séculos em que os reis asturianos e depois leoneses foram alargando o seu poder territorial (cf. Piel 1989: 129-147), dir-se-ia que tais nomes perduraram porque o seu contexto linguístico original ainda estava ativo; uma hipótese alternativa será a de que tais nomes e os seus elementos constituintes formariam uma lista ciosamente guardada pelas comunidades cristãs neogóticas asturo-leonesas. Uma terceira hipótese é referida por Piel (idem, p. 137/138), certamente mais drástica, porque aceita a incoerência semântica de alguns antropónimos. Antropónimos absurdos ou “irracionais” como *Frede-gundia* (‘paz’ + ‘luta’) podem indiciar que “se poderia ter obliterado a significação de um ou de outro termo onomástico, o que teria aberto o caminho a combinações mecânicas e arbitrárias”, ou melhor, “produtos de decomposição que derrogam as regras primitivas da criação onomástica, mas que permitiam formar um nome novo combinando um elemento do nome paterno com outro do nome materno”, o que se traduziria em *Frede-gundia* ser, afinal, uma amálgama de *Frede-nando* (nome masculino) e *Alde-gundia* (nome feminino) – cf. idem, ibidem. A validar-se esta hipótese, ter-se-ia certamente um forte argumento para defender que os elementos góticos estavam há muito fossilizados e dessemantizados.¹⁵⁸

Seja como for, a literatura é unânime quanto a descrever como abundante a toponímia deonomástica gótica no noroeste hispânico. É também parecer generalizado que essa toponímia se fixou em consequência do movimento de expansão e consolidação do reino cristão a partir da franja cantábrica. Apesar disso, não se julgue que esse impacto afetou toda a toponímia: trata-se de uma toponímia de caráter fundiário, associada a esse movimento militar e ao processo de reorganização administrativa e económica da Galécia alto-medieval. Noutros domínios toponímicos, não se acha testemunho direto dos germanismos, por exemplo, nem na orotoponímia nem na hidrotoponímia galego-portuguesas. Os casos de origem germânica serão provavelmente de natureza secundária,

¹⁵⁷ O linguista galego baseia-se em J. Orlandis 1988. *Historia del reino visigodo español*, Madrid: Rialp.

¹⁵⁸ Não é esta a visão de Piel (1989: 138), que parece negar depois a arbitrariedade desses compostos antroponímicos: “[...] exemplos de nomes ‘ilógicos’ e intraduzíveis já ocorrem no fundo mais vetusto do onomástico germânico e indo-europeu, de modo que houve quem perguntasse, se não lhes caberia atribuir uma significação mítico-totemista, inacessível à nossa mentalidade de homens modernos, que procuram um sentido lógico onde, a intenção dos indivíduos que os moldaram, nunca houve esta intenção.”

isto é, devidos à identificação ou determinação de serras e rios por meio de topónimos já existentes, como se verá no capítulos 4 e 5.

2.4.3.2. O árabe na Península Ibérica: bilinguismo e diglossia

Esta subsecção é dedicada à questão da arabização da população medieval do território atualmente português. Trata-se de uma área de investigação que apresenta a dificuldade de se confrontar com um quadro de enorme diversidade linguística, resultante da intersecção da herança linguística hispano-latina com o enraizamento dos muitos dialetos falados pelos conquistadores islâmicos de 711 – por um lado, o diassistema árabe, com as suas modalidades religiosa, literária e dialetal; e por outro os dialetos berberes, que, além de mal documentados, parecem ainda mal estudados. Tendo em conta este quadro, que releva de uma história de intenso e prolongado contacto interlinguístico, esta subsecção articula-se em três momentos: primeiro, aborda sinteticamente o tema da influência e implantação do árabe no contexto da história linguística peninsular; em seguida, aponta critérios de identificação dos elementos árabes na toponímia portuguesa em geral e na hidrotoponímia; finalmente, apresenta considerações preliminares sobre a distribuição da hidronímia de influência árabe.

O árabe terá sido falado durante a Idade Média em grande parte do território continental português. Mesmo a norte do Douro, é possível supor que a língua tenha sido usada, quer durante os mais de 150 anos em que o Entre-Douro-e-Minho esteve exposto ao controlo ou às investidas militares do emirado de Córdoba, quer depois com a vinda de grupos falantes de árabe. No entanto, o impacto arábico poderá aí assemelhar-se ao do germânico, uma vez que se exerceu sobretudo pela antroponímia que veio a converter-se em toponímia (cf. Serra 1967). A sul, até ao Vouga, mantêm-se estas características, mas o vocabulário comum e onomástico começa a dar sinais de um enraizamento do léxico árabe, numa tendência reforçada até ao atual Algarve, e acaba por interferir na própria transmissão do património onomástico anterior à arabização (cf. Piel 1976), o que faz com que a difusão do galego-português no Sul, nos séculos XII e XIII, faça do árabe um verdadeiro substrato. Nestas condições sociais, que podem não ter sido afetadas substancialmente em algumas zonas, pela permanência da população que alguns forais e

cartas de foral sugerem, parece possível supor até a continuação do uso do árabe até ao século XV.¹⁵⁹

A toponímia de Portugal continental não foge à tendência peninsular: como adiante se exporá, são raros, para não dizer duvidosos ou mesmo nulos, os testemunhos da denominação direta em árabe no reportório toponímico a norte, na região de Entre-Douro-e-Minho (onde, no entanto, não é desconhecida a toponímia deonomástica), mas tais vestígios não parecem desconhecidos no distrito de Bragança – *Alfândega da Fé* é talvez o exemplo mais conspícuo – e aumentam em direcção a sul. Frequentemente, trata-se de casos de hibridismo, nos quais se associam elementos árabes a outros de origem latina ou pré-romana.¹⁶⁰ Mas, como tem vindo a ser referido neste trabalho, no contexto da toponímia, vários são os estudos em que se defende que a hidrotoponímia constitui uma série onomástica conservadora, mantendo raízes vocabulares de línguas pré- e proto-históricas que sobrevivem a processos de substituição linguística já na época histórica. Esta posição é certamente difícil de sustentar perante a evidência de existirem abundantes marcas fonéticas e morfológicas do árabe na hidrotoponímia, sobretudo no centro e no sul peninsulares. Na verdade, na Península Ibérica, os nomes de rios não foram indiferentes a influências mais tardias, verificadas depois da época romana: basta lembrar que o rio conhecido na Antiguidade por *Bétis* — cuja raiz está patente em *Bética*, designação romana de grande parte da atual Andaluzia — é hoje o *Guadalquivir*, do árabe *wad al-kbir*, “rio grande” (Machado 2003),¹⁶¹ eixo político, económico e cultural da Hispânia muçulmana (al-Andalus).¹⁶²

Após as campanhas militares realizadas entre 711 e 712, a implantação do árabe não encontrou resistências, pelo menos, no centro e no sul peninsulares. O processo de

¹⁵⁹ O Édito de 1496 determinou a expulsão da população muçulmana, conforme se explica em Barros (2007: 595). Até este período, o árabe estaria presente nas comunidades islâmicas, pelo menos, como língua litúrgica e na antroponímia, se bem que esta modificada em relação à estrutura onomástica árabe tradicional (cf. idem, pp. 251-297). Quanto à resistência do árabe andalusi, considera Torres (1992: 375): “Com o avanço da Reconquista, o árabe dialectal falado nas cidades é expulso para as mourarias dos arrabaldes, onde, durante quase três séculos, vai definhando, até se resumir, como o hebraico, a algumas lápides funerárias. Nas áreas periurbanas de grande densidade, a sua marca ficou, mais profunda, nos topónimos, gestos e artefactos da vida quotidiana.”

¹⁶⁰ Em território hoje fronteiriço, *Guadiana* ou o arcaísmo *Odiana* (de *uadi ānā*) são nomes híbridos, nos quais o elemento *Ana* é eco pré-romano, enquanto em *Guadi-* (forma castelhana) ou *Odi* (forma portuguesa), de *uad* ou *uadi-*, “rio, vale”, ressoa o árabe. Sobre *Guadiana*, consultar Lopes (1968: 102).

¹⁶¹ Mantém-se aqui a transcrição de Machado (2003), embora noutras fontes se transcreva *kabīr*.

¹⁶² Adota-se a forma usada em Corriente (1992) e Guichard (2005). Machado (2003) regista *Andaluz* como entrada, mas no respetivo verbete há variação em várias menções do nome (*Andaluz*, *al-Andalus* e *al-Andaluz*). Como *Andaluz* corre o risco de se confundir com o gentílico de Andaluzia, dá-se aqui preferência a *Al-Andalus* como aportuguesamento da designação árabe.

aquisição linguística que é o de arabização desenrola-se paralelamente à islamização da população hispânica, conforme esclarece Vicente (2006: 15):

“Arabización [...] consiste en la conquista de un amplio territorio de la Península Ibérica y su transformación hasta integrarlo en la superestructura de las sociedades islâmicas medievales, compartiendo con ellas la organización político-social y el bagaje lingüístico-cultural que dieron lugar a tantas similitudes entre todas ellas, a su vez tan alejadas geográficamente unas de otras.”

Entende-se, portanto, a arabização como um processo de assimilação cultural e linguística, mas neste trabalho restringe-se aqui tal conceito à perspectiva linguística. Neste âmbito, a numismática constitui um documento importante de como, na Hispânia recém-conquistada, se operou uma rápida transição linguística no plano administrativo, favorecida por uma vontade de “aculturação” progressiva (Guichard 2005: 243): com efeito, entre 712 e 720, as inscrições das moedas começam por ser monolíngues em latim, tornam-se bilingues, em latim e árabe, e finalmente regressam ao monolinguismo, mas desta feita em árabe. Em espaços rurais e de fronteira há também notícia desse processo de arabização: é o caso de Lafões (Viseu), onde a toponímia evoca situações de bilinguismo ou talvez até de monolinguismo árabe entre populações cristãs.¹⁶³

É de realçar que a discussão do bilinguismo latino-árabe na Península, baseada em fontes escassas, é uma questão em aberto, porque a variação no tempo e no espaço aponta para um quadro de multilinguismo, que não se limita ao árabe e ao romance moçárabe:

“La lenguas vernáculas de Alandalus fueron três, aunque con estatus de lenguas mayoritarias solamente dos: el árabe andalusí y el romandalusí. La tercera era el bereber, hablada por ciertos sectores de la población pero con muchas limitaciones.” (Vicente 2006: 25)¹⁶⁴

¹⁶³ Gomes (1995: 342) refere que “[nas imediações de Lafões], por 1020, o rei mouro sevilhano, Abulcacim, em razia que realizava em território beirão, conquistou dois castelos defendidos por moçárabes que falavam árabe, capturando cerca de trezentos deles”. Aillet (2010: XV-XII) apresenta este episódio em tradução do relato original – *Rihān al-albab wa rī’ān al-šabāb* –, escrito cerca de 1164 por al-Muwa’īnī, um letrado da época almóada.

¹⁶⁴ Sobre o berbere, pese embora o seu estatuto minoritário, Vicente acrescenta o seguinte (2006: 33): “[...] [E]s probable que su influencia en la gestación del árabe andalusí y en la evolución de los arabismos sea algo mayor de la se há afirmado hasta ahora. Por esta razón hay que tener en cuenta también la acción del astrato bereber sobre el árabe andalusí, sobre todo en el léxico, y concretamente en ciertos campos semânticos (la botánica, la zoología ou el mundo militar). Estas interferencias en algunas ocasiones pasaron a las lenguas romances de la Península.”

A este quadro, há ainda a juntar a própria diglossia, que resulta do contraste entre o árabe clássico, língua da administração, da religião e da cultura, e o árabe falado coloquialmente na Península, o árabe andalusi (idem, pp. 35-38). Mas não parece descabido incluir igualmente numa situação diglósica a relação do latim com as suas variedades já em vias de adquirir o carácter de romances.

A relação entre as línguas que Vicente classifica como maioritárias não foi estável, tendo-se assistido a um processo de substituição linguística que começou por definir usos funcionalmente diferenciados do árabe e do latim:¹⁶⁵ este limitava-se a uma prática religiosa tolerada mas não incentivada, fragmentando-se em variedades circunscritas ao registo oral em ambiente familiar ou privado (os romances moçárabes); aquele era a língua de âmbito formal e público.¹⁶⁶ Por outro lado, se o impacto demográfico de árabes e berberes foi realmente significativo, sobretudo entre as classes dirigentes, torna-se concebível um quadro geral de coexistência linguística onde, não obstante, uma comunidade monolingue empregava uma língua de prestígio, alheada dos dialetos romances, falados a par do árabe pelos restantes grupos sociais.¹⁶⁷ Nos finais do século XI, em Al-Andalus ter-se-ia imposto o monolinguismo árabe (Corriente 1992: 443), com o desenvolvimento de variedades dialetais andaluzas, empregadas pelos próprios moçárabes (Guichard 2005: 143).¹⁶⁸ É justamente nesse período que se instaura em Al-Andalus um clima de intolerância religiosa, decorrente das conquistas almorávida e almóada. Paralelamente, regista-se a forte pressão da civilização árabe nos próprios reinos cristãos, pelo menos, até meados do século XI, traduzida em numerosos empréstimos

¹⁶⁵ Este caso seria enquadrável na situação de diglossia com bilinguismo, conforme se define em Conde Silvestre (2007: 206), seguindo uma tipologia do sociolinguista norte-americano Joshua Fishman: “Diglosia com bilingüismo: es la situación [...] en la cual la mayoría de la población tiene acceso a las variedades altas y bajas y hace un uso de ellas funcionalmente diferenciado. [...]”

¹⁶⁶ Fala-se de um processo de orientalização da sociedade andaluza, abrangendo quer a comunidade autóctone de neomuçulmanos (os *mwalladūn*) quer mesmo a comunidade moçárabe. Por exemplo, Álvaro de Córdoba queixava-se em meados do século IX dos cristãos, que dominavam melhor o árabe do que o latim (Guichard 2005: 56/57). É, no entanto, de admitir que mesmo em meios convertidos alguma forma de romance local subsistisse em certos âmbitos do quotidiano até à radicalização do antagonismo entre muçulmanos e cristãos no século XI; talvez depois desta época se possa falar de bilinguismo noutras condições, como reflexo do contacto entre o árabe e as línguas dos reinos do Norte.

¹⁶⁷ Com base nos estudos de Charles Ferguson sobre diglossia, a literatura estabelece um contraste entre variedade alta (A) e variedade baixa (B), o qual pode ser aplicado à descrição do uso em sociedade de duas línguas sem relação genética; nesta perspetiva, o árabe seria a variedade A, e qualquer dialeto moçárabe ou do Norte peninsular, a variedade B (Conde Silvestre 2007: 204).

¹⁶⁸ Ligando o processo de substituição linguística ao desaparecimento das comunidades cristãs depois do século XI, Guichard (2005: 144) ressalva certas diferenças regionais, referindo a especificidade do Gharb al-Andalus, ou seja, os atuais centro e sul de Portugal continental, onde subsistiriam núcleos moçárabes importantes, ao contrário do que ocorria na costa oriental da Península.

documentados em textos da Alta Idade Média e em elementos de origem ou influência árabes na onomástica pessoal medieval e na toponímia a norte do Douro. O árabe alcançou igualmente presença e prestígio significativos além-Pirenéus, como língua veicular de textos filosóficos e pré-científicos.

Contudo, em componentes linguísticas que não a lexical, não é clara a dimensão da influência arábica. Tem-se sugerido que a introdução das palavras árabes acarretou a alteração de certos padrões de distribuição fonológica nos romances peninsulares. Entre essas subtis interferências, pode-se incluir a neutralização entre a africada surda [tʃ] e a fricativa surda [ʃ], contraste que ainda hoje se mantém em certas modalidades dos dialetos setentrionais português e nos dialetos galegos (*chave* [tʃavi] vs. *baixo* [bajʃu]). Esta neutralização teria sido favorecida pela inexistência de africadas no árabe, refletida pelo uso etimológico do grafema <x> ainda hoje na grafia de palavras que remontam a arabismos (*xadrez*, *xarope*). O árabe poderia até ter afetado a frequência dos padrões do acento, provocando o aumento de palavras oxítonas e proparoxítonas e o de polissílabos (Toro Lillo 2010): *alecrim* <árabe *al-iklīl*; *almôndega* < árabe *al-bundqâ* 'bolinha'; *beringela* < “esp. berenjena (sXIV-XV) 'id.', do ár. *bābindjāna* e este do persa *bābindjān* 'planta e fruto” (DHLP).

De qualquer modo, deve sublinhar-se que a força de impacto do árabe no léxico comum encontrou, como se sabe, grande eco na toponímia, incluindo a hidrotoponímia, com a introdução de novos nomes. Mas cabe referir que este sucesso da língua árabe no centro e no sul da Península não aparece isolado no contexto da expansão islâmica, pois acha paralelo na Sicília (cf. Metcalfe 2003 e Caracausini 1983). Aqui, apesar de a permanência árabe ter sido mais curta (de 827 a 1091; cf. Pace 2000: 112), também os nomes de rios se viram afetados pela arabização, como indicia o nome *Alcantara*, do árabe *al qanṭarah* ‘a ponte’ (Corriente 2003, s.v. alcântara), muito embora este caso possa ser encarado como transferência ou conversão de nome de lugar em hidrotópónimo. No entanto, estão também documentados na Idade Média outros nomes que encerram a adaptação de *wādī* a padrões fónicos românicos: *Guedetani*, *Oddomarrano* (Caracausini 1983: 72).

Observe-se, a propósito de hidrotópónimos que, embora em Portugal muitos nomes de rios encontrem a sua raiz em tempos pré-romanos, é impossível ignorar a marca da arabização na hidrotoponímia. Com efeito, abundam elementos morfológicos e traços fónicos de origem árabe, associados ou não a formas mais antigas. Existem também nomes de rios totalmente árabes que foram depois adaptados aos dialetos portugueses.

Entende-se deste modo que um hidrotopónimo árabe é um nome de origem árabe, enquanto um hidrotopónimo arabizado é uma forma onomástica anterior ao árabe que sofreu a sua influência fónica, morfológica e eventualmente semântica (prevendo-se casos de etimologia popular entre as populações arabófonas).

No sentido de identificar tais hidrónimos e a sua distribuição geográfica, impõe-se definir critérios para a recolha dos nomes suscetíveis de serem árabes ou arabizados. Para já, advirta-se que a identificação de um nome árabe ou arabizado é mais segura se se apoiar nas atestações disponíveis nas fontes medievais existentes, árabes ou românicas, requisito que nem sempre é possível satisfazer. Mesmo assim, cumpre atender a alguns aspetos linguísticos, que a seguir se enumeram (cf. Azevedo 2005):

I. Os nomes começados por *al-* são geralmente de origem árabe, embora se registem itens sem tal etimologia, como apontou Asin Palacios (1944: 24).¹⁶⁹ Assinale-se que a forma *al-*, representativa do artigo definido árabe, pode estar reduzida a *a-* devido a alomorfia decorrente da assimilação da consoante lateral [l] do artigo a certas consoantes no início da palavra seguinte (as chamadas consoantes solares na terminologia gramatical árabe)¹⁷⁰ No vocabulário comum e nos nomes próprios encontram-se casos ilustrativos desta assimilação (ver Machado 1987, 1991 e 2003 e Houaiss 2001): *adarve* (árabe hispânico *ad-dar* ‘caminho, desfiladeiro, ruela’), *Açacaias* (Santarém; *as-saqāiā* ‘regueiro, arroio, fio de água no fundo de ravina’), *anadel* (arcaísmo ‘chefe, comandante de uma companhia de besteiros ou de espingardeiros’; de *an-naZir* ‘que olha, que contempla; inspector, intendente, vigilante, guarda das vinhas; administrador’); *Arrábida* (Setúbal, Porto; *ar-rabiTā* ‘convento fortificado para guardar a fronteira’); *atalaia/Atalaia* (*aT-Talā’a* ‘sentinela’), *Azóia* (*az-zauīā* ‘canto, ermida, capela onde está enterrado um santo ou um morábito’).¹⁷¹

II. O elemento *ode-* é a forma portuguesa de *wadi-* ‘rio’, ‘vale’ (M. A. Fernandes et al. 2006: 69). Na atualidade, os topónimos *Odesseixe* e *Odemira* testemunham a autonomia morfológica de *ode-*, quando contrastados com os hidrónimos *Seixe* e

¹⁶⁹ Por exemplo, *albergue* é palavra de origem germânica passada ao português pela via do provençal antigo (Machado 1987); *Alvão* (Vila Real) remonta ao antropónimo *Albanus* (Machado 2003).

¹⁷⁰ Corriente (2002: 60) explica que assimilação se dá diante das consoantes dentais /t/, /d/, /t/, /d/, /n/, /l/, /r/, das alveolares /t/, [d/ e /z/, das alvéolo-pré-dorsais /s/, /z/, /ʃ/ e da pré-palatal surda /ʃ/ (classificação e notação do autor em referência).

¹⁷¹ Os étimos árabes seguem aqui o “método de transcrição” proposto por Machado (1987).

Mira.¹⁷² Note-se, contudo, que a forma *Guadiana*, que substituiu a mais antiga, *Odiana*, apresenta a variante *guadi-*, de transmissão castelhana.¹⁷³

III. A antroponímia árabe também se fixou na toponímia portuguesa, sendo reconhecível em nomes especialmente frequentes no Sul, começados em *bem-/ben-* ou *bu-* (respetivamente, de *ibn*, ‘filho’ e *ab-*, ‘pai’) e seguidos ou não de elemento etimologicamente árabe: *Beniça* (Sines), *Benafátima* (Silves), *Benamola* (Loulé), *Bensafrim* (Lagos), *Buçalfão* (Évora). Estes elementos podem sofrer distorções como sucede no caso de *Bela Mandil*, em Olhão (Machado 1991). Outros nomes há de configuração não tão fácil de reconhecer; p. ex.: *Ceide* (Vila Nova de Famalicão), provavelmente de *sāid*, ‘chefe, senhor, príncipe’ (Machado 2003). Estes nomes revelam variação decorrente da sua adaptação morfológica e fonológica aos dialetos do território do continente.

IV. Contam-se também nomes de rios que não tendo, em última análise, etimologia árabe, revelam a interferência fonológica árabe, como é o caso de *Tejo* e talvez *Erges* (Beira Baixa): a frequente substituição de *g* latino pela africada pré-palatal /ǧ/ do árabe (cf. Corriente 2002: 23) ocorreu no primeiro hidrónimo (Machado 2003) e provavelmente no segundo (idem). Em *Tejo* é também de referir o fenómeno do imala, que consiste na elevação de /a/ a /e/ ou /i/ (idem; cf. *Tajo*, em castelhano, sem imala). Deve-se ainda mencionar *Cacela*, de *Castellum*, com substituição de *-um* por *-a* e simplificação de *-st-* latino como [s] (Lopes 1968: 23).

¹⁷² Terés (1986: 31) esclarece que em árabe a designação genérica de ‘rio’ ou ‘corrente de água’ é *an-nahr*, enquanto *al-wadi* se reservava para referir “el ‘cauce’ o ‘lecho’ que se abre en terreno quebrado, entre alturas laterales — cauce a menudo seco, o com agua intermitente — y com tal sentido se registra en la terminología toponímica de la Península Arábiga, incluso en el Yémen; posteriormente, su uso se extendió a otros territorios del imperio islámico y sigue viva en diversas regiones de Asia y de África, particularmente en Marruecos, donde viene a designar tanto cauces o depresiones de características análogas a aquellos primitivos, como corrientes perennes de agua que constituyen propiamente los rios.” Pervinquièrre (1900: 439, n. 1) confirma o uso de *wādi*: “L’oued, c’est le cours d’eau en general; on écrit parfois *ouad* et en Égypte *ouady* et *wady*. Dans sa partie torrenteuse, il se nomme *châbat* qui, à vrai dire, est plutôt le ravin qui le contient; on emploie aussi le mot *sil* pour ce cours d’eau. S’il arrive que les rives de l’oued disparaissent, et celui-ci se perde dans la plaine, l’emplacement qu’il occupe en temps de crue prendra le nom d’*enfîdat*. Quant au vocable *nahr*, il est réservé aux grands fleuves; aucun cours d’eau n’en est digne en Algérie ni en Tunisie.” Contudo, o árabe andalusi parece mostrar preferência por *wādī*, como aponta Terés (idem, p. 33) “[...] la voz *Wādī* estaria más enraizada en el habla de los territorios peninsulares más arabizados lingüísticamente, es decir, que sería una expresión más andalusí [...]”

¹⁷³ *Guad-* é forma predominante em regiões dialetalmente castelhanas, mas também nas mais ocidentais pode ocorrer *ode-* (*Odiel*, na província de Huelva).

V. Impõe-se não confundir a toponímia portuguesa formada no período da permanência árabe com a toponímia que resulta do uso do vocabulário comum de origem árabe na nomeação do espaço e de acidentes geográficos.¹⁷⁴

VI. Pode ainda pôr-se a possibilidade de se encontrarem nomes que são tradução de um nome anterior em árabe (terão os vários rios Mel que tem que ver com *wadi al-‘asal*, que descreve a água como doce, por oposição a rio Salado? Cf. Asin Palacios 1944: 24).

VII. Convém também assinalar que alguns hidrónimos podem retirar o seu nome de adjetivações, suscetíveis ou não de se terem convertido em antropónimos. O caso de Almançor mostra como um participio não agentivo, neste caso usado com artigo, pode ocorrer como nome próprio (Terés 1992: 29; regista também ocorrências sem artigo).

Quanto à distribuição geográfica da toponímia de origem árabe em Portugal, constata-se que os elementos árabes não se circunscrevem ao centro e sul de Portugal continental. Na verdade, trabalhos como os de Pedro Cunha Serra (Serra 1967) mostraram que também no Entre-Douro-e-Minho é possível identificar topónimos que radicam na antroponímia árabe. Ainda assim, mantém certa atualidade a perspetiva de Leite de Vasconcelos (1918: 60/61), que, a respeito da influência árabe na toponímia, definia três áreas: “da fronteira septentrional até ao Douro, do Douro ao Tejo, e do Tejo ao Guadiana”. No caso dos hidrónimos de influência arábica, também é possível definir três áreas de distribuição, indo esta compartimentação ao encontro de outras propostas como a de Hermann Lautensach (Lautensach 1954: 238-241).¹⁷⁵ Vincando, como outros autores, o conservadorismo etimológico do conjunto da hidrotoponímia ibérica, este investigador realça a raridade de nomes totalmente árabes nesse conjunto onomástico:

“Auf der Iberischen Halbinsel trägt unter den großen Strömen daher nur der Guadalquivir (Wādi al-Kabir = der große Fluss) einen rein arabischen Namen: Der Guadalaviar besitzt heute auch noch gleichzeitig den antiken Namen Turia. Die übrigen Stromnamen gehen ausschließlich auf das Altertum zurück, sind aber mit

¹⁷⁴ Já em 1918 Leite de Vasconcelos fazia essa advertência (Vasconcelos 1918: 63): “[...] [N]ão devemos iludir-nos com palavras como *Alcaide*, *Aldeia*, *Atalaia*, *Azenha* que são ou foram do léxico quotidiano de todo o país, e que podem ter sido aplicadas como designações geográficas já depois de introduzidas nele [...]. Nas mesmas circunstâncias estão palavras como *Albufeira* e *Almargem*, que são da lingua meridional, ou, ao mesmo tempo, da do Sul e da da Beira.”

¹⁷⁵ Ver também Vernet Gines (1960: 506).

Ausnahme des nördlichsten, des Miño, arabisiert worden: Iberus > Ibro > Ebro. Salo > Salūn > Jalón. Sicuris > Siḡar > Segre. Durius > Duwiro > Duero (Douro). Munda > Mundik > (Mondego). Tagus > Tāḡo > Tajo (Tejo). Anas > Wādi Ana > Guadiana (Odiāna), mit mozarabischer Erhaltung des intervokalischen n wie auch bei dem Nebenfluß Foupana. Sucro > Suḡr > Júcar. Singulis > Genil = Genil.”

Embora seja extremamente discutível que nomes como Douro, Mondego ou Ebro tenham passado também pelo crivo do árabe – não é verdade que *Duero* < *Duwiro* –, é de sublinhar o modo como Lautensach aponta um aspeto fundamental do impacto da arabização na hidrotoponímia peninsular: os hidrotopónimos relativos a cursos de água de grande ou apreciável extensão mantiveram radicais de línguas mais antigas, tendo a arabização atuado nos planos fonológico (substituição de segmentos) e morfológico (associação de novos elementos ou substituição de terminações). Em contrapartida, numa lista de 271 hidrotopónimos (idem: 240), o geógrafo inclui nomes referentes a pequenos cursos de água, cuja configuração parece totalmente árabe ou fortemente condicionada pela fonomorfologia e semântica árabes. Nesse subconjunto, 77 apresentam *Guadi-* ou *Ode/Odi-*, mas outros, não exibindo tal elemento, são igualmente listados por corresponderem a itens de proveniência árabe com função descritiva, focando certas características dos cursos de água (*Aldovara*, *Alfambra*; idem: 239). No capítulo 5, expõem-se com mais pormenor as conclusões de Lautensach (1954) em confronto com as do presente estudo.

2.5. Observações finais

Como foi sendo dito e reiterado ao longo deste capítulo, os estudos toponímicos não dispensam os contributos da história – incluindo os dados da arqueologia – e o da geografia. A toponímia constitui, portanto, uma subárea da história da língua que se distingue pela atenção constante que dá ao contexto extralinguístico de usos e estruturas linguísticas, em especial ao seu condicionamento espaço-temporal cuja variação desencadeia múltiplas respostas por parte de grupos e comunidades falantes. Tendo em conta que neste estudo se aborda a etimologia de unidades que funcionalmente são palavras da classe nominal, procurou-se evidenciar a relevância de uma caracterização dos estratos linguísticos que se sobrepuseram na constituição do léxico comum português. Os itens que se incluem em cada estrato são resultado de diferentes situações de contacto

linguístico – desde o mais superficial, de caráter pontual, até ao bilinguismo e as suas configurações sociolinguísticas diversificadas.

No estudo da toponímia portuguesa, sobressai o contributo de um conjunto de estratos cuja identificação e filiação são por vezes problemáticas – caso da heterogeneidade dos substratos –, mas que formam parte significativa do fundo lexical dos atuais dialetos galegos e portugueses. Sobre o estrato de origem latina, acresce o contributo germânico, praticamente circunscrito à antroponímia, constituindo a base de derivação de vários topónimos do terço norte de Portugal. Muito mais importante, o árabe teve impacto facilmente reconhecível não só pela antroponímia (cujo aproveitamento toponímico se processou em função de necessidades semelhantes às associadas à antropotoponímia germânica), mas também como fonte de novos termos para a nomenclatura aplicada a acidentes geográficos e espaços de intervenção humana. Mas, sob o ângulo de uma periodização, é o intervalo compreendido entre o século IX e o século XIV que sobressai decisivamente como época da expansão do âmbito geográfico de um sistema de denominação de espaços naturais e edificados cujas unidades correspondem a um património lexical latino-romance acumulado e moldado no noroeste galego-português.

A estratigrafia que o exame etimológico do léxico comum e do onomástico permite reconstituir serve, portanto, de pano de fundo da história da língua, sem, no entanto, se limitar a essa função. Corresponde também a descrever em diacronia o multilinguismo na comunicação entre as diferentes comunidades que foram ocupando, em paz e/ou em conflito, um mesmo território. No caso de Portugal continental, essa narrativa é quase sempre feita na perspetiva do ponto de chegada que é o português contemporâneo, dada a tradicional uniformidade linguística do país – se se excetuar a região mirandesa e omitindo a enorme diversidade linguística que em meios sobretudo urbanos se criou nas últimas três décadas. Noutras unidades territoriais a descrição pode ter de optar entre várias perspetivas, como é o caso da Galiza, onde, a par do galego, se pode igualmente encarar o passado linguístico da região do ponto de vista castelhano. Ou, ainda, o caso de Angola, Moçambique ou de qualquer outro país onde se usa oficial e veicularmente o português ao lado das chamadas línguas nacionais.

3. CRITÉRIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA SELEÇÃO DA AMOSTRA E DA ORGANIZAÇÃO DOS COMENTÁRIOS ETIMOLÓGICOS

Poderá pensar-se que a investigação etimológica dos hidrotopónimos é uma tarefa impossível. Aceitando-se que a hidrotoponímia portuguesa constitui maioritariamente um conjunto de nomes opacos – isto é, que não se enquadram no léxico comum português e, portanto, não são interpretáveis –, a conclusão mais plausível seria a de que todos eles ou quase todos eles remontam a estratos linguísticos mais antigos, de léxico e funcionamento gramatical pouco ou nada conhecidos. Esta conclusão parece impor-se no conjunto de hidrotopónimos que denominam os grandes cursos de água, como acontecia com Silveira (1940: 393), quando comentava a etimologia do hidrónimo *Dão*:

“Quási todos os nomes dos nossos rios de algum vulto, salvo os de proveniência arábica, do sul, pertencem às línguas indígenas pré-romanas; e, desconhecendo nós estas, é muito incerto tudo o que se possa dizer sobre o seu sentido. Nesse caso me parece estar o do Dão.”

Já à historicidade linguística das denominações dos cursos de água menos extensos talvez seja mais fácil aceder-se, porque frequentemente se identificam com itens do léxico comum. Seria este o caso de rios cujo nome é um qualificativo (*Mau, Bom, Torto*) ou de outros que aludem a certos espaços naturais, como o Teixeira (de *teixo*).

Os topónimos e, mais especificamente, os hidrotopónimos, não são, portanto, um conjunto linguisticamente homogéneo, mesmo no plano sincrónico e mesmo em Portugal, que, comparativamente a outros, costuma ser referido como um país de grande uniformidade linguística. Esta unidade pode, aliás, sair reforçada quando se atende ao facto de a recolha de topónimos constituir uma lista de formas linguísticas e ortográficas adaptadas frequentemente à língua administrativa – como acontece no capítulo 4, no qual se comentam os hidrotopónimos disponíveis no RTP, com eventuais correções baseadas noutras fontes (Machado 2003, Gonçalves 1966, Baptista 1974, entre outras).¹⁷⁶ Ainda assim, afloram ou manifestam-se traços cujo enquadramento linguístico nem sempre corresponde ao da língua literária ou normativa e só se entendem numa perspetiva de

¹⁷⁶ Lebel (1956: 15) adverte que “[i]l ya une différence très nette entre les hydronimes modernes, que s’apprennent plus dans les livres que par tradition orale, et les nomes de rivière du Moyen Age que se transmettaient presque exclusivement de bouche en bouche.”

variação linguística, sobretudo diatópica, em clara solidariedade com a variação dialetal no território português. São ilustrativos os hidrónimos que cristalizam usos lexicais antigamente correntes ou refletem soluções fonomorfológicas não estandardizadas: será este, entre vários exemplos, o caso de *Filvida* (Albergaria-a-Velha, Aveiro), em lugar de *Fervida* ou *Firvida*, no que configura uma substituição de segmentos não normativa – a consoante vibrante pela consoante líquida lateral –, a qual, não obstante, o registo oficial acolheu e fixou. Noutros casos, é talvez o padrão literário e o gosto erudito que levam a criações e distorções,¹⁷⁷ à semelhança dos hidrotopónimos *Lis* (v.) e *Lena* (v.), ao que parece uma invenção poética de Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621), ou de *Alcoa* (v.) e *Baça* (v.), cuja génese parece decorrer da reanálise do próprio topónimo *Alcobaça* (cf. A. A. Fernandes 1999, s. v.). Os nomes aqui listados e comentados não deixam de refletir um ponto de vista que é, pois, o da tradição de registo desses mesmos nomes, a qual pode até não coincidir com a transmitida localmente. Aliás, a história dos hidrotopónimos portugueses deixa de ter caráter local a partir do momento em que o nome tem registo administrativo, o qual pode ou não abranger eventuais variantes e inovações ulteriores.

As secções que se seguem visam clarificar alguns conceitos e definir critérios de seleção e classificação dos hidrotopónimos comentados. A primeira aborda a sua constituição interna, a qual envolve aspetos sintagmáticos quando ocorre um apelativo com a função de classificador (*rio*, *ribeira*, *ribeiro*, etc.); deste ponto de vista, salienta-se ainda a relação do hidrotopónimo propriamente dito (o seu centro denominativo, como propõem Raposo et al. 2013: 1018) com o léxico comum e a onomástica (cf. a operacionalização da diferença entre toponímia delexical e toponímia deonomástica em Martínez Lema 2010: 39-41). A segunda secção retoma a discussão das tipologias que decorrem da relação entre os topónimos como signos linguísticos, os seus significados e os seus referentes físico-geográficos (cf. idem, p. 35-39). A terceira secção define um critério de atribuição estratigráfica, dando particular atenção às propostas de Lebel (1956:

¹⁷⁷ Os hidrotopónimos têm sido objeto de distorções, muitas vezes pseudoetimológicas, pelo menos, desde a Idade Média, como observa Lebel (1956: 9): “Ce ne sont pas toujours les riverains qui donnent des noms aux cours d’eau. Au Moyen Age, et même plus anciennement, certains auteurs ont employé le procédé littéraire suivant. Pour frapper davantage l’esprit du lecteur ou de l’auditeur, ils ont situé leur récit dans un paysage connu et ont adapté la nomenclature géographique aux épisodes de l’action. Il leur arriva ainsi d’expliquer tel nom de rivière qui aurait été adopté, selon eux, pour commémorer le souvenir de cet épisode [...]. Et, pour convaincre davantage encore, ils ont inventé le nom soi-disant plus ancien qui aurait alors été abandonné spontanément devant le nouveau. Bien entendu ce ‘vieux’ nom n’a pas de valeur historique.” Lebel acrescenta que, embora este processo se tenha mantido excepcional até ao fim da Idade Média, acabou por conhecer certo incremento com o aparecimento das cartas geográficas (idem, ibidem); para este autor, tais nomes dispensariam análise, mas não acontece assim, por causa da sua difusão por obras impressas e da sua entrada na nomenclatura oficial (Lebel 1956: 9/10).

1-12) e Gouvert (2008) A quarta secção lista as fontes de recolha das formas comentadas no trabalho. A quinta e última secção discute as opções tomadas na estrutura dos verbetes respeitantes aos nomes comentados.

3.1. A estrutura interna dos hidrotopónimos

Com relevância para a classificação dos hidrotopónimos que aqui se comentam, importa salientar a estrutura interna dos mesmos, que não parece afastar-se muito da dos topónimos em sentido estrito ou dos orónimos.¹⁷⁸

Primeiramente, há que ter em conta que os nomes de rios são acompanhados de artigo definido e a maioria é acompanhada opcionalmente por um nome comum ou apelativo que define o tipo de curso de água (*rio*, *ribeiro*, *ribeira*, *barranco*, etc.).¹⁷⁹ A nomenclatura existente apresenta certo grau de variação diacrónica e regional, como evidenciou Piel (1947). Quando se trata de classificar cursos de água de média ou pequena extensão, revela-se a oscilação semântica de termos como *rio*, *ribeira* ou *barranco*, refletindo a dialetologia e os contrastes regionais de clima e solo. Estes apelativos são constitutivos de sequências denominativas como *rio Tejo* ou *ribeira da Foupana*, nas quais estão associados a nomes próprios – ou seja, os hidrotopónimos ou potamónimos que são aqui objeto de investigação.¹⁸⁰ Na perspetiva tradicional, a análise de tais sequências (por exemplo, *rio Amazonas*) tem enquadramento sintático: em tal expressão, o nome comum *rio* é a palavra principal ou o nome núcleo, e o nome próprio *Amazonas* é um aposto de especificação (cf. Bechara 2002: 456/457, que fala em aposição específica

¹⁷⁸ Em toponímia, os nomes podem ser comentados de acordo com duas perspetivas, a da sua história interna e a da história externa, conforme propõe M. A. Fernandes (2006: 45): “A história interna é reconstruída com base nas relações formais e semânticas estabelecidas pelos processos de formação e evolução desses nomes. Compreende ainda os processos atribuíveis à sua adaptação à língua de contacto, quer essa adaptação consista na arabização dos topónimos quer na sua passagem do árabe ao romance. [...] A história externa baseia-se na reconstituição dos factores extra-linguísticos que motivaram as criações toponímicas. Para o efeito, são tidas em conta as características físicas do território e das suas formas de ocupação, nomeadamente, as que se referem ao povoamento anterior e coevo do domínio islâmico.”

¹⁷⁹ O termo *nome apelativo* ou simplesmente *apelativo* é recorrente nos estudos onomásticos como sinónimo de *nome comum*, mas ocorre nos estudos linguísticos também com outros significados: como sinónimo de *vocativo* (cf. Dubois et al. 1991) e de *epónimo* (cf. *eponym* em Crystal 1997). Como termo gramatical e genérico, não parece ser usado pelos estudos linguísticos em português, ainda que o DLPC defina *apelativo* como ‘nome que é comum a todos os seres ou coisas da mesma espécie’ e ‘designação, nome’. No âmbito dos estudos do espanhol, a NGLEM (2010: 2009) menciona (*nombre*) *apelativo* como o mesmo que *nombre común*. Trata-se, aliás, de um termo que remonta à tradução para latim da terminologia empregada entre os gramáticos gregos, como se confirma em van Langendonck (2007: 17): “Ever since Antiquity, it has been held that proper names are nouns (or possibly noun phrases). Classical terminology speaks of *onoma proseigorikon* (*nomen appellativum*) and *onoma kyrion* (*nomen proprium*).”

¹⁸⁰ Sobre os usos de *hidrónimo*, *hidrotopónimo* e *potamónimo*, ver também a secção 1.2.

ou especificativa, e Cunha e Cintra 1984: 156). Mais recentemente, Raposo e Nascimento (2013: 1019) propõem uma visão diferente, considerando *rio Douro* como um hidrotopónimo de base descritiva, isto é, um nome que descreve o seu referente (pelo menos, parcialmente), formado por um classificador toponímico (cf. Raposo e Nascimento 2013: 1018/1019) – *rio, ribeiro, ribeira*, etc. –, seguido de um segundo elemento de natureza adjetival ou qualificativa (*bom, frio, mau, torto*, etc.) ou correspondente a um nome próprio canónico – ou seja, um nome semântica e referencialmente arbitrário (*Arade, Tejo, Arunca, Marnel, Sabor*, etc.). Os nomes que integram qualificativos parecem manter-se como compostos (o *rio Bom*, o *rio Frio*, o *rio Mau*, o *rio Torto*),¹⁸¹ mas os que têm por núcleo nomes próprios são frequentemente usados sem o classificador, embora o género masculino que lhes é atribuído (o *Arade*, o *Tejo*, o *Arunca*, o *Marnel*, o *Sabor*, etc.) indique que o apelativo *rio* (ou equivalente) está subentendido.¹⁸²

3. 2. Significado, referente e história dos hidrotopónimos

Como itens que denominam espaços naturais ou edificados, os hidrónimos em geral e, em especial, os nomes dos rios (os hidrototopónimos ou potamónimos), não constituem por si só uma classe toponomástica com traços específicos claramente distinguível de outras. Na verdade, os hidrotopónimos são nomes próprios cujo comportamento é semelhante ou idêntico ao de outras classes de topónimos relativos a acidentes geográficos (por exemplo, os orónimos). Apesar da arbitrariedade e opacidade semântica de muitos nomes de rios e de outros elementos dos espaços naturais, aceita-se que na sua génese tenham eles tido uma significação clara (Lebel 1956: 8). Nomes como *Lima*, *Mondego*, *Tejo* ou *Guadiana* teriam tido, portanto, em datas mais recuadas um significado

¹⁸¹ Não é claro o uso dos nomes de rio que correspondem a adjetivos (*bom, mau, torto*). Parecem não prescindir do nome comum (*rio Bom*, *rio Frio*, *rio Mau* ou *rio Torto*); no entanto, Costa (1929-1949), acolhendo as entradas *Frio*, *Mau* e *Torto*, relativas a hidrotopónimos, remete-as, respetivamente, para as sequências *Rio Frio*, *Rio Mau* e *Rio Torto*, que são nomes de lugar. Para a identificação dos lemas ou das entradas lexicográficas, portanto, só como nomes de lugar estes nomes próprios mantêm o classificador *rio*.

¹⁸² Vasconcelos (1939: 16) observa que registou o uso de *Guadiana* no feminino, a par de outros casos a que se atribui também este género (*entr'ambalas Aves*, *a Enxarrama*, *a Tâmega*, *a Vouga*, *a Paiva*, *a Távora*, *a Coira*, *ambas Labrugias*, *da Coa*; ver também Vasconcelos 1926: 322 n. 1). Para Vasconcelos (idem, ibidem), “[...] fazem-se femininos os nomes dos rios, por terminarem em -a”; o mesmo dissera este autor acerca de “a Guadiana” em Vasconcelos (1890_1892: 43). No entanto, não parece de excluir aqui a possibilidade de alguns casos pressuporem o classificador *ribeira*, que induziria a atribuição do género feminino ao nome. Fica, portanto, a sugestão, não obstante não ter sido possível encontrar-lhe confirmação nas fontes consultas.

tão acessível como os de *rio Corgo*, que inclui o nome comum *corgo* ou *córrego* ‘sulco aberto pelas águas, desfiladeiro’ (cf. DHLP), ou *rio Torto*, que apresenta o adjetivo *torto*, provavelmente na aceção de ‘sinuoso’ (cf. idem).¹⁸³ Contudo, no seu conjunto e na perspetiva contemporânea, os topónimos que o RTP ou Machado (2003) listam são muitas vezes opacos, como a dar razão à perspetiva segundo a qual os nomes próprios constituem unidades linguísticas capazes de construir referência, mas destituídas de significado próprio. Será o inquérito etimológico que permitirá aceder a uma interpretação cujo alcance terá necessariamente de transcender o conhecimento do falante ideal, de modo a conseguir devolver a cada nome o momento da sua criação (o chamado *terminus a quo*), em que o significado de uma unidade lexical se compatibilizava (talvez) com a necessidade de nomear e denominar o mundo extralinguístico.¹⁸⁴ Sendo, portanto, eminentemente histórico, o estudo dos hidrotopónimos, no conjunto da toponímia, considera e avalia a natureza do material linguístico mobilizado no ato de nomeação original. O critério parece ser reencontrar a transparência de significado (como etapa da investigação e não como finalidade única),¹⁸⁵ conforme propõe Lebel (1956: 9), que,

¹⁸³ Embora as formas *corgo*, *corga* e *córrego* ainda estejam ativas em certas variedades e registos do português contemporâneo, pode observar-se que atualmente muitos falantes as desconhecem e não sabem interpretá-las, o que deixa supor que *Corgo* é hoje um hidrónimo opaco.

¹⁸⁴ Não é de excluir a hipótese de a denominação toponímica não ser sempre composicional e interpretável à luz do léxico comum e da sua morfologia, podendo supor-se casos de formação de hidrotopónimos com base noutros. No contexto da discussão da hidronímia do europeu antigo (ou do paleoeuropeu), Búa (2009: 134) argumenta a favor da hipótese de apenas parte ter origem no léxico comum, rematando: “Non cabe dúbida por tanto de que na hidronimia antigoeuropea tamén hai moito léxico común, como non podía ser doutra maneira, pero ao mesmo tempo hai claros indicios da existencia dunha productivísima derivación dehidronímica.” No mesmo artigo, Búa (idem, pp. 136/137) admite ainda que a hidronímia do noroeste peninsular seja o resultado de exportação de nomes (reprodução); e equipara ainda a hidronímia paleoeuropeia à onomástica latina, na qual se verificavam falsos cortes que produziam novos radicais aos quais se associavam sufixos produtivos no contexto da onomástica (p. ex. *Maximinus* e *Maximilianus*, na antroponímia latina). Para a expansão e reprodução desta hidronímia poderá ter contribuído a dimensão religiosa associada aos rios, o que permite encarar este reportório como uma hagio-hidronímia (idem, p. 139).

¹⁸⁵ Gouvert (2008: 239-243) é crítico em relação à redução do estudo etimológico da toponímia à descoberta dos itens lexicais mais remotos, que, quanto a ele, são responsáveis por os estudos toponímicos franceses sofrerem uma dupla distorção: “[...] d’une part, la priorité absolue donnée à l’étymologie-origine, c’est-à-dire le refus d’étudier l’histoire des noms; d’autre part, la confusion implicite entre étymologie toponymique et étymologie lexicale. Sous le nom de toponymie, la plupart des auteurs pratiquent en réalité une sorte de lexicologie parallèle, menée d’ailleurs en-dehors de tous les cadres méthodologiques et conceptuels de la lexicologie officielle. Les noms propres reçoivent une sorte de glose lexicale qui permet finalement de les traiter comme des lexèmes.” Para Gouvert “Faire l’étymologie d’un toponyme, c’est bien, en effet, faire son histoire entre deux dates. À ceci près que les dates choisies pour suivre le développement d’un nom de lieu sont en général convenues d’avance: le *terminus ad quem* est, le plus souvent, la forme actuelle ou la dernière forme connue du nom étudié ; quant au *terminus a quo*, c’est presque toujours le moment de fixation du toponyme, c’est-à-dire le passage du lexique à l’onymique (ou de l’onymique au dé-onymique, dans le cas des transferts)” (idem, pp. 248/249) Note-se, porém, que mesmo no âmbito da etimologia lexical, há que distinguir entre origem da palavra e biografia da palavra, como propõe Viaro (2010: 106/107). Nesta tese, atende-se à etimologia lexical até ao ponto em que ela permite esclarecer a motivação do ato de denominação que está na origem do topónimo ou do hidrotopónimo, isto é, no inquérito

quanto à sua génese, agrupa os hidrónimos do seguinte modo: os nomes apelativos, ou nomes genéricos; os nomes qualificativos, ou “expressões descritivas”; e os nomes determinativos, “c’est-à-dire les adjectifs ou les expressions qui situent une eau dans l’espace, dans le temps ou dans la vie courante” (idem, p. 9). Esta classificação diz respeito aos hidrónimos no seu conjunto, o que significa que, a respeito da génese dos nomes de rios (os hidrotopónimos ou os também chamados potamónimos), a atenção se concentra na identificação de apelativos de sincronias passadas da língua ou de estratos linguísticos anteriores ao período latino-romance (substratos) ou com este coexistentes (superstratos ou adstratos). Numa perspetiva sincrónica, também os qualificativos podem incluir-se no grupo dos hidrotopónimos opacos, quando se trata de arcaísmos; o mesmo terá acontecido com os determinativos, quando por qualquer razão perderam uso ou foram substituídos os antropónimos e topónimos envolvidos.¹⁸⁶

Apesar disso, os estudos de toponímia mostram como operativa a distinção teórica entre, por um lado, os topónimos delexicais, decorrentes de expressões referenciais formadas com itens do léxico comum – que, no processo de fixação toponímica, teriam mantido a sua composicionalidade –, e, por outro, os topónimos resultantes da conversão toponímica de outros nomes próprios (antropónimos, hagiopónimos e topónimos). Tendo em conta estas constatações, a tipologia ternária de Lebel (1956: 9) corresponde, afinal, a uma outra mais simples, adotada nos estudos toponomásticos e fundada no contraste binário entre toponímia delexical e toponímia deonomástica¹⁸⁷. É esta, por

etimológico, sendo possível, não se procura ir mais longe do que identificar o item que, em dado estrato linguístico, devolve a transparência semântica ao nome examinado.

¹⁸⁶ Daí a alteração – a chamada deturpação – de topónimos por reanálise, como parte da história de alguns itens e como processo muito produtivo, por exemplo, nas pseudoetimologias associadas aos topónimos, muitas vezes integradas em lendas e contos populares. Quanto à relação entre história de palavras e conhecimento morfológico dos falantes, sublinha Rio-Torto (2014), remetendo para Corbin (1991): “As palavras morfológicamente complexas com uma estrutura interna opaca são representadas de forma diferente das que têm uma estrutura identificável formal e/ou semanticamente. As variáveis que governam esta percepção não são a génese ou a história da palavra, mas o grau de transparência – e certamente também a frequência e a relevância pragmática – das unidades envolvidas. [...] Outras evidências da força que a competência local interiorizada pode ter sobre a história de algumas palavras são dadas pela reanálise das unidades lexicais complexas como *declaração* ou *pescador*, que podem ser vistas como formadas em latim ou em português. Para aqueles que não conhecem a história da nossa língua, estes nomes são palavras derivadas. Assim, o (re)conhecimento parece ser dissociado das condições históricas de formação de palavras. Independentemente de todo o resto, quanto mais opaca é uma palavra, mais ela precisa de ser acessada por meio de mecanismos de decomposição, de molde a que sua constituição possa ser cabalmente entendida, através de um conhecimento consciente, da forma e do sentido de cada um dos seus constituintes.”

¹⁸⁷ Ou *deonímica*, como parece preferir Kremer (2007: 720), numa passagem em que fixa alguns termos da área de estudos em onomástica: “Acrescento apenas que utilizo *onímia*, *antroponímia*, e *toponímia* para estabelecer uma distinção entre o objecto dos nossos estudos e os próprios estudos que constituiriam a *onomástica* em geral, e a *antroponomástica* e a *toponomástica* em especial. Acrescentam-se ainda alguns neologismos bastante práticos (ausentes todos eles, por exemplo, dos dicionários das Academias de Lisboa,

exemplo, a visão de Kremer (2007), quando se concentra na relação da toponímia com a antroponímia no contexto da história linguística do noroeste peninsular; ou a de Martínez Lema (2010: 39), que, opondo toponímia delexical a toponímia deonomástica, inclui “[no] primeiro grupo [...] todos aqueles topónimos que teñen a súa orixe en elementos do repertorio léxico da lingua (quer no seu estado actual quer nalgunha das súas fases pretéritas), mentres que o segundo aglutina pola contra aqueles topónimos creados a partir de elementos onomásticos preexistentes, sexan nomes de lugar ou de persoa”.

No presente trabalho, a distinção entre toponímia delexical e toponímia deonomástica (ou deonímica) justifica-se metodologicamente, dado os numerosos casos de hidrotopónimos de segundo grau, isto é, de hidrotopónimos de tipo determinativo, que integram ou convertem topónimos preexistentes. Fala-se, portanto, aqui, por um lado, de hidrotoponímia delexical e, por outro, de hidrotoponímia deonímica ou deonomástica. Na verdade, nesta segunda categoria mais adequado se torna adotar um termo que dê conta de a origem determinativa do nome rio já se encontrar na própria toponímia, pelo que aqui, seguindo Kremer (2002: 720), se emprega *detoponímico* para designar tais casos.

3.2.1. História de transmissão

Neste trabalho, é preocupação definir não só as coordenadas espaciais do curso fluvial designado por cada nome, mas também as coordenadas temporais que pautam a sua história (ou a sua “biografia”, como também se propõe nos estudos etimológicos).¹⁸⁸ A história de um hidrónimo pode começar num dos estratos histórico-linguísticos identificados, mais ou menos recentes, e ter um desenvolvimento linear, configurando um processo de transmissão sem cortes; no entanto, a de outro nome de rio, apesar de enquadrável num estrato linguístico de certa antiguidade, pode ser relativamente recente ou ter conhecido flutuações no seu uso; certos casos – não entre os que aqui são comentados, porque todos têm algum uso, que mais não seja administrativo – podem até corresponder a situações de transmissão interrompida e perda.

Galicia [sic] e Asturias [sic]), e formados segundo o modelo *delexical*, com o sentido geral de ‘formado a partir de’ ou seja *detoponímico*, *deantroponímico* e *deonímico* (e que não *deonomástico*), para só mencionar os mais frequentes.” Para uma tipologia toponímica fundada em critérios linguísticos, ver Trapero 1997.

¹⁸⁸ Na crítica que faz à tradição etimológica francesa, Gouvert (2008: 246) realça a importância da dimensão biográfica do inquérito etimológico. “[...] il suffit d’ouvrir n’importe quel recueil ou dictionnaire ‘étymologique’ de noms de lieux français pour constater que l’aspect ‘biographique’, l’histoire des mots, est absolument passée sous silence, au profit de la seule étymologie-origine.”

Martínez Lema (2010: 30-32) propõe uma tipologia da dinâmica histórica da relação entre signo toponímico e referente, identificando quatro situações fundamentais: continuidade, substituição, extinção do referente linguístico extralinguístico e extinção toponímia. As possibilidades teóricas e os exemplos de Martínez Lema encontram algum paralelo no território continental português: tem uma história de continuidade a maioria dos nomes dos grandes rios que desaguam no oceano (por exemplo, *Minho*, *Lima*, *Douro*, *Tejo* e, parcialmente, o *Guadiana*), mesmo quando sujeitos a alterações fónicas e morfológicas profundas; são os casos de *Tejo* (v.), que evoluiu da forma *Tagu-*, já por si latinização de uma forma pré-latina; ou *Guadiana* (v.), que apresenta o elemento árabe *guad*-¹⁸⁹ associado a um hidrotopónimo pré-latino, *Ana* ou *Anas*. Casos de substituição hidronímica são os de *Cáster* (v.), que tomou o lugar de *Ovar*, forma cujo uso se transferiu para a nomeação da cidade hoje assim chamada; e, em situação de polionomia, conta-se *Sado* (v.), que, historicamente seria a denominação de apenas um troço do rio. No entanto, quanto a exemplos de extinção, não são claros os que decorram eventualmente da desaparecimento do referente (apesar das estiagens prolongadas, características da maior parte dos rios portugueses, sobretudo os que correm mais a sul), nem os de extinção toponímica, por perda quer do referente quer do seu nome, o que se compreende pelo facto de o critério de recolha dos nomes a analisar ter sido o de estes terem uso e registo na atualidade. Deste modo, considerando os hidrotopónimos aqui comentados, é possível afirmar que todos eles se inscrevem em situações de continuidade ou substituição, não havendo, por exemplo, casos semelhantes ao de *Balsa*,¹⁹⁰ nome pré-latino que não resistiu ao desaparecimento da cidade que nomeava no sul da Lusitânia.

3.3. Critérios de atribuição estratigráfica

O que significa dizer que os topónimos *Atalaia* e *Almuinha* (ou *Almoinha*) ou o hidrotopónimo *Açude* são de origem árabe?¹⁹¹ Como antes se observou (ver secção

¹⁸⁹ Como se observa no comentário respetivo (v. *Guadiana*), no contexto português, trata-se de um elemento árabe transmitido por via do castelhano, uma vez que a forma portuguesa correspondente do arabismo é *ode-* (*Odemira*, *Odelouca*) ou *odi-* (*Odivelas*).

¹⁹⁰ Sobre a cidade de Balsa, ver Luís Fraga da Silva 2007. *Balsa, cidade perdida*, Tavira: Campo Arqueológico de Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2007 (disponível em https://www.academia.edu/826896/Balsa_cidade_perdida, consultado em 26/12/2016).

¹⁹¹ Trata-se de topónimos com origem em itens do léxico comum. Segundo Corriente (2003), *atalaia* vem do árabe andalusi *aṭṭalāyaf*, forma correspondente ao árabe clássico *ṭalāyif*, pl. de *ṭalīṣah* '(guarda) avançada'; *almuinha*, do andalusi *almúnya*, 'quinta', evolução semântica do árabe clássico *munyah*, 'desejo'; e *açude* do andalusi *assúdd*, 'represa', correspondente ao árabe clássico *sudd*.

2.4.3.2), a atribuição de um hidrónimo a um dado estrato linguístico não depende da etimologia do item do léxico comum eventualmente originário. É ilustrativo o caso das muitas *Atalaia*s que o RTP regista – 98 sem determinativo e 59 com qualificativo ou determinativo, como *Atalaia Cimeira* e *Atalaia das Moitas* –¹⁹², porque o mais provável é que grande parte destes topónimos se tenham fixado depois do contacto com o árabe. Com efeito, o arabismo *atalaia* tornou-se um item do léxico comum do português, como comprova a sua ocorrência nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, apenas colonizados no século XV, já bastante depois da conquista definitiva do território do continente. Menos frequente, mas ainda assim em número significativo, é o topónimo *Almuinha*: cerca de 30 ocorrências no RTP, como topónimo simples ou como núcleo de forma composta, com forma de singular e de plural, incluindo variantes gráficas ou fonéticas como *Almoinha* e *Almunhas*; e, no entanto, não é seguro considerar a fixação do topónimo num contexto linguístico em que o árabe dominasse, sendo antes o provável resultado da integração de uma palavra árabe no léxico galego-português ou já português da Idade Média. É portanto possível que o topónimo tanto reflita o uso do árabe como a aplicação de um vocábulo de origem árabe no galego-português ou no português, estrato em que essa unidade do léxico comum se fixou com a variante gráfica *almuinha* (‘quintal cercado’, ‘quintal suburbano’; cf. DHLP) e com a variante fónica *almainha* (cf. idem; ver também Gonçalves 1966). Se assim é, mais prudente se afigura atribuir quer *Atalaia* quer *Almuinha* não ao estrato árabe, mas, sim, ao estrato português ou, quando muito, ao estrato galego-português, visto *Almuíña* também se registar na Galiza,¹⁹³ o que sugere que o item terá sido comum ao sistema galego-português, pelo menos, no período medieval.¹⁹⁴ Esta conclusão determina que se reavaliem vários topónimos não como nomes formados no contexto linguístico do árabe e dos seus dialetos hispânicos, mas como topónimos delexicais cuja génese se encontra ou numa situação de contacto

¹⁹² Uma pesquisa do visualizador CIGeoE-SIG faculta 237 resultados para a forma *Atalaia*.

¹⁹³ O Nomenclátor de Galicia faculta quatro resultados de *Almuíña*: três correspondentes a lugares da província de Pontevedra (concelhos de Arbo, A Cañiza e Pontevedra) e um, na província de Lugo (concelho de Taboada).

¹⁹⁴ Poderá pensar-se que *almuíña* é um lusismo no galego, tendo em atenção a concentração do topónimo homónimo na metade sul da província de Pontevedra; no entanto, a sua ocorrência como topónimo no concelho de Taboada, na metade sul da província de Lugo, portanto, em zona mais afastada da fronteira, aponta para a génese do topónimo num contexto plenamente linguístico galego (se excluirmos, claro, a influência do castelhano, intensificada no século XVI). Note-se, porém, que o castelhano dispõe de *almunia*, com significado idêntico (‘huerto, granja’; cf. DRAE) e a mesma origem árabe. Sem excluir a interferência do castelhano, que teria de ter sido precoce para se transpor a palavra como *almuíña* para o galego, parece plausível que *almuinha* e *almuíña* sejam, afinal cognatos de uma forma comum galego-portuguesa.

linguístico (como empréstimo) ou se situa num período mais tardio, já em contexto português.

O mesmo se poderá dizer acerca da relação entre os estratos pré-latinos e o latino, como adverte Martínez Lema (2010: 42): “[...] é moi habitual que certos elementos pertencentes a unha camada lingüística determinada se proxecten nos estratos posteriores, mantendo neles a súa produtividade.” Ao que o mesmo autor acrescenta (idem, ibidem):

“[...] o feito de que un nome de lugar sexa portador dun constituínte prelatino non implica necesariamente que a súa orixe deba retrotraerse a períodos históricos anteriores á conquista romana (García Arias 1995:64). Esta aseveración pode darse en xeral como válida para os restantes fondos lingüísticos detectábeis na nosa toponimia, mais non impediu que moitos autores levasen a cabo identificacións máis ou menos explícitas entre o estrato lingüístico ao que adscriben o topónimo e o tramo cronolóxico no que se supón que debeu xurdir.”

Esta distinción intervém na formulação do critério de atribuição estratigráfica dos hidrónimos aqui comentados, o qual, aliás, encontra inspiração e apoio noutros trabalhos de toponomástica, como o de Lebel (1956), retomado por Gouvert (2008). Discutindo a etimologia do topónimo francês *Nant*, Lebel (1956: 11) relaciona-o com o apelativo **nantu*, relacionável com os estratos proto-históricos, mas ainda produtivo no período galo-romano, como evidenciam, nas regiões de Angoulême e do Périgord, os compostos *Nantelars* e *Nanteras*, que integram elementos do estrato (*couche*) galo-romano. Deste caso, extrai Lebel duas regras de atribuição estratigráfica dos hidrónimos:

- 1.^a “[...] nous attribuons à une couché donnée (ou à un étage) tout hydronyme qui s’est formé ou est reste productif pendant une période incluse dans les limites chronologiques de cette couché (ou de cet étage)” (idem, ibidem);
- 2.^a “[...] lorsque un hydronyme, insuffisamment daté, peut appartenir, de par sa structure ou sa diffusion, à deux couchés consécutives (ou à deux étages), nous le classons dans la couché la plus récente (ou l’étage le plus récent)” (idem, p. 12).

É de observar, porém, que as unidades que Lebel tem em perspectiva são os hidrónimos, os quais podem distribuir-se quer pelo léxico comum quer pela onomástica (ou, para seguir Kremer 2007, a onímia), o que não é o mesmo que considerar

hidrotopónimos, que são todos nomes próprios. Se os critérios de Lebel (1956) (ver também Gouvert 2008: 280, que os aplica, com ligeiras adaptações à toponomástica)¹⁹⁵ se justificam na classificação dos hidrotopónimos diretamente delexicais, já a respeito dos itens deonomásticos, será preciso atender à história dos topónimos preexistentes, também ela relacionável com o léxico comum de um dado estrato. Não tendo de coincidir o estrato linguístico que enquadra a origem de hidrotopónimo delexical com o que corresponde ao item lexical originário que foi ativado como denominação, e não havendo atestações que permitam uma datação segura ou aproximada, este trabalho norteia-se pela aplicação de critérios praticamente idênticos aos acima enunciados por Lebel (1956) no diz respeito à distribuição estratigráfica dos hidrotopónimos. Considera-se, portanto, que a atribuição de um nome de rio delexical deve ter em conta o estrato ou o período mais tardio em que o item lexical comum originário teve uso e foi produtivo.¹⁹⁶ Retomando exemplos, um topónimo com a forma *Atalaia* ou um hidrotopónimo como *Açude* (concelho de Sobral de Monte Agraço, distrito de Lisboa) só serão atribuídos ao estrato árabe se as fontes consultadas evidenciarem a sua génese em contexto linguístico árabe; caso contrário, será incluído no estrato latino-romance, mais precisamente nos períodos galego-português ou português.¹⁹⁷ Este princípio pode generalizar-se à caracterização dos estratos historicamente mais recuados. Um topónimo ou hidrotopónimo que contenha um formante pré-latino – caso de *Borba* ou *Tuela* –, não faz necessariamente parte de um

¹⁹⁵ “La notion de strate linguistique nous amène à aborder les deux principes, pour ainsi dire canoniques, de la méthode qu’il convient de suivre dans l’analyse étymologique des noms de lieux. Nous en empruntons la formulation, à quelques nuances près, à Paul Lebel: – Premier principe: on attribuera à une strate linguistique donnée tout toponyme qui s’est formé ou est resté productif pendant une période incluse dans les limites chronologiques de cette strate. – Second principe: lorsqu’un toponyme, insuffisamment daté, peut appartenir, de par sa structure ou sa diffusion, à deux strates consécutives, on le classera dans la strate la plus récente. De plus, à l’intérieur de chaque période, on classera les matériaux par groupes typologiques, d’après le mode de formation des toponymes et non d’après leur signification.” Gouvert (2008: 280)

¹⁹⁶ Note-se que o critério aqui seguido é o de uma aproximação cronológica à estratigrafia do hidrotopónimo, porque os estratos ou camadas etimológicas se organizam, ou melhor, se sobrepõem cronologicamente. Posição diferente tem Martínez Lema (2010: 42), quando faz a seguinte observação: “Para evitar calquera tipo de confusión ao respecto debemos deixar claro que a nosa clasificación glotolóxica atópase completamente desligada de calquera criterio cronolóxico: p.ex., cando incluímos un determinado topónimo baixo a categoría de “toponimia xermánica” estamos a aludir única e exclusivamente á camada lingüística a partir da que se explica a forma en cuestión, con independencia do período histórico concreto no que cristalizase como nome de lugar, que puido ser simultáneo ou posterior ao asentamento dos pobos xermánicos no Noroeste da Península Ibérica.”

¹⁹⁷ O problema da distinção entre período galego-português e período português pode não ter razão de ser, se se conceber que, até muito tarde e ainda hoje, dialetalmente, não parece existir uma verdadeira rutura entre dialetos galegos e dialetos portugueses, o que explica que ainda hoje se possa compilar vocabulários conjuntos, sobretudo relacionados com o passado rural, como é o caso do Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português (Instituto da Língua Galega; disponível em <http://ilg.usc.es/Tesouro/pt/> e consultado em 26/12/2016). Do ponto de vista metodológico e descritivo, seria, então, mais produtivo e adequado postular um diassistema galego-português tendo em conta a sociedade rural do passado e grande parte da toponímia que nela se motivou.

estrato indo-europeu pré-latino, antes atesta a ativação mais tardia de certos radicais – voltando aos casos apontados, *borb-* e *tu-* –, ou seja, podem relacionar-se com itens comuns ou próprios que estavam disponíveis nos usos onomásticos de uma dada sincronia. Contudo, no caso de nomes deonomásticos (hidrotopónimos secundários),¹⁹⁸ será necessário identificar o nome próprio preexistente e, se possível, relacioná-lo com um item lexical comum e o respetivo estrato.¹⁹⁹ Mas reforce-se o que se disse acerca da estratigrafia dos topónimos em geral: a datação e o estrato correspondentes à sua formação podem ser muito posteriores às dos seus formantes.²⁰⁰

De algum modo ao encontro desta discussão vêm as propostas metodológicas de Viaro (2011: 106-109),²⁰¹ que, ao salientar na investigação em etimologia o papel da definição do limite mais antigo da forma investigada – o chamado *terminus a quo* –, estabelece uma distinção entre *étimo* e *origem*:

“Define-se *étimo* como a palavra (localizável ou não) na sincronia pretérita mais recente que corresponda à forma de um item pesquisado na sincronia atual. Esse *étimo* pode pertencer à mesma língua da palavra pesquisada ou não. O *étimo* pode ter a mesma forma da palavra pesquisada, mas com mais frequência terá aspecto e/ou significado distintos. Etimologia [...] é a busca ou coleta do *étimo*, [...] e não apenas um ensaio de erudição. O *étimo* se distingue da *origem*, que é um conceito mais vago e pode remontar a etapas anteriores à sincronia pretérita imediatamente anterior à sincronia estudada.” (NEHiLP 2015: 20).

¹⁹⁸ A expressão *hidrónimo secundário* é empregada por Moralejo (2007: 103) e por ele exemplificada pelo caso do rio galego Saa, que se deve ao uso comum e toponímico do germânico *sala*.

¹⁹⁹ Os hidrotopónimos secundários parecem estar associados a cursos de água de pequena dimensão. A respeito da hidronímia escocesa, King (2008: 162/163) observa: “It is clear that nearly all, if not every single, watercourse named from a settlement is a small watercourse. This clearly fits the hypothesis that watercourses were used or at least encountered by people within an agricultural / economic context. This concurs with Stewart’s [Stewart 19] comment: ‘Small streams, especially, are likely to remain unnamed in the early stages of development, and later take the name of the village.’ Moreover, the larger the watercourse, the more likely the situation is to be reversed: that the settlement will be named after the watercourse, rather than vice versa (e.g. Aberdeen from the Dee, Inverness from the Ness, Dundee from the Tay).” Como veremos neste trabalho, no território português continental, são frequentes os casos de transferência toponímica, em que o nome de um lugar é também o do rio que o atravessa ou que corre nas imediações; mas também se verifica a situação inversa, a de o nome do rio passar a nome de lugar ou fazer parte do topónimo, casos de *Ovar* ou *Odemira* (ver, respetivamente, comentários sobre *Cáster* e *Mira*).

²⁰⁰ Isso mesmo parece confirmar King (2008: 14) no seu estudo: “[...] The linguistic stratum of the name may differ from that mentioned in the specific element in cases where the watercourse relates to a settlement with an older name, although the RN is from a later stratum. Such an example is Burn of Ogilvie [...] which is probably a Scots name, but relates to a settlement name which is probably P-Celtic or Early Gaelic in origin.”

²⁰¹ Ver também NEHiLP (2015), que segue as opções teóricas e metodológicas de Viaro (2011).

Viaro (2011: 106) ilustra esta distinção com a etimologia de *açúcar*, cujo étimo é o árabe *as-sukkar*, mas que remonta – tem como origem – no sânscrito *çarkarā*. Sobre a questão de como validar ou legitimar uma proposta de étimo, sobressai a questão do grau de certeza das reconstruções que são frequentemente propostas, na falta de atestações. A esse respeito, Viaro (2011: 121) concebe um conjunto de condições das quais decorre uma ponderação que permite distinguir “soluções mais prováveis e científicas numa proposta de étimo”, a saber:

“• Delimitação temporal precisa da sincronia pretérita à qual o étimo pertence. [...]

“• Adequação do étimo ao sistema reconstruído na sincronia pretérita, que precisa ser reconstruída. Para tal, é preciso estabelecer alguns pressupostos, por exemplo: dadas três sincronias pretéritas S, S' e S'', se o termo ocorre em S e S'', é evidente que também estará em S', a menos que tenha disso ressuscitado por cultismo em S''.

“• Conhecimento do contato ou da influência cultural entre as línguas nessa mesma época. Para tal, reconstroem-se as sincronias pretéritas coetâneas desses sistemas linguísticos que interagem.

“• Avaliação do étimo em comparação com a palavra investigada. No caso de irregularidades nas mudanças fonéticas, deve haver razões pró ou contra, pautadas em paralelos com outras palavras e outros sistemas e não em argumentos *ad hoc*.

“• Igualmente, comparando-se o significado do étimo e da palavra investigada, nos casos de mudanças muito bruscas de significado, deve haver razões pró ou contra, pautadas em paralelos com outras palavras ou outros sistemas. Nesse caso, porém, a arbitrariedade das explicações costuma ser muito maior.”

Ao encontro destes critérios, no âmbito da avaliação da avaliação toponímica, Gouvert (2008: 249-252) identifica duas condições mínimas: a) a etimologia não deve contradizer os dados da linguística (princípio de boa restituição); b) a etimologia deve ser compatível com o referente (princípio de aplicabilidade).²⁰² Em suma, a validação das etimologias dos topónimos têm uma vertente referencial incontornável, como A. Almeida Fernandes assinalava no Esclarecimento à sua *Toponímia Portuguesa* (A. A. Fernandes 1999), visando de forma muito crítica Machado (2003):

²⁰² Estes princípios são tomados e transcritos por Gouvert (2008) de Chambon (1991) e Chambon e Hérilier (1993), que apresentam uma proposta mais alargada.

“[...] nada é possível sem respeitar-se a lei toponímica lógica ou da congruência, o que não faz aquele autor [Machado 2003], que parece ignorá-la de todo (e, com ele, e como ele, os mais “explicadores” ou “etimologistas”, infelizmente), porque a lei fonológica, isto é, a científica, embora indispensável, está longe de bastar.”

O reparo de Almeida Fernandes, feito no tom que lhe é típico, se tem alguma justiça, enfermava, porém, de uma visão de ciência (da linguagem), em que parecia não ter cabimento a possibilidade de controlar a coerência referencial da etimologia toponímica. Não se justifica tal exclusão, porque entre os critérios que buscam a cientificidade da toponímia não é possível ignorar a compatibilidade dos recursos linguísticos mobilizados com a realidade que, em dado momento na história, foi necessário denominar.

O estudo dos nomes dos rios portugueses remete com frequência para o das línguas pré-latinas, à semelhança do que acontece em regiões espanholas fronteiriças de Portugal, como a Galiza (ver Búa 2007: 19). Várias têm sido as propostas tendentes a atribuir aos hidrotopónimos etimologias fundadas na hipótese de esses nomes remontarem globalmente a um estrato linguístico anterior à romanização e mesmo aos primeiros tempos da indo-europeização das populações peninsulares. Fala-se assim de um estrato basco ou de um estrato mediterrâneo, muitas vezes explorando o filão aberto por especulações sobre a diacronia linguística da Europa Ocidental ou das suas margens mediterrânicas. Neste contexto, sobressai a hipótese de grande parte da hidronímia peninsular, incluindo a portuguesa, ter origem nas línguas indo-europeias anteriores à romanização, hipótese que, face à falta de fontes que permitam conhecer as estruturas dessas línguas, busca apoio nas afinidades da antroponímia, teonímia e da toponímia hispânicas (sobretudo) com outras áreas europeias de comprovado perfil indo-europeu na Antiguidade. É justamente porque o estudo de toda a onomástica e do léxico hispânicos pré-romanos se confronta constantemente com dificuldades decorrentes da escassez de dados e da qualidade da transmissão dos mesmos que a pesquisa deste domínio deve ser feita com precauções, conforme enumera Búa (2007: 19):

“En primeiro lugar, debemos ter en conta que todo topónimo clasificado *ex negativo* (é dicir, o que non somos capaces de interpretar como latino, xermánico, árabe nin románico) no pode pasar a ser automaticamente identificado como prerromano, senon que debe pasar ó caixón de formas de orixe descoñecida, en espera de que

algum argumento engadido o permita caracterizar ou permita caracterizar positivamente como prerromano indoeuropeo ou preindoeuropeo. En segundo lugar, debemos traballar no ámbito de áreas onomásticas definidas. Non serve de nada coller un topónimo illado do noroeste e compará-lo com outro ou outros máis ou menos illados de calquera outro punto do continente europeo ou do planeta. En terceiro lugar debemos traballar coa documentación medieval dos topónimos e non exclusivamente sobre formas actuais nin establecer vinculacións etimolóxicas entre estas sobre a base da coincidencia dun breve segmento inicial, especialmente no caso de ser átono. En canto ó léxico de substrato nas línguas e dialectos iberrománicos occidentais debemos limitarnos ó léxico que estea documentado en fontes antigas (por exemplo, *páramo*) ou, en caso contrario, que sexa exclusivo deste territorio (por exemplo, gal. *pala*, *lapa*, *lavego*, *laxe*, etc. [...]), deixando de lado o léxico compartido com toda ou grande parte da Romania (gal. *braga*, *carpinteiro*, *carro*, *cheda*, etc.) que chegou ou alomenos puido chegar ó occidente hispánico da man do latín.”

Estes criterios pautam-se, pois, pela definição de áreas geográficas e de uma crítica da etimologia dos topónimos com base nas mais antigas atestações, permeadas pela documentação medieval, bem como na relação com o léxico mais arcaico.

Considerando que a cientificidade da etimologia repousa na congruência entre uma palavra e o seu étimo, Antón Santamarina (prefácio a Bascuas 2006: 11) parte do pressuposto de que os topónimos não têm origem arbitrária: tal como os topónimos de étimo transparente são constituídos por substantivos genéricos, acompanhados ou não de adjectivação ou de determinações indicativas da sua situação, pode-se aceitar que assim se formaram os topónimos hoje opacos, mais antigos (ibidem). Aos olhos de muitos, este paralelo pode ser rejeitado por projecção acrítica e anacrónica de processos de criação de topónimos que são apenas válidos em tempos mais recentes. Já se referiu que o princípio do uniformitarianismo permite pressupor que os processos fonológicos, morfológicos e semânticos do passado sejam iguais ou semelhantes aos do presente, validando a análise etimológica das formas do ponto de vista interno. A este princípio junta Santamarina um critério que denomina “control dos ‘significados’”: “a través das coincidências (de formas e contidos) extraídas da comparación poden postularse reconstrucións mais ou menos verosímiles” (ibidem). Contudo, muito mais difícil se torna identificar as condições extralinguísticas que motivaram o aparecimento do topónimo, visto esse tipo de

investigação requerer uma reconstituição histórica cujo horizonte mental e material é certamente muito diferente do da atualidade. De qualquer modo, as observações de Búa e Santamarina afiguram-se pertinentes no momento de empreender a investigação etimológica dos nomes dos rios.

3.3.1. A categorização dos hidrotopónimos: os estratos

Como já foi dito, os estratos históricos da toponímia de Portugal continental não se distribuem uniformemente no território. Enquanto a norte se pode falar de continuidade histórico-linguística sem ruturas desde a Romanização, existem regiões a sul em que dialetos do sistema galego-português se sobrepuseram ou a dialetos românicos ou a dialetos árabes, ou, ainda, a uma situação de bilinguismo árabo-romance. A consideração do galego-português como estrato pode justificar-se sobretudo a sul do Tejo, como reinserção no estrato latino-romance de um território cuja população, profundamente arabizada, transmitiu um património toponímico já de fâcies árabe, quer pelas fontes lexicais da denominação quer pelas interferências na configuração dos nomes herdados de fases latino-romances. Sendo assim, são definidos critérios respeitantes à identificação dos estratos pré-latino, latino-romance (abrangendo quer o galego-português, quer o romance andalusi), germânico e árabe. Tais critérios são formulados em termos genéricos e flexíveis que os compatibilize com o enquadramento histórico-geográfico, sem lhes retirar poder crítico face às propostas etimológicas que a literatura faculta.

3.3.1.1. Substratos pré-latinos (pré-indo-europeus e indo-europeus)

São considerados pré-latinos os hidrotopónimos opacos²⁰³ documentados pelas fontes da Antiguidade ou cuja configuração, ainda que relacionável fonomorfológica e

²⁰³ As metáforas da transparência e opacidade são a base da definição de duas categorias semânticas por parte de Piel (1979: 181/182; manteve-se a ortografia do original, corrigindo-se pequenas gralhas): “[...] 2. convém lembrar que qualquer nome próprio, seja ele pessoal ou de lugar, se entronca, em perspectiva histórica variável, num nome comum, donde resulta ser o estudo dos elementos toponímicos inseparável do estudo do léxico geral, antigo ou ainda contemporâneo. Trata-se de uma verdade que se manifesta ainda hoje em inúmeras incidências, em que um determinado topónimo se distingue dum nome comum homófono apenas pela maiúscula ortográfica, além, evidentemente, de uma alienação do sentido primitivo em favor do local. Quem se desloca a *Pontevedra* tem concretamente presente a capital da província respectiva, e não a antiga ponte que lhe proporcionou o nome, conceito totalmente obliterado, ou, quando muito, relegado no subconsciente. 3. Dito isto, cabe ainda frisar que, claro está, nem sempre um nome de lugar se patenteia através de uma simples associação deste com um termo comum consignado em dicionários gerais ou regionais [...] 4. Uma primeira classificação provisória, das várias dezenas de milhar de nomes de lugar galegos pode firmar-se nos dois aspectos, a que acabamos de aludir, distinguindo “grosso modo” duas categorias: 1.º nomes de significação “transparente”, como *Bouza* ou *Chá(n)*, por um lado, e, 2.º nomes de

semanticamente com itens do léxico comum atestados desde a Idade Média, não tem uso toponímico recorrente no passado ou no presente. Ou seja, o hidrotopónimo *Sul* é incluído no estrato pré-latino, porque não se encontram formas toponímicas semelhantes – não se trata da denominação do ponto cardinal *sul* –, ainda que seja possível relacionar com o galego *sur*, ‘humidade da terra’ (cf. DEE). Esta avaliação socorre-se das próprias propostas etimológicas feitas no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos, o que não significa, como se disse, que estas sejam aceites acriticamente e se eximam a revisão, correção ou até rejeição.

A respeito do estrato pré-latino, é também opção deste trabalho agregar os estratos pré-indo-europeus ou não indo-europeus aos que são indo-europeus. Esta opção é certamente discutível, mas, dada a falta de documentação, raramente se exclui nos nomes mais antigos a possibilidade de empréstimos ou transferências de elementos não indo-europeus terem sido assimilados no processo de indo-europeização do território hoje português em época anterior à conquista romana. De qualquer modo, as formas comentadas que sejam situáveis na lista de nomes pré-latinos são analisadas na perspectiva de as relacionar com raízes indo-europeias estabelecidas pela literatura, principalmente por Pokorny (1959-1969), Delamarre (1984) e Buck (1949); também não são ignoradas nem as listas de Krahe (1964), nem os estudos e inventários de Bascuas (2002, 2006 e 2014). Mesmo assim, é de esperar que um certo número não tenha relação com tais raízes, o que significa que a sua origem indo-europeia ou pré-indo-europeia pode depender do confronto com o reportório e as listas de sufixos facultadas por Guerra (1998), que tem a vantagem de ser um trabalho fundado nas fontes da Antiguidade e na crítica que, no âmbito da filologia clássica e da indo-europeística, delas tem sido feita.

3.3.1.2. Estrato latino-romance

É um estrato de longa duração, que define o léxico comum português (cf. Piel 1989: 9-16). É constituído fundamentalmente, como se viu na secção 2.4.2, pela tradição latino-romance de procedência galaica (em sentido lato, galego-português), mas também integra elementos de um ramo meridional, identificado com o chamado romance moçárabe ou

significação “opaca”, como *Graña* ou *Nendos*, pelo outro. Poderíamos dizer também nomes “falantes”, em oposição a nomes “mudos”. Considerem-se, pois, opacos ou mudos os topónimos, que não logramos relacionar no imediato com qualquer elemento do léxico geral-comum galego, seja qual for a sua origem. [...]”

romance andalusi do ângulo sudoeste peninsular. No estrato galaico, a que o léxico comum português dá continuidade, incluem-se: nomes relacionáveis, por conversão ou derivação afixal, de itens do léxico comum patrimonial latino; e nomes relacionáveis, por conversão ou derivação afixal, com itens do léxico comum pré-latino ou não-latino que se integrou no léxico latino-romance no noroeste hispânico.²⁰⁴ Quanto ao romance meridional (o chamado romance moçárabe ou romance andalusi), tem descritores semelhantes ao estrato de origem galaica, mas distingue-se deste não partilhar certas inovações e por evidenciar interferências dos dialetos árabes (e eventualmente berberes). É, aliás, provável que, no período final da Reconquista (séculos XII e XIII), a transmissão de algumas destas formas ao galego-português se tenha operado por meio do árabe, tanto em formas mais niveladas como em formas dialetais diversificadas. Entre os traços que a literatura mais destaca (cf. síntese de Azevedo 2005) como típicos dos dialetos romances meridionais conta-se a conservação do *-n-* e do *-l-* intervocálicos latinos.

3.3.1.3. Superstrato germânico

De características difusas, pela dispersão temporal dos itens correspondentes cf. secção 2.4.3.1): uma primeira fase, suevo-visigótica, documentada por itens mais especificamente galegos como *lobio*, *laberca*, ou mais generalizados à Península, caso de *espeto* ou *roupa* (Ferreiro 2001); uma segunda fase, da Reconquista (séculos VIII-XI), marcada pela expansão da toponímia deantroponímica visigótica no noroeste peninsular; uma terceira, muito indireta, coincidente com o incremento da influência linguística do galo-romance (cf. Piel e Kremer 1977, Piel 1989, Boullón Agrelo 1999). Nos comentários dos hidrotopónimos selecionados apenas se tem em consideração a segunda fase, a da toponímia de origem visigótica.

²⁰⁴ Neste estrato, poderiam também integrar-se os itens comuns e a toponímia deantroponímica de etimologia germânica, porque, no noroeste peninsular, o peso das comunidades linguísticas germânicas terá sido escasso ou praticamente nulo (cf. secção 2.4.), supondo-se que eram já capazes de comunicar em latim (em sentido lato, mas, pelo menos, na modalidade vulgar). Mesmo assim, opta-se por destacar a toponímia germânica num estrato próprio.

3.3.1.4. Superstrato árabe

Documentado tanto na onomástica (antroponímia e toponímia) como no léxico comum, oferece, no entanto, a dificuldade de abranger formas híbridas que dificultam a identificação dos formantes no contexto do árabe clássico (cf. secção 2.4.3.2). Os trabalhos de Corriente (2003) evidenciam a importante variação diatópica do árabe hispânico (ou andalusi). As características fonomorfológicas e lexicais deste superstrato são as que se encontram listadas e comentadas na secção 2.4.3.2.

3.4. O estudo dos hidrónimos portugueses: fontes para o seu inventário e comentário etimológico

Neste trabalho, os hidrotopónimos comentados correspondem às formas contemporâneas que se encontram registadas no RTP, na CMP 1:25 000 e no visualizador CIGeoE-SIG (o qual associa as informações do RTP e da CMP). Significa isto que um hidrotopónimo como *Celadus* ou *Celandus*, formas atestadas na Antiguidade, nas cópias da obra Pompónio Mela, não será objeto de comentário especial, apesar de ser plausivelmente uma denominação antiga do rio hoje conhecido como *Cávado*. O comentário dedicado ao hidrotopónimo usado ou prevalente na atualidade não deixará de assinalar a substituição da forma abonada na Antiguidade ou na documentação medieval.²⁰⁵

As fontes que facultam as atestações têm carácter secundário, sendo sobretudo constituídas por dicionários onomásticos e reportórios toponímicos. Para acesso eventual

²⁰⁵ Podem ser eventualmente discutidos outros nomes atestados mas caídos em desuso ou no esquecimento, da época pré-romana ou eventualmente atribuídos à romanização e aos períodos históricos seguintes, mas não se aprofundará, portanto, a sua análise. Também não se entrará na discussão de certas formas pseudocorretas ou pseudoetimologizantes, frequentes na Antiguidade e recorrentes na Idade Média e em épocas subsequentes, a não ser quando estas são continuadas pelos hidrotopónimos contemporâneos, como parece ser o caso de *Lis* e *Lena* (v.). dois rios do distrito de Leiria. A propósito deste tipo de distorções, faz Moralejo (2009: 38/39) as seguintes considerações: “En el inventario de topónimos e hidrónimos galaicos nada hay que decir del aprovechamiento ya veterano de los textos antiguos (Estrabón, Mela, Plinio, Ptolomeo... *itineraria* y afines, epígrafes...), pero sí hay mucho que insistir en la conveniencia de rastrear a fondo la documentación medieval, que es impropio minusvalorar porque sea posterior entre cinco y doce siglos a esos autores antiguos [...] Por supuesto que la documentación medieval abunda en latinizaciones superficiales y en trapacerías macarrónicas con o sin intención etimologizante, pero métodos hay y prudencia para no entrar a ellas, que también están en lo antiguo, por ejemplo en los Ἀμφίλοχοι de Estrabón, los *Helleni* de Plinio, el mineral *minium* y el río *Minius* de Justino e Isidoro..., ya sin entrar en las actitudes negativas y de desprecio ante los nombres indígenas *bárbaros*, *impronunciabiles*... (cf. Estrabón, Mela, Plinio...) y en cómo esas actitudes condicionan negativamente la cantidad y la calidad de nuestra documentación.” Sobre este aspeto, ler também Guerra (1998: 40-42).

às fontes primárias da Antiguidade e da Idade Média, recorre-se a edições fiáveis que contenham índices onomásticos ou que estejam disponíveis em versão electrónica a fim de facilitar a pesquisa de palavras.

O quadro 3.4.1 dá conta de uma lista não exaustiva de fontes e obras disponíveis para consulta, de modo a identificar formas relacionáveis com as da hidrotoponímia atual. Indicam-se as fontes literárias e epigráficas da Antiguidade e da Idade Média disponíveis em edições impressas ou digitais ou ainda incluídas em bases de dados em linha. No tocante a edições impressas de textos medievais, em especial, as de textos não-literários, mais suscetíveis de encerrarem as ocorrências dos nomes em apreço, as referências apresentadas são meramente exemplificativas, uma vez que se trata certamente de uma lista muito extensa, ainda por determinar, dada a abundância e a variedade de edições.

Sublinhe-se que, neste trabalho, não se fez o acesso direto a essas fontes para a seleção de atestações. Em vez disso, optou-se por apresentar as abonações utilizadas por Machado 2003, por vezes corrigidas ou completadas pelas entradas de Cortesão (1912), A. A. Fernandes (1999) ou por ocorrências extraídas dos PMH, que têm índices toponímicos que muito facilitam a recolha. As atestações incluídas em Machado (2003) dispensam esta referência bibliográfica, mas indicam sempre a edição documental onde ocorrem (por exemplo, PMH ou DMP I). Podem incluir-se ainda atestações registadas noutros dicionários e estudos dedicados à toponomástica, mas, neste caso, apresenta-se a devida referência bibliográfica. O quadro 3.4.1 apresenta referências bibliográficas respeitantes a diferentes tipos de dicionários e reportórios onomásticos, que se revelam fundamentais para a presente pesquisa.

Quadro 3.4.1 – Fontes para o estudo da história da hidronímia portuguesa

Fontes	
Literárias e epigráficas	
Antiguidade	<p>Plínio-o-Velho, <i>História Natural</i>, Livro III (FHA, Guerra 1995 e García y Bellido 1978b)</p> <p>Pompónio Mela, <i>De Chorographia</i>, Liber III (Romer 1998 e García y Bellido 1978b)</p> <p>Estrabão, <i>Geografia</i>, livro III (FHA e García y Bellido 1978a)</p> <p>Ptolomeu, <i>Geografia</i> (FHA e García Alonso 1995)</p> <p>Rufus Avieno, <i>Ora Marítima</i> (FHA e Ferreira 1992)</p> <p><i>Itinerário de Antonino</i> (Cuntz 1929)</p> <p><i>Cosmografia do Anónimo de Ravenna</i> (Schnetz 1940)</p> <p><i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> (CIL)</p> <p><i>Tabula Imperii Romani</i> (TIR)</p> <p><i>Monumenta Linguarum Hispanicarum</i> (Untermann 1997)</p>
Idade Média	<p>Edições impressas: DMP, PMH, Emiliano 2002, Martins 2001</p> <p>Base de dados em linha, com relevância para a etimologia toponímica portuguesa: CODOLGA (<i>Corpus Documentale Latinum Gallaeciae</i>); ITGM (<i>Inventário Toponímico da Galicia Medieval</i>); TMILG (Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega)</p>
Dicionários e reportórios	
Etimologia e indo-europeu	Andrade 2007, Buck 1949, Delamarre 1984, Corominas e Pascual 1980, Ernout e Meillet 1967, Machado 1987, Pokorny 1959-1969
Onomástica etimológica	A. A. Fernandes 1999, Machado 2003
Corografia	<i>Reportório Toponímico de Portugal (RTP)</i> , Costa 1929-1949, Frazão 1981

3.5. O tratamento de uma amostra do reportório hidronímico português: classificação e estrutura dos comentários

Para a identificação dos hidrotopónimos e dos rios a eles associados, recorreu-se ao visualizador de informação geográfica CIGeoE-SIG, disponível no sítio do Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE).²⁰⁶ Neste recurso, que abrange uma versão eletrónica do Reportório Toponímico de Portugal — Continente (que aqui tem sido mencionado pela sigla RTP), definem-se três categorias de cursos de água:

- I – “Rio Importante (mais de 100km)”, com 306 registos.
- II – “Rio (de 20 a 100 km de extensão)”, com 1302 registos.
- III – “Ribeira/Ribeiro/Curso de Água”, com 11183 registos.

Para este trabalho, optou-se por seleccionar apenas os nomes que participam das listas relativas às categorias I e II. É preciso ter em conta, porém, que os totais indicados na base do CIGeoE-SIG exigem uma triagem prévia, porque existem numerosas repetições da mesma denominação bem como erros e variações gráficas. Sendo assim, os números acima indicados reduzem-se a uma lista de 481 de formas de citação, das quais 18 correspondem à categoria I e as restantes à categoria II. A nomenclatura assim constituída faculta uma boa amostra de todo o conjunto dos hidrotopónimos de Portugal continental, não só do ponto de vista quantitativo – referem-se a rios que correm nos 18 distritos continentais, de norte a sul –, mas também numa perspetiva qualitativa, já que é representativa dos estratos descritos na secção 2.4.

Assinale-se que os nomes de cursos de água da categoria II (e III) são muitas vezes identificados não pelo classificador *rio*, mas por outras designações como *barranco*, *barroca*, *corgo*, *ribeira*, *ribeiro*, que comumente têm por referente um curso de água de pequena extensão. Não obstante, também cursos de água pouco extensos podem ser classificados como *rio*. Sobre designações de cursos e extensões de água na hidronímia portuguesa, ver Piel (1947).

²⁰⁶ Para este trabalho, o CIGeoE-SIG, disponível em <http://www.igeoe.pt/>, começou a ser consultado ainda como IGeoE-SIG. Refira-se que o CIGeoE “sucedeu, a partir de 1 de agosto de 2015, ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) - com base no Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho - tornando-se, assim, o herdeiro natural do espólio e das tradições cartográficas militares portuguesas” (em <https://www.igeoe.pt/index.php?id=5>, consultado em 7/03/2017).

No sentido de alcançar visões de conjunto com dimensão nacional e regional, foi criada com recurso ao programa Excel (Microsoft) uma tabela eletrónica para listagem e classificação dos hidrotopónimos.²⁰⁷ Procedeu-se à classificação estratigráfica dos hidrónimos com o auxílio dos dicionários etimológicos e onomásticos disponíveis quer para o espaço português quer para outras unidades geográfico-linguísticas (galega, castelhana, catalã, occitana, francesa, italiana, romena, inglesa, etc.). Como se observou na secção 3.4, com vista à datação/atribuição estratigráfica aproximada dos hidrotopónimos, impôs-se também recolher atestações dos nomes comentados sobretudo na documentação medieval. Grande parte dos hidrónimos aqui comentados não encontra tais abonações; mas vários foram os casos em que se tornou possível confrontar as atuais formas registadas, tal como se encontram no RTP e noutros recursos (dicionários toponímicos, corográficos, etc.), com as formas que assumiram em fontes da Antiguidade e da Idade Média.²⁰⁸

A cada hidrónimo, atribui-se um artigo que se estrutura conforme o esquema apresentado pelo quadro 3.5.1.

²⁰⁷ Num trabalho preparatório deste, construiu-se uma base de dados com o programa Access (Microsoft), de modo a correlacionar variáveis e definir zonas no quadro geral da distribuição dos hidrónimos de origem indo-europeia no território português. Depois desta fase preliminar da pesquisa, a base de dados por uma folha de cálculo Excel, que se mostrou mais fácil de usar, sem prejuízo das necessidades da investigação, permitindo filtrar e combinar diferentes categorias, de modo a salientar correlações entre a atribuição estratigráfica e as regiões continentais portuguesas.

²⁰⁸ Parece estar por fazer um balanço atualizado dos estudos de antroponímia e toponímia, porque o que se realizou – o de Boléo (1953) – já tem mais de cinquenta anos. No entanto, na publicação “Fontes toponímicas”, do blogue *Toponímia: Gente & Lugares*, de Manuel Carvalho, disponibiliza-se informação bibliográfica mais atualizada (disponível em <http://deaveiroportugal.blogspot.pt/2007/02/fontes-toponimicas.html>, consultado em 16/02/2008) encontra-se uma lista de fontes toponímicas que é bastante útil. Ver também Serra 1968.

Quadro 3.5.1 – Estrutura de um comentário

Hidrónymo	grafia atual
breve atribuição estratigráfica	identificação do étimo e do respetivo estrato
atestações	formas e grafias disponíveis em edições de fontes medievais (acrescidas eventualmente de atestações da Antiguidade)
localização	região percorrida pelo curso de água conforme a CMP a 1:25 000
proposta de etimologia	comentário crítico da etimologia estabelecida pela literatura para cada nome ou elaboração de proposta etimológica no caso de o nome não ter ainda sido objeto de estudo

Os artigos respeitantes aos 481 hidrotopónimos encontram-se no capítulo 4, distribuídos por 18 subsecções dispostas por ordem alfabética (de Aveiro a Viseu). O quadro 3.5.2 apresenta a lista respetiva.

Tabela 3.5.2 — Hidrónimos comentados no capítulo 4

Distrito	hidrotopónimos selecionados	totais
Aveiro	Agadão (rio), Águeda (rio), Alfusqueiro (rio), Amieiras (rio das), Antuã (rio), Arda (rio), Arões (rio), Bessada (rio da), Boco (rio), Bom (rio), Branco (rio), Caima (rio), Cáster (rio), Cértima (rio), Ervedal (rio), Filvida (rio), Fontela (rio), Frades (rio de), Fuste (rio), Gonde (rio), Gondim (ribeiro), Gorgulhão (rio do), Gresso (rio), Horta (rio de), Inha (rio), Ínsua (rio), Jardim (rio), Largo (rio), Levira (rio), Lordelo (rio), Marialva (rio), Marnel (rio), Mau (rio), Negro (rio), Ortigosa (rio), Ponte (rio da), Póvoa da Ribeira (rio da), Quintela (rio de), São Miguel (rio de), Sardoura (rio), Serra (rio da), Serra da Cabria (rio da), Teixeira (rio), Ul (rio), Valboa (rio da), Vale das Cubas (rio do), Veade (rio), Vignes (rio)	48
Beja	Ardila (rio), Chança (rio), Mira (rio), Monte do Marquês (ribeira de), Odearce (ribeira de), Odivelas (ribeira de), Safareja (ribeira de), Terges e Cobres (ribeira de), Torto (rio), Vascão (ribeira), Sado (rio)	11
Braga	Agrela (rio da), Arado (rio do), Areeiro (rio do), Atães (rio de), Ave (rio), Bugio (rio), Cabra (rio), Caldo (rio), Camalhão (rio do), Conho (rio do), Covo (rio), Este (rio), Fafião (rio de), Ferro (rio), Gerês (rio do/rio), Guisande (rio), Homem (rio), Labriosca (rio), Laço (rio), Laje (rio da), Lavandeira (rio da), Maceira (rio da), Neiva (rio), Ouro (rio de), Paus (rio de), Peio (rio), Pele (rio), Pelhe (rio), Peneda (rio da), Pequeno (rio), Pigarreira (rio da), Pontes (rio das), Saltadouro	44

	(rio de), Teixeira (rio da), Torto (rio), Touça (rio da), Vade (rio), Várzea (rio da), Veade (rio de), Veiga (rio da), Vila (rio da), Vila (rio de), Vizela (rio)	
Bragança	(de) Calabor, (de) Macedo, (de) Onor, (de) Trutas, Angueira (rio), Azibo (rio), Baceiro (rio), Bom (rio), Burga (ribeira da), Carvalhais (ribeira de), Douro (rio), Fervença (rio), Fresno (rio), Igrejas (rio), Maças (rio), Mau (rio), Mente (rio), Rabaçal (rio), Sabor (rio), Tua (rio), Tuela (rio)	21
Castelo Branco	Almaceda (ribeiro de), Bazágueda (rio), Erges (rio), Meimoa (ribeira da), Ocresa (rio), Ponsul (rio), Torto (rio), Tripeiro (rio), Tejo (rio)	9
Coimbra	Arouce (rio), Cavalos (rio/rio de), Ceira (rio), Dueça (rio), Ega (rio), Foja (rio da), Fojo (rio do), Fornos (rio dos), Mel (rio de), Mouros (rio de), Pranto (rio), Resmungão (rio), Ribelas (rio de), Seco (rio), Sótão (rio), Soure (rio), Unhais (rio), Unhais-o-Velho (rio), Várzea (rio da), Velho (rio)	19
Évora	Alcarrache (rio), Almançor (rio), Degebe (rio), Divor (rio), Marateca (ribeira de), Raia (ribeira da), Tera (ribeira de), Torto, (ribeira), Xarrama (rio)	9
Faro	Alvor (rio), Arade (rio), Beliche ou Belixe (ribeira), Corte (ribeira), Foupana (ribeira da), Gilão (rio), Odeleite (ribeira de), Seco (rio), Séqua (rio)	9
Guarda	Águeda (rio), Aguiar (ribeira de), Alva (rio), Beijames (rio), Caldeirão (ribeira do), Côa (rio), Cobral (rio), Dão (rio), Diz (rio), Massueime (rio, ribeira de), Moinhos (rio dos), Mondego (rio), Noémi (rio), Seco (rio), Seia (rio), Távora (rio), Teja (ribeira), Torto (rio), Zêzere (rio)	19
Leiria	Águas Belas (rio das), Alcaide (rio), Alcoa (rio), Alcobaça (rio), Alpedriz (rio de), Anços (rio), Antas (rio das), Areia (rio da), Arnoia (rio), Arunca (rio), Azenhas (rio das), Baça (rio), Cal (rio da), Castanheira (rio da), Chãos (rio de), Corga (rio da), Coz (rio de), Esperança (rio da), Fanadia (rio da), Ferrel (rio de), Fonte Santa (rio da), Igreja Velha (rio da), Junceira (rio da), Lama (rio da), Lavandeira (rio da), Lena, Lis, Meio (rio do), Nabão (rio), Pedralhos (rio de), Pisões (rio dos), Ponta do Jardim (rio da), Real (rio), Rebelos (rio dos), S. Domingos (rio de), S. Vicente (rio de), Sanguinheira (rio da), Seco (rio), Sobreira (rio da), Tábuas (rio das), Tornada (rio da), Velho (rio), Vergado (do),	43
Lisboa	Açude (rio do), Alcabrichel (rio), Alcubela (rio), Alenquer (rio/rio de), Bogota (rio), Boição (rio/rio do), Bouco (rio do), Calçada (rio da), Costa (rio da), Crós Cos (rio), Cuco (rio do), Galvão (rio), Grande (rio), Grande da Pipa (rio), Jamor (rio/rio do), Lisandro (rio), Loures (rio de), Louriceira (rio da), Lousa (rio de), Mata (rio da), Matos (rio dos), Odivelas (ribeira de), Ota (rio/rio da), Pedrulhos (ribeira de), Pequeno (rio), Raimunda (rio da), Risco (rio do/vala do), Safarujo (rio), Salema (rio), Sangue (rio), Santo António (rio de), Silveira (rio da), Sizandro (rio), Sobral (rio do), Toxofal (rio do), Trancão (rio), Travessa (rio da), Valverde (rio de)	38
Portalegre	Caia (rio), Guadiana (rio), Sever (rio), Sor (ribeira de), Sorraia (rio), Xévora (rio)	6
Porto	Alto (rio), Canelas (rio de), Carneiro (rio), Cavalum (rio), Eiriz (rio de), Espírito Santo (rio do), Febros (rio), Ferreira (rio), Fontão (rio de), Fornelo (rio), Galinhas (rio de), Granja (rio da), Juncal (rio do), Leça (rio), Marão (rio), Mau (rio), Mezio (rio), Odres (rio), Onda (rio), Ovelha(s) (rio de), Ovil (rio),	30

	Passarias (rio de), Sanguinhedo (rio), Sousa (rio), Teixeira (rio), Tinto (rio), Torto (rio), Trofa (rio da), Uíma (rio), Valadares (rio de)	
Santarém	Alcobertas (ribeira de), Almonda (rio), Alviela (rio), Carapua (rio), Carvalho (rio do), Centeio (rio/rio do), Jaleca (rio da), Maior (rio), Mourual (rio), Penegral (rio do), Santo (rio), Torto (rio)	12
Setúbal	Coína (rio), Judeu (rio), Moita (rio), Porto (rio do)	4
Viana do Castelo	Adrão (rio), Âncora (rio), Areeiro (rio do), Armada (rio da), Aveleira (rio da), Ázere (rio), Cabanas (rio de), Cabrão (rio), Cabril (rio), Campos (rio dos), Carvalheiras (rio de), Castro Laboreiro (rio), Cavaleiros (rio dos), Codecede (rio de), Couço (rio de), Coura (rio), Covo (rio), Estorãos (rio), Fervença (rio da), Froufe (rio de/rio), Gadanha (rio da/rio), Galego (rio), Germil (rio de), Gingiela (rio da), Grande (rio), Labruja (rio), Lima (rio), Manco (rio), Mestre (rio), Milhares (rio), Minho (rio), Moinhos (rio dos), Mouro (rio), Mulas (rio de), Oliveira (rio de), Ouro (rio de/rio d'), Outeiro (rio do), Paradela (rio da), Peneda (rio da), Pequeno (rio), Perdiz (rio da), Poço Negro (rio do), Pomba (rio), Ponte (rio da), Pontido (rio de), Porreiras (rio das), Porta Cova (rio de), Portuzelo (rio de), Ramiscal (rio do), Sapeiras (rio), Seixo (rio), Sucrasto (rio de), Tamente (rio), Tieiras (rio de, rio das), Tinto (rio), Tora (rio), Trancoso (rio), Vale (rio do), Veiga (rio da), Vez (rio), Vidoeira (rio de).	61
Vila Real	Aguilhão (rio), Aires (rio d'), Assureira (rio), Avelais (rio dos), Avelames (rio), Aveleira (rio de), Beça (rio), Bojas (rio das), Bouça Nova (rio da), Cabrão (rio), Cabril (rio), Calvo (rio), Cávado (rio), Ceira (rio), Corgo (rio), Covas (rio), Covelas (rio de), Curros (rio), Escalheiro (rio de), Felgueiras (rio de), Ferreiros (rio), Louredo (rio), Moinhos (rio), Mousse (rio), Olo (rio), Pequeno (rio), Pincães (rio de), Pinhão (rio), Poio (rio), Porto da Laje (rio de), Porto de Rei (rio), Rabagão (rio), S. Vicente (rio), Seromenha (rio), Sião (rio do), Sordo (rio), Soutelo (rio de), Tâmega (rio), Tanha (rio), Tenalha (rio), Terva (rio), Tinhela (rio), Torno (rio), Torto (rio), Vale de Madeiros (rio de)	45
Viseu	Ardena (rio), Areal (rio do), Asnes (rio), Balsemão (rio), Barreiro (rio), Bom (rio), Cabril (rio), Cabrum (rio), Calvo (rio), Campo de Besteiros (rio de), Carregal (rio do), Castelo (rio do), Castelões (rio de), Couto (rio do/ribeiro do), Covo (rio), Cris (rio), Dalmeu (rio), Delobra (rio da), Dinha (rio), Farbança (rio), Fogarosa (rio), Fonte Biqueira (rio da), Frio (rio), Fundo do Lugar (rio do), Gaia (rio da), Ludares (rio de), Mau (rio), Mel (rio de), Miravaio (rio), Múceres (rio de), Paiva (rio), Paivô (ribeira do/rio), Pavia (rio), Pequeno (rio), Pisão (rio), Poldras (rio das), Pombeiro (rio), Santo (rio do), Sul (rio), Tedo (rio), Teixeira (rio), Touro (rio), Troço (rio), Vagem (rio), Varosa (rio), Varoso (rio), Várzeas (rio das), Videira (rio), Vidoeiro (rio), Vilar (rio de), Vouga (rio), Zela (rio), Zonho (rio do),	53
		481

4. PARA UM DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DOS HIDROTOPÓNIMOS DE PORTUGAL CONTINENTAL

Preenche este capítulo um conjunto de comentários sobre a etimologia dos 481 hidrotopónimos (cf. lista no quadro 3.5.2). A análise proposta visa definir ou rever a relação de cada hidrotopónimo examinado com os estratos linguísticos que a literatura geralmente distingue na história do léxico do português (cf. secção 2.4).²⁰⁹

4.1. Distrito de Aveiro (48 hidrotopónimos)

Agadão (rio), Águeda (rio), Alfusqueiro (rio), Amieiras (rio das), Antuã (rio), Arda (rio), Arões (rio), Bessada (rio da), Boco (rio), Bom (rio), Branco (rio), Caima (rio), Cáster (rio), Cértima (rio), Ervedal (rio), Filvida (rio), Fontela (rio), Frades (rio de), Fuste (rio), Gonde (rio), Gondim (rio), Gorgulhão (rio do), Gresso (rio), Horta (rio de), Inha (rio), Ínsua (rio), Jardim (rio), Largo (rio), Levira (rio), Lordelo (rio), Marialva(rio), Marnel(rio), Mau (rio), Negro (rio), Ortigosa (rio), Ponte (rio da), Póvoa da Ribeira (rio), Quintela (rio de), São Miguel (rio de), Sardoura (rio), Serra (rio da), Serra da Cabria (rio da), Teixeira (rio), Ul (rio), Valboa (rio da), Vale das Cubas (rio do), Veade (rio), Vignes (rio)

4.1.1. Agadão (rio)

Derivado de hidrónimo pré-latino, talvez no período latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

²⁰⁹ Vários artigos deste capítulo foram sujeitos a alterações e correções decorrentes de uma série de observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo (Universidade de Santiago de Compostela), na sequência da prova de defesa desta tese. Assinalam-se todas essas intervenções em notas de rodapé, ao longo do capítulo. Ficam também aqui registados os meus agradecimentos pela atenção dada ao presente trabalho pela Professora Ana Isabel Boullón, cujos comentários permitiram melhorar a versão definitiva do mesmo. As eventuais imprecisões e erros que ainda permanecerem são, naturalmente, da minha responsabilidade.

Com nascente na serra do Caramulo,²¹⁰ é afluente da margem esquerda do rio Águeda (cf. CMP 1:25 000, folhas 198 – Castelões, Tondela; 197 – Oliveira do Bairro). O CIGeoE-SIG (CMP 1:25 000, folha 209) apresenta também uma ribeira de Agadão que é afluente da ribeira de Mórtaqua, a qual passa pela cidade do mesmo nome. *Agadão* é ainda o nome de uma antiga freguesia do concelho de Águeda.

Machado sugere que seja um derivado de *Águeda*, “designativo de quem era natural ou oriundo dessa povoação”. Fernandes (1999) corrige Machado, fazendo derivar o hidrónimo da antiga forma de *Águeda*, *Agata*. Moreira (1967: 57) relaciona-o com a raiz indo-europeia do latim *aqua*. A relação entre *Agadão* e *Águeda* tem paralelo na alternância *-a/-ón* assinalada por Bascuas (2002: 343) com outros casos na Galiza e noutras regiões peninsulares: *Ara/Arón*, *Vara/Varón*, *Sala/Salón* > *Jalón*. A esta série, poderia acrescentar-se o par praticamente homónimo formado por *Águeda*, denominação do rio fronteiro do distrito da Guarda (q. v.), e pelo hidrónimo *Agadón* ou *Agadones*, um afluente da margem direita deste mesmo Águeda, replicando o referido tipo de correspondência (cf. Madoz 1846-1850).²¹¹ Trata-se, portanto, de um hidrónimo cuja base de derivação – o radical de *Agata* ou *Agada* – parece pré-latina, provavelmente indo-europeia; já a sua derivação poderá ter-se verificado em época posterior, no período romance ou já mesmo galego-português. De qualquer modo, *Agadão* ilustra um processo onomástico produtivo também fora do território atualmente português.

4.1.2. Águeda (rio)

Provável origem pré-latina.

²¹⁰ Diz a GEPB: “Rio que nasce na parte S.W. da serra do Caramulo e a N. E. da freguesia de Mosteirinho, entre Lomba da Balinha e Malhapão, banha as freguesias de Mosteirinho e Agadão e lança-se no Águeda a montante da povoação de Redonda, com cerca de 20 km. de curso. A. de Andrade chama Águeda a este rio, mas outros e as cartas oficiais denominam-no Agadão.” Segundo Costa (1929-1949), “nasce [...] no log. de Almofala freg. de Monte e conc. de Tondella [...]”.

²¹¹ Aos hidrónimos *Agadón* e *Agadones*, na parte ocidental da província de Salamanca, Riesco Chueca (2006: 222) dedica um apontamento, no qual assinala precisamente o paralelismo existente os rios do vale do Vouga e os da margem direita do Douro, na região fronteira: “*Agadón* es una forma diminutiva del nombre del río Águeda. Los diminutivos fluviales son comunes (los pequeños cursos tributarios del río principal en su nacimiento son infantilizados por el sufijo): en una bifurcación, un ramal, generalmente el más caudaloso, mantiene el nombre pleno del río (en este caso, *Águeda*, antiguo *Agada*: en 1434, *río de Agada* [...]); en cambio, el ramal secundario es bautizado con diminutivos despectivo-afectivos: el *Agadón* o *Águeda chico*. El caso es perfectamente similar al del río Agueda portugués, que nace en la sierra de Caramulo. Su nombre antiguo – ‘discurrente rivulo Agada’ – coincide con el del río salm.; además, su afluente por la izquierda es el río Agadão” Sobre a produtividade destes diminutivos, o mesmo autor remete para Silveira (1940: 393), que propunha a análise de *Mondego* (v.) como evolução de uma forma de diminutivo do hidrónimo *Munda*.

Agata 883 (PMH Dipl.: 7), 1018 (idem, p. 148), 1174 (DMP I: 420), *Agada* 981 (PMH Dipl.: 81 e 82), 1037-1067 (idem, p. 279), 1131 (Reuter 1938: 46²¹² e DMP I: 140), *Accata* 1037-1067 (idem, ibidem)²¹³

Afluentes da margem esquerda do rio Vouga (CMP 1:25 000, folhas 187 – Guardão, Tondela, 186 – Águeda, 197 – Oliveira do Bairro, 185 – Aveiro). Afluentes do Vouga, nasce na serra do Caramulo: “Tem um curso de 60 km, recebendo as águas do Cértima. Antes da sua confluência com o Vouga forma uma lagoa conhecida pela Pateira de Fermentelos” (GEPB). Há um outro rio Águeda na fronteira com Espanha, no distrito da Guarda. Nos inícios do século XVIII, Costa (1868/1869: 91), ao referir-se à vila de Águeda, chama *Sardão* a este rio, muito embora, páginas depois (idem: 102), mencione o rio Águeda como afluente do Vouga.

Assumindo que as formas atestadas têm a mesma origem, Machado (2003) sugere que o nome evoluiu do latim eclesiástico *Agātha*, do qual derivam também os antropónimos *Ágata* e *Águeda*. A forma latina, por sua vez, teria origem no grego *Ágathé*. Esta hipótese carece de dados que permitam explicar como um nome próprio feminino poderá estar na origem do hidrotópónimo em apreço; além disso, maior sustentação encontram outras propostas, quando apontam para uma etimologia muito anterior, provavelmente não latina.²¹⁴

Moreira (1967: 54) relaciona *Águeda* não diretamente com o latim *aqua* mas com formas cognatas indo-europeias (gótico *ahwa* e *ahva* ‘rio’; antigo islandês *ó* e *aegir* ‘mar’; anglo-saxónico *ea*; antigo saxónico e antigo alto alemão *aha* e *ouwa* ‘prado pantanoso; moderno alto alemão *Ache*) correspondentes a esta palavra latina:²¹⁵ tendo em conta atestações que apresentam -g- intervocálico, coloca por isso o hidrónimo numa série de formas em *ag-*, a qual constitui a variante de uma outra série, a de formas em *ak-* (idem,

²¹² Trata-se dos documentos da chancelaria de Afonso Henrique, editados por Reuter (1938).

²¹³ As formas recolhidas por Machado (2003) não permitem distinguir os dois rios que se chamam Águeda, embora uma atestação de 1130 se refira claramente ao afluente da margem esquerda do Douro, por estar incluída no foral de Numão, localidade no distrito da Guarda.

²¹⁴ Parágrafo alterado com base numa correção feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

²¹⁵ “[...] [M]esmo antes da propagação do vocábulo latino *aqua/água*, [...] o mesmo vocábulo através de outros falares europeus, num estado fonético menos evoluído do que actualmente, deve ter sido aplicado hidronimicamente na Europa Ocidental e Central [...]” Moreira (1967: 54). Ver também Pokorny (1959) s.v. *akūā-*, ‘água, rio’ e Krahe (1964: 41).

57). Note-se, porém, que a variante *Accata*, também mencionada por Machado (2003), poderia determinar a pertença de *Águeda* a esta última série. De qualquer modo, a variante em *ak-* ou *akk-* revela-se claramente minoritária, pelo que se presume que as relevantes apresentam *-g-*, como *Agada* e *Agata* (esta classificada como latinismo por Machado). Acresce que é plausível postular uma oclusiva velar vozeada, e não uma surda, desde a época pré-latina, se se considerar que, geralmente, o *-g-* intervocálico latino se manteve no galego-português, quando seguido de uma vogal [+recuada]: *plāga-* > *chaga*; mas *lēge-* > *lei*, porque a vogal é [-recuada].²¹⁶ Alternativa a esta proposta é a que Bascuas (2014: 125) refere quando menciona a raiz “do lat. *agō* ‘conducir’, *axis* ‘eixo’ [...]”, para assinalar que, com ela, “relaciona H. Krahe varios ríos europeos, coma o *Aga* (Letonia) ou o *Eger* < *Agara* 805, afl. do Elba, e J. de Hoz [1963, p. 230] engade algúns outros da Península Ibérica, coma o port. *Agata* 883, o *Águeda* (un en Aveiro e outro en Salamanca)”.²¹⁷

Aparentemente temos assim identificada uma parte do nome em discussão, mas fica por explicar a sequência *-ada* quanto a dois pontos: o da passagem de [a] postónico a uma vogal [-recuada] (*Agata* ou *Agada* > *Águeda*) e o estatuto histórico de *-ada* como unidade de análise. Relativamente ao primeiro aspeto, é lícito supor que a elevação da vogal baixa se tenha ficado a dever à sua posição átona, facto possível de ilustrar com exemplos retirados da literatura (Nunes 1989): **maniana-* > *menhã* (var. de *manhã*); *panaria-* > *peneira*.²¹⁸ De observar, contudo, que estes casos correspondem a ocorrências em sílabas átonas pré-tónicas, não parecendo haver registo de exemplos semelhantes a *Águeda*. A respeito da diacronia de *-ada*, Bascuas (2002: 30) assinala, na perspetiva da hipótese do europeu antigo, a frequência significativa, na hidronímia pré-latina, do sufixo *-t*, “precedido de *-n* ou seguido de *yod*”. Identifica também a forma *-to* (“más raro, pero bien establecido en toda Europa”), dando exemplos retirados de Krahe (1964: 65): *Nestos*, *Nesta*, *Aisetà*, *Drutos*, *Druta*, *Neretà*, *Amata*, *Polota*, *Salótas*. Na Península, são exemplos

²¹⁶ No entanto, nem sempre é assim, porque a mudança regular pode ver-se alterada por processos de transmissão contrastantes, habitualmente referidos por via erudita e via popular. Por exemplo, **vagativu-* > *vaadio* > *vadio* aponta para a supressão de um *-g-* entre vogais [+recuadas]. Este resultado poderia ser ligado à posição do acento, que não recai sobre a sílaba *-ga-*, mas regista-se também a queda de *-g-* latino, em sílaba tónica, quando precedido de uma vogal [+recuada]: *castigare* > *castigar*; mas *litigare* > *lidar*. Ver Williams (2001: 78), Huber (1984).

²¹⁷ Alterou-se a redação da última frase do parágrafo com base nas correções e observações feitas pela Professora Doutora Ana Isabel Boullón Agrelo no contexto da prova de defesa deste trabalho.

²¹⁸ O fenómeno inverso tende a ser mais frequente: *serrar* > *çarrar*; *secretu-* > *sagredo* (Nunes 1984: 60/61).

(Bascuas 2003: 31) os rios *Mendo* (<*Minetu),²¹⁹ *Úbeda* (subafluente do Minho, em Pastoriza, Lugo), *Lueda* (Oviedo), *Baredo* (Baiona, Pontevedra), *Areta* (Navarra), *Arade* (de **Arato*; Silves, Portugal). Observe-se, todavia, que, nestes exemplos, Bascuas não comenta a evidente variação *-to/-ta* a que o sufixo está sujeito, embora o mesmo autor registre *-a* como a terminação mais comum da hidronímia de tipo paleoeuropeu. Krahe (idem, p. 62) diz apenas tratar-se da forma correspondente masculina. Guerra (1998: 727) igualmente salienta a frequência do sufixo *-t-* na onomástica lusitana, sem encontrar o mesmo na toponímia correspondente. Esta particularidade torna o hidrotópónimo em apreço mais notável, justamente porque se encontra no norte da antiga Lusitânia. Poder-se-ia ainda explorar a hipótese de *-ada* ser a desinência românica de participio passado que encontramos em *chegada*, *facada*, *noitada* ou *rapaziada*, resultante do laatin *-ata*, forma documentada desde o século XII. Mas enquanto esta forma tem acento próprio, na penúltima sílaba, impondo-o às palavras em que ocorre, no caso de *Águeda*, a terminação é átona. Há, pois, boas razões para ver em *-eda* (e em *-adão* de *Agadão*) a presença de elementos mórficos que, pelo menos, não pertencem à latinidade.

Considera-se, portanto, que o hidrotópónimo tem origem pré-latina, provavelmente indo-europeia, mas a sua relação com as línguas célticas será muito duvidosa, se não mesmo nula.

4.1.3. Alfusqueiro (rio)

Híbrido árabo-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Águeda (o qual, por sua vez, desagua no Vouga), conforme se pode verificar na CMP 1:25 000 (folhas 176 – Oliveira de Frades; 187 – Guardão, Tondela; 186 – Águeda).

Machado (2003) não regista este hidrónimo. A presença do elemento *al-*, geralmente de origem árabe, e do sufixo *-eiro*, de origem românica sugere um híbrido árabo-romance. Entre os vários exemplos registados por Terés (1986: 101), assinala-se *Al-Fuška*, que o arabista espanhol localiza na região de Córdoba e no qual, seguindo Simonte (1888),

²¹⁹ Moralejo (2007: 148/149) nega a hipótese de *Mendo* ter origem pré-latina, relacionando-o com um antropónimo medieval.

distingue o latim *fuscus* ‘fusco, escurecido’, cujo significado básico corresponde a ‘escuro’, mas, por extensão semântica, se torna alusivo a região “escura”, porque arborizada. Não é de excluir que *al-* ocorra com função expressiva, como se verifica, por exemplo, em *Alpendurada*. No entanto, a relativamente abundante toponímia de origem árabe e moçárabe na região do Vouga permite aceitar que, no nome em referência, se tenha repercutido a interferência do árabe. A etimologia de Téres (1986), que filia o referido hidrónimo árabo-romance no latim *fuscus*, parece, portanto, repetir-se no caso do nome deste rio da bacia hidrográfica do Vouga.

4.1.4. Amieiras (rio das)

De fitotopónimo datável a partir do período romance ou já galego-português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Serra, sendo este, por sua vez, um afluente da margem direita do rio Cértima (CMP 1:25 000, folha 208 – Anadia).

Amieira é topónimo frequente em Portugal e na Galiza. Trata-se da conversão de *amieira*, segundo Figueiredo (1913), o mesmo que *amieiro*, que Machado (1987) relaciona com o latim **aminariu*, “de origem desconhecida”, ou, como pretende o DHLP, do latim vulgar **amoenarĭum*, de *amoena* (*arbor*) ‘árvore amena’.²²⁰ Para Navaza (2006: 55/56), *amieira* constitui um coletivo de *amieiro*, o que se torna aqui plausível face à possibilidade de reinterpretação da sequência *-eira* como inclusiva do sufixo *-eir-*, que já terá sido mais produtivo do que hoje na formação de coletivos e abundanciais (cf. DHLP s. v. *lamaceira* e *piolheira*).²²¹

4.1.5. Antuã (rio)

Origem obscura, talvez de nome próprio pré-latino com interferência da morfologia latina ou romance.

²²⁰ Figueiredo (1913) também lhe atribui uma segunda aceção: “Pequena cesta de corras de amieiro ou castanheiro, com arco por cima.”

²²¹ Rio-Torto (2016: 153) exclui *-eir(a)* dos sufixos que intervêm na formação de coletivos, porque “alguns derivados em que ocorre denotam não já a quantidade, mas, por metonímia, o ‘produto’ que a contém (cf. *cabeleira*, por exemplo), apresentando portanto um sentido cristalizado”.

Antunane 527-582 (Fernandes 1997: 89),²²² *Antoana* 922 (PMH Dipl.: 16) e 1256; *Antuana* 1050 (PMH Dipl.: 230 e 293).

Classificado como rio (ELBCV) ou ribeira (GEPB), nasce entre Romariz e Fajões, passando por S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Ul (ELBCV). Desagua na ria de Aveiro, “entre os esteiros de Estarreja e de Salreu” (cf. idem; ver também CMP 1:25 000, folhas 174 – Murtosa, 154 – São João da Madeira).

Machado (2003) não liga o topónimo à latinidade, atribuindo-lhe “origem obscura, provavelmente pré-romana”.²²³ Moreira (1967: 106) defende claramente uma origem pré-romana: “[...] deve estar-se perante um apelativo de valor ‘água pantanosa, pântano’, cfr. *lagoa Antela* e *pântano Antissa* [...]” Sobre a terminação de *Antuã*, Moreira propõe que a vogal [u] faça parte da flexão de *Ant-*, que “[...] aparece com um tema em *u* (*Antu-*) acrescido dum elemento *-Ana* no que faz lembrar o rio *Padus* e t. *Pádua* [...]”; *-ana* é um elemento “bastante conhecido na hidronímia mediterrânica e cujo significado é também ‘pântano’. Villar (2000: 337-339) enquadra o elemento *ant-* na etimologia indo-europeia, isolando, na análise de *Antullus*, antropónimo da Hispânia meridional, uma forma básica *Antus*, com uma variante *Antius*, com várias ocorrências na Península Ibérica, incluindo duas localizadas em Idanha (Castelo Branco). Para Villar e Prósper (2005: 200 e 437), o mesmo elemento *ant-* é também reconhecível em topónimos e antropónimos europeus extrapeninsulares; identifica-o ainda quer na série *Antia*, *Antium*, *Antina*, *Antianis*, *Antonum*, quer num nome de família da Celtibéria, *Antiaco*. Quanto ao segmento *-ana*, mencionado por Domingos Moreira, tenha-se em conta Bascuas (2002: 235), que realça o elemento de composição pré-romano **Ana*, também presente em Guadiana, na análise do topónimo galego *Ombre* (<*Anobre*), cuja “situación entre el Monte Barcia y el rio Tambre induce a pensar en una idea coincidente con la del galo *anam* ‘charco’, afín a la de *barcia*”.²²⁴

²²² Trata-se de uma forma que ocorre na *Divisio Theodemiri*, também chamado *Paroquial Suevo*. Ver edição e estudo de David (1965) e estudo de Fernandes (1997). As datas indicadas procuram definir as balizas temporais que a investigação tem atribuído a esta fonte.

²²³ Machado (2003) remete para Arlindo de Sousa (*Boletim Mensal da Língua Portuguesa*, XIII, p. 362).

²²⁴ As duas últimas frases do parágrafo foram alteradas de acordo com as correções e observações feitas pela Professora Doutora Ana Isabel Boullón Agrelo no contexto das provas de defesa desta tese.

Alarcão (2001: 50), confirmando de certo modo uma indicação de Silveira,²²⁵ identifica com *Antuã* a forma *Antunane*, que ocorre no *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodimiri* do século VI. Visto o *Parochiale* incluir designações “na sua quase totalidade, latinas ou pré-latinas” (idem, p. 29), a base hipotética de *Antunane* proposta por Silveira, **Antonius*, poderá ser latina, admitindo registar-se a síncope de *-i-* em *Antonius*; ao nome em apreço associar-se-ia o sufixo *-ana*.²²⁶ Observe-se, no entanto, que a presença de *-u-* em *Antunane*, aproximando-a do antropónimo *Antus* acima referido, sugere antes a forma **Antunus*, de incerta atribuição latina.

Em conclusão, não há certezas quanto à análise etimológica de *Antuã*. A hipótese de ter uma motivação hidrológica, permite encarar este hidrónimo como nome pré-latino constituído por dois elementos, um, indo-europeu – *Ant-* ou *Antu-* –, e outro, de origem obscura, indo-europeu ou não – *Ana*. No entanto, a possibilidade de se tratar do derivado de um antropónimo torna menos plausível a relação com a água ou os rios, apesar de não invalidar a proposta de uma origem pré-latina.

4.1.6. Arda (rio)

Origem obscura, mas provavelmente pré-latina.

Alarda 951 (PMH Dipl.: 36), 1014 (?) (PMH Dipl.: 158), 1100²²⁷ (PMH Dipl.: 649), 1129 (DMP I: 121/122), *Arda* 1059 (PMH Dipl.: 259), 1142 (DMP I: 241), 1258 (PMH Inquis.: 719), *Aarda* 1171 (DMP I: 405)

²²⁵ Discutindo a etimologia de *Antanhol* (Coimbra), Silveira (1921-1922: 199/200, n. 5) refere o seguinte: “[...] *Antuan* [é o nome] que teve uma antiga vila e tem um rio, que a banhava, no distrito de Aveiro, concelho de Estarreja – chamados já em doc. dos sec. X e XI, *Antuana* e *Antoana*. A vila parece ser a chamada *Antonana* ou *Antunana* (variantes de alguns códices: *Astusiane* e *Astrucione*) na suspeita divisão dos bispados de Teodomiro — sec. VI (Brito, Mon. *Lusit.*, ed. da Acad. R. das Ciências, VI, p. 262; Argote, *Mem. para a hist. Eccles. do arceb. de Braga*, t. II, p. 804, 812 e 850; *Anaes do mun. de Oliveira d’Azemeis*, Porto, 1909, p. 317). O nome será formado sobre **Antonius* com o sufixo feminino *-ana*, que já vimos em *Anzana*, e *Larzana*? Cp. em Espanha *Antoñán* (Leão) e *Antoñana* (Oviedo), nomes formados sobre *Antonius*, mas onde há o grupo *-nia-* que não pode haver no étimo de *Antuan*.”

²²⁶ Frase alterada de acordo com as correções e observações feitas pela Professora Doutora Ana Isabel Boullón Agrelo no contexto das provas de defesa desta tese. Agradece-se à mesma Professora o comentário segundo o qual o nome *Antonius* não está atestado na antroponímia latina, embora *Antonius* e *Antonas* tenham registo em H. Solin e O. Salomies, 1988. *Repertorium nominum gentilium e cognominum latinorum*, Hildesheim: Olms-Weidmann.

²²⁷ Machado (2003) atribui esta data à atestação da forma *Adarda*, que ocorreria por lapso. Esta forma está registada como variante de *Alarda* em Cortesão (1912), que a deteta num documento do mosteiro de Arouca incluído nos PMH (Dipl.: 649). No entanto, Fernandes (1999, s.v. *Alarda*) observa que nos PMH não se encontra tal lapso; na verdade, consultando os *Diplomata et Chartae* dos PMH, além de não se encontrar a p. 649 referida por Cortesão (1912) e Machado (2003), confirma-se que é *Alarda*, e não *Adarda*, a forma que ocorre nas cartas 649, de 1085, e 947, de 1100.

Afluentes da margem direita do Douro (CMP 1: 25 0000, folhas 155 – Arouca; 154 – São João da Madeira; 144 – Feira; 134 – Foz do Sousa, Gondomar).

Machado regista as formas *Alarda* e *Arda*, mas sem as identificar nem relacionar. Fernandes (1999) identifica *Alarda* com *Arda*, considerando tratar-se do mesmo nome, no qual distingue os elementos *al-* e *ar-*, de origem pré-romana, interpretáveis como ‘água’. Bascuas (2002: 58) refere-se a *Arda* como o derivado mais claro do tema *ard-*, forma resultante do alargamento de *ar-*, uma das vocalizações da raiz indo-europeia **er* ‘mexer-se, movimentar-se’ (ver discussão na secção 2.4.1). Contudo, as atestações medievais apontam para uma lateral líquida que terá sido sincopada conforme é característico do sistema galego-português, o que significa que é muito discutível a filiação direta do hidrotopónimo em tal raiz. Mesmo assim, assinala-se que Bascuas (idem, p. 266), sem identificar a forma moderna *Arda* com *Alarda*, propõe que esta proceda da raiz indo-europeia **el* ‘fluir’ à qual se associa uma terminação pouco clara: talvez *-ēta*, que permite reconstituir **Alárēta* com pronúncia esdrúxula (cf. *Úbeda* e *Nemētos*, donde *Nemitos* > *Nendos*); ou “[...] el sufixo despectivo *-ardo*, del ibérico *-arro*, como *moscardo*”.²²⁸

Não fica, portanto, esclarecida a etimologia de *Arda*, muito embora, não havendo ligação a itens do léxico comum de tradição latino-romance ou árabe, nem ligação ao onomástico desses estratos ou do de origem germânica, se afigure plausível a hipótese pré-latina. Fica por esclarecer, no entanto, a sua pertença a um estrato mais específico, indo-europeu, ou não indo-europeu.

4.1.7. Arões (rio)

Origem obscura, parece integrar um radical de origem pré-latina.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.²²⁹

²²⁸ Frase alterada de acordo com as correções e observações feitas pela Professora Doutora Ana Isabel Boullón Agrelo no contexto das provas de defesa desta tese.

²²⁹ As formas *Arones* 924 (PMH Dipl.: 18 e 138) e *Aarones*, 1098 (PMH Dipl: 522) são relativas ao nome de uma herdade ou lugar a norte Douro (cf. Cortesão 1912 e Machado 2003).

Afluentes do rio Lordelo, o qual, por sua vez, é um afluente da margem direita do rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folha 165 – Arões, Vale de Cambra). Nas margens do rio assim chamado, encontra-se a localidade de Arões. Saliente-se que a GEPB e ELBCV só o registam como topónimo, em Fafe, no distrito de Braga (duas vezes), em Vila do Conde, no distrito do Porto, em Vale de Cambra, no distrito de Aveiro, e em Odiáxere, no concelho de Lagos, distrito de Faro.

Machado liga este topónimo a *Aaron* e ao patronímico deste – *Aroniz* (1014, 1101), *Aronici* (1088) e *Aaroniz* (1104). A par destas formas, inclui as que são atestáveis como topónimos: *Arones* (924) e *Aarones* (1098). No entanto, Nunes (1933: 16) já negara antes a eventual relação de *Arões* como nome geográfico a *Aarão*. Com efeito, aceitando que o grafema <z> não representa o mesmo segmento que <s>, e que um e outro participam da representação de unidades morfológicas diferentes (-iz, o patronímico e -es, a flexão de plural), fica parcialmente posta em causa a identidade entre as formas referidas. Pode-se, no entanto, admitir que a sequência <aron-> ou <aaron-> é no fundo a do nome próprio *Aaron*, isto é, *Aarão* na atualidade. Mas, estando documentada a forma *Arones*, que aparentemente tem marca de plural, impõe-se identificar um hipotético singular.

O próprio Machado dedica duas entradas a *Arão*: numa, trata-se de variante de *Aarão*, nome próprio ligado à história bíblica que está documentado como *Aron* (907 e 1101), *Araon* (1169) – que explicam a forma *Arão* em Camões e Vieira –, *Aarom/Aaram/Arom* (séc. XIV) e *Aram* (séc. XVI); noutra, define a forma como topónimo frequente e como hidrónimo, designação de um afluente do rio Alvor (Lagos e Portimão), relacionando-o com os nomes *Arade* (rio, Portugal) e *Aras* (rio, Mayenne, França): “Estas circunstâncias e a região meridional onde se encontra faz pensar noutra origem, mais ant[iga]. Tratar-se-á do pré-céltico *are*, *ara*, «rio», «vale» (Dauzat, F., s.v. *Aran*) e célt. *on(a)*, “água”?”²³⁰ O elemento *are* mencionado por Machado não se confunde, portanto, com o que o mesmo autor identifica como céltico *are* “junto, perto”, em *Arade*, *Arantes*, *Arante*, *Arunca*.

Moralejo Lasso (1977: 122) agrega ocorrências de um elemento semelhantes a *Arão* e *Arões*, em topónimos galegos como Fontarán (Cospeito, Lugo), Fonte Arán (Santa Comba, Corunha), Fontarón e Fonte-Arón (Becerreá, Lugo, e Oviedo), que confronta com *Arán*, também em Santa Comba e Vilalba (Lugo), *Arón* e *Aro*, na província da Corunha,

²³⁰ Machado refere Dauzat 1951.

bem como *Arones*, em Oviedo. Este segundo elemento é, para Moralejo Lasso, difícil de identificar, já que uma aproximação ao basco *arán*, *arana*, ‘vale, campo’, presente no tautológico Valle de Arán (Lérida), é duvidosa no caso galego, mas admite que *Fontarán* e *Fontarón* possam ligar-se ao antropónimo *Aarón*. Fica, no entanto, por explicar o que mais aqui interessa — a eventual afinidade entre *Arón*, *Arones*, *Arão* e *Arões*.

Bascuas (2002: 25) inclui o hidrotopónimo português *Arão* entre topónimos galegos como *Fontarón*, *Monte Arón*, *Pena Arón* e *Arou*, aos quais associa a mesma raiz indo-europeia – **er* ‘mexer-se, movimentar-se’ –, realizada com a vogal radical /a/ e sufixo -n-, pelo constituiria um caso enquadrável na série hidronímica *Ar/Ara/Arón*, a que se juntariam outras formas toponímicas em alternância vocálica como *Arán* e *Arén*.²³¹

Acerca do hidrotopónimo *Arões*, relativo a Vale de Cambra, conclui-se por agora que a sua origem é obscura, embora a sua configuração pareça ter carácter pré-latino. Mesmo assim, não há, até ao momento, dados que desmintam uma eventual relação com nomes de lugar baseados no antropónimo *Aarão*. A configuração *Arões* pode até remeter para uma conversão em hidrotopónimo de um etnónimo derivado de um possível topónimo *Arão*.

4.1.8. Bessada (rio da)

Romance, galego-português ou já português, do léxico comum *vessada*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Curso de água que faz parte da rede de afluentes da margem direita do rio Cértima (CMP 1:25 000, folha 208 – Anadia). Topónimo frequente no Norte de Portugal e na Galiza (Machado 2003).

Segundo Machado (2003), do latim *uersata*. A palavra latina deu origem a *vessada*, ‘terra muito produtiva, situada ger. em vale, provida de água de rega’ (DHLP). A forma *Bessada* deverá, portanto, ser interpretada como uma transcrição da pronunciação betacista do topónimo, conforme é típico dos dialetos setentrionais portugueses. É sua variante *Abessada*, que também se encontra nos concelhos de Vinhais, Chaves e Felgueiras. Assinale-se que, em todas as províncias da Galiza, se documentam vários topónimos com

²³¹ Este parágrafo teve em conta as correções e observações feitas pela Professora Doutora Ana Isabel Boullón Agrelo no contexto das provas de defesa desta tese.

as formas *Vesada* e *Avesada* (cf. *Nomenclátor de Galicia*). Carrasco e Navaza (2014: 72), que recolhem atestações do topónimo grafadas com , observam que, em galego, o vocábulo tem um uso semelhante à palavra portuguesa, denominando uma terra de cultivo: “[...] unha terra arada gañada ao monte para dedicala a cultivos.” A configuração do hidrotopónimo, ligando o termo classificador ao nome por preposição, sugere a recategorização de um nome de lugar em nome de rio.

4.1.9. Boco (rio)

Talvez conversão toponímica de *boco*, item do léxico comum romance ou já mais tardio.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.²³²

Rio que desagua na ria de Aveiro (CMP 1:25 000, folha 196 – Vagos). Segundo a GEPB, “era chamado antigamente rio Salgado”. A forma *Boco*, como topónimo, encontra-se no norte e no centro de Portugal (cf. Machado 2003, s.v. Boco), não se registando na toponímia a sul do Tejo. Este topónimo também ocorre na Galiza – *O Boco* (concelho de Coles, na província de Ourense; cf. *Nomenclátor de Galicia*).

Machado (2003) regista *Boco*, relacionando-o com atestações medievais com as formas *Booco* e *Baoco*, mas sem clarificar uma etimologia. Note-se, porém, o comentário de Machado sobre *Boca*, que filia no uso metafórico de *boca* – do latim *bŭcca* ‘bochecha, boca’ (cf. DCECH e DHLP) – para designar “entrada de vale, desfiladeiro, rio, etc”, hipótese suscetível de aplicação a *Boco*. Leite de Vasconcelos, nas suas *Folhas para um Dicionário*,²³³ regista *boco*, atribuindo-lhe duas aceções que parecem decorrer dessa perspetiva metafórica: ‘espaço entre rochedos’ e ‘abertura estreita entre serra, ou funda, por onde às vezes passa um regato’. Fernandes (1999), associando os topónimos *Boca* e *Boco* no mesmo artigo, contesta Machado (2003) para defender a interpretação de ambos os topónimos por, respetivamente **badoca* e **badoco*, com uma base comum, na raiz *bad-* ou *bal-*. É, portanto, possível que os topónimos com a forma *Boco* recubram itens

²³² Machado (2003) remete para ocorrências de *Boco* que não correspondem ao nome do rio em apreço. Trata-se das que ocorrem em PMH (Inq.: 47 e 131) e que são relativas a um lugar no concelho de Ponte de Lima (ver CMP e consultar o CIGeoE-SIG).

²³³ Trata-se de um conjunto de fichas que foram parcialmente editadas por Ivo Castro, Paula Estrela Mendes e João Paulo Silvestre sob o título *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*, o qual se encontra disponível em formato eletrónico em <http://alfclul.clul.ul.pt/clulsite/DRA/> (consultado em 23/09/2017).

lexicais diferentes. O caso em apreço pode bem ter que ver *boco* ‘abertura estreita’, por via de um topónimo talvez preexistente, *Boco*, nome de um lugar na freguesia de Sosa.

4.1.10. Bom (rio)

Muito provavelmente do adjetivo *bom*, mas datável de qualquer período a partir do estrato latino.

Sem atestações nas fontes consultadas.²³⁴

Afluente do rio Mau, o qual, por sua vez desagua no rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folha 164 – Oliveira de Azeméis). Observe-se que *rio Bom* ocorre como hidrónimo também no distrito de Viseu (concelho de Penedono) e Bragança (concelho de Vinhais). Enquanto nome de povoação aparece nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Viseu e Aveiro (neste último, Rio Bom é lugar da freguesia de Dornelas, no concelho de Sever do Vouga, não longe do rio também assim chamado). Também na Galiza se encontram lugares com o nome de *Riobó*, correspondente a *rio Bom* e *Rio Bom*.

Com toda a probabilidade, um nome descritivo, que se encontra noutros pontos de Portugal, a norte do Vouga (cf. CMP 1:25 000). Neste caso, assinala-se o contraste semântico com o hidrónimo *rio Mau*, a qual reforça a sugestão de o hidrotopónimo ter origem na função descritiva do adjetivo *bom*, do latim *bōnus* ‘bom’ (cf. DHLP e DCECH).

4.1.11. Branco (rio)

Provavelmente do adjetivo *branco*, mas a sua motivação é obscura.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Vouga (CMP 1:25 000, folhas 164 – Oliveira de Azeméis, 165 – Arões, Vale de Cambra, 176 – Oliveira de Frades). O rio assim chamado é também conhecido como *Grosso* (q.v.)

²³⁴ Atesta-se *rio Bono* num documento de 1258 nos PMH (Inq.: 373; ver também Machado 2003), mas trata-se do atual lugar de Rio Bom, na freguesia da Portela, no concelho de Monção (cf. CMP 1:25 000 e CIGeoE-SIG).

Embora a interpretação pareça acessível, pode não ser tão evidente a motivação deste hidrónimo. O seu carácter descritivo – *branco*, do germânico *blank* ‘brilhante, branco, límpido’, por empréstimo ao latim (cf. DHLP s. v. *branco* e DCECH s. v. *blanco*) – pode dever-se à limpidez das águas do rio, mas, sem elementos que permitam contextualizar este nome, tudo são meras conjecturas.

4.1.12. Caima (rio)

Provável origem pré-latina.

Camia 992 (PMH Dip.: 17 e 83), 1097 (PMH Dipl.: 505, 530), *Kamia* (idem, p. 553).²³⁵

Afluente da margem esquerda do rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folhas 155 – Arouca, 154 – S. João da Madeira, 164 – Oliveira de Azeméis, 175 – Albergaria-a-Velha).²³⁶

Machado 2003 comenta: “Se a pronúncia é *Caíma*, podemos ver neste nome um divergente de *Cadima*.” Sobre *Cadima*, diz: “É o feminino do adjectivo *cadimo*, ‘velho, antigo’”; ou seja, Machado sugere que *Caima* tenha origem árabe (ver também Vargens 1999: 566). Diferente é a perspectiva de Moreira (1967: 113), que, além de assinalar a forma *Camia* no século X (citando Cortesão 1912), relaciona o topónimo com a série constituída por *Camaces* (Salamanca), *Camesa* (Palência), *Camandre* (Var), *Camicus* (Sicília): “Quanto ao sentido, alicerça-se num apelativo de valor “fundo, depressão” correspondente ao tema dos nomes de vasos *camella* e *camillum* conservados em latim (NDLP; DELL). Notar gascão *camou* “terra fértil” (DENLF s.v. *Camou*). É frequente a relação semântica entre um nome de recipiente e um hidrónimo [...]” Considerando que *Caima* é resultado da metátese de /i/ de *Camia*, é plausível identificar um radical ou um elemento *cam-* Este encontra-se eventualmente incluído nos topónimos *Camosa*, *Camouça* e *Camoucho*, registados por Fernandes (1999), que propõe aproximá-los de *cama*, em sentido “topográfico-metafórico”, ou de “*cam* pré-romano, céltico,

²³⁵ Cortesão (1912): “*Camia*, rio, 922. L. Preto. Dipl. 17, 1. 3. —Id. 84.” Baptista (1874: 73) regista-o sob a forma de *Coima*, mas assinala *Caima* como forma referida por Pinho Leal; *Coima* deve ser variante, que não parece estar documentada na Idade Média nem na atualidade.

²³⁶ Na GEPB, descreve-se assim o curso deste rio: “Rio que nasce na serra de Manhouce, próximo da freg. de Albergaria das Cabras, atravessa o vale de Cambra, corre em direcção a SSO., passa nas fregs. de Roge, Castelões (conc. de Vale de Cambra), Ossela, Palmaz (conc. de Oliveira de Azeméis), Branca, Ribeira de Fráguas e Vale Maior (conc. de Albergaria-a-Velha), passa próximo desta vila e desagua margem direita do Vouga, com cerca de 40 km de curso.”

significando ‘curvo’ ou ideia afim”. Estas hipóteses são plausíveis e ambas remetem para radicais pré-latinos, uma vez que, por um lado, *cama* é termo próprio da maior parte dos romances ibéricos (“provavelmente [...] vocábulo ibérico, conservado na Hispânia”, Machado 1987, s.v.); por outro, não sendo *cam-* seguramente céltico, poderia ser identificado com a raiz indo-europeia (s)*kamb*, (s)*kemb*, *kamb-*, *kam-er*, *kam-p-*, ‘curvar, dobrar’ (Pokorny 1959: 918).²³⁷ Não deixa também de ser sugestiva uma eventual relação com *Cambra*, visto a separação do elemento *-bra*, resultado de *-briga* (Silveira 1914: 122), permitir isolar um primeiro elemento cuja forma poderia ser **can-* ou **cam-*. Contudo, Joaquim da Silveira (ibidem) refere que este topónimo está atestado no século XI como *Calambria*, portanto com um primeiro elemento com *-l-* intervocálico, **calan-* ou **calam-*. Acontece, porém, que a forma medieval atestada de *Caima* não sugere a presença de *-l-* intervocálico, pelo que ganham favor as referidas hipóteses de aproximação a *cama* ou a um suposto céltico *cam-*. Cabe ainda referir que a presença do sufixo *-ia* permite relacionar este hidrónimo com outros assim sufixados, cuja datação parece anterior à romanização; por exemplo: *Paiva* <*Pavia*, *Lima* <*Limia*, *Umia*, *Ulla* <*Ulia*, os dois últimos apenas na Galiza (cf. Bascuas 21).²³⁸ Em suma, o hidrónimo *Caima* não tem origem árabe, fazendo parte de estratos linguísticos indo-europeus, provavelmente anteriores à latinização do ocidente peninsular. No entanto, não é possível identificar com segurança a que língua pré-latina é atribuível, nem se pode afirmar sem hesitação que se trata de um nome de origem inteiramente indo-europeia.

4.1.13. Cáster (ribeira de)

Origem obscura, embora relacionável com *castro*, do léxico comum.

Sem atestações antigas ou medievais nas fontes consultadas.

Rio que passa em Vila da Feira e Ovar e desagua na ria de Aveiro (cf. CMP 1:25 000, folha 153 – Ovar). Tem nascente na freguesia de Souto Redondo, no concelho de Santa Maria da Feira.

²³⁷ Também *Caminha* poderia ter afinidade com *Caima*, pese embora Machado (2003) pouco adiantar etimologicamente, reproduzindo a tese de Fernandes (1941-1943), segundo a qual o topónimo tem origem no antropónimo *Caminio*, fundador da vila.

²³⁸ Junte-se o rio Uíma, atestado sob a forma *Umia* na Idade Média (cf. *Uíma*, distrito do Porto).

Fernandes (1999, s.v. *Ovar*), relacionando-o com *castro*, assinala que *Cáster* substituiu *Ovar*, antigo hidrotopónimo que, por sua vez, se converteu em topónimo ao suplantar *Muradões*, denominação do antigo núcleo da cidade de Ovar.²³⁹ Esta proposta aparece mais desenvolvida em Fernandes (1993^a), quando propõe que, de *castro* a *Cáster*, haverá a intermédia *Castre*, resultado “perfeitamente provável” de uma passagem de *-o* átono final a *-e*. *Cáster* ou *Caster* seria uma apropriação de “erudição mal orientada” (sobre Ovar, ver Fernandes 1993^b). A viabilidade desta proposta defronta-se, porém, com a ausência de atestações deste processo, que não parece tão frequente como Fernandes pretende – pelo menos, na região em apreço. Afigura-se, portanto, mais prudente concluir que este hidrónimo substituiu *Ovar* já depois do século XII e que, apesar da sua configuração o aproximar de *Castro* ou *Castre*, não há dados que o assegurem.

4.1.14. Cértima ou Cértoma (rio)

Origem obscura, mas é provável que provenha de estratos pré-latinos.

Certoma 883 (PMH Dipl.: 7), 1102 (idem, p. 277), 1140 (idem, p. 220), 1176 (idem, p. 429), *Certuma* 1132 (DMP I: 145).

É um afluente da margem esquerda do rio Águeda (cf. CMP 1: 25 000 folhas 219 – Mealhada, 208 – Anadia). Nasce junto de Ponte de Viadores, na freguesia de Casal Comba, no concelho da Mealhada. (cf. Frazão s.d.).²⁴⁰

Machado 2003 acolhe três formas que parecem estar muito próximas – *Cértima*, *Cértoma* e *Cértuma* –, mas não dá indicações explícitas da relação morfológica ou etimológica da primeira com as outras duas. Sobre *Cértima*, diz tratar-se de um topónimo de Oliveira do Bairro (distrito de Aveiro); quanto à forma *Cértuma*, atestada como *Certuma* em 1132 (DMP), remete-o para *Cértoma*. A forma *Cértima* não tem, portanto, atestações assinaladas nas fontes medievais, pelo que será recente, talvez em resultado de oscilações

²³⁹ “Nome dum pequeno rio que atravessa a Vila-da-Feira e que, em documentos dos séculos X e XI, aparece citado com o nome ‘Rio de Ovar’.” Fernandes (1941: 316).

²⁴⁰ Baptista (1874: 75), que o regista, certamente por erro como *Certime* ou *Certoma*, diz “[...] nascer na serra do Bussaco da parte do S.: descreve ao principio uma curva e corre depois ao N.; passa a 1k a O. da Mealhada e ½ k a O. da via férrea do N., que vae acompanhando por este lado do O. até passar sob a ponte da mesma via férrea; seguindo então pela parte do nascente até passar 1 ½ k a O. d’Arcos d’Anadia, onde tem ponte, na estrada que de Aveiro vae entroncar na real de Lisboa ao Porto: passa a O. de Sangalhos; e inclinando depois a N. O. vae entrar n’uma pequena lagoa, légua e meia a O. d’Agueda (lagoa de Requeixo), atravessada a qual, entra no Agueda, com o curso de 7”

da vogal alta em sílaba átona, que se encontram também em variantes não normativas: *chocolate*/ “chicolate”; primeiro/”prumeiro”.²⁴¹ Deve também assinalar-se que o nome ocorre grafado como *Cértoma* em Seco (1853: 85), o que, por um lado pode documentar a centralização de [i] átono na penúltima sílaba, mas, por outro, não exclui a possibilidade de a vogal átona original ter perdido o arredondamento, com a passagem de [u] átono a [i], no quadro da generalização às vogais altas do processo fonológico de centralização e recuo do vocalismo átono (cf. Freitas et al. 2012: 100).

Em Moreira (1967: 14), o nome *Cértoma/Cértima* liga-se a um étimo pré-indo-europeu, fazendo parte de uma série de nomes próprios e comuns, a qual exhibe uma alternância vocálica *a/e*, característica do domínio pré-indo-europeu do Mediterrâneo: “[...] rios Cartennus [...] e Kert [...] no Norte de África e rio português Cértoma séc. XII [...]” Outra hipótese será aproximar *Cértoma/Cértima* do topónimo andaluz *Certima*, a atual *Cártama*, na província de Málaga, nome de uma cidade que estaria de algum modo relacionada com a presença de celtas na Bética.²⁴² As semelhanças destes nomes aliam-se à aparente homonímia de outra cidade bética, *Munda* com *Munda* ou *Monda*, formas clássicas do nome do rio que passa um pouco mais a sul do Cértima, o *Mondego*, forma resultante da sufixação de *-aecus* (cf. Machado 2003). No entanto, como já se disse, a forma *Cértoma*, que parece ser anterior a *Cértima*, torna problemático esse nexo.²⁴³

Mesmo assim, para o hidrotopónimo em discussão, não é de excluir uma origem indo-europeia total ou integral, embora a segmentação morfológica não seja clara, perfilando-se, pelo menos, duas possibilidades: *Cert-uma/ima* e *Cer- toma/tima*. Na primeira hipótese, e pressupondo a indo-europeidade do hidrónimo, *Cert-* é identificável com a raiz indo-europeia **kert-*, *kerət-*, *krāt-*, *krāt-*, ‘rolar, virar, voltar’ (Pokorny 1959). Contudo, uma série de raízes (em número de sete) se oferece como análise alternativa, em *Cer-* (idem), algumas consistentes com a designação alusiva a características físicas de um curso de água, se excluirmos a possibilidade de todas serem suscetíveis de

²⁴¹ A dialetologia portuguesa da primeira metade do século XX descreveu estas oscilações do ponto de vista de fenómenos de assimilação. Ver Azevedo (1929: 106)

²⁴² Segundo Lorrio e Ruiz Zapatero (2005: 184), “[t]he presence of Celts in Betica — indicated more or less explicitly in texts spanning the period from the most ancient sources up until Flavius Philostratus II (vit. Apoll. 5, 2, 166), ca. 200 AD — and their links with the Celtiberians are supported by the ostensible location of the Ultima Celtiberia (Liv. 40, 47) - that was conquered by Sempronius Gracchus in 179 BC - in the Ulterior province (Capalvo 1994, 1996: 107-116; Pérez Vilatela 1989: 258, 1993: 428; for an opposing perspective, see Ciprés 1993b: 282 ff.), because toponyms of the cities of Munda and “the city that the Celtiberians call Certima” have been identified as modern-day Monda and Cártama, in the province of Málaga.”

²⁴³ Villar e Prósper (2005) propõem a atribuição do topónimo *Certima* e do gentílico ou antropónimo *Certimiq(Vm)* ou *Certimio* (Álava) à forma céltica **kertísamo*, ‘muito justo’.

associação metafórica.²⁴⁴ Isto mesmo aponta Francisco Villar, quando comenta a raiz *ker*- de casos como os topónimos *Ceri* e *Cere*, bem como o etnónimo *Ceretes/Cerretani*, aos quais associa o referido topónimo da Bética *Certima*, com sufixo *-t-* (Villar 2000: 324 e Villar e Prósper 2005: 454).

A respeito do segundo elemento, *-oma/ima* ou *-toma/tima*, poderia aqui ver-se incluída uma desinência *-ma*, proposta por Rohlfs (1985: 32), considerando-a pertencente a uma das camadas mais antigas da toponímia espanhola: *Camarma* (Madrid), *Huelma* (Jaén), *Luesma* (Saragoça), *Monesma* (Huesca), *Osma* (Soria) (< Uxama), *Rágama* (Salamanca), *Sesma* (Navarra). Rohlfs menciona igualmente um conjunto de topónimos espanhóis que incluem um elemento *-sama* – *Ledesma* (Salamanca) < *Bletisama*, *Ledesma* (Logronho, Sória), < *Ledaisama*, *Luesma* (Saragoça), *Monesma* (Huesca), *Sesma* (Navarra) < *Segisama*. Note-se que este elemento *-sama* não terá a mesma origem em todos estes casos: remetendo para Tovar (1949), Rohlfs atribui consonantismo pré-céltico a *Bletisama*, mas vê *Ledaisama* como uma forma céltica,²⁴⁵ ao mesmo tempo que faz um breve paralelo com alguns exemplos de topónimos franceses retirados de Dauzat (*Belisama* > *Bellême*, *Balême*, *Balesme*, *Segisama* > *Souhesme*, *Cantosama* > *Chantôme*, *Icolisama* > *Angoulême*, *Uxisama* > *Oisème*). B. M. Prósper encara a forma *-amo* como sufixo indo-europeu não celta de superlativo, que se conservou nas margens da Península Ibérica, conhecendo “algún destello aislado de productividad analógica” (Villar e Prósper 2005: 282), enquanto propõe que *-samo* seja um resultado da Celtibéria central, na qual os sufixos em alternância **-amo*, **-tamo* e **(i)samo* foram substituídos por **(i)samo* (idem). Mas, para esta discussão, importa atentar noutras formas de superlativo que entroncam no céltico **(i)samo*, as que Prósper localiza em zonas peninsulares laterais, com síncope da vogal pós-tónica, **-ísmo*, com eventuais desenvolvimentos por assimilação: *-sm-* < *-zm-* > *-mm-* > *-m-* (idem). O resultado desta cadeia não se confunde

²⁴⁴ São elas: 1. *ker-*, *kor-*, *kr-*, onomatopaico: som áspero, 2. *ker-*, ‘cortar’, 3. *ker(ə)-*, ‘arder’, 4. *ker-* ‘cereja’, 5. *ker-?*, *kōr-* ‘pendurar’, 6. *ker-* e *ker-*, ‘sujo, de cor escura, etc.’, 7. *ker-*, ‘saltar, virar’. Podem ainda incluir-se quatro homónimos em **ker-*, com consoante palatal, pressupondo que esta unidade convergiu com a velar **k*, nas regiões ocidentais do domínio indo-europeu: 1. *ker-*, *kerə-*, ‘corno, cabeça, parte superior da cabeça’, 2. *ker-*, *kerə-*, *krē-*, ‘crescer, aumentar’, 3. *ker-* ‘corda, fio, entrançar, tecer’, 4. *ker-*, and *kerə-*, ‘magoar, ferir, arruinar, estragar’ (com base na versão em linha de Pokorny 1959 em <http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/ielex/PokornyMaster-X.html>; consultado em 13/03/2011).

²⁴⁵ A forma *Bletisama* conservaria **p*, que cai em céltico — daí *Ledaisama*. No entanto, B. M. Prósper (Villar e Prósper 2005: 343) nega que esta forma seja pré-céltica, considerando que *Bletisama*, “[...] representación latinizante de [fle’tisama:]”, “[...] es un arcaísmo lateral que terminó perdiendo la labial como era de esperar, dado que actualmente conocemos sólo la forma *Ledesma* (Soria, Salamanca, La Coruña, Rioja), probablemente también *Lezama* (Vizcaya)”. Acrescenta que “[e]ste estado de cosas corresponde aproximadamente al que se refleja en antiguo irlandés, donde existe aún la secuencia –Vbl- [...]”.

com **-amo-* ou **-ama* ocidentais, mas “[...] sólo puede dar **-imo*, o eventualmente, **-umo-*” (idem, p. 283), como no caso do antropónimo *Cintvmunis*, do celta **kentúsamo*, ‘primeiríssimo’, com ressufixação em *-ūn-* (idem), atestado epigraficamente em Viseu e datado do séc. II d. C. (Inês Vaz 1997, n.º 36, *apud* Villar e Prósper 2005: 283).

Todos estes dados sugerem que *Cértoma/Cértima* pode exibir não só um sufixo de superlativo de origem céltica mas também uma alternância vocálica muito anterior à atual, que não deixa supor o exclusivo registo medieval da forma com vogal arredondada, *Cértoma*. É de referir, aliás, que Prósper sugere uma etimologia céltica para a *Certima* bética, atribuindo este nome a **kertísamo*. Não obstante, *Certima* é um paroxítono justamente porque, aceitando a hipótese de Prósper, o acento se manteve no sufixo, facto contrastante com *Cértoma/Cértima*, que apresenta acento no (aparente) radical.

Na perspetiva do europeu antigo, Edelmiro Bascuas, regista *-^omo* (*o* representa um vogal de apoio) como sufixo que dá origem a *-āma* e *-ōma*, sufixos de superlativo que estarão na origem do castelhano *árgoma*, “tojo”, “erva daninha” (Bascuas 2002: 87): “(...) el sufijo intensivo o superlativo de *árgoma* > **arg^oma*, como el de *Uxama* > *Osma*, supone un origen prelatino antes que romance; en efecto, aun cuando se dé en latin en palabras como *postumus*, *optumus*, *decumus*, estas son formaciones ya fosilizadas y será muy extraño que se añadiera al hispano **arga-* en vez del normal superlativo latino *-issimus*.” Bascuas acrescenta ainda (2002: 333-334): “(...) el sufijo intensivo o superlativo *-āmo*, en realidad **-^omo* con vocal de apoyo que al hacerse plena toma el timbre /a/ o /o/, es frecuente en formaciones prerromanas hispanas, tanto celtas como preceltas. He aquí algunos ejemplos: *páramo*, *Uxama* (fuentes clásicas) > *Osma*, med. *Osamo* > *Osmo* (Cenlle, Our.), *Guísamo* (Cor.), med. *Uisama* > *Visma* (Cor.), *Bálsoma* (Santiago), *Córgomo* (Vilamartín-Valdeorras, Our.), *árgoma*, etc.” Entre estes exemplos de Bascuas, interessa isolar os que têm acentuação não no sufixo, mas no radical, à semelhança de *Cértima*. Revelam-se assim pertinentes para este comentário os topónimos *Bálsoma* e *Córgomo*, que, do ponto de vista da colocação do acento, convergem com outros topónimos proparoxítonos peninsulares, em que ocorrem os sufixos *-uba*, *-ga*, *-go*, *-na*, *-no*, *-ra*, assinalados por Rohlfs (1985: 32) como membros de uma série sufixal átona: *Córdoba* (<Corduba), *Tárrega* (Lérida), *Sástago* (Zaragoza), *Brácana* (Granada), *Turégano* (Segóvia), *Támara* (Palência).

Rohlfs recorda porém que “[l]a acentuación esdrújula que se manifiesta en los [...] topónimos [terminados em *-uba*], parece uma característica de uno de los substratos preindoeuropeos de la península” (idem). Deste prisma, dir-se-ia que ficava desmentido

o carácter indo-europeu de *Cértima*, pelo menos, no que ao segundo elemento diz respeito. Contudo, tendo em conta que Villar (2000: 119-178) defende a indo-europeidade pré-céltica do sufixo *-uba*, afigura-se aceitável atribuir o mesmo carácter a *-(o/i)ma*.²⁴⁶ Sendo assim, propõe-se aqui uma análise de *Cértoma/Cértima* em dois elementos: *cert-*, cuja origem indo-europeia é incerta, apesar de identificável com **kert* (ver mais acima) ou **ker*, forma de numerosas raízes homónimas, associada a um sufixo *-t-* para o qual não se encontra justificação; em segundo lugar, um sufixo de superlativo **-umo* ou **-imo*, provavelmente pré-latino indo-europeu, mas não céltico. Saliente-se, contudo, o carácter provisório desta proposta de análise, dada a ausência de dados em fontes da Antiguidade. Não é, pois, de excluir a interferência árabe, muito embora não se vislumbre no hidrónimo a presença de elementos dessa língua.²⁴⁷ De qualquer modo, é viável propor a origem pré-latina de *Cértoma/Cértima*, embora a sua indo-europeidade possa ser parcial, podendo este hidrónimo constituir um híbrido, dentro da família linguística indo-europeia ou no âmbito do contacto das línguas desta família com outras não indo-europeias.²⁴⁸

4.1.15. Ervedal (ribeira do)

Romance ou português, do léxico comum *ervedal*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

²⁴⁶ *Cértima* faria assim conjunto com outros hidrónimos proparoxítonos como *Âncora* e *Ázere* (ver comentários respetivos), para os quais se propõe neste trabalho uma origem indo-europeia não céltica e não latina.

²⁴⁷ Sousa (1789: 145) dava etimologia árabe a *Cértima*: “Sertema سرتما *Sertemma*. Rio na Provincia da Beira, Bispado de Coimbra. He nome composto do Imperativo do verbo سار *sára* andar, e do advérbio, do lugar تم *temma* ahi; por lá, nesse lugar, que vem a ser, vai para lá; caminha para ahi, para aquella banda [...]”. Alves (2013) regista também como arabismo a forma *Cértima*, que classifica como apelido e topónimo, com origem na expressão arábica سرب طام, que transcreve como *sarab tâma* e interpreta como ‘água que brota do alto’. Se o étimo de Sousa se confronta com o problema de os hidrotopónimos aqui recolhidos não terem que ver com expressões frásicas, como parece ser o que o autor setecentista sugere, a proposta de Alves não se afigura clara, porque, por um lado, *sarab* significa geralmente enxame, e não água, e, por outro, é obscura a forma e o sentido do que o autor apresenta como *tâma*.

²⁴⁸ Bascuas (2014: 300/301) explica *Cértoma* pela segmentação em dois elementos: por um lado, a raiz indoeuropeia **kei-* ‘mexer-se, movimentar-se’ ou, mais provavelmente, **kei-* ‘cor (geralmente escura)’ seguida do sufixo *-ro-*, formando o tema **kei-ro-*; por outro, “[...] [o] sufixo superlativo *-t^omo-*, coma no lat. **op-tomus* > *op-tumus* > *op-timus*; ou ben, [o] suf. *-to-* (frecuente en hidrónimos de tipo paleoeuropeo, coma en *Cermuzo* ou *Ormaza*) seguido doutra variante do sufixo superlativo: *-^omo-*, coma en lat. *Post-umus*”. Conclui Bascuas (idem, ibidem): “En ambas as dúas hipóteses sería unha simple variante morfolóxica de *Céramo* [Visuña, Folgoso do Courel, Lugo] e referiríase a unha especie de ‘rio negro’ ou ‘de auga sucia’.” A comparação com a toponímia do noroeste peninsular aponta, portanto, para a alta probabilidade de o hidrotopónimo *Cértoma* ter etimologia inteiramente indo-europeia. [Nota resultante de comunicação pessoal da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa do presente trabalho]

Afluentes ou subafluentes do rio Cértima (cf. CMP 1: 25 000, folha 196 – Vagos).

Machado (2003) considera-o topónimo frequente, com origem no coletivo do léxico comum *ervedal*, de *êrvedo*, o mesmo que *medronheiro*. Machado (1987) interpreta *êrvedo* como um derivado de *erva*; Nascentes (1955) relaciona-o com latim *arbūtum*, i 'medronho'. Para o galego *érbedo*, forma praticamente comum com a portuguesa, Piel (1968 I: 334) propõe o étimo latino *arbītus* ou *erbītus* (apud Navaza 2006: 234). Embora *Ervedal* não seja desconhecido como nome de lugar no distrito de Aveiro, não se encontra localidade assim chamada nas proximidades do rio em referência. Mesmo assim, é de supor que o hidrotopónimo tenha origem num anterior uso de *ervedal* já como topónimo.

4.1.16. Filvida (rio)

De *fervida*, sinónimo de *fervença*, 'curso de água agitada'.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Caima, o qual, por sua vez, desagua no rio Vouga (CMP 1:25 000, folhas 175 – Albergaria-a-Velha e 164 – Oliveira de Azeméis). Também conhecido pela variante *rio da Filveda*.

O RTP regista a forma *Filvida*, mas o nome tem variantes fonográficas: *Filveda*, *Fílvida*, *Fílveda*. Trata-se provavelmente de uma variante de *Fírveda*, *Fírvida*, *Fíveda* e *Fíveda*, formas que, com *Firvidelas* ou *Firvedelas* (ou ainda *Fervidelas*; cf. CIGeoE-SIG), Machado (2003) considerava terem origem obscura; são topónimos que também se encontram na Galiza (ver também Martínez Lema 2010: 186-1889). Fernandes (1999, s.v. *Firveda*) não tem dúvidas em relacionar todas estas formas com o radical de *ferver*, do latim *fervēre* 'ferver' e, por extensão, 'queimar (sentido físico e moral), borbulhar, fermentar, estar agitado, estar em grande atividade, estar cheio de, ser abundante' (DHLP). Trata-se, portanto, da conversão de um nome comum não atestado, **férveda* ou **férvida* 'queda de água', 'trecho agitado do rio'. Costa (1708 tomo II: 224) menciona um "rio da Filvida", e, mais tarde, Bautista (1762: 121) também o regista; contudo, os registos desaparecem em tempos mais recentes (cf. Machado 2003 e Costa 1929-1949).

Não parece, porém, descabido identificar o nome com *Firvida* ou *Fervida*.²⁴⁹ A transição da líquida vibrante simples [r] à líquida lateral [l], suposta pelo passo de *Firvida* a *Filvida*, costuma ocorrer no contexto de palavras que incluem uma segunda lateral, o que motiva uma dissimilação – *álvor* (*árvore*), *alvorar* (*arvorar*), *almário* (*armário*) –, mas não é este o caso de *Filvida*. Observe-se, contudo, que Alarcão (2004: 327) menciona o topónimo *Aruians*, hoje *Alviães*,²⁵⁰ forma esta que parece ilustrar a possibilidade de [r]>[l] antes de consoante (com a coincidência ou não de essa consoante ter um ponto de articulação labial). É, pois, plausível que o hidrónimo deva a sua génese a um tipo de identificação descritiva, por associação a um elemento da paisagem, o qual pode até ter-se fixado antes do hidrotopónimo, como nome de um local referenciado pelas características de certo troço do rio.

4.1.17. Fontela (rio)

Diminutivo de *fonte*, provavelmente da época medieval.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Desagua na parte norte da ria de Aveiro (cf. CMP 1:25 000, folha 163 – Estarreja). Passa nas proximidades da localidade de Fontela.

Hidrónimo de origem toponímica. O nome tem a configuração de um diminutivo de *fonte* – do latim *fōns*, *fontis* ‘fonte, nascente, manancial de água’ (DHLP) –, apresentando o diminutivo *-ela*, particularmente produtivo nas fases romance e galego-portuguesa, como ocorre com outros casos (p. ex., *Quintela* – cf. Fernandes e Cardeira 2013).

4.1.18. Frades (rio de)

Aparentemente do léxico comum *frade*, mas a sua motivação é obscura.

²⁴⁹ Fernandes (1999) explica as variantes proparoxítonas por retração do acento, em analogia com outros casos: “[Fírvida/Fírveda eram] só Fervida, de que se passou a Firvida, dando-se neste a retracção tónica. Fírvida (Fírveda), tal como na região de Viana, por exemplo, o popular ‘pívda’, ‘pívda’, de ‘pívda’ ou ‘pívde’ (< ‘pevide’ < lat. lat. **pipita*): exactamente o mesmo fenómeno, nas mesmas condições fonéticas, e até morfológicas.”

²⁵⁰ Observa Alarcão (2004: 327) que “[e]m 1109 (DMP, DP., III, n.º 318), um presbítero Rodrigo fez doação, à Sé de Coimbra, de quarta de villa que vocatur Curual... quam habeo in territorio Sancte Marie civitatis inter villam de Auranka et de Aruians. O topónimo Curval existe ainda hoje entre Branca e Alviães.” Note-se a correspondência feita entre a forma medieval *Aruians* e a contemporânea *Alviães*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Paivô, nasce na serra da Freita (cf. CMP 1:25 000, folha 155 – Arouca). Nas proximidades, encontra-se o lugar de Rio de Frades, na proximidade do qual se desenrolou intensa exploração mineira (extração de volfrâmio), na primeira metade do século XX (cf. registos em Costa 1929-1949 s.v.).

O hidrónimo parece fazer referência a uma comunidade de religiosos que as fontes consultadas não permitem identificar. Corresponde, portanto, ao item do léxico comum *frade*, do latim *frāter*, *tris* ‘irmão pelo sangue ou por aliança, membro de uma confraria’ (DHLP).

4.1.19. Fuste (rio)

Obscura, possivelmente pré-latina.

Fuste 951 (PMH Dipl: 36), 1009 (idem, p. 129), 1098 (LPSC: 64), 1129 (DMP I: 121, 122, 127), 1137 (idem: 199), 1161 (idem: 357)

Afluente do rio Caima (cf. CMP 1:25 000, folha 154 – S. João da Madeira). Nas proximidades, encontram-se as povoações de Fuste e Ponte de Fuste.

Machado (2003) relaciona-o com o nome comum *fuste*, ‘pau, acha de lenha, cabo, molho, feixe’ (*Dicionário Houaiss*), sem explicações, embora fique a interrogação de como tal vocábulo pôde ser usado para denominar uma realidade geográfica. Uma atestação medieval de 1098 (*subtus mons Fuste*, LPSC) sugere ter origem num orotopónimo preexistente, *mons Fuste*, nome mais antigo da região montanhosa que abrange a atual serra da Freita.²⁵¹ Lorenzo (1977), que regista *fuste* como nome comum, observa que a aceção de ‘madeira’ lhe é atribuída, mas apenas na Idade Média (ver DDLG); o LHP atesta o uso medieval das formas *fuste* e *fusta*, na referida aceção, a partir de finais do século XI, em documentos da metade oriental da Península. Trata-se de forma que terá evoluído do acusativo do latim *fustis*, ‘pau’ (Gaffiot 1934).²⁵² É, pois, possível que o

²⁵¹ Apoiando-se em Coelho (1977: 20), Alarcão (2005b: 151) identifica *mons Fuste* com o maciço montanhoso “no qual hoje distinguimos as serras de S. Macário, Arada e Freita”.

²⁵² Observe-se que o catalão *fusta*, que é cognato de *fuste*, significa o mesmo que *madeira* (cf. DIEC2). Sobre *fuste* em castelhano, o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s. v. *fuste*) explica que, da aceção de

orotopónimo faça alusão à abundância de lenha ou à importância da exploração florestal do espaço assim denominado. O orotopónimo e, portanto, o hidrotopónimo parecem enquadrar-se no estrato latino-romance, ainda que não fique cabalmente esclarecida a sua motivação referencial.

4.1.20. Gonde (rio)

Origem germânica, por antropónimo e depois por topónimo.

Sem atestação medieval nas fontes consultadas.

Rio que desagua na ria de Aveiro (CMP 1:25 000, folha 163 – Estarreja). *Gonde* é também o nome de uma localidade perto da qual passa este rio.

Piel (1936: 30) regista o topónimo *Gonde*, a que associa as formas *Gunde* (Porto) e *Gonte* (Corunha e Viana do Castelo), que considera variantes, para relacionar todas estas formas com o genitivo latinizado **Gundi*, do antropónimo *Gundus* ou *Gundo*. (cf. Förstemann 1900: 694), que apresenta o elemento germânico *gunthi*, relativo à noção de combate (Piel 1989: 140). Trata-se, portanto, de um hidrotopónimo secundário, de tipo determinativo, motivado pelo nome de uma povoação – a qual tem registo efetivo no RTP, que a localiza na freguesia de Avanca.

4.1.21. Gondim (ribeiro)

De antropónimo e depois topónimo de origem germânica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.²⁵³

Pequeno curso de água que é afluente do rio Arda (CMP 1:25 000 folha 145 – Nespereira, Cinfães). Não longe da nascente deste rio, encontra-se um lugar com o mesmo nome, na freguesia de Canelas, concelho de Arouca (cf. Costa 1929-1949 s.v. *Gondim*, RTP e CIGeoE-SIG). Regista-se o mesmo topónimo noutros pontos do terço norte de Portugal

‘pau’, o vocábulo se terá metonimicamente alargado à noção de ‘madeira’, como sucedeu em catalão e nos dialetos occitanos.

²⁵³ Nos PMH (Dipl.:283) ocorre Gondim em referência a um lugar do antigo mosteiro de Moreira (cf. Cortesão 1912).

(Amarante, Castelo de Paiva, Fafe, Felgueiras, Lamego, Monção, Peso da Régua, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Famalicão; cf. Machado 2003).

Trata-se de um hidrotopónimo provavelmente motivado pela povoação homónima existente nas suas margens ou nas proximidades. O topónimo *Gondim*, tal como a sua variante *Gontim*, terá origem germânica, conforme a proposta de Piel (1936: 32 e 35), que o relaciona com o genitivo *Gondini*, de *Gondinus*, derivado de *Gundus* ou *Gunda*, do radical germânico *gunthi*, que denota ‘combate’ (Piel 1989: 140).²⁵⁴

4.1.22. Gorgulhão (rio do)

Provavelmente do léxico comum *gorgolhão* ‘jorro’ ou de um aumentativo de *gorgulho* ‘pedra miúda’.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio Veade, este, por sua vez, do Marnel (CMP 1:25 000, folha 186 – Águeda). Registam-se várias ocorrências do topónimo em Portugal, concentradas nas Beiras, embora também se detete uma ocorrência a norte do Douro (cf. RTP e CIGeoE-SIG). Na Galiza, deteta-se forma semelhante, *Gorgullón*, nas províncias de Pontevedra e Ourense.

Hidrotopónimo composto que inclui o topónimo *Gorgulhão*, com provável motivação descritiva, visto coincidir com *gorgolhão*, variante de *gorgolão*, que é designação de um “jato de líquido; golfada, jorro, gorgolhão” (cf. DHLP e DLPC da ACL). Fernandes (1999 s. v. *Gorgoço*) observa que *Gorgulhão* faz parte de uma série que tem em comum o radical *gorgol-*, de génese onomatopaica.²⁵⁵ Machado (2003) interpreta *Gorgulhão* pelo aumentativo de *gorgulho* – segundo o DHLP, do latim *curculio*, *ōnis* ou *gurgulio*, *ōnis*

²⁵⁴ Azevedo (2005: 249/250) menciona a proposta alternativa de Ferreira (1915: 281, 331 e 530/531 e 1917: 233), segundo a qual a etimologia de *Gondim* estaria associada às de *Cantim* (Resende) e *Contim* (Armamar), por terem origem no genitivo (*Quentini*) do antropónimo latino *Quintinus*. Esta proposta parece menos plausível que a de Piel, por obrigar a supor uma sonorização após nasal (-nt- > -nt-), que não se conta entre os fenómenos fonológicos que caracterizam a transição do latim ao romance hispânico ocidental e, em particular, ao romance galaico.

²⁵⁵ Fernandes (1999) refere *Gorgulhão* numa série constituída por *Gorgoço*, *Gorgolosa*, *Gorgolão*, *Gorgorão* e *Gorgulha*. No vocabulário referente aos dialetos da região de Arcos de Valdevez, Pereira (1933: 296) regista *gorgulhão* (muito provavelmente, variante gráfica do português normativo *gorgolhão*) como o mesmo que *borbulhão*, ou seja, ‘borbotão’, o que permite supor que o item designa um efeito criado pela corrente. Na Galiza, atesta-se o uso toponímico das formas *Gorgullón*, *Gorgollón* e *Gurgullón*, enquadráveis na nomeação de lugares onde jorra água (Cabeza Quiles 1992: 484 e 2008: 314/315).

‘gorgulho, inseto que róí o trigo no celeiro’ –, no sentido de ‘pedra miúda’, o qual é atestado por usos brasileiros da região da Amazónia, que aplicam a palavra a «pedra miúda que se vê, às vezes, no leito dos rios» e «banco de areia ou grande quantidade de seixos que, por vezes, obstrui a foz de um rio» (DHLP e DLPC da ACL). De uma maneira ou de outra, parece tratar-se de hidrotopónimo criado já no contexto romance, galego-português ou mesmo português.

4.1.23. Gresso (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem direita do Vouga, nasce na serra do Arestal (CMP 1:25 000, folhas 176 – Oliveira de Frades e 164 – Oliveira de Azeméis). O topónimo também se encontra no concelho de Amarante, associado à exploração mineira (*minas do Gresso* – cf. RTP e CIGeoE-SIG, folha 100 – Arnoia, Celorico de Basto). O rio assim chamado é também conhecido como *rio Branco* no seu curso superior.

É obscura a origem deste hidrotopónimo, que encontra também uso toponímico no caso da mina do Gresso, em Amarante. Várias poderiam ser as hipóteses de relação com diferentes elementos de diferentes estratos, mas falta informação nas fontes consultadas. Os dois casos de *Gresso* na toponímia portuguesa²⁵⁶ poderão não constituir senão um caso de homonímia.

4.1.24. Horta (rio de)

Do léxico comum *horta*, por intermédio do topónimo *Horta*.

²⁵⁶ Entre várias conjecturas, é formulável a de *Gresso* apresentar o radical *gres-*, que Piel (1936: 41) relaciona com a raiz gótica *gris-* ‘terror’ e identifica no topónimo *Gresufes* (Póvoa de Varzim) e no antropónimo *Gresomarus*, atestado em 919, conforme registo de Cortesão (1912), que também inclui a forma *Gressonarus* (datada de 906). Várias objeções se levantam: *Gresso* tem uma fricativa surda, enquanto no topónimo *Gresufes* ocorre uma fricativa vozeada; a baixa probabilidade de um elemento germânico se manter no nominativo, como sugeriria a forma *Gresso*; finalmente, o facto de o topónimo *Gresso* do concelho de Amarante ser determinado pelo artigo definido (“a mina do Gresso”), quando a toponímia de origem germânica costuma dispensar tal marca. Assinale-se ainda a forma galega *Gres* (Vila de Cruces, Pontevedra), que, pela sua configuração, poderia sugerir alguma interpretação – mas a verdade é que é obscura a sua etimologia (Cabeza Quiles 2008: 316).

Villa orta 1064? (PMH Dipl.: 277), *uillam quam uocitant orta* 1086 (idem, p. 391), 1140 (DMP I: 220).

Afluentes da margem esquerda do rio Cértima (CMP 1:25 000 folha 208 – Anadia). Na região atravessada por este rio, encontra-se o lugar de Horta, na freguesia de Tamengos, no concelho da Anadia (cf. idem e Costa 1929-1949). Com esta forma, registam-se vários topónimos tanto no território do continente como no das ilhas. É topónimo também frequente na Galiza.

Hidróónimo que deve o seu nome por associação ao lugar de Horta, topónimo atestado, pelo menos, desde 1086 (PMH Dipl.: 391)²⁵⁷ e com toda a probabilidade originário do item *horta*, do léxico comum. O DCECH (Coromines e Pascual 2012, s.v. *huerto*) classificam o castelhano *huerta*, cognato de *horta*, como um derivado (aumentativo-coletivo) de *huerto*, do latim *hortus* ‘jardim, horto’, que permaneceu na maior parte das línguas românicas (excetuam-se o francês e o romeno). Machado (1987) regista *horto* como item atestado, pelo menos desde 975 (PMH Dipl.: 72) e regista como atestação de *horta*, o uso toponímico de 1086 que aqui é comentado. O LHP regista atestações de cognatos romances de *hortus* desde 804, enquanto documenta o seu derivado num documento leonês de 954. É, pois, de concluir que *horta* é um termo bastante antigo no conjunto do espaço romance, característico da vida económica medieval e, portanto, bastante frequente na toponímia pela função denominativa de lugares e povoações.

4.1.25. Inha (rio)

De origem obscura, talvez pré-latina.

ribulo ignia 1078 (PMH Dipl.: 517), *ribulo ignea* 1098 (idem, ibidem), *rrilulo* [sic] *Ignea* 1112 (DMP III: 355), *fluio de Hinia* 1115 (idem, p. 355), *uilla Hinia* [...] *Ascarizi* (idem,

²⁵⁷ O lugar de Horta remonta à *uilla orta* que foi doada ao mosteiro da Vacariça conforme testemunho do documento de 1086 (acima mencionado). A situação geográfica da referida vila coincide exatamente com o atual lugar de Horta: “Et habet iacentiam ipsa uilla subtus mons muzacco (sic) território colimbriense discurrere riulo certume. Et diuidet cum uilis que sunt in giro. Hic sunt nominatas ad partem aquilonis cum uilla oles ad partem meridici arinhos Et ad partem orientis ipsum flumen certuma Et ad partem solis occasus uillarinum [...]” Também o lugar de Horta se encontra não longe da serra do Buçaco (*mons muzacco*), tendo a nascente o rio Cértima (*ad partem orientem ipsum flumen certuma*). Quanto às localidades referidas nessa passagem medieval: Óis do Bairro (*oles*) encontra-se a norte (*partem aquilonis*), Arinhos (*arinhos*), a sul (*partem meridici*); e Vilarinho do Bairro (*uillarinum*), a poente (*ad partem solis occasus*). A respeito da forma *muzacco*, equivalente a Buçaco, observe-se que na dialetologia e na toponímia se documenta com alguma frequência variação entre [b] e [m] (ver Silveira 1921-1922: 207).

ibidem), *rivulo innea* 1132 (*Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, outubro de 1961 e Janeiro de 1962, p. 19, n. 520), *Innia* [...] *ipso riuulo* [...] *aqua de Inia* 1137 (DMP I: 197).²⁵⁸

Afluentes da margem esquerda do Douro (CMP 1:25 000, folhas 134 – Lever, Vila Nova de Gaia e 144 – Canedo, Feira). Nasce no Cimo de Inha, no concelho de Arouca. O topónimo também faz parte do nome *Cimo da Inha*, lugar da freguesia de Escariz, no concelho de Arouca.

Machado (2003) assinala a hipótese da GEPB, qua admite o latim **igna* ou **ignia*, como referência metafórica ao “fervedouro de águas em determinado local na época da denominação”. Moreira (1999) revendo a etimologia que propôs para este hidrotópónimo (1967: 76-78), mantém como provável a sua relação com *Dinha*, nome de um rio do distrito de Viseu (Moreira 1967: 77).²⁵⁹ O índice temático *-a*, característica comum a outros rios na região, o *Arda* e o *Uíma*, bem como presente noutros hidrónimos de clara origem pré-latina (*Vouga*, *Tâmega*, *Neiva*, *Lima*), sugere que *Inha* faz também parte de dos estratos pré-latinos da hidronomástica portuguesa. É de considerar a possibilidade de *Inha* se relacionar com os topónimos galegos *Iñaño* (Cabana de Bergantiños, Corunha), *Iñeiras* (Ribeira, Corunha) e *Iñobre* (Rianxo, Corunha), de reconhecido arcaísmo.²⁶⁰

²⁵⁸ Atestações recolhidas em Moreira (1999: 107).

²⁵⁹ Moreira (1967: 77) interrogava-se sobre a possibilidade de *Inha* se relacionar com o latim *ignis*; contudo, anos mais tarde (Moreira 1999: 108), reviu a sua posição para considerar a hipótese de raiz do hidrotópónimo ser não só pré-latina como também pré-indo-europeia ou não indo-europeia: “Uma vez que o rio Inha (afluente do Douro) se integra no ambiente arcaico dos rios *Ur/UL* e *Umia/Ima*, todos com nascentes perto do antigo castro de Romariz (concelho de Santa Maria da Feira), sede estratégica da ‘civitas’ medieval denominada ‘Portella’, rios estes cujos nomes correspondem a relíquias linguísticas conservadas pela bimilenar língua do País Vasco (onde há até o rio *Ur-ume-a*) e por outras línguas antigas aparentadas (mesmo em grau diverso), cabe indagar se na língua arcaica vasca e aparentadas ainda existem vocábulos em *in-* de significado aquático que possam dar conta dos nomes de rios correspondentes em *In-*”. Moreira (1999), depois de apontar paralelos linguísticos no basco e nas famílias indo-europeia, afro-asiática e caucásica, conclui que “[...] o rio Inha parece, pois, referir-se a uma língua da Antiguidade (vasco? colónia vasca emigrada para esta zona [região de Vila da Feira]? Ou língua aparentada quer [sic] ainda das desconhecidas ou talvez outra já desaparecida?).” Sem deixar de reconhecer o fôlego da pesquisa de Moreira, a conclusão consentânea com os critérios antes expostos neste trabalho é a de que a etimologia de *Inha* permanece obscura, embora se possa inscrever nos hidrotópónimos representativos dos estratos pré-latinos.

²⁶⁰ No blogue galego *Nomes do País*, um artigo datado de 7/02/2012 propõe que a raiz toponímica *Inh-* se relaciona com uma raiz céltica com as formas **(p)ign-* / **(p)en-* / **(p)an-*, ‘pântano’, com o argumento de existir na Galiza e no Norte de Portugal etimologia céltica (disponível em <http://nomesdopais.blogspot.pt/2011/12/toponimia-celta-iv-o-tema-inh.html>, consultado em 25/12/2016). Esta proposta debate-se, porém, com a falta de documentos que permitam generalizar o uso de línguas célticas quer na Gallaecia quer no território lusitano imediatamente a sul, como é o caso da região de Vila da Feira. Sobre indícios de línguas célticas no território atualmente galego, ver Moralejo (2009).

Ainda não sendo possível atribuir-lhe uma clara origem indo-europeia, a raiz de *Inh-* justifica a sua inclusão no estrato pré-latino da hidrotoponímia portuguesa.

4.1.26. Ínsua (rio)

Do léxico comum *ínsua*.

villa de Insula 1109 (DMP III: 325); *in Insula* 1145 (Durand 1971: 198).²⁶¹

Nome que se atribui a um curso de água considerado afluente do rio Antuã (CMP 1:25 000 folhas 154 – S. João da Madeira, 164 – Oliveira de Azeméis). No entanto, existe certa polémica à volta da identificação do rio assim chamado, envolvendo ainda a identificação dos cursos de água chamados *Ul* e *Antuã*.²⁶² *Ínsua* é topónimo frequente no norte de Portugal e na Galiza; no distrito de Aveiro, no concelho de Oliveira de Azeméis, encontra-se na freguesia de Carregosa, nas proximidades do rio assim chamado, bem como, mais a ocidente, na freguesia da Vila de Cucujães.

Hidrónimo aparentemente alusivo a uma *ínsua* ‘ilha fluvial’. No entanto, Fernandes (1997: 89/90) propunha que tivesse que ver com *insula*, ‘propriedade’: “Por que razão *Insula* não será um topónimo devido a uma *insula*, propriedade romana, se havia *insulae* como havia *villae* e havia *fundi*, etc., alguns deles centros, para mais, de paroécia?” Tem, portanto, alguma probabilidade a origem toponímica deste hidrotópónimo.

4.1.27. Jardim (rio)

De *jardim*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que desagua no esteiro de Canelas, na ria de Aveiro (CMP 1:25 000, folha 174 – Murtosa).

²⁶¹ As formas *Insoa*, *Insoela*, *Ensoa* e *Ensoela*, de 1258, (*villa*) *Insula rodonda*, de 1059, e *Insula*, de 960, registadas por Cortesão (1912) referem-se todas a pontos geográficos situados no Entre-Douro-e-Minho (ver PMH Inq.: 331 e 343 e PMH Dipl.: 51 e 258).

²⁶² Ver discussão no artigo “Rio Antuã e afluente”, de Teixeira da Silva, no jornal digital *Farol da nossa Terra* (disponível em <http://www.faroldanossaterra.net/2014/04/09/rio-antua-e-seu-afluente/>, consultado em 25/04/2016).

Hidrónimo de configuração transparente, identificável com o nome comum *jardim*, segundo o DCECH e o DHLP, do francês *jardin* ‘terreno cercado em que se cultivam flores, ou árvores frutíferas ou legumes, hortaliças e vegetais comestíveis’, “dim. do fr.ant. *jart* ‘hort’”, do frânc. **gard* ‘cercado’” (DHLP). No entanto, não foi possível achar elementos contextuais que permitam compreender a sua motivação.

4.1.28. Largo (rio)

Do adjetivo *largo*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

A carta só representa um curso de água sem lhe apor o nome, mas a pesquisa do CIGeoE-SIG identifica esse ponto como *rio Largo* (CMP 1:25 000, folha 196 – Vagos), que também o RTP regista. A carta consultada traça um curso de água que tem como afluente a ribeira da Palha e desagua na pateira de Fermentelos.²⁶³

De carácter descritivo, o hidrónimo *rio Largo* não parece oferecer razões para duvidar de que na sua composição entra o adjetivo *largo* – do latim *largus* ‘abundante, copioso, rico, opulento, liberal, generoso, amplo, solto, distante’ (DHLP; ver também DCECH) –, para definir eventual contraste com outros cursos de água. Observe-se que, na região, se encontram exemplos de toponímia referente à dimensão dos cursos de água ou de extensões de água, como é o caso de *Aguada*, no concelho da Mealhada, que representa o resultado de *aqua lata* ‘ribeiro largo’ (Silveira 1914: 117).

4.1.29. Levira (rio)

Origem obscura.

Livira 1020 (PMH Dipl.: 152) ²⁶⁴

²⁶³ Num documento em linha, o nome *rio Largo* aparece igualmente como denominação de um curso de água associado à ribeira da Palha: “O projecto intercepta a ZPE Ria de Aveiro em dois locais de características dulçaquícolas: a Ribeira da Palha/Rio Largo (nos concelhos de Oliveira do Bairro e Aveiro) e o vale do Rio Vouga (nos concelhos de Aveiro e Albergaria-a-Velha)” (*Estudo de Impacte Ambiental “Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa/Porto, Lote A – Troço Aveiro/Vila Nova de Gaia” Estudo Prévio – AIA 2068*, disponível em <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2068/parecerca206820141222101559.pdf>, consultado em 25/04/2016).

²⁶⁴ Nos PMH (Dipl.: 37), num documento do Livro dos Testamentos de Lorvão (*Liber Testamentorum Laurbanensi Coenobii*), ocorre *lhevila* (ripa de lhevila) que poderia relacionar-se talvez com *Levira*. No

Afluentes da margem esquerda do rio Cértima (CMP 1:25 000, folha 207 – Vilarinho do Bairro, 196 – Vagos, 197 – Oliveira do Bairro). *Levira* é também nome de um lugar (idem).

Nome parece dever-se à conversão de um nome de lugar, *Levira*. A atestação medieval sugere isso quando a associa ao termo *villa*: “uilla nostra que uocitant liura in territorio colimbriense”. Machado (2003) não o regista; em fontes toponímicas, porém, figura como nome de duas localidades do concelho de Anadia, bastante próximas, uma na freguesia de Vilarinho do Bairro e outra em S. Lourenço do Bairro (Costa 1929-1949). A escassez de comentários sobre a origem deste nome nas fontes consultadas impede esclarecer o étimo de *Levira*; mas é de supor que o uso como hidrotópónimo seja posterior ao uso de *Livira/Levira* como topónimo, ou seja, terá sido este a dar origem àquele.

4.1.30. Lordelo (rio)

De um diminutivo romance de **lourido*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.²⁶⁵

Afluentes da margem direita do Vouga (CMP 1:25 000, folha 165 – Arões, Vale de Cambra). O topónimo *Lordelo* é frequente a norte do Mondego, incluindo o território já galego.

Machado (2003) considera que evoluiu de **lauritēllu-*, de *laurus* ‘loureiro’, “donde *Loretellu-*, dim. de *Loretu-*“, mas deixa por explicar a monotongação *au > o*. Silveira (1937: 74) precisa que esta redução ocorre no ditongo pré-tónico, “[...] idêntica à que se deu nos nomes de lugares *Lordelo* (séc. X *Lauritello*, séc. XI *Laurdello*), e *Lordosa* (séc. X *Lauridosa*), que ambos têm por base o lat. *laurum*, loureiro” (ver também Navaza 2006:

entanto, esta forma levanta objeções de natureza fónica: como justificar a inserção do segmento /v/ na passagem de *lhevila* a *Levira*? Ou será *lhevila* um erro de leitura da edição, estando o *h* por outro grafema? Não tendo sido aqui possível explorar estas questões, convém assinalar que Alarcão (2005^a) refere esta forma, sem lhe encontrar vestígio na atualidade: “O nome *Lhevila* pode corresponder à transcrição de um topónimo que teria sido (ou teria evoluído para) *Leila*, *Leira* ou *Lila*. Não sabemos identificar este “vilar” que poderá corresponder a Vendas de Santana, Mourelos, Costa de Rios Frios ou Vil de Matos.”

²⁶⁵ As atestações reunidas em Machado (2003) referem-se a lugares ou nas imediações da margem esquerda do rio Douro ou a norte deste rio.

324). É provável que o hidrotopónimo tenha surgido por referência a um lugar chamado *Lordelo*, que as fontes consultadas não permitem identificar atualmente na região atravessada por este rio.

4.1.31. Marialva (rio)

De origem toponímica, *Marialva*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Parece tratar-se de um afluente do rio Arda, conforme assinala a pesquisa do CIGeoE-SIG, muito embora a CMP 1:25 000 não aponha nenhum nome à representação do rio assim identificado.²⁶⁶ *Marialva* e *Marialva de Cima* são também nomes de lugar na freguesia de Santa Eulália, no concelho de Arouca (ver Costa 1929-1949), além de ocorrerem noutros pontos de Portugal continental.

Muito provavelmente um caso de transferência da determinação toponímica, uma vez que o rio assim chamado passa nas imediações de dois lugares que partilham o nome *Marialva*. Machado (2003), seguindo Costa (1929-1949), relaciona *Marialva*, no concelho de Meda (distrito da Guarda), com a sequência aparentemente antroponímica *maria allva*. Pouco mais adiantando as outras fontes consultadas, resta concluir que não é clara a origem deste topónimo.

4.1.32. Mau (rio)

Do adjetivo *mau*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.²⁶⁷

²⁶⁶ Costa (1929-1949) refere que este rio “nasce na serra da Senhora da Mó, a N. E. de Arouca, junta-se com a rib. de Silves, e ambos formam a rib. de Arada [...]” – muito embora *Arada* – nome conhecido de serra de Arada, que designa parte do sistema montanhoso constituído pelo maciço da Gralheira – deva estar por confusão com *Arda*. Contudo, há quem considere *Marialva* como o nome que se dá em Arouca ao rio Arda – cf. Inês Marfuz e Alberto Gomes, “Identificação de locais críticos no escoamento superficial das áreas urbanas de Arouca e São João da Madeira: metodologia e casos de estudo”, in *Riscos naturais, antrópicos e mistos: Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo*, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 481-499 (disponível em [http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro_homenagem_FRebelo/481_499_consultado em 5/10/2016](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro_homenagem_FRebelo/481_499_consultado%20em%205/10/2016)).

²⁶⁷ As atestações recolhidas por Machado (2003) não parecem corresponder nem a este hidrotopónimo nem a um topónimo que com ele se relacione geograficamente.

Afluentes da margem direita do rio Vouga (CMP 1:25 000, folhas 175 – Albergaria-a-Velha, 164 – Oliveira de Azeméis).

Hidrónimo de carácter adjectival – *mau*, do latim lat. *mālus*, *a*, *um* ‘mau, de má qualidade, que é malfeito, ruim, errôneo, desonesto, disforme, malévol, depravado, maligno, astucioso, velhaco’ (DHLP) –, não foi possível determinar cabalmente a sua motivação. Pode supor-se, não obstante, que, numa perspectiva utilitária, se refira às características das águas do rio assim chamado.

4.1.33. Marnel (rio)

Do léxico comum *marnel*.

marnel 1037-1065 (PMH Dipl., p. 279), 1143 (D.M.P., I, p. 246) e 1170 (id., I, p. 404), 1258 (Inq., p. 306), *Marnelle* 1090 (PMH Dipl.: 444)²⁶⁸

Afluentes da margem direita do rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folha 186 – Águeda). *Marnel* é também topónimo que ocorre Évora, Guimarães e Paredes (Machado 2003; ver RTP). Na província galega da Corunha, regista-se o topónimo *Marnela*.

Aparentemente, trata-se de nome apelativo: *marnel*, ‘pântano’ (ver DHLP, no qual também se lê em nota etimológica: «voc. de form. obs.; Cândido de Figueiredo supõe uma f. **marinel* < *marino*»). A palavra tem o mesmo radical que *marnota*, ‘numa salina, tabuleiro onde se acumula a água para a fabricação do sal’ e ‘terreno baixo suscetível de ser alagado pela água do mar ou de rio’, bem como com *marnoceiro*, ‘terreno alagadiço’ e *marnoco*, com o mesmo significado (ver Machado 2003, s.v. *Marnoco*; ver também Piel (1947: 322)). *Marnel*, *Marnoco* e *Marnota* ocorrem também como topónimos (idem). *Marnel* é item que também faz parte do léxico galego (DDLG).

²⁶⁸ Nos PMH (Dipl.: 279) ocorre a forma *marnel*, mas aparentemente como nome comum, para identificar uma área próxima de Negrelos, no vale do Vouga, na região de São Pedro do Sul: “[...] in uilla nigrelos quantum obtinuit per meas cartas medietatem integram in ripa uauga in marnel ubi dicent arrualde quantum in meas cartas resonat.” A ocorrência de *Marnel* nos PMH (Inq.: 306) é relativa um lugar hoje não identificado da antiga freguesia de Quiraz, extinta em 1834 e integrada na atual freguesia de Roriz, no concelho de Barcelos.

4.1.34. Negro (rio)

Do adjetivo *negro*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Gonde, rio este que, por sua vez, desagua na ria de Aveiro (CMP 1:25 000, folha 163 – Estarreja).

Hidróónimo composto (*rio Negro*), em que *negro* – do latim *nīger*, -*gra*, -*grum* ‘negro, que tem a pele escura; sombrio, escuro, tenebroso’ – tem função atributiva ou descritiva, provavelmente em referência à cor das águas do rio.

4.1.35. Ortigosa (rio)

Do léxico romance, galego-português ou já mesmo português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas²⁶⁹

Afluentes ou subafluentes da margem direita do rio Arda (CMP 1:25 000, folha 155 – Arouca).²⁷⁰ Costa (1929-1949) regista *Ortigosa* como nome de lugar da freguesia de Travanca, no concelho de Cinfães. O topónimo é conhecido em vários pontos de Portugal, mais concretamente nos concelhos de Baião, Lamego, Leiria e Mortágua (Costa 1929-1949 e Machado 2003).

²⁶⁹ É possível encontrar atestado nos documentos medievais a forma *Ortigosa*, a qual, porém, não corresponde à aqui discutida, porque se trata de um lugar situado na freguesia de Travanca (cf. CMP 1:25 000, folha 135 – Castelo de Paiva), no concelho de Cinfães, um dos concelhos que limita a norte o de Arouca. *Ortigosa* fica próxima da confluência do Paiva com o Douro e, portanto, suficientemente afastada do curso do rio Ortigosa para tornar implausível a relação entre o topónimo e o hidróónimo. Mencione-se que os PMH atestam *Ortigosa* (em Cinfães) desde a segunda metade do século XI: *ortigosa* 1062 (PMH Dipl.: 282), *mons ortigosa* 1076 (PMH Dipl.: 327), *uilla quos uocitant ortigosa a radice montis ortiqueira* 1083 (PMH Dipl.: 372). É de notar também a forma *mons ortiqueira*, como que a sugerir a frequência do radical *ortig-*, plausivelmente em referência à presença ou importância da urtiga na flora da região.

²⁷⁰ A representação na CMP não é clara, permitindo o traçado do curso de água ser interpretado tanto como afluente do rio Arda como um subafluente. No entanto, um relatório de 2009 da Área Metropolitana do Porto, que o regista como *Ortigosa* ou *Urtigosa*, considera-o um afluente do rio Arda e refere que “[...] nasce na freguesia de Urrô a partir de um conjunto de riachos que escorrem da encosta norte da Serra da Freita” (*Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto Relatório Final. Fevereiro de 2009*, p. 4; disponível em <http://rios.amp.pt/sitios-amp/static/public/rios/SistemasEstruturantes-ARDA.pdf>, consultado em 24/10/2016).

É possível que o hidrónimo seja o resultado da conversão de um topónimo com a forma *Ortigosa*, mas não se encontra registo de uma povoação assim chamada na região atravessada por este curso de água.²⁷¹ De qualquer modo, trata-se muito provavelmente de um fitotopónimo, em referência à planta chamada *urtiga* ou *ortiga* (cf. DLPC), nome que evoluiu do latim *ŭrtīca* ‘urtiga’ (cf. DHALP e DCECH s. v. *ortiga*).

4.1.36. Ponte (rio da)

Do léxico comum latino-romance, talvez já galego-português ou até plenamente português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Cértima (CMP 1:25 000, folha 208 – Anadia).

Hidrónimo de motivação referencial, sem que se possa identificar historicamente a ponte que o motivou. Como item do léxico comum, *ponte* corresponde, segundo o DHLP, ao latim *pons*, *pōntis* ‘ponte; ponte móvel usada nos assédios; prancha lançada de um navio à terra para dar passagem’.

4.1.37. Póvoa da Ribeira (rio)

Do léxico comum galego-português ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente ou subafluente do rio Marnel (CMP 1:25 000, folha 186 – Águeda).

Hidrónimo que parece ter carácter descritivo ou determinativo, relativo a uma póvoa que as fontes consultadas não permitem identificar. Como nome comum, *póvoa* tem, segundo o DHLP, origen controversa: ou de *povoo*, forma arcaica de *povo*; ou de um derivado não afixal de *povoar*, verbo, por sua vez, resultante da conversão de *povoo* (ver também o DCECH s. v. *pueblo*).

²⁷¹ A hipótese será plausível, atendendo ao exemplo da *ribeira da Ortigosa*, hidrónimo composto de função aparentemente identificativa por associação a outro topónimo, o da povoação da Ortigosa, nos arredores de Leiria (cf. Carta Militar de Portugal 1:25 000, folha 285 – Marrazes, Leiria).

4.1.38. Quintela (rio de)

Provável origem toponímica, de Quintela, do léxico comum latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Serra (CMP 1:25 000, folha 208 – Anadia).

O curso de água em apreço passa nas imediações da localidade de Quintela das Lapas, o que torna plausível que o hidrónimo resulte da alusão a este topónimo. Como nome comum, *quintela* é um diminutivo formado com o sufixo *-el(o/a)*, atualmente pouco produtivo, tendo por base *quinta*, do latim *quintāna* ‘terreno de sementeira’ (Machado 2003), ou ‘via carroçável’ e, mais tarde, ‘via dianteira à casa, casa paçã ou propriedade senhorial’ (Fernandes e Cardeira 2013: 1915).

4.1.39. São Miguel (rio de)

De um hagiopónimo, de qualquer período do estrato latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Negro, sendo este, por sua vez, afluente do rio Gonde (CMP 1:25 000, folha 163 – Estarreja).

De um hagiopónimo que as fontes consultadas não permitem identificar. O antropónimo *Miguel*, que se popularizou devido ao culto ao arcanjo São Miguel, vem do latim *Michǎēl*, adaptação do grego *Michaēl*, por sua vez com origem no hebraico *Michael* ‘que é como Deus’ (cf. Machado 2003).

4.1.40. Sardoura (rio)

Origem obscura, mas provavelmente pré-latina.

Sardoria 989 (PMH Dipl.: 98 e 266), *Sardoira* 1045 (idem, p. 212 e 270).

Afluentes do rio Douro (CMP 1:25 000, folha 135 – Castelo de Paiva e 145 – Santa Eulália, Arouca). O RTP regista as variantes *ribeira de Sardoura* e *rio Sardouro*.²⁷²

Machado (2003) considera *Sardoura* um topónimo de origem obscura. Fernandes (1999) defende que o nome tem originalmente carácter hidronímico, propondo analisá-lo em dois elementos: a raiz pré-romana **sar(r)-*, ‘água’,²⁷³ e o sufixo *-oura*, a que associa a noção genérica de constituição (‘constituído de’ ou ‘abundante em’)²⁷⁴ com função adjetival, como noutros topónimos (*Fontoura*, *Montouro*, *Riboura*, *Valoura*),²⁷⁵ contestando etimologías que veem *oura* como procedente do latim *aurea*.

Refira-se que a raiz **sar-* é bem conhecida das propostas baseadas na hipótese do europeu antigo, como variante da raiz **ser-/sor-* ‘correr, jorrar’, conforme o registo de Krahe (1964: 40).²⁷⁶ Bascuas (2002: 40), associando o hidrotópónimo português *Sul* (v.), de *Sur*, aos galegos *Sar* e *Sor* (de *Saure*)²⁷⁷ relaciona-os com a referida raiz.²⁷⁸ Poderá, portanto, supor-se que *Sardoura* se integra nesta série e deverá ser incluído entre os hidrotópónimos de origem indo-europeia, no conjunto dos estratos pré-latinos.

4.1.41. Serra (rio da)

Hidrónimo descritivo que inclui o nome comum *serra*.

²⁷² O visualizador do CIGeoE-SIG apresenta também *Sardor* e *Sardora*. Deve tratar-se de erros, uma vez que outras fontes consultadas não os registam.

²⁷³ No artigo que dedica a *Sarmenha* (v. Seromenha), Fernandes (1999) parece aceitar **sarmen-* e **sard-* como radicais da raiz **sar* com alongamento.

²⁷⁴ Fernandes (1999) torna explícito este valor semântico, quando comenta o topónimo *Pedorido*, que evoluiu de *Pedourido* (158, PMH Inquis.: 970): “É claro o derivado *Pedor-ido*, ou, melhor, o duplo derivado *Pet-aur-ito*, com **petauros* + *ito*, raiz *pet-*, *pit-*, que parece significar pequenez: neste caso, talvez local onde na época da designação abundavam materiais rochosos pequenos. O sufixo imediato (*Ped-our-ido*) é sem dúvida, aquele que temos em *Fontoura*, *Montouro*, *Riboura*, *Valoura*, etc., e significa a constituição, enquanto *-ido* a quantidade.”

²⁷⁵ Guerra (1998: 746/747) regista o sufixo *-oro/-uro*, frequente em nomes étnicos pré-romanos da região oriental da Gallaecia, muito embora ocorra também no etnónimo *Paesuri*, povo que ocupava um território não longe do litoral, entre o Douro e o Vouga, ou seja, aproximadamente na região onde se encontra o *Sardoura*. Poderá conjecturar-se, portanto, que o hidrotópónimo encerre esse sufixo, seguido de um outro, *-ia*, bastante comum na toponímia pré-romana.

²⁷⁶ Pokorny (1959) regista **ser-*.

²⁷⁷ A mesma raiz ocorre em alguns topónimos galegos conforme aasinala Navaza Blanco (2006: 565): “No caso do *rio Sardiñeira* debemos considerar a raíz hidronímica **SAR-* (Rivas 1994, 145-46) céltica (cf. *Sar*, *Salas*, *Sárdoma*).” [Nota resultante de comunicação pessoal da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa do presente trabalho]

²⁷⁸ Bascuas (2002: 40) propõe uma alternância *u/a/au*: “[N]o tiene nada de sorprendente en el léxico prerromano del NO.peninsular; responde más bine a una tendencia tan común en los derivados de raíces *-H^w* que puede calificarse de rasgo característico de la lengua (o lenguas) prerromanas de este ámbito. [...] [A]lternan *Sar/Saure/Sur*, sin dudas razonables acerca de su unidad etimológica; la raíz es **ser*—‘fluir’, pero **serH^w*— en reconstrucción laringalista.”

Sem atestações medievais nas fontes consultadas que claramente se refiram ao rio em apreço.

Afluente da margem direita do rio Cértima (CMP 1:25 000, folha 208 – Anadia). Existe outro rio da Serra, com o curso um pouco mais a sul, que também desagua no rio Cértima.

Hidrónimo de tipo descritivo – trata-se do nome comum *serra*, segundo o DHLP, do latim *sĕrra* ‘serra (ferramenta cortante) e serra (montanha)’ (ver também DCECH s. v. *sierra*) –, provavelmente alusivo à sua proveniência do terreno acidentado da serra do Buçaco ou da serra do Caramulo. Refira-se que este hidrototopónimo substituiu o nome de *Angarna*, atestado em 1006 (PMH Dipl.: 120).

4.1.42. Serra da Cabria (rio da)

Provável origem toponímica (*Serra da Cabria*).

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Cértima (CMP 1:25 000, folha 208 – Anadia). O topónimo *Cabria* é localizável entre o Mondego o vale do Douro e também se encontra no norte da Galiza (*Cabría Vella* e *Cabría Nova*, no concelho galego de Pontedeume).

Para Machado (2003) o topónimo *Cabria* subentende “terra, vila, povoação, aldeia, cabria”, expressão em que ocorre com a forma de feminino do adjetivo *cabrio* ‘que tem muitas cabras’, formado pelo radical de *cabra* e o sufixo *-io* (cf. DHLP s. v. *-io*).

4.1.43. Teixeira (rio)

Do léxico comum *teixeira*, pelo fitotopónimo *Teixeira*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Vouga (CMP 1:25 000, folha 165 – Arões). O RTP e CIGeoE-SIG permitem identificar outros ríos com o nome *Teixeira* nos distritos de Braga, Porto e Viseu.

Como outros hidrónimos, é plausível que corresponda a fitotopónimo *Teixeira*, abundante no ângulo noroeste da Península. Como ítem do léxico comum, *teixeira* deriva de teixo, e este do latim vulgar *taxu-* (cf. DHLP).

4.1.44. Ul (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Ul 992 (PMH Dipl.: 16), 1142 (DMP I: 236), *Ure* 1041 (PMH Dipl.: 194), 1068 (idem, p. 294); *Ur* 1088 (idem, p. 421), 1139 (idem, p. 212)²⁷⁹

Afluente do Antuã (Baptista (1874: 70)²⁸⁰ ou o próprio Antuã no seu curso superior, conforme marca a CMP 1:25 000 (folha 154 – São João da Madeira).²⁸¹

Moreira (1967: 105) apresenta uma longa lista de hidrotopónimos europeus (Península Ibérica à Alemanha, passando pelas Ilhas Britânicas e a Itália), os quais incluiriam um elemento *ur-* com o significado geral de ‘água’. Este elemento será indo-europeu, ocorrendo no latim *urina* ‘urina’ (idem), cuja raiz indo-europeia é **wer-* (Buck 1949, s.v. *water*) ou **wēr(i)* (Delamarre 1984: 193); Moreira assinala-o ainda em *urium*, ‘lodo, água lodosa’, termo usado na Lusitânia, conforme se documenta em Plínio (XXXIII 75).²⁸² Moreira (1967: 105) encontra-o também em palavras de línguas do Oriente mediterrânico (“egípcio e acádico *uru* ‘rio’, *uru* ‘rio, mar’, *ur* ‘pântano’); contudo, perfilhando (idem, ibidem) uma hipótese de Piel (1947: 331), propõe que o hidrónimo português remonte ao basco *ur* ‘água’, mas sem advogar uma presença basca na Antiguidade, na região percorrida pelo rio *Ul*. Refira-se que Moralejo Lasso (1977) considerava improvável o uso de uma língua de carácter basco no Ocidente peninsular, assim contrariando de certo modo as propostas pré-célticas de Moreira (1967) e Machado (2003) a respeito de *ul*.

²⁷⁹ Ver também *Urio* 1220, em Moreira (1967: 103)

²⁸⁰ Segundo Baptista (1974: 70): “Afluente do Antuã/ M. E./ Ribeira d’Ul. — Nasce na F. de Carragosa; corre a S. O. passa a 1k a E. de Oliveira de Azemeis, sob a ponte da estrada real de Arouca, e ½l mais abaixo sob outra ponte da estrada real de Coimbra ao Porto; passa depois na F. de Ul, e logo entra no rio Antuã, com 2 ½l de curso”.

²⁸¹ O RTP e o CIGeoE-SIG não o registam *Ul* como nome de rio, muito embora assinalem o topónimo *Santiago de Riba-Ul*, donde se depreende o uso de *Ul* como hidrotopónimo, e haja fontes que o apresentam como denominação de um curso de água. Esta falta de consenso decorre da polémica à volta dos nomes atribuídos ao rio Antuã e à definição do curso deste rio.

²⁸² Passagem citada por Moreira (1967: 105): “vitium lavandi est, si fluens amnis lutum importet, ide genus terrae urium vocant”

Sobre *-r>-l*, Moreira (idem) chama ainda a atenção para o facto de se encontrar esta lateralização da líquida em *Sul* (atestado como *Sur*, v.), *Ponsul* (*Alponsur* em 1186) e *Monçul* (*Muzur*; a mesma forma em Silveira 1937: 68). Documentam-se ainda regionalmente casos de *-r>-l*, que, no entanto, são igualmente atribuíveis à analogia com nomes como *Gabriel*, *Miguel*: *Sabiel* < Xavier (Barreiros 1937: 280).

O hidrotopónimo em exame parece ter, portanto, uma origem pré-latina, mas resta saber até que ponto se trata de um nome indo-europeu ou pré-indo-europeu. A zona de distribuição geográfica do elemento *ur-*, indicada por Moreira, estende-se, quase exclusivamente, por regiões europeias, hoje maioritariamente cobertas por línguas da família indo-europeia. Mas a relação de *ur-* com as raízes indo-europeias atrás mencionadas requer certamente mais dados que não fiquem por uma simples relação de semelhança.

Na mesma pista que Moreira, mas numa perspectiva metodológica mais sistemática, assente na distribuição geográfica da onomástica antiga, Villar (2000:193) não nega que o segmento *ur-* possa em certos casos ter origem basca, mas identifica um grupo paleo-hispânico de topónimos e hidrónimos do sul e leste peninsulares que o apresentam como palavra em composição, ao mesmo tempo que encontram paralelo a norte dos Pirenéus, em regiões de língua indo-europeia. Neste grupo, em que Villar define cinco subtipos, interessa destacar dois: por um lado, o constituído por *Ura*, *Uria*, *Urius*, *Urium*, *Ore*, *Oria*; e, por outro, o formado pelo apelativo *urium*, já referido. Ao elemento *ur-*, dá Villar (2000: 207) o significado de ‘água’, que teria evoluído para ‘água suja, lamacenta’, ligando-o ao indo-europeu, concretamente à raiz **(a)wer-/(a)ūr-*, ‘água, rio, corrente’.²⁸³ Esta raiz está presente em designações de águas sujas ou lodosas em várias línguas indo-europeias: grego *οὔρον*, ‘urina’; prussiano antigo *wurs* (<**ūras*), ‘água estagnada’, lituano *jaurūs*, ‘lamacento, jáuras’, ‘lugar lamacento’; latim *urina*. A estes apelativos junta Villar (idem) o vocábulo paleo-hispânico *urium*, transmitido por Plínio-o-Velho, considerando-o “cognato riguroso (incluso en género) de un rio meridional (*Urium*) y en general de todos los hidrónimos y topónimos de esta serie en su forma simple”. Para Villar (idem, p. 208), o elemento *ur-* é assim comum a uma série de topónimos e hidrónimos de origem indo-europeia, “ubicados en la zona meridional y en la ibero-pirenaica y su prolongación occidental”. Note-se que Villar considera escassa a presença desta

²⁸³ Na verdade, as formas apresentadas por Villar (2000: 207) são apenas variantes de *auer-*, que em Pokorny (1959: 80) partilha a mesma entrada que *au(e)-* e *aued-*. Pokorny (idem) atribui o hidrónimo português *Ave* (que regista como espanhol) à raiz *au(e)-*.

toponímia indo-europeia meridional e ibero-pirenaica no noroeste, ocidente e centro da Península, apenas lhe atribuindo alguns dos nomes dos grandes rios da vertente ocidental peninsular: *Minius*, *Durius*, *Ana*, *Baetis* (idem, p. 435). Não é, portanto, de esperar que *Ul*, denominação de um pequeno curso de água no ocidente peninsular, se relacione com esse indo-europeu meridional e ibero-pirenaico proposto por Villar.

Mesmo assim, para justificar a ocorrência de um elemento *ur-* indo-europeu na atual região de Aveiro, avultam duas hipóteses: a) *Ul* é um topónimo pré-latino que, sobretudo sob as suas formas medievais (*Ure*, *Urio*), se relaciona com o elemento *ur-*, enquadrável num estrato indo-europeu bastante antigo, anterior a uma eventual celtização; b) o hidrónimo foi trazido por populações do sul peninsular, hipótese corroborada pela documentação epigráfica que confirma o estabelecimento dos chamados *turduli veteres* na costa compreendida entre o Douro e o Vouga (Guerra 1995: 80). Bascuas (2002: 125) apresenta dados que de algum modo sustentam a primeira hipótese, quando, na discussão do tema *ur-*, relacionado com a raiz **er*, ‘mexer-se’ (Krahe 1964: 45), sugere a inclusão da forma medieval de *Ul* na mesma lista de *Uria*, nome de uma serra entre as províncias de Lugo e Oviedo, e *Maluro* (composto de *mal*, ‘monte, ribeira’ e *ur-*), afluente do rio Xares, na província de Ourense. Nesse caso, a ocorrência do radical em apreço em terras ocidentais em certa medida poria em causa a escassez da toponímia identificada por Villar. A segunda hipótese pressupõe saber que língua ou línguas falavam os Túrdulos Velhos. À luz da hipótese de uma língua indo-europeia paleo-hispânica de Villar (2000: 371/372), revela-se plausível que esses emigrantes do Sul fossem falantes de língua(s) indo-europeia(s), considerando ainda que o etnónimo reúne elementos — o radical *turt-* do topónimo *Turta* e o sufixo *ul-*²⁸⁴ — que o investigador espanhol atribui a um estrato indo-europeu arcaico.²⁸⁵ De qualquer modo, é incerto que os túrdulos provenientes do Sul fossem falantes de indo-europeu.

Trata-se, portanto, de uma questão em aberto, a de saber se *Ul* provém de algum estrato indo-europeu pré-latino. Se sim, é alta a probabilidade de o hidrónimo em

²⁸⁴ *Turdetano* e *túrdulo* relacionam-se com *Turta*, segundo Villar (2003:372), nome alternativo de *Tartessos*. Ainda de acordo com o mesmo autor (idem, p. 390), a dental vozeada dos etnónimos deve-se a uma característica da toponímia indo-europeia meridional, a sonorização das oclusivas surdas entre soante e vogal. A forma *-ul-* seria um sufixo usado na derivação de etnónimos a partir de topónimos e também na criação de diminutivos (Villar 2000: 2776/277).

²⁸⁵ Como Villar aponta (idem, p. 418), «dicha zona nuclear [da toponímia “meridional”] no coincide com el territorio de ninguno de los diferentes pueblos historicamente conocidos, sino que ocupa parcialmente el de varios de ellos: turdetanos, túrdulos, bástulos y oretanos, cuyos nombres derivan de topónimos de filiación indoeuropea».

referência ter filiação remota, ligada a uma primeira vaga de indo-europeização, muito anterior à romanização.

4.1.45. Valboa (rio da)

Provavelmente de “vale boa”, de fase em que *vale* era do género feminino.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.²⁸⁶

Rio que conflui com o rio do Vale das Cubas antes de ambos encontrarem o Veade e desagüarem no Marnel (CMP 1:25 000, folha 186 – Águeda).

Machado (2003) considera que *Valboa* provém de «vale boa», quando *vale* era do género feminino.²⁸⁷ A explicação é plausível, mas escasseia a documentação que lhe confira maior robustez. *Vale* vem do latim *vallis* (cf. DCECH e DHLP).

4.1.46. Vale das Cubas (rio do)

Hidróónimo composto de itens do léxico comum,

Sem atestações medievais.

Rio que se junta ao Veade para ambos confluírem no Marnel (CMP 1:25 000, folha 186 – Águeda). No distrito de Viseu, também se encontra o topónimo Vale das Cubas. Tanto em Portugal como na Galiza, registam-se várias localidades denominadas *Cubas*. Noutras regiões de Espanha também ocorre *Cuba* (Maiorca, Teruel, Palencia; cf. Madoz 1846-1850) e *Cubas* (Albacete, Santander, Madrid; cf. idem).

Hidróónimo que se afigura transparente, pelo seu carácter referencial, muito embora não tenha sido possível identificar o Vale das Cubas que o determina. No entanto, o RTP e o CIGeoE-SIG permitem identificar o topónimo *Vale das Cubas* no distrito de Viseu

²⁸⁶ O registo de *Vall-boia* em Cortesão (1912) corresponde a nome de família ou identificativo da proveniência de uma família (ver PMH Script.: 306).

²⁸⁷ Em latim, *vallis* era do género feminino, conforme observa o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s. v. *vall*): “En latín se decía VALLIS o VALLES, siempre como femenino, género conservado hasta hoy en cat. y demás romances; sólo el fr. y el port. l., con el cast., cambiaron el género, seguramente por influjo del contrapuesto MONS2, pero la toponimia conserva huellas del género antiguo en Francia (Vautorte), en Portugal (Valle Pequena, Vall Boa, Da Balle: Leite de V., RL XXXVII, 18) y en España mismo (Valbuena, etc.).”

(concelhos de Nelas, freguesia da Aguieira; cf. CMP 1:25 000, folha 200) e *Vale de Cubas*, no norte do distrito de Leiria (freguesia e concelho de Pombal; cf. idem, filha 274). Machado (2003) identifica *Cubas* com o nome feminino *cuba*, sem outro comentário, embora parecendo associar a palavra ao seu uso mais corrente, na aceção de ‘grande recipiente para guardar ou escoar líquidos’ (cf. *Dicionário Houaiss*). O DCECH (Coromines e Pascual 2012, s.v. *cuba*) relaciona a forma *cuba*, comum ao castelhano e ao sistema galego-português, com o latim *cūpa*, com significação idêntica. Fernandes (1999), criticando as etimologias de Machado para topónimos que parecem partilhar o radical *cub-* (*Cubaças*, *Cubal*, *Cubalhão*, *Cubeira*, *Cubeirinhos*, *Cubetos*, *Cubinha*, *Cuvas*), considera que *cubo* se aplica à “conduta de água para o moinho ou azenha” e que “este sentido de ‘cubo’ esteja mesmo em casos de Cuba(s) e derivados [...]” (ver também Fernandes 1995: 67/68). Virá, portanto, a propósito referir aqui o hidrónimo *Alcubela* (distrito de Lisboa), provavelmente um híbrido árabo-romance alusivo a um modo represar água, no qual parecem convergir as raízes de *cova* e *cuba*. Em suma, o hidrotópónimo *rio do Vale das Cubas* deverá testemunhar a existência prévia de um topónimo provavelmente referente a construções para armazenagem e aproveitamento de água.

4.1.47. Veade (rio)

Talvez do genitivo de um nome próprio latino-romance – *Beatus* ou *Venatus*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Marnel (CMP 1:25 000, folha 186 – Águeda). Com este nome, registam-se ainda povoações nos concelhos de Celorico de Basto, Chaves, Montalegre e Vila Nova de Gaia,²⁸⁸ além de também ocorrer na Galiza, sob a forma *Beade* (cf. Machado 2003).

Machado (2003) retoma a discussão de Vasconcelos (1931: 361) quando relaciona *Veade* com o genitivo (*Beati*) do antropónimo *Beatus*, de *beatus* ‘feliz’, sem excluir a possibilidade de certas ocorrências provirem de *Venati*, um genitivo de *venatus*, ‘caça’.²⁸⁹

²⁸⁸ Costa (1929-1949) regista *Veade* como lugar da freguesia de Lever, no concelho de Vila Nova de Gaia. Para este trabalho, não foi possível confirmar esta localização em fontes mais recentes.

²⁸⁹ Ver também Azevedo (2006: 340). Em relação à localização de *Veade* no distrito de Aveiro, esta autora atribui o topónimo ao concelho de Santa Maria da Feira, mas o referido hidrotópónimo encontra-se a sul do Vouga, no concelho de Águeda.

No entanto, Fernandes (1999, s.v. *Veade*) contesta as hipóteses de Machado, sobretudo a que se apoia no antropónimo *Beatus*, porque *beati* se torna duvidoso quanto se atende à atestação medieval *Biadi* (PMH Inq.: 653). Mesmo assim, não se afigura razão para rejeitar a relação da forma *Biadi* com *beatus*, até porque, no território português, desde cedo se atesta o antropónimo com *i* em lugar de *e* – *Biatus* em 870 (PMH Dipl.: 5), como assinala Piel (1982: 130). Além disso, completamente fora da região dialetal galego-portuguesa, na região asturiana oriental (Villaviciosa) encontra-se *Viadi* (Villaviciosa) e *Casbeado* (Mieres) – cf. idem, ibidem –, as quais também decorrem de *Beatus* e, pelo seu contexto dialetológico (trata-se de área asturo-leonesa) excluem um étimo com *-n-*intervocálico, ou seja, com a forma **Venati* e **Venatus*.²⁹⁰ No âmbito galego, Carrasco e Navaza (2014:11-14), reafirmando a relação com o antropónimo *Beatus*, apresentam atestações do topónimo *Beade* (Vigo), nas quais figura um *i*, na sílaba inicial.²⁹¹

Seja como for, se *Veade*, no vale do Vouga, tem origem antroponímica, então é provável que testemunhe, enquanto denominação geográfica, um nome de lugar, à semelhança dos casos já referidos no norte de Portugal e na Galiza. Vasconcelos (1931: 361) localizava *Veade* como nome de povoação também em Aveiro, a qual, no entanto, parece já não existir no distrito, pelo que é legítimo supor que a sua memória perdura no hidrotopónimo aqui discutido.²⁹²

4.1.48. Viges

Origem obscura, latina ou pré-latina, podendo tratar-se de conversão de topónimo.

²⁹⁰ No entanto, não é de enjeitar a possibilidade de, no âmbito galaico, o hidrotopónimo em causa supor um antropónimo *Venatus*, forma de um cognome que Abascal (1994) atesta em genitivo em inscrições latinas pré-cristãs. [Comunicação pessoal da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, feita na sequência da prova de defesa do presente trabalho]

²⁹¹ Nos casos galegos, Cabeza Quiles (2008: 237) atribui *Beade* (Ourense) a *Benenatus* ('bem nascido') ou *Beatus* ('feliz'). Contudo, *Benenatus* tem o resultado *Venade*, forma toponímica conhecida tanto na Galiza como em Portugal, a qual terá surgido por **bennati*, conforme a hipótese de Piel (1982: 129/130) – ver também Vasconcelos (1920: 187).

²⁹² Embora o RTP registe *Veade* como região, remetendo a CMP 1:25 000, folha 186, a carta visualizada no CIGeoE-SIG somente associa esse nome à representação de um curso de água. Acrescente-se que, a respeito da freguesia de Valongo do Vouga, um artigo da Wikipédia apresenta uma lista de lugares, entre os quais se conta a forma *Viade*, correspondente a um lugar já extinto (informação disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valongo_do_Vouga, consultado em 23/03/2016). Nas fontes toponímicas e corográficas convencionais, consultadas para este estudo, não foi possível ter confirmação desta informação. No entanto, na Internet refere-se *Viade* como um lugar da antiga freguesia de Lamas do Vouga, hoje integrada na União de freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lamas_do_Vouga (consultado em 10/10/2016). Na Internet é também possível detetar o microtopónimo *rua de Viade*, na freguesia de Valongo do Vouga, no concelho de Águeda (cf. <http://www.portugalio.com/aguada/rua-de-viade/>, consultado em 17/10/2016).

uilla de bigas 897 (PMH Dipl.: 8)²⁹³

Afluente da margem direita do rio Caima (CMP 1:25 000, folha 154 – S. João da Madeira), nasce na freguesia de Roge.²⁹⁴ Próximo da foz deste rio e, portanto, da confluência com o Caima, encontra-se o lugar de Ponte de Viges (Carta Militar de Portugal 1:25 000, folha 164 – Oliveira de Azeméis).

A GEPB propõe que o hidrotopónimo *Viges* seja a deturpação de *bico*, usado como termo de descrição geográfica, como seriam os casos de *Pé de Vigo de Baixo* e *Pé de Vigo de Cima*, topónimos do concelho de Penacova. Azevedo (2005: 342) regista esta proposta, mas não descarta a possibilidade de o hidrotopónimo se relacionar com o latim *uicu-*. Fernandes (1999) assinala, porém, que *Viges* tem registo como *Vigas* ou *Bigas*, o que permite relacioná-lo com *Bigas*, topónimo do vizinho distrito de Viseu.²⁹⁵ É provável que *Viges* corresponda, portanto, à forma medieval *Bigas*, podendo na forma que o RTP regista ter havido, por um lado, uma elevação da vogal da sílaba final que não é invulgar na toponímia (cf. Azevedo 2005: 176) e, por outro, uma hipercorreção (gráfica ou até fonética) decorrente do betacismo característico da área dialetológica em que se encontra o hidrotopónimo. Daqui se infere que talvez o hidrotopónimo seja o resultado da

²⁹³ Esta atestação refere-se a uma vila que se situava em *ezebrario*, conforme se regista em PMH (Dipl.: 8): “[...] et ezebrario uilla de bigas [...]”. Trata-se de um antigo território medieval, segundo Silveira (1948: 227-228): ““Em Portugal, denominou-se *Ezebrario* (em doc. de 897), terra de *Eceurario* (em outro de 922) ou território *Ezebreiro* (em outro de 1072), um velho território de entre Vouga e Caima, correspondente pouco mais ou menos ao atual concelho de Vale de Cambra e à maior parte do de Sever, ao N. do Vouga. Devia servir-lhe de denominador ou centro um monte chamado *Zebrario* em docs. de 964 e 1002, *Ezebrario* em 994, *Zebreiro* e *Zeureiro* em 995, 1019 e 1097, etc., o qual suponho corresponder ao monte, em cuja falda meridional assenta hoje o lugar de *Zibreiros*, na freg. de Silva Escura (Sever do Vouga). Vid. P. M. H., *Diplomata et Chartae* n.ºs 12 (p. 8, l. 22), 25 (p. 16, l. última), 87, 172, 177, 191, 241, 502 e 850, e o 2.º mapa junto ao estudo de Paulo Merêa e Amorim Girão, *Territórios portugueses no séc. XI*, na *Rev. Port. de História*, tomo II, pp. 255-63, Coimbra, 1943.” Afigura-se, portanto, plausível que o hidrotopónimo em discussão denomine um rio desta região e que se relacione com a forma medieval *Bigas*.”

²⁹⁴ Informação colhida no documento “Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto Relatório Final. Fevereiro de 2009 – Anexo A – Caima”, disponível em Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto Relatório Final. Fevereiro de 2009 (disponível em <http://rios.amp.pt/sitios-amp/static/public/rios/SistemasEstruturantes-CAIMA.pdf>; consultado em 15/11/2015).

²⁹⁵ Costa (1929-1949) regista *Biga* em Vila Viçosa (também Horta do Biga); *Bigão*, na freguesia de Sousela, concelho de Lousada, comarca de Penafiel; *Bigas*, freguesia de Lordosa, concelho e comarca de Viseu; e *Bigueira*, freguesia de Águas Santas, concelho e comarca de Póvoa de Lanhoso. No site da junta de freguesia de Lordosa, no concelho de Viseu (disponível em <http://www.flordosa.pt/lugares>, consultado em 30/08/2016), afirma-se que o lugar de Bigas se chamava *Bigos*. Em Cortesão (1912), acolhe-se *Bigas*, como nome geográfico num documento datado de, 1100 do mosteiro de Arouca (PMH Dipl.: 548). Veja-se também as observações de Leite de Vasconcelos sobre *Bigorne* nos *Opúsculos* (Vasconcelos 1931: 319).

conversão de um nome que hoje parece ter deixado de ser usado como topónimo. O facto de *Bigas* ser ainda hoje a forma de um topónimo no concelho de Viseu favorece esta hipótese.

4.2. Distrito de Beja (11 hidrotopónimos)

Ardila (rio), Chança (rio), Mira (rio), Monte do Marquês (ribeira do), Odearce (ribeira de), Odivelas (ribeira de), Sado (rio), Safareja (rio), Terges (rio) e Cobres (ribeira de), Torto (rio), Vascão (ribeira).

4.2.1 Ardila (rio)

Origem obscura, talvez pré-latina.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem esquerda do Guadiana (cf. CMP 1:25 000 — folhas 504 Barrancos Norte; 503 Noudar, Barrancos; 502 Amareleja Moura; 501 Moura).²⁹⁶

O nome parece estar atestado em castelhano,²⁹⁷ pelo menos, desde 1274, data do foro de Segura de León (Álvarez Giles 2004: 758/759, n. 21).²⁹⁸ Dado o rio nascer em território estremenho (na serra de Tentudia, no extremo sul da província de Badajoz; cf. Berrocal Rangel 1988: 60), é de supor que a sua denominação tenha aí surgido, e não em território português. É escassíssima a informação sobre este nome, que também se associa a um bairro residencial, *La Ardila*, na cidade de S. Fernando (ou La Isla), nos arredores de Cádiz. É também de referir a forma *Ardileta*, nome de um curso de água na província de Huelva, por aparentemente ter a configuração de um diminutivo do hidrónimo em discussão.

Machado (2003) considera-o pré-latino, aventando uma origem céltica, mas não apresenta quaisquer argumentos para sustentar esta hipótese. Presume-se que a relação estabelecida com o céltico se deva ao facto de a nascente do rio se situar na antiga Betúria Céltica, onde habitava parte dos Célticos mencionados nas fontes da Antiguidade (cf.

²⁹⁶ Sobre o curso espanhol do rio assim nomeado, Baptista (1874: 153) nada regista, concentrando-se apenas na descrição do tramo português: “Nasce em Hespanha: corre a S.O., depois a O.; banha o pé do monte em que está o castello de Noudar, reduzindo-o a península, juntamente com a ribeira de Murtéga; corre depois tortuosamente e em direcção geral S. O.: antes de receber a ribeira Murtigão volta a O., recebe a dita ribeira o mais abaixo as outras afluentes: passa meia légua ao N. de Moura, e entra no Guadiana, com 11¹ de curso em Portugal.”

²⁹⁷ Em Portugal, Cardoso (1747) e Castro (1762: 108) registam a forma *Ardita*, aparentemente uma variante da em referência, mas que não é aqui comentada, por não se documentar noutras fontes que apontem um uso histórico consistente.

²⁹⁸ Trata-se de um documento em castelhano outorgado por Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago.

Berrocal Rangel 1988). Certamente por sugestão desse quadro etnogeográfico e no contexto da discussão do europeu antigo pré-céltico, Bascuas (2002: 58) não hesita em considerar *Ardila* um hidrónimo de raiz indo-europeia, analisando-o como “un dim[inutivo] **Ard-ella* o **Ard-illa* (como *amilla*, *pusillus*, etc.) con simplificación mozárabe de la geminada ll>l”, o qual compartilha a raiz *ard-* com outros hidrónimos como *Arda* (afluente do Douro que nasce na região de Arouca) e *Rebardille* (que Bascuas faz derivar de **Ripa Ardili* com base na expressão atestada *rivulo ardili*). A adequação deste tipo de propostas, tendo por horizonte a hipótese do europeu antigo, pode soçobrar ante os problemas metodológicos levantados pela manipulação de formantes de pequena extensão fónica, sujeitos a um alto grau de homonímia que favorece confusões e etimologias incorretas.²⁹⁹

Em suma, além de escassas, são pouco sólidas as bases para uma proposta etimológica mais segura, e o mais que se pode afirmar por enquanto é que *Ardila* é um nome de origem obscura. Não podendo encontrar motivação nos estratos romance ou árabe, os poucos autores que o estudaram dão-lhe um enquadramento linguístico pré-latino, mas sem a possibilidade de o estrato a que pertence poder ser reconhecido sequer como indo-europeu ou não-indo-europeu.

4.2.2. Chança (rio)

Provável origem latino-romance.

Sem atestação medieval nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do Guadiana. Além de nome de rio alentejano que faz fronteira com a província espanhola de Huelva (CMP 1:25 000 - folhas 534 – Vila Verde de Ficalho, Serpa, 543 Crespo – Serpa, 559 – Santana de Cambas, Mértola), o CIGeoE-SIG regista *Chança* como topónimo em Sobral da Abelheira, no concelho de Mafra (Lisboa), em Ervidel, no concelho de Aljustrel (Beja) e em Chancelaria, no concelho de Alter do Chão (Portalegre).³⁰⁰

²⁹⁹ Pode-se, não obstante, objetar que o topónimo tem dimensão suficiente para se considerar válida a base *Arda*, ainda que esta possa ter outra origem. [Observação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da defesa do presente trabalho]

³⁰⁰ Baptista (1874: 155) refere que “[n]asce na Hespanha e divide a fronteira desde a F. de Rosal de Christina até á sua foz no Guadiana; corre a S. O., passa uma légua a S. E. de Ficalho, e depois de ter dividido a fronteira pelo espaço de 13^l, entra no Guadiana, ½^k abaixo de Pomarão.”

Machado 2003 considera-o de origem obscura, sem mais considerações. Fernandes (1999) contesta a impossibilidade de definir a origem deste hidrónimo: “[...] o que impede que Chança venha a ser um derivado do lat. *planu-*, isto é, que provenha de **planantia*?”

Note-se que o nome *Chança* pode ter proveniência linguística andaluza, uma vez que, em castelhano, o rio é nomeado de forma muito semelhante, *Chanza*, desde a sua nascente, nas imediações da localidade de Cortegana, na serra de Aracena, na província de Huelva (cf. Madoz 1846-1850). A hipótese de Fernandes defronta-se, portanto, com o problema de admitir a palatalização de *pl-* latino com produção da africada [tʃ] num nome que parece provir não de Portugal, mas de uma região aparentemente castelhanófona, que durante grande parte da Idade Média (a zona foi reconquistada em meados do século XIII) foi arabófona e onde, mesmo que tivesse permanecido um romance moçárabe, seria mais que incerta a ocorrência de um fenómeno fonológico que caracteriza o romance galego-português (cf. Castro 2006: 62 e 142).

Sucede, porém, que a região fronteira onde provém o nome em discussão — a atual comarca da Serra de Huelva — é conhecida como *Banda Gallega* e foi repovoada por galegos e leoneses após a Reconquista. Assim, a proposta de Fernandes (idem) torna-se plausível porque o nome pode ter sido efetivamente criado entre falantes de dialetos do sistema galego-português ou até do sistema asturo-leonês, no qual o *pl-* latino passa também a [tʃ].³⁰¹ Importa também relevar o registo do topónimo *Chainça*, que se encontra espalhado em Portugal de norte a sul e que não é desconhecido na Galiza (*Chaínza*, em Noia, na Província da Corunha; cf. *Nomenclátor de Galicia*). Machado (2003) fá-lo derivar do latim *planītia*. Embora não se disponha de fontes que o confirmem, poderia supor-se que a forma *Chainça/Chaínza* tivesse evoluído para *Chança/Chanza* quer no território português, quer na região de Huelva, onde nasce o rio cujo nome aqui se discute.³⁰²

³⁰¹ Cabe, no entanto, registar que não é descabido conjecturar que o nome em referência se deve à conversão de um substantivo comum, *chança* em português ou *chanza* em castelhano, cognatos de um mesmo empréstimo de origem italiana *ciancia*, ‘discurso fútil, inconcludente ou não correspondente à verdade, troça’ (DHLP), ‘palabra de creación expressiva’, segundo o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s. v. *chanza*). Essa relação pressuporia usar este substantivo como qualificativo, eventualmente alusivo ao regime irregular do rio, à semelhança do Mondego, alcunhado popularmente como “o rio Basófias”. Trata-se de uma conjectura sem respaldo nas fontes consultadas.

³⁰² A sequência *Chaínza* > *Chainza* > *Chanza* encontra, no entanto, dificuldades fonéticas, pelo que pode revelar-se pouco plausível (comunicação pessoal da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo).

Não obstante todas estas hipóteses, que se resumem a um radical latino **plan-*, há outra que, não fugindo ao âmbito galego-português, se afasta de tal étimo. Com efeito, Recio Moya (1995: 128) propõe que o nome castelhano do rio, *Chanza*, provenha do galego antigo *xanza* (cf. DDLG), que o DEE (registando este termo na forma *jança*), define como ‘cabouco aberto na terra polas enxurradas de água de chuva’. O DCECH (Coromines e Pascual, 2012, s. v. *zanja*) regista o castelhano *zanja*, a que dedica extenso artigo; mas interessa relevar a referência que faz ao cognato português *sanja*, ‘pequeno dreno ou rego por onde escorre a água acumulada (em parapeitos de janelas, por entre os pés das videiras etc.)’. Poderá pensar-se numa adaptação de *xanza* ao castelhano, mediante a transposição da fricativa pré-palatal surda [ʃ] do galego como africada no castelhano. Tal hipótese pode encontrar reservas, uma vez que ao referido segmento fonológico do galego costuma fazer-se corresponder a velar fricativa surda [x] do castelhano, como atesta o contraste, por exemplo, entre formas como *Sanxenxo/Sanjenjo* ou *tarjeta/tarxeta*; além disso, se o topónimo remonta ao repovoamento da zona da serra de Huelva impulsionado no século XIII (cf. Recio Moya 1992: 117/118), torna-se discutível que tal segmento já se realizasse com desvozeamento.³⁰³ Seja como for, seria de esperar que a antiga forma galega fosse **Janza*, como topónimo do território andaluz, e não *Chanza*, de acordo com a mudança fonológica verificada no castelhano no século XVI, a qual afetou as fricativas pré-palatais, dando-lhes uma articulação velar.³⁰⁴ Ainda

³⁰³ A literatura costuma aceitar que foi no século XVI que se operou a mudança no sentido do desvozeamento ou ensurdecimento das sibilantes e da fricativa pré-palatal vozeada: “Un cambio radical del consonantismo, iniciado ya en la Edad Media, pero generalizado entre la segunda mitad del siglo XVI y la primera del XVII, determinó el paso del sistema fonológico medieval al moderno. [...] [I]rradiado desde Aragón y Castilla la Vieja [...], se extendió el ensurdecimiento de los fonemas /ʒ/ (grafía *z*), /ʒ/ (-s-) y *ž* (*g*, *j*), que se confundieron con sordos correspondientes /s/ (escrito *c*, *ç*), /s/ (-ss- entre vocales) y /ʃ/ (*x*): Santa Teresa escribe [...] *matasen*, *açer*, *reçar*, *deçir*, *dijera*, *ejercicio*, *teoloxia*, en vez de [...] *matassen*, *hazer*, *rezar*, *dezir*, *dixera*, *exercicio*, *teologia*.” Lapesa (1981: 370/371). Contudo, é de notar que se aceita que o desvozeamento já seria anterior à época referida, sobretudo em zonas de Leão e Aragão (idem, p. 283). Num parte importante do território em que hoje se falam dialetos galegos, é provável nunca ter havido um claro contraste das africadas e sibilantes surdas com as suas correspondentes vozeadas: “En xeral, nos textos galegos medievais non se practicou nunca unha nítida distinción entre as representacións gráficas das consoantes sibilantes xordas e as sonoras, e mostras disto atopámolas incluso nos documentos arcaicos do século XIII [...] [O]s procesos galegos de desonorización e desafricación teñen antigas raíces medievais e seguramente estaban culminadas en amplas zona do noso territorio antes de rematar este período, antes do século XVI.” Mariño Paz (1999: 115/116)

³⁰⁴ Segundo Lapesa (1981: 377/378), a neutralização de [ʒ] e [ʃ] (ou [ž] e [š] na notação usada por este autor) verificou-se em castelhano, asturiano, leonês ocidental e galego, mas “[...] en castellano los cambios no se detuvieron ahí: la necesidad de evitar la confusión con las sibilantes alveolares (*quijo*, *vigitar*, *relisión* [...]) hizo que las prepalatales retrajeran su articulación hacia la parte posterior de la boca: el grado inicial de este proceso está reflejado en grafía *mexior*, *dexiare*, *moxiere* ‘mujeres’, *vexiés* ‘vejez’, *oxios* ‘ojos’, registradas en Lima en una carta 1559 y que parecen corresponder a una pronunciación medioplatal sorda, como la de la *ch* alemana en *ich*, *gleichen* [...]». Lapesa acrescenta que “[e]n España la velarización llegó a ser completa y el resultado fue la fricativa sorda [χ]: ya Nebrija y Juan de Vergara equiparan el sonido de la *x* castellana con el de la *χ* griega.” (ibidem) Ver também Menéndez Pidal (1952: 113/114).

assim, a adequação semântica do galego *xanza* permite sugerir que em *Chanza* se terá registado uma alteração fonética que não se enquadra nos esquemas de mudança fonológica mais conhecidos do castelhano nem no padrão de correspondências fonológicas entre o galego e o castelhano. Existem, de resto, exemplos na toponímia andaluza que apresentam a africada e a fricativa em variação, como é o caso de *Chabuco* e *Jabugo*, que, segundo Gordón e Ruhstaller (1992: 433), têm a mesma origem, já que “pueden considerarse soluciones regulares de la /s-/ mozárabe en voces transmitidas por el árabe”. Mas tal seria pressupor um étimo com *s- inicial, o que o português *sanja* pode confirmar, embora nesta forma fique por explicar a relação da fricativa pré-palatal vozeada do português [ʒ] com a fricativa interdental do espanhol *Chanza* ou da fricativa pré-dorsal do português *Chança*.

Em suma, um hidrotópónimo enquadrável no estrato latino-romance, embora o seu étimo seja obscuro.

4.2.3. Mira (rio)

De origem provavelmente pré-latina, pode remontar a um estrato pré-indo-europeu obscuro.

Sem atestações nas fontes consultadas.³⁰⁵

Rio que desagua no Atlântico (CMP 1:25 000 — folhas 580 Ameixial, Loulé; 572 Dogueno, Almodôvar; 571 Santa Clara-a-Nova, Almodôvar; 563 Gomes Aires, Almodôvar; 562 Santa Clara-a-Velha, Odemira; 570 Pereiras-Gare, Odemira; 569 Sabóia, Odemira; 561 Odemira-Sul; 553 Odemira; 552 Longueira-Almograve, Odemira; 544 Vila Nova de Milfontes, Odemira).³⁰⁶

³⁰⁵ Embora Cortesão (1912: 411) registre *Mira* como nome geográfico, não é esta forma correspondente ao rio em causa, tratando-se antes de um topónimo localizado na terra de Santa Maria (atual Santa Maria da Feira), conforme atestação de documento de 1233 transcrito por Ribeiro (1810-1836: 93). É duvidoso que atestação seja referente a *Mira*, no litoral do distrito de Coimbra, apesar da relativa proximidade desta localidade em relação à região da Feira. Com efeito, a ocorrência de *Mira* é feita em referência a um conjunto de lugares localizáveis no norte do distrito de Aveiro (Lourosela, Moure), no noroeste do distrito de Viseu (Tarouquela) e no sul do distrito do Porto (Seixo Alvo, no concelho de Vila Nova de Gaia).

³⁰⁶ Baptista (1874: 140), assinalando que o rio também é conhecido como Odemira, refere que tem nascente “na serra de Mu ou Caldeirão, ao S. de Almodovar” para depois descrever assim o seu curso: “[...] corre 5^l a N. O. passando na F. de Gomes Aires, depois segue em curva para S. O.; recebe algumas pequenas ribeiras e por ultimo o rio Torto: segue então para O. Entre as FF. de Santa Clara a velha e Santa Clara de Sabóia, onde tem ponte, na estrada de S. Martinho das Amoreiras para S. Marcos da Serra: depois corre a N. O.: passa em Odemira; 3 1/2^l mais abaixo volta a O.; passa em V.^a Nova de Mil Fontes (ao S.), e logo entra no Oceano, com 21^l de curso.”

Machado (2003) nega quer a hipótese germânica de Piel (do antropónimo *Miro*) quer a arábica (de *emir*) que consta da GEPB e na EVLBC e que aquele lexicógrafo reputa de fantasiosa. Uma origem pré-latina é proposta por Vasconcelos (1926: 328 e 1991: 236, n. 1) com base na possibilidade de deduzir *Mira* do topónimo romano *Miróbriga*, que o filólogo localizava mais a sul do que realmente está, uma vez que se identifica a cidade romana assim chamada com o sítio arqueológico existente nas imediações de Santiago do Cacém.

Guerra (1998) refere-se, sem declarar adesão, à etimologia de Pedrero (1996: 370-372): *Mira* enquadra-se num conjunto onomástico amplo, mediante três vias possíveis: a) uma raiz **meir/*moir-/*mir-*, possível resultado da junção de um sufixo **-r* à raiz **mei-*, ‘viajar, errar’;³⁰⁷ b) o mesmo radical do latim *mirus*, ‘assombroso’; c) relação com o latim *merus*, ‘puro’; d) adjetivo **meiros*, cujo radical se encontra no antigo eslavo *miru*, ‘paz’ e no albanês *mirë*, ‘bom, formoso’. Mais uma vez a pequena dimensão das raízes envolvidas aumenta a probabilidade de a relação entre *Mira* e os referidos morfemas de origem indo-europeia não passar, afinal, de um simples caso homonímia, pelo que apenas se afigura plausível que, partindo da relação de *Mira* com *Miróbriga*, o hidrónimo seja anterior à romanização. Tal não significa, porém, que *Mira* tenha origem céltica ou, de modo mais genérico, indo-europeia, podendo, portanto, enquadrar-se num estrato pré-latino não identificável.

4.2.4. Monte do Marquês (ribeira do)

Português, de origem toponímica.

Sem atestação medieval nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira de Pisão que parece nascer nas imediações de Beringel e faz parte da bacia hidrográfica do Sado (CMP 1:25 000 — folha 509, Ferreira do Alentejo).

O nome explica-se pela sua função relacional, porque o rio assim chamado corre nas imediações do Monte do Marquês. *Monte*, do latim *mons*, *montis* ‘monte, montanha’ (cf. DCECH e DHLP), designa uma propriedade rural na região do Alentejo; *marquês* ‘título

³⁰⁷ Ver também Moralejo (2009: 68).

de nobreza intermediário entre o de duque e o de conde' é um derivado de *marca*, no sentido de 'fronteira', também este, por sua vez, um derivado de *marcar*, um empréstimo do italiano *marcare*, com origem no germânico **markan* (cf. DCECH).

4.2.5. Odearce (ribeira de)

Nome híbrido, constituído pelo formante árabe *ode-/odi-* e um elemento de origem obscura.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do Guadiana (cf. CMP 1:25 000, folha 510 – S. Matias, Beja e 511 – Pedrogão, Vidigueira).³⁰⁸

Machado (2003) propõe que a forma esteja por *Odiarce*, analisando-a em dois elementos, o arábico *odi-* e *-arce*, que deixa por esclarecer, para depois se interrogar sobre uma eventual relação com *Odiáxere* (Faro).³⁰⁹ Esta relação deve-se apenas à semelhança fónica dos dois nomes e não encontra outro tipo de fundamento mais sólido; mas, mesmo que fosse provável, ficaria por esclarecer a etimologia de tal elemento, uma vez que tampouco *Odiáxere* está explicado. Sendo assim, e dada a falta de atestações, é necessário, por enquanto, encarar este nome como um híbrido cujo segundo elemento tem origem desconhecida.³¹⁰

4.2.6. Odivelas (ribeira)

Nome híbrido, constituído pelo formante árabe *ode-/odi-* e um elemento de origem obscura. Cf. Odivelas, distrito de Lisboa.

Aquis ad vdivellas, flumine de vdivellas 1258 (Azevedo 1906-1910: 4).

³⁰⁸ Baptista (1874: 150) identifica-lhe a nascente “[...] a ½^l a O. de Cuba; corre a S. E.: passa sob a ponte do caminho de ferro de S. E. (ramal de Beja), tem ponte na estrada de Beja para Cuba, e descrevendo depois uma grande curva, com a convexidade para o N. e direcção a E., entra no Guadiana com 8^l de curso”

³⁰⁹ Terés (1986: 262) regista as formas *Odearga* e *Odearca*, que devem estar por engano, em lugar de *Odearce*. Pode supor-se que seja erro real ou de leitura dos mapas que, sem especificar, o autor consultou para a sua lista de topónimos portugueses (idem, ibidem).

³¹⁰ No entanto, para o segundo elemento, pode ter-se em conta o tema **Arty*, formado com o radical **Art-* + iode; este por sua vez deriva da raiz indo-europeia **er* ‘mexer-se’, presente, segundo Bascuas (2002: 54), nos casos galegos de *Arciego* (hidrotópónimo desaparecido), *Arzoá* (hidrotópónimo) e *Arzádigos* (comunicação da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho).

Afluentes da margem direita do Sado. (CMP 1:25 000 folhas 489 – Vila Alva, Cuba, 488 – Alvito, 498 – Grega, Ferreira do Alentejo, 497 – Odivelas, Ferreira do Alentejo, 508 – Figueira dos Cavaleiros, Ferreira do Alentejo).³¹¹ Refira-se que este é também nome de rio e de localidade no distrito de Lisboa.

Sobre a etimologia deste nome, ver artigo dedicado a Odivelas, no distrito de Lisboa.

4.2.7. Sado (rio)

Origem obscura, mas é plausível uma etimologia antroponímica árabe.

Çaadam, *Çadaon* e *Çadam* séc. XIV-XVI (Machado 2003, que não identifica com clareza as fontes das atestações)

Rio que desagua no Atlântico, depois de formar um amplo estuário nas margens do qual se encontra a cidade de Setúbal. Baptista (1874: 130-131) regista-o sob as formas *Sado* e *Sadão* (provavelmente *Sádão*, na atual ortografia),³¹² localizando a sua nascente “a uma légua a S. E. de Ourique onde passa 1^k a O.”

Não há atestações deste nome que recuem à Antiguidade ou à Idade Média, conforme observa Machado 2003, afirmando também que o rio se chamava *Sadão* até ao século XVIII, nome que perdura na atual toponímia (São Mamede do Sádão, no concelho de Grândola; cf. RTP). Leite de Vasconcelos preferiu derivar o nome do latim *salatus* mediante as formas **salado* e **saado*, em conformidade com a queda de *-l-* intervocálico característica do período galego-português (Vasconcelos 1985: 84). Mas, como observa Machado (2003), esta perspetiva revela-se muito duvidosa, quando se atenta no facto de o nome em causa se encontrar numa região tardiamente reconquistada (primeiros

³¹¹ Baptista (1874: 132) localiza a nascente deste rio a sudoeste de Portel: “[...] corre a O. até passar 1^k ao S. de Oriolla; volta depois a S. O.: passa a 2^k a S.E. d'Albergaria dos Fusos, 2^k a N.O. de Villa Ruiva, 2^k a S.E. de Alvito, onde tem ponte, construção romana na via militar d'Evora para Beja: passa depois sob a ponte da via férrea de S.E.; mais abaixo, na F. de Odivellas, volta a O. N. O., e vae entrar no Sado, com 14^l de curso”. Esta descrição não se afasta do percurso traçado na CMP 1:25 000.

³¹² Machado (2003) regista a forma *Sádão*, remetendo-a para *Sado*. No entanto, Lopes (1968: 50, n. 1) anota que na localidade de São Romão do Sado, que já foi conhecida como São Romão do Sádão, se pronunciava a palavra como oxítone. Refira-se que atualmente só São Mamede do Sádão conservou a forma mais antiga do hidrónimo; *São Romão do Sado* (Alcácer do Sal) e *Santa Margarida do Sádão* (Ferreira do Alentejo) parecem hoje formas mais correntes do que as mais antigas *São Romão do Sádão* e *Santa Margarida do Sádão* (cf. Machado 2003).

decénios do século XIII), numa época em que a síncope de *-l-* não estaria tão ativa, até por fenómenos de contacto com línguas em que não se opera tal fenómeno (árabe e resquícios de romance moçárabe). Apoiando-se em Lopes (1968: 49/50), Machado (2003) afirma, porém, que, nos começos do século XVII, Duarte Nunes do Leão (1610: 38) já se referia ao rio usando a forma *Sado* e que o nome está documentado entre os séculos XIV e XVI como *Çaadam*, *Çadaon*, *Çadam*.³¹³ Machado (2003) não exclui que *Sado/Sádão* se relacione uma forma antroponímica árabe que perdeu o *-l-* intervocálico, tomando como exemplo o caso de *Sátão* < *Zalatane*. A proposta antroponímica que Machado (2003) não desenvolve merece certa atenção, porque há antropónimos muito sugestivos de tal relação. Por exemplo, o antropónimo árabe *Sa‘dun* faculta uma pista plausível, reforçada pelo facto de, sendo as atestações de *Sádão* (ou *Sadão*) já posteriores à queda de *-l-* intervocálico, se tornar improvável que *Sádão* provenha da forma *salatus*, com tal consoante. A história do período islâmico poderia igualmente ir ao encontro desta perspectiva: refira-se que *sa‘dun* está registado por Terés (1990-1992, parte II: 13-14) como hipocorístico de *sa‘d*, ‘boa estrela’, atestado na antroponímia andalusi (*Habenzahadon*, *Avinçahado*, *Abinçado*, *Abençahadon*, *Aben Çaad(d)on*, *Çadon*, *Z/Çadon*) como na toponímia (*Cabazatón*, *Guazadón*, *Casa Venasado*). É aqui de relevar que as formas *Abinçahado* e *Abinçado*, as quais sugerem que, concomitante à perda de nasalidade final (no caso, consonântica, uma vez que as fontes são castelhanas), à semelhança do par *Sádão/Sado*, também se verifica o recuo do acento da última (cf. *Cabazatón*, *Guazadón*) para a penúltima sílaba (cf. *Venasado*). Quanto à historicidade de uma figura que pudesse ter deixado a memória do seu nome na toponímia alentejana, é de assinalar que as fontes históricas se referem Sa‘dun b. Fath al-Surunbaqui, proprietário muladi da região de Beja, que se notabilizou como rebelde, juntamente com o célebre ‘Abd al-Raḥmān b. Marwān b. Yūnus al-Jilliqī, na primeira *fitna* (‘grande desordem’) que ocorreu em al-Andalus no século IX.³¹⁴ O *Muqtabis* de Ibn Hayyān³¹⁵ menciona também a ação de um filho deste chefe muladí, Mas‘ūd b. Sa‘dūn al-Surunbaqui. É, portanto, tentador querer ligar este antropónimo ao hidrónimo aqui em discussão, sugerindo que

³¹³ Fica, contudo, por esclarecer a proveniência de tais ocorrências, uma vez que Lopes 1968 não as referencia.

³¹⁴ Sobre esta figura, leia-se Picard (2000: 44, 122) e Alarcão (2013). Manteve-se a transliteração usada por Picard.

³¹⁵ O cordovês Abu Marwān Ibn Hayyān (987-1075), “o príncipe dos historiadores andaluzis” (García Sanjuán 2001: 110) é autor de al *Muqtabis*, crónica que colige informação de outras obras hoje perdidas e constitui uma das mais importantes fontes para a história do período árabe na Península Ibérica (cf. Sidarus 1993).

aquele se converteu em topónimo — hipótese que carece de fontes de história toponímica que a sustentem, não obstante não serem infrequentes no território português os topónimos de origem antroponímica árabe (embora mais significativos no Norte; cf. Serra 1961). Acrescente-se que, se *Sado* tem origem num antropónimo árabe com a forma *Sa'dun*, a forma *Sádão* teria evoluído de acordo com um processo semelhante ao que deu origem a *Faro*, a partir de *Hārūn*,³¹⁶ por intermédio de *Fárão* (Lopes 1968: 47/58). Finalmente, cabe observar que uma hipótese alternativa seria assumir como obscura a origem de *Sado* e ver em *Sádão* um aumentativo.³¹⁷ Em suma, são obscuras as origens de *Sado*, mas a história árabo-andaluza pode talvez dar pistas para a sua génese.

4.2.8. Safareja (ribeira de)

Nome derivado em português de antropónimo de origem árabe.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira de Ardila, que, por sua vez, é afluente da margem esquerda do Guadiana (cf. CMP 1:25 000, folhas 525 Negrita, Moura; 514 Santo Aleixo da Restauração, Moura). Baptista (1874: 154) regista este curso de água como “ribeira de Safareja” e localiza-lhe a nascente em Espanha.

Machado (2003) considera este nome um derivado de *Safara*, nome de localidade e da freguesia pela qual passa o rio assim nomeado. A explicação é plausível, permitindo

³¹⁶ Identificando Santa Maria do Algarve, referida nas fontes árabes, com a atual Faro, Lopes (1968: 132) dá conta da relação entre os dois topónimos do seguinte modo: “[No princípio do século XI] reinava em Santa Maria do Algarve, Ibn Hárune, e nada mais natural para a distinguir da outra do que chamar-se-lhe Santa Maria appellada de Ibn Hárune, Santa Maria Ibn Hárune, e finalmente Ibn Hárune e ainda Hárune, isto é, **Haron**, **Faron** (h>f, é de regra), **Fárão**, **Faro**. Como nome próprio de indivíduo, aparece este nome num documento do anno 972: Aaron e Farhon. A mais antiga forma portuguesa, como nome de lugar, é (Sancta Maria de) **Faaron** e **Faaram** num diploma de 1250 e no seu foral de 1269; e na ‘Relação’ do cruzado que assistiu ao primeiro cerco de Silves é ‘Sancta Maria de Pharum’. Na *História da conquista do Algarve*, que parece ser do fim do século XV, é **Farão**, que deve ler-se **Fárão**, como *órfão*, *órgão*, etc.; e é effectivamente assim que manda ler Fernão de Oliveira na sua *Grammatica portuguesa*, cap. XXIX (ed. 1536) [...]” Esta passagem permite pensar numa sequência diacrónica paralela para a génese de *Sado*: supondo a existência de um topónimo desconhecido mas seguido pelo patronímico *ibn Sa'dun* (**ibn Sa'dun*), teríamos depois *ibn Sa'dun* e finalmente *Sa'dun*, adaptado ao português como **Sadom* e atestado já como *Çadam*, no século, XV, provavelmente pronunciado como *Sádão*, quando já se operara a convergência das terminações nasais *-on*, *-an* e *-ão* no ditongo *-ão*. Contra esta hipótese, a inexistência de atestações que a apoiem.

³¹⁷ Mas, ao contrário do que Lopes (1968: 50, n. 1) considera, não parece contra-senso aceitar *Sádão* — ou melhor, *Sadão* — como forma derivada de *Sado*, pois que se encontra um caso paralelo na relação estabelecida entre os hidrónimos *Águeda* e *Agadão* (cf. neste trabalho secção dedicada aos hidrónimos do distrito de Aveiro).

encarar o sufixo *-eja* como sufixo diminutivo (cf. *vilarejo*) ou gentílico (*sertanejo*, *castrejo*; cf. DHLP). O nome teria então surgido como adjetivo relacional (*safareja* = «de Safara»), não sendo, portanto, de admirar a marca de feminino, uma vez que, no Alentejo, é frequente chamar-se *ribeira* a um curso de água; ou seja, o hidrónimo poderá ter sido conhecido como “ribeira safareja”, e não como o CIGeoE-SIG regista: “ribeira de Safareja”. Pode ainda *Safareja* ter tido uso toponímico anterior, com origem num diminutivo alusivo a *Safara* (cf. *lugarejo*, *vilarejo*), assim definindo uma relação em que um lugar ou um acidente geográfico pressupõe outro geralmente maior ou mais antigo, como é frequente encontrar-se noutros pontos do território português, tanto de uma forma transparente (*Caramulo/Caramulinho*, *Funchal/Funchalinho*)³¹⁸ como de forma mais opaca (cf. neste trabalho *Ave* e *Vizela*, no distrito de Braga, e *Vouga/Vouzela*, no distrito de Aveiro). Outra hipótese é *safareja* ser o adjetivo relacional que corresponde ao nome comum *sáfara* ‘terra pedregosa; grande rochedo’, do árabe de *ṣaḥrah* “rocha” (cf. DHLP e Corriente 2003 e 2013: 171).³¹⁹ Para a validação de uma das três hipóteses expostas faltam elementos conclusivos.

4.2.9. Terges e Cobres (ribeira)

Dois nomes que parecem ser atribuídos à mesma ribeira. O primeiro tem origem obscura, enquanto o segundo parece remontar ao léxico comum latino (*colūbra*).

4.2.9.1. Terges (ribeira)

Origem obscura, talvez pré-romana.

Sem atestações antigas ou intermédias nas fontes consultadas.

Pinho Leal (1873-1890) não regista *Terges*. Baptista (1874: 151) assinala este rio ou ribeira como afluente da de Cobres: “[t]em 4 nascentes ao N. de Castro Verde, onde se formam outros tantos ribeiros; reunidos estes, corre o Terges tortuosamente a N. N. E., depois a E., e entra no Cobres com 8^l de curso” (cf. CMP 1:25 000 – folha 548 Castro Verde, 539 Albernoa, Castro Verde, 540 Vale de Açor, Mértola, 541 Mosteiro, Mértola).

³¹⁸ Ver *Funchalinho* em Sousa (2003).

³¹⁹ Quanto a *Safara*, propõe Machado que este nome tenha origem no uso antroponímico do árabe *ṣaḥrā*, ‘deserto’ ou em *ṣaffār*, ‘caldeireiro’. Não se atestam as formas com *a* inicial, como **assafara* ou **açafara*, que poderiam sugerir o uso como descrição definida pela ocorrência do artigo árabe assimilado a consoante fricativa pré-dorsal, pelo que fica favorecida a hipótese antroponímica.

Machado (2003) interroga-se sobre se *Terges* é relacionável com o berbere *Targi*, sem mais explicações. Amaral e Amaral (1997: 237) interrogam-se sobre uma possível relação com o europeu antigo **terk*, que vem a raiz indo-europeia **terk-*, *trek-*, *tork-*, *trok-*, ‘torcer’, registada por Pokorny (1959-1989: 1077). Sobre este tipo de propostas, que não consideram atestações medievais ou anteriores, já se disse neste trabalho que lhes falta sustentação para lhes permitir enfrentar os enormes problemas metodológicos decorrentes da pequena dimensão das raízes propostas pela hipótese do europeu antigo (Krahe 1964) e a alta probabilidade de serem homónimas de sequências identificadas arbitrariamente em cada topónimo analisado. Não havendo outra fonte que faculte pistas de análise, a etimologia de *Terges* permanece desconhecida.

4.2.9.2. Cobres (ribeira)

Origem latino-romance.

Riuulo de Colubris 1239 (Silveira 1913: 156) ³²⁰.

A CMP 1: 25 000 (folhas 564 Almodôvar, 556 Rosário, Almodôvar, 548 Castro Verde, 549 S. Marcos da Ataboeira, 540 Vale de Açor, Mértola) apresenta o curso de água assim chamado como um afluente do Terges. Baptista (1874: 151) refere que o rio com este nome “[n]asce uma légua ao S. de Almodovar, onde passa a E.; corre a N. N. E. até 1 ½^l a E. de Castro Verde; recebe a ribeira Maria Delgada, e inclina a N. E. até receber o Terges; volta então para E. tem ponte na estrada real de Beja para Mertola, e com 14^l de curso, entra no Guadiana.”

A importância da exploração mineira do cobre na região percorrida pelo rio deixa pensar que o hidrotopónimo tem carácter alusivo a esse metal. Silveira (1913: 156) relaciona *Cobres* com (*rivulo de*) *Colubris*, nome latino em que “é transparente o ablativo plural do lat[im] vulgar *colubra*” (idem), apoiando-se numa ocorrência desta forma latina num documento de 1239. A escassez de informação e de outras fontes que permitam lançar luz sobre este nome aconselham a aceitar a proposta de Silveira, muito embora seja preciso encontrar maior apoio documental.

³²⁰ A atestação é dada por Silveira (1913: 156), que diz encontrar-se na carta da doação de Mértola aos Espatários, de 1239. Não foi possível identificar este documento nas fontes documentais aqui consultadas.

4.2.10. Torto (rio)

Com origem no adjetivo *torto*, do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Mira (CMP 1:25 000 — folhas 570, Pereiras-Gare, Odemira).³²¹

Nome descritivo, que ocorre abundantemente em Portugal. *Torto* vem do latim *tōrtus*, a, um 'torcido, entortado, torto' (DHLP), derivado do supino de *torquēre* 'torcer, tornar, torturar, atormentar; voltar uma arma (antes de lançá-la)' (idem, s. v. *torc-*), o qual, pelo latim vulgar *torcēre*, está na origem de *torcer*.

4.2.11. Vascão (ribeira)

Origem obscura, mas é possível que tenha origem latino-romance ou já portuguesa, com base em *vasca*, 'agitação forte, convulsão'.

Sem atestação nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do Guadiana (cf. CMP 1:25 000 – folhas 566 Espírito Santo, Mértola, 567 – Pomarão, Mértola, 574 – Giões, Alcoutim, 573 – Santa Cruz, Almodôvar, 580 – Ameixial, Loulé, 581 – Cachopo, Tavira).³²²

Machado (2003) questiona-se acerca da possibilidade de o nome derivar do substantivo masculino *vascão*, ou seja, o mesmo que *basco*. No entanto, compreende-se mal a relação deste hidrónimo com o etnónimo, não parecendo estar documentada uma presença basca que pudesse motivá-la. Não é de excluir que o nome deste rio ou ribeira se deva à conversão toponímica de um nome próprio, possível indivíduo chamado Vascão,

³²¹ Baptista (1874: 140) localiza a sua nascente a uma “1 1/2^l a N. E. da F. de S. Marcos da Serra”. Hidrónimo muito frequente em Portugal, identifica-se, no mesmo distrito, outro rio Torto, afluente da margem direita do Guadiana que nasce a norte de Baleizão (cf. CMP 1:25 000 — folhas 511 Pedrógão, Vidigueira).

³²² Segundo Baptista (1874: 152), a ribeira do Vascão “[...] [n]asce na serra de Mu, da parte do S.; corre em direcção geral E. N. E. ; passa a N. O. das FF. de Ameixial e Martim-longo, ao N. da F. de Giões, e depois de um dilatado curso de 14^l entra no Guadiana, 1 1/2^l acima de Alcoutim”

proprietário de um lugar a que transmitiu o nome. Contudo, mais plausível se afigura atribuir esta nome ao uso descritivo de um item do léxico comum. Com efeito, documenta-se em português o substantivo feminino *vasca*, “agitação forte, convulsão” (*Dicionário Houaiss*), o qual encontra paralelo no castelhano *basca*, com o mesmo sentido (cf. RAE). Mas é no galego que *vasca* assume um significado que permite supor grande adequação descritiva, dado que também pode designar «leito pedregoso e pendente onde un curso de auga se convulsiona formando unha fervenza» (DRAG),³²³ Assim, é possível que *Vascão* deva a sua origem a um aumentativo de *vasca*, *vascão*, muito embora esta hipótese não encontre claro apoio nas fontes aqui consultadas, relativas ao atual léxico regional português.

³²³ O DEE não regista esta aceção de *vasca*. Trata-se contudo de um uso documentado desde o século XVIII, como se evidencia em Sobreira Salgado (1792-1797), localizando-o em Nogueira de Ramuín (Ourense): “El coiñal o suelo pedregoso y pendiente del río, donde su agua hace pendiente, se mueve como hormigueando, se distingue de la raña”. Outra aceção disponível na mesma fonte reforça a possibilidade de *vasca* estar na origem de *Vascão*, aludindo ao efeito das características do leito no modo como se escoia a água do rio: “En Pombeyro, es el cachon donde el agua pasa sobre peñas, y se descuelga de ellas como de una presa.” (idem).

4.3. Distrito de Braga (43 hidrotopónimos)

Agrela (rio da), Arado (rio do), Areeiro (rio do), Atães (rio de), Ave (rio), Bugio (rio), Cabra (rio), Caldo (rio), Camalhão (rio do), Conho (rio do), Covo (rio), Este (rio), Fafião (rio de), Ferro (rio), Gerês (rio do/rio), Guisande (rio), Homem (rio), Labriosca (rio), Laço (rio), Laje (rio da), Lavandeira (rio da), Maceira (rio da), Neiva (rio), Ouro (rio de), Paus (rio de), Peio (rio), Pele (rio), Pelhe (rio), Peneda (rio da), Pequeno (rio), Pigarreira (rio da), Pontes (rio das), Saltadouro (rio de), Teixeira (rio da), Torto (rio), Touça (rio da), Vade (rio), Várzea (rio da), Veade (rio de), Veiga (rio da), Vila (rio da), Vila (rio de), Vizela (rio)³²⁴

4.3.1. Agrela (rio da)³²⁵

De origem romance, provável conversão de um topónimo rural.

Agrela 1220 (PMH Inquis.: 171).³²⁶

Afluente do rio Ave, corre no concelho de Guimarães e desagua perto de Barco (CMP 1:25 000, folha 70 – Braga). Como topónimo é frequente em Portugal e na Galiza (Machado 2003).

É de supor que o topónimo tenha surgido no período romance, como derivado de um nome comum, *agra*, sinónimo de *agro* ‘terreno cultivado ou potencialmente cultivável’ (DHLP), do latim *ager*, *agri* ‘campo’ (cf. idem e DCECH). Trata-se de uma forma de diminutivo, a avaliar pelos numerosos topónimos de base latina sufixados por *-elo* e *-ela*, especialmente produtivos na época alto-medieval.³²⁷ É também possível que o hidrotopónimo aluda a um lugar homónimo, mas as fontes consultadas não facultam

³²⁴ Na região do Gerês a rede hidrográfica torna-se mais densa, mas os hidrónimos parecem ser maioritariamente recentes, derivados por associação a topónimos de carácter apelativo ou descritivo, relativos a fitónimos ou a acidentes do terreno [*Maceira*, *Teixeira*, *Arado* (?), *Laje*, *Peneda*]. Esta particularidade pode relacionar-se com o fraco povoamento da região, que passou a ser mais conhecida graças ao turismo. Na zona, há casos de hidrotoponímia muito recente, como é o caso da cascata do Tahiti, nome que parece competir com o tradicional (cf. artigo em linha *Cascata de Frecha das Barjas* na Wikipédia, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cascatas_de_Fecha_de_Barjas, consultado em 25/12/2016).

³²⁵ O artigo teve algumas correções de acordo com indicações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

³²⁶ Machado (2003) apresenta a atestação desta forma juntamente com outras duas, de 1014 (PMH Dipl.: 153) e 1258 (PMH Inq.: 567). No entanto, estas parecem referências a outras localidades, não relacionáveis com o hidrotopónimos em questão.

³²⁷ Sobre o uso de *-ellus* e *-ella*, ver Piel (1949).

elementos que permitam identificar uma povoação assim chamada nem no passado nem na atualidade. No entanto, os PMH (Inq.: 1220) registam o topónimo *Santa Cristina de Agrela*, na mesma região de topónimos e povoações ainda hoje existentes, como Sande, Briteiros e Donim. Note-se, porém, que a CMP não representa nenhuma povoação com este nome nas margens do rio Agrela. Mesmo assim, torna-se plausível atribuir o hidrotópónimo em referência a uma alusão à dita povoação medieval.

4.3.2. Arado (rio do)

Origem obscura. Talvez do léxico comum português.

Aradros 1068 (PMH Dipl.: 290) e 1123 (DMP I: 81), *Aradus* 982? (PMH Dipl.: 82 e 281), *Arado* 1258 (PMH Inq.: 727), *Valle de Aratro* 1116 (DMP I: 57).

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Fafião (CMP 1:25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho).

As fontes corográficas consultadas não referem este hidrotópónimo. A probabilidade de ter origem no nome comum *arado* vê-se reduzida pela falta de contexto. O *Nomenclátor de Galicia* também regista a forma *Arado*, incluída no topónimo composto *Val do Arado* (Carballedo, Lugo), e talvez nas formas muito provavelmente aglutinadas de *Casaldarado* (concelho e província de Pontevedra) e *Camparado* (As Somozas, Corunha). Ares Vázquez (2013: 1013) interpreta o topónimo lucense como um sintagma formado por *vallis* ‘vale’ e *aratrum* ‘arado’, embora não descarte a possibilidade de se relacionar com o antropónimo *Aratus*. Bascuas (2002: 31) procura relacionar *Arado* com a raiz paleoeuropeia **er* ‘mover-se’, mas adverte que pode haver casos de homonímia com resultados de *aratrum* e *hederatus* ‘coberto de hera’. Trata-se, portanto, de um hidrotópónimo de configuração latina, mas que pode disfarçar uma filiação mais remota, que a falta de documentação não permite explorar.

4.3.3. Areeiro (rio do)

Do nome comum *areeiro*, do português ou de qualquer período anterior no âmbito do estrato latino-romance.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluentes do rio do Arado (cf. CMP 1:25 000, folha 32 – Outeiro, Montalegre).

328

Não havendo informação mais pormenorizada nas fontes consultadas, não se vislumbra razão para duvidar que se trata de um hidrotopónimo com origem no nome comum *areeiro*, usado com função descritiva ou já como determinativo, em alusão a um nome de lugar (que, a existir, a CMP não assinala). *Areeiro* é analisável como derivado sufixal do radical de *areia* (<are + -eiro), palavra que remonta ao latim *arēna* (cf. DHLP e DCECH).

4.3.4. Atães (rio de)

Conversão de um topónimo de origem antroponímica e filiação germânica.

Atanes 950 (PMH Dipl.: 35 e 46, Inq. 430), *Ataniz* 1016 (PMH Dipl. 142, 160), *Atanici* 1078 (idem, p. 337).

Afluentes da ribeira da Aveleira, passa pela freguesia de Atães (concelho de Guimarães), conforme se pode verificar pela CMP: 25 000 folha 85, Guimarães). O topónimo *Atães* também denomina um lugar da freguesia de Jovim, no concelho de Gondomar (cf. idem); Machado (2003) localiza-o igualmente em Celorico de Basto e em Vila Verde.

Rio que deve o seu nome à localidade de Atães. Este topónimo tem provavelmente origem no genitivo *Attanis* do gótico *Atta*, ‘pai’ ou no hipocorístico de um composto que incluía este elemento (Machado 2003, que segue Piel 1933-34: 139). Note-se que com origem próxima parece avultar *Atão* (*Vilar de Atão*, Guimarães; também na Corunha – *Atán*, em Mazaricos – e em Lugo – *Vilatán*), que provirá do acusativo do referido antropónimo gótico *Atta*, *-anis* (cf. Piel 1933-34: 140). Na Galiza, a forma *Atás* (concelho de Cualedro, província de Ourense) terá mesma origem, se for encarada como resultado de uma forma não atestada **Atans* ou **Atais*.³²⁹

4.3.5. Ave (rio)

De origem pré-latina, tem alguma probabilidade de ter relação com o céltico.

³²⁸ Na carta escreve-se *Arieiro*, mas na pesquisa do CIGeoE-SIG figura *Areeiro*, certamente por engano.

³²⁹ O artigo teve algumas correções de acordo com indicações de Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, feitas na sequência da prova de defesa deste trabalho

Haue 870 (PMH Dipl.: 3), *Aue* 911 (CODOLGA)³³⁰, *Abe* 1056 (PMH Dipl.: 244), *Avie* 1097 (DMP I: 7), 1183 (idem, p. 475), *Ava* 1128 (idem, p. 99), 1134 (idem, p. 160), 1136 (idem, p. 174), *Ave* 1256 (“Testamento de D. Mafalda”, *Revista de Portugal*, n.º 21, p. 160).

Rio que nasce na serra da Cabreira e desagua no Atlântico, junto de Vila do Conde (cf. CMP 1:25 000, folhas 58 – Salto, Montalegre, 57 – Póvoa de Lanhoso, 71 – São Torcato, Guimarães, 70 – Braga, 84 – Selho, Guimarães, 98 – Santo Tirso, 97 – Trofa, Santo Tirso, 96 – Vila do Conde).

Machado 2003 refere a forma latina *Avus*, atestada em Pompónio Mela (III, 10), a par de *Avo*, que poderia ter o genitivo hipotético **Avonis*, cujo radical coincide com o gaulês *avon*, ‘rio’, assim apontando para uma origem pré-romana, possivelmente céltica. Guerra (1998: 320), confirmando a atestação destas formas em Ptolomeu (Geog. 2, 6, 1) e Mela (3. 10), aponta o consenso que reúne a identificação de *Avus/Avo* com *Ave*. Essa relação foi salientada antes por Vasconcelos (1905: 35, n. 4 e 1926:322/323), que propõe que a forma *Ave* tenha origem no genitivo *Avi* ou tenha surgido por etimologia popular pela semelhança do nome com a palavra *ave*, assinalando a existência da expressão *Entre-ambas-as-Aves*, “o sítio onde no Ave entra o Vizella ou Avizella (=Av-ic-ella), que tem a particularidade de atribuir a *Ave* o género feminino”.

Para Moralejo (2009: 52), *Avus* e *Ave* procedem de “[...] **au-...* o **H2eu-...* ‘agua, fuente, río’, paleoeuropeo o céltico indistintamente”. Bascuas (2014: 112) atribui ao hidrotópónimo português a mesma raiz – **aw(e)-*, **awed-*, **awer-* ‘humedecer, molhar, fluir’ –, também detetável nos hidrotópónimos *Avia* e *Avión*, da Galiza,³³¹ e no moderno *A-Ver-o-Mar* (Póvoa de Varzim), topónimo que será “[...] continuación regular do acusativo de **Avō*, **Avōnis*, com *-b-* quizais por cinfusión co adx. *Bon*”.³³²

Trata-se, portanto, de um hidrotópónimo de clara origem pré-latina e indo-europeia, ainda que não necessariamente céltica.

³³⁰ Trata-se da edição do Tombo A da Catedral de Santiago por Lucas Álvares 1997, a qual faz parte do CODOLGA.

³³¹ Poderia supor-se ainda uma forma *Ava*, a qual, observa Bascuas (2014: 111), “non existe en España, pero existiu no Mar Negro, e a esta forma equivale *Ovā* en Lituania, segundo indica H. Krahe”.

³³² Este parágrafo foi refeito tendo em conta as correções indicadas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

4.3.6. Bugio (rio)

Origem obscura. Talvez português pela identidade ou homonímia com outros topónimos também de carácter fluvial ou marítimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas³³³

Afluente da margem esquerda do rio Vizela (CMP 1:25 000, folhas 85 – Guimarães, 86 – Mondim de Basto). Machado (2003) localiza *Bugio* como topónimo também em Alcácer do Sal, Lisboa (um beco), Lourinhã (Penedo Bugio), Ourique, Seixal, Santo Tirso e Vila Viçosa, bem como na foz do Tejo (ilhéu e farol aí existente).

Referido como *Bogio* por Cardoso (1747), que também regista a mesma forma como nome de uma localidade na freguesia de S. Lourenço de Lomão (Barcelos) e *Bogios* em Sarzedas (Castelo Branco). Cardoso diz que o rio assim chamado passa a ser chamado rio de Vizela “abaixo da ponte de S. Thomé de Negrellos”. Machado (2003) relaciona grande parte dos lugares assim chamados com o nome comum *bugio*, ‘macaco, símio’; já para o farol da foz do Tejo sugere uma associação metafórica a coto de vela de cera, por adaptação do francês *bougie*, ‘vela’. Regista-se também o nome comum *bugia*, com o significado de ‘pequena vela de cera’ e ‘castiçal pequeno’ (Figueiredo 1913), que não parece ter proveniência francesa, porque em castelhano se atesta *bujía* e em catalão *bogia* ou *bugia*, que se relacionam com o topónimo “árabe vulgar *Budjîa* (ár.cl. *Budjâya*), nome da ilha de onde se exportavam velas e, prov., macacos” (DHLP; cf. também DCECH).³³⁴ Anote-se que em galego se regista *buxío* como o mesmo que ‘modo ou maneira de viver’ e ‘esconderijo’ (eventualmente usado para atividades amorosas ou sexuais não aprovadas); no entanto, *buxío* é adaptação do castelhano *bujío*, ‘casebre’, segundo o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s. v. *bohío*), que o considera empréstimo de um dialeto araucano das Antilhas. Uma motivação metafórica pode, portanto estar na génese

³³³ Cortesão (1912) regista em documentos de 1220 (PMH Inquis.: 41 e 154) as formas *Bugiam* e *villa Bugiaos*, os quais, pela sua configuração, poderiam lançar alguma luz sobre *Bugio*. Contudo, o primeiro parece localizar-se na região de Vermoim (Vila Nova de Famalicão), ou seja, a alguns quilómetros a noroeste do rio Bugio; e o segundo é uma localidade hoje localizável na região de Vila Real, ou seja, bastante mais a sueste. Machado (2003 s.v. Bugio) inclui uma suposta atestação das *Dissertações Cronológicas* (Ribeiro 1810-1836 vol. V: 347), mas aparentemente trata-se de engano, porque a fonte apresenta *Rugio*.

³³⁴ Trata-se da atual Bejaia na Argélia.

deste nome, o que seria supor-lhe uma origem relativamente recente; mas tudo são conjecturas que pouca base encontram nas fontes consultadas.

4.3.7. Cabra (rio)

Do léxico comum latino-romance e português *cabra*, embora não se possa excluir na origem uma forma pré-latina, deformada no processo de transmissão.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Na CMP 1:25 000 (folha 30 – Germil, Ponte da Barca) representa-se um rio Cabra que nasce não longe de onde começa o rio Cabril e desagua na atual barragem de Vilarinho das Furnas, no leito do rio Homem. Perto da área onde corre o rio Cabra assinala-se a Costa da Cabra.

Parece não haver razões para pensar que o nome não se deve a um zootopónimo, com origem no nome comum *cabra*, do latim *capra* ‘cabra’ (cf. DHLP). A paisagem do Gerês tem vários lugares que aludem ao animal assim chamado. Embora possa não se entender claramente porque se atribui a um curso de água um zoónimo, não deixa de ser plausível a transferência de um nome de lugar para nome de corrente de água. O topónimo *Costa da Cabra* perfila-se, portanto, como origem provável deste hidrotopónimo.

4.3.8. Caldo (rio)

Do adjetivo *caldo*, do léxico comum de origem latino-romance.

Caldo 1220 (PMH-Inq. 95) e 1258 (PMH-Inq.: 223).

Baptista (1874: 36) identifica-o como afluente da margem direita do rio Cávado (CMP 1:25 000 folha 43 – Terras de Bouro). A povoação de Rio Caldo deve o nome ao hidrónimo (Vasconcelos 1926: 332). Registam-se também um rio chamado *Caldo* no concelho de Montalegre (Baptista 1874:36, baseando-se em informação que considera incerta, facultada por Castro 1762: 113) e outro que é afluente do rio Lima no sul da Galiza, no concelho de Lobios (Ourense), perto da raia do Gerês.

Machado (2003), segue Vasconcelos (1926: 332), considerando que o nome é alusivo à temperatura das águas, “sobretudo quando banhava as Caldas do Gerês”.³³⁵ Também não merece discussão a mais pormenorizada proposta de Vasconcelos (1926: 332), segundo a qual *Caldo* é denominação que “data de muito cedo”, dada a evolução do adjetivo *calidus*, ‘quente’, que apenas é hoje usado como substantivo, tal como *calda* e *caldas*.

4.3.9. Camalhão (rio do)

De *camalhão*, ‘pequena elevação ou camada de terra, disposta para sementeira, entre dois regos’, do léxico português ou mesmo anterior, no âmbito do estrato latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que é afluente do rio do Arado, que, por sua vez, o é do rio de Fafião (cf. CMP 1:25 000, folha 31 – Outeiro, Montalegre). Machado (2003) localiza este topónimo nos concelhos da Feira, da Guarda e de Setúbal.

Machado (2003) considera que o topónimo *Camalhão* tem origem em *camalhão* ‘espécie de cama ou elevação de terra entre regos, para sementeira’,³³⁶ que em galego também se conhece sob a forma *camallón*, com o mesmo significado (cf. DRAG). Segundo Navaza Blanco (2007) *camalhão/camallón* têm origem pré-romana, aparentada com o céltico *camba* ‘curva’, e surge na toponímia com valor oronímico, como denominação do lombo ou elevação de terreno alongada, sobretudo quando se trata das que ficam sem cultivar à volta de terra de lavoura.³³⁷

³³⁵ Esta referência deixa supor que o atual rio Caldo passa pela Caldas do Gerês, mas não é assim que acontece. O texto de Vasconcelos (1926: 332) permite supor que a rede hidrográfica do Cávado não seria a mesma que hoje, após as obras da barragem da Caniçada, concluída em 1955. Com efeito, Vasconcelos (1926: 332) não distingue o rio Caldo do rio Gerês, sugerindo que se trata do mesmo rio: “[...]este rio nasce de uma penha no sítio de Leonte, na serra do Gerês, freguesia de Vilar da Veiga, onde se chama Rio de Gerês; ao passar nas Caldas do Gerês, recebe as águas das termas (75° de calor), e toma o nome de Rio Caldo.

³³⁶ *Camalhão* pode também ser o aumentativo de *camalho* ou *camal*, ‘antiga peça de armadura, que, cobrindo o elmo, descaía sobre os ombros’ (Figueiredo 1913). Ambas as formas têm origem no occitânico *capmalh*, *capmail* ou *capmal* (*Dicionário Houaiss*): *camalho* pela forma italiana *camaglio*, e *camal* pelo francês *camail* (idem). Regista-se também a forma *camalha*, ‘[c]apuz de lã que, cobrindo a cabeça das mulheres, lhes cai sobre os ombros’, que se afigura como variante que se especializou (Figueiredo 1913). Nenhuma destas formas parece estar envolvida na discussão sobre *Camalhão*, que antes se relaciona com a forma que denomina um tipo de configuração do terreno.

³³⁷ Parágrafo elaborado a partir das correções propostas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Contestando esta proposta, Fernandes (1999) pretende que *Camalhão* tenha que ver, “pelo menos em algum caso”, com uma forma hipotética como **Cabalhão*, que teria evoluído de **(villa) Caballioni* ou *Caballionis*, genitivos de *Caballius*. Como se percebe mal que um genitivo em *-oni* ou *-onis* possa corresponder a um nominativo em *-ius*, torna-se plausível que o topónimo *Camalhão* aqui discutido derive do nome comum *camalhão*, como denominação de um tipo de terreno. O facto de o topónimo ocorrer também como parte de outro, na mesma região do Gerês — o *Curral do Camalhão* —, somado à adequação referencial do nome *camalhão*, leva a achar provável que o nome tenha começado por ser um topónimo de carácter apelativo que se converteu mais tarde em hidrotopónimo.

4.3.10. Conho (rio do)

Do nome comum, *conho* ou *cunho*, do estrato latino-romano, no período galego-português ou já português.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio Fafião, corre na serra do Gerês no concelho de Terras de Bouro (CMP 1:25 000 - Folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho).

A forma *Conho* ocorre noutros pontos do país, sem que se possa ter a certeza de que se trata do mesmo nome. Machado (2003) regista *Conhos* no Brasil, explicando como conversão de um nome comum que significa ‘vassoura espalmada com que nas eiras se padeja o grão’, embora classifique como mais provável ‘penedo solitário, no meio de rio’, remetendo-o para a variante *Cunhos*, identificada como topónimo de Arcos de Valdevez e Guimarães e que corresponde na Galiza ao topónimo *Cuño* (Corunha).³³⁸ Afigura-se, portanto, plausível que este hidrotopónimo tenha origem num topónimo derivado de um substantivo comum sinónimo de *penedo*, hipótese que mostra compatibilidade com a configuração do terreno por onde corre o rio assim chamado. A CMP marca uma área denominada *Conho* não longe da nascente do rio em causa, o que reforça a hipótese de o hidrónimo receber o nome de um topónimo aí preexistente, em alusão a um aspeto do terreno, em plena serra do Gerês.

³³⁸) Cf. também o *Nomenclátor de Galicia*, que o regista como topónimo do concelho de Muxía, freguesia de Santa Maria de Morquintán.

4.3.11. Covo (rio)

Do adjetivo *covo* ‘côncavo’, do léxico comum latino-romance, galego-português ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Cávado (cf. CMP 1:25 000 folha 69 – Barcelos). O adjetivo *covo* ocorre com frequência quer em Portugal quer na Galiza (Machado 2003), associado a nomes de referência topográfica (idem): *Fontão Covo* (Arcos de Valdevez), *Pomar Covo* (Felgueiras), *Porto Covo* (Cascais, Sines), *Ribeiro Covo* (Arouca). Sob a forma de *Rio Covo* é nome de várias localidades portuguesas, nos concelhos de Águeda, Mealhada, Monção, Pombal, bem como no de Barcelos, onde, além do rio em referência, se encontra também a localidade de *Rio Covo* (idem).³³⁹ Na Galiza, assinalam-se vários lugares denominados *Riocovo* ou *Río Covo* (nas províncias da Corunha, de Lugo e de Pontevedra; cf. Nomenclátor de Galicia).

Machado (2003, s.v. *Covo* e *Rio Covo*) regista-o como topónimo originado do adjetivo *covo*, ‘(relativo a) lugar baixo, fundo’, do latim *covus*, variante arcaica de *cavus* ‘oco’ (cf. DCECH e DHLP). Silveira (1941: 270) inclui os topónimos formados por *Covo* num conjunto toponímico definido pela afinidade semântica dos seus membros, todos com o significado de ‘lugar fundo, deprimido’, geralmente assumindo formas como *Concavada* (Abrantes), *Covo*, *Cova*, *Covada*, *Covão*, *Fundo*, *Fundão*, *Fundego*, *Fundeira*, *Fundada*, *Baixa*, *Baixia*, *Baixas*, *Baixo* e *Baixos*.³⁴⁰ Em suma, não tendo a literatura outras propostas

³³⁹ Gil Júnior (1968) regista ainda *Rio Covo* na freguesia de Castelo de Penalva, no concelho de Penalva do Castelo. Contudo, para este trabalho, não foi possível localizar a referida localidade.

³⁴⁰ Ver também Moreira (1967: 138), que considera “alusivos ao fundo escavado pelas águas” hidrónimos como *Covas* (subafluente do Tâmega), *Covão* (afluente do rio Sacavém), *Alfundão* (afluente do Sado) e *Foja* (afluente do Mondego). Silveira (1941: 270) inclui ainda neste conjunto topónimos como *Almajoafa* (Albufeira), *Almejofa* ou *Almijofa* (Tondela), *Almeijoafra/Ameijoafra* (Odemira), *Almeixoafra/Ameixofra/Ameijoafra* (Almodôvar), *Ameijoafra* (Santiago do Cacém), *Almojafa* (Castro Marim), que relaciona com o árabe *al-mojauafa*, ‘a coisa côncava ou encovada’ (manteve-se a forma árabe usada por Silveira). Machado (2003) agrupa estas varinates, com exceção de *Almejofa/Almijofa*, mas juntando-lhes *Almojafas* (Serpa); a localização de alguns destes lugares em zonas de cerros, leva-o a derivá-las da forma árabe *almajauāf*, ‘arqueado, curvo’ e a considerar que a frequência deste topónimo sugere que foi usado como nome do léxico comum. Quanto às formas *Almejofa/Almijofa*, o referido autor aventa a hipótese de se relacionarem com *mujāūf*, ‘oco, vazio, desértico’. Observe-se que Corriente (2003) não acolhe forma que confirme as etimologias propostas por Silveira e Machado. Trata-se de uma questão que fica em aberto, que terá de aguardar outra ocasião.

e aceitando como plausível a etimologia definida pelos autores mencionados, é de aceitar a origem adjetival do hidrotopónimo em apreço.³⁴¹

4.3.12. Este (rio)

Talvez de uma língua indo-europeia pré-latina.

Aleste 899 (Lucas Álvarez 1997: 18), *Aliste* 965 (PMH Dipl.: 57), 1109 (DMP I:22), 1117 (idem, p. 56), 1129-1135 (idem, p. 126), *Aleste* 1012 (PMH Dipl.: 134), 1058 (idem, p. 252), *Alister* 1012 (PMH Dipl.: 133 e 171), 1110? (DMP I: 28), 1132 (idem, p. 144), 1181 (idem, p. 459), *Heste* 1136 (DMP I: 174), (*S. Pedro de Este* (PMH Inquis.: 69, 246, 257)³⁴²

Afluente do rio Ave (cf. CMP 1:25 000 folhas 70 – Braga, 69 – Barcelos, 83 – Vila Nova de Famalicão, 97 – Trofa, Santo Tirso). Carvalho da Costa (1706-1712: 283) escreve *Deste*.

Machado (2003 s. v. *Aliste* e *Este*) apresenta várias hipóteses, desde a germânica (de Piel)³⁴³ à pré-latina. Questiona-se em especial quanto à possibilidade de o nome ter interferência árabe, dado que a forma alto-medieval é *Aliste*, o que leva a supor a prefixação do artigo daquela língua a uma forma pré-romana *Iste* ou *Ister*. Fernandes (1999) critica esta proposta, mas nada adianta quanto à origem de *Aliste*. Tendo em conta que existe um rio *Aliste* na província de Zamora, e sabendo que *Este* procede efetivamente da mesma forma, muito provavelmente por queda do *-l-* intervocálico, é de supor que o hidrotopónimo seja enquadrável num estrato pré-latino.³⁴⁴ Bascuas (2002: 267) coloca-o

³⁴¹ *Covo* é também variante do nome *côvão*, ‘cesto us[ado] por pescadores para apanhar peixes em rios’ (DHLP s. v. *côvão*), termo do ‘latim *cophinus*, *i* ‘cesto, cesta’, adaptação do grego *kóphinos*’, com o mesmo significado (idem, ibidem). O uso do adjetivo *covo* na toponímia portuguesa e galega parece excluir a homonímia com este item lexical, apesar da sua afinidade semântica.

³⁴² Atestações recolhidas em Machado (2003 s.v. *Aliste* e *Este*) e Bascuas (2002: 267). Ver também o CODOLGA.

³⁴³ Trata-se de uma hipótese que Piel formulou no começo da sua carreira (Piel 1934-1935: 51): “Creio que podemos ver com segurança no elemento EST- [...] o gót. ASTS, alem. mod. AST ‘ramo’ que, segundo Sachs 150, parece ter tido também o significado do lat. ‘hasta’, o que explicaria melhor o seu emprego na formação de nomes.” No entanto, como observa Bascuas (2002:267), a proposta de uma origem germânica já não figura em Piel e Kremer (1977), décadas mais tarde.

³⁴⁴ Observe-se que a forma *Aliste* já se documenta na *Divisio Theodimiri* como referência a um *pagus* na parte oriental da diocese sueva de Braga – coincidente com o ocidente de Zamora, onde se encontra o rio *Aliste* –, supondo-se que no século VI já fosse um hidrotopónimo também usado como corónimo (cf. Alarcão 2015:41):

(com o seu provável cognato *Aliste*, em Zamora) entre os representantes da toponímia formada pela raiz **el-* fluir (cf. Krahe 1964: 35) e o sufixo *-st*, que ocorre também nos superlativos gregos e germânicos. Tratar-se-á, portanto de um nome pré-latino, provavelmente indo-europeu, de carácter descritivo, salientando talvez rapidez das suas águas, tendo em conta o valor de superlativo que hipoteticamente se lhe atribui.

4.3.13. Fafião (rio de)

Conversão de um topónimo de origem germânica.

Fafiani em 1258 (PMH Inq. 554), *Fafiam* séc. XIV (PMH Script: 346) (Machado 2003)

Afluentes do Cávado, é rio que corre no concelho de Terras de Bouro (CMP 1: 25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho). Machado (2003) localiza o topónimo em vários pontos do Norte de Portugal (Feira, Guimarães, Montalegre, Vila Nova de Famalicão) e da Galiza (províncias da Corunha, de Lugo e de Pontevedra).

Conversão de um topónimo de origem antroponímica germânica: de **Fafilani* (Machado 2003). Piel (1933-1944) considera que *Fafião* representa o acusativo *Fafilanem* ou o genitivo *Fafilani*, aceitando uma explicação de Nunes (1925: 590).³⁴⁵

4.3.14. Ferro (rio)

Latino-romance, galego-português ou já português, do nome comum *ferro*.

Sem atestação nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Bugio, pouco antes de este confluir com o rio Vizela (CMP 1:25 000, folha 72 - Cabeceiras de Basto). Tem nascente na região de Moreira de Rei (Fafe, Braga).³⁴⁶

³⁴⁵ Note-se, porém, que *Fafila*, diminutivo do antroponímico gótico *Faffo*, poderia também ter o genitivo *Fafilanis*, donde se formou *Fafães*, topónimo que se repete no distrito do Porto (cf. Piel 1934-1935: 219).

³⁴⁶ Informação colhida no documento *Subestação de Fafe, a 150/60 kV Projecto de Execução Estudo de Impacte Ambiental Volume I – Resumo Não Técnico Abril de 2013*, PROCESL, Engenharia Hidráulica e Ambiental, S.A. (http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/AIA_Fafe/Resumo%20n%C3%A3o%20T%C3%A9cnico/25112Vol%20I_RNT.pdf), consultado em 2/03/2014)

Machado (2003) considera-o nome frequente em Portugal, na Galiza e no Brasil, atribuindo alguns casos ao nome comum *ferro*, do latim *fĕrrum* ‘idem’. Cabe, no entanto, observar que falta informação sobre a motivação quer da sua tradição toponímica mais geral quer mais especificamente da sua conversão em hidrotopónimo.

4.3.15. Gerês (rio do/rio)

Conversão de orónimo de origem provavelmente pré-latina.

inter alpes montes Ezebrario iunias augeres 1024 (Tombo de Celanova³⁴⁷: 417-419), *sub alpes Ugeres et Zebrario* 1074, (idem, p. 413-415), *subtus monte Ugeres* 1096 (idem, p. 434/435), *subtus Ogeres* 1100 (idem, p. 439/440), (*Sancti Vicencii de*) *Geres* 1258 (PMH Inq.: 1525), *Ogeres* 1258 (PMH Inq.: 1526).³⁴⁸

Afluentes do Cávado (CMP 1:25 000, folhas 43 – Terras de Bouro e 30 – Germil, Ponte da Barca).

Trata-se de um nome cuja etimologia tem conhecido propostas díspares ao longo do tempo. A sugestão de Machado (2003) parece desacreditada: *Gerês* teria evoluído de *Caesaris*, genitivo de *Caesar*, forma que também explicaria o topónimo *Geira*.³⁴⁹ Fernandes contesta esta hipótese, considerando que *Gerês* representa um gentílico de *Gera*, nome de uma localidade na região de Guimarães. Observe-se, no entanto, que, neste trabalho, não foi possível identificar *Gera* na CMP 1:25 000. Apesar de Fernandes se apoiar em atestações medievais, a não inclusão de formas medievais como *Ugerensis*, também incluídas noutras fontes, torna mais plausível a hipótese mais recente de *Gerês* se relacionar com *Aquis Ogerinis* ou *Aquis Ocerensis*, formas documentadas no Itinerário de Antonino e no Anónimo de Ravena (Guerra 1998: 563-565 3 2003; Alarcão 2012: 125/126). Guerra (1998: 564) encara-as como variações de *Aquae *Ogerinae*; esta seria “um derivado de um [nome de lugar] igual ou afim do teónimo *Ocaera*, ao qual se veio

³⁴⁷ Atestações da edição documental de Andrade Cernadas, J.M. 1995. *O tombo de Celanova: estudio introductorio, edición e índices*, (ss. IX-XII), disponível para consulta no CODOLGA.

³⁴⁸ Nem Cortesão (1912) nem Machado (2003) contêm atestações.

³⁴⁹ Há quem lhe atribua a mesma origem que *jeira*, do latim *diaria*. Piel (1932-1944) propôs para *Geira* uma origem germânica: **Gerila* > **Géria* > *Geira*, num processo que incluiria a síncope de *-l-* intervocálico e a metátese de *i* com formação de ditongo. Apesar da sua coerência, esta proposta parece conciliar-se menos bem com o facto de se tratar de uma antiga via romana, em princípio pouco suscetível de ser pertença de um possessor de nome germânico.

juntar o sufixo em *-n-*, relativamente bem documentado nessa área e, acima de tudo, em realidades linguísticas equivalentes: *Aquis Celenis*, *Aquis Voconis* [...]” (idem). Destas formas a *Gerês*, teria de se considerar a aférese de *o*. Bascuas (2002: 242), considerando a forma medieval *Ugeres*, interpreta-a como derivação da raiz raíz **weg^w*- ‘húmido’, em grau zero **ūg^w*-, pelo radical “**Ug^wer-* > **Uger-*”, “coa labiovelar foneticamente reduzida a /g/” (Bascuas 2014: 347) – assim sugerindo que o étimo de *Gerês* seria um hidrónimo.³⁵⁰ Parece, pois, quase certa a origem pré-latina de *Gerês*; já muito mais discutível é a motivação do seu uso, atendendo a que o nome é sobretudo conhecido hoje como orotopónimo, e não como um hidrotopónimo.

4.3.16. Guisande (rio)

Provavelmente germânico, de origem antroponímica por via toponímica.

Guisandi 1137 (DMP: 197), 1220 (PMH Inq: 16 e 87); *Guisande* 14... (PMH Script.: 169).

Afluente do rio Este, nasce próximo da localidade de Guisande, no concelho de Braga (CMP 1:25 000, folha 70 – Braga). *Guisande* ocorre ainda como topónimo nos concelhos de Cinfães e Vila Nova da Feira (Machado 2003),³⁵¹ bem como na Galiza, nas províncias da Corunha, Lugo e Pontevedra (cf. *Nomenclátor de Galicia*).³⁵² Também se atestam noutras regiões espanholas topónimos que têm esta forma ou que a juntam a outros elementos.³⁵³

Com toda a probabilidade o hidrónimo surge por transferência do topónimo *Guisande*, que parece ter origem no antroponimo germânico *Uisando* (seguindo Piel 1933-1944, Machado 2003 atesta-o em 950 nos PMH Dipl: 34), ou *Wisandus*, que teve certa

³⁵⁰ Ver também Moralejo (2009: 72).

³⁵¹ Machado (2003) situa *Guisande* também no concelho de Amares, mas a CMP 1:25 000 não confirma essa localização. Matos (1889), Gil Júnior (1968) e Amaral (1981) também não o registam como topónimo de Amares. No entanto, uma pesquisa na Internet permite identificar a rua Poças de Guisande em Santa Maria do Bouro, no referido concelho, talvez assim confirmando Machado.

³⁵² Trata-se de nove lugares distribuídos pelos seguintes concelhos: na província da Corunha, Boqueixón, Brión, Cabana de Bergantiños e Santa Comba; em Lugo, Cospeito, Monforte de Lemos e Páramo; em Pontevedra, Forcarei e Gondomar.

³⁵³ Segundo Riesco Chueca (2013: 116) o nome ocorre em Leão, nas Astúrias e mesmo na região castelhana: *Valdeguisante* (Leão), *Corral de San Guisán* (Leão), *Erguisande* (Astúrias), *Argusán* (Astúrias), *Guisando* (Ávila) e *Torreguisando* (Palência).

frequência no ocidente peninsular (Riesco Chueca 2013: 116).³⁵⁴ A passagem a hidrotopónimo também se verifica na Galiza, no concelho de Cospeito, onde o rio de Guisande parece tomar o nome da localidade homónima (cf. SIGNA).

Guisande tem origem num genitivo especificador («villa Guisandi»), de **Guisandus*, forma de nominativo que se identifica também nas regiões espanholas de Leão, Zamora e Ávila. Piel e Kremer (1976) relacionam Guisande com o gótico **wisands* ‘bisonte’ (ver também Piel 1989: 139 e 141).³⁵⁵ Em suma, como hidrónimo, *Guisande* surge como forma de referenciar um rio por uma das localidades que atravessa. A origem germânica parece segura, apesar da falta de uma etimologia gótica mais precisa.³⁵⁶

4.3.17. Homem (rio)

Provável origem indo-europeia pré-latina.

Riuulo homine 960 (PMH Dipl.: 50), *Omine* 1154 (DMP I: 305)

Afluentes do Cávado (CMP 1:25 000 folhas 31 – Outeiro, Montalegre, 30 – Germil, Ponte da Barca, 43 – Terras de Bouro, 42 – Vila Verde, 56 – Amares).³⁵⁷

Ao nome do primeiro rio, Machado (2003) atribui origem pré-romana não especificada, talvez pré-céltica, mas rejeita a proposta de Arlindo Cunha (*Revista de Portugal*, VI, pp. 37-40), que filia *Homem* no latim *amne-*, ‘rio’. Tenta antes sugerir uma relação com as formas supostamente lígures *onno* ou *omno*, por intermédio da confusão com o latim *homine-*, conforme parecem apontar os documentos medievais (“rivulo *homine*”, em 970. Dipl., p. 50 e *Omine* em 1154 (DMP I, p. 305). Os documentos do *Liber Fidei* igualmente apresentam um homónimo de *homine-* (Emiliano 2003: 529). Poderia, no entanto, objetar-

³⁵⁴ O nome está atestado em Leão desde o século X: “En León es común el antropn. *Visando* (937, 948, 961 SHG; 976 ACL), *Vissan-do* (969 SHG), *Uisandus* / *Visandus* (942, 1015 ACL), *Visande* (982 ACL); en Galicia consta *Vi-sandus* (1019 Sobrado: AMG 454).” (Riesco Chueca 2013: 116)

³⁵⁵ Observe-se que, sobre o antropónimo **Guisando* ou *Uisando*, Piel (1989) apresenta as duas etimologias aparentemente mais plausíveis, sem indicar a que prefere; ou seja, por um lado, atribui *Uisando*/**Guisando* ao gótico **wisand-s* ‘bisonte’, cognato do antigo alto alemão *wisunt* (ver também Kluge 2002, s.v. *wisent*), e, por outro, relaciona **Gui-sando* com elemento germânico **weig-*, ‘luta’. Dado que entre **wisands* e **weig-* não se vislumbra uma relação etimológica direta, parece que Piel (1989) se contradiz, porque acaba por interpretar **Guisando* sob duas perspetivas que não são conciliáveis.

³⁵⁶ Artigo alterado com base nas correções propostas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

³⁵⁷ A mesma forma denomina um afluente do Tâmega (CMP 1:25 000). Sobre os rios homónimos, ver também Baptista (1874: 36/37 e 57).

se que o nome surge efetivamente por conversão do nome comum latino, dispensando-se assim outras hipóteses e especulações. Mesmo assim, afigura-se estranho que um rio tenha um nome que signifique originalmente ‘homem’, pela razão de outros hidrotopónimos apresentarem frequentemente elementos que remetem para a descrição das características físicas do curso de água ou pelos efeitos físicos dessas características. É por isso que se antolha crível a proposta de Bascuas (2002: 234), que inclui *Homem* numa lista de nomes da antiga Galécia, como, por exemplo, o *Eume* (Corunha), o *Umia* (Pontevedra),³⁵⁸ que encontram a sua origem na raiz indo-europeia **weg-*, ‘húmido, molhar’ (Pokorny 1959, 1989: 118).³⁵⁹ No caso destes nomes, esta raiz encontra-se no grau zero, tomando a forma **ǔg^w-* ou **ūg^w-*, ocorrendo este último no latim *ūmor*, ‘umidade, líquido’, cujo radical *ūm-* seria a redução fonética do radical **ūg^w-sm-*, também presente nos nomes *Umia*, *Eume*³⁶⁰ e *Homem* (Bascuas 2002: 224/225). Bascuas (2002: 234) rejeita, portanto, as hipóteses avançadas por Machado (2003). Trata-se, pois, de um hidrotopónimo enquadrável num estrato pré-latino, talvez indo-europeu.

4.3.18. Labriosca ou Labriosque (rio)

Origem obscura, mas provavelmente latino-romance.

Labiortus em 1073 (Liber Fidei doc. 66, in Emiliano 2002: 464), *lauiortus* 1089 (Liber Fidei doc.128, ibidem, p. 517; doc. 127, ibidem, p. 519; doc. 130, ibidem, p. 521).

Afluente do Cávado, nasce na serra de Airó, na região de Bastuço, no concelho de Barcelos (CMP 1:25 000, folha 69 – Barcelos e 70 – Braga).

Nome que parece relacionar com *Labruge*, *Labrugeira* e *Labrujó*, mas que acaba por dele se afastar porque a relação com a forma medieval *Labiortus* sugere que a sequência inicial do nome seja *Labi-*, e não *Labri-*.³⁶¹ Na forma contemporânea, parece ter havido a substituição da sequência final por uma nova forma sufixal pouco produtiva, pelo menos,

³⁵⁸ Não é de excluir a possibilidade de *Uíma* (v.; rio com nascente no concelho de Santa Maria da Feira e foz no concelho de Vila Nova de Gaia) fazer parte deste grupo hidronímico.

³⁵⁹ Moralejo (2009: 64) regista também a possibilidade de o hidrotopónimo remontar à raiz indo-europeia de **weg^w-*, **ug^w-* ‘húmido, humedecer’.

³⁶⁰ Bascuas (2002: 230) considera que *Eume* é etimologicamente um composto: “Se puede [...] reconstruir como forma originaria un compuesto **Oiw-ūg^wsmi* > **Oiw-ūmi* > **Ēw-ūme* > **Eúme* > *Eume* [...]”

³⁶¹ Frase corrigida de acordo com uma observação da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

no português normativo (-*osca*, -*osque*).³⁶² Não havendo registo deste hidrónimo nas fontes corográficas e onomásticas consultadas, e sem haver clara relação da forma medieval com o léxico comum português ou latino, pouco se pode adiantar etimologicamente, a não ser aceitar por enquanto que o nome tem uma origem obscura que terá de se ir buscar à Alta Idade Média ou a fases mais recuadas, em latim ou num substrato linguístico pré-latino.

4.3.19. Laço (rio)

Obscura, mas relacionável com o léxico comum latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio do Porto da Laje ou de Fafião, que desagua no Cávado (cf. CMP 1:25 000 folha 31 – Outeiro, Montalegre).

Machado 2003 regista a forma *Laço* como apelido e *Lasso* como nome próprio e apelido, mas sem as atribuir à toponímia. No entanto, acolhe *Laços*, que já assinala como topónimo, da região de Valença, e que relaciona com *laço* ‘nó que se desata facilmente’, sem esclarecer de que modo a evolução se processou até ao topónimo. Fernandes (1999) contesta esta perspetiva e defende a origem de *Laços* no latim *lacteu-*, donde provém o regionalismo *laço* ‘película à superfície do leite prestes a ferver’, que se liga a *laceira*, ‘lodeiro, nateira’.³⁶³ Em galego, regista-se *lazo*, que também denomina uma película ou capa, mas relativa à formação de gelo na superfície de um líquido (cf. DRAG).

Neste contexto, importa ter em conta a opinião de Álvarez Maurín (*Diplomática asturleonense. Terminología toponímica. León: Universidad, 1994*), que, atestando o uso medieval de formas homólogas asturo-leonesas propõe para *laço/lazo* uma origem diversa da que Fernandes (1999) defende: “El latín *glacies* 'hielo' ha dejado en los romances peninsulares varias formas populares: *lazar* 'helarse' y *lazo* 'hielo' del gallego, *yaz* 'acumulación de hielo', 'témpano de hielo sobre el cual se puede patinar' y el leonés *llaz*. Podríamos pensar que la forma *lazos* de 943, que hoy se conserva en el gallego *lazo*, se

³⁶² Tendo em conta o caso de *rabiosca*, *rabiosque*, *rabioste* e *rabiote* (DHLP), não se exclui que o nome possa ter sido jocosamente alterado.

³⁶³ Na Galiza, regista-se o *rio de Lazo* (Corunha), um nome detoponímico, segundo Moralejo (2009: 78), que se interroga sobre a possibilidade de derivar da raiz indo-europeia **lat-* ‘lago, pântano’.

identifica con un lugar cuya sombra provocaría la conservación del hielo en el terreno.” Bascuas (2002: 115), considerando que a origem de *lazo* está antes no celtismo **latio* ‘chão’, da raiz **pel*, **plā* ‘ancho e chan’, que se encontra no latim *plānus* (Pokorny 1959-1989), critica Álvarez. Maurín: “A. Maurín recoge varias menciones de *Penna Laza*, *Lazza* o *Laça* en documentos del s. X del Archivo de la Catedral de León o del Monasterio de Sahagún (p. 130) y trata de justificar su relación con lat. *glacies* 'hielo', a pesar de que no hay ningún indicio de que esta palabra haya sido usada como adjetivo; además, es natural dar nombre a un [sic] peña atendiendo a características permanentes como la forma 'llana' o el tamaño, pero una característica transitoria como es el hielo resultaría demasiado extraña.”³⁶⁴

No contexto português, é possível que *Laço* aluda ao efeito visual que o rio assim chamado, talvez de águas lodosas, eventualmente produz ou produzia. No entanto, a discussão à volta do galego *lazo* e dos referidos topónimos asturo-leoneses leva a supor que o o *Laço* possa ter outra motivação.³⁶⁵

4.3.20. Laje (rio da)

Do nome comum *laje*, do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Parece afluente do rio da Peneda, muito embora a observação da CMP 1:25 000 (folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho) antes sugira que se trata do nome do curso médio do rio também chamado *da Peneda* no seu curso inferior.

Hidrónimo de provável carácter associativo, muito embora na região percorrida pelo rio assim chamado não tenha sido possível localizar um lugar ou uma localidade denominados *Laje*. Assinale-se a afinidade semântica com *Peneda*, nome de um curso de água com que este rio está relacionado. Como nome comum, *laje* tem origem controversa: o DCEH (s. v. *laja*) propõe que proceda “del hispano-latino LAGĒNA íd., de origen

³⁶⁴ Bascuas faz alusão às seguintes atestações, registadas por Álvarez Mauín (1994: 130): “ACL 4812, 919: *directa linea de Penna Lazza*; ACL 5025, [920]: *et per illam Pennam Lazam usque in illo quartero*; Sahg. 31, 923, Sahg. 34, 928 y Sahg. 55, 934: *Penna Lazza*; Sahg. 38, 930: *perillo Lazo Nigro*; Eslonza 4, 938 (copia del siglo XIII): *per summa penna Lafa*; Sahg. 92, 943: *ad illo salize et ad illos orbos lazos*; ACL 16025, 1177: *per lazum de illa Brania*.

³⁶⁵ O artigo teve várias alterações com base nas correções propostas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

incierto, probablemente del céltico, donde designa una lámina u hoja de metal (galés *llain* ‘hoja de metal’, ‘espada’, gaélico escocês *lann* ‘la hoja de una espada o cuchillo’, irl. ant. *laigen* ‘lanza’)” (ver também DHLP).

4.3.21. Lavandeira (rio da)

Talvez de *lavandeira* ou *lavadeira*, do léxico comum galego-português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Lavandeira 1220 (PMH Inq.: 195), 1258 (idem, p. 430), *Levandeira* 1258 (idem, p. 646)³⁶⁶

Existem vários topónimos com este nome tanto no continente, como nas ilhas. O que aqui interessa é afluente do rio Bugio, que, por sua vez, é tributário do rio Vizela, e este, afluente da margem esquerda do rio Ave (cf. CMP 1:25 000, folha 86 – Mondim de Basto).³⁶⁷ O visualizador CIGeoE-SIG localiza na freguesia do Rego, no concelho de Celorico de Basto, uma pequena região com o nome *Lavandeira*, por onde passa o rio em discussão. Como é frisado por Machado (2003), o nome *Lavandeira* é frequente em Portugal,³⁶⁸ em especial no Norte; é também conhecido em todas as províncias galegas (cf. *Nomenclátor de Galicia*).³⁶⁹

Machado (2003) atribui este hidrotopónimo e topónimo ao nome comum *lavandeira*, a que dá o significado de ‘pequeno ribeiro’ ou que interpreta como nome de ave. Regista-se efetivamente *lavandeira* como sinónimo de *alvéloa*³⁷⁰ e *borrelho* (*Motacilla alba*; cf. DHLP), designações de duas espécies ornitológicas diferentes. Piel (1947: 321) assinala

³⁶⁶ Machado também recolhe *Lauandeiran* 1008 (PMH Dipl.: 121), *Lavandaria* 1090? (idem, p. 441), formas que se referem à região entre Leça e Vila do Conde.

³⁶⁷ Apesar de a pesquisa do CIGeoE-SIG situar o rio da Lavandeira e a região da Lavandeira na freguesia do Rego, no concelho de Celorico de Basto, não se vê marca de legenda na CMP 1:25 000. No entanto, assinala-se o rio da Lavandeira como afluente do Bugio num trabalho sobre arqueologia (Bettencourt et al. 2002: 188): “[...] o rio de Levandeira [sic], um dos que alimenta o rio do Bugio, afluente do Ave.” Note-se que estes autores usam a forma *Levandeira* e, logo a seguir, *Lavandeira*, o que pode sugerir simples lapso, mas também hesitação na forma do nome, a qual se documenta na própria toponímia.

³⁶⁸ Uma pesquisa de *Lavandeira* no CIGeoE-SIG obtém 82 resultados, concentrados na região a norte do rio Tejo e especialmente abundante ao norte do Mondego. Ver também Matos (1889) e Gil (1968).

³⁶⁹ A pesquisa apresenta 39 resultados de lugares denominados *Lavandeira* ou *A Lavandeira*, não se verificando ocorrências de eventuais variantes como *Levandeira* ou *Labandeira*.

³⁷⁰ Hipónimo de *lavandisca* (cf. Figueiredo 1913).

várias ocorrências de *Lavandeira* e *Lavadeiras* em Portugal (70) e na Galiza (22) e considera instâncias de nomes inspirados na ação de lavar. Navaza Balnaco (2007) prefere considerá-lo un hidrónimo que designa lugares onde um curso de água tranborda facilmente do seu leito e alaga as imediações, com provável relação com o verbo latino *lavare*, com o substantivo pré-latino *nava* ou com ambos.³⁷¹

Embora não seja possível confirmar o valor hidronímico de *lavandeira* noutras fontes, pode supor-se que *Lavandeira* seja hidrotopónimo criado por associação ao uso das águas ou a fenómenos que as envolvam. Mas não é provável que *Lavandeira* seja um topónimo pré-existente que depois, por determinação, passou também a identificar o rio.

4.3.22. Maceira (rio da)

Latino-romance, galego-português ou já português, do nome comum *maceira*, o mesmo que *macieira*, por conversão em topónimo.

Afluentes do rio Homem, atravessa uma pequena região da serra do Gerês a que se dá o nome de Maceira (Ponta da Maceira, Costa da Maceira) – cf. CMP 1: 25 000, folha 30 – Germil, Ponte da Barca. É topónimo frequente em Portugal e na Galiza (cf. Machado 2003 e Nomenclátor de Galicia).

Machado (2003) e Fernandes (1999) relacionam este topónimo com *Macedo* e *Maceda* e todos estes com o latim *mattiana*, donde provém *maçã*. O hidrónimo deverá ter surgido por associação ao topónimo que anteriormente já se aplicaria a esta região do Gerês.

4.3.23. Neiva (rio)

Origem pré-latina obscura.

Neuia, *Neuya*, em 1070 (PMH Dipl.: 301), 1087 (idem, p. 406), 1127 (DMP I: 109), 1133 (idem, p. 160), 1134 (idem, p. 161), 1135 (idem, p. 167, 172, 173), *Neiue* 1059 (PMH Dipl.: 262)

³⁷¹ Informação dada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Rio que nasce na serra do Oural (Vila Verde, Braga) e desagua no oceano Atlântico (cf. CMP 1:25 000 folha 42 –Vila Verde, 41 – Geraz do Lima, Viana do Castelo, 55 – Carapeços, Barcelos, 54 – Marinhas, Esposende).

Na Antiguidade, atestado como *Naebis* (Guerra 1998: 546). Vasconcelos (1926: 320/321) propõe que a forma atual proceda de **Naebia*, das formas latinas *Naebis* ou *Nebis* por analogia com *Limia* e posterior “atração do *i*”. Machado relaciona-o com outro nome de rio, *Nabia*, e com *Nabius*, nome de deus galaico-lusitano. Guerra (1998: 541) aceita como possível a sua pertença a um conjunto constituído pelo hidrónimo *Nabia* ou *Nabum* (o atual Navia, nas Astúrias), o topónimo *Nabialbona* e os teónimos *Nabia/Navia* e *Nabiagus*. Para a etimologia comum a este conjunto, Guerra (1998: 541) refere a hipótese geralmente aceite de estes nomes remontarem ao radical proto-indo-europeu **na-us*, ‘barco’, que estará na origem de *naua*, ‘vale, canada’, sugerindo alguns autores que o nome é pré-céltico. Outros investigadores, divergindo desta etimologia, dividem-se entre duas propostas (idem): atribuir uma forma originária **Napia*, próxima do grego *νάπη*, ‘vale selvoso’; representar o radical **nabho-*, ‘ponto central da roda ou do carro’. Embora classifique de inconclusiva a discussão etimológica de *Nabia*, Guerra vê como mais verosímil a primeira das hipóteses mencionadas (idem). Tendo em conta a interpretação semântica de outros elementos constitutivos dos hidrónimos em análise, afiguram-se mais consentâneas com o critério de motivação referencial destes nomes as duas hipóteses que permitem descrever acidentes geográficos (**na-us* e **Napia*). O que importa aqui concluir é que as opiniões tendem a encarar *Navia* e, por extensão, *Neiva*, como hidrónimos de origem indo-europeia pré-céltica.³⁷²

4.3.24. Ouro (rio de)

Origem obscura, talvez pré-latina.

*Rio Duiro/Rio de Urio*³⁷³ 1220 (PMH Inq.: 196)

³⁷² Moralejo (2009: 55) relaciona o hidrotopónimo em apreço com outra raiz: “de **H1n-ebh-* ‘húmedo, água’: **nebh-i-s* > *Nebis* y **nebh-ia* > *Neiva*”.

³⁷³ A primeira variante ocorre na cópia que serviu de base à edição das Inquirições Gerais de Afonso II (PMH Inq. 1888); a segunda figura numa das outras duas cópias desse conjunto documental, como assinala o editor dos PMH Inquisitiones, volume 1, fascículos I e II: “[...] do trabalho a que nos referimos conservam-se três copias ou registros no Archivo Nacional da Torre do Tombo: uma no impropriamente chamado Livro V de Inquirições de D. Diniz (que então se dizia Registro de Guimarães ou Livro do Padrom); outra no Livro I de Inquirições de D. Afonso II; e outra no Livro II das mesma Inquirições. O primeiro diz-se escripto pelo tabelião de Guimarães Pedro Domingues, que o authenticou com o seu signal

Afluente do rio Tâmega (CMP 1:25 000, folha 72 – Cabeceiras de Basto). *Rio Douro* é o nome de uma localidade do concelho de Cabeceiras de Basto. Na Galiza, o *Nomenclátor de Galicia* apresenta os topónimos *O Ouro* (Paderne, Corunha) e *O Valadouro* (Foz, Lugo)³⁷⁴; outros parecem incluir também a alusão ao ouro: *Ourovello*, na paróquia de Adragonte (Paderne, Corunha), *Fontedouro*, em Punxín (Ourense) e *Cotodouro*, em Alxén (Salvaterra de Miño, Pontevedra). Assinala-se também nas Astúrias um *rio del Oro*, afluente do rio Navia.

Hidrónimo que não parece levantar dúvidas quanto à sua natureza descritiva, à primeira vista baseada no nome comum *ouro* (cf. Machado 2003). Contudo, não tem sido essa a perspectiva dos etimologistas galegos perante a forma toponímica *Ouro*, que filiam em elementos ou raízes pré-latinos. Cabeza Quiles (1992: 322) propõe que *Ouro* e *Ouriño*, não se encontrando em lugares onde se tenha notícia da existência e exploração de ouro, provêm de uma base pré-latina **or* ou **oro*, ‘monte, vale, encosta, montanha, altura’, relacionada com um elemento talvez pré-indo-europeu **or-r* (presente em *Valdeorras*, Ourense)³⁷⁵ e com o grego antigo *ὄρος*, ‘monte, montanha, altura’³⁷⁶. Bascuas (2002: 124), no quadro da hipótese paleoeuropeia, relaciona *Ouro* com um tema *ūr-*, da raiz **awer*, ‘molhar, fluir’ e ‘água, chuva, rio’ (ver também Pokorny 1959-1989), mediante a forma medieval *Auria*, com a qual se ligaria ainda a etimologia de *Ourense*, e séries como

publico em 29 de março de 1289. É o mais antigo, mas também o mais incompleto e desordenado [...]. O segundo, sem data conhecida, mas de aspecto um pouco mais moderno, é menos imperfeito e incompleto, posto que apresente muitas incorrecções e deficiências. O terceiro, finalmente, não passa de uma copia do anterior, não só por apresentar as mesmas lacunas e repetições, mas porque as pequenas variantes que oferece se podem atribuir a inadvertência de pessoa encarregada de fazer esse trabalho. Não existindo, pois, as actas originaes, nem copias mais antigas da que supomos nova redacção, foi forçoso aproveitar os registos de que fallamos; e como o segundo, isto é, o intitulado Livro I de Inquirições de D. Afonso II, era o mais amplo e menos incorrecto, esse também tomámos para texto d’esta edição, lançando em notas, no fundo da pagina, as variantes que encontrámos, ou servindo-nos d’ellas para corrigir um ou outro erro evidente.”

³⁷⁴ O *Valadouro* luguês traduz-se em castelhano como *Valle del Oro* e está documentado na Idade Média como *Aureo* (922), *Aurium* (1096), *Aurio* (1124), *Ourio* (1222) e *Douro* (1311) – cf. *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM) (em <http://ilg.usc.es/itgm/>, consultado em 15/04/2013).

³⁷⁵ Relaciona-se geralmente o elemento *-orras* com o nome étnico pré-latino *Gigurri*, o qual incluiria uma raiz com a forma **or-*, alusiva a ‘monte, altura’ (Cabeza Quiles 2008: 626 e Ares Vázquez 2013: 697/698) ou um sufixo *-ur-* ou *-or-*, detetável noutros etnónimos (cf., Bascuas 2002: 130/131 e 2006: 29 e Guerra 1998: 450/451 e 746/747).

³⁷⁶ Observe-se, porém, que o grego *ὄρος* tem sido etimologicamente associado ao sânscrito *r̥ṣva-ḥ*, ‘alto’ e proto-indo-europeu **er-/*or-*, ‘lançar-se’ (Boisacq 1916).

*Ave, Avia, Avión, Aviño e Vara, Varón.*³⁷⁷ O mesmo tema permitiria explicar a etimologia do nome de um afluente do rio Navia, o rio *Oro* (ou *del Oro*), que Bascuas faz proceder de **Aurio*, “un derivado seguro de **awer-* ‘fluir’” (Bascuas 2002: 125). Como já se comentou no capítulo dedicado aos substratos pré-romanos, é extremamente difícil fundamentar as hipóteses de Bascuas justamente porque o pressuposto de um paleoeuropeu, geneticamente enquadrado na família indo-europeia é, logo à partida, uma hipótese controversa, a que falta o mais importante, a atestação de instâncias de discurso nessa língua ou numa forma desse complexo dialetal. De qualquer modo, podendo o hidrónimo *Ouro* disfarçar uma forma estranha ao nome comum *ouro* e dada a existência de outros paralelos no noroeste da Península não redutíveis a eventual étimo latino *auru-* ou às formas que este assumiu nos romances desse território (cf. o *Oro* asturiano), torna-se plausível uma origem anterior ao estrato latino. Não é possível, contudo, determinar se esse étimo tem ou não procedência indo-europeia, pelo que *Ouro* permanece um hidrónimo de origem obscura.

4.3.25. Paus (rio de)

De *pau*, do léxico comum tanto do período galego-português como do período já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio das Pontes (com o qual parece confundir-se), encontra foz na atual freguesia de S. Martinho de Sande, no concelho de Guimarães (cf. CMP 1:25 000 folha 70 - Braga).³⁷⁸ O hidrónimo talvez se refira a nome de lugar, que não foi identificar nas fontes consultadas.

³⁷⁷ O basco *ur*, ‘água’, também remontaria a este tema (Bascuas 2002: 124). Moralejo (2009: 56) interroga essa origem hidronímica, mas no quadro indo-europeu: “¿de paleoeuropeo o céltico **aur-o* **H2eu-r-* ‘agua, fuente, río’? ¿o de lat. *aurum*?”

³⁷⁸ Uma pesquisa Google indica que o rio de Paus é atravessado por uma ponte que faz parte da rua Padre António Francisco Ribeiro, na atual freguesia de S. Martinho de Sande: “As fortes chuvas do passado fim-de-semana, que colocaram os distritos de Braga e Viana em Alerta Vermelho, provocaram a derrocada de um muro de suporte junto à ponte sobre o “rio de paus”, na Rua Padre António Francisco Ribeiro em S. Martinho de Sande, que levou à proibição da circulação de veículos naquela via” (disponível em <http://www.reflexodigital.com/index.php?cat=60&item=14304&PHPSESSID=eab65c51264b413481d2d4cbd9107602>, consultado em 16/03/2014). No entanto, a pesquisa do CIGeoE-SIG localiza este hidrónimo na freguesia de S. Lourenço de Sande, no concelho de Guimarães, mas sem a devida anotação na carta (CMP 1:25 000, folha 70, Braga). Esta discrepância pode não ser um equívoco; com efeito, o facto de a referida artéria fazer parte uma ponte que atravessa o rio das Pontes (ver) sugere que este e o rio dos Paus podem identificar o mesmo curso de água. O confronto das fotos da notícia em referência e as do Google

Machado (2003), localizando este topónimo em Albergaria-a-Velha, Amarante, Guimarães, Lisboa (como nome de beco), Moita (como hidrónimo, sob a forma “rio dos Paus”), Monção e Resende, atribui-o ao plural do nome comum *pau*, do latim *pālus* ‘poste, mourão, pelourinho’. É provável que o hidrotopónimo tenha origem toponímica com função descritiva, por exemplo, um lugar que se identifica por uma ponte feita de madeira, ou seja, de paus.³⁷⁹

4.3.26. Peio (rio)

Origem obscura.

Pei 1131 (DMP I: 142)³⁸⁰

Afluentes do rio Ouro ou Douro, tem nascente na freguesia de Bucos,³⁸¹ no concelho de Cabeceiras de Basto (CMP 1:25 000, folhas 58, Salto – Montalegre, e 72, Cabeceiras de Basto).

Maps confirma que os dois nomes coincidem com o mesmo rio. Podendo tratar-se de mais um caso de dupla denominação, não se exclui que a ponte da mencionada rua de S. Martinho de Sande se encontre na confluência de dois cursos de água.

³⁷⁹ Piel ((1947: 319) refere-se à possibilidade de a forma *pau* se relacionar também com *paul* em topónimos da Galiza e das Astúrias: Pau de Raposo (A Baña, Corunha), Pauderraíces (Riosa, Oviedo) e Paudesiertos (Cangas de Onís, Oviedo). Neste trabalho, não foi possível identificar estes topónimos em Madoz (1846-1850)) nem no cadastro de Ensenada. Também não foi possível confirmar uma eventual relação de *pau* com *paul* no contexto da variação diatópica do português no território continental de Portugal.

³⁸⁰ No *Liber Fidei*, ocorre *in rivulum Pei* num documento de 1100 (consulta do CODOLGA).

³⁸¹ Na realidade, o rio Peio é resultante da confluência de duas ribeiras, a de Figueiró e a de Água Talhada. Cabe registar a propósito um trecho de uma crónica publicada em 10/08/2009, no jornal *Ecos de Basto*, da autoria de José Costa Oliveira: “[...] [V]erifiquei que, e de acordo com a carta hidrográfica, o Rio Peio termina na confluência que o une com a Ribeira de Rio Douro, que desce lá das encostas de Magusteiro e das Torrinheiras. O local da confluência, onde termina o Rio Peio e começa o que efectivamente desagua no Tâmega, o Rio de Ouro, é no lugar da Fábrica, que fica entre o lugar dos Moinhos Novos, isto para quem segue o curso da Ribeira de Rio Douro, e o lugar das Cobras, isto para quem segue o curso do Rio Peio. Mais, analisando o mapa da rede hidrográfica, verifica-se que o Rio Peio resulta da junção de duas ribeiras, a Ribeira de Figueiró e a Ribeira de Água Talhada. A primeira, a Ribeira de Figueiró, nasce no limite do lugar de Calvos da freguesia de Rossas, concelho de Vieira do Minho, com o lugar de Figueiró do Monte, da freguesia de Aboim, concelho de Fafe. Em minha opinião, esta ribeira nasce mesmo no concelho de Fafe. Porém, tentando tirar dúvidas com um habitante do lugar de Calvos, este assegurou-me que a sua nascente é, efectivamente, dentro dos limites de Calvos, Rossas, Vieira do Minho. A segunda, a Ribeira de Água Talhada, desce desde as encostas do lugar de Carrazedo, freguesia de Bucos. Também, quanto a esta, tenho algumas dúvidas se não virá já dos lados do lugar de Agra, igualmente da freguesia de Rossas, Vieira do Minho. Não pretendo, contudo, comprometer-me a este respeito. Aquelas duas ribeiras juntam-se, sensivelmente a meio da veiga de Casares e de Calvos, em forma de um T, e ali começa o Rio Peio, dando seguimento à haste superior esquerda daquele T. A partir dali, o nosso Rio Peio recebe, pela margem esquerda, as águas da Ribeira da Cangada, que desce desde as Trancadas das Torrinheiras, depois o Corgo do Gorgulhão, que vem das encostas da serra do Oural, e, pela margem direita, mesmo junto à Ponte da Ranha, recebe as águas da Ribeira de Painzela. Termina, como já se referiu, na confluência com a Ribeira

Machado (2003) regista a forma *Pei*, nome antigo de um rio da região de Cabeceiras Basto, a qual, no entanto, parece ser uma variante ou um lapso do próprio lexicógrafo, em lugar de *Peio*. Amaral e Amaral (1997: 179) registam-no numa lista de derivados antroponímicos de origem céltica ou indo-europeia (ásture, celtibérico ou lusitano), dando-o como proveniente de *Pelius*. Esta proposta é muito discutível porque a sequência latina representada por *-li-* seguida de vogal evolui geralmente como [ʎ] (grafema <lh>), mesmo que o *-l-* seja simples (cf. *filiu*-> *filho*). Moralejo (2009: 84) interroga-se sobre a possibilidade de uma origem num antroponímo pré-latino, *Pedius*. Trata-se, portanto, de um hidrotopónimo de origem obscura.³⁸²

4.3.27. Pele (rio)

Origem obscura, talvez se relacione com um antroponímo pré-latino.

Pel 936 e 998? (PMH Dipl. 25, 111) 1133 (idem, p. 170),³⁸³ *Rippa de Pel* 1258 (PMH Inq.: 1464)

Nome de um afluente do Ave (CMP 1:25 000, folhas 84 – Selho, Guimarães, 98 – Santo Tirso).

É nome³⁸⁴ atestado no *Liber Fidei*, em documentos de 1150 a 1110, com as formas *Pel* e *Pele* (Emiliano 2003: 446, 472, 549, 589, 620, 622, 630). Igualmente se abona o nome em datas mais recuadas,³⁸⁵ em documentos referencialmente ligados aos territórios atravessados pelo rio Ave. Refira-se que, embora a forma *Pele* conste do índice toponímico dos PMH Inq., esta ocorrência pode relevar da antroponímia e não da toponímia (PMH, Inq. 1476): com efeito, está incluída na sequência *Menendi Pele. Pele*

de Rio Douro, dando então origem ao Rio de Ouro [...]” (disponível em <http://www.ecosdebasto.com/noticia.asp?idEdicao=144&id=5086&idSeccao=1389&Action=noticia>, consultado em 31/03/2014).

³⁸² Artigo corrigido com base nas observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

³⁸³ Cf. também documentos do *Liber Fidei* editados por Emiliano (2002: 446, 472,

³⁸⁴ Pronunciado “pêlê” (transcrição fonética [‘pel̩]).

³⁸⁵ No entanto, Machado 2003 regista uma forma *Pel* que localiza em Santiago do Cacém certamente por lapso, porque remete para um documento de 936 dos PMH — o que, em relação a um rio do Sul de Portugal continental é improvável, visto que, relativos ao século X, não parecem existir documentos latinos que descrevam essa região.

é também forma usada como nome próprio e patronímico ou apelido (ocorre também “de Pelle”), atestada em documentos latinos galegos do século XIII (CODOLGA). Moralejo (2009: 84) sugere duas hipóteses: de **pel-*, “correr, fluir”, ou, talvez melhor, do antropónimo *Pellus* ou *Pellius*.

4.3.28. Pelhe (rio)

Origem obscura.

Pelelio 1057 (PMH Dipl. 246)

Nome de um afluente do rio Ave (CMP 1:25 000, folhas 84 – Selho, Guimarães, 83 – Vila Nova de Famalicão, 97 – Trofa, Santo Tirso).

Nem Machado 2003 nem a RL o registam. Na verdade, o que alguns dicionários corográficos registam é a forma *Pelho*, nome de povoações nas freguesias de Antas e Calendário, no concelho de Vila Nova de Famalicão (Matos 1889), a qual se pode relacionar com *Pelelio*, atestada em documento de 1057 (PMH Dipl. 246), considerando as seguintes sequência: *Pelelio* > *Pelelho* > *Peelho* > *Pelho*. É, pois, possível que *Pelhe* e *Pelho* sejam variantes do mesmo nome que permaneceram na zona de Famalicão.³⁸⁶ A variante com *-o* parece sugerir uma forma toponímica de origem não antroponímica, ao contrário de *Pelhe*, que poderia provir de um genitivo (**pelelii*), como é típico de muitos topónimos do Norte e centro Norte (**nini* > *Nine*), que sofreria palatalização de *-li-* e queda de *-l-* intervocálico (**pelelii* > *pelelhe* > *peelhe* > *Pelhe*). Contudo, Baptista (1874), seguindo Carvalho da Costa (: 101) regista um rio cuja descrição coincide com o chamado *Pelhe* mas que se chama *Celho*, por *Selho*, forma esta mais correta do ponto de vista filológico e ortográfico.³⁸⁷ Não será de excluir alguma relação entre os dois hidrotopónimos, pelo menos, no plano de eventuais elementos sufixais. Trata-se, em suma, de um hidrotopónimo de origem obscura, talvez enquadrável no estrato pré-latino.

4.3.29. Peneda (rio da)

³⁸⁶ Moralejo (2009: 84) apresenta como hipótese a forma antroponímica **Pelellius*.

³⁸⁷ A grafia com <c> de *Selho* já se encontra em fontes do século XVIII. Castro (1762: 116) também se refere ao *Celho*, que nasce perto de Guimarães.

De *peneda*, derivado de *pena* ‘rocha, pena, penedo’, eventualmente usado em português ou em períodos anteriores.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.³⁸⁸

Afluentes da margem esquerda do rio Cávado, o curso médio parece chamar-se rio da Laje, e o curso mais alto da ribeira das Lamas, conforme se pode observar na CMP (1: 25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho). O mesmo nome tem um afluente do rio Laboreiro (ou Castro Laboreiro), este por sua vez afluente do rio Lima no distrito de Viana do Castelo (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez).

Nome que parece ter clara justificação associativa e descritiva. *Peneda* regista-se como nome comum em galego como ‘pena de gran tamaño’ e ‘rocha a rentes do chan’ (DRAG). Trata-se de um derivado sufixal do arcaísmo *pena* ‘rocha’, do latim *pīnna* ‘ameia’ e ‘pluma’ (cf. DHLP s. v. e DCECH s. v. *peña*).

4.3.30. Pequeno (rio)

Português, do adjetivo *pequeno*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Com este nome existem vários cursos de água. Os que assim se chamam são dois e situam-se no distrito de Braga, ambos na bacia hidrográfica do rio Ave, um na margem direita (CMP 1: 25 000, folha 71 São Torcato-Guimarães) e outro na margem esquerda (*idem*).

Presume-se que o nome seja de natureza qualificativa, derivado do adjetivo *pequeno*, “produto do cruzamento do lat.vulg. *pītnnus* com o rad. **pikk-*, este presente no it. *piccolo*, *piccino*” (DHLP; ver também DCECH). A proximidade do rio Ave, permite conceber que o atributo se faz em relação com o curso de água principal.

4.3.31. Pigarreira (rio da)

Provavelmente do léxico comum português, mas de interpretação obscura.

³⁸⁸ Machado (2003) regista *Peneda* 1173, em DMP (I: 416), mas não se trata de forma referente ao hidrotópónimo aqui em discussão.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que o visualizador do CIGeoE-SIG localiza na freguesia de Vilar da Veiga, no concelho de Terras do Bouro (CMP 1:25 000, folha 31, Outeiro - Montalegre).³⁸⁹

Pigarreira parece derivado de *pigarro*, mas não se vislumbra que o significado deste item se coadune diretamente com a paisagem, porque a *pigarro* apenas se atribuem as aceções de ‘perturbação na garganta’ (Houaiss 2001), ‘escora, estronca’ (cf. Figueiredo 1913) e ‘gaio (ave)’ (Estraviz).³⁹⁰ Pode, portanto, relacionar-se *Pigarreira* ou com a abundância de troncos no curso fluvial (ou qualquer forma de paus ou troncos se disporem), ou com a presença de gaios. Pode ainda tratar-se de uso metafórico: o rio produz ruídos que são como pigarros. Fica a sugestão, que não encontra confirmação nos escassos elementos informativos sobre este rio.

4.3.32. Pontes (rio das)

Português, de provável origem toponímica, de carácter referencial.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Ave, passa pelo lugar de Pontes (CMP 1:25 000, folha 70 – Braga).

Sem registo nas fontes consultadas, o nome parece autoexplicativo, sendo, no entanto, provável que se deva ao lugar de Pontes (freguesia de Sande, concelho de Guimarães). Sobre a etimologia de *ponte*, ver secção 4.1.36.

4.3.33. Saltadouro (rio de/rio)

³⁸⁹ No entanto, a carta em referência não o representa; o que aí se assinala é a ponte da Pigarreira, sobre o rio de Fafião. Notem-se ainda referências ao hidrotopónimo *Toco*, ao que parece nome anterior ou alternativo do curso de água denominado Camalhão ou até do que o CIGeoE-SIG regista como *da Pigarreira*.

³⁹⁰ Sobre a etimologia de *pigarro*, sugere Machado (2003) que “[t]alvez esteja por *picarro* (forma ainda hoje existente na linguagem pop.) e este, provavelmente, vem de *picar*”; mas o DHLP observa: “consigne-se, porém, que a estrutura morfossemântica *pigarr-* (ou *picarr-*) não há em esp., it. ou fr.; que o suf. *-arro*, nessa cognação, tem alta adequação expressiva, e que, enfim, assim fica aberta a possibilidade de a base radical ser de *picar* (com a sonorização do *-c-*, pois *picarro*, isolado, deve vir de *pigarro*) ou ser de *pegar* (com redução por fechamento do *-e-*, antetónico em toda a cognação) [...]”

Português.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do Cávado, na freguesia de Ruivães, concelho de Vieira do Minho. A CMP 1:25000 não o assinala, mas o visualizador do CIGeoE-SIG localiza-o aí duas vezes na região fronteira à bacia do Cávado (folha 44, Ruivães, Vieira do Minho). É topónimo também existente na ria de Aveiro (Estarreja, Aveiro).

Topónimo registado por Machado (2003) que, no entanto, não o localiza a norte do Douro. Terá origem em *saltadouro* ou *saltadoiro*, ‘lugar em que um muro de vedação se pode saltar facilmente’, ou ‘rede para a pesca da tainha’ (cf. DLPC). Não parece haver razão para negar a origem toponímica do hidrónimo, mas também não parece descabido sugerir que o nome, de carácter descritivo, se relacione metaforicamente com quedas de águas ou rápidos no curso fluvial. Acrescente-se que *saltadouro* se relaciona derivacionalmente com o verbo saltar (saltad- + ouro/-oiro), o qual evolui do latim *saltāre*, ‘bailar, saltitar’, frequentativo de *salire* ‘saltar’ (cf. DCECH).

4.3.34. Teixeira (rio da)

Do léxico latino-romance ou já português, do nome comum *teixeira*, coletivo de *teixo*, por via de uso toponímico.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome que é assinalado pela pesquisa do CIGeoE-SIG e que, no entanto, a carta assinala não como hidrónimo mas, sim, como orotopónimo (CMP 1:25 000, folha 43 – Terras de Bouro). Referências a este rio em páginas eletrónicas indicam que se trata de um pequeno afluente do rio do Camalhão. Outros rios existem em Portugal que se chamam Teixeira (Baião, Castro Daire, Vale de Cambra; cf. visualizador CIGeoE-SIG).

Nome frequente em Portugal e na Galiza. Trata-se muito provavelmente de nome atribuído por associação ao topónimo *Teixeira*, que denomina um vale.³⁹¹ *Teixeira* parece ser interpretável como ‘local onde abundam os teixos’ (cf. DHLP s.v. *–eiro*).³⁹²

4.3.35. Torto (rio)

Português, do adjetivo *torto*, com função atributiva.

Riuulo torto 1076 do (*Liber Fidei* in Emiliano 2003: 474), 1090 (idem, ibidem, p. 520), 1103 (idem, ibidem, p. 580), *ribulo torto* 1108 (idem, ibidem, p. 621) e 1109 (idem, ibidem, p. 625).³⁹³

Afluente do rio Cávado, também conhecido como ribeira de Panóias³⁹⁴ (CMP 1:25 000 folha 70, Braga). A pesquisa do IgeoE-SIG localiza-o nas imediações de Braga, muito embora na carta não lhe seja atribuída a legenda correspondente a rio Torto.

Nome que, com toda a probabilidade se deve ao adjetivo *torto*, aplicado atributivamente ao curso de água em referência. *Torto* tem origem no tema do supino *tortum*, do verbo latino *torquēre*, ‘torcer, tornar, torturar, atormentar; voltar uma arma (antes de lançá-la)’ (DHLP). Machado (2003) observa que é nome frequente na toponímia portuguesa, “por causa da configuração de rios, caminhos, estradas ou, em alguns casos alc[unha] (‘vesgo’) tornada top[ónimo].” Em relação ao rio em apreço, a probabilidade é a de o nome se dever à configuração do seu curso ou à maneira de ver essa configuração.

4.3.36. Touça (rio da)

³⁹¹ Em páginas da Internet, existe grande variação na forma destes topónimos: “vale do Teixeira”, “vale da Teixeira”, “vale de Teixeira”.

³⁹² “[Usa-se] em vocábulos com a idéia de local (esp. onde há a coisa denotada pelo nome formador, ger. em acúmulo ou grande quantidade): *borralheira/borralheiro*, *carvoeira*, *cascalheira*, *clareira*, *corujeira*, *espingardeira*, *puteiro* etc. [...]” (Houaiss 2001, s.v. *–eiro*).

³⁹³ As sequências *riuulo torto* ou *ribulo torto* com formas latino-romances de topónimos atuais permitem concluir que no século XI o rio já era conhecido como “rio Torto”. Assim, em 1076: “in uilla forozos [hoje Frossos] subtus monte sancti mametis urbis ciuitas bracara discurrente riuulo torto.” A relação de *forozos* com a atual Frossos (Braga) não deixa margem para duvidar que com *riuulo torto* se refere o mesmo curso de água que é atualmente (também) conhecido como rio Torto (cf. nota seguinte).

³⁹⁴ Uma notícia do *Jornal de Notícias* identifica a denominação rio Torto com ribeira de Panóias: “Nove freguesias do concelho de Braga estão a unir os seus esforços para desencadear os mecanismos necessários à resolução dos problemas ambientais existentes na Ribeira de Panóias mais conhecida por Rio Torto.” (*Jornal de Notícias*, 27/04/2005, em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=547692, consultado em 31/03/2014). *Panóias* é nome de uma localidade nos arredores de Braga, também assinalado nos distritos da Guarda, Beja e Vila Real.

Do nome comum *touça*, do léxico latino-romance ou já português, provavelmente por via toponímica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Fafião (CMP 1:25 000, folha 31).

A existência do lugar de *Touça* na proximidade da foz deste rio com o rio Fafião deixa supor que se trata de um rio nomeado em relação a esse fitónimo. O nome comum *touça* terá origem pré-latina, em **taucia* ‘mata, cepa de árvore’.

4.3.37. Vade (rio)

Origem obscura, talvez pré-latina.

Vanat 950 (PMH Dipl., p. 35),³⁹⁵ *Uanade* 1059 (idem, p. 258), *Vaadi* 1220 e 1258 (PMH Inq.: 39, 118, 407), *Vaade* 1258 (idem, p. 288; PMH Script. 175) e *Badi* (idem, pp. 438 e 520).

Afluente da margem esquerda do rio Lima (cf. CMP 1:25 000 folha 29 – Ponte da Barca). O *Nomenclátor de Galicia* regista a forma *Bade* duas vezes, uma que denomina um lugar do concelho de Sárria (Lugo) e outra, relativa a um lugar do concelho de Gondomar (Pontevedra).³⁹⁶

Machado (2003) considera que se trata originalmente de nome de rio que depois se transmitiu a nomes de lugar (*S. Pedro de Vade*, *S. Tomé de Vade*, *Portela de Vade*, todas localidades do concelho de Ponte da Barca). Relaciona este nome não com um nome pessoal, mas com o latim *venātu-* ‘animal caçado’, ‘veado’, apesar de não excluir uma origem no latim escrito *Valdaria*, possível abreviação de “Vale da Eira”. Machado regista também *Bade*, que não relaciona com *Vade*, apesar de tal conexão não ser descabida, uma vez que os topónimos ocorrem numa região em que se neutraliza o contraste entre /b/ e /v/. Para *Bade*, Piel propôs uma origem germânica (1933-1934: 225/226): “um nome

³⁹⁵ Como Machado (2003) faz questão de assinalar, “cópia do séc. XIII” [sic], ou seja, provavelmente do século XIII.

³⁹⁶ Ver Ares Vázquez (2011-2013: 713).

BADDO de BALDO, onde não é difícil reconhecer o nosso *BADE*.³⁹⁷ Esta posição veio a ser revista por Piel e Kremer (1976), onde se descarta a hipótese germânica e se prefere a possibilidade de se tratar de variante de *Abade*.

Contudo, voltando a *Vade* e eventualmente a *Bade*, convirá atentar no que, sobre *Bande* (Láncara, em Lugo, e Ourense), observa Ares Vázquez (2011-2013: 1253/1254): “[...] se comparamos o nosso topónimo [San Pedro de Bande] co ourensán *Bande*, vemos que este era (*villa, ribulo, terra*) *Vanate* en moitos docs. De Celanova (cf. TC índce), escrito tamén *Vanade* (TC, 38, 50), *Vanede/Vanade* (TC 55). Por iso Cabeza Quiles (NL 285) supón que vén do nome de persoa *Vanatus*, do cal sem embargo non dá datos históricos. Comentando a Sarmiento (OELG 170), J. L. Pensado escribe: ‘Es sorprendente que incluya *Bande* entre los top. derivados de *balneum* sobre todo si tenemos en cuenta que conoce su origen inmediato, ‘latin *Bannate*’”. Pero Pensado non propón a súa opinión, como adoita facer noutros casos. Ollando o lat. *bandum* (DELL) e gótico *bandwo* ‘signo, bandeira’ (DCELC; DEEH), non lle vexo conexión co top. *Bandi* e menos aínda com *Vanate*.”

Bascuas (2014: 199), por seu lado, recolle nos documentos do Tombo de Celanova³⁹⁸ as atestacións medievais do galego *Bande*, semelhantes às de *Vade*: “Sorica [río Sorga] et *Vanate* 949, discurrente rivulo *Vanate* 998, 1023, rivulo *Vanate* 1025, inter *Vanate* et Sallare [río Salas] 1062, discurrente rivulo *Vanade* 1067, fluvio *Vanate* 1074; in *Vanate* 950, Sancto Petro de *Vanade* 1031, territorio de *Vanate* circa ecclesiam Sancto Petro 1037, sancto Petro de *Vanate* 1065, terra de *Vanate* 1077, 1091.” Para *Bande*, propõe o autor galego um tema **Wanāti*, derivado da raiz hidronímica indoeuropea **aw(e)-*, **awed-*, **awer-* ‘humedecer, molhar, fluir’, apoiado na raiz **wet-* de Pokorny (1959_1989), con infixo nasal. Pode, portanto, supor-se que esta proposta é extensível a *Vade*, embora Bascuas não mencione este hidrotopónimo português.³⁹⁹

³⁹⁷ Leia-se no blogue *Fror na Area*, de Miguel Costa, o que é dito no post “Umha de Celtas: Casa e Estábulo”: “Teibade (9 hab.- Paradela, Lugo) Possivelmente deva interpretar-se com **Tei Bade*, onde o segundo elemento é o mesmo que achamos em solitário nos topónimos *Bade de Sárria* e *Gondomar*. Devem ser as evoluções locais do genitivo *Baddi* do antropónimo germânico *Baddo*.” (disponível em http://frornarea.blogspot.pt/2010_01_01_archive.html, consultado em 15/07/2016).

³⁹⁸ Trata-se da edição de J. M. Andrade Cernadas, *O Tombo de Celanova*, publicada em 1995 pelo Conselho da Cultura Galega.

³⁹⁹ Parágrafo baseado numa observação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Em suma, *Vade* tem origem obscura, mas nota-se-lhe alguma afinidade com um tipo de antroponímia empregado no período romano, não necessariamente latino nem germânico – ou seja, talvez pré-latino ou não latino.

4.3.38. Várzea (rio de)

Português, conversão de topónimo com carácter descritivo, do nome comum *várzea*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio de Agrela (ver), este por sua vez afluente do Ave (CMP 1:25 000, folha 71 – São Torcato, Guimarães).

Como topónimo é muito frequente em Portugal, podendo ter as variantes *Varge* e *Varja* (Machado 2003). O item *várzea* ‘terreno cultivado à beira de um rio’ terá origem pré-latina, relacionável com *varga* ‘palhoça, prado cercado com uma paliçada que inunda no inverno; encosta’ (DHLP; ver também DCECH) e encontra-se atestado nos romances hispânicos desde o século IX (ver *uarçina*, *uarcena*, *uarzena*, *varzena* no LHP).

4.3.39. Veade (rio de)

Latino, com origem num topónimo que, por sua vez, tem por base um antropónimo.

Biadi 1258 (PMH Inq. 653)

Rio que passa nas freguesias de Gagos e Veade, no concelho de Cabeceiras de Basto (CMP 1:25 000 folha 86 - Mondim de Basto). Um nome cognato é frequente na Galiza (Corunha e Ourense) sob a forma *Beade*.

O rio parece ter tomado nome a partir do topónimo *Veade*, freguesia de Celorico de Basto. Para uma proposta etimológica, Machado (2003) não se decide entre os genitivos *Beati*, de *Beatus* (antroponímico), e *Venati*, de *venatu-*, ‘caça’, sugerindo-o como sinónimo de *venatore*. Fernandes (1999) contesta a possibilidade de *Venati*, defendendo *Beati*, par de *Binati*. No entanto, vale a pena seguir Machado (2003) quando este diz que o topónimo não tem exclusividade portuguesa e se encontra na Galiza. Cabeza Quiles (1992) não é mais conclusivo, deixando uma dupla hipótese que também considera a forma *Beati* com

uma outra, *Benenati* (de *Benenatus*, ‘bem-nado’). Uma consulta do ITGM mostra que, na província da Corunha, o lugar de Beade, na paróquia de Augasantas, concelho de Rois, está atestado em documentos medievais entre a segunda metade do século XII e todo o século XIII sob as formas *Beade* (1172), *Biade* (1274, 1276, 1289) e *Biadi* (1168, 1208, 1239). Há, portanto, forte probabilidade de *Veade* e *Beade* encontrarem a mesma origem no conjunto de antropónimos que estão na base de muitos topónimos galego-portugueses durante a Alta Idade Média. A grafia portuguesa ter-se-á alterado no sentido de legitimar uma etimologia que relaciona o nome com *veado*. Dada a plausibilidade de elevação do *e* em *i* antes de vogal noutros contextos, que é, de resto, o fenómeno que se observa na pronúncia da palavra em português, a forma medieval *Biadi*, tanto na Galiza como em Portugal, não descarta a probabilidade de o topónimo ter origem no antropónimo *Beatus*.

4.3.40. Veiga (rio da)

Português, do substantivo comum *veiga*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁴⁰⁰

Afluente do rio Este, que, por sua vez, desagua no rio Ave (CMP 1:25 000, folha 70 – Braga).⁴⁰¹

Nome de carácter descritivo, de motivação referencial: trata-se de um rio que corre numa veiga, isto é, ‘terra de cultura’ (cf. Houaiss 2001 e Figueiredo 1913). Veiga é provavelmente de origem pré-romana (DHLP); o DCEH (s. v. *vega*) propõe que “procede probablemente de una palabra prerromana BAIKA ‘terreno regable y a veces inundado’, de IBAI ‘rio’, conservado hasta hoy en vasco; se trata seguramente de un derivado formado por medio del sufijo -ko, -ka, que indica pertinência”.

4.3.41. Vila (rio de)

⁴⁰⁰ A forma Veiga é nome atestado nas fontes medievais (Machado 2003), mas sem que se possa relacionar com o rio em referência.

⁴⁰¹ O artigo da Wikipédia assinala que o rio Veiga ou da Veiga corre no concelho de Braga: “[...] nasce em Escudeiros [...], na intersecção do monte Penedo das Letras com o monte Penedice [...]”; desagua no Este “entre as freguesias de Figueiredo e Lamações” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Veiga, consultado em 25/02/2014).

De *vila*, do léxico comum de origem latino-romance, em provável referência a uma vila não especificada.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do Cávado, localizável pelo CIGeoE-SIG, embora a CMP (1:25 000, folha 69 – Barcelos) não lhe atribua denominação. Também é conhecido por ribeiro da Laje.⁴⁰²

As fontes consultadas não parecem referir este nome, pelo que a sua identificação depende apenas da informação visível na CMP 1:25 000. Parece dever o nome a topónimo com origem no substantivo comum *vila*, do latim *vīlla*, *ae* ‘casa de campo, quinta; dependência da casa de campo; pátio; campo; horta, pomar, jardim’ (DHLP). A proximidade de Vila Fontainha na foz deste rio sugere que o seu nome seja alusão a esta localidade.

4.3.42. Vila (rio da)

De *vila*, do léxico comum de origem latino-romance, em provável referência a uma vila não especificada.

Afluentes da margem direita do rio Tâmega (cf. CMP 1:25 000 folha 86 – Mondim de Basto).

Trata-se de um nome de estrutura determinativa, em provável alusão à vila por excelência – Celorico de Basto – na região onde corre o nome assim denominado. Sobre a etimologia de *vila*, ver secção 4.3.41.

4.3.43. Vizela (rio)

Pré-latino, com sufixo latino ou romance.

⁴⁰² Informação de uma página da Internet que outras fontes mais estáveis e reconhecidas não confirmam. Cf. “Vila Frescaína de São Martinho. Sóbria urbanidade”, *Barcelos Popular*, 28/07/2006 (disponível em <http://www.barcelos-popular.pt/?zona=ntc&tema=8&id=259>, consultado em 22/12/2016).

Auizella 959 (PMH Dipl. 46), 957 (idem, p. 41), 961 (idem, p. 52 e 56) e 964 (idem, p. 56); *Auicella* 986 (idem, p. 95); *Auezela* 1090 (idem, p. 438); *Auicela* 1096 (idem, p. 497); *Avizela* 1112 (DMP I: 46), 1155 (idem, p. 314); *Vizela* 1258 (PMH Inq. 215 e 684).⁴⁰³

Afluentes da margem esquerda do rio Ave (cf. CMP 1:25 0000, folhas 72 – Cabeceiras de Basto, 71 – São Torcato, Guimarães, 85 – Guimarães, 99 – Felgueiras e 98 – Santo Tirso). Baptista (1874: 41) localiza a sua nascente “a légua e meia ao S. de Rossas, no extinto Couto de Pedraído”; a representação da CMP 1:25000 (folha 72 – Cabeceiras de Basto) localiza a nascente nas imediações do alto de Morgaír, na freguesia de Gontim.

Atestado como *Avicella*, é um derivado de *Ave* mediante morfologia de origem latina. Vasconcelos (1926: 322/323) referiu-se a este nome, explicando-o como um diminutivo. (**Av-ic-ella*), donde evoluíram as formas *Avizela*, no séc. X, e *Avezela*, no séc. XI. Bascuas (2014: 127) considera, porém, que é mais provável que se trate de um diminutivo de um derivado prévio, com a forma **Avica* ou *Auica*, que sobreviveria como *Ouca*, topónimo da freguesia de Ronfe (concelho de Guimarães).⁴⁰⁴ Seja qual for a sua base de formação – *Av-/Avi-* ou *Avic-* –, o hidrotópónimo apresenta o sufixo diminutivo *-ella*, acusando, portanto, a integração e adaptação de um topónimo pré-latino à morfologia latina. De *Avizela* a *Vizela*, a aférese de *a-* será resultado de reanálise, como propõe Moralejo (2009: 59).

⁴⁰³ Consultou-se Machado (2003) para as atestações (ver também Bascuas 2014: 127, que segue Machado), mas estas evidenciavam discrepâncias com as edições referenciadas. Formas, datas e páginas foram corrigidas conforme tais edições. As imprecisões de Machado (2003) parecem com toda a probabilidade dever-se a uma das fontes que consultou, Cortesão (1912).

⁴⁰⁴ Observa Bascuas (2014: 127): «[...] o detalle morfológico está lonxe de ser claro. Son posibles polo menos tres análises distintas. 1) Pódese partir dun derivado **Avica* co mesmo sufixo velar ca *Auca*, sen máis diferenza entre ambas as formas ca a ausencia ou presenza da vogal presufixal, como en *Aunios* / *Aviño* (§31.2, 32.1), **Aulia*, *Oulo* / *Avilio-* (§33.1, 33.3) ou *Ausa* / *Avisus* (§34.1). O diminutivo sería **Avic-ella*, co suf. lat. *-ellus*. 2) É tamén posible un hidrónimo **Avitia* co suf. *-to-* coma o ai. Avatá-ḥ + *-io-*, de onde **Aviti-ella* > *Avizella* co mesmo sufixo diminutivo. 3) Por fin, pode ser un derivado directo do mesmo tema do nome do río Ave, **Avi-cella*, co sufixo latino *-cellus* coma Montecelo ou *Portocelo*. Non é fácil decidirse entre estas tres posibilidades. A máis sinxela é a última, pero, a diferenza de tantos outros diminutivos usados como denominación do curso alto, este designa simplemente un afluente, polo que un se sente inclinado a pensar máis ben nun derivado. Por outra parte, a segunda opción ten o inconveniente de non contar, ao que parece, con paralelos na Península. Por todo isto, a máis probable é sen dúbida a primeira. En tal sentido é do maior interese a presenza de *Ouca* a moi curta distancia en Guimarães, ademais doutro *Ouca* algo máis lonxe en Vagos. A forma intermedia **Avica* parece estar atestada no topónimo Aveco 569. O máis coherente e mellor fundado é, pois, a unidade etimolóxica de *Auca* > *Ouca* > **Avica* > *Avizella*.” A consideración do curso de un río pode non ser constante, pelo que não é de descartar a terceira hipótese que o próprio Bascuas formula, visto que nada confirma mas também nada desmente que o afluente *Vizela* possa já ter sido encarado como o curso alto do actual rio Ave. Além disso, o caso do topónimo *Vouzela* (v.), cuja base de derivação corresponde a *vauc**, ou seja, ao radical da forma **Vauca*, donde provém *Vouga*, é representativo de um afluente, e não do curso superior do rio principal.

4.4. Distrito de Bragança (21 topónimos)

Angueira (rio), Azibo (rio), Baceiro (rio), Bom (rio), Burga (ribeira da), Calabor (rio de), Carvalhais (ribeira de), Douro (rio), Fervença (rio), Fresno (rio), Igrejas (rio), Maçãs (rio), Macedo (rio de), Mau (rio), Mente (rio), Onor (rio de), Rabaçal (rio), Sabor (rio), Trutas (rio de), Tua (rio), Tuela (rio).⁴⁰⁵

4.4.1. Angueira (rio)

De origem provavelmente latino-romance, do nome comum *angueira* ou no de nome de localidade, *Angueira*.

uillam de Angeyra 1258 (PMH Inq: 1279), *villa de Angueyra* 1258 (idem, pp. 1280, 1282) *Sanctus Martinus de Angueyra* 1258 (idem: 1281), *uillam de Anguyra* [sic] 1258 (idem, p. 1283), *Porrochia Sancti Cipriani de Angueyra* 1258 (idem, p. 1283), *villam de Angueyra* 1258 (idem, p. 1284).⁴⁰⁶

Nome de dois afluentes da ribeira de Maçãs, a qual por sua vez desagua no rio Sabor. Baptista (1874: 48) apenas associa este nome ao rio que localiza no território repartido pelos concelhos de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro; trata-se de um afluente da margem esquerda do rio Maçãs (cf. CMP 1:25 000 folha 80 –Algoso, Vimioso). Nasce na província de Zamora, aparentemente na vertente sul da serra de Navallas.⁴⁰⁷ Note-se, contudo, que pode identificar-se uma ribeira com o mesmo nome mais a norte, que desagua na margem direita do rio Maçãs, atravessando as freguesias de Deilão e S. Julião

⁴⁰⁵ Valeria a pena considerar o distrito de Bragança em associação com o norte do distrito da Guarda, dada a afinidade histórica e cultural entre as duas margens do Douro interior, na construção da fronteira com regiões do antigo reino de Leão (Zamora e Salamanca). Não havendo aqui ocasião de explorar essa pista, consulte-se, sobre este assunto Martín Viso, I. “La Formación de la Frontera con Portugal, *Studia Zamorensia*, 2002, pp. 50

⁴⁰⁶ Cortesão (1912: 421) regista *Angueira* e *Villar de Angueira*., atribuindo ambas as formas ao século XIII. A primeira provém dos documentos relativos às inquirições de D. Afonso III e D. Dinis, editados por Alves (1911: 171) e que parecem coincidir as inquirições disponíveis nos PMH Inq.; a segunda encontra-se em Ribeiro (1813: 214), datável entre 1248 e 1249 e descrita como doação da vila de Angueira, na Terra de Miranda por D. Afonso III a D. Telo.

⁴⁰⁷ Observe-se, porém, que, embora se documente o uso da forma *Angueira* em referência ao curso espanhol, quer a CMP 1:25 000, folha 53 – S. Martinho de Angueira (Miranda do Douro) quer o mapa do Instituto Geográfico Nacional de Espanha atribuem o nome de *rivera de Bozas* ao curso do rio em Zamora. A GEPB identifica este nome não só como o do rio em referência como também de duas localidades e duas fontes na região de Vimioso.

de Palácios, no concelho de Bragança. *Angueira* é também o nome de uma freguesia do concelho de Vimioso e faz igualmente parte do nome de uma freguesia de Miranda do Douro, S. Martinho de Angueira. Também conhecidas como *Angueiras* são duas fontes no concelho de Vimioso (GEPB). Assinale-se que, com a mesma forma, existe o lugar de *Angueira*, em Rois (Corunha), na Galiza, e uma forma muito semelhante, *Anguera*, é também nome de rio na Catalunha (Madoz 1846-1850)⁴⁰⁸.

Leite Vasconcelos (Vasconcelos 1900: 63-69) relacionou *Angueira* (que tem as variantes *Engueira* e *Ingueira*), com o radical do latim *anguis* étimo de *enguia* (forma esta que procede de **anguila*, variante do latim hispânico de *anguilla*). O abade de Baçal retomou esta hipótese de Vasconcelos: “[...] vem do latim *anguis*, a cobra, que deu angueira ou engueira e quer dizer: rio das anguias ou enguias” (Alves 2000 X: 88). No entanto, F. M. Alves, o abade ou reitor de Baçal, não deixou de registar propostas alternativas, entre elas: a de *Angueira* vir de *anguelgueira*, sinónimo de *aveleira* em Trás-os-Montes⁴⁰⁹; ou a de se filiar antes em *angueiras*, que o *Elucidário* de Viterbo (Viterbo 1798-1799) define como ‘alquilé, ou aluguel de bestas, ou outros quaisquer animaes de carga, e tiro [...]’. O termo viria do latim *angāria*, ‘uso gratuito de transporte’ (cf. Gaffiot 1934); os dicionários gerais registam, aliás, *angária* como nome comum, com os significados de ‘tarefa, trabalho’, ‘imposto, multa, aluguer, a favor do Estado, que incidia antigamente nas bestas de aluguer’ (Machado 1991^a; cf. também DHLP e DLPPE.⁴¹⁰ Em galego regista-se também *angueira*, com o sentido genérico de ‘trabalho’ (cf. DDLG) e de ‘imposto que incidia sobre animais de carga’. Pode, portanto, supor-se que *Angueira* tenha que ver com esta aceção e seria, portanto, um nome dado em alusão a um lugar onde se mudavam os animais usados para carga ou tiro. Mas não é descabido aceitar que

⁴⁰⁸ O topónimo sob a forma *Angaria* está atestado em documentos galegos de 1175 e 1218, respeitantes à atual Angueira de Castro (Ribasar, Rois, Corunha). Sobre *Anguera*, Bofarull i Terrades (2002: 20) apresenta duas hipóteses: *amnicaria* de *amnis*, ‘rio’, e *angustiae*, ‘congesta’, ‘garganta’.

⁴⁰⁹ Alves (2000 X: 88) observa que “[...] em algumas terras bragançanas dão o nome de *anguelga anguelgueira* à árvore chamada *avelãira* [variante de *aveleira*] e o de *anguelgal* e *anguelgueiral* ao conjunto ou moitas destas plantas, motivo porque supomos que de *anguelgueira* veio *angueira*”, acrescentando que “[e]m Malhadas há um sítio do termo chamado Vale de Ingueira, provável corrupção de Vale de Angueira.”

⁴¹⁰ *Angária*, segundo Machado (1991^a) pode ainda significar ‘muda de gado’ e ‘estação de muda de animais’. Cintra (1984: 171) regista o verbo *angueirar* ou *enguerar*; sobre *angueira*, remete para um estudo de Paulo Merêa (Merêa 1940). As formas *enguera* e *ankera* estão registadas no LHP, como derivadas do latim *angaria* e na aceção de ‘enguera, aquiler de una caballería o produto dejado de rendir por esta mientras estaba en prenda’.

angueira e *angária* tenham tido um uso mais lato, metafórico, quer de forma abstrata (‘trabalho’) quer de modo mais concreto (‘lugar trabalhoso de atravessar ou cultivar’).⁴¹¹

Outra hipótese se coloca por via do hidrónimo catalão *Anguera*, para o qual, embora se tenha também proposto *angaria*, Sifre (2012: 39) sugere uma etimologia alternativa: *Anguera* viria de **ango*, forma não atestada que partilharia a mesma raiz que *angustus*, ‘estreito, apertado’, à qual se teria sufixado *-era*, para marcar a noção de lugar.⁴¹² Talvez o uso metafórico de *angaria* torne desnecessária tal hipótese; de qualquer modo, a génese de *Angueira* poderá ter que ver com a descrição do lugar ou do território nas margens ou nas proximidades do rio em referência. Acresce que, atendendo às atestações de *Angueira* em associação ao termo *vila*, é de supor que o nome do rio se deva à associação a um topónimo preexistente, como *S. Martinho de Angueira* e *Angueira* parecem evidenciar.

4.4.2. Azibo (rio)

Provavelmente de origem latina ou romance, tendo por base um fitónimo cujo radical é o mesmo que ocorre em *azevinho*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem direita do rio Sabor (cf. Baptista 1874: 46/47 e Carta Militar de Portugal 1:25 000, folhas 64 – Vinhais, Macedo de Cavaleiros; 78 – Macedo de Cavaleiros; 92 – Peredo, Macedo de Cavaleiros). Nasce na serra da Nogueira.

Machado (2003) considera tratar-se da conversão da forma galega de **azevo*, forma não atestada, mas pressuposta como base para a formação de *azevinho* (cf. DLPC). Na Galiza, na paróquia de Zanfoga (concelho de Pedrafita do Cebreiro, Lugo) regista-se *Acivo*, relacionável com *acivo*, “variante de *acebo/acivro*, [que] foi no lat. vg. *acifolium* ‘folla da agulla, porque o arbusto tem as follas bordeadas de espiñas’” (Ares Vázquez 2013: 967). Parece, portanto, tratar-se de um hidrotópónimo que, tendo por base um fitónimo, pode ser resultado da conversão de um fitopónimo, muito embora as fontes não o confirmem. Com efeito, a CPM 1:25 000 marca *Azibo* como nome de uma estação dos

⁴¹¹ *Angueira* é também apelido usado na Galiza (cf. CAG).

⁴¹² A respeito do topónimo catalão *Anguera*, Sifre (2012) desenvolve uma argumentação que, depois de uma revisão da literatura, procura alguma congruência entre a semântica nominal e a realidade extralinguística (a configuração do terreno). O autor considera que a geografia da região torna plausível a relação de *Anguera* com a raiz do latim *angustus*.

caminhos de ferro, nas margens do rio Azibo; esta estação pode dever o seu nome ao rio, mas tal não exclui que já preexistisse como nome de lugar e, assim, o seu uso preceda o do hidrotopónimo. O caso galego de *Acibo*, que é nome de lugar, permite reforçar tal hipótese.⁴¹³

4.4.3. Baceiro (rio)

De um item hoje desaparecido do léxico comum português, mas do património latino-romance ou galego-português.

Villar de Baceiro (PMH Inq.: 1329; cf. também Alves 2000 III: 395).⁴¹⁴

Afluente da margem esquerda do rio Tuela. Baptista (1874: 51) localiza-lhe a nascente na Galiza, mas esta na realidade encontra-se no noroeste da província de Zamora, na serra da Gamoneda (ou Gamoeda,⁴¹⁵ ou ainda, em castelhano, *sierra de la Gamoneda*). Acresce que no lado espanhol, o rio é conhecido como *río Gamoneda* ou *río de la Gamoneda* (cf. SIGNA). Nas margens do rio em apreço, o CIGeoE-SIG e o RTP localizam o topónimo *Vale Baceiro*.

Machado (2003) regista este nome em Braga e, como hidrónimo, em Bragança, além de o identificar na província de Pontevedra, na Galiza,⁴¹⁶ e, sob a forma de plural, em Amarante, Fafe, Guimarães e Vila Verde. Machado menciona (sem defender) a hipótese de se tratar de derivado de um arcaísmo não atestado, **baço*. Fernandes (1999) reitera a

⁴¹³ O CIGeoE-SIG permite identificar, muito perto de Vale da Porca (concelho de Macedo de Cavaleiros), um lugar denominado *Azibo*, mas trata-se de uma estação de caminho de ferro, o que leva a crer que tenha sido o rio a emprestar-lhe o nome (ver também Costa 1929-1949). Alves (2000 X: 93), por seu lado, regista *Azibeiro* e *Azibo*, relacionando estas formas com outras também fitónimos: *azevre*, *azero*, *azeiro*, *azereiro* *bravo*. Refira-se que o radical de *azib-* ou *aziv-* encontra na toponímia a norte do Mondego, sempre com ligação à fitonímia cf. RTP, CMP 1:25 000 e CIGeoE-SIG: *Azibeiro* (Castro Daire e Macedo de Cavaleiros), *Aziboso* (Castro Daire e Cinfães), *Aziveiro* (Vila Nova de Famalicão). A toponímia guarda também formas com a variante *azeb-* e *azev-*: *Azebeiro* (Viseu), *Azeveiro* (Castro Daire e Terras de Bouro), *Azeveda* (Braga e Vila real) e os muitos *Azevedos* especialmente concentraos no Entre-Douro-e-Minho. Na Galiza, regista-se *Acibeiro* (aparentemente, com fricativa interdental surda) nas quatro províncias galegas, bem como *Aceveda*, *Acebedo*, *Acevido* e *Acivedo* (cf. *Nomenclátor de Galicia*; sobre o radical em *acivr-/acevr-*, ver também Navaza 2006: 35-41).

⁴¹⁴ Cortesão (1912) regista *Baceiro*, atestado em documento de 1258 (PMH Inq: 435). Trata-se, porém, de um lugar no antigo concelho de Larim (em 1258, Lalim – cf. PMH Inq.: 433), área hoje pertencente ao concelho de Vila Verde (Braga).

⁴¹⁵ Alves (2000 X: 213) regista *Gamoeda* como nome de uma serra que não localiza, mas que deve ser aquela a que se faz aqui referência.

⁴¹⁶ Cabe, mesmo assim, destacar que *Baceiro* é também o nome de duas localidades de Pontevedra (no concelho de Portas, paróquia de Lantaño, e no concelho de Tomiño, paróquia de Amorín).

relação deste hidrónimo com um hipotético nome comum, **baço* do latim *bateu-*, ‘sarçal’. No entanto, observe-se que não é possível atestar a forma latina **bateu-* (cf. Gaffiot 1934, Du Cange 1883-1887, Meyer-Lübke 1911).⁴¹⁷ De qualquer modo, parece que o rio em referência deve o nome por associação a um espaço natural, provavelmente referente a uma espécie vegetal, tendo em conta que outras ocorrências de *Baceiro* denominam lugares, e não rios nem outras formas de acumulação de água. Note-se, porém, que é incerto que o topónimo *Vale Baceiro* (freguesia de Soeira, concelho de Vinhais; cf. RTP e CMP 1:25 000, folha 24 – Vila Verde, Vinhas) seja anterior ao hidrotopónimo *Baceiro*, porque este pode ter servido de determinativo ao aludido vale.⁴¹⁸

4.4.4. Bom (rio)

Do léxico comum desde o período latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Tuela (cf. CMP 1:25 000, folha 36 – Rebordelo, Vinhais). O hidrónimo é comum em Portugal e na Galiza.

Hidrónimo composto – *rio Bom* – com origem na associação ao adjetivo *bom* (ver etimologia na secção 4.1.10), ou nas suas formas anteriores desde o período latino-romance.⁴¹⁹ É provável que tenha origem na descrição da qualidade das águas do próprio rio, não se encontrando elementos na bibliografia consultada que contrariem esta relação.

⁴¹⁷ Poder-se-ia querer relacionar **baço* a *baço*¹, ‘órgão situado no hipocôndrio esquerdo’ (cf. DLPPE), ou a *baço*², ‘a que falta brilho’ (DHLP), ‘embaciado, trigueiro’ (DLPPE). No primeiro caso, a etimologia não é clara: Piel terá proposto o grego ἡπάτιον (diminutivo de ἥπαρ, ‘figado’), mas Coromines contestou tal hipótese, por falta de suporte documental (cf. DCECH, s. v. *bazo II*; ver também DHLP s.v. *baço*¹; além disso, como observou Fernandes (1999 s.v. *Baço*), afigura-se remota a probabilidade de um rio ou qualquer lugar tomar o nome de órgão humano. Menos implausível, no entanto, será a relação com *baço*², porque o seu uso adjetival é congruente com o uso onomástico, como acontece com casos de *rio Bom* ou *rio Mau*.

⁴¹⁸ Observe-se que o rio serviu também para delimitação da comarca medieval de Trás Baceiro, conforme indica o Abade de Baçal apoiando-se num documento de 1416 (Alves 2000 I: 41). É, pois, de concluir que foi como hidrónimo que a forma em questão veio depois a ser aplicada a esta e outras entidades geográfico-administrativas. Refira-se que Alves (2000 X: 181) regista *Baceiro*, mas sem lhe juntar comentário etimológico.

⁴¹⁹ Ver *rio Bom* nos distritos de Viseu e Aveiro. Em relação aos rios galegos é frequente a forma *Riobó*. Bascuas (2002: 157) considera que o hidrónimo tem origem em *riuus bonus*, “[...] que pervive em numerosos *Riobó*, y com reducción de *Riuus* a *Ri-* ou *Re* [...]”. Bascuas (2006: 130) observa que o hidrónimo existe como composto em que o primeiro constituinte pode alterar-se: *Rio-bó/Ri-bó*, à semelhança de *Rio-covo/Ri-covo*.

No entanto, a falta de atestações não permite datar o hidrónimo, que pode ter-se fixado tanto no período latino-romance como mais tardiamente.

4.4.5. Burga (ribeira da)

Origem obscura. Talvez de um radical *burg-* (cf. *burga* ‘fonte de água quente’ e *burgau* ‘pedra, cascalho’).

villar qui uocatur Burgaa 1258 (PMH Inq.: 1307/1308).⁴²⁰

Afluente da ribeira de Vilarça. curso de água que desagua na margem direita do rio Sabor (CMP 1:25 000, folha 91 – Frechas, Mirandela). A aldeia da Burga, no concelho de Macedo de Cavaleiros, encontra-se no trecho superior deste rio.

Machado (2003) remete para a GEPB, que interpreta *Burga* como um antigo *Burgala*, forma que pode ir ao encontro atestada, *Burgaa*, se esta for realmente o resultado da síncope de [l] intervocálico. É igualmente de considerar a relação com o nome comum galego *burga* ‘fonte de água quente’ (cf. DEE, DDLG).⁴²¹ Rivas Quintas (1994: 163/164) propõe relacionar o radical do galego *burga* com outros topónimos que encerrarão um radical *bor-* (por exemplo, *Borbote* e *Borbén*, em Pontevedra); todos eles se relacionariam com as raízes indo-europeias *bheorg-*, *bheoerb*, *borb-*, *bheorm-*, *borm-*. Bascuas (2014: 33), excluindo a relação com *burgar*, ‘cavar terra’, verbo documentado nos dialetos de Entre-Douro-e-Minho, analisa *burga* como formação com a raiz **bher-*, ‘ferver’, e o alongamento em *-g-*, “cunha evolución fonética que pode representarse así: **bh^or^oHwg-a* > **bhurug-a* > **būrg-a* > *burga*“. Fernandes (1999) defende que o radical *burg-* se encontre também em *burgau*, ‘calhau’ e que, portanto, não tenha que ver com um

⁴²⁰ Cf. também Alves (2000 III: 347 e 350). Cortesão (1912) regista as formas *Burgala* (PMH Dipl.: 564) e *Burgana* (PMH Inq.: 576). A primeira, *Burgala*, atesta-se numa carta talvez do século XI, incluída no chamado *Livro de D. Mumadona* (PMH Dipl.: 562), e diz respeito à freguesia de Briteiros-Santa Leocádia, que já se chamou Santa Leocádia de Palmeira (cf. *A Nossa Terra – Minho e mil sugestões*, disponível em http://www.anossaterra.pt/?co=5612&tp=15&ct=0&cop=6&LG=0&mop=5668&it=pagina_e, consultado em 10/01/2017). *Burgana* atesta-se nas Inquirições Gerais de Afonso III, em referência a um lugar hoje ao que parece esquecido mas localizável na atual freguesia de Rebordos, no concelho de Paredes, no distrito do Porto. Com a característica síncope de *-l-* e *-n-* intervocálicos, seria de esperar que *Burgala* correspondesse hoje a **Burgá*, por **Burgaa*, e *Burgana*, a *Burgã*, por **Burgãa*. As fontes consultadas não confirmam a existência de tais topónimos na atualidade.

⁴²¹ *Burga* tem também entrada no DCECH, cujos autores (Coromines e Pascual 2012) observam que “en realidad es una palabra gallega y no propriamente castellana, pues las tres autoridades que pueden citarse, Ambrosio de Morales, Covarr[ubias] y el diccionario académico de 1726, sólo se refieren a las Burgas de Orense”; e aceitam, sem muita assertividade, a origem onomatopaica de *burga*, talvez de **gurga*, imitativa das águas que brotam ou jorram. Não foi possível atestar *burga* nos dicionários gerais ou específicos portugueses.

aglomerado populacional, mas, sim, com a noção de ‘pedra’. Em suma, se *Burga* se relaciona com um item lexical comum, este terá a dificuldade de ter um radical de significação obscura, que entra em homonímia com outros, de difícil destrição; além disso, parece que *burga* (‘fonte de água quente’) não terá tido uso abundante no conjunto do território português. De qualquer modo, o hidrotópónimo parece ter sido motivado pela microtoponímia preexistente ou por simples designação pontual que apenas se fixou como hidrotópónimo.

4.4.6. Calabor (rio de)

Origem obscura, provavelmente pré-romana.

Sem atestações nas fontes consultadas.⁴²²

A carta representa o rio na sua entrada em Portugal ainda com o nome *rio de Calabor* mas a este sucede o de *rio de Aveleda*, nas imediações da localidade homónima (CMP 1:25 000, folha 12 – Rio de Onor, Bragança). Este curso de água adquire depois o nome de *ribeira de Baçal*, provavelmente tomando o nome da povoação assim chamada, que se encontra nas suas margens, para finalmente desaguar no rio Sabor.⁴²³

Hidróónimo que parece dever-se à localidade espanhola de Calabor (província de Zamora), a poucos quilómetros da fronteira portuguesa. Trata-se de um topónimo opaco, que as fontes consultadas não relacionam com nenhum item do léxico comum da região (conhecida pela interseção dos domínios linguísticos galego-português, leonês e

⁴²² As fontes portuguesas consultadas não atestam o topónimo *Calabor*, embora haja naturalmente fontes espanholas que o mencionam. Data de 1145 uma carta em que Afonso VII de Leão doa a Ponce Rodríguez de Sanabria um “villarem desertum nomine Calabor inter Senavriem et Breganciam situm” (doc. 17, tomo de San Martín de Castañeda, editado por A. Rodríguez González 1973. *El tomo de San Martín de Castañeda*, León, apud Martín Viso (2002: 64).

⁴²³ Falando do *angaranho*, denominação popular de doença infantil não especificada, Alves (2000 IX: 99) refere um rio a que chama *Pepim* e que se identifica com o que aqui é discutido sob o nome Calabor: “O rio Pepim nasce em Espanha, na vertente este da serra de Montesinho, divide ao meio a povoação de Aveleda, banha o termo de Baçal e entra no Sabor no sítio chamado Trambe-las-águas (Entre ambas as águas), termo de Oleirinhos, freguesia de Meixedo. No ponto da junção, a água tem virtude contra o *angaranho* e lá vão banhar as crianças” (idem, p. 103). Esta observação é reiterada em Alves (2000 X: 142). Trata-se, portanto, de um caso de múltipla denominação da mesma entidade geográfica. Ainda segundo Alves (idem, p. 235/236), *Pepim* é nome de um sítio junto de onde este afluente desagua no Sabor; anote-se que *Pepim* é topónimo que ocorre quer em Portugal (distritos de Braga, Porto e Viseu), quer na Galiza (províncias da Corunha, Lugo e Ourense), e terá evoluído de *Peppini*, genitivo do antropónimo *Peppinus* (Machado 2003). Alves (2000 X: 142) não descarta que o nome provenha do hipocorístico *Pepe*, com o sufixo de diminutivo *-im*, equivalente a *-inho*.

castelhano), mas antes com a onomástica pré-romana. do oeste peninsular. Propõe-se filiar *Calabor* a *Calapacios Maiores*, nome registado no Paroquial Suévico (*Divisio Theodomiri*),⁴²⁴ que seria o resultado da transposição de um nome étnico, à semelhança de outros listados na referida fonte. Fernandes (1997: 15) contesta tal hipótese, argumentando que *Calapacios* será erro de leitura de Pierre David na edição que este fez do Paroquial Suevo; estará por *Calapacias*, que, segundo Fernandes, apoiado num estudo de Pina Manique de Albuquerque, corresponderia hoje a *Carpazas*, no concelho galego de Bande (sul da província de Ourense, não longe da raia). Contudo, tudo indica um equívoco dos estudiosos portugueses, quando a consulta do *Nomenclátor de Galicia* evidencia que o nome da localidade galega é *Carpazás*, e não *Carpazas*; sendo assim, considerando que *Carpazás* deriva provavelmente não de um etnónimo mas, sim, do fitónimo *carpaza* ou *carpazo* (“denominacións xenéricas para varias espécies botánicas, principalmente da família das cistáceas e as ericáceas”, Navaza 2006: 165).⁴²⁵ De qualquer modo, tenha o nome em discussão a forma *Calapacios* ou *Calapacias*, não será implausível distinguir a raiz pré-romana *cala-* que se encontra em *Portucale* ou *Calabria*; por outro lado, a terminação *-or* de *Calabor* sugere alguma conexão com *Onor*, em *Rio de Onor*, e *Sabor*. Mas, para se achar alguma relação com *Calapacios/Calapacias*, seria ainda necessário enquadrar melhor a sequência *Calapaci-* ou *Calapac-* (*-os* ou *-ios* seriam marca da sua latinização morfológica), em especial a sequência *-paci-*, que as fontes consultadas e os dados disponíveis não permitem analisar nem esclarecer. Trata-se, em suma, de um hidrotopónimo ou topónimo de origem obscura, cuja configuração parece datável de estratos linguísticos anteriores à latinização do norte do distrito de Bragança e do noroeste da província de Zamora.

4.4.7. Carvalhais (ribeira de)

⁴²⁴ Refere Alarcão (2000: 65): “O Parochiale suévico é um texto do século VI, redigido entre 572 e 582, que regista as dioceses do reino suévico e, dentro destas, as respectivas paróquias e os *pagi*.” Ver a edição de David (1965) e estudo toponímico de Fernandes (1997).

⁴²⁵ A dicionarística galega regista *carpaza* e *carpazo* e atribui-lhe vários sinónimos: *carrasca*, *carrasco*, *carroucha*, *cubilón*, *foupa*, *queiroa*, *queiroga*, *queirota*, *queiruga* (DRAG; ver também DEE e DDLG). Também acolhem o abundancial ou coletivo *carpazal*. No português, os dicionários gerais parecem desconhecer forma semelhante, mas atesta-se o uso de *carpaça*, ‘certa herva dos montes da Gavieira’, no concelho de Arcos de Valdevez, nas primeiras décadas do século XX (Alves 1916: 206). Registe-se ainda a atribuição de Fernandes (1997: 15): “A identificação de Calapacias (e não Calapacios, como traz P. David, ob. cit., p. 40) pertence ao Eng.º Pina Manique e Albuquerque, no Boletim da Casa Regional da Beira-Douro, III, nº 3, pp. 70-71: Carpazas, junto de Bande.” Observe-se que tal identificação deve estar incorreta, porque, se a povoação galega se chama *Carpazás*, e não *Carpazas*, a relação etimológica com *Calapacias* fica em causa pelo contraste entre a forma galega e o topónimo latino quanto à colocação do acento tónico.

Do nome comum *carvalhal*, talvez mediante um topónimo preexistente.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Tua (CMP 1:25 000, folha 77 – Cortiços, Macedo de Cavaleiros). Próximo da sua foz, passa pela localidade de Carvalhais (cf. *ibidem*).

Não se encontram elementos na bibliografia que contrariem a origem mais plausível: o hidrónimo parece dever-se à alusão à localidade de Carvalhais. O nome comum *carvalhal* é um derivado de *carvalho*, denominação que faz parte do léxico comum de origem pré-romana e que denomina uma árvore bem conhecida na região.⁴²⁶

4.4.8. Douro (rio)

De origem pré-latina, provavelmente indo-europeia, embora haja dúvidas quanto à sua celticidade.

Dorio 897, 987, 1019 (PMH Dipl: 8, 96, 150); *Duiru* 964 (PMH Dipl 54), 995? (*idem*: 108), 1169 (DMP I: 397); *Durio* 1101, [1120-1122] 1132, 1141 (DMP III: 3, 64, 133, 148, 231); *Durom* 1155-1157 (*idem* I. 312); *Doiro*, *Doyro* 1050 (PMH Dipl. 230), 1116 (DMP I: 57), CBN n.º[903], v. 22 e Cantigas de Santa Maria, n.ºs 245 e 267.

Nasce nos Picos de Urbién, que fazem parte da parte norte do Sistema Ibérico. Percorre depois toda a Meseta Norte até atravessar a região sul do maciço granítico em que assentam os territórios do Norte de Portugal, a Galiza e parte noroeste de Leão. Define a fronteira entre Bragança e as províncias de Zamora e Salamanca, até percorrer território inteiramente português pouco antes de Barca de Alva e desaguar no Atlântico (CMP 1:25 000, folhas 67-A – Paradela Leste, Miranda do Douro, 67 – Paradela, Miranda do Douro, 81 – Miranda do Douro, 95 – Vila Chã de Braciosa, Miranda do Douro, 108-A – Vila Chã de Braciosa-Sul, Miranda do Douro, 108 – Bemposta, Mogadouro, 121 – Peredo da Bemposta, Mogadouro, 120 – Lagoaça, Freixo de Espada à Cinta, 132 – Fornos, Freixo de Espada à Cinta, 142-A – Freixo de Espada à Cinta, 142 – Freixo de Espada à Cinta, 141 – Vila Nova de Foz Coa, 130 – Torre de Moncorvo, . 129 – Seixo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães, 128 – São João da Pesqueira, 116 – Alijó, 127 – Tabuaço,

⁴²⁶ Aceita-se atualmente que seja um derivado de *carba* ‘matagal espesso’ por sufixação de **-aliu* (Navaza 2006: 148 e 150, baseando-se no DCECH e em Rivas Quintas 1982: 156).

126 – Peso da Régua, 125 – Baião, 136 – Cinfães, 135 – Castelo de Paiva, 134 – Foz do Sousa, Gondomar, 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia, 122 – Porto).

Nome amplamente atestado nas fontes da Antiguidade. Machado (2003) refere a conhecida hipótese de *Douro* e o seu cognato *Duero* terem origem céltica, tendo em conta o paralelo morfológico e semântico com o galês *dŵr* e o bretão *dour*, palavras cognatas que significam ‘água’. Não obstante esta hipótese, como Guerra (1998: 431) aponta, Tovar atribui-lhe origem pré-céltica, pondo-o em paralelo com hidrónimos antigos como *Duria* (atual Mühlbach, afluente do Danúbio) e Δούρ (Irlanda). Albertos (1966: 110 e 271) considera que se relaciona o grego θέο e o sânscrito *dhávate*, ‘flui’, *dhautih*, ‘fonte’, do radical indo-europeu **dheu*, ‘correr, fluir’ (idem). Moralejo (2009: 63) relaciona-o com esta mesma pela forma **dhu-r-io-* ‘corrente’, mas não descarta uma raiz pré-indo-europeia – **dura/duria*. Contudo, parece grande a probabilidade de este nome ter origem céltica, ou pelo menos transmissão céltica, até por se tratar de um hidrónimo que, no contexto da história linguística do território atualmente português, é possível que tenha sido trazido pela própria administração romana e não tenha tido antes uso efetivo entre as populações ribeirinhas. O facto de *Durius* designar um rio que nasce em plena região celtibérica favorece a hipótese da sua origem céltica.

4.4.9. Fervença (rio)

Do léxico comum *fervença*, ‘queda de água’ e ‘grande agitação’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Sabor (CMP 1:25 000, folha 38 – Bragança).⁴²⁷ Com nome semelhante, regista-se um outro rio no distrito de Viana do Castelo (cf. Fervença, rio da, secção 4.16.19).

⁴²⁷ As atestações mencionadas por Machado (2003) referem-se a lugares do Entre-Douro-e-Minho: *Feruena* 998? (PMHP Dipl: 111), relativa a um lugar não identificado no território portugalense; *Fervencia*, 1220 (PMH Inq.: 13), na atual freguesia de Fermentões, no concelho de Guimarães; *Fervenza* idem, p. 196) e 1258 (idem, p. 632), correspondente à atual freguesia de Fervença no concelho de Celorico de Basto.

Hidrónimo que corresponde ao nome comum *fervença* ‘grande agitação, alvoroço’ (DHLP) – um derivado de *ferver*, do latim *fervēre* (cf. DCECH) –,⁴²⁸ o qual denota também, segundo Machado (2003), a “agitação de cursos de água locais, a fonte em borbotões ou mesmo termal, olho ou bolhão” (ver também Piel 1947: 333 e Vasconcelos 1917: 38, n. 1 e 1931: 14). Nas fontes consultadas não foi possível achar localidade cujo nome se perfilasse como origem deste hidrotopónimo. De qualquer modo, *Fervença* será resultado da transposição da designação pontual ou de um uso toponímico já fixado de uma característica física das águas e do curso fluviais.⁴²⁹ O hidrotopónimo terá, portanto, carácter associativo, pela alusão a uma fervença hoje não identificável.

4.4.10. Fresno (rio)⁴³⁰

Da forma asturo-leonesa *fresno* (na atualidade, *frezno* em mirandês), ‘freixo’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas⁴³¹.

Afluentes da margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folha 67 – Paradela, Miranda do Douro, 81 – Miranda do Douro), nasce nas imediações de Constantim (norte do concelho de Miranda do Douro; cf. representação da CMP 1:25 000 e Costa 1929-1929).⁴³² Fresno é também um lugar que o RTP regista e que a CMP 1:25 000 marca nos arredores de Miranda do Douro.

⁴²⁸ No português padrão, *fervença* ou *fervência* parecem hoje obsoletos, conforme indica o DHLP, mas a ocorrência de topónimos com a forma *Fervença* em Portugal e *Fervenza* na Galiza deixam supor que o vocábulo teve certo uso como item da “nomenclatura hidronímica galego-portuguesa (cf. Piel 1947).

⁴²⁹ Alves (2000 X: 115) observa, em estilo pitoresco, que “o nome [do rio que banha bragança] deriva, como lembra Vasconcelos [1917: 38, n. 1] do escarcéu das águas em alguma cachoeira e da fumarada que então levantam, semelhando o vapor da água a ferver”.

⁴³⁰ Nas Memórias Paroquiais de 1758, o memorialista de Malhadas (Oliveira 2006: 262) classifica o Fresno como *ribeira* e *ribeiro*.

⁴³¹ As atestações reunidas por Machado (2003) – *Fresno* 1152 (PMH Leges: 379), *Fresno*, *Freseno*, *Frexeno* 1155-1157 (309, 310, 311, 312, 313) – são todas relativas a Freixo de Espada-à-Cinta, no sul do distrito de Bragança.

⁴³² Costa (1929-1949 s.v. *Fresno*) comete o lapso de confundir a freguesia de Constantim, no concelho de Vila Real, com a freguesia mirandesa de Constantim, mas a intenção só pode ser referir esta última, visto, no artigo respetivo, também serem mencionadas povoações mirandesas, incluindo Miranda do Douro. Baptista (1874: 45) afirma que a nascente do Fresno se encontra em Fonte de Malhadas – que atualmente deve corresponder a Malhadas –, mas trata-se de informação não confirmada pela CMP 1:25 000 (folha 67 – Paradela, Miranda do Douro), que representa o rio Fresno com nascente um pouco a norte de Constantim e marca um curso de água chamado *ribeira das Malhadas*, como subafluente do rio Fresno. Note-se, porém, que Alves (2000 X: 211) considera-o “ribeiro que nasce na freguesia de Malhadas e desagua no Douro”.

Machado (2003) regista *Fresno* como nome de “rio de Trás-os-Montes”. Vasconcelos (1932: 307) equivocava-se certamente quando punha o Fresno entre “alguns rios nossos, que nascem na Hespanha, trouxeram para cá os seus nomes na forma hespanhola”, porque este afluente nasce em território português, ainda que na região mirandesa. E não se trata de hidrotópónimo de forma espanhola, mas, sim, leonesa, na sua variedade mirandesa. Na realidade, percorrendo, da nascente à foz, o território de língua mirandesa, compreende-se a relação com *fresno*, ‘freixo’, um fitónimo leonês (em castelhano, com a mesma forma), hoje *frezno* em mirandês.⁴³³ A sua génese mais plausível está, portanto, no uso de um item do léxico comum, transmitido patrimonialmente pelo leonês da região, na designação ocasional de um ponto no espaço circundante, para mais tarde se fixar como topónimo, sempre em meio linguístico asturo-leonês. Observe-se que o CIGeo-SIG identifica *Fresno* como nome de uma pequena área a norte da cidade de Miranda (a CMP 1:25 000 não a marca), o que torna mais provável que o hidrónimo se deva à pré-existência desse topónimo.

4.4.11. Igrejas (rio ou ribeira das)

Do léxico comum *igreja*, no plural.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nasce nas imediações de Santa Cruz de Abranes (noroeste da província de Zamora) e desagua no rio Sabor, não longe da cidade de Bragança (CMP 1:25 000, folhas 12 – Rio de Onor, Bragança, 25 – Aveleda, Bragança, 38 – Bragança).⁴³⁴ Em Espanha, é denominado *arroyo del Sil*, o qual parece resultar da confluência do *arroyo de las Pilas* e do *arroyo de la Ribera* (cf. SIGNA).

⁴³³ O latim *fraxīnu* tem como resultados, no diassistema dialetal galego-português, a forma *freixo*, pela forma intermédia *freixão*, com síncope de *-n-*, enquanto, no diassistema asturo-leonês (ao qual pertence o mirandês) bem como no castelhano, as formas existentes sincoparam *-i-* e conservaram o *-n-* intervocálico: *fresnu* (asturiano – cf. DLA 2015), *frezno* (mirandês – cf. DLM 2008), *fresno* (castelhano – cf. DRAE).

⁴³⁴ Baptista (1874: 47) regista este rio com a forma *ribeira da Egreja*, dizendo que este rio nasce na Galiza, ao que parece, por imprecisão, porque a região onde se encontra a nascente, na paróquia de Santa Cruz de Abranes já figura como paróquia da província de Valladolid e do partido da Puebla de Sanabria em 1789, no Nomenclátor do Marquês de Floridablanca. No entanto, numa perspetiva portuguesa, é possível que a falta de conhecimento sobre os limites exatos entre a Galiza e a província de Zamora tenham levado o autor português a fazer essa localização hoje errónea.

Hidrótopónimo que parece dever-se a um lugar denominado *Igrejas*, que não é possível identificar ou localizar nas fontes consultadas. Baptista (1974: 47) regista este rio sob a denominação *ribeira da Igreja*. Como nome comum, *igreja* evoluiu, por via semiculta, do latim vulgar *eclesiā*, do lat. *ecclēsīa* ‘reunião do povo’, ‘assembleia dos primeiros cristãos para celebrar o culto’, ‘lugar onde se celebrava o culto’; este termo surgiu por empréstimo do grego, de ἐκκλησία ‘reunião, assembleia convocada’, palavra, por sua vez, derivada de ἐκκαλεῖν ‘convocar’” (cf. DHLP e DCECH s. v. *iglesia*) Não é de excluir a possibilidade de o hidrotopónimo se ter formado por associação à simples designação de uma ou mais construções com função religiosa, designação que se encontraria fixada como denominação toponímica.

4.4.12. Maçãs (rio)

Talvez de *maçã*, mas não se exclui uma origem obscura.

rio de Maçaãs 1187 (*O Instituto* t. 56, p. 200),⁴³⁵ *Rivulo de Masanas* 1258 (PMH Inq.: 1285, 1286, 1288, 1330, 1334, 1337).⁴³⁶

Rio que nasce na província de Zamora (ao contrário da informação de Baptista 1874: 47/48, que lhe localiza a nascente na Galiza), na vertente sul da serra da Culebra. Separa o distrito de Bragança da província espanhola de Zamora, para depois correr em território português, no concelho de Vimioso. É um afluente da margem esquerda do rio Sabor (CMP 1:25 000, folhas 93 – Lagoa, Macedo de Cavaleiros, 79 – Morais. Macedo de Cavaleiros, 80 – Algosos, Vimioso, 66 – Vimioso, 52 – Avelanoso, Vimioso, 39 – Quintanilha, Bragança, 26 – Deilão, Bragança, 13 – Guadramil, Bragança). A forma

⁴³⁵ Regista-se *flumen Maçanae* 1145, em documento editado em *O Instituto* t. 56, p. 199. A edição parece ser de uma cópia ou de uma falsificação, porque as sequências em português medieval parecem improváveis em documentos das datas indicadas, 1145 e 1187.

⁴³⁶ A grafia *Masanas* pode surpreender, porque, marcando geralmente o <s> uma fricativa apical não vozeada, seria antes de esperar *Mazanas* ou, quando muito, *Maçanas*, com <z> ou <ç> a marcarem uma antiga africada não vozeada ou uma fricativa pré-dorsal, que a linguística histórica costuma associar ao grafema <ç> em *Maçãs*. Não foi possível determinar se a grafia em causa provém das fontes primárias ou se existe erro da própria transcrição dos PMH Inq., não obstante esta edição incluir *Mazaas* (1258 PMH Inq: 1030) nas inquirições da Terceira Alçada na região de Lamego (ver também Fernandes 1999, s.v. *Maçã*)- O facto de o rio ter o nome de *Manzanas* em castelhano apoia a atual grafia com <ç> de *Maçãs*. Refira-se outra atestação com <z>, a do topónimo *Lapa de Mazanas*, assinalado por Machado (2003 s.v. *Maçãs*) com remissão para Baião (1911: 90); trata-se de um lugar já mais bastante a sul, na região de Ferreira do Zêzere (cf. Livro II das Inquirições de Afonso II, fol. 123, transcrição de Baião, op. cit.), e nem por isso sugere a convergência das duas fricativas que mais tarde se operou na maior parte dos dialetos portugueses.

Maçãs, sozinha ou em locução toponímica, também ocorre como topónimo Penela (Terra de Maçãs), Portalegre (Tapada das Maçãs) nos concelhos de Águeda (lugar de Rio de Maçãs, freguesia de Préstimo), Alvaiázere, Bragança (lugar de Maças, freguesia de Parâmio), Beja (Monte das Maçãs), Cabeceiras de Basto (Campos de Maçãs) Lamego, Pombal, Mogadouro (um regato assim chamado), Sintra (praia das Maçãs e Rio das Maçãs) e Tomar/Torres Novas (Chão de Maças e ribeira de Chão de Maçãs), Tondela (Casal de Maçãs), Viseu (Sanguinhedo de Maçãs) — cf. Machado 2003 e CIGeoE-SIG.⁴³⁷ A forma *Maçãs* ou *Manzanas* é atribuída por Machado (2003) – como antes também Alves (2000 X: 127) – à conversão em topónimo do plural do nome comum *maçã* (e, embora não o explicita, depreende-se que de *manzana*, no caso da forma castelhana). Todavia, Fernandes (1999, s.v. *Maçã*) contesta que se trate de um fitónimo, postulando que o radical *maçan-* deriva da raiz *maç-*, relacionável com o latim *mattea* ou **matteu*, ‘penedal’. No entanto, nas fontes disponibilizadas para este estudo não se encontra registo das referidas formas latinas (cf. Gaffiot 1934 e Lewis e Short 1878, que registam *mattea*, mas na aceção de “especialidade gastronómica”).

Refira-se que *manzana* significa em castelhano ‘espaço urbano, edificado ou destinado à edificação, geralmente quadrangular, delimitado por ruas por todos os lados’, o que, associado ao facto deste nome se aplicar a um rio e a duas aldeias fronteiriças (*rio Manzanas*, *Riomanzanas* e *Vilarino de Manzanas*, na chamada *Tierra de Aliste*, na província de Zamora), poderia sugerir que a origem castelhana ou leonesa do hidrónimo/topónimo. Contudo, o uso de *manzana*, na referida aceção, talvez ligado a *maçon* ou *maison*, está atestado muito mais tarde, no século XVII; além disso, não se regista como leonesismo suscetível de perdurar nesta parte da tradicional Terra de Aliste.

Em suma, é duvidosa a relação de *Maçãs* com o nome comum *maçã*.⁴³⁸

4.4.13. Macedo (rio de)

Do fitónimo *macedo* ‘lugar onde existem maçãs’, talvez do período latino-romance ou já galego-português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁴³⁷ Machado 2003 refere a ocorrência do topónimo na Póvoa de Lanhoso, mas, em relação aos distritos minhotos, o CIGeoE-SIG só regista Campo de Maçãs, na freguesia de Bucos, no concelho de Cabeceiras de Basto.

⁴³⁸ Sugere-me a Professora Ana Isabel Boullón Agrelo (comunicação pessoal, na sequência da prova de defesa deste trabalho) que a motivação se torna mais clara se for um plural de *maçâl* < *mattianale*. Fica o registo desta possibilidade, que não se atesta nas fontes consultadas, muito embora se encontre, sem nasalidade vocálica, a forma *Maçal*, no concelho de Celorico da Beira (cf. RTP e CIGeoE-SIG).

Afluentes da margem esquerda do rio Tuela (cf. CMP 1:25 000, folhas 49 – Torre de Dona Chama, Mirandela e 63 – Mascarenhas, Mirandela). O rio em referência é também conhecido como ribeira de S. Cibrão no seu curso superior.

O hidrónimo parece dever-se à transposição de um topónimo preexistente, *Macedo*, do coletivo *macedo* ‘lugar onde existem macieiras’, um derivado direto de *maçã* ou da forma **mattianetu*, esta, por sua vez, de **mattiana*. Fernandes (1999) adverte para a possibilidade de outra derivação: de um radical *maç-*, relativo à noção de ‘pedra’ ou ‘penedal’.

4.4.14. Mau (rio)

Do adjetivo *mau*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem esquerda do rio Rabaçal, o qual, por seu turno, desagua na margem direita do rio Tuela (CMP 1:25 000, folha 10 – Moimenta, Vinhais e 23 – Vinhais).

Provavelmente um hidrónimo de carácter descritivo, formado por um item do léxico comum, *mau* (do latim vulgar *malu*; cf. rio Mau na secção 4.1.33). Apesar de a forma *Mau* ocultar, por vezes, uma origem provavelmente pré-romana, enquadrável na hidronímia do chamado europeu antigo (cf. o caso galego de *Riomaio*, que a documentação medieval atesta como *rivulo Humano*),⁴³⁹ as escassas informações sobre este curso de água não apontam para tal hipótese.

4.4.15. Mente (rio)

Origem obscura, talvez pré-latina.

Ponte do Mente, 1258 (PMH Inq.: 1270), *Ponte de Damente* 1258 (idem, p. 1344 e 1347)

⁴³⁹ Sobre a hipótese de a forma *rio Mau* corresponder por vezes a *rio Humano*, enquadrável na chamada hidronímia paleoeuropeia (cf. Krahe 1962 e 1964), ver Bascuas (2002, 2006 e 2014).

Tem nascente na serra da Teixeira, na Galiza, e é afluente do rio Rabaçal, o qual, por sua vez, desagua no Tua (CMP 1:25 000, folhas 9-A – Cisterna, Vinhais, 22 – São Vicente, Chaves, 35 – Lebução). Com este nome Madoz (1846-1850) regista uma aldeia do concelho da Pobra de Trives, na província de Ourense. Esta localização não se confirma no *Nomenclátor de Galicia*, o qual faculta o nome *O Mente* como nome de um lugar da paróquia do Navallo, no concelho do Riós, também na província de Ourense (cf. SIGNA).

Bascuas (2002: 237 e 2006: 35) relaciona este nome com o da localidade de *Omente*, nas margens do rio Ibias, nas Astúrias ocidentais, perto de Navia de Suarna, nos quais identifica um tema indo-europeu **ume-* com um sufixo *-nt-*, frequente na toponímia pré-latina nacional e galega (p. ex. *Tamente*, *Amarante*). Para Bascuas, *Mente* é resultado da aférese vocálica de não atestado **Omente*.⁴⁴⁰ Moralejo (2009: 67) deixa várias interrogações: “¿es falso corte de **Omente*, de **weg^w-*, **ug^w-* "húmedo, regar", cf. *Homem*, *O Mao*, *Umia...*, cf. lat. *ūm-*? ¿posible origen antroponímico?” Trata-se, de qualquer modo, de um nome que pouco ou nada atraiu a atenção dos etimólogos portugueses. Afigurando-se, assim, incerta a atribuição a um estrato linguístico, a origem pré-latina de um número significativo dos hidrotopónimos desta região norte do distrito de Bragança favorece, porém, a hipótese pré-latina e indo-europeia, mas sem relação clara com o estrato céltico. Trata-se, portanto de um nome de origem obscura, talvez pré-latina. Assinale-se a forma *Domente*, talvez uma reanálise com base em **rio de Omente*, semelhante à que está na origem de *Dão* (v.), nos distritos da Guarda e de Viseu.

4.4.16. Onor (rio de)

Origem num topónimo, que, por seu turno, tem origem germânica.

monte de onoor 1258 (PMH Inq.: 346)⁴⁴¹

⁴⁴⁰ Diz Bascuas (2002: 237): “*Omente*, a orillas del río Ibias (Asturias occidental, cerca de Navia de Suarna), puede analizarse como derivado del mismo tema con el sufijo *-nt*, como mencionado *Amarante* [...]. El río *Mente*, entre A Gudiña (Our.) y Portugal, es probablemente la misma palabra con deglutición de la inicial interpretada como artículo: **O Mente*. Ambas formas se aclaran mutuamente.” Leia-se igualmente o artigo sobre *Tamente* (v.), no distrito de Viana do Castelo.

⁴⁴¹ Ver Cortesão 1912. A atestação dirá respeito a *rio de Onor*, mas ocorre nas inquirições em Rebordãos que fica a sul de Bragança, e não a nordeste, como acontece com Rio de Onor. Esta observação mereceria uma pesquisa que não foi possível levar a cabo.

Rio que nasce na serra da Culebra na província de Zamora. Em Espanha é conhecido como Fontano, mas ao entrar em Portugal recebe o nome rio de Onor (CMP 1:25 000, folha 12 – Rio de Onor, Bragança, 25 – Aveleda, Bragança). Conflui com o rio das Igrejas e com o rio Frio pouco antes de desaguar no Sabor, em Gimonde (cf. *idem*).

Vasconcelos (1929: 737) pôs a hipótese de “ter havido uma povoação de o nome Onor ou Honor, que não é mais que o nome comum honor, tornado próprio”, acrescentando: “O rio que passava junto da povoação de *Honor* ou *Onor* chamou-se naturalmente rio de Onor.” Piel (1947:3 29) considera *Onor* o resultado de *Honorii*, genitivo de *Honorius*, um derivado do latim *honor*. Tendo em conta a frequência com que ocorre a toponímia deonomástica a norte do Douro, é, portanto, plausível que *Onor* seja um hidrotopónimo formado secundariamente, num topónimo de origem antroponímica.⁴⁴²

4.4.17. Rabaçal (rio)

Origem galego-portuguesa ou formado já no período claramente português.

Rabazal 1162 (DMP I: 361), *Rabazale* 1258 (PMH Inq: 574), FL, J, II, cap. 51.º: 138 e cap. 151.º: 332.

Afluente da margem direita do rio Tuela (CMP 1:25 000, folha 76 – Mirandela). Nasce na Galiza, denominando-se “río da Ribeiriña de San Lourenzo (cf. SIGNA), recebendo, não longe da fronteira com Portugal, as águas do rio Pentes, este com curso inteiramente na Galiza. (cf. *idem*). Castro (1773: 130) diz por engano que o rio assim chamado é também conhecido como *Mente* (v.), mas este é o nome atribuído a um afluente do Rabaçal (ver também comentário de Baptista 1874: 49). O topónimo *Rabaçal* ocorre noutras regiões do território continental (no concelho de Bragança e nos distritos de Viana do Castelo, Porto, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Faro) e aparece também na Madeira (cf. CIGeoE-SIG).⁴⁴³

⁴⁴² Machado (2003) aceita a hipótese de Piel (1947: 329), por a achar mais crível que a de Vasconcelos (1919: 737). Moralejo (2009: 68), sem rejeitar a hipótese antroponímica, não exclui uma origem pré-latina.

⁴⁴³ *Rabaça*, *Rabaças* e *Rabaceira* são topónimos que ocorrem em vários pontos do território e nas ilhas (cf. CIGeoE-SIG). Na Galiza, não se desconhecem tais topónimos, mas *Rabazal* parece pouco frequente. Com efeito, Navaza (2006: 454) apenas o localiza no concelho de Bande, no sudoeste da província de Ourense, próximo da raia com Portugal. O *Nomenclátor de Galicia* não regista esta forma; apresenta, no entanto, os topónimos *Rabaza de Arriba* e *Rabaza de Abaixo*, também no sul interior da Galiza, mais precisamente, no concelho e na província de Ourense. Navaza (*idem*, *ibidem*) também acolhe estes dois topónimos, além de *As Rabazas* nos concelhos de Cualedro e da Gudiña, no sul da província de Ourense. *Rabeceira* (Pedrafita

Machado (2003) atribui este hidrónimo à conversão do nome comum *rabaçal*, ‘local onde há rabaças’. Não se afasta, portanto, de Alves (2000 X: 147) que atribui o hidrotopónimo a “[...] rabaça, rabaçal, sítio onde abundam as rabaças”, espécie botânica que “vegeta nos locais aquáticos”. Pinho Leal (1873-1890) menciona-o sob a forma *Rabáça*. O hidrotopónimo pode, portanto, dever-se à sua associação com um elemento identificativo das suas margens, embora não seja de excluir que *Rabaçal* preexistisse como nome de lugar que hoje terá desaparecido.

4.4.18. Sabor (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina

Sabor 1062 (*Elucidário* de Viterbo, I, 475, cit. Machado 2003), *Saabor* 1187 (instituto 56: 200), *Saauor* (s. XIII, *O Instituto*, 58: 684), *Salabor* (1144, *O Instituto*, pp. 143 e 199) ou *Salauor* 1144 (DMP: 256), 1145 (idem, p. 259), 1162 (idem, p. 365 e PMH Leges: 391).

Afluente do rio Douro, nasce na serra da Gamoneda, na província de Zamora, não longe da fronteira com Portugal (CMP 1:25 000, folhas 11 – Mofreita, Vinhais, 25 – Vila Verde, Vinhais, 12 – Aveleda, Vinhais, 38 – Bragança, 51 – Parada, Bragança, 65 – Izeda, 79 – Morais, Macedo de Cavaleiros, 93 – Lagoa, Macedo de Cavaleiros, 92 – Macedo de Cavaleiros, 106 – Alfândega da Fé, 119 – Felgar, Torre de Moncorvo, 118 – Castedo, 130 – Torre de Moncorvo).

Machado (2003) contesta a genuinidade das formas pretensamente medievais com *-l-* intervocálico (*Salabore*, *Salabor*, *Salauor*), que classifica de cultismos. Observe-se, no entanto, que Moralejo (2009: 41 e 56) o relaciona com a raiz paleoeuropeia **sal-* ‘torrente, río’ (Krahe 1964: 49), o que significa que, etimologicamente, a consoante é plausível. Bascuas (2014: 224) não se afasta desta perspetiva: “[...] creo que o hidrónimo debe explicarse así: **Salvōr* (co sufixo inmediatamente engadido a un radical **Salv-*) > *Salauor* (con anaptixe de *-a-*) > *Sabor* (con caída de *-l-* intervocálico).” Já anteriormente, Bascuas (2002: 35/36) relacionara *Sabor* com *Sabón*, lugar do concelho de Arteixo, na província da Corunha, enquadrando-o assim num tipo de alternância *-ōr/-ōn*, que ele considera frequente na hidronímia pré-romana. O hidrotopónimo em apreço tem,

do Cebreiro, Lugo) e *Rabacido* (Viana do Bolo, Ourense) são também formas que figuram nas fontes em referência.

portanto, com toda a probabilidade uma origem pré-latina, explicando-se por elementos do indo-europeu.

4.4.19 Trutas (rio de/rio)

De *truta*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁴⁴⁴

Afluentes da margem esquerda do rio Tuela (CMP 1:25 000, folhas 23 – Vinhais e 36 – Rebordelo, Vinhais).

Falta bibliografia que faculte informação sobre este hidrónimo e a sua motivação, pelo que parece de aceitar a sua transparência e tratá-lo como alusão à presença ou à pesca da truta nas águas do rio assim denominado.

4.4.20. Tua (rio)

Provavelmente pré-latino, de origem indo-europeia, mas sem filiação céltica segura.

Tua 1115 (DMP I: 54), 1224 (PMH Leges: 600); *Tuda* 1125 (DMP I: 89); 1137 (idem: 194) 1169: idem: 382)

Afluentes da margem direita do Douro, nasce da confluência do Tuela com o Rabaçal (cf. CMP 1:25 000, folhas 76 – Mirandela, 90 – Frechas, Mirandela, 104 – Vilas Boas, 103 – Sanfins do Douro, Alijó, 116 – Alijó).⁴⁴⁵

Vasconcelos (1926: 328/329) refere laconicamente que este nome tem carácter antigo, remetendo-o para o caso de *Tui*, que evoluiu de *Tyde*, forma atestada na Antiguidade. Bascuas (2006: 140) analisa com mais vagar a etimologia de *Tua*, que ele relaciona com a hipótese do europeu antigo. No nome *Tua*, este autor galego identifica, com base nas

⁴⁴⁴ Atesta-se, no entanto, este hidrotópónimo nas Memórias Paroquiais de 1758, conforme se menciona no estudo de Capela (2007): “O rio ou ribeiro das Trutas, nasce na serra da Coroa, em Travanca, recebe o ribeiro de Salgueiros e lança-se no Tua em Vale da Silva, Quinta da Ribeirinha.”

⁴⁴⁵ Baptista (1874: 48/49) assinala essa confluência: «[...] seguindo depois quasi ao S., e recebendo o Rabaçal 3^k acima de Mirandella, toma o nome de Tua, porque já vae caudaloso, e assim passa em Mirandella a O. onde tem a famosa ponte de cantaria de 19 arcos [...]». Observe-se que, em 1909, uma inundação causaria estragos importantes na ponte referida.

atestações facultadas pro Machado (2003), um radical **tūd* seguido da desinência *-a*. Rebatendo a possibilidade de encarar o *-d-* intervocálico como consoante não etimológica, anti-hiática, Bascuas refere que o radical *tud-* está atestado pelo epíteto *Tuditanus*, proveniente de uma inscrição latina encontrada em Castrelos, freguesia do concelho de Bragança; além disso, localiza um afluente, *Tuíza* (*arroyo de la Tuiza*; cf. SIGNA),⁴⁴⁶ que deriva de **Tuditia*. Assinala ainda *Tuizelo*, no concelho de Vinhais, a ocidente de Bragança, no concelho de Vinhais, que relaciona com **Tuditi-ellum* ou **Tucicellum*, rejeitando a hipótese de Machado (2003), que propõe um hipocorístico germânico, **Teodicellus*. Moralejo (2009: 58) relaciona *Tua* com a raiz indo-europeia **teu-*, **tu-*, ou **teuH₁*, **tuH₁*-‘inchar’. Em suma, trata-se de um hidrónimo pré-latino, que parece provavelmente de raiz indo-europeia, sem que evidencie uma clara filiação céltica.

4.4.21. Tuela (rio)

Radical pré-latino, mas com sufixo latino ou romance (cf. *Tua*).

Tuela 1128 (DMP, I, p.114)

Afluente do rio *Tua*, nasce na serra Segundera ou Segundeira, na região compreendida entre o sueste da província de Ourense e o noroeste a província de Zamora (CMP 1:25 000, folhas 11 – Mofreira, Vinhais, 24 – Vila Verde, Vinhais, 37 – Rebordãos, Vinhais, 36 – Rebordelo, Vinhais, 49 – Torre de D. Chama, Mirandela, 63 – Mascarenhas, Mirandela, 62 – Valpaços, 77 – Cortiços, Macedo de Cavaleiros, 76 – Mirandela).

Não parece haver contestação quanto a considerar este nome do troço superior do rio *Tua* (também a forma como é conhecido este rio em Espanha) como diminutivo de *Tua* (cf. Machado 2003). Bascuas (2002: 272 e 2006: 26)) inclui-o numa série de hidrónimos formados com o sufixo diminutivo como forma de referir o curso alto dos rios (*Sar/Sarela*, *Tamar* (>*Tambre*)/*Tamarela*, *Miño/Miñotelo*, *Dornas/Dornelas*).⁴⁴⁷ Cortés Vázquez (1954: 31) faz derivar *Tuela* do latim *tutela*, sem deixar claro se existe alguma relação com *Tua*.

⁴⁴⁶ Refira-se que *Tuíza* não parece ser originalmente um hidrotopónimo, antes se afigurando como um corónimo, como sugere o facto de existir um santuário “de la Tuiza”, ou seja, adaptando ao português, “da (região da) Tuíza”.

⁴⁴⁷ Alguns destas formas com sufixo diminutivo parecem não se usar atualmente, quando se verifica, por exemplo, o *Atlas Gráfico de Galicia*, Madrid: Aguilar, 1977.

4.5. Distrito de Castelo Branco (9 hidrotopónimos)

Almaceda (ribeiro de), Bazágueda (rio), Erges (rio), Meimoa (ribeira da), Ocreza (rio), Ponsul (rio), Tejo (rio), Torto (rio), Tripeiro (rio)

4.5.1. Almaceda (ribeiro de)⁴⁴⁸

Híbrido, com elemento árabe *al-* e elemento romance *-maceda*.

Almacaneta, 1195 (PMH, Leges, 495; Azevedo et al. doc. 83, cit. Alarcão 2012: 126).

Nome alternativo do rio conhecido como *Tripeiro* (Baptista 1874: 100). No entanto, a CMP 1:25 000 (folha 267 — Almaceda, Castelo Branco) indica que *Almaceda* é o nome de um afluente do rio Tripeiro. Castro (1762: 105) atribui o nome *Almaceda* a todo o curso de água que “cerca a Villa de Sarzedas, e entra no Ocreza sempre arrebatado”, ou seja, considera que se chama *Almaceda* toda a extensão dos cursos de água que a Carta Militar nomeia diferentemente. É também nome de povoação e de serra (Machado 2003).

Assinalando que este hidrónimo se pronuncia com “e aberto”, Machado (2003) considera obscura a sua origem e sugere um paralelo com o nome *Almazeta* (Almeria). No entanto, uma atestação do nome deste rio num documento de finais do século XII (PMH, Leges, 495) aponta para nele se ter operado o fenómeno característico do galego-português da síncope de -N- latino intervocálico: *almacaneda* > *almaçaeda* > *Almaceda*. A crase de –*ae-* que parece estar na origem do “é aberto” mencionado por Machado (2003) pode dar origem a uma vogal baixa não recuada, como ilustra o passo de *escaecer* a *esquecer*. A forma presta-se ainda a ser classificada como híbrida e a analisar-se em dois elementos: *maçaneda* terá origem romance, e *al-* terá sido apenso, em contexto árabe monolíngue, bilíngue ou arabizado. Tal seria certamente a situação linguística que, durante muitos anos, terá perdurado no território do atual distrito de Castelo Branco, reconquistado e depois repovoado entre os finais do século XI e os alvares do século XIII.⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ Inclui-se aqui *Almaceda* porque parece ser ou ter sido usado como alternativa a *Tripeiro*.

⁴⁴⁹ Sobre o repovoamento da região oriental compreendida entre o Zêzere e Tejo, promovido pelos primeiros reis de Portugal, leia-se Vicente (2013: 36-127).

4.5.2. Baságueda (rio)⁴⁵⁰

Origem obscura, possivelmente pré-romana.

Basaguada (documento do PMH, Leges, p. 511)⁴⁵¹

Afluentes do rio Erges (CMP 1:25 000, folhas 238 — Foios (Sabugal); 248 — Penamacor; 259 — Vale Feitoso; Idanha-a-Nova), também conhecido como *ribeira da Baságueda*. Castro (1762: 111) localiza a sua nascente na “serra Marvana”, hoje chamada Malcata. Baptista (1874: 97) refere-o como *Basegueda* ou *Basaguada*. Castro (1762: 111) regista-o sob dois nomes, *Basegueda* e *Besadega*. Madoz (1846-1850) regista um curso de água sob a forma *Basádiga*, que localiza na fronteira da província de Cáceres com Portugal e que se identifica claramente com o Baságueda.⁴⁵²

Machado (2003) não o regista, nem nenhuma outra fonte lhe dedica um comentário etimológico. Tendo em conta a atestação medieval do nome, a variante *Besadega* (Castro 1762: 111) e a forma estremenha *Basádiga* (Madoz 1846-1850) configuram resultados mais tardios, por metátese de uma forma comum aos romances falados na área — a proparoxítone **Baságada*.

Perante a configuração de *Baságueda*, é inevitável salientar a sequência homónima de *Águeda*, hidrónimo comum a dois cursos de água localizados em regiões diferentes: um, no distrito de Aveiro, fazendo parte da bacia hidrográfica do Vouga, e outro, em referência a um afluente da margem esquerda do Douro, na fronteira do distrito da Guarda com a província espanhola de Salamanca. Já a interpretação da sequência *Bas-* confronta-se com a ausência de casos paralelos que a possam elucidar. Tudo isto, portanto, torna incerta a segmentação *Bas+ Águeda*. Observe-se ainda que a opacidade da atestação medieval, impedindo a identificação com o léxico comum ou com a antroponímia latina ou romance, leva a crer que o hidrónimo pertence total ou parcialmente a um estrato linguístico anterior à estabilização do português na região.

⁴⁵⁰ O RTP regista a grafia *Bazágueda*, e Emiliano (2009: 303) lista a mesma forma. No entanto, a atestação medieval sugere que a grafia mais adequada é com <s>, e não <z>.

⁴⁵¹ Trata-se do foral da Guarda de 1199.

⁴⁵² Anote-se que a serra que em português se conhece como *Marvana*, recebe o nome de *Malvana* em espanhol (Madoz 1846-1850, s.v. *Basadiga*).

Não evidenciando a sua forma interferência fonética ou morfológica do árabe, ainda que sem grande certeza, resta atribuir *Baságueda* a um estrato pré-romano não identificado.

4.5.3. Erges (rio)⁴⁵³

Origem obscura. Possível origem pré-romana, talvez com interferência árabe.

Elgia 1165 (DMP: 370)⁴⁵⁴, 1199 (PMH Leges: 511) 1220 (idem, p. 589).

Afluente do Tejo (CMP 1:25 000, folha 259 — Vale Feitoso, Idanha-a-Nova; 271 — Monfortinho, Idanha-a-Nova; 295 — Segura, Idanha-a-Nova; 306-A — Rosmaninhal-Leste, Idanha-a-Nova). Baptista (1874: 96) refere-se a este rio pelo nomes *Elga e ribeira de Erges*, localizando a sua nascente em lugar não especificado de Espanha: “Nasce em Hespanha e começa a dividir a fronteira 1 ½^l a N. E. de Pena Garcia, correndo ao S.: e logo descrevendo uma curva com a convexidade para E. e direcção geral ao S., passa 2^k a E. de Salvaterra do Extremo e 1 ½^k a E. de Segura: corre depois S. S. O. e entra no Tejo uma légua a E. S. E. de Rosmaninhal, com o curso de 12 léguas, desde que principia a dividir a fronteira até á sua foz no Tejo.”

Machado (2003) regista este nome sob a entrada *Erges*, mas atribui-lhe muitas variantes: *Elga, Elgas, Elges, Eljas, Ergas, Erja, Erje*; assinala também a forma *Elgia*, que atribui a documento falso de 1106, e depois em 1165 e 1199 (cf. acima). Machado propõe que se trate de “[...] nome pré-romano, de que a resultante seria um radical *Elg(u)-* ou *Er(g(u)-*. Este teve dois tratamentos: o nortenho manteve a gutural *-g(u)-*, a influência moçárabica alterou este em *-j-*“. Na ótica de Machado (2003), as oscilações entre oclusiva velar vozeada e fricativa pré-palatal vozeada associam-se, portanto, a casos semelhantes

⁴⁵³ Ou *Erje, Erja, Elges, Eljas, Elga, Elgas, Ergas*. É também de mencionar *Ellas*, usada na região de Xalma (em português), Jálama (em castelhano) ou Xálima (nos dialetos locais), no norte da província de Cáceres, sobretudo para designar a localidade conhecida em castelhano como *Eljas*. É forma característica da chamada *fala*, termo que designa genericamente os três dialetos de San Martín de Trevejo (*Sa Martín de Trevellu*), Valverde del Fresno (*Valverdi du Fresnu*) e Eljas (*Ellas*), localidades situadas na referida região (ver Vasconcelos 1902, 1925-1927, 1933; Maia 1977). Considera-se que *Ellas* é forma divergente de *Eljas*, esta divergência já atestada na Idade Média:

⁴⁵⁴ Machado (2003) assinala o registo de *Elgia* em 1106, mas em documento falso (DMP I: 13 e 14).

de substituição de um segmento pelo outro por interferência do árabe, como acontece com *Tagus/Tejo*, *Gallaecia/Jaliqiya* ou de *Pax* ou *Pace/Beja* (Steiger 1991: 180-195).⁴⁵⁵

Assinale-se que esta alternância entre velar e pré-palatal já era conhecida no século XVIII, como se pode verificar em Castro (1762: 121) quando regista *Elja* e *Elga*. Mas é de sugerir aqui a possibilidade de a variante com velar vozeada se dever à adaptação da forma castelhana *Eljas*, que apresenta uma fricativa velar não vozeada (o chamado *jota* castelhano). Não ignorando o facto de *Eljas* ser também um nome de lugar no norte da província de Cáceres, já próximo da fronteira portuguesa, torna-se plausível que o nome castelhano deste rio fronteiro tenha tomado de empréstimo pelos falantes de português, que tendem a reproduzir tal fricativa como uma velar vozeada;⁴⁵⁶ as variantes *Elga* e *Elgas* serão, portanto, adaptações das formas castelhanas *Elja* e *Eljas*, respetivamente.⁴⁵⁷ A falta de variantes espanholas (dialetais extremenhas ou castelhanas) com oclusiva velar vozeada contraria, pois, a hipótese de Machado (2003), porque nega o suposto carácter conservador das formas portuguesas com [g].⁴⁵⁸

Quanto à alternância *-a/-e* como índice temático (*Erge*, *Elges/Elja*, *Eljas*), parece tratar-se de uma alternância que, embora não seja estranha ao domínio galego-português, pode refletir a influência da morfologia leonesa dos nomes do género feminino usados no plural, sobretudo quando se sabe que a forma *Erges* (ou variantes gráficas de pronúncia homóloga) está igualmente documentada em castelhano.

⁴⁵⁵ Tradicionalmente, considera-se que *Beja* resulta da evolução de *Pace*, com oclusiva velar surda intermédia. É o que propõe Steiger (1991: 184), aceitando a análise de Lopes (1968: 70/71): “Paz Julia – Pace (IIAKE) > *Pag(u)e > باجة *bəʒa* (imela *a* > *ę*; *p* > *b*, terminación femenina de nombres de lugar: *a* > *Beja*; compárese *Beja* (Túnez) < *Vaga - Vacca* [...]”. Talvez o hidrotopónimo *Terges* (v.), no distrito de Beja, apresente intereferência árabe; observe-se que, apesar da identidade parcial entre *Erges* e *Terges*, não se vislumbra relação etimológica entre os dois nomes.

⁴⁵⁶ Carballo Calero (1971: 232 n. 4) observa esse facto, a propósito da sua frequência entre falantes galegos: “[...] o falante inculto que quer falar eventualmente em castelán, pronuncia o /x/ como /g/ [...] e o mesmo fan os portugueses.” Curiosamente, apesar de no galego ser frequente a chamada “gheada” (a articulação de /g/ como uma laringal ou uma aspirada), Calero considera que esta não se confunde com a fricativa velar não vozeada do castelhano (ibidem).

⁴⁵⁷ Registam-se em castelhano grafias com <h> inicial muito provavelmente não etimológico (p. ex. *Heljas*, cf. Domené Sánchez 2010: 95), atendendo às atestações mais antigas nessa língua: *Elgiam* e **Ellias*, esta última proposta por Domené Sánchez (2010: 57) como correção de *Eltios*, provável erro de uma bula do papa Alexandre III, datada de 1175 e relativa à eleição do primeiro bispo de Ciudad Rodrigo, Pedro da Ponte (idem, p. 72).

⁴⁵⁸ É, portanto, improvável a hipótese de Bascuas (2002: 296), que toma em conta a forma *Elgia* para explicar o hidrotopónimo como resultado de uma palatalização, com redução fonética de *-lgj-* > *lj*, acrescentando: “Como forma originaria puede reconstruirse una formación con alargamiento velar **Elga*, presente en el lat. *alga* y frecuente en lenguas germánicas, como nor[uego] dial(ect)al *elgja* ‘querer vomitar’; como observa Machado, la /g/ se conservaría en el N., pero hacia el S. se alteraría en /j/ por influencia mozárabe, como *Tagus* > *Tajo*.”

Sobre a etimologia do hidrónimo em questão, existem várias propostas: a céltica de Menéndez Pidal (1952) — de **helias*, de língua céltica —; a pré-romana de Machado (2003), sem especificação do estrato correspondente; a latina de Paredes Guillén (1886: 43) — de **ergastulum* —; e a moçárabe de Galmés de Fuentes (1996: 44).⁴⁵⁹ A estas propostas se refere Castaño Fernández (2004: 125), que acaba por considerar obscuro o significado etimológico de Eljas. Mais recentemente, Costas (2013) propõe que o nome provenha de um hipotético **Elleias*, inferido da leitura de um documento do século XVI, muito embora o investigador galego não consiga identificar o étimo respetivo e proponha uma origem pré-romana não especificada. De qualquer forma, é de admitir que *Erges* e *Eljas*, às quais se soma a de configuração mais contrastante, *Ellas* — são formas hoje divergentes mas com etimologia comum.

Discutível se afigura, porém, que estas formas tenham tido na origem alguma vez verdadeira motivação hidronímica. Uma outra oscilação detetável nas variantes prende-se com a presença ou ausência de -s. Com as atestações da documentação da Idade Média, a morfologia marca o singular (*Elgia*); mas *Eljas*, nome também de uma localidade, tem uma configuração de plural e sugere a existência de pelo menos dois lugares com o nome *Elja*, sugerindo que a proximidade e aglomeração de tais lugares era encarada na “fala dos três lugares” como um todo apelidado “as Ellas”.

Embora o étimo deste hidrónimo permaneça uma incógnita, pode crer-se que este hidrónimo é resultado da conversão de um topónimo em hidrónimo, pelo menos, em dado momento da história da sua transmissão. Será, portanto, razoável pensar que *Erges* surge em português e talvez também em castelhano como um hidrónimo de carácter referencial, relativo ao nome de uma localidade, cuja etimologia mais remota continua à espera de esclarecimento⁴⁶⁰.

4.5.4. Meimoa (ribeira da)

Árabe, adaptado ao português antigo.

⁴⁵⁹ Castaño Fernández (2004: 125) refere ainda a forma *las Serjas*, que ocorre em Ponz (1784:4), como provável reanálise de “las Erjas”.

⁴⁶⁰ É isso que parece sugerir Vasconcelos (1933: 164) quando diz: “O termo de Valverde confina largamente com o nosso concelho de Penamacor, vendo-se apenas entre ambos, como divisão fronteiriça, o magro rio Torto, que nasce na Beira-Baixa, e depois entra no que vem das Elhas, que delimita para o Sul também fronteira: é o rio que os autores portugueses chamam Erges. A zona de San-Martín, Eljas, e Valverde fica assim muito aberta para o lado de Portugal.” Por outras palavras, o rio Erges é, afinal, como no registo feito por Baptista (1874: 96) a “ribeira (ou rio) de Erges”, ou seja, o rio de Eljas ou das Ellas.

Meymona 1199 (PMH Leges: 511), *Meimoa* 1128-1229 (idem: 610), *meymoa* 1320-1321 (Serra 1967: 49).

Afluentes do rio Zêzere (CMP 1:25 000, folhas 237 — *Meimoa*, Penamacor; 236 — Benquerença, Belmonte; 247 — Capinha, Fundão; 246 — Fundão). Referido por Baptista (1874: 108).

Machado (2003) regista *Meimoa*, interrogando-se sobre uma possível relação com o nome comum mamoa, também convertido em topónimo em Portugal e na Galiza (aqui *mámoa*; ver idem); regista também *Meimão*, que classifica como aumentativo de *Meimoa*. Fernandes (1999) contesta esta proposta, preferindo ligar *Meimão* e *Meimoa* aos antropónimos árabes *Maymūn* e *Maymūna*. Cunha Serra (1967: 49) relaciona sem hesitação *Meimão* (que localiza em Penamacor) e *Meimoa* às formas participiais árabes *Maymūn* e *Maymūna*, respetivamente; atribui a mesma origem aos topónimos galegos *O Meimón* (Irixoa, Corunha)⁴⁶¹ e *Pozo Meimón* (“poço no rio Minho junto a Orense”, ibidem).⁴⁶² Terés (1992: 34) confirma *maymūn* como participio, com o significado de ‘ditoso’ o qual se reflete na onomástica e na toponímia peninsulares em exemplos que incluem os portugueses aqui em referência e outros, dispersos por diferentes regiões de Espanha, sobretudo na Estremadura, em Almeria e no País Valenciano:⁴⁶³ As circunstâncias históricas que explicam a frequência do topónimo na Estremadura espanhola — contígua, note-se, ao Alentejo e à Beira Baixa, em cuja fronteira corre o *Meimoa* — está relacionada com a permanência da tribo berbere Masmuda, da qual fazia parte o clã dos Banu Maimūn (Garcia Fitz 2003; ver também Castaño Fernández 2004: 307/308).

⁴⁶¹ Serra (1967: 49) escreve *Maimón*, *Meimón* e *Irijoa*, mas registam-se aqui as formas *O Meimón* e *Irixoa*, tal como se encontram no *Nomenclátor de Galicia*

⁴⁶² O lugar, um dos espaços míticos da Galiza, é também conhecido como *Pozas de/do Maimón*, ao qual se associam duas narrativas. Uma refere-se ao bispo ourensano Francisco Afonso, assassinado em Pozo Meimón em 1419; a segunda, de carácter fantástico, tem por protagonista Ana Manana, uma moura encantada. Ver Manuel Martín Sánchez 2002. *Seres Míticos y Personajes Fantásticos Españoles*, Madrid: Editorial Edaf, p. 166.

⁴⁶³ Seguem-se os topónimos referidos por Terés (1992: 34), com indicação da sua localização: *Rambla de Maimón*, *La Cerrada de Maimón*, *Maimón*, *Casa y Caserío de Maimón* — em Almeria; *La Maimona*, em Castellón de la Plana; *Maimó* — em Olocau, Valência; *Los Santos de Maimona* (antigo *Cabezo* ou *Cabezas de Maimona*) — em Zafra, Badajoz; *Arroyo de Maimón*, *Dehesa Maimón de Agudelo* e *Maimón de Aldana* (no original, *Aldaa* parece ser lapso) — em Alcántara, Cáceres; *Loma de Mayamao*, também referido como *Lomas de Mayamao*, em Cedillo, Cáceres. O autor refere ainda *Maymón* e *Maimona* que, se não forem repetições, não puderam ser localizados.

Em suma, não avultam razões para duvidar que o hidrónimo tenha origem antroponímica árabe, muito embora não seja factualmente claro o processo de transferência de uma categoria onomástica para outras.

4.5.5. Ocresa (rio)⁴⁶⁴

Origem obscura, talvez pré-romana.

aqua de Uclesa 1199 (Azevedo et al. 1979: 181-182);⁴⁶⁵ *Ucresa* 1244 (PMH Leges: 632) (*lugar de*) *Ocresa*, 1290 (Brissos 2011: 224); *ribeira de Oclessa*, 1319 (idem, p. 242)⁴⁶⁶

É nome de um afluente do Tejo (CMP 1:25 000, folhas 268 — Lardosa, Castelo Branco; 280 — Alcains, Castelo Branco; 292 — Castelo Branco; 291 — Benquerenças, Castelo Branco; 303 — Sarnadas do Ródão, Vila Velha de Ródão; 302 — Proença-a-Nova; 313 — Carvoeiro, Mação; 323 — Amieira, Nisa). Baptista (1874: 99) e Castro (1762: 134) também o referem.

Machado (2003) considera-o hidrónimo de origem obscura, muito embora proponha, sem explorar a hipótese, que as atestações *Uclesa*, de 1199,⁴⁶⁷ e *Ucresa*, de 1244, se relacionam com *Uclés*, nome da cidade ligada à Ordem de Santiago, na província de Cuenca. Moreira (1967: 132) relaciona *Ocreza* [sic] com uma série de apelativos e nomes próprios da Europa (*Ocre*, França; grego ὄκρις ‘cume, corda’ e latim *ocris* ‘monte pedregoso’) e da Ásia Menor, donde infere uma raiz **okr-*, a que atribui o sentido de ‘margem, borda’; a hipótese confronta-se com os problemas já referidos acerca da hipótese paleoeuropeia. Contudo, é de realçar que *Ocresa* ocorre como nome de lugar em documentos medievais (cf. supra Brissos 2011: 224). As atestações medievais apresentam oscilação entre as líquidas [l] e [r], o que não é infrequente na região de Castelo Branco, coincidente com a tradicionalmente chamada Beira Baixa.

⁴⁶⁴ O visualizador do CIGeoE-SIG só apresenta a grafia *Ocreza*, enquanto o RTP regista rio *Ocresa* e rio *Ocreza*. Gonçalves (1966) fixa a grafia *Ocresa*, que é aqui adotada, por ir ao encontro da hipótese formulada no respetivo comentário.

⁴⁶⁵ Apud Santos (2011: 98); cf. “Doação de Açafa”, *Revista de Portugal*, 29.º, p. 351, apud Machado 2003.

⁴⁶⁶ Ver também PMH Leges: 557 (foral de Sarzedas, 1212); 591 (foral de Vila Nova, 1229); 607 (foral de Marvão, 1226)

⁴⁶⁷ Machado 2003 atribui a data de 1198 à atestação com a forma *Uclesa*, mas Azevedo et al. datam o documento de 1199. Opta-se aqui pela data de Azevedo et al. (1979) porque são estes os editores dos textos donde a atestação provém.

Assinale-se que o segmento *o-* de *Ocreza* parece encontrar paralelo em *Ozezar* e *Ocrato*, topónimos que o perderam por reanálise sintática. Por outro lado, é de certo modo tentador relacionar *Ocresa* com um dos *populi* lusitanos localizados na região pelas fontes da Antiguidade; um deles é constituído pelos Ocelenses, cujo nome, por se encontrar numa região fora da génese do romance galego-português e, para mais, sujeita provavelmente a forte influência do árabe, pode ter visto conservados os traços oclusivo e velar do [k] indicado pelas fontes latinas. A conservação destes traços não é desconhecida na toponímia peninsular que foi adaptada ao árabe andalusi. Não é, pois, de rejeitar a possibilidade de, em época anterior à conquista árabe ou já durante o período subsequente, se ter verificado a síncope da vogal entre a oclusiva e a líquida, o que permite sugerir a forma hipotética **oclense*, a qual teria depois perdido a nasalidade: **oclese* ou **ocles*. Tudo isto acarreta aceitar, entre as formas medievais, as que têm lateral como as etimológicas e as que apresentam vibrante como as formas inovadoras.

Fica por explicar a vogal temática *-a*: a este respeito, é de assinalar o uso medieval de *Ucresa* para designar também a serra onde o rio nasce (cf. Alarcão 2012: 126), como nome alternativo ao de *Ocaia*, que teria sido empregado como outra designação do conjunto constituído pelas serras da Gardunha e do Muradal (distrito de Castelo Branco).

4.5.6. Ponsul (rio)

Origem obscura, mas talvez tenha origem pré-romana e eventual interferência arábica.

Alponsur 1186 (PMH Leges: 459); *Ponsul* 1229 (idem, p. 615).

Afluente do rio Tejo (CMP 1:25 000 folhas 270 — Alcafozes, Idanha-a-Nova; 281 — Idanha-a-Nova; 291 — Ladoeiro, Idanha-a-Nova; 292 — Castelo Branco; 304 — Malpica do tejo, Castelo Branco). Baptista (1874: 98) atribui-lhe duas nascentes, a N.O. e a S.E. de Penha Garcia.

Machado (2003) atribui-lhe origem obscura, registando que o nome tinha a forma *Alponsur* em 1186 (PMH, Leges, p. 459, foral da Covilhã) e *Ponsul* em 1229 (foral de Idanha). Cabe observar que a ocorrência da bilabial surda numa forma prefixada pelo artigo árabe *al-* deixa supor a permanência de traços fónicos anteriores à arabização. A perda do próprio artigo árabe, permite também conjecturar que o nome passou ao português numa fase em que ainda o hidrónimo arabizado mantinha a sua

composicionalidade, a qual levou à supressão do *al-*. De qualquer modo, a forma *Alponsur* sugere um estatuto nominal e adjetival no conjunto do léxico comum.

Amaral e Amaral (1997: 231) consideram que o hidrónimo tenha origem num composto formado pelo nominativo latino *pons* e pela raiz paleoeuropeia **sor* ‘corrente de água’, conforme o inventário definido por Krahe (1964: 40).⁴⁶⁸ Apesar das dúvidas suscitadas pela hipótese paleoeuropeia, a proposta de Amaral e Amaral (idem) permitiria explicar o uso do provável artigo árabe da primeira atestação medieval acima mencionada.

4.5.7. Tejo (rio)

Origem pré-romana, com interferência do árabe.

Tagum 1097 (PMH Dipl.: 504), 1159 (DMP I: 345), 1165 (idem, p. 370), *foz do Tegio* 1274 (Marques 1944: 12), *Ryo do teio* 1386 (idem, p. 69)

Nasce na serra de Albarracín (província de Teruel, Aragão). Do concelho do Rosmaninhal até à freguesia de Perais (Vila Velha de Ródão) define a fronteira com Espanha (província de Cáceres), para depois percorrer território apenas português e desaguar no oceano Atlântico (CMP 1:25 000 folhas 306 – Rosmaninhal, Idanha-a-Nova, 305 – Monforte da Beira, Castelo Branco, 315-A – Rosmaninhal-Sul, Idanha-a-Nova, 315-B – Malpica do Tejo, Castelo Branco, 315 – Montalvão, Nisa, 314 – Vila Velha de Ródão, 323 – Amieira, Nisa, 333 – Gavião, 322 – Mação, 332 – Alvega, Abrantes, 331 – Abrantes, 330 – Entroncamento, 342 – Chamusca, 341 – Pernes, Santarém, 353 – Santarém, 365 – Almeirim, 364 – Cartaxo, 377 – Azambuja, 391 – Benavente, 390 – Vila Franca de Xira, 404 – Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira, 417 – Loures, 418 – Pancas, Benavente, 431 – Lisboa, 432 – Montijo, 430 – Oeiras, 442 – Barreiro, 441-B – Costa da Caparica).⁴⁶⁹

Machado (2003) considera que o nome é de origem pré-romana obscura. Assinalando que se trata de um “rio aurífero e piscoso, fertilizador das margens, tal como o Nilo, por meio das inundações” e que “a sua riqueza tem representado riqueza através dos séculos”,

⁴⁶⁸ Haveria, portanto, uma relação com o hidrotopónimo *Sor* (v.), no distrito de Portalegre, o qual está na origem do topónimo *Ponte de Sor*.

⁴⁶⁹ Baptista (1874: 93-96) faz uma extensa descrição do curso deste rio.

argumenta por isso que o nome do rio Tejo terá evoluído do “pré-celta **otagun*; cp. basco *otasun*, ‘riqueza’, ‘bens’ de *ogi*, ‘pão’, ‘trigo’”. O artigo de Machado, apesar de sugestivo, não é muito esclarecedor porque não indica a fonte da forma **otagun*.

Na verdade, várias hipóteses são possíveis, uma vez que o hidrónimo, que terá origem pré-romana, levanta dificuldades quanto à identificação da sua proveniência: basco, como propõe Machado? Indo-europeu? Semita, considerando que os fenícios frequentaram nas costas da Hispânia atlântica e aí se estabeleceram, pelo menos até à foz do Mondego? A hipótese semítica não é de excluir mas levanta problemas importantes, porque embora as línguas semíticas sejam tradicionalmente descritas como línguas flexionais, como as indo-europeias, acontece que a flexão das palavras é bastante diferente. Basta referir que no árabe, como nas outras línguas da família, uma raiz consonântica é preenchida por um formato vocálico (*template* na literatura em língua inglesa; cf. Carr 2008 s. v. *template*), num processo que define aquilo a que se chama uma morfologia não-concatenativa. Em termos não totalmente acidentais, porque se documenta na Antiguidade a presença de fenícios na desembocadura do rio Tejo, não é de excluir a discussão de uma origem semítica, tal como pretendem os trabalhos de Moisés Espírito Santo, nos quais se apresentam interpretações sistemáticas com base no ugarítico. Contudo, as condições históricas da formação do nome *Tejo* não apontam para uma interferência semítica antes da conquista árabe de 711.

Já a hipótese indo-europeia se afigura plausível, quando a investigação retoma as propostas de Leite de Vasconcellos, que no princípio do século XX divulgava uma pequena nota etimológica sobre o nome em discussão (*Revista Lusitana*, VI, 1900-1901, pp.230/231). Em síntese, para Leite de Vasconcellos, o nome *Tejo* tem origem céltica ou, pelo menos, indo-europeia. Considera que este nome, atestado entre autores da Antiguidade como *Táγος*, em grego, e *Tagus*, em latim, remonta a uma raiz **stag-*, que Leite de Vasconcellos reconhece no grego *σταγών*, ‘gota, no latim *stag-n-um*, ‘charco, pântano, lagoa’, e no bretão *ster*, rio, que pressupõe um protocéltico **stag-ra* (ibidem). É certo que há que explicar porque **stag-* deu uma forma sem **s* inicial, mas a proposta de Leite Vasconcellos é compatível com a possibilidade de reconstruir um **s* antes de outra consoante no início da sílaba de uma raiz em indo-europeu. Com efeito, na gramática comparativa do indo-europeu encontram-se pares como **teg*/**steg*, ‘cobrir’: latim *tegō* ‘cobrir’ vs. grego *stégō* ‘proteger da água’.

Moreira (1967: 62-64) dedica algumas considerações ao nome *Tejo* nos comentários a outro nome, *Teja* (referente a um afluente do Douro), que terá a mesma

origem ou que pertencerá à mesma série hidronímica.⁴⁷⁰ Mas interessa é sublinhar que, seguindo outros estudiosos, entre eles Leite de Vasconcelos (1931: 357-358), Moreira favorece a hipótese indo-europeia, quando identifica a base **tag/teg-* com *stag-*, duvidando que “esta duplicidade fonética” seja mediterrânica e considerando escassa a sua frequência no Mediterrâneo Central e Oriental.

Na perspectiva do europeu antigo (*alteuropäisch*) de H. Krahe, Bascuas (2006: 58) apresenta elementos sobre o nome Tejo. Para Bascuas (2006:53 e 66), este nome é o representante principal de hidrónimos caracterizados pela raiz *ta-* com alargamento em *-g-*. A forma romana, ao que parece adaptação de nome pré-romano, é *Tāgus* com *a* breve, aspeto com relevância etimológica.⁴⁷¹ Bascuas assinala que, embora Pokorny (1959) não registre **tā*, ‘derreter, fluir’⁴⁷² com *-g-*, inclui com uma interrogação o lituano *tižùs*, ‘escorregadio’.⁴⁷³ Em síntese, Bascuas mostra que a *Tagus* está associada a noção de ‘lodo’, de resto sugerida pela referida raiz indo-europeia. Desta raiz também provém o nome de um afluente do *Tejo* em território espanhol *Tajuña*, atestado como *Ταγώνιον ποταμόν* em Plutarco (Bascuas 2006: 154).

Quanto à passagem de *Tagus* a *Tejo*, refira-se que, em parte, se deve à palatalização da velar sonora latina. Atente-se que a forma latina *Tagus* corresponde à árabe *تاجه*, registada por Lopes⁴⁷⁴ e por ele transliterada como *TaĠuh* (1968: 99).⁴⁷⁵ O hidrónimo Tejo é,

⁴⁷⁰ Moreira (1967: 62) sugere que o valor semântico da raiz de *Tagus* sobrevive em vários apelativos: francês antigo *tai*, ‘lodo’; siciliano e calabrês *taju*, ‘lodo’; assírio *tahhu*, “provavelmente ‘lodo’” (idem), grego *τήγανον*, ‘terrina’, cosentino *tajaru*, ‘lugar lodoso’, *ndajá* ou *ntajari*, ‘sujar, enlamear, cobrir de lodo’, ibero *tasconium* ‘espécie de terra branca’, basco *tosca* ‘argila branca’ [“dum suposto **tag-sco*”], ibero *tagara* ‘espécie de vaso entre os lusitanos’, românico *tegella* ‘assadeira’, etrusco *Θακλ-Θι* e *Tequna* e antropónimos *Taginius*, *Tagullius*, *Tecco*. Moreira acrescenta que “[...] no sentido, Teja seria semelhante aos rios em *lama*, ‘lama’, *Lametus* Itália [...], *Λάμυρος* Beócia, *Λάμος*, Elicona [...], e *Lambak* [...], *Lamizonipada* Saxónia [...]”

⁴⁷¹ O investigador galego assinala que o rio se salientava pela sua riqueza em ouro, que faria resplandecer as lamas que rio depositava. Segundo o mesmo Bascuas (2006: 54), a forma *Tagus* mantém-se na documentação medieval, até que, por influxo moçárabe, o *g* aparece palatalizado quer em castelhano quer em português: assim se explicam as formas *Tajo* e *Tejo*.

⁴⁷² Em Pokorny (1959), a entrada desta raiz é uma série constituída por *tā-*, *tə-*, *tāi-*, *təi-*, *tī-*; [tāu-], *təu-*, *tū-*, significando fundamentalmente ‘derreter’ (*schmelzen*), ‘dissolver’ (*sich auflösen*), ‘consumir-se’ (*hinschwinden*).

⁴⁷³ Argumenta Bascuas (2006: 58): “[...] /ž/ en esta lengua es un fonema procedente de la velar sonora /*g/ indoeuropea o de la sonora aspirada /*gh/. Esto supuesto, puede reconstruir-se como base común para esta forma lit. *tiž-ùs* y para *Tagus* un ID **t^oH^y₂g(h)*, con raíz en grado \emptyset + alargamiento con velar sonora (o sonora aspirada) (+desinencia propia de cada lengua). La velar se conserva en *Tāgus* y se palataliza en *tiž-ùs*; en cuanto al vocalismo la /ā/ depende del timbre de /H₂/, y la /i/, del apéndice palatal de la laringal. Es decir, *Tagus* y *Tiz-ùs* pueden analizarse como simples variantes fonéticas con dos vocalizaciones distintas del mismo fonema laringal.”

⁴⁷⁴ Terés (1986: 158) indica *تاجه*, transliterado TĀYŌ, como grafia árabe generalizada, referindo a raridade da variante *تاجر*.

⁴⁷⁵ Lopes (idem, p. 115) faz o seguinte comentário: “o nome do rio que banha Santarém e Lisboa era em latim **Tagus**, e o nome do mesmo, **Tejo**, provem sem duvida do anterior, mas a passagem do *g* a *j* nunca pôde explicar-se. Há em francês alguns exemplos de tal facto, mas não em português. Deve, pois, explicar-

portanto, um híbrido, não porque contenha material morfológico de estratos linguísticos diferentes, mas porque exhibe segmentos fonológicos cuja história foi afetada pelo árabe. Em primeiro lugar, avulta /ʒ/, resultante da palatalização de /g/, ou melhor, da sua substituição por /dʒ/ ou /ʒ/, dado aquela consoante não fazer parte do repertório consonântico árabe. Depois, o contraste *a/e* existente entre a forma castelhana *Tajo* e a portuguesa *Tejo* é elucidado pelo fenómeno da imala, mencionado por Silveira (1922: 191), quando comenta o topónimo *Alcabideque*, na zona de Condeixa, apoiado em David Lopes: “[...] um topónimo *Caput* ou *Capite Aquae* assumiria na boca dos invasores islamitas a forma *Alcabedac*. Por outro lado, o conhecido fenómeno do *imala* ou *imela*, isto é, a pronúncia, corrente entre os árabes da Península, do *a* tónico como se fosse *e* (e mesmo *i*)⁴⁷⁶ conduziria à forma actual *Alcabedeque*, como de *Tagus* > *Tagu* conduzio a *Tejo*, como de *Paga* (<*Paca*<*Pace*) > *Bağa* conduzio a *Beja*, etc.” Acrescente-se que a descrição da interferência árabe no hidrónimo *Tejo* pelos filólogos portugueses é aproximadamente a mesma dada por Steiger (1991: 184) e Terés (1986: 158-164). Em resumo, o hidrónimo *Tejo* tem uma origem indo-europeia pré-latina, podendo encontrar-se a sua raiz num estrato indo-europeu que pode não ser céltico. Acrescem a esta matriz as marcas deixadas pela fonologia árabe, em especial a da modalidade peninsular desta língua.

4.5.8. Torto (rio)

Origem romance.

Rio Tortel 1229 (PMH, Leges: 615, foral de Idanha).

Afluente do Baságueda (CMP 1:25 000, folhas 248 — Penamacor; 21-II — Vale Feitoso). Baptista (1874: 97) diz ter nascente “na raia de Hespanha”. Identifica-se também um

se esta mudança fora das leis de transformação do latim em português; e o factor perturbador d’ellas foi o árabe, que durante séculos foi uma das línguas da Península. A língua árabe não tinha o som *g* de **Tagus**, e por isso o modificou em *j*: d’ahi **Tājo** (forma oral antiga hespanhola), e, como o *ā* peninsular se pronunciava *e*, também **Tejo** (como alferes, alfageme) [...] os árabes chamavam à **Gallecia** ĠaLLiQiġā, isto é, *g*>*j*; **Turgaliu** > TuRĠāLLUh > Trujillo; **Urganone** > āRĠuNā > Arjona; o afluente do Tejo, **Tagone** > Tajuña [...]” Por razões técnicas, na citação, os símbolos *ā* e *h* não são exactamente os usados por Lopes na transliteração do árabe. Refira-se que, segundo o DHLP, «ár. *al-fāris* 'cavaleiro, escudeiro'; segundo JM, era costume confiar o estandarte real ao ginete mais destro»; «ár. *al-hadjdjām* 'barbeiro, sangrador'; f.hist. 1328 *alfaieme*, 1344 *alfageme*, sXIV *alfagime*»

⁴⁷⁶ O DHLP apenas regista *imala*. No contexto castelhano, Corriente (2003 s. v. *imela*) rejeita a forma *imela* e propõe a transcrição *imālah*.

outro rio Torto no concelho de Idanha-a-Nova. Um lugar chamado *Rio Torto* localiza-se na freguesia de Meimoa, no concelho de Penamacor.

A atestação da forma *Tortel*, correspondente ao rio em referência, leva a supor que o nome começou por ser um diminutivo com uma configuração que a literatura tem considerado moçárabe (cf. *Pinhel*). Azevedo (2005: 174), apoiada em Piel (1953: 147) e Menéndez Pidal (1968), realça como no centro e no sul de Portugal se guarda testemunho de um sufixo românico *-el*, do latim *-ellus*: “[...] Em Portugal os exemplos toponímicos que atestam a queda de *-O* final são muito abundantes: *Barcel, Barguel, Bel(o)monte, Beringel, Bodel, Bombel, Bruel, Brunhel, Courel, Espichel, Fratel, Germel, Martinchel, Picarrel, Porcel, Valdemil, Vargel, Verdel*, etc.”. De *rio Tortel* ao atual *rio Torto* é provável que tenha atuado a analogia com os muitos hidrotopónimos com a forma *rio Torto* (sobre a etimologia de *torto*, do léxico comum, ver *rio Torto*, na secção 4.2.10).

4.5.9. Tripeiro (rio)

Nome latino-romance ou português, mas cuja motivação semântico-referencial é obscura.

Sem atestações nas fontes da Antiguidade ou da Idade Média.

Afluente do Ocreza, também é conhecido como *Almaceda* (CMP 1:25 000, folhas 267 — Almaceda, Castelo Branco; 279 Salgueiro do Campo, Castelo Branco). É ainda nome de uma aldeia na freguesia de São Vicente da Beira, no concelho de Castelo Branco, nas imediações da qual passa o rio (ou ribeira de) Tripeiro/Almaceda. Cf. Almaceda.

Machado (2003) regista *Tripeiro* apenas como hidrónimo, aventando a hipótese de se tratar de nome delexical, do nome comum *tripeiro*, «indivíduo que vende tripas». Nesta perspetiva, *tripeiro* constitui um derivado sufixal de *tripa*, ‘intestino animal’, de etimologia controversa, mas que encontra vários cognatos em línguas romances e não romances.⁴⁷⁷ Cabe, no entanto, lembrar que tripeiro pode antes marcar um uso adjetival, permitindo interpretar o hidrotopónimo como ‘rio das tripas’ ou ‘rio onde se lavam as

⁴⁷⁷ O DCECH (Coromines e Pascual 2012, s. v. *tripa*) assinala que “sobre la etimología no se há escrito nada de sólido a no ser la afirmación de Diez (Wb., 328-9), el *DGén.*, el *NED*, Skeat y otros: «origen desconocido»”.

tripas’.⁴⁷⁸ Observe-se que *tripeiro* ocorre atributivamente também num topónimo composto, *Vale Tripeiro*, nome de uma localidade situada no concelho de Benavente, no distrito de Santarém, sugerindo que, neste caso, o adjetivo, interpretável como «relativo a tripa ou tripas», possa eventualmente aludir ao uso de um lugar para depósito ou despejo de restos animais.⁴⁷⁹ Mesmo assim, pode não ser de rejeitar a possibilidade de o hidrotopónimo emergir secundariamente, por via toponímica, com base antroponímica, talvez de uma alcunha (a aldeia de Tripeiro poderia dever o nome a uma figura alcunhada como «o tripeiro»). Embora o hidrónimo e o topónimo tenham provável origem lexical, fica por esclarecer de qualquer modo qual motivou o outro.

⁴⁷⁸ São conhecidos casos em que o hidrotopónimo resulta de uma expressão descritiva. Por exemplo, o de *rio Merdeiro* em documentos medievais referentes à região de Guimarães (cf. discussão sobre o rio de Santa Luzia num *post* intitulado “À volta do rio “merdário” (13/11/2007), publicado no blogue *Memórias de Araduca* (disponível em <http://araduca.blogspot.pt/2007/11/volta-do-rio-merdrio.html>, consultado em 17/12/2016).

⁴⁷⁹ Regista-se em galego o vocábulo *tripo*, designação de uma espécie botânica (*Verbascum*). Cf. DDLG.

4.6. Distrito de Coimbra (19 hidrotopónimos)

Arouce (rio), Cavalos (rio/rio de), Ceira (rio), Dueça (rio), Ega (rio), Foja (rio da), Fojo (rio do), Fornos (rio dos), Mel (rio de), Mouros (rio de), Pranto (rio), Resmungão (rio), Ribelas (rio de), Seco (rio), Sótão (rio), Unhais (rio), Unhais-o-Velho (rio), Várzea (rio da), Velho (rio).

4.6.1. Arouce (rio)

Provavelmente pré-romano.

Arauze 938 (Sáez e Sáez 1996: 130-134),⁴⁸⁰ *Arauz* em 943 (PMH Dipl.: 30 e 405; DMP I: 303); *Arouzi/Arozi* 1136 (PMH Leges: 373);⁴⁸¹ *Arauzi/Arouzi/Aroci* em 1151 (PMH Leges: 377 e 378);⁴⁸² *Arouzi* 1151 (DMP I: 287);⁴⁸³ *Arouci* em 1151 (PMH Leges: 377); *Arouce* 1113-1117 (DMP, I: 51), 1114 (id.: 254), 1154 (id.: 308).

Afluentes da margem esquerda do Ceira (ver CMP 1:25 000, folhas 252 – Lousã e 242 – Foz de Arouce, Lousã). Baptista (1874: 83) localiza-lhe a nascente “na serra da Louzã; corre em curva e na direção geral N. O.; passa a S. O. da V.^a da Louzã, e com o curso de 3^l entra no rio Ceira, na F. da Foz de Arouce” (ver também Costa 1929-1949).

Machado (2003) considera obscura a origem deste hidrotopónimo, embora não exclua a possibilidade de um étimo céltico. Moreira (1967: 122-126) relaciona-o com *Arunca* e *Erra* (ver artigo sobre *Arunca*): em confronto com *Arunca*, exhibe efetivamente a mesma sequência inicial, *ar-*; o elemento *-ouce* relacionar-se-á com o sufixo *-aucu*, que tem a variante *-ouzi*. Dá Moreira como exemplo que encerra este sufixo o nome do rio Batuecas (1515; < *Batoucas*), em Salamanca, o qual é “correspondente ao apelativo *batoco*

⁴⁸⁰ Consulta feita no CODOLGA.

⁴⁸¹ Segue-se a referência de Cortesão 1912. Machado (2003) comete um lapso quando, para a forma *Arozi*, de 1136, apresenta uma referência que remete para PMH (Leges: 186) –, sem que nesta página se encontre a variante em causa. Observe-se que *Arouzi* e *Arozi* são variantes de diferentes versões do mesmo documento editado pelos PMH (Leges: 373).

⁴⁸² *Arauzi*, *Arouzi*, *Aroci* e *Arozi* são variantes de diferentes versões do mesmo documento editado pelos PMH (Leges: 377/378).

⁴⁸³ Machado (2003) regista *Arouci*, mas a respetiva referência não é clara: “*Arouci* em documento falso datado de 1101 (id.: 14)” – por “id.” parece referir a anterior referência, que é PMH Leges, mas na página indicada desta edição não se acha a ocorrência em apreço.

‘barranco’”; identifica ainda o mesmo sufixo em *Laraucu* (atestação de 905, Ourense) e *Badoucos*, atestado em 1258 (Romance Philology VIII. 20).

Bascuas também menciona este hidrotópónimo, incluindo-o entre os resultados do tema *Arau-*, o “más productivo y el más característicamente galaico”, derivado da raiz **er-* ‘mexer-se’. Para o autor galego, *Arouce* relaciona-se assim com o galego *Arousa* e com o português *Arouca*, bem como com uma inscrição **Araucellensis* (*Araugel[ensis]*) de uma pátera do deus Bandua atopado na Beira Baixa; além disso, pelo sufixo -k-, liga-se a rios europeus registados Krahe: **Arakos* > *Arac* (França); **Arika* > *Herk* (Bélgica).⁴⁸⁴

Não havendo, portanto, clara relação com a toponímia e o vocabulário historicamente latinos, nem se vislumbrando conexão com os superstratos germânico e árabe, torna-se plausível a hipótese pré-latina. No entanto, fica por confirmar a filiação indo-europeia, ainda que esta tenha forte probabilidade, até pelo paralelo suscetível de estabelecer-se entre *Arouce* e outras formas toponímicas de provável origem céltica e não céltica.

4.6.2. Cavalos (rio de)

De origem romance ou já portuguesa.

Ualle de Kauallos 1118? (PMH Dipl.: 149), 1128 (DMP I: 70), *Cavalos* 1121 (DMP I: 70), 1145 (id.: 257), 1169 (id.: 393 e 394)

Segundo Baptista (1874: 80), “[n]asce junto e [sic] a O. de Bobadella; corre para O.: passa 1^k ao S. da V.^a de Midões: recebe a ribeira de Candosa, e com o curso de 2 ½^l entra no Mondego” (cf. CMP 1:25 000, folha 222 – Oliveira do Hospital).

Machado (2003) regista-o no singular, considerando tratar-se de topónimo frequente em Portugal e no Brasil, “do s. m. *cavalo*”. Também regista este topónimo no plural, *Cavalos*, forma que é a do nome de rio em apreço.⁴⁸⁵ Na falta de fontes ou propostas que infirmem

⁴⁸⁴ Parágrafo baseado em informação da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

⁴⁸⁵ Machado atribui as formas *Cavalinho* (Amarante, Arraiolos, Moita, Oleiros, Ribeira da Pena) e *Cavalões* (Lisboa, V. N. de Famalicão) à derivação de *cavalo*. Esta proposta é contestada por Fernandes (1999 s. v. *Cavalinho* e *Cavalões*), que relaciona tais topónimos com *covelo*, “depressão no terreno”, salientando, assim, que a motivação onomástica, procede de um termo topográfico. Poderia, portanto, pensar-se que *Cavalos* também se relacionasse com *covelo*; não será assim, porque é improvável que a vogal tónica da base de derivação tivesse estado sujeita às oscilações do vocalismo átono dos derivados. [Esta nota e o

esta proposta,⁴⁸⁶ aceita-se, neste trabalho, que o nome do rio em questão tem origem na conversão toponímica do nome comum *cavalo*, o qual procede do latim *caballus* ‘cavalo castrado, esp. cavalo de trabalho’ (DHLP; ver também DCECH s. v. *caballo*). Nesta perspetiva, o nome parece aludir a uma eventual situação ou função associada ao rio, por exemplo, a de aí se encontrarem ou levarem cavalos, talvez para estes animais beberem.

4.6.3. Ceira ou Seira (rio)⁴⁸⁷

Origem obscura, talvez pré-latina.

discurrente ribulo seira 943 (PMH Dipl.:30), *mea uilla que uocitant seira* 973 (idem, p. 68), *in ripa de seira id est mea uilla pernominata seira* 978 (idem, p. 76), *per uenam de rrio de seira* 1237 (PMH Leg.: 628)⁴⁸⁸

artigo a que se refere foram corrigidos tendo em conta as observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa desta tese]

⁴⁸⁶ Ver, no âmbito de casos semelhantes na toponímia galega, Ares Vázquez (2011-2013: 426), que, a propósito de *Vilar de Cavalos* (concelho de Taboada, Lugo), discorda que, neste caso, se aplique a tese de *Cavalos* ser reinterpretação do latim *caput vallis*, ‘cabeça de um vale’. Tal hipótese encontra-se muito sucintamente referida por Ángel Montenegro Duque na ELH (I: 516).

⁴⁸⁷ A grafia deste hidrotópónimo que os vocabulários ortográficos (o da Academia das Ciências de Lisboa, d 1940, o de Gonçalves 1966 e o Casteleiro 2009) fixam é com <c>, muito embora no segundo se dê o seguinte esclarecimento (Gonçalves 1966: 1104): “Documentos antigos mostram que este top. <m.> – nome de um afluente do Mondego e de uma freguesia do concelho de Coimbra – deveria ser escrito *Seira*. Esta é, precisamente, a grafia recomendada por Joaquim da Silveira (...). É já muito grande, no entanto a tradição da escrita com C, e não parece fácil impor a outra.” Moreira (1967: 119-121) afirma que o nome surge com a grafia *Ceirae* e *Cera* no séc. XII, muito embora surja mais frequentemente a grafia com <s> inicial, desde o século XI: “‘seyra’ 1180 (Cancel 376), 1088 (Dipl. P. 424), séc. XIII (Leges 628), 943 (OM e GE s.v. Arouce Ap 556; DMP I, 254, 308, 454), “Seyra” séc. XII (DMP I. 303)”. Observe-se, porém, que as atestações medievais com <c> que Domingos Moreira aponta parecem ser referentes à ribeira de Ceras, um afluente do rio Nabão (cf. Machado 2003 e CMP 1:25 000, folha 299 – Rio de Couros, Ourém). Fernandes (1999 s. v. Ceras) relaciona este hidrotópónimo com as formas *Sellium* e *Selio*, atestadas, respetivamente no Itinerário de Antonino e no Paroquial Suévico, considerando que no passo de *Sellium/Selio* a *Cera* e depois *Ceras* “a influência arábica teria feito o mais”. O trânsito de *Cera* a *Ceras*, justifica-o Fernandes (1999) “talvez por efeito de rio e lugar com o nome Cera”; já quanto a <s> corresponder a <c>, no que configura uma substituição de segmentos (as atestações medievais que Fernandes recolhe dos DMP têm <c>), a hipótese torna-se problemática se o resultado da substituição for uma consoante africada (aceita-se que no período medieval o sistema fonológico integrasse africadas; cf. Teyssier 1982:26,), uma vez que na história do português não parecem ser conhecidos casos de [s] > [ts]. Dito isto, voltando a *Ceira*, não deixa de ser interessante aqui registar a etimologia proposta por Duarte Nunes de Leão (1610: 39), que relaciona o hidrotópónimo, que escreve *Seira*, com “o nome antigo de Selia”: “Tal a ribeira de Seira retendo ainda o nome antigo de Selia, que se mete no Mondego acima de Coimbra, de que tomou o lugar por onde passa, o nome.” Trata-se de uma etimologia própria de uma época em que ainda não se se tinham definido leis fonéticas, mas que talvez pudesse ser explorada havendo mais dados que permitam enquadrar quer *Sellium* quer *Seira*.

⁴⁸⁸ *Ceira* é também o nome de um lugar na freguesia de Airões no concelho de Felgueiras. Parece estar atestado nos PMH (Inq.: 573), com o <s> inicial que se encontram em topónimos com a mesma forma: *per finem de seyra de castinizable* (1258). Na freguesia do Castelo (antigamente Lobazim), no concelho de Moimenta da Beira, também se localizava outro lugar chamado Seira, que as fontes cartográficas consultadas não registam na atualidade: *per porto do sseira* 1218 (PMH Leg.: 582). Note-se que nos PMH (Dipl.: 52), ocorre *Seira* no título da edição do documento de 961, e não no corpo deste.

Afluentes da margem esquerda do Mondego. Nasce na serra do Açor e desagua alguns quilómetros a montante de Coimbra (cf. CMP 1:25 000, folhas 233 – Vide, Seia; 244 – S. Jorge da Beira, Covilhã; 243 – Góis; 242 – Foz de Arouce, Lousã; 241 – Coimbra-Sul).

A grafia deste nome começa por ser controversa. Com efeito, embora se registre com <c> no VOLP 2009, mantendo uma grafia com tradição (cf. Vasconcelos 1884, Matos 1889, Andrade 1944, Gonçalves 1966), Machado (2003) apresenta a grafia *Seira*, fundando-se no facto de ser esta a forma que ocorre nas atestações medievais e na Galiza (*Seira*, na província da Corunha, concelho de Rois, e na de Lugo, concelho de Negueira de Muñiz).⁴⁸⁹ Quanto à etimologia, considera Machado (2003) que o nome tem origem obscura.

No entanto, Moreira (1967: 119-121) propõe uma origem em **Saria*, enquadrável numa “série indo-europeia de rios em Sar”. Moralejo Lasso (1977: 121), comentando o topónimo galego *Fonteseira* (Vilalba, Lugo), isola o elemento *-seira*, que identifica com o nome comum *seira* (que coincide com o português *seira* e o seu significado, ‘cesta grande sem asas’) e com o já referido *Seira*, na Corunha e em Lugo; tanto para o nome comum como para o topónimo, propõe Moralejo Lasso a base gótica **sabrja*, ‘canastillo’ (ou seja, ‘cestinho’). Observe-se, contudo, que, como assinala Moralejo Lasso, a forma *Seira* não se limita a Portugal ou à Galiza, ocorrendo também como nome de povoação no norte da província de Huesca, nos Pireneus aragoneses. À *Seira* aragonesa, em desacordo com Coromines, que a fazia proceder de **(i)saria*, de origem indo-europeia, Selfa Sastre (2000: 59/60) atribui um étimo céltico **segesa/*segera*, cuja base é a raiz **segh-* ‘vitória’, tendo em conta uma atestação deste nome, datada de 1006 a 1010, com a forma *Segera*. De *Segre* a *Seira* ter-se-á verificado a queda da consoante vozeada intervocálica (“seera”), seguida de um processo de dissimilação vocálica (ee>ei).⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Poderia ainda duvidar-se da adequação do <s> da *Seira* galega, porque, ocorrendo este nome, na Galiza ocidental, poderia haver nesta grafia a transcrição do “seseo”, o qual poderia não ser etimológico e, portanto, ter origem na africada no período medieval, notada por <c>. No entanto, a ocorrência da mesma forma na Galiza oriental, com uma fricativa áptico-alveolar que mantém o contraste com a antiga africada, que hoje é uma fricativa interdental, sugere que *Seira* deve ter a grafia com <s> inicial. A forma *Seira* surge ainda na região de Benasque, província de Huesca.

⁴⁹⁰ Selfa Sastre (2000: 60) apresenta alguns homónimos, parónimos e casos ilustrativos do processo de subtração de segmentos semelhantes ao da *Seira* aragonesa: “Homónimos y parónimos toponímicos: Algunos ríos de la Europa occidental pueden ser explicados a partir de una raíz **segh-*: *Seye* y *Sée* en Normandía, *Suze* en Francia, *Segura* en España, *Saint* en Gales y *Sionce* en Suíza. Por otra parte, la documentación medieval ‘*Segera*’ nos hace pensar en el monasterio navarro de *Leire*, que aparece documentado en escrituras también medievales como *Legere*.”

Sendo assim, no contexto desta discussão, considera-se aqui que a melhor pista para o esclarecimento de *Seira* é a existência de topónimos com a mesma forma na Galiza. Com efeito, se atendermos à afinidade linguística das populações da Gallaecia com as populações da metade setentrional da Lusitânia, parece mais plausível que o *Seira* português tenha maior afinidade com os *Seiras* galegos do que com a *Seira* aragonesa. Sendo assim, propõe-se aqui que o nome *Seira* seja identificado com os *Seiras* galegos, que parecem ter, por sua vez, relação com os topónimos *Sar* (nome de um afluente do Ulla, no sul da província da Corunha) e *Sarria* (na província de Lugo), nomes que podem relacionar-se com a raiz **sar* (cf. Krahe 1964). É esta, aliás, a visão de Moralejo (2009: 56), acerca de *Seira*, nome de um tributário do Sar, que o tem por derivado de *Sar*, com a terminação hidronímica *-a*, propia dos rios, e o sufixo [j], con función diminutiva: *Sar* > *Saria* > *Seira*.⁴⁹¹

4.6.4. Dueça (rio)⁴⁹²

Origem obscura.

Duezam 1137 (DMP, I, p. 192) e 1180 (id., I, p. 456); *Dueca* 1139 (PMH Leges: 374), *Adueça* (idem, ibidem)⁴⁹³

Rio da bacia hidrográfica do Mondego (CMP 1:25 000, folhas 263 — Espinhal, Penela, e 251 — Condeixa-a-Nova). Baptista (1874: 84), que lhe localiza a nascente a SE de Penela, identifica-o como afluente do rio Ceira (este, por sua vez, um afluente da margem

⁴⁹¹ A frase final do artigo corresponde a uma observação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

⁴⁹² O Dueça é também conhecido como *Corvo* (Baptista 1874:84; ver também Costa 1929-1949), muito embora com este nome também se assinale na região o lugar de Corvo. A forma toponímica *Corvo* ocorre com alguma frequência em Portugal, de norte a sul (ver Costa 1929-1949).

⁴⁹³ Fora das edições documentais consultadas, há notícia de que o nome ocorre sob as formas *Duesa* e *Dueça* na Baixa Idade Média: “No foral dado por Afonso Henriques à vizinha vila de Penela em 1137, o nome vem claramente assim: *dueça*. Na doação do conto de Ceira feita por D. Sancho I ao seu criado Julião diz-se: *usque Duezam, deinde descendit por Duezam usque ad Mondecum*. No século seguinte, numa doação ao Cabido da Sé dos Moinhos, dizia-se: *in ripa de Duesa* e mais adiante *aqua de Duesa*. No século imediato, num pergaminho do mosteiro de S. Jorge junto de Coimbra, escreveu-se: *dos moinhos cõ hua casa que estam na augua do dueça* e mais adiante: *ribba do dueça* e mais abaixo *Ribeira do dueça*. Formas que sensivelmente se têm conservado pelos tempos fora em todos os documentos de carácter oficial.” (Belisário Pimenta, *Escritos Dispersos*, citado blogue *Candeia Verde – Meio Século de Aprendizagens*, disponível em <http://meioseculodeaprendizagens.blogspot.pt/2012/12/rios-com-varios-nomes.html> (consultado em 7/04/2014).

esquerda do Mondego). *Dueça* é também o nome de um lugar (casal) da freguesia de santa Eufémia, no concelho de Penela.

Sem etimologia atribuída nas fontes consultadas. Machado (2003) regista-o e menciona as atestações medievais, mas não propõe uma etimologia. É de notar que na região onde o rio tem nascente existem os lugares de Dueça e de Olho do Dueça, sugerindo o segundo que os lugares são chamados por referência ao hidrónimo e que este será anterior a eles. Discutindo a relação dos relatos das fontes árabes e cristãs sobre a revolta de ibn Marwan e al Surunbaqi com a toponímia da região compreendida entre Coimbra e Santarém, Alarcão (2013: 144) interroga-se sobre a possibilidade de a ocorrência da forma *Dezzam* na *Crónica Albeldense* se referir ao rio Dueça e, portanto, prenunciar a forma contemporânea do hidrónimo. Esta hipótese, que, de resto, Jorge de Alarcão não assume, defronta-se com o facto de que, já no século XII, se encontra atestada a forma *duezam*, a qual levantaria o problema de, em relação, a *Dezzam*, se buscar uma relação entre <ue> e <e>. É certo que se documenta em Espanha a forma *Deza*, quer na província de Soria, quer na Galiza (aqui, como hidrotopónimo, no nordeste da província de Pontevedra), mas estas não têm atestadas variantes que insiram um <u>. Se as atestações do rio em referência apresentam todas a sequência <ue>, a eventualidade de uma identificação desta forma com as espanholas torna-se menos plausível; e a ausência a escassez de informação nas fontes consultadas, faz dessa possível relação uma mera especulação. Não aparentando *Dueça* traços característicos de origem ou influência árabes (a consoante dental inicial seguida da vogal alta recuada afasta um eventual paralelo com *Odivor*, que hoje é *Divor*), só resta explorar o fundo latino e os estratos anteriores a este. Mesmo assim, não se vislumbra marca óbvia de que este hidrónimo tenha base num item do léxico comum ou no onomástico dos estratos latino-romances e germânico.

4.6.5. Ega (rio/rio da)

Origem obscura.

Ega 1147 (DMP I: 27), *terra de ega* 1231 (PMH Leges: 621)

Rio também conhecido como ribeira da Arrifana (Andrade 1878:214 e) ou rio de Mouros (Costa 1929-1949),⁴⁹⁴ é um afluente da margem esquerda do Mondego (cf. CMP 1:25 000, folhas 263 – Espinhal, Penela, 251 – Condeixa-a-Nova, 250 – Soure, 240 – Montemor-o-Velho). Segundo Costa (1929-1949) tem nascente a 2 km a sueste do Rabaçal (concelho de Penela). *Ega* é também topónimo do concelho de Condeixa-a-Nova, na região percorrida por este rio.

Machado (2003) considera obscura a origem de *Ega*, referindo sem apoiar a hipótese de Piel (1934-1935: 37), que o filia na antroponímia germânica.⁴⁹⁵ Com base em Pidal (1968: 226), que comentou os antropónimos *Egga* e *Ega* documentados na região de Burgos, Machado deixa a sugestão de que “o -g- talvez representasse -dj- (cp. *sabugo* = *sabujo*)”, equivalência que é muito duvidosa, pelo menos, tendo em atenção os exemplos que a sustentam.⁴⁹⁶ Fernandes (1999 s.v. *Eia*) contesta esta proposta, apoiando-se nos casos *Ega* e *Eja*, que não são identificáveis, dado o segundo ter como étimo provável o topónimo pré-latino *Anegia*.⁴⁹⁷ Para Fernandes, “[...] *Ega* não deve passar do monotemático **Ega*, de que foi *Egila* um hipocorismo masculino (com ele *Egilo* feminino). Nada têm *Ega* e *Eja* um com o outro.” Apesar da tese germânica, pouco se sabe, portanto, sobre a origem de *Ega*. Mesmo assim, se *Ega* tem antecedentes antroponímicos, então, o mais plausível é que tenha também tido a função de denominar um lugar ou uma habitação antes de ser empregado como hidrotópónimo.

4.6.6. Foja (rio da, rio de)

De origem latino-romance ou já portuguesa, a partir do latim *fōvēa* ‘buraco escavado’.

⁴⁹⁴ Na CMP é este o nome ao que parece ser um afluente ou o curso superior do rio.

⁴⁹⁵ Na discussão etimológica deste hidrotópónimo, não é despicienda a do antropónimo *Egas*, que José Joaquim Nunes (1934: 105-106) relaciona com *Ega*, por meio de um processo de adição do segmento –s (paragoge), tal como se encontra em *Cunegundes* (<*Cunegunda*) (Nunes 1934: 89). Para Nunes, *Egas* tem origem germânica, “entrando nele a a raiz *ekk*, que aparece escrita de várias maneiras, entre elas *eg-*, a qual se interpreta por *combatente*” e propõe que “pela sua forma reduzida [seja] um hipocorístico dos nomes começados por *eg-* (cf. *Egberto*); assinala também *Viegas* como um patronímico que tem justamente por base o antropónimo *Egas*, antecedido do elemento árabe *ibn* ‘filho’ (formas medievais do apelido: *Benegas*, *Venegas*, *Veegas*).

⁴⁹⁶ Não parece que *sabugo* e *sabujo* sejam formas divergentes de um mesmo étimo, se se atentar nas notas etimológicas do DHL: *sabugo* < latim *sabūcus*, i ‘sabugueiro’; *sabujo* < baixo-latim *segusius* (canis), talvez de *Segusīa*, (Susa, Piemonte), tendo o espanhol *sabueso* como provável cognato.

⁴⁹⁷ Sobre a relação de *Eja* (Penafiel) com *Anegia*, ver Fernandes (1999 s.v. *Eia*).

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁴⁹⁸

Afluente do Mondego, já no tramo final deste rio, e localizado no concelho da Figueira da Foz (CMP 1: 25 000, folhas 239 – Figueira da Foz).⁴⁹⁹ *Foja* é também o nome de uma pequena região entre Maiorca e Montemor-o-Velho, na qual a CMP também localiza a Mata da Foja.

Machado (2003) considera este topónimo um derivado de *fojo* (ver também Cabeza Quiles 1992: 209-210). No entanto, o DCECH (Coromines e Pascual 2012) propõe que a derivação seja feita no sentido contrário: apesar de a forma castelhana correspondente, *hoyo*, estar documentada com mais abundância, terá sido esta a derivar de *hoya*; o processo de derivação pode ter sido comum ao latino-romance do centro e do ocidente da Península, e, portanto, é susceptível de se ter generalizado aos dialetos galego-portugueses. Sendo assim, *fojo* não tem de ter por étimo o latim vulgar **foveu-*, ao contrário da hipótese de Moralejo Lasso (1977: 137 e 140, n. 3), mas terá sido antes formado por derivação de *foja*, palavra diretamente proveniente do latim *fovĕa*. As formas medievais *fogia* e *fogio* serão formas já romances ou latinizações não etimológicas (idem, ibidem). Moreira (1967: 138) associa *Foja* aos hidrónimos *Covas* (afluente do Tâmega) *Covão* (afluente do rio Sacavém ou Trancão) e *Alfundão* (afluente do Sado), considerando-os «alusivos ao fundo escavado pelas águas» e assim integrando-os na classe dos hidrotopónimos que devem a sua origem aos seus atributos (idem, pp. 136-139). Na Galiza, têm frequência significativa os topónimos *Foxo*, *Foxas* e *Foxacos*,

⁴⁹⁸ Em relação à entrada *Foja*, Machado (2003) apresenta *Fogia* como atestação medieval datada de 1258 (PMH Inquir.: 348). Contudo, este não é o topónimo aqui em causa: a forma *Fogia* nomeia um lugar que é referido em associação com *Rebordãos*, que hoje tem a forma *Rebordões*, hoje *Queijada*, hoje *Queijada*, e *Formelos*, todos nomes de localidades hoje pertencentes ao concelho de Ponte de Lima, no distrito de Viana do Castelo. Note-se ainda que Machado não regista a forma completa das duas ocorrências que o nome tem no documento dos PMH (ibidem): *Sanctus Salvador de Fogia lobal*. Atualmente, na mesma região, *Foja Lobal* é, sem dúvida, a continuação da forma medieval, como se pode confirmar pela sua localização da freguesia assim chamada (ver Pinho Leal (1873-1890), Costa (1929-1949); ver também o RTP, disponível no IGeoG-SIG, e Carta Militar de Portugal M888 1:25 000, folha 41 – Geraz do Lima). Não obstante, é oportuno assinalar a existência do lugar de Fojo Lobal, na freguesia da Carapinheira, no concelho de Montemor-o-Velho, topónimo que regista Costa (1919-1949) e que o IGeoE-SIG apresenta como resultado de pesquisa, muito embora nem a Carta Militar correspondente (folha 240 – Montemor-o-Velho) o apresente, nem o RTP o inclua.

⁴⁹⁹ *Foja* é também topónimo localizado pela pesquisa do IGeoE-SIG no concelho de Baião. No entanto, a carta correspondente (Carta Militar de Portugal M888 1:25 000, folha 125 – Baião) e o RTP não registam o topónimo; outras fontes corográficas não o registam. Provavelmente o resultado da pesquisa do IGeoE-SIG não é mais do que um lapso com origem nas listas de topónimos que constituem a base de dados.

enquadráveis na mesma série A sua origem é, com grande probabilidade, medieval, muito embora não seja possível precisar se coincide ou não com a expansão do galego na região do Mondego. Note-se ainda que o registo de *Foja* como topónimo que se localiza entre Maiorca e Montemor-o-Velho não exclui a possibilidade de o hidrotopónimo ser resultado de associação a um nome preexistente. Mas pode ainda supor-se que o hidrotopónimo tenha surgido antes, com carácter descritivo, aludindo à configuração do terreno adjacente ou até de parte do respeito leito, tendo vindo só depois a denominar a região circundante. Entre as duas hipóteses, a informação consultada não permite um parecer conclusivo.

4.6.7. Fojo (rio do)

De **fojo**, do léxico comum português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome de um afluente do rio da Foja, conforme se pode confirmar pela CMP 25 000 (folha 228 – Quiaios (Figueira da Foz)).

É topónimo frequente em Portugal, assim como na Galiza, aqui sob a forma *Foxo*.⁵⁰⁰ Tendo em conta o comentário a *Foja* (ver secção 4.6.6), o hidrotopónimo deverá ter natureza determinativa e, portanto, baseia-se num topónimo preexistente.

4.6.8. Fornos (rio dos)

Do léxico comum, formado no período romance ou depois.

vineae quae vocatur Fornos 1233 (*Livro das Calendas*, cit. por Carvalho 1934: 446)

Rio ou ribeira da bacia do Mondego representado na CMP 1: 25 000 (folha 230 – Coimbra) como afluente de um conjunto de ribeiras e valas que desembocam na margem direita do curso inferior do Mondego; a sua nascente aparece marcada nas imediações da serra do Buçaco, no concelho de Penacova. *Forno* e *Fornos*, formando nomes simples ou

⁵⁰⁰ Ver *Nomenclátor de Galicia*. O CIGeoE-SIG permite localizá-lo um pouco por todo o continente português e também nas ilhas. Contudo, não tem registos relativamente aos distritos de Évora e Portalegre; no distrito de Beja, está concentrado no sul na região serrana ou nas suas cercanias.

compostos, são formas toponímicas frequentes em Portugal (cf. RTP, IGeoE-SIG e Machado 2003). Refira-se que, na vizinhança do rio em apreço, se encontra o lugar de Fornos (cf. CMP 1:25 000), pertencente à União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela.

Trata-se de um rio que já se chamou *Albiaster* ou *Alviaster*.⁵⁰¹ Embora Machado (2003) identifique os topónimos *Forno* e *Fornos* com o nome comum *forno* – do latim *fŭrnus* ou *fornus* ‘idem’ (cf. DHLP e DCECH)–, não há consenso quanto à motivação semântico-referencial da sua fixação na toponímia. Pode fazer referência a uma construção destinada a cozer e assar alimentos (como em «forno de/do pão») ou substâncias («forno da cal»);⁵⁰² mas é ainda aplicável a um dólmen ou a um acidente do terreno como uma cavidade ou cova (cf. Fernandes 1999 e Cabeza Quiles 1992: 207-208). Carvalho (1934: 446) considera que o lugar de Fornos, situado na atual União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela, tem o seu nome “certamente derivado da existência naquele lugar de fornos de cal”; contudo a citação que o autor faz do *Livro das Calendas* apenas atesta o topónimo, sem evidenciar a existência dos fornos que supostamente motivariam o topónimo no século XIII. Independentemente da natureza natural ou edificada da realidade que motivou o nome Fornos, é muito provável que o hidrotopónimo se deva a um uso toponímico prévio, ou seja, o rio terá ganho nome por via da referência a um lugar junto das suas margens. A estrutura do nome do rio, nela se inserindo um sintagma preposicional (*dos Fornos*) reforça esta conclusão.

4.6.9. Mel (rio de)

Do léxico comum latino-romance ou já português, mas não é de excluir influência árabe na motivação semântico-referencial deste hidrónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do Mondego (CMP 1:25 000, folha 200 – Nelas). Com o mesmo nome, existe um afluente do Vouga e um topónimo do concelho de Trancoso, no

⁵⁰¹ Machado (2003) regista-o como topónimo de étimo obscuro, da região de Coimbra.

⁵⁰² A respeito da toponímia galega, Moralejo Lasso (1977: 17) menciona *Fornelos* como exemplo de topónimo motivado por “establecimientos industriales (*Moño, Fornelos, Telleira, Batán o Foloña, de fullonia*)”.

distrito da Guarda.⁵⁰³ Em Odemira, o CIGeoG-SIG localiza a forma em apreço, no topónimo *Monte Mel*, na freguesia de São Martinho das Amoreiras; e no concelho de Moura, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, situa-se outro topónimo relacionável, *Barracão do Mel*. Na freguesia de Chavães, o concelho de Tabuaço (Viseu), a ribeira da Fonte Mel.⁵⁰⁴ Anotem-se outros topónimos: *Longomel*, no concelho de Ponte de Sor; *ribeira do rio de Mel*, em Oliveira do Hospital.

Machado (2003) regista *rio do Mel* como topónimo nas regiões de Oliveira do Hospital, São Pedro do Sul e Trancoso, considerando “obscura a razão deste nome”, apoiando-se no artigo correspondente da GEPB. Almeida Fernandes, autor do referido artigo, reitera em Fernandes (1999 s. v. *Rio de Mel*) a forma do topónimo – *Rio de Mel* – a hipótese de o nome – do léxico comum *mel*, do latim *mĕl*, *mĕllis* ‘idem’ –. se reportar à cor ou ao sabor das águas do rio, acrescentando, porém, outra hipótese: a de *Mel* representar um elemento pré-romano, alusivo a rocha ou altura, “o que condiz com a aplicação a um monte ou a um rio, naturalmente fragoso” (idem).⁵⁰⁵ Observe-se que, na Península Ibérica, na província de Cádiz, próximo de Algeciras, se encontra uma forma semelhante, o hidrónimo *rio de la Miel*, cuja origem está na tradução do árabe *wadi-l-‘asal*, com o mesmo significado (Terés 1986: 192). Não é de descartar interferência do árabe, para mais, na região onde o rio Mel corre, historicamente uma terra de fronteira, onde o bilinguismo árabo-romance é referido nas fontes árabes e de certo modo confirmado na toponímia. No entanto, a ausência de topónimos que contenham a forma *miel* nas províncias espanholas adjacentes às Beiras não permite ir além da conjectura aqui formulada.

⁵⁰³ Baptista (1874: 65) regista um afluente do rio Távora como *Rio de Mel*, que o CIGeoE-SIG apresenta e classifica como *ribeira* (CMP 1:25 000, folha 169 – Aguiar da Beira), incluindo-o na classe dos cursos de água com extensão inferior a 20 Km (daí não fazer parte deste trabalho, conforme os critérios definidos no capítulo 3). Trata-se da *ribeira do Rio de Mel*, de configuração tautológica, que se justifica em português por ser *Rio de Mel* uma localidade do concelho de Trancoso e, por isso, o respetivo topónimo não ter interpretação como hidrónimo (ver RTP e CIGeoE-SIG, para aceder à CMP 1:25 000, folha 169 – Aguiar da Beira).

⁵⁰⁴ Poderia relacionar-se, *Meles*, na freguesia de Ala, no concelho de Macedo de Cavaleiros. No entanto, Vasconcelos (1887-1889: 48/49) liga este topónimo a *Melo* e à variante *merlo*, de *melro*.

⁵⁰⁵ Como exemplo em apoio da sua proposta, Fernandes (1999) refere o topónimo *Monte de Mel* ou *Monte Mel*, localizando-o no distrito de Bragança. O RTP e o IGeoE-SIG apenas apresentam Monte Mel como topónimo do concelho de Odemira (Carta Militar M888 1:25 000, folha 554 – S. Martinho das Amoreiras, Odemira), mas Costa (1929-1949) acolhe *Monte Mel* em referência a uma “serra da província de Traz-os-Montes” e “mais conhecida pela denominação de *Bornes* ou *Bornes de Monte Mel*”. Baptista (1874: 177) também refere *Monte Mel* como um dos nomes da serra de Bornes, à qual junta um terceiro nome, *serra de Sambade*.

4.6.10. Mouros (rio de)

De *mouro*, do fundo léxico romance ou já português.

Afluente da margem esquerda do rio Ega, este, por sua vez, afluente do Mondego (cf. CMP 1:25 000, folhas 250 – Soure – e 251 - Condeixa-a-Nova).

Machado (2003) considera que *Rio de Mouro* tem “origem e significação evidentes”, tal como acontece com topónimos em que as formas *Mouro*, *Mouros*, *Moura*, *Mouras* ocorrem, não sozinhas, mas sempre como especificador de um termo genérico toponímico (*S. Martinho de Mouros*, em Resende; *Tapada de Mouros*, Amarante; *Vilar de Mouros*, em Caminha; ver idem, s.v. *Mouros*). O mesmo autor assinala que *Mouros* é forma frequente na toponímia galega.⁵⁰⁶ Esta, contudo, parece mais inclinada a identificar a ocorrência de *mouro* não com o grupo étnico assim chamado – e, nesse caso, procede do latim *maurus* ‘habitante da Mauritânia’ –, mas, sim, com a raiz pré-indo-europeia **mor*, ‘rocha, monte, monte pedregoso’, ou com outra mais antiga, **m-r*, (Cabeza Quiles 1992: 303-304), as quais estariam na base de itens do léxico comum (p. ex., *morro*, ‘monte, outeiro’; *morea*, ‘montículo’; *morouza*, ‘mato ou aglomeração de perda miúda em parte de um terreno para cultivo’) e de topónimos (*Morrazo*, *Mourelas*, *Serra da Moura*, *O Mourazo*, *Buraca dos Mouros*, *Penamoura*, *Penas Mouras*, *Mourelas*, *Castromouro*, *Pedra Moura*). Dada a controvérsia à volta do substratos pré-indo-europeus (ver discussão na secção 2.4.1), é por enquanto impossível confirmar tal origem, sendo plausível que certos topónimos galegos sejam interpretáveis por *mouro*, como adjetivo que, em galego, significa ‘escuro’ (cf. DRAG, s.v. *mouro*).⁵⁰⁷

No caso do hidrónimo em apreço, menos se justifica a hipótese pré-indo-europeia, visto a presença andalusi na região de Coimbra ter durado globalmente mais de dois

⁵⁰⁶ Também Serra (1967: 61-63) enumera e comenta várias ocorrências de *mouro* na toponímia do quadrante noroeste da Península Ibérica, embora não exclua a possibilidade de alguns casos se deverem ao uso do antropónimo *Maurus*, que já ocorria antes da presença de mouros no território peninsular. São disto exemplo os topónimos *Vilamor* (nas províncias da Corunha e de Lugo) e *San Pedro de Mor*, ambos com origem no referido nome de pessoa.

⁵⁰⁷ Segundo a Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, encontram-se atestações galegas anteriores à presença muçulmana na Península, tratando-se, portanto, de um caso de homonímia entre várias origens possíveis, sem resposta conclusiva enquanto não houver mais informação diacrónica ou extralinguística (observação feita na sequência da prova de defesa deste trabalho).

séculos, facto com ampla repercussão na toponímia local. É, portanto, plausível que *rio de Mouros* registre essa permanência, trate-se ou não dos verdadeiros Mouros.⁵⁰⁸

4.6.11. Pranto (rio)

Origem obscura, embora seja de admitir a relação com o nome comum *pranto*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluentes da margem esquerda do Mondego, desagua já perto da foz do rio principal (cf. CMP 1:25 0000, folhas 249 – Marinha das Ondas, Figueira da Foz, e 239 – Figueira da Foz).

Machado (2003) localiza o nome *Pranto* como topónimo na Chamusca, em Porto de Mós e em Vila de Rei, bem como o regista como alternativa ao nome do rio de Carnaxide, considerando que em todos se trata da conversão do substantivo masculino *pranto*. A Infopédia⁵⁰⁹ parece corrigir este apontamento, dizendo que o rio assim chamado também tem o nome de *Carnide*. Não parece haver outra etimologia que não seja a que é discernível na relação com o substantivo comum *pranto*, do latim *planctus*, -ūs ‘ação de bater com ruído, pancada, murro; lamentação, pranto’ (DHLP e DCECH s. v. *llanto*).

4.6.12. Resmungão (rio)

Português, provavelmente com origem no adjetivo *resmungão*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluentes do rio dos (ou de) Fornos, de acordo com a CMP 1:25 000 (folha 230 – Coimbra). Na mesma fonte, assinala-se a Quinta do Resmungão, na freguesia de Souselas e nas margens do rio em referência.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ A presença de populações muçulmanas em território cristão está bem documentada, não excluindo que, em certos contextos, os cristãos moçárabes fossem encarados também como mouros, pela aculturação à cultura árabo-islâmica.

⁵⁰⁹ Disponível em <https://www.infopedia.pt/>, consultada em 30/08/2016.

⁵¹⁰ No *site* (em <http://jfbrasfemes.wix.com/jfbrasfemes#!histrta/c1wfv>, consultado em 20/05/2014) da freguesia de Brasfemes, no concelho de Coimbra, observa-se que a Quinta do Resmungão também teria sido referida sob a forma *Quinta do Remungão*. *Remungão* parece variante de *resmungão*, tendo em conta que, em relação a *resmungar*, se registam as variantes *remuncar* e *remungar* (Simões 1993).

Não registado em Machado 2003 nem noutras fontes consultadas, pelo que pouco se pode adiantar sobre este nome, a não ser aceitar que é transparente e procede do adjetivo *resmungão*, derivado de *resmungar*, ou *remusgar*, verbo que remonta ao latim vulgar **remussicare* ‘rosnar’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *amusgar*). Pode tratar-se de um hidrónimo de carácter descritivo, de origem metafórica; mas a existência do lugar da Quinta do Resmungão nas imediações deste curso de água não exclui a possibilidade de o hidrotópónimo se dever a um topónimo preexistente.

4.6.13. Ribelas (rio de)

Provavelmente formado no período romance, como diminutivo de *riba*.

Afluentes da margem esquerda do rio de Cavalos, o qual é, por sua vez, afluente do Mondego (CMP 1:25 000 (folha 222 – Oliveira do Hospital).

Forma toponímica frequente na metade norte de Portugal e na Galiza. O visualizador do CIGeoE-SIG regista o topónimo *Quinta de Ribelas*, nas margens do rio em referência. É possível que o hidrotópónimo tenha emergido de um uso toponímico preexistente, mas as fontes consultadas não permitem confirmar tal hipótese. A forma *ribela* constitui um diminutivo provavelmente medieval de *riba* ‘margem alta de um rio, ribanceira’, do latim *rīpa* ‘margem (em geral de rio), costa, litoral’ (DHLP e DCECH s. v. *riba*). Sobre os diminutivos em *-elo* ou *-ela*, ver *Agrela*, *rio da*, na secção 4.3.1).

4.6.14. Seco (rio)

Do período romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁵¹¹

⁵¹¹ Cortesão (1912) regista duas ocorrências do topónimo mas que nada têm que ver com o distrito da Guarda (ver também Machado 2003): *riu sicu* com data de 1077 (PMH Dipl.: 334), cujo contexto é referente à região do Vouga; e – *ribulo sicco* em 1258 (PMH Inquis.: 318 – na verdade, a ocorrência provém da citação de uma carta de D. Afonso Henriques datada de 1127), aparentemente relativa à região de Braga. Machado (2003) regista *Ribulo/riuulo sicco* dem DMP I: 109, mas trata-se de uma ocorrência datada de 1127, referente a hidrónimo ou topónimo da região de Barcelos.

Afluentes do rio de Cavalos, o qual, por sua vez, desagua na margem esquerda do rio Mondego (cf. CMP 1:25 000, folha 222 – Oliveira do Hospital).

Hidrónimo cuja motivação descritiva se afigura evidente, na falta de informação ou tradição documentada que a contrariem. Deve tratar-se, portanto, de um ribeiro de caudal fraco ou até nulo, sobre o qual se fixou a perspetiva decorrente dessa característica – daí *seco* ‘sem humidade, enxuto’, adjetivo que evoluiu do latim *siccus* ‘idem’ (cf. DHLP e DCECH).

4.6.15. Sótão (rio)

Obscura, embora pareça relacionar-se com o nome comum *sótão*.

Sartaon (?) 1122 (DMP I: 62)

Afluentes da margem esquerda do rio Ceira (CMP 1:25 000, folha 242 – Foz de Arouce, Lousã), provém da serra da Lousã. O RTP regista o topónimo *Ponte de Sótão*, que a CMP representa na confluência do rio do mesmo nome com o rio Sótão propriamente dito.

Não figura em Machado (2003). Torna-se obscura a motivação do nome deste rio, se se aceita como origem plausível o nome comum *sótão* – por intermédio da forma arcaica *sótalo*, do latim vulgar **sūbtŭlus*, derivado de *subtus* ‘debaixo’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *so*). No entanto, Curado (2004: 87)⁵¹² identifica com *Sótão* a forma *Sartaon*, que ocorre na sequência ad *illum montem Sartaon* num documento de 1122 em que D. Teresa faz doação da sua herdade de Seia (DMP I: 62). Esta hipótese, que não parece encontrar reforço noutras fontes consultadas, permite supor que o hidrotopónimo deva a sua génese a um orónimo de origem obscura cuja configuração, não obstante não se inscrever nem em padrões ou séries lexicais latino-romances ou arábicos, parece apontar para uma origem pré-latina.

4.6.16. Unhais (rio)

⁵¹² Apud Alarcão (2012: 123). Trata-se de Fernando Patrício Curado 2004. *A Martim Calvo e aos povoadores do Fundão*. Eburóbriga: Fundão. 2, pp. 77–115

De origem toponímica, de base latino-romance, embora não se possa excluir a antroponímia germânica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Zêzere (CMP 1:25 000, folhas 253 – Pampilhosa da Serra -, 254 – Vidual, Pampilhosa da Serra - e 265 – Madeirã, Oleiros), tem nascente na serra do Açor, “duas leguas a E. de Fajão”, segundo Baptista (1974: 104). Também chamado *rio da Pampilhosa*, pelo menos no seu curso inferior, conforme se representa na Carta Corográfica de Portugal, na escala 1:50 000 (M7810) e se refere no *Guia de Portugal* (Proença 1991-1996: 674). No seu curso mais alto é também registado como curso de água autónomo – o rio Unhais-o-Velho (cf. RTP e CIGeoE-SIG) ou o rio Cabril/ribeira de Cabril (cf. GEPB).

Machado (2003) regista o topónimo *Unhais*, sempre sob formas compostas: *Unhais da Serra*, localidade do distrito da Covilhã; e *Unhais-o-Velho*, relativo a uma aldeia do concelho da Pampilhosa da Serra, ao mesmo tempo que, considerando duas hipóteses, o faz derivar de *unha* ou de *Unhães*, “patronímico de antr. Hunila”. A primeira hipótese pode encontrar apoio no facto de se documentar *unhal* como item do léxico comum, com o significado de ‘pedra divisória de propriedade’ (Cabral 2013)⁵¹³ e ‘gume ou terso saliente de uma serrania’ (Machado 1991^a) – um derivado de *unha*, do latim *ũngŭla* ‘idem’. A segunda hipótese repousa sobre a proposta de Piel (1944: 373) a respeito da etimologia do topónimo *Unhão*, que teria origem no “caso oblíquo em *-anem* do nome godo Hunila [...], hipocorisma dum nome composto com o tema **huns-* ‘força’. Observe-se, porém, que esta etimologia já não se recolhe em Piel e Kremer (1976), muito embora aqui se consigne a raiz *Un-*, do gótico **hûn-* ‘urso novo’.⁵¹⁴ Por outro lado, a proposta de Machado (2003), que pressupõe a forma hipotética **Hunilanis*, confronta-se com ausência de casos semelhantes na região onde a toponímia de origem germânica é mais densa, ou seja, a norte do Douro incluindo a Galiza.

⁵¹³ De facto, Cabral 2013 cita Borges 2000, obra em que se recolhe *unhal* como regionalismo de Figueira de Castelo Rodrigo, na chamada Beira Transmontana.

⁵¹⁴ Informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Dado *Unhais* ocorrer na zona da serra da Estrela, portanto, mais a sul de onde tal toponímia é típica, pode dar força à hipótese de o topónimo se relacionar com a conversão do nome comum *unhal*. De qualquer modo, como hidrónimo, impõe-se a origem toponímica, que se afigura confirmada pela tendência de os outros nomes concorrentes serem também nomes de lugar (*Pampilhosa, Cabril*).

4.6.17. Unhais-o-Velho (rio)

Formado já na fase histórica do português, muito provavelmente como conversão do topónimo *Unhais-o-Velho*.

Parece tratar-se do curso mais alto do rio Unhais, também conhecido como da Pampilhosa (CMP 1:25 000, folha 244 – São Jorge da Beira, Covilhã). A GEPB regista como *Unhais* a “ribeira que passa na freg. de Unhais-o-Velho, mais conhecida por *Cabril*”.

Sobre a etimologia de *Unhais*, ver artigo respetivo.

4.6.18. Várzea (rio da)

De *várzea*, do léxico comum do estrato latino-romance ou já das suas fases mais tardias.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Mondego (cf. CMP 1:25 000 folha 229 – Ançã). Cantanhede)

Não se encontra informação que contrarie a relação do hidrotopónimo com o nome comum *várzea*, o qual, a avaliar pela observação da CMP 1:25 000, parece referencialmente compatível com a configuração do terreno por onde corre o rio em apreço. Sobre *várzea*, terreno cultivado à beira de um rio’, diga-se que constitui, apesar da sua origem pré-latina, um item típico dos romances hispânicos, pelo menos desde o século IX (cf. LHP; ver também *Várzea, rio da*, na secção 4.3.38).

4.6.19. Velho (rio)

Português, do adjetivo *velho*.

A falta de atestações decorre do facto de o rio assim chamado decorrer de uma obra hidráulica relativamente recente (a partir de 1790; ver nota mais abaixo).

Rio que corre no antigo leito do Mondego, já a jusante de Coimbra, conforme se pode ler no *Guia de Portugal* (3.º volume, Proença 1993: 173/174).⁵¹⁵ Hoje configura-se como um ramo que se confunde com a Vala Penhorada, que se liga à Vala da Cova, por sua vez, convergente com a Vala Real ou do Campo; contudo, a denominação ressurgiu na representação cartográfica um pouco a sul de Montemor-o-Velho (CMP M888 1:25 000, folhas 230 – S. João do Campo, Coimbra, 239 – Verride, Montemor-o-Velho e 240 – Montemor-o-Velho.)

Trata-se do curso de água que se encontra no leito mais antigo do Mondego. Tendo origem no adjetivo *velho* – do latim *vetŭlus*, *a, um*, diminutivo de *vētus*, *-ēris* 'velho, idoso, antigo' (DHLP; ver também DCECH s. v. *viejo*) –, o hidrónimo alude, portanto, a essa característica.

⁵¹⁵ É o que se infere da descrição que Proença (1993: 173) faz dos campos do baixo Mondego: “Os campos do Mondego vêem-se aqui e além manchados de laivos de areia arremessados pelas cheias e apercebem-se, com relativa precisão, os diferentes cursos de água do vale: em baixo, ao longo da estrada alcatroada, que vamos retomar, a *Vala do Norte*; a duas centenas de metros desta, o leito do *rio Velho*; a meio do campo, a *Vagem Grande*; finalmente, na orla dos ligeiros pendores do Ameal, o leito artificial e moderno [...] do Mondego.” As obras que alteraram o curso fluvial são também referidas por Proença: “Em 1708 [...] foi aprovado o plano (que já vinha dos fins do séc. XVI) da abertura dum leito artificial, para substituição do leito natural envelhecido. Tal projecto, porém, por resistência passiva dos donos dos terrenos que teriam de ser sacrificados pelo encanamento, adormeceu e só foi retomado em 1790 pelo ministro José de Seabra e Silva, que incumbiu do seu estudo o padre Estêvão Cabral, justamente considerado como entendido em trabalhos dessa natureza, e que sobre ‘os remédios a dar’ escreveu um vivo requisitório. [...] Os carreamentos do rio eram factos naturais inelutáveis. ‘A areia sempre veio, e sempre virá, e sempre passou nos séculos antigos’. O que havia a fazer – (argumentava a ríspida inteligência do padre, ao mesmo tempo à maneira aristotélica e à maneira dos modernos físicos da entropia) – era facilitá-los, dando ao rio as melhores condições para conduzir os detritos ao seu lugar natural: o fundo do mar. Para isso, impunha-se, racionalmente, o encanamento em linha recta. Com um álveo traçado a direito, o rio se encarregaria de fazer os seus transpotes naturais, sem dano para os campos. Tal era o pensamento do famoso perito, que, por um alvará, em breve foi incumbido de executar o plano. As escavações principiaram na Primavera de 1791 e duraram nove anos. O traçado do encanamento coincidiu sensivelmente com o eixo do vale, e modo que o álveo novo, relativamente ao velho, encurtou o percurso do rio em cerca de uma légua. [...]”

4.7. Distrito de Évora (9 hidrotopónimos)

Alcarrache (ribeira de/rio), Almançor (rio), Degebe (rio), Divor (ribeira do), Marateca (ribeira de), Raia (ribeira da), Tera (ribeira de), Torto (rio), Xarrama (rio),

4.7.1. Alcarrache (rio/ribeira de)

Nome árabe, que pode ter assumido traços romances ou portugueses quer na origem quer na transmissão pós-Reconquista.

Sem atestação medieval nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do Guadiana, atualmente desagua na barragem do Alqueva (CMP 1:25 000, folha 483 — Mourão; 483-A — Mourão; 492 — Granja, Mourão; 491 — Amieira, Portel).⁵¹⁶

Machado (2003) relaciona-o com *Alcarraque*, antropónimo, o qual terá dado origem ao topónimo *Alcarraques* (Coimbra), por via de um genitivo românico, a todos atribuindo origem árabe, do árabe *al-qarrāq*, ‘alpergateiro’. As atestações que apresenta provêm dos PMH e na sua maioria sugerem a ocorrência de uma velar surda na última sílaba; contudo, as formas que figuram nos antropónimos *galib alkarrace* ou *alcarrac* e *zoleima alkarrac* (PMH Dipl.: 480/481), num documento de 1094 respeitante a um ato de venda na região de Coimbra, podem antes apontar para a ocorrência de uma africada no ataque da última sílaba grafada <ce> ou como coda na sílaba grafada <rrac>. De qualquer modo, a etimologia de Machado é a que também propõe Terés (1986: 327-329), em comentário à forma *Guadalcarranque*.⁵¹⁷ Terés explica a alternância entre a terminações *-aque* e *-ache* — respetivamente, a de *Guadalcarraque* (forma que reconstrói hipoteticamente a partir de *Guadalcarranque*) e de *Alcarrache* —, como paralela à relação existente entre dois

⁵¹⁶ Ao contrário do que afirma Baptista (1874: 153) — “Nasce na F. da Amarelleja; corre a O. N. O., e entra no Guadiana, com 4^l de curso.” —, o rio em referência nasce na província de Badajoz, na serra de Santa Maria, entre Barcarrota e Salvaleón (Madoz 1845).

⁵¹⁷ Terés (1986), num comentário a *Guadalcarranque*, nome atestado em 1253, refere *Alcarrache* como forma moderna deste hidrónimo. Observa que na documentação medieval em castelhano se verifica alguma variação, a qual acaba por estabilizar na forma moderna: *Guadalcarranque* (1253), *Guadilcarrache* (1277); *Alcarrache*. Apesar de uma hipotética afinidade entre *Alcarrache* e *Alburquerque* (Badajoz), que levaria a filiar o hidrónimo num elemento toponímico pré-latino e pré-indo-europeu **karkar*, também presente em nomes de lugar como *Cárquere* (Resende, Viseu). Terés (idem) sugere que *Alcarrache* provenha de *Wādi-l-Qarrāq*, ‘rio do alpergateiro [alcorquero]’.

derivados árabes da expressão latina *Caput Aquae*, *Alcabideque* (Coimbra) e *Alcabideche* (Sintra), a qual refletiria a variação fonológica regional dessas terminações. Fica, contudo, por explicar a passagem de *-eque* a *-eche*, conforme David Lopes (Lopes 1968 [1910-1911]) assinala. Seria, pois, necessário identificar mais casos desta alternância, que permitissem confirmá-la como um processo fonológico estável em certa área do território onde se falava o árabe andalusi. Fernandes (1999) discorda desta proposta e sugere uma constituição híbrida – “‘alcara’ + *ache* como resultado de *-aculi* ou *-acula*”, remetendo para a análise de *Cernache* (de *serna*, variante de *senra* ‘seara’ + *-acha*, sufixo de diminutivo latino *-acula*).⁵¹⁸ Refira-se que Fernandes dedica entrada a *Alcara*, que diz ainda existir na proximidade de Coimbra (o CIGeoE-SIG não o confirma) e que Machado (2003) regista como topónimo atestado em 1001 num documento relativo à região de Coimbra (PMH Dipl.: 114), aventando a hipótese de se tratar de derivado do árabe *al qarā*, ‘rochedo negro’, ‘solo coberto de pedras negras’, ‘colina isolada’. Terés (1986: 328) cita ainda um estudo de Terrón Albarrán (1979: 5/6), no qual se propõe que o hidrónimo em apreço tenha origem numa outra expressão árabe de tipo descritivo, *Wādī-l-Qarāh*, ‘rio de águas claras ou limpas’ (cf. Reig 2006, s.v. قراح ‘claro, límpido, puro’); observe-se, contudo, que esta proposta deixa por explicar a terminação *-che*. Acrescente-se que a ocorrência, no Alentejo, de certos hidrónimos que sugerem uma origem antroponímia, como acontece com *Almançor* (ver nesta secção), reforça a possibilidade de *Alcarrache* se incluir neste elenco. Com efeito, pode tratar-se de um nome que se converteu em topónimo com base no uso antroponímico de uma expressão do léxico comum árabe. É, portanto, um nome de configuração árabe que, no entanto, parece ter sido afetado por várias interferências romances, pelo menos do ponto de vista da sua transmissão já em ambiente linguístico românico, possivelmente no período final da reconquista (de meados do século XIII em diante).

4.7.2. Almançor (rio)

Com origem num adjetivo e num antroponimo árabes.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁵¹⁸ *Serna* é a forma castelhana (cf. RAE). Note-se, porém, que não estando *serna* atestada como forma portuguesa nem galega (cf. DCECH, s. v. *serna*), reduz-se a plausibilidade da etimologia proposta por Fernandes 1999.

Rio afluente do Sorraia e subafluente do Tejo (CMP 1:25 000, folha 448 — Nossa Senhora da Graça do Divor; 437 — Arraiolos; 447 — Montemor-o-Novo; 420 — Canha, Montijo; 404 — Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira), é conhecido por três nomes, que se sucedem ao longo do seu curso: ribeira de Almançor, de Canha ou de Santo Estêvão. Batista (1975: 122): “[...] passa na F. de S. Gens, onde começa a receber o nome de Canha; na F. de Santo Aleixo; na V.^a de Canha (a N. E.); depois na F. de Santo Estevão; e ahi recebe também este nome, com o qual passa em Samora Correia (a N. O.) [...].” *Canha* é também o nome por que é conhecido no extremo ocidental do distrito de Évora — cf. verbete sobre *Canha* nesta secção.

Machado 2003 atribui-lhe origem antroponímica, por via da conversão em nome de lugar, a qual, neste caso, diz ser muito frequente no mundo de língua árabe. Documenta-se o uso toponímico de *Almançor* nos PMH, com a expressão *Petra de Almazor*, relativa às inquirições mandadas fazer por Afonso III (PMH, Inq.: 721; cf. Cortesão 1912, s.v. *Almazor*). Trata-se de um topónimo que, no documento, surge entre outros topónimos situados na região de Braga, pelo que se pode supor que o nome permaneceu como forma de evocar a memória de uma figura, plausivelmente ser o mesmo Almançor que arrasou o santuário de Santiago de Compostela. No contexto do arabismo peninsular, Terés (1992: 29) diz tratar-se de forma que remonta a *manṣūr*, ‘ajudado [por Deus]’, participio não agentivo. Com efeito, trata-se de uma forma que provém da mesma raiz de *naṣr*, ‘apoio de Deus, vitória’ e do verbo *naṣara*, ‘ajudar, socorrer, dar (Deus) a vitória’ (Reig 2006). Noutro estudo (Terés 1983: 379-382), dedica um artigo ao nome *Guadalmanzor*, também conhecido como *Almanzora*, que interpreta como ‘lugar da Vitória’, o que leva o filólogo espanhol a propor que a forma mais correta da primeira forma seja na realidade *Guadalmanzora*. Acrescente-se que este nome é recorrente na Península Ibérica, conforme assinala Terés (1992: 29): “[...] Benanmazor, Cazalla de Almanzor, Dehesilla de Almanzor, Plaza del Moro Almanzor, Fuente Almanzor, Almanzor (dudosos), y diversos Almas/çor y Mansores en Portugal.”⁵¹⁹ O hidrónimo *Almançor* pode assim perpetuar a memória de alguém assim chamado, sendo de conjecturar que se trata de uma figura importante, talvez não o Almançor da transição do século X ao século XI, mas o

⁵¹⁹ A localização dos topónimos espanhóis não é fácil, porque a maior parte já desapareceu ou viu alterada a sua forma. Assim, com base em Madoz (1847): não foi possível localizar Benanmazor (se é que se trata da forma correta); Cazalla de Almanzor é um antigo topónimo da província de Sevilla; Dehesilla de Almanzor poderá ser Almanzor y Casa Barrera, em Utrera (Sevilha);

emir almóada de Marrocos – Abu Yaquub Yusuf al-Mansur (1160-1199) – que devastou no final do século XII as terras conquistadas pelos portugueses na margem esquerda do vale do Tejo (cf. Mattoso 1993: 94/95).

4.7.3. Degebe (rio)

Nome talvez totalmente árabe, ainda que o segundo elemento (-gebe) tenha etimologia controversa.

odigebe 1258 (Azevedo 1906-1910: 4), 1261 (idem, pp. 6 e 14), 1265 (idem, pp. 18 e 19),⁵²⁰ *vdygebe*, *vdigebe*, *vdegebe* 1265 (CIPM; ver também Ribeiro 1810-1836, tomo II: 287)⁵²¹

Afluente da margem direita do rio Guadiana (CMP 1:25 000, folhas 501 — Moura; 491 — Amieira, Portel; 482 — Campo, Reguengos de Monsaraz; 481 — Monte do Trigo, Portel; 472 — S. Manços, Évora; 461 — Montoito, Redondo; 460 — Évora; 449 — Canaviais, Évora; 438 — Igrejinha, Arraiolos).⁵²²

O nome é analisável em dois elementos, sendo o primeiro *ode-*, ‘vale, rio’, de origem árabe, e o segundo de filiação insegura. As formas medievais apresentam o elemento *odi-* (<árabe *wadī*), no qual mais tarde *o-* inicial terá sido reanalisado como artigo definido, dando origem à forma *Degebe* (cf. IGeoE-SIG).⁵²³ Machado (2003) admite a possibilidade de -gebe se relacionar com o árabe *jibb*, ‘cisterna, poço’, mas favorece a hipótese de uma origem pré-latina.⁵²⁴ Observe-se que, segundo Corriente (2003 s.v.

⁵²⁰ Também *apud* Machado 2003.

⁵²¹ Apresentam-se as formas que constam no CIPM, ou seja, grafadas com <v>, correspondente à vogal [u]. Ribeiro 1810-1836 apresenta como datação a era de 1303; é fonte de Machado 2003, s.v. *Degebe*.

⁵²² Baptista (1874: 149) regista-o como *ribeira Degebe* e localiza-lhe a nascente na “F. de S. Bento do Matto, duas léguas a S. O. d’Evora-Monte” (ibidem),⁵²² mas a CMP indica que o rio nasce a um pouco mais a oeste, aparentemente na freguesia de Igrejinha, no concelho de Arraiolos.

⁵²³ Pinho Leal (1873-1890) interpreta etimologicamente este nome como constituído por *Uad*, *Ued* ou *Wad*, ‘água ou rio’, e *Geb* ou *Gib*, ‘monte’ — etimologia que o árabe não sustenta cabalmente, porque, sendo a palavra em causa *jabal* (ou *jebal* ou *jibal*, tendo em conta a ação eventual da imala), fica por explicar, pelo menos no contexto da morfologia do árabe, a perda da consoante final da raiz, a líquida /l/. Incorreta é, sem dúvida, a etimologia proposta pela ELBCV — “Do ár. Nad-el-Geb, rio do monte” —, porque a forma *nad* deve estar por lapso ou por gralha em lugar de *Ued* ou *Wad*, conforme antes registara Pinho Leal.

⁵²⁴ Pereira (1894:8/9), que menciona o rio Degebe, salientou a abundante toponímia árabe ou arabizada eborense que abrange também a hidrotoponímia da região: “Nos documentos eborenses do séc. XIII, raro é o nome do sítio, ribeira ou cabeço que não seja ainda hoje usado, tal qual ou com pequena variante, Almansor, Valleira, Benamollique, Aivados, Motrógos (Motrovegas), Louredo, Pecenas, são nomes usados ainda hoje. Em todo o aro de Évora são frequentes os nomes de origem ou feição árabe. Os dois ribeiros mais próximos são o Xarrama e o Degebe; Benamorique, Benafilé, Bencafede, devem ser bem

alchub), a palavra tem no árabe clássico a forma *jubb*, ‘cisterna’,⁵²⁵ mas estaria em alternância com *jibb*, forma “palatalizada” (isto é, com vogal não recuada), no árabe andalusi. *Jubb/jibb* relaciona-se com a raiz do verbo *jabbnā* ‘recolher (águas de escorrência)’ (cf. Reig 2006), reforçando a adequação semântica de uma eventual etimologia árabe, dado tratar-se de um rio que recolhe as águas dos seus afluentes. Tendo em conta que em português as duas variantes árabo-andalusi permanecem com o seu vocalismo original, a explicação da vogal média na primeira sílaba do elemento *-gebe* (a vogal final poderia ser encarada como vogal de apoio) seria suscetível de um tratamento idiossincrático de *wāw* ou *yā’* árabes. Mas não é despendiça uma outra hipótese, a de tal elemento se relacionar antes com um nome de agente como *jāba*, que significa ‘cobrador’ (cf. Reig 2006): a passagem de *ā* à vogal média do português atual ficaria pelo imala, ou seja, pelo processo de palatalização tão frequente árabe magrebino e andalusi.⁵²⁶

Contra a hipótese árabe a respeito da etimologia de *-gebe*, perfila-se também o facto de as formas medieval e atual não apresentarem vestígios do artigo árabe, o qual seria de ocorrer, se se supuser que *Odigebe/Degebe* deriva de **wadi-l-jibb*, ou seja, ‘rio da cisterna’ ou ‘rio do poço’.⁵²⁷ Trata-se de uma estrutura de genitivo que, em terminologia gramatical árabe, é denominada *idāfa*, ou seja “estado constructo”, no qual, assinala Terés (1986: 289), o artigo é exigido na construção antes do segundo elemento se este for um item do léxico comum.⁵²⁸ Mesmo assim, não é de excluir que, do ponto de vista

árabes; Machede dizem ter a mesma origem. Na cidade há nomes árabes, a torre de Alconchel, a rua de Mahumud, Alcarcovas, Alcaçarias, etc.” Sobre *Xarrama*, ver comentário neste trabalho. Quanto a *Benamorique*, *Benafilé* e *Bencafede*, refira-se que se trata com toda a probabilidade de patronímicos. Lopes (1968: 149, n. 4), sem confirmar eventual relação com o topónimo *Mourique* (Évora), do antropónimo *Mauricu-*, refere *Benamorique* como nome de uma herdade perto de Évora, deturpado como *Dona Morique*. Quanto a *Bencafede*, Machado (2003) remete este nome para o topónimo *Bem que Fede*, herdade localizada na região de Évora, o qual o mesmo autor relaciona depois com *Cafede* (Castelo Branco), a que atribui origem obscura. Sobre *Benafilé*, parecem escassas as referências, mas regista-se o culto da Senhora de Benafilé em Évora (cf. Pimentel s.d.: 178); a sua vaga semelhança com o topónimo catalão *Benifallet* (Tarragona), que tradicionalmente se faz remontar ao patronímico *banu Khalid*, poderia facultar uma pista (para uma etimologia alternativa de Benifallet, ver Bramon 2013: 6).

⁵²⁵ Em português, verifica-se que as formas em alternância se especializaram: *algibe* significa ‘reservatório onde se recolhe água, ger. da chuva; cisterna’ (*Dicionário Houaiss*), mas a *aljube* atribuem-se as aceções de ‘prisão’, ‘aposento sem luz nem ar’ e ‘caverna, gruta’ (ibidem). Assinale-se que, segundo Corriente (2003 s.v. *alchub*), o português *ogiva* e o espanhol contemporâneo *ojiva* provêm do francês *augibe* (atualmente *ogive*), do castelhano antigo *algiba* (ver também DCECH, s. v. *aljibe*). Refira-se, contudo, que é segura a filiação da palavra francesa no arabismo de transmissão castelhana (cf. *Trésor de la Langue Française*, em <http://www.cnrtl.fr/definition/ogive>, consultado em 22/03/2014).

⁵²⁶ Usa-se a forma *imala* para designar este fenómeno de palatalização vocálica (cf. Lopes 1968: 24 e DHL, s.v. *imala*).

⁵²⁷ Cf. Bautista Castro (Castro 1763: 119): “No Veraõ corre pouco, e conserva a agua só em alguns pégos, ou poços, por cuja causa os Mouros lhe deram o nome que tem, que na sua língua significa fosso, ou cisterna.”

⁵²⁸ Segundo Terés (1986: 289) a ausência de artigo “nos lleva a suponer que el segundo componente es un nombre no árabe o antropónimo”.

fonomorfológico se verificasse efetivamente a ocorrência do artigo; com efeito, Steiger (1991: 181) observa que no hispano-árabe as chamadas letras solares,⁵²⁹ que assimilam artigo árabe *al-*, também incluíam o jime (ج), correspondente a uma consoante pós-palatal sonora que teria passado a fricativa pré-palatal, tal como acontece nos dialetos magrebins contemporâneos. O nome em apreço poderia ter, portanto, a forma **wadi-l-jibb* ou, aceitando a assimilação do artigo, **wadi-j-jibb*.

Torna-se, portanto, mais plausível a tese de *Degebe* ter globalmente uma etimologia árabe, sem incluir qualquer elemento pré-árabe; e acaba por existir, assim, margem para o leque de hipóteses etimológicas aumentar, porque estruturas que não seriam lícitas em nomes que contêm *od-* ou *odi-* passam a oferecer a possibilidade de incluírem etimologicamente um artigo.⁵³⁰ De qualquer modo, o segundo elemento de *Degebe* (ou melhor, *Odigebe*), continua a ter, por enquanto, origem obscura.

4.7.4. Divor (ribeira do)

Hidrónymo talvez híbrido, tem um primeiro elemento claramente de origem árabe (*od-*) e um segundo elemento de provável origem pré-latina não determinada.

Divor (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I – parte I*, cap. CXLVI).⁵³¹

⁵²⁹ As letras solares correspondem a consoantes dentais e fricativas dorsodentais, enfáticas e não enfáticas, bem como à fricativa pré-palatal surda [ʃ] (cf. Abu-Chacra 2007: 39).

⁵³⁰ Pela proximidade geográfica e pela sua configuração árabe ou arabizante, por vezes incluindo sequências homófonas de *-gebe* ou suscetíveis de terem sido submetidas a fenómenos fonéticos semelhantes no contexto do árabe, vale a pena mencionar alguns casos que poderão sugerir algumas pistas para uma investigação do conjunto da toponímia árabe ou arabizada do distrito de Évora.. Machado (2003) refere o topónimo *Almodigebe*, no concelho de Arraiolos e nas imediações do rio Degebe, aventando a hipótese de o nome do rio estar na base do topónimo. No entanto, não foi possível localizar este nome no CIGeoE-SIG. Refira-se ainda o topónimo *Geberela* ou *Gebarela*, em Elvas, também susceptível de relacionar-se com o elemento *-gebe*. No entanto, não foi possível encontrar fontes que apontassem nesse sentido. Por se tratar de outro hidrónymo de configuração total ou parcialmente árabe, é ainda de assinalar o hidrónymo *Odiege*, registado por Castro (1773: 134): “Fórma-se de duas ribeiras nas Freguezias de S. Brissos, termo de Montemor o novo, e de S. Sebastião da Gesteira, termo de Evora”. Atualmente parece perdido, mas na região em referência regista-se o lugar de Moinho de Dieges, que o CIGeoE-SIG (com o RTP) localiza na freguesia de Alcáçovas (Viana do Alentejo, Évora). Este topónimo tem variantes e também se encontra sob as formas *Moinho do Diege* (DR Portaria 62/99 de 27 de janeiro, disponível em <http://www.dre.pt/utl/getdiplomas.asp?s=sug&tdip=Portaria&ndip=62/99>, consultado 3m 10/08/2013), *Moinho de Diege* e *Moinho do Diegues*. Cardoso (1747: 142) menciona este hidrónymo na descrição que faz da serra a que chama “das Alcáçovas” (Évora) e que descreve assim (Cardoso 1747: 141): “He esta serra hum monte, que terá hum quarto de légua de circunferencia; mas taõ alto, que pela distancia de muitas leguas não tem as nuvens mayor vizinhança.” Observe-se que nem no RTP nem na CMP se consegue identificar este acidente geográfico, pelo que, na atualidade, oficialmente, parece não se lhe dar nome especial.

⁵³¹ Nem Cortesão (1912) nem Machado (200) apresentam atestações. Uma pesquisa no CIPM faculta a que aqui se regista.

Rio que nasce no concelho de Arraiolos e desagua na margem esquerda do Sorraia (CMP 1:25 000, folha 448 — Nossa Senhora da Graça do Divor; 438 — Igrejinha, Arraiolos; 437 — Arraiolos; 423 — Aldeia da Serra, Arraiolos; 409 — Pavia, Mora; 408 — Mora; 407 — Santana do Mato, Coruche; 393 — Erra, Coruche).⁵³²

O nome do rio ocorre em duas variantes *Odivor*, mais antiga, e *Divor*, que é a atualmente em uso (cf. Vasconcelos 1918: 62). Diacronicamente, a primeira precedeu, portanto, a segunda, tendo havido na passagem de uma à outra a reanálise do *o-* inicial como artigo definido, o que explica que, além de “ribeira de Divor”, também se registre atualmente como nome completo a sequência “ribeira do Divor”, com artigo definido (cf. RTP). Silveira (1941: 271) considera que o segundo elemento do nome tem origem árabe, filiando-o em *al bur*, para ele, o mesmo que ‘a charneca’, etimologia comum ao topónimo *Alvor*. Machado 2003 contesta esta tese, bem como a análise de Silveira, justamente em relação ao ponto que este tinha tido o cuidado de justificar, a ausência de artigo antes de *bur*, que é sempre de esperar em árabe antes de um item do léxico comum que ocorra como segundo elemento na construção determinativa ou construção de genitivo (*idafa*). Machado (2003) propõe antes uma origem pré-latina.⁵³³

Mas, virando a atenção para lá da fronteira portuguesa, avulta a forma *Ibor*, nome de um rio da província espanhola de Cáceres, como eventual pista para a etimologia de *Divor* (ou *Odivor*). Com efeito a semelhança fónica dos dois nomes pode sugerir uma relação estreita, se não mesmo identidade. Se existe tal relação, e sabendo que *Od-* e *Odi-* têm origem no árabe, pode interpretar-se o elemento *-ivor* ou *-vor* com base no cacerenho *Ibor*, o qual, para González Salgado (2006: 1447), seguindo Sánchez Salor (1978), «[...] presenta una raíz preindoeuropea IP- muy extendida en hidrónimos de toda Europa y el norte de África [...]». Na perspetiva da tese do europeu antigo, Bascuas (2002: 35/36) sublinha o carácter indo-europeu de *Ibor*, que exhibe uma terminação muito frequente na hidronímia pré-romana (*Sabor*, *Onor*, *Miñor*, *Osor*, *Lidor*, etc.).⁵³⁴

⁵³² Baptista (1874: 121) regista-o sob nome com duas variantes, *Divor* ou *Odivor*, e refere que nasce “1 1/2¹ a S. E. de Arrayolos, na F. de *Divor* ou *Odivor*”.

⁵³³ Pinho Leal (Leal 1873-1890) apresenta uma etimologia totalmente fantasiosa, com base numa expressão latina: “Está esta freguesia situada no centro de formosas veigas, e tão aprasíveis, que os romanos (segundo alguns escriptores) lhe chamaram *Campos Elísios*, ou *Campi Divorum* — *Campo dos Deuses*). De *Divorum* — diz-se — provém *Divôr*.”

⁵³⁴ A referência a Bascuas (2002) deve-se a recomendação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

González Salgado (2006: 1447, n. 18) refere-se igualmente à tese de García de Diego (1975), segundo o qual *Ibor* seria o resultado de *Ebura*, nome pré-latino, sem filiação clara (céltico? pré-céltico? pré-indo-europeu?). Tanto Sánchez Salor como García de Diego negam origem ibérica ao hidrónimo em apreço (supostamente a partir da raiz *ibar*, ‘rio’). A hipótese de García Diego é especialmente sugestiva, quando se pensa numa eventualmente relação entre *Ebura* e *Ebora*, forma das fontes da Antiguidade que está na origem de Évora (Guerra 1998: 432/433). Com base em *Ebora*, pode supor-se uma eventual formação no período árabe que hipoteticamente poderia ser **wadi Yabura*, ou seja, ‘o rio de Évora’, sendo *Yabura* a adaptação árabe de *Ebora*. Contudo, a própria forma *Ibor* é conciliável com *Divor*, aceitando que a raiz **ip-* evolui condicionada pela fonologia árabe, com o característico vozeamento da oclusiva bilabial surda (**Paca/Paga* ou **Pace > Beja*).⁵³⁵ O vocalismo poderia ter-se alterado de modo a adaptar-se ao repertório vocálico do árabe, operação que estaria refletida na passagem de *e* a *i* na primeira sílaba e de *o* a *u* na segunda. A relação de *Divor* com *Ebura* também é configurável em árabe, embora fique por explicar a apócope do *-a* da forma pré-latina ou latina.

Seja como for, da exposição fácil é concluir que sobre *Divor* pouco ou nada se pode apurar com segurança, pelo que o mais plausível é manter a proposta de Machado (2003), que é de analisar diacronicamente este hidrónimo como um composto híbrido em que o árabe *od-* ou *odi-* se associa a um segundo elemento de origem obscura.

4.7.5. Marateca (ribeira de)

Provável origem toponímica, por conversão do nome comum, *malateca*, ‘pequena herdade’. Não é de excluir, porém, uma convergência ou síntese com o topónimo de provável origem pré-romana, *Malaceca* ou *Malateca* (Itinerário de Antonino).

⁵³⁵ Steiger (1991: 184) relaciona *Beja* com *Pax Iulia* pela sequência *Pace > *Page > bēža*, na qual *c* e *g* correspondem, respetivamente, a uma oclusiva velar surda e a uma oclusiva velar vozeada (mantêm-se os símbolos fonéticos usados por Steiger); na adaptação ao árabe, verifica-se passagem da oclusiva velar vozeada a africada ou fricativa pré-palatal vozeada, imala *a > e*, *p > b* e terminação feminina *-a*. Um esquema igual ou semelhante propõem Lopes (1968: 23-26) e Vasconcelos (1931: 151). Numa perspetiva alternativa, Piel (1976: 6/7) considera que, em *Pace*, *c* era uma africada pré-palatal surda, [tʃ], que, sendo desconhecida do árabe clássico, passou à sua correspondente vozeada, [dʒ]. Considerando a grande variação dialetal em Al-Andalus, não se torna descabido explorar a hipótese de Piel, apesar de a sequência etimológica de Steiger ser a mais aceite.

Marateca 1381 (*Chancelaria de D. Fernando*, liv. III, fol. 58 v.º), c. 1450 (Ordenações Afonsinas, livro I, título LXXVII, 12)⁵³⁶

Afluente da margem direita do rio Sado (CMP 1:25 000, folhas 457 — São Martinho, Alcácer do Sal). Baptista (1874: 136) refere que o rio resulta da junção da ribeira de Cabrela e da ribeira de Safira, embora a CMP sugira que se trata de dois afluentes da ribeira da Marateca e que esta nasce na serra de Monfurado.

Frequentemente identificado com *Malateca*, *statio* referida no *Itinerário de Antonino* (417,3), e *Malabiste*, no Anónimo de Ravena (306, 16). Guerra (1998: 521/522) aceita tanto a identificação de *Malabiste* com *Malateca* como a preferência por esta lição, em detrimento da variante *Malaceca*, ditada pelo topónimo da contemporaneidade; o mesmo autor não descarta a possibilidade de se tratar de um híbrido formado por um formante proveniente de um estrato linguístico pré-indo-europeu e um sufixo indo-europeu (-*aiko*). Se assim é, deve sublinhar-se a particularidade de a forma atual não mostrar a sonorização intervocálica das oclusivas, que é típica de todos os romances provenientes do norte da Península. Contudo, Vasconcelos (1991: 21/22) regista as formas *Malececa*, *Malceca* e *Malececca*, sem incluir *Malateca*, acrescentando que a plausibilidade de identificar *Marateca* com uma destas formas se confronta com o facto de haver casais e herdades com o mesmo nome de *Marateca* nos distritos de Santarém, Évora e Portalegre. Machado (2003) localiza com maior precisão os lugares assim chamados (em Lagos, Mora, Sousel, Vila Viçosa e na Ilha de S. Jorge), e, não rejeitando uma eventual transplantação toponímica do nome — sobretudo tendo em conta a sua localização nos Açores. — admite uma origem comum, embora não aceite o contributo árabe, por via de *malteqā* ‘confluente’.

Alarcão (2004: 320) não tem qualquer dúvida em identificar *Marateca* com a forma *Malateca*, não mencionando sequer a variante *Malaceca*.⁵³⁷ Não obstante, a verdade é que a respeito do *Itinerário de Antonino*, são conhecidos alguns erros de transmissão, pelo menos, no que se refere à descrição das vias da Britânia (Wheeler 1920); não é, portanto,

⁵³⁶ As atestações que Machado (2003) recolhe provêm dos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, n.º 28, p. 55, e das Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, I, tit. 67, 12 (Coimbra, 1792).

⁵³⁷ Vilatela (2000: 191), porém, considera mais correta a variante *Malaceca*, “[...] procedente del celta *mal-aco-s* ‘digno de elogio’, comparable al griego *mála*, al irlandês *molad* y al galés *mawl*, que curiosamente presentan una extraña semejanza com la forma “corrupta del Geógrafo Ravenate”. Esta hipótese deve ser encarada com muitas reserva, porque se entende mal de que modo se pode conciliar a semântica do étimo proposto com a motivação de *Malaceca* como topónimo.

de admirar que o mesmo aconteça em relação ao registo do topónimo. Levanta-se o problema da história da transmissão deste nome, a qual não exclui em princípio a via moçárabe nem certamente o árabe, num processo que impediu a referida sonorização da velar intervocálica da forma atestada na Antiguidade.

O RTP e a CMP (disponíveis no CIGeoE-SIG) confirmam e corrigem a informação disponível em Machado (2003). Além da *Marateca* situada no concelho de Palmela, registam-se as seguintes localidades que coincidem com essa mesma forma ou a incluem: *Maratecas* (Uzelina, Velas), *Alto da Marateca* (Seia, Guarda); *Marateca* (S. Marcos da Serra, Silves, Faro), *Monte da Marateca*, *Monte Novo da Marateca* e ribeira da *Marateca* (Casa Branca, Sousel, Portalegre); *Monte da Marateca Nova* e *Monte da Marateca Velha* (Pavia, Mora, Évora), *Quinta da Marateca* (Póvoa de Rio de Moinhos, Castelo Branco); e também *barragem da Marateca* ou *de Santa Águeda* (mesma localização em Castelo Branco, mas também associada a Lardosa e Soalheira). Não foi possível localizar a *Marateca* que Machado (2003) localiza em Vila Viçosa. Por último, assinala-se a existência de uma *Malateca* (Herdade da Malateca) em Nisa, no distrito de Portalegre. Dada a existência, em falares alentejanos, do termo *malateca*, ‘pequena herdade’ (Pires 1912, Silva 1947 e Delgado 1951),⁵³⁸ afigura-se aceitável que esteja aqui a principal motivação para o nome em apreço. A passagem de *malateca* a *marateca*, com mudança na líquida (da lateral [l] à vibrante [r]), é suscetível de ser explicada por variações paralelas de líquidas noutros itens lexicais no contexto da variação tanto diatópica como diacrónica: *melocotão*, *maracotão*; “f.hist. sXVI maracotoes, sXVI maracotoens, sXVI malecotoees, sXVI melocotão” (*Dicionário Houaiss*). Se os topónimos antes mencionados não são resultado da transferência decorrente de uma situação de migração com origem na Marateca de Palmela ou de uma eventual região da Marateca definida talvez pela bacia do rio ou ribeira assim chamada, então parece que *Marateca*, que se usa com artigo definido, pode ser de facto a conversão de um nome comum, *malateca* ou de uma variante não atestada **marateca*, num processo que teria sido frequente no Alentejo, abrangendo a Beira Baixa.

⁵³⁸ Silva (1947: 114) define *malateca* como “pequena propriedade onde vive o charepe [pequeno lavrador]” e “pequena propriedade que tem Monte [isto é, parte urbana]”, juntando uma atestação de carácter metalinguístico segundo a qual a palavra se usa com valor pejorativo e tem como sinónimo *charaviscal*. Note-se que se trata de um item lexical que não tem tratamento etimológico nas fontes consultadas, nem parece imediatamente enquadrável nos estratos linguísticos aqui discutidos, pelo que, por enquanto, se pode considerar que a sua origem é obscura.

Esta última hipótese põe em causa a lição *Malateca*, considerada, como declara Guerra (1998: 522) mais correta na fixação do nome registado no *Itinerário de Antonino*. No entanto, dado que, em relação ao próprio hidrotopónimo, Machado (2003) inclui uma atestação clara do século XV (“a foz de Marateca pola ribeira acima ataa Cabrella”), não é de rejeitar uma eventual convergência de *malateca* ou *marateca* com uma outra forma mais antiga, cuja configuração não terá de ser exatamente a da lição aceite por Guerra e Alarcão.

4.7.6. Raia (ribeira da)

Provável conversão toponímica do nome comum *raia*, ‘marca, limite, fronteira’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Com a ribeira de Sor, forma o rio Sorraia (cf. CMP 1:25 000, folha 409 — Pavia, Mora; 395 — Cabeção, Mora; 394 — Couço, Coruche). Segundo Batista (1874:128), o rio (ou ribeira) assim chamado resulta da junção das ribeiras de Tera e de Seda.

Machado (2003) limita-se a registar este topónimo em vários pontos de Portugal e até em antigas colónias, atribuindo a sua origem ao nome comum *raia*, ‘marca, limite. fronteira’ – talvez derivado do latim *radius* ‘raio de carro/luz’ (cf. DCECH s. v. *raya* e DHLP) –, mas sem indicar que se trata também de hidrónimo. A referência a este nome é também muito sumária no comentário a *Sorraia*, forma interpretada como aglutinação de *Sor* (ver secção sobre rios de Portalegre) e *Raia*. Observe-se que a identificação com *raia*, ‘limite, fronteira’, parece apenas basear-se na relação de homonímia, pelo que faltam elementos que permitam documentar e fundamentar esta relação de maneira mais segura.

4.7.7. Tera (ribeira de)⁵³⁹

Obscura, provavelmente indo-europeia pré-latina.

Teram, *Thera* 1258 (PMH Leges:679), *Teram* 1271 (idem, p. 721)

⁵³⁹ Pronunciado [‘terɐ], com vogal [-baixa] e [-recuada], segundo informante da região.

Afluentes da ribeira da Raia (cf. CMP 1:25 000, folhas 426 — Vila Viçosa; 425 — Estremoz; 424 — Vimieiro, Arraiolos; 410 — Malarranha, Mora; 409 — Pavia, Mora).⁵⁴⁰

Machado (2003) considera que é nome de origem obscura, não sem sugerir uma relação com o topónimo irlandês *Tara*, proposta muito discutível, dado faltarem topónimos peninsulares que confirmem a possibilidade de uma relação mesmo esporádica com o ramo goidélico do céltico. As atestações medievais que apresenta têm as formas *Teram* e *Thera*, mas a primeira, em latim, deve-se ao caso acusativo que lhe é atribuído no seu contexto de ocorrência. É de assinalar na Península a existência de outros dois rios cujo nome tem a mesma forma, *Tera*: um na região zamorana de Sanábria e outro no norte da província de Sória (cf. Madoz 1846-1850 e Bascuas 2006: 262 e). Bascuas (2006: 299) relaciona todos estes nomes com a raiz indo-europeia **ter-/tor-*, ‘rápido, forte’, conforme proposta de Krahe (1964: 57). Também identifica esta raiz com duas estabelecidas por Pokorny (1959-1969): 3. *ter-*, *terā-*, e *teri-*, *trēi-*, *trī-*, também *teru-* : *treu-*, ‘esfregar’; e 4. *ter-*, *terā-* : *tṛ-*, *trā-*, *teru-*, ‘atravessar’. Para este autor (idem, ibidem), trata-se de uma única raiz que admite a alternância **tar-/ter-*: assume a primeira forma o *Tera* zamorano (e o soriano), atestado como *Theira* em documentos do século XI, que terá evoluído de **Taria*, derivado sufixado com *-ia* e alternativo ao nome atestado *Tara* (Bascuas 2006: 257, Krahe 1964: 57); o catalão *Ter* e o português *Tera* apresentarão a raiz **ter-*, o primeiro com um tema em *-i* (**Teri-*), enquanto o segundo representa formação mais comum, de tema em *-a*. Observe-se que a proposta de Bascuas se baseia em anteriores propostas de Villar (1995: 199-244). Prósper (2002: 321) relaciona o epíteto *tiriensis*, que ocorre num ex-voto dedicado (*tutelaē tiriensī*), com um topónimo hipotético **Terya* derivado de **ter* e semelhante a *Tera*, por sua vez derivado de **Tar-ya*, em que ocorre a mesma raiz com o mesmo sufixo, mas diferente grau vocálico. Não obstante a hipótese pré-latona, não é de ignorar o eventual influxo árabe na configuração do nome deste rio alentejano. Com efeito, encontrando-se numa região profundamente arabizada à data da reconquista (entre a segunda metade do século XII e o primeiro quartel do século XIII), em que a imala árabe modificou *Tagus* e *Pax* (*Iulia*) com os resultados *Tejo* e *Beja*, respetivamente, é possível que também em *Tera* esse fenómeno tenha atuado,

⁵⁴⁰ Baptista (1874: 128) refere que a ribeira de Tera e a de Seda formam a ribeira Raia ou da Raia, mas as cartas do CIGeoE-SIG indicam que se trata de afluentes recebidos pela ribeira da Raia. No entanto, as referidas cartas confirmam Baptista (idem) quanto à localização da nascente da ribeira de Tera na serra de Ossa. Apesar de o CIGeoE-SIG o incluir entre os de extensão abaixo de 20 km, verifica-se que este rio tem um comprimento de cerca de 60 km.

o que não exclui, portanto, a possibilidade de a sua raiz ser **tar*, e não **ter*, e a forma mais antiga apresentar-se como **Tara*. Muito menos plausível parece ser uma origem árabe, porque a sua opacidade, sem vislumbre de relação direta com o léxico comum árabe, a que se soma a falta de artigo, levam a supor que se trata de um nome anterior à arabização. Em suma, trata-se de um nome atestado desde a Idade Média, que não parece ter origem árabe, mas que pode apresentar algum influxo desta língua. Não sendo de atribuir ao estrato árabe, tampouco a sua configuração se revela relacionável com o vocabulário comum latino, pelo que é de supor que *Tera* é muito provavelmente um nome pré-latino. Não obstante as afinidades que tem com outros hidrotopónimos peninsulares semelhantes, enquadráveis no indo-europeu não latino, o seu carácter indo-europeu pré-latino é meramente conjectural, e não se descarta completamente a possibilidade de uma origem não indo-europeia.

4.7.8. Torto (rio)

Português, do adjetivo *torto*.

Sem atestação nas fontes consultadas.

Afluentes da ribeira de Amieira, a qual encontra atualmente o rio Guadiana na barragem de Alqueva (CMP 1:25 000, folha 490 – Portel). Não foi possível identificar este topónimo como nome de um rio do distrito de Évora. Ocorre, no entanto, quer como nome de um afluente do rio Mira, no distrito de Beja, quer como rio do distrito de Portalegre, que terá ainda o nome de *Alcolobra* (Batista 1874: 119).

Apesar da escassa informação etimológica recolhida, este nome parece emergir do uso do adjetivo *torto*, à semelhança de outros casos em Portugal continental. Sobre a etimologia de *torto*, ver *Torto, rio*, na secção 4.2.10.

4.7.9. Xarrama (rio)

Origem obscura, com interferência árabe.

Ponte denxarrama s. XV (Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*)⁵⁴¹

⁵⁴¹ Apud Machado (2003 s. v. *Xarrama*).

Afluentes da margem direita do rio Sado (CMP 1:25 000, folhas 449 – Canaviais, Évora; 460 – Évora; 459 – Valverde, Évora; 470 – São Brás do Regedouro, Évora; 479 – Viana do Alentejo; 488 – Alvito; 478 – Alcáçovas, Viana do Alentejo; 487 – Torrão, Alcácer do Sal; 486 – Vale de Guizo, Alcácer do Sal). Baptista (1874: 133) assinala que “nasce a 1 ½^l a N. O. d’Évora”.

Baptista (1874:) regista a par de *Xarrama* a variante *Enxarrama*, registada também por Machado (2003). Vários topónimos apresentam a sequência *enx-* correspondente à assimilação do artigo árabe à fricativa pré-palatal [ʃ], na escrita árabe, correspondente à letra solar ش (*shin*):⁵⁴² «ax-x...». São exemplos desta situação *Enxara* ou *enxaqueca* (Machado 2003 e Corriente 2003). Também *Enxoé* (“ribeira de *Enxoé*”), nome que Machado 2003 não regista, apresenta a mesma sequência *enx-*, que é um tratamento quase generalizado a nomes que resultam da aglutinação do alomorfe *ax-* (com fricativa pré-palatal não vozeada) do artigo árabe *al*. De qualquer modo, se este nome foi precedido de artigo, maior é a probabilidade de se tratar de um nome comum em árabe.⁵⁴³ No contexto peninsular, é de assinalar *Jarrama*, nome de um rio, afluente do rio Tinto, muito mais perto, na província fronteiriça de Huelva. Poderá também aproximar-se este nome de *Jarama*, nome de um importante afluente do Tejo? Terés (1986: 144) considera *Jarama* um nome não árabe, associando-o à forma *Šaranba*, referida por Dozy (1920) e Lafuente Alcántara (1867: 256), que a identificam com as que estes autores dizem ocorrer na documentação visigótica e cristã medieval, muito embora Tovar (1970: 5) considere a existência da forma *Sarama* já na Antiguidade. Afigura-se, porém, duvidosa a possibilidade da génese comum de *Xarrama* (com possivelmente *Jarrama*) e *Jarama*,

⁵⁴² Sobre a assimilação do artigo definido às letras solares, ver artigo dedicado a *Degebe*.

⁵⁴³ Carvalho (2008, n. 38) propõe a seguinte etimologia: “A denominação *al-Šari’a*, como sinónimo de *mušalla*, entrou na língua Catalã, transformando-se em *Enxaria* ou *Xaria*. No caso da língua Portuguesa, desconhecemos como se processaria a passagem fonética. O nome *Enxarramam*, dado ao rio Xarrama em documentação portuguesa do século XII, poderá ser alusivo à *mušalla/Šari’a* do Torrão, se aceitarmos que a palavra deriva da expressão árabe *al-Šari’a al-Yami* (a *mušalla* principal) que, adaptada para a fonética do português, teria um som semelhante a *exaria-a-rrami*.” Além de não se saber a que documentação do século XII se faz menção, é principalmente no plano fonológico que esta proposta se defronta com numerosas dificuldades, a primeira delas tendo que ver com a própria transcrição do elemento *Yami*, que apresenta africada ou fricativa pré-palatal sonora, e não a semiconsoante [j]. Por outro lado, só com grande dificuldade se pode explicar o passo de “*al-Yami*” a “*a-rrami*”, visto que, no contexto românico ou no árabe, não se conhecem casos paralelos.

enquanto mais plausível se torna a relação do *Xarrama* eborense com o *Jarrama* onubense, quer em virtude da maior proximidade geográfica quer também pelo facto de estes rios correrem por regiões que terão sido reconquistadas em épocas não muito distanciadas (o rio português em territórios integrados no Reino entre a segunda metade do século XII e os primeiros decénios do século XIII; o rio andaluz passa por terras conquistadas na primeira metade do século XIII). Além disso, a forma *Enxarrama* sugere a presença de artigo, o que remete para a possibilidade de o nome ter origem no léxico comum. Não obstante esta hipótese, não é possível identificar o nome comum que explique a etimologia de *Xarrama*.

4.8. Distrito de Faro (9 hidrotopónimos)

Alvor (rio), Arade (rio), Beliche ou Belixe (ribeira de), Corte (ribeira da), Foupana (ribeira da), Gilão (rio), Odeleite (ribeira de), Seco (rio), Séqua (rio)

4.8.1. Alvor (rio)

Do léxico comum árabe, por via de prévio uso toponímico.

Aluor 1189? (Machado 2003, s. v.)⁵⁴⁴

Rio que, segundo Baptista (1874: 142) nasce na serra de Monchique e desagua na baía de Alvor, também conhecida como ria de Alvor (cf. CMP 1:25 000 folha 603 – Portimão).

Machado (2003) segue Sousa (1789) e Silveira (1941:273), aceitando que *Alvor* se interpreta como *al-bōr*, em árabe, ou seja, ‘terra não cultivada, baldio, charneca’.⁵⁴⁵ Sabe-se que a denominação substituiu o nome mais antiga de *Ipses* ou *Ipsa*.⁵⁴⁶ Parece, portanto, plausível considerar que o hidrotopónimo em apreço tem carácter determinativo, fazendo alusão à localidade do mesmo nome.

4.8.2. Arade (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Oidaradi (Idade Média, sem data), *Widradi* (Idade Média, sem data), *Oydaradi* (1266), *hudiaradi* (1282), *Drade* (1844; deve ser erro por Arade).

⁵⁴⁴ Trata-se de uma ocorrência que Machado (2003) recolhe na *Relação da derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que partiram do escalda para a Terra santa no ano de 1189...* traduzida do latim e anotada por João Batista da Silva Lopes, Rio de Janeiro, 1844.

⁵⁴⁵ Na toponímia galega, encontra-se a forma *Albor*, que nada tem que ver com o *Alvor* algarvio. Com efeito, trata-se de um topónimo com origem no genitivo *Arbori*, de *Arboreus*, nome pessoal de origem latina, como parecem sugerir as atestações medievais. [Nota elaborada com base numa observação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa desta tese; ver também Navaza Blanco 2006: 66]

⁵⁴⁶ Sobre as formas *Ipses* e *Ipsa*, observa Silva (2004): “O desaparecimento do nome latinizado *Ipsa* e a sua substituição por um topónimo árabe é invulgar no Algarve, onde a grande maioria dos povoados manteve formas arabizadas dos seus nomes anteriores. Tal poderá ter significado um abandono ou uma profunda despromoção entre o séc. VII e a consolidação administrativa da ocupação islâmica, desde meados do séc. VIII. O abandono pode, porém, ter sido posterior, erradicando a memória da ocupação moçárabe.”

Rio que nasce na serra do Caldeirão (ou do Mu) e desagua no Oceano Atlântico, com foz nas imediações Portimão (cf. CMP 1:25 000, folhas 558 – Salir-Loulé, 587 – São Bartolomeu de Messines, Silves, 595 – Silves, 594 – Mexilhoeira Grande, Portimão, 603 – Portimão).⁵⁴⁷

Machado (2003) admite que o hidrónimo tenha origem pré-romana, composto pelo elemento pré-céltico *ara*, *are*, ‘rio’, e por outro elemento, sobre cuja proveniência propõe duas hipóteses: o céltico *du*, ‘preto’, “daí *Aradu*, tornado *Arade*, porque a terminação –*e* é característica de muitos topónimos meridionais: *Silves*, *Sines*, *Sagres*, etc.”; ou um radical *adin*, frequente nas inscrições do Sul peninsular, que teria dado –*ade*, “com desnasalização da final por causa da acentuação grave”. Sobre a primeira proposta, vale a pena ter em conta outros elementos indo-europeus, mas não necessariamente célticos, atendendo à análise de Bascuas (2002) de acordo com a hipótese do europeu antigo. Quanto à segunda proposta, é verdade que se encontra documentado *adin* ou *atin*, elemento participante da onomástica do território considerado linguisticamente ibérico (Gorrochategui 1993: 626/627);⁵⁴⁸ no entanto, os sentidos que se lhe atribuem — ‘entendimento’, ‘idade’ — dificultam de algum modo a possibilidade de coerência e adequação descritivas entre ele e a realidade designada, ou seja, um rio. Por consequência, não sendo impossível, como se vê, a cristalização de formas analisáveis como híbridos, emergem problemas de interpretação de uma sequência hipotética como **are adin*, mais a mais integrando um elemento onomástico do ibero, língua que não se conta no elenco das que, até à conquista romana, se teriam falado no atual território português. Na perspetiva da hipótese do europeu antigo, Bascuas (2002: 19) inclui *Arade* entre os hidrotopónimos derivados da raiz indo-europeia **er/*or*, ‘pôr em movimento’ e, por especialização, ‘correr, fluir’, raiz aparentemente monossilábica, mas, segundo Adrados (1973, apud Bascuas, idem), dissilábica em laringal — **(H)erH^w₁-* / **(H)erH^v₁-*, podendo a raiz ser seguida de alargamentos e sufixos. No caso de *Arade*, o tema ocorre “puro”,

⁵⁴⁷ Sobre a identificação deste rio, as fontes nem sempre coincidem, parecendo haver ou ter havido certa variação quando às denominações de diferentes partes do seu curso. Baptista (1874: 143) refere-o como ribeira de *Arade*, descrevendo-a como afluente do rio “Portimão ou de Silves”: “Nasce na F. de S. Bartholomeu de Messines; corre a O.: passa junto á igreja parochial da mesma F., e com 1 ½^l de curso entra no Portimão.”

⁵⁴⁸ “[...] *atin* [...] es una palabra bien conocida en antropónimos, un lexema autónomo, como en español ‘silla’ o ‘mesa’, sin ningún tipo de expansión, teniendo además un correlato bastante seguro en vasco *adin* ‘edad’.” Silgo Gauche (2008: 123).

isto é, sem alargamento, sendo o *-a-* de *ara-* uma vogal de apoio à sonante (idem); a sequência *-de* é resultado da sufixação de *-t*, tal como, segundo Bascuas, ocorre em vários hidrotopónimos europeus,⁵⁴⁹ incluindo alguns da Galiza (*Mendo* < **Minetu*, *Areta*).⁵⁵⁰ Nesta perspetiva, verifica-se assim que Arade compartilha com Arões o mesmo radical, embora contrastem pelos sufixos. Machado assinala também que o nome do rio está atestado em documentos medievais por *Oidaradi* (ou *Oydaradi*), *Widaradi* e *hudiaradi*,⁵⁵¹ formas com a particularidade de exhibir variantes de *ode-/odi-*, resultante da adaptação do árabe *wādi-*, ‘ribeiro, vale’. Sobre a primeira variante, cabe aqui dizer que se afigura, em contraste com a terceira, como um caso de metátese da vogal alta da segunda sílaba do elemento, com formação de ditongo, à semelhança do que acontece em *vigairo*, variante de *vigário*. Em alternativa, e, por comparação com *Widaradi*, que parece próxima da estrutura árabe do primeiro original, *Oidaradi* poderá tratar-se de um ditongo resultante da reestruturação da sílaba *wā*, na qual [w] passa a ser núcleo como vogal arredonda, enquanto a segunda vogal se eleva, talvez ainda em contexto linguístico árabe, mediante imala, e se torna semivogal [j].

4.8.3. Beliche ou Belixe (ribeira de)

Origem obscura.

Boliche (em relação à praia de Sagres) 1519 (Freitas 1938, apud Machado 2003)

Afluentes do Guadiana, desagua neste rio nas imediações de Castro Marim (cf. CMP 1:25 000, folhas 590 – Alcarias, Alcoutim, e 591 – Azinhal, Castro Marim).⁵⁵² No curso médio deste rio, encontram-se os lugares de Beliche de Cima, Beliche do Meio, Beliche do Serro e Beliche de Baixo.

⁵⁴⁹ Para hidrónimos formados com *-t-*, Bascuas apresenta uma lista de Krahe (1964: 65), constituída por nomes em que alterna a forma *-t-* com *-tā-*; p.ex. *Nestos* (Bulgária e Grécia) / *Nesta*.

⁵⁵⁰ A etimologia proposta por Bascuas (2002: 192) é rejeitada por Moralejo (2002: 82), que o deriva de uma substituição, testemunhada por em documentos medievais: a *Minuete* e *Minuetis*, atestados no século X, sucedeu no século XI as formas *Menendi*, no genitivo, e *Mendeus*, no nominativo, que é a mesma de um antropónimo (cf. galego-português *Mendo*).

⁵⁵¹ As formas *Oidaradi* e *Widaradi* são recolhidas por Machado em duas obras de Leite Vasconcelos, *De Terra em Terra* II (1927, pp. 257 e 281) e *Etnografia Portuguesa* II (1933, p. 18). *Oydaradi* é forma identificada por Machado.

⁵⁵² Baptista (1974: 153), adotando a perspetiva de Pinho Leal, refere que se segue “à ribeira de Odeleite outro rio afluente do Guadiana (m.d.): é rio Beliche, que diz nascer no serro de Agua dos Fuzos e vae entrar no Guadiana entre a F. deo Azinhal e a V.^a de Castro Marim. Este rio corre a E., e tem 2 172^l de curso”.

Machado (2003) regista este nome com a grafia *Belixe*, atribuindo-lhe origem berbere e transmissão árabe, sob as formas *balix*, *bāllix* e *bālix*, sem, no entanto, conseguir dar-lhe uma interpretação. Relaciona-o com o castelhano *Vélez*, aventando a possibilidade de todas estas formas se ligarem ao pré-céltico *bela*, ‘corvo’, ‘corvo marinho’, sem indicar fonte que ateste esta palavra. Azevedo (1919: 213) dá *Belixe* por topónimo moçárabe, mas sem fundamentar essa inclusão do ponto de vista etimológico. Não é de rejeitar a possibilidade de o rio em apreço ter retirado o seu nome de um topónimo provavelmente preexistente moçárabe – ligação com Peniche?

4.8.4. Corte (ribeira da)

Provavelmente português, de *corte*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira de Foupana, nasce na serra do Caldeirão (cf. CMP 1:25 000 folhas 589 – Feiteira, Tavira e 581 – Cachopo, Tavira).

Topónimo frequente no Sul do País, segundo Machado (2003), que o identifica com corte, ‘lugar em que se criam animais domésticos’ e ‘certa extensão de terreno lavrado’ (do latim *cohors*, *cohortis*; cf. DHLP). No entanto, não parece ser este o item que explicará a frequência de *Corte* no leste dos distritos de Beja e Faro, ao que parece, relacionado com a exploração mineira. Com efeito, *corte* pode ser um derivado regressivo de *cortar*, sinónimo de *talho*, conforme observa Fernandes (1999 s.v. Cortegaça), que atesta *corte* em 929 (PMH Dipl.: 35).⁵⁵³ A proximidade da povoação de Corte do Ouro e de outras povoações com este nome (Corte João Marques, Corte Serrano) permitem supor que este curso de água deve o seu nome ao nome de um lugar.

⁵⁵³ Diz Fernandes (1999: 213, n. 320): [...] *cóрте* não tem apenas o sentido pastoril, se não o predial: não só um terreno, mas até salineiro: 929 ‘*corte* (de) salinas DC 35, etc. Á ‘*cóрте*’ (ou [ao?]) ‘*cóрте*’ de salinas, também se chamava (como ao da terra) ‘talho’, 1044 ‘*talium* de salinas DC 336: é manifesto, pois, que ‘*cóрте*’, neste caso, é regressivo de *cortar*; nada com ‘*cóрте*’.” A sigla DC equivale a PMH Dipl., abreviatura usada para esta tese. Regista-se também o uso de corte como sinónimo de ‘desbaste’ nos dialetos alentejanos do século passado: “corte, s.m. – O mesmo que *desbaste* ou *serviço* (certo número de árvores que são cortadas, para lenha, carvão, etc.). – Nesta acepção é quasi geral no Alentejo. – Diz-se também da ‘parte da seara, que os ceifeiros vão levando ceifada’. (Évora – Us. Em Arrailos – Móra – Mértola).”

4.8.5. Foupana (ribeira da)

É possível que se trate de um derivado do léxico comum português.

Sem formas antigas nem intermédias nas fontes utilizadas.

Afluente da ribeira de Odeleite, com a qual conflui não longe do encontro com o Guadiana (cf. CMP 1:25 000 folhas 589 – Feiteira, Tavira, 581 – Cachopo, Tavira, 582 – Vaqueiros, Alcoutim, 583 – Odeleite, Castro Marim)⁵⁵⁴ *Foupana* ocorre também como topónimo nos concelhos de Estremoz (Évora) – CMP 1:25 000 - folha 426 – Vila Viçosa – e Olhão (Faro) – cf. CMP 1:25000, folha 607 – Moncarapacho, Olhão, e 608 – Tavira.

Machado (2003) atribui-lhe origem obscura. O nome encontra-se repetido na zona Borba, Estremoz e Santiago do Cacém, mas não como hidrotópónimo (idem). Azevedo (1994: 86) propõe analisar *Foupana* como derivado de *foupa*, sinónimo de *foupeira*, ‘caruma seca’, cujo étimo é o latim *faluppa* (Machado 1987, citando Piel 1953). *Foupana* figura ainda na documentação medieval portuguesa também como antropónimo aparentemente apostro como alcunha após o patronímico: *Pelagius Martinj Foupana*, em 1263, no *Livro de D. João de Portel* (Azevedo 1906-1910: 100). No entanto, a terminação *-ana* pode ligá-lo a nomes de *villae rusticae* também terminadas em *-ana*. Não se exclui, no entanto, que se trate de um gentilício, pelo que a hipótese de uma origem toponímica se mantém válida. De qualquer modo, subsiste o problema de identificar o elemento *foup-*, sobre o qual as fontes consultadas não facultam pistas.

4.8.6. Gilão (rio)

Sem formas antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

É o nome dado ao tramo final do rio que, um pouco mais a montante, se denomina *Séqua* (cf. CMP 1: 25 000, folha 598 – S. Brás de Alportel). O rio resulta da confluência da

⁵⁵⁴ Baptista (1874: 153) situa a sua nascente na serra de Caldeirão: “[...] corre em pronunciada curva, com a convexidade para o N. e direcção geral a E., e entra na ribeira de Odeleite, 1k acima da junção d’esta com o Guadiana, com 12l de curso.”

ribeira da *Asseca* (ou *Aceca*, como propõe Machado 2003) e da ribeira de Alportel (CMP1:25 000 folha 599 – Conceição, Tavira).⁵⁵⁵

Machado (2003) considera-o de origem pré-romana, sem mais explicações. No entanto, Fraga da Silva, num estudo dedicado a Tavira, relaciona este hidrónimo com o antropónimo *Julianus* (ver <http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/index.html>, consultado em 13/02/2011): “Pensa-se que o nome Gilão está relacionado com a *Qaria Gillā*, localidade referida nas fontes árabes, e a uma dedicação páleo-cristã [sic] anterior a São Juliano. *Gillā*, lugar referido nas fontes árabes medievais como alçaria (aldeia), foi terra natal e centro inicial da sedição de *Ibn Casi* (que aí terá fundado um *ribat*, antes de 1444). Gilão/ *Gillā*, será resultante da arabização do topónimo **Gilano*, evolução do latim (Sancti) Iuliano, nome associado primitivamente ao vau e, posteriormente, ao povoado da foz e ao troço final do rio, que surge em português com a ortografia *Gilaon*, hoje Gilão. [...] Gilão será assim um hidrónimo cristianizado por sincretismo, num local geodeterminado onde terão existido cultos pré-cristãos associados à presença de um manancial e rituais de passagem do rio.” Cabe aqui observar que a relação da forma atual com a latina pode, de alguma forma excluir ou problematizar a forma árabe, pelo menos em relação à terminação *-ão*. Esta parece resultado não de *Gillā*, sem nasalidade final, mas de uma forma (românica ou árabe) que conservava alguma nasalidade, **Gilano*, como Silva propõe, ou **Gilan*, mais tarde adaptada aos padrões fonomorfológicos da língua portuguesa medieval.

4.8.7. Odeleite (ribeira de)

Talvez um híbrido, formado por elemento árabe e segundo elemento de origem desconhecida.

Sem forma antiga ou medieval na bibliografia consultada.

⁵⁵⁵ Baptista (1874: 144) localiza a sua nascente “[...] a E. da F. de Querença”, para correr “quasi a E. até receber uma ribeira que vem da serra de Alcária do cume [...]”; no entanto, este autor parece referir-se antes à nascente a ribeira de Alportel, a qual fica a norte de Alportel e a alguns quilómetros a poente de Querença”.

Afluentes do rio Guadiana (cf. CMP 1:25 000, folhas 589 – Feiteira - Tavira, 590 – Alcarias, Alcoutim, 582 – Vaqueiros, Alcoutim, 583 – Odeleite, Castro Marim).⁵⁵⁶

Hidrónimo formado pelo árabe *wadi*- e um segundo elemento de origem desconhecida. Machado (2003) propõe ligá-lo ao hidrónimo andaluz *Guadalete* (Cádiz) e a uma ribeira em Marrocos, a nordeste de Fez, *uadi al-laban*, literalmente ‘rio de leite’, o que implica analisar Odeleite como resultado de anexação, construção equivalente a um genitivo, na qual ambos os elementos estão determinados, embora apenas o segundo nome apresente o artigo: *Guadalajara* < árabe andaluz *wad al-ḥaḡāra*, ‘o rio (leito) das pedras’ (Noll 2006: 42). Acontece que os hidrónimos e topónimos arabizados do território português que incluem o elemento *wad* não parecem apresentar artigo, sugerindo que o segundo elemento é nome próprio: *Odemira* (cf. Mira), *Odesseixe* (cf. ribeira de Seixe). Mas, mesmo supondo que o [l] de *-leite* representa de algum modo a líquida do artigo árabe, não é possível identificar a origem árabe de *-leite*, que a ter essa proveniência, teria um [l] resultante da simplificação de duas líquidas (a do artigo e a do substantivo determinado) nem apoiar a análise do mesmo elemento como sintagma formado pelo artigo e um hipotético **-eite*.⁵⁵⁷ A relação com *Guadalete* e a sua etimologia também não é despendida. É de atentar na hipótese de Terés (1986: 346-359), que de forma não muito categórica, sugere que o segundo elemento do topónimo *Guadalete* provém do uso antroponímico de (*al*) *layt* ‘leão’ ou o nome do clã berbere dos *banu allayt*, donde *wād allayt* (Terés 1992: 25, n. 40), forma que permite explicar *Guadalete*, nome alternativo do rio Corbones (afluente da margem esquerda do Guadalquivir) e *Guardalete*, na província de Toledo.

4.8.8. Seco (rio)

Do léxico comum português ou mesmo antes, no estrato latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁵⁵⁸

⁵⁵⁶ Baptista (1874: 152) “refere a nascente desta ribeira se encontra “a N. E. de Loulé; corre em direcção geral E. N. E. fazendo muitas e pronunciadas curvas; depois em curvas ainda maiores com as convexidades para o N. e em direcção geral a E., entrando no Guadiana, na F. de Odeleite, com 13^l de curso”

⁵⁵⁷ Silva (2006^a) apresenta *Latte* como nome do rio em apreço na época romana ou tardo-romana. Na presente tese, não foi possível identificar a fonte em que este autor recolheu o hidrotopónimo latino.

⁵⁵⁸ Machado (2003) apresenta atestações que se referem ao uso desta forma noutras regiões de Portugal.

Rio que nasce nas imediações de S. Brás de Alportel e desagua na Ria Formosa, a leste de Faro (cf. CMP 1:25 000, folhas 607 – Moncarapacho, Olhão, e 611 – Faro).

Machado (2003, s.v. *Rio Seco*) identifica vários topónimos com esta forma em vários pontos dos territórios português e galego, incluindo o caso em referência, localizado em Faro. Trata-se provavelmente do rio que Baptista (1874: 144) regista sob o nome de *Val Formoso*, que nasce na freguesia de São Brás de Alportel e desagua a 2 km a este de Faro. (mapas). Topónimo de significado evidente, como comenta Machado (2003), ou seja derivado do adjetivo *seco*, do latim *siccus* (cf. DHLP).

4.8.9. Séqua (rio)

De *Aceca*, do árabe, com eventual interferência pseudoetimologizante.

illa mea loca quae sunt in Aceca in termino de Tavira (3.^a ed., *Chanc. de D. Dinis*, I, fl. 34 vs.)⁵⁵⁹

Sobre a localização do rio assim chamado, ler o artigo correspondente a *Gilão*.

O RTP regista como *Séqua* o hidrotópónimo a que Machado (2003) atribui a grafia *Aceca*, filiando-o no árabe *as-saqīā*, ‘canal’.⁵⁶⁰ Há, no entanto, quem o relacione com os estratos pré-latinos, mais precisamente, com o indo-europeu. Amaral e Amaral (1997: 233) atribuem-lhe a raiz **seik-*, ‘escorrer’, do antigo europeu, remetendo para Pokorny (1959: 893). Silva (2005) relaciona-o com o hidrónimo gaulês *Sequana* (o atual Seine ou Sena, em França), mas assinala a paronímia com o topónimo de origem árabe, *Asseca*, que pode provir tanto do árabe andaluz *assāqya* (árabe clássico *sāqiya*), ‘acéquia, canal de irrigação’, como de *sikka*, ‘estrada’ ou ‘estação viária’.⁵⁶¹ Não é de excluir que na forma deste hidrotópónimo tenha havido interferência erudita com o resultado de disfarçar a configuração árabe.

⁵⁵⁹ *Apud* Machado (2003).

⁵⁶⁰ Machado (2003) rejeita assim a tese de Lopes (1968: 26/27), para quem *Aceca* ou *Asseca* resultava do latim *sicca*, ‘seca’, por via do árabe.

⁵⁶¹ Registe-se que a ideia muito difundida de o rio Tinto, na vizinha província de Huelva, ser conhecido como *Saquia* ou *Acequia*, grafias espanholas cujo aportuguesamento corresponde a “sáquia” e “acéquia”, respetivamente. Ou seja, as formas atribuídas ao árabe aparentam grande semelhança com *Séqua* e *Aceca*, afinidade que sai reforçada pela intensa arabização e pelos laços culturais das regiões onde correm os rios espanhol e portugueses.

4.9. Distrito da Guarda (18 hidrotopónimos)

Alva (rio), Águeda (rio), Aguiar (ribeira de), Beijames (rio), Caldeirão (ribeira do), Côa (rio), Cobral (rio), Dão (rio), Diz (rio), Massueime (rio, ribeira de), Moinhos (rio dos), Mondego (rio), Noémi (rio), Seco (rio), Seia (rio), Távora (rio), Teja (ribeira), Torto (rio), Zêzere (rio)

4.9.1. Águeda (rio)

Provavelmente pré-latino.

in agada, de agada 1130 (PMH Leges: 369),⁵⁶² *Agata* 1174 (DMP I: 420)⁵⁶³

Rio que, nascendo na serra de Gata, no sul da província de Salamanca, vai desaguar no rio Douro (CMP 1:25 000, folhas 162 – Figueira de Castelo Rodrigo e 152 – Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo). *Águeda* é topónimo frequente no Algarve.

A literatura não tem comentado o nome deste rio de maneira diferente de *Águeda*, hidrónimo do distrito de Aveiro (ver secção 4.1.2).

4.9.2. Aguiar (ribeira de)

Provável origem latina, romance ou já portuguesa.

Sem atestações medievais.⁵⁶⁴

Afluente da margem esquerda do rio Douro (cf. CMP 1:25 000, folhas 152 – Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo, 162 – Figueira de Castelo Rodrigo, 151 – Almendra, Vila Nova de Foz Côa, 141 – Vila Nova de Foz Côa).

⁵⁶² As restantes atestações dos PMH, do DMP I e de Reuter (1938) citadas por Machado (2003) referem-se ao rio Águeda que corre no distrito de Aveiro (ver secção sobre o distrito de Aveiro).

⁵⁶³ Em Moreira (1967: 57).

⁵⁶⁴ Embora Machado (2003) apresente atestações medievais de *Aguiar*, estas dizem respeito a Aguiar de Sousa: *Aquilar* 1059 (PMH Dipl.: 261); este autor refere ainda a mesma forma em PMH (Leges: 660), mas a que se observa nessa página é *Aquilari*, e não *Aquilar*. Outras atestações parecem relacionar-se com a mesma localidade, mas a referência nos PMH que Machado lhes atribui – “[...] *Aquilari* em 1121-1128 (id. P. 73), *Aquilar de Sausa* em 1128 (id. P. 100) [...]” – não é confirmada pela consulta direta dessa fonte.

Vasconcelos (1931: 231/232, 416), contrariando Nunes (1933: 61), que associava a forma *Aguiar* ao nome próprio latino *Aquila*, interpreta-a como derivado de *águia*, no qual o sufixo *-ar* (tal como *-al*) denota ‘lugar onde vive certo animal’ – no caso, as águias.⁵⁶⁵ Poderá supor-se, portanto, que o hidrotópónimo tenha motivação num topónimo existente nas margens do rio assim chamado; a fundação do mosteiro de Santa Maria de Aguiar no século XII⁵⁶⁶ tanto sugere a preexistência de um nome de lugar, como a do nome de um rio, o qual poderia ter surgido por referência a uma área nas suas margens. Trata-se, de qualquer modo, de um hidrónimo que se enquadra no conjunto de nomes com origem no estrato latino e no seu léxico comum.

4.9.3. Alva (rio)

Origem obscura, podendo remontar tanto a um substrato pré-latino como ao estrato latino.

Aluia 961 (PMH Dipl: 52), 1119 (DMP I: 6), 1122 (id., pp. 77, 78, 79), 1128 (id. 117), 1132 (id. P. 151), 1138 (id., pp. 202 e 203).⁵⁶⁷

Afluente da margem esquerda do Mondego (ver CMP 1: 25 000, folhas 212 – Seia; 223 – Loriga, Seia; 222 – Oliveira do Hospital; 233 – Vide (Seia); 221 – Tábuia; 232 – Arganil; 231 – Penacova). Andrade (1944) observa que “[n]asce ao N. da serra da Estrela, passa a N. da vila de Arganil e vai juntar-se ao Mondego ao N. de Penacova.”⁵⁶⁸ Segundo Machado (2003), o topónimo ocorre em Alcochete (Barroca de Alva), Castro Daire, Figueira de Castelo Rodrigo (Barca de Alva), Grândola (Monte de Alva) e como nome

⁵⁶⁵ Note-se, porém, que *Aguiar* pode não aludir à existência de águias, mas, sim, de outra espécie ornitológica. Adverte Vasconcelos (1931: 206): “Diz o *Diccionario da Academia*, s. v. ‘abutre’, que em alguns lugares e Portugal dão ao *abutre* o nome de *águia real*: assim pois nem todos os nomes, e abundam êles, que entre nós há de Aguiar, Agueira, Águias, se referirão à águia pròpriamente dita.”

⁵⁶⁶ Cf. Ana Margarida Gonçalves Carvalheira, 2002. *A igreja cisterciense de Santa Maria de Aguiar. O conjunto arquitectónico medieval e as campanhas de restauro da DGEMN (1936-1962)*, Ed. Parque Arqueológico Vale do Côa, p. 18.

⁵⁶⁷ Nesta secção, as séries de atestações são geralmente de Machado (2003), tendo sido verificadas nas fontes indicadas pelo autor para confirmação. No caso de atestações apresentadas por outros autores, inclui-se a devida referência em rodapé.

⁵⁶⁸ Machado 2003 considera-o “rio da Beira Baixa”, mas certamente por lapso, porque o curso do rio não se estende pelo território desta província tradicional. É de notar que um estudo de Luciano Lourenço (“Rio Alva – estudo hidrogeomorfológico”, *Cadernos de Geografia*, Coimbra, IEG, 1986, n.º 5, p. 47/48) propõe que o começo do rio se encontre na área do Curral do Martins e Fraga das Penas, na freguesia do Sabugueiro, no concelho de Seia, no distrito da Guarda – na antiga província da Beira Alta, portanto.

de serra da Beira Alta (também conhecida como serra de Mamouros; cf. Costa 1929-1949).⁵⁶⁹

Moreira (1967: 116) regista *Alvia* como forma medieval (1119 DMP I, 62, 117, 78) de *Alva*. Relaciona com este nome o de *Alviela*, afluente do Tejo e com uma série hidrotopónimos europeus; entre eles inclui as formas *Alvão* ou *Alvelos*, nomes de afluentes do Zêzere, das quais a primeira é também o nome de uma serra entre o Minho e Trás-os-Montes. Quanto ao sentido deste hidrotopónimo, baseando-se em Krahe (1964:52) e noutras fontes, remete-o para os significados das seguintes palavras germânicas: “antigo nórdico *elfr* ‘rio’, sueco e norueguês *elv* ‘rio’, médio baixo alemão *elve* ‘leito de ribeira’, sueco moderno *alv* e *aelf* ‘curso de água’, latim *alveus* ‘leito de um rio’ (DELL s.v. *alveus*).”⁵⁷⁰ Machado (2003) também liga o hidrotopónimo, que é também topónimo, ao latim *alveus* “cavidade”, “leito de rio”, mas através de **alvea*, que também pode derivar de *alveum* “cortiço de abelhas”. No entanto, levanta a hipótese de uma origem germânica: “[...] de um hipocorístico de **Alvila*, antr. formado com o tema *alv*-?” Bascuas (2002: 268) inclui este hidrotopónimo na série em *al*- com sufixo ou alargamento -v, divergindo assim de Machado, por não ver qualquer possibilidade para as hipóteses latina e germânica. Quanto a esta objeção de Bascuas, refira-se que, tendo em conta que o elemento germânico se manifesta sobretudo em nomes de lugares, a conversão destes em hidrónimos não é, porém, frequente; além disso, no caso em apreço, não se documenta um uso de *Alva* como nome de lugar que preceda o registo da mesma forma como hidrónimo. É, portanto, improvável uma origem germânica, o que permite relacionar este hidrotopónimo com o estrato latino, se não mesmo com os substratos pré-latinos. Não sendo de excluir uma eventual origem pré-indo-europeia, é, pelo menos, aceitável enquadrar o nome *Alva* no indo-europeu, muito embora não seja possível filiá-lo com segurança em línguas dessa família anteriores ao latim ou com eles coexistentes no território atualmente português.

4.9.4. Beijames (rio de)

Origem obscura.

⁵⁶⁹ *Alva* e *Mamouros* são os nomes das sedes de duas antigas freguesias da região sul do concelho de Castro Daire. Estão agora associadas na mesma freguesia, a de Mamouros, Alva e Ribolhos.

⁵⁷⁰ DELL = *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, de Ernout e Meillet 1967

Beneagamus c. 1100 (PMH Dipl.: 552)

Afluente do rio Zêzere, desagua na margem direita do seu curso superior, conforme a representação da CMP 1:25 000 (folhas 224 – Teixoso, Covilhã; 213 – Manteigas). Nasce no concelho de Manteigas, mas Baptista (1874: 173) refere-o como afluente do Mondego: “Aff. do Mondego (m. d.). Se não é este pequeno rio o primeiro dos aff.^{es} da dita m. d., é seguramente um dos primeiros.” Contudo, Cardoso (1747: 129/130) localiza-o exatamente como se indica na cartografia: “Rio na Provincia da Beira, Bispado da Guarda, nasce distante legoa e meya da Freguesia de Verdelhos, no sitio de Vallongo, ou Nave da Gadelha. [...] tem só duas legoas de comprido até se meter no rio Zezere, meya legoa acima de Valhelhas. [...] Não consta que em algum tempo tivesse outro nome, com o de Beijames nasce, com elle acaba. [...]” A CMP 1:25 000 assinala, mas imediações da nascente deste rio, a região da Baixa de Beijames.

Não figura em Machado 2003. Cortesão (1900) relaciona *Beijames* com o *riuulo beneagamus* referido numa carta talvez datável de 1100 (PMH Dipl.: 552). No entanto, outros topónimos que ocorrem no mesmo documento apontam para localizar o rio associado à forma latina na região de Canas de Senhorim, onde se conhece um afluente do Dão cujo nome tem uma sequência inicial idêntica, o *Beijós*. Azevedo (2006: 563) assinala essa semelhança, sem propor uma etimologia clara. Também não fica claro que *Beijames* tenha surgido primeiro como hidrotopónimo, porque a microrregião da Baixa de Beijames pode ter recebido esta denominação antes de ter tido uso hidrotoponómico. Falta documentação que deslinde quer a etimologia de *Beijames* quer a de *Beijós*, de modo a, pelo menos, discernir a eventualidade de o radical ter denotação hidronímica.

4.9.5. Caldeirão (ribeira do)

Do léxico comum *caldeirão*, terá provavelmente origem toponímica.

Sem atestações medievais.

Afluente da margem esquerda do rio Mondego (CMP 1:25 000, folhas 214 – Gonçalo, Guarda; 203 – Guarda). Como topónimo, *Caldeirão* é frequente de norte a sul, em Portugal (Machado 2003).

Nome que parece dever-se ao lugar do Caldeirão, situado não longe de onde o rio também assim chamado encontra o Mondego.⁵⁷¹ Trata-se, portanto, de um hidrónimo que decorre da referência a um nome de lugar ou da sua conversão em hidrónimo. Note-se que *caldeirão*, como *caldeira* – do latim *caldāria*, *ae* ‘banho quente; vaso para água quente, caldeira, estufa’ (DHLP; ver também DCECH s. v. *caldo*) –, pode aplicar-se como denominação a uma cova ou depressão no terreno (cf. DHLP s. v. *caldeirão* e *caldeira*; ver também Figueiredo 1913 e Machado 1991^a),⁵⁷² revelando-se, assim, palavra congruente com a paisagem serrana, de picos e vales alternados, que o curso de água em apreço atravessa.

4.9.6. Coa (rio)

Nome pré-latino, documentado desde a época romana.

Et fluvium, qui vocatur Coa 1145 (Viterbo 1965-1966, s.v. Benquerença); *Foz de Cola* 1182 (DMP I: 463 e PMH Leges: 424)

Afluente da margem esquerda do rio Douro (cf. CMP 1:25 000, folhas 227 – Aldeia Velha, Sabugal; 226 – Sabugal; 215 – Adão, Guarda; 205 – Nave de Haver, Almeida; 194 – Vilar Formoso; 183 – Almeida; 172 – Malpartida (Almeida); 171 – Pinhel; 161 – Cidadelhe, Pinhel; 141 – Vila Nova de Foz Côa). Baptista (1874: 60) assinala que “[n]asce na F. de Foios ', 2¹ ao S. de Alfaiates; corre em direcção O. N. O. até ao Sabugal, em torno da qual volta [...]”

Apesar de a atestação medieval sugerir que *Coa* é resultado de *Cola*, atendendo à bem conhecida queda do *-l-* intervocálico no romance galego-português, Machado (2003)

⁵⁷¹ Machado (2003) também o regista como apelido com origem em antiga alcunha, como atesta *Caldeiom*, nome por que é conhecido um jogral medieval do século XIII (cf. idem e *site Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*, disponível em <http://cantigas.fcsh.unl.pt/autor.asp?cdaut=24&pv=sim> (consultado em 17/10/2015).

⁵⁷² Refira-se que *caldeirão* pode referir-se mais especificamente às características do leito de um rio ou às que no terreno são consequência da passagem de água em torrente, conforme se verifica por parte das acepções propostas por Machado 1990^a para a definição desta unidade lexical: “[...] Cova lisa e redonda formada pelos redemoinhos no leito dos rios. || Lugares dos leitos dos rios onde se formam vórtices e turbilhões resultantes de correntes circulares, perigosas à navegação. || Buracos redondos cheios de cascalho nas piçarras das catas. || Grande escavação no meio do campo ou das estradas, feita pelas enxurradas ou pelas pisadas dos animais. || Tanque natural no lajedo, onde se armazenam e reúnem águas fluviais. || Cova lisa e arredondada, de várias dimensões, que se encontra no leito dos rios, devido ao desgastamento produzido pelos remoinhos das correntes, onde as pedras soltas são revolidas em círculo de pequeno diâmetro. [...]”

considera que tal é um “falso latinismo”, perfilhando a proposta de Vasconcelos (1926: 327),⁵⁷³ segundo a qual a forma pressuposta será **Cuda*; esta, não estando atestada, é deduzida de *Transcudani* (idem, ibidem), etnónimo documentado pelas inscrições da ponte de Alcântara (CIL II 760 e 5621).⁵⁷⁴ Guerra (1998: 483) observa que são latinos os elementos *trans-* e *-anus*, respetivamente, prefixo e sufixo usados na formação de etnónimos derivados de nomes de lugar; resta assim o elemento *cud-*, o qual, propõe Guerra, ocorreria também no nome próprio *Cudia*, segundo Albertos (1966), relacionável com o protoindo-europeu **keudos/kuds* ‘fama’. Em suma, *Coa* inclui na sua origem um radical talvez de origem indo-europeia, mas não necessariamente latina. O que parece (quase) indiscutível é que se trata de um hidrónimo pré-latino.

4.9.7. Cobral (rio)

Português: provavelmente derivado de *cobra*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

É um afluente da ribeira de Seia, a qual desagua no rio Mondego. Baptista (1874: 80) localiza-lhe a nascente “na falda da serra da Estrella, junto a S. Romão”, acrescentando que “corre, descrevendo uma curva, em direcção geral para O.: passa ½^k ao N. da V.^a de Lagos, e entra na ribeira de Ceia, com o curso de 3^b”. Este curso de água está assinalado na CMP 1:25 000 (folhas 212-Seia e 211- Ervedal da Beira, Oliveira do Hospital). Na mesma carta também se representa um afluente deste rio que leva o mesmo nome, embora classificador diferente, o *ribeiro do Cobral*. O RTP, disponível no CIGeoE-SIG, regista a mesma forma toponímica como nome de um lugar no concelho de Ribeira de Pena, no distrito de Vila Real.

Machado (2003) propõe que tenha origem no substantivo cobral ‘lugar abundante em cobras’, seguindo a proposta de Vasconcelos (1931: 204), que assume que um conjunto de topónimos tem por base o radical *cobr-*, incluindo a forma do hidrónimo aqui discutido: “Com *reptis* [sic],⁵⁷⁵ se ligam *Cobreira*, *Cobrosa*, *Cobral*, como mais antigos,

⁵⁷³ Ver também Machado (2003).

⁵⁷⁴ Ver também Moreira (1967: 61).

⁵⁷⁵ Vasconcelos (1931: 204) usa duas variantes que, no seu tempo, eram concorrentes: *reptis* e *répteis*.

no Norte e Centro; *Cobras*, *Cobrisca*, *Cobrinha*, no Sul.”⁵⁷⁶ Fernandes (1999), no comentário feito a *Cobrada*, cujo étimo identifica com o radical de *quebrar*, usado no sentido de ‘arrotear’, menciona a forma *Cobral*, para também a relacionar com *cobra*. Também Moreira (1967: 134) inclui *Cobral* no capítulo dedicado aos nomes relacionados com a fauna e a flora (idem, pp. 133-135), filiando-o em *cobra*, à semelhança de outros casos em Portugal (*Cobres*, nome de um afluente do Guadiana; *Alcolobra*, afluente do Tejo); e Espanha (*Culebrillas*, afluente do Gállego, em Aragão; *arroyo de las Culebras*, afluente do rio Gaudalevín; e ilustrando a motivação semântico-referencial, o *rio Víboras* ou *Bíboras*, afluente do Guadajoz, que, por sua vez, corre para o Guadalquivir). A proposta de Vasconcelos (1931)⁵⁷⁷ parece sugerir um nome de lugar que se teria convertido depois em hidrotopónimo; no entanto, não é de excluir a possibilidade de o nome ter natureza adjetival denominativa, tendo associado o sentido de ‘lugar onde existem cobras’ ou ‘que tem cobras em abundância’.⁵⁷⁸

Sendo assim, aceite-se a relação do nome em causa com *cobra* ‘réptil escamado, carnívoro, da ordem das serpentes’ – do latim *cōlūbra* ‘idem’, pela forma vulgar **colóbra* (cf. DCECH s. v. *culebra* e DHLP) –, muito embora sejam escassas as informações disponíveis sobre a história desta denominação.

4.9.8. Dão (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

ribulo adon 974 (PMH Dipl.: 72), 981 (idem, p. 80), *Ribulo Odon* 1102 (PMH Leg.: 353),⁵⁷⁹ *Aom* 1122 (DMP I: 54), 1137 (idem: 191). 1148 (idem: 490), 1152 (idem: 294) 1173 (idem: 419); *Aonis* 1122 (idem, p. 77); *Aoam* 1154 (idem, p. 306)

⁵⁷⁶ Não é de excluir a integração de *Cobres*, nome alternativo da ribeira de *Terges* (ver neste trabalho “*Terges* e *Cobres*”), nesta série de nomes, a aceitar a proposta de Silveira (1913: 156), que identifica a forma medieval *riuulo de Colubris* (1239) com o latim *colubra*-, ‘cobra’.

⁵⁷⁷ Refira-se ainda Vasconcelos (1934: 493), que localiza os topónimos *Cobral* e *Quinta do Cobral* no concelho de Oliveira do Hospital, atribuindo-lhes a origem em *cobral*, derivado de *cobra* com o significado de «sítio em que há ninhos de cobras». O autor relaciona o hidrotopónimo com outros topónimos que exibem o mesmo radical em Portugal (*Cobreira*, *Cobrosa*, *Cobrica*, *Cobrinha*) e Espanha (*Colubredo*, nas Astúrias).

⁵⁷⁸ Observe-se que o sufixo *-al*, muito frequente em palavras alusivas a terrenos onde cresce determinada espécie botânica (*laranjal*, *pinhal*, *eucaliptal*, etc.; DHLP s.v. *-al*) ou é abundante um determinado elemento (*lamaçal*, *areal*; ibidem), também ocorre em nomes que denotam locais onde abundam certos animais. Na Galiza, os exemplos são numerosos: *Becerral*, *Cabral*, *Carneiral*, *Carrapatal*, *Carrapateal*, *Cazapal*, *Cebral*, *Cervál*, *Coruxal*/*Curuxal*, *Corval*, *Corveiral*, *Febral*, *Grallal*, *Toural* (comunicação da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho).

⁵⁷⁹ Cf. Cortesão (1912, s.v. *Odon*).

Afluente da margem esquerda do rio Mondego (cf. CMP 1: 25 000, folhas 169 – Aguiar da Beira; 179 – Penalva do Castelo; 190 – Mesquitela – Mangualde; 189 – Mangualde; 199 – Tondela; 210 – Santa Comba Dão).

Trata-se de um nome atestado nas fontes medievais sem a consoante inicial, a qual na forma atual *Dão* será o resultado da reanálise da sequência “rio de Aom”, como propunha Silveira (1940: 384), que atribui este hidrotópónimo a uma língua pré-romana desconhecida.⁵⁸⁰ Machado (2003) sugere que talvez se relacione o mesmo radical do hidrotópónimos inglês *Avon*, supondo uma origem céltica. Moreira (1967: 130/131) inscreve-o numa série euro-asiática donde se deduz uma forma radical comum, **ad-*, talvez identificável com a raiz **ad(u)-*, ‘corrente, curso de água’, conforme Pokorny (1959: 4). Pode-se, portanto, concluir que se trata de um hidrotópónimo de um estrato pré-latino, talvez indo-europeu.

4.9.9. Diz (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que corre nos arredores da Guarda, a norte. Trata-se de um afluente do rio Noeme, por sua vez, afluente do Côa (cf. CMP 1:25 000, folha 203 – Guarda).

Machado (2003), que o localiza na Guarda, como nome de rio, em Penalva do Castelo (casal Diz) e na Galiza (Pontevedra), considera que tem origem obscura. Com a forma *Diz* existem dois topónimos na Galiza (Dozón, Pontevedra; Outes, Coruña) (cf. *Nomenclátor de Galicia*); há ainda *Portodiz* e *Penadiz*, que podem incluir o topónimos Diz (Santiso, Coruña; Vilar de Barrio, Ourense). Ares Vázquez (2013: 682) considera que a origem do topónimo Diz (de Dozón) está no apelido patronímico *Díaz*. Poderia supor-

⁵⁸⁰ Discordando de uma anterior hipótese de Leite de Vasconcelos, Silveira (1940: 384) explica essa reanálise do seguinte modo: “[...] a forma actual *Dão* não nasceu da aférese do *a* inicial da mais antiga das formas [*Adon*], isto é, não foi (*A*) *don* > *Don* > *Dão*, como aliás supõe o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos (*O Arch. Port.* XXIV, 216) mas sim resultou da queda do *d* intervocálico dessa forma mais antiga (como em lat. *pedone-* > pião, *sudare* > suar) e da aglutinação daquela preposição *de*, ou seja, da série – rio de Adon > de Aon > d’Oom > d’Om > d’ÃO > Dão.”

se que o hidrotópónimo em apreço tem origem semelhante, mas nem o CIGeoE-SIG nem outras fontes consultadas permite identificar o uso de *Diz* como nome de lugar. Trata-se de mais um caso de etimologia obscura.

4.9.10. Massueime ou Maçoeime (ribeira de/rio)

Provável origem antroponímica árabe.

Grangia de Mazoeme 1193 (Fernandes 1995: 286, em referência a documento de confirmação de Celestino III, datado de 1193)⁵⁸¹

Afluente da margem esquerda do rio Coa (cf. CMP 1:25 000, folhas 151 – Almendra, Vila Nova de Foz Coa), 161 – Cidadelhe, Pinhel, 160 – Torre do Terrenho, Trancoso, 170 – Trancoso, 181 – Vila Franca das Naves, 192 – Lajeosa do Mondego, Celorico da Beira).⁵⁸²

Este nome não figura em Machado 2003. Fernandes (1995: 286) regista uma *grangia de Mazoeme*, a qual ocorre na confirmação dos bens do mosteiro de Tarouca feita por Celestino III em 1193 e que o referido investigador identifica com a freguesia de Granja no concelho de Trancoso, “tendo o nome, Maçoeime, ficado ao rio que aí passa”; parece, portanto, plausível que o hidrónimo se deva à transferência de um topónimo de origem antroponímica árabe.⁵⁸³ Assinale-se, porém, que *Mozoeme*, e não *Mazoeme*, é a forma

⁵⁸¹ Não foi possível ter acesso a edição contemporânea do documento.

⁵⁸² Baptista (1874: 63) oscila entre as formas *Massueime* e *Maçoeime* para dizer que “[n]asce ½^k a N. E. da Guarda: corre ao N. até passar 1 ½^k a O. da Granja; tem ponte na estrada de Pinhel a Trancoso, inclina então a N. N. E. e entra no Côa. na F. de S.^{ta} Comba. O seu curso é de 12 léguas.” O rio tem ou tinha outros nomes, como aponta o referido autor (idem): “O D. G. do sr. P. L. menciona uma ribeira de Alverca, a qual não pôde ser senão a mesma de Massueime, que recebe aquelle nome passando na F. de Alverca; como tivemos ocasião de saber seguindo as suas pittorescas margens desde o L. de Alverca até Avellans da Ribeira, e atravessando junto a este ultimo logar a Ribeira de Avellans affluente d'aquella. O dito D. G. menciona além d'esta de Alverca (a qual diz afluente do rio Maçoeime) outra ribeira que chama da Malta, afluente d'aquella.” Parece-nos que a dita ribeira da Malta tem o seu nascente na F. de Gouveias; corre ao N. e vae enlai' na de Alverca ou de Massueime com 1 ½^l de curso. Também o mesmo auctor falla, tratando da F. de Bouça Cova, de outra ribeira, afluente da Massueime, a que dá o nome de rio Tereginha: esta parece-nos nascer ao S. da referida F. de Bouça Cova, correr a N. N. E. e entrar na Massueime com uma légua de curso”

⁵⁸³ No distrito da Guarda é significativa a toponímia de origem árabe. Sobre o orónimo *Falifa*, aventa-se a hipótese de uma origem árabe, mas com a particularidade de conservar um –li- intervocálico, o que leva Fernandes (1999) a propor tratar-se de um leonesismo, como é característico da zona do Coa. Não é de excluir o contributo da antroponímia berbere. O topónimo *Cótimos*, nome de freguesia do concelho de Trancoso e localidade no mesmo concelho, atravessada pelo rio Maçoeime, poderá ter origem berbere. Sobre *Cótimos*, cf. Serra (1967: 39).

registada por Viterbo (1798-1799, s.v. *herdade*). Não excluindo que haja erro de cópia ou transcrição atribuível ou a Viterbo ou a Fernandes,⁵⁸⁴ se for dada primazia cronológica à forma *Mozoeme*, poderá esta ser enquadrada como antropónimo com a forma hipotética **abu Sulaymān*, que daria passo a **buçueima*, por aférese de *a*, queda de [l] intervocálico; na fase seguinte, **muçueime* seria o resultado da substituição do segmento [b] por [m] – substituição conhecida no conjunto dos fenómenos fonéticos da toponímia de origem árabe e não árabe –, e elevação da vogal baixa final; finalmente, *Maçueime* (grafia mais adequada etimologicamente do que *Massuime*) assinalaria a substituição de [u] por [a] ou [ɐ], também conhecida na toponímia e na dialetologia portuguesas (cf. Serra 1967: 126). Se o ponto de partida for *Mazoeme*, a análise proposta poderá ver-se dificultada; em alternativa, é de pensar-se num sintagma descritivo em arábico, formado por *ma*, ‘água’ e o antropónimo referido, sujeitando-se a expressão à maior parte dos fenómenos mencionados exceto a perda de arredondamento da vogal da primeira sílaba.

4.9.11. Moinhos (ribeiro dos)

Provável origem em função referencial.

Sem atestações medievais.

Afluentes do ribeiro do Caldeirão, conforme a representação da CMP 1:25 000 (folha 203 – Guarda). O RTP e o CIGeoE-SIG registam oito hidrónimos com esta forma nas regiões beirãs (nos concelhos de Mortágua, Vouzela e Guarda) e a norte do Douro (nos concelhos de Arcos de Valdevez, Vila Real e Mogadouro).

Hidrónimo que resulta muito provavelmente da identificação do curso de água por um elemento da paisagem circundante. Não se acham registos de *Moinhos* como nome de localidade eventualmente convertido em hidrónimo, nem se encontra a situação inversa (do hidrónimo para a denominação do lugar). Refira-se que o nome comum *moinho* ‘engenho que se destina à moagem’ procede do latim tardio *moln̄um* ‘idem’, abreviação de *saxum molinum* ‘mó’ (DCECH s. v. *moler*; ver também DHLP).

⁵⁸⁴ Cortesão (1912) também regista *Mozoeme*, que recolhe de Viterbo (1798-1799).

4.9.12. Mondego (rio)

De um estrato pré-latino, obscuro.

Mondeco 850-866 (PMH Dipl.: 2), 919 (idem: 14), 922 (idem: 16), 927 (idem: 21), 1112 (DPM I: 35), 1113 (idem: 50), 1116 (idem: 56), 1122 (idem: 77, 78, 79); *Mundeco* 1057 (PMH Dipl.: 247), 1100 (DPM I: 10); *Mondego* 897 (PMH Dipl.: 8), 1109-1112 (DMP I: 18), 1128 (idem: 101), 1129-1130 (idem: 120), 1170 (idem: 403), 1186 (PMH Leges: 455)⁵⁸⁵

Rio cujo curso se estende inteiramente em Portugal (cf. CMP 1:25 000, folhas 212 – Seia, 213 – Manteigas, 201 – Linhares, Celorico da Beira, 203 – Guarda, 192 – Lajeosa do Mondego, Celorico da Beira, 181 – Vila Franca das Naves, Trancoso, 191 – Celorico da Beira, 190 – Mesquitela, Mangualde, 201 – Gouveia, 200 – Nelas, 211 – Ervedal da Beira (Oliveira do Hospital), 210 – Santa Comba Dão, 221 – Tábua, 220 – Marmeleira, Mortágua, 231 – Penacova, 230 – Coimbra, 240 – Montemor-o-Velho, 239 – Figueira da Foz, 249 – Marinha das Ondas, Figueira da Foz).

Hidrónymo longamente atestado nas fontes primárias desde a Antiguidade, sobre o qual há consenso quanto à sua origem pré-latina. Como observa Guerra (1998: 539), a forma mais antiga é homónima de *Munda*, nome de uma cidade da Bética. A forma *Mondego* corresponderá a **Mondaecus*, derivado “que conteria um sufixo muito frequente nas línguas pré-romanas do ocidente peninsular” (idem, *ibidem*; ver também Vasconcelos 1911: 335). Silveira (1940: 393) viu em *Mundaecus*, forma derivada de *Munda* e na origem do atual *Mondego*, um diminutivo que designava o curso superior do rio, seguindo uma tendência já antiga, pelo menos, na vertente ocidental da Península Ibérica: “[...] podemos supor, e eu suponho efetivamente, que o nome *Munda* = *Monda* designaria primeiro o curso inferior e desafogado do rio (da Portela à foz?); e ao curso médio e superior, de leito apertado e alpestre, seria dado mais tarde o nome diminutivo *Mandecus* [sic] = *Mondecus*, que por fim se generalizou a todo êle.” Não obstante, a inclusão exata

⁵⁸⁵ Das fontes da Antiguidade, registam-se as formas Μόνδα (Marciano, cit. Por Guerra 1998: 539), *Munda* (Plínio cit. idem, *ibidem*), Μούδα (Estrabão cit. idem, *ibidem*), *Munda* (Mela cit. idem, *ibidem*). Nas fontes árabes, ocorre *Mondiq* (Al Idrisi, séc. XII; cf. Lopes 1968: 101)

da forma de Munda num estrato pré-latino continua a ser uma incerteza (cf. Silveira 1940: 392-393).

4.9.13. Noémi ou Noeime (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁵⁸⁶

Afluentes da margem esquerda do rio Côa (cf. Carta Militar de Portugal 1:25 000, folhas 203 – Guarda; 204 – Para, Almeida; 205 – Nave de Haver, Almeida). O nome tem sido registado com muitas variantes: *Noémi*, *Noeme* (grafado incorretamente *Noéme*; ver Gil 1968: 555)⁵⁸⁷, *Noeime*.⁵⁸⁸

Machado 2003 não regista este hidrónimo. No entanto, a existência do topónimo *Noeme*, que identifica um conjunto de três povoações nos arredores da Guarda sugere que este é um caso de transferência toponímica ou deslocamento.⁵⁸⁹ Note-se que, não obstante a corografia do século XVIII já registar esta forma onomástica como hidrónimo (Castro 1762: 132), a falta de atestações mais antigas torna plausível a relação do hidrónimo com um eventual nome de lugar com origem antroponímica. Para Serra (1964-1973: 261), “[...] *Noeime/Noeme* é mais um exemplar a acrescentar à nossa toponímia moçárabica”, testemunhando o nome pessoal árabe *Nuʿaym*. Mesmo assim, a ausência de ocorrências em documentação mais antiga aliada ao silêncio das fontes consultadas sobre outras circunstâncias que possam esclarecer este hidrónimo forçam a concluir que se trata de um caso com origem obscura.

⁵⁸⁶ A forma *Noemiz* 978 (Cortesão 1912) revela-se sem relação direta com o hidrotopónimo em discussão.

⁵⁸⁷ José Bragança Gil Júnior, 1968. *Dicionário Corográfico, Administrativo e Judicial*, Lisboa, Portugália Editora

⁵⁸⁸ Baptista (1874: 62): “Tem dois nascentes próximo da cidade da Guarda, um na fonte Dorna, outro no lugar de Porcas, juntando-se, corre em curva para E. Tem ponte na estrada que do Sabugal vae entroncar com a real da Guarda á Covilhã, e depois de um curso de 8 leguas entra no Côa, na F. de Mesquitella,” Bautista de Castro (1762: 132) apresenta a forma *Noeime*. Nos arredores sul da Guarda e nas margens deste rio, encontram-se os lugares de *Noeme de Baixo*, *Nome do Meio* e *Noeme de Cima*.

⁵⁸⁹ Na Wikipédia fala-se numa origem hebraica, relacionando-o com o antroponímico *Noémia*: “Do hebraico antigo *noʿami*, com o significado de doçura, suavidade, graça, alegria. *Noemi* é uma figura do Antigo Testamento, da tribo de Benjamim, sogra de Rute, da linhagem de David. A sua história é narrada no Livro de Rute.” O mesmo artigo acrescenta ainda que “O topónimo oficial atual é *Noéme*, mas localmente permanece o uso do topónimo original *Noemi*. Esta palavra também está na origem do antroponímico português *Noémio/Noémia*”.

4.9.14. Seco (rio)

Nome com motivação descritiva, do léxico comum *seco*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁵⁹⁰

Afluente da ribeira de Aguiar, conforme se pode observar na Carta Militar de Portugal 1:25 000 (folhas 183 – Almeida, 172 – Malpartida, Almeida). O CIGeoE-SIG permite identificar a forma *rio Seco* ou *Rio Seco* noutros pontos de Portugal, tornando-se esta mais frequente ao sul de uma linha que poderá definir-se entre o interior centro-norte (concelhos da Guarda e de Oliveira do Hospital) e o norte da Estremadura (concelhos da Batalha e de Alcobaça).

Um entre os muitos casos de hidrónimos que parecem surgir como atributo, possivelmente alusivo ao fraco caudal do rio (sobre a etimologia do adjetivo *seco*, ver *Seco, rio*, secção 4.6.14).

s

4.9.15. Seia (rio)

Origem obscura, possivelmente pré-latina.

Sena 1023 (PMH Dipl.: 156), 1087 (idem: 405 e 435)

Afluente da margem esquerda do rio Mondego (CMP 1:25 000 folhas 212 – Seia, 211 – Ervedal da Beira, Oliveira do Hospital). Nasce na serra da Estrela (Baptista 1874: 79).

A corografia dos séculos XIX e XX regista-o por vezes como *Ceia*, mas a forma é a mesma que a do topónimo correspondente à cidade de Seia. Machado (2003) regista-o apenas como topónimo (“vila do distrito da Guarda”), interrogando-se sobre a possibilidade de ter origem pré-romana. Evidenciando a coincidência das atestações do topónimo português com o topónimo galego *Cea*, (Vilagarcía de Arousa, Pont.) – “atestado como *portum de Sena* 916, *Sam Pedro de Sea* 1334” –, Bascuas (2014: 233) atribui ambos os nomes ao céltico **sen-* ‘velho’, igualmente presente no medieval *senara*,

⁵⁹⁰ Ver *rio Seco* na secção relativa ao distrito de Coimbra.

donde provêm o galego *seara* ou *senra* e o castelhano *serna*.⁵⁹¹ Trata-se, de qualquer modo, de um hidrónimo que pode ter sido motivado pela referência ao topónimo *Seia*, que denomina a cidade localizada na vertente ocidental da serra da Estrela.

4.9.16. Távora (rio)

Origem obscura, talvez pré-latina.

Sancto Pedro de Tavora 1149 (DMP I: 282), *per aquam de Tavora* 1200 (PMH Leges: 514)

Afluentes da margem esquerda do rio Douro (cf. CMP 1:25 000, folhas 169 – Aguiar da Beira; 159 – Sernancelhe; 149 – Penedono; 139 – Paredes da Beira (S. João da Pesqueira); 128 – S. João da Pesqueira; 127 – Tabuaço). *Távora* é também um topónimo do concelho de Arcos de Valdevez.

Moreira (1967: 58) analisa o nome em dois elementos (*tav-* e *-ara*), pressupondo uma forma *Tavara*, atestada em documentos medievais (cf. DMP I: 400). Moralejo (2009: 81) inclui *Távora* entre os derivados com raízes pré-latinas com significado descritivo ou terreno ou à flora: “hidr. *Távora* (Douro, BA), con sufixo *-or-*, *-ar-*, ¿etimología, la remisión a **tau-* “fluir” puede ser formalmente satisfactoria, pero no tiene apoyo claro sobre el terreno: hay *Tábara* sin curso de agua”. Bascuas (2006: 95) considera que pode ser variante de *Tábara*, cuja base **Tab(h)-* é enquadrável pela raiz indo-europeia **ta-* ‘derreter, flui’, muito embora seja igualmente analisável pela adjunção do mesmo sufixo átono prerromano que ocorre nos casos galegos de *Cérvora* (Castroverde, Lugo), *Líncora* (Chantada, Lugo) e *Érmora* (Palas de Rey, Lugo), bem como na forma medieval *Coporos* > *Cobres* (Vilaboa, Pontevedra), etc.⁵⁹²

Trata-se, portanto, de um hidrotopónimo de provável origem pré-latina; não obstante, ainda é obscura a semântica dos seus supostos formantes.

⁵⁹¹ A referência a Bascuas (2014) deve-se a recomendação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

⁵⁹² A referência a Bascuas (2006) é informação dada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

4.9.17. Teja (ribeira da/ribeira de)

Origem obscura.

per illam aquam de tega/ illa aqua de teia 1124 (PMH Dipl.: 364).⁵⁹³

Afluentes da margem esquerda do Douro (CMP I 1:25 000, folhas 170 – Trancoso; 160 – Torre do Terrenho, Trancoso; 150 – Meda; 140 – Touça, Vila Nova de Foz Côa; 129 – Seixo de Ansiães, Carraceda de Ansiães).⁵⁹⁴

Moreira (1967: 62-64) relaciona *Teja* com *Tejo* e *Tajuña*, seguindo David Lopes na interpretação de -e- como resultado de -a- latino e de -j- ([ʒ]) como resultado da adaptação árabe de *g* latino. A GELB atribui a *Teja* origem “incontestavelmente pré-romana”, referindo uma possível relação com uma “raiz ligúrica ‘eja’, mas rejeitando uma hipotética “prótese explicável pela expressão ‘rio de Eja (Deja, Teja)”, que “não pode admitir-se em vista da própria pré-nacionalidade da forma *Teja* actual (a qual levaria a crer no improvável fenómeno como demasiado antigo, quando de certo ainda não aparece então onde ele se verificou: rio Dueça, de Eça; rio Dão, de Aõ <Om, séc. XII; etc.) [...]”. *Tegia* está registado como nome masculino em Cortesão 1912, que o encontra num documento de 1074 incluído nos PMH (Dipl.: 318). Como Cortesão 1912 regista, nos PMH Dipl.: 364, ocorrem as variantes *tega* ou *teia*, que são atestações do nome em apreço. É de supor que nestas formas medievais <g> e <i> marquem uma consoante fricativa palatal sonora ou a correspondente africada. Estando a forma há muito documentada, diminui a probabilidade de se tratar de um derivado de *Tejo* aplicado por alcunha, como sugere interrogativamente Machado (2003). Sem excluir a possibilidade de uma interferência árabe na configuração deste nome – é certo que se trata de um hidrónimo ocorrente numa região em que o controlo cordovês foi mais extenso do que o verificado a norte do Douro –, é também possível que o hidrónimo não tenha relação

⁵⁹³ Trata-se do foral de Sernancelhe, concedido em 1124 por Egas Gondesendes e João Viegas (ver As variantes *tega* e *teia* correspondem a diferentes versões do documento (ver PMH Dipl.: 362). Regista-se *Porto de Tegia* 1258 PMH (Inquis.: 343), mas situado no juízo de São Miguel de Facha, como hoje ainda é conhecida a freguesia de Facha, no concelho de Ponte de Lima, no distrito de Viana do Castelo.

⁵⁹⁴ Baptista (1874: 64), chama-lhe “ribeira”, afirmando que “[n]asce próximo de Moreira de Rei; corre ao N.; passa 1^{kl} a O. de Casteição; em Aveloso, onde tem ponte, na estrada para Meda; 3^k a E. de Ranhados; 1^{1/2} de Cedovim; 2 de Horta, onde tem ponte, e 1 de Numão; e 7^k mais abaixo entra no Douro, com o curso de 9 léguas.”

direta nem com Tejo nem com a forma mais antiga deste último, *Tagus*. Como não parece haver item do léxico comum que a justifique, é por enquanto de considerar que este hidrónimo tem origem obscura, talvez pré-latina.

4.9.18. Torto (rio)

Do léxico comum romance ou português.

et ferit in Rium Tortum 1169 (DMP I: 397) [relativo ao rio Torto que corre nos concelhos de Trancoso e Vila Nova de Foz Côa];⁵⁹⁵ *et cum ribulo Torto* 1140 (DMP I: 224) [relativo ao rio Torto que corre no concelho de Gouveia].

Afluente do rio Douro (ver CMP 1:25 000, folhas 103 – Torre do Terrenho, Trancoso; 140 – Vila Nova de Foz Côa). Baptista (1874: 64) refere que o rio Torto “[n]asce 3^k a S. E. de Guilherme”, um enclave do distrito da Guarda na parte oriental do distrito de Viseu. Com o mesmo nome também se localiza um rio Torto que nasce no concelho de Gouveia e é afluente da margem esquerda do rio Mondego (CMP 1:25 000, folhas 201 – Gouveia).

Nome de carácter descritivo, que identifica dois dos muitos rios assim chamados, geralmente em alusão ao modo como se configura o seu curso (ver *Torto, rio*, na secção 4.2.10).

4.9.19. Zêzere (rio)

Origem obscura, provavelmente de estrato não latino.

Ozezar (foral, segundo Machado 2003); *Ozezar* 1122 (DMP I: 77), 1166 (DMP I: 377), 1169 (DMP I: 389); *Uzezar* 1101 (DMP I: 14, doc. Falso), 1165 (DMP I: 370); *Unzezar* 1135 (DMP I: 169); *Zezer* Ordenações do senhor rey D. Affonso V (cf. Machado 2003)

Afluente da margem esquerda do rio Tejo (cf. CMP 1:25 000, folhas 224 – Teixoso (Covilhã); 213 – Manteigas; 235 – Covilhã; 246 – Fundão; 255 – Barroca (Fundão);

⁵⁹⁵ Cortesão (1912) regista *Rio Torto* atribuindo-lhe uma ocorrência datada de 1258, proveniente dos PMH (Inq.: 365). Trata-se de um afluente do rio Minho, no atual distrito de Viana do Castelo. Machado 2003 regista também esta atestação, mas é provável que cite Cortesão (1912); cita ainda os DMP I: *Ribulo Torto* 1109 (DMP I: 21); *Riuulum Torto* 1110? (DMP I: 29; a data interrogada está conforme se apresenta na fonte em apreço); e 1112 (DMP I: 41).

Orvalho (Oleiros); 276 – Figueiró dos Vinhos; 288 – Cernache do Bom Jardim; 300 – Ferreira do Zêzere; 311 – Serra, Tomar; 321 – Sardoal; 320 – Asseiceira; 330 – Entroncamento). A forma *Zêzere* também se encontra nos concelhos de Baião (*Santa Marinha do Zêzere e ribeiro do Zêzere*) e de Ponte de Sor (*Zêzere*⁵⁹⁶).

Hidrotopónimo que tem suscitado várias propostas, em grande parte, de teor especulativo. Costa (1929-1949), apoiando-se na *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrade (153-1630),⁵⁹⁷ aceita que o nome do rio “provém da árvore chamada *zenzeiro*, espécie de salgueiro, que abunda nas suas ásperas e alcantiladas margens”. Outros autores associam-no a diferentes estratos, como enumera Machado (2003): David Lopes interpreta a atestação medieval *Ozezar* como **odzezar* (árabe *od-* ‘rio’ e *zezar*, do berbere *zēz* ‘cigarra’), “[...] com acrescentamento de *r* (*re*) final, como em *Alvaiázere*, *Tânger*, *a. Tângere*, *almíscar*, etc.”, considerando que “[o] primeiro elemento veio a desaparecer por se confundir com o artigo português, como em Degebe por Odegebe” (Lopes 1968: 175);⁵⁹⁸ Adolfo Coelho (1909: 320) relacionava a expressão “o Zêzere” com um nome de rio – “*Osecrus* ou antes *Osecerus*”; Piel (1944: 385) fazia-o remontar à forma antroponímica *Ozecarus*; outros ainda sugerem a cognação com *César*. Refira-se que Moreira (1967: 136) inclui Zêzere entre “frutos do arabismo”, como *Almargem* (de *al marj* ‘prado’). Bascuas (2002: 205/206), pelo contrário, defendendo a hipótese paleoeuropeia, propõe que a atestação medieval *Uzezar* supõe um originário **Upsetiari-*, pelo que “este hidrónimo puede considerarse como el representante principal en el O. Peninsular de la raíz **ups-* ‘agua’”.⁵⁹⁹

⁵⁹⁶ *Zêzere* é nome de um lugar no concelho de Ponte de Sor, o qual aparece associado à *Herdade do Zêzere* (cf. Despacho Zonas de caça – ZCT 4465-AFN|ZCT 6005-AFN, disponível em <http://www.icnf.pt/portal/caca/ade/dzc/zc/2012/setembro/despacho-435-2012-zc>, consultado em 11/11/2015). Costa (1929-1949) regista *Casal do Zêzere*, no referido concelho. Não é de excluir que este caso *Zêzere* tenha origem no uso com apelido ou alcunha, mas as fontes utilizadas neste trabalho não facultam mais informação que permitam confirmar tal conjectura.

⁵⁹⁷ Disponível em http://purl.pt/14193/4/res-92-v PDF/res-92-v PDF 24-C-R0150/res-92-v 0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf (consultado em 17/11/2015). Ver também Machado 2003 s. v. *Zêzere*. Machado refere *zenzeiro*, mas deve fazê-lo por lapso; apresenta também as formas *zenzeiro* e *azereiro*, que têm entrada em Figueiredo (1913), o qual regista *zenzeiro*, *zezeiro*, *azereiro*, *azareiro*, todos vocábulos sinónimos como denominação da *Prunus lusitânica* (cf. DHLP s. v. *azereiro*). Assinale-se que Figueiredo (idem) admite a influência de *Zêzere* sobre *zezeiro*; sendo assim, tornar-se-ia improvável que o hidrónimo se devesse ao nome da planta – a situação seria a inversa, portanto, com o nome próprio a atuar como hipercorreção.

⁵⁹⁸ Também citado por Machado 2003 s. v. *Zêzere*.

⁵⁹⁹ A frase final do parágrafo foi elaborada com base numa observação feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

É possível que o nome em apreço tenha sofrido várias interferências, as quais hoje dificultam a sua análise etimológica.⁶⁰⁰ Contudo, as formas medievais, por exibirem o elemento *o-*, que ocorre também noutros nomes atestados desde a Antiguidade no território próximo (*Ocelense*, por exemplo), dão força a uma origem pré-latina.

⁶⁰⁰ Bascuas (2002:206), no entanto, não deixa de inscrever Zêzere na hidrotoponímia paleoeuropeia: “En el Zêzere la *-e* es paragógica, como ocurre n el popular *mullere* frente a *muller*, y la segunda *e* se debe a una asimilación de las otras dos; el resultado normal sería **Ozêzar*. En fin, este hidrónimo puede considerarse como el representante principal en el O. Peninsular de la raíz **ups-* ‘agua’.”

4.10. Distrito de Leiria (42 hidrotopónimos)

Águas Belas (rio das), Alcaide (rio), Alcoa (rio), Alcobaça (rio), Alpedriz (rio de), Anços (rio), Antas (rio das), Areia (rio da), Arnoia (rio), Arunca (rio), Azenhas (rio das), Baça (rio), Cal (rio da), Castanheira (rio da), Chãos (rio de), Corga (rio da), Coz (rio de), Esperança (rio da), Fanadia (rio da), Ferrel (rio de), Fonte Santa (rio da), Igreja Velha (rio/rio da), Junceira (rio da), Lama (rio da), Lavandeira (rio da), Lena (rio), Lis (rio), Meio (rio do), Nabão (rio), Pedralhos (rio de), Pisões (rio dos), Ponta do Jardim (rio da), Real, Rebelos (rio dos), S. Domingos (rio de), S. Vicente (rio de), Sanguinheira (rio da), Seco (rio), Sobreira (rio da), Tábuas (rio das), Tornada (rio da), Velho (rio), Vergado (do).

4.10.1. Águas Belas (rio das)

Latino-romance, talvez mesmo já do período português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Parece tratar-se de um afluente do rio da Areia, conforme assinala a pesquisa do visualizador co CIGeoE-SIG, muito embora a sua representação na CMP 1:25 000 (folha 307 – Valado dos Frades, Nazaré) não tenha legenda associada, nem o RTP o registe.

Não havendo localidade assim chamada nas imediações ou nas margens deste rio, é de supor que se trata de um hidrónimo descritivo, com o seu quê de convencionalmente poético («águas que são belas»). Como itens do léxico comum, *água* provém do latim *aqua*, *ae* ‘água, e *bela*, também do latim, de *bellus*, *a*, *um* ‘belo, bela, bonito, bonita’ (cf. DHLP).

4.10.2. Alcaide (rio)

Criação romance ou portuguesa, com base num nome comum de origem árabe.

Afluente do rio Lena (CMP 1:25 000 folha 308 – Porto de Mós).

Baptista (1874: 87) refere-o como tal, chamando-lhe rio do Alcaide, o que sugere que o nome é criação em romance ou já mesmo em português, tendo talvez o seu valor

referencial que ver ou com certa figura histórica que teria tido as funções de alcaide ou com o facto de o curso de água assim chamado se situar em território administrado por alcaide. De qualquer modo, as fontes consultadas não permitem chegar a um parecer mais conclusivo sobre a motivação deste hidrotopónimo.

4.10.3. Alcoa (rio)

Talvez uma reanálise de *Alcobaça*.

Rio que conflui com o Baça para ambos formarem o Alcobaça (cf. CMP 1:25 000 folhas 307 – Valado dos Frades e 317 – Alcobaça; ver também Baptista 1874: 87). Tem nascente na serra de Porto de Mós, a qual continua para norte a serra dos Candeeiros.⁶⁰¹

Machado (2003) apresenta duas hipóteses sem defender nenhuma: o nome tem origem no árabe *al-qôa*, ‘força, vigor, impetuosidade’; ou é um híbrido formado pelo artigo árabe e o pré-romano **Cuda*, a mesma forma ou forma homónima de *Cuda*, hoje *Coa*. Mas não parece de excluir que este nome se tenha formado por reanálise da forma *Alcobaça* (v.).⁶⁰²

4.10.4. Alcobaça (rio)

Do topónimo preexistente de origem obscura, talvez um híbrido árabo-romance (cf. *Alcoa* e *Baça*).

Alcobaça 1153 (Cortesão 1912), *Alcobacha* 1153 (Machado 2003), *alkobacie* 1179 (Reuter 1938: 365), *Alcupacia* (Machado 2003), 1207, *Alcobacia*, *Alcobatia* s. XIII (Cortesão 1912)⁶⁰³

⁶⁰¹ Baptista (1874: 87): “[...] nasce [...] na serra de Porto de Moz; corre a S. O., e com duas léguas de curso, juntando-se ao Baça, formam o Alcobaça [...]”. Há quem atribua o nome *Alcoa* mesmo ao curso de água resultante do encontro dos rios *Alcoa* e *Baça*, como é o caso de Machado (2003).

⁶⁰² Fernandes (1999) contesta que *Alcobaça* seja um composto de *Alcoa* e *Baça*: “[...] parece que há quem veja ser um nome formado pelos nomes *Alcoa* e *Baça*, rios que aí se juntam: além de não se encontrar, em geral, tal fenómeno onomástico toponímico entre nós, e, sobretudo, não se provar, parece mais o contrário, ou seja, dividiu-se o topónimo em duas partes e aplicou-se cada uma a seu rio.” É, aliás, possível que o registo das formas *Alcoa* e *Baça* tenha que ver com uma lenda popular conforme se encontra recolhida nas páginas eletrónicas do Arquivo Português de Lendas do Centro de Estudos Ataíde de Oliveira da Universidade do Algarve (disponível em <http://www.lendarium.org/>, consultado em 25/02/2017).

⁶⁰³ Optou-se aqui por fazer referência às fontes que recolhem e seleccionam as atestações de edições de textos.

Rio que resulta da confluência do Alcoa e do Baça,⁶⁰⁴ para desaguar no Atlântico, nas imediações da Nazaré (cf. CMP 1:25 000 folhas 307 – Valado de Frades, Nazaré e 317 – Alcobaça). Também é conhecido como *rio de Fervença*. Além da cidade de Alcobaça, o RTP e a CMP assinalam outros lugares com este nome a sul (ler mais abaixo neste artigo) e norte do Tejo (neste último caso, Alcobaça, no concelho de Castro Laboreiro).

Machado (2003), não relacionando *Alcobaça* com *Alcoa* e *Baça*, como tradicionalmente se faz, apresenta uma série de ocorrências deste topónimo em Portugal (e uma espanhola, na província de Badajoz, *Alcobaza*)⁶⁰⁵ e um número de atestações latino-medievais (ver supra); não propõe claramente uma etimologia, antes remete a sua discussão para *Alcoba*, nome alternativo da serra do Caramulo, o qual interpreta quer como integralmente árabe quer como híbrido constituído pelo árabe *al* e o romance *cova* ‘mina, gruta’. Fernandes (1999), como sempre, muito crítico de Machado (2003), rejeita por incongruente a génese árabe de *Alcoba* (“porque se trata de montanha”, e não de uma mina), analisando-o como um composto formado por elementos pré-latinos: *alc* ou *alk* ‘alce, corço’ + *ov-* ‘água’ (cf. Ovar; ver Fernandes 1999 s.v. *Alcoba*). *Alcobaça* seria o resultado da adjunção a *Alcoba* do sufixo *-aça*, que considera equivalente a *-ada* (associado às noções de ‘conjunto’, ‘quantidade’), alinhando-o com os casos de *Pedraça* (Braga), *Tabuaça* (Espinho) e *Vilaça* (Braga). Fernandes nega assim que o nome surja da aglutinação de *Alcoa* e *Baça*, e antes sugere que estes nomes tenham sido formados com base em *Alcobaça*, ao mesmo tempo que considera outros casos de Alcobaça em Portugal como transplantações.⁶⁰⁶ *Alcobaça* é, pois, um topónimo de origem controversa, já localizado numa região em que a eventual interferência do árabe complexifica ainda mais a discussão. Quanto ao seu uso como hidrotopónimo, parece este proceder do uso toponímico, mas, dada a opacidade deste nome, não é claro que seja assim. Importa, no entanto, salientar que a importante intervenção dos monges de Alcobaça na transformação da paisagem também se traduziu

⁶⁰⁴ Baptista (1874: 87) descreve este rio como junção dos rios Alcôa e Baça, “[...] que se juntam não no meio da V.^a de Alcobaça, como alguns auctores dizem, mas 2^l acima (e para E. S. E.) pois na V.^a passa já o rio com o nome de Alcobaça; e ahi se lhe junta uma ribeira pequena, e tão pequena que não vem indicada.”

⁶⁰⁵ Na Estremadura espanhola, em Badajoz, *Alcobaza* é nome de uma herdade (*dehesa*) da comarca e do município de Jerez de los Caballeros. Não se descarta que estes e outros casos se devam ao uso de *Alcobaça* como apelido (sugestão da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho).

⁶⁰⁶ É possível que assim seja nos casos localizados no Alentejo, os quais correspondem a nomes de propriedades, que podem estar relacionadas com o nome ou a proveniência do proprietário (CMP, disponível pelo visualizador do CIGeoE-SIG): *Horta de Alcobaça*, *Monte de Alcobaça*, em Elvas (Portalegre); *Monte do Alcobaça*, Terrugem, Elvas (Portalegre); *Alcobaça*, Vale do Peso (Portalegre); *Alcobaça*. Grândola (Setúbal); *Alcobaça*, Lamas de Mouro, Melgaço (Viana do Castelo).

em obras hidráulicas que alteraram frequentemente a rede hidrográfica local,⁶⁰⁷ o que explicaria também o perfil relativamente recente da hidrotoponímia desta região da Estremadura, favorecendo a eventual criação e transferência de nomes geográficos.

4.10.5. Alpedriz (rio de)

Híbrido, com elemento árabe *al-* e segundo elemento talvez de origem romance.

Alpetriz (DMP, I, p. 471; Machado 2003)

Afluente do rio da Areia (cf. CMP 1:25 000 folha 307 Valado dos Frades, Nazaré).

Nome que parece dever-se ao da localidade de *Alpedriz*, que também já foi atribuído a uma serra nas imediações. A GEPR registra-o como nome de localidade, sem mencionar sequer a existência de um rio também chamado assim. Machado (2003) aventa a possibilidade de se tratar de um híbrido derivado do românico *petra*. O hidrotopónimo deverá, portanto, a sua génese à sua identificação por associação ao lugar homónimo.

4.10.6. Anços (rio)

Provavelmente pré-romano.

Anzo em 933 (PMHP Dipl.: 24 e 431) e 1089 (id.: 431); *villa noua d anços* 1363 (Marques I: 177).

Afluente do rio Arunca, o qual, por sua vez, desagua na margem esquerda do Mondego (cf. CMP 1:25 000, folhas 262 – Redinha, Pombal e 250 – Soure). No entanto, Andrade 1944 regista-o não como subafluente, mas, sim, como afluente do Mondego.⁶⁰⁸ Andrade (1878:228) e Costa (1929-1949) também o identificam como *rio de Soure*.

⁶⁰⁷ Um artigo publicado na revista *Pedra e Cal* (número 18, abril/maio/junho, 2003), da autoria de Pedro Tavares e intitulado “A água em Alcobaça”, aponta isso mesmo” “Em Alcobaça, os cistercienses foram sempre elevando as cotas de funcionamento das suas partes edificadas. Deslocaram e contiveram o rio Alcoa (séc. XVI), muito provavelmente já tinham feito o mesmo ao rio Baça, criaram linhas de água novas, procederam a movimentações de terras inimagináveis, mas nada parou o seu engenho criador. Na realidade, eles eram monges, agrónomos, técnicos hidráulicos e arquitectos/construtores.” (disponível em http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev18_Art06.pdf, consultado em 17/01/2017).

⁶⁰⁸ Com efeito, Baptista (1874: 84) localiza-lhe a nascente a “uma légua a S. O. do Rabaçal”, referindo depois que “corre a O. e logo a N. O. passando na Redinha (a O.), depois em Soure (ao S. e O.) onde tem ponte (e recebe o Arunca), depois em Villa Nova d’Anços (a O.) e uma e meia légua mais abaixo entra no Mondego, com o curso de 7^h”. De qualquer modo, o rio assim nomeado é também identificado como *Arunca*

Para Machado 2003, este nome tem origem obscura. No entanto, Moreira (1967: 107) regista *Anzo*, pressupondo **Antiu* e inserindo-o numa série em *Ant-* ou *And-*. *Anço* ou *Anços* teria, portanto, a mesma base que o rio *Antuã* (ver bacia do Vouga) e a antiga lagoa de Antela (Ourense, Galiza), remontando a um apelativo com o significado de “água pantanosa, pântano”. Contudo, pelo menos, no caso de *Antela*, afigurar-se mais plausível outra hipótese, porque se regista *antela* como derivado de *anta*, do latim *antae* ‘pilares, colunas da porta’ e sinónimo de *dólmen* – segundo o DEE, ‘pequena anta ou dólmen, sem laje que a cubra e fechada polos quatro lados’.⁶⁰⁹

Não sendo identificável com o vocabulário comum contemporâneo ou arcaico, é, pois, possível incluir este hidrónimo nos substratos pré-latinos, talvez indo-europeus. Contudo, a eventual relação com *Antuã* sugere um enquadramento que tanto pode ser pré-latino como latino-romance. O registo de *Anços* como nome de povoação não exclui a eventualidade de o hidrotopónimo ter sido motivado por associação e corresponder, portanto, a um tipo denominativo (*rio de Anços*). As fontes consultadas não permitem nem a preexistência de *Anços* como topónimo, nem a sua relação com algum item hidronímico.

4.10.7. Antas (rio das)

De *anta*, do léxico comum latino-romance.

Afluentes da margem esquerda do rio Baça (CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça).

Parece dever o nome ao lugar das Antas, que se encontra nas suas margens. Como nome comum, *anta* ‘dólmen, monte de terra’ (cf. Figueiredo 193) faz parte do léxico patrimonial galego-português, com origem em *antae*, *arum* ‘pilastras (cf. DHL, LHP e Gaffiot 1934).

4.10.8. Areia (rio da)

(ver Costa 1929-1949). *Anços* ocorre como topónimo não apenas sob a referida forma de *Vila Nova de Anços*, mas também enquanto nome de lugar da freguesia de Redinha, no concelho de Pombal (Leiria) e ainda na freguesia de Montelavar, no concelho de Sintra (cf. Machado 2003).

⁶⁰⁹ Observa a Professora Ana Isabel Boullón Agrelo (comunicação feita na sequência da prova de defesa deste trabalho): “*Antela* considérase ‘marco de pedra de gran tamaño chantado verticalmente na terra’, ‘pedra delgada e plana, chantada verticalmente na terra, que se utiliza para facer valos’ e tamén como sinónimo de *dolmen*, sentidos que se aplican perfectamente á toponimia. Procede do lat. *ANTAE* ‘piars da porta’.”

Do léxico comum latino-romance ou já do período português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

O rio da Areia é um afluente do rio Alcobaça (cf. CMP 1:25 000 folha 307 – Valado dos Frades, Nazaré). Baptista (1874: 88) identifica-o com o rio de Coz (ver), mas a CMP associa este nome a um afluente do rio de Areia.⁶¹⁰ Nas proximidades do rio da Areia, encontra-se a povoação de Casal da Areia (CMP 1:25 000 folha 307 – Valado dos Frades, Nazaré).

Hidrotopónimo que parece transparente, de estrutura determinativa (*da Areia*). Pode supor-se que o item *areia* ‘conjunto de partículas granulosas de natureza mineral, que se encontra no leito dos rios, dos mares, nas praias e nos desertos’ (DLPPE) – do latim *arena*, *ae* ‘idem’ (cf. DHLP) – terá sido usado como qualificativo ou já como topónimo preexistente, como a existência da localidade de Casal da Areia permite pensar. Embora esta povoação se encontre hoje a alguns quilómetros do mar, é de realçar que se localiza em terrenos outrora inundados pelas águas da antiga lagoa da Pederneira, um acidente do litoral português que se estendia para o interior.

4.10.9. Arnoia (rio)

Pré-latino, mas talvez transplantado para a região.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁶¹¹

Rio que nasce na freguesia de Alguber, segundo Baptista (1874: 88) e atravessa os concelhos do Cadaval e das Caldas da Rainha, para desaguar na lagoa de Óbidos (cf. CMP 1:25 000, folha 351 – Cercal, Cadaval, 339 – Rio Maior, 338 – Óbidos).

O rio assim chamado parece ter tido outros nomes: *da Rainha* e *rio da Vargem* (de *varja*, variante de *várzea*). Machado (2003) localiza este topónimo em Celorico de Basto, na

⁶¹⁰ É o que se pode constatar no cartograma do CIGeoE-SIG correspondente à CMP folha 286 - Albergaria dos Doze (Pombal). No entanto, Baptista (1874: 88) descreve-o como afluente do rio Abadia, afluente do Alcobaça, que ‘entra no oceano, 1k ao S. da Pederneira’ (na actual Nazaré).

⁶¹¹ As ocorrências de *Arnoia* nos PMH (Inq: 141e 165) em 1220 referem-se à região de Felgueiras (distrito do Porto).

Sertã, como ribeira que desagua na lagoa de Óbidos e como nome de uma antiga cidade num monte na freguesia do Cossourado, no concelho de Paredes de Coura. Seguindo A. Tovar,⁶¹² refere a hipótese tartéssica e relaciona o nome também com o basco *arnaga*, ‘seixal’. Deve, contudo, observar-se que *Arnoia* também é o nome de um afluente da margem esquerda do rio Minho, na província galega de Ourense. Sem excluir algum influxo de uma língua pré-romana não indo-europeia, não se pode rejeitar a possibilidade de o nome ter sido transplantado para a região do Oeste em Portugal.

Outra possibilidade é a de *Arnoia* ter feito parte do léxico comum. Começemos pela segunda hipótese, que relaciona *Arnoia* com o latim *arēna*, com síncope de *ē*, tal como ocorreu com *Arnoso* <*arenosu* (Cabeza Quiles 1992: 41) ou *Arneiro* <*arenariu* (Vasconcelos 1902: 151). Fica, porém, por explicar a sequência *-oia*, não enquadrável nos sufixos latinos.

Bascuas (2002: 41/42), identificando o *Arnoia* galego com o *Arnoia* português, analisa estas formas como constituídas pela raiz indo-europeia **er-/*or-*, ‘pôr em movimento’ (Pokorny 1959-1989 e Krahe 1964: 45-47), a qual na teoria das laringais de Adrados (1973: Ap. C, 6 e 6 bis) é reconstruída como **(H)erH^w₁-/*(H)erH^y₁-*, permitindo uma grande variedade de formas em consequências de diferentes vocalizações e alternâncias vocálicas. *Arnoia* corresponderá a um tema *Ar-n* com alargamento em *-n* (cf. rio *Arno*, em Itália), seguido do sufixo *-ia*, pelo que o nome se manteve inalterado.⁶¹³ O investigador galego duvida, portanto, da relação de *Arnoia* (e outros hidrotopónimos e nomes comuns que partilham o radical *arn-*) com o latim *arēna*.

Outros autores propõem uma origem pré-indo-europeia. Domingos (1967: 126-128) engloba *Arnoia* numa série mediterrânica de rios em *Arn-*, ‘caverna’, ‘refúgio’⁶¹⁴ na qual também inclui o hidrónimo *Arnoso*. Cabeza Quiles (1992: 38) filia *Arnoia* nas raízes pré-indo-europeia **arn* (Arnados, Suarna) e *art-* (Artes, Arteixo) liga a outra raiz **ara*, ‘vale, água’.

Cumpre registar que todas as ocorrências portuguesas de *Arnoia* nos PMH Inq. se encontram em documentos relativos ao Norte de Portugal, e não à região do Oeste onde corre o rio Arnoia. É, pois, plausível que o nome tenha sido transferido por efeito da

612 A. Tovar, “Léxico de las Inscripciones ibéricas”, in *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, 1951, pp. 291, s.v. *arnai-* (apud Machado 2003).

613 Para Bascuas as formas medievais *território Arnogie* (em 889) e *inter Minio et Arnogia* (em 957), com *-gia* são apenas uma representação medieval de *-i-*.

614 “Sobre o sentido da base *Arn-* notar [...]: ignificados deduzidos do ístrico *arno*, ‘caverna, enseada rochosa onde entra o mar’, laciano *arnaro*, ‘refúgio sob uma rocha saliente’, latim medieval *arnarium*, ‘refúgio para o rebanho’, além de espanhol *arna*, ‘vasco de colmeia’ (Domingos 1967: 126-128).

colonização do período da Reconquista. Em suma, trata-se de um nome de origem obscura, eventualmente ligado à renomeação geográfica da época da Reconquista.

4.10.10. Arunca (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Mondego (Cf. CMP 1:25 000, folhas 286 – Albergaria dos Doze, 274 – Pombal, 262– Redinha, Pombal, 250 – Soure, 240 – Montemor-o-Velho, 239 – Figueira da Foz. Andrade (1944)⁶¹⁵ refere-o como “afluente da margem esquerda do Mondego”, que “[p]assa em Pombal, Soure e Alfarelos e vai juntar-se ao Mondego a E. de Montemor-o Velho”.⁶¹⁶

Para Machado (2003), é “nome pré-céltico, composto de *ar*, “rio” e “água” e *-unca*, sufixo diminutivo”, sem relação com a planta *arunca* [sic],⁶¹⁷ mas que este lexicógrafo remete para *Arade* e outros potamónimos. Moreira (1967: 122-126) agrupa-o com *Arouce* (v.) e *Erra*, ligando a uma série de rios com as bases *ar-* (com a variante *er-*) e *arm-* (*-m* é

⁶¹⁵ Frazão (1981) dá uma localização errada: “Rio de Portugal (Coimbra e Leiria), também conhecido por Anços, n. na serra da Estrela.”

⁶¹⁶ Sobre a relação entre o rio Arunca e o rio Anços no contexto da bacia hidrográfica do Mondego, as opiniões nem sempre convergem. Baptista (1874: 85), referindo-se a Pinho Leal (1873-1890), considerava que o Arunca é um afluente do Anços, assinalando que se atribuem vários nomes ao rio em apreço: “O D. G. do sr. Pinho Leal diz que este rio nasce junto a Santiães; que em seu principio recebe o nome de ribeira de Litem, depois até Soure o de Arunca, e para baixo de Soure o de Cabrunças; menciona muitos ribeiros seus afluentes; considera-o porém affluente do Mondego o que não nos parece exacto, mas sim affluente do rio Anços, e basta para o provar a situação de V.^a Nova d’Anços muito abaixo da foz do Arunca.”

⁶¹⁷ Observe-se que não se atesta a forma *arunca* como nome de planta; o que se regista é *arunco*. *Arunco* é o nome de “design. comum às plantas do gên. *Aruncus*, da fam. das rosáceas, com uma sp. Apenas” e de “planta (*Aruncus dioicus*) nativa de regiões temperadas do hemisfério norte, incluindo regiões subárticas, e cultivadas como ornamentais; barba-de-cabra” (DHLP; ver também DPLP, DLPPE e Bivar 1952). É provável que este item seja termo erudito, uma vez que não se identificaram usos populares, por exemplo, em fontes como a *Revista Lusitana*. Acrescente-se que a lexicografia portuguesa dos séculos XVI a XVIII não parece registar tal entrada, conforme se conclui de uma consulta ao *Corpus Lexicográfico Português* (coordenado por Telmo Verdelho), disponível em <http://clp.dlc.ua.pt> (consultado em 20/09/2015); o mais que aqui ocorre é a forma *Arunca*, como nome de cidade da Itália da época romana, na *Prosodia*, (1697), de Bento Pereira (1605-1681), e, no Vocabulário (1712-1728) de Rafael Bluteau, no qual se regista *Arunca* como hidrónimo, com a variante *Arunce*, que é aliás a forma que figura em primeiro lugar na entrada, ambas sejam abonadas: *Arunce*, no *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas* (tomo III, Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeeck de Melo, 1666, p. 222); e *Arunca*, no poema pastoril *Primavera*, de Rodrigues Lobo (1580-1622). Curiosamente, na entrada correspondente a *pombal*, o lexicógrafo inclui informação enciclopédia acerca da actual cidade de Pombal, assinalando que esta se situa “sobre a rybeira de Arunce, & o rio Quabruncas, que tem sua foz junto a Buarcos”.

alongamento); para interpretar o respetivo significado, baseia-se em Krahe 1964 e Pokorny 1959, que “[...] comparam o tema hidronímico com o antigo indiano *arnas* ‘torrente flutuante’, vasco *aran* ‘vale’”, e apoia-se ainda em Lebel (1956), quando assinala o flamengo ocidental *aar*, *are* “rio, pequeno curso de água”. Quanto a *-unca*, Moreira confronta-o com *Aurunca*, topónimo do território dos lusones celtibéricos, *Cabrunca* (DMP I: 234), e os topónimos hispânicos *Σαλόγκα* (Burgos), *Λιβούγκα* (Galiza), *Barronca* (Galiza), *saliunca* (antigo apelativo), juntando *Toronca*, *Corionca*; como exemplos sardos. Tanto a análise de Machado (2003) como as propostas de Moreira (1967) são especulativas. É atrativo relacionar *Arunca* com *Arouce* e outros nomes que, no território peninsular, sugerem a existência de um radical *ar-*; contudo, a aparente falta de atestações deste nome em documentos medievais – pelo menos, naqueles a que se teve aqui acesso – aconselham prudência e podem até sugerir que se trata de uma deturpação (popular ou erudita) com base em *Arouce*. Com efeito, fontes corográficas do século XVIII e XIX registam *Arunca* associado a uma variante, *Arunce* (ver Cardoso 1747 e Pinho Leal, o qual regista *Aruncia*, aparentemente em lugar de *Arunca*).⁶¹⁸ Não se afigura impossível que exista aqui alguma confusão dos corógrafos; e observe-se que, à volta da etimologia de *Arouce*, Pinho Leal (1873-1890) propõe derivá-lo de *Arunce*, nome de um rei lendário que reinaria em Coimbra no tempo de Sertório. Parece, portanto, haver várias interferências na configuração deste nome, o que faz dele um caso de etimologia obscura.

4.10.11. Azenhas (rio das)

De um item de origem árabe integrado no estrato latino-romance ou já no período português.

Afluente da margem direita do rio da Areia, é rio que parece ter origem na região de Pataias (CMP 1:25 000 folha 307 – Valado de Frades, Nazaré)

⁶¹⁸ Na toponímia, documentam-se casos de alternância *on/ou*, como *Reconço* (Vila Real)/*Recouço* (Viseu), ou *Concieiro*/*Coucieiro* (cf. Fernandes 1999 s. v. *Couceiro*), mas não de *ou/un*. A alternância *on/ou* é bem conhecida dos estudos de toponímia galega, como aponta Bascuas (2014: 34): “[...] *-ón* > *-ou*, por vocalización da nasal en /u/, como en *Curuxou* (Irixoa, Cor.) < Curugione 1270 ou como en *Tamou* (l. de Présaras, Vilasantar, Cor.), rexistrado aínda por Madoz como *Tamón*, *Mallón* (Sta. Comba, Cor.) / *Mallou* (Santiago), *Arón* (San Román de Montoxo, Cedeira, Cor.) / *Arou* (Camelle, Camariñas, Cor.) etc.; o río de Valiñadares, que nace cerca de *Gontán* (Abadín, Lu.) chámase *Goután* en Viloalle (Mondoñedo). É un tratamento excepcional, pero ben establecido.” Nesta perspetiva, poderia supor-se, afinal, que *Arunca* fosse anterior a *Arouce*, o que não se comprova por falta de atestações nas fontes aqui utilizadas.

Nome que se refere certamente a azenhas existentes nas margens do rio. Não é um topónimo enquadrável no estrato arábico, mas, sim, já no estrato latino-romance, talvez mesmo do período plenamente português. Com efeito, *azenha*, embora de origem arábica – do árabe andalusi *assánya*, por sua vez, correspondente ao árabe clássico *sāniyah* ‘irrigadora’ (Corriente 2003, s. v. *acenia* e *aceña*) –, há muito que se integrou no léxico português e é palavra atribuída já por falantes de português num contexto cultural cristão e românico, posterior à Reconquista.

4.10.12. Baça (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que conflui com o Alcobaça para ambos formarem o Alcobaça (cf. CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça e 327 – Turquel, Alcobaça). Baptista (1874:87) refere que “[...] nasce na serra de Arrimal; corre a N. E., e com o curso de 6^k juntando-se com o Alcôa, formam ambos o Alcobaça.”

Machado (2003), não lhe atribuindo etimologia segura, interroga-se sobre a possibilidade de este nome se relacionar com *Baza* (Granada) do latim *Basti-* (o radical é pré-romano) pela forma árabe *basTâ*⁶¹⁹. Mas não parece de excluir que este nome se tenha formado por reanálise da forma *Alcobaça* (v.). Leia-se também o comentário a *Alcoa*.

4.10.13. Cal (rio da)

Talvez de *cal*, do léxico comum latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que desagua na lagoa de Óbidos, atravessando a cidade das Caldas da Rainha (freguesia de Santo Onofre, concelho das Caldas da Rainha) – cf. CMP 1:25 000 folha 326 – Caldas da Rainha.

⁶¹⁹ Machado (2003) usa o método de transcrição – ou melhor, transliteração – que expõe em Machado (1987:9), onde *T* corresponde ao grafema ٲ (tā) e â, à sequência formada por vogal baixa e tá marbuta (ʾ).

Não parece haver localidade com este nome, pelo que a expressão *da Cal* parece ter origem num sintagma de função descritiva. Assinale-se que a forma *cal*, nome vulgar do óxido de cálcio (cf. DLPC) – do latim vulgar *cals*, variante do latim clássico *calx*, *cis* ‘idem’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *cal*) – pode confundir-se com *cale* ‘calha, rego por onde escorre água’ (cf. DLPC), nome que se usa nos dosi géneros e que procede do latim *canālis*, *is* ‘cano, tubo, aqueduto, rego de água, fosso; canal, leito, corrente de um rio’ (DHLP). Pode-se observar que *cale* revela maior coerência semântico-referencial do que *cal*, como apelativo motivador de um hidrotopónimo. Contudo, a falta de elementos sobre a história deste nome de rio torna obscura a sua etimologia e impede um parecer mais conclusivo.

4.10.14. Castanheira (rio da)

De *castanheira*, do léxico comum latino-romance ou já mesmo português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio de Coz, passa nas proximidades das localidades da Castanheira e do Alqueidão, freguesia de Coz, no concelho de Alcobaça (cf. CMP 1:25 000 folha 307 – Valado dos Frades, Nazaré).

Nome claramente derivado do da localidade de Castanheira, cujo nome é muito frequente em Portugal (Machado 2003). O nome comum *castanheira* é sinónimo de *castanheiro*, muito embora Nascentes (1952) tenha também sugerido a possibilidade de designar um souto, como o asturiano *castañera*, hipótese rejeitada por Machado (2003).⁶²⁰ Não é de excluir que o topónimo pressuponha a expressão **terra castanheira*, ou seja, ‘terra onde existem castanheiros ou estes são abundantes’. Refira-se que *castanheiro* e *castanheira* são derivados por sufixação de *-eiro* ao radical de *castanha* ‘fruto do castanheiro’, palavra com origem no latim *castanĕa* ‘idem’ (cf. DCECH s. v. *castaña* e DHLP).

⁶²⁰ O *Diccionariu de la Llengua Asturiana* (disponível em <http://www.academiadelallengua.com/diccionariu/index.php?cod=10972>, consultado em 12/09/2013) não regista *castañera* nesta aceção, mas, sim, *castañeru*, “sitiu [pobláu de castañales]” e “conxunto [de castañales que se críen nun siti]”.

4.10.15. Chãos (rio de)

De *chão*, do léxico comum latino-romance ou já mesmo do período plenamente português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio da Castanheira (CMP 1:25 000 folha 307 – Valado dos Frades, Nazaré). A consulta da carta revela que a sua nascente ou a confluência de ribeiras que o formam se encontram nas imediações da localidade de Chãos (freguesia de Coz, concelho de Alcobaça).

Nome que provavelmente se deve ao da localidade situada na região onde o rio encontra a sua origem. Sobre a sua etimologia, estará certamente relacionada com o adjetivo *chão*, ‘plano’ – do latim *plānus*, *a, um* ‘plano, igual, chão, raso, nivelado’ (DHLP) –, em alusão à morfologia do terreno (região de colinas, configuração planáltica).

4.10.16. Corga (rio da)

Do léxico latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Real, passa nas proximidades do Bombarral (CMP 1:25 000 folha 350 – Bombarral).

Tem origem no nome comum *corga*, variante e sinónimo de *corgo* e *córrego* (Figueiredo 1913), os quais – remontando ao hispano-latino *corrūgus* ‘rego ou vala de água onde se lavavam metais’, de origem pré-romana (cf. DHLP e DCECH s. v. *cuérrago*) – são frequentes em todo o país para designar pequenos cursos de água, ribeiras. Não obstante, pode também supor-se que, neste caso, *corga* se associa ao vale onde encontra o rio o seu leito ou até um caminho entre montes.⁶²¹ Este nome é de certo modo redundante dado *rio* e *corga* remeterem para entidades físicas muito semelhantes.

⁶²¹ Corga relaciona-se com *corgo* e *córrego*, como aponta Piel (1947: 842): “[...] usam-se estas palavras nas acepções de ‘regueiro, sulco aberto pelas águas correntes’ e ‘caminho estreito entre montes ou entre muros: atalho fundo’, correspondendo a expressão *linha de corgo* a ‘talvegue’. A toponímia portuguesa só

4.10.17. Cós ou Coz (rio de)

Obscura.

Coz 1153 (DMP, I, 297), 1183 (idem, I, 471).

Afluentes do rio Alcobaça (CMP 1:25 000 folha 307 – Valado dos Frades, Nazaré). Baptista (1874: 86-88) também lhe atribui o nome *Areia*. No entanto, a CMP antes parece indicar que se trata de um afluente do rio da Areia ou que o Coz toma este nome no seu tramo final.⁶²²

Nome que parece dever-se à localidade de Coz, no concelho de Alcobaça. Segundo Machado, também ocorre como apelido: “uaasquo martijnz de coz (c. 1400; Desc., I, 212). A grafia deste hidrónimo e do topónimo a que se associa levanta imediatamente o problema da sua etimologia. Pinho Leal regista a forma *Coz*, mas remete-a para *Cós*. Contudo, Rebelo Gonçalves regista *Coz* (Gonçalves 1947), com base numa informação de Joaquim da Silveira, segundo o qual documentos dos séculos XII a XVI atestam *Coz* (1153, 1450, 1527) e *Quoz* (1248).⁶²³ Machado (2003) relaciona-o com o nome asturiano *El Coz*, na província de Oviedo.

Sem pôr em dúvida a relação do hidrónimo português com o topónimo asturiano, Fernandes (1999) sugere uma etimologia árabe – (*al*)*kos*, ‘o arco’ – tendo em conta a existência de arcos que assinalavam o lugar de fontes, tal como sucederia no Norte de Portugal, onde se encontra “fonte *arcada*”, e *Aboadela*, que faz derivar de *abobadella*. Considerando a forma apresentada por Fernandes, torna-se, porém, problemático associar-lhe o topónimo ovetense, porque este tem a forma *Couz* (Madoz 1846-1850), com o ditongo [ow]. Mas tendo em conta o andalusi *alqáws*, do árabe clássico *qaws* ‘arco’ (cf. Corriente 2003 s. v. *alcou/ice*), já o topónimo asturiano se tornará mais congruente com a referida hipótese, se se aceitar *aw > ou*, na adaptação dos arabismos. Tal não obsta

acusa as formas *Corgo(s)* e *Corga(s)*, que se encontram espalhadas por todo o território português e, com menor frequência, na Galiza, faltando às outras regiões espanholas. [...] Em galego, *corga* e *corgo* significam também ‘pozo o estanque para curtir lino’, ant. ‘cubo, herrada para el agua, tronco, hueco’ (Cuveiro Piñol)”

⁶²² A GEPB refere que é uma “[r]ibeira que nasce na freg. de Juncal, conc. de Pôrto de Mós, e desagua na margem esquerda da ribeira de Abadia”. Baptista (1874: 88) apresenta o rio de Coz como afluente do rio Alcobaça, este por sua vez afluente do Lis. No entanto, pelo menos, na atualidade, a CCP 1: 500 000 indica que o Alcobaça desagua no Oceano Atlântico, estando a sua foz nas imediações da Nazaré.

⁶²³ Gonçalves (1947: 72, n. 2) refere ainda que *Coz* é também a forma escrita por Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa* (1706-1712), vol III, pp. 130-133, e por Frei Luís do Monte Carmelo, no *Compendio de Ortographia* (1776, p. 564, 2.^a coluna, e p. 741).

a que se dê o passo de **couz* a *Coz*, porque, estando a consoante em coda, ocorre monotongação, como evidenciam exemplos de origem romance na toponímia galaica: *Pol* < *Pauli*, *Morgade* < *Mauricati*, *Vilamor* < *Vilamauri*. Mesmo assim, avulta outra questão que pode pôr em dúvida a etimologia avançada por Fernandes (1999): a de *Coz* não exhibir o característico elemento *al-* dos arabismos e, portanto, de muita da toponímia deles derivada. Parece, portanto, faltar informação que torne mais conclusiva a discussão à volta da etimologia de *Coz*.⁶²⁴

4.10.18. Esperança (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Alcoa (CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça). Passa pela freguesia de Évora de Alcobaça.

Nome talvez com origem num nome de lugar que não foi possível localizar nem no RTP nem na CMP 1:25 000 (cf. CIGeoE-SIG). É também possível que o hidrotopónimo tenha surgido como comemoração ou evocação, mas não foi possível confirmar tal hipótese nas fontes consultadas. O nome surge como topónimo em vários pontos do país, frequentemente associado à invocação de Nossa Senhora da Esperança (cf. Machado 2003). Como nome comum, *esperança* constitui um derivado sufixal do radical de *esperar*: *esper-* + *-ança* (cf. DHLP).

4.10.19. Fanadia (rio da)

Provavelmente um derivado já em português, mas a origem da base de derivação é obscura.

Fanadia 1527 (AHP VIII, 252; cf. Silveira 1937: 73)

Afluente do rio da Tornada (cf. CMP 1:25 000 folha 338 – Óbidos).

⁶²⁴ Parágrafo alterado com base numa correção feita pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa desta tese.

É um hidrotopónimo com origem provável no nome da localidade da Fanadia, freguesia do concelho das Caldas da Rainha (cf. Pinho Leal 1873-1890 e GEPB). Embora o uso de artigo definido com este topónimo sugira origem em nome comum, não se encontra registo de tal forma nos dicionários gerais consultados. Machado interroga-se sobre se se trata de um derivado de *fanado*, sem explicar de que modo pode relacionar-se com a toponímia.

Aparentemente, *fanadia* é derivado de *fanar*, forma que recobre dois homónimos: *fanar* ‘fazer amputação; cortar; reduzir o tamanho; aparar praticar a circuncisão em’, do latim *fanāre* “‘consagrar, dedicar (a um templo), circuncisar, cortar, amputar’, depreendido do v.lat. comp. *profāno, as, āvi, ātum, āre* ‘consagrar em sacrifício, oferecer aos deuses, profanar, manchar, prostituir’” (DHLP; ver também DCECH s. v. *fanático*); e *fanar* ‘fazer perder ou perder o frescor, o viço; murchar(-se)’ (DHLP), que veio do “fr. *faner* (c1200) ‘fazer secar uma planta, perder o frescor, murchar’, der. de um b.-lat. **fenāre* do lat.cl. *foenum* ou *fēnum*, ī ‘feno, capim cortado, posto para secar e us. como forragem’” (idem).

Terá que ver o topónimo com *fanar* ‘amputar’ em alusão à castração de cabeças de gado? Silveira (1922: 212) relaciona *Fanadia* com o antropónimo *Fanado* e inclui-o entre os topónimos que derivam de antropónimos ou apelidos referentes a proprietários. Esta relação torna-se pouco plausível, quando se têm em mente nomes em *-ia* (*Trabalhias* ou *Malasia*) nos quais dificilmente se identifica um antropónimo documentado.⁶²⁵ De qualquer modo, Silveira (1937: 73) retoma o topónimo em discussão, confirmando a sua filiação em *fanado*, ‘circunciso’, convertido em apelido ou alcunha. Fernandes (1995: 329/330), que menciona a *Fanadia* estremenha a propósito de *Fanado*, no concelho de Tarouca, igualmente identifica o topónimo com *fanado* ‘circuncidado’, o que pode indiciar a presença de proprietários judeus ou muçulmanos.

Não há, portanto, certezas, mas é possível que *Fanadia* seja topónimo alusivo à permanência de judeus ou muçulmanos na região.

4.10.20. Ferrel (rio de)

Do léxico comum latino-romance meridional ou moçarábico.

⁶²⁵ Registam-se topónimos com terminação semelhante no concelho das Caldas da Rainha: *Trabalhia* (ou *Trabalhias*), *Malasia*, *Boisias*, *Nataria*, todos lugares da freguesia da Alvorninha (Caldas da Rainha), *Trabalhias* (Salir de Matos). *Ferraria*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio de São Domingos (v.) (CMP 1:25 000 folha 337 – Peniche). Parece ser o mesmo rio a que Baptista (1874: 89) chama de *Atouguia*.

Nome certamente devido à localidade perto da qual corre o rio em apreço, *Ferrel* parece inserir-se pela sua configuração no estrato moçárabe da toponímia portuguesa. A literatura tem interpretado o sufixo toponímico *-el* como o resultado de *-ellu-* na área romance meridional ou moçárabe (cf. Piel 1948/1949 e 1976: 8). Azevedo (2005:275) sugere uma relação com *ferro* para propor dubitativamente que o topónimo tenha sido motivado pela alusão à cor do terreno; ao remeter também para Ferreira (1915: 262 e 503 e 1917:36), não exclui que *-el* ocorra por *-al*, sufixo com valor abundancial, o que faria *Ferrel* equivalente a *Ferral* (Viana do Castelo, Braga, Vila real, Bragança, Aveiro, Évora e Faro). Em suma, um hidrotopónimo secundário com base de configuração latino-romance mas cuja motivação e congruência semântico-referencial requer mais documentação.

4.10.21. Fonte Santa (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já português, por via de uso toponímico prévio.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Esperança (v.), de acordo com a CMP 1:25 000 (folha 317 – Alcobaça).

Hidrónimo de tipo determinativo, por alusão ao topónimo *Fonte Santa*. Segundo Machado (2003), este topónimo é frequente no centro e no sul do País. Piel (1947: 326) só o regista em Portugal, ainda que, na Galiza, refira o caso semanticamente semelhante de *Fonsagrada* (Lugo). No entanto, Cabeza Quiles (1992: 370) assinala *Fonte Santa* nas províncias da Corunha e Ourense. O qualificativo *santo/santa* – do latim *sanctus*, *a*, *um* ‘que tem carácter sagrado, augusto, venerando, inviolável, respeitável’ (DHLP) – faz geralmente referência a supostas ou provadas qualidades terapêuticas da água.

4.10.22. Igreja Velha (rio da)

Formado pelo sintagma *igreja velha*., do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que corre no concelho de Leiria (cf. CMP 1:25 000 folha 286 – Albergaria dos Doze, Pombal). Afluente do rio Arunca (v.), que a jusante parece mudar o seu nome para *Cabrunca*.⁶²⁶

Parece dever o nome ao lugar de Igreja Velha, claramente interpretável. Para as etimologias de *igreja* e *velha*, consultar *Igrejas, rio*, na secção 4.4.11 e *Velho, rio* na secção 4.6.19.

4.10.23. Junceira (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já português, com base num fitotopónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio do concelho de Alcobaça, afluente do rio Baça (CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça). Parece nascer nas imediações de Cela (Alcobaça).⁶²⁷ Nas margens deste curso de água, encontram-se o lugar da Junceira e a Quinta da Junceira. Em Portugal é topónimo frequente⁶²⁸.

Conversão de um nome de lugar, que deriva de um nome comum, *junceira* ‘junça’ (Figueiredo 1913; cf. Machado 2003) ou, interpretando o sufixo *-eira* como denotação de local, ‘lugar onde existem junças’ (cf. DHLP s.v. *-eiro*). A existência dos lugares da Junceira e da Quinta da Junceira, sem motivação hidronímica aparente, sugerem que estes transmitiram o nome ao rio. Observe-se que, como nome comum, *junceira* será um derivado de *junça*, palavra que provém do latim, da forma de feminino o adjetivo *juncēus*, *a*, *um* ‘de junco’ (DHLP).

626 Cf. CMP folha 286 – Albergaria dos Doze (Pombal) e folha 274 – Pombal. Consultável nas páginas do CIGeoE-SIG.

627 É a conclusão da observação da carta disponível no CIGeoE-SIG.

628 o RTP 1967 regista 14 ocorrências, enquanto a pesquisa do CIGeoE-SIG) faculta 27 resultados dispersos pelos concelhos de Mortágua, Covilhã, Sertã, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Pombal, Alcobaça, Óbidos, Lourinhã, Tomar, Cadaval, Mafra; Loures,, Grândola, Alcácer do Sal, Estremoz, Alandroal, Odemira.

4.10.24. Lama (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Areia (cf. CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça).

Do léxico comum *lama*, que procede do latim *lama*, talvez um empréstimo de uma língua não identificada do âmbito itálico-ilírico (cf. DCECH s. v. *lama* e DHLP). Não havendo nas margens ou imediações deste rio uma localidade com este nome, parece que ele se deve meramente ao intuito de descrever uma característica associada ao curso de água.

4.10.25. Lavandeira (rio da)

De lavandeira, variante de *lavadeira*, do léxico comum latino-romance ou já português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que é afluente de um complexo sistema de valas por sua vez afluentes do rio da Tornada. Tem a sua origem nas imediações do Casal da Lavandeira (cf. CMP 1:25 000 folha 326 – Caldas da Rainha).

Muito provavelmente deve o seu nome ao Casal da Lavandeira (freguesia de Tornada, concelho das Caldas da Rainha). *Lavandeira* é nome frequente no norte de Portugal e na Galiza, segundo Machado (2003), que atribui a sua origem ao nome comum *lavandeira*, ‘pequeno ribeiro’ ou ‘nome de ave’, o que não deixa de ser surpreendente quando *lavandeira* apenas aparece registada nos dicionários gerais como variante de *lavadeira* e como designação de várias espécies de aves (DHLP, DLPPE, Figueiredo 1913; os galegos DRAG e DEE também não atribuem tal significado). O próprio Machado (Machado 1991) não regista *lavandeira* como ‘pequeno ribeiro’, pelo que é legítimo supor que esta aceção decorra de um lapso. Mas convém ter em conta o sentido que os estudos de toponímia galega têm atribuído ao topónimo galego *Labandeira* e *Labandeiras*, como é o caso de *Labandeira* (concelho de Pantón, Lugo), o qual, segundo Ares Vázquez (2011-2013: 1303) “remite ó sitio onde se adoita *lavare* ‘lavar’, en latín *lavandaria: quae ad*

lavandum sint data”.⁶²⁹ Sendo assim, o nome em referência terá natureza associativa ou determinativa, dado o rio se identificar pelo nome de um casal existente nas margens ou nas imediações do seu curso.

4.10.26. Lena (rio)

Origem obscura.

Afluentes do rio Lis, onde desagua, perto de Leiria (cf. CMP 1:25 000 folhas 297 – Leiria, 308 – Porto de Mós, 318 – Mira de Aire, Porto de Mós). Segundo Baptista (1874: 87) tem nascente ao sul de Porto de Mós “fazendo um arco (quasi meio circulo) em redor da dita V., continua depois para o N., e entra no Liz, 1^k a 0. de Leiria, com 5^l de curso”.

Machado (2003), com base na ELH I (p. 65), refere-se a *Lena* como nome pré-romano, “talvez ligado ao pré-celta *lena*, ‘grande pedra chata’, ‘lousa’”. No entanto, mesmo considerando plausível a etimologia pré-latina e a hipótese de esta forma ter sido transmitida sem grandes alterações do latim ao português, é de estranhar que o superstrato árabe ou fenómenos característicos do romance galego-português não a tivessem alterado. É inevitável associar *Lena* a outros topónimos em *-ena*, como *Leirena*, antiga forma de *Leiria*, ou outras mesmo mais a norte – *Poutena* (Anadia, distrito de Aveiro) ou o próprio hidrotópónimo *Ardena* (v.), no distrito de Viseu. Estes, exibindo *-n-* intervocálico, inscrever-se-iam nos romances moçárabicos que se falariam até ao Vouga ou até ao Douro, por exemplo na região de Tarouca (cf. Fernandes 1995). Azevedo (2005: 427) cita Vasconcelos (1931: 225) para observar que as formas *Leirena* e *Heirena* seriam os antigos nomes, respetivamente, dos rios *Lena* e *Lis*; mas a verdade é que, apesar de elementos em comum, não parece, por enquanto, possível identificar *Lena* com *Leirena* – a menos que se suponha que *Lena* é o resultado haplológico de **Leilena*, com assimilação da consoante vibrante simples pela lateral líquida.⁶³⁰ Ramos (1969) associa a discussão da origem de *Lena* à de *Lis* (v.), para ele, criações relativamente recentes do poeta leiriense Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621), com as quais este pretenderia que os rios da sua região

⁶²⁹ A frase citada é de Ernout e Meillet (1939), o que significa que Ares Vázquez (2011-2013) parece aceitar que *Labandeira* se relaciona com o radical do gerundivo de *lavare*. Note-se que *lavandeira* tem sido interpretado como variante de *lavadeira* por analogia com *lavanda*.

⁶³⁰ Refira-se a possibilidade de *Leirena* se inscrever num estrato pré-latino, talvez de feição indo-europeia. Com efeito, Bascuas (2002: 137/138 e 2006: 110) relaciona-o com a forma **Til-éno-*, que, ligado à raiz paleoeuropeia **tā* ‘derreter, fluir’ e à teonímia indígena pré-romana, estará na origem do atual *Telena*, orónimo da região ocidental leonesa.

natal, transfigurados por convenções pastoris, pudessem ombrear com rios com aura poética mais antiga, como eram o Mondego ou o Tejo. Em suma, são muitas as lacunas na etimologia de *Lena*, pelo que a sua origem permanece ainda na obscuridade.

4.10.27. Lis (rio)

Origem obscura, mas talvez se trate de um uso literário tardio de *lis* ‘lírio’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que nasce no Maciço Estremenho e desagua no Atlântico (cf. CMP 1:25 000 folhas 297 – Leiria e 272 – Vieira de Leiria, Marinha Grande).⁶³¹

A etimologia de *Lis*, homónimo de *lis* ‘lírio’ (cf. DHLP), tem dado azo a propostas especulativas. Com efeito, Machado (2003) avança a hipótese de ser este também um dos nomes do Tejo perto da foz e relaciona-o com a etimologia de Lusitânia (*Lysitania*) e Lisboa (*Olysipon*): “essa forma *Lys* talvez significasse ‘brilhante’, ‘luminoso’ ou ‘corrente’”. Propõe Machado ainda outra hipótese, apoiando-se em Hubschmid (ELH I: 490): “[...] poderá provir da raiz indo-europeia **lei-*, ‘verter, fluir’; cf. galês *llenwi* ‘encher’, ‘fluir’, *llif* ‘ribeiro’, ‘corrente’, *llyn* ‘lago’, ‘lagoa’ e bretão *lez* ‘ribeiro’. Moreira (1967: 93) inclui-o na mesma série que *Leça*, mais especificamente numa subsérie definida pela raiz *Lis/Les*.

Observando que o rio em causa se chamava *Heirena* na Idade Média (cf. PMH Leges: 373) e lembrando que o francês *lis* corresponde a *lírío* – do grego *leirion*, pelo latim *lilium*” –, Fernandes (1941: 320)⁶³² considera *Lis* explicável “pela semelhança

⁶³¹ Baptista (1874: 86) afirma que este rio se forma das ribeiras de Sirol e Cortes: “Nasce a primeira na F. de Caranguejeira; corre descrevendo duas curvas em direcção geral a O. até próximo de Leiria, onde se junta com a ribeira de Cortes: esta nasce na serra do Alqueidão; corre por espaço de 3’ para N. N. O. até se juntar com a ribeira de Sirol próximo a Leiria. O Liz formado como já dissemos pela junção das duas ribeiras, passa a E. de Leiria, afasta-se descrevendo uma pequena curva ao N. da cidade, segue depois a N. N. O. até á F. de Monte Real, volta então a O. e entra no Oceano na F. de Vieira, com 8 ½ l de curso, incluindo o de qualquer das ribeiras que o formam.”

⁶³² Fernandes (1941: 320) observa que apenas encontra atestação de *Lis* numa obra do século XVIII (*Ramalhete de Devoção*), onde se diz ter o curso deste rio perto de Leiria a forma da flor-de-lis. Assinala-se que a semelhança de *Lis* com os topónimos galegos *Lis* (Moalde, Silleda, Pontevedra) e *Liz* (Gomelle, Guntín de Pallares, Lugo). Muito embora o hidrotópónimo português se encontre longe da região de maior concentração de nomes de possesores, mais a norte, em Portugal e na Galiza, refira-se que a forma galega *Liz* “reperesenta o xenitivo dun nome greco-latino de posesor *Licus*, *Licius*, *Lycius*, nome étnico referido a Licia, antiga rexión da Asia Menr, na actual Turquía” (comunicação da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho). O registo da origem de um topónimo galego pode, portanto, sugerir uma hipótese etimológica adicional para o hidrotópónimo *Lis*.

morfológica entre o nome da cidade ou de um dos étimos que lhe têm sido atribuídos, e o referido nome grego *leirion*". Ramos (1969) reforça esta hipótese, associando-lhe a discussão da origem do hidrotopónimo *Lena* (v.), para defender que ambos os nomes são criações do poeta Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621), natural de Leiria: "[..] acreditamos decididamente que a escolha destes potamónimos [...] teve por fundamento razões poéticas e de emulação honrosa, que pusessem os pastores do Lis e do Lena ao nível dos pastores dos rios de nomeada, como o Mondego, o Tejo ou o Guadiana".⁶³³

No meio destas conjecturas, não pareceria descabido considerar uma eventual relação com a sequência *Lis-* do nome *Lisandro* (v.). É forte a plausibilidade das propostas de Fernandes (1941) e Ramos (1969), mas faltam elementos noutras fontes consultadas que permitam retirar completamente da obscuridade a etimologia deste hidrotopónimo.

4.10.28. Meio (rio do)

Do léxico comum latino-romance ou já português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

A CMP (folha 307 – Alcobaça) parece indicar que este rio se forma como um braço do rio da Areia. Segue depois paralelamente entre este e o rio Alcobaça, no qual desagua já perto do mar.

O nome tem carácter descritivo uma vez que se trata de um curso de água que corre entre dois rios, o da Areia e o de Alcobaça. O nome comum *meio* provém do latim *mediūs*, ãi 'meio, centro, espaço intermediário, intervalo de tempo, metade, neutralidade' (DHLP).

4.10.29. Nabão (rio)

Talvez pré-latino.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁶³³ Ramos (1969) considera que *Lis* e *Lena* são hidrotopónimos ausentes da documentação medieval e do foral manuelino de Leiria de 1510, o que lhe permite supor que o seu uso seja posterior a esta data. Este autor alvitra assim que "[...] a introdução deste dois topónimos seja coetânea da redacção das primeiras obras de Rodrigues Lobo", entre elas um dos poema *Primavera* (1601), onde o sujeito poético deseja que, antes de morrer, "[...] Goze apesar da sorte, algum sossego,/ E, esquecido o Mondego, o Guadiana, o Minho, o Douro, o Tejo,/ Por meio de outra pena/ Cante só Lusitânia o Liz e o Lena!" (*apud* Ramos 1969).

Afluentes do Zêzere (cf. CMP folhas 275 – Ansião, 287 – Alvaiázere, 299 – Rio de Couros, Ourém, 320 – Asseiceira, Tomar).

Machado (2003) refere hipóteses fantasiosas do P. Arlindo R. da Cunha na *Revista de Portugal*. Favorece a cautelosa explicação de Vasconcelos (1938: 194), que relaciona com o nome com o *Nebis* ou **Nevia*, que deu o atual *Neiva*: *Nabão* virá de “**Nabanus*, decomponível em **Nab-anus*, pois o sufixo *-anus* é vulgar, e fica a parte **Nab-*, de que estou falando.” Machado (2003). Também segundo Machado (2003) parece não haver atestação deste nome na documentação medieval. Moreira (1967: 94) integra este hidrónimo na mesma série de *Neiva*, propondo que ambos se relacionam com o nome comum *nava* ou *nave*, ‘planície, pradaria, vale (pantanoso), depressão de terreno entre montes, rio num vale’. Refira-se ainda o elemento final *-ão*, comum nos hidrotopónimos e geralmente em parilha com um nome desprovido de tal terminação, como são os casos de *Águeda* e *Agadão* (ver secções 4.1.2 e 4.1.1), ou, na Galiza, o de *Avia-Avién*. Seria, pois, de pressupor uma configuração não atestada como **Naba*, sugerindo uma conexão com o hidrotopónimo asturiano *Navia*, hidrónimo pré-romano, de raiz celta, que a documentação medieval apresenta com <v> e . ⁶³⁴

4.10.30. Pedralhos (rio de)

Do léxico latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem direita do rio Baça (CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça).

Rio que recebe o nome de uma localidade, neste caso, a de Pedralhos. Machado (2003) regista este nome como derivado de *pedra* – do latim *pētra*, ae ‘rocha, pedra’ (ver DHLP e DCECH s. v. *piedra*) –, interrogando-se se se trata de um derivado equivalente a *pedregulhos* e *calhaus*.

4.10.31. Pisões (rio dos)

⁶³⁴ As duas últimas frases do artigo são devidas às observações que a Professora Ana Isabel Boullón Agrelo fez na sequência da prova de defesa deste trabalho.

De *pisão*, do léxico comum português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Lama (v.) — cf. CMP 1:25 000 folha 297 – Leiria.

Passa pela aldeia de Pisões. O topónimo explica-se pelo nome comum *pisão* ‘máquina, com que se aperta o pano, para o tornar mais consistente e tapado’ (Figueiredo 1913) – um derivado sufixal do radical de *pisar* (cf. DHLP) –, denominação, portanto, de espaços onde tais mecanismos eram movidos, geralmente para conclusão do processo de fabrico de tecidos. Acrescente-se que o verbo *pisar* remonta ao latim vulgar *pinsāre* ‘pilar, pisar, moer, triturar’, variante do latim clássico *pinsēre*, ‘bater, golpear, pilar, pisar, moer’ (cf. DHLP; ver também DCECH s. v. *pisar*).

4.10.32. Ponta do Jardim (rio da)

Topónimo recente, já formado num período plenamente português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Alcoa (cf. CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça). É possível que se trate do rio que Baptista (1974:) refere a propósito do rio Alcobaça, que, na vila do mesmo nome, resulta da confluência dos rios Alcoa e Baça: “[...] e ahi se lhe junta uma ribeira pequena, e tão pequena que não vem indicada [...]”.

Parece tratar-se de um hidrotopónimo composto por determinação, alusivo a um jardim existente na periferia de Alcobaça, mas que não foi possível aqui identificar com precisão. É um nome constituído por itens do léxico comum: por um lado, *ponta*, ‘extremidade’, do “lat.tar. *puncta, ae* ‘estocada, golpe de ponta’, do lat. *punctus*, a, um, part.pas. do v.lat. *pungēre* ‘picar, furar, entrar, atormentar, afligir’” (DHLP); e, por outro, *jardim* (cf. *Jardim, rio*, na secção 4.2.27).

4.10.33. Real ou Rial (rio)

Do arcaísmo *rial* ‘conjunto de várias nascentes’, do léxico comum latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁶³⁵

Afluente do rio Arnoia (cf. CMP 1:25 000 folha 350 – Bombarral, 338 – Óbidos).⁶³⁶

Real não se relaciona com *rei*, mas sim com *rial*, ‘conjunto de várias nascentes’ (cf. GEPB s. v. *Real*; Machado 2003, Fernandes 1999 s. v. *Real* e Piel 1947: 329), como derivado de *rio*; ou, como propõe Bascuas (2002: 156), do latim *rīuālis* ‘ao lado do rio, ribeirão’, por um étimo com a forma **Riuāle*. Note-se que o termo *rial* é congruente com a existência de várias nascentes e linhas de água na região.

4.10.34. Rebelos (rio dos)

Do léxico comum latino-romance ou já português, com provável transmissão toponímica e antroponímica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁶³⁷

Afluente da margem esquerda do rio Baça (cf. CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça; ver também Gil 1968). Assim se chama também uma localidade nas imediações do curso médio deste rio, na freguesia de Cela, do concelho de Alcobaça. Machado (2003) localiza o topónimo *Rebello* em vários concelhos do Norte e Centro de Portugal (Arcos de Valdevez, Benavente, Castro Daire, Celorico da Beira, Covilhã, Tondela, Vieira do Minho) e *Rebelos*, em Alcobaça, como se pode confirmar pela CMP e outras fontes (Gil 1968 e Costa 1929-1949).

⁶³⁵ As atestações recolhidas por Machado (2003) são todas relativas à toponímia a norte do Vouga: *Rial* 1039 (PMH Dipl: 187), 1060 (idem, p. 266), 1068 (idem, p. 292), 1129 (DMP I: 124), 1136-1137 (idem, p. 180), 1140-1141 (idem, p. 214) 1141 (idem, p. 230).

⁶³⁶ Baptista (1874: 89): “Tem 3 nascentes na serra de Monte Junto, nas FF. de Lamas e Villar, os quaes formam três pequenos ribeiros que, juntando-se a S. E. da F. de Pêro Moniz, constituem o rio Real; corre a N. O., tem ponte na estrada de Óbidos para a V.^a d’Athougua, e entra no rio Ârnoia, com 4 ½^l de curso.” No entanto, há quem considere que o Real (ou Rial) é o rio principal e o Arnoia, o afluente – cf. “Estudo Geológico – Monografia”, Universidade de Lisboa/Museu Nacional de História Natural, s. d., p. 40 (disponível em http://home.fa.utl.pt/~miarq4p5/2010-11/2_SupportElements/1_TownHall_Elements/1_County_REVISAO%20PDM%202%AA%20Reuniao%20Plenaria/Estudos%20de%20Caracteriza%20E3o/Estudos_Tematicos/REDE_INVEST/Patrim%20F3nio%20Biol%20F3gico%20Geol%20F3gico/Monografia_Geo_F1.pdf, consultado em 18/02/2017).

⁶³⁷ Machado (2003) recolhe as formas *Revelos* e *Reveloes*, atestadas em 1220 (PMH Inq. 108), as quais dizem respeito à região do rio Neiva, e não à zona de Alcobaça. Entre as atestações mais antigas de Rebello ou Rabelo, apresentadas por Machado (2003), estão *Rauelle*, de 976 (PMH, Dipl. 73) e *Rabeelo*, de 1258 (PMH Inq. 583). Não são estas referentes ao hidrotopónimo em apreço.

Machado (2003) interpreta *Rebelos* como topónimo cuja forma de plural indicia a intenção de referir uma família de apelido Rebelo.⁶³⁸ Outra hipótese levantada por Machado é a de *Rebelo* e *Rabelo*, a que junta a forma não atestada **Revelo*, terem origem num antropónimo masculino, *Revelle* (946, PMH Dipl. 32 e 133), *Reuelius* (952 (PMH Dipl. 38 e 258), donde se teria formado o patronímico *Reuelliz* (960, PMH, Dipl. 50 e 564). Contudo, não parece que *Reuelle* e *Reuellio* (assim registado no PMH Dipl. 258) sejam flexões do mesmo nome, uma vez que ambas ocorrem como formas de nominativo. Além disso, é de descartar o antropónimo *Revellius*, porque o seu uso toponímico, feito no genitivo, tem como resultados *Revelhe* (Fafe, Braga e Vinhais, Bragança) e, na Galiza, *Revelle* (Carballedo, Lugo e Vilagarcía de Arousa, Pontevedra).

Outra hipótese é o nome em questão se relacionar com *rabelo*, diminutivo de *rabo*. *Rabo* e *Rabela* aplicam-se metaforicamente na toponímia a propriedades longas e estreitas. Em Portugal contam-se vários topónimos *Rebelo* (cf. RTP e CIGeoE-SIG), que vêm a ter origem nos itens do léxico comum referidos.⁶³⁹

Seja como for, parece aceitável que *Rebelos* seja um hidrotopónimo secundário, isto é, resultado da associação a um topónimo prévio com origem antroponímica.

4.10.35. Sanguinheira (rio da)

Português, com origem num fitotopónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Corre nas imediações na freguesia do Landal, para desaguar no rio Arnoia, perto de Ados-Francos (cf. CMP 1:25 000 folha 339 – Rio Maior). *Sanguinheira* é topónimo que ocorre também nos distritos de Aveiro, Coimbra, Santarém e Portalegre.

⁶³⁸ Machado aceita *Rebelos* como pluralização de *Rebelo*, que associa a *Rabelo*, topónimo derivado de apelido, proveniente do nome comum latino *raphanellu-*, ‘rabanete’, diminutivo de *raphanu-*, ‘rábão’, pelas formas intermédias hipotéticas **rapanellu-* e depois **rabanellu*. Machado parece aceitar que nesta última se tenha operado a queda de *-n-* intervocálico e simplificação de *-ll-*, o que permite supor formas como **rabãelo*, **rabaelo*, com desnasalização, *rabeelo*, com assimilação e hiato, finalmente, **rabelo* com crase, mas as atestações deixam na dúvida tal sequência evolutiva. A primeira não apresenta o hiato que poderia ser de esperar; a segunda já sugere um hiato. Dado que este estudo se baseia em fontes editadas, não é de excluir que neste caso tenha havido erros de leitura, os quais tornam ociosos comentários mais extensos que não visem o acesso direto aos documentos originais.

⁶³⁹ Parágrafo elaborado com base em observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa desta tese.

Aparentemente parece derivar de nome de lugar por sua vez com origem em *sanguinheira*, ‘lugar onde existem ou abundam sanguinhos’.⁶⁴⁰ No entanto, nas fontes consultadas não se encontra localidade com tal nome na região percorrida por este rio. Navaza Blanco (2006: 499) recolhe *Sanguñeira* na Galiza e *Sanguinheira* em Portugal como claros exemplos de um derivado, respetivamente de *sanguinho* e *sanguinho*, fítónimos que “[...] procede[n] do adx. latino SANGUĪNĒUS, e alude á cor da súa casca, vermella escura”.

4.10.36. São Domingos (rio de)

Provavelmente do período galego-português ou já plenamente português do estrato latino-romance, com base num hagiónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que desagua no Atlântico nas imediações de Peniche e Atouguia da Baleia (CMP 1:25 000 folha 337 – Peniche). Parece ter origem na área onde se encontra o Casal de São Domingos, lugar do concelho de Bombarral (CMP 1:25 0000 folha 350 – Bombarral; não confundir com a localidade de São Domingos no concelho das Caldas da Rainha).

É provável que o rio tenha recebido o nome do Casal de São Domingos, situado na região onde é provável que o rio encontre a sua nascente. Não é impossível que o rio tenha ficado desde cedo associado a São Domingos, mas costuma ser mais plausível que o nome tenha sido inicialmente o de uma localidade ou pequeno território colocados sob a invocação do santo assim chamado. O nome próprio *Domingos* tem origem direta na forma latina *domīnicus* ‘do Senhor’ (cf. Machado 2003).

4.10.37. São Vicente (rio de)

Provavelmente do período galego-português ou já plenamente português do estrato latino-romance, com base num hagiónimo.

⁶⁴⁰ Segundo o DHLP, o sanguinho é um “arbusto (*Cornus sanguinea*) da fam. das cornáceas, nativo da Europa, com madeira us. na confecção de espetos e bobinas, flores brancas e drupas subglobosas”; também conhecido como *sangrinho* e *sanguinho-legítimo* (idem). No entanto, em Portugal, chama-se *sanguinho-de-água* à *Frangula alnus*, também conhecido como *amieiro-negro*; para o galego, Navaza (2006: 496) regista um nome idêntico *sanguinho*. Ver *Sanguinhedo* (Porto) neste trabalho.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

A CMP 1:25 000 parece indicar que este rio nasce nas imediações de S. Vicente de Aljubarrota e desagua no rio do Meio (v.) próximo da localidade de Maiorga e um pouco a norte do rio Alcobaça (CMP 1:25000 folha 317 – Alcobaça).

Trata-se de um nome de tipo associativo ou determinativo. No caso, a origem encontra-se na alusão ao nome da localidade de S. Vicente de Aljubarrota (freguesia de Maiorga, concelho de Alcobaça), topónimo baseado num hagiónimo. Segundo Machado (2003), que o associa à devoção a S. Vicente, o antropónimo *Vicente* será uma adaptação da forma valenciana *Vicent*, que remonta ao participio presente *vicens* do verbo latino *vincēre* ‘vencer’.

4.10.38. Seco (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Fonte Santa (v.) — conforme se pode verificar na CMP (folha 317 – Alcobaça). Machado (2003) localiza-o no concelho da Batalha. Outros rios recebem o mesmo nome (cf. *Seco* nos capítulos dedicados aos distritos de Coimbra, Guarda e Faro).

Machado (2003) considera que é nome de “origem e significação evidentes” (cf. *Seco, rio*, na secção 4.6.14).

4.10.39. Sobreira (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Baça (CMP 1:25 000 folha 317 – Alcobaça).

Não se identifica localidade nas imediações ou nas margens do rio, e faltam fontes que atestem a sua existência. Mas parece plausível que o nome tenha origem toponímica, por

via da alusão um grande sobreiro que dava nome a certa área ladeada ou atravessada pelo rio. Trata-se, portanto de um hidrotopónimo secundário, com origem no fitónimo *sobreira* (do latim *suberaria*), sinónimo de *sobreiro*,⁶⁴¹ nome vulgar do *Quercus suber* (cf. Navaza Blanco 2006: 508).

4.10.40. Tábuas (rio das)

Português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Curso de água que parece constituir um braço do rio da Areia (CMP 1:25 000 307 – Valado dos Frades, Nazaré).

Não se identificando nas fontes consultadas uma localidade com este nome, não foi possível apurar a razão de o rio ser assim identificado. Talvez esteja relacionado com o facto de o seu curso estar delimitado por diques (é o que sugere a carta consultada). O nome comum *tábua* procede de *tabŭla*, *ae* ‘tábua, mesa; tabuleiro de jogar; quadro, painel em madeira’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *tabla*).

4.10.41. Tornada (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já mesmo português, por via do seu uso como topónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que nasce na freguesia do Landal (CMP 1:25 000 folha 326 – Caldas da Rainha). *Tornada* é o nome de uma localidade situada nas margens deste rio e pertencente ao concelho de Caldas da Rainha. Como topónimo, ocorre em Braga, em Aveiro e na Madeira.

Parece tratar-se de nome comum, *tornada*, ‘banco de areia, no fim dos cabedelos’ (Figueiredo 1913), um derivado do radical de *tornar* ‘voltar’ – do latim *tornāre* ‘tornear,

⁶⁴¹ *Sobreiro* é um derivado da forma vulgar latina de *sūber*, *ēris* ‘sobreiro’ (DHLP).

arredondar; volver, revolver nos dedos' (DHLP) –, convertido em hidrónimo e topónimo. Piel (1947: 316) regista *tornadoiro* como regionalismo minhoto, sinónimo de *talhadoiro* e *pijeiro*, designações do “ponto em que se reparte a água, que vindo de um açude ou tanque, é destinada a regar, alternadamente, terra contíguas” (Figueiredo 1913, cit. Por Piel 1947). O nome do rio poderia, portanto, derivar do nome da localidade de *Tornada*, eventual conversão do nome comum homónimo *tornada*, referencialmente compatível com a história do litoral da região, mais recuado do que hoje (cf. Costa 1919-1949). A existência do paul de Tornada pode justificar de algum modo a identificação com o nome comum em apreço.

Contudo, está documentado que o lugar já se chamou *Cornaga* ou *Cornagaa*,⁶⁴² pelo menos até ao século XV. Não é, pois, de excluir que o hidrotopónimo tenha a sua motivação referencial mais próximo da atual foz, em S. Martinho do Porto; a localidade de Tornada, situada mais a sul, receberia mais tarde nome por associação ao hidrotopónimo. Também não é de rejeitar que *Tornada* seja uma alteração, por pseudoetimologia, de *Cornaga*, de origem obscura (cf. Machado 2003 s. v.).

4.10.42. Velho (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira da Caranguejeira (CMP 1:25 000 folha 297 – Leiria).

O nome deve ter origem descritiva, dada a sua origem adjetival, em *velho* (ver *Velho*, *rio*, na secção 4.6.19). As fontes consultadas não facultam informação sobre a história do rio assim chamado, mas, tendo em conta, a importante ação dos monges de Alcobaça em obras hidráulicas na região, é possível que o hidrotopónimo se refira ao antigo leito de um rio que foi desviado ou canalizado.

4.10.43. Vergado (rio do)

Do léxico comum latino-romance ou já português?

⁶⁴² Machado (2003) regista *Cornaga* como topónimo da região da Lousã, embora também o localize em Leiria. Azevedo (1937: 51, n. 1) sugere que o lugar de *Cornaga*, atestado em documento de 1222, corresponda “hoje, talvez, a Tornada”.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Arunca (CMP 1:25 000 folha 286 – Albergaria dos Doze, Pombal).

Almeida (1999) relaciona com *varga*, sinónimo de *várzea*, a série toponímica constituída por *Vergada* (concelhos da Feira e Pedrógão Grande), *Vergadas* (Águeda), *Vergadela* (Sano Tirso), *Vergadelas* (Arouca), *Vergadinha* (Pombal), *Vergão* (Proença-a-Nova), *Vergões* (Faro) e *Vergueiras* (Pombal). A configuração de *Vergado* sugere que este se inclui na referida série, assim deixando supor também que o hidrotópónimo deriva de um topónimo pré-existente.⁶⁴³

⁶⁴³ Observa Ana Isabel Boullón Agrelo (comunicação pessoal, na sequência da prova de defesa deste trabalho): “Pero *varga* Bascuas [2014: 156] considéran un hidrotópónimo e propón o étimo *VARĪCAM, derivado da razi indoeuropea **awer-* ‘humedecer, molar, fluir’. Os dicionários galegos recollen a voz común *varga* ‘armazón de paus utilizado para pescar no río’, ‘rede de pesca’, ben documentada desde a Idade Media e seguramente relacionada co antigo castelán *varga*, para que Corominas propuxo o étimo céltico *BARGA. E *Bargado*, afluente do río Salas (Ourense), é un derivado colectivo co sufixo latino *-ātus*; é a mesma palabra ca a atestada en *vinea de Vargaado* 1220 e *domo de Vargaado* 1253 (Bascuas 2014). De todas formas é mosqueante a consistencia do *e* nos derivados portugueses.”

4.11. Distrito de Lisboa (37 hidrotopónimos)

Açude (rio do), Alcabrichel (rio), Alcubela (rio), Alenquer (rio de/rio), Bogota (rio), Boiçã (rio), Bouco (rio do), Calçada (rio da), Costa (rio da), Crós Cos (rio), Cuco (rio do), Galvão (rio), Grande (rio), Grande da Pipa (rio), Jamor (rio/rio do), Lisandro (rio), Loures (rio de), Louriceira (rio da), Lousa (rio de), Matos (rio dos), Odivelas (ribeira de), Ota (rio da), Pedrulhos (ribeira de), Pequeno (rio), Raimunda (rio da), Risco (rio do), Safarajo (rio), Salema (rio), Sangue (rio), Santo António (rio de), Silveira (rio da), Sizandro (rio), Sobral (rio do), Toxofal (rio do), Trancão (rio), Travessa (rio da), Valverde (rio de).

4.11.1. Açude (rio do)

Português, de *açude*, do léxico comum de origem árabe.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome registado no RTP e que a pesquisa do CIGeoE-SIG localiza nas imediações de Enxara do Bispo (concelho de Mafra), muito embora a carta não o assinale com legenda (CMP 1:25 000, folha 389 — Sobral de Monte Agraço). Faz parte da bacia do Sizandro e parece ser um afluente do rio de Pedrulhos.

Nome provavelmente alusivo a açude não identificado no território por que passa o curso de água em apreço. Com a mesma forma, outros topónimos se registam no território português continental (cf. Machado 2003). Como vocábulo comum, *açude*, ‘represa’, é um arabismo que tem origem no árabe andalusi *assúdd*, correspondente ao árabe clássico *sudd* (Corriente 2003; ver também Steiger 1991: 139 e Machado 1987).

4.11.2. Alcabrichel (rio)

Híbrido, árabo-romance, cujo elemento romance tem origem obscura.

alCabrichel 1298 (Azevedo 1906: 275; ver também CIPM)

Rio que nasce nas imediações de Vila Verde dos Francos (Vasconcelos 1884 s. v. Alcabrichel) e desagua no Atlântico (cf. CMP 1:25 000, folha 362 – Ramalhal, Torres Vedras e 363 – A-dos-Cunhados, Torres Vedras).⁶⁴⁴

Nome que parece incluir-se na série de topónimos meridionais terminados em *-el*, de provável origem moçarábica. J. P. Machado defende a hipótese de tal origem, relacionando com *cabra* (Machado 1991) e propondo a identificação de um radical romance com a forma *cabrich(o)* ou *cabriqu-* (Machado 2003). A ocorrência de *Alcabrichel* num documento de 1298 está associada à da figura de Gonçalo Anes, “priol de Alcabrichel”, expressão que permite supor que *Alcabrichel* terá sido antes ou também nome de localidade, pelo que não é seguro que o nome em referência seja originariamente um hidrónimo. Além disso, regista-se o topónimo *Santa Susana de Alcabrichel*, nome por era conhecida a freguesia hoje chamada *Maxial* ou, aludindo à invocação da igreja que aí se encontra, *Santa Susana do Maxial*, no concelho de Torres Vedras.⁶⁴⁵ Observe-se, contudo, que em meados do século XVIII já Luís Cardoso regista *Alcabrichel* apenas como rio (Cardoso 1747-1751). De qualquer modo, é necessário reconhecer que o elemento provavelmente romance tem origem obscura, muito embora a sua configuração (a sequência *cabr-*) possa ser parcialmente aproximada de outros nomes de rios de origem zootoponímica. A localização da nascente nos contrafortes da serra de Montejunto favorece a tese de uma motivação de base zoonímica.

4.11.3. Alcubela ou Alcobela (rio)

Híbrido árabo-romance.

Alcubela 1312 (DMP I: 340)

Afluente do rio dos Matos, este por sua vez subafluente do Trancão (cf. CMP 1:25 000, folha 389 — Sobral de Monte Agraço). Também se denominam assim dois lugares da freguesia de Arranhó, no concelho de Arruda dos Vinhos: *Alcubela de Cima* e *Alcubela de Baixo* (cf. RTP; Alcobela na CMP, folha 389). Machado (2003) assinala a ocorrência

⁶⁴⁴ Baptista (1874: 90) refere que “[n]asce a O. de V.^a Verde; corre em direcção geral (mas fazendo algumas voltas) para O. até á F. de A. dos Cunhados, inclina depois para N. O. até á F. do Vimeiro, onde, fazendo uma volta, muda a direcção para O. e entra no Oceano, com 4^l de curso. [...]”

⁶⁴⁵ *Santa Susana de Alcabrichel* é nome de igreja incluída numa lista de 1320-1321 (Almeida 1971: 130; ver também Nogueira 2000: 182).

deste nome “na falsificação de um texto de 1158”, em referência a uma localidade na região de Oliveira de Frades.

Machado (2003), relaciona o nome quer com *cubelo*, ‘bastião’, quer, seguindo Silveira (1913: 150), com um diminutivo de *Alcoba*,⁶⁴⁶ em paralelo com a formação dos topónimos castelhanos como *Alcubilla del Marqués*, na província de Sória, e *Alcubillas*, na província de Ciudad Real.⁶⁴⁷ Observe-se que *alcubela* deve ter tido uso como vocábulo comum no contexto romance-andaluz, pelo que parece plausível atribuir-lhe carácter apelativo. Com efeito, Corriente (2003) regista o castelhano *alcubilla*, ‘arca de água’, do romance moçárabe *al+kub+éla, do latim *cōva*, forma hipotética que seria usada em referência a escavações para represar e distribuir águas de rega; o mesmo autor explica o vocalismo por contaminação do vocalismo árabe e influência do latim *cūpa*. Seja como for, o nome do rio terá que ver com nome de sítio ou localidade.

4.11.4. Alenquer (rio de/rio)

Talvez híbrido, com elementos de origem obscura transmitidos por via do árabe. Provável conversão de nome de localidade.

Alanquer 1257, 1273 (Machado 2003) *Alenquer* 1212 (idem).

648

Afluente da margem direita do rio Tejo (cf. CMP 1:25 000 folhas 362 – Ramalhal, Torres Vedras, 375 – Olhalvo, Alenquer, 376 – Alenquer, 390 – Vila Franca de Xira).

Sobre este topónimo, que é também hidrónimo, as fontes consultadas não permitem uma etimologia precisa, provavelmente pelas muitas deformações por que o nome passou, por vezes motivadas por etimologias fantasiosas (Machado 2003). Por exemplo, identifica-se *alen-* com o advérbio *além* (cf. *Alentejo*); no caso da variante *Alanquer*, fala-se de um

⁶⁴⁶ “Chamo deminutivos toponimicos aos nomes próprios corographicos derivados de outros nomes propios da mesma natureza (por meio de suffixos deminutivos) e que não tem relação alguma com a origem e significado etymologico d’estes, v. g. *Lisboinha*, de *Lisboa*; *Paivô* (ribeiro) de *Paiva*; *Mirandella*, de *Miranda*, etc.” (Silveira 1913: 151 n. 2).

⁶⁴⁷ Ao sufixo português *-ela*, corresponde o castelhano *-illa*, de *-iella*. Ambos os sufixos são cognatos dos sufixos latino *-ella-*.

⁶⁴⁸ “Ribeira de Alemquer. — “Nasce na serra de Monte Junto, 2^k a E. de V.^a Verde: corre a S.E.; rodeia a V.^a de Alemquer com excepção do lado de S.O., e n’esta volta tem 5 pontes, e outra mais abaixo na estrada do carregado às Caldas da Rainha: segue depois, por uma légua, a direcção geral a E., e encontrando quasi o rio de Otta, muda para S.S.E. acompanhando sempre a par o dito rio [...] até entrar no Tejo com o curso de 6 leguas.” Baptista (1874: 113).

lendário *alão* (cão); ou, como pretendia Damião de Góis, cria-se uma expressão de sonoridade flamenga, Alano Kerke, para explicar o topónimo como “igreja dos Alanos” (idem).

Silveira (1941: 280), tomando as formas *Alunquer* e *Alonquer* como etimologicamente relevantes, considerava este topónimo como um híbrido moçárabe, formado pelo artigo arábico *al-* e pelo latim *iuncarium*, ‘juncal’, que teria assumido a forma *iunquerio* e depois perdido a terminação *-io*, à semelhança de *Alter* (<*Abelterium*) ou de *Almoster* (< *almoester* < *almonester*). Silveira observa ainda (idem: 281) que a aférese do *i* de *iunco* se encontra documentada no vocabulário comum e na toponímia espanhola, em regiões não necessariamente moçárabes (por exemplo, Unquera, na província de Santander).

Machado (2003) contesta a proposta de Silveira, vendo as oscilações da vogal da penúltima sílaba como fenómeno fonético ainda vivo nos dialetos estremenhos, além de achar discutível a relação com *iuncarium*, ‘juncal’, que diz “incharacterístico daquele local importante, de povoamento pré-romano”. Em alternativa, relaciona *Alenquer* com o topónimo pré-romano e romano *Arábrica*, propondo a seguinte explicação: o *-r-* de *ara-*, “talvez [...] o velho nome do rio hoje de Alenquer, ou de Triana, e que dantes cercava o monte”, passou a *-l-*, “como noutros casos, por exemplo *Arantei* > *Alantem* > *Alentém*” (idem); o elemento *-briga* foi substituído por um mais antigo, *ker* ou *kar*, ‘fortaleza, penhasco, monte penhascoso’, de origem indo-europeia posteriormente adoptado por algumas línguas célticas. O mesmo autor sugere ainda a correspondência de *ara-* com o radical hidronímico pré-céltico *ar-*, ‘água corrente’ (cf. *Arade*, *Arão* e *Arões*) ou com o céltico *ara-*, ‘junto de’, embora também admita “allanquer”, ‘fortaleza de fora’, tendo em conta o galês *allan*, ‘fora’, ‘saída’.

A hipótese de Machado parece ir longe demais na relação de *Alenquer* com estratos linguísticos pré-latinos, até porque não se confirma que *ker-* tenha a origem pretendida. Com efeito, o bretão *kêr* (contração de *kear*), ‘cidade’, e o galês *caer*, ‘castelo, muralha, cidade’ são cognatos que evoluíram de *castrum* (ver du Rusquec 1895), vocábulo latino cujo significado antigo seria ‘separação, o que serve para separar’, aparentado com o verbo *castrō*, ‘cortar, castrar, amputar’ (Ernout e Meillet 1967). Sendo assim, a proposta de Silveira (1941) afigura-se mais sólida, porque a etimologia moçárabica de *Alenquer* se vê apoiada por casos como o de *Almoster*, embora a perda do *i-* inicial de *iuncarium* possa ser discutível, porque parece não encontrar paralelo nas regiões ocidentais da

Península Ibérica. De qualquer modo, trata-se de uma discussão em aberto, sendo possível que Alenquer seja originalmente nome de povoação e não de rio.

4.11.5. Bouco ou Boco (rio do)

Provavelmente de *boco*, do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do Sizandro, nasce na freguesia do Milharado, na parte oriental do concelho de Mafra (cf. CMP 1:25 000, folha 389 — Sobral de Monte Agraço). Na carta consultada, o rio parece ter nascente nas imediações da localidade de Boco. Ainda no concelho de Mafra, mas na freguesia de Igreja Nova e Cheleiros, a sudoeste, é de referir a ribeira do Boco (cf. CMP 1: 25 000, folha 402 — Mafra). *Boco* é também a forma de outros hidrónimos (cf. Boco, no distrito de Aveiro) e nomes de localidade no território continental português (cf. CMP 1:25 000 e CIGeoE-SIG).

O nome que parece associar-se ao rio em referência ocorre com duas grafias: *Bouco*, conforme a CPM 1:25 000, folha 389; e *Boco*, de acordo com a legenda da CCP 1:50 000 e o ITDL. Como *Boco* é a grafia mais generalizada para representar o nome em questão, não parece haver motivo para duvidar de que *Bouco* é variante gráfica de *Boco* ou simples erro de transcrição, pelo que neste trabalho se aceita que *Boco* é a forma mais adequada para submeter à análise etimológica.

No caso vertente, trata-se de hidrónimo que tem valor relacional, aludindo à localidade de *Boco* (ou *Bouco*), no concelho de Mafra. Machado (2003) regista *Boco* como topónimo frequente no território português continental, mas sem conseguir definir uma etimologia segura: encontra-o atestado em 1220 pelas formas *Booco* (PMH Inq.: 131) e *Baoco* (idem, p. 47). No contexto da discussão etimológica de *Boca* e *Boco*, Fernandes (1999) sugere que *boco* provém de *baoco* por uma raiz com a forma *bad-* ou *bal-*, em que se verificou a síncope de uma vogal intervocálica, tal como sucede com *Boco* (freguesia e concelho de Arouca), que está atestado como *Badoco* em 1085 (PMH Dipl.: 378; ver também Cortesão 1912). Fernandes rejeita, portanto, a relação de *boco* com o uso metafórico de *boca* ('boca de desfiladeiro, vale, rio').

Contudo, considerando que, como *Boca*, nem todos os casos de *Boco* pressupõem um radical **bad-* ou **bal-*, antes se relacionando com uma extensão metafórica de *boca*,

vale a pena atentar em ocorrências de Boco também na Galiza (O Boco, A Peroxa, Ourense; cf. *Nomenclátor de Galicia*) e na antiga região de Castela-a-Velha (Bocos de Duero, Valladolid; Bocos, Burgos; cf. Madoz 1846-1850).⁶⁴⁹ Note-se que a presença de *boco* em território castelhano, que diacronicamente desconhece a síncope de *-l-* latino, parece favorecer a hipótese de uma forma intermédia **badoco*, com *-d-* medial. Não é de excluir, porém, a relação de *boco* com *boca*, em sentido metafórico. Com efeito, num dos casos castelhanos (*Bocos de Duero*), *boco* parece significa ‘buraco na rocha’,⁶⁵⁰ semântica que não é incompatível com a derivação de *boca* com associação de valor metafórico.

Muito embora os dicionários consultados não atestem tal possibilidade, é, pois, plausível que o léxico comum português já tenha disponibilizado *boco* e que a palavra tenha feito parte da terminologia aplicada à descrição de acidentes do terreno. Fica a hipótese, a aguardar que *boco* encontre atestações inequívocas do seu uso como nome comum.

4.11.6. Bogota (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nasce no norte do distrito de Lisboa, na serra de Montejunto, passa nas imediações do Cadaval e do Bombarral, desaguardo no rio Real (cf. CMP 1:25 000 folha 350 – Bombarral).⁶⁵¹

⁶⁴⁹ Ver também Louro 1965.

⁶⁵⁰ Não foi possível encontrar registo de *boco* em dicionários de língua espanhola. Depreende-se que *boco* significa ‘buraco’ pelo seguinte contexto: “Generaciones de vicultores que horadaban "bocos" en las laderas próximas al río, logrando en su interior inigualables condiciones naturales para la elaboración y crianza del vino, dieron nombre al pueblo de Bocos de Duero.” (http://www.senoriodebocos.com/es_ES/herencia_artesana, consultado em 25/07/2014).

⁶⁵¹ Um documento da Câmara Municipal do Cadaval descreve assim o curso deste rio (manteve-se a escrita das maiúsculas do original): “O Rio Bogota (17,9 km) nasce no concelho do Cadaval e atravessa transversalmente o Sul da freguesia do Carvalhal no sentido Nascente/Poente, passando próximo dos aglomerados de A-dos Ruivos, Sobral do Parelhão e Bombarral, para desaguar no Rio Real, próximo do aglomerado do Bombarral” (Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Caderno/Diagnóstico, Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Bombarral, 2015-2019, disponível em http://www.cm-bombarral.pt/uploads/caderno_um_diagnostico.pdf e consultado em 15/11/2016).

Falta informação sobre este nome nas fontes consultadas, razão por que não é, por enquanto, possível produzir um comentário desenvolvido. A sua configuração – que o liga estranhamente ao topónimo e potamónimo colombiano *Bogotá* – parece a de um diminutivo, por sufixação de *-ota* (cf. *ilha/ilhota*, *velha/velhota*, *riso/risota*), fazendo supor que *bog-* seja o radical. Talvez o hidrotopónimo seja relacionável com *boga*, nome de uma espécie ictiológica (*Chondostroma polylepis*).⁶⁵² Contudo, ainda que os zootopónimos possam estar associados à hidrotoponímia (cf. *rio de Trutas*, em Bragança), entende-se mal a motivação de atribuir a um rio o diminutivo desse ictiónimo.

4.11.7. Boiçã (rio)

Português; trata-se de um aumentativo fitotoponímico, talvez atribuído inicialmente a uma localidade.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio ou ribeira que é afluente do rio Trancão (cf. CMP 1:25 000 folha 403 – Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira). Corre no concelho de Loures.

Machado (2003) interpreta-o como aumentativo de *boiça*, variante de *bouça*, ‘terreno onde se deixa crescer mato’ (cf. DHLP), do “lat.vulg. **baltĕa* pl. neutro de *baltea*, *ōrum* ‘o que cinge, talabarte, cinturão, cinto’ (idem). A permanência do topónimo *Boiçã*, na freguesia de Bucelas e perto do qual corre o rio em apreço, permite sugerir que o nome começou por denominar um lugar, ao que se terá seguido o seu uso para identificação do curso de água.

4.11.8. Calçada (rio da)

Português, do nome comum *calçada*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Curso de água que corre no concelho de Sobral de Monte Agraço, tendo nascente nas imediações do lugar da Calçada, na freguesia de Santo Quintino, no concelho de Sobral

⁶⁵² Contam-se várias subespécies em Portugal. Cf. Nobre (1931: 97).

de Monte Agraço (cf. CPM 1:25 000 folha 389 – Sobral de Monte Agraço). É afluente do rio Grande da Pipa, que se escoia pela vala do Carregado. Com a mesma forma existem vários topónimos em Portugal.

Machado (2003) regista *Calçada* apenas como nome de lugar, frequente quer em Portugal quer na Galiza com origem no nome comum *calçada*, ‘caminho calçado de pedras’, segundo o DHLP, de “orig. contrv.; do lat.vulg. **calciata* via ‘id.’, de formação incerta ou fem. substv. de *calçado*, part. de *calçar*”. Como hidrónimo, tem toda a probabilidade de ser o resultado do uso alusivo ou relacional do nome de lugar em cujas imediações tem a sua nascente (“o rio do lugar da Calçada”).

4.11.9. Costa (rio da)

Português, do nome comum *costa*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas

Também conhecido como *ribeira da Póvoa* ou *ribeira da Póvoa de Santo Adrião*,⁶⁵³ é rio representado na CMP 1:25 000 (folha 417 — Loures) e registado no RTP (cf. CIGeoE-SIG). Tem nascente no concelho da Amadora e, desaguando no rio de Loures (ou da Lousa), é subafluente do rio Trancão.

Como observa Machado (2003), os topónimos com a forma *Costa* podem ter origem no nome comum *costa*, entendido não como ‘área próxima do mar’, mas, sim, como ‘encosta’ – de uma maneira ou de outra, do latim *costa, ae* ‘costela, lado, flanco’ (DHLP e DCECH s. V. *cuesta*). Sabendo que o relevo da região a norte de Lisboa se caracteriza por colinas, é plausível que o nome em referência tenha surgido como denominação relacional.⁶⁵⁴ Assinale-se que no concelho de Loures, perto do rio em referência se identifica o topónimo Costa da Luz, associado a um marco geodésico na serra da Luz (cf.

⁶⁵³ Também identificado como *ribeira de Frielas*. Um documento de 2009 (*Plano Director Municipal de Odivelas – Caracterização Biofísica*, disponível em http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol_4_1/V4.1_I_CaracterizacaoBiofisica.pdf, consultado em 14/05/2014) usa *rio da Costa* e *ribeira da Póvoa* para referir o mesmo rio. Pode, no entanto, tratar-se de dois cursos de água diferentes, sendo o rio da Póvoa resultado do encontro da ribeira de Odivelas com o rio da Costa, conforme se pode observar na representação da folha 417 da Carta Militar de Portugal 1:25 000.

⁶⁵⁴ Sobre a geografia física da região a norte de Lisboa, ver Zêzere (1991).

CMP 1:25 000, folha 417 — Loures), mais conhecida pelo bairro aí situado com o mesmo nome, *Serra da Luz*.

4.11.10. Crós Cós (rio)

Origem obscura, mas provavelmente recente.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que atualmente parece desaguar nas valas que se encontram nas margens do estuário do Tejo (cf. CMP 1:25 000, folhas 403 — Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira; 404 — Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira). O curso de água assim chamado é também conhecido como *rio da Fonte*, conforme se pode ler em página da Internet: “O rio Crós-Cós ou da Fonte, [sic] tem dois braços principais: um com nascentes no Sítio do Mato da Cruz (Calhandriz), Casal Novo da Portela e Rio Galvóz [sic]; o outro, com [nascentes no] Sítio do Mato da Cruz e no Rio dos Abrolhos (a norte de Os [sic] dois braços de água juntam-se no sítio do Vento).” <http://www.freguesias.pt/freguesia.php?cod=111402> [consultado em 26/03/2011].

Hidróónimo invulgar na forma (é um composto em que se justapõem dois elementos de proveniência desconhecida), não está comentado nas fontes consultadas, pelo que, por enquanto, se torna praticamente impossível analisá-lo etimologicamente. Tratar-se-á de nome com origem em alcunha (cf. Serra 1965: 108-116)?

4.11.11. Cuco (rio do)

Português, do nome comum *cuco*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Registado como *rio do Cuco*, tem nascente no concelho de Mafra e desagua no Atlântico, junto da praia de Ribeira de Ilhas (cf. CMP 1:25 000, folha 388 — Ericeira, Mafra). A carta consultada assinala o topónimo Ponte do Cuco (idem) na região em que parece situar-se a cabeceira deste rio.

Machado (2003) salienta a frequência apreciável deste topónimo em Portugal e na Galiza. É possível que o rio se chame assim por relação com um lugar denominado *Cuco*, mas as fontes utilizadas neste trabalho não o confirmam. Como nome comum, a forma *cuco* parece ter motivação onomatopaica, condicionada pelo modelo do latim *cucūlus* ou *cucūlus*, *ī* (cf. DHLP e DCECH s. v. *cucillo*).

4.11.12. Galvão (rio)

Do nome próprio *Galvão*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

É afluente do rio Real e tem nascente no concelho da Lourinhã, no planalto das Cesaredas, passando depois por Reguengo Grande e pelo Pó (CMP 1:25 000, folha 350 — Bombarral).

Machado (2003) atribui origem antroponímica à forma toponímica *Galvão*. No entanto, tendo em conta as fontes consultadas, não é possível identificar uma localidade que pudesse justificar *Galvão* como hidrónimo da região aqui em referência. Para Machado (2003), o antroponímico *Galvão* procede, “[s]egundo parece, do fr. *Gauvain*, antr. m. em moda nos tempos medievais por influência dos romances da Távola Redonda [...]” e “talvez com influência de *Galganus*, lat. medieval correspondente ao nome galês [*Gualchmei* ‘gavião de maio’]”.

4.11.13. Grande (rio)

Português, do adjetivo *grande*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que nasce no concelho da Lourinhã e desagua no Atlântico (CMP 1:25 000, folhas 350 — Bombarral; 349 — Lourinhã).

Nome transparente, de carácter atributivo, que ocorre com alguma frequência em Portugal e no Brasil (cf. Machado 2003). Grande vem do latim *grandis*, e ‘grande, avançado em idade, alto, sublime’ (DHLP e DCECH).

4.11.14. Grande da Pipa (rio)

Português, de carácter atributivo e relacional.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Tem nascente no concelho de Sobral de Monte Agraço e desagua no rio Tejo. O tramo final deste rio é conhecido como *vala do Carregado* (cf. CMP 1:25 000, folhas 389 — Sobral de Monte Agraço; 390 — Vila Franca de Xira). Baptista (1874: 113) regista-o como *rio Cachoeiras*, que diz ser resultante da confluência dos rios Barriga e Grande, cuja nascente situa na serra de Penas;⁶⁵⁵ Baptista assinala que o Cachoeiras, que passa pela freguesia do mesmo nome, recebe depois as águas da ribeira da Pipa ou de Bagueixe, que tem nascente no lugar da Pipa. A ribeira da Pipa parece ser o curso de água que a CCP 1:50 000 (Direção-Geral do Território) assinala como *ribeira de Carnota*.

Nome que acha explicação provável na perspetiva de se tratar de uma expressão descritiva: “rio grande que vem do lugar da Pipa”. Machado (2003) identifica o topónimo *Pipa* com o nome comum *pipa*, cuja etimologia é controversa, como regista o DHLP: “lat.vulg. **pīpa* 'flautinha', der. de pipāre 'piar' [...]; Corominas [DCECH] afirma que a acp. primitiva seria ‘flautinha, feita por crianças, das canas verdes do alcacer’; segundo o autor, o sentido teria passado a ‘tonel’, pois este tem algo de tubo e é alargado; Nascentes [Nascentes 1952] acha pouco convincente a explicação de Corominas [...]”

4.11.15. Jamor (rio do/rio)

Origem obscura, talvez um híbrido árabo-romance.

Machado 2003: *Jamor* (1760)

⁶⁵⁵ Não foi possível identificar a serra das Penas no RTP nem localizá-la na Carta Militar de Portugal série M888 1:25 000 (cf. IGeoE-SIG). Parece tratar-se da atual serra de Monte Agraço.

Afluentes do Tejo, desagua neste rio já perto da foz (cf. CMP 1:25 000, folha 430 — Oeiras). Em Baptista (1874: 116), a entrada referente a este rio apresenta várias formas: *Ribeira Jarda, de Bellas, de Carnaxide ou rio Jamor*.⁶⁵⁶

Machado (2003) aventa a hipótese de *Jamor* só secundariamente se ter tornado hidrónimo, visto ter sido conhecido como “rio ou ribeira de Jamor”. Para Machado, o nome pode ter duas origens: do latim **galbore*, ‘verdor’, ‘amarelidão’, de *galbus*, por analogia com *albore-* (de *albus*, ‘alvo’), modificado pela pronúncia moçarábica em **jalmor*, “por assimilação do *-l-* e provável influência do voc. *amor*”, bem como “por permuta entre as labiais *b* e *m* e passagem de *g(u)* – a *j-* (como em *Tejo, Beja, Alvorge, Almagesto*, etc.)”, podendo o nome ter assumido as formas **Odejamor* ou **Ojamor*; outra hipótese é a forma *jāmōr*, ‘elevação’, ‘torre de vigia’, ‘atalaia’. Fernandes (1999) contesta a etimologia de Machado, mantendo uma hipótese anteriormente defendida, segundo a qual *Jamor* vem do latim *clamore-*, pela forma **chamor*, talvez importação do Norte. Não havendo atestações mais antigas que as referidas por Machado (2003), que são do século XVIII, acabam por se revelar extremamente duvidosas as hipóteses dos autores aqui citados. A forma **galbore* não se encontra representada por nenhuma série toponímica nem por vocabulário comum que suportem a hipótese de ter existido. Por outro lado, tem também fraca base de apoio pretender, como faz Fernandes, que o <j> de *Jamor* é o vozeamento do tratamento africado do grupo latino *cl-*, porque a passagem de [tʃ] a [dʒ] ou [ʒ] praticamente não se encontra representada no português, sobretudo na época medieval,⁶⁵⁷ apesar de indicação do autor em contrário.⁶⁵⁸ A não ser que se encontre aí um fenómeno de substituição pela unidade vozeada, à maneira do que aconteceu com *Beja* < *Pace*, no qual é possível supor que a uma articulação de uma africada surda romance tenha sucedido uma africada vozeada, uma vez que em árabe só a unidade correspondente ao *jim* podia e pode ser assim produzida, embora a fricativa se tenha hoje

⁶⁵⁶ Baptista (1874: 116) assinala que o rio vai mudando de nome ao longo do seu curso: “Dois ribeiros que vem do N. e N. N. O. de Bellas juntando-se n’esta V.^a formam a Ribeira Jarda, também ahi chamada ribeira de Bellas: corre ao S.; passa em Queluz de cima (a O.), e ahi recebe a ribeira de Carenque: depois, em Queluz de baixo, a E.: 1^k a O. de Carnide, de que também recebe o nome, e juntamente o de rio Jamor; tem ponte na estrada real de Lisboa a Cascaes, e logo entra no Tejo com 3^l de curso.”

⁶⁵⁷ A oscilação entre *chila* e *gila* poderia contrariar esta afirmação, mas a palavra parece só estar atestada a partir do século XIX (DHLP). Tal oscilação pode dever-se ao facto de ela também se verificar com um homónimo, *chila* ou *gila*, “tecido de algodão de origem inglesa que, do Brasil, era reexportado para a África” (idem).

⁶⁵⁸ Fernandes (1999) refere de forma pouco clara a ocorrência de *Jamua* em lugar de *Châmua* (de *Flamula*, nome próprio) no *Livro de Doações de Tarouca*, 201. Fl. 18 v (*Taraucae Monumenta Historica*, Câmara Municipal de Tarouca).

generalizado. Assim, por enquanto, afigura-se inconclusiva a discussão etimológica a respeito de *Jamor*.

4.11.16. Lisandro (rio)

Origem obscura, que pode não ser pré-romana.

Sem atestações antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

O curso de água assim chamado é identificável com o *ribeiro do Porto* ou o *rio de Cheleiros*, nomes registados por Baptista (1874: 91), que não acolhe a forma *Lisandro* (cf. CMP 1:25 000 folha 402 – Mafra e 388 – Ericeira – Mafra)

Para Machado (2003), é nome de origem obscura, embora avenge uma relação possível com *Lis*, hidrónimo do ditrito de Leiria, talvez significando ‘rio’, o que permite, pelo menos, isolar *-andro* como elemento distinto, talvez também com o significado de ‘rio’. Machado confunde este nome com *Sizandro*, nome de outro rio igualmente do distrito de Lisboa, com base numa alegada possibilidade de oscilação entre *l-* e *s-* em galês e gaélico. Na verdade, esta oscilação não se encontra descrita para as referidas línguas, não se entendendo o paralelo que Machado pretendeu estabelecer.

Mesmo assim, vale a pena atender ao que Machado diz acerca do rio *Lis*, que, segundo ele, “poderá provir da raiz indo-europeia **lei*, ‘verter, fluir’, remetendo exemplos encontrados em Hubschmid, a saber as palavras galesas *llenwi*, ‘encher’, ‘fluir’, *llif*, ‘ribeiro’, ‘corrente’, *llyn*, ‘lago, lagoa’ e bretão *lez*, ‘ribeiro’. Quanto ao elemento *-andro*, não é descabido considerar a sua relação com o hidrónimo *Meandro* (do grego *Μαίανδρος*, pelo latim *Maeander* ou *Maeandrös*; cf. Gaffiot 1934). Pode, portanto, haver alguma analogia com *Sizandro*, mas, sabendo que *Lisandro* é também antropónimo, abre-se a possibilidade de o topónimo ter origem nessa forma, em circunstâncias históricas que as fontes não referem. O facto de *Lisandro* não ter registo em dicionários em Pinho Leal (1873-1890), Costa (1929-1949) nem em Proença (1991-1996), nem mesmo na GEPA ou na ELBCV leva a suspeitar que o hidrónimo só recentemente designa o rio em discussão.

4.11.17. Loures (rio de)

Hidrónimo de carácter relacional, que inclui um topónimo de origem obscura, talvez romance.

Loyras 1273 (CIPM), *Louras* séc. XV (PMH Script.: 285, apud Cortesão 1912)

Afluente do rio Trancão, o qual desagua no Tejo (cf. CMP 1:25 000, folhas 417 — Loures). Baptista (1874: 113/114) refere-se ao rio de Loures como um subafluente do rio que regista como *de Sacavém*, atualmente conhecido como *rio Trancão* (ver).

O rio que parece receber denominação da vila de Loures. Machado (2003) ser este um caso de “forma meridional com *–e* em vez de *–o* (ou *–a*), como em *Sagres* ou *Sines*”, o que pressupõe *Louros*, aparentemente plural de *Louro*, com origem fitotoponímica, o nome comum *louro* ‘loureiro’, do latim *lauru-*, ‘loureiro’. Fernandes (1999 s. v.) contesta esta etimologia, focando dois aspetos: a terminação “meridional” *–es* provém de *–as*, e não *–os*;⁶⁵⁹ a forma hipotética a considerar será, portanto, **Louras*, variante ditongada de *Loras*, “com a base *lor(a)* pré-romana” (ibidem).

A primeira objeção de Fernandes reitera o que já antes apontara Joaquim da Silveira (Silveira 1913: 156), que assinalara a atestação da forma *Louras*, correspondente à atual *Loures*, nos *Livros de Linhagens* (PMH Script.: 285).⁶⁶⁰ Quanto à segunda hipótese de Fernandes, ela vai ao encontro de Cabeza Quiles (1992: 247 e 299), que, ao duvidar da relação de topónimos galegos como *Louro*, *Louriña* e *Lourido* com o latim *lauru-*, propõe antes uma etimologia com base na raiz pré-romana **lar*, *lor* ou *l'r*, a que atribui o significado genérico de ‘rocha, pedra, caverna de pedra’. Esta proposta pode achar apoio no facto de se registar também *loura*, como variante de *lura*, ‘toca, cova, covil’, de etimologia duvidosa, do latim *lūra*, ‘boca de um saco de couro’, ‘sacola, alforje’, ‘ventre, barriga’ (cf. *Dicionário Houaiss*). Existem ainda outras variantes: *loira* e *lora*, (cf. Figueiredo 1913), a par das formas *lorga* e *lorca* que parecem incluir um sufixo, se aceitarmos que derivam de *lorīca*, como propõe o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s.v. *lorca*), que o derivam da raiz pré-romana **lour-*, com diferente resolução do ditongo.

⁶⁵⁹ A terminação ou o morfema complexo *–es* tem sido encarado como cognato ou variante moçárabes da forma *–as* do português.

⁶⁶⁰ Machado (2003) apresenta *Loiras* como variante de *Louras*, forma de plural de *Loura*, esta do substantivo comum *loura*, sinónimo de *lura*, ‘toca’. A *Louras* que os Livros de Linhagens mencionam é o lugar em que se evitou um recontro entre D. Dinis e o príncipe D. Afonso (o futuro D. Afonso IV); não se avulta razão para duvidar que *Louras* é a atual Loures. Vasconcelos (1892: 342) refere *Loures* num comentário à linguagem de Gil Vicente, que, fazendo rimar o topónimo com *tremores*, permite supor que se trata de um caso que documenta a monotongação típica do Sul (“Lôres”) já na primeira metade do século XVI. Azevedo (1900-1901: 325) menciona também *Loures*, relacionando esta forma com os topónimos *Laura* e *Lora* registados por Simonet (1888), no contexto da identificação do legado dialectal moçárabe; observe-se que Simonet filia no latim LAUREA e LAURUS as formas apontadas, que considera moçárabes.

Parece plausível que o hidrónimo tenha origem no nome da localidade, e não o contrário, se aceitarmos que Loures se encontra atestado desde a Idade Média como nome de lugar. A forma complexa do hidrónimo — *rio de Loures* — sugere o carácter alusivo relacional da denominação (“o rio que pertence a/passa por/vem de Loures”).

4.11.18. Louriceira (rio da)

Português, de um substantivo comum *louriceira*, que não se atesta atualmente e cujo radical é de origem controversa.

Lourizeira (Arqueólogo Port. XVI, p. 91 apud Machado 2003).

Afluente da margem sul do rio Grande da Pipa, nasce na freguesia de Arranhó, no concelho de Arruda dos Vinhos, e passa pelos lugares de Louriceira de Baixo e de Cima (cf. CMP 1:25 000, folha 389 — Sobral de Monte Agraço; ver também Vasconcelos 1884).

Machado (2003) relaciona *Louriceira* com **lauritiu-*, ‘que tem ou em que há louro ou loureiros’, um derivado do latim *lauru-*. Observe-se, contudo, que não se afigura necessário recorrer ao latim para explicar a morfologia de *Louriceira*. Com efeito, considerando a existência do sufixo de diminutivo, é possível supor a forma não atestada **louriço* ou *louriça*, da qual se deriva, por sua vez, *Louriçal* e *Louriceira*; ou pode ainda aceitar-se que, tal como sucede com *nabiçal*, que, embora pareça pressupor a base *nabiça*, é também sinónimo de *nabal* (cf. *Dicionário Houaiss* e Pereira 1697), sugerindo a possibilidade de o sufixo derivacional *-al* assumir por vezes a forma *-içal*. É também de assinalar a possibilidade de *Louriceira* se relacionar com uma raiz homónima, **lar-*, *lur-* ou **l’r-* (cf. *Loures*), que parece ter valor litoponímico.⁶⁶¹

⁶⁶¹ Outra hipótese menos plausível será relacionar o radical *louriç-* com a forma **lauricēs*, registada por Ernout e Meillet (1939) como termo usado por Plínio-o-Velho (*Naturalis Historia*, 8, 81; cf. Mayhoff 1906 e Bostock e Riley 1855), que o atribuía ao latim hispânico, em referência às crias de coelho ou láparos. No mesmo passo da *Naturalis Historia*, Plínio-o-Velho emprega a palavra *cunīculus*, para a identificar também como hispânica. Vem, portanto, a propósito conjecturar uma eventual relação de *lauricēs* com *lura* e a sua variante *loura*, bem como com a raiz **lar/lor/l’r* proposta por Cabeza Quiles (1992: 247 e 299), em analogia com a homonímia entre *cunīculus*, ‘coelho’, e *cunīculus* ou *cunīculum*, ‘cavidade subterrânea, canal, mina’ (DHL; ver também Ernout e Meillet 1939, s.v. *cunīculus* e Gaffiot 1934). Plínio-o-Velho disto mesmo dá conta quando declara que os coelhos devem o seu nome às galerias que escavam (“magna propter venatum eum viverris gratia est; iniciunt eas in specus, qui sunt multiformes in terra - unde et nomen animalī”). De certo modo, o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s.v. *lorca*) aponta nessa direção, ao relacionarem com o latim *lauricēs* o castelhano *lorca*, ‘toca de coelhos’, pela forma hipotética hispano-latina **laurīca*;

De qualquer modo, observe-se que a área de dispersão dos topónimos *Louriçal* e *Louriceira* se concentra sobretudo numa faixa que não se afasta muito da costa no norte e no centro do continente (cf. pesquisa no CIGeoE-SIG), parecendo ficar incluída na região em que o loureiro é mais frequente na flora (cf. Araújo et al. 2014).⁶⁶² Sendo assim, e porque as hipóteses baseadas noutros radicais encontram confirmação documental escassa ou nula, a tese de que o topónimo em questão tem origem em *lauru-* é ainda a que se afigura mais plausível. Provável também se revela a anterioridade do uso de *Louriceira* como nome de localidade em relação ao hidrónimo com a mesma forma.

4.11.19. Lousa (rio de)

Português, como conversão do nome comum *lousa* em nome de localidade e hidrónimo.

Sem atestações da Antiguidade ou da Idade Média nas fontes consultadas.⁶⁶³

Afluente do rio de Loures, de acordo com a CMP 1:25 000 (folha 403 — Póvoa de Santa Iria). No entanto, Baptista (1874: 113) regista-o como nome atribuído ao tramo inicial do Sacavém (ver Trancão). *Lousa* e a variante *Loisa* podem ocorrer como nomes de localidade e como hidrónimo em Portugal (cf. RTP e CIGeoE-SIG). Pinho Leal (Leal 1873-1890) localiza a sua nascente na Venda do Pinheiro (Mafra). É também significativa a frequência de *Lousada* e *Lousado*, sobretudo a norte do Douro. Na Galiza, são frequentes as formas *Lousa*, *Lousada*, *Lousadela* e *Lousado* (cf. *Nomenclátor de Galicia*; ver também Cabeza Quiles 1992: 249).⁶⁶⁴

Litotopónimo, com origem no nome comum *lousa* (cf. Machado 2003), relacionado com uma forma pré-latina **lausā* (Ernout e Meillet 1939, s.v. *lausiae*) ou **lousa* (DCECH), de etimologia obscura. *Lousa* terá começado provavelmente por ser um nome de

propõem também a mesma relação para algumas palavras do português: “[...] port. *lourgão*; los port. dial. *lorga* ‘madriguera’, ‘sumidero de agua’, y *lura* ‘madriguera’, quizá representen bases **lōrica*, **lūra* (salm. riberano *lurga* **lūrica*), con diferente resolución del diptongo de una base común prerromana **lour-* [...]”. Não sendo *lourgão* vocábulo que se ateste na bibliografia consultada para este trabalho, confirma-se, no entanto, o registo de *lorga* e *lorca* como sinónimos de *lura* em fontes portuguesas (cf. Figueiredo 1913).

⁶⁶² “Espécies arbóreas indígenas em Portugal continental — Guia de utilização”, p. 7, disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/prdflo/resource/doc/arvor-indigen-pt-contin> (consultado em 28/07/2014).

⁶⁶³ As atestações apresentadas por Machado (2003) não são respeitantes à localidade nem ao hidrónimo *Lousa*, no distrito de Lisboa.

⁶⁶⁴ Pela sua importância administrativa, refira-se também a vila de Lousame, na província da Corunha, que terá sido formado como abundancial de *lousa* (Cabeza Quiles 1992: 249).

localidade que só secundariamente se tornou hidrotopónimo.⁶⁶⁵ Com efeito, a forma do hidrotopónimo — *rio de Lousa* —, indica que o topónimo *Lousa* surge com função relacional. Além disso, *Lousa* é um dos nomes por que é conhecido o atualmente chamado *rio Trancão*, a par de outros também alusivos a localidades (*Loures*, *Louriceira*).

4.11.20. Matos (rio dos)

Português, do nome comum *mato*. O hidrónimo parece conversão de um nome de localidade.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que parece desaguar no rio Pequeno, sendo, portanto, subafluente do rio Trancão (cf. CMP 1:25 000, folha 389 — Sobral de Monte Agraço). O topónimo *Mato* é frequente em Portugal e na Galiza (Machado 2003); *Matos* também ocorre no território português e não desconhecido no galego (cf. *Nomenclátor de Galicia*)

Hidrónimo que parece dever-se ao nome da localidade de Quinta dos Matos, no concelho de Arruda dos Vinhos (cf. CMP, folha 389 – Sobral de Monte Agraço). Trata-se de um fitotopónimo, com base no nome comum *mato*, ‘vegetação constituída de plantas não cultivadas, de porte médio, e ger. sem qualquer serventia’ (DHLP). *Mato* deriva de *mata*, ‘área coberta de plantas silvestres de portes diversos’, segundo o DHLP, que segue a proposta do DCECH, do “do lat.tar. *matta*, *ae* 'esteira de junco, coberta'”.

4.11.21. Odivelas (ribeira de)

Híbrido, com primeiro elemento de origem árabe e segundo elemento de origem obscura.

Sem atestações antigas, medievais ou modernas na bibliografia consultada.

Subafluente do rio Tejo, desagua na ribeira da Póvoa, por sua vez afluente do Trancão ou ribeira de Sacavém (cf. CMP 1:25 000, folha 417 — Loures).

⁶⁶⁵ A atual freguesia de Lousa é mencionada por Costa (1706-1712: 614) como S. Pedro da Lousa Pequena.

Machado (2003) considera-o um híbrido, formado por *wadi*- e por um elemento de origem obscura, talvez pré-latina, **belis*, ‘negro, escuro’, ‘corvo’, relacionável com *Belas*, *Belixe* ou *Endovélico*. Discorda, portanto, de Silveira (1935: 239), que, apoiado em Cherboneau (*La Légende Territoriale de l’Algérie*, p.20), o faz derivar de *uadi bélaa*, ‘rio do redemoinho’, “construção vulgar por *uadi al bélaa*”, sendo o -s final resultado de analogia com outros topónimos da região como *Bucelas* ou *Belas*.

A hipótese de Joaquim da Silveira confronta-se na verdade com alguns problemas. Por um lado, existe um afluente do Sado com o mesmo nome, numa região em que os topónimos mais próximos não têm esse -s final; é, pois, difícil compreender como a analogia pôde motivar a adição de -s. Por outro lado, a interpretação de Silveira pressupõe um nexos marcado sintaticamente em árabe clássico pela anexação (ou *’idāfah* – cf. Abu-Chacra 2007: 61), que geralmente indica, entre outras relações, a posse. Na anexação, o primeiro termo ocorre sempre sem artigo, mas o segundo termo (o que é regido, muitas vezes marcando o possessor) pode ser ou não prefixado por artigo, conforme se queira atribuir à construção valor determinado ou indeterminado, neste caso, recebendo o termo regido o morfema de indeterminação {-n} (Corriente 2002: 45 e 60/61; ver também Versteegh 2001: 78); por exemplo (Abu-Chacra, idem): *kitābu l-mu’allimi*, ‘o livro do professor’ (sintagma determinado); *kitābu l-’mu’allimin*, ‘um livro de um/do professor’ (sintagma indeterminado).

Contudo, no caso de *Odivelas*, não é aparente a marca do artigo, pelo que é de inferir que o sintagma originário fosse constituído por *wadi* e por um segundo elemento que, tendo tratamento de nome próprio, dispensava artigo. O pressuposto de Silveira, segundo o qual “*uadi bélaa*” está por “*uadi al bélaa*”, não se vê confirmado pela dialetologia árabe atual, porque mesmo nos casos de anexação analítica, isto é, com recurso a partículas, o artigo determinado, o artigo indeterminado ou um demonstrativo ocorrem nos dois termos (Baba 2003: 201). Note-se também que, apesar de a dialetologia atual não atestar, por eventuais vicissitudes históricas, a possibilidade de a anexação ser construída sem artigo, devem ser tidos em conta os muitos casos de topónimos e hidrotopónimos espanhóis de origem árabe que indiciam a ocorrência de artigo quando se trata de nome comum ou de adjetivo: refira-se os exemplos de Guadarrama < *uad ar-ramal*, ‘rio da areia’ (Machado

2003),⁶⁶⁶ ou de Guadalajara < *wad al-ḥaḡāra*, ‘rio das pedras’ ((Noll 2006: 42),⁶⁶⁷ ambos decomponíveis em dois nomes; junte-se ainda *Guadalquivir*, que apresenta a prefixação do adjetivo *kabir* em posição de atributo, porque recua a um sintagma determinado. Não é esta a situação de *Odivelas* nem da maioria dos hidrotopónimos portugueses que ostentam o elemento *ode-* ou *odi-*, nos quais é difícil ou praticamente impossível reconstituir o artigo árabe, como se verifica em *Odemira*, *Odesseixe*, *Odearce*, *Odeleite*, *Odelouca*, a não ser que os dois últimos desta série tenham de alguma forma integrado o artigo que prefixava um nome comum árabe começado por consoante líquida (ver entradas nesta secção 4, dedicada a alguns hidrónimos algarvios). Para reforçar as objeções acabadas de referir, cabe ainda assinalar que Machado (2003) corrige a forma proposta por Silveira, considerando tratar-se de “[...] ballā’a, com acento no ā, que no árabe vulgar da Hispânia passava a –é- ou –í-“.

Deixando por enquanto de lado a hipótese de entre os dois *Odivelas* ter havido uma situação de transferência geográfica, afigura-se prudente encarar o elemento *-velas* como não árabe. Fica, assim, por desvendar a sua origem, podendo esta tanto ser latina como pré-latina. Em suma, sugere-se aqui que o hidrónimo *Odivelas* é um híbrido cujo segundo elemento tem origem pré-árabe.

4.11.22. Ota (rio da)

Obscura, mas talvez de origem árabe.

Sem atestações antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

Rio que nasce na serra de Montejunto e desagua no Tejo (cf. CMP 1:25 000, folha 390 — Vila Franca de Xira; ver também Baptista 1874: 112).⁶⁶⁸

⁶⁶⁶ Para uma proposta alternativa, ver Rodríguez Morales (2005), que defende etimologia latina, com intervenção da analogia com modelos árabes: *Guadarrama* < *aqua dīrrama*, ‘divisória de água’.

⁶⁶⁷ Não se discute aqui o caso de Guadalquivir < *uad al-kbir*, ‘rio grande’ (Machado 2003), porque este não parece enquadrar-se na anexação, antes se relacionando com a adjetivação, já que seria de esperar, pelo menos, em árabe clássico, que a marca de determinação ocorresse quer no termo modificado (*uad*) quer no modificador (ver Abu-Chacra 2007: 33/34).

⁶⁶⁸ Baptista (1874: 112) usa *Ota* sem artigo definido: “Rio de Otta. — Nasce na serra de Monte Junto (em fonte próxima á serra de S. Marcos, diz o padre Carvalho) 1 ½^l a E. N. E. de V.^a Verde: corre a S. E. até passar em Otta (ao S.) onde tem ponte; inclina então para E. e uma légua mais abaixo volta ao S.; passa em V.^a Nova da Rainha, depois sob a ponte da via férrea do norte; e 1^k abaixo entra no Tejo, com 6 leguas de curso.”

Machado (2003) apresenta conjecturas: árabe *ōtā*, ‘planície, com base em Parmentier (1882); latim *alta*; a mesma raiz do topónimo *Othe* e do hidrónimo *Othain*, francês “que era Otha”. Excluindo a relação com as formas francesas, cuja etimologia não foi possível aqui determinar, restam as formas arábica e latina, opostas semanticamente. Considerando a origem latina do ponto de vista estritamente fónico, revela-se difícil explicar o passo de *al-* à vogal baixa arredonda em sílaba tónica, até porque um dos resultados da forma masculina *altu-* é *outo* e não **oto*. Quanto à hipótese arábica, cabe assinalar que ela já fora apresentada por Silveira (1922: 196), retomando a proposta de Sousa (1789), que atribui o nome não a *ōtā*, mas a *uata*, “os baixos, cousa baixa”, derivado do verbo *uátta*, ‘abaixar’.

Defender uma origem árabe não é descabido, mas parece haver alguma imprecisão na transcrição do termo arábico, que figura no DAF como verbo وَطَّى (*watī’ā*), “fouler (aux pieds, le sol); marcher sur; mettre le pied sur; piétiner; faire l’amour à une femme”, que tem entre os seus derivados وَطَّى (*watī’a*), “abaissé; bas; encaissé (terrain); en contrebas”. Sabendo que a sequência *wa-* é tratada em português como vogal baixa arredonda, mas em posição átona, em hidrotopónimos começados por *Ode-* ou *Odi-* (*Odesseixe*, *Odivelas*), teria de se supor a síncope quer da vogal alta quer do ataque glotal. Trata-se, pois, de um nome a rever com atenção, mas no contexto da discussão do legado árabe na onomástica portuguesa.⁶⁶⁹

4.11.23. Pedrulhos (ribeira de)

Português, do substantivo comum *pedrulho*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem esquerda do Sizandro (cf. CMP 1:25 000, folha 389 — Sobral de Monte Agraço; 388 — Ericeira; 374 — Torres Vedras).⁶⁷⁰ Na confluência deste rio com

⁶⁶⁹ Refira-se que Azevedo (1937: 52, n.2) assinala o uso toponímico de *Ota* em 1231, em referência à doação e couto do paul da Ota ao mosteiro de Alcobaça por Sancho I em março de 1189: “[...] sete anos depois existia aí uma boa granja, génese da aldeia de Ota, onde o mosteiro foi autorizado a construir igreja no ano de 1248.” O mesmo autor regista os antropónimos *Pelagio Dotha* (proprietário em Valada, 1225) e *D. Othas*, este último num documento de Santarém de 1245.

⁶⁷⁰ Baptista (1874: 90) regista o rio correspondente também com o nome *Gradil*, nome da freguesia onde nasce; o curso é assim descrito: “[...] ao N.; passa a E. da igreja parochial da dita F.; depois na Freixofeira, recebe a pequena ribeira da Nora de 6^k de curso, e mais adiante, na F. do Turcifal, a ribeira de Caparrosa, ainda mais pequena pois tem 4^k de curso: na F. da Ventosa inclina para N. O., e entra no Sizandro, com 3^l de curso.”

o Sizandro, encontram-se as localidades de Ribeira de Pedrulhos e Casal (ou Casais) de Pedrulhos. Costa (1929-1949) regista este rio como *ribeira de Pedrunhos*, hidrónimo composto em que a forma *Pedrunhos* deve ser erro, uma vez que não se documenta noutras fontes.⁶⁷¹ Com a forma *Pedrunho* é também conhecida uma localidade do concelho de Alenquer (Machado 2003).

O nome comum *pedrunho* significa ‘pedra miúda’ (Machado 2003) e também tem na pesca com o significado de ‘pedras miúdas, que constituem o pandulho’⁶⁷² (Figueiredo 1913). As localidades de Ribeira de Pedrulhos e Casal de Pedrulhos (ver supra) podem dever o nome ao do próprio curso de águas, mas é também possível que o hidrónimo se relacione com um lugar ou localidade chamada Pedrulhos, que as fontes consultadas não permitem identificar na atualidade nem no passado.

4.11.24. Pequeno (rio)

Português, nome de carácter descritivo-atributivo.

Afluente do rio Trancão (cf. CMP 1:25 000, folhas 389 — Sobral de Monte Agraço; 403 — Póvoa de santa Iria, Vila Franca de Xira). Existem outros dois rios com o mesmo nome no distrito de Lisboa: o rio Pequeno, afluente do Sizandro (CMP 1:25 000 folha 374 — Torres Vedras); e um afluente do rio Lisandro (idem, folha 402 — Mafra).

Nome de origem atributiva, com base no adjetivo qualificativo *pequeno* (cf. *Pequeno, rio*, na secção 4.3.30).

4.11.25. Raimunda (rio da)

Português, talvez do nome próprio *Raimunda*, por via da conversão em nome de localidade.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁶⁷¹ Machado (2003) regista *Pedrunhos*, identificando esta forma com “ribeiro em Mafra”, mas sem indicação da fonte em que se apoia. É possível que Machado tenha recolhido a forma em Costa (1929-1949).

⁶⁷² O termo *pandulho* usa-se na pesca no sentido de ‘espécie de lastro ('peso') feito de pequenos sacos de areia, preso na tralha ('arremate') inferior das redes’ (*Dicionário Houaiss*).

Subafluente do rio Sizandro, desagua na margem direita do rio Pequeno, nas imediações de Mouguelas, na freguesia de S. Pedro da Cadeira, no concelho de Torres Vedras. A CMP 1:25 000 assinala um curso de água nesta bacia hidrográfica, mas sem lhe atribuir legenda; contudo, o nome figura na pesquisa do CIGeoE-SIG e o RTP regista-o. Também a Carta Corográfica de Portugal (M7810 1:50 000) assinala claramente o rio ou ribeira da Raimunda como subafluente do Sizandro, sugerindo a sua representação que tem nascente nas imediações do lugar de Chãos. A mesma carta indica ainda que perto da desembocadura deste curso de água se situa o lugar da Raimunda, que o RTP localiza na CMP 1:25 000 (folha 374 — Torres Vedras) como *Casal da Raimunda*, que localiza na freguesia de Ventos, no concelho de Torres Vedras. Nas fontes consultadas, assinalam-se outros topónimos com a forma *Raimunda*, a saber, nos concelhos de Mafra (distrito de Lisboa), Sintra (distrito de Lisboa) e Porto de Mós (Leiria). Com a forma *Raimonda*, isolada ou associada a um descritor, identificam-se ainda algumas localidades nos concelhos de Arraiolos, Lousada, Mafra e Paços de Ferreira (ver também Machado 2003).

Topónimo sobre o qual a informação é escassa. Machado (2003) atribui-lhe origem antroponímica, no nome próprio *Raimunda*. É, portanto, de supor que o rio/ribeira em referência terá recebido denominação com base no nome de uma localidade, com certa probabilidade a *Raimunda* ou o *Casal da Raimunda* (ou ainda os *Casais da Raimunda*), que regista o RTP e assinala a Carta Corográfica de Portugal (M7810 1:50 000).

4.11.26. Risco (rio do)

Português, embora não se entenda a motivação do nome.

Sem atestações da Antiguidade ou da Idade Média nas fontes consultadas.

As cartas consultadas indicam que se trata de um abraço do rio Sorraia (CMP 1:25 000, folha 390 — Vila Franca de Xira).

Hidrónimo sobre o qual não foi possível reunir dados nem encontrar pistas explicativas para a sua motivação. Parece tratar de conversão do nome comum *risco* ‘perigo’ ou ‘traço’, palavra de etimologia não muito clara, como assinala o DHLP: “[do] fr. *risque* (sXVI) ‘perigo, inconveniente mais ou menos previsível’, tomado do it. *risco*, var. *rischio* (sXIII), que exprimem em direito marítimo o ‘perigo ligado a um empreendimento’ e na

tradição militar a ‘sorte ou má sorte de um soldado’; do lat.medv. *risicum/riscum*, não raro associado a fortuna; a acp. de ¹*risco* ‘traço’ poderia derivar dos traços escritos nos eventuais contratos [...]” Ver também DCECH s. v. *riesgo* e *rasgar*.

4.11.27. Safarujo (rio)

De origem obscura, ainda que se enquadre no estrato latino-romance, nas suas fases mais tardias.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Pequeno rio que desagua no Atlântico (cf. CMP 1:25 000, folha 388 – Ericeira, Mafra). Machado (2003) assinala que o rio em apreço é também conhecido como *ribeira da Abelheira*.

Machado (2003) deixa interrogada a possibilidade de *Safarujo* constituir um derivado *sáfaro* de ‘inculto, agreste, improdutivo’ (cf. DHLP). Esta hipótese é plausível, dada a compatibilidade semântica entre o adjetivo e a circunstância de o rio em causa correr por terras talvez não produtivas ou agrestes, pelo menos, na época em que assim passou a ser denominado. Nesta perspetiva, o elemento *-ujo* será o sufixo que ocorre em *marujo*, ainda que se trate de um afixo de pouco uso e de sentido vago (cf. Machado 1987 s. v. *marujo*).

Note-se a discussão do étimo de *sáfaro* entre Wagner (1934), o DCECH (Coromines e Pascual 2012, s. v. *zahareño*) e Machado (1987 s. v. *sáfaro*);⁶⁷³ Corriente (2013: 171), que atualiza a discussão,⁶⁷⁴ considera que o adjetivo representa o árabe *ṣaḥrī* ‘rochoso; bravo, selvagem’, de *ṣaḥrah* “rocha”. Parece, portanto, que *Safarujo* tenha

⁶⁷³ Esta discussão está resumida no DHLP (s. v. *sáfaro*): “JM refuta as hipóteses de M.L.Wagner (*Revista de Filología Española*, XXI, pp.239-240) e a de Corominas; o primeiro atribui o étimo ao ár. *Ṣāḥrā*, o que JM contesta justificando que do ponto de vista fonológico o final *-ā* levaria forçosamente em port. a um final *-ê* ou *-i*, e do ponto de vista morfossemântico o ár. *Ṣāḥrā* é substantivo e significa ‘planície vasta e desértica, deserto’, que veio a dar o top. Saara, o célebre deserto africano; já Corominas atribui como étimo do esp. *zahareño* e do port. *sáfaro* o adj. ár. *Ṣāḥrī* ‘que vive nos penhascos (diz-se de aves)’, der. de *Ṣaḥra* ‘rocha’, tese que JM contradiz, argumentando que não é plausível o recuo da tônica da última para a primeira sílaba em *Ṣāḥrī*, proposto por Corominas para explicar o port. *sáfaro*, uma vez que, segundo JM, não se verificam deslocamentos de sílaba tônica desse tipo em palavras portuguesas de orig. árabe, ademais lembra JM, que o ár. *Sahrī* é, sim, o étimo do voc. trasmontano *saforil*, citado por M.L.Wagner em seu estudo anteriormente referido, na p. 239, conclui JM propondo a hipótese de que o voc. *sáfaro* port. bem como o voc. do esp. ant. *ṣāfara* teriam como étimo um voc. da mesma raiz de *Ṣāḥrī* que seria um adj. ár. andaluz **Ṣāḥar* ‘árido, selvagem, arisco, bravo’.”

⁶⁷⁴ Observa Corriente (2003: 171): “Tienen poco valor los argumentos de Wagner, Machado y Coromines sobre este asunto, ya que aún se desconocía buena parte de la morfonología áa. [árabe andalusí] y de los arabismos, vgr., la posición del acento, y los reflejos con *-e/o* finales del sufijo atributivo.”

origem num derivado romance ou já português de um qualificativo de etimologia árabe. Não se exclui a possibilidade de o mesmo nome ter tido anteriormente a forma **safarejo* (cf. *Safareja*, no distrito de Beja), em que a *-ejo* se atribuiria valor de diminutivo (cf. *vilarejo*, *lugarejo*) ou se associaria a noção de proveniência, com valor gentílico (cf. *sertanejo*, *castrejo*).

4.11.28. Salema (rio)

Provavelmente árabe.

Sem atestações antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

A CMP 1:25 000 permite observar que corre pelo município de Arruda dos Vinhos, para desaguar no rio Grande (folha 389 – Sobral de Monte Agraço).

A origem árabe do nome é quase certa, embora fique por esclarecer se o hidrónimo é atribuição árabe ou de período mais tardio, por via de transferência de nome de povoação. Machado (2003) considera que se trata originalmente de apelido, inicialmente usado como alcunha, com base no nome comum *salema*, que designa um peixe. Corriente (1996: 76) segue Coromines, defendendo que a palavra portuguesa remonta a *ḥallāmah*, “[...] con aglutinación de una consonante inicial por metanálisis de *a/s *halemas*”. No entanto, pode pesar contra esta proposta o facto de hoje em português se verificar a sonorização do marcador de plural quando seguido de vogal, sugerindo que em fases mais recuadas também não fosse possível a ocorrência de uma surda nesse contexto.

4.11.29. Sangue (rio)

Português, do nome comum *sangue*, como variante de *sanguinho*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Sizandro, passa nas imediações de Matacães, no concelho de Torres Vedras (cf. CMP 1:25 000, folha 375 — Olhalvo, Alenquer).

Aparentemente, trata-se da conversão em topónimo do nome comum *sangue*, segundo o DHLP, do “lat. **sanguen*, *īnis* por *sanguis*, *īnis* ‘sangue’”. Na perspetiva da cultura popular, Pimentel (1908^b: 74) refere uma lenda que explica o nome como alusivo à

sangrenta derrota dos muçulmanos às mãos das hostes de Afonso Henriques, numa batalha supostamente travada na região de Matações. No entanto, tendo em conta Almeida (1999 s.v. Sangalhos), que distingue o radical *sang-* em topónimos como *Sangalhos* e *Sangas* e o relaciona com *sanguinho*, é de considerar a hipótese de se tratar de um fitotopónimo (cf. *Sanguinhedo*, no distrito do Porto, e *Sanguinheira*, no distrito de Leiria).

4.11.30. Santo António (rio)

Português, de origem toponímica, com base num hagiotopónimo.

Afluente do rio Bogota (ver em distrito de Leiria; cf. CMP 1:25 000 folhas 350 — Bombarral; 351 — Cercal, Cadaval). O RTP regista uma ribeira de Santo António no concelho de Vila Franca de Xira.

Hidróónimo de base hagiológica. As fontes consultadas não sugerem transferência de um nome de localidade. O antropónimo *António* procede do latim *Antōnīus*, por via culta (cf. Machado 2003, s. v. *António*).

4.11.31. Silveira (rio da)

Do nome comum *silveira*. Do léxico comum latino-romance ou já português

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Tejo (cf. CMP 1:25 000 folhas 383 – Sobral de Monte Agraço, 403 — Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira; 404 — Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira).

Fitotopónimo, que não parece estar associado ao nome de uma localidade na região atravessada pelo rio assim chamado. Como fitónimo, *silveira* é forma comum a Portugal e à Galiza e construída como derivado sufixal do radical de *silva* (DHLP), do latim *sīlva* ‘floresta, selva, mata’. O DCECH (s. v. *selva*) observa que “[...] la variante *silva* propia del gallegoportugués y no ajena del todo al castellano, debe de corresponder a un estrato popular, con evolución especial de Ĩ u otra perturbación fonética, en vista de la original evolución semántica hacia la idea de ‘zarza’, que sufrió el vocablo en el Occidente ibérico”.

4.11.32. Sizandro (rio)⁶⁷⁵

Origem obscura, talvez pré-latina.

Sem atestações antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

Rio que desagua no Atlântico, conforme representa a CMP 1:25 000 (folha 389 – Ericeira, Maфра), na qual também se assinala a forma *Sizandros* como nome de uma localidade no concelho de Sobral de Monte Agraço, localizada na nascente do rio em referência ou nas suas imediações.⁶⁷⁶

Machado (2003) considera-o de origem pré-romana obscura, “[...] talvez relacionada com o pré-indo-europeu *Set- Sit*, ‘monte’, em forma flexionada **Sits*> *Siz* e *-andro*, ‘rio sinuoso’”, ligando este ao francês *Indre*, com apoio em Dauzat e Rostaing (1963), que registam a atestação de *Andra* na Idade Média, e a *Meandro*, na antiga Frígia (hoje na Turquia, com a forma *Meinder*). Moralejo (2007: 184) permite identificar um elemento *sis-* que não é indo-europeu e ocorre em *Sesimbra*.⁶⁷⁷ Também Villar (2000: 343) isola uma raiz *sis-*, de origem não indo-europeia, identificável sobretudo em antropónimos mas também em topónimos cuja distribuição geográfica “coincide amplamente com la de los topónimos *ipo* [cf. Olisipo]: faltan en la zona ibero-pirenaica, en las regiones orientales y

⁶⁷⁵ Muito embora a norma seja escrever *Sisandro* (cf. Gonçalves 1966), adota-se aqui a grafia *Sizandro*, tal como se regista no RTP e na CMP (ver também Emiliano 2009: 351).

⁶⁷⁶ Baptista (1874: 90), “3¹ ao N. da Ericeira, com um curso de 7¹. [...]” (cf. CMP 1:25 000, folha 375 — Olhalvo, Alenquer; 374 — Torres Vedras; 389 — Sobral de Monte Agraço). Baptista (ibidem) refere ainda que o Sizandro “[n]asce uma légua ao S. do Sobral de Monte Agraço, na fonte Sizandro”, baseando-se em João Baptista de Castro (Bautista 1762: 139), autor que diz mais precisamente que “principia a descobrirse na Sapataria de huma fonte chamada Sizandro”.

⁶⁷⁷ “No que porten o galego *Oimbra* OU, med. *Olimbria*¹⁴⁹, e o português *Sesimbra* ST, med. *Sesimbria*, limitome a sinalar que os primeiros termos *Oli-*, *Sesi-* coinciden con *Coni-* (de *Conimbriga*) na sua vocal final *-i-*, que e frecuente na onomastica hispana tradicionalmente considerada non indoeuropea (por exemplo, *Sexi*, *Urci*, *Erbí*¹⁵⁰...; para *Sesimbra* parece haber outras conexions ou semellanzas na onomastica con *ses-*, *sis-* (a ceca iberica *s.e.s.a.r.s.*, *Sisapo*, *Sisipo*, [[*Sisa/raka* de Ptol. 2.6.51, se non debe ser corrixida como *Pisoraca*, cf. Garcia Alonso 2003: 285, *IL III C-397*]], etc. e tamén antropónimos¹⁵¹) pero este apontamento non é decisión expresa polo carácter híbrido de *Oimbra*, *Olimbria* e *Sesimbra*, *Sesimbria*, con primeiro termo non indoeuropeo.” (Moralejo 2007: 184)

sudorientales”.⁶⁷⁸ O facto de se registarem igualmente as formas *Sizandro* e *Sizandros* pode sugerir a possibilidade de o hidrónimo encontrar origem num nome de localidade.⁶⁷⁹

4.11.33. Sobral (rio do)

Português, do nome comum sobral, usado como nome de localidade.

Sem atestações da Antiguidade ou da Idade Média nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Safarujo (cf. CMP 1:25 000 folhas 388 — Ericeira, Mafra)

Dado que o rio em referência passa pelo Sobral da Abelheira, no concelho de Mafra, afigura-se plausível que a criação do hidrónimo tenha associada uma função relacional. O nome comum *sobral* é um derivado sufixal de *sobro*, de “orig.duv.; segundo AGC [Cunha 1986] e JM [Machado 2003], regr. de *sobreiro*; para Nascentes [Nascentes 1952], de um lat. **suberu*, segunda declinação, por *süber*, ěris 'sobreiro (árvore) [...]” (DHLP).

4.11.34. Toxofal (rio do)

Obscura, mas parece ter sufixo romance.

Não se encontram referências antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

Rio também conhecido por “rio da Gaia”, é afluente do rio Grande (Lourinhã).

A coincidência da sua terminação *-fal* com as de *Mucifal* e *Turcifal*, topónimos que designam lugares da região Oeste, permite sugerir que se trata de um caso de passagem de topónimo a hidrotopónimo, provavelmente recente. Com efeito, regista-se *Toxofal* como nomes de duas povoações — *Toxofal de Baixo* e *Toxofal de Cima*⁶⁸⁰ —, no concelho da Lourinhã. Igualmente não se exclui que *Toxofal* seja variante de *Turcifal*,

⁶⁷⁸ Villar (2000: 387) não exclui a indo-europeidade de *sis-* e *ipo*, mas considera que podem pertencer a um estrato diferente do indo-europeu meridional e ibero-pirenaico, sugerindo a relação desses elementos com a onomástica da Ásia Menor e regiões circunvizinhas.

⁶⁷⁹ Com efeito, Azevedo (1937: 51) assinala o uso de *Sizandro* como topónimo, dando-se ao rio um outro nome num documento de Santa Cruz de Coimbra, em Mmio de 1159: “Por *Tamugia* ou *Tamuja* designava-se, nos séculos XII e XIII, além do próprio rio Sizandro (pelo menos, o seu trôço a montante de Tôres), uma extensão grande de terras nas suas margens, compreendendo mata, campos de cultivo, de senhorio régio e particular, e lugares habitados, um dêles com êsse mesmo nome.”

⁶⁸⁰ Registadas em Gil (1968).

atendendo a que Azevedo (1937: 51) regista uma série de formas que considera todas referentes a *Turcifal*: “Na mesma região [Torres Vedras] estavam situadas as serras de *Almagreira* e de *Tarzouva* (1250), assim como o reguengo de *Vale de Tarzouva* (1248) ou *Tarzouval*, que deu o nome à aldeia de Turcifal, já existente em 1225 (*Trosufal*, 1225; *Trasufal*, 1235; *Traxuffal*, 1309).” De entre as formas citadas, *Traxuffal* pode bem indiciar uma variante com fricativa pré-palatal não vozeada, tal como ocorre como em *Toxofal*, assim sugerindo que esta última seja forma divergente de *Turcifal*.

4.11.35. Trancão (rio)

Do léxico latino-romance ou já português, talvez derivado dos nomes comuns *tranca* ou *tronco*.

Afluentes do rio Tejo, também conhecido como rio de Sacavém (CMP 1:25 000, folhas 417 — Loures; 403 — Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira; 389 — Sobral de Monte Agraço). Embora Baptista (1874: 115) o registre como afluente do rio de Sacavém, atualmente aplica-se esta denominação também ao tramo que desagua no Tejo.

Machado (2003) considera-o aumentativo do nome comum *tranca*, embora não descarte que possa ser alteração de *Troncão*. Dada a relação de outros topónimos (por exemplo, *Trancoso*; cf. idem), que incluem o radical *tronc-* com o nome comum *tronco*, torna-se plausível essa segunda hipótese.⁶⁸¹ Mesmo assim, tendo em conta a semântica de *tranco*, ‘solavanco’, e *trancão*, ‘encontrão, tranco’, é legítimo supor que o nome tenha originalmente função descritiva, eventualmente para referir a eventual impetuosidade do rio aqui em apreço.

4.11.36. Travessa (rio da)

Português, provavelmente do nome comum *travessa*.

⁶⁸¹ Assinale-se que o nome comum *tranca* tem origem “segundo Corominas, prov. pré-romana, talvez céltica, conexas com o gaulês *tarinca* ‘espeto, travão, barrote’, gaélico *tarrang* ‘cravilha, tarugo’ [...]” (DHLP); *tronco* vem do “lat. *trūncus*, *i* ‘tronco (da árvore ou do corpo humano); fuste (de coluna ou de pedestal)’ [...]” (idem).

Curso de água que, fazendo parte da bacia hidrográfica do Tejo, desagua na ribeira das Ceroulas,⁶⁸² afluente do rio Alenquer (cf. CMP 1:25 000, folha 375 — Olhalvo, Alenquer).

Hidróónimo com origem direta ou indireta no nome comum *travessa*, genericamente ‘viga, trave’ – derivado de *travesso*, do latim *transversus*, *a, um* ‘que atravessa, posto de través; oblíquo, atravessado’ (DHLP) –, ao qual podem ser atribuídas várias aceções, entre elas, algumas com relevância para a descrição do espaço geográfico: ‘rua secundária transversal’, ‘travessia’. É possível que o nome se refira a um nome de lugar chamado *Travessa*, mas fontes consultadas não mencionam nem representam tal uma localidade.

4.11.37. Valverde (rio de)

Português, do sintagma *vale verde*.

Sem atestações da Antiguidade ou da Idade Média nas fontes consultadas.

Rio que desagua na vala da Azambuja, que escoia para o Tejo (cf. CMP 1:25 000, folha 376 — Alenquer). Machado (2003) regista Valverde como topónimo frequente em Portugal e Espanha.

As atestações que Machado (2003) atribui ao topónimo *Valverde* não incluem o rio aqui em referência. Uma pesquisa do CIGeoE-SIG apresenta os topónimos *Quinta do Valverde* e *Horta do Valverde*, ambos localizáveis no concelho da Azambuja. O topónimo *Valverde* será um composto – “vale verde”, respetivamente, do latim *vallis* ‘vale’ e *virīdes* ‘verdejante, planta ou mato que é verde, a cor verde’ (DHLP). É possível que o hidrotopónimo corresponda à conversão do nome de lugar habitado, mas pode também tratar-se do caso inverso (‘quinta e horta do rio Valverde’). As fontes consultadas, que não dispensam mais informação sobre este rio, não confirmam inequivocamente tais hipóteses.

⁶⁸² A ribeira das Ceroulas, conforme a legenda da CPM 1:25 000, também é conhecida como *ribeira da Aldeia Galega* (cf. legenda na CCP M7810 1:50 000) e *ribeira da Aldeia Gavinha* (cf. <http://www.faroldanossaterra.net/2014/05/23/rio-tejo-e-afluentes/>, consultado em 1/8/2014).

4.12. Distrito de Portalegre (5 hidrotopónimos)

Caia (rio), Guadiana (rio), Sever (rio), Sor (rio), Xévora (rio)

4.12.1. Caia (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-romana.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do Guadiana (cf. CMP 1:25 000, folha 359 — Portalegre; 360 — Alegrete, Portalegre; 372 — Assumar, Monforte; 385 Arronches; 386 Degolados, Campo Maior; 400 Campo Maior; 414 Elvas). Baptista (1874: 146) localiza a sua nascente na serra de S. Mamede para depois descrever o seu curso.⁶⁸³ A GEPB confirma esta informação, considerando que é a freguesia de Caia que lhe dá nome.

Machado (2003) apresenta *qāiā*, a forma árabe que David Lopes (Lopes 1968: 100 e 122) recolheu de fontes árabes e transliterou, mas sem as ter comentado do ponto de vista etimológico.⁶⁸⁴ Num comentário a *Ocaia*, antigo nome medieval da serra da Gardunha, Alarcão (2012: 126-130) assinala *Caia* como nome de rio que não se confunde com o orónimo: “[...] [P]ossivelmente, não tem relação etimológica com o orónimo. *Caia* é também o nome de um afluente do Guadiana; e, na Cova de Beira, a ribeira de Gaia corre para o rio Zêzere.” (idem, p. 126).⁶⁸⁵ No século XVIII, Cardoso (1751) grafa como *Caya*

⁶⁸³ “[...] corre em direcção geral S. S. E. ; passa ½^l a 0. de Alegrete; tem ponte na estrada de Arronches para Portalegre : passa em Arronches (a S. O.) onde tem ponte, na estrada de Arronches para Elvas; mais abaixo tem outra ponte na estrada real d’Elvas para Campo Maior; passa na F. de Caia e depois sob a ponte da via férrea de Leste; ainda tem outra ponte na estrada real d’Elvas para Badajoz; faz depois uma curva para S.O., e entra no Guadiana na F. de Santo Ildefonso, com o curso de 14^l, tendo dividido a fronteira desde a dita F. de Caia até à sua foz no Guadiana” Baptista (1874: 146).

⁶⁸⁴ Além de *Caia*, Pinho Leal (1873-1890) regista *Caiola*, nome de um afluente do Caia. Com base em Simonet (1888), Azevedo (1919: 213) inclui *Caia* e *Caiola* num levantamento de moçarabismos que seriam usados como nomes próprios, sobretudo como nomes próprios de proprietários que depois teriam passado a designar lugares. Observe-se que a lista não inclui propostas etimológicas, pelo que a relação com árabe acaba por não ficar esclarecida.

⁶⁸⁵ Torna-se, portanto, inválida a proposta de Moreira (1967: 128) segundo a qual a forma *Ocaya* (PMH Leges, 495) é forma antiga de *Caia*. Na verdade, o documento a que este autor se reporta é uma carta de povoamento datada de 1195 (cf. ibidem), relativa a S. Vicente da Beira, localidade do distrito de Castelo Branco, e não de Portalegre. O mesmo documento é também utilizado por Jorge de Alarcão num comentário ao antigo nome da serra da Gardunha, *Ocaia* (Alarcão 2012: 126-130), no qual tem em conta uma edição muito mais recente (Azevedo et al. 1979: doc. 83, cit. por Alarcão 2012: 126), na qual *Ocaya* e *Caia* (hoje *Gaia*, nome de um afluente do Zêzere) parecem designar realidades geográficas distintas: “O mais antigo documento com referência a *Ocaia* é a carta de povoamento dada a S. Vicente da Beira em 1195 (Azevedo, Costa & Pereira, 1979, doc. 83). Aí se definem os limites dados aos *moratores Sancti Vincencii*: ...per

a entrada correspondente quer ao rio beirão (o atual Gaia) quer ao alentejano, o Caia, na fronteira com a província de Badajoz.⁶⁸⁶ A passagem de *Caia* a *Gaia* encontra explicação em estudos de dialetologia, nos quais se tem apontado oscilações entre [k] e [g] em começo de palavra, não excluindo a possibilidade de o vozeamento de [k] ter sido mais frequente no passado (cf. Brissos 2011: 142).

Ainda relativamente ao étimo de *Caia*, e descartando a hipótese arábica, refira-se que, na Galiza, se localiza um topónimo que poderá ter em comum um elemento **cai-*: trata-se de *Caión* (Laracha, Corunha), que Cabeza Quiles (1992) relaciona com o pré-indo-europeu **cal-*, ‘rocha’, do qual talvez se tenha formado o céltico *calion*, ‘pedra’. Mais uma vez, a pequena dimensão da raiz apontada por Cabeza Quiles pouca margem deixa, por um lado, a uma etimologia pré-latina segura, pela probabilidade de se tratar de simples homonímia; por outro, não há, por enquanto, fontes que reforcem uma possível relação de *Caia* com *Caión*. Parece, portanto, difícil, definir com maior exatidão a etimologia deste hidrotopónimo.

O facto de estar atestado em fontes árabes sem que se lhe possa atribuir uma interpretação com base no léxico dessa língua, deixa supor que se trata de nome transmitido de um estrato anterior. Além disso, dada a sua opacidade no contexto do léxico romance, torna-se legítimo concluir que o nome não tem origem identificada, embora pertença possivelmente a estratos mais antigos que o latino e o árabe.

4.12.2. Guadiana ou Odiana (rio)

Híbrido, constituído por elemento árabe e elemento pré-romano.

Exaamola(?) quomodo vertit aquam ad Almacaneda et quomodo exit aquam ad fundum del valle de Peral ad fundum, quomodo intrat in Almacaneda et intrat ribulo Molinos in Ucresa et quomodo vertit aquam de Ocaya ad Caia (?) et deinde ad portelam Sancti Vincencii...Exaamola, que os diplomatas e paleógrafos leram com dúvidas, poderá corresponder à altura sobranceira a Maxial. *Almacaneda*, *Peral*, *ribulo Molinos* e *Ucresa* estão conservados na toponímia e hidronímia actuais: Almaceda, Peral, Rio de Moinhos e Ocreza. A expressão *vertit aquam de Ocaya ad Caia* talvez se deva interpretar no sentido de ‘correm águas do monte Ocaia ao rio (ou ribeira) de Caia [...]’. Também inválida se revela a análise de Moreira (idem), da qual se presume que *Caia* e *Caiola* incluíam um radical *oca-* e um sufixo *-ia*, porque não se pode confirmar a relação destes hidrotopónimos alentejanos com *Ocaya*. Não obstante, deixe-se aqui o registo dos nomes que Moreira considera relacionáveis com *Caia* e *Caiola* (todos estes nomes se confirmam em Madoz 1846-1850): *Oca*, em Burgos e Pontevedra; *Oquendo*, em Álava; *Daroca*, em Aragão. Nesta série, também se inclui o regionalismo beirão *oca*, ‘buraco’ (ver igualmente Pereira 1909: 315). Todas estas propostas são especulativas, faltando-lhes fontes que as sustentem inequivocamente.

⁶⁸⁶ Há também quem pretenda relacionar este hidrónimo com *Caio*, em alusão a Caio Júlio César, mas trata-se de uma hipótese que não encontra apoio nas fontes. Cf. “Rio Caia”, disponível em http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?guid=8883159c-6973-402f-97df-740bcd92d9b8, (consultado em 29/03/2013).

fluuium de Odiana 1258 (Azevedo 1906-1910: 4), in *vdianam* (ibidem); *o ryo que chaman Guadiana*” 1344 (Cintra 1951, apud CIPM)

Rio que nasce em Espanha, define nas imediações de Elvas a fronteira de Portugal com este país, para depois ter um tramo inteiramente português. Volta a marcar a fronteira depois do Pomarão (Mértola), até desaguar no golfo de Cádiz, no Atlântico (cf. CIGeoE-SIG e CMP 1:25 000).⁶⁸⁷ A localização em Espanha é controversa, mas aceita-se atualmente que o rio surge em resultado da confluência de vários cursos de água.⁶⁸⁸

Hidrónimo híbrido constituído pelo elemento árabe *guad(i)-*, transmitido pelo castelhano, enquanto o segundo pode ter origem indo-europeia pré-latina, mas não é de descartar uma eventual relação com línguas não indo-europeias desconhecidas. A forma histórica portuguesa apresenta *odi-*, forma que o elemento *wādi* assumiu em português (cf. *Odemira*, *Odeleite*, *Odiáxere*).

Na Antiguidade, atestado como *Ana* e *Anas* (Guerra 1998: 278/279). Na Idade Média, como *Odiana* (1258), embora nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X e no texto galego *Miragres de Santiago* ocorra *Aguadiana*, por analogia do elemento *guad-* com *água* (Machado 2003). Depois do século XVI, prevalece em português *Guadiana*, de origem castelhana (idem). Machado (2003) assinala que “a forma regular port[uguesa] foi Odiana”, mas “Guadiana é forma esp[anhola] [que] entrou em port[uguês] e acabou por expulsar a vernáculo”. Este autor observa que, no século XVI, coexistiam as duas formas, propondo que a espanhola acabou por prevalecer sobre a portuguesa pelo facto de “o rio correr em área pouco povoada do lado português e mais do esp[anhola]” (idem).

⁶⁸⁷ Como se trata de um rio bem conhecido, não se dá indicação das folhas da CMP onde o seu curso está representado.

⁶⁸⁸ Assim descreve Baptista (1874: 145) o rio Guadiana: “Nasce em Hespanha; começa a dividir a fronteira duas léguas a S. E. d’Elvas; corre a S. O. até Juromenha, depois inclina em direcção quasi S. até pouco acima de Monsarás, onde decreve uma pequena curva para E.; volta depois a S. O.: passa 3^k a E. de monsarás; e então deixa de dividir a fronteira; passa a ½^l a O.de Mourão; 6^l abaixo, e tendo recebido a ribeira de Ardila, passa uma légua a O. de Moura e corre a O. por espaço de 1 ½^l: depois inclina a S.S.O. até passar uma légua a O. de Serpa. Segue quasi em direcção ao S. até passar em Mertola (a E.): com pequenas tortuosidades corre depois para S.E. até ao logro do Pomarão (e d’ahi para baixo divide novamente a fronteira), continua para S. E. até Alcoutim; e d’ahi para baixo corre quasi ao S.: passa 1 ½^k a E. de Castro Marim, entre esta V.^a e a de Ayamonte (de Hespanha) ½^l mais abaixo em V.^a Real de Santo Antonio, e logo entra no Oceano, com 52^l de curso, em Portugal. A D.G. do sr. P.L. menciona uma grande catadupa, a que chamam Salto do Lobo, um pouco abaixo de Serpa.”

O nome latino era *Anas* ou *Ana*, a que Leite de Vasconcelos atribuía origem ibérica (apud Machado 2003, s.v. *Anas*).⁶⁸⁹

Guerra (1998: 278/279) anota-o como nome de tema em *-a-*, podendo o nominativo em *-as* indicar intermediação da língua grega. Quanto à origem, Guerra, apoiado na análise do antropónimo *Anna/Ana* por Albertos (1966: 26/27), não descarta a possibilidade de *Ana/Anas* se ter formado por onomatopeia, mas regista a hipótese de Millán (1987: 25-8), segundo a qual, *Ana/Anas* partilharia com **Anaris* ou **Ducanaris*, hoje *Ares* (Corunha), um radical relacionado com o gaulês *anam*, ‘pântano’, da raiz indo-europeia **ap-*, ‘água, rio’ (cf. Pokorny 1959, s.v. 2. *ǵp-* e Krahe 1964: 42), que passou às línguas célticas como *ab-*, com alargamento em *-n-*. Também, como se verifica em Guerra (1998: 278), é possível aproximar *Ana* de elementos constitutivos de outros nomes: de *Anaeci*, que está na origem do atual topónimo *Eja* (de *Anaecia*>*Anegia*), em Penafiel; e do epíteto tónico *Anabaraeco*,⁶⁹⁰ cujo elemento *ana-* poderia relacionar-se com o hidrónimo aqui discutido.

Moralejo (2007: 137), analisando duas epígrafes em que aparece o referido epíteto, manifesta certa reserva quanto ao significado hidronímico de *Ana*, porque “[...] esa significación hidronímica ha perdido alguna fuerza después de que resultan ser galaicos (o galaico y astur) los dos epígrafes de *ANABARAECO*”, embora refira que Krahe (1964: 105) “[...] remite a **en-* / **on-* varios hidronimos de areas centroeuropea (*Ahne*, *Ens*, *Anner*) y mediterranea (*Agna*, *Agno*; *Anystus* en Avieno 54771) y aqui podrían acomodarse el rio *Anas* y el primer elemento de nuestro *ANA-BARAECO*”. Como sugere Krahe (1964: 105), os hidrónimos mencionados relacionar-se-iam com formas em irlandês médio como *en*, ‘água’, *enach*, ‘pântano’ e *On* (hidrónimo), as quais fariam parte de uma série definida pelas raízes **en-/*on-*. Sendo assim, *Ana*, como os mencionados hidrónimos, estaria ligado ao céltico, hipótese que sairia reforçada pela circunstância de o atual Guadiana atravessar regiões que na Antiguidade eram território dos *Celtici*. Em síntese, o elemento *-ana* teria origem em vocábulo celta. Observe-se porém que o facto de as duas epígrafes procederem de território galaico ou ásture não é incompatível com um domínio linguístico indo-europeu não celta, se forem consideradas certas afinidades linguísticas entre a área linguística lusitana e a galaica, pelo menos, como evidencia a

⁶⁸⁹ Ainda no contexto das especulações etnológicas e linguísticas sobre a Hispânia pré-romana, Schulten (1963: 66) atribuía ao nome *Guadiana* uma origem parcialmente pré-romana, líbio-ibérica (cf. Luís 2003: 46).

⁶⁹⁰ O sufixo *-(a)iko-* de *Annabaraeco* é característico do Ocidente hispânico (Guerra 1998: 281).

antroponímia antiga.⁶⁹¹ Por outro lado, não se pode excluir uma origem pré-indo-europeia, como anota o próprio Moralejo (2007: 137, n. 72): “Dada la importancia del río Guadiana y dado que corre por territorio tal vez indoeuropeizado, mejor que indoeuropeo originario, no debe descartarse que el hidrónimo *Anas* sea preindoeuropeo y, por tanto, para el sobren o tengan que ser reconvertidas las hipótesis etimológicas en que andamos.”

É, pois, de concluir que não há grandes certezas acerca da etimologia de *Ana/Anas*. Existe alguma probabilidade de se tratar de nome indo-europeu, por via da fixação de grupos que falavam línguas indo-europeias, célticas e não célticas, como era porventura o lusitano. Tendo em conta a pequena extensão do nome, qualquer filiação proposta pode ser fruto de coincidência fónica e não ter base etimológica, pelo que não é de desprezar a possibilidade de uma origem não indo-europeia.

4.12.3. Sever (rio)

Origem obscura, mas é possível que tenha origem num antropónimo latino (*Severus*).

Sem atestações medievais que correspondam ao nome do rio em apreço.

Afluentes da margem esquerda do Tejo (cf. CMP 1:25 000, folhas 348 — Marvão; 336 — Santo António das Areias, Marvão; 325 — Póvoa e Meadas, Castelo de Vide; 315 — Montalvão, Nisa). Segundo Baptista (1874: 117), “[f]orma-se este rio de tres ribeiras: as duas primeiras nascem na serra de S. Mamede; e, ainda insignificantes, reúnem-se 2^k a O. do lugar chamado Porto da Espada, e recebendo um copioso arroio que rebenta do terreno, no sitio chamado os Olhos d’Agua, d’ahi em diante se começa a chamar Ribeira de Marvão. [...]”⁶⁹² Segundo Machado (2003) registam-se com a mesma forma topónimos no distrito de Aveiro (Sever do Vouga) e nos concelhos de Guimarães,

⁶⁹¹ Luján Martínez (2006: 718/719) assinala essa afinidade: “Albertos (1985) [...] noted that the indigenous personal names from the *conuentus lucensis* showed a closer relationship to those appearing among its eastern neighbors, the Astures, while those of the *bracarensis* were more closely related to the names appearing farther south in Lusitania. Excluding the names that occur only once, names attested in the *conuentus lucensis* tend to show up also among the Astures, while names attested in the *conuentus bracarensis* tend to occur also in Lusitania.”

⁶⁹² Baptista (1874: 117) observa que o rio muda de nome ao longo do seu curso: “[...] Corre quasi ao N., depois inclina para E.: tem boa ponte no sitio da Portagem (ou Aduana), passa ao fundo da montanha no alto da qual se elevam os muros de Marvão, meia légua ao S. da dita praça. Segue para E. até receber a terceira ribeira, que vem do lado do lugar dos Gallegos, e por isso se chama ribeira dos Gallegos (a qual nasce a E. S. E. do dito lugar). Desde então recebe o nome de rio Sever e corre em curvatura para o N., costeando a base da montanha pelo lado do nascente e dividindo a fronteira com Hespanha, no limite da F. de Santo António das Areias. Volta depois mais directamente para N., O.: passa 2^k a E. N. E. da V.^a de Montalvão e entra no Tejo, com o curso de 10^l.”

Moimenta da Beira e Santa Marta de Penaguião (consultar também o CIGeoE-SIG). Na Galiza, o topónimo também é conhecido (cf. *Nomenclátor de Galicia*) nos concelhos de Abadín (Lugo), Carballedo (Lugo), Porqueira (Ourense) e Viana do Bolo (Ourense).

Machado (2003) remete este nome para *Sabor*, o que poderá ter legitimidade se o étimo deste nome transmontano não for **Salabore-* (étimo rejeitado por Machado). No entanto, ao comentar *Sabor*, Machado (2003) nada adianta quanto à relação de *Sever* com o nome transmontano nem deixa esclarecida a sua etimologia. Refira-se que o topónimo *Sever*, que Machado (2003), baseando-se em Nunes (1935: 158), localiza noutras regiões portuguesas, tem clara afinidade antroponímica: do genitivo *Severi* (*villa Severi*), de *Severus*. No entanto, no caso do hidrotopónimo *Sever* não se vislumbra tal relação. Tampouco a cartografia e os sistemas de pesquisa em linha (CIGeoE-SIG e SIGNA) permitem identificar um topónimo *Sever* que pudesse eventualmente ter emprestado o nome ao rio. A hipótese de uma ligação a Xévora (ver) não se confirma. Sendo assim, e apesar de ser sedutora a hipótese de *Sever* se relacionar com os topónimos homónimos mais a norte, parece que, por enquanto, se deve considerar obscura a origem deste hidrotopónimo.

4.12.4. Sor (ribeira de)

Origem obscura.

Soor 1173 (DMP I: 417), 1262 (PMH, Leges, 702).

Com o Raia (ver), forma o Sorraia, afluente da margem esquerda do Tejo. Baptista (1874: 123) localiza a sua nascente a norte de Alpalhão, no distrito de Portalegre, mas a CMP 1:25 000 mostra que o rio tem o seu começo nas imediações de Alagoa, no próprio concelho de Portalegre (cf. CMP 1: 25 000, folhas 347 — Fortios, Portalegre; 346 — Vale do peso, Crato; 334 — Alpalhão, Nisa; 345 — Torre das Vargens, Ponte de Sor; 356 — Ponte de Sor; 368 — Galveias, Ponte de Sor; 380 — Montargil, Ponte de Sor).

Machado (Machado 2003) relaciona-o com *Soure* (Coimbra) e *Sor* (Lugo, Galiza), mas Fernandes (1999), sem negar a hipótese de uma origem pré-latina (“deve ser a raiz *sor* ‘água’”). contesta a relação com tais topónimos. A relação de *Sor* (atestado como *Soor* na Idade Média) com o *Sor* galego defronta-se com a dificuldade de à forma galega se

atribuírem formas medievais que apresentam na sua maioria AU latino: *Saure*, *Saurium*, *Sauris* (ITGM). Também no quadro da proposta da hipótese do europeu antigo, Bascuas (2002: 40 e 2006: 60) relaciona o galego *Sor* com o *Sar* (Santiago de Compostela) e com o *Sul* (afluente do Vouga; v.), atribuindo-lhes uma raiz comum **ser-* ‘fluir’ ou, na perspetiva da teoria das laringais, **serH^w*. A hipótese paleoeuropeia confronta-se constantemente com vários problemas, entre eles, o da alta probabilidade de as relações etimológicas propostas serem apenas casos de homonímia sem uma génese comum. De qualquer modo, também não se encontra no referido autor qualquer menção ao *Sor* meridional.

Sendo assim, e não havendo aparentemente traços árabes ou arabizantes no nome em discussão, resta concluir que a sua origem é obscura, não se podendo sequer identificar com segurança o estrato que o enquadra antes da Reconquista. É de notar, no entanto, que o rio nasce numa região em que não muito longe também corre o Sever e o Xévora que podem eventualmente estar relacionados. O facto de os nomes *Sor*, *Sever* e *Xévora* começarem por fricativas surdas – pré-dorsal nos dois primeiros casos e pré-palatal no segundo, segmentos que se encontram muitas vezes em variação, indiciando eventual interferência árabe (cf. *Xévora*) – poderia levar a supor alguma afinidade, que aqui apenas se deixa como conjectura.

4.12.5. Xévora (obscura)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Afluente da margem direita do Guadiana (cf. CMP 1:25 000, folhas 386 — Degolados, Campo Maior; 387 — Ouguella-Leste, Campo Maior). Baptista (1874: 145) refere as variantes *Xevera* ou *Severa* como “confusão incrível” de João Baptista (ou Bautista) de Castro (Castro 1762: 147).⁶⁹³ O mesmo autor encontra a nascente do rio assim chamado “[...] em Hespanha duas léguas a N. O. de Ouguella: corre a S. E. dividindo a fronteira; passa 1 ½¹ ao N. E. de Ouguella, e continuando a correr no visinho reino, entra no Guadiana com 8^l de curso.”

Bautista de Castro (Castro 1762: 147) regista os nomes *Xever*, *Xevera*, *Xeverete* e *Xola*, como nomes de ribeiras que localiza na serra de Portalegre, ou seja, na serra de S.

⁶⁹³ Na verdade, Bautista Castro regista *Severa* como variante de *Sever* (Castro 1746: 139) e *Xevera* aparentemente como variante de *Xever* (idem, p.

Mamede. Machado (2003) regista *Xévora*, atribuindo-lhe origem obscura, “provavelmente celta, de *ussel*, ‘de cima’, e *Évora*, ‘teixo’: ‘teixo de cima’”. No entanto, tem-se assinalado⁶⁹⁴ a sua afinidade etimológica com o hidrónimo *Sever*, nome de um rio que, como o *Xévora*, tem nascente na serra de São Mamede. O facto de *Xévora* admitir uma variante, *Severa*, de configuração próxima da de *Sever*, aponta para uma eventual relação etimológica que, não obstante, não se vê confirmada pelos autores da onomástica etimológica, antes se considerando que *Severa* pode apenas ser resultado da analogia com *Sever*, não existindo verdadeiro elo genético.

Sobre a forma castelhana deste nome, *Gévora*, Castaño Fernández (2004: 149), depois de apresentar uma série de propostas etimológicas (entre as quais a de Machado 2003), acaba por classificar como obscura a origem deste hidrónimo. Há também propostas⁶⁹⁵ no sentido de ligar *Xévora* ao antropónimo *Sabur*, nome de um chefe da época muçulmana, de relacionar o nome com o latim *sabulum* e, finalmente, de o ancorar no árabe *sabbura*, ‘lousa’, talvez em alusão à abundância de xisto no curso alto e médio do rio assim chamado (idem). A hipótese árabe sairia reforçada pelo facto de existirem outros nomes de rios derivados do castelhano *pizarra*, ‘lousa’.

Em suma, o nome em questão não parece filiar-se nem no estrato latino nem no árabe, pelo que tem origem desconhecida. Cabe observar, contudo, que as oscilações entre fricativa pré-dorsal ou apical (admitindo como legítima a forma *Severa*) pela fricativa pré-palatal (*Xévora*) encontram paralelo noutros casos do léxico comum hispano-romance, a que não é estranha a interferência do árabe (na palatalização do *s*- latino).

⁶⁹⁴ No site Celtiberia.net, que à data da redação desta secção não se encontrava ativo (<http://www.celtiberia.net/verrespuesta.asp?idp=6338>, consultado em 5/01/2014).

⁶⁹⁵ Trata-se de hipóteses apresentadas numa discussão no site Celtiberia.net, que à data da redação desta secção não se encontrava ativo (<http://www.celtiberia.net/verrespuesta.asp?idp=6338>, consultado em 8/08/2013)

4.13. Distrito do Porto (31 hidrotopónimos)

Alto (rio), Canelas (rio de), Carneiro (rio), Cavalum (rio), Eiriz (rio de), Espírito Santo (rio do), Febros (rios), Ferreira (rio), Fontão (rio de), Fornelo (rio), Galinhas (rio de), Granja (rio da), Juncal (rio do), Leça (rio), Marão (rio), Mau (rio), Mezio (rio), Odres (rio), Onda (rio), Ovelha(s) (rio de/rio), Ovil (rio), Passarias (rio de), Sanguinhedo (rio), Sousa (rio), Teixeira (rio), Tinto (rio), Torto (rio), Trofa (rio da), Uíma (rio), Valadares (rio de), Vizela (rio)

4.13.1. Alto (rio)

Do adjetivo e nome comum *alto*, do património latino, mas possivelmente de criação recente, já no período do português contemporâneo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que corre entre o Ave e o Cávado e desagua no Atlântico, na freguesia de estela, no concelho de Póvoa de Varzim. Rio Alto (CMP 1:25 000, folha 82 – Póvoa de Varzim). Tem nascente no monte de S. Félix, na freguesia de Laundos (Póvoa de Varzim).⁶⁹⁶ É também o nome de lugar no tramo final do seu curso (*idem*).

As fontes consultadas facultam escassas pistas para a interpretação do hidrónimo. Machado (2003) considera *Alto* um topónimo frequente e identifica-o com o uso de *alto* como nome comum, aplicado a uma colina, monte ou outeiro. No caso de *rio Alto*, tratar-se-ia talvez da alusão à proveniência do rio, em terreno comparativamente mais elevado do que na foz (“rio do alto”). Outra hipótese será ver um uso adjetival de *alto* – do latim *altus*, *a*, *um* ‘nutrido, elevado, grande’ (cf. DHLP) –, ainda que não se entenda a motivação, uma vez que a área por onde corre o rio não parece elevar-se de forma assinalável na região envolvente.⁶⁹⁷ Não obstante, se o hidrónimo tiver carácter descritivo, pode a sua motivação ter que ver com as alterações do litoral em que desagua; com efeito, segundo Amorim (2002: 28), nos séculos XIX e XX, o leito do rio foi sendo desviado pela formação de dunas e pelo seu avanço para o interior: “A formação de medos de areia

⁶⁹⁶ Amorim (2002: 28) localiza a nascente deste rio na Fonte de Rapejães, na freguesia de Laundos, descrevendo assim o seu curso: “[...] atravessa aquela freguesia [Laundos] e a de estela, indo lançar-se ao mar na Praia do rio Seco, território de Apúlia.” (*idem*, *ibidem*).

⁶⁹⁷ Cf. CPM e CIGeoE.

ao longo da costa, alguns com 30 e 40 metros de altura, obrigaram o curso deste ribeiro a mudar de rumo criando uma linha paralela ao mar, no sentido norte e forçando os sucessivos desaguadouros quando no inverno as águas ganhavam a força das torrentes.” Não é de excluir, portanto, que o nome do rio seja até bastante recente e se relacione com alterações da morfologia costeira, as quais poderão ter sido perspetivadas como uma elevação do leito do rio. Fica a conjectura, já que não se dispõe de outros elementos que esclareçam a génese deste hidrotopónimo.

4.13.2. Canelas (rio de)

Diminutivo de *cana* ou *cano*, pode remontar ao período latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁶⁹⁸

Rio que desagua no Atlântico, a sul do santuário do Senhor da Pedra e a norte da praia de Miramar (CMP 1:25 000, folha 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia). Parece nascer nas imediações de Canelas, no concelho de Gaia (idem, ibidem). É topónimo frequente no Norte de Portugal e na Galiza (cf. *Nomenclátor de Galicia*).

Hidrotopónimo de carácter determinativo, por associação ao topónimo *Canelas*, atribuível ao diminutivo *canela*, do fitónimo *cana* (Machado 2003). Não se exclui que *canela* possa também relacionar-se com *cano*, um derivado de *cana*, que se aplica metaforicamente acidentes ou construções de forma cilíndrica ou tubular, eventualmente empregadas como condutas de água, conforme observa Navaza Blanco (2006: 130): “Moitos derivados de *cana* presentes na toponímia non han de ser propiamente fitónimos, senón relativos a outros campos semánticos propios desta mesma familia léxica, sobre todo a partir da noción de cilindro, tubo, etc., aplicable metaforicamente a moitas nocións e dun xeito particular a conducións de auga (cano, etc., onde pode confluír com derivados de CANALE).”

4.13.3. Carneiro (rio)

⁶⁹⁸ As atestações reunidas por Machado (2003) não parecem identificar-se com este hidrotopónimo nem com o topónimo correspondente: *Canelas* 952 (PMH Dipl. 37) e 1084 (idem, p. 375), em Arouca (Aveiro); 1015 (idem, p. 141), em Paço de Sousa (Porto); 1127 (DMP I: 94).

Do léxico comum datável do período latino-romance ao português, conterà talvez uma raiz pré-romana.

De Sancto Martino de Carneiro 1220 (PMH Inquis.: 62)

Afluentes do rio Ovelha (ou rio de Ovelhas), que desagua na margem esquerda do Tâmega, é um rio que corre na serra do Marão e passa ao lado da aldeia de Carneiro, no concelho de Amarante (o CIGeoE-SIG localiza-o na freguesia de Loivos do Monte, no concelho de Baião, mas a CMP 1:25 000, folha 113 – Amarante, apresenta um curso de água a que apõe o nome de rio *Fornelo*). Machado (2003)⁶⁹⁹ regista a forma *Carneiros* nos concelhos de Alcobaça, Alenquer, Évora, Faro, Marco de Canaveses, Monchique, Monção e Tavira; e atribui entrada também a *Carneira*, topónimo que localiza em Alenquer, Borba, Elvas, Fafe, Figueira da Foz, Olhão, Porto de Mós e Terras do Bouro. Note-se que o CIGeoE-SIG regista ainda mais lugares assim chamados noutros distritos. Na Galiza (cf. Nomenclátor de Galicia), ocorre também *As Carneiras* (Matamá, Vigo), *Os Carneiros* (Vilarraso, Aranga, Corunha), *O Chao dos Carneiros* (Pontes de García Rodríguez) e *O Carneiral* (Verís, Irixoa, Corunha).

Machado (2003) considera-o em tom dubitativo um zootopónimo, de *carneiro*, do latim **carnariu*, ‘carneiro, a carne do animal que serve de alimento’ (DHLP, onde também se lê: “prov. substv. do adj. lat. *carnārĩus*, a, um ‘relativo à carne (alimento)’ como nome do animal ‘que tem carne macia e boa para a alimentação’, em oposição a *arĩes*, *ẽtis* ‘carneiro de semente (para a reprodução); macho de ovelha’”). Esta hipótese, porém, exclui *carneiro*, de etimologia semelhante, *carnarĩum*, ‘cemitério’, que veio a significar ‘cemitério, ossário’ (cf. DHLP e DEE). Por outro lado, Cabeza Quiles (1992), comentando o topónimo galego *Pedra Carneira* (Muros, Corunha), nome de um rochedo, atribui-lhe origem pré-latina, o radical **carn* ou **corn*, ‘pedra’; o mesmo autor assinala *Carneiro* como ponta rochosa da paróquia de Espasante (Ortigueira, Corunha) e como nome de um lugar em Aranga (Corunha).⁷⁰⁰ Fernandes (1999) defende a mesma hipótese, propondo que *Carneira* e *Carneiro* incluam o formante pré-latino **carn-* ‘pedra’, o que

⁶⁹⁹ Machado (2003) assinala um rio chamado *Carneiro* no atual concelho de Mortágua, com base numa atestação medieval (DMP I: 252). Fernandes (1999)

⁷⁰⁰ Na verdade, o nome do lugar é *Os Carneiros* (Nomenclátor de Galicia), e não *Carneiro* ou *O Carneiro*. No entanto, a forma de plural não invalida a proposta de Cabeza Quiles (1992).

permite interpretar *Carneiro* e outros topónimos semelhantes como “locais e cursos de água pedregosos”. Seja como for, não há indícios seguros de *Carneiro* ser originalmente um hidrotopónimo; com efeito, o rio assim chamado é também conhecido por outro nome (*rio Fornelo*), e o nome *Carneiro* está atestado como topónimo na Idade Média. É, portanto, plausível que se trate de um hidrónimo com origem num nome de lugar, cuja localização é congruente com o significado atribuído a **carn-*, ainda que não seja de excluir a relação com *carneiro*, ‘cemitério, ossário’ ou com o zoonónimo *carneiro*.

4.13.4. Cavalum (rio)

Do léxico comum do estrato latino-romance ou já português.

Cauluno 1043 (PMH Dipl.: 148), *Cavalluno* 1088 (PMH Dipl.: 426), *Cavalom* (PMH Dipl.: 589, 593).

Afluente da margem esquerda do rio Sousa (este, por sua vez, do Douro), é. rio que percorre o concelho de Penafiel, atravessando as freguesias de Marecos, Irivo e Paço de Sousa (CMP 1:25 000, folhas 124 – Marco de Canaveses e 123 – Valongo).

Machado (2003) limita-se a classificar este nome como “derivado, não registado, de *cavalo*”. Parece tratar-se de um hidrotopónimo de génese qualificativa, em que *cavalum* será um derivado denominal por sufixação de *-um* (cf. *cabrum* e rio *Cabrum*, no distrito de Viseu), sinónimo de *cavalar* ou *equino*. Ou seja, apesar do laconismo das fontes consultadas, dir-se-ia tratar-se de um nome de rio alusivo à presença de cavalos ou ao uso das suas águas para dar de beber a estes animais.

4.13.5. Eiriz (rio de)

Germânico, de origem antroponímica, por via toponímica.

villa eiriz 1058 (PMH Dipl.: 249)⁷⁰¹

⁷⁰¹ Nos PMH (Inq.: 127) ocorre também *Eiriz* (cf. Cortesão 1912), mas, na atualidade, este topónimo é relativo a um lugar na freguesia de Vreia de Bornes, no concelho de Vila Pouca de Aguiar. A forma *Eirizi*, atestada nos PMH (Dipl.: 262), corresponde hoje a Eiriz, na freguesia de Burgo, no concelho de Arouca (Aveiro).

Afluente do rio Ferreira, este por sua vez do Sousa (CMP 1:25 000, folha 98 – Santo Tirso e 111 – Paços de Ferreira). Percorrendo o concelho de Paços de Ferreira, nasce em Lamoso e desagua no lugar de Moinhos, em Frazão.⁷⁰² A forma *Eiriz* é identificável como topónimo tanto no norte de Portugal como na Galiza.

Contestando Machado (2003), que interpreta *Eiriz* como patronímico de *Eiro*, Fernandes (1999) propõe que se trate do genitivo *Eirici* de *Eirigo*. Piel (1934-1935: 38), que distingue como primeiro formante de *Eirigo* o radical germânico **aria-*, ‘nobre’, observa que já se atesta em 976 o genitivo *ariariz*, ao qual corresponderia a forma *Eiriz*. O hidrotópónimo inscreve-se, portanto, no conjunto da toponímia de origem germânica, por via de um processo de determinação que identifica o rio por associação ao topónimo *Eiriz*, por sua vez, resultado do genitivo do antropónimo germânico de possessor alto-medieval.

4.13.6. Espírito Santo (rio do)

Nome relacionado com um hagiotópónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que desagua nas imediações do santuário do Senhor da Pedra, no concelho de Vila Nova de Gaia (cf. CMP 1:25 000 folha 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia).

Hidrotópónimo que parece dever-se a denominação por determinação, dada a existência da Quinta do Espírito Santo, na freguesia de Arcozelo, no concelho de Vila Nova de Gaia. Uma vez que a denominação em análise não parece ter adequação descritiva para denominação de um curso de água, é, pois, de supor, que este tenha sido identificado a partir do nome de lugar preexistente.

4.13.7. Febros (rio)

Do fundo lexical latino-romance.

Feberos 992 (PMH Dipl.: 16), *Feueros* 1009 (idem, p. 126), *in ripa de Feueros* 1059 (idem, p. 258), *riuulus Fibros* 1081 (PMH Dipl.: 359), *ribulo Februs* 1112 (DMP I: 45),

⁷⁰² Cf. Paços de Ferreira, Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%A7os_de_Ferreira, consultado em 27/02/2014)

riuulo Feueros 1117 (DMP I: 58), 1121-1128 (idem, p. 72), 1128 (idem, p. 116), *riuulum de Feueros*, *cautum de Feueros* 1133 (idem, p. 153), *in Feueros* 1169 (idem, p. 382)⁷⁰³

Afluentes da margem esquerda do Douro (Cf. CMP 1:25 000 folha 122 – Porto e 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia). No distrito de Braga, conta-se a ribeira de Febros, havendo também povoações com este nome.

Piel (1989: 173-178) atribui a origem de *Febros* a um nome comum não atestado no português contemporâneo, **febro*, do latim *fīber*, *-bri* ou *feber*, *-bri*, ‘castor’. Para Piel, trata-se de um zootopónimo que se encontra praticamente apenas no Entre-Douro-e-Minho, com especial concentração nos distritos do Porto e Braga.⁷⁰⁴ Na Galiza, registam-se *Os Febreiros* (Vilalba, Lugo) e *Febral* (Ribeira de Piquín, Ourense), segundo Bascuas (2014: 64) talvez derivados abundanciais relacionáveis com *Febros*. Diferente perspetiva tem Moreira (1967), que liga *Febros* ao radical latino de *fevereiro* (de *mensis februarius*, ‘mês da expiação, da purgação’; cf. DHL), ou seja, a *februum* ‘limpeza’ e *februare* ‘purificar’. O plural que *Febros* evoca outros hidrotopónimos relacionados com zoónimos (*rio de Cavalos*, *rio de Mulas*), o que faz com que a hipótese de Piel (1989) se saliente, por enquanto, como mais consistente.

4.13.8. Ferreira (rio)

Do léxico comum latino-romance.

Ferreira 959 (PMH Dipl.: 46), 1059 (idem, p. 260), 1109 (DMP III: 298), 1114 (idem, p. 412), *Ferraria* 991 (“Tructemundo de Ferraria”, “que também pode ser entendido como apelativo, em PMH Dipl.: 100), 1128 (DMP I: 103), *Ferreria* 1130 (DMP I: 132), 1147 (idem, p. 271).

Com nascente nas imediações de Freamunde (concelho de Paços de Ferreira), é um afluente do rio Sousa (cf. CMP 1:25 000 folha 111 – Paços de Ferreira, 123 – Valongo e 134 – Foz do Sousa, Gondomar).

⁷⁰³ Atestações recolhidas em Machado (2003 s.v. *Febros*), Piel (1989: 174) e Bascuas (2014: 64).

⁷⁰⁴ Ver Moreira (1967) e Bascuas (2014).

Poderá supor-se, com Machado (2003), que o hidrotópónimo é o resultado do latim *ferrãria*, ‘mina de ferro’. No entanto, as fontes consultadas não assinalam um topónimo *Ferreira*, que, preexistindo, pudesse ser a base para a formação deste hidrotópónimo. Pode, portanto, supor-se que o rio se chama assim desde fase recuada de latinização.

4.13.9. Fontão (rio de)

Do arcaísmo *fontão* ‘arroio, riacho’, derivado de *fonte*, do léxico comum do estrato latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷⁰⁵

Afluente da margem esquerda do Tâmega, passa nas imediações do lugar de Fontão (CMP 1:25 000 folha 100 – Arnoia, Celorico de Basto). Tem nascente numa área também denominada *Fontão*. Como topónimo, *Fontão* ocorre com frequência significativa a norte do Sistema Central, conforme se pode apreciar por uma consulta do CIGeoE-SIG.

O hidrotópónimo poderá ser encarado como resultado da associação a um topónimo preexistente, *Fontão*, nome de uma pequena região na freguesia de Rebordelo, no concelho de Amarante. Assinale-se, porém, que, apesar de a dialetologia não evidenciar o uso de *fontão* como unidade lexical autónoma,⁷⁰⁶ se documentam, nos romances medievais hispânicos, ocorrências do seu emprego como hidrónimo, no sentido de ‘pequeno ribeiro, riacho’ (cf. Machado 2003 s.v. *Fontão*; ver também LHP e Moralejo Lasso (1977: 86). Pode, portanto, supor-se que este hidrotópónimo seja uma formação redundante, – sendo *rio de Fontão* interpretável como ‘rio do riacho’, pelo menos etimologicamente. Mas é também plausível que tenha surgido primeiro o topónimo, como descrição definida de um fenómeno hidrológico, que uma vez fixada como nome próprio, foi ativada depois como elemento determinativo para identificar o rio em referência.

4.13.10. Fornelo (rio)

⁷⁰⁵ As atestações reunidas por Machado (2003 s. v. *Fontão*) não são referentes a este hidrotópónimo nem ao topónimo associado: Fontano 922 (PMH Dipl.: 16), 966 (idem, p. 26), 1098 (idem, p. 525), 1136 (DMP I: 174), 1161 (idem, p. 354). Ver outras atestações de topónimos compostos com *Fontão* no mesmo artigo.

⁷⁰⁶ Cf. índice de palavras da *Revista Lusitana*.

De um diminutivo de *forno*, do léxico comum latino-romance, mas com o significado de ‘dólmen’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷⁰⁷

Nome alternativo a *Carneiro*. É rio que corre na freguesia de Loivos do Monte, no concelho de Baião (cf. CMP 1:25 000 folha 113 – Amarante).

Aparentemente, o hidrotopónimo encontrará origem numa descrição definida ou num topónimo com a forma *Fornelo*, de um diminutivo romance de *forno*, com o mesmo significado da atualidade (para a etimologia de *forno*, ver *Fornos*, *rio dos*, na secção 4.6.8). No entanto, Fernandes (1999 s.v. *Fornos(s)*, *Forninho(s)*), defende que topónimos como *Forno(s)* e *Fornelo(s)* pressupõem “uma metáfora de edificação dolménica ou o sentido espeleonímico”, o que significa que tais topónimos são, portanto semanticamente afins dos casos de *Anta*, *Antela* e *Antinha* ou *Mamoa* e *Mamoinha* (cf. RTP e CMP 1:25 000, por meio do visualizador do CIGeoE-SIG).

4.13.11. Galinhas (rio de)

Português, provavelmente do nome comum *galinha*.

Riu de gallinas 1080 (PMH Dipl.: 349 e Cortesão 1912).

Afluente da margem esquerda do rio Ovelha, é rio que ladeia a localidade de Rio de Galinhas, no concelho de Marco de Canaveses (CMP 1:25 000 folha 124 – Marco de Canaveses). Baptista (1874: 58) localiza-lhe a nascente na freguesia de Paredes de Viadores, donde corre para norte até entrar “no rio Ovelha pouco acima da confluência d’este com o Tamega”. Parece ser também conhecido como rio Juncal⁷⁰⁸, muito embora a CMP 1:25 000 apresente com este nome um afluente que, marginando o lugar de Juncal, vai depois desaguar no rio Galinhas.

⁷⁰⁷ As atestações recolhidas por Machado (2003) têm diferente localização geográfica: *Fornellu* 974 (PMH Dipl.: 70), próximo do rio Ave; *Fornello* 1088 (idem, p. 425), na região de Arouca; *Fornelum* 1161 (DMP I: 362); *Fornelo* 1220 (PMH Inq.: 614), na região de Fafe (antigamente Monte Longo), e 1270 (DMP I: 182).

⁷⁰⁸ “Rio Galinhas ou Rio Juncal é o mesmo curso de água que é um afluente do rio Ovelha [...]”, Teixeira da Silva, “Rio Tâmega e seus afluentes”, *Farol da Nossa Terra* (<http://www.faroldanossaterra.net/2014/04/18/rio-tamega-e-afluentes/>), consultado em 2/05/2014).

Machado (2003) considera-o derivado do nome comum *galinha* (do latim *gallīna* ‘fêmea do galo’; cf. DHLP). Observe-se, contudo, que não se vislumbra com segurança a motivação que levou a identificar este curso de água com uma expressão descritiva, ou seja, “de Galinhas”. O topónimo *Rio de Galinhas* parece dever-se ao hidrototopónimo.

4.13.12. Granja (rio da)

Do nome comum *granja*, do período galego-português em diante.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷⁰⁹

Rio que desagua no Atlântico, entre a praia da Granja, a norte, e a de Brito, a sul (CMP 1:25 000, folha 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia). O topónimo *Granja* é frequente em todo o território português, bem como no galego e ainda noutras regiões espanholas.

Hidrotopónimo formado por associação ao lugar da *Granja*, por sua vez topónimo com origem no nome comum *granja* ‘exploração agrícola’. O vocábulo *granja* terá origem num empréstimo do francês *grange*, do latim vulgar **granīca*, derivado adjetival de *granum* (DCECH 2012 e Machado 1987).⁷¹⁰

⁷⁰⁹ Com a forma *Grangia*, Machado (2003) regista uma ocorrência datada de 1136/1137 (nos DMP I: 180). Cortesão (1912), remetendo para os PMH (Inq.: 596), apresenta também *Grangia* (em 1258), a qual se refere ao lugar da Granja na freguesia de Mancelos, no concelho de Amarante; outra ocorrência (1220) que Cortesão assinala nos PMH (Inquis: 186) faz parte de um antropónimo (*Martinus de Grangia*), que não tem relação com o hidrónimo em discussão. A entrada *Granja* (s. XV), ainda de Cortesão (1912), remete para a edição dos *Livros de Linhagens* dos PMH (Scriptores: 342), como parte dos antropónimos *Aldonça Vaasquez da Granja* e *Vasco Martiins da Granja* (respetivamente, filha e pai), igualmente sem relação com o rio e a conhecida praia do concelho de Vila Nova de Gaia. Machado (1987) refere a ocorrência de *Grangia uella* nos PMH (Leges: 660), topónimo que aparece associado aos lugares de Viela (*veela*) e Esbarrondinho (*sbarondino*), na atual freguesia de Santa Marinha do concelho de Ribeira de Pena (Vila Real) – cf. Projecto de Investigação Estudos de Produção Literária Transmontano-Duriense Número do Projecto: POCI/V.5/A049/2005, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Fundação para a Ciência e Tecnologia (<http://apps2.utad.pt/docs/estudosdourieneses/CaracterRibeiraPena.pdf>, consultado em 17/05/2016).

⁷¹⁰ O DCECH considera que *granja* terá sido introduzido em Espanha pelos cistercienses, portanto, não antes do século XII. Na Galiza, regista-se quer como nome comum quer como topónimo não só *granxa/Granxa* mas também a forma *graña*, sinónimo de *granxa*, mas também usado na aceção de ‘grande extensão de monte baixo’ (DEE; ver também DRAG). Cabeza Quiles (2008: 539), comentando a etimologia de *granxa* e *graña*, relaciona esta última forma com **grania*; José Joaquim Nunes (1895: 306) relacionava *granja* com *granea*. Talvez *graña* corresponda ao hipotético **granea*, enquanto *granja* pode resultar de *granica*, por via do francês (ou de um dialeto occitânico). De qualquer modo, fica apenas assinalada aqui a questão.

4.13.13. Juncal (rio do)

Do substantivo comum *juncal*, por via de uso toponímico prévio.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que desagua no Atlântico nas imediações da praia de Brito e margina o lugar do Juncal, em Espinho (CMP 1:25 000 folha 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia).

Este hidrotopónimo é, com toda a probabilidade, o resultado da associação a *Juncal*, nome de uma localidade ao lado da qual desagua o rio também assim chamado. O topónimo corresponde ao nome comum *juncal* ‘terreno em que crescem juncos’ (Figueiredo 1913), um derivado sufixal do radical de *junco*, que, por sua vez, procede do latim *juncus*, *ī* ‘junco, planta; pé, haste semelhante ao junco’ (DHLP).

4.13.14. Leça (rio)

Origem obscura, pré-latina.

Leza 967 (PMH Dipl.: 58), 1008 (idem, p. 125), 1094 (idem, p. 477); *Lezza* 1087 (PMH Dipl.: 408), 1088 (idem: 429), 1097 (DMP I: 8); *Leca* 1098 (PMH Dipl.: 522); *Lesza* 1090 (PMH Dipl.: 440), *Leca* 1092 (PMH Dipl.: 522 e 542), *Lecia* 1258 (PMH Inq.: 482).

Rio que desagua no Atlântico, junto de Leixões, entre Leça da Palmeira ao norte e Matosinhos ao sul. Nasce na freguesia de Monte Córdova, no concelho de Santo Tirso (Baptista 1874: 42), mais precisamente no lugar de Redundo (cf. CMP 1:25 000 folhas 98 – Santo Tirso, 111 – Paços de Ferreira, 110 – Maia, 122 – Porto). No curso inferior deste rio, são de referir ainda as localidades de Leça da Palmeira e Leça do Balio, nos arredores do Porto.⁷¹¹

Machado (2003) – cuja 1.^a edição é de 1984 – admite “que o rio *Leça* [...] fosse chamado *Lethes* pelos Gregos, devido a semelhança fonética”, relacionando esta identificação com o episódio da incursão de Décimo Júnio Bruto pelo sudoeste da Gallaecia: “O incidente, pelo seu pitoresco e importância simbólica, seria transferido, com o nome infernal, para

⁷¹¹ Informação disponível no *site* da Câmara Municipal de Matosinhos (<http://www.cm-matosinhos.pt/pages/130>, consultado em 5/5/2014).

o Lima [...], rio mais a N. e muito maior”. Guerra (1998: 492-493, 2007: 119/118) reforça esta hipótese, defendendo que a forma **Letia*, donde procederia *Leça*, foi helenizada como *Lethes*, forma que, por equívoco, os autores da Antiguidade usaram depois para referir o Lima. Ainda que não reúna consenso,⁷¹² a discussão desta hipótese permite igualmente atribuir a *Leça* uma origem pré-latina, muito provavelmente indo-europeia.

Com efeito, Guerra (1998: 483) relaciona **Letia* com *castello Letiobri*, no convento bracaugustano, nome de lugar que poderia ligar-se por sua vez aos topónimos *Bletisama* e *Letisama*, enquadráveis na toponímia céltica ou paracéltica da Hispânia da Antiguidade. Mesmo assim, não é claro o sentido a atribuir a **Letia*: Moreira (1967: 92) ligou esta forma a uma série *Lis/Les*, que define um conjunto de rios europeus, entre os quais se incluem os portugueses *Lis* (v.) e *Lisandro* (v.), mas à qual este autor não chega a atribuir um sentido. Observe-se, por outro lado, que *Leça* evoca os casos de *Beça* (v.) e *Dueça* (v.), os quais, associados aos galegos *Deza* (Pontevedra) e *Reza* (Ourense), parecem configurar uma série definida pelo sufixo *-ia*, bem conhecido da hidrotoponímia pré-latina (*Limia* > *Lima*, *Umia* > *Uíma*),⁷¹³ que, em contacto com consonantes oclusivas dentais ou velares (**Letia*, *Detia*⁷¹⁴), tiveram o efeito de as palatalizar. Em suma, *Leça* será um hidrotópónimo relacionável com estratos indo-europeus pré-latinos, apesar da semântica obscura do seu radical.

⁷¹² Em adenda a um estudo sobre os nomes do rio Lima, Moralejo (2007: 374) não descarta que a descoberta de fragmentos da *Geografia* de Artemidoro (séc. I a. C.) nos anos 90 do século passado obrigue a repensar a relação com a forma *Lethes* e o mito à sua volta: “[...] como vimos que supuña Leite de Vasconcellos, parece que no cabo do s. II a. C. temos xa o par grego Λήθη latino Oblivio aplicado ó que tamén é Limaía, Limia. Se na edición definitiva do papiro de Artemidoro se confirma esto, a candidatura do río Leça pódese desbotar e hai que se decidir polo Limia, pero seguirá sendo moi discutible que a etimoloxía de este teña que estar no campo do esquecemento (e pasos ó Máis Alá) e que os nomes Λήθη e Oblivio sexan as súas traducións grega e latina. O nome do Limia parece ter etimoloxía que nada ten que ver con que o río e o seu paso estean asociados ós mitos do esquecemento que os nomes grego e latino nos indican, pero non traducen do orixinal indíxena.”

⁷¹³ No contexto da toponímia em geral, o sufixo *-ia* pode não ser relevante para a identificação estratigráfica; contudo, no domínio da hidrotoponímia, ele pode revelar-se pertinente, como assinala Guerra (1998: 715): “[O sufixo *-ia*] é um sufixo comum no âmbito das línguas indo-europeias. A fazer-se depender da natureza do radical a origem deste sufixo, seria viável estabelecer, para muitas das formações em análise, uma origem pré-romana. Verifica-se, contudo, que alguns nomes são seguramente derivados que se constituem em contexto linguístico plenamente latino e que, na prática, nada permite atribuir esse elemento, com segurança, a um ou outro contexto linguístico [...]. Essa atribuição a determinado contexto linguístico pode, todavia, parecer fundamentada em alguns casos. É provável, em concreto, que os hidrónimos *Minius*, **Letia*, *Nabia*, *Nebia*, *Salia* se constituam já no domínio pré-romano [...].” Ver também Moralejo (2009: 65), que regista *Leça* entre os hidrotópónimos de duvidosa origem paleoeuropeia, muito embora as suas atestações medievais permitam propor o étimo **letia*, formado a partir da raiz **lei-* ‘verter, fluir’, do europeu antigo (informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho).

⁷¹⁴ O CODOLGA faculta exemplos quer de *Detia* quer de *Deciam* que parecem corresponder ao atual rio *Deza* no nordeste da província de Pontevedra.

4.13.15. Marão (rio)

De etimologia obscura, ainda que provavelmente pré-latina.

Maraon 1116 (DMP I: 57), 1134 (idem, p. 162), 1141 (idem, p. 228), *Maram* 1258 (PMH Inq.: 540).

Afluente do rio Ovelha (cf. CMP 1:25 000, folhas 114 – Santa Marta de Penaguião, 113 – Amarante). *Marão* é também o nome da conhecida serra que faz parte do conjunto montanhoso que separa as terras de entre Cávado e Douro das de Trás-os-Montes.

Machado (2003) considera obscura a origem deste topónimo, dado faltar consistência às propostas etimológicas existentes: por um lado, a de Leite de Vasconcelos, que sugeria uma origem antroponímica, no nome pessoal latino *Maranus* ou *Maranius*; e a perspetiva germanista de Piel (1937: 40), que o associava a um “nome *Maro*, conhecido por ser o dum bispo de Coimbra (683-688), e de outro, de Gerona, também do séc. VII [...]”

Guerra (1998: 523/524) sugere a hipótese de o epíteto *Marandigui*, de *Reue Marandigui*, teónimo atestado numa epígrafe romana, revelar uma eventual afinidade com o orónimo *Marão*: em comum, teriam a raiz de *maros* ‘grande, segundo Albertos (1966: 148) presente nos antropónimos *Maro* e *Maros*; observa ainda Guerra (idem, ibidem) que o epíteto – “um derivado constituído por dois sufixos [...]: um em *-nd-* e outro em *-ik-*” – permite deduzir a forma **Marandus*, “[...] eventualmente com a forma do sufixo *[-nd-]* não sonorizada – que, de resto, poderia encontrar no nome da cidade próxima de Amarante, um vestígio moderno”. Búa (2009: 102) defende sem hesitações tal relação, explicando *Marão* como “froito dunha apócope de **Marande* (ou talvez mesmo de **Marando*)”, tal como se encontra no caso de *Fernão*, de **Fernande* < **Fredenandi* (cf. Piel e Kremer 1976 §103.14).⁷¹⁵

Em resumo, é praticamente segura a origem pré-latina do nome *Marão*; e será alta a probabilidade de o seu uso como orotopónimo preceder o uso hidrotopónimo.

⁷¹⁵ Ver também Moralejo (2009: 78), que além dos étimos propostos, menciona ainda uma eventual relação com **mor(i)-* ‘água estagnada’ (proposta de Villar 1994-1995: 251). É questionável a compatibilidade da semântica desta raiz com o facto de se tratar de uma serra e de um rio serrano.

4.13.16. Mau (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷¹⁶

Afluente da margem direita do rio Douro (cf. CMP 1:25 000 folha 134 – Foz do Sousa, Gondomar). Na sua desembocadura, encontra-se a localidade de Rio Mau (Penafiel). Em Portugal, encontram-se outros rios com esta denominação nos distritos de Aveiro, Bragança e Viseu (cf. secções 4.1.33, 4.4.14 e 4.18.27).

Para Machado (2003), é topónimo de “origem e significado evidentes”. Contudo, deve ter-se em conta os comentários de Bascuas (2002: 231), segundo os quais, pelo menos, na Galiza, a forma *Rio Mau* pode esconder outra forma, *Humano*. Esta relacionar-se-ia pelo tema hidronímico **um-* com hidrotopónimos como *Homem* (v.) ou, na Galiza, *Umia* (Pontevedra) e *Eume* (Corunha). Não parece ser este o caso do nome de rio em referência (cf. *Mau, rio*, na secção 4.1.33).

4.13.17. Mezio (rio)

Romance ou português, de *homezio*.

Afluente da margem direita do rio Sousa, que o recebe perto de Paredes (cf. CMP 1:25 000, folhas 99 – Felgueiras e 112 – Penafiel). Machado (2003) confirma esta identificação, mas também localiza o mesmo topónimo em Castro Daire, Monção e Resende.

Machado (2003) relaciona-o com o substantivo comum *homizio*, do latim *homicidium*, ‘local onde se cometeram assassínios’. No entanto, além de sinónimo de *homicídio*, *homizio* reporta-se a um lugar onde se refugiam indivíduos acusados de crimes. Esta hipótese deixa supor que o nome em causa foi primeiro um topónimo.

4.13.18. Odres (rio)

Talvez do léxico comum latino-romance, ainda que a sua motivação seja obscura.

⁷¹⁶ As atestações apresentadas em Machado (2003 s. v. Rio Mau) não são referentes ao rio aqui referido, reportando-se a Rio Mau, no distrito de Braga.

*fluvio de Uteros 572 (Liber Fidei), Utribus 1114 (Liber Fidei)*⁷¹⁷

Afluentes da margem direita do Tâmega na parte ocidental do Marco de Canaveses (cf. CMP 1:25 000, folha 112 – Penafiel).

Machado (2003) interroga-se sobre a relação com o nome comum *odre*. Moralejo (2009: 71), depois de mencionar dois paralelos galegos (*Udres*, Porto do Son, Corunha; *Cabo de Udra*, na ria de Pontevedra), um castelhano (rio Odra, afluente do Pisuerga) e alguns da Antiguidade (*Autraca*, *Autrigones*, do gaulês *Autricum*, a atual *Chartres*; e no *Itinerário de Antonino*, talvez *Uttaris* correspondente às formas medievais *Autares*, *Outaris*, entre o rio Návia e o Bierzo), pergunta: “¿de lat. *uter*, *utris* ‘odre’, o es latinización de algún nombre prerromano a relacionar com alguno de los citados, o es tal vez, con *-t-*, *-tr-* hipercorrectas, remisible a **ud-*, **udro-* ‘agua’, ‘animal acuático (nutria)’?” A escassez de informação nas fontes consultadas relega este hidrotópónimo para o conjunto de nomes obscuros ainda que a sua configuração o enquadre, pelo menos, provisoriamente, no estrato latino-romance, se não num substrato pré-latino.

4.13.19. Onda (rio)

Talvez de origem latino-romance, ou mesmo galego-portuguesa ou até já portuguesa.

*uilla de Unda 1258 (PMH Inq. 477)*⁷¹⁸

Rio que nasce nas imediações de Guilhabreu, no concelho de Vila do Conde, no distrito do Porto, e desagua na praia de Angeiras, definindo a fronteira entre as freguesias de Labruge e Lavra bem como entre o referido concelho e o de Matosinhos (cf. CMP 1:25000, folha 110 – Maia). Este rio parece ser chamado de diversas formas ao longo do seu curso.⁷¹⁹

⁷¹⁷ Ver Machado (2003 s. v. *Odres*) e Moralejo (2009: 41 e 71). Ambas as atestações estão acessíveis pelo CODOLGA. No caso de 1114, a ocorrência encontra-se no seguinte contexto: *usque ad fluvium Utilem qui modo de Utribus appellatur* (cf. Moralejo, ibidem).

⁷¹⁸ Atestação registada em Cortesão (1912).

⁷¹⁹ Refira-se, por exemplo, que na zona da foz, este rio é denominado rio Labruge. Cf. Maia et al. 2009: 43.

Não se encontra registado nas fontes onomásticas e corográficas consultadas. Poderá pensar-se que o hidrotópónimo tem motivação metonímica: «rio que faz/tem onda», pelo que se identificará com o nome comum *onda*, do latim *ŭnda, ae* ‘água (considerada em movimento), onda, vaga; agitação, tempestade; ondas de ar; agitação de uma multidão’ (DHLP). A atestação medieval não desmente nem confirma tal suposição, mas pode antes apontar para um antropónimo, que não foi possível identificar.

4.13.20. Ovelha(s) (rio de/rio)

Talvez do nome comum *ovelha*, mas não se exclui origem mais remota, pré-latina.

Ovelia 1090 (PMH Dipl.: 442) *Ouelia* 1131 (DMP I: 141).

Afluentes da margem esquerda do rio Tâmega, no concelho de Marco de Canaveses, conforme se observa na CMP 1:25 000 (folhas 100 – Arnoia, Celorico de Basto e 113 – Amarante).⁷²⁰ Baptista (1874: 58), registando-o como *rio Ovelha*, localiza a sua nascente na freguesia de Campanhó e a foz na freguesia de Jazente. Machado (2003) assinala *Ovelha* como topónimo em vários pontos do território continental português (Porto de Ovelha, Almeida; Lisboa, Serpa),

Machado (2003) considera *Ovelha* um derivado do substantivo comum com a mesma forma, apresentando atestações medievais que, do ponto de vista romance, não desmentem essa relação (cf. supra).⁷²¹ Fernandes (1999) contesta a interpretação literal do topónimo, argumentando que se trata de um homónimo com uma etimologia totalmente distinta, que partilha a raiz *ov-* ‘água’ com outros topónimos como *Ovar* (Aveiro), *Ovial* (Braga) e *Óvoa* (Viseu), a que se junta ainda *Vinha* (Viana do Castelo), de *Ovinia*, conforme o *Parochiale* suevo. Deste ponto de vista, o hidrotópónimo teria relação direta com uma importante série hidronímica; mas não é de excluir uma reinterpretação semântica no sentido de o justificar referencialmente no contexto da ruralidade, como, aliás, sugere, o plural *Ovelhas*, alusivo ao gado ovino.

⁷²⁰ O CIGeoE-SIG apresenta as formas *rio Ovelha* e *rio de Ovelhas*, mas o mapa correspondente apenas marca a primeira forma.

⁷²¹ Machado (2003) parece sugerir dois rios com o nome *Ovelha*: um no concelho de Amarante, também conhecido como *Ovelha do Marão* e *Aboadela*; outro, em Jazente. É um lapso deste autor, porque Aboadela e Jazente são localidades nas margens de um mesmo rio, de nome *Ovelha*.

4.13.21. Ovil (rio)

Do estrato latino-romance, se não já plenamente português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Douro, corre no concelho de Baião (CMP 1:25 000). É topónimo também conhecido no Alentejo.

A falta de informação das fontes consultadas permite apenas supor que o rio tem carácter descritivo e relacional, à semelhança de *Cabril*, hidrotopónimo de Viseu, Vila Real e Viana do Castelo. Sendo assim, *Ovil* fará, aparentemente, referência à presença de ovelhas ou à função do rio como fonte de abastecimento de água para ovelhas.

4.13.22. Passarias (rio de)

De configuração latino-romance, a sua interpretação é, no entanto, obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷²²

Rio que corre no concelho de Felgueiras. O CIGeoE-SIG assinala-o na pesquisa, mas a CMP 1:25 000 não o apresenta; em seu lugar, marca-se o nome ribeira de Borba, designação de um afluente da ribeira de Santa Natália, esta afluente da margem direita do Tâmega. *Passarias* é também topónimo no concelho de Felgueiras (onde também se localiza o Alto das Passarias) e no de Vila Nova de Gaia.

Sobre a entrada *Passaria*, topónimo da Sertã, diz Machado (2003) tratar-se da conversão de um coletivo de pássaro, ao mesmo tempo que identifica uma forma pluralizada, *Passarias*, nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Felgueiras. Esta interpretação causa evidentes problemas do ponto de vista da congruência semântico-referencial, porque tornará muito rebuscada a motivação do topónimo: o carácter genérico de *pássaro* poderá não ter associada a relevância necessária à identificação de um lugar, já que no cenário

⁷²² Os PMH (Inq.: 560) registam em 1258 a forma *parzariam* em referência a um lugar nas imediações da antiga freguesia de Lustosa (concelho de Lousada). O texto não permite perceber se a palavra é usada como simples apelativo ou já como topónimo, mas a sua forma e sentido aparentes permitem identificá-la com *parçaria*.

rural ou urbano os pássaros são uma presença constante. Em alternativa, sugere-se aqui que *Passaria* e *Passarias* se relacionem antes com os termos *parçaria*, um derivado de *parceiro*, que teve um sentido preciso no contexto do direito consuetudinário; com efeito, o *Elucidário* de Viterbo define *parceiro* como nome que se deu “assim ao que dá, como ao que recebe alguma herdade de meas, 3.º 4.º, &c.”, numa situação de (*contrato de*) *parçaria*. É possível que *Passaria(s)* seja o resultado quer da perda de contraste fonológico entre os segmentos fricativos representados por <ç> e <ss>, quer ainda da assimilação da líquida pela fricativa, tal como ocorreu com *pessoa* < *persoa*. Sendo assim, o topónimo em apreço testemunha o uso de um termo referente a um tipo de organização da propriedade e do trabalho agrícola;⁷²³ e o hidrotopónimo guardará, portanto, testemunho de um topónimo alusivo a essa situação.

4.13.23. Sanguinhedo (rio)

Do fitotopónimo *sanguinhedo*, ‘local onde abundam sanguinhos’, do léxico comum do estrato latino-romance ou até de períodos mais tardios, já portugueses.

Sanguinieto 950 (idem, p. 35 e 513); *Sanganedo* 1009 (idem, p. 126), *Sanguiniedo* 1021 (idem, p. 155), *Ribulo curente Sanquineto* 1049 (PMH Dipl.: 223); *Sanguinedo* 1059 (idem, p. 259); *ribulo sanguineto* 1093 (idem, p. 472).⁷²⁴

Afluente da margem esquerda do rio Ave,⁷²⁵ atravessa a localidade de Santo Tirso. O topónimo também ocorre noutros pontos de Viseu para norte, incluindo a Galiza (Machado 2003).

Parece não haver razão para contestar a relação de Machado (2003) com o nome comum *sanguinhedo*, ‘local onde abundam sanguinhos’, sendo *sanguinho* um “arbusto (*Cornus sanguinea*) da fam. das cornáceas, nativo da Europa, com madeira us. na confecção de espetos e bobinas, flores brancas e drupas subglobosas” (DHLP). Assinale-se, todavia, que, como se comentou a propósito de *Sanguinheira* (v.), no distrito de Lisboa, por

⁷²³ Anote-se, porém, que, em galego, o DDLG documenta a forma *pasaría*, definida em castelhano como ‘arreglo de vida’, ou seja, ‘organização do dia a dia’. Não foi possível apurar se a palavra galega se relaciona de algum modo com o português *parçaria*.

⁷²⁴ Atestações recolhidos por Machado (2003), que também apresenta outras não referentes ao rio em questão: *Sanganeto* 897 (PMH Dipl.: 7 e 8).

⁷²⁵ Trata-se efetivamente de um afluente do rio Ave (cf. Pedrosa 1989: 98), e não do rio Leça, como certamente por engano se diz em Alarcão (2006: 142).

sanguinho entende-se geralmente o *sanguinho-de-água* (*Frangula alnus*), igualmente chamado *amieiro-negro* (cf. no contexto galego, Navaza Blanco 2006: 49, cuja informação é maioritariamente válida para o português). O hidrotópónimo, atestado desde a Idade Média (cf. supra), terá origem no topónimo com a mesma forma – documentado em 1012: *in uila sanguiniedo subtus monte cordoua* (PMH Dipl.: 155) –, mas hoje não registado nem na CMP 1:25 000 nem pelo RTP.

4.13.24. Sousa (rio)

De origem obscura, talvez pré-latina.

Sausa 924 (PMH Dipl: 18), 959 (idem, p. 46), 985 (idem, p. 91), 994 (idem, p. 104), 1048 (idem, p. 225), 1059 (idem, p. 260), 1071 (idem, p. 308); *Sousa* 1146 (DMP I: 263), 1147 (idem, 271), 1148 (idem, p. 277), 1150 (idem, p. 287)

Afluentes da margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folha 99 – Felgueiras, 112 – Penafiel, 111 – Paços de Ferreira, 123 – Valongo, 134 – Foz do Sousa, Gondomar, 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia).

Machado 2003 documenta *Sausa* desde inícios do século X, sem esclarecer a respetiva etimologia. Vasconcelos (1887-1889: 51) propunha que *Sousa* tivesse evoluído de *saxa*, plural neutro de *saxum*, *i* ‘rocha, penedo’ (cf. DHLP).⁷²⁶ A tese de Vasconcelos não é convincente, porque em contextos como o de *saxum*, o normal é *ei*, como em *taxu(m) > teixo*, pelo que fica por esclarecer a génese de *Sousa*. Fernandes (1999) propõe *sonosa* ou *sonora*, referido a *aqua*, segundo o esquema *sonosa (sonora) > Sõosa > Sousa*. Esta proposta é muito discutível porque, na documentação medieval, não aparece atestada a existência de um segmento nasal intervocálico ou a ocorrência de um diacrítico que de alguma forma indicie nasalidade (vocálica ou mesmo consonântica).

⁷²⁶ Para Vasconcelos (187-1889: 51), o encadeamento de processos fonológicos era o seguinte, numa descrição que ainda hoje se afigura válida: “[...] como se sabe, lat. *x* = *cs*, por isso *saxum* pronunciava-se (e pronuncia-se ainda nas aulas) *sacsum*; nessa palavra o *c* dissolveu-se em *u*, por estar antes de consoante, como no arch. *tausar* (Viterbo, *Elucid.*), que vem de *tacsare* = lat. *taxare*, – por isso *sacsum* deu **sausu*–; d’esta palavra veio *Souso*, pela mudança de *au* em *ou*, o que é frequente na nossa língua, como se vê em touro = *taurus*, ouro = *aurus*, etc. [...]”.

Uma terceira hipótese será considerar a relação com a forma *salsa*, que ocorre em “Fonte *Salsa*” (atestação da cópia da Divisão de Vamba no *Liber Fidei*),⁷²⁷ ou em sequências como “três pozales de aqua moria quae dicitur *Salsa*”, de 853, e “felgaria, molina, sive et illa *salsa* in Menico”, de 870 (Floriano Cumbreño 1951); observe-se, contudo, que, em latim medieval, não parece haver para *salsa* outra aceção que não seja ‘condimento’. Acrescente-se ainda que *Salsas* ou *Salsa* é o nome com Plínio o Antigo identifica um rio na Carmânia, hoje Kerman, no sueste do Irão (Smith 1854 s.v. *Salsas* e *Salsa*).

De todas as formas, o hidrotopónimo parece ter, portanto, motivação descritiva, mediante um qualificativo (‘rio sonoro, ruidoso’, ou ‘água salsa’ ?), muito embora a sua etimologia, que poderá ser pré-latina, continue obscura.⁷²⁸

4.13.25. Teixeira (rio)

Português, provavelmente de nome de lugar com origem no nome comum *teixeira*, ‘lugar onde há ou abundam os teixos’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do Douro, que percorre os concelhos de Amarante, Mesão Frio e Baião (cf. CMP 1:25 000, folhas 114 – Santa Marta de Penaguião, 126 – Peso da Régua). Baptista (1974: 54) localiza-lhe a nascente na serra do Marão, referindo que “passa na F[reguesia] de Teixeira, e tem ponte na estrada real de Mesão Frio para Amarante”. O topónimo Teixeira é frequente em Portugal e na Galiza; assinala-se um outro rio também com este nome situado mais a sul, no concelho de Castro Daire.

Nome que não parece oferecer dificuldade de interpretação. Machado (2003) considera-o um derivado de *teixo*, do latim *tāxu-* ‘teixo (árvore)’ (cf. DHLP), o que sugere que o nome de lugar deve ter dado origem ao hidrónimo.

4.13.26. Tinto (rio)

⁷²⁷ Ver Costa (2016: 42). Trata-se da reedição dos três tomos editados pelo Padre Avelino de Jesus da Costa entre 1865 e 1990.

⁷²⁸ Artigo que foi sujeito a alterações, feitas a partir da informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Do léxico comum português, embora possa corresponder a um período anterior no âmbito latino-romance.

Riuulo Tinto 1059 (PMH Dipl.: 258) e 1140 (DMP I: 217).⁷²⁹

Afluente da margem direita do Douro, corre nos concelhos de Gondomar e desagua já na cidade do Porto, em Campanhã (CMP 1:25 000 folha 122 – Porto). Como microtopónimo, também se encontra Rio Tinto em Venade (Caminha, Viana do Castelo) e Vilamou (Viana do Castelo); como topónimo, em Amares (Braga), Esposende (Braga), Vagos (Aveiro), Arazede (Montemor-o-Velho) e Marinha Grande (Leiria). Na Galiza, também se regista Riotinto, em Teo, na comarca de Santiago de Compostela. Refira-se também o conhecido rio Tinto da província de Huelva.

Machado (2003) considera que *Tinto* tem origem e significação evidentes.⁷³⁰ Parece, portanto, tratar-se de um hidrotopónimo de carácter qualificativo, com base no adjetivo *tinto*, de *tinctu-* ‘molhado, ensopado, cheio de tinta’ (DHLP).

4.13.27. Torto (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do Douro, parece ter percurso paralelo ao rio Tinto (cf. CMP 1:25 000, folha 122 – Torto).

Cf. comentários sobre o rio com este nome, nos distritos de Beja (secção 4.2.10), Braga (4.3.35), Castelo Branco (4.5.8), Évora (4.7.8), Guarda (4.9.18), Santarém (4.14. 14), Vila Real (4.17.44).

⁷²⁹ Machado assinala (2003) a ocorrência de *Riuulos Tintos* em 1140, em Gondomar (DMP I: 218). Pode supor-se que o plural tem que ver com a inclusão do rio Torto, que corre e desagua perto do rio Tinto, mas não foi possível confirmar esta hipótese noutras fontes primárias e secundárias.

⁷³⁰ Uma lenda atribui *Tinto* ao sangue vertido numa batalha entre cristãos e muçulmanos. Cf. Costa (1959: 549).

4.13.28. Trofa (rio da/de)

Do topónimo *Trofa*, de origem obscura, mas enquadrável no léxico comum do estrato latino romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Ave (CMP 1:25 000, folha 97 – Bougado, Santo Tirso). Trofa é nome de algumas localidades no canto noroeste de Portugal (Entre-Douro-e-Minho, ocidente do distrito de Vila Real e distrito de Aveiro).

Hidrónimo referente ao topónimo *Trofa*, este do nome comum *trofa* ‘palhoça’ ou ‘capa de junco’, cujo uso seria raro e se terá perdido (Piel 1989: 77).⁷³¹ Piel procurou enquadrar *trofa* nos estratos pré-latinos, propondo uma eventual proveniência céltica, tal como sucede com *cabana*, que destaca pelo amplo aproveitamento toponímico no noroeste peninsular; contestava assim as teses de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (cf. *Revista Lusitana*, vol. XI, pp. 62 e 239), que filiava o vocábulo no germânico *troufe* ou *traufe* ‘goteira, biqueira, cano de telhado’, e Harri Meier, o qual a relacionava com o latim **tūfūla*, do também hipotético *tūbūla* ‘cânula’. Assinale-se que *trofa* é vocábulo registado por Pereira (1912: 350), que lhe atribui o significado de ‘croça [ou coroa], capa de junco’, num estudo respeitante aos regionalismos de Vila Pouca de Aguiar; também tem entrada em alguns dicionários gerais (cf. Figueiredo 1913, que o define como ‘capa de junco’ e ‘palhota’).⁷³² Não parece existir *Trofa* como topónimo na Galiza, pelo que é possível sugerir, em alternativa à hipótese de Piel, que o topónimo tem história mais recente nas regiões portuguesas em referência, independentemente da sua origem como item do léxico comum, a qual, de resto, permanece obscura. Igualmente se afigura obscura

⁷³¹ A palavra parece ser exclusiva da região de Entre-Douro-e-Minho e regiões portuguesas adjacentes a leste e a sul. Em galego, não se documentam topónimos com esta forma; como nome comum, o DRAG não o consigna, mas o DEE regista-o na seguinte aceção: “Lumieira[,] peça de pedra ou madeira colocada horizontalmente sobre as ombreiras da porta ou janela.” (sinónimos: *capealço*, *padieira*, *sobreleme*). O DDLG também faculta dos registos de *trofa*, um a que se atribuem os significados de ‘capa de junco’ e ‘palhota’, e outro, na aceção de lintel. *Trofa* é, portanto, vocábulo polissémico, cuja conversão toponímica não é clara, muito embora os significados de ‘palhoça, palhota’, por se aplicar a uma edificação (ainda que frágil ou provisória), sobressaia como mais apta para a denominação toponímica. Refira-se que DDGM não apresenta qualquer registo de *trofa*; já o TMILG conta com três ocorrências, todas de uma fonte – José Rodríguez Cruz 2004. *Trazos sobre a vestimenta tradicional no surlleste de Ourense*, Ourense: Deputación Provincial –, na qual, porém, a menção de *trofa* não parece claramente vinculada à dialetologia galega.

⁷³² Bluteau (1712-1728) regista *trofa* como nome comum, com a seguinte definição: “Na Beira, he hum capote de juncos contra a chuva.” Esta definição é retomada por Vieira (1871-1874): “Termo da provincia da Beira. Capa de junco contra a chuva.”

a motivação de *Trofa* enquanto topónimo: talvez a noção genérica de ‘abrigo’, associada a qualquer palhota ou cabana, paralelamente com a relação mais específica com *coroça*.

4.13.29. Uíma (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

riuulo umie 922 (PMH Dipl. 16); *ribu Umia* 1079 (PMH Dipl. 342 e 505), *humilha* 1085 (PMH Dipl.: 120)⁷³³

Afluente do Douro, nasce nas imediações de Duas Igrejas, na freguesia de Romariz, no concelho de Vila da Feira e encontra a foz em Crestuma, no concelho de vila Nova de Gaia (CMP 1:25 000, folhas 134 – Lever, Vila Nova de Gaia – e 144 – Canedo, Feira).

Machado 2003 não lhe dá entrada, mas menciona-o no artigo correspondente ao topónimo *Crestuma*, que analisa como aglutinação de *crasto* e *Umia*, apoiando-se na forma *Crastumia*, atestada em 922 (PMH Dipl.: 17) e 1113 (DMP I: 50).

A aparente afinidade com hidrotopónimos galegos como o *Umia*, na província de Pontevedra, ou o *Eume*, na província da Corunha, permite incluí-lo no estrato pré-latino, à semelhança do que é feito por autores galegos, embora se revele incerta a filiação linguística deste grupo. Moralejo (2007: 224) informa que “Millán 1981: 24 y 31, 1987: 24-30, propone para el hidrónimo *Eume* un ide. **ug^w-smi-*, con raíz que también estará presente “sin discusión”, segun Millán, en el inmediato *Ombre*, para el que propone un ya evolucionado **Umě-brīgs*. A esa misma raíz indoeuropea (cf. *IEW* 1118, **ug^w-* ‘bañar, húmedo’ para ὕψος, lat. *uvidus*, *umor*) deberan remitirse los hidrónimos galaicos *Homem* (afl. Cavado BR) y, con la habitual mala segmentación y reinterpretación etimosemántica, *O Mao*, med. *Humanum* (afl. Sil OU), además del *Mao* (afl. Salas-Limia OU) y del *Mao* (afl. Cabe-Sil LU); también el *Umia*, Ria de Arousa PO, cuya *u-* no se ha abierto en *o-* por acción de la *-i-* inmediata”. Bascuas (2014) considera que “o segundo elemento do río *Eume* sería unha variante do río *Umia*, da raíz **weg^w-* ‘húmido’, coa cal relacionamos antes formas como as seguintes: varios *Umano* > *O Mao*, medieval *Ugeres* > *O Xurés* e *O Gerês*, *Ogos*, *Ugia*, *O Xobre*, *Oia*, *O Hío*, *Fonte d’Oxeu* ou *Fonte do Xeu*, *Ouíá* ou *Uía* [...]”

⁷³³ Atestações recolhidas por Cortesão (1912) e

Não podendo associar *Uíma* nem a um radical latino nem a formas de superestrato, nem sequer ao léxico comum, afigura-se, pois, plausível o seu enquadramento pré-latino e provável a sua filiação indo-europeia.⁷³⁴

4.13.30. Valadares (rio de)

Com origem no topónimo *Valadares*, com origem no arcaísmo *valadar*, do léxico comum.

riuulo valadares 1100 (PMH Dipl.: 561) e 1176 (DMP I: 433).⁷³⁵

Rio que desagua no Atlântico, na praia de Valadares (CMP 1:25 0000, folha 133 – Valadares, Vila Nova de Gaia). *Valadares* é um topónimo que tem frequência importante a norte do Mondego. Também ocorre na Galiza.

Machado (2003), considerando que nome *Valadares* foi difundido a partir de Gaia, analisa-o como um derivado de *valada* ou *valado*, termos relativos a acidentes do terreno. Contestando a origem na região de Gaia, Fernandes (1999) filia *Valadares* no latim *vallu-* ‘fortificação, defesa’ e interpreta o topónimo como nome comum – *valadar* – que terá significado ‘limite, linde’. Pela sua distribuição geográfica, que evidencia implantação significativa na Galiza, a explicação de *Valadares* fica mais apoiada com a tese de Fernandes; note-se, porém, que o significado atribuído aos topónimos galegos não tem conotação militar, limitando-se estes a referir um mero acidente no terreno, sem especificarem a intervenção humana ou a intencionalidade defensiva.⁷³⁶ Como sugere a estrutura do seu registo no RTP (*rio de Valadares*), o hidrotopónimo em apreço deve provavelmente a sua génese à associação com o espaço por onde corre o rio assim chamado – a freguesia de Valadares em Vila Nova de Gaia.

⁷³⁴ Artigo que foi sujeito a alterações com base em informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

⁷³⁵ De acordo com Machado (2003).

⁷³⁶ Segundo Cabeza Quiles (1992: 246), “[a] un lugar valado, cerrado ou rodeado de valos fan alusión os topónimos *Valadal*, *Valadar* e *Valadares*, nome, este último, dunha parroquia do concello de Vigo”. Com sentido abundancial, é frequente encontrar a alternância entre os sufixos *-al* e *-ar*.

4.14. Distrito de Santarém (14 hidrotopónimos)

Almonda (rio), Alcobertas (ribeira das), Alviela (rio), Carapua (rio), Carvalho (rio do), Centeio (rio do/rio), Jaleca, (rio da) Maior (rio), Mata (rio da), Mourual (rio), Penegral (rio do), Santo (rio), Sorraia (rio), Torto (rio).

4.14.1. Almonda (rio)

Origem obscura, com provável origem ou interferência árabe.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Tejo, nasce na serra de Aire (cf. CMP 1:25 000, folhas 310 — Minde, Alcanena; 329 — Torres Novas; 341 — Pernes, Santarém; cf. também Baptista 1874: 110). Atravessa Torres Novas e passa a noroeste da Golegã, ambas localidades do distrito de Santarém. O rio assim chamado também aparece denominado *Azinhaga* em Baptista (1874: 110). A aldeia situada nas imediações da nascente deste rio recebe o mesmo nome, *Almonda* (CMP 1:25 000, folha 319 — Minde, Alcanena).

Cardoso (1747) afirma que o hidrotopónimo se deve à povoação com o mesmo nome, derivando este de *Alius Monda*, que significaria “outro Munda”, dada a sua semelhança com o *Munda*, isto é, a base de derivação de **Mondaecus*, forma pressuposta pela forma atual *Mondego* (cf. Vasconcelos 1095: 27 e 1926: 326 e Guerra 1998:539). Esta etimologia, se pode não parecer desacertada quanto à relação com *Munda*, é já especulativa e procede de uma reinterpretação arbitrária quando se trata do elemento *al*. De qualquer modo, foi divulgada nos séculos XIX e XX, por exemplo, por Pinho Leal (1873-1890) e Costa (1929-1949). Machado (2003), sem indicar fontes, considera apenas a identificação de *-monda* com *Munda*, interrogando-se sobre um eventual nexos com *Munda*, o antigo nome do Mondego. Cabe, no entanto, questionar a interpretação de *al* como cristalização do artigo árabe, porque, se *-monda* for um nome próprio transmitido pelo latim peninsular, não consta que a arabização lhe impusesse a associação de artigo.⁷³⁷

⁷³⁷ Poderia explorar-se uma hipótese alternativa, a de *Almonda* se dever integralmente ao árabe. Ora, é de assinalar a forma *Almundar* como antropónimo árabe atestado em 968 na documentação medieval portuguesa (PMH Dipl.: 60; cf. também Cortesão 1912, s.v.), para a qual poderia supor-se a passagem a uma forma apocopada **almonda*. Este antropónimo tem origem no léxico comum arábico, concretamente em *al mundir*, ‘que avisa ou ameaça’, em árabe clássico, e *almundar* na onomástica hispânica (Terés III: 28). Em Espanha, a toponímia castelhana regista *Villalmóndar* (Burgos), que inclui o referido antropónimo árabe (idem), com acento tónico na penúltima sílaba. Considerando este antropónimo e a mesma colocação

Não se vislumbrando conexão com itens do léxico comum de origem pré-latina, latina ou árabe, a origem do hidrotópónimo em referência permanece obscura, embora a aparente interferência árabe indique o seu uso em tempos medievais.

4.14.2. Alcobertas (ribeira das)

Híbrido árabo-românico, provavelmente conversão de topónimo em hidrónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

O rio assim chamado também é ou foi conhecido como rio de Calhariz, segundo Baptista (1874: 112). Este diz tratar-se de um afluente do rio Maior (idem), mas a CMP 1:25 000 (folha 325, Almoester, Santarém) apresenta-o a confluir com o rio Maior para juntos formarem a vala da Azambuja. Note-se que *Alcobertas* é igualmente nome de localidade (CMP 1: 25 000, folha 327 Turquel, Alcobaça).

Machado (2003) analisa-o em dois elementos de diferente origem, considerando-o um híbrido: o elemento de origem árabe *al-* e *coberto*, elemento presumivelmente latino. Silveira (1913: 133) menciona sem analisar este hidrotópónimo numa série de híbridos árabo-romances. É muito provável que o topónimo (concelho de Rio Maior) esteja na origem do nome do rio. Não é clara a interpretação do elemento *-cobertas*: além da aparente ligação a *cobrir*, terá alguma relação com *Alcoba*, outro híbrido de *al* e *coba*, na aceção de ‘cova, gruta’ (cf. Caramulo)?

de acento, a hipótese de apócope de *-r* em *Almonda* poderia ver-se confirmada por casos paralelos, quer na onomástica quer no léxico comum, que são assinalados por Serra (1967: 21): *Almodafa* (Tarouca) < *Almudafar*, 1258 (Serra 1967: 21) < antropónimo *Al-Muzaffar* (idem); *alfange* < *alfanger*, séc. XII-XIII < *alfanjar*, 1136 (idem); *Pedralva* (Braga) < *Pedrálvar* < *Prado Alvar* < *Pratu Alvari* (idem; com base em Silveira 1914: 125). Os topónimos mencionados são nomes de lugar, e não hidrotópónimos, o que sugere que a proposta aqui feita se confronta com a dificuldade de a antroponímia se converter em hidroponímia sem passar pela conversão prévia em nome de lugar (embora seja de lembrar *Almançor*, também nome de rio). O facto de, perto da nascente do rio em referência, se situar a aldeia de Almonda permite pensar que, ao invés do que é dito, o nome em discussão foi inicialmente aplicado à povoação, e só depois ao rio («rio de Almonda»). Não foi possível validar esta hipótese, até porque a referida aldeia é também registada sob o nome de *Casal do Almonda* em Costa (1929-1949), topónimo composto, no qual a determinação *do Almonda* sugere que foi o rio a emprestar o nome à localidade.

4.14.3. Alviela (rio)

Híbrido, talvez formado pelo elemento árabe *al-* e por um elemento talvez de origem latino-romance.

Aluenela 1157 (DMP I: 325)

Afluente do rio Tejo, nasce a “N. E. de Alcanede” (Baptista 1874: 110; cf. também CMP 1:25 000, folhas 329 — Alcanede, Santarém; 341 — Pernes, Santarém; 353 — Santarém).

Referido por Machado 2003: “De *al* + *lat[im]* *venēlla*, dimin[utivo] de *vēna*, “veia: canal de água natural, veio de água”. Este autor assinala que está atestado em 1157 sob a forma *Aluenela* (D.M.P. I: 325), *Aluella* em Script. (P.M.H.), p. 159 (“séc. XV?”) e *Alviella* em Fernão Lopes (crónica de D. Fernando).” Machado segue com grande fidelidade a proposta de Silveira (1914: 133), que afirma: “É sem dúvida um nome mozarábico, composto com o artigo arábico *al* e o vocábulo lat. *venella*, diminutivo de *vena* ‘veia ou corrente de água, ribeiro’. Nos forais antigos dos séc. XII e XIII e nos documentos dos séc. IX-XI publicados nos PMH, aparece muitas vezes *vena* no sentido de rio ou ribeiro. Junto da minha aldeia natal, Fogueira (freg. de Sangalhos) corre um pequeno ribeiro, que tem mesmo o nome de Veia.” Sem desenvolver, Silveira (1922: 190) volta a referir *Alviela* como um exemplo de hibridismo moçárabe. Acrescente-se que Cortesão regista a forma *Alvella*, remetendo-a para os PMH (Script.: 159), onde aparece associada à região de Santarém: “[...] e Suer Coelho irmão de Esteuam Coelho foi casado em Santarem com filha de Affonso Dias e de causa mulher de Sanatrem, que houve hi mui bons moinhos na Ribeira d’Alvella [...]”. Dada a coincidência geográfica, parece haver fortes razões para aceitar que *Alvella*, além de denominar o mesmo rio, é variante de *Alviela*.

Bascuas (2002: 272) considera inverosímil a etimologia de Machado (2003) e Silveira (1914) e propõe que *Alviela* seja inteiramente indo-europeu, ao encerrar a raiz **el-/ol-* ‘fluir’, com o qual converge em homonímia o tema *Alv-* ‘branco’: “Otro diminutivo curioso es *Alviela*, río de la Estremadura y l. de Santarém (Port.), atestiguado como *Aluenela* 1157 ; puede analizarse como **Albanella*, con cierre de *a > e* por asimilación, o mejor como **Albenella*, con formación comparable a la del río *Albana*, s. X, o *Albina* 777, que aduce Krahe para el río *Alfene* (Bélgica) y el río *Alm*, afl. del Traun (Austria) y afl. del Salzach; el suf. *-eno* es bastante frecuente en formaciones prerromanas

[...]. Assinale-se que a forma *Alvela* é igualmente comentada por Bascuas (idem, ibidem) mas em referência a um “río en la región de Viana do Castelo (Port.), atestado em 1129” (cf. DMP: 124, apud Machado 2003), considerando que “es probablemente un derivado de *Alba* con el mismo suf. dim. que otras formaciones hidronímicas, como *Sarela*, *Tamarela*, *Miñotelo*, *Dornelas*, *Tuela*.”

Sem rejeitar a hipótese pré-latina, a história linguística da região onde se localiza Alviela torna plausível, mesmo assim, uma interferência árabe. Tratar-se-ia, assim, de mais uma forma toponímica a associar o artigo árabe a um elemento talvez pré-árabe, latino-romance ou até anterior.⁷³⁸

14.4. Carapua (rio)

Obscura, mas é provável que se refira a nome de lugar resultante da conversão de um antropónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira das Alcobertas ou do rio Mouroal, nasce na freguesia de Turquel, no concelho de Alcobaça, próximo da serra dos Candeeiros e da serra da Lua (CMP 1:25 000 folha 327 – Turquel, Alcobaça). *Carapua* é também nome de um lugar da freguesia de Alcanede, no distrito de Santarém.

Este nome figura como topónimo em Machado 2003, que não o associa a rio mas, sim, a nome de lugar: “Está relacionado com *carapau*? Alc[unha de mulher tornada top[ónimo]?” Fernandes (1999, s.v. *Carapalha*) contesta tal hipótese, propondo analisar-se *Carapua* como nome parcialmente pré-romano: *carap(p)* (relacionado com car-‘pedra’) + *ua*, sendo o segundo o segundo elemento talvez evolução do sufixo *-ula* (cf. *Mamoa*, com avariante *Mamua*); em alternativa, mas na mesma linha etimológica, sugere *Carapua* < **Caramua* < *cara mola*. De qualquer modo, o hidrotopónimo parece dever-se a um uso toponímico que lhe deve ser anterior.

14.5. Carvalho (rio do)

Do léxico comum *carvalho*, do estrato latino-romance, medieval ou já português.

⁷³⁸ O artigo foi sujeito a alterações baseadas nas observações feitas pela Professora Ana Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que passa em Vila Moreira, nas imediações de Alcanena (cf. CMP 1: 25 000, folha 329 – Torres Novas).

Terá provavelmente origem num nome de lugar homónimo, com base no fitónimo *carvalho*.⁷³⁹ Porém, nem o RTP nem a CMP permitem identificar tal topónimo.

14.6. Centeio (rio do/rio)

Provavelmente português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Alviela (CMP 1: 25 000, folhas 328, 329, 341). Baptista (874: 111) identifica a ribeira de Pernes com o rio Arneiro ou rio do Porto do Centeio, que será o mesmo que aqui se menciona.

Machado (2003) regista o topónimo *Centeio* na metade sul de Portugal, mas não o associa a nenhum curso de água; interpreta-o como conversão do nome comum *centeio*, do latim lat. *centēnum*, i ‘centeio (cereal)’ (DHPL). Não se vislumbrando outra pista, opta-se aqui pela de Machado, embora com as reservas motivadas pela falta de fontes que esclareçam a origem deste hidrónimo.

14.7. Jaleca (rio da)

Do léxico comum português, talvez conversão de um antropónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

É afluente do rio Maior, este, por sua vez, afluente do Tejo. (CMP 1:25 000, folha 351 — Cercal, Cadaval).

⁷³⁹ *Carvalho* terá origem no item de origem pré-latina *carba* ‘matagal espesso’ por sufixação de **-aliu* (Navaza 2006: 148 e 150, baseando-se no DCECH e em Rivas Quintas 1982: 156).

Apesar de *Jaleca* ser a forma registada no CIGeoE-SIG, também se atesta a forma *Jaleco*. Parece ser forma homónima de *jaleco* e *jaleca*, nome comum, que designa uma peça de roupa e cuja etimologia é atribuível ao espanhol *jaleco*, do turco *yelék* (DH e Corriente 2003). Esta relação com uma peça de roupa, que dificilmente se presta diretamente a nomear um lugar, tornam pouco plausível que se trate da mesma palavra; a menos que se trate de um nome pessoal que por sua vez deu nome a um lugar e daqui se converteu ao nome do curso de água em questão; ou, ainda, ter origem numa metonímia: «o rio onde se lava o jaleco». Não foi possível dispor de fontes ou de dados que confirmassem estas duas últimas hipóteses.

14.8. Maior (rio)

Português, constitui um atributo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷⁴⁰

Baptista (1874: 111) descreve-o como afluente do rio Tejo, localizando-lhe a nascente «a duas léguas de Alcanede». No entanto, a CMP 1:25 000 (folhas 327 Turquel, 339 Rio Maior, 351 Cerca - Cadaval, 352 Almoester – Santarém).

Trata-se de um nome de fácil interpretação, como Machado (2003) reconhece. Tem, com toda a probabilidade, tem origem no comparativo adjetival *maior* – do “lat. *māior/maior* ou *majus/maius*, *ōris*, comp.sup. de *magnus*, *a*, *um* ‘grande, volumoso’” (DHLP) –; aparentemente como identificação por contraste com rios de menor extensão.

14.9. Mata (rio da)

Do léxico comum *mata*, do estrato latino-romance, talvez já atribuído num período plenamente português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Carapua (cf. CMP 1:25 000, folha 328 Alcanede, Santarém).

⁷⁴⁰ Em Machado (2003), as atestações apresentadas são relativas a Rio Maior no norte do atual distrito de Aveiro.

Rio que parece dever o nome ao topónimo *Mata do Rei* (freguesia de Alcanede, no concelho de Santarém), de uma localidade situada próximo do seu curso. O nome comum *mata* tem origem no latim tardio *matta*, *ae* ‘esteira de junco; porção de plantas que cobre certa porção de terreno’ (DHLP; ver também DCECH s. v. *mata*).

14.10. Mourual ou Mouroal (rio)

Português, com provável origem num topónimo resultante da conversão de um nome coletivo.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira das Alcobertas (cf. CMP 1: 25 000, folhas 328, Alcanede, Santarém). *Mouroal* também se chama uma localidade da freguesia de Gançaria, no concelho de Santarém.

Grafado *Mouroal* por Machado (2003), que aventa várias hipóteses, para acabar por ligá-lo a *Almourol*: “Conjunto de mourões, pl[ural] do s[ubstantivo] m[asculino] *mourão*, em que sentido? Estacas ou esteios? Local onde abundam animais miriápodes semelhantes ao bicho-de-conta com essa designação?” É, portanto, plausível que se trate de um coletivo derivado de *mourão*, de acordo com casos como os de *meloal* (de *melão*), *algodoal* (de *algodão*) ou *açafroal* (de *açafrão*).⁷⁴¹ A existência da localidade de *Mouroal* leva a supor que, de facto, o nome começou por assinalar um lugar, e não um rio.⁷⁴²

14.11. Penegral (rio do)

Portugal, talvez de nome comum coletivo que se converteu em topónimo e depois em hidrónimo.

⁷⁴¹ [...] [O] grupo *-oal* é formado por uma base de *-o-* constituída de uma relação entre *-ão* e uma análise formal com *-o-*, donde, p. ex., sobretudo coletivos de vegetais, ou de base em *-ó* final tónico: *açafroal*, *algodoal*, *amendoal*, *cipoal* etc.” (DHLP)

⁷⁴² Considerando, porém, que o hidrotopónimo se encontra numa zona dialetológica caracterizada pela monotongação de *ou > o*, não é de excluir uma eventual relação com o topónimo galego *Muruais*, que no projeto do Dicionário de Apelidos Galegos se considera de origem pré-romana, relacionado com *morea* ‘amontoado’, *morouza* ‘montículo’, com um coletivo *-ales*, talvez com parentesco remoto com o latim *murus*, tal como acontece com os topónimos *Murias*, *Murado*, *Muras* e outros (comunicação pessoal da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho).

Referido na Internet, mas não nas fontes impressas disponíveis.

Nasce na freguesia de Alcobertas e é afluente da ribeira dos Pisões, esta, por sua vez, afluente da ribeira das Alcobertas (cf. CMP 1:25 000 folha 327 – Turquel, Alcobaça). Na proximidade deste rio, localizam-se os lugares de Penegral e Charneca do Penegral.

Regista-se o nome *Penegral* em Castela, na província de Segóvia, ao qual se dá o significado de ‘pino negral’, que é mesmo que o comumente chamado em português *pinheiro* (bravo).⁷⁴³ A menos que se trate de alteração de *penedral*, variante de *penedal*, forma pressuposta pelo topónimo *Penedrais* (Alandroal; Machado 2003). A presença de *Penegral*, provavelmente o mesmo que hoje é conhecido como *Quinta dos Penegrais*, deixa supor que se trata de um nome pessoal, talvez o de um proprietário, que deixou descendentes (“os Penegrais”). Mas *Charneca do Penegral* pode ser assim formado em alusão ao hidrotópónimo. As fontes consultadas deixam em aberto as hipóteses referidas.

14.12. Santo (rio)

Português, aparentemente como atributo do próprio rio.

Afluente da ribeira de Alcobertas ou do rio Mourual, nasce nas imediações da serra dos Candeeiros (CMP 1:25 000 folha 328 – Alcanede, Santarém),

As fontes consultadas não permitem reconstruir as condições da génese deste hidrotópónimo. Supõe-se, portanto, que *Santo* seja um antigo qualificativo do rio, talvez em associação à crença no poder milagroso das suas águas ou em qualquer outra propriedade que o tornasse benéfico; pode ainda ter surgido por qualquer outra razão (evocação de milagre ou da vida de um santo). A falta de elementos sobre este nome obscurece, portanto, a sua motivação.

14.13. Sorraia (rio)

Composto por nome pré-latino e nome de origem obscura.

⁷⁴³ *Pino negral* é fitónimo usado em Castela-a-Velha para designar o *Pinus pinaster*, isto é, o pinheiro bravo. Ver Rafael Moro 2002. *Guía de los Árboles de España*, Barcelona: Ediciones Omega.

Soor 1173 (DMP I: 417) e 1262 (PMH Leges: 702), *Montalvo de Soor* 1199 (Ribeiro 1810-1836). Para *Raia*, não se encontram referências antigas ou intermédias na bibliografia consultada.

Afluentes do Tejo (cf. CMP 1:25 000, folha 390 — Vila Franca de Xira; 418 — Pancas, Benavente). Baptista (1874: 120) assinala que este rio se forma “das ribeiras de Sôr e Raia que reunindo-se entre as FF. de Couço e Santa Justa, 3¹ a E. de V.^a Nova da Erra dão nome a este rio, que então corre a O. até passar 1^k ao S. da dita V.^a; inclina depois para S. O. até passar em Coruche, onde tem extensa e bella ponte de cantaria, construção romana, na via militar de Santarem a Merida”. A forma *Sorraia* ocorre também como hidrotopónimo do concelho de Torres Vedras (*ribeira do Sorraia*; cf. CMP folha 361 — A dos Cunhados, Torres Vedras).

Hidrotopónimo que é resultado da aglutinação de outros dois hidrónimos, *Sor* e *Raia*. A *Sor*, Machado (2003) atribui origem pré-romana, “ligado ao lat. *Saurium*” e divergente de *Soure*. – cf. discussão mais desenvolvida no artigo respetivo na secção 4.12. Sobre *Raia* (v.), Machado (2003) pouco adianta, permitindo inferir-se que o hidrónimo tem origem em *raia* ‘marca, limite, fronteira’ – cf. secção 4.7. Parece, portanto, que *Sor* se inscreve entre a hidrotoponímia pré-latina, enquanto *Raia*, podendo relacionar-se com o léxico comum de tradição latino-romance, levanta questões que não podem ser esclarecidas por enquanto.

14.14. Torto (rio)

Do adjetivo *torto*, do léxico comum latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷⁴⁴

Baptista (1874: 119) menciona-o como afluente da margem esquerda do Tejo, localizando a nascente a «duas léguas a N. O. de Ponte de Sôr» e a foz a «1^k abaixo do Rocio d’Abrantes». A CMP 1: 25 000 confirma esta localização (folhas 331-Abrantes e 343-Bemposta, Abrantes).

⁷⁴⁴ Machado (2003) apresenta várias atestações de Rio Torto (s.v.) que não são relativas à região do rio em apreço

Como topónimo em geral muito frequente em Portugal continental e na Galiza (vários topónimos com a forma *Riotorto*). Machado (2003) identifica-o como nome de «[r]ibeiros, afluentes dos rios Degebe, Tejo, Mira, Douro, Basagueda, Rabaçal», bem como topónimo de Fafe e S. João da Pesqueira. Considerando que deriva do adjetivo *torto*, em alusão da configuração de rios, caminhos, estradas, embora alguns casos possam ser atribuídos a uso como alcunha, como sinónimo *vesgo*. Afigura-se plausível a génese deste hidrotopónimo no uso de *torto* como qualificativo (sobre a etimologia do adjetivo, ver *Torto, rio*, na secção 4.2.10).

4.15. Distrito de Setúbal (4 hidrotopónimos)

Coina (rio), Judeu (rio), Moita (rio da), Porto (rio do).

4.15.1. Coina (rio)

Talvez pré-latino, parcial ou totalmente, e transmitido por via de um dialeto moçárabe ou do árabe dialetal.

Couna 1181 (num codicilo de D. Sancho I, segundo Viterbo 1966: 29),⁷⁴⁵ 1371 (Martins 1988[1944]: 296 *apud* Machado 2003) e 1397 (idem, p. 608, *apud* idem), *Caune* 1184 (DMP I: 479).⁷⁴⁶

Afluente da margem esquerda do Tejo, classificado como *rio* ou *ribeira* (cf. CIGeoE-SIG) que nasce na serra da Arrábida (CMP 1:25 000, folha 465 — Outão, Setúbal; 443 — Moita; 442 — Barreiro).⁷⁴⁷ Machado (2003) localiza este topónimo também no concelho de Beja, mas nem o IGeoE-SIG nem o RTP confirmam a sua existência.

Coina corresponde a *Couna* na documentação mais antiga, o que sugere que as duas formas refletem a alternância entre o ditongo *ou* (ou a sua monotongação em [o]) e o ditongo *oi*, que ainda se hoje mantém quer dialetalmente quer em certos casos de variação aceites pela norma-padrão do português europeu (*ouço/oiço*).⁷⁴⁸ Leite de Vasconcelos,

⁷⁴⁵ Não foi possível localizar o codicilo de D. Sancho I noutra fonte.

⁷⁴⁶ Machado (2003) também afirma estarem ocorrências de *Coina* atestadas em 1065 (PMH, Dipl.:282), 1128 (DMP I: 100) e 1258 (PMH, Inq.:553, 610, 715). Observe-se, no entanto, que a forma *coina* que ocorre no documento de 1065 não se relaciona com o hidrónimo em discussão, uma vez que o contexto geográfico que é referido é da Beira, e não o do sul da Estremadura. Também a data de 1258, relativa a supostas ocorrências de *Coina* no PMH (Inq.: 553, 610 e 715), é mencionada por engano, devido a erro de leitura, uma vez que tal forma é a que antecedeu o atual topónimo e apelido *Cunha*.

⁷⁴⁷ Baptista (1874: 130) regista-o como “ribeira de Coina”, referindo que tem nascente na serra da Arrábida, “[a] uma légua a E. de Cezimbra; corre tortuosamente em direcção geral ao N. passa a O. de Coina, e entra na enseada que ahi faz o Tejo, com 4^l de curso. Esta é a descrição segundo o mappa, sabemos porém que a ribeira vae quasi secca tanto de verão como de inverno, tendo-se extravasado a agua pelo terreno, que se tornou alagadiço.”

⁷⁴⁸ Cintra (1983: 44) considerava que a alternância apenas se verificava nos dialetos urbanos: “[...] parece-me necessário afastar a noção, que se pode depreender da formulação de Leite de Vasconcelos, de que, em qualquer falar regional, [ou] ou [o] alterne com [oi] em certas palavras. Essa alternância que em alguns casos existe realmente na língua corrente das cidades, julgo-a desconhecida da linguagem das aldeias. Diz-se nelas *cousa* ou *coisa*, *touro* ou *toiro*, *outro* ou *oitro*, *outeiro* ou *oiteiro*. [...]” Observe-se, no entanto, que em *Coina* a vogal dominante é uma velar média baixa [o] (sobre a classificação deste segmento, cf. Emiliano 2009: 227; na notação de Cintra, [o]). A relação histórica com a forma *Couna* permite supor que o topónimo já tenha sido pronunciado com vogal velar média alta ([‘koinɐ]). Não é de excluir que a passagem de *ou* a *oi* e a alteração do timbre vocálico da vogal dominante se tenha devido a fatores culturais, concretamente,

para quem “Equábona [é] de onde veio Cóina” (Vasconcelos 1931: 140), considera que *Equabona* é formado por dois elementos, *Equa-* e *-bona*, “em que entra o mesmo elemento *bona*, que parece relacionar-se com o all. *Bau*, ‘edifício’” (Vasconcelos 1905: 59/60). Machado (2003) retoma esta proposta, afirmando que “o nome provém do celta (significa ‘fundação da Água’)” e remetendo-o para o caso de *Vindobona* (correspondente à atual Viena), que, segundo o mesmo autor, significa composicionalmente *vindo-*, ‘branco’, e *-bona*, ‘fundação’. Observe-se, porém, que é incerto que *equa-* possa significar ‘água’ ou ‘rio’ em céltico, pelo menos, a avaliar pelas línguas célticas contemporâneas ou historicamente atestadas.

Guerra (1998: 253), comentando a etimologia de *Equabona*, que figura na leitura tradicional do Itinerário de Antonino, observa que a sua configuração tem sido apresentada por forma a sugerir uma relação com formas pré-romanas (antropónimo *Equaesius*, etnónimo *Equaesi* e topónimo *Equosera*), às quais é comum um radical *equa-*, relacionável com o latim *equus* e o irlandês *ech*, ‘cavalo’. Contudo, com base no Anónimo de Ravena e numa leitura alternativa do Itinerário de Antonino, Guerra (1998: 251-254) considera mais exata a forma *Aquabona*, em que reconhece um composto formado por *Aqua* e *Abona*, “cujo segundo elemento [...] está bem atestado em hidrónimos da área céltica”. O mesmo investigador considera que este segundo elemento encerra o radical indo-europeu **ap-/*ab-*, ‘água’, no caso de *Aquabona*, transmitido por via céltica (**ab-*, ‘rio’), “hipótese interpretativa que reúne boas probabilidades, dada a situação ribeirinha do topónimo” (Guerra 1998: 253). Quanto ao elemento *Aqua-*, Guerra (ibidem) refere-se à possibilidade de este ser latino, sem excluir a hipótese de Villar (1995 191-197), que, na análise do topónimo antigo *Turoqua/Turaqua* (Galiza), propõe a existência de um elemento **ak^wa* também existente nas línguas indo-europeias peninsulares na época pré-romana. A aceitar esta hipótese, cabe aqui assinalar que *Aquabona* seria um caso de redundância por associar dois elementos com significado igual ou semelhante; a não ser que *aqua-* ocorra como um classificador⁷⁴⁹ traduzível por

à necessidade de evitar a semelhança acústica com, *cona* ‘vulva’, palavra de conotação obscena (cf. *Dicionário Houaiss*). Como observa Liberman (2009: 213/214), “[...] words are not military units on parade. Numerous factors disrupt the regularity of sound correspondences. Among them are onomatopoeia (and other kinds of imitation), primitive creation, sound symbolisms, the adoption of baby talk, blending, taboo, effects of humour (‘language at play’), hybrid forms, and borrowing from a substrate language. Etymologists invoke those factors whenever “sound laws” fail them”. É, portanto, plausível que no caso de *Cóina* tenham atuado fatores psicológicos relacionáveis com a intenção de afastar a fonia do topónimo da palavra-tabu em causa.

⁷⁴⁹ Um classificador é um “nome que ocorre como parte dos nomes próprios de base descritiva (*Serra* da estrela, *Torre Eiffel*, *Museu Nacional* de Arte Antiga, *Rua* do Carmo)” e descreve a categoria em que se

‘rio’, hipótese impossível de confirmar por falta de casos comparativos ou fontes documentais que o sugiram. Note-se, porém, que a ELH (p. 515) menciona *Aquabona* como topónimo clássico, tomado muito simplesmente como um composto latino: *aqua bona*.

Problemática é também a relação do atual topónimo e hidrotopónimo *Coina* com *Aquabona*, embora não faltem propostas que descrevem a passagem de uma forma à outra. Num estudo sobre a história medieval da península de Setúbal, Mendes (2011: 45) considera que foneticamente são possíveis na época árabe as formas *Kabuna* e *Kawna* como etapas intermédias para *Couna*. Vale a pena considerar esta pista, que o historiador não desenvolve, mas que a linguística histórica talvez possa apoiar um pouco mais, se se aceitar que *Aquabona* é étimo de *Coina* e que as formas **Kabuna* e **Kawna* avultam como etapas diferentes. Tanto uma como outra sugerem uma aférese de *a-*, que, a ser precoce, teria impedido o vozeamento de *k^w* em *aqua-*, processo fonológico que se generalizava às oclusivas surdas intervocálicas nos romances norte-peninsulares (*aqua-* > port. *água*, esp. *agua*, cat. *aigua*); contudo, plausível é igualmente que, entre falantes de moçárabe e/ou árabe não se registasse tal processo; e, com efeito, sobre o moçárabe, a literatura assinala frequentemente a probabilidade de as oclusivas surdas latinas se terem conservado em posição intervocálica.⁷⁵⁰ Poderia ter-se seguido a perda de articulação labiovelar de *-qu-* latino e um processo de lenição da oclusiva bilabial vozeada, o qual pode ter-se exercido primeiro como fricatização (**kaβuna* ou até **kavuna*, com labiodental) — ainda em meio romance — e depois, já como eventual adaptação à fonologia árabe, como semivocalização da fricativa bilabial vozeada e a simplificação da sequência **-awu* num ditongo, **aw*: *Aquabona* > **quabona* > **kabona* > **kabuna* > **kaβuna* > **kawuna* > **kawna* > *Couna*.⁷⁵¹ Esta hipótese defronta-se com a falta de um

inscreve a conceptualização da entidade nomeada pelo nome próprio (Raposo et al. 2013: 1037; sublinhado no original).

⁷⁵⁰ Entre os arcaísmos dos dialetos moçárabes, Castro (2006: 62) inclui a possibilidade de as surdas intervocálicas não serem vozeadas, “embora este [...] caso possa ser interpretado como mera latinização gráfica”. Ver também Azevedo (2005: 381-385).

⁷⁵¹ Outras reconstituições são possíveis; por exemplo, a síncope da bilabial vozeada e a passagem de hiato a ditongo (**abu* > **au* > **aw*): **quabona* > **kabona* > **kabuna* > **kauna* > **kawna* > *Couna*. E sendo legítimo supor que a labiovelar se manteve surda por conservadorismo do romance local ou pela sua preservação na adaptação ao árabe, outra possibilidade emerge que é admitir a substituição da labiovelar pela oclusiva pós-velar ou uvular [q], que geralmente passa à oclusiva velar surda nas línguas iberorromances: *CASTRA* > (al) *qaṣr* > *Alcácer* (português), *Alcázar* (espanhol) — cf. Corriente 2003 s.v. *alcácer*). São, portanto, diversificadas as sequências diacrónicas que poderiam ter levado de *Aquabona* a *Couna* ou à forma mais tardia *Coina*, porque, tanto quanto foi possível apurar para este estudo, não parecem existir atestações intermédias nem de fontes latinas nem de fontes árabes. Esta diversidade acaba por se tornar um obstáculo à clara filiação do atual topónimo na forma legada pela Antiguidade, uma vez que configura certa arbitrariedade; mas a permanência de dois segmentos, a oclusiva velar (ainda que uma

quadro de referência que integre de forma consistente os fenómenos de evolução fonética registados no território onde se encontram os topónimos em discussão. Mas não é descabido pensar que em *Couna* ou *Coína* se tenham inscrito marcas da adaptação ao sistema fonológico do árabe (mais ou menos dialetalizado) seguidas de nova adaptação ao sistema do português (ou galego-português), já numa época tardia, em que fenómenos como a lenição e queda de *-n-* intervocálico já não estariam ativos.

É de lembrar que, entre a população da região — e se não houve soluções de continuidade, decorrentes da instabilidade trazida pelo processo de Reconquista — terá dominado o latim (vulgar e administrativo) até ao século VIII, passando-se posteriormente a uma situação de bilinguismo árabo-romance de Al Andalus até ao século XII, com provável prevalência do árabe andalusi no final deste período; finalmente, no século XIII, com a conquista cristã definitiva e um eventual repovoamento, ter-se-ia assistido à implantação do galego-português. Não parece, portanto, tão incerto que *Coína* seja a forma contemporânea de *Aquabona*, porque o que sabemos, ainda que seja pouco, sobre as características dos dialetos moçárabes e do árabe, permite dar conta do passo de uma forma à outra através dos séculos, tornando altamente provável tal relação. A relativa coincidência da localização do topónimo latino com o atual reforça a etimologia proposta.

É, portanto, possível afirmar com bastante segurança que *Coína* constitui um topónimo e hidrotópónimo de origem pré-latina de configuração indo-europeia, embora a discussão do seu carácter céltico já seja menos conclusiva. É também provável que o nome tenha surgido como hidrotópónimo de formação pleonástica, se a *aqua-* e *-bona* se atribuir o mesmo significado.⁷⁵²

4.15.2. Judeu (rio)

Português, do nome comum e adjetivo *judeu*.

Sem atestações nas fontes medievais consultadas.

Desagua no estuário do Tejo, na margem esquerda (CMP 1:25 000, folha 442 — Barreiro). Cardoso (1747: 456) refere que na baía que separa a Amora do Seixal se

labiovelar na origem) e da nasal intervocálica, são, ainda assim, bons indicadores da continuidade existente entre *Aquabona* e *Coína*.

⁷⁵² Lembre-se que *água* ocorre em documentos medievais como o mesmo que ‘curso de água’ (cf. Piel 1947: 307-309).

“metem [...] dous rios de agua doce, que servem de margens à Freguesia: da parte do Nascente se chama o rio do Judeo, e o do Poente de Corroyos”. Baptista (1874: 130) regista este rio como “ribeira do Seixal”, sem qualquer referência ao nome aqui discutido.

Machado (2003) localiza um *Rio de Judeu* no Seixal, a par de outros topónimos que incluem o nome e adjetivo *judeu* de norte a sul de Portugal. Fica por esclarecer se a palavra é alusão a uma figura histórica conhecida como “o Judeu” ou se se trata de uso atributivo, pressupondo o uso de *judeu* como termo de valor frequentemente depreciativo ou pejorativo.⁷⁵³ No entanto, a referência de Cardoso (1747: 456) sugere tratar-se de facto de um nome, indo ao encontro de uma história segundo a qual o nome do rio evoca David Negro, judeu que foi almoxarife do Rei D. Fernando e detentor de direitos nos esteiros de Amora e Arrentela no tempo de Leonor Teles. Os bens desta figura histórica teriam sido confiscados, passando a Nuno Álvares Pereira por ordem de João I.⁷⁵⁴

4.15.3. Moita (rio da)

Português. Deve provavelmente o nome à localidade junto da qual desagua, a Moita, do nome comum *moita*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do Tejo. Baptista (1974: 130) localiza-lhe a nascente a “[...] 6^k a S. O. de Palmella: corre ao N.; e a O. da V.^a da Moita entra na enseada que ahi faz o Tejo, com 3^l de curso”. Como assinala Machado (2003), é topónimo frequente em Portugal, em especial no Norte e Centro, encontrando-se também na Galiza, sob a forma *Mouta*. Na desembocadura deste rio localiza-se a vila da Moita.

Parece tratar-se do fitónimo *moita*, ou seja, «tufo maciço de plantas arvóreas ou rasteiras, e densas», segundo o DHLP, o qual também considera que, etimologicamente, o lexema *moita* tem «orig[em] obsc[ura], a despeito de numerosos estudos e hipóteses»,

⁷⁵³ Basta lembrar que *judeu* se usa ou usou a par de *judiar*, *judiaria* e *judiação*, sempre com conotação negativa.

⁷⁵⁴ Informação recolhida no blogue *Amora Online* (disponível em <http://amoraonline.blogspot.pt/2008/04/o-nosso-reprter-e-o-rio-judeu.html>, consultado em 17/06/2014).

sendo «talvez pré-romano». Dada a configuração determinativa do hidrotópónimo – *rio da Moita* –, é muito provável que o nome da vila, um fitotópónimo, lhe seja anterior.

4.15.4. Porto (rio do)

Do substantivo comum *porto*, do léxico comum de tradição latino-romance ou já mesmo portuguesa.

Sem atestações nas fontes consultadas.

A CMP 1:25 000 (folha 457 — São Martinho, Alcácer do Sal) sugere tratar-se de um afluente da ribeira de Remourinho, que desagua no rio Sado.

O nome é transparente, mas é escassa a informação facultada pelas fontes consultadas. De qualquer modo, trata-se de um hidrotópónimo que parece fazer referência a um porto que, para este trabalho, não foi possível identificar nem na atualidade nem no passado. O nome comum *porto* vem do latim *portus, us* ‘passagem, entrada de um porto’ e ‘porto, enseada, ancoradouro?’ (cf. DHLP).

4.16. Distrito de Viana do Castelo (61 hidrotopónimos)

Adirão (rio), Âncora (rio), Areeiro (rio do), Armada (rio da), Aveleira (rio da), Ázere (rio), Cabanas (rio de), Cabrão (rio), Cabril (rio), Campos (rio dos), Carvalheiras (rio de), Castro Laboreiro (rio), Cavaleiros (rio dos), Codecede (rio de), Couço (rio de), Coura (rio), Covo (rio), Estorãos (rio), Fervença (rio da), Froufe (rio de/rio), Gadanha (rio da/rio), Galego (rio), Germil (rio de), Gingiela (rio da), Grande (rio), Labruja (rio), Lima (rio), Manco (rio), Mestre (rio), Milhares (rio), Minho (rio), Moinhos (rio dos), Mouro (rio), Mulas (rio de), Oliveira (rio de), Ouro (rio de/rio d'), Outeiro (rio do), Paradela (rio da), Peneda (rio da), Pequeno (rio), Perdiz (rio da), Poço Negro (rio do), Pomba (rio), Ponte (rio da), Pontido (rio de), Porreiras (rio das), Porta Cova (rio de), Portuzelo (rio de), Ramiscal (rio do), Sapeiras (rio), Seixo (rio), Sucrasto (rio de), Tamente (rio), Tieiras (rio de, rio das), Tinto (rio), Tora (rio), Trancoso (rio), Vale (rio do), Veiga (rio da), Vez (rio), Vidoeira (rio de).

4.16.1. Adirão (rio)

Do topónimo *Adirão*, provavelmente com origem no antropónimo latino *Hadrianus*.

Sem atestações nas fontes medievais consultadas.⁷⁵⁵

Afluente da margem direita do rio Lima (CMP 25 000, folha 17 – Lindoso, Ponte da Barca). Nas proximidades do curso superior do rio, encontra-se a localidade de Adirão. Como topónimo, *Adirão* é frequente no noroeste de Portugal; as formas galegas *Adrán* e -*Adrao* (Santadrao), muito provavelmente cognatas de *Adirão*, ocorrem também em número significativo (cf. *Nomenclátor de Galicia*)

O hidrotopónimo resulta muito provavelmente da alusão à localidade de Adirão (freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez). Machado (2003) atribui-lhe origem obscura, mas Fernandes (1999) contesta esta posição, para o filiar no genitivo *Hadriani*, de *Hadrianus*, subentendendo *villa* ('villa de Adriano') e relacioná-lo com *Adrião*, forma popular do antropónimo. Dado que outras ocorrências de *Adirão* e da forma galega

⁷⁵⁵ Na Inquirições Gerais de D. Afonso III (PMH Inquis.: 1162), datadas de 1258, ocorrem as formas *Adam* e *Adrã* ("vila d Adrã") em referência ao atual lugar de Adirão, na freguesia de Valadares, no concelho de Baião (cf. RTP e CIGeoE-SIG).

homóloga denominam povoados, é, pois, de concluir que o hidrotopónimo em questão corresponde a um caso de conversão e de extensão do uso de um topónimo preexistente.

4.16.2. Âncora (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latino.

Ancora 1125 (DMP II: 71)⁷⁵⁶

Rio que nasce na serra de Arga (“freguesia de Montaria, próximo da povoação de S. Lourenço”, GEPB) e desagua no oceano Atlântico (ver também ELBVC e Baptista 1874: 28/29).

Machado (2003) deriva-o do s.f. *âncora*.⁷⁵⁷ No entanto, a relação com este nome talvez não seja direta nem a que deixa supor a homofonia. Fernandes (1999) rejeita a proposta de Machado, para encarar o hidrónimo como um composto de origem pré-romana, resultante da junção de dois elementos, *Anc-* e *-ora*: Fernandes deixa por explicar etimologicamente o primeiro, mas, considerando depois com alguma inconsistência o elemento átono *-cora* – e já não *-ora*, como faz anteriormente, liga-o ao topónimo romano (*civitas*) *Elbócoris* (*Elbo-coris*), que propõe identificar com Bogas (Fundão). Este topónimo, sob as formas *Elbocoris* e *Elbocori*, é comentado por Guerra (1998: 439), que não confirma outras conjeturas sobre a respetiva localização, mas apresenta uma análise em que distingue *-cor-* como segundo elemento, também presente no etnónimo *Veaminicori*, atestado na inscrição em língua lusitana de Lamas de Moledo. Guerra (1998: 421) sugere a possibilidade de se tratar de um radical bem documentado no ocidente peninsular, sobretudo na antroponímia, integrado em nomes compostos (*Corobulti*, *Corocauci*, *Corogenus*, *Corocuti*, *Coroneri*) e relacionável com o radical indo-europeu **koros*, *korios*, ‘guerra, exército’ (Pokorny 1959), que surge nas línguas célticas, designadamente em gaulês, como *-corio-*, formando nomes étnicos, e em irlandês antigo,

⁷⁵⁶ Referência de Fernandes (1999).

⁷⁵⁷ A tradição explica a origem em *âncora* com um episódio do *Livro de Linhagens*, o do rei Ramiro e da sua mulher; Ortiga, conforme o relato do *Segundo Livro de Linhagens*, também chamado *Livro do Deão* – cf. PMH (Scrip.: 180-181). Costa (1868-1869: 173/174) retoma essa lenda, dando à rainha o nome de Urraca: “Abaixo da Igreja esta hum outeiro chamado Monte Dor, nome que tomou do sentimento que á sua vista mostrou a Rainha Dona Urraca, mulher delRey Dom Ramiro o Segundo de Leão (quando elle a levava para Galliza) da Morte que dera a Alboazar Albucadão, rey Mouro de Gaya, com quem estava amancebada, & de cujo poder a tirarão, pelo que ElRey, & seus filhos a lançarão ao mar dalli huma legoa com huma pedra, ou ancora ao pescoço na foz do rio, que tomou o nome de Ancora deste successo.”

como *cuir* ‘tropas, grupos’. Não obstante, se *Âncora* não provém diretamente de *âncora*, mas é etimologicamente um composto, a comparação com outros topónimos favorece a análise *anc-ora*, como Fernandes (1999) inicialmente propõe. Com efeito, esta análise permite também interpretar *anc-* em confronto com topónimos como *Ancos* e *Ancares* (na Galiza), que exibem um elemento *anco-*, identificável com *-ancos*, assim comentado em Bascuas (2006: 33): “El segmento *-ancos* puede analizarse como sufijo, o bien como segundo elemento de un compuesto. En la segunda hipótesis sería comparable a *Trasancos* (Ferrol, Cor.), *Camposancos* (Lalín y A Guarda, Pont.) o *Duancos* ‘dos ancos’ (Castro de Rei, Lu.). El segundo elemento, que aparece com vida propia en *Monte de Ancos* (Xubia, Narón, Cor.) y *Anca* (Neda, Cor.), es la misma palabra que el gall. *anco* ‘recodo en un terreno’, ‘ensenada’, cast. *ancón* ‘ensenada pequeña’, y procede de la raíz IE **ank-*, **ang-*, lat. *ancus* ‘encorvado’ y *angulus* ‘ângulo.’”⁷⁵⁸ Note-se que a palavra *anco* está também dicionarizada em português com significado semelhante ao de *anco* galego: ‘ângulo, recanto, cotovelo de terra na costa; enseada’ (DHLP). Refira-se também que Fernandes (1999, s.v.) dá *Âncora* como nome já assim atestado no século XII, para depois decidir-se pela origem pré-latina do hidrotopónimo, porque “os nomes de rios são, geralmente, pré-romanos [...]”.⁷⁵⁹ Quanto a *-ora*, aparentemente existem topónimos terminados em *-ora* átono, como, por exemplo, *Távora* (Viseu), *Álvora* (Viana do Castelo)⁷⁶⁰ e *Évora* em Portugal. Na Galiza, Bascuas (2002: 140 e 2006: 315), isola nos topónimos *Cérvora* (monte; Castroverde, Lugo), *Érmora* (Cuiña, Palas de Rei, Lugo), *Líncora* (Chantada, Lugo), *Cobres*, de *Coporos* (Vilaboa, Pontevedra) e *Sálvora* (Pontevedra), um sufixo pré-latino *-ro-*, «pero átono y com otras vocales presufijales» (ibidem; ver também Bascuas 2002: 140). Refira-se, porém, a forma do sufixo proposta por este autor é um tanto caprichosa: regista-se *-r*, com as variantes *-ro*, *-r* e *-rro* em Bascuas (2002: 349), e *-ro-*, em Bascuas (2006: 369), onde se diz igualmente que ocorre frequentemente “[...] en la lengua de la hidronimia paleoeuropea com diversas vocales presufijales” (idem: 94). Valeria também a pena relacionar o elemento *-ora* a *-ara* átono,

⁷⁵⁸ Moralejo (2009: 60) sugere (dubitativamente) derivar *Âncora* de **ank-* ‘dobrar’, por adjunção do sufixo átono *-or* / *ar-* átona, de sentido talvez coletivo ou plural.

⁷⁵⁹ Igualmente se regista *-anco/-anca* como terminação: em Portugal, *Leiranco* (Vila Real), *Avanca* (Aveiro); na Galiza e noutras regiões de Espanha, *Coristanco*, *Listanco*, *Bardanca*, *Breanca*, *Cusanca*, *Labanca*, *Maianca* (cf. Moralejo Lasso 31). São ainda de mencionar casos do próprio vocabulário comum: *barranco*, *pelhanca* (cf. DHLP). As várias *Travancas* existentes no país podem não se incluir neste conjunto tendo em conta a discutível etimologia proposta por Machado (2003): “[...] será de admitir que se trata de aglutinação do celta *tra*, “por sobre”, “dominando”, e *banc-*, ribanceira, colina [...]”.

⁷⁶⁰ Não é de excluir a possibilidade de se tratar de *Álvora*, derivado de *Álvaro*, como forma de chamar um lugar por um nome pessoal.

mas diga-se somente que Moralejo Lasso (1977: 30/31) vê em *-ara* um “sufijo o formación del plural o colectivo, primitiva, en *-ara* átono en topónimos como *Bracara*, hoy *Braga*, *Láncara* en Cor., Lu.. y León, *Lózara* em Lu., *Tállara* en Cor., *Tábara* y *Tágarabuena* en Zamora, *Támara* en Palencia, como también en apelativos como *cáscara*, *gándara*, **sénara*, de donde *senra* y *sierna*, ‘tierra de sembradura’, *támara* ‘leña menuda’ etc.” Em suma, se *Âncora* não é resultado da conversão em topónimo de *âncora* ou do seu étimo latino, *ancōra* (por sua vez empréstimo grego, ἄγκυρα; cf. DHLP), pode sugerir-se que este nome, não sendo de excluir interferências devidas a etimologia popular, seja um composto, formado por dois elementos de filiação indo-europeia mas não latina nem céltica: *anc-* e um segundo elemento átono *-ora*, exibido no hidrónimo *Távora* e por outros já referidos.

4.16.3. Areeiro (rio do)

Do léxico comum *areeiro* ‘sítio arenoso, areal; sítio donde se extrai areia’.

Sem atestações medievais.

Afluente que conflui com o rio do Seixo para desaguar na margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folhas 27 – Vila Praia de Âncora, Caminha; 40 – Viana do Castelo, 41 – Geraz do Lima, Viana do Castelo).

Hidrónimo de carácter descritivo ou associativo, por referência à simples menção do areeiro que o identifica ou identificava ou a um lugar efetivamente denominado *Areeiro* que as fontes consultadas não registam. Sobre etimologia do nome comum *areeiro*, ver *Areeiro, rio do*, na secção 4.3.3.

4.16.4. Armada (rio da)

Do léxico comum *armada*, embora não se exclua uma origem obscura.

Sem atestações medievais.

Afluente do rio Castro Laboreiro (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez). Conforme se pode verificar pela CMP 1:25 000, o hidrónimo *rio da Armada* apenas se

aplica à representação do curso superior do rio assim chamado; em direção à sua confluência com o rio Castro Laboreiro, a carta apõe o nome de *Corga do Malho*.

Aparentemente um hidrotópónimo com função relacional ou determinativa, muito embora não seja possível esclarecer cabalmente a génese de tal denominação. Não parecendo tratar-se de *armada* na aceção de ‘força guerreira’ ou ‘conjunto de navios’, deverá ter-se em atenção que o vocábulo pode também designar uma armadilha (cf. Pereira 1908: 292), o que talvez possa relacionar-se com a caça (estamos numa zona de monte)⁷⁶¹ ou até com a pesca fluvial. Em alternativa, há que ter em atenção que, em galego, se documenta o uso de *armada* com o significado de ‘dólmen’ (“pedra armada”), em topónimos como *Chan da Armada* e *Armada do Rei*. (Cabeza Quiles 2008: 47), ambos localizados na península do Morrazo, no concelho de Marín (Pontevedra);⁷⁶² mas acrescente-se que o topónimo *Armada* ocorre igualmente em regiões do interior da Galiza (cf. *Nomenclátor de Galicia*). É, pois, de supor que, sobretudo num distrito fronteiro à Galiza como o de Viana do Castelo, o hidrónimo e topónimo em causa derivem de *armada*, na aceção de ‘dólmen’.

4.16.5. Aveleira (rio da)

Do léxico comum *aveleira* ‘árvore da avelã’, pelo topónimo *Aveleira*.

Sem atestações medievais.⁷⁶³

Afluente do rio Vez (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez), que passa pela povoação do mesmo nome.

Pela sua configuração, trata-se de um hidrónimo de carácter associativo, alusivo à povoação de Aveleira. O topónimo pode não significar exatamente o mesmo que ‘árvore

⁷⁶¹ Silveira (1937: 90) refere-se a este uso de *armada*: “O porco bravo, também muito frequente em Portugal nos tempos antigos, era pelo contrário um inimigo temido, que se perseguia em montarias e ciladas (*armadas*), sendo igualmente a carne muito apreciada.”

⁷⁶² *Chan da Armada* e *Armada do Rei* – ao que parece mais conhecida como *Mámoa do Rei* – encontram-se na mesma zona das Castiñeiras (cf. notícia “Chan de Armada é un dolmen senlleiro en Galicia”, *La Voz de Galicia*, 1/05/2008; disponível em http://www.lavozdegalicia.es/pontevedra/2008/05/02/0003_678_2712.htm, consultado em 25/07/2016). Ver também *Armada do Cando* em Martínez Lema (2010: 309 n. 233), muito embora as observações deste autor se restrinjam a *Cando*.

⁷⁶³ Cortesão (1912) regista com a data de 1258 (Inquirições Gerais de D. Afonso III) as formas *Abeleira* (PMH Inquis.: 431 e 438), *Aveleira* (idem, p. 435), *Aveleira* (idem, p. 366), *Avenalaria* (idem, p. 579); dá entrada ainda *Avelaeira*, em 1220 (PMH Inquis.: 40).

da avelã’, mas, sim, resulta de uma forma adjetival que subentende terra – *terra avelreira*, ou seja, “terra que tem avelreiras”.⁷⁶⁴ Avelreira é um derivado de *avelã* e este o resultado do latim (*nux*) *avellāna* ou *avellīna*, *ae* ‘noz de Abella (cidade da Campânia), grão ou fruto da avelreira’ (DHLP; ver também DCECH s. v. *avellana*).

4.16.6. Ázere (rio)

Origem obscura.

Azer 1258 (PMH Inq.: 330)⁷⁶⁵

Afluente do Lima, que passa pela freguesia do mesmo nome (cf. CMP 1:25 000 folha 16 – Arcos de Valdevez). Aparece registado em Frazão (1981) como nome de lugar nos distritos de Viana do Castelo (Melgaço e Arcos de Valdevez) e Coimbra (Tábua). A ELBCV e a GEPB apenas registam *Ázere* como topónimo nos distritos referidos.

Machado (2003, s.v.) rejeita a atribuição deste topónimo ao latim *acere-*, ‘bordo ou essência semelhante’ (cf. GEPB), para propor uma origem pré-romana, relacionado com o basco *azari*, *azeri* (*azeari*), ‘zorro’. A palavra basca tem realmente as formas e o significado indicados por Machado. Além disso, cabe assinalar que em Maia (1986: 76)⁷⁶⁶ se encontra *Azar* como nome próprio (*Rodrigo Azar*), num documento notarial de 1281, de Quiroga (Lugo). Sabendo que *Zorro* é também apelido medieval, é de admitir que *Azar* é o mesmo que *Zorro*.

Em alternativa a esta análise, pode recorrer-se ao confronto com topónimos galegos. Para este caso, são pertinentes as formas *Lácere* e *Cícere* (ambas relativas a povoações da Corunha). Trata-se de topónimos que parecem ter evoluído de genitivos (**Ciceri* e **Lazari*). Apesar de não me ter deparado com formas como **aceri* ou **acere* nas fontes consultadas, é plausível que, tendo em conta que *Ázere* é também nome de freguesia, o curso de água tenha recebido o seu nome da localidade que é por ele atravessada ou que

⁷⁶⁴ É o que sugere Fernandes (1999) quando discute a etimologia de *Avelãs*, que não relaciona com *avelã*: “[...] “avellanas” até tem uma variada e vasta toponímia, mas por derivados que, inicialmente, eram adjetivos – relativos, pois, a terra ou locus: não o próprio fruto.” Nesta perspectiva, poderá aqui acrescentar-se aqui que os derivados de *avelã* não designam nem o próprio fruto, nem a própria árvore, ao contrário do que o topónimo sugere atualmente.

⁷⁶⁵ Outra atestação recolhida por Machado (2003), de 960 (PMH Dipl.: 51), é referido a Pinheiro de Ázere, em Santa Comba Dão, distrito de Viseu.

⁷⁶⁶ Cf. TMILG (disponível em <http://ilg.usc.es/tmilg>, consultado em 29/12/2010).

se encontra nas imediações.⁷⁶⁷ Dito isto, observe-se que a proposta de Machado ignora os homónimos que podem intervir na discussão, visto serem plausíveis um influxo bíblico-cristão ou a repercussão da antroponímia árabe. Por um lado, deve assinalar-se que, em Ferro Couselo e Fernández Rey (1995: 136/137), ocorre a forma *Azar* num documento de 1228, que parece corresponder a *Ázere* como nome de lugar, uma vez que essa ocorrência se reporta ao abade de *Azar*; trata-se, portanto, de um lugar onde se edificou um mosteiro, tal como o *Ázere* contemporâneo no concelho de Arcos de Valdevez, onde também existe um mosteiro.

Por outro lado, *Azer* (em 960 e em 1258) é também antropónimo, como se pode concluir de uma consulta no CODOLGA, onde se conta uma ocorrência como nome próprio (“*Azer* presbiter”) num documento galego de 986 do Tombo de Celanova. Poderá tratar-se de antropónimo de origem árabe, se atendermos ao que se encontra em Corriente (1983), que dá *azahr* como forma masculina de *zahr*, ‘flor’. Além disso, é preciso ter em conta a frequência com que ocorrem topónimos derivados de antropónimos de origem árabe, como é o caso, no distrito de Viana do Castelo, de *Afife*, que remonta ao adjetivo ‘*afif*. ‘casto (Terés 1996: 11).⁷⁶⁸

Outra possibilidade se perfila no campo da fitotoponímia, se se considerar o latim *acer*, *acēris* ‘pradeiro, plátano bastardo’, dado que *ázere* foi forma frequente nos séc. XV e XVI com este significado (Navaza Blanco 2006: 33/34). De *ázere*, formaram-se derivados quer em galego (*Aceredo*) quer em português (*Azeredo do Carvão*) (idem, *ibidem*).⁷⁶⁹

É, pois, duvidoso que este hidrotopónimo tenha origem pré-latina, podendo tratar-se de um caso de conversão de nome de lugar, talvez de origem antroponímica ou fitonímica.

4.16.7. Cabanas (rio de)

⁷⁶⁷ O site *Fror na Area* atribui *Lácere* ao antropónimo *Lázaro* (disponível em <http://frornarea.blogspot.com/2008/10/alguns-nomes-bblicos-na-toponmia-galego.html>, consultado em 27/12/2010).

⁷⁶⁸ Em vista do topónimo galego *Lácere*, que provém de *Lázaro*, nome de origem hebraico, seria tentador supor que *Ázere* igualmente relacionado com um nome bíblico como *Áser* (Machado 2003), também escrito *Aser* (5.^a edição, em 2008, da versão da Bíblia Sagrada da Difusora Bíblica Editora e dos Franciscanos Capuchinhos), formas portuguesas do nome do oitavo filho de Jacob. Acontece que a presença de <s> etimológico anula tal hipótese, porque quer o topónimo *Azar* quer o antropónimo *Azer* ocorrem com <z>, sugerindo assim que o nome bíblico não está implicado nesta discussão. Note-se que a forma portuguesa *Azer* deverá estar por engano no *Dicionário Enciclopédico Lello*.

⁷⁶⁹ Parágrafo elaborado com base em informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Do léxico comum *cabana*, pelo topónimo Cabanas.

Pequeno rio que nasce na serra de Santa Luzia e desagua diretamente no Atlântico (CMP 1:25 000, folha 27 – Vila Praia de Âncora, Caminha). A CMP 1.25 000 representa-o como um curso de água que desagua na vila de Afife sem, no entanto, lhe apor nenhum nome. Este curso de água é também conhecido como *rio de Afife* (ou *rio Afife*) e *ribeira de Afife*.

O nome deve aludir ao topónimo de São João de Cabanas, nome de uma área habitacional que hoje faz parte de Afife. Como vocábulo, *cabana* corresponde a *capanna*, item do léxico comum latino-romance (cf. Seco 2003).⁷⁷⁰

4.16.8. Cabrão (rio)

De *cabrão*, do léxico comum, embora não seja clara a sua classificação morfossintática.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folha 29 – Ponte da Barca). Nas suas margens, encontra-se a localidade de Rio Cabrão.

Machado (2003) identifica o topónimo *Cabrão* com o nome comum *cabrão* ‘bode’. Contudo, Fernandes (1999) propõe que se trate de um hidrónimo desde a sua origem, no qual *Cabrão* ocorreria como forma adjetival, com função relacional. Embora a proposta seja plausível,⁷⁷¹ é de assinalar que, à parte de outro *rio Cabrão* localizado no distrito de Vila Real, não se encontram casos semelhantes no noroeste peninsular. Este aspeto poderá sugerir um uso mais tardio, limitado aos dialetos portugueses, mas também uma alternativa – por exemplo, uma variante de *cabrum* ‘caprino’, também um adjetivo relacional, por intermédio da forma *cabrom*, permitindo interpretar o hidrotópónimo como ‘rio caprino’ ou ‘rio das cabras’.

4.16.9. Cabril (rio)

Do léxico comum *cabril*, talvez usado como adjetivo.

⁷⁷⁰ Ver também Piel (1989: 79) inscreve *cabana* no fundo lexical comum à *Gallaecia Maior*, salientando a sua ocorrência na toponímia galego-português, leonesa e castelhana.

⁷⁷¹ Com provável origem adjetival, é de assinalar a sul do Douro o rio *Cabrum* (ver distrito de Viseu).

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Lima, nasce na serra Amarela (CPM 1:25 000, folha 17 – Lindoso, Ponte da Braca, 30 – Germil, Ponte da Barca).

Provavelmente um hidrotopónimo de tipo descritivo, resultado da conversão do adjetivo *cabril*, ‘relativo a cabras’ ou ‘relativo a lugar montanhoso onde existem cabras’ e, por extensão, ‘áspero, agreste’ (Figueiredo 1913), embora a palavra também tenha uso como nome (‘curral de cabras’; cf. DHLP). É de notar que não longe da nascente do rio assim chamado, a CMP 1:25 000 representa um pouco mais a sueste o rio Cabra e um ponto serrano denominado *Costa da Cabra* (CMP 1:25 000, folha 30 – Germil, Ponte da Barca), o que é indicativo da relevância da cabra como tema da denominação toponímica.

4.16.10. Campos (rio dos)

Do léxico comum *campo*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente ou o próprio troço do rio do Seixo (este, um afluente da margem direita do rio Lima) – cf. CMP 1: 25 000, folha 27 – Vila Praia de Âncora, Caminha.

Hidróónimo aparentemente formado por alusão ao contexto físico. Não se encontra registo de povoação denominada *Campos*. O nome comum campo procede do latim *campus*, i ‘planície, terreno plano; terreno extenso fora do povoado’ (DHLP).

4.16.11. Carvalheiras (rio de)

Do léxico comum *carvalheira*, o mesmo que *carvalho* ou *carvalhal*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome que parece aplicar-se ao troço superior do ribeiro de Portuzelo (CMP 1:25 000, folha 27 – Vila Praia de Âncora, Caminha).

Aparentemente, um hidrónimo de carácter associativo, identificado por um bosque de carvalhos (ou por vários bosques), cuja designação poderá ter-se fixado como topónimo, mas que as fontes corográficas e cartográficas consultadas não registam nem assinalam. *Carvalheira* é um derivado de *carvalho*, fitónimo de provável origem pré-latina (DHLP), a respeito do qual é atualmente aceite a opinião de derivar *carba* ‘matagal espesso’ por sufixação de *-*aliu* (Navaza Blanco 2006: 148 e 150, baseando-se no DCECH e em Rivas Quintas 1982: 156).

4.16.12. Castro Laboreiro ou Laboreiro (rio)

Do topónimo *Castro Laboreiro*, de *castro* e do arcaísmo *leboreiro*, relativo a *lebre*.

Laborario 1141 (DMP I: 229), *Laboreiro* 1258 (PMH Inq.: 375 e 382)

Afluente do rio Lima, nasce na serra do Laboreiro e, na parte inferior do seu curso, marca a fronteira com a Galiza (CMP 1:25 000, folhas 4 – Seara, Melgaço, 5 – Castro Laboreiro, Melgaço, 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez, 17 – Lindoso, Ponte da Barca). É conhecido também como *rio Laboreiro* (cf. CMP 1:25 000, folha 4) e *rio Barcia* no lado galego (cf. visualizador do SIGNA).

Hidrotopónimo que surge por associação ao topónimo *Castro Laboreiro*, que Machado (2003) faz corresponder ao latim *castru- leporāriū-*, que interpreta como ‘fortaleza de lebres’, “pois o segundo vocábulo deriva de *lepus* ‘lebre’”. Esta é a análise já antes proposta por Vasconcelos (1931: 418). Não há razão para duvidar de que o hidrotopónimo tenha origem no uso determinativo de um topónimo anterior.

4.16.13. Cavaleiros (rio dos)

Do léxico comum *cavaleiro*, mas a sua motivação é obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Coura (CMP 1:25 000, folha 15 – Paredes de Coura).

Embora transparente, compreende-se mal a motivação deste hidrónimo, até porque nas fontes consultadas não há registo de um topónimo *Cavaleiros* eventualmente justificativo da atribuição deste hidrónimo. O nome comum *cavaleiro* é analisável como derivado sufixal de *cavalo*, mas, diacronicamente, o DHLP apresenta-o como o resultado do latim tardio *caballariūs*, ãi ‘palafrenero, escudeiro’ (ver também DCECH s. v. *caballero*).

4.16.14. Codecede (rio de)

Provavelmente de *codesseda* ‘lugar onde existe/abunda o codesso’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que conflui com o rio das Porreiras para formar o rio da Patanha, um afluente do rio Coura (CMP 1:25 000, folha 7 – São Pedro da Torre, Valença). É provável que a forma *Codecede* apareça na CMP 1:25 000 por lapso, em lugar de *Codeceda* (ou melhor, *Codesseda*) – ver RTP e CIGeoE-SIG –, topónimo associado a um aqueduto (cf. *ibidem*).

A grafia *Codecede* pode estar em lugar de *Codesseda*, forma que se afigura mais consistente com outros casos em Portugal e na Galiza, bem como da base donde deriva, *codesso*, nome de uma planta que às vezes se confunde com a giesta. Navaza Blanco (2006:218), baseando-se no DCECH (s.v. *codeso*), assinala que o português *codesso*, com o galego e castelhano *codeso*, exige “un étimo en latín vulgar *CŪTĪSUS, em lugar do clássico CYTĪSUS, procedente este do grego χύτισος [..].” O hidrotopónimo parece, portanto, dever-se à alusão a um fitopónimo.

4.16.15. Couço ou Cousso (rio de)

Do arcaísmo *cousso* ‘celeiro’, ‘lugar cercado’, ‘lugar onde se fazem montarias’.⁷⁷²

⁷⁷² Convém dizer que, atendendo a etimologia, o nome deve ter a grafia *Cousso*, como já apontava Silveira (1922: 202). No entanto, a escrita com <ç> parece ter-se enraizado em certos lugares. Por outro lado, é também de assinalar que certos nomes com a formas *Couço*, a par de *-couce* (em Belcouce, Coimbra, e Alcouce, Armamar, Condeixa-a-Nova, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Tondela – cf. Azevedo 2005: 236 e 513), têm etimologia controversa, oscilando entre o árabe *qaws*, ‘arco’ ou do latim *calceu-*, que deu como forma divergente *calço* (cf. *idem, ibidem*). Sobre esta questão, ver também Fernandes (1999). Corriente (2003 s.v.) regista o português *alcouce/alcoice*, com o significado de ‘prostíbulo’, que o arabista espanhol rejeita relacionar com o árabe *qaws*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁷⁷³

Afluente do rio Vez (CMP 1:25 000, folha 8 – Extremo, Arcos de Valdevez). Nas proximidades do curso deste rio, que atravessa terreno montanhoso, encontram-se um cume denominado *Couço* e uma área chamada *Chã do Couço*. Segundo Machado (2003), *Couso* é topónimo frequente em Portugal e na Galiza.

Trata-se provavelmente de um hidrotopónimo que resulta do topónimo *Couço* (freguesia de Extremo, no concelho de Arcos de Valdevez. Silveira (1922: 206) sustenta que *Couso* – e não *Couço*, como ele observa, porque as grafias antigas apresentam “sempre s ou ss e não ç ou z” – é, em Portugal, a forma de muitos topónimos que “[...] assentam num lat[im] vulgar *causum*, *caussum* (= *cautum*) ‘couto, coutada, lugar ou terreno imune ou defeso’, que Ducange [v.] recolheu no seu *Glossarium*, derivado de *cavere* [...]”. Relacionando o topónimo galego *Couciero* (Ourense e Corunha) e *Couceiro*,⁷⁷⁴ usado como apelido em Portugal, ao português *couço/couso* e ao galego *couso* (‘lugar próprio para correr e fazer montarias’). Piel (1947: 318) considerava a proposta Joaquim da Silveira era “bastante problemática”, sem, no entanto, explicar tal reserva.

4.16.16. Coura (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Coira em 1071 (PMH Dipl.: 306), 1125 (DMP: 89); 1128 (Dipl.: 115), 1169 (DMP: 383); 1258 (PMH Inq.: 354).

Afluente do rio Minho (cf. CMP 1:25 000 folha 15 – Paredes de Coura, 14 – Caminha). Baptista (1874) chama-lhe *ribeira*, com indicação de que “[n]asce na serra da Boulhosa, no sítio de Ral, limites da F. de Ensalde (concelho de Coura) e correndo em direcção O.

⁷⁷³ As atestações que Machado (2003) reúne – que são as de Cortesão 1912 – são todas relativas a lugares e pontos geográficos a sul do Cávado: *Kauso* 897 (PMH Dipl.:8), *Causo* 978 (idem, p. 77), 1069 (idem, p. 299), *Causso* 1094 (idem, p. 477), *Couso* 1220 (PMH Inq.: 143), 1258 (idem, p. 380), *Couso* 1258 (idem, p. 538 e 640) e *Cousos* (PMH Leges: 600).

⁷⁷⁴ A forma *Couciero* também ocorre em Portugal, nos concelhos de Vila Verde (Braga) e Ponte da Barca (Viana do Castelo). Postulando uma alternância entre as realizações fonéticas correspondentes a <on> e <ou>, com base no confronto entre atestações medievais e formas contemporâneas, Fernandes (1999 s.v. *Couceiro*) exclui uma relação com *couso*, defendendo que *Couciero* provém de *Concieiro*, por **conceleiro*, derivado de **concela*, diminutivo de *conca*, ‘depressão no terreno’ (ver idem, s.v. *Concela*).

S. O. até á F. de Covas, volta depois a O. e vem desaguar no Minho em Caminha, onde tem uma bella ponte de madeira. O seu curso é de 7 léguas.”

Para Machado (2003), *Coura* poderia estar relacionado com o topónimo *Courela* e o substantivo feminino *courela*, que, por sua vez, resulta de evolução romance de *quadrella*, diminutivo feminino de *quadrus*, a, um 'quadrado' (DHLP, que segue Machado 1987). No entanto, o referido lexicógrafo encontra dificuldades em ver em *Coura* quer um derivado regressivo de *courela*, quer o resultado direto de uma forma latina *quadra*, admitida por Antenor Nascentes.

A alternativa é atribuir-lhe origem pré-romana, o que parece plausível, por duas razões: primeiro, não sendo impossível, afigura-se estranho que um nome de rio se forme a partir da designação de um tipo de emparcelamento da terra; segundo, as formas *Coura* e *Coira* encontram-se espalhadas não só por Portugal mas também pela Galiza, onde estudiosos de etimologia onomástica lhe atribuem origem pré-latina. Cabeza Quiles (1992: 173) regista *Courel*, *Coiro*, *Coirón*, *Coiros*, *Coira*, *Coirada*, *Coiral*, *Coirás*, todos interpretados como topónimos que apresentam um elemento **cor-* ‘pedra, altura pedrosa’, “parecida á base indoeuropea mediterrânea **kar*, ‘pedra’, que lança alguma luz sobre topónimos como *Caranza* (Galiza) ou *Carneiro* (Vila Real). Pokorny (1959, s.v. *kar-*) assinala a existência de uma forma ibero-mediterrânea **carra*, ‘pedra’, ‘monte de pedras’, que se pode confundir com as raízes indo-europeias **kar-*, (reduplicado *karkar-*) ‘duro’ e *(s)ker*, ‘cortar’. As palavras registadas sobre as quais recai esta dúvida são pertencentes ao ramo céltico (gaulês, irlandês, galês e bretão), embora também palavras do germânico sejam mencionadas.

É verosímil que *Coura* aluda a um leito pedregoso, mas mais difícil se torna saber se o seu radical remete para um item lexical de uma língua indo-europeia pré-latina, já que tal radical pode ter existido tanto numa língua pré-indo-europeia como noutra não-indo-europeia. O mais que se pode sugerir é que o radical **kar-* tem derivados tanto na faixa ocidental da Península Ibérica como nos territórios onde se falam ou falaram línguas célticas e germânicas. Sobre a variante *kor-* não há dados da indo-europeística, pelo que a procura de paralelos com itens de línguas de outras famílias é tarefa quase inviável, pela impossibilidade de se identificar o contexto linguístico em que o radical de *Coura* era utilizado. Ainda a respeito do(s) *Coura(s)* português(es), cabe referir Moreira (1977: 66), que o filia numa série hidronímica “[...] euro-asiática de *kur/kor*, cfr. caucásico *kur-* ‘rio’ [...]: *Kura*, *Kurandas*, *Kũpos*, *Kόπιος*, etc. além de “ribulo de Coruos”, “flumine de

Coyra” (*DMP* I, 289, 383), “fluvium Choraē” 1103 (*TF*, p. 18), rio *Coura* Minho além doutro que é afluente do rio Douro em Trás-os-Montes (*DC*) [...]”. Cabe observar, contudo, que a pequena dimensão dos elementos a comparar aumenta a probabilidade de os paralelos sugeridos por Moreira se revelarem inconclusivos, por serem fruto de homonímia. Em suma, o hidrotopónimo *Coura* tem certamente origem pré-latina, mas não é claro que o seu radical seja indo-europeu.

4.16.17. Covo (rio)

Do léxico comum *covo* ‘côncavo, profundo’

Rio Covo 1220 (PMH Inq.: 39), 1258 (PMH Inq.: 406)⁷⁷⁵

O RTP e a CMP 1:25 000 apresentam três rios com este nome: um afluente da margem esquerda (CMP 1:25 000, folha 29 – Ponte da Barca; outro, também chamado *ribeiro de Rio Covo*, também afluente da margem esquerdo do Lima (idem, folha 40 – Viana do Castelo); um terceiro que é afluente da margem direita do rio Neiva (idem, folha 41 – Geraz do Lima, Viana do Castelo, folha 55 – Carapeços, Barcelos).

Hidrotopónimo de carácter descritivo, talvez em referência a algum trecho do seu leito – provavelmente o seu curso superior – que se encontre entre encostas abruptas. De *covo*, ‘côncavo, fundo, profundo’ (cf. Nunes 1929: 24). Sobre a etimologia do adjetivo *covo*, ver *Covo, rio*, na secção 4.3.11.

4.16.18. Estorãos (rio)

De forma arcaica de *asturianos*, por via do seu uso toponímico.

Storaos e *Sturaos* 1258 (PMH Inq.: 614 e 620)

Afluente da margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000 folha 28 – Ponte de Lima). *Estorãos* é também o nome da freguesia percorrido por este rio.

⁷⁷⁵ Apesar dos muitos rios *Covo* existentes, as atestações recolhidas por Machado (2003), que são também as de Cortesão (1912), correspondem, pelo menos, a lugares na região em apreço.

Hidróónimo que resultará do topónimo *Estorãos*. Crê-se geralmente que os topónimos coincidentes com nomes étnicos decorrem da deslocação de populações durante o processo de Reconquista (ELH: 631/632). Neste caso, poderá supor-se que se trata de povoadores das Astúrias, mas é também possível conjecturar que a sua origem se encontra em Leão ou Zamora, ou seja, no sul do antigo convento asturicense da Galécia romana. É esta a proposta de Sestay Martínez (2008: 66) para explicar o topónimo viguês *Os Esturáns*: “Trátase dun étnico que deriva de ASTURIANOS (como tantos outros así que hai por Galicia adiante, como Asturáns ou Astureses). Debemos datar *Os Esturáns de Coia* arredor do ano 1000, polo menos, e tomaria o nome de xentes establecidas aquí vidas non das Asturias, senon moi probablemente das actuais provincias de Leon e, sobre todo, Zamora, que formaban parte do antigo convento asturicense. Serían polo tanto mozárabes desas zonas de fronteira co mundo musulmán do Andalus que se refuxiaban en terras cristiás como Coia. Por iso, dados eses incuestionables factores históricos, os asturianos que se estableceron en Coia non deberon ser do actual Principado, senón da parte meridional do vello convento astur (seguramente, como se dixo, de Zamora, ou como moitísimo de León).” De todos os modos, como hidróónimo, *Estorãos* surge com alta probabilidade da disponibilidade prévia da mesma forma como topónimo.

4.16.19. Fervença (rio da)

Do léxico comum regional *fervença* ‘queda de água’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Vade, o qual, por sua vez, desagua no rio Lima (CMP 1:25 000, folha 29 – Ponte da Barca). Fervença é também o nome de um rio do distrito de Bragança (cf. secção 4.4.9).

Hidrotopónimo transparente, de natureza descritiva, por associação à *fervença*, ou seja, à cascata⁷⁷⁶ que se encontra no troço do rio em referência, na freguesia de Boivães. Sobre

⁷⁷⁶ Informação de Teixeira da Silva, autor de uma história e cultura regionais do jornal em linha *Farol da Nossa Terra* (4/06/2014): “**Cascata da Fervença** Esta cascata situa-se próximo à freguesia de Boivães, concelho vianense de Ponte da Barca. Encontra-se inserida num local de alta montanha, apresentando-se com águas cristalinas e límpidas. As águas que a originam provêm do rio Fervença, caindo sobre a rocha dura da serra de uma altura de 20 metros [...]” (disponível em <http://www.faroldanossaterra.net/2014/06/04/58511/>, consultado em 8/08/2015). É discutível que o nome da cascata se deva ao hidrotopónimo, como as palavras de Teixeira da Silva eventualmente sugerem; se

o nome comum *fervença*, veja-se a secção 4.4.9., respeitante ao rio Fervença do distrito de Bragança.

4.16.20. Froufe (rio de/rio)

De origem antroponímica pelo topónimo *Froufe*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Com nascente na serra Amarela, trata-se de um afluente da margem esquerda do rio Lima (CMP, folha 30 – Germil, Ponte da Barca). O mesmo nome tem o lugar de Froufe (na freguesia de Ambos-os-Rios, no concelho de Ponte da Barca), que se encontra nas margens do rio em referência. *Froufe* é também topónimo localizável no concelho de Pareds (Costa 1929-1949), bem como na Galiza (concelhos do Irixo e de Baños de Molgas; cf. *Nomenclátor de Galicia*).

Do topónimo *Froufe*, que evoluiu do genitivo *Fraufi* do antroponímico de origem germânica *Fraufu-*, de *frops*, ‘inteligente’, ou *Fron-ulfu* (Piel 1934-1935: 242). Não se encontraram motivos para pôr em causa esta proposta.

4.16.21. Gadanha (rio da/rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Equitanie 959, *Guetanie*, em 1043⁷⁷⁷

Afluente do rio Minho que nasce no lugar de Lameiras, freguesia de Anhões, no limite dos concelhos de Monção e Arcos de Valdevez (Cf. CMP 1:25 000 folhas 8 – Extremo, Arcos de Valdevez, 3 – Monção e 2 – Valença).⁷⁷⁸ Com o nome *Gadanha*, simples ou

fervença significa ‘cascata’, torna-se plausível que *cascata da Fervença* seja um nome redundante, como outros que ocorrem quando se perde o sentido original dos nomes usados com função toponímica. O hidrotopónimo terá sido constituído com o uso de *fervença* como descrição definida (“a fervença”) com função determinativa.

⁷⁷⁷ Atestações recolhidas por Fernandes (1999): “ripa Minei circa rivulo Equitanie villa Moraria” (959), de documento editado na *Historia de la Santa Iglesia de Santiago de Compostela*, de A. López Ferreiro, obra publicada entre 1899 e 1904 em Santiago de Compostela (cf. CODOLGA); e “in ripa Guetanie” (1043), dos *Annales Portucalenses Veteres*, publicado por David (1947: 295).

⁷⁷⁸ Ver *Plano Geral de Ordenamento da Rede Hidrográfica do Rio Gadanha*, disponível <http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/SERVICOS_MUNICIPAIS/planeamento_ordenamento/outrosplanos/Mem%F3ria%20Descritiva.pdf> [consultado em 24/02/2011].

determinado por outros nomes, registam-se outros lugares nos distritos de Bragança (Freixo de Espada à Cinta), Viseu (São João da Pesqueira), Guarda (Figueira de Castelo Rodrigo), Beja (Ourique e Odemira), Portalegre (Sousel, Elvas) e Évora (Montemor-o-Novo).

É discutível que *Gadanha* provenha de *gadanha*, como propõe Machado (2003).⁷⁷⁹ Fernandes (1999), relacionando o nome com o latim *equus* e evocando o exemplo do topónimo *Rio de Asnos*, que localiza nos distrito de Viseu, sugere que *Equitania*, atestada em 959, descreve um curso de água como vadeável a cavalo, e “não porque nas suas ribas estes animais se criassem”.⁷⁸⁰ O mesmo autor estabelece a forma hipotética **Eguidanha*, que pressupõe perda da articulação bilabial da velar e posterior vozeamento, de acordo com a lenição das consoantes surdas intervocálicas no processo de formação dos romances peninsulares (cf. Teyssier 1982: 11); essa forma terá dado lugar a “a Gadanha” com “falso artigo”. A forma *Guetania*, que Fernandes documenta no século XI, sugere que a aférese do *e-* é bastante antiga, podendo encarar-se o grafema <t> como intervenção hipercorreta do intuito de representar uma forma que já devia incluir consoante dental vozeada (**Guidanha*). O hidrónimo *Gadanha* pode, portanto, ter sido criado já no período latino-romance com o significado de “rio vadeável a cavalo”, mas, admitindo a conversão de um nome de lugar em hidrónimo, não é de excluir a interpretação que Fernandes rejeita.

No entanto, a hipótese latina pode ver-se obliterada pela possibilidade de *Equitania*, no documento em que ocorre, constituir o resultado de uma tentativa de motivação semântica de nome opaco. Além disso, saliente-se que a sequência sufixal *-itania* aparece em topónimos derivados de etnónimos sufixados com *-itano/-etano* (Guerra 1998: 729/735), como acontece em *Lusitania* e **Egitania* (atualmente Idanha), que supõe **Igaeditania*, derivados, respetivamente, de *Lusitani* e de *Igaeditani*.⁷⁸¹ A hipotética relação com um nome étnico como **equitani* é, contudo, de descartar, tendo em conta que “este tipo de derivados [em *-itani/-etani*] se estende, no ocidente peninsular, até ao

⁷⁷⁹ Existe o topónimo *Guedanha*, em Lamego, que Machado (2003) classifica como variante de *Gadanha*, embora não refira atestações que o comprovem. Não foi possível aqui apurar se é assim, porque nas fontes consultadas não se encontraram abonações em apoio de etimologia de acordo com o substantivo comum *gadanha* ou outra qualquer possibilidade que permita identificar uma origem comum com o *Gadanha* minhoto.

⁷⁸⁰ A eventual relação com os referidos animais não é exclusiva do nome em discussão: na mesma zona, regista-se o topónimo *Chã das Éguas* (Monção).

⁷⁸¹ Guerra (1998: 732) adverte que a forma **Igaeditania* não se encontra atestada, sendo *Egitania* a mais antiga referência do topónimo, na época suevo-visigótica. Ver também Moralejo (2009: 77).

que se poderia designar como a ‘linha do Tejo’, constituindo o nome Igaeditani a ocorrência mais setentrional” (idem: 735).

Ainda assim, mesmo sabendo que o hidrotopónimo *Gadanha* se encontra bastante a norte dessa linha histórica e que não se documenta um nome étnico em *-itani/-etani* na região do rio assim chamado, convém assinalar na Gallaecia o nome étnico *Equaesi*, relativo a “[entidade] que deveria genericamente situar-se na zona setentrional de Trás-os-Montes e Minho ou na zona espanhola confinante” (Guerra 1998: 441). Na realidade, a localização do povo assim chamado é proposta mais a leste, em territórios hoje pertencentes ao sul da Galiza ou ao norte interior de Portugal (idem), mas o nome respetivo vale para uma eventual identificação, em *Equitania*, de um radical **equi-* ou **equai-* (com ditongo, atendendo a <ae> em *Equaesi*), que não tem aqui hipótese de confirmação. Note-se ainda que este radical pode ser cognato de *equus*, se atendermos a Witczak (2009: 158) que refere um antropónimo *Equaesus*, criado a partir de *Equaesi* e usado na região ásture.⁷⁸² *Equaesus* “demonstrates an Asturian (perhaps *qu*-Celtic) form, which derives from IE. **ek̑wos* ‘horse’” (idem). O mesmo investigador defende ainda que **equos* seria a designação ásture para ‘cavalo’, conforme se regista numa inscrição em La Vid (Pola de Gordón, Leão), DEIS EQUENUBUS, cujo segundo elemento, no dativo plural, Witczak interpreta como indo-europeu **ek̑wei-sūnu-bhos*, ‘aos filhos [que montam] a cavalo’(idem: 158/159).⁷⁸³ Outra perspetiva se oferece quando avulta a existência na Galiza de topónimos hoje terminados em *-aña*, como *Caraña*, *Bedaña*, nos quais Cabeza Quiles (1992: 109) identifica “o sufixo derivativo *-aña*, *-ño*, *oña*, presente noutros muitos topónimos, moi frecuentemente prelatinos, acompanhando tamén bases prelatinas (*Broño*, *Baroña*, etc)” (ver também Moralejo Lasso 1977: 18). Aceitando que o mencionado sufixo *-itani-* é pouco provável a norte do Tejo, os exemplos galegos podem apontar para uma análise diferente, que reforça a hipótese de uma origem pré-latina, na qual, além do radical *equi-*, se distinguiria um elemento não identificado, *-(a)-* e um sufixo **-nia*.⁷⁸⁴

⁷⁸² Torna-se controversa a identificação dos *Equaesi* com os ástures, por parte de Witczak (2009: 158), porque Guerra (1998: 441) localiza-os “na zona setentrional de Trás-os-Montes e Minho ou na zona espanhola confinante”, ao que parece, a ocidente dos territórios ocupados pelo convento asturicense.

⁷⁸³ Trata-se de uma leitura que pressupõe a celticidade da inscrição, já que nas línguas célticas ocorre a aspiração de **s* intervocálico e subsequente perda do segmento (ver Adrados e tal. 1995: 218).

⁷⁸⁴ Krahe (1964: 68) permite interpretar *-nia* como uma sequência sufixal formada pelos sufixos *-n* e *-i*: “i-elemente nach [...] –n-: *Albinia* neben *Albana/Albina* [...]; *Aronia* < *Arogna*, Nfl. der Aroscia in Ligurien, neben *Arona* in Lettland”. A terminação *-aña* provém de *-ania* como atestam as formas medievais *Carania* e *Bendania* e, respectivamente, *Caraña* e *Bendaña*, no CODOLGA.

Em suma, não é claro o estrato linguístico pré-latino em que se insere *Gadanha*. A sua forma pode ter sofrido modificações analógicas decorrentes da procura de motivação semântica; daí, talvez a associação ou a identificação com latim *equus* e, mais tarde, por mera etimologia popular, com o substantivo comum *gadanha*. Se a forma *Equitania* não resultar de analogia, a conjectura de uma etimologia pré-latina fica reforçada. De qualquer modo, latino ou pré-latino, o topónimo é (quase) indiscutivelmente indo-europeu.

4.16.22. Galego (rio)

De *galego*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Âncora (CMP 1:25 000, folha 27 – Vila Praia de Âncora, Caminha). Vários topónimos apresentam as formas *Galego* ou *Galegos*.

Hidrónimo de génese aparentemente descritiva, embora faltem elementos que permitam esclarecer a sua motivação. O adjetivo relacional *galego* pode fazer alusão às coordenadas do curso deste rio – a sua nascente situa-se a norte do rio Âncora, atribuindo a *galego* o sentido de ‘que fica a norte’ –, mas pode também referir-se à proximidade da raia (a nascente encontra-se na serra de Arga, a alguns quilómetros a sul da fronteira definida pelo rio Minho). Não é de excluir que se relacione com os valores depreciativos tradicionalmente associados ao vocábulo *galego*, do latim *gallaecus*, *a*, *um* (cf. DHLP).

4.16.23. Germil (rio de)

De origem antroponímica, pelo topónimo *Germil*.

Gilmir 1258 (PMH Inq.: 415)⁷⁸⁵

Afluente do rio Tamente, o qual, por sua vez, desagua no rio Lima (CMP 1:25 000, folha 30 – Germil, Ponte da Barca). Germil é também o nome de freguesia dos concelhos de Ponte da Barca, Vila Real e Penalva do Castelo (Viseu).

⁷⁸⁵ A atestação *Gelmir* 1066 (PMH Dipl.:283) refere-se um lugar situável no concelho de Castelo de Paiva, mas que o CIGeoE-SIG não localiza. Isto mesmo observava já Silveira (1935: 258), a quem não parece que “que esse nome tenha hoje sucessor”.

Silveira (1935: 258), identificando *Germil* como nome de freguesia, considera que “representa o genitivo do nome pessoal *Gelmirus* [...] de origem germânica, também com as variantes *Gilmiro* e *Gilemirus* [...]”. O hidrotopónimo tem, portanto, natureza secundária, por se tratar de nome surgido por associação a um topónimo prévio.

4.16.24. Gingiela (rio da)

Origem obscura, de um topónimo *Gingiela*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Veiga, o qual, por sua vez é afluente do rio da Peneda; este último desagua na margem direita do rio Castro Laboreiro (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez).

As fontes consultadas não facultam elementos esclarecedores da etimologia deste hidrónimo. A configuração de diminutivo, com o sufixo *-ela*, sugere um topónimo preexistente ou um item do léxico latino-romance mais arcaico.

4.16.25. Grande (rio)

Do adjetivo *grande*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Também conhecido como rio da Veiga (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez). Regista-se outro rio com o mesmo nome no distrito de Lisboa (cf. secção 4.11.13).

Hidrónimo de carácter descritivo, provavelmente motivado pela necessidade de o distinguir de outras correntes de menor extensão (cf. *Grande, rio*, na secção 4.11.13).

4.16.26. Labruja (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Labruia em 1058 (PMH Dipl.: 251 e 255), *Llabrugia* em 1074 (idem, p. 314), *Llabruia* em 1079 (idem, p. 345), *Lauurgia* em 1096 (idem, p. 495), *Labrugia* 1125 (DMP I: 88),⁷⁸⁶ *Lavrugia* e *Lavurugia* em 1258 (PMH Inq.: 340, 341 e 478).⁷⁸⁷

Afluentes da margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folhas 15 – Paredes de Coura e 28 – Ponte de Lima). Segundo Baptista (1874: 32), “[n]asce na Portella da Labruja: corre para o S. e entra no Lima defronte da V.^a de Ponte do Lima com 2^l de curso”. Uma serra tem o mesmo nome: “Entre Coura, & Ponte de Lima, na estrada Real, que vay desta Villa para a de Valença, esta hum serra, que chamão de Lauruja [...]” (Costa (1868/1869: 181)

Para Machado 2003, é topónimo e hidrotópónimo de origem obscura. António Carvalho da Costa (1868-1869: 181) refere *Labruja*, dando-lhe a variante *Lauruja* (“S. Christóvão de Labruja, ou Lauruja”) e indicando que se trata de orónimo de origem latina: “Entre Coura, & Ponte de Lima, na estrada Real, que vai desta Villa para a de Valença, está hum serra que chamão da Lauruja, nome que corrompeo de Laboriosa, palavra Latina, que quer dizer trabalhosa, como na verdade o he em sua subida.” Fernandes (1999. s.v. *Labruga*), relacionando *Labruja* com *Labruga* (registado como *Labruja* no século XVIII por Carvalho da Costa 1869-1868: 321), aventa para os dois nomes a hipótese de um radical com a forma **labara*, que não tem que ver com o radical latino *lab-* de *laborare*, mas é analisável em dois elementos pré-romanos, *lab-*, ‘inclinação’ e *ar(a)* ‘água’, sem os estratos indo-europeus pré-latinos envolvidos.⁷⁸⁸

Nos casos de *Labruja* e *Labruga*, é de considerar um sufixo *-uj-*. Sobre a possibilidade de *labr-* < *lab* + *ar(a)*, as outras fontes lexicográficas consultadas não confirmam Fernandes (1999); contudo, sobre *-uj-*, é plausível identificá-lo com um sufixo

⁷⁸⁶ Trata-se de atestação do uso da forma como hidrónimo (“*Labrugia* como nome de ribeiro afluente do Lima [...]” – Machado 2003).

⁷⁸⁷ Machado (2003) confunde *Labruja* com *Labruga* (Vila do Conde), também hidrónimo, considerando *Labruja* um orónimo do distrito de Viana do Castelo. No entanto, Piel (1981: 103) menciona como variante de *Labruga* a forma *Labruja*, nome de uma freguesia do concelho de Ponte de Lima, mas sem lhe associar qualquer rio. Refira-se *Labrujó* (provavelmente diminutivo, sob a forma **Labrujola*), nome de uma freguesia de Ponte de Lima e, segundo Vasconcelos (1903), de “[s]erra da prov. do Minho com a lat. de 860 met.”.

⁷⁸⁸ Na verdade, a exposição de Fernandes é pouco esclarecedora: por um lado, vê “*Labr-uj-* = *Lavr-uj-*, derivado em *-uja*”, associando-o a *Lavra*, freguesia de Matosinhos, atestado na Idade Média como *Labra* e de “radical-raiz pré-romano”; por outro lado, interpreta *Labrusque* (Lourinhã), *Labrusca* (Évora e Ferreira do Zêzere) e *Labrujeira* (Alenquer), “[...] que significarão terra capaz de ser lavrada, de acordo com os sufs. *-usca* e *-uja*”. Ou seja, não dá clara razão etimológica que permita interpretar como homonímia o contraste de *Labrujeira* com *Lavra*, *Labruja* e *Labruga*.

repetido numa série toponímica terminada em *-uja*, *-ujo*, *-uge* (ou *-uxe*): em Portugal, *Alvarujo*, *Terrujo/Tarrujo*;⁷⁸⁹ em Espanha, *Tamuja* (Cáceres), *Tamujar* (Castilla-La Mancha), *Tamuxe* (Pontevedra) – este como *Tamuja* num documento de 1403, segundo Cabeza Quiles (1992: 462).⁷⁹⁰

Cabe aqui referir que também tem pertinência para a discussão um outro hidrotópónimo, relativo a um rio do Sul (Montemor-o-Novo): *Lavre*. Segundo Machado (2003), que se interroga sobre a eventual relação com *lavar*, este hidrónimo está registado como *Lávar* num documento de 1430 (*Descobrimentos Portugueses*, I, S., p. 481). O acento gráfico é certamente resultado da intervenção editorial, mas não deixa de ser importante o facto de *Lávar* parecer ir ao encontro de **labara* proposta por Fernandes (1999).

De qualquer modo, a discussão sobre a etimologia do hidrónimo em apreço revela-se inconclusiva. A associação com o latim *laborare* aponta, por enquanto, para a hipótese mais prudente, fundamentando a indo-europeidade deste hidrónimo, que poderá não ser anterior à romanização. Não é de excluir que o uso de *Labruja* como hidrotópónimo seja posterior ao seu usos como orotópónimo e topónimo.

4.16.27. Lima (rio)

Origem obscura, pré-latina.

Limia 1081 (PMH Dipl.: 357), 1114 (DMP I: 52), 1124 (idem, p. 84 e 85), 1125 (idem, p. 85), 1129 (idem, p. 123), 1130 (idem, p. 130), 1132 (idem, p. 150), 1136 (idem, p. 183), 1140-1141 (idem, p. 214)⁷⁹¹

Este rio nasce no monte Talariño (Ourense) e desagua no Oceano Atlântico, junto de Viana do Castelo (cf. CMP 1:25 000, folhas 17 – Lindoso, Ponte da Barca, 30 – Germil, Ponte da Barca, 29 – Ponte da Barca, 28 – Ponte de Lima, 41 – Geraz do Lima, Viana do Castelo e 40 – Viana do Castelo).

⁷⁸⁹ *Alvarujo*, *Terrujo/Tarrujo* admitiriam outra interpretação, como derivados de *Álvaro* e *terra* com um sufixo depreciativo. Mas, a *Labruja*, há com certeza que juntar o galego *Lebruxo*, atestado como *Laurugio* ca.1160, citado por Bascuas (2014: 184) (comentário feito pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho).

⁷⁹⁰ Para Moralejo (2009: 65), “parece que **lab(a)r-us-ia*, de **lab(a)r-* ‘murmullo, ruído...’, cf. *Banduge*, *Tamuxe*... [...]”

⁷⁹¹ Machado (2003), que segue Cortesão (1912), inclui *Lima* 1258 (PMH Inquis.: 439), embora assinala que se trata de um apelido.

Designação de um rio que, na Antiguidade, foi também conhecido por *Belium* (nome apenas atestado por Estrabão) ou, numa identificação com o rio do Esquecimento (*flumen Oblivionis*), *Lethes* (cf. Guerra 1998: 334 e 492). Neste trabalho apenas será discutido o nome *Lima*, por ser este que perdurou na moderna hidrotoponímia.⁷⁹² Para Machado 2003, *Lima* é vocábulo de origem pré-latina, que em documentos medievais assume a forma *Limia*. Esta é a mesma que se documenta em fontes clássicas (Pompónio Mela, Ptolomeu, *Itinerário de Antonino*, Plínio, o Velho), a par de outra com ditongo, *Λιμαία*, igualmente presente em Plínio e também abonada em Estrabão e no Anónimo de Ravena (Guerra 1998: 497). Guerra (1998: 154) analisa a constituição deste hidrotópónimo num radical *lim-* e num sufixo, *io*, frequente na hidronímia do noroeste peninsular, ou *aio*. Assinala, no entanto, a dificuldade em identificar uma raiz indo-europeia capaz de determinar a etimologia de *Lima*, visto se oferecerem três possibilidades – **lem-*, ‘veado’; **lem-/lim-*, ‘olmo’; e **lim-*, ‘pântano’ (de **lei-*, ‘fluir’) –, muito embora refira a preferência de Rivet and Smith (1979) pela terceira opção.⁷⁹³ Observe-se, porém, que a raiz **lim-* é realmente a forma que mostra uma maior adequação enquanto nome de um acidente geográfico, indo ao encontro de motivações referenciais. Há, portanto, forte probabilidade de se tratar de um hidrotópónimo de origem indo-europeia, anterior à latinização, embora não aparente clara filiação céltica.

4.16.28. Manco (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁷⁹² Guerra (1998: 334 e 492) regista quer *Belium* (“οι δε Βελιῶνα καλοῦσι”) quer *Lethes*, designação grega do rio do Esquecimento. A forma *Lethes* seria usada em resultado de provável identificação de **Letia*, forma que terá dado origem ao nome do atual rio Leça, com esse rio mítico, (ver também Guerra 1996). O nome *Lethes* acabou por celebrar o rio Lima por confusão ou desconhecimento da verdadeira localização do rio que se chamava **Letia*. *Belium* aparece registado atualmente também como *Belion* (Machado 2003, s.v.) e *Belión* (Moralejo 1077: 16 e 26, n. 10) e talvez tenha perdurado na forma *Beón* ou *Bión* (idem), nome alternativo da lagoa de Antela (Ourense). Sobre a origem de *Belium*, as propostas dividem-se: Moralejo (1977) aproxima *Belión* de *Baenis* (Estrabão), nome alternativo do Minho, sugerindo que tanto *Belium* como *Benis* se relacionam com o basco *ibai*, ‘rio’; Guerra (1998: 334) salienta o sufixo derivativo *-io-* e sugere uma relação do radical *bel-* com formas da área celtibérica como *Belli* e *Belitani* (etnónimos), *Belligenes* (antropónimo) e *balais kom* (adjetivo em legenda monetária).

⁷⁹³ Para Moralejo (2009: 66), “[p]arece claro que de **lei-*, **loi-mo* “humedal” y con esta etimología deben emparejarse corónimo e hidrónimo, teniendo a aquél como motivador de éste [...]”

Afluentes do Minho, nasce no Alto da Recosta, no concelho de Valença (cf. CMP 1:25 000 folha 2 – Valença).

Machado (2003) não regista esta forma como hidrónimo, mas sim como topónimo relativo a localidade — *Horta do Manco* —, originária em parte de uma antiga alcunha, situação que lhe permite interpretar *manco* como ‘coxo’. Também *Mancos* (Pombal), encarado como plural, provirá daqui. O facto de *Manco* corresponder a um hidrotópónimo pode tornar a etimologia de Machado (2003) discutível, sobretudo quando não se registam lugar ou freguesia com este nome que pudessem justificar a génese do topónimo com base numa alcunha. Uma hipótese plausível é a de *Manco* ter sido inicialmente o adjetivo que permitia descrever a morfologia do rio, talvez salientando o traçado sinuoso, “torto”, daí “manco”, do curso do rio. Pista interessante afigura-se a fornecida pelo topónimo galego *Soutomanco*, na medida em que aparentemente apresenta a conversão em topónimo de um sintagma: “souto manco”. Esta análise defronta-se com dificuldades, porque, se ainda é possível compreender a aplicação de *manco* a rio com o intuito de descrever a forma sinuosa do seu curso, menos evidente se torna recuperar o significado do mesmo adjetivo quando referente a um soto. Seja como for, não se encontrando nas fontes consultadas outros rios com a mesma forma no espaço peninsular, por enquanto é conveniente considerar como latino-romance ou já portuguesa a origem deste hidrónimo.

4.16.29. Mestre (rio)

Origem obscura, apesar da homonímia com *mestre*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem esquerda do rio Labruja, parece ter nascente das serras das imediações de Labrujó, no concelho de Ponte de Lima (CMP 1:25 000, folha 15 – Paredes de Coura).

Origem obscura, porque não é clara a eventual motivação do hidrónimo no nome comum *mestre* ou no adjetivo homónimo, no sentido de ‘principal’, se se atender a que se fala de um rio que é um subafluentes – muito embora se entenda que um rio possa ser concebido como “o principal” para as comunidades ribeirinhas. Mesmo assim, por não parecer de rejeitar uma interpretação alternativa, refira-se a etimologia proposta para as formas

semelhantes *Mestra* e *Mestras*, aparentemente o feminino correspondente, mas, segundo Fernandes (1999), relacionáveis com *mesta*, do latim *mixta*, em referência à confluência de águas fluviais.⁷⁹⁴ A configuração de *Mestre* e a sua associação explícita ou subentendida ao nome *rio*, do género masculino, tornam artificiosa a hipótese de **mesto*, mas fica a conjectura.

4.16.30. Milhares (rio)

Origem obscura, mas talvez relacionável com *milhar*, em alternativa a *milhal*, derivados de *milho*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome de parte de um afluente do rio da Peneda. Este rio tem outros nomes ao longo do seu curso, como se pode observar pela CMP 1:25 000 (folhas 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez): *Pomba* e *Grande*.

Apesar da sua localização na serra da Peneda, em terreno pouco propício à agricultura, talvez se trate de um topónimo relacionável com *Milhariço* (Vila Verde) e *Milheirós* (Vila da Feira), os quais provirão de derivados de *milho*, do latim *milium*, ï ‘milho miúdo’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *mijo*). Sendo assim, *Milhares* seria o mesmo que *milhares*, sinónimo de *milhais*, apresentado o sufixo *-ar* em alternativa a *-al*, e o hidrónimo teria, portanto, origem toponímica. Na Galiza, regista-se o topónimo *Millares* nas províncias da Corunha e em Lugo.⁷⁹⁵ Fica a conjectura, porque as fontes não facultam elementos que permitam contextualizar adequadamente o hidrotopónimo em causa.

4.16.31. Minho (rio)

Origem obscura, pré-latina.

⁷⁹⁴ Exemplos galegos bem conhecidos são os topónimos *Ambasmestas* (talvez de um item céltico, *amba*, ‘água, rio’) e *Augas Mestas*, ambos em Lugo (cf. Nomenclátor de Galicia). Também se regista *Mestas* nas províncias de Ourense e na da Corunha (idem).

⁷⁹⁵ Ares Vázquez (2013: 1181 e 1191) assinala dois topónimos lugueses com a forma *Millares*, um derivado de latim *milium* ou já de *millio* (*milho*). Serão, portanto, topónimos alusivos ao cultivo do milho.

Mineus, *Mineo* 1125 (DMP I: 89), 1169 (idem, p. 382), *Minius*, *Mineus* em 1134 (idem, p. 165), 1137 (idem, p. 194, 229), 1161 (idem, p. 357), 1173 (idem, p. 418).⁷⁹⁶

Rio que nasce na serra de Meira, na chamada fonte Miñá (província de Lugo, na Galiza; cf. Signa) e desagua no oceano Atlântico entre A Guarda (Pontevedra) e Caminha (Viana do Castelo). Cf. CMP 1:25 000, folhas 1 – Melgaço, 3 – Monção, 2 – Valença, 7 – S. Pedro da Torre, Valença, 6 – Vila Nova de Cerveira, 14 – Caminha.

Machado (2003) dá a entender que terá havido confusão do nome *Neiva* com o de *Minho*, do mesmo modo que aconteceu com o Leça e o Lima (ver rio Lima, neste trabalho). Por seu lado, Untermann (1986: 226, apud Guerra 1998: 324) vê esta forma como uma variante do mesmo nome, a par de *Minius*, tendo em conta alternâncias como as de *Mastia/Bastia*. Além disso, *Minho* ocorre também noutra forma metatizada: *Nimios* = *Minios* (Apiano) (Machado 2003id). Moralejo Lasso (1977), ao analisar o topónimo galego *Fumiñeo* (Muxía, Corunha), isola uma raiz **mini-*, à qual não consegue atribuir sentido, mas cuja ocorrência identifica em topónimos galegos como *Miñán*, *Miñao*, *Miñide*, *Miño*, *Miñon*, *Miñote*, *Miñoteira*. Cabeza Quiles (1992: 448) assinala uma possível relação com o vocábulo latino *minium*, ‘mínio, óxido vermelho de chumbo’ (DHLP), em alusão à cor vermelha das suas águas, resultado das técnicas aplicadas à exploração aurífera da época romana. O substantivo comum *minhoca* igualmente teria parentesco como o hidrónimo em apreço, possibilidade reforçada pela sinonímia com a palavra *verme*, que é evolução do latim *vermis*, *is* (variante *vermen*, *inis*; cf. Ernout e Meillet 1967), ao qual se associa a cor vermelha e, etimologicamente, a própria designação de *vermelho*. Relembrando uma hipótese de A. Tovar, Cabeza Quiles sugere também que *Minho* poderia também ser sinónimo de *Sil*, nome do mais importante afluente do Minho e identificável com o substantivo comum castelhano *sil*, ‘ocre’ (DRAE). Cabe observar que o termo *minium* não é latino na sua origem, segundo Ernout e Meillet, apoiados em Propércio, “qui le qualifie d’Hiberum”. Sendo assim, o mais que se pode dizer sobre esta raiz será acerca da relação semântica com a cor vermelha, sem que a sua etimologia saia clarificada. A não ser que aproximemos a palavra *Minho* do

⁷⁹⁶ Na Antiguidade, o rio também foi designado por *Baenis*, conforme se documenta em Estrabão (Guerra 1998: 323). Leite de Vasconcelos (1905: 307, apud Guerra 534) sugere que se trata de metátese por *Naebis*=*Nebis*>**nebia*>*Neiva*» (ver também Machado 2003).

nome *Main* (rio da Alemanha, em português *Meno*), e aceitemos que o parentesco de ambos com os apelativos letão *maiņa* e lituano *maiva*, ‘pântano’ (Krahe 1964: 83). Guerra (1998: 535) destaca o elemento *-io-*, indicando tratar-se de um derivado sufixado, cujo radical, fazendo parte do europeu antigo, teria forma **mei-/ *moi-/ *mi-*, seguida do alargamento *-n-* (ver Krahe 1949: 256/257; ver também Krahe 1964: 98). Sendo assim, a raiz a ter em conta deverá corresponder a **mein/ *moin* ou **min-*, seguido do sufixo *-io*, hipótese que não se afigura conciliável com a forma **mini-*, proposta por Moralejo Lasso (1977).⁷⁹⁷ Para Krahe (1964: 98), *Minho* está no elenco de derivados da raiz *min-*, no grau zero, o qual inclui *Minija* (actual Lituânia), *Mnina* (Polónia)⁷⁹⁸ e *Mignone* (Lácio, Itália). Outro aspeto importante é ter Krahe atribuído a este nome uma origem não-céltica, sem que lhe definisse uma filiação dialetal precisa (idem). Parece assim que se dividem as opiniões sobre a origem do nome em apreço. Não sendo de excluir que Minho tenha origem indo-europeia, possivelmente pré-céltica, fica por avaliar a hipótese de *mini-*, que pode relacionar-se com estratos não-indo-europeus.

4.16.32. Moinhos (rio dos)

Do léxico comum moinho, talvez por topónimo preexistente – *Moinhos*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Curso superior do rio Tora, o qual, por sua vez, desagua na margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folha 16 – Arcos de Valdevez). Encontram-se em Portugal e na Galiza vários topónimos a que corresponde total ou parcialmente a forma *Moinhos*.

Trata-se da denominação do troço superior do rio Tora. O hidrónimo deve ter génese associativa ou determinativa, fazendo provavelmente alusão a moinhos existentes nas suas margens. Nas fontes utilizadas não foi possível identificar um topónimo preexistente com a mesma forma que de algum modo determinasse o hidrónimo em questão. Sobre o nome comum moinho, ver *Moinhos, rio dos*, na secção 4.9.11.

⁷⁹⁷ Ver Moralejo (2009: 54).

⁷⁹⁸ Este por intermédio de *Мън- (Krahe 1964: 98). Na verdade, em polaco, o nome tem a forma *Minina*, e não *Mnina*, conforme se pode comprovar pela consulta de várias páginas da Wikipedia em polaco: <http://pl.wikipedia.org/wiki/Minina> (consultado a 26/01/2011).

4.16.33. Mouro (rio)

Da forma do léxico comum *mouro*, mas a sua significação pode não ser a mais aparente.

Afluentes da margem esquerda do rio Minho (CMP 1:25 000, folha 3 – Monção e 4 – Castro Laboreiro, Melgaço). *Rio Mouro* é também topónimo conhecido na Galiza (cf. *Nomenclátor de Galicia*).

Hidrotopónimo que poder ser direta ou indiretamente alusivo a uma figura histórica ou lendária (“o Mouro”). A motivação pode ser indireta, se se considerar que o nome se forma com parte do topónimo de Lamas de Mouro, muito embora seja igualmente (se não mesmo mais) plausível que o topónimo da aldeia assim chamada tenha surgido por associação ao rio Mouro. Note-se, porém, que *mouro* pode ser usado como o mesmo que ‘negro’, o que significa que o hidrónimo pode ter motivação numa expressão descritiva das águas do rio designado, de maneira semelhante ao que parece estar na génese de casos como os de *rio Tinto* (ver nesta secção e noutras); aliás, em galego regista-se o composto *porto-mouro*, o qual é definido como ‘poço fundo de rio cuja água parece muito escura’ (cf. DDE e DDLG).

É de assinalar ainda que a forma *mouro* pode ser um homónimo, segundo alguns autores galegos, muito presente na hidronímia galega e relacionável com uma raiz pré-latina e talvez pré-indo-europeia – *mor-* – com o sentido genérico de ‘pedra’ (cf. Cabeza Quiles 2008: 423). O terreno montanhoso que é percorrido pelo rio Mouro poderá dar força a esta tese, mas, casos como o de *Lamas de Abade* (Santiago de Compostela; cf. Cabeza Quiles), que inclui *Abade* provavelmente em referência a um possessor não identificado, leva a formular a hipótese de *rio Mouro* ser, afinal, um *rio de Mouro*, homólogo a *Lamas de Mouro*, denominação de uma povoação próxima.

Em suma, várias hipóteses se perfilam na motivação histórica do hidrónimo em referência.

4.16.34. Mulas (rio de)

Do léxico comum *mula*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem esquerda do rio Lima (CMP 1:25 000, folha 17 – Lindoso, Ponte da Barca).

Não se encontrando topónimo semelhante, é de supor que o hidrónimo tem carácter alusivo, talvez à presença de animais, quer no estado selvagem, quer eventualmente utilizados como montada para percorrer a região respetiva. O facto de ter a forma *mula*, e não a mais arcaica *mua* (com queda do *-l-* intervocálico, característica dos dialetos galegos e portugueses), deixa supor que o hidrónimo se formou mais tardiamente ou é adaptação de outro anterior. Refira-se que o nome comum *mula* procede do latim *mūla*, *ae* ‘mula’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *mula*).

4.16.35. Oliveira (rio de)

Do léxico comum *oliveira*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio de Cabanas (CMP 1:25 000, folha 27 – Vila Praia e Âncora, Caminha).

Hidrónimo aparentemente de carácter determinativo, muito embora as fontes consultadas não assinalem *Oliveira* como topónimo preexistente. Mesmo assim, não se encontram elementos que contrariem a relação com o nome comum *oliveira*, do latim (*arbor*) *olivaria*, de *olivariŭs*, *a, um* ‘relativo à azeitona’ (cf. DHLP).

4.16.36. Ouro (rio de/rio d’)

Talvez do léxico comum *ouro*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

O RTP regista o hidrónimo *rio d’Ouro*,⁷⁹⁹ que o visualizador do CIGeoE-SIG associa à representação de um curso de água que não tem nome apostro e figura como afluente da margem direita rio Coura (CMP 1:25 000, folha 14 – Caminha). No distrito de Braga,

⁷⁹⁹ Supõe-se que o hidrónimo tenha a forma *rio d’Ouro*, com apóstrofo, mas o RTP, publicado em 1967, tem um grafismo que não suporta tal sinal: RIO D OURO. Esta particularidade é evidenciada pelo exemplo de OLHO D AGUA, correspondente a *Olho-d’Água* (cf. Gonçalves 1966).

localiza-se um hidrotópónimo semelhante – *rio Douro* ou *rio do Ouro* ou, ainda, *Oiro* (cf. Costa 1929-1949 s.v. *Douro*).

Faltam elementos sobre o uso e a história deste hidrotópónimo. Entre as fontes consultadas, praticamente apenas o RTP o regista, ainda que um estudo académico, datado de 2010,⁸⁰⁰ o mencione (*rio do Ouro*). É possível que o hidrotópónimo inclua o nome comum *ouro*, em alusão ao metal talvez existente nas areias do rio ou em alguma mina localizada nas suas margens. No entanto, no contexto galego, assinala-se que, segundo Bascuas (2002: 125 e 261), topónimos como *Ourense*, *Oural*, os rios *Oulo* (em Ourense) e *Ouro* (que forma o vale chamado O *Valadouro*) não têm que ver com o latim *aurum*, mas, sim, com a raiz hidronímica **awer-* ‘molhar; água; rio’.⁸⁰¹ Consulte-se o comentário a *Ouro*, no distrito de Braga.

4.16.37. Outeiro (rio do)

Do léxico comum *outeiro*, talvez por intermédio de um topónimo com a mesma forma.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Vez, este, por sua vez, afluente da margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folha 8 – Extremo, Arcos de Valdevez).

Aparentemente um hidrónimo de tipo associativo, embora *Outeiro*, por não aparecer como entrada nas fontes consultadas, possa não ser topónimo anteriormente existente. De qualquer modo, o nome comum *outeiro* – talvez um derivado do arcico *outo*, variante de

⁸⁰⁰ Cf. Joana Valdez 2010. *A Gravura na Arte Esquemática do Noroeste Peninsular – O caso do Monte de Góios (Lanhelas, Caminha)*. Referindo-se aos achados arqueológicos do *Monte dos Goios* (que diz ser a forma local, apesar de reconhecer que a CMP 1:25 000 assinala este ponto geográfico com a forma *Monte de Góis*), a investigadora descreve a hidrografia da região circundante (idem, pp. 64/65): “Conforme nos dirigimos para a vertente meridional do Monte de Góios, a Paisagem altera-se evidenciando-se um carácter árido (Est.37; 38 A e B) por vezes interrompido por zonas amplas e com maior capacidade do solo. Nestes espaços circulam, num sentido N – S, linhas de água que vincam profundamente o relevo. Para Oeste corre o regato das Amoladuras e para poente e nascente o vale do rio Ouro. Entre estes ribeiros situa-se também a sul um regato que desagua numa linha de água tributária do rio Coura. Neste espaço enforma-se o vale que separa o sopé do Monte de Góios e a Cachadinha (Est.39). A somar a este cenário, as abruptas vertentes oriente e poente do contraforte cobertas por afloramentos graníticos, que alternam entre as grandes superfícies inclinadas, penedos mais ou menos elevados e blocos de rocha de menores dimensões que se expandem pelo topo da elevação e pelo fundo do Vale do Ouro [...]”

⁸⁰¹ Informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.

alto, que provém de *altus* (cf. DCECH s. v. *alto* I) – pode ocorrer, neste como noutros casos, como simples expressão definida cuja referência há que encontrar no próprio discurso dos falantes da região percorrida pelo curso de água assim identificado.

4.16.38. Paradela (rio da)

Do topónimo *Paradela*, que resulta da conversão de um diminutivo de *parada*, no sentido de ‘subida’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁰²

Afluente da margem esquerda do rio Âncora (CMP 1:25 000, folha 27 – Vila Praia de Âncora, Caminha). O visualizador do CIGeoE-SIG localiza nas proximidades deste rio o topónimo *Paradela*, na freguesia de Freixieiro do Soutelo, no concelho de Viana do Castelo.

Machado (2003) descreve *Paradela* como um diminutivo de *Parada*, topónimo que, seguindo um artigo de A. Almeida Fernandes na GEPB, considera ter origem no nome comum *parada*, no sentido de ‘preparada, arranjada’, possivelmente alusivo “ao antigo tributo de jantar (episcopal, senhorial)”. Fernandes (1999) revê a sua anterior posição para propor que “no geral, a ‘parada’ era topográfica, ou seja, uma subida (ou descida), ao alto da qual se ‘parava’ (para natural descanso)”; esta observação abrange também topónimos como *Paradela*, *Paradinha* e *Paraduça*: “O diminutivo, em *-ella*, em *-inha*, mesmo em *-uça*, devia-se ou ao custo e esforço da subida (íngreme) ou à extensão – nestes casos, reduzida.”

4.16.39. Peneda (rio da)

Do topónimo Peneda, de *peneda*, derivado do arcaísmo *pena* ‘rocha’.

Afluente do rio Castro Laboreiro (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez).

⁸⁰² Entre as atestações recolhidas por Machado (2003), as que provém dos PMH (Dipl.: 16, 80, 91, 231 e 403), são referentes a lugares a sul do rio Ave. Não foi possível identificar as atestações que Machado (2003) retirou dos DMP (I: 91, 197).

Hidrónimo que surge por associação ao lugar e à serra da Peneda. Trata-se de um nome de significado abundancial, derivado do arcaísmo *pena* ‘rocha, pedra, penedo’ (cf. *Peneda, rio da*, na secção 4.3.29).

4.16.40. Pequeno (rio)

Do léxico comum *pequeno*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Mouro (CMP 1:25000, folha 4 – Castro Laboreiro, Melgaço). *Pequeno* é também o nome de outros rios, designadamente nos distritos de Braga, Lisboa, Vila Real e Viseu (cf. secções 4.3.30, 4.11.24, 4.17.26 e 4.18.34).

Hidrónimo descritivo, muito provavelmente motivado pela comparação com outros cursos de água vizinhos (cf. *Pequeno, rio*, na secção 4.3.30).

4.16.41. Perdiz (rio da)

Obscura. Talvez do léxico comum *perdiz*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente ou curso superior do rio do Porto; este, por sua vez, é um afluente do rio de Froufe, que desagua no rio Lima CMP 1:25 000, 30 – Germil, Ponte da Barca).

Hidrónimo cuja motivação não é clara. Parece ter carácter determinativo, talvez alusivo à existência de perdizes e à consequente possibilidade de caça. Poderia pensar-se num topónimo preexistente, mas, nas fontes consultadas, não se identificam registos de *Perdiz* como nome de povoado na região percorrida pelo rio em referência. O nome comum *perdiz* remonta ao latim *perdix*, *īcis* (cf. DHLP e DCECH s. v. *perdiz*).

4.16.42. Poço Negro (rio do)

De um sintagma formado por itens do léxico comum, *poço* e *negro*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Âncora (CMP 1:25 000, folha 27 – Vila Praia de Âncora).

Talvez relacionado com uma descrição definida («o poço negro») ou com um topónimo com a forma *Poço Negro* que nem a CMP nem o RTP permitem identificar. De qualquer modo, um hidrotópónimo de configuração relacional ou determinativa. Refira-se que o noem comum procede do latim *putĕus*, *i* ‘buraco, fossa, poço de mina’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *pozo*).

4.16.43. Pomba (rio)

Aparentemente parece conversão do nome comum *pomba*, mas a sua motivação é obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Castro Laboreiro, tem a sua nascente na serra da Peneda (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez). Parece também ser conhecido por *rio Milhares*.

Nas fontes consultadas, faltam elementos que permitam esclarecer a história deste hidrotópónimo. Se se identificar com o nome comum *pomba*, trata-se de um item com origem no latim *palŭmba*, *ae*, feminino de *palumbus*, *i* ‘pombo bravo’ (DHLP).

4.16.44. Ponte (rio da)

Do léxico comum *ponte*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio das Mulas, o qual, por sua vez, desagua no rio Lima (CMP 1:25 000, folha 13 – Lindoso, Ponte da Barca).

Hidrotópónimo alusivo a uma edificação que as fontes cartográficas e corográficas não registam na região atravessada pelo rio em referência. Sobre o nome comum *ponte*, ver *Ponte, rio da*, na secção 4.1.36.

4.16.45. Pontido (rio de)

De *pontido*, cuja base de derivação não tem identificação nem origem claras.

Pontido 1258 (PMH Inq.: 344).⁸⁰³

Afluentes da margem esquerda do rio Lima (CMP 1:25 000, folha 41 – Geraz do Lima, Viana do Castelo). A forma *Pontido* ocorre como topónimo a norte do rio Douro, nos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, bem como na Galiza.

Machado (2003) considera *Pontido* “um derivado de *ponte*”; nesta perspetiva, o sufixo -*ido* será uma variante de -*edo*, de valor coletivo ou abundancial, o que supõe fazer o hidrónimo alusão a um conjunto ou concentração de pontes. Deve, no entanto, observar-se que o sufixo -*ido*, como -*edo*, ocorre geralmente associado não a edificações, mas a fitónimos, como assinala Piel (1989: 203), tornando menos segura a etimologia proposta por Machado. Olhando para os casos galegos, avulta a sugestão de Navaza Blanco (2006: 435), que relaciona o topónimo *Pontido* com o galego *pouta*, por intermédio da variante *ponta*, denominação do *Cytinus hypocistis*, a qual corresponde ao português *pútega*. Navaza Blanco (ibidem) baseia esta hipótese noutros casos que apresentam a alternância do ditongo decrescente [ow] com a sequência formada por vogal e consoante nasal,⁸⁰⁴ conforme se observa nos pares *coicieiro/concieiro*, *meixueiro/manxueiro* e *couselo/conselo*. Seguindo o DCECH, o autor em referência chama a atenção para a eventual afinidade de *pouta* com *pata*, de um hipotético **patta*, de origem obscura; *pouta* seria resultado por amálgama de *pata* com *plauta* ‘pé plano’. Fica, portanto, por esclarecer cabalmente o significado preciso de *pontido*, mas importa é salientar que o hidrotópónimo

⁸⁰³ Cf. Cortesão (1912), que regista três ocorrências de *Pontido* nos PMH (Inq.: 294, 344 e 429), mas apenas uma é relacionável com o rio aqui mencionado (idem, p. 344), enquanto as outras duas dizem respeito ao lugar de Pontido, no concelho de Vila Verde (cf. CMP 1:25 000, folha 56 – Amares).

⁸⁰⁴ Tal sequência corresponde à descrição fonética e fonológica da língua galega, uma vez que, na perspetiva do português, trata-se da variação entre um ditongo crescente e uma vogal nasal. Note-se, porém, que, na perspetiva diatópica, Celeste Rodrigues (Freitas et al. 2012: 166), identifica a realização de vogais orais seguidas de coda consonântica nos dialetos setentrionais do português: “[...] a vogal [ẽ] do padrão embora exista nos dialetos setentrionais, nesses dialetos costuma ocorrer em variação com outras duas formas: i) como vogal baixa recuada nasal [ã], (ii) como vogal oral seguida por uma coda (consonântica) nasal: *antiga* [an.tí.gɐ], *campo* [kám.pu], *canga* [ká.ŋ.ga], ou seja com uma coda com o ponto de articulação da consoante seguinte [...] As codas em Português padrão [...] nunca têm formato nasal. Nos dialetos setentrionais talvez ainda possam revelar em alguns casos, como de resto acontece nos dialetos galegos, mas a tendência de mudança da língua para a nuclearização da nasalidade afigura-se inevitável.”

em questão parece referir um topónimo preexistente, resultado da conversão de um nome comum, *pontido*, cuja base de derivação é etimologicamente pouco clara.

4.16.46. Porreiras (rio das)

De um topónimo resultante da conversão de *porreira*, um derivado de *porro*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira da Pantanha, a qual desagua na margem direita do rio Coura (CMP 1:25 000, folha 7 – São Pedro da Torre, Valença). Este curso de água passa pela localidade de Porreiras (idem, folha 7 – S. Pedro da Torre, Valença).

Machado (2003) considera que se trata de um topónimo resultante do nome comum *porreira* ‘campo cultivado de alhos-porros’. A mesma perspetiva tem Navaza Blanco (2006: 430) quanto aos topónimos galegos *Porreira* e *Porreiras*, que considera tratar-se de derivados em *-aria* de (*alium*) *porrum*.⁸⁰⁵ O hidrotopónimo em questão, de carácter determinativo, parece dever-se ao topónimo *Porreiras*, localidade do concelho de Paredes de Coura.

4.16.47. Porta Cova (rio de)

Do topónimo *Porta Cova*, um sintagma formado por itens do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Vez (CMP 1:25 000, folha 8 – Extremo, Arcos de Valdevez). Junto deste rio, próximo da sua foz, encontra-se a povoação do mesmo nome (idem, ibidem).

Hidrotopónimo que se deve à associação a um topónimo prévio. No entanto, não foi possível colher elementos que esclarecessem o significado composicional de *Porta Cova*.

⁸⁰⁵ Navaza Blanco (2006: 429) não exclui que *porro* e os seus derivados tenham sido usados metaforicamente na toponímia, identificando acidentes do terreno: “É posible que na orixe dos topónimos pertencentes a este tema non estea o significado fitonímico, senón oronímico, por alusión a formacións alongadas, mais ou menos cilíndricas.”

Como itens do léxico comum, *porta* vem do latim *porta*, *ae* ‘porta (de cidade), portão; porta (de casa, de templo); abertura, saída’ (DHLP), e *cova* será o feminino de *covo*, do latim *covus*, variante arcaica de *cavus* ‘oco’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *cueva*).

4.16.48. Portuzelo (rio de)

Do topónimo *Portuzelo*, de diminutivo romance ou já galego-português de *porto*.

Portozelo 1258 (PMH Inquis.: 414).⁸⁰⁶

Afluente do rio Tamente, o qual, por sua vez, desagua na margem esquerda do Lima (CMP 1:25 000, folha 30 – Germil, Ponte da Barca).

Trata-se de um diminutivo de *porto*, por via do topónimo *Portuzelo*.

4.16.49. Ramiscal (rio do)

Do léxico comum, como derivado de *ramisco*, por via de um topónimo preexistente.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente ou troço superior do rio Cabreiro, o qual, por sua vez, desagua na margem esquerda do rio Vez (CMP 1:25 000, folhas 8 – Extremo, Arcos de Valdevez e 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez).

Ramisco é nome comum que se dá a uma casta de uva (Figueiredo 1913). Em galego, regista-se a mesma forma quer na referida aceção, quer na de ‘conjunto de ramas cortadas’ (cf. DEE; ver também DDLG). Quanto a *Ramiscal*, parece tratar-se de um abundancial, relativo a uma espécie que não se identifica com clareza.

4.16.50. Sapeiras (rio)

Do topónimo *Sapeira*, derivado de variante regional de *sapa* ou do vocábulo regional *sapeira*.

⁸⁰⁶ Cortesão (1912) regista também *Portezelo* 1258 (PMH Inquis.: 687) e *Portozelo* 1258 (idem, p. 362), mas trata-se de topónimos de outras regiões do Entre-Douro-e-Minho.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folha 28 – Ponte de Lima). Parece tratar-se do curso de água também conhecido como *ribeiro do Rio Tinto* (cf. idem, pelo visualizador do CIGeoE-SIG).

O curso de água assim chamado passa pela região das Sapeiras, conforme se pode confirmar pela CMP. Ao item *sapeira* podem ser atribuídos diferentes significados, a saber: ‘truta de água doce’, ‘ódio figadal’ (transmontanismo), ‘fome’ (transmontanismo), ‘mulher baixa e gorda’, ‘sapal’ e ‘desmoronamento de sapa, mina ou galeria subterrânea’ (cf. Figueiredo 1913, Priberam e Cabral 2013).⁸⁰⁷ De todos estes significados, o referencialmente mais adequado parece ‘sapal’, atendendo a que a região em questão não está longe do curso inferior do rio. Em alternativa, é possível que o topónimo se deva a um uso regional para designar um terreno alagado ou alagadiço.

4.16.51. Seixo (rio)

Do léxico comum seixo ‘pedra’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Lima, tem nascente na serra de Arga (CMP 1:25 000, folhas 27 – Vila Praia de Âncora e 40 – Viana do Castelo, e 41 – Geraz do Lima, Viana do Castelo).

Nome que de função identificativa por associação a um topónimo preexistente ou a um lugar identificado por uma expressão definida em vias de se fixar no uso. A palavra *seixo* tem origem no latim *saxu-* ‘rocha, penedo, rocha, calhau’ (cf. Machado 1987).

⁸⁰⁷ A aceção ‘desmoronamento de sapa, mina ou galeria subterrânea’, no Priberam é idêntica a uma das que Figueiredo (1913) dá à palavra, no entanto, com um sinal de interrogação, ou seja, sem garantir a estabilidade desta significação. Observe-se que *sapa* pode significar ‘terra alagada com aparência de consistente’ e ‘desmoronamento de terra e pedras’; com estes significados, deve estar relacionado o seu uso como “na base da arriba [...] uma zona de escavamento provocado pela actuação da onda” s. v. *arriba*, *Gestão Costeira Integrada* (disponível em <http://www.aprh.pt/rgci/glossario/arriba.html>, consultado em 20/12/2016). Em todo o caso, não se considerou este significado, porque o terreno, relativamente plano, onde se encontra o hidrotopónimo em apreço não tem a configuração que se associa a uma arriba.

4.16.52. Sucrasto (rio de)

Parece ter origem num topónimo de estrutura sintagmática – **sub castro* ou já, em fases mais tardias, **su castro* ou **so castro* –, não atestado.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Mouro, rio este que, por sua vez, desagua no rio Minho (CMP 1:25 000, folha 8 – Extremo, Arcos de Valdevez, 3 – Monção).

Parece ter origem num topónimo que não se encontra documentado e que poderia ter a forma (não atestada) **sub castro*. Leite de Vasconcelos (1903-1905: 67-69) salientou como característica da toponímia alto-minhota a frequência de topónimos com origem numa sequência formada pela preposição *so* (variante de *sob*), o artigo definido e um apelativo de toponímico; são exemplos *Sucarril*, *Sueido*, *Sueira*, *Surrego* (este localizado pela CMP e pelo CIGeoE-SIG no distrito de Braga, no concelho de Cabeceiras de Basto). Também em vários topónimos galegos se analisa o elemento *su-* como o resultado do latim *sub*, entre eles *Sucastro* < **sub castro* (Ares Vázquez 2013: 773, 913, 925, 1341; ver também o Nomenclátor de Galicia).⁸⁰⁸ Há, portanto, toda a probabilidade de *Sucrasto* se enquadrar nesta série toponímica galego-portuguesa.

4.16.53. Tamente (rio)

Origem obscura.

Afluente do rio Lima, nasce na serra Amarela.

Tamanti em 1258 (PMH Inq.: 414)

Para Machado (2003), é um hidrotopónimo de origem obscura. O facto de estar documentado como *Tamanti* num documento de 1258, sugere ter em comum a mesma forma radical *-tam-* — de **Tamãga*, hoje *Tâmega*, deduzida do etnónimo *Tamagani*, e de *Tamaris*, donde provém *Tambre*, rio da Galiza (Corunha). Nestes hidrotopónimos, Machado (2003) atribui a *tam-* origens e significados não totalmente coincidentes: céltico,

⁸⁰⁸ Outros exemplos galegos com o mesmo elemento de composição recolhidos em Ares Vázquez (2013): *Sucampo*, *Sucarral*, *Sucarreira*, *Sucasas*, *Suhortos*. *Suiglesia*.

com o significado de ‘escuro’ ou ‘tranquilo’, ‘largo’, no caso de *Tâmega*; pré-céltico, com o sentido de ‘manso, tranquilo’ quando ocorre em *Tambre*. Acrescente-se que o mesmo radical ou formas homónimas ocorrem ainda noutros hidrotopónimos da Península e de fora dela, como *Támoga* (Lugo, Galiza), *Tamuxe* (afluente do Minho, Pontevedra), *Tamuja* (afluente do Tejo, Cáceres), *Tamujar* (Ciudad Real) e o *Tamisa/ Thames* (Inglaterra).

Na sua análise de *Tamaris*, o atual *Tambre*, Bascuas (2006: 24) propõe uma análise de *tama-* como resultado de três elementos, a raiz **ta-*, ‘derreter-se, dissolver-se, fluir’ (ver Pokorny 1959, s.v. *tā-*, *tə-*, *tāi-*, *təi-*, *tī-*; [*tāu-*], *təu-*, *tū-*), e os sufixos *-mo-* e *-āra*. Note-se que Bascua considera possível identificar um tema *tama-* ou *tamo-*, “prescindiendo del segundo sufijo”. Sobre *Tamente*, diz tratar-se de um caso interessante “[...] por la presencia del suf. *-nt-*, tan frecuente y característico de la hidronimia paleoeuropea: *Arante*, *Omente*, *Mente*, *Almonte*, *Alesantia* > *As Anzas*, *Alisontia* > *Eslonza*; como sufijo de tipo participial refleja el carácter verbal de la raiz y debe de tener un sentido como ‘que se derrite’ o ‘que es fangoso’” (2006: 35).

Adepto de uma hipótese não indo-europeia, Moreira (1967: 26) aceita uma base hidronímica com a forma *tam-*, para rejeitar, por falta de critério geográfico, a hipótese de uma origem indo-europeia, associada à noção de ‘escuro’, apoiando-se nos estudos de J. Hubschmid (1950, 1951 e 1954). Propõe antes a identificação da referida base com um elemento *tam-*, ‘declive, desabamento de terra’, atribuível a um estrato pré-indo-europeu que se estendia pelo Mediterrâneo e incluído em apelativos do galego (*támara*, *tâmara*, *sutámbaro*) e do leonês (*sotámbano*).

Em relação ao elemento *-nt-*, Guerra (1998: 727) destaca o estudo de Tovar, datado de 1958, influenciado pelas propostas do antigo europeu de H. Krahe, e o de Schmoll (1959: 72), que defendem a natureza indo-europeia do formante. No entanto, adverte Guerra (1998: 756), não é de excluir que ocorrências desse sufixo possam “[...] corresponder a nomes que se implantam ou configuram num contexto de influência da cultura romana”. Mesmo assim, assinala que o estudo de Tovar (1958) aponta para uma predominância de nomes com *-nt-* nas áreas celtibérica, cântabra, ásture e galaica, que deve ser anterior a ocorrências dos mesmos no sul e levante ibéricos.

Dado *Tamente* encontrar-se na área galaica, é plausível a sua classificação entre os nomes de carácter indo-europeu, sem ser especificamente céltico, mas antes característico das línguas ocidentais indo-europeias, como pretendia Schmoll (*apud* Guerra 1968: 754). Contudo, o confronto de várias propostas sobre a etimologia do elemento *tam-* não tem

ainda uma análise segura, sendo suscetível de o situar em estratos não indo-europeus. O mais que se pode concluir é que *Tamente* tem globalmente uma origem pré-latina, podendo incluir um elemento inicial não indo-europeu, extensível a nomes localizáveis em zonas célticas, dentro e fora da Península, como, por exemplo, acontece com o *Tamisa*, na antiga Bretanha céltica. Tendo em conta esses aspetos, o hidrotopónimo em análise ou os seus constituintes terão paradoxalmente relação com o céltico, embora o primeiro constituinte, **ta-* ou **tam-* possa não ser não necessariamente indo-europeu.

4.16.54. Tieiras (rio de/das)

Origem obscura, embora nele se reconheçam morfemas do estrato latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio da Peneda ou troço superior deste mesmo rio (CMP 1:25 000, folha 9 – Gaveira, Arcos de Valdevez). Nas suas imediações encontra-se o lugar de Tieiras. Na Galiza, regista-se *Tieira* na província da Corunha (cf. *Nomenclátor de Galicia*).

A ausência de registos dificulta a identificação desta forma. A existência do lugar de *Tieiras* sugere o carácter associativo do hidrotopónimo, mas não é clara a relação do nome com o léxico comum. Assinale-se que Ribeiro (1930: 129), descrevendo o dialeto de Turquel (Leiria), regista *teeira* na aceção de ‘teia de areia’; no âmbito galego, DEE, seguindo a lexicografia galega (cf. DDLG), regista a forma *tieira* com dois significados: em referência aos arados, ‘peça de ferro com que se segura a relha do arado; teiroa’;⁸⁰⁹ e, em referências a moinhos, ‘prancha de madeira com que se gradua a canaleta que guia o grão no moinho’. Como os significados de *teeira* ou *tieira* não parecem habilitar estes itens a um uso toponímico direto, fica por explicar motivação de *Tieiras* como topónimo, o qual deve estar na origem do uso hidrotopónimo.

4.16.55. Tinto (rio)

Do léxico comum *tinto*.

⁸⁰⁹ Como variantes de *teiroa*, Estraviz regista *teiró* e *teiroá*. Na perspectiva estritamente portuguesa, a forma dicionarizada é *teiró*, que Figueiredo (1913) acolhe com a seguinte significação: ‘travessa perpendicular que, cravada na cabeça do vessadoiro [arado], sustenta e trespassa o temão’, ‘parte da fecharia de algumas armas de fogo’ e, metaforicamente, ‘teima’ (cf. também Houaiss 2001).

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Coura (CMP 1:25 000, folha 14 – Caminha). No território continental português, regista-se outro rio assim chamado, no distrito do Porto (v.).

Hidrónimo de tipo descritivo, formado com o adjetivo *tinto*, talvez em alusão à cor das águas do rio assim chamado (cf. *Tinto, rio*, na secção 4.13.26).

4.16.56. Tora (rio)

Origem obscura.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Lima (CMP 1:25 000, folhas 16 – Arcos de Valdevez e 29 – Ponte da Barca). Com a mesma forma e nas imediações do rio assim chamado, o visualizador CIGeoE-SIG indica o lugar de *Tora*, muito embora a CMP 1:25 000 não o assinale.

Este hidrotópónimo não é registado por Machado (2003). Relacionáveis são os topónimos galegos *Toralla* (Vigo), *Torallo* (Becerreá, Lugo), *Toransiño* (Ribeira, Corunha), *Torás* (Laracha, Corunha), *Torante* (Sobrado, Corunha) e *Torán* (Ribeira, Corunha e Taboadela, Ourense).⁸¹⁰

Bascuas (2006 249/250) relaciona a forma *Tora* com duas raízes: **teu-*, **təu-*, *tewə-*, **twō*, **tu-*, ‘inchar’, cujo âmbito referencial tanto pode ser oronímico como hidronímico; e **ter-/tor-*, ‘rápido, forte, penetrante identificada em Krahe (1964: 57).⁸¹¹ Bascuas propõe que tenha ocorrido confusão entre as duas raízes (2006: 214): “Si en la Hispania prerromana coexistió un tema oronímico **turo-*, de la raíz **teu-* com outro hidronímico, de la raíz **ter-*, era prácticamente inevitable su confusión en la conciencia lingüística de los hablantes.” A “confusão na consciência lingüística dos falantes” é plausível, mas sem

⁸¹⁰ Consultar o buscador de topónimos da Junta da Galiza disponível em <http://toponimia.xunta.es/gl/inicio> (consultado em 9/01/11).

⁸¹¹ Pokorny regista a raiz **teu-1*, com as variantes *teud-*, *teug-*, *teuk-*, *teup-*, a que atribui o significado de ‘bater, empurrar, trespassar’, homónima de **teu-2*, ‘reparar, observar, escutar’.

evidência documental desse estado psicológico o enunciado sobre a alternância de **teu-* com **ter-* fica-se pela conjectura. De qualquer modo, é possível uma relação com elementos *tour-* e *tar-*, presentes em topónimos como *Tourões* e *Tarouca*.

Observe-se ainda que *Tora* é nome de um lugar na freguesia de Vale, no concelho de Arcos de Valdevez, o que poderá sugerir que o nome é anterior ao seu uso hidronímico. Contudo, o nome de um outro lugar, *Testora*, não longe quer do rio quer do povoado em referência, pode levantar a hipótese de uma reanálise de **tras Tora*; se assim for, aumenta a probabilidade de o uso hidronímico ser prévio aos dos nomes de lugar, porque *Tora* funcionaria como coordenada espacial, à semelhança de outros casos.

Seja como for, é possível atribuir a *Tora* uma origem pré-latina, embora faltem elementos para uma clarificação da sua motivação e se mantenha obscura a exata filiação linguística da sua raiz.

4.16.57. Trancoso (rio)

Derivado latino-romance, galego-português ou já plenamente português-

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸¹²

Afluente do rio Minho, define a fronteira de Portugal com Espanha (cf. CMP 1:25 000 folhas 1 – Melgaço e 4 – Castro Laboreiro).

Para Machado (2003), é alteração de um derivado de *tronco*, *Trancoso*, “ainda hoje atestável na Galiza (Orense) ao lado de *Troncosa* (Pontevedra), local abundante em troncos de árvores, abatidas, ou mesmo com floresta de árvores entroncadas”. Bascuas (2006: 295) liga antes *Trancoso* com *tranca*, ‘pau’, ‘barra para fechar portas’, palavra do léxico comum relacionável com topónimos com radical *Tar-* (Taro, afluente do Pó; Tarento, na Calábria; Thérain, afluente do Oise; cf. Krahe 1964: 67) Estes prendem-se a raiz **ter-/tor-*, a qual, de acordo com proposta de Villar (1995: 229), se atribui o significado de ‘esfregar, partir por fricção, penetrar, perfurar’.⁸¹³ Seja como for, não é de

⁸¹² As atestações recolhidas por Machado (2003) – quase todas as mesmas que regista Cortesão (1912) – não são referentes à região do rio em apreço: *Trancoso* 906 (PMH Dipl.: 9), 1141 (Reuter 1938: 152), *Trancoso* em 960 (PMH Dipl.: 51), 1059 (idem, p. 262), 1141 (DMP I: 231), 1258 (PMH Inq.:725).

⁸¹³ A definição desta raiz é mais complicada, segundo o relato de Bascuas (2006: 257): “H. Krahe relaciona vários hidrónimos europeus *Tar-*, com uma raiz **ter-/tor-* ‘rápido, fuerte’, basándose en correspondências como ai. *taráni-* ‘veloz, enérgico’, *tárasā* ‘de prisa, volando’, gr. *topós* ‘penetrante, ligero’. Pokorny no admite la unidad etimológica y divide estas palabras en dos raíces distintas: 3 **ter-* ‘esfregar’ y 4 **ter*

incluir diretamente o topónimo *Trancoso* nesta discussão, uma vez que não parece criação pré-latina. Mais adequado se torna encará-lo como um nome de criação romance, galego-portuguesa ou já portuguesa, pelo facto de a sua derivação pressupor uma base prévia do léxico comum, *tranca*, esta, sim, relacionável com um estrato indo-europeu pré-romano.

4.16.58. Vale (rio do)

Do léxico comum *vale*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio Gadanha (CPM 1:25 000, folha 3 – Monção).

Hidrotopónimo que provavelmente se relaciona com a configuração do terreno atravessado pelo rio. Não se encontrou documentado o uso de *Vale* como topónimo na região. Sobre o nome comum *vale*, ver *Valboa, rio da*, na secção 4.1.45.

4.16.59. Veiga (rio da)

Do léxico comum *veiga* ‘terreno plano cultivado e fértil’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome de parte de um afluente do rio da Peneda. Este rio tem outros nomes ao longo do seu curso, como se pode observar pela CMP 1:25 000 (folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez).

Hidrotopónimo que pode estar relacionado com um topónimo *Veiga* preexistente mas não identificável nas fontes consultadas. Pode também ter-se formado tendo *veiga* apenas como nome descritivo e determinativo, ou seja, como elemento de identificação no

‘atravesar’. Pero F. Villar [1995: 229], siguiendo a Krahe y considerando que no es imprescindible la división ni or la semántica ni por la forma, rechaza la escisión de Pokorny y define la riz unitária como ‘frotar, restregar, romper por fricción, penetrar, perforar’. Po su parte, R. Adrados [1973] reconstruye *ter- ‘atravesar’ como *terH^w₂- y *ter- ‘frotar’ como *terH^w- o *terH^p-, presentando como dudoso el timbre de la laringal (H₁? o H₃?) y señalando que es posible que sean la misma raíz.” Os símbolos H₁ e H₃ representam, respectivamente, a coloração ou timbre neutro, em e, e o.

contexto geográfico percorrido pelo curso de água em apreço. Sobre a etimologia do nome comum veiga, ver *Veiga, rio da*, na secção 4.3.40.

4.16.60. Vez (rio)

Origem obscura.

portela de uice em 959 (PMH Dipl.: 46 e 257), *prados de Vez* (PMH Inq.: 380)⁸¹⁴

Afluente do rio Lima, nasce na serra da Peneda (cf. GEPB; ver também a CMP 1:25 000, folhas 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez, 8 – Extremo, Arcos de Valdevez, 16 – Arcos de Valdevez e 29 – Ponte da Barca).

As pistas sobre a etimologia deste rio são escassas. Para Machado (2003), tem “[...] origem pré-celta: cf. *Baetis* (hoje Guadalquivir). Ver *Lieux*, s.v. *Bez*, *Bèze*, *Béziers*”. Fernandes (1999), no artigo dedicado a *Valdevez*, aponta *Vez* como evolução da forma *Vice*, atestada na Idade Média (“*Valis de Vice*”); homónima, aparentemente, do ablativo *uice*, de *uicis*, ‘vez, alternativa’ (Gaffiot 1934).⁸¹⁵ Amaral e Amaral (1997: 239) registam o hidrónimo *Vez* e atribuem-no a **vis*, ‘corrente de água’, baseados em Krahe (1964: 50), que regista a raiz **ueis* / **ueis*, ‘fluir’, com a qual se relacionam *Viesa* (Lituânia), *Wiese* (Suíça), *Bisenzo* (Toscana, Itália), *Weser* (Alemanha), *Vézère* (de Visera, Dordonha, França), entre outros hidrónimos europeus (ver também Pokorny 1959: 1134, s.v. 3. **ueis*, ‘fluir, correr, em referência a decomposição de plantas, lodo, veneno’). Contudo, *Vice*, a forma medieval latina ou latinizada pressupõe etimologicamente uma oclusiva velar latina e, portanto, indo-europeia, e não uma sibilante, como ocorre na raiz **ueis*. Moralejo (2009: 72) interroga-se sobre duas possibilidades: do indo-europeu **wek-*, **wei-k-* ‘dobrar, torcer’, alusivo ao curso do rio ou do seu vale; ou do genitivo de um antropónimo celta – *Vecii*, de **weik-* “vencer”, ou *Ve(t)tii*.

Seja como for, apesar dos hidrotopónimos pré-latinos existentes na região (*Minho*, *Lima*), não se vislumbra claramente uma origem pré-latina para este caso. O mais que se

⁸¹⁴ Bascuas (2014: 128/129) reúne várias atestações, algumas mais antigas, da documentação reunida no CODOLGA e noutros corpora documentais galegos: *riuo que dicitur Uece* 888, *Portella de Uice* 991, *in ualle de Uice... circa ripam fluminis Vice* 1066, *flumine Vice* 1071.

⁸¹⁵ Machado 2003 adverte que *Valdevez* também existe em “[...] Cinfães, Porto (rua), Sobral de Monte Agraço, Tarouca”. Fernandes 1999 sublinha que o topónimo *Valdevez*, em Tarouca, terá origem em antropónimo árabe, uma vez que se encontra atestado como *Valis de Aveyzi* num documento datado de 1258 (IS 1080) e como *Aveiz* (1152 DR 238).

pode propor é que o nome tem caráter indo-europeu, podendo nele ter interferido o latim, talvez sobre uma base pré-latina.

4.16.61. Vidoeira (rio de)

Do léxico comum, de *vidoeiro* ou *vido*, sinónimo de *bétula*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio Vez (CMP 1:25 000, folha 9 – Gavieira, Arcos de Valdevez). *Vidoeira* corre esporadicamente como topónimo também nos distritos de Aveiro (concelho de Albergaria-a-Velha), Bragança (concelho de Vinhais)⁸¹⁶ e Leiria (concelho de Pombal). Na Galiza, ocorrem com frequência quer *Bidueira*, quer *Bidueiro*.⁸¹⁷

Machado (2003) considera os topónimos *Vidoal*, *Vidoedo*, *Vidoeira* e *Vidoeiro* “der[ivados] do ant[igo] *viduo*, ou **bidoo*, do lat[im] **bitulu-* (“vidoeiro”, ‘bétula’). Parece tratar-se da proposta de Vasconcelos (1916: 272 n. 1), que, no entanto, igualmente toma em conta a forma *vido* ou *bido*, e sugeria que esta se relaciona com *biduo*, por sua vez, um derivado regressivo de formas como *biduedo* e *bidueiro*. Seja como for, o hidrónimo parece ter origem num topónimo preexistente, que as fontes consultadas não assinalam, mas não se exclui que *vidoeira* ocorra como simples descrição definida com função identificativa ou descritiva.

⁸¹⁶ Trata-se de uma área a norte de Vinhais denominada *Vidoeira*, perto da qual passa o curso de água chamado *regato da Vidoeira*, o qual desagua no rio Tuela (cf. CMP 1:25 000, folha 23 – Vinhais).

⁸¹⁷ Cf. Cabeza Quiles (2008: 125).

4.17. Distrito de Vila Real (45 hidrotopónimos)

Aguilhão (rio), Aires (rio d'), Assureira (rio), Avelais (rio dos), Avelames (rio), Aveleira (rio), Beça (rio), Bojas (rio das), Bouça Nova (rio da), Cabrão (rio), Cabril (rio), Calvo (rio), Cávado (rio), Ceira (rio), Corgo (rio), Covas (rio), Covelas (rio de), Curros (rio), Escalheiro (rio de), Felgueiras (rio de), Ferreiros (rio), Louredo (rio), Moinhos (ribeiro dos), Mousse (rio), Olo (rio), Pequeno (rio), Pincães (rio de), Pinhão (rio), Poio (rio), Porto da Laje (rio do), Porto de Rei (rio), Rabagão (rio), S. Vicente (rio), Seromenha (rio), Sião (rio do), Sordo (rio), Soutelo (rio de), Tâmega (rio), Tanha (rio), Tenalha (rio), Terva (rio), Tinhela (rio), Torno (rio), Torto (rio), Vale de Madeiros (rio de).

4.17.1. Aguilhão (rio)

Origem no léxico comum de origem latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸¹⁸

Afluente da margem direita do rio Corgo, nasce na serra do Marão (CMP 1:25 000, folha 114 – Santa Marta de Penaguião. Como topónimo, a forma *Aguilhão* ocorre de norte a sul em Portugal, bem como na Galiza (nas províncias da Corunha e de Lugo; cf. *Nomenclátor de Galicia*). O rio em apreço é também identificado como *Arcadela* (cf. CIGeoE-SIG, que regista *ponte da Arcadela*) e *Banduge*, *Bandugem* ou *ribeira da Bandugem* (cf. *idem*).⁸¹⁹

Machado (2003) filia o topónimo no nome comum *aguilhão*, sem o definir semanticamente, o que seria conveniente, dada a polissemia deste item.⁸²⁰ Pedro Cunha

⁸¹⁸ A atestação *Aguilom*, registada por Cortesão (1912) e atribuída aos PMH (Inquis. 343), refere-se a um lugar que as fontes cartográficas contemporâneas já não registam, mas que se situava no antigo concelho de Larim (na Idade Média, *Lalim*; cf. Costa 1919-1949, s.v. *Larim*), hoje parte do concelho de Vila Verde, no distrito de Braga.

⁸¹⁹ *Banduge* ou *Banduje* é o nome de uma povoação nas proximidades de Santa Marta de Penaguião. Por esta localidade, passa o rio Aguilhão, o que parece explicar este nome alternativo. Machado (2003) regista *Banduja* e *Banduge*, assinalando as seguintes formas medievais: *Bandugiam* (DMP I: 162) e *Banduge* (PMH Leges: 524). Moralejo (2009: 60) sugere, em tom dubitativo, uma relação com as raízes indo-europeias **bhendh-* ‘ligar, atar’ e **bhend-* ‘cantar, alegrar-se’.

⁸²⁰ Com efeito, *aguilhão* pode ser entendido em diferentes aceções: ‘ponta de ferro’, ‘ferrão’ (e por extensão metafórica ‘estímulo’), e, como regionalismo trasmontano, ‘pedra oval, no fundo do rodízio, o mesmo que gogo’ (Figueredo1913). Refira-se que a forma *gogo* configura um caso de homonímia: é-lhe atribuído o significado de ‘gosma’, mas também se encontra registada nas aceções de ‘seixo liso, sobre que os sapateiros batem a sola’, ‘pedra pequena e redonda, rolada pelas águas’ e ‘pedra oval, encravada no fundo

Serra (Serra 1951: 12/13) relacionou os topónimos com esta forma com o étimo (*villa*) *Aquiliani*, no qual ocorreria o antropónimo *Aquilianus*, um derivado do gentílico latino *Aquilus*.⁸²¹ Por outro lado, tenha-se em atenção que a forma do topónimo galego *Aguillón* (nas províncias da Corunha e de Lugo), cognato de *Aguilhão*, permite descartar o antropónimo latino proposto, do qual seria de esperar em galego algo como **aguillán*, que não se atesta. Apontando um étimo para *Aguillón*, Monteagudo García (1983: 44) relaciona-o com o latim vulgar *aquileo*, *onis*, ‘aguilhão para bois’, que, como nome de lugar, designaria um “peñasco picudo”. Sendo assim, *aguilhão* e *aguillón* suporiam **aquileone*. Atendendo à sua função descritiva, é, pois, plausível que o nome comum *aguilhão* tenha podido designar um aspeto do terreno adjacente ao rio ou do próprio leito deste. Menos segura será a hipótese de o uso como nome de lugar ter precedido o uso como hidrotópónimo, não se descartando o contributo descritivo de *aguilhão* na génese do nome do rio, por referência a um elemento identificativo do curso respetivo e da sua bacia. O visualizador CIGeoE-SIG identifica *Aguilhão*, na freguesia de Louredo, no concelho de Santa Marta de Penaguião,⁸²² mas as fontes consultadas não deixam excluir a possibilidade de o lugar se chamar assim pela sua localização junto ao rio.

4.17.2. Aires (rio de)

Origem obscura. Talvez de um topónimo *Aires*, que poderá ter-se fixado em qualquer período, a partir da Idade Média.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira de Amiar, a qual conflui na Barragem da Venda Nova com o Rabagão, um tributário da margem do Cávado (CMP 1: 25 000, folha 44 – Alturas do Barroso, Boticas).

Pela sua configuração, este hidrónimo parece fazer referência a um topónimo com a forma *Aires*; no entanto, não se identifica na CMP nem no RTP nenhuma localidade assim

do rodízio e que gira em cima da rã’, conforme se verifica pelas duas entradas separadas de Figueiredo 1913.

⁸²¹ Contudo, Cunha Serra veio mais tarde a rever esta posição, defendendo antes uma origem no léxico comum.

⁸²² Parece descartar-se a relação de *Aguilhão* com *Penaguião*, porque este topónimo tem sido relacionado, conforme Machado aponta (2003 s.v. Penaguião) ou com *aquilone*-, nome do vento norte (cf. Vasconcelos 1931: 2333) ou com um antropónimo germânico, *Goiam* (Piel 1952: 150).

denominada no distrito de Vila Real. As restantes fontes consultadas também não facultam informação sobre este hidrónimo ou sobre a eventualidade do seu uso como topónimo preexistente.

Refira-se, de qualquer modo, que *Aires* é forma registada como topónimo e como apelido em Machado (2003), que a relaciona com *Airas*, variante metatética de *Arias*; acerca desta última forma, defende um parentesco etimológico com o hebraico *Arieh* ‘león’, considerando os nomes em *-as* da tradição judeo-cristã (*Elías*, *Golíás*, *Macías*, *Andreas*, *Lucas*), com o *-s* próprio da desinência do nominativo singular, usual nos antropónimos hebraicos latinizados. Fernandes (1999) interpreta *Aires* como variante de *Airas*, esta, por sua vez, evolução por metátese de *Arias*, que este autor filia em *Arila(s)*, hipocorístico do antropónimo germânico *Ara*, de *ara* ‘águia’, seguindo Piel (1933-1934: 123). Note-se, porém, que tal hipótese não foi retomado pelo próprio Piel, conforme se conclui pela sua ausência em 1976.

Outra possibilidade decorre do latim *Arius* ou *Arrius*, nome autóctone na Gallaecia pré-latina, relacionado coas raízes hidronímicas *ara-* ‘vale’ e *ar-* ‘água’; ou do latim *aer*, *-ris*, alternativa a *ar*, que se regista na Galiza para aludir a um lugar ventoso.⁸²³

4.17.3. Assureira ou Açoreira (rio)

De *açoreira*, derivado do nome comum *açor*, provavelmente por via de topónimo formado e fixado ainda no período latino-romance ou, mais tarde, no galego-português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸²⁴

O rio em referência nasce na serra do Larouco e é um afluente da margem esquerda do rio galego Búbal ou Buble (Oimbra, Ourense), este, por sua vez, afluente da margem direita do Tâmega (CMP 1:25 000, folha 20 – Vilar de Perdizes, Montalegre; ver também SIGNA). *Açoreira* ou *Assureira* é também o nome de uma ribeira afluente da margem

⁸²³ O artigo foi sujeito a alterações baseadas nas observações que a Professora Ana Isabel Boullón Agrelo fez na sequência da prova de defesa deste trabalho.

⁸²⁴ Cortesão (1912) regista como nomes geográficos as formas *Azoreyra* 1160 (PMH Leges: 387) e *Azoraria* 1258 (PMH Inq. 676), as quais não dizem respeito ao rio em referência. Embora se trate de lugares que a CMP e o CIGeoE-SIG não indicam, os contextos de atestação permitem localizar o primeiro na atual freguesia de Celeirós, no concelho de Sabrosa, e o segundo na freguesia de Guilhofrei, no concelho de Vieira do Minho. Acrescente-se que nos PMH (Inq.: 417) ocorre ainda *Azoreira* mas aparentemente como parte de um antropónimo (“do Casal de don Pipino da Azoreira”), o qual figura nas inquirições relativas ao julgado de Boiro, ou seja, aproximadamente ao atual concelho de Terras de Bouro, no norte do distrito Braga.

esquerda deste rio (*ribeira da Assureira*). No distrito de Vila Real, encontram-se outros cursos de água identificados pela forma *Assureira* (ribeiro da Assureira em Cerva, Ribeira de Pena; ribeira da Assureira, em S. Pedro de Agostém, Chaves; cf. CIGeoE-SIG), bem como em Bragança (*rio Assureira*, afluente do rio Rabaçal, na freguesia de Pinheiro Novo, Vinhais;⁸²⁵ *ribeiro de Assureira*, Morais, Macedo de Cavaleiros). A GEPB remete esta forma para *Açoreira*, nome de ampla difusão na metade norte de Portugal. Machado (2003) regista a forma *Assoreira*, que classifica como “grafia errada de *Açoreira*”; forma localizada pelo mesmo autor no interior do terço norte de Portugal (Chaves, Cinfães, Melgaço, Mirandela, Mondim de Basto, Resende, Ribeira de Pena, Torres de Moncorvo, Vila Pouca de Aguiar). O nome é também frequente na Galiza em especial nas províncias da Corunha e de Lugo (cf. Nomenclátor de Galicia). Aparece de forma recorrente nas Astúrias: *Azoreira*, *Azorera*, *Zurea*⁸²⁶

Machado (2003) diz tratar-se de um derivado do nome comum *açor*, e não parece haver outra explicação para este hidrónimo, interpretável como «local onde existem açores» ou «dos açores». Mas a origem do nome de rio poderá estar num topónimo antes existente, como acontece com *A Azoreira*, lugar fronteiriço, no concelho de Videferre, no extremo sul da província de Ourense. A conversão em hidrotopónimo torna-se mais plausível do que a hipótese de o nome ter exclusivamente origem hidronímica, pelo facto de se identificarem vários lugares assim nomeados sem relação direta com a hidronímia. Mesmo assim, não é indiscutível a derivação de *Açoreira* de *açor*, antes se propondo que o topónimo seja um derivado do latim *suber*, tendo em conta a forma catalã *suro*, ‘cortiça’, e *sureda*, ‘mata de sobreiros’, ‘montado de sobreiro’ (Galmés de Fuentes 1987: 37). Tal proposta, contudo, não é confirmada por outras fontes;⁸²⁷ além disso, a escrita medieval e as grafias galega e castelhana, com <z>, marcam com toda a probabilidade uma africada ou uma fricativa predorsal, e não a fricativa ápico-alveolar, geralmente representada por <s> nas escritas ibero-romances, o que favorece *açor* (ou *azor*, numa escrita arcaica) como base de derivação de *açoreira/Açoreira*. Em suma, trata-se muito

⁸²⁵ Em paralelo com a relação de *Assureira/Açoreira* com *A Azoreira*, no concelho galego de Oimbra, também o rio Assureira, afluente do Rabaçal, alcança a fronteira com a Galiza no lugar de *A Azoreira*, na paróquia de Cádavos, no concelho de A Mezquita. Existe outra *Azoreira* um pouco mais a norte.

⁸²⁶ Cf. *Toponimia Asturiana* — *el porqué de los nombres de nuestros pueblos*, disponível em <http://mas.lne.es/toponimia/> (consultado em 10/11/2013).

⁸²⁷ O sítio *Toponimia Asturiana* (<http://mas.lne.es/toponimia/>, consultado em 10/11/2013) rejeita a hipótese de *Azorera* remontar ao latim *suber*, ‘cortiça’.

provavelmente de um hidrotópónimo que resulta da identificação de um curso de água pelo nome de uma localidade ribeirinha.

4.17.4. Avelais (rio dos)

Do léxico comum *avelal*, pode ter sido transmitido desde o período latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da ribeira da Seromenha, a qual desagua no rio Douro, entre a Rede, no concelho de Mesão Frio, e as Caldas de Moledo, no concelho da Régua (CPM 1:25 000, folha 114 – Santa Marta de Penaguião). Note-se, porém, que a carta consultada não apõe nenhuma denominação à representação do curso de água que o visualizador CIGeoE-SIG identifica como o rio dos Avelais. A mesma representação sugere que este rio nasce na vertente oriental da serra do Marão.

Hidrónimo descritivo, ou associativo, se se considerar a hipótese de um topónimo já existente com a forma *Avelais*. Observe-se, porém, que as fontes consultadas não dão registo de um lugar assim chamado, nem elementos que permitam uma datação, que pode inscrever-se em qualquer período a partir da época latino-romance.⁸²⁸ Mesmo assim, não parece haver razão para duvidar que o hidrónimo se relaciona com o plural nome comum *avelal*, item de significado abundancial ou coletivo, sinónimo de *avelanal* e *aveleiral*, ‘lugar onde há aveleiras’. A base de derivação deste coletivo é *avelã*, “do latim *abellāna* ou *avellāna* (*nux*), também chamada *abellīna*, tudo formas derivadas do topónimo Abella [...]” (Machado 1987); o DHLP interpreta literalmente a expressão latina como ‘noz de Abella (cidade da Campânia), grão ou fruto da aveleira’.

4.17.5. Avelames (rio)

Origem obscura, mas talvez latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁸²⁸ A respeito das formas galegas, refira-se que o DRAG regista *abelá*, mas não o seu derivado coletivo *abelal*. Navaza (2006: 22) atesta-o na toponímia galega, muito embora observando que são pouco abundantes os topónimos “correspondentes ó derivado colectivo en *-ale* (*abellanale*)”.

Afluente de margem esquerda rio Tâmega, nasce na serra do Alvão, nas proximidades de Cabanes ou Cabanas (CMP 1: 25 000, folha 60 – Vidago, Chaves).⁸²⁹

É muito escassa a informação colhida que permita esclarecer a génese deste hidrónimo. Poderá supor-se que, por um lado, nele se destaca o radical *avel-*, de *avelã*, e, por outro, um sufixo *-ame*, que denota ‘coletivo, coleção, porção’ (DHLP), o que poderia apontar para um hipotético *avelame*, que se pluralizou. Se assim for, *Avelames* fará parte de uma série toponímica bem conhecida na Galiza – mas rara em Portugal –,⁸³⁰ definida pela partilha do sufixo *-ame*, do latim *-amene*, pelo acusativo (etimológico) *-amine*.⁸³¹ Note-se, porém, que este hidrónimo está também registado sob a forma de *Avelanes* (cf. Cardoso 1747 e Baptista 1874: 173, Costa 1929-1943),⁸³² cuja sequência final, *-anes*, a

⁸²⁹ Parece atualmente esquecido o uso de *Avelames* também como orotopónimo (cf. RTP, CMP e CIGeoE-SIG). Cardoso (1747) regista este nome sob a forma *Avelanes* quer como hidrónimo quer como orónimo, sobre este último observando que denomina uma serra da província de Trás-os-Montes, que “[...] fenece no Lugar da Freixeda, Freguesia de S. João de Capelludos; e começa a levantar-se da Vrea de Bornes de Aguiar”. Pinho Leal (1873-1890) reproduz o que diz Cardoso, que, no tocante ao orotopónimo, é também seguido por Baptista (1874: 173). Este, no entanto, mostra-se menos assertivo quanto à localização do hidrotopónimo (idem, p. 57): “NB. Às tres primeiras ribeiras da margem esquerda do Tâmega não foi possível assignar com certeza os nomes. 1.ª Nasce nas alturas de Cotta de Mairós; corre a S. O. e depois a O., e com 3 léguas de curso entra no Tâmega, uma légua acima de Chaves. 2.ª Nasce na F. de Loivos; corre a O., e com 3 léguas de curso entra no Tâmega na F. de Capei ludos. Esta parece ser o Avellanes do D. G. do sr. P. L. 3.ª Nasce na F. de Limões; corre a O.; passa duas léguas ao N. de Cerva, e uma légua abaixo da ponte de Cavez entra no Tâmega com duas léguas de curso.” Mais adiante, Baptista (idem, p. 173) volta a referir este hidrónimo como afluente da margem esquerda do Tâmega, localizando em tom modalizador. Em suma, afigura-se vaga a noção que alguns autores dos séculos XVIII e XIX tinham do rio e do seu nome.

⁸³⁰ Martínez Lema (2010: 321), discutindo a etimologia de *Moraime* (província da Corunha), menciona a série “[...] á que pertencen *Lousame* (← *lousa*), *Pename* (← *pena*, vid. PENA | PENNA) ou *Candame* (← *cando*, vid. SAN MARTIÑO DE CANDUAS), entre outros”, topónimos que “[...] semellan ter a súa orixe en antigos substantivos abundanciais derivados mediante o sufixo latino -AMEN (ac. -AMINE > -ame)”. Em Portugal, uma pesquisa o CIGeoE-SIG dá acesso a raros exemplos, quase todos localizados a sul do Douro: *Corga do Plame* (concelho de Águeda), *Bairro do Pelame* (concelho de Beja), *Cabeço do Incame* (concelho de Idanha-a-Nova), *Enxames* (nome de três lugares distribuídos pelos concelhos de Baião, Fundão e Ribeira de Nisa) e *Cabanca dos Enxames* (ribeira sem dados atribuídos pelo visualizador).

⁸³¹ A sequência final de *Avelames* poderia aproximá-lo do hidrónimo *Beijames* (v. distrito da Guarda) e dos topónimos espanhóis *Tamame* (Zamora) e *Tamames* (Salamanca). O primeiro caso pode ser o resultado da locução latina *Bene agamus* que se teria convertido em topónimo, se não for antes uma pseudolatinação do documento em que ocorre. Nos outros dois casos, a literatura relaciona-os com a antroponímia do período hispano-árabe, conforme refere Riesco Chueca (2001:485), ao registar várias formas, entre elas a zamorana *Tamame*, que “[...] proceden, según Coromines, de una variante morfológica en el vocalismo, *Tāmām*, de un antropónimo bien conocido, cuyo origen es situado en el gentilicio *at-Tāmīmi* 'el de Tamim', derivado a su vez del nombre tribal de los Bāni tāmim”; a *Tamames*, na província de Salamanca, o mesmo autor propõe que “[...] ha de ser atribuido al mismo origen que *Tamame*. La forma plural tendrá su explicación en una dualidad o pluralidad de aglomeraciones próximas que compartieran el mismo nombre [...] y que luego serían englobados en una designación común”. Como na forma *Avelames* não é aparente a interferência árabe – apesar da toponímia deantroponímica seja importante no distrito (cf. Mafómedes, Murça, Noura no sul do distrito; cf. Serra 1967) –, considera-se aqui que a afinidade observada será pura coincidência.

⁸³² Baptista (1874: 173) regista a forma *Avellanes*, sobre a qual diz que “parece que é a 2.ª das principaes ribeiras da m[argem] e[squerda] d’este rio”. A mesma forma regista-se na GEPB.

qual é de certo modo surpreendente numa região que, historicamente, ainda é vista como território matricial do sistema dialetal galego-português; com efeito, se etimologicamente representa a forma sufixal *-anis* (cf. *Vimaranis*), o resultado seria *-ães* (*Guimarães*), e não *-anes*, solução mais consentânea com regiões dialetais de tradição leonesa ou latino-romance meridionais (moçárabes).⁸³³ Outra hipótese ainda é possível formular na linha de Fernandes (1999 s. v. *Avelãs*), que interpreta a toponímia relacionável com *avellanas* como derivados adjetivais que subentendem *terra* ou *locus* e que podem constituir homónimos da denominação do fruto, formados pela raiz pré-latina *av(e)*, ‘água, rio’, seguida de uma dupla sufixação – *av-ell-ana* – que Fernandes não chega a esclarecer. A falta de elementos sobre a história deste nome bloqueia propostas conclusivas.

4.17.6. Aveleira (rio da)

Do léxico comum *aveleira*, usado como nome ou como adjetivo.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio Rabagão, o qual é, por sua vez, um afluente do Cávado (CPM 1:25 000, folha 45 – Alturas do Barroso).

Hidrónimo que sugere a alusão a um lugar chamado *Aveleira*, que não é possível identificar nas fontes consultadas. O nome pode denotar a árvore dessa espécie, mas também pode corresponder ao uso adjetival e relacional de *aveleira*, subentendendo ‘terra onde crescem avelãs/aveleiras’ (cf. *Aveleira, rio da*, na secção 4.16.5).

4.17.7. Beça (rio)

De origem obscura, mas talvez atribuível ao estrato pré-latino.

⁸³³ Em lugar de *Avelames*, Costa (1929-1949) acolhe a forma *Avelanes*, correspondente a duas entradas: uma serra, que o autor considera prolongamento da serra da Padrela, e o rio em apreço, cuja nascente localiza na serra do Regedouro. topónimo que hoje parece esquecido. Esta entrada *Avelanes* reproduz registos anteriores: está atestada em Cardoso (1747), que a usa para mencionar tanto a serra como o rio vila-realenses; e é retomada por Pinho Leal (1873), e, ainda, por Baptista (1874: 258), que reitera a informação: “Avellanes. Em Traz-os-Montes. Principia na Vréa de Bornes, conc.º de V.^a Pouca d’Aguiar e finda na F. de Capelludos. D. G. do sr. Pinho Leal.” Na sequência da prova de defesa deste trabalho, interrogou-se a Professora Ana Isabel Boullón Agrelo sobre a possibilidade de o hidrotopónimo em causa se relacionar com uma sequência antroponímica como *Abel+Anes*. Fica o registo desta hipótese para a qual as fontes consultadas não parecem apontar.

Beza 1258 (PMH Inquis.: 1520, 1521, 1524, 1526, 1527).

Afluente da margem direita do Tâmega, nasce na serra do Barroso (cf. CMP 1:25 000 folhas 33 – Serraquinhos, Montalegre, 46 – Boticas, 60 – Vidago, Chaves, 59 – Dornelas, Boticas, 73 – Ribeira de Pena). Nas proximidades do seu curso médio, encontra-se a localidade de Beça, no concelho de Boticas.

Machado (2003) sugere a identificação deste nome com o topónimo espanhol *Baeza*, que teria chegado a Portugal como apelido, para se converter em topónimo. Fernandes (1999) põe sérias reservas a esta hipótese e propõe que o nome tenha evoluído do nome pré-romano *Berese* (< **Berse*>**Besse*>*Bessa*), que poderia ter assumido a forma **Berze*, donde, depois, **Berce*>**Berça*>*Beça*. O facto de os PMH (Inq.: 1520/1521) apresentarem *Beza*, com <z> parece excluir a possibilidade de o topónimo e o hidrotopónimo se relacionarem eventualmente com o latim **adversa*, uma vez que o resultado esperado seria **avessa*; além disso, os PMH apenas apresentam formas com inicial, o que leva à exclusão de tal étimo latino.⁸³⁴ Não podendo relacionar-se a forma medieval *Beza* com o léxico latino-romance, nem com antroponímia latina, nem com a topoantroponímia germânica – uma origem árabe afigura-se hipótese mais remota na região do Barroso –, ganha força a hipótese de se tratar de topónimo pré-latino, mas de filiação linguística obscura. Tampouco é claro se o hidrotopónimo precede o topónimo ou vice-versa.

4.17.8. Bojas (rio das)

De origem obscura: talvez do nome comum *boja*, ‘bolha, empola’ ou ‘bugalho, noz-de-galha’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Aguilhão, o qual, por sua vez, desagua no rio Corgo (CMP 1:25 000, folha 114 – Santa Marta de Penaguião).

⁸³⁴ Machado (2003) apresenta a abonação *beessa*, proveniente de um documento de 1429 (editado por Marques 1988 – trata-se do suplemento ao 1.º vol. de 1944, p. 115). Contudo, como a forma faz parte de um antroponímico (*Joham de beessa*), pode tratar-se de uma variante de *Baeça*, topónimo andaluz (hoje Baeza), que deu *Beça* ou *Bessa* na antroponímia portuguesa. Moralejo (2009: 74) aceita *Beessa* e *Beça* como formas do nome do rio em causa, sugerindo em tom interrogativo a sua relação com **bettia* ‘bétula, forma hipotética galaica pré-latina.

A bibliografia consultada não faculta elementos que esclareçam a génese deste hidrónimo. Poderá pensar-se que *boja* é um derivado de *bojo*, num uso talvez regional que denomina certa configuração do relevo, atendendo que o rio em questão se encontra numa região montanhosa. No entanto, o DEE parece lançar alguma luz sobre esta discussão quando regista a forma *boja*⁸³⁵ nas aceções de 'inchação, erupção em forma de bola na pele ou noutra substância', 'bugalho', 'baga de loureiro' e 'cápsula que contém a semente do asfódelo'. Usado na primeira aceção, *boja* é sinónimo de *bojega*, *bejoga* e *bocha*⁸³⁶, palavras que a lexicografia portuguesa regista como designação de bolha ou ampola na pele das mãos ou dos pés (cf. DHLP e Figueiredo 1913). O hidrónimo pode, portanto, fazer alusão às *bojas*, ou seja, aos bugalhos que teriam caracterizado o arvoredo eventualmente existente no vale ou nas margens deste rio. Não é de excluir que a possibilidade de *boja* ser sinónimo de *bocha* e fazer referência à presença de pedra miúda ou calhaus nesse contexto natural; contudo, não foi possível atestar tal uso. Em suma, o hidrotopónimo poderá ser o resultado de uma associação com função descritiva, com recurso a um item do léxico comum regional cujo significado exato suscita hoje muitas dúvidas.

4.17.9. Bouça Nova (rio da)

Do sintagma *bouça nova*, formado por itens do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita rio Tinhela, o qual, por sua vez, desagua no rio Tua, afluente do Douro (CMP 1:25 000, folha 89 – Murça).

⁸³⁵ A palavra é articulada com consoante fricativa pré-palatal surda, conforme sugere a ortografia da maioria dos respetivos registos no DDLG: *boxa*.

⁸³⁶ Pereira (1912: 337) regista *bocha* (com a grafia *bôcha*, indicando assim uma vogal com os traços [-baixo] e [+recuado], ou seja, o tradicionalmente chamado “ó fechado”) como vocábulo da região de Chaves, usado na aceção apontada. *Bocha* também se usa em galego como denominação de ‘pedra lisa e arredondada (dicionário da RAG), ou seja, o mesmo que *calhau*. Poderia pensar-se nalguma relação entre *boxa* e *bocha*, supondo que *boxa* perdeu o elemento dental da africada de *bocha*. No entanto, se *boxa* corresponde a *boja*, põe-se hipótese de *boja*, com consoante fricativa pré-palatal vozeada ser a forma mais antiga, porque se aceita que a forma galega decorre do desvozeamento das fricativas que é característico da esmagadora maioria dos dialetos galegos. Por outro lado, levanta-se o problema de se afigurar improvável a passagem de *boja* a *bocha* ou vice-versa, pelo é mais prudente aceitar, para já, que entre as duas formas não existe relação direta.

Hidrónimo transparente, que parece motivado tanto por um topónimo preexistente com a mesma forma como por um sintagma que não se terá fixado toponimicamente. Refira-se que *bouça* é um item do léxico comum, do latim hispânico **bautia* ‘matagal’ (item de origem pré-latina; cf. LHP), evocativo do mundo rural e que se aplica a um terreno que pode ser murado onde só cresce mato, eventualmente aproveitado como adubo, cama dos animais ou lenha (cf. DHLP e Figueiredo 1913).

4.17.10. Cabrão (rio)

Do léxico comum, embora *cabrão* possa ser interpretável quer como nome (como sinónimo de *bode*) quer como adjetivo arcaico, no sentido de ‘relativo a cabra’.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente do rio Cabril, rio este que, por sua vez, desagua na margem esquerda do Tâmega (CPM 1:25 000, folha 87 – Vale de Ferreiros, Mondim de Basto).

Hidrónimo que levanta o mesmo tipo de questões que *rio Cabrão* de Viana do Castelo (ver secção 4.16.8). Apesar de Machado (2003) relacionar o hidrónimo com o nome comum *cabrão* ‘bode’, Fernandes (1999) propõe que derive de forma adjetival, com função relacional. Poderá também pensar-se numa variante por reanálise do sufixo *-um* de *cabrum* ‘caprino’,⁸³⁷ um adjetivo relacional que permitiria que o hidrónimo seja entendido como ‘rio caprino’ ou ‘rio das cabras’.

4.17.11. Cabril (rio)

Do léxico comum *cabril*, talvez usado como adjetivo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nome de três cursos de água no distrito de Vila Real. Um, afluente da margem direita do Cávado, corre no concelho de Montalegre, sendo denominado *ribeira de Cabril* na CMP 1:25 000 (Folhas 31, Outeiro, Montalegre, e 44, Ruivães, Vieira do Minho); outro, afluente da margem esquerda do Tâmega (CMP 1:25 000, folhas 86, Mondim de Basto,

⁸³⁷ É de assinalar a sul do Douro o rio Cabrum (ver distrito de Viseu).

e 87, Vilar de Ferreiros, Mondim de Basto); e um terceiro, *regato do Cabril*, (CMP 1:25 000, Folha 102, Vila Real) afluente da margem direita do rio Corgo, corre na freguesia de Adoufe, no concelho de Vila Real (cf. Baptista 1874: 53).

Provavelmente um hidrotópónimo de tipo descritivo, resultado da conversão do adjetivo *cabril*, ‘relativo a cabras’ ou ‘relativo a lugar montanhoso onde existem cabras’ e, por extensão, ‘áspero, agreste’ (Figueiredo 1913), embora também tenha uso como nome (‘curral de cabras’; cf. DHLP).

4.17.12. Calvo (rio)

Do uso adjetival de *calvo* ‘sem vegetação, árido, escalvado’, item empregado com frequência na denominação geográfica desde o período latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do Rabaçal (CMP 1:25 000, folhas 48 – Vilarandelo, Valpaços, e 62 – Valpaços), tem nascente na freguesia de Tronco (Baptista (1874: 50). *Calvo* e *Calvos* são formas que ocorrem com frequência em topónimos simples ou compostos de Portugal. Também são conhecidas na Galiza.

Machado (2003) regista a forma *Calvo* como topónimo e identifica-a com o adjetivo *calvo*, ‘desprovido de vegetação, árido, escalvado’.⁸³⁸ O uso de *calvo* na toponímia é frequente, pelo menos, desde a fase latino-romance, como se atesta no LHP, que regista *caluo* na aceção de ‘calvo, sem vegetação’ desde o ano 927. Trata-se de um item que provém do latim *calvu-* ‘sem cabelo, que já não tem cabelo, calvo’ (cf. LHP). Dado que o CIGeoE-SIG localiza a aldeia de Calvo,⁸³⁹ cujo nome indicia carácter descritivo, provavelmente em alusão ao aspeto do terreno circundante e que se situa na proximidade do rio em apreço; é, pois, de supor que o hidrotópónimo se deva à associação ao referido topónimo.⁸⁴⁰

⁸³⁸ Cf. DHLP e DLPPE s.v. *calvo*.

⁸³⁹ Esta aldeia encontra-se atualmente desabitada, segundo informam as páginas eletrónicas do Município de Valpaços (disponível em http://valpacos.pt/?page_id=2656, consultado em 15/08/2016).

⁸⁴⁰ Observe-se ainda que Calvo é povoação mencionada no *Diccionario Geographico*, publicado pelo P.^e Luís Cardoso em 1747 (Cardoso 1747 s.v. *Calvo*); o rio homónimo tem documentados vários outros nomes, pelo menos, em meados do século XVIII, conforme atestam as respostas dos párocos de Lebução, Nozelos, Possacos e Santa Valha ao inquérito das Memórias Paroquiais de 1758. Saliente-se que, no depoimento de

4.17.13. Cávado (rio)

Aparentemente do léxico comum latino-romance e português, de *cádavo*, mas é possível que se trate de deformação de nome indo-europeu pré-latino (céltico?).

Catavo 915 (Fidei I: 31), 959 (PMH Dipl.: 48, 51 e 236), 1101 (DPM I: 12, 23), 1110 (idem, p. 24, 28), 1120 (idem, p. 68), *Cadabo* 965 (PMH Dipl.: 57), *Cadavo* 959 (idem, p. 46), 1110 (DPM I: 23, 24), 1128 (idem, p. 111) 1258 (PMH Inquis.: 293), *Catavon* 1075 (PMH Dipl.: 320), *Kadauo* 1044 (PMH Dipl.: 204), *Cadabom* 1044 (PMH Dipl.: 203), *Cadavon* 1061 (PMH Dipl.: 269) *Kadabon* 1074 (PMH Dipl.: 319 e 321)

Rio que nasce na serra do Larouco (distrito de Vila Real) e desagua no oceano Atlântico (cf. CMP 1:25 0000 folhas 19 – Tourém, Montalegre, 32 – Serraquinhos, Montalegre, 31 – Outeiro, Montalegre, 44 – Ruivães, Vieira do Minho, 43 – Vieira do Minho, 57 – Póvoa de Lanhoso, 56 – Amares, 55 – Carapeços, Barcelos, 69 – Barcelos, 68 – Esposende).

Machado (2003), relacionando-o com atestações medievais da forma *Cádavo*, considera-o de origem obscura;⁸⁴¹ e, observando que a forma atual é *Cávado*, sugere que “talvez seja proveniente do celta *cad*, ‘batalha’ e *avon*, *avu-*, ‘rio’”, comparando com o galês *cad* e *afon*, este último tido como origem do conhecido rio Avon, em Inglaterra. Esta etimologia será certamente precipitada e tem uma base histórico-linguística frágil, uma vez que não se evidencia o contacto direto do céltico britónico (sub-ramo a que pertence o galês) com o (pouco) que se vai sabendo sobre as línguas indo-europeias pré-latinas a norte do Douro.

Santa Valha, ocorrem as expressões «rio do Calvo», «quinta do Calvo» e «ponte do Calvo», cuja estrutura composta sugere que essas realidades espaciais terão sido identificadas em função da referida aldeia. Cf. “Memórias do rio Calvo”, publicação do blogue do Clube de História de Valpaços (disponível em <http://clubehistoriaesvalp.blogspot.pt/2012/03/memorias-do-rio-calvo.html>, consultado em 21/08/2016). Ver também, no mesmo blogue, “Documentos – Aldeias do concelho de Valpaços nos meados do século XVIII por freguesias – Santa Valha” (disponível em http://clubehistoriaesvalp.blogspot.pt/2011/10/documentos-aldeias-do-concelho-de_16.html, consultado em 21/08/2016), transcrição de Santa Valha, Monforte de Rio Livre - Memórias paroquiais, vol. 34, nº 67, p. 601 a 606 (cf. Braga 2014: 78).

⁸⁴¹ Carvalho da Costa (1706-1712: 261) afirmava que *Cávado* fora nome criado pelos mouros para substituir outro, *Celano* (ou *Celendo*, p. 274), o qual estaria na origem do topónimo *Barcelos*, que supõe resultado de “Barra Celani” – etimologia que hoje não se confirma. *Barcelos* será antes um topónimo com origem num diminutivo de *barco* (cf. Machado 2003) ou de **barca*, um homónimo de *barca*, ao qual Bascuas (2014: 162-167) dá sentido hidronímico muito genérico, de ‘água’ a ‘lodaçal’.

Mais segura se revela a hipótese de o hidrotopónimo se relacionar com o topónimo galego *Cádavo*, que é homónimo das formas medievais atestadas para o nome português. Ares Vázquez (2013: 56) recorda que, em galego, *cádavo* significa ‘tronco chamuscado que fica no terreno onde se fez queimada’; o mesmo autor recorda, no entanto, que existe uma outra raiz homónima, a do antropónimo pré-latino *Cadavu*, cuja base seria o indo-europeu **kad-* ‘brilhar, sobressair, distinguir-se’. Navaza (2006: 123-126) dá conta dos vários derivados do radical de *cadavo* – entre eles *cadaval*, que estará na origem de bom número de topónimos na Galiza e em Portugal –, aos quais se associa sempre a aceção já referida. Com base numa conjectura de Hübner e Schulten, segundo a qual *Celadus* será alteração de Κέλᾱδος, Moralejo (2009: 62) relaciona *Cávado* com o nome κέλᾱδος ‘ruído, voz’ e com a raiz indo-europeia **keu-* ‘oco, fundo’ – “parece que alusivo a la cuenca fluvial; cf. lat. *cavus*, irl. med. *cūa*”.

Em suma, trata-se de um hidrotopónimo que poderá ter que ver com a conversão toponímica de um item do léxico comum – *cádavo* –, embora não seja de excluir uma relação obscura com um substrato pré-latino.

4.17.14. Ceira (ribeira de/rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folhas 127 – Tabuaço e 115 – Sabrosa; ver também Baptista 1874: 173). Segundo Costa (1929-1949) nasce na freguesia de S. Martinho de Anta, no concelho de Sabrosa.

Parece tratar-se de um homónimo do *Ceira* ou *Seira* que corre no distrito de Coimbra (ver secção 4.6.3). A falta de informação nas fontes consultadas limita naturalmente qualquer comentário; mas importa atentar na forma galega *Seira*, que ocorre no interior norte da Galiza, em Negueira de Muñiz (Lugo), e no sudoeste da província da Corunha, no concelho de Rois. (cf. Ares Vázquez 2013). Moralejo (2009: 56) sugere que, tanto na Galiza como em Portugal, *Seira* (com *Ceira*) tenha origem pré-latina, na forma não

atestada **Sar-ia*, podendo relacionar-se com a raiz **ser-* ‘fluir, correr’, do reportório da hidrotoponímia paleoeuropeia (ver também Bascuas 2014).⁸⁴²

4.17.15. Corgo (rio)

Do léxico comum, da fase latino-romance em diante.

Corrago, *Corraci* 1139 (Reuter 1938 Chanc.: 136), *Corrogo* 1220 (PMH Inq. 123) 2 1258 (idem, p. 434), *Corrego* 1258 (PMH Inq. 343 e 697)

Afluente da margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folhas 74 – Vila Pouca de Aguiar, 88 – Telões, Vila Pouca de Aguiar, 102 – Vila Real, 114 – Santa Marta de Penaguião, 115 – Sabrosa e 126 – Peso da Régua).

Hidróónimo que deriva de *corgo* ou *córrego*, do latim *cōrrūgu*, termo que atestado em Plínio (*Historia Naturalis*, 33, 4) como termo de exploração mineira, com o significado de ‘canal derivado de um curso de água para a lavagem do minério’ (Piel 1947: 341).⁸⁴³ Fazendo parte do léxico comum, Piel (idem, p. 342) observa que as referidas palavras se usam “nas acepções de ‘regueiro, sulco aberto pelas águas correntes’ e ‘caminho estreito entre montes ou entre muros: atalho fundo’, correspondendo a expressão linha de corgo a ‘talvegue’”; o filólogo alemão acrescenta que, em Portugal, se detetam apenas as formas *Corgo* e *Corga*, as quais seriam menos frequentes na Galiza e estariam ausentes das outras regiões peninsulares.⁸⁴⁴ Machado (2003) registou como topónimos *Corga*, *Corgo*, *Córrega* e *Córrego*, referindo o significado atribuído em Mértola à primeira forma, ‘encosta suave, menos íngreme que a ladeira’. Fernando (1999) sublinha o uso toponímico como relevando da denotação de “uma encosta de duas vertentes” e

⁸⁴² Bascuas (2014: 238) interpreta o *Seira* lucense como solução ditongada da forma *Sēera* (<*Sēara* < *Senāra*), com hiato, relacionável com a raiz celta **sen-* ‘velho’. A semântica da forma divergente *seara* teria que ver, portanto, com a ideia de terra velha, deixada há algum tempo sem cavar (idem, p. 236).

⁸⁴³ Gaffiot (1934) regista *corrūgus*, *i*, remetendo para o Livro 33 da *Historia Naturalis* de Plínio. Piel (1947: 341, n. 2) contesta esta forma e defende *cōrrūgu*: “Diga-se, de passagem, que a pronúncia *corrūgus*, admitida como possível no Dicionário de Walde-Hofmann, é nitidamente contrariada pelas formas portuguesas que tornam também ilusória a relação etimológica com *rūga*.” Dworkin (2012: 23) relaciona a palavra com os estratos pré-latinos do hispano-romance: “The chapter dedicated to mining techniques in the provinces of northern Spain in Book 23 [sic] of Pliny the Elder’s *Historia naturalis* offers in Latinized garb such pre-Roman words as *arrugia* ‘shaft and pit in a gold mine’, *corrugus* (which seems to share the same root as the preceding word, so may explain the masculine gender of the Spanish and Portuguese reflexes of ARRUGIA, namely *arroyo/arroyo*) ‘canal, water conduit in a mine’ [...]”

⁸⁴⁴ Ver também Moralejo (2009: 74/75).

“designação predial, [...] em razão de ser de terras formadas por erosão nas vertentes [...]”.

Em suma, o hidrotópónimo salienta-se como resultado da conversão de um nome comum de provável origem pré-latina, o qual pode ter sido usado desde a génese como apelativo, ou como topónimo alusivo à morfologia do terreno atravessado pelo rio e referência.

4.17.16. Covas (rio)

De *cova*, do léxico comum, pelo menos, desde o período latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁴⁵

Afluente da margem direita do rio Beça, o qual, por sua vez, desagua na margem direita do Tâmega (CMP 1:25 000, folhas 45 – Alturas do Barroso, Boticas, e 59 – Dornelas, Boticas). Nasce na vertente meridional da serra das Alturas (cf. Baptista 1874: 56), também conhecida como *serra do Barroso* (cf. CMP 1:25 000, folha 45 – Alturas do Barrosos, Boticas). Próximo das margens deste rio, encontra-se a povoação de Covas do Barroso. Covas é um topónimo frequente em Portugal e, com a mesma forma, também se encontra muitas vezes na Galiza (cf. Nomenclátor de Galicia).

Hidróónimo de tipo associativo, talvez alusivo ao topónimo *Covas do Barroso*, que poderá ser-lhe preexistente. Considera-se que as formas toponímicas *Cova* e *Covas* correspondem ao item do léxico comum *cova*, ‘depressão num terreno ou superfície’ – do latim **cōva* ‘oca’, feminino del adjetivo *co(v)us*, variante arcaica de *cavus* ‘oco’. (DCECH s. v. *cueva* e DHLP) –, o qual, com menos frequência, também pode denominar uma caverna ou uma gruta (cf. Figueiredo 1913 e DHLP).⁸⁴⁶ Note-se, porém, que os topónimos em apreço parecem conservar o significado de ‘depressão no terreno’; com efeito, Silveira (1940-1943: 270), ao comentar o topónimo *Almajoafa*, atribui-lhe o significado de ‘sítio covo, deprimido, fundo’ e apresenta-o como sinónimo de outras

⁸⁴⁵ As formas registadas por Cortesão (1912) – *Couas* (PMH Leges: 378 e Dipl.: 258), *Couas de monte* (PMH Dipl.: 494), *Couas de rio*, *Covas* (PMH Inq.: 563) referem-se a lugares do Entre-Douro-e-Minho e da região de Arouca, não havendo, portanto, nenhuma que corresponda à localização do hidróónimo aqui em discussão.

⁸⁴⁶ O significado de ‘gruta, caverna’ é mais saliente no galego *cova* (cf. DEE e DRAG), podendo dizer-se que é típico nesta língua.

formas toponímicas como *Baixa*, *Fundo* e seus derivados, bem como equivalente à forma aqui em discussão, *Cova*, com os seus derivados (*Concavada*, *Covo*, *Covada*).⁸⁴⁷ Afigura-se, pois, muito provável que o hidrotopónimo deva a sua motivação a um nome descritivo de um acidente do terreno, eventualmente a partir já de um uso toponímico prévio.

4.17.17. Covelas (rio de)

De *covela*, um derivado de *cova*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Rabagão, o qual desagua no rio Cávado (CMP 1:25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho). *Covelas* é topónimo que se encontra em Portugal, sobretudo no noroeste, entre o rio Vouga e o rio Mino. Também se encontra na Galiza.

A configuração deste hidrónimo permite relacioná-lo com a forma *covela*, diminutivo de *cova* (cf. *Covas*, *rio*, na secção 4.17.16), formado pela adjunção do sufixo *-ela*, especialmente produtivo no período latino-romance. A região percorrida pelo rio assim chamado apresenta outros topónimos – Covelo do Gerês, Cova dos Vales (cf. CMP 1:25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho) – que tem por base o vocábulo *cova*. Na CMP não se representa povoação denominada *Covelas* nas margens do rio em apreço, mas não é de excluir que o hidrotopónimo resulte de uma identificação de tipo determinativo, por associação a um lugar com tal nome (“rio de Covelas” > “rio Covelas”).

4.17.18. Curros (ribeiro de/rio)

Origem latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

⁸⁴⁷ A relação da toponímia com a configuração do terreno permite pensar que, pelo menos, desde o período medieval, *cova* já designava uma depressão no terreno, e não uma gruta. O caso galego de *A Cova* assim o sugere, conforme observa Cabeza Quiles (2008: 565): “O río Ulla ao pasar pola parroquia de Ponte Ulla, Vedra (Coruña), estréitase entre dous elevadíssimos rochedos. Na marxe dereita do río, nun oco ou fondal, entre grandes masas de pedra, edificou-se cara ao século IX o mosteiro de San Xoán da Cova, que deu este topónimo. Aínda que nos foi imposible, por máis que o intentamos, acceder a este lugar, cremos que no devandito fondal, depresión ou grande oco non hai ningunha cova no sentido que lle damos hoxe maioritariamente á palabra *cova* de ‘cavidade lateral na terra, gruta etc.’, xa que este topónimo *A Cova*, co artigo feminino *a*, fai referencia, segundo pensamos, ao citado fondal, depresión, grande oco ou vaguada sobre a que se edificou o mosteiro.” O DCECH (s. v. *cueva*) destaca a importante distribuição de *cova* e dos seus derivados na toponímia portuguesa.

Tem nascente na serra da Padrela e é afluente do rio Tinhela, o qual, por sua vez, é afluente do Tua (CMP - 1:25000 - Folhas 61, Loivos, chaves, 75, Santa Maria de Emeres, Valpaços, e 89, Murça). Nas proximidades deste rio, encontra-se o lugar de *Curros* (concelho de Valpaços).

Como topónimo, ocorrem *Curro* e *Curros* em todo o noroeste do País e na Galiza, que terão origem no nome comum *curro* (Machado 2003),⁸⁴⁸ ao qual os dicionários gerais atribuem o significado geral de ‘recinto anexo a uma praça de touros, onde estes ficam antes e depois da corrida’ (DLPC). Regista-se a variante *corro*, que se aplica também a uma reunião de pessoas em círculo ou a uma reunião em geral. Deve, no entanto, ter-se em atenção a definição de *curro* em galego, que pode ser mais esclarecedora para este caso: ‘Curral, xeralmente de pequenas dimensións’; ‘curruncha’ (o mesmo que *cantinho*); ‘Cerca de madeira ou de pedra onde se concentra o gando ceibo do monte, especialmente cabalarías e vacas.’; ‘Festa que se celebra con motivo de acurrar ou baixar o gando do monte a estas cercas.’ (DRAG). O DEE reitera estes significados, acrescentando outros: ‘cercado pequeno próximo a uma vivenda’; ‘terreno cercado onde se bota cereal: ferranha, milho, etc.’; ‘pequena praça à que dam duas ou mais canelhas’; ‘chousa’; ‘parrulo’ (= ‘pato’); ‘muge’ (= ‘tainha’). A etimologia de *curro* e *corro* relaciona-se com a de *curral*, podendo discutir-se que aqueles são derivados deste ou vice-versa (cf. DHLP s.v. *curro*, *corro*, *curral*).⁸⁴⁹ É de supor, portanto, que *Curros* aluda a a um terreno cercado utilizado para vários fins, desde guardar gado a fins agrícolas. O facto de o rio em referência passar pela localidade de Curros (sede da freguesia do mesmo nome, no concelho de Valpaços) e o classificador toponímico *rio* ser seguido da preposição *de*, alusiva a pertença ou

⁸⁴⁸ Na variante *Curro* encontra-se no Noroeste do País, mais precisamente em Amarante, Baião, Barcelos, Boticas, Celorico de Basto, Cinfães, Estarreja, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Marco de Canaveses, Paredes de Coura, Penafiel, Ponte de Lima, S. Pedro do Sul, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia (Machado 2003). *Curros* é localizável em Santo Tirso, Valpaços, Vila Nova de Cerveira e Vila Verde (ibidem).

⁸⁴⁹ No DHLP, a nota etimológica de *curral* remete para o DCECH (s.v. *corral*), que entre *corro* e *curral* considera difícil distinguir qual é o derivado e qual a palavra primitiva: “[...] si *corro* es derivado regresivo de *corral*, como parece indicarlo su rareza en la Edad Media y la menor extensión geográfica, quizá éste venga de un lat. vg. *CŪRRALE en el sentido de ‘circo para carreras’ o de ‘lugar donde se encierran los vehículos’, derivado del lat. CURRUS ‘carro’; menos probable es el caso contrario, aunque entonces *corro* podría ser un pseudo-primitivo sacado del lat. CŪRRÍCŪLUM ‘circo de carreras’, que se hubiera sentido falsamente como diminutivo”. Em relação a *curro*, o DHLP remete igualmente para a discussão do português *curral* no contexto da que o DCECH (Corominas e Pascual 2012) dedica a *corral*. Trata-se de uma extensa discussão que não tem lugar aqui, uma vez que o propósito é mais o de propor uma etimologia para o hidrotónimo *Curros*.

proveniência no contexto de um território, sugere que o hidrotópónimo foi criado pela conversão do nome de lugar, e não o contrário.

4.17.19. Escalheiro (rio de)

Origem obscura, mas a configuração enquadra-se no estrato latino-romance

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio de Pincães, o qual desagua na margem direita do rio Cávado (CMP 1:25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho). Como topónimo, encontra algumas ocorrências nos distritos de Braga. Na Galiza, regista-se *O Escalleiro*, no concelho de Arzúa, na província da Corunha.

Machado (2003) considera obscura a sua origem, mas Fernandes (199) propõe que corresponda a **scaleariu-* de *scala*, como denominação de um acidente do terreno. O hidrotópónimo pode, portanto, ter-se formado como simples associação a um aspeto da paisagem ou dever-se a um topónimo antes existente, mas que não se assinala nas fontes cartográficas consultadas.

4.17.20. Felgueiras (rio de)

De *felgueira* ‘feto’ ou ‘campo de fetos’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Corgo, sendo este, por sua vez, um afluente do rio Douro (CMP 1:25 000, folha 102 – Vila Real). Nas margens deste rio encontra-se a povoação de Felgueiras (cf. idem, ibidem). Como topónimo *Felgueira* e *Felgueiras* é frequente em Portugal. Na Galiza, ocorrem também as formas *Felgueira* e *Felgueiras*, embora as formas *Filgueira* e *Folgueira* estejam mais disseminadas (cf. Nomenclátor de Galicia).

Hidrotópónimo que parece ter motivação fitotoponímica, muito provavelmente mediante a fixação do uso de *felgueira* como topónimo. A proximidade de uma povoação com o mesmo nome torna plausível que o hidrónimo tenha surgido por associação a um

topónimo preexistente. Quanto à etimologia de *felgueira*, um sinónimo de *fetal* ‘aglomerado de fetos numa área’ (cf. DHLP) ou de *feto* (cf. Navaza Blanco 2006: 260), as fontes consultadas atribuem-lhe geralmente origem no latim **filicaria*, derivado de *felix*, *īcis* ‘feto (planta)’, embora não se exclua a derivação de *felga*, de uma variante de *felix* no latim tardio, *filīca* (cf. DCECH s. v. *helecho* e DHLP).

4.17.21. Ferreiros (rio)

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita da ribeira de Tanha, a qual desagua na margem esquerda do rio Corgo, afluente do Douro (CMP 1:25 000, folhas 102 – Vila Real e 115 – Vila Real). O RTP e o visualizador do CIGeoE-SIG assinalam uma região chamada Ferreiros na freguesia de Vale de Nogueiras (concelho de Vila Real).

Hidrónimo transparente que parece motivado pela associação a um topónimo preexistente, *Ferreiros*, que o RTP localiza como região da freguesia de Vale de Nogueiras (concelho de Vila Real). O nome desta área fará alusão à atividade por que se distinguiram os seus habitantes ou a um grupo com laços familiares com algum povoador conhecido como *Ferreiro* por alcunha ou já por apelido. Como nome comum, *ferreiro* é um derivado de *ferro* (cf. *Ferro, rio*, na secção 4.3.14).

4.17.22. Louredo (rio)

Derivado de *louro*, provavelmente na fase latino-romance ou galego-portuguesa.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁵⁰

Afluente da margem esquerda do Tâmega (CMP 1:25 000, folha 73 – Ribeira de Pena).

⁸⁵⁰ Cortesão regista *Lauredo* (PMH Inq.: 143) e *Louredo* (PMH Inq.: 424), formas que não têm que com o rio em referência. No primeiro caso, trata-se da antiga freguesia de Louredo no atual concelho de Póvoa de Lanhoso; no segundo, não foi possível localizar o topónimo com segurança, mas parece que este se encontrará dentro ou nas proximidades da atual freguesia de Santa Marta de Bouro, no concelho de Amares.

O hidrotópónimo parece dever a sua génese a um topónimo preexistente ou à simples designação um bosque de loureiros, ainda que, nas fontes consultadas, faltem elementos que confirmem esta perspetiva. De qualquer modo, a forma *louredo* é um derivado de *louro*, por adjunção *-edo*, sufixo muito produtivo na toponímia datável das fases latino-romance e galego-portuguesa. Quanto a *louro*, procede este item do latim *laurus* ‘louro, loureiro’ (cf. DHPL e DCECH s. v. *laurel*).

4.17.23. Moinhos (ribeiro dos)

De *moinho*, do léxico comum.

Afluente do rio Aguilhão, o qual desagua no rio Corgo, afluente do rio Douro (CPM 1:25 000, folha 114 – Santa Marta de Penaguião). A representação da CMP sugere que recebe o rio das Bojas (v.) como afluente.

Hidrotópónimo de carácter associativo (ou determinativo), não foi possível confirmar que faça alusão a um topónimo preexistente. Sobre a etimologia do nome comum *moinho*, ver *Moinhos, rio dos*, na secção 4.9.11.

4.17.24. Mousse (rio)

Origem obscura, mas enquadrável no património de origem latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Mente, o qual desagua no rio Rabaçal (CMP 1:25 000, folhas 22 – São Vicente, Chaves e 35 – Lebução, Valpaços).

Machado (2003) regista esta nome sob a forma *Mouce*, a que atribui de forma muito modalizada o étimo latino *mulsu-*, ‘hidromel’ e, por extensão, “doce”. É uma proposta que a falta de informação noutras fontes consultadas não permite nem confirmar nem desmentir. Trata-se, portanto, de um hidrotópónimo de génese obscura.

4.17.25. Olo (rio)

Origem obscura.

riba de Orlu 1220 (PMH Inq.: 135), *villa de Orlo* 1220 (idem: 153), *Orlo* 1258 (PMH Inq.: 1157 e 1377)⁸⁵¹

Afluentes do Tâmega, nasce na serra do Alvão (CMP 1:25 000 folhas 87 – Vilar de Ferreiros, 101 – Ermelo, Mondim de Basto, 100 – Arnoia, Celorico de Basto; cf. Baptista 1874: 57/58). A aldeia de Lamas de Olo (concelho de Vila Real) parece ser assim chamada em referência à denominação do rio. O topónimo *Olo* também se assinala no distrito da Guarda: ribeiro do Olo (freguesia de Vila Cortês da Serra, concelho de Gouveia) e ribeira dos Olos (freguesia de Vale de Madeira, concelho de Pinhel).⁸⁵² Machado (2003) localiza-o também em Lamego (Moinhos de Olo), em Ponte de Lima (Outeiro de Olo) e Valença.⁸⁵³

Machado (2003) considera-o de origem obscura. Silveira (1935: 236/238) relaciona *Olo* com o nome comum *ola*, ‘remoinho’, do latim *olla*, ‘panela’, o qual que tem reflexos na toponímia portuguesa e galega (*Olelas*, em Almargem do Bispo; *Olela*, Cabeceiras de Basto; *Olelas*, Entrimo, Ourense).⁸⁵⁴ Fernandes (1999), baseando-se em atestações medievais da forma *Orlo*, que identifica com *Olo* e remontaria, por “derivação imprópria”, ao latim **orula*, ‘margem’ ou “alusão ao rio; a forma *Olo* seria, portanto, o resultado da seguinte sequência, que inclui a assimilação de *r* a *l*: **orula/*orulu* > *Orlo* > **Ollo* > *Olo*. Na verdade, Cortesão (1912) regista as formas *villa de Orlo* e *riba de Orlu* (1220), das quais a primeira efetivamente corresponde à região onde corre o rio assim chamado. No entanto, não é clara a motivação para atribuir tal nome a um curso de água, que, como todos os outros, tem margens.

4.17.26. Pequeno (rio)

De *pequeno*, do léxico comum desde a fase latino-romance.

⁸⁵¹ As atestações de 1258 são assinaladas por Fernandes 1999; as abonações de *Orlu* e *Orlo*, datadas de 1220, por Cortesão (1912).

⁸⁵² A pesquisa do CIGeoE-SIG apresenta o nome *ribeiro do Olo*, mas a carta visualizada apenas assinala um curso de água sem denominação (CMP 1:25 000). O mesmo acontece com a representação da ribeira dos Olos.

⁸⁵³ Para este trabalho apenas foi possível identificar o topónimo em referência na freguesia de Gondomil, no concelho de Valença, o qual faz agora parte da microtoponímia local: *Beco de Olo* e *Beco Eido de Baixo de Olo*. Informação disponível na página da Junta de Freguesia de Gondomil (<http://www.jf-gondomil.com/?m=mapa&id=1328>, consultado em 17/03/2014). Cf. também Frazão (1981).

⁸⁵⁴ “[A forma *Olo* está para *Ola*] como *panêlo*, *cabêço*, *caldeiro* para *panela*, *cabeça*, *caldeira*” (Silveira 1937: 238).

Identificam-se dois rios assim chamados: um afluente do Tâmega, também assinalado com o nome rio de Feces, ou seja, rio de Feces de Abaixo, na Galiza (CMP 1:25 000, folha 21 – Vilarelho da Raia); e um afluente da margem esquerda do rio Corgo (CMP 1:25 000, folha 102 – Vila Real). *Pequeno* é também o nome de outros rios, nos distritos de Braga, Lisboa, Viana do Castelo e Viseu (cf. secções 4.3.30, 4.11.24, 4.16.40 e 4.18.34).

Hidrotopónimo de carácter descritivo, certamente motivado pelo contraste com outros cursos de água. Relativamente à etimologia de *pequeno*, do léxico comum, ver *Pequeno, rio*, na secção 4.3.30.

4.17.27. Pincães (rio de)

Origem obscura, embora possa relacionar-se com *pico*, que tem várias aceções ('ponta', 'espinho'), ou de *pica*, na aceção de 'caruma'.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Cávado (CMP 1:25 000, folha 44 – Ruivães, Vieira do Minho). *Pincães* é também o nome de uma povoação situada na margem esquerda do rio em apreço.

Hidrónimo que, pela sua configuração, parece ser motivado pela identificação associativa com o lugar de Pincães. Este topónimo talvez se relacione com os topónimos galegos *Picáns* (concelho da Estrada, província de Pontevedra) e *Picais* (no concelho da Pobra de Brollón, na província de Lugo) – cf. *Nomenclátor de Galicia*. No entanto, não é clara a etimologia dos topónimos galegos, nem está fora de questão a possibilidade de não haver relação entre eles. Mesmo assim, aceitando que as referidas formas são produto de variação, poderá pensar-se que *Pincães* deve a nasalidade vocálica da primeira sílaba à assimilação do ditongo nasal da segunda, o que significa que o topónimo poderá ter tido a forma **Picães*. Esta, por sua vez, é identificável com *Picáns*, à semelhança de outras correspondências fonéticas entre formas toponímicas portuguesa e galegas: *Guimarães/Guimaráns*, *Fiães/Feáns*. As mencionadas formas galegas, por sua vez, localizáveis na Galiza ocidental, encontram paralelo em formas sem nasalidade: *Guimaráns/Guimarás*, *Feáns/Feás*, *Fiais*. Nestes exemplos,

Guimarães/Guimaráns/Guimarás apresentam diferentes tratamentos da forma sufixal **-an(es)* (*Vimaranes*), a qual passou a *-ães* no período medieval. Já o caso de *Fiães/Feáns/Feás/Feais* não se enquadra diretamente no mesmo caso, porque serão diferentes soluções de **females*, que apresenta o sufixo **-al(es)*; este aparece com nasalização (vocálica ou como coda consonântica) por assimilação da nasalidade da vogal da primeira sílaba decorrente da queda de *-n-* latino intervocálico.

No caso de *Picáns/Picais*, é plausível supor ter atuado a analogia da forma com nasalidade final com as que a exibem por razões etimológicas. Tal situação é descrita, por exemplo, por Martínez Lema (2014: 1285) em relação aos topónimos *Corçães* (concelho de Melgaço) e *Corzáns* (Salvaterra de Miño, Pontevedra), os quais têm nasalidade não etimológica, em contraste com *Os Corzás* (Mugardos, Corunha), todos topónimos que o autor citado filia em **Corçaes*, de um derivado de *corço*. No caso de *Pincães* e dos seus possíveis cognatos galegos, faltam, porém, atestações que os esclareçam. Poderá pensar-se em **picales*, mas, na dialetologia galego-portuguesa, não parece documentar-se o uso de um derivado de *pico* com a forma *pical*; no entanto, o castelhano disponibiliza *pical* ‘sítio de confluência ou cruzamento de vários caminhos vicinais’ (cf. DRAE). Analisando os topónimos galegos *Picón* e *Pico*, Cabeza Quiles (2008: 494/495) não exclui que *pico*, não obstante aplicável à forma pontiaguda de uma elevação ou de uma massa rochosa, pode fazer alusão à forma triangular de uma propriedade ou de uma dada área. Talvez *Pincães* se relacione então com um derivado de *pico*, vocábulo com certo grau de polissemia. O certo é, porém, que a discussão aqui apresentada não tem base documental que lhe permita ir além das conjecturas.

4.17.28. Pinhão (rio)

Do estrato latino-romance.

Pinom PMH (Leg.: 387)

Afluente da margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folhas 88 – Telões, Vila Pouca de Aguiar, 102 – Vila Real, 116 – Alijó e 128 – S. João da Pesqueira). Segundo Baptista (1874: 52), “[n]asce na serra da Falperra ao N. da F. da Torre do Pinhão”.

Machado (2003) considera que se trata da conversão do nome comum *pinhão*, mas Fernandes (1999 s. v. *Pinhão*) contesta tal possibilidade, propondo que o rio deve o nome

ao lugar de *Pinhão*, com origem em nome próprio de possessor, *Pinius*, “derivado de *penha* < lat. *penna*, *pinna*, e nada há com o ‘pinhão’ do pinheiro”; o mesmo autor propõe que o topónimo provenha de *Pinion*, que pressupõe uma *villa* **Pinioni*, atribuindo a *Pinius* a declinação -us/-oni (idem, ibidem). Esta hipótese vai ao encontro de uma outra, de Piel (1975: 55/56),⁸⁵⁵ que, ao comentar a etimologia da forma homóloga galega, *Piñon* (o qual ocorre nas províncias da Corunha e Ourense; cf. o *Nomenclátor de Galicia*),⁸⁵⁶ a filia no cognome latino *Pinius*, o qual relaciona com *pīnus* ‘pinheiro’.

4.17.29. Poio (rio)

Do arcaísmo *poio* ‘outeiro’ ou ‘poial’, do léxico comum lationo-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Louredo, o qual por sua vez desagua na margem esquerda do Tâmega (CMP 1:25 000, folhas 73 – Ribeira de Pena e 87 – Vilar de Ferreiros, Mondim de Basto). Como topónimo, *Poio* ocorre com frequência no distrito de Vila Real e também no resto de Portugal continental, em especial no interior norte e centro, bem como no Algarve (Monchique e Portimão).

Hidrónimo de carácter associativo, talvez alusivo a um *poio* (ou seja, ‘outeiro’) vizinho. O item *poio* é hoje um arcaísmo, mas parece ter tido uso importante na Idade Média. Representa o latim *podiu-* (cf. Piel 1947: 159, Cabeza Quiles 2008: 503). Embora no distrito se assinalem alguns lugares denominados *Poio*, nenhum destes se encontra nas imediações do rio também chamado assim. Talvez o hidrotopónimo se deva a identificação por associação a um topónimo já antes existente, mas as fontes consultadas não facultam elementos que o confirmem.

4.17.30. Porto da Laje (rio do)

De um sintagma formado por itens do léxico comum.

⁸⁵⁵ Ver também *Pinius* em Piel (1947: 350).

⁸⁵⁶ O *Nomenclátor de Galicia* localiza na província da Corunha dois lugares chamados *O Piñon* – um no concelho de Cerdido e outro no de Cerdido. Na província de Ourense, conta-se o lugar de *Piñón*, no concelho de Cortegada.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio de Fafião, o qual, por sua vez, desagua no Cávado (CMP folhas 31 – Outeiro, Montalegre e 44 – Ruivães, Vieira do Minho).

É um hidrónimo transparente, provavelmente resultado da conversão de um topónimo prévio com a mesma forma. As fontes consultadas nada registam quanto à sua motivação, mas, dado o contexto serrano do rio, é possível que na origem do hidrotopónimo (ou topónimo) esteja a referência a um ponto de passagem (*porto*) que se distinguiu por uma placa de pedra (*laje*). Sobre a etimologia dos itens do léxico comum *porto* e *laje*, ver *Laje*, rio da, na secção 4.3.20, e *Porto, rio do*, na secção 4.15.4.

4.17.31. Porto do Rei (rio do)

Hidrónimo de estrutura transparente tanto em galego como em português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que conflui com o Açoreira (v.) para, em território galego, formar o Búbal, um afluente da margem direita do Tâmega (CMP 1:25 000, folhas 20 – Vilar de Perdizes, Montalegre; ver também visualizador SIGNA).

Um topónimo galego e português, talvez devido ao monte denominado Porto do Rei (cf. SIGNA), já muito próximo da fronteira com Portugal e da confluência do rio Muiños, que passa perto de San Millao (concelho de Cualedro, na província de Ourense). Faltam elementos na bibliografia que esclareçam a génese deste hidrotopónimo, embora o item *porto* também designe lugares de passagem em terreno acidentado ou montanhoso, como parece ser o caso do terreno atravessado pelo rio assim chamado (para informação etimológica, ver *Porto, rio do*, na secção 4. 15.4).

4.17.32. Rabagão (rio)

Origem obscura, mas possivelmente pré-latino.

Regavam (PMH Inquis.: 1526)

Afluente da margem esquerda do rio Cávado (CMP 1:25 000, folhas 31 – Montalegre, 45 – Alturas do Barrosos, Boticas, 44 – Ruivães, Vieira do Minho; cf. também Baptista 1874: 38).

Machado (2003), considera que este nome tem “origem obscura, provavelmente pré-romana”, sem qualquer explicação. Pinho Leal (1873-1890) registou apenas a forma *Regavão*, certamente uma variante de *Rabagão* – ou esta daquela –,⁸⁵⁷ a par dos nomes alternativos de rio da Misarela e rio da Vila da Ponte. A forma medieval que ocorre nas Inquirições de D. Afonso III (PMH Inquis.: 1526) confirma o registo de Pinho Leal, mas sugere que se trata do nome de um lugar, e não um hidrotopónimo. De qualquer modo, *Rabagão* ou, como parece ainda manter-se no uso local, *Regavão* é hoje apenas usado como hidrotopónimo. Atendendo à forma medieval, dir-se-ia que a forma adotada oficialmente é o resultado de uma metátese sobre *Regavão*, na qual poderia distinguir-se o radical *reg-*, de *rego*. Se assim fosse, o hidrotopónimo procederia de um composto de *rego* e de um segundo elemento, **avão*, de origem obscura. Trata-se de uma conjectura que requer um apoio mais alargado de fontes.

4.17.33. São Vicente (rio de)

Do hagiónimo S. Vicente, por uso toponímico prévio.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Pinhão, o qual desagua na margem direita do Douro (CMP 1:25 000, folha 103 – Sanfins do Douro, Alijó).

Nas suas margens encontra-se a Quinta de S. Vicente, pelo que, não parecendo haver aqui descrição direta do rio, mas, antes, a dedicação de um lugar a um orago, é provável que o hidrónimo receba o seu nome por associação a este lugar. Sobre o antropónimo *Vicente*, ver *S. Vicente, rio de*, na secção 4.10.37.

4.17.34. Seromenha (ribeira da, rio)

⁸⁵⁷ Tendo em conta o topónimo *Rábago* (Herrerías, Cantábria), poderá dar-se prioridade à forma *Rabagão*. [Nota baseada em informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho.]

Origem obscura, talvez pré-latina.

Sarmenia 970 (PMH Dipl. 65 e 68), 1116 (DMP 57), *Sermenia* 1170 (DMP 402).

A CMP 1:25 000 (folhas 114 – Santa Marta de Penaguião e 126 – Peso da Régua) classifica este curso de água como *ribeira* (“ribeira de Seromenha”). Pinho Leal (1873-1890) regista-o sob as variantes *Sermanha*, *Sermenha* e *Soromenha*. Baptista (1874: 54) localiza-lhe a nascente na freguesia de Sanhoane, donde “[...] corre ao S.; tem ponte na estrada Real do Peso da Régua a Mesão Frio; e depois de um pequeno curso de 1 ½¹ entra no Douro, 1¹ abaixo do Peso da Régua”. Com nome de configuração muito semelhante, nas margens da ribeira em referência, regista-se *Sermanha* na freguesia de Sedielos, no concelho do Peso da Régua (CMP 1:25 000).

Machado (2003, s.v. *Sarmenia*, *Sermanha*, *Sermenho*, *Seromenha*, *Seromenho*, *Sorminheiro*, *Soromenho*) regista este nome com a forma *Sarmenia*, que identifica com *sarmenho* e *soromenho*. Regista ainda esta forma como feminino dos apelidos *Soromenho* (variantes *Seromenho* e *Sermenho*), que, além disso, se teriam fixado como topónimos; estes casos resultariam da conversão do nome comum *soromenho* ou *seromenha*, ‘pereira brava’ e ‘o fruto dessa árvore’, do latim *sarmīnia*, atestável em português antigo como *cermenho* (idem; ver também DHL, s.v. *seromenho*).⁸⁵⁸

Silveira (1935: 263) nega, sem fundamentar, a possibilidade de o hidrónimo *Seromenha* se relacionar com estes nomes botânicos (cf. DCECH, s.v. *cermeña*). Fernandes (1999) comenta a forma *Sarmenia*, mas rejeita a proposta de Machado (2003), considerando que o nome terá étimo pré-romano, tendo em conta igual terminação no topónimo *Aramenha* (Marvão), ao qual se dá origem pré-latina; propõe este autor, portanto, analisar o topónimo em dois elementos: *sar(r)*, ‘água’ e *-enia*.⁸⁵⁹ Talvez ao

⁸⁵⁸ Machado (2003, s.v. *Soromenho*) menciona a forma *cermenho*, remetendo para a edição que, em 1924, Leite Vasconcelos fez da *Farsa do Alfaiate*, de Anrique da Mota (ver Referências). Assinale-se que Silveira (1935: 262) também regista a palavra, mas sob a forma *ceromenho*, atribuindo-lhe as variantes *seromenho*, *soromenho*, *sormenho* e, no século XVI, *çormenho*, que encontram formas correspondentes no espanhol: *cermeña*, o fruto; e *cermeño*, a árvore em apreço e também “bronco, teimoso” (cf. também o ERA). Da conversão destes nomes surgiram os apelidos *Seromenho* e *Soromenho*, que deram origem a topónimos: *Soromenho* (Sangalhos, Anadia); e “montes” e casais ditos do *Seromenho*” (idem). Note-se que na RL se registam outras variantes de *soromenho*: *cermanho* ou *sermanho* (Moreno 1897-1899: 37); *seromenho* (Ribeiro 1930: 239. Sobre a etimologia de *cermeña*, ver o DCECH (Corominas e Pascual 2012, s. v. *cermeña*).

⁸⁵⁹ Para Fernandes, o elemento *sar(r)* estará na base de dois radicais, *sarm-*, que ocorre no topónimo em discussão, e *sard-*, como em *Sardoura*, (Castelo de Paiva, Marco de Canaveses e Vila Verde), este sufixado

encontro de Silveira (1935), é provável que *Seromenha* não tenha a mesma etimologia que *seromenho* ou *seromenha*, por duas razões: a primeira, reside no facto de o fitónimo apresentar oscilações gráficas entre <c>, <ç> e <s> que não parecem ser confirmadas pela história do hidrónimo; a implausibilidade de o nome de um fruto se tornar topónimo, apesar de se conhecerem exceções. Deste modo, não se conseguindo descortinar uma clara origem latina, e não havendo sinal de influxo árabe, perfila-se ainda como mais prudente a hipótese de uma origem pré-latina de transmissão latino-romance.

4.17.35. Sião (rio do)

Origem obscura, talvez germânica, pela antroponímia alto-medieval galego-portuguesa; em alternativa, do período já português, pela onomástica bíblica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁶⁰

Afluente da margem esquerda do rio Olo, este por sua vez afluente do Tâmega. Atravessa o concelho de Mondim de Basto (CMP 1:25 000, folha 101 – Ermelo, Mondim de Basto). *Sião* é também o nome de lugares na região do Entre-Douro-e-Minho: dois no concelho de Viana do Castelo e um no de Braga; é ainda nome de povoação no concelho de Coruche.

Piel (1940: 347)⁸⁶¹ propõe que o topónimo *Sião*, localizado no distrito de Viana do Castelo, derive do acusativo **Silonem* ou do genitivo **Siloni* [sic] do nome masculino *Silo*, de origem germânica. Machado (2003), que cita Piel, assinala que, embora não seja um genitivo, a forma *Siloni* se encontra atestada numa assinatura, aparentemente no caso nominativo; ao mesmo tempo sugere uma relação com o topónimo galego *Anseán*. Rejeitando tal sugestão, por considerar que *Anseán* provém de (villa) *Ansilani*, Fernandes (1999) aceita a hipótese de Piel, sem pôr em causa a questão de se tratar de um genitivo, embora não exclua que o nome tenha inspiração bíblica em alusão a uma peregrinação à Terra Santa. Os topónimos galegos *Vilación* (Antas de Ulla), *Donsión* (Begonte, Lugo) e

por *-auria*. Moralejo (2009: 56) relaciona *Seromenha* com a raiz **ser-* com alongamento – **ser-m* – remetendo para Krahe (1962: 336).

⁸⁶⁰ As atestações de Machado (2003) referem-se a lugares no Entre-Douro-e-Minho: *Siloni* 943 (PMH Dipl: 30) e 1042 (idem, p. 196). Também remete para PMH (Inq.: 707), onde ocorre *Silo*, forma que pode não se relacionar com *Sião*.

⁸⁶¹ Também citado por Machado (2003).

Sión (Cotobade, Pontevedra) – os quais pressupõem, respetivamente **villa siloni*, **(villa) domini siloni* e **(villa) siloni*, formas que incluem a forma de genitivo deste nome –, tornam plausível a filiação de *Sião* (quer o vianês, quer o vila-realense) na antroponímia de origem germânica, mediante um uso toponímico prévio que hoje não se atesta, pelo menos, no concelho de Mondim de Basto.

4.17.36. Sordo (rio)

Origem obscura. Talvez de uma variante de surdo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Corgo, o qual, por sua vez, desagua na margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folha 114 – Santa Marta de Penaguião). O RTP e o CIGeoE-SIG assinalam o lugar de Sordo junto do rio e da barragem que tem o mesmo nome.

Machado (2003) filia *Sordo* no apelido homónimo, que relaciona com *sordo*, variante arcaica de *surdo*, do latim *surdus*, *a, um* ‘que não ouve’ (cf. DHLP). Uma etimologia popular explica o nome por o rio ter um troço subterrâneo, fazendo com que o ruído da água corrente deixe de se ouvir. O topónimo *Sordos* no concelho galego de Bande poderia lançar talvez alguma luz sobre etimologia do *Sordo* transmontano, mas não foi possível encontrar elementos para uma proposta etimológica fundada.

4.17.37. Soutelo (rio de)

De um diminutivo de *souto*, do léxico comum latino-romance, provavelmente por via de um uso toponímico já anterior.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Corgo (cf. CMP 1:25 000 folha 102 – Vil Real).

O registo deste nome sugere uma estrutura determinativa, ou seja, alusiva a um topónimo preexistente, *Soutelo*, mas nem o RTP nem a CMP permitem identificar uma localidade que assim se chame na região onde se encontra o curso de água. A sua configuração de diminutivo (de *souto*) aponta para o período medieval relativamente recuado em que os

sufixos *-elo* e *-ela* eram muito produtivos. O nome comum *souto* ‘mata espessa, castanhal’ (DLPPE) tem origem no latim *saltus, ūs*, ‘pastagem, pastagem com mata, defiladeiro’ (cf. DCECH s. v. *soto*; ver também DHLP).

4.17.38. Tâmega (rio)

Origem pré-latina.

Tamica 943 (PMH Dipl.: 31 e DMP I: 227), *Tamecha* 950 (PMH Dipl. 35, cópia do séc. XVIII), *Tamega* 959 (idem, p. 46), 1131 (DMP I: 143), 1258, *Tamiga* 982? (PMH Dipl.: 82), 1090 (idem, p. 439), *Tamige* 1068 (idem, p. 290, cópia do séc. XIII), *Tamice* 1120-1122 (DMP I: 64), 1124 (idem, p. 83), *ripa de Tamega* 1258 (PMH Inq.: 584)⁸⁶²

Afluente da margem direita do Douro (CMP 1:25 000, folhas 34 – Chaves, 47 – Chaves sul, 46 – Boticas, 60 – Vidago, Chaves, 73 – Ribeira de Pena, 87 – Vilar de Ferreiros, Mondim de Basto, 86 – Mondim de Basto, 100 – Arnoia, Celorico de Basto, 113 – Amarante, 112 – Penafiel, 124 – Marco de Canaveses, 135 – Castelo de Paiva), nasce na província de Ourense, na serra de San Mamede.

Vasconcelos (1926: 325 e 1905: 40 e 320) propõe que este nome tenha evoluído de **Tamaga*, deduzido do etnónimo *Tamaganos*, documentado na época romana. Adolfo Coelho relacionava o elemento *tam-* com o céltico, atribuindo-lhe o sentido genérico de “escuro” ou ‘tranquilo, largo’ (neste caso, em confronto com a etimologia de Tamisa). Guerra (1998: 623) apresenta a hipótese de Rivet e Smith (1979: 464/467), a qual remete **tam-* para a base indo-europeia **ta-/*t?-* ‘correr, deslizar’, à qual se junta a extensão *-m* (ver também Moralejo 2009: 57). No território da antiga Galécia, outros hidrónimos apresentam a sequência *tam-*: *Tambre* (de *Tamaris*, documentado na época romana; Guerra 1998: 622/623), *Tamicelas*. Trata-se, portanto, de um hidrotopónimo de origem pré-latina, provavelmente de raiz indo-europeia, embora não forçosamente céltica.

4.17.39. Tanha (ribeira de/rio)

Origem obscura, talvez pré-latina.

⁸⁶² As atestações foram recolhidas de Machado (2003 s.v. Tâmega). O CODOLGA também faculta várias atestações: *Rivulo Tamega* 931, 950, 982, 1032, 1036, *rivulo Tamuga* 953, *fluvius Tamega* 1025, *fluvium Tamice* 982.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁶³

Afluentes da margem direita do rio Corgo (cf. CMP 1:25 000, folhas 102 – Vila Real, 115 – Sabrosa, 127 – Tabuaço, 126 – Peso da Régua) nasce ao norte de vale de Nogueira (GEPB).

Para Machado (2003), poderá ter que ver com o nome comum *tanha*, ‘talha ou vasilha de barro, para azeite’. Fernandes (1999, s.v. *Tanhel*), discutindo o topónimo *Tanhel* (Arouca) a um nome de pessoa (**Taniello*, de **Tanio*, talvez do gótico *athans*, ‘nobre’), menciona de passagem este hidrónimo, aventando a hipótese de este encerrar um **tan* pré-romano, mas sem esclarecer o significado de tal radical.⁸⁶⁴ Não é de excluir a possibilidade de *tanha* ter tido um significado adequado à descrição geográfica, mesmo que metafórico; ou ainda de resultar da reanálise de *montanha*, por truncação, separando *mon-* de *-tanha*. Contudo, as fontes consultadas pouca ou nenhuma força dão a estas hipóteses.

4.17.40. Tenalha (rio)

Provável origem latino-romance.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nasce na serra do Marão e é afluente do rio Aguilhão, este, por sua vez, afluente do rio Corgo (CMP 1:25000 - Folha 114 - Santa Marta de Penaguião).

A GEPB propõe que tenha origem no diminutivo hipotético **tinacula*, do nome comum latino *tina*, proposta que se defronta com a dificuldade de a presença do *-n-* intervocálico não se enquadrar nos processos fonológicos da história do português (o caso de Tinhela conforma-se muito mais a este modelo). Mas a defesa desta hipótese argumenta que tal diminutivo é referencialmente adequado, por possibilitar uma leitura arqueológica que o

⁸⁶³ Moralejo (2009: 57) atesta a sequência *venam de tana*, de uma fonte medieval que não identifica e que aqui não foi possível localizar.

⁸⁶⁴ Moralejo (2009: 57) propõe a seguinte hipótese: “hidr. > top; ζetimol, de **tā-* o (**teH2k-*), **tai-*, *ti-*, *tau-*, *tu-*... ‘fluir, fundir-se (fango)’, **ta-n-ia*, mejor que *(*s*)*ten-* ‘tronar, hacer ruido...’, y que celt. Billy 1993:142 **tanno* ‘chêne’?” Cf. P.H. Billy 1993. *Thesaurus Linguae Gallicae*, Hildesheim: Olms-Weidmann.”

nome para escavações rupestres (GEPB). O registo de um topónimo de configuração semelhante — *Tinalha*, no concelho de Castelo de Paiva e no de Castelo Branco, e *Tinalhas*, no concelho de de Castelo Branco (Machado 2003) — podem talvez lançar alguma luz sobre este hidrónimo, uma vez que são relacionáveis com *tinhalha*, ‘pequena dorna para vinho’ (Machado 2003), palavra sobre a qual não há certezas quanto ao étimo, conforme expõe o DHLP: simples derivação de *tina*, como pretende Nascentes (1986); ou do castelhano antigo *tenalla*, conforme propõem Machado (2003) e Nascentes (1952). Observe-se também que o nome comum *tinhalha* é aparentemente forma divergente de *talha*, ‘vaso de barro de grande bojo’ (Figueiredo 1913), que remontará igualmente a **tinacũla*, mas por processos conformes à evolução dos galegos-portugueses, com a típica síncope do *-n-*: “do lat.vulg. **tinacũla*, dim. de *tina*, ae 'vaso de servir vinho', donde **tinhalha* > **tanalha* > *talha*” (DHLP). A motivação referencial deste nome permanece, contudo, obscura, tal como sucede com outros nomes que revelam afinidades semânticas: *Tanha* e *Tinhela* (ou *Tiela*).

4.17.41. Terva (rio)

Origem obscura, provavelmente pré-latina.

Tervya 1258 (PMH Inq.: 1525).⁸⁶⁵

Afluente da margem direita o rio Tâmega (CMP 1:25 000, folhas 46 – Boticas e 60 – Vidago, Chaves), parece resultar da junção das ribeiras do Brejo, Videeiro e do Calvão a nascente de Bobadela, (idem, folhas 46 e 33 – Serraquinhos, Montalegre). Pinho Leal (1873-1890) regista-o para o remeter para o verbete relativo às Terras do Barroso, onde observa que a “Ribeira de Terva, ao E. de Leiranco, concelho de Boticas, principia na freguezia de Ardãos, que d’antes era do concelho de Chaves, e finda na confluência do rio Terva com o Tamega”.

Machado (2003) não o menciona. *Tervya* parece ter sido a forma medieval intermédia, apesar de faltarem mais atestações nas fontes consultadas que garantam claramente a sua

⁸⁶⁵ Nos Livros de Linhagens (PMH Scrip.: 224), ocorre *Teruha*, que, apesar da forte probabilidade de ser forma do mesmo nome, está associada a um contexto em que se enumeram antropónimos e funções militares ou religiosas, sem outra informação de carácter geográfico que confirme tratar-se do hidrónimo em discussão.

relação com *Terva*. Por outro lado, a sua configuração não se inscreve, pelo menos, de maneira direta ou intuitiva, no léxico e na onomástica de proveniência latina, germânica ou árabe, o permite supor que se trata de um nome pré-latino.⁸⁶⁶ Seja como for, permanece obscura a etimologia deste hidrónimo.

4.17.42. Tinhela (rio)

Provável origem num topónimo latino-romance.

Tiela e *Tiniela* 1220 (PMH Inq.: 45), *Tiela* e *Tiniela* 1224 (PMH Leg. 600 e Inq.: 45), *Tinelas* 1257 (PMH Leg. 676).

Afluente da margem direita do rio Tua, nasce na serra da Padrela, na freguesia de Tazém (Baptista 1874: 51). Regista-se como hidrónimo e igualmente como topónimo — no concelho de Valpaços e nas imediações do rio assim chamado, na freguesia de Bornes de Aguiar (cf. CMP 1: 25 000 Folha 48 – Vilarandelo, Valpaços e folha 74 – Vila Pouca de Aguiar).

Machado (2003) liga *Tiela* a *Tinhela*, deixando supor que *Tiela* e *Tinhela* são variantes, sem, no entanto, explicitar de que modo se estabelece tal relação. O mesmo autor aventa a hipótese de se tratar de um diminutivo de *tia*, forma antiga de *tina*, “em alusão a achados arqueológicos”. Estas observações permitem supor entre *Tiela* e *Tinhela* se terá verificado a epêntese de uma consoante nasal palatal a partir da nasalidade de [i], tal como sugere a forma *Tinelas*, a qual, não excluindo a possibilidade de cultismo, pode indiciar a nasalidade associada a esse [i]. Quanto à motivação deste hidrotopónimo, a ocorrência de *Tinhela* mais a norte, no concelho de Valpaços, aparentemente sem ligação à hidronímia, fortalece a hipótese segundo a qual *Tiela* e *Tinhela* podem ter efetivamente origem num

⁸⁶⁶ Poderiam fazer-se conjecturas sobre uma relação com o hidrotopónimo galego *Tebra* (Tomiño, Tui), relativa a um afluente da margem direita do rio Minho. Moralejo (2009: 58) deixa interrogada essa possibilidade, pela comum etimologia indo-europeia: “¿cf. top. *Tebra* (Tomiño PO)?; ζ**ter-u-a*, de**ter-tur*- ‘atravesar’, ‘frotar’?” O hidrotopónimo galego ocorre sob a forma *Tevura*, num documento latino de 1217 (Bascuas 2006: 113). Se se considerar uma forma igual ou muito semelhante na transmissão do hidrotopónimo português, não seria descabido pensar-se na síncope de *u* e na metátese da vibrante da atestação galega. No entanto, tal hipótese vê-se contrariada pela forma medieval *Tervya*, correspondente ao rio em causa. Observe-se que a descrição dialetológica de princípios do século XX recolheu *térvio* como variante de *trevo*, no concelho de Torre de Moncorvo (Teixeira 1910: 125). Aceitando que *trevo* procede de **trifōlu*-, variante vulgar do latim clássico *trifolium*, talvez esta última pudesse explicar a variante *térvio* e até ligar-se a *Tervya* – são conjecturas que aqui ficam registadas, já que não se dispôs de documentação que permitisse alcançar uma conclusão.

nome que assinala um ponto no terreno, e não um curso de água.⁸⁶⁷ De acordo com Bascuas (2002:21 e 2006:26, 104, 112), faz parte de um padrão que se repete um pouco pela Península e noutras partes da Europa (*Miño, Miñotelo*). Neste caso, o par de *Tiela* ou *Tinhela* será *Tea*, que confirmará o étimo *tina*.

4.17.43. Torto (rio)

Do adjetivo *torto*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁶⁸

Afluente do rio Rabaçal, o qual conflui com o Tuela para formar o Tua, que desagua na margem direita do rio Douro (CMP 1:25 000, folha 62 – Valpaços e 76 – Mirandela). Perto da foz do rio em apreço situa-se a povoação de Rio Torto.

À semelhança de outros rios com o mesmo nome, trata-se de um hidrónimo com provável motivação descritiva, em referência ao traçado sinuoso do curso do rio assim chamado (cf. *Torto, rio*, na secção 4.2.10). A existência de uma localidade chamada *Rio Torto* sugere que o topónimo foi provavelmente motivado pela referência ao rio e ao seu nome.

4.17.44. Torno (rio)

Do nome comum *torno* ‘bolhão de água’, hoje um arcaísmo, mas disponível desde, pelo menos, o período galego-português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁶⁹

⁸⁶⁷ Moralejo (2009: 58) sugere que *Tinhela* seja um diminutivo do pré-latino **tīn-ia* ‘lodo, lama’, de raiz indo-europeia: **tā-* (**teH2k-*), **tai-*, *ti-*, *tau-*, *tu-* “fluir, fundir-se (lodo)”.

⁸⁶⁸ Cortesão (1912) regista *Rio Torto* como nome geográfico atestado pela sequência *rio de Rio Torto* nas Inquirições de D. Afonso III (PMH Inq.: 365). Esta expressão pode configurar um hidrónimo de teor redundante, mas pode também constituir um sintagma identificativo de um rio por associação ao topónimo *Rio Torto*. Este ainda hoje subsiste como nome de um lugar da freguesia de Silva, no concelho de Valença (cf. CMP 1:25 000, folha 7 – São Pedro da Torre, Valença). Na carta consultada, a expressão medieval *rio de Rio Torto* parece corresponder ao rio das Ínsuas, que corre nas proximidades de Rio Torto.

⁸⁶⁹ As atestações apresentadas por Machado (2003) – *Torno* 1033 (PMH Dipl.: 172) e 1155 (DMP I: 315), *Valle de Torno* (idem, p. 189) – são todas relacionáveis com topónimos de regiões de Entre-Douro-e-Minho e, portanto, não dizem respeito ao rio em apreço.

A CMP 1:25 000 (folha 74 – Vila Pouca de Aguiar) indica que é o nome dado ao curso superior do rio Louredo, um afluente do rio Tâmega. Existem vários lugares com o mesmo nome a norte do Tejo, bem como na Galiza. Na ilha da Madeira, encontra-se a Levada dos Tornos (cf. CMP 50 000, folha Madeira-9).

Machado (2008) considera que tem origem no “antigo substantivo masculino *torno* ‘bolhão de água’”. Note-se, porém, que *torno* – provável derivado não afixal de *tornar* ‘dar volta, tornar’ (cf. DHLP) – pode significar também ‘volta’, em referência a um caminho, tanto em português como em galego (cf. Machado 1991, Cabeza Quiles 2008:494, Ares Vázquez: 537). Assinale-se que o topónimo madeirense *Levada dos Tornos* parece apresentar também este item, semanticamente compatível com o terreno montanhoso e com os numerosos cursos e condutas de água na Madeira; tudo sugere que *torno* seria utilizado nas aceções aqui referidas também ao tempo da colonização do arquipélago. O hidrónimo de Vila Real pode, portanto, ter sido motivado quer por um topónimo prévio, quer por o nome permitir descrever uma característica do seu curso do rio.

4.17.45. Vale de Madeiros (rio do)

Do topónimo galego *Val de Madeiros*, que inclui *vale* e *madeiro*, do léxico comum.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Mente, o qual desagua no rio Rabaçal (CMP 1:25 000, folha 22 – São Vicente, Chaves). Nasce no sul da província de Ourense, não longe da fronteira. Pouco antes de entrar em Portugal, passa pela pequena região de *Val de Madeiros*, conforme assinala o visualizador do SIGNA.

Trata-se de um rio que parece dever o nome à pequena região de Val de Madeiros. Este topónimo é transparente, formado por *vale* e *madeiro*, ambos itens do léxico comum. Por *madeiro*, derivado de *madeira* (do latim *materiā*, *ae* ‘matéria, madeira de construção, assunto, objeto’ (DHLP), deve entender-se um tronco de madeira (cf. DHLP e DRAG).

4.18. Distrito de Viseu (54 hidrotopónimos)

Ardena (rio), Areal (rio do), Asnes (rio), Balsemão (rio), Barreiro (rio), Bom (rio), Cabril (rio), Cabrum (rio), Calvo (rio), Campo de Besteiros (rio de), Carregal (rio do), Castelo (rio do), Castelões (rio de), Couto (rio do/ribeiro do), Covo (rio), Cris, Criz (rio), Dalmeu (rio), Delobra (rio da), Dinha (rio), Farbança (rio), Fogarosa (rio), Fonte Biqueira (rio da), Frio (rio), Fundo do Lugar (rio do), Gaia (rio da), Ludaes (rio de), Mau (rio), Mel (rio de), Miravaio (rio), Múceres (rio de), Paiva (rio), Paivô (ribeira de), Pavia (rio), Pequeno (ribeiro), Pisão (rio), Poldras (rio das), Pombeiro (rio), Santo (rio do), Sul (rio), Tedo (ribeira do/rio), Teixeira (rio) Touro (rio), Troço (rio), Vagem (rio), Varosa (rio), Varoso (rio), Várzeas (rio das), Videira (rio), Vidoeiro (rio), Vilar (rio de), Vouga (rio), Zela (rio), Zonho (rio do)

4.18.1. Ardena (rio)

Origem obscura. Talvez um híbrido pré-latino e latino-romance (eventualmente moçárabe), por via de um uso toponímico anterior.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁷⁰

Afluente da margem direita do rio Paiva, o qual, por sua vez, desagua no Douro (cf. CMP 1:25 000, folha 145 – Cinfães). Baptista (1874: 68-69) refere-o como “[p]equeno rio que nasce na F. de Alvarenga (concelho de Arouca) e morre a 10^k (segundo o mappa não excede o curso a 3^k) do seu nascimento, no rio Paiva, no sitio da Espiunca”. O rio, no seu curso mais alto, é também denominado *ribeiro do Bustelo* ou *ribeiro de Noninha*,⁸⁷¹ nome certamente alusivo aos lugares de Bustelo e Noninha que se encontram nas suas margens (cf. CMP 1:25 000, folha 146 – Tendais, Cinfães). A GEPB regista *Ardena* também como nome de lugar na freguesia de Nespereira, no concelho de Cinfães – portanto, não longe

⁸⁷⁰ Nas margens deste curso de água, o CIGeoE-SIG regista o lugar de *Ardenas*, topónimo que um documento português de 1504 atesta: “[...] Eu / ho bacharell Ayres ffernandez abade de carua/lhaes e d ardenas do bispado de Vyseu [...]” (Gomes 1992: 307). Não havendo registo deste topónimo noutras fontes, é possível que se trate ou de lapso ou hipercorreção motivada pela analogia com *Ardenas*, nome do conhecido maciço repartido pela Bélgica, Alemanha, Luxemburgo e França.

⁸⁷¹ Informação colhida no artigo que a Wikipédia dedica ao rio Ardena (disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Ardena, consultado em 25/08/2015). Na Carta Militar de Portugal 1:25 000, assinala-se o nome *Bustelo* quer associado a um curso de água, quer a designar uma povoação. A representação cartográfica sugere que *ribeiro do Bustelo* é o nome do curso superior do rio Ardena.

das margens do curso de água em referência -, o mesmo fazendo Costa (1929-1949), que ainda lhe associa uma quinta igualmente na mesma região.

Machado (2003) não o regista. A coincidência com o radical de *Arda* (ver),⁸⁷² um afluente do rio Douro, poderia levar a pensar-se que se trata de um caso de derivação, mas as fontes disponíveis não facultam qualquer informação de interesse etimológico. A sequência *-ena* parece aproximá-lo de topónimos mais a sul, a partir da região de Coimbra, de carácter mais marcadamente moçárabe por via de uma eventual conservação do *-n-* latino intervocálico (cf. *Poutena*, no concelho de Anadia, ou o *rio Lena*, na região de Leiria). Se *-ena* for o mesmo sufixo que corre em casos como os apontados, ou seja, se corresponder à evolução do sufixo latino *-ana* em contexto linguístico arábico ou moçárabe, será até plausível a existência de um nome de lugar (uma *villa* rústica com o nome hipotético **ardana*) cujo sufixo fosse alterado por imala, ou seja, pela passagem de *-a-* tónico a [ɛ] e depois a [e]. Tudo são conjecturas, dada a falta de atestações medievais, mas não é descabido supor que o topónimo inclui uma raiz pré-latina, comum a *Arda*, à qual se associam elementos latinos com interferência arábica ou moçárabica.

4.18.2. Areal (rio do)

Com provável origem em *areal*, do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Vagem, que, por sua vez, desagua no Sul, um afluente do Vouga (ver CMP 1:25 000, folha 156 – Reriz. Castro Daire).

Segundo Machado (2003), «vulgar em Portugal». Nas fontes corográficas e cartográficas consultadas, não se acha registo de *Areal* como nome de lugar da região em apreço, pelo que é plausível que o hidrotopónimo inclua o nome *areal* – um derivado de *areia*, do latim *arēna* (cf. DHL) – como simples identificação por um elemento da paisagem.

⁸⁷² Nas fontes medievais, a forma *Alarda* precede *Aarda* e a atual *Arda*. Com elas relaciona Moreira (1967: 46) o hidrónimo *Ardila* (ver) e *Ardena*, distinguindo em todos estes nomes “[o] elemento *Ard* [que] consta de nomes de rios ao longo de uma série tipicamente mediterrânea [...]». Controversas que são as teses do substrato mediterrâneo e do substrato paleoeuropeu, o que, no entanto, é legítimo concluir é que a raiz comum a estes hidrónimos é bastante arcaica e, portanto, anterior à difusão do latim nas regiões respetivas.

4.18.3. Asnes (rio, ribeira de)⁸⁷³

De configuração latino-romance, não é de excluir origem ou motivação no léxico árabe.

Rio de Asinus 1122 (DMP I: 54), *Riuulj Asinorum* 1127 (idem, p. 94), *Riuulum de Asinis* 1133 (idem, pp. 154-156), *Ribulo de Asinos* 1133 (idem, p. 155),⁸⁷⁴ *Riui Asinorum* 1133 (idem, p. 156), *Riuulum de Asinos* 1148 (idem, p. 490), *Rivuli Asinorum* 1150 (idem, p. 294)

Afluente da margem direita do rio Dão (cf. CMP 1:25 000, folha 188 – Vila Chã de Sá, Viseu). No concelho de Mirandela, incluindo a forma *Asnes*, regista-se também o topónimo *Vale de Asnes* (Cf. CMP 1:25 000 folhas 77 – Cortiços, Macedo de Cavaleiros e 91 – Frechas, Mirandela).

Rio de Asnos é a forma registada por Machado (2003), classificando-o como “top[ónimo] ant[igo], na região de Tondela”, mas sem referência à possibilidade de se tratar de variante do hidrotópónimo em apreço (a mesma fonte inclui as entradas *Asna*, *Asnais*, *Asneira*, *Asneiros*, *Asnela*, *Asno*, contudo, sempre sem menção ao seu uso eventual como enquanto hidrónimo). É Costa (1929-1949) que, apoiando-se em Cardoso (1747-1751) (o qual regista *Asnos*, e não *Asnes*), acolhe *Asnes* em referência a uma “ribeira da Beira Alta”. De qualquer modo, aceitando a relação de *Asnes* com *Rio de Asnos*, conforme Machado (2003) consigna, deveria aceitar-se também a etimologia proposta por este autor (e que é também a de Silveira 1913: 155 e Domingos 1967: 133): “origem e significação evidentes”; ou seja *Asnes* terá origem no plural de *asīnu*- ‘asno, burro, jumento’. A forma *Asnos* parece evidenciar tal etimologia, mediante o acusativo plural *asīnos*, com síncope de *ī* e com configuração morfossintática já plenamente romance, em que a preposição *de* se associa ao caso etimológico, ou seja, ao acusativo. Por seu lado, a forma *Asnes* poderá parecer mais conservadora do ponto de vista morfossintático, visto a terminação *-es* se afigurar como transposição dos sufixos flexionais do ablativo de *asīnī*, *de asīnus*; tal

⁸⁷³ No CIGeoE-SIG, o mesmo curso de água aparece denominado como *rio Asnes*, entre os cursos de água com extensão entre 20 km e 100 km; e *ribeira de Asnes* ou *ribeiro de Asnes*, entre os rios de extensão inferior a 20 km. Baptista (1874: 78) regista este curso de água como *ribeira de Asnes*, observando que “[t]em vários nascentes ao N., N. E. e S. de Viseu que são outros tantos regatos, os quaes juntando-se formam esta ribeira: corre a S. O.; passa 3^k a E. de Sabugosa, e 3^l mais abaixo entra no Dão, com o curso de 8 léguas”

⁸⁷⁴ Em Ribeiro (1810-1836), atesta-se “in ipso cauto de rivulo de Asinos” na referência a um documento de Afonso Henriques da era de 1171, ou seja, 1133.

perspetiva encontra paralelo noutros exemplos da toponímia portuguesa, como sejam os de *Sagres* e *Chaves*, que Vasconcelos (1926: 43) filia em *Sacris* e *Flavis*, respetivamente, abreviações das expressões locativas *in rupibus Sacris* (ou *cautibus Sacris*) e *Aquis Flaviis*.⁸⁷⁵ Esta é a posição de Silveira (1913: 155), que dedicando atenção à alternância de *Dornas* com *Dornes*, menciona outros casos que considera paralelos, neles incluindo o de *Asnos/Asnes*. Não obstante, é também possível considerar que *Asnes* faz parte da toponímia de origem árabe, como sugere Marques (1993: 194), podendo encarar-se como uma pluralização de *asna*, romanceamento ou aportuguesamento de *ḥiṣn* ‘fortaleza’ (cf. ELH I: 571). Esta relação é plausível se atendermos à existência de *Isna*, topónimo e hidrónimo do distrito de Castelo Branco, e à configuração do topónimo *Asnela*, analisável como diminutivo de tal romanceamento, segundo a sequência: *hisn* > *isna*, *asna* > *asnela*. Por outro lado, pressupondo um plural **asnas* tem também cabimento supor o passo desta forma a *Asnes*, dado a transição do índice temático de *-a-* a *-e-* constituir traço atribuível aos dialetos romances moçárabes (cf. Azevedo 2005: 232). Sabendo que o território atravessado pelo rio Asnes estava integrado na Marca Inferior de al-Andalus, não se exclui a possibilidade de *Asnes* encerrar nas suas origens o apelativo árabe, para, posteriormente, a analogia com *asno* determinar a sua reanálise.

4.18.4. Balsemão (rio)

Origem obscura, talvez pré-latina.

Balsamon 1098 (PMH Dipl.: 527), *Balsamum* 1182 (PMH Leges: 428)

Afluente da margem esquerda do rio Varosa (cf. CMP 1:25 000 folhas 137 – Lamego e 147 – Tarouca).⁸⁷⁶

⁸⁷⁵ No volume II de *Religiões da Lusitânia*, publicado em 1905, Leite de Vasconcelos anota (Vasconcelos 1991: 213, n. 2): “A palavra *Sagres* vem mesmo de *sacris* (empregada adjectivamente numa phrase como, por exemplo, *cautibus sacris*.” Na mesma obra (ibidem), Vasconcelos cita Avieno (*Ora Maritima*, vv. 212/213: “Inhorret inde rupibus Cautes Sacra/ Saturni et ipsa.”, passagem em que *rupes* pode ser traduzido por *falésias* e *cautes*, por *rochedos*), de modo a ilustrar o referido uso adjetival de *sacris* (ver também Vasconcelos 1926: 41). Quanto a *Chaves*, Vasconcelos observa: “Do ablativo provém igualmente *Chaves*, em latim *Aquis Faviis* (> *Aquis*) *Flavis*; a primeira parte do nome suprimiu-se por abreviatura, e o FL- deu *ch-*, como em *chama* < *flamma*.”

⁸⁷⁶ O rio assim chamado conforme descrição de Baptista (1874: 67): “Nasce 1^a a S.O. de Lazarim: corre ao N. e logo depois a N. E.; passa em Lamego (a E.) onde tem ponte, na estrada real para Moimenta, e uma légua mais abaixo entra na ribeira Barosa, com o curso de 5^l. João Baptista [Castro (1773: 110)] diz que este rio se chamou d’antes Unguio, e que a sua corrente é notável pelo estrondo que faz, ainda mesmo no verão.” Costa (1929-1949), retomando a observação de Castro (1773), observa que este rio “[m]uda

Como Fernandes (1999) aponta, engana-se Machado (2003), quando, ao registar *Balsemão*, remete esta forma para outra, *Bálsamo*. Na verdade, nas fontes corográficas e cartográficas consultadas, não se encontra registo de *Bálsamo* como hidrotópónimo, a não ser sob a forma *Balsa na Mão*, que Costa (1929-1949) regista como nome mais antigo do rio sem mais explicações, mas que configura um caso de etimologia popular, por reanálise de *Balsemão*.

Moreira (1967: 72/73), seguindo sobretudo Krahe (1964: 54), identifica em *Balsemão* a base hidronímica *bals-* (cognata de *bal-*), que ocorre em vários apelativos nas línguas da Península Ibérica (entre eles, o português *balseiro* ‘terreno húmido, frio, onde não entra o sol’) e relacionável com *Balsa*, nome de uma cidade lusitana; Moreira (ibidem) propõe ainda que o nome integre um sufixo *-amon*, que diz “lembra[r] os t[opónimo]s Πέργamos Ásia Menor e *Bergomum/Bérgamo* Itália [...] e [...] “*Salama*”, *Salamoni* [...]”. Fernandes (1999) não se afasta desta análise, propondo que o hidrotópónimo se segmente em *Bals-am-om*, derivado do nome comum **balsamo*, ‘depressão lagunar atochada de vegetação’, seja formado “[...] com o pré-romano *bals-*, relativo a vegetação (preferentemente aquosa), latinizado com *am(ba)*, relativo a nascente e sua corrente, com a desinência lat. *-on* > *-om*”. Trata-se certamente de uma análise conjectural, que torna plausível a identificação de um elemento pré-latino *bals-*, por encontrar correspondência morfossemântica com algum léxico comum, mas que se confronta com grandes dificuldades para justificar, na sequência *-emão* < *-am-om*, o estatuto de unidade morfológica de *-am-*. Totalmente fora desta linha de hipóteses, encontra-se Serra (1954: 6), que defendia a origem antroponímica de *Balsemão*: “[...] no acusativo *Balsamone* do nome *Balsamon*, *-onis*, derivado porventura de *Balsāmus*, *i* e de origem hebraica”.

Seja como for, convém salientar que, sendo *Balsemão* também um nome de lugar, não se descarta a possibilidade de o hidrotópónimo – associado a um rio que, pelo menos, em tempos mudava frequentemente de nome (cf. Costa 1929-1949) – resultar da associação a um topónimo antes existente, mas atualmente por identificar.

4.18.5. Barreiro (rio do)

frequentemente de nome, como sucede, de resto, a quasi todos os rios, que, em geral, tomam o nome das povoações por onde passam, e assim este chama-se Pretarouca, Arneirós, Magueija, Penuda e Bigorne”.

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações da Antiguidade ou da Idade Média nas fontes consultas.⁸⁷⁷

Subafluente do Castelhães, rio que faz parte da bacia hidrográfica do Dão e, por conseguinte, do Mondego (cf. CMP 1: 25 000, folha 198 – Castelhães, Tondela). O Castelhães é, por sua vez, afluente do rio Cris, e este desagua no rio Dão. Na região percorrida pelo Barreiro, encontra-se a localidade de Barreiro de Besteiros.

Hidrótopónimo que parece ser devido à conversão do nome de uma das localidades próximas das suas margens, o Barreiro de Besteiros. *Barreiro* é topónimo frequente em Portugal, de norte a sul (cf. CIGeoE-SIG), bem como na Galiza, como observa Machado (2003), que o identifica com o nome comum, *barreiro*, ‘lugar donde se tira barro’, ‘terra alagada’ (idem). Como nome comum, *barreiro* é um derivado de *barro*, cuja origem é tida consensualmente como pré-latina (ver DCECH s. v. *barro I*). Trata-se, portanto, de um hidrotopónimo que se desenvolveu por referência a outro topónimo.

4.18.6. Bom (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁷⁸

Rio que desagua no rio Torto, sendo este um afluente do rio Douro. Na CMP 1:25 000 (folha 140 – Touça, Vila Nova de Foz Côa), observa-se que corre na região a noroeste de Penedono. Embora o RTP registe com o mesmo nome uma localidade nas imediações deste rio, não se deteta a sua representação na CMP. Nos distritos de Aveiro e Bragança também se identificam rios que se chamam assim (cf. secções 4.1.10 e 4.4.4).

⁸⁷⁷ Machado (2003 s.v. Barreiro) regista *Barrario*, atestação de 1258 (PMHP Inq.: 529), a qual, no entanto, se refere à localidade de Barreiro, lugar da freguesia de Lamelas e Guimarei, no concelho de Santo Tirso (Carta Militar de Portugal M888 1:25 000, folha 98 – Santo Tirso).

⁸⁷⁸ Cortesão (1912) regista *Rio Bono* como forma que ocorre nos PMH (Inq.: 373), em texto datado de 1258. Machado (2003) também inclui esta atestação, talvez utilizando os dados de Cortesão (1912). De qualquer maneira, trata-se de um topónimo do atual distrito de Viana do Castelo.

Machado (2003) regista *rio Bom* como topónimo “frequente no Norte”, com “origem e significação evidentes”. Pouco mais se consegue apurar sobre este hidrónimo, mas é possível que faça parte de uma série onomástica de origem atributiva ou qualificativa, que define as diferentes qualidades de um rio ao longo do seu curso ou o seu contraste com outros cursos de água do mesmo contexto geográfico. Sobre a etimologia de bom, ver *Bom, rio*, na secção 4.1.10.

4.18.7. Cabril (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁷⁹

Afluente do Douro. Embora outros rios tenham o mesmo nome, as fontes consultadas não registam o curso de água em referência; no entanto, a consulta da CMP 1:25 000 (folha 126 – Peso da Régua) sugere que a respetiva nascente se encontrará na serra de Montemuro. Com o mesmo nome, também se registam topónimos de outros tipos, do Alentejo às regiões a norte do Douro (cf. Cabril nos distritos de Viana do Castelo – secção 4.16.9 – e de Vila Real – 4.17.11).

Segundo Machado (2003), trata-se de um topónimo frequente em Portugal que resulta da conversão do item lexical *cabril*, usado quer como quer como nome, na aceção ‘curral, redil de cabras’, quer como adjetivo, no sentido de ‘relativo a cabra’ ou ‘relativo a terreno montanhoso’(ver também DHLP e secções 4.16.9 e 4.17.11). Não se afigura que a conversão do item lexical se tenha operado imediatamente como hidrotopónimo, pelo que é provável que o rio tome o nome de um lugar ou de uma área situada na serra de Montemuro.

4.18.8. Cabrum (rio)

Do léxico comum latino-romance talvez já das suas fases mais tardias, já portuguesas.

⁸⁷⁹ A atestação de *Cabril* em 1072 (PMH Dipl.: 310), mencionada por Machado (2003), é relativa à atual região de Vale de Cambra; a de Cortesão (1912) é de 1258 e refere-se a um lugar próximo de Lindoso, no vale do Lima, junto à fronteira com a Galiza.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁸⁰

Pequeno afluente do rio Douro. Nasce na freguesia da Gralheira (Cinfães, Viseu), na serra de Montemuro (CMP 1: 25000, folha 136 – Cinfães – e 146 – Tendais, Cinfães. O RTP e o IGeoE-SIG registam o topónimo *Cabrum* noutros pontos do território continental.

Machado (2003) regista este nome, localizando-o em vários pontos do distrito de Viseu. A forma *cabrum* está atestada dicionaristicamente, como item do português contemporâneo, sendo-lhe atribuída a mesma aceção que *caprino* (cf. DHL). As fontes consultadas não permitem saber se a conversão de *cabrum* em hidrotópónimo foi direta ou mediada primeiro pelo seu uso como nome de localidade.

4.18.9. Calvo (rio)

Do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Mau, curso de água que desagua no rio Paiva (CMP 1:25 000 (folhas 147 – Tarouca - e 157 – Castro Daire). Com o mesmo nome, regista-se outro rio, no distrito de Vila Real (cf. secção 4.17.12).

Machado (2003) regista-o como forma toponímica frequente em Portugal e na Galiza. É provável que o rio tome o nome como descrição das características do terreno adjacente (cf. *Calvo, rio*, na secção 4.17.12).

4.18.10. Campo de Besteiros (rio de)

Com origem no topónimo *Campo de Besteiros*, formado com itens do léxico comum latino-romance.

⁸⁸⁰ A forma *Cabruno*, de 1059 (PMH Dipl.: 262), registada por Cortesão (1912) e Machado (2003), não parece corresponder a este, porque nomeia uma vila medieval com localização ao norte do rio Douro.

Balestarios 985 (PMH Dipl.: 91), 1033 (PMH Dipl.: 179),⁸⁸¹ *Balistarijs*⁸⁸² 1114 (DMP I: 53), *Balasterio* 1131 (DMP I: 140), *Balesteiros* 1142 (idem, p. 283), *Balesteiros* 1134 (DMP I: 164), *Balistarios* 1149 (idem, p. 243), *Baesteiros* 1158 (DMP I, p. 340) *Balestaro* 1160 (DMP I: 351)

Afluentes do Dinha, rio que desagua no Dão (cf. CMP 1:25 000, folha 199 – Tondela). Com a forma *Besteiro* ou *Besteiros*, registam-se vários topónimos em Portugal e na Galiza (cf. Machado 200, RTP e CIGeoE-SIG).

Hidrotopónimo composto que deve claramente a sua génese à sua relação com o nome da região de Campo de Besteiros. Vasconcelos (1918: 63) contava *Besteiros* entre os topónimos “já aplicados depois de constituída a lingua portuguesa”, mais precisamente, entre os alusivos a “instituições já desaparecidas”, no caso, um corpo de besteiros organizado no contexto militar medieval.⁸⁸³ O nome comum *besteiro* deriva de *besta* ‘antiga arma portátil para lançamento de virotes e pelouros’ (DLPPE), do latim *ballīsta* ‘besta’ (cf. DHLPE e DCECH s. v. *ballesta*).

4.18.11. Carregal (rio do)

Do léxico comum latino-romance ou já português, por conversão toponímica do nome comum *carregal* ‘lugar onde abundam carregas’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁸⁸⁴

⁸⁸¹ Machado (2003) regista uma forma *Balestarios*, de 1077 (PMH Dipl.: 330) – referente a uma vila medieval na região do rio Sousa

⁸⁸² Em Machado (2003) regista-se, certamente por engano, *Balestarios*.

⁸⁸³ Assinale-se a seguinte observação do DHP (s.v. *besteiros*): “Sabemos que os besteiros desempenharam papel importante nas batalhas da nossa primeira dinastia; há documentos sobre eles pelo menos desde 1379, mas é provável que só com a organização militar de D. João I (c. 1395) fosse fixado o número (*conto*) de besteiros de cada concelho e determinadas exactamente as funções do *anadel-mor* do Reino, a quem competia verificar as listas dos besteiros e vigiar a sua instrução; o regimento que lhe foi dado está incluído nas *Ordenações Afonsinas*.”

⁸⁸⁴ As atestações registadas por Machado (2003) são referentes a outros lugares: *Carrecale* 1080 (PMH Dipl.: 352) – nas proximidades do rio Ave e de Vila do Conde, talvez a localidade denominada *Carrega* la norte de Póvoa de Varzim (freguesia de Terroso, concelho de Póvoa de Varzim); *Carregal* (de Senra) em 1132 (DMP: 144), 1137 (DMP I: 191 e Reuter: 100), 1220 (PMH Inq.: 97) na região de Braga (freguesia de Moreira, concelho de Braga); 1258 (PMH Inq.: 356) – refere-se à localidade do Carregal na freguesia da Castanheira, no concelho de Paredes de Coura (cf. CIGeoE-SIG); PMH (Inq.: 483) refere-se a um lugar hoje da freguesia de Vairão, no concelho de Vila do Conde.

Afluentes do Alfusqueiro, rio que desagua no Águeda (cf. CMP 1: 25 000, folha 176 – Oliveira de Frades). O topónimo *Carregal* repete-se noutros pontos de Portugal e da Galiza, mas não ocorre a sul do rio Tejo (cf. CIGeoE-SIG).

Hidróónimo que parece dever-se à conversão do fitotopónimo *Carregal*, nome de uma localidade (freguesia de Destriz, no concelho de Oliveira de Frades; cf. CIGeoE-SIG) nas imediações do rio assim chamado. *Carregal* é topónimo frequente em Portugal e na Galiza, conforme observa Fernandes (1999), que o relaciona com o nome comum coletivo *carregal* ‘terreno onde abundam carregas’ (cf. Figueiredo 1913). *Carrega* (ou *cárrega*)⁸⁸⁵ é a denominação de uma “planta gramínea de terrenos pantanosos” (idem), que parece pressupor **carīca*, provavelmente forma dialetal hispânica do latim *carex*, *carīcis*, na qual a vibrante passou de simples a múltipla, reproduzindo este o mesmo fenómeno ocorrido numa variante de *pároco*, *párroco* (“forma popular de *pároco*”, segundo Figueiredo 1913; cf. galego *párroco* no DRAG).⁸⁸⁶ Não é, portanto, credível a proposta de Machado (2003), inclinado a ver em *Carregal* e *Carregado* uma raiz pré-romana, *car(r)*, “identificável com a ideia de ‘pedra’”. A frequência de *Carregal* na toponímia galego-portuguesa, combinada com a plausibilidade da sua adequação referencial, por referir lugares onde a planta em causa é espontânea, leva a reforçar e a aceitar a hipótese fitotoponímica. Observe-se, porém, que não é de excluir que por *carregal* se entenda ‘paul’, o que faria da palavra um hidróónimo desde a sua motivação original.

4.18.12. Castelo (rio do/rio)

Do léxico comum latino-romance *castelo*, provavelmente usado também como topónimo ou como simples referência geográfica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes da margem direita do Mondego (cf. CMP 1:25 000, folha 200 – Nelas). A referida carta apresenta também a denominação *rio Castelo*, referente a um curso de água a montante do rio do Castelo. A CMP sugere que este curso de água nasce a sul de

⁸⁸⁵ Vasconcelos (1931: 379) define *cárrega* como “planta (espécie de colmo) palustre”.

⁸⁸⁶ Observa Vasconcelos (1931: 379): “A palavra *cárrega* assenta propriamente em **carica*; cfr. *pulica*, de *pulex*, donde veio *pulga*. A geminação do *r* parece comprável à que se deu em *parroco*, que também existe em hespanhol; cf. ital. *parrocchetto* ‘papagaio’ [...]”

Mangualde e, rumando para sudoeste, passa nas imediações de Senhorim, para desaguar no Mondego perto da Póvoa de Luzianes (cf. CMP 1:25 000, consultada pelo visualizador CIGeoE-SIG).

Nome que parece dever a sua motivação referencial a uma edificação que constituiria um ponto significativo na paisagem. Faltam, no entanto, estudos e pistas que permitam traçar a história deste hidrotópónimo. O nome comum castelo procede do “lat. *castĕllum*, *i* ‘praça forte, reduto, castelo, asilo, refúgio; lugarejo nas montanhas; reservatório de água’, dim. de *castrum*, *i* ‘praça fortificada, fortaleza’ (DHLP; ver também DCECH s. v. *castillo*).

4.18.13. Castelões (rio de)

Do topónimo *Castelões*, provavelmente do adjetivo e nome comum *castelão* ‘castelhano’ ou ‘indivíduo que tem ou guarda um castelo’, do estrato latino-romance.

Castellanis 1258 (PMH Inq.: 823), *Castellaos* 1258 (idem, p. 827)

Afluentes do rio Criz, conforme se pode observar pela CMP 1:25 000 (folha 199 – Tondela). A localidade de Castelões – que Costa (1929-1949) regista também sob o nome Castelões de Besteiros - encontra-se no curso superior deste rio.

Nome que surge claramente com a função de identificar um curso de água pela referência a uma das localidades existentes no território que atravessa. A origem do topónimo está em *castelão* – do latim *castellānus*, *a, um* ‘relativo a castelo ou praça forte’ e ‘castelhano’ (cf. DHLP) –, mas é obscuro o significado que este item tinha inicialmente associado. As fontes consultadas não facultam dados sobre a história da freguesia de Castelões.⁸⁸⁷

4.18.14. Couto (rio do/ ribeiro do)

Do topónimo *Couto*, conversão do nome comum *couto*.

⁸⁸⁷ Paulo Martínez Lema propõe que o topónimo *Castelões*, no concelho de Tondela, a par de outros a norte do Douro, proceda de *castellanos*, gentílico de *Castela*, denominação de uma região correspondente aos concelhos galegos de Avión, Carballeda de Avia, Melón e Ribadavia, bem como a parte dos de Beade, Boborás, Cenlle e Leiro (comunicação pessoal na sequência da prova de defesa deste trabalho).

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Alfusqueiro, o qual, por sua vez, desagua no Águeda (CMP 1:25 000, folha – Oliveira de Frades; 177 – Vouzela). Trata-se de um topónimo muito frequente em Portugal continental. Nas margens do rio em referência encontra-se a localidade de Couto (freguesia de Alcofra, concelho de Vouzela – cf. CMP 1:25 000, folha 187 – Guardão, Tondela).

Provável origem toponímica, uma vez que *Couto*, não tendo motivação no campo lexical das águas, se refere a uma extensão de território. A existência do lugar de Couto nas margens deste rio permite supor que o nome assuma assim função meramente localizadora. Como item do léxico comum, *couto* ‘terra defesa, privilegiada’ (cf. Figueiredo 1913) procede do latim *cautu-*, de *cautum*, *i* ‘cautela, precaução’ (DHLP s. v. *couto*)⁸⁸⁸ ou ‘território delimitado’, neutro de *cautus*, participio passado de *cavĕre* ‘ter cuidado, proteger-se’ (cf. DCECH s. v. *coto I*).⁸⁸⁹

4.18.15. Covo (rio)

Do adjetivo *covo*, ‘côncavo’, do léxico comum latino-romance.

Rio também denominado *Touro*.

Afluente do rio Paiva, o qual desagua no Douro (CMP 1:25 000 folha 157 – Castro Daire). Outro rio Covo também se encontra no distrito de Braga.

Hidrotopónimo de tipo qualificativo, podendo interpretar-se como ‘rio (que corre) no fundo (de um vale)’. Contudo, não é de enjeitar a eventual alusão ao nome de uma povoação existente nas proximidades, Vila Cova à Coelheira (concelho de Vila Nova de Paiva). De qualquer modo, a localização deste curso de água, num terreno com desníveis, com encostas pronunciadas, pelo que a CMP permite avaliar, mostra-se compatível com o significado do adjetivo *covo* – de variante divergente do latim *cavus* ‘cavado, arqueado’ (cf. Piel 1947^b: 178 e DHLP) –, como sinónimo de *fundo* ou *profundo*.

⁸⁸⁸ Ver também Machado (1987) s. v. *cauto*.

⁸⁸⁹ Ver também LHP s.v. *coto* ‘isenção, imunidade’.

4.18.16. Cris, Criz (rio)

Origem obscura.

Crinis 974 (PMH Dipl.: 72) e 985 (idem, p. 92); *Crines* 1123

Afluente da margem direita do Dão (cf. CMP: 25 000, folhas 199 – Tondela, 198 – Castelões – Tondela; 210 – Santa Comba Dão).⁸⁹⁰

Machado (2003) considera que o nome tem origem obscura, embora refira a hipótese de Piel (1937-1945), segundo a qual *Cris* teria uma base antroponímica germânica.⁸⁹¹ Moreira (1967: 128) regista este hidrónimo com uma atestação latina *fluvium de Crinis* (DMP I, 191), relacionando-o com o apelativo *crina* “fenda” (barranco) conservado no ladino *increna*, antigo alto alemão *chrina*, esloveno *krinja*, antigo francês *cren*”. Costa (1708) menciona-o sob a forma *Crins*. Não parecendo que este hidrotópónimo possa esclarecer-se pela toponímia ou pela antroponímia latino-romance, germânica ou árabe, perfila-se como plausível a origem pré-latina, ainda que a filiação linguística exata permaneça obscura.

4.18.17. Dalmeu (rio)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Vouga, cuja nascente parece encontrar-se a norte da localidade de Pindelo dos Milagres (concelho de São Pedro do Sul), conforme representação da CMP 1: 25 000 (folha 166 – S. Pedro do Sul).

Hidrónimo que só o RTP (com o CIGeoE-SIG) identifica, mas que nem Machado (2003) nem Costa (1929-1949), nem qualquer outra fonte impressa utilizada registam. No entanto, a página eletrónica da junta de freguesia de Pinho, no concelho de S. Pedro do

⁸⁹⁰ Faz Baptista (1874: 79) a seguinte descrição: “Nasce na serra do Caramullo, a N. O. de Tondella; e correndo em direcção geral ao S. passa sob uma ponte na estrada real de Santa Comba Dão para Mortágua (Mealhada a Viseu) e 1^l mais abaixo entra no Dão, com 7^l de curso.”

⁸⁹¹ Piel (

Sul, faz referência a uma «ribeira de Dalmeu».⁸⁹² Registe-se, ainda, o topónimo *Almeu*, que Costa (1929-1949) e a GEPB associam a um lugar da freguesia de Macinhata de Seixa, no concelho de Oliveira de Azeméis, o que deixaria supor que *Dalmeu* pudesse ser *aglutinação* do sintagma “de Almeu”. Na verdade, relativamente à região que o rio assim chamado percorre, as fontes consultadas não fazem registo de um topónimo com a forma *Almeu* ou *Dalmeu*, pelo que a etimologia deste hidrotópónimo continua por esclarecer.

4.18.18. Delobra (rio da)

Origem obscura.

Sem atestações medievais nas fontes utilizadas.

Rio que se confunde com o Paivô, na representação da CMP 1:25 000 (folha 147 – Tarouca).⁸⁹³

Machado não o regista. Leal (1873-1890) consigna-o como *rio de Loba*, e a GEPB acolhe-o como hidrotópónimo composto – *rio de Loba*. A escassez de informação sobre este hidrotópónimo nas fontes consultadas impede um comentário mais desenvolvido.

4.18.19. Dinha (rio)

Obscura, pode enquadrar-se no léxico latino-romance, mas não se exclui a sua filiação em substratos pré-latinos.

inter Ribulo Malo et Igna 1101 (DPM III: 22)

Afluente do rio Dão (CMP 1:25 000, folha 210 – Santa Comba Dão; 199 – Tondela; 188 – Vila Chã de Sá, Viseu).

Machado (2003) mostra-se indeciso entre a hipótese de este nome constituir um diminutivo ou de ser o resultado de **Divinia*, Fernandes (1999) rejeita esta hipótese,

⁸⁹² Disponível em <http://www.terralusa.net/?site=83&sec=part7> (consultado em 28/08/2015).

⁸⁹³ Sobre o rio assim chamado, parece existir a ideia de que era também conhecido também como Paivô, conforme se confirma num artigo da Wikipédia que veicula esse parecer, mas sem não citar fontes (disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Paiv%C3%B3, consultado em 2/05/2014).

propondo que o hidrónimo tenha evoluído da expressão *igneia*, referido, por exemplo, a *aqua* ‘água’ – (*aqua*) *ígneia* – “pelo aspecto fervente das águas na época da designação”. Moreira (1967: 77/78 e 1999: 107)) relaciona-o com *Inha* (v.). Quer *Dinha*, quer *Inha* poderiam, pois, enquadrar-se no estrato latino-romance, quiçá na sua fase mais arcaica. No entanto, como se observa no comentário a *Inha* (v.), o elemento *inh-* é relacionável com os casos galegos de *Iñaño* (Cabana de Bergantiños, Corunha), *Iñeiras* (Ribeira, Corunha) e *Iñobre* (Rianxo, Corunha), enquadráveis em estratos pré-latinos. Conclui-se que o hidrotópónimo em apreço, exibindo afinidades com elementos dos estratos pré-latino e latino-romance, aguarda mais dados que lancem luz sobre a sua etimologia.

4.18.20. Farbança (rio)

Talvez de uma variante regional do nome comum *fervença*.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Nasce na serra de São Macário e desagua no rio Torto, um afluente do rio Vouga, conforme se observa pela representação da CMP 1:25 000 (folha 156 – Reriz, Castro Daire).

Pequeno rio não representado na CMP 1:25 000, mas que figura no RTP e aparece, portanto, assinalado pelo CIGeoE-SIG. As fontes utilizadas não o mencionam, mas deve ser tido em conta o facto de o rio em referência correr numa região em se verifica a neutralização do contraste entre /b/ e /v/ e onde igualmente se pode supor o abaixamento e recuo da vogal nasal [ẽ] >[ã] ou [ẽ].⁸⁹⁴ Estas características permitem explicar que *Farbança* seja, afinal, o mesmo que *fervença*, ‘fervura, ardor, vivacidade’ e, por extensão semântica, ‘queda-d’água’ (Figueiredo 1913), nome comum que se converte frequentemente em topónimo (cf. *Fervença*, rio, na secção 4.4.9, *Fervença*, rio da, na secção 4.16.19).

⁸⁹⁴ Observa Freitas et al. (2013: 153): “Nos dialetos setentrionais (sobretudo no Minho), por vezes, algumas vogais nasais são realizadas como vogais baixas, contrariamente ao que se passa nos restantes dialetos do Português europeu. Assim, um [ẽ] do PE [português europeu] padrão realiza-se como [ã] e as vogais [ẽ] e [õ] realizam-se com um grau de abertura, muitas vezes, semelhante ao do [ã].”

4.18.21. Fogarosa (rio)

Origem pouco clara, apesar da configuração latino-romance ou mesmo portuguesa. Talvez resultado de *folgarosa*, variante de *felgarosa*, de *felgar*.

Curso de água que nasce na serra de S. Macário e desagua no rio Sul, conforme representação da CMP 1:25 000 (folhas 156 – Reriz , Castro Daire, e 166 – S. Pedro do Sul).⁸⁹⁵

Machado (2003) não regista este hidrotopónimo. No entanto, o registo de algumas formas como *Folgarosa* (ou *Folgorosa*, em Vale de Cambra; cf. Costa 1929-1949), e *Folgorosa* (no concelho de Torres Vedras), cuja raiz representa a evolução galego-portuguesa do fitónimo *filix* ‘feto’ por intermédio de **filica*, permite supor *Fogarosa* como variante devida à síncope fortuita de [l] em coda ou a erro de registo acidentalmente fixado no uso. Esta hipótese de se tratar de um fitotopónimo parece plausível do ponto de vista semântico-referencial, porque o rio corre em terreno elevado, muito provavelmente inculto também no passado e, portanto, favorável a que abunde ou abundasse vegetação em predominavam os fetos.

4.18.22. Fonte Biqueira (rio da)

Do léxico comum latino-romance ou já português, como composto de *fonte* e *biqueira*, ‘goteira’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Nasce na Serra de S. Macário e parece desaguar no rio Vagem, conforme se observa na CMP 1:25 000 (folha 156 – Reriz, Castro Daire).

É possível que este composto se relacione com *biqueira*, ‘goteira’, que também se documenta na Galiza. É possível que o hidrotopónimo se deva à conversão ou deslocamento de um microtopónimo preexistente, ou seja, um lugar onde se encontra uma fonte biqueira, conhecido exatamente por essa expressão. Nem o RTP nem a CMP registam uma localidade ou lugar com este nome. Como item do léxico comum, *biqueira*

⁸⁹⁵ A pesquisa do CIGeoE-SIG associa o hidrotopónimo *rio Fogarosa* à representação de um curso de água, mas a carta apresenta um curso de água sem nenhuma denominação.

é um derivado de *bica* ou *bico*, formas por sua vez procedentes do “lat. imp. *beccus*, *i* ‘bico, sobretudo o do galo’, de orig. gaulesa” (DHLP; ver também DCECH s. v. *pico*).

4.18.23. Frio (rio)

Do adjetivo *frio*, do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do Vouga (cf. CMP 1:25 000, folha 176 – Oliveira de Frades), atravessa as freguesias de Pinheiro (de Lafões) e Sejães, ambas no concelho de Oliveira de Frades.

Nome com origem provável no uso qualificativo do adjetivo *frio*, do latim *frigĭdus*, *a*, *um* ‘frio’ (DHLP).

4.18.24. Fundo do Lugar (rio do)

Nome descritivo, formado já em português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Vagem, é rio que corre em terreno montanhoso, conforme representa a CMP (1:25 000, folha 156 – Reriz, Castro Daire).

Nome de carácter descritivo, que não parece ser resultado da reanálise de outro. Nas fontes consultadas, não se acha informação que permita esclarecer as circunstâncias que o motivaram. Os nomes comuns *fundo* e *lugar* têm ambos etimologia latina: o primeiro procede de *fundus*, *i* (ou *fundus*, *us*, ou ainda *fundus*, *ĕris*) ‘fundo (solo, rio, mar, vaso, armário)’; o segundo, pela forma medieval *logar*, de *locālis*, *e* ‘de lugar, local’, um derivado de *lŏcus*, *ī* ‘lugar’ (cf. DHLP e DCECH s. v. *lugar*).

4.18.25. Gaia (rio da)

Origem obscura, talvez do zoónimo *gaia*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluenta da margem esquerda do rio Vouga (CMP 1:25 000, folha 176 – Oliveira de Frades). A forma *Gaia* é tida como topónimo frequente no Norte de Portugal (cf. Machado 2003). *Gaia* ocorre, como denominação de um curso de água de menor extensão, no concelho de Moimenta da Beira, no distrito de Viseu, e surge ainda como nome de lugar noutros pontos de Portugal.

Apesar de frequente (Machado 2003), a forma *Gaia* pode não corresponder a ocorrências da mesma entidade toponímica.⁸⁹⁶ Machado (2003), seguindo Vasconcelos (1931: 295), considera que algumas ocorrências são a conversão do zoónimo *gaia*, feminino de *gaio*, nome ornitológico (designa uma ave da família dos corvídeos), se bem que não exclua a hipótese de Piel (1934-1935: 367/368). Este, sem negar que a etimologia de Vasconcelos se justifica em alguns casos, relaciona o topónimo com o hipocorístico germânico *Gadila*, do gótico **gada*, ‘marido, companheiro’.

Fernandes (1999) contesta todas estas hipóteses, propondo uma relação com com uma raiz pré-latina, “[...] um pré-romano *cal(a)* ‘rochedo’, pelo menos na maior parte dos casos”, o qual teria sido transmitido por um processo fonético excecional conforme a sequência **Calia > Galia > Gaia*. Note-se, porém, que Piel aceita a hipótese de Vasconcelos no tocante às ocorrências de *Gaia* no topónimo complexo *Quinta da Gaia*, localizável nos distritos de Lisboa, Castelo Branco e Viseu. Não é, portanto, implausível que o hidrotopónimo tenha origem em nome de lugar por sua vez relacionável com o zoonónimo *gaia*. Fica por explicar a passagem do zoónimo a zootopónimo, mas poderá supor-se um uso antroponímico que não se confirma por agora.

Em suma, um hidrotopónimo de origem obscura, mas não é improvável que a sua génese se tenha verificado no período galego-português ou mesmo mais tardiamente, já na fase claramente portuguesa.

4.18.26. Ludares (rio ou ribeira de)

Provável origem romance, por derivação de *lodo*.

Lodares 907 (PMH Dipl.: 10)⁸⁹⁷

⁸⁹⁶ Refira-se o registo da igreja de S. Martinho de Gaia, referida numa carta de 1161 (DMP I: 354), a qual se situa nas margens do Douro, sem que pareça identificar-se com Vila Nova de Gaia.

⁸⁹⁷ Atestação recolhida por Machado (2003 s. v. Lodeiro), que apresenta fora da região em apreço: *et in ripa sause iuxta lodares* 1059 (PMH Dipl.: 261); *lotares* 1086 (PMH Dipl.: 399), *Lodares* 1258 (PMH Inq.: 564 e DMP I: 92)

Nome associado a dois cursos de água que convergem pouco antes de o rio que resulta da sua união desaguar na margem esquerda do rio Dão (CMP 1:25 000, folha 190 – Mesquitela – Mangualde). O RTP e o CIGeoE-SIG registam também *Ludares* (em Vila Real) e *Lodares* (no distrito do Porto).

Machado (2003) regista a forma *Lodares*, que remete para os artigos dedicados a *Lodeiro* e *Noudar*: no primeiro caso, seguindo Piel (1936: 318), liga a *Lodeiro* a forma *Lodares*, formas que partilharão o mesmo radical, diferindo no sufixo, mas ambos significando ‘lugar de muito lodo, lamaçal’; no segundo caso, Machado aceita que *Noudar* tenha *Nodar* como variante e interroga-se sobre a possibilidade de conexão com *Nodares*, que parece ser variante de *Lodares* num documento de 907 (cf. supra): “[...] et perget infesto pro ad *nodares* ad illa forkada. Et fer in illo mollino de illa lapa ad illa fonte de *lodares*.” Fernandes 1999 contesta a relação de *Noudar* com *Nodar*, porque este, que conta com alguns casos na Galiza e no Norte de Portugal, se relaciona o genitivo de *notarŭ-*, enquanto aquele terá raiz pré-latina. Por outro lado, a leitura do referido documento não esclarece se *Nodares* é variante de *Lodares* e, portanto, nome descritivo do terreno, ou se se verifica a situação contrária, deixando margem para supor alguma relação com o latim *notarŭ-*.

Embora na Galiza não se registem topónimos com a forma *Lodares*, é de assinalar o topónimo *Llodares* nas Astúrias e *Lodares* na província de Soria, que parecem alusivos à noção de ‘lamaçal’.⁸⁹⁸ É, pois, provável que os dois cursos de água portugueses devam os seus nomes à conversão de topónimos com a forma **lodar*, derivado de *lodo* (do latim *lutu-*) com o sufixo abundancial *-r*. Este hidrotopónimo parece assim fazer simples alusão à existência dos lodaçais que o caracterizavam, ou dever-se a um topónimo anterior, ainda que não identificável no RTP nem na CMP.

4.18.27. Mau (rio)

Do léxico comum romance ou já português.

⁸⁹⁸ Informação comunicada pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo, na sequência da prova de defesa deste trabalho. O artigo teve também outras alterações decorrentes de uma observação feita pela mesma especialista.

inter Ribulo Malo et Igna 1101 (DPM III: 22)⁸⁹⁹

Três rios com este nome são identificáveis no distrito de Viseu: o rio Mau, afluente do Paiva (CMP 1:25 000, folha 147 – Tarouca; 157 – Castro Daire); o rio Mau que é afluente do rio Cabrum (folha 136 – Cinfães); e o rio Mau que é afluente do rio Criz, que vai desaguar no rio Dão (CMP 1:25 000, folha 198 – Castelões, Tondela; folha 209 – Mortágua). Em Portugal, encontram-se outros rios com esta denominação nos distritos de Aveiro, Bragança e Porto (cf. secções 4.1.33, 4.4.14 e 4.13.16).

A atestação medieval não sugere outra relação senão com o adjetivo *mau*, do latim *mālus*, *a, um* ‘mau, de má qualidade’ (cf. DHLP).

4.18.28. Mel (rio de)

Do léxico comum latino-romance ou já português, não é de excluir interferência do árabe na sua motivação semântico-referencial.

Sem atestações nas fontes consultadas.

Afluente da margem direita do rio Vouga (CMP 1:25 000, folhas 166 - São Pedro do Sul e 167 – Calde, Viseu).

Ver comentário a *Mel*, no distrito de Coimbra (secção 4.6.9).

4.18.29. Miravaio (rio)

Provavelmente do período romance ou galego-português, talvez contemporâneo da Reconquista.

Afluente do rio Paivô-ou Delobra- (CMP 1:25 000, folha 147 – Tarouca), o qual, por sua vez, desagua no Paiva, a nascente de Castro Daire.

Machado (2003) inclui *Miravai* como nome de uma localidade no concelho da Covilhã que se encontra atestado na documentação medieval pela sequência *Petra Mirabade*

⁸⁹⁹ A atestação ocorre num documento relativo à igreja de S. Pedro de Molelos, no concelho de Tondela, o que permite supor que o rio assim referido é o que se situa na bacia do rio Dão.

(PMH Dipl.: 381). Machado assinala ainda que esta forma seria explicável pela antroponímia germânica, conforme uma proposta de Piel (1937:48), pelo genitivo de **Mira-badus* < *mereis* ‘célebre’ e *badu* ‘combate’.

Fernandes (1999) contesta tal hipótese, argumentando que *Miravai*, topónimo registado nos concelhos de Arouca e Castro Daire, corresponde a locais pedregosos, que poderiam ter sido aproveitados como postos de vigia. Esta perspetiva conjuga-se com a toponímia da Reconquista (ELH: 616/617), da qual fazem parte nomes que evoluíram do latim *miraculu*: *Miralhos* (Ponte de Lima; cf. Costa 1929-1949), *Mirallo* (Oviedo), *Mirillos* (Corunha, Lugo e Ourense).

Perante estes topónimos, levanta-se a dificuldade de explicar o elemento *-vai* do topónimo em questão; a forma *Miravale*, atestada em Portugal (no concelho de Penafiel; cf. CMP 1:25 000, folha 124 – Marco de Canaveses) e aparentemente equivalente a outra na Galiza, no concelho de Taboada, na província de Lugo (cf. *Nomenclátor de Galicia*), esboça uma pista que pede o exame de uma eventual relação entre *-vai* e *-vale*. Por outro lado, observe-se, porém, que Machado (2003) apresenta a forma *Miravai*, e não *Miravaio*, que é a do registo cuja vogal final poderá ter várias explicações, eventualmente relacionadas com a analogia com itens onomásticos ou não onomásticos que não é possível identificar com segurança.

4.18.30. Múceres (rio de)⁹⁰⁰

Provavelmente de origem árabe, mas de uma raiz obscura.

Muzares 1258 (PMH Inq.: 823, 824 e 825), *muceres* 1527 (Serra 1967: 64)⁹⁰¹ Cad. 1527: 181).

Afluentes do rio Cris (CMP 1:25 000, folha 198 – Castelões, Tondela). O mesmo nome tem uma das povoações que se encontram nas margens deste rio (idem).

Machado (2003) não o regista. Serra (1967: 64) inclui-o como topónimo do concelho de Tondela e analisa-o como plural, rejeitando a sugestão de Ferraz de Carvalho (1945: 95),

⁹⁰⁰ O RTP e o CIGeoE-SIG registam a grafia *Muceres*. No entanto, *Múceres*, com acento gráfico na primeira sílaba, é a forma mais generalizada e que parece refletir a pronúncia tradicional do topónimo (cf. Costa 1929-1949, s. v. *Múceres*).

⁹⁰¹ Trata-se de uma abonação retirada do *Cadastro da População do Reino (1527) – Actas das Comarcas dantre Tejo e Odiana e da Beira*), publicadas J. T. de Magalhães Colaço, Lisboa, 1931.

segundo a qual *Múceres* poderia ser um patronímico. Explicitando um pouco o que Cunha Serra deixa subentendido no comentário ao topónimo, observe-se que as ocorrências medievais apresentam -s, e não -z, grafema que seria de esperar em formas patronímicas medievais.

Cunha Serra identifica como base do topónimo o nome árabe *Muzhar*, que refere estar documentado em Caetani e Gabrieli (1915: 90) por *Muzhar 'Ali*, “formado por analogia com os teóforos”, com o significado literal de ‘manifestação de Ali’; para Cunha Serra, o topónimo *Mózar* (Villanázar, Zamora) teria a mesma origem, e, ao topónimo castelhano *Mozares* (Merindad de Castilla la Vieja, Burgos), “talvez deva atribuir-se-lhe a mesma origem (ter-se-ia deslocado o acento)”. Diga-se que que esta hipótese apresenta fragilidades, porque o suposto antropónimo não parece ter tradição no árabe andalusi, pelo menos, atendendo ao inventário de Terés (1990, 1991 e 1992). Mesmo assim, entre investigadores espanhóis, Riesco Chueca (2007: 432) cita Cunha Serra (1967: 64/65), sem o contestar, para comentar o topónimo zamorano *Mózar* e o burgalense *Mozares*; contudo, outros há que têm propostas diversas que podem ter relevância para esta discussão: por exemplo, Ríos Camacho (2009:) relaciona *Mózar* e *Mozares* com o topónimo salmantino *Mozárbez*, o que permite sugerir que a forma medieval *Muzares* entronecaria numa série toponímica com raiz comum com *moçárabe*.

De qualquer modo, tratando-se de um topónimo de base antroponímica ou não, a denominação do rio em apreço deve certamente ligar-se ao povoamento da região de Tondela na Alta Idade Média.

4.18.31. Paiva (rio)

Pré-romano.

Pauia 883, cópia do séc. XI (PMH Dipl.: 7, 20 e 29), 1108 (DMP I: 17), 1127 (idem, 95), 1128 (idem, p. 103); *Pauia* 1024 (PMH Dipl.: 158) e 1062 (idem, p. 270); *Pauila* 1069 (idem, p. 300); *Pauha*, *Pauya* 1273 (PMH Leges: 229)

Afluente do rio Douro (cf. CMP 1:25 000, folhas 148 – Moimenta da Beira; 158 – Vila Nova de Paiva; 157 – Castro Daire; 156 – Reriz, Castro Daire; 146 – Tendais, Cinfães; 155 – Arouca; 145 – Nespereira, Cinfães; 135 – Castelo de Paiva).

Machado (2003) crê “tratar-se de nome pré-romano, passado por um lat. **Pavia*. O índice temático em *-a* associa-o a hidrotopónimos como Lima (v.), Neiva (v.) ou Vouga (v.), que têm sido mencionados na discussão da hidrotoponímia do chamado europeu antigo (cf. Bascuas 2002, 2006, 2014). Além disso, a sequência *-ia* corresponde a sufixos que, segundo Guerra (1998: 713-715), são não só de origem indo-europeia, mas, quando ocorrem em hidrotopónimos, sugerem origem pré-latina. Fica, no entanto, por esclarecer a origem e a interpretação do radical *Pav-*.⁹⁰²

4.18.32. Paivô (ribeira de), Paivó (rio)

Derivado latino-romance de *Paiva*.

Paviola 883 (PMH Dipl.: 7)

Trata-se dos nomes de dois afluentes do rio Paiva (cf. CMP 1:25 000, folha 156 – Reriz, Castro Daire; 155 – Arouca). Um – o Paivó – desagua na margem direita do Paiva a nascente de Castro Daire; nas proximidades da sua foz localizam-se as povoações de Baltar de Baixo e de Cima, as quais parecem identificáveis com o topónimo *Baltar* que é mencionado numa carta apócrifa de 883, na qual se define um limite *ad foce paviola* (PMH Dipl.: 7). O Paivô a jusante de Castro Daire passa pela localidade de Covelo de Paivô e desagua na margem esquerda do Paiva. Este rio parece ser o que é mencionado em carta datada de 1082 como *paviola*, nas imediações do *mons fuste* e do *ribulo molnes*, identificáveis com a localidade de Moldes e a aldeia de Fuste, no concelho de Arouca, no distrito de Aveiro. De referir que Costa (1929-1959) assinala que a serra da Freita (s.v. Freita) “é também conhecida pela denominação de Moldes”. De qualquer modo, importa assinalar o registo da ribeira de Moldes na carta 1:50 000 do IGEO. As duas ocorrências de *Paviola* em PMH (Dipl.: 7 e 365) que Cortesão (1912) regista são, portanto, referentes a realidades diferentes ainda que ambas situadas na bacia do Paiva.

Baptista (1874) regista o *rio Pedonde* ou *ribeira de Moldes*, mas o curso descrito, não coincide com o da ribeira Moldes tal como se encontra representado na CCP 1: 50 000.

⁹⁰² Vasconcelos (1939: 16) inclui o hidrotopónimo *Paiva* entre os usados dialetalmente no género feminino (“a Tâmega”, “a Távora”, “a Paiva”, “a Vouga”).

Vasconcelos (1939: 16) refere-se ao uso de *Paiva* no feminino (“a Paiva”), alinhando assim com uma tendência verificada nos falares populares em referência aos rios. A forma medieval, *Paviola*, sugere a forma *Paivó*, que parece ainda hoje subsistir, pelo menos, como denominação do rio Paivô mais a montante da bacia do Paiva. Como Machado (2003) propõe, trata-se do diminutivo de *Paiva*.

4.18.33. Pavia (rio ou ribeiro)

Provavelmente pré-romano.

Sem atestações nas fontes medievais consultadas

Afluente do rio ou ribeira de *Asnes*, conforme se pode ler em Costa (1929-1959): “[...] principia a chamar-se assim depois de receber as ribeiras de Sás, Soutulho e Pavia [...]” (cf. a CMP 1: 25 000, folhas 188 – Vila Chã de Sá, Viseu, 189 – Mangualde e 178 – Viseu).

Machado 2003 localiza este nome em Mora e Viseu – neste segundo caso, como nome do “rio que cercaria a cova de Viriato em Abraveses” – e atribui-o a *Pavia*, nome da cidade da Lombardia, apoiando-se em Silveira (1921-1922: 198). Fernandes (1999) contesta esta proposta e considera que *Pavia* é afim do hidrotopónimo *Paiva* e, como este, remonta ao estrato pré-romano. Trata-se, portanto, de um hidrotopónimo de origem obscura, ainda que a sua inclusão em estratos pré-latinos seja plausível.

4.18.34. Pequeno (ribeiro)

Do léxico comum, de *pequeno*.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Pela CMP 1:25 000 (folha 187 – Guardão, Tondela), parece tratar-se de um afluente da ribeira das Dornas, a qual desagua no rio Águeda.⁹⁰³ *Pequeno* é nome de outros rios, nos

⁹⁰³ A representação na carta disponível no CIGeoE-SIG sugere que a ribeira das Dornas é mais extensa do que o rio Pequeno, levando a considerar que o rio Pequeno se encontra por engano na classe dos rios com extensão compreendida entre os 20 e os 100 Km, conforme a categorização do visualizador do referido CIGeoE-SIG.

distritos de Braga, Lisboa, Viana do Castelo e Vila Real (cf. secções 4.3.30, 4.11.24, 4.16.40 e 4.17.26).

Rio de tipo qualificativo, do adjetivo *pequeno* (cf. *Pequeno, rio*, na secção 4.3.30). Falta informação sobre este rio, mas cabe supor que o hidrotópónimo decorre da necessidade de distinguir o curso de água assim denominado de outro rio visto como maior ou principal no respetivo contexto geográfico.

4.18.35. Pisão (rio)

De *pisão*, do léxico comum romance ou já português.

Sem atestações nas fontes medievais consultadas.

Afluente do rio Vouga, conforme se observa na CMP 1:25 000 (folha 167 – Calde, Viseu). *Pisões* é forma do plural e hidrotópónimo comentado na secção 4.10.31 (Leiria).

Provável origem no léxico comum – em *pisão*, que designa um mecanismo utilizado na produção têxtil (cf. *Pisões, rio dos*, na secção 4.10.31) –, por via de uma conversão toponímica inicial que as fontes consultadas não localizam nem no passado nem contemporaneamente.

4.18.36. Poldras (rio das)

Do léxico comum, de *poldra*, do estrato latino-romance.

A CMP 1:25 000 (folha 147 – Tarouca) representa um rio que o CIGeoE-SIG identifica como rio das Poldras, muito embora na carta referida não se veja a legenda correspondente. Parece ser um afluente da ribeira de Tarouca.

Não parece haver razão para duvidar que a motivação deste hidrónimo é referencial. É possível que a sua génese se deva à transferência de um microtopónimo, embora *poldras* possa também indicar simples uso descritivo para identificação do rio, não documentando um uso mais estável como topónimo preexistente ao hidrotópónimo em discussão. Por

poldras, *pondras* ou *alpondras*,⁹⁰⁴ palavra usada geralmente no plural (um caso de *pluralia tantum*), entendem-se ‘pedras altas lançadas na água para se poder atravessá-la’ (Pereira 1909^a: 116). Piel (1947: 335), que regista como topónimos *Poldras* e formas derivadas – *Poldreiro* e *Poldreiro e Poldreirinhos* –, considera que o nome comum se é uma extensão metafórica de **pullitru-* ‘poldro’, “[...] imagem sugerida pelo saltitar de pedra em pedra, a que tal ponte improvisada obriga”.

4.18.37. Pombeiro (rio)

Do léxico romance ou português, é provável que se trate de um topónimo que se converteu em hidrotopónimo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluentes do rio Paiva, também conhecido como *Vidoeiro*, nasce na serra (cf. CMP 25 000 folha 147 – Tarouca).

É plausível que este hidrónimo se relacione com as minas da Pombeira e com a exploração de volfrâmio. Faltam elementos que esclareçam este topónimo, aparentemente derivado do zoónimo *pombo*, do latim *palumbus*, *i* ‘pombo bravo’ (DHLP).

4.18.38. Santo (rio do)

Talvez de origem hagiotoponímica.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio do Santo é como se chama um afluente da margem esquerda da ribeira de Tarouca, conforme a representação da CMP 1:25 000 (folha 147 – Tarouca). Parece que o curso de

⁹⁰⁴ Note-se, porém, que as formas com *al-* parecem indiciar alguma interferência árabe ou moçárabe, à semelhança do que parece acontecer com *alporca* ‘escrófula’ (de *al* + latim *porca*, *ae*, no sentido de ‘rego, sulco’ – cf. DHLP), vocábulo em que, segundo Corriente (2003 s.v.), “el paso por el romand[alusi] es detectable no sólo en el artículo ár[abe], sino también en el calco semântico del árabe ***xinzīrah* [‘porca’] (que, a su vez, lo es del gr[ieco], calcado también por el l[a]t[ín].” Os dois asteriscos **** indicam que a forma árabe está atestada mas, segundo o autor, não é pertinente. Ver também Corriente 2008 s. v.

água chamado *rio do Santo* e o que se denomina *ribeira de Tarouca* já foram conhecidos como um único rio, denominado *Barosela*.

Fernandes (1995: 449) regista a localidade de *Santo* na freguesia de Várzea da Serra, que o CIGeoE-SIG não identifica, mas que pode bem ter emprestado o nome ao rio assim denominado. O referido autor considera que o topónimo está “[t]alvez por S. Sebastião – o “santo” por excelência desta região [...]”. Refira-se que o adjetivo *santo* procede do latim *sanctus*, *a, um* ‘que tem carácter sagrado’ (cf. DHLP).

4.18.39. Sul (rio)

Provável origem pré-latina

Sur 1078 (atestado nos *DMP*)⁹⁰⁵; *Sancti Petri de Sur* 1128 (*DMP.*, I, p.119) e 1169 (id.ibid., p. 392)

Afluente da margem direita do rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folhas 156 – Reriz, Castro Daire e 166 – São Pedro do Sul).⁹⁰⁶

Machado 2003 entra em conjeturas sobre se *Sul* se relaciona com o homónimo que designa um dos pontos cardeais, *sul*. Fernandes (1999s.v. *Sul*) contesta essa relação, atribuindo *Sul* a “uma raiz pré-romana, *sar*, *sor*, *sur*, significativa de água”. Moreira (1967: 115/116) integra-o numa série europeia de rios, distribuídos da bacia do Volga à Península Ibérica; apoiado em Pokorny (1959), liga esta série a substantivos designativos de ‘(água) salgada’: “antigo nórdico *surr*, lituano *suras*, letónio *surs*, antigo búlgaro *syru*, antigo islandês *saurr*, etc.”⁹⁰⁷ Tendo em conta que *Sur* é forma atestada que precede a atual *Sul*, é de sublinhar que não é incomum uma permuta entre consoantes líquidas.

Sem mencionar a forma atual *Sul*, Bascuas (2002: 40) menciona a ocorrência do nome *Sur* em Portugal, designativo de um rio na zona de Lafões, forma que, em galego,

⁹⁰⁵ Atestação citada em Moreira (1967: 115/116).

⁹⁰⁶ Baptista (1874: 72) descreve assim o curso deste rio: “Sul. — Tem vários nascentes a E. , N., N. O. e O. da V.^a do Sul: e correndo directamente ao S., vae entrar no Vouga, em S. Pedro do Sul, com duas léguas de curso. [...]”

⁹⁰⁷ Na verdade, o que se lê em Pokorny (1959) é que *surr* e *saurr* são formas do antigo islandês, com apofonia (ablaut) a segunda.

também é usada como vocábulo comum: *sur*, ‘humidade da terra’.⁹⁰⁸ Observando ainda que as formas *Sur* alternam com outras como *Sar* (afluente do rio Ulla, Santiago) e *Saurium*, que deu *Sor* (costa de Lugo), Bascuas aponta para uma alternância bastante antiga, à qual é comum a raiz **ser-*, ‘fluir’: “Esta alternancia *u/au* a la que puede añadirse */a/* no tiene nada de sorprendente en el léxico prerromano del NO. Peninsular; responde más bien a una tendencia tan común en los derivados de raíces en *-H^w* que puede calificarse de rasgo característico de la lengua (o lenguas) prerromanas de este ámbito. [...] En todas estas formas, *a/au/u* están muy en consonancia con los resultados normales de *-H^w*. Del mismo tema deriva muy probablemente el gall. E port. *surro* o *surrio*, *zurro* o *zurrio*, *xurro*, ‘agua estancada que se cubre de algas formando manchas verdosas’, ‘residuo que deja la manteca cuando se derrite’, ‘purín líquido del estiércol’. En resumen alternan *Sar/Saure/Sur*, sin dudas razonables acerca de su unidad etimológica; las raíz es **ser-* ‘fluir’, pero **serH^w* en reconstrucción laringalista.”

Parece, portanto, possível associar *Sul* a uma origem indo-europeia pré-latina. A falta de fontes da Antiguidade deixa, porém, suspensos outros juízos sobre uma eventual filiação céltica. Mas tendo em conta que o rio assim chamado corre em território da antiga Lusitânia e que, não longe, se encontra Lamas de Moledo, donde provém uma das inscrições na chamada língua lusitana, é de supor que o hidrónimo é não céltico, pertencendo a um estrato indo-europeu mais antigo.

4.18.40. Tedo (rio/ribeira)

Origem obscura. Talvez pré-romano.

*in foz de tanedo*¹¹⁹⁴ (PMH Leg.: 489)

⁹⁰⁸ Trata-se obviamente do hidrotópónimo *Sul*, faltando apontar essa relação, porque Bascuas se apoia apenas no verbete dedicado por Machado 2003 ao hidrónimo *Sor* (distrito de Portalegre). No artigo dedicado a *Sor* em Machado 2003, lê-se: “Creio que se trata de um divergente de *Soure*, ligado ao latim *Saurium*, tomado de idioma pré-romano, do qual se formou o nome do rio *Sor* na Galiza (separa as províncias Lugo e Corunha).” Machado remete ainda a forma *Sur* para o nome Sória (Espanha). É curioso verificar que Machado (2003) fala de haver notícia de um rio *Sur* na região de Lafões em 1078, mas sem o associar à forma atual *Sul*.

Afluentes do rio Douro (CMP 1:25 000, folhas 127 – Tabuaço, 138 – Armamar, 148 – Moimenta da Beira). Baptista (1874: 65) localiza a sua nascente “ao N. de Caria, em um dos Log.^{es} de Arcozello, na F. de Arcozellos”.

Machado (2003) supõe-no um antropónimo, relacionando-o com a forma hipotética **Tedo*, que teria como genitivo *Tedonis*, um antropónimo de origem germânica, de acordo com Piel (1947: 329). Contudo, Moreira (1967: 74) assinala que “[e]ste afluente do Douro era na Idade Média *Tanedo*”; o mesmo apontando a GEPB: “tal designação deve ser nele muito mais antiga, e é de citar a forma de *Tanedo*”. Moreira (ibidem), propondo o enquadramento da sua análise por séries de topónimos dispersos pela Europa e pelo Mediterrâneo, decompõe *Tanedo* em dois elementos, *tan-* e *-edo*. O primeiro elemento relacionar-se-á com os hidrotopónimos *Tanha* (v.), relativo a um afluente do rio Corgo, e *Tinhela*, nome de um afluente do Tua (ambos os rios correm no distrito de Vila Real); o segundo elemento, *-edo*, que aparecerá em “formações pré-latinas” (Moreira 1967: 75).

O hidrotopónimo em apreço pode também ter enquadramento nas propostas de Bascuas (2006: 92), para quem *Tanha* (nome mencionado por Moreira) procede dum paleoeuropeo **Tania* ou do céltico **tannyo-* (variante do céltico **tanno-* ‘carvalho, azinheira’, cuja casca se empregava para curtir peles), de onde *Tanoira* e *Tanoiro*, na Galiza. Estes e outros casos – o rio Tanea e a localidade de Tanos, na Cantábria, assim como *Tanes*, nas Astúrias e os topónimos galegos *Tambo* e *Tenlo* – inscrever-se-ão, segundo Bascuas num conjunto que tem por base etimológica a raiz hidronímica indoeuropeia **tā-* ‘derreter, fluir’.

Perante a impossibilidade de filiar o hidrotopónimo em causa em unidades morfológicas latino-romances, germânicas ou árabes, poderá considerar-se que possivelmente nele intervêm elementos pré-latinos, embora ainda por identificar cabalmente. A conclusão mais razoável será a de não furtar este caso a fazer parte da lista dos que têm origem obscura.⁹⁰⁹

4.18.41. Teixeira (rio)

Muito provavelmente do fitotopónimo *Teixeira*, do léxico comum latino-romance ou já português; antes do seu uso como hidrotopónimo.

⁹⁰⁹ Artigo submetido a algumas alterações decorrentes de observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio que nasce na serra de Montemuro e é fluente do rio Paiva (CMP 1:25 000, folhas 146 – Tendais, Cinfães e 156 – Reriz, Castro Daire). Nas proximidades da nascente deste rio, o visualizador do CIGeoE-SIG localiza a região de Fraga Teixeira.

Sem dúvida baseado num fitotopónimo, à semelhança de outros hidrotopónimos com a mesma forma. É possível que o rio deva o nome à referência de uma mata de teixos como elemento identificativo (sobre o étimo de *teixo*, ver *Teixeira, rio da*, na secção 4.3.34). Contudo, tendo em conta o topónimo Fraga Teixeira, fica por esclarecer – as fontes consultadas não permitem – se este motivou o hidrotopónimo ou se a situação ocorrida foi inversa.

4.18.42. Touro (rio)

Português, mas provável deformação de nome mais antigo.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Rio também conhecido como *Covo*, pelo menos, a jusante da localidade de Touro, conforme se verifica na representação da CMP 1:25 000 (folha 158 – Vila Nova de Paiva). Ver também Baptista (1874: 68).

Machado (2003) regista vários lugares assim chamados, deixando sob interrogação a possibilidade de todos se relacionarem com o nome comum *touro*. Fernandes (1999) contesta esta relação, considerando que o nome tem origem pré-romana, **tor*, que atribui ao céltico e que se aplicaria a altura ou monte existente no local ou que este domine. O hidrotopónimo dever-se-ia, portanto, ao nome da localidade.

Bascuas (2006: 231/232), enquadrando *Touro* entre os topónimos derivados da raiz indo-europeia **teu-* ‘inchar’ (cf. Pokorny 1959-1989), relaciona-o com o tema oronímico **Tauro-*, “muy difundido desde el Asia Menor hasta el Atlántico” e “presente en un buen grupo de topónimos gallegos y portugueses”, a saber, *Touriñán*, *Touriño*, *Touriño de Arriba*, *Tourío*, *Tourón*, *Tourós*, *Touro* e *Touros*. O mesmo autor adverte, porém, da possibilidade de em vários casos ter havido uma reinterpretação motivada pelo latim *taurus*.

Não sendo segura uma origem toponímica, é difícil, portanto, elaborar uma proposta etimológica clara quanto à motivação deste caso de *Touro*. Por outras palavras, a freguesia de *Touro* pode ter motivado a atribuição do nome ao rio em apreço, mas a situação reversa não é de descartar.⁹¹⁰

4.18.43. Troço (rio ou ribeiro)

Origem obscura, mas com provável relação com o léxico comum *troço* ‘pedaço, trecho’.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente da margem esquerda do rio Vouga (CMP 1:25 000, folhas 166 – S. Pedro do Sul, 177 – Vouzela e 178 – Viseu; ver também Carta).

Hidrónymo sem referência nas fontes consultadas. Aparentemente parece resultar da conversão do nome comum *troço* ‘pedaço’ ou ‘trecho’ – de origem controversa (cf. DCECH s. v. trozo e DHLP) –, cujo significado lhe permite ser usado como apelativo ou descritivo, em alusão a um rio talvez perspectivado como trecho fluvial no conjunto de uma rede hidrográfica. No entanto, o léxico comum oferece outras hipóteses, e não se exclui, por exemplo, que *troço* esteja em vez do adjetivo *torso*, ‘torcido, torto’ (cf. *Dicionário Houaiss*).⁹¹¹ A falta de atestações mais antigas deste nome deixa na obscuridade a relação com qualquer destes itens lexicais e impede a definição de uma etimologia.

⁹¹⁰ Artigo submetido a algumas alterações decorrentes de observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.

⁹¹¹ A atestação da forma *Trouço*, em lugar de *Troço*, em páginas da Internet pode não corresponder a um erro ortográfico. Com efeito, os dicionários gerais registam *trouçar* como regionalismo que significa ‘trasfegar’ (cf. *Dicionário da Língua Portuguesa da Portuguesa Editora*, disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/trou%C3%A7ar>, consultado em 2/09/2015) e *trouça* ‘trasfega’ (cf. idem; ver também Bivar 1952 s. v. *trouça*). No entanto, Figueiredo (1913 s. v. *trouçar*) atribui a este verbo as aceções de ‘passar adiante; ter a primazia’ e ‘ser mais atendido’; o mesmo faz Bivar (1952) que remete a forma *trouçar* para *trouciar*. O galego conta com vários itens cuja configuração sugere parentesco direto com as formas portuguesas, embora alarguem o leque de significações e, portanto, tornem ainda mais difícil identificar qual a mais relevante para a etimologia de *Troço/Trouço* como nome próprio; assim, temos, segundo DRAG: *trousar*, ‘vomitar’, ‘trasfegar’, ‘transferir (p. ex. abelhas)’; verbo que parece corresponder ao português *trouçar*; a mesma fonte acolhe *trouso* (“morea de neve que amontoou o vento” e “parte curva do temón do arado onde vai a teiroa”) e *touzo*, como variante de *trouzo* (“parte inferior do eixe do rodicio do muiño onde encaixa o veio”), e também usado com o significado de “fuso grande cunha roda pequena na parte inferior, que serve para torcer o fio”. O DEE dá *trouço* como variante de *trouso*, embora este tenha um campo de significação mais vasto que aquele, que abrange as aceções definidas pelo DRAG e incluem ainda um “sentido figurado”: “estrondo grande, ruído aparatoso como o do trovão”. Refira-se ainda que o DEE filia *trouso* e a sua variante *trouço* no latim *torsu-*, relação que não foi possível confirmar noutra fonte.

4.18.44. Vagem (rio)

Origem obscura, embora não pareça anterior ao período latino-romance. Talvez de *vaagem*, palavra romance ou portuguesa caída em desuso.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.⁹¹²

Desagua no rio Sul, sendo este, por sua vez, um afluente do rio Vouga (CMP, folha 166 – São Pedro do Sul). O RTP regista um lugar com o mesmo nome, que a CMP 1:25 000 não parece assinalar, pelo menos, no visualizador do CIGeoE_SIG. O topónimo é ainda localizável no concelho de Lousada, no distrito do Porto, e faz parte do topónimo composto *esteiro da Vagem*, no concelho de Ovar (distrito de Aveiro). Outros topónimos que incluem a forma *Vagem*: *Vagem Fresca* (Samora Correia, Santarém); *Vagem Grande* (Coimbra); *Barranco da Vagem* (Cuba, Beja).

Machado (2003) regista *Vagem* como topónimo, interrogando-se sobre a sua relação com o nome comum *vagem*, ‘invólucro de sementes ou grãos das plantas leguminosas’ (Figueiredo 1913). No entanto, Fernandes (1999), considerando que um topónimo tenha origem propõe que topónimos como *Bage* (freguesia de Atães, concelho de Guimarães), *Bages* (freguesia de Meinedo, concelho de Lousada), *Baginha* (concelho de Penafiel), *Vage* (freguesia de Sobradelo, concelho de Póvoa de Lanhoso; também no concelho de Coruche) e *Vagens* (concelho de Lousada) estejam todos relacionados com a “designação topográfica” não atestada **vadagine*, “no sentido de movimento que parece inerente, embora em aparência, a uma linha de alturas ou perfil de elevação” (Fernandes 1999: 569; cf. idem, p. 66); trata-se de uma hipótese que se apoia na interpretação das seguintes atestações medievais: “vadit[de] ipsa vaagem” (PMHP Inq.: 1148) e “vadit per vaagem usque ad finem montis” (idem, ibidem); “vadit se eundo per vaagem sursum” (idem, p. 528). O facto de o RTP e a pesquisa do CIGeoE-SIG registarem um lugar com o nome *Vagem* nas imediações do rio assim chamado abre a possibilidade de este ter sido transposto também como hidrotopónimo. A altitude a que se encontra o dito lugar – acima dos 400 metros –poderá ir ao encontro da motivação que estaria no uso de **vadagine*, como propõe Fernandes (1999).

⁹¹² O topónimo *Vaagem* 1220 (PMH Inquis.: 12), 1258 (idem: 527 e 699) refere-se a uma localidade na região de Guimarães.

Faltam, no entanto, elementos que permitam esclarecer o uso diferenciado da forma *vaagem*, por oposição a *vagem*, e garantir a certeza desta etimologia no caso do hidrotopónimo *Vagem*.

4.18.45. Varosa (rio ou ribeira de)

Pode ter sido formado no período romance, mas não é de excluir o período da latinização ou mesmo um estrato pré-latino.

Barrosa 1059 (PMH Dipl.: 420), *Barosa* 1140 (DMP I: 219), *Barosa* 1152 (idem: 292), *in flumine Barosa* 1153 (idem: 296), *per venam de Barosa* 1155 (idem: 315), *in Barosam* 1161 (idem: 354), *per Barosam* 1182 (idem: 462), *per barosam* (PMH Leges: 428).

Afluente da margem esquerda do rio Douro (cf. CMP 1:25 000, folhas 126 – Peso da Régua, 137 – Lamego, 138 – Armamar, 148 – Moimenta da Beira, 147 – Tarouca). Machado (2003) localiza *Barosa* como topónimo em Lamego e Tarouca, bem como Leiria e Loures; no entanto, o RTP e a CMP 1:25 000 permitem identificar apenas *Barosa* como topónimo do concelho de Leiria, registando como *Varosa* sempre como nome de rio (nos concelhos de Lamego, Tarouca e Castro Daire) ou ribeira (neste último caso, no concelho de São Pedro do Sul).

Machado 2003 considera que *Barosa* “talvez esteja por *varosa*, de *vara*”, seguindo Vasconcelos (1932: 3-6). Fernandes (1999) contesta esta proposta, argumentando com a configuração das atestações medievais, que não têm de ser relacionadas com um derivado de *vara*; com efeito, tais atestações apresentam sistematicamente o grafema correspondente à oclusiva bilabial [b], levando assim a excluir a relação com itens começados pelas fricativas (labiodental ou eventualmente bilabial), geralmente representadas pelos grafemas <v> ou <u>.

Para Fernandes (1999), a forma *Barrosa*, atestada em documento de 1059, aponta para uma relação com *Barroso*, no qual o referido autor identifica um radical pré-romano *barr-*, que interpreta como referente a um acidente geológico. Fernandes documenta mesmo *barrosa* como nome comum em documentos medievais, na aceção de “depressão

lagunar, naturalmente já transformada (atochada por vegetação e erosão, sobretudo)”, propondo que o passo de *-rr->-r-* seja vulgar (ver também Fernandes 1985: 61).⁹¹³

É ainda de referir os muitos topónimos galegos relacionáveis com *Varosa*, conforme aponta Bascuas (2014: 88): “A *Barosa* (l. de Bandoxa, Oza dos Ríos, Cor.), *Barosa* (l. de Vilavella, As Pontes de García Rodríguez, Cor., e l. de Briallos, Portas, Pont.), *Barosas* (l. das Pontes de García Rodríguez, Cor.), *Baroso* (l. de Ames, Cor.) e *Barosela* (l. de Saiáns, Moraña, Pont.) son derivados romances de *Bara*”. Esta última forma deriva, por sua vez, da raiz hidronímica indo-europea **bher-* ‘brotar, fluir, brilhar’, presente também em topónimos galegos como *Bar*, *Barantes*, *Barbanza*, *Barbazán*, *Barronca*, etc (cf. idem). É, portanto, possível que *Barosa* seja na sua origem mais remota um hidrónimo que funcionou como apelativo para designar este e outros rios.

4.18.46. Varoso (rio)

Origem obscura, apesar de relação provável com *Varosa*, também de origem obscura.

riuulo baroso 1087 (PMH Dipl.: 402 e 430) *Barosum fluvium* 1137 (DMP I: 199) e *usque ad fluvium Barosum* 1161 (idem, p. 357).

Afluente da margem direita do rio Vouga (CMP 1:25 000, folha 165 – Arões, Vale de Cambra). Com a mesma fora, Machado (2008) assinala dois topónimos, um no concelho de Ponte de Sor e outro no de Valença.⁹¹⁴

Machado (2003), que grafa *Baroso*, relaciona-o com o hidrotopónimo *Varosa*, nome cuja origem atribui em tom muito hipotético a *varosa*, derivado de *vara*. Note-se que, a propósito de *Varosa*, que, além do rio assim chamado que desagua na margem esquerda do Douro, se regista a *ribeira de Varosa*, denominação de um curso de água que desagua no Varoso.

4.18.47. Várzeas (rio das)

⁹¹³ Parágrafo baseado em comunicação da Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho

⁹¹⁴ O CIgeoE-SIG apenas assinala *Baroso*, na freguesia de Ganfei, no concelho de Valença, não facultando a pesquisa resultados para *Baroso* ou *Varoso* no concelho de Ponte de Sor.

Do léxico comum português, de *várzea*, talvez convertido previamente em topónimo.

Sem atestações medievais que correspondam ao curso de água em referência.

Afluentes do rio Touro ou Covo (CMP 1:25 000, folha 157 – Castro Daire). Com a forma *Várzea*, registam-se várias localidades em Portugal (ver, por exemplo, Baptista 1874: 27, sobre *rio Várzeas*, afluente da margem esquerda do rio Minho).

Nome que corresponde à identificação de um curso de água pela sua relação com um espaço agrário que se destaca na paisagem. As fontes cartográficas consultadas não assinalam lugar com este nome na região em apreço, mas é provável que esta seja uma das muitas ocorrências de *Várzea* e *Várzeas* como geónimo de norte a sul de Portugal, incluindo as ilhas (sobre a etimologia de *várzea*, ver *Várzea, rio da*, na secção 4.3.38).

4.18.48. Videira (rio)

Fitónimo romance ou já português, talvez convertido primeiro em fitotopónimo.

Sem atestações medievais que correspondam ao hidrónimo descrito.

Afluente do rio do Castelo, que desagua na margem direita do Mondego (CMP 1: 25 000, folhas 189 – Mangualde e 200 – Nelas).

Machado (2003) relaciona o topónimo *Videira* ao item *videira*, do léxico comum. Nunes (1918-1919) menciona *Videira* como topónimo, sem o localizar geograficamente, filiando-o no nome comum *videira*, um derivado de *vide*, do latim *vītis*, *is* ‘vinha’ (DHLP). Não se detetam nas fontes corográficas e cartográficas consultadas um topónimo nas margens do rio em referência, pelo que, à falta de outra explicação que possa esclarecer melhor a génese desta denominação, afigura-se aceitável relacioná-lo com *videira*. Note-se, em todo o caso, a importância do cultivo desta planta na região atravessada por este rio.

4.18.49. Vidoeiro (rio)

Do léxico comum romance ou português, por via de um uso toponímico.

Sem atestações medievais.

Afluente do rio Paiva, também é conhecido por *Pombeiro* (cf. CMP 1:25 000, folha 156 – Reriz, Castro Daire).

Nome que pode resultar quer da associação a um lugar quer da necessidade de o identificar por meio de um aspeto da paisagem. Neste caso, o topónimo tem origem no fitónimo *vidoeiro*, cujo radical tem o seu étimo no radical do latim *betŭla*.⁹¹⁵ Já Silveira (1935: 52) tinha sublinhado que “[o] nome da árvore foi produtivo na nossa toponímia do Norte”. Trata-se, portanto, da conversão provável de um fitónimo convertido fitotopónimo e, depois, em hidrotopónimo. No entanto, não foi possível detetar nas fontes corográficas cartográficas utilizadas a existência de um fitotopónimo para o qual o hidrotopónimo em apreço pudesse remeter.

4.18.50. Vilar (rio de)

De *vilar*, do léxico comum latino-romance ou já português.

Sem atestações medievais nas fontes consultadas.

Afluente do rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folha 166 – S. Pedro do Sul).

Dado que, nas margens deste rio, se situa o lugar de Vilar, na freguesia de Bordonhos, no concelho de S. Pedro do Sul, o hidrotopónimo tem origem, com toda a probabilidade, na referência a este topónimo. Este acha origem no item *vilar* – do baixo latim *vīllaris* ‘povoação’ (cf. DCECH s. v. *villa*) –, que, no conjunto do léxico comum, faz parte da nomenclatura respeitante ao povoamento e à exploração agrícola.

4.18.51. Vouga (rio)

De origem pré-latina.

Uauga (883 e 964), *Uoaga* (897 e 981), *Vauca* (994 e 1019), *Uaugam* (1063, em cópia do séc. XII), *Vouga* (1106, 1169), *Vauga* (séculos XII e XIII), *Voukam* (1133).⁹¹⁶

⁹¹⁵ Sobre a etimologia de *vido* e *vidoeiro*, ver Vasconcelos (1916: 271).

⁹¹⁶ Este hidrotopónimo tem formas da Antiguidade também atestadas. Conforme aponta Guerra (1998: 652) “para uma opção a respeito do primitivo topónimo [...], configura-se como mais correta a forma onomástica [Οὐακούα] de Estrabão, tradicionalmente preferida”.

Nasce na serra da Lapa, segundo Baptista (1874: 70), mais precisamente “ao N. da ermida de Nossa Senhora da Lapa, F. de Quintella da Lapa, onde já tem múltiplos moinhos e grandes enchentes”, e desagua na ria de Aveiro (cf. CMP 1:25 000, folhas 158 – Vila Nova de Paiva, 168 – Queiriga, Vila Nova de Piava, 167 – Cale, Viseu, 166 – S. Pedro do Sul, 177 – Vouzela, 176 – Oliveira de Frades, 165 – Arões, Vale de Cambra, 175 – Alberfaria-a-Velha, 186 – Águeda, 185 – Aveiro, 174 – Murtosa).⁹¹⁷

Machado (2003) liga *Vouga* ao “lat. *Vacŭa*, em grego *Ouákoua*, este em Ptolomeo, II, 5, 3”, dizendo que “deve tratar-se de forma pré-romana”. De facto, não parece haver dúvida disso, até porque, como aponta Guerra (1998: 653), “[...] admite-se que o radical se relacione com alguns teónimos peninsulares como *Vacocaburio*, *Vacodonaego*, ou ainda com o NE [etnónimo] *Vaccei* e com os NNP *Vacacia*, *Vacani* gen., *Vacceus*, *Vaccula*, *Vacisi* gen., *Vacoria* e *Vacouia*.” Guerra (1998: 653) analisa, portanto, *Vacŭa* em dois elementos, um radical *Vac-* e um sufixo *-ua*, sendo este identificável noutros topónimos como *Meua* e *Budua*. A mesma análise propõe Moreira (1967: 111), que distingue uma base *Vac-* ou *Bac-*, comum a uma série de hidrónimos europeus e de substantivos comuns em várias línguas indo-europeias (cf. etimologia de *bacia* em português no *Dicionário Houaiss*). A relação com a onomástica pré-romana e indo-europeia confirma, pois, a origem pré-latina do hidrónimo, ao mesmo tempo que apoia a sua filiação indo-europeia.

F. Villar (Villar e Prósper 2005: 74/75) confirma Guerra (1968: 652) ao considerar que, originariamente, a velar era surda, apesar da atestação de *Vagia* em Plínio. Propõe, além disso, que a forma original do sufixo fosse *-ua*,⁹¹⁸ a qual considera “una de las três variantes gráfico-fonéticas posibles de *uba* (*uba/uva/ua*)” (Villar e Prósper 2005: 74). Esta, por sua vez, inclui-se, para Villar, no conjunto das variantes da palavra indo-europeia que significa ‘rio’ — *apa/upa/aba/uba* (ibidem) — entre as quais, a forma *-uba* pertenceria, segundo o mesmo autor, ao indo-europeu meridional e ibero-pirenaico,

⁹¹⁷ Baptista (1874: 70) descrevia assim o seu percurso final: “[...] vae entrar na grande ria de Aveiro, desembocando no Oceano por duas barras; a barra nova 1 ½' a O. de Aveiro, e a barra da Vagueira 2' ao S. d'aquella e 1 ½' a O. de Vagos.”

⁹¹⁸ A variação do sufixo nas formas transmitidas (Estrabão: *O`υακούα*; Ptolomeu: *O`υάκον*; Plínio: *Vagia*) documenta tentativas de adaptação do nome à morfologia das línguas, nomeadamente no caso de *O`υάκον*, com marca de masculino como é habitual em nomes de rios gregos e no de *Vagia*, “que quizá Plinio ha deformado em *-ia* para hacerla familiar a los usos gramaticales latinos” (idem, p. 74). Resta, portanto, *-ua*, que será a forma inicial do sufixo.

língua defendida como hipótese em Villar (2000). Neste contexto, Villar (Villar e Prósper 2005: 75) explica assim a variação entre a forma de Estrabão e a de Ptolomeu: “La forma Οὐάκου de Ptolomeu representa el hidrónimo simple (“el Vaca”), aunque helenizado en lo que se su género gramatical masculino se refiere. Em cambio la forma Vacua de Estrabón es el resultado del sintagma hidronímico completo (“el rio Vaca”), resuelto por composición nominal: *Wak-ubā, forma de la que Vacua es tan solo uma variante gráfico-fonética.” O hidrotopónimo encontraria ainda uma série de nomes, entre teónimos (ver acima) e hidrónimos, uns em território espanhol – fuente *Vacas*, rio *Vacares* e barranco *Vacal*, em Granada; o ribeiro *Vaca*, em Guadalajara; o rio *Vaca* em Valência; ribeiro *Vacarejo*, em Huelva; e rio *Vacas*, nas Astúrias –, outros fora da península – *Vacalus*, atual rio *Waal*, na Holanda; *Wachbach*, atual *Wackenbach*, na Alsácia; *Vacorium*, no Noricum; *Vacantium*, na Panónia; *Vacomagi*, na Bretanha romana; um hipotético rio **Wokalo-*, -ā nas Gálias; e, na Lituânia, um rio *Vókė* e um pântano *Vókpievė*. A todos estes hidrotopónimos, atribui Villar (idem, p. 76) a raiz indo-europeia **wek-*, **wok-*, ‘curvar, dobrar’, cujo significado se torna compatível com a descrição das características físicas de um curso de água, pelo que no caso dos exemplos mencionados se trataria de rios com cursos sinuosos ou identificados pelos seus meandros.

Acumulam-se, assim, juízos que reforçam a tese de uma origem indo-europeia não latina e não céltica a respeito da etimologia de *Vouga*. Trata-se, portanto, mais uma vez, de um hidrotopónimo que se enquadra na problemática da primeira indo-europeização da Península Ibérica.

4.18.52. Zela (rio)

Redução ou truncção de *Vouzela*.

Voucella 1083 (PMH Dipl.: 372)

Afluente da margem esquerda do rio Vouga (cf. CMP 1:25 000, folha 177 – Vouzela). Baptista (1874: 73) localiza-lhe a nascente “1 1/2^l ao S. de Vouzella”, acrescentando que “corre ao N.; passa em Vouzella (a O.) e com o pequeno curso de 2^l entra no Vouga.”

Machado (2003) considera que é redução de *Vouzela*. É esta a posição de Vasconcelos (1926: 325/326), que considera *Zela* como um nome que provém de *Vouzela*. Este ter-se-ia formado provavelmente formado no período romance, como diminutivo de **Vauca*:

**Vaucella*. A atestação medieval aqui registada, a par de outras, que associam o nome a um rio, confirma a forma mais antiga do hidrotopónimo como *Vouzela*, a qual terá mais tarde (em época que as fontes consultadas não permitem determinar) passado a denominar a vila que hoje se chama assim. Para a génese de *Zela* deve ter contribuído a maior saliência de *Vouzela* como denominação do aglomerado urbano na confluência do Vouga e do seu afluente, passando este a plano referencial secundário. Esta localização pode, portanto, ter sugerido a truncação da forma *Zela*, conforme propõe Vasconcelos: “Costuma explicar-se *Vouzella*, nome da vila, por *Vouga* + *Zella*. Tenho esta explicação por fantástica, visto que um doc. medieval nos dá *Vouzela* como nome de rio.” Trata-se, portanto, de um caso de etimologia popular, por uma reanálise morfossemântica determinada extralinguisticamente por esquemas culturais que configuram o real e os nomes associados.

4.18.53. Zonho (rio do)

De origem antroponímica talvez latina, convertido em topónimo (*Osonius* > *o Zonho*).

de Osonio 1258 (PMH Inquis: 876).⁹¹⁹

Pequeno curso de água que desagua no rio Pisão, um afluente do rio Vouga (CMP 1:25 000, folha 167 – Calde, Viseu). O RTP e o CIGeoE-SIG registam este nome sob a forma composta *rio do Zonho*, a qual sugere uma relação estreita com outro topónimo. De facto, apenas com a forma *Zonho*, identifica-se uma localidade da freguesia de Cota, do concelho de Viseu (cf. Leal e Costa 1929-1959).

Machado (2003) regista *Zonho* como nome de localidade do distrito de Viseu, topónimo que remete para *Osónio*, a que atribui origem pré-romana. A GEPB, em artigo de A. Almeida Fernandes (s. v. *Zonho*), chama a atenção para o facto de o topónimo já estar

⁹¹⁹A ocorrência de *villa de Osonio* num documento de 1013 (PMH Dipl.: 137, citado por Silveira 1913: 154, n.7 e Machado 2003) não parece ser referência ao lugar aqui nem à região onde corre o rio em apreço. Nesse texto, a recorrência da forma *leza*, que deverá ser a atual *Leça* (idem, p. 136) e a menção a uma *uillas unilanes* e a um *uillar de lilla* (ibidem), que parecem corresponder, respetivamente, aos topónimos *Soalhães* (localizáveis nos concelhos de Marco de Canaveses e Vila Nova de Famalicão) e *Vilar de Lila* (no concelho da Trofa), deixam supor que esta ocorrência de *Osonius* se relaciona com um lugar a norte do Douro que não foi possível identificar nas fontes consultadas. Atente-se igualmente em Bascuas (2014: 123): “§34.2. Ousoño (l. de Barro, Noia, Cor.) parece á primeira vista o derivado máis claro de Ausona. Non obstante, nada ten que ver con este hidrónimo. Figura como villa Ozonio 1149, villa Outzonio 1149, villa Ouzonio 1161, villa Oozonio 1201, villa nominata Oozonio 1221, villa Oczonio 1249474. A africada /dz/ ou /ts/ representada polo z destas grafías ou as súas variantes non pode provir de /s/ etimolóxico. Tampouco é etimolóxico o ditongo, senón que xorde secundariamente do grupo -ps- propio da raíz (a continuación).”

provavelmente mencionado no *Parochiale Suevum* sob a forma *Osania*, denominação de uma paróquia atribuída nesse documento à diocese de Viseu, sobre a qual “deve mesmo crer-se que há deturpação gráfica por má leitura, de *Osonio*”.⁹²⁰ A possibilidade de o atual topónimo ser acompanhado de artigo definido (“o Zonho”) permite supor o passo de *Osonio* a “o Zonho” por reanálise, tal como defende Silveira (1913: 154), propondo que o nome fosse uma variante semipopular, *Osonius*, de *Ausonius* (idem, ibidem), um antropónimo latino (s.v. *Ausónio* Machado 2003). Embora, durante a Alta Idade Média, muitos antropónimos tenham passado à toponímia sob a forma de genitivo, Silveira (1921-1922: 218) observa que, no caso de *Osonho* e outros topónimos portugueses, se fixou a forma de acusativo.⁹²¹

Em alternativa à hipótese antroponímica, refira-se a de Bascuas (2002: 204/205), que associa *Zonho* aos topónimos galegos *Ouzón* e *Ousoño* (lugar de Barro, Noia, Corunha). Estes casos filiar-se-ão, segundo o investigador galego, na raiz hidronímica indo-europeia **ups-* ‘água’.⁹²² Seja como for, o hidrotopónimo em questão encontra a sua génese na conversão de um topónimo previamente existente, que passou a identificar também um curso de água, como é o caso da relação entre *o Zonho* e *o rio do Zonho*.

⁹²⁰ Ver Gouveia (2007: 20), que se apoia na edição de David (1965: 417) e faz referência a Fernandes (1997: 85).

⁹²¹ Deste tipo, Silveira (1921-1922: 218) menciona *Ferronho* (Maia, Porto; Montalegre, Vila Real; Torre de Moncorco, Bragança), *Mouronho* (Tábua, Coimbra), *Ordonho* (Marco de Canaveses, Porto; Sabrosa, Vila Real; *Quinta do Ordonho e ribeiro do Ordonho*, Guarda), *Pedronho* (Mogadouro, Bragança). Sobre estes topónimos terminados em *-onho*, diz Silveira (ibidem; mantém-se a ortografia original): “Nomes pessoais em *-onius* são muito vulgares na onomástica da época romana. E foram usados em larga escala na Península nem só nessa época, mas ainda posteriormente - como, além dos diplomas dos séculos VIII a XI, onde são vulgares, comprovam numerosos topónimos deles derivados. Uma vez aparece nestes o gentílico em acusativo - a nosso ver talvez com carácter adjectival qualificando os substantivos (subentendidos ou não) *fundus, praedium, casale, colonia, villa*, etc.; outra aparece em genitivo, indicando posse e determinando os mesmos substantivos.” A toponímia galega abrange este tipo de topónimos, segundo Kremer (1994) faz várias observações que, no âmbito português, podem aplicar-se à toponímia de parte das Beiras e do Norte: «Encontra posición á derivación adxectivo clásica, que segue viva pero só esporadicamente ata a Idade Media (tipo *Flavius*>*villa flaviana*[...]), temos unha época máis antiga que se caracteriza pola aposición sintáctica da forma do xenitivo do nome do posuidor (tipo *villa Flavii*), substituída xamais tarde polo procedemento románico da simple xuntura (tipo *Castro-Ramiro*). É notable o mantemento en activo ata á alta Idade Media do xenitivo latino na formación de topónimos, cando fóra de aí resulta que pronto se perde (ás veces tamén en plural: *Mogor* <*S. María Monachorum* entre outros); en razón do seu carácter popular non é posible admitir se que poida tratar dun simple uso latinizante chanceleresco. [...] As formas non declinadas correspondentes aparecen en comparación con pouca frecuencia (*Progolo*<*villa de Procul(o)*, *Ousoño*< (*villa de*) *Ausonio*, *Pedroño*< (*villa de*) *Petronio* etc.).”

⁹²² Observe-se que é discutível que *Ousoño* remonte a *Ausoniu-*; com efeito, as variantes medievais deste topónimo galego apresentam geralmente <c>, que geralmente marca uma africada, e não a grafia correspondente à fricativa (provavelmente ápico-alveolar) que se associa ao <s> de *Ausonius*. Esta observação reforça de algum modo a hipótese pré-latina de Bascuas (2002: 204/205). Regista-se, contudo, ainda na na Galiza, o topónimo *Osoño*, na região de Vilardevós, sobre o qual não foi possível encontrar informação etimológica que o esclarecesse. [Parágrafo e nota decorrentes das observações feitas pela Professora Ana Isabel Boullón Agrelo na sequência da prova de defesa deste trabalho.]

5. ANÁLISE DA RECOLHA: DISTRIBUIÇÃO ESTRATIGRÁFICA E MODO DE TRANSMISSÃO DOS HIDROTOPÓNIMOS

O presente capítulo identifica e discute, no contexto da história linguística do território continental português, a distribuição regional e estratigráfica dos hidrotopónimos comentados no capítulo 4. Esta discussão abrange, naturalmente, a da distribuição dos diferentes hidrotopónimos pelas diferentes tipologias discutidas nos capítulos 1 (secção 1.3) e 2 (secção 2.2). Como foi antes explicado, os 481 hidrotopónimos aqui comentados e classificados distribuem-se pelas categorias “Rio importante” (aqui identificado como tipo I) e “Rio” (tipo II) no RTP e representados na CMP; toda esta informação se encontra acessível para pesquisa no visualizador do CIGeoE-SIG. Trata-se de uma lista de itens onomásticos que constituem um repertório que foi sendo moldado pela língua administrativa, ainda que em alguns casos se detetem traços dialetológicos nem sempre convergentes com esse *standard*.

Como se viu, várias são as dimensões em que podem ser perspetivados os hidrotopónimos em geral e, portanto, os aqui comentados. O presente capítulo visa salientar a diferenciação interna deste conjunto onomástico em função de algumas dessas dimensões, a saber:

- os estratos linguísticos históricos por que se distribuem os hidrotopónimos;
- a história da transmissão destes nomes, configurando percursos de continuidade ou ruturas, as quais podem abranger tanto a transferência de nomes que já faziam parte do contexto toponímico de cada hidrotopónimo, como a eventualidade de a forma comentada ter substituído outra mais antiga, que pode ter ficado perdida ou ter sido transposta (deslocada) para outra entidade geográfica (caso do *Cáster*, que terá sido o *Ovar*, antes de este nome passar a topónimo);
- a génese direta ou indireta da denominação dos rios, a qual define o contraste da toponímia deonomástica e toponímia delexical com as respetivas subcategorias ontológicas – por um lado, os fitónimos, os orónimos, os zootopónimos, etc. e, por outro abrangendo já classes onomásticas, os topónimos em sentido restrito, os antropónimos, os gentilícios, etc. (cf. Martínez Lema 2010: 39-41).

5.1. Distribuição estratigráfica e regional dos hidrotopónimos por estratos e regiões

Trata-se da distribuição que mais diretamente diz respeito à história linguística do território continental de Portugal. A interpretação e classificação dos hidrotopónimos antes comentados permitem definir a distribuição regional e estratigráfica que se apresenta na tabela 5.1.1.

Tabela 5.1.1 – Distribuição dos hidrotopónimos por distrito e por estratos

		obscura		pré-latino		germânico		árabe		latino-romance/português		totais
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Viana do Castelo		10	16,13%	6	9,68%	2	3,23%	0	0,00%	44	70,97%	62
Braga		7	16,28%	6	13,95%	3	6,98%	0	0,00%	27	62,79%	43
Porto		3	10,00%	3	10,00%	1	3,33%	0	0,00%	23	76,67%	30
Vila Real		15	33,33%	1	2,22%	0	0,00%	0	0,00%	29	64,44%	45
Bragança		1	4,76%	5	23,81%	0	0,00%	0	0,00%	15	71,43%	21
	Norte	36	17,91%	21	10,45%	6	2,99%	0	0,00%	138	68,66%	201
Aveiro		3	6,25%	10	20,83%	2	4,17%	1	2,08%	32	66,67%	48
Viseu		9	16,98%	8	15,09%	1	1,89%	1	1,89%	34	64,15%	53
Guarda		4	21,05%	8	42,11%	0	0,00%	1	5,26%	6	31,58%	19
Coimbra		5	26,31%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	14	73,68%	19
	Centro-Norte	21	15,11%	26	18,71%	3	2,16%	3	2,16%	86	61,87%	139
Leiria		5	6,98%	3	11,63%	0	0,00%	4	9,30%	31	72,09%	43
Castelo Branco		4	44,44%	1	11,11%	0	0,00%	2	22,22%	2	22,22%	9
Lisboa		9	24,32%	0	0,00%	0	0,00%	4	10,81%	24	64,86%	37
Santarém		2	14,29%	1	7,14%	0	0,00%	3	21,43%	8	57,14%	14
	Centro	20	19,42%	5	4,85%	0	0,00%	13	12,62%	65	63,11%	103
Setúbal		0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	75,00%	4
Portalegre		3	60,00%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5
Évora		4	44,44%	0	0,00%	0	0,00%	4	44,44%	1	11,11%	9
	Centro-Sul	7	38,89%	3	16,67%	0	0,00%	4	22,22%	4	22,22%	18
Beja		4	36,36%	1	9,09%	0	0,00%	2	18,18%	4	36,36%	11
Faro		4	44,44%	1	11,11%	0	0,00%	2	22,22%	2	22,22%	9
	Sul	8	40,00%	2	10,00%	0	0,00%	4	20,00%	6	30,00%	20
Perfil nacional		92	19,13	57	11,85	9	1,87	24	4,99	299	62,16	481

A tabela 5.1.1 cruza e quantifica a categorização estratigráfica e a distribuição regional (por distritos) dos hidrotopónimos comentados no capítulo 4. Como foi sendo assinalado ao longo deste trabalho, há várias condicionantes a considerar na localização e classificação estratigráfica de um hidrotopónimo; são elas:

– Os nomes de rios que atravessam diferentes distritos são atribuídos aos distritos onde se encontram as respectivas nascentes. Este critério é certamente discutível, porque, como já se apontou antes, podem verificar-se casos de polionímia ao longo do curso de um rio, além de que o nome associado ao rio pode resultar da conversão de um topónimo preexistente que se encontre nos cursos superior, médio ou inferior. Não obstante, este problema não se põe na prática, porque os rios aqui mencionados, na maior parte, atravessam regiões que têm uma história linguística comum, pelo menos, desde a época romana. A análise de casos de hidrotopónimos como *Minho*, *Douro*, *Tejo* ou *Guadiana*, associados a grandes rios, podem até beneficiar com este critério, porque, em relação às regiões portuguesas continentais, não há certezas sobre o seu efetivo uso local anterior ou posterior ao período romano; não parecendo ter-se originado nas regiões do litoral, é até possível que tais nomes tenham surgido em regiões do interior hispânico, donde poderão sido generalizados pela administração romana até ao curso inferior desses grandes rios.

– A atribuição de um hidrotopónimo a um estrato pode não ser indiscutível, porque depende da documentação disponível e resulta de um juízo que, como já foi evidenciado, se sujeita a uma escala de graus de certeza e até a valores de prototipicidade não isentos de subjetividade. Por esta razão se optou por incluir na categoria de origem obscura muitos nomes que costumam ser relacionados com estratos mais arcaicos sem que para tanto se encontre base documental ou fundamento linguístico-comparativo relevantes. As frequências da tabela 5.1.1 são, portanto, provisórias, e as etimologias aqui comentadas ou propostas estarão sempre sujeitas a revisões e correções em função do aparecimento de documentação que ou se encontra ainda inédita ou não foi possível reunir para esta investigação. Mesmo assim, é razoável aceitar que as fontes consultadas para este trabalho são representativas da informação disponível sobre os hidrotopónimos aqui discutidos.

– É preciso tornar a sublinhar que falar de estratos linguísticos a propósito de hidrotoponímia ou da toponímia em geral não é o mesmo que distinguir a estratigrafia do léxico comum. Por outras palavras, a atribuição dos hidrotopónimos a um estrato não coincide com a que se faz com os itens lexicais que estão na génese de muitos dos nomes analisados. Concretizando, o radical de *vidoeiro* é enquadrável

num estrato pré-latino, mas nem por isso o *rio Vidoeiro* (Viseu) parece inscrever-se nesse estrato, antes encontrando o seu lugar no estrato latino-romance. Os nomes *azenha* e *açude* são arabismos, mas nem o *rio das Azenhas* (Leiria) nem o *rio do Açude* (Lisboa) parecem dever-se a atos de nomeação verificados no período linguístico árabe no centro-sul e sul do território continental português. Tais casos inscrevem-se no estrato latino-romance – ou já nas modalidades mais tardias dos períodos galego-português ou português, eventualmente com contributos moçárabes –, porque testemunham a produtividade de itens desse estrato na atividade denominativa.

– Um contraste geográfico que se impõe à observação é o existente entre a densidade da rede fluvial do território a norte do Tejo e a do território a sul deste rio – ou, se se preferir, logo a sul do sistema Montejunto-Estrela.⁹²³ As condições de clima (estiagens mais prolongadas) e solo contrastam claramente com as que se encontram a norte desse(s) limite(s) geográfico(s). A hidrografia meridional apresenta-se, portanto, menos densa e os rios menos extensos, com a consequência de serem baixas ou mesmo muito baixas as frequências absolutas dos hidrotopónimos correspondentes a cada distrito a sul do Tejo, situação suscetível de provocar distorções no momento de comparar as distribuições regionais.

– Convém lembrar novamente que a ferramenta de pesquisa aqui utilizada, o visualizador do CIGeoE-SIG, retoma uma tipologia fluvial – “rio importante”, “rio” e “ribeiro, ribeira, pequeno curso de água” – já definida no RTP, datado de 1967, procurando torná-la mais precisa ao associar a extensão em quilómetros: I – rio importante (mais de 100 km de extensão; II – rio (de 20 a 100 km de extensão); e III – ribeiro/ribeira/curso de água (até 5 km). Os tipos aqui considerados foram os dois primeiros, de modo a tornar exequível o tratamento dos nomes recolhidos, já

⁹²³ Também se poderá identificar o limite geomorfológico entre o Norte e o Sul com o chamado sistema Montejunto-Estrela, que margina a norte o vale do Tejo mas que pode chegar a incluir a serra da Arrábida, mais a sul. Era esta a perspectiva de Hermann Lautensach (Ribeiro, Lautensach e Daveau 1987: 135): “A linha divisória entre estas duas partes do País [norte e sul de Portugal], não a colocamos no Tejo, como faz Ferraz de Carvalho [Carvalho 1930], porque as margens direita e esquerda do rio pertencem sempre à mesma unidade morfo-estrutural. Situamos antes esta linha no sopé sul da Cordilheira Central, isto é, desde as Serras das Mesas e das Gardunha, até às serras calcárias do triângulo mesozoico. Como a Serra da Arrábida, cuja altitude atinge ainda cerca de 500 m, volta a apresentar características geomorfológicas semelhantes às destas serras calcárias, parece aconselhável fazer atravessar o Tejo pela linha divisória e incluir ainda a península de Setúbal na unidade geomorfológica do Norte de Portugal.”

que o terceiro tipo abrange um número elevado de hidrotopónimos (mais de 2000 hidrotopónimos), que requereriam um exame ainda mais demorado. Observe-se, porém, que a distinção entre os dois tipos selecionados se revela pouca exata, porque, no CIGeoE-SIG, não só se atribuem rios com extensão inferior a 100 km à primeira categoria, como também ocorrem casos de repetição do mesmo nome em categorias diferentes. Sendo assim, de um conjunto de 24 hidrónimos que o CIGeoE-SIG identifica como pertencentes do primeiro tipo (o tipo I antes mencionado), excluem-se sete, visto dizerem respeito a afluentes ou cursos de água de extensão inferior a 100 km. No entanto, mantêm-se no conjunto I os hidrónimos *Minho*, *Lima* e *Ave*, que, apesar de terem um curso em Portugal que não excede os 80 km, designam rios importantes que desaguam no Atlântico; também nesse conjunto se conservam os nomes de dois rios afluentes – *Dão* e *Alva* –, cuja extensão coincide com os 100 km ou se situa um pouco abaixo.

Mesmo assim, tendo em conta estas condicionantes, é possível extrair dados relevantes com vista à definição de perfis hidrotoponímicos quer de alcance nacional quer de âmbito regional. Observa-se, assim, que a distribuição regional repete os contrastes que a literatura tem assinalado, designadamente em relação à crescente marca arábica ou arabizante de norte para sul, a qual pode, nos distritos mais meridionais, igualar a frequência de casos de origem latino-romance, como ocorre nos distritos de Beja e Faro.

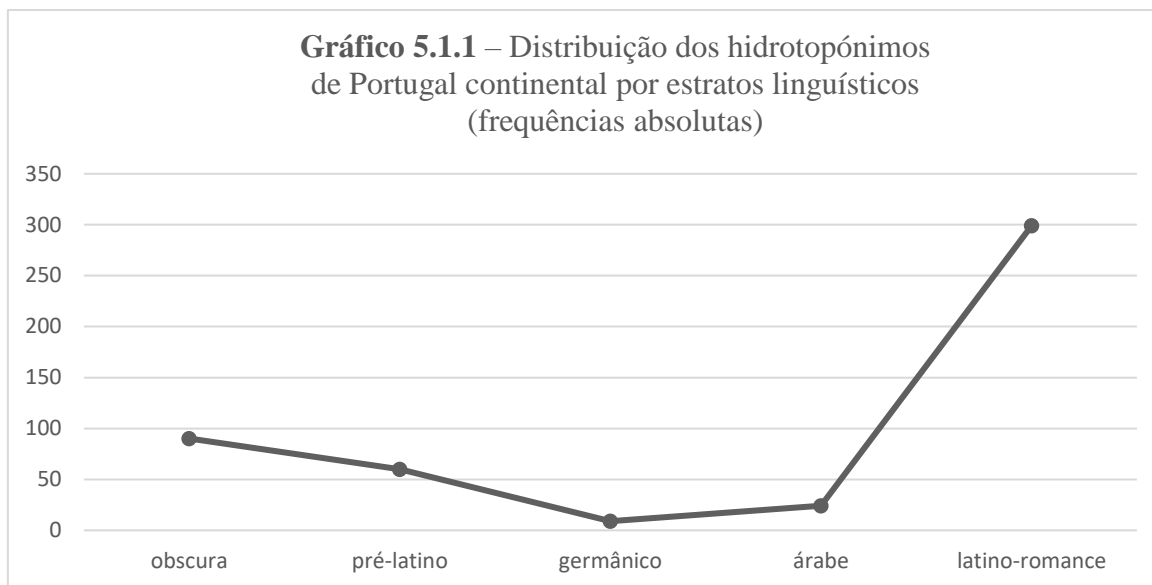
Quanto aos hidrotopónimos constituídos por elementos de origem germânica, tão abundantes na toponímia deantroponímica característica do terço norte português (cf. Piel 1937-1944, Piel e Kremer 1977 e Piel 1989), revela-se escasso o contributo germânico para o conjunto de hidrotopónimos analisados. Com efeito, registam-se apenas 9 casos (1,82%), praticamente limitados aos distritos de Aveiro, Viseu, Porto, Braga e Viana do Castelo, ou seja, especialmente concentrados no ângulo noroeste do território continental português. Além disso, esse impacto parece traduzir-se somente em hidrotopónimos secundários, isto é, em nomes de rios provavelmente resultantes da determinação de topónimos deantroponímicos preexistentes. Exemplos como os de *Eiriz* (Porto), *Froufe* (Viana do Castelo) ou *Guisande* (Braga), que são também nomes de lugar, corresponderão historicamente a situações em que os povoados e os topónimos respetivos tiveram a função de localizar e referenciar os cursos de água hoje identificados por tais hidrotopónimos.

É igualmente de relevar que dos 481 hidrotopónimos aqui em estudo, só 38 (7,88%), se reportam a cursos de água a sul do Tejo; e mesmo que, neste cômputo, se incluam distritos a norte do Tejo que se encontrem imediatamente a sul do sistema Montejunto-Estrela – Lisboa, Santarém e Castelo Branco, contribuindo com mais 60 nomes –, o total de 98 hidrotopónimos (38+60) não chega a um quarto (20,33%) da nomenclatura selecionada.⁹²⁴ Esta discrepância tem, como foi dito, uma explicação climatológica clara, assente no facto de, quanto mais ao sul, em terreno relativamente pouco acidentado e precipitação menos significativa e constante, serem menos frequentes os rios com caudal regular.

Quanto à distribuição dos hidrotopónimos estudados por estratos linguísticos, é de notar que se aceitam frequentemente como elementos identificadores unidades morfológicas que podem até corresponder a línguas que nunca foram efetivamente faladas no território português – caso muito provável dos dialetos da população sueva, ou do gótico tão presente na antroponímia e toponímia derivada. Acresce que um estrato pode muitas vezes corresponder a um conjunto mal conhecido de camadas linguísticas, como são os casos dos vestígios deixados pelos falantes de línguas pré-indo-europeias, indo-europeias ou especificamente célticas e lusitanas em grande parte do território em estudo (cf. discussão no capítulo 2). Além disso, no âmbito de cada estrato linguístico, avulta o problema da própria temporalidade, ou seja, da sua diferenciação em períodos e fases históricas. É este o caso do estrato latino-romance, caracterizado pela sua longa duração relativa, a ponto de no português contemporâneo haver topónimos ainda transparentes que correspondem, não obstante, a formas linguísticas de longa duração, já atestadas na Alta Idade Média. Por outras palavras, tais formas podem ser datadas de qualquer época a partir da romanização, visto que a sua história e a sua metamorfose é também a da língua portuguesa, pelo menos, nas regiões setentrionais portuguesas, onde é improvável ter-se verificado alguma rutura com o passado linguístico latino.

O gráfico 5.1.1 representa a distribuição dos hidrotopónimos aqui estudados por estratos linguísticos.

⁹²⁴ Note-se, contudo, que o distrito de Lisboa alinha com Leiria e distritos mais a norte, já que conta com 37 hidrotopónimos, assim refletindo condições geográficas de importante influência atlântica. Esta observação vai, portanto, ao encontro da perspetiva geomorfológica de H. Lautensach, que sugeria a inclusão da península de Lisboa e grande parte da de Setúbal na parte setentrional de Portugal (cf. Ribeiro, Lautensach e Daveau 1987: 135).

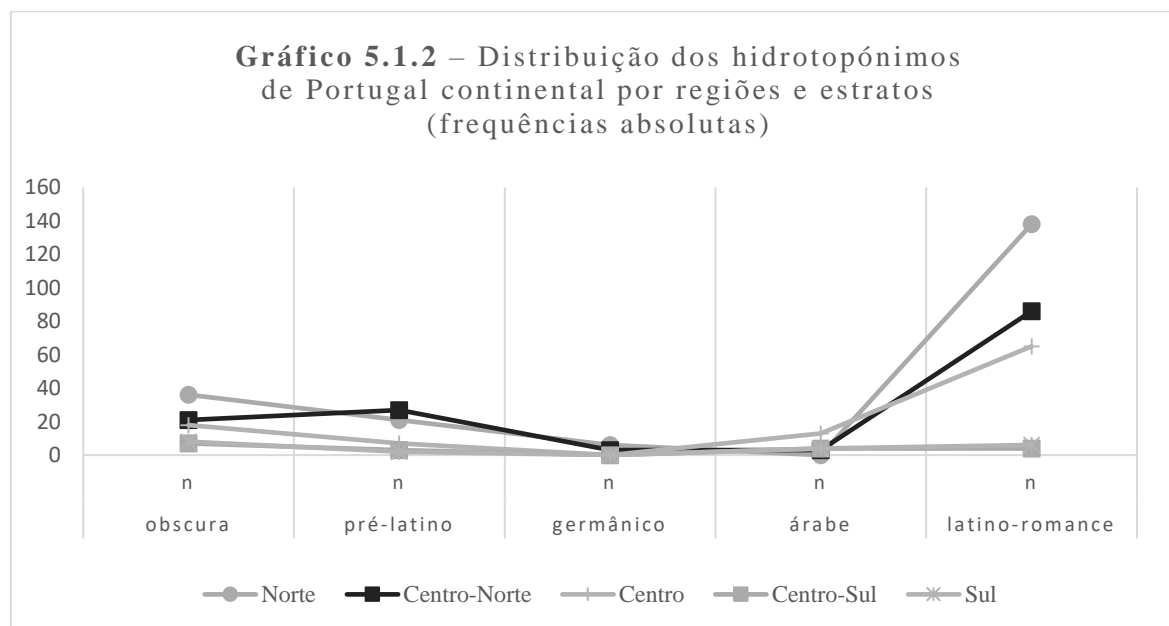


O gráfico 5.1.1⁹²⁵ permite visualizar o facto de o estrato latino-romance (abrangendo os períodos mais recentes, já portugueses) ter grande expressão (299 hidrotopónimos, ou seja, 62,16%), seguido de longe pelos estratos pré-latino (59 hidrotopónimos que correspondem a 12,27%) e árabe (24, isto é 4,99%), enquanto o estrato germânico tem representação diminuta (9 nomes, formando 1,87%). Note-se que a tabela 5.1.1 e o gráfico 5.1.1 também se referem aos hidrotopónimos de origem obscura, isto é, a um conjunto de hidrotopónimos de estrato não identificável, completamente ausentes das fontes consultadas ou não contextualizáveis mesmo por comparação com topónimos de regiões extraportuguesas, os quais alcançam uma frequência importante (90 nomes, isto é, 18,71% do conjunto).

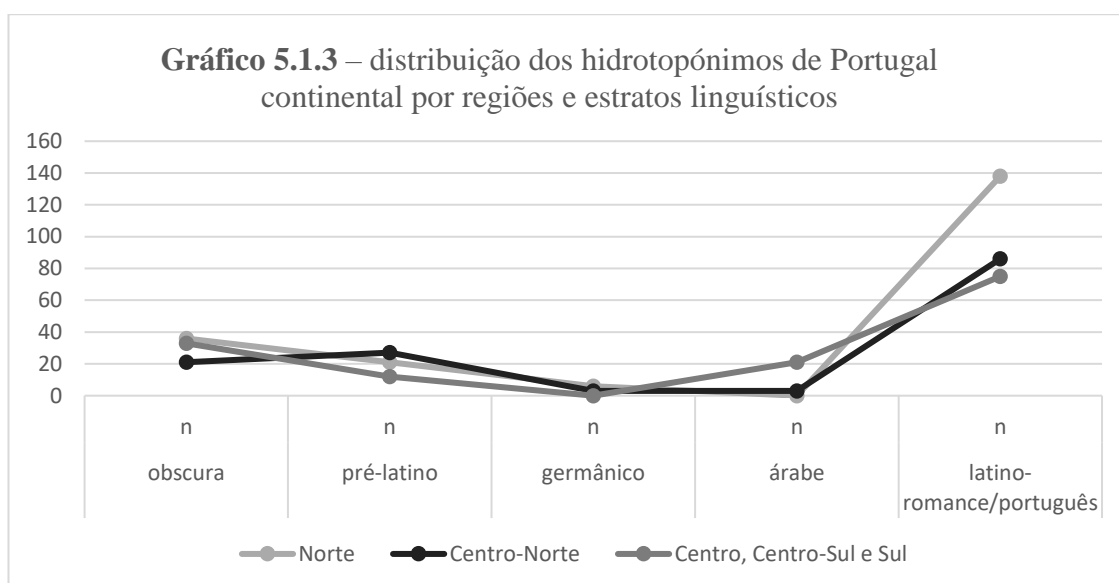
Regionalmente, a distribuição dos hidrotopónimos não se afasta grandemente da tendência nacional representada no gráfico 5.1.1, a não ser no que diz respeito ao estrato árabe, ausente a norte do Douro, evidenciado por alguns casos até ao Mondego, mas claramente mais bem representado a sul deste último rio. O gráfico 5.1.2 permite visualizar tal diferença, distinguindo cinco regiões: Norte, Centro-Norte, Centro, Centro-Sul e Sul. Esta distinção tem a desvantagem de as regiões mais meridionais contarem poucas ocorrências e, portanto, ocasionarem distorções percentuais. De qualquer modo,

⁹²⁵ Na tabela 5.1.1 e no gráfico 5.1.1, os valores do estrato latino-romance figuram depois dos valores correspondentes aos superstratos germânicos e árabes. Esta forma de apresentação é certamente discutível, uma vez que o estrato latino-romance é concebível e visualizável como uma camada intermédia de base, sobre a qual se depositam os elementos germânicos e árabes (superstratos). Contudo, a representação em causa não é desadequada, se se considerar que o estrato latino-romance, pela sua temporalidade, mais dilatada, sobrepuja esses superstratos, prolongando-se por períodos mais tardios até ao português contemporâneo.

a distribuição aponta claramente para uma maior frequência de nomes de origem árabe ou arabizados nas regiões do centro, do centro-sul e do sul de Portugal continental, embora nestas zonas seja também de salientar o grande número de hidrotopónimos cuja origem é obscura, não se relacionando com clareza com unidades ou traços linguísticos identificativos ou típicos dos estratos em discussão.



De modo a equilibrar amostras, agregaram-se os hidrotopónimos das regiões do Centro, do Centro-Sul e do Sul, conforme se representa no gráfico 5.1.3. A junção dos grupos correspondentes às referidas regiões não altera substancialmente o que foi dito com base na observação do gráfico 5.1.2; por outras palavras, no conjunto formado pelos distritos de Leiria, Castelo Branco, Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, o estrato árabe está representado por mais hidrotopónimos do que nos outros distritos (21 hidrotopónimos, ou 14,89%); mesmo assim, mantém-se elevado o número de hidrotopónimos sem filiação segura e, portanto, classificados como obscuros. Refira-se, no entanto, que a junção dos hidrotopónimos dos distritos mais meridionais de Portugal continental numa única classe permite aproximar a frequência dos nomes do estrato latino-romance da dos distritos do Norte e do Centro-Norte. Esta observação explica-se pelo facto de a junção dos rios de Leiria e de Lisboa corresponder a um quantitativo apreciável, com a particularidade de ter associados hidrotopónimos criados no estrato latino-romance, muito provavelmente atribuídos no período galego-português ou mais tarde, já em períodos linguísticos plenamente portugueses.



A frequência significativa dos nomes de origem obscura nas regiões centro, centro-sul e sul, tal como é representada nos gráficos 5.1.2 e 5.1.3, pode enquadrar-se na dificuldade em inscrever os constituintes dos hidrotopónimos mais meridionais, por um lado, numa família ou sub-ramo linguísticos e, por outro, na alteração que a variação do romance e do árabe andalusis terão eventualmente determinado em morfemas eventualmente cognatos ou afins dos que participam na constituição dos nomes do Centro-Norte e do Norte.

Verifica-se, portanto, que, dos pontos de vista estratigráfico e quantitativo, os hidrotopónimos em discussão se dispõem hierarquicamente do seguinte modo:

- 1.º – Hidrotopónimos de origem latino-romance, frequentes em todo o território continental.
- 2.º – Hidrotopónimos pré-latinos menos frequentes, dispersos por todo o território.
- 3.º – Nomes árabes ou provavelmente arabizados com distribuição menos generalizada: a partir da margem esquerda do Douro, ocorrem esporadicamente na região Centro-Norte (são exemplos *Alfusqueiro*, em Aveiro, ou *Múceres*, em Viseu), tornando-se numerosos no Centro, no Centro-Sul e no Sul, onde é típica a hidrotoponímia prefixada por *ode-* ou *odi-* (*Odeleite*, *Odivelas*).

Desta lista ordenada, excluem-se os hidrotopónimos relacionáveis com o estrato germânico, porque estes ocorrem apenas secundariamente, como nomes de antiga função

determinativa, alusivos a topónimos preexistentes com origem na antroponímia germânica (visigótica).⁹²⁶

Importa salientar um grupo sem atribuição estratigráfica segura, constituído por 92 hidrotopónimos (19,13%), número significativo e que, de alguma forma, reflete como os nomes próprios e, em especial, os topónimos estão sujeitos a alterações irregulares que os tornam opacos, sem que este resultado tenha de indiciar uma origem remota pré-latina. Esta categoria inclui nomes cuja etimologia não pôde ser determinada com a probabilidade necessária, porque os respetivos constituintes, intervindo neles processos fonológicos e analógicos suscetíveis de obscurecerem a sua filiação, não têm identificação clara e são, portanto, atribuíveis a qualquer época. A variação diatópica pode, aliás, evidenciar casos de substituição de segmentos que a norma-padrão não integrou: dê-se o exemplo da substituição de líquidas em *Filvida* (distrito de Aveiro) – muito provavelmente de *Fírveda*, nos concelhos de Amarante e Pedo da Régua, ou *Fírvida*, no concelho de Marco de Canaveses (cf. Machado 2003 s. v. *Fírveda*) –, caso que deverá relevar de uma tendência regional que não parece ter afetado outras modalidades linguísticas. Alguns hidrotopónimos podem ser total ou parcialmente identificados com elementos mórficos de origem indo-europeia (pré-latina ou não latina – p. ex. *Beça*, *Pele*, *Xarrama*, *Tera*); outros podem enquadrar-se em estratos mal conhecidos, pré-indo-europeus ou não indo-europeus (p.ex. *Sizandro*), incluindo até elementos arábicos ou berberes não facilmente reconhecíveis (p. ex., *Séqua*); finalmente, contam-se casos em que a configuração mórfica tem um “ar de família” latino-romance, mas resistem a uma filiação rigorosa (p. ex., *Arado*, em Braga, ou *Vigues*, em Aveiro). Não obstante, como ao longo dos comentários se foi assinalando, é possível juntar grande parte deste conjunto ao grupo estratigráfico pré-latino, se flexibilizarem os critérios de identificação dos elementos pré-latinos, por exemplo, aceitando propostas mais conjecturais como sejam as de Bascuas (2002, 2006 e 2014). Se assim se proceder, o grupo pré-latino pode ascender a cerca de 30% da nomenclatura hidrotoponímica aqui em exame.

De qualquer maneira, observe-se que no contexto estrito da hidrotoponímia, fora da sua intrínseca solidariedade com toda a toponímia, conforme se configura na tabela 5.1.1

⁹²⁶ Sobre a provável origem gótica da antroponímia e topoantroponímia alto-medievais do noroeste peninsular, declarava Piel (1989: 151): “[...] nada há na forma dos topónimos respectivos [do NO da Península] que faça supor uma origem que não seja a goda, e que a sua grande maioria ascende, não ao período do assentamento dos germanos no solo da Hispânia, mas à época asturo-leonesa das presúrias [...]”

e nos gráficos 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3, uma classificação etimológica como a de Vasconcelos (1931: 139-148) – ver quadro 2.4.1 (capítulo 2) – vê reduzir-se o seu número de classes, sobretudo face ao contributo pouco expressivo dos nomes de origem germânica, aliado à adoção aqui assumida de critérios inspirados em Lebel (1956), os quais levam a conceber um estrato latino-romance cronologicamente mais dilatado e, portanto, mais abrangente. Pode, portanto, propor-se uma estratigrafia dos nomes de rios portugueses alternativa à de Vasconcelos (1931), conforme a apresentada no lado direito do quadro 5.1.1.

Quadro 5.1.1 – Comparação da tipologia de Vasconcelos (1931) com uma proposta de caracterização estratigráfica da hidrototponímia de Portugal continental

Tipologia etimológica de Vasconcelos (1931: 139-148)	Proposta de caracterização estratigráfica da hidrototponímia de Portugal continental
nome pré-romanos	estrato(s) pré-latino(s)
nome romanos	estrato latino-romance
nomes germânicos	
nomes arábicos ⁹²⁷	
nomes de procedência vária	estrato arábico
nomes portugueses propriamente ditos	

Neste quadro, o termo *pré-latino* poderá ocorrer no plural, uma vez que o multilinguismo ou o multidialealismo da mesma família ou subfamília linguística constituiriam a situação linguística anterior à romanização e, depois, até certo momento, dela contemporânea. No mesmo quadro, o estrato latino-romance da coluna da direita corresponde a diferentes tipos etimológicos de nomes, com a exceção dos arábicos; agrupam-se, pois, com o fundo latino elementos e morfemas do léxico comum que a literatura tem identificado separadamente, como sejam, os dos dialetos germânicos que a onomástica e a toponímia identificam sobretudo no noroeste português, bem como os do

⁹²⁷ Leite de Vasconcelos define três zonas em função do grau arabização (Vasconcelos 1931: 143-147): a norte do Douro, com pouca influência árabe; entre Douro e Mondego e a sul deste rio (comarca da Beira), zona que pertenceu “do século VIII e XII, ora aos Árabes, ora aos Cristãos”; Estremadura e região a Sul do Tejo.

chamado romance moçárabe (ou, como propõe Corriente (2003), o romandalusi), que durante séculos terá sido o veículo privilegiado de transmissão de um conjunto de itens a que Piel (1989: 12/13) chamou o “aluvião lexical árabe”. Tal não obsta a que, no quadro 5.1.1, se considere uma camada árabe bem individualizada do ponto de vista onomástico e toponímico, representativa da interferência ou do uso efetivo da língua arábica pelas populações do ângulo sudoeste da Península Ibérica. Este estrato é marcado quer pela toponímia deantroponímica que teve impacto mesmo a norte do Douro (cf. Serra 1967), quer por itens do léxico comum que não terão sido absorvidos pelo estrato fundamentalmente latino.

Não obstante a proposta alternativa do quadro 5.1.1, manteve-se neste trabalho, como evidenciam a tabela 5.1.1. e os gráficos 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3,⁹²⁸ uma categoria relativa às unidades onomásticas de origem germânica, apesar de pouco significativas e integráveis no estrato latino-romance, justamente de modo a salientar a sua importância diminuta quando comparada com os outros tipos.

A estratigrafia aqui proposta tampouco considera um estrato português – «os nomes portugueses propriamente ditos» de Vasconcelos (1931: 139-148) – em contraste com os demais. Como acontece com os hidrónimos franceses (cf. Lebel 1956: 8), poderia considerar-se um estrato português também subdivisível em etapas medieval e moderna. Contudo, a tarefa de distinguir tais estratos secundários é uma operação que terá em conta a repartição dialetal do português desde os seus primórdios galaicos até à consolidação territorial do reino de Portugal, a que se soma a questão da periodização histórica do português. Mas a razão de assim se proceder reside sobretudo na falta de clara diferenciação entre o léxico comum latino-romance e o léxico comum de um eventual estrato exclusivamente português. Na verdade, do ponto de vista da variação diatópica, os arcaísmos do português médio, clássico ou contemporâneo, tomados individualmente ou em subconjuntos, continuam a inscrever-se no fundo latino-romance galaico ou hispânico, como vários estudos de Piel evidenciaram (por exemplo, Piel 1989: 11/12). Se ressalta alguma distinção entre a camada latino-romance e a “camada” portuguesa, ela parece ser mais operativa na perspetiva de uma periodização do português do que na atribuição estratigráfica de certos itens lexicais, que, embora se tenham fixado na

⁹²⁸O impacto na antroponímia e, depois, na toponímia não indicia uma verdadeira situação de contacto linguístico, na sequência de uma eventual implantação de dialetos germânicos no território português. As fontes consultadas são omissas quanto à possibilidade de se terem verificado usos continuados desses dialetos. Não terá havido, pois, sequer condições para uma germanização ou para uma interferência germânica com a mesma profundidade com que se repercutiu a arabização.

toponímia parecendo opacos a muitos falantes contemporâneos, ainda subsistem dialetalmente e neste âmbito ainda são transparentes.

Como foi dito, na proposta estratigráfica alternativa do quadro 5.1.1, não se separa um estrato latino-moçarábico, justamente pela dificuldade de identificar com segurança os traços específicos dos dialetos românicos do Gharb Al-Andalus.⁹²⁹ Face a este obstáculo, parece preferível incluir os vestígios de tais dialetos no *continuum* dialetal da latinidade hispânica tardia, que interagiu quer com as formas romances do sistema galego-português quer com o árabe em toda a sua variação.

Nos parágrafos que se seguem salienta-se primeiro como a extensão do rio pode ter pertinência para a interpretação etimológica do seu nome (ou dos seus nomes, em casos de polionomia), permitindo identificar dois subgrupos no conjunto dos hidrotopónimos comentados. Em seguida, comenta-se o contributo de cada estrato para a caracterização da hidrotoponímia portuguesa, incluindo uma breve discussão sobre a sua homogeneidade.

5.1.1. Homogeneidade da macro-hidrotoponímia vs. heterogeneidade da microtoponímia

Um fator a ter em conta é a relação da extensão dos cursos de água com as tendências de distribuição estratigráfica e etimológica dos 481 hidrotopónimos recolhidos e comentados. No caso do território continental português, estudos e comentários avaliam parte importante da hidrotoponímia como património onomástico arcaico,⁹³⁰ sobretudo quando se trata das denominações dos rios mais extensos (tipo I), com maior presença na tradição político-administrativa; os nomes de rios menos extensos (tipo II) e com menor relevância histórico-administrativa teriam estado mais expostos a mudanças. Tais tendências são apontadas por Moralejo (2007: 103), quando, no contexto galego, opõe macro-hidronímia a micro-hidronímia:

⁹²⁹ Propõem-se traços caracterizadores, entre eles, a conservação de *-n-* e *-l-* latinos intervocálicos (cf Carvalho 1959, Teyssier 1982: 15/16, Cardeira 2006: 34/35 e Castro 2006: 62-64, Brocardo 2014: 100/101). Para uma proposta de inventário dos traços fonomorfológicos dos dialetos romances do antigo condado de Coimbra, ver Azevedo (2005).

⁹³⁰ Leia-se, por exemplo, a seguinte observação de Silveira (1940: 383), a propósito do hidrotopónimo *Dão*: “Quási todos os nomes dos nossos rios de algum vulto, salvo os de proveniência árábica, do sul, pertencem às línguas indígenas pré-romanas; e, desconhecendo nós estas, é muito incerto tudo o que se possa dizer sobre o seu sentido.”

“§ 5. Para el inventario de hidronimos prerromanos es básica la macrohidronimia, es decir, Duero, Limia, Mino, Lerez, Ulla, Tambre, Mandeo, Mero, Eume, Sor, Eo, Navia... y algunos de sus afluentes mayores -Avia, Arnoia, Deva, Pambre, Sil, Tea...- mientras en la microhidronimia abunda lo románico, tal como puede confirmarse en una primera ojeada al mapa e índice antes citados; pero sin que falte material prelatino notable, incluso como léxico comun. En esa ojeada se hace también patente el escasísimo número de hidrónimos de origen germánico, que ademas pueden ser hidrónimos secundarios (tipo rio de Saa, del germánico *sala* común y toponímico). A fin de cuentas, la primera impresión que se obtiene de una lista hidronímica galaica parece la misma y axiomática que en otras areas: mayor profundidad temporal y estabilidad de la macrohidronimia, mayor renovación y modernidade de la microhidronimia.”

Pela antiguidade da sua associação a rios portugueses ou outros acidentes geográficos (como se verá, há vários casos de deslocamento ou transferência toponímicos), o tipo I dos hidrotopónimos recolhidos e comentados vai, portanto, ao encontro do que Moralejo denomina *macro-hidronímia*. Com efeito, neste grupo correspondente aos rios mais extensos – ou à macro-hidrotoponímia –, é nítida a predominância de nomes de origem pré-latina, confirmando uma tendência que se encontra na maior parte da Península Ibérica e noutras regiões onde se implantaram línguas romances. Nos rios de menor extensão, porém, há maior diversidade estratigráfica, podendo os nomes ser muito mais recentes.

Assim, em 18 hidrónimos do tipo I, estão atestados, direta ou indiretamente, ou em fontes da Antiguidade (*Ave, Douro, Lima, Minho, Mondego, Tâmega, Tejo, Vouga* e, parcialmente, *Guadiana*,⁹³¹) ou em documentos medievais (*Alva, Cávado, Coa, Dão, Sabor*). Este conjunto filia-se nos estratos pré-latinos, dada a dificuldade em os interpretar por intermédio de itens do léxico comum ou do onomástico do latim em geral e, em particular, do latim hispânico; também os casos de atestações unicamente medievais não se enquadram nem na antroponímia germânica, nem entre as unidades de origem árabe.

⁹³¹ Na verdade, *Guadiana* é um composto e, portanto, é o elemento *-ana* que se considera para o o agrupar aos outros hidrotopónimos mencionados, atendendo que são as formas *Ana* ou *Anas* as que se encontram atestadas nas fontes da Antiguidade (cf. Guerra 1998: 278-280).

Restam quatro hidrónimos – *Mira*, *Sado*, *Sorraia*,⁹³² *Zêzere* –, dos quais três terão origem obscura, ainda que provavelmente se inscrevam entre os nomes pré-latinos; só *Sado* parece encontrar-se fora deste conjunto, numa relação pouco provável quer com os estratos pré-latinos quer com o fundo latino. Importa também assinalar que três dos quatro casos que levantam maiores dúvidas quanto à sua origem – *Sorraia*, *Sado* e *Mira* – constituem, com *Tejo* e *Guadiana*, o reduzido elenco hidronímico de tipo I na metade meridional de Portugal, o qual é reflexo dos já mencionados condicionalismos de clima e terreno, que tornam a rede fluvial menos densa. A estes fatores físico-geográficos, alia-se a prolongada interferência do árabe, a qual, face à falta de documentação que permita reconhecer ou supor uma continuidade na transmissão, obscureceu a relação e, noutros casos, operou uma verdadeira rutura com as séries toponímicas características dos estratos pré-latino e latino-romance.

Já pela heterogeneidade se pautam os hidrototopónimos que se aplicam a rios de menor extensão (de 20 a 100 km). Com efeito, este conjunto – tipo II – inclui nomes que tanto remontarão à Antiguidade como poderão já atribuir-se aos períodos históricos da língua portuguesa. Aumentando o número de nomes em análise, aumenta também, portanto, a diversidade estratigráfica da sua distribuição, como salientam as secções adiante desenvolvidas.

5.1.2. Estratos pré-latinos: indo-europeu vs. não indo-europeu

Corresponde a 57 nomes (11,85%, incluindo os hidrototopónimos do tipo I, anteriormente comentado; cf. tabela 5.1.1) a hidrotoponímia que apresenta radicais que não se inscrevem nos estratos latino-romance, germânico ou árabe, e que encontram alguma atestação nas fontes antigas ou na reconstrução linguística. São os distritos da metade norte do território português os que facultam mais nomes destes estratos pré-latinos, não só os mais a norte, mas também,⁹³³ os que se encontram imediatamente a sul do Douro, com Aveiro e Viseu destacados.

⁹³² *Sorraia* é um caso de aglutinação de dois nomes, *Sor* (v.) e *Raia* (v.), este, aparentemente mais recente, talvez de um item integrável no estrato latino-romance, e aquele, possivelmente pré-latino.

⁹³³ Tendo em conta a densidade da toponímia pré-latina na atual Galiza, conforme defende Bascuas (2002, 2006, 2014), com a hipótese do europeu antigo, é de esperar que que a norte do Douro também se encontre uma situação semelhante, até por o norte de Portugal não ter conhecido uma ocupação árabe consistente nem prolongada. Contudo, neste estudo, são as regiões setentrionais da antiga Lusitânia, mais expostas às convulsões das lutas entre o norte cristão e o sul muçulmano, que facultam um número apreciável de nomes pré-latinos e de nomes obscuros que podem relacionar-se com este estrato.

Todavia, como foi dito, nos 481 hidrotopónimos comentados encontram-se palavras e constituintes de palavra que se inscrevem em diferentes estratos e não se limitam à camada pré-latina. Esta diversidade é intrínseca à configuração de muitos nomes que apresentam graus de hibridez variáveis: desde um grau mínimo, geralmente ignorado pela etimologia e definível pela presença de morfemas e traços fonético-fonológicos correspondentes à adaptação de nomes de estratos mais antigos (os índices temáticos de *Minho ou Mondego*, sugerindo, uma adaptação ao latim, ou a fricativa pré-palatal de *Tejo*, indiciando uma arabização do nome); até aos híbridos que podem resultar de associações morfológicas ou sintagmáticas que se fixaram como unidades omomásticas (caso provável de *Odivelas* e caso seguro de *Guadiana*). A distribuição geográfica destes elementos evidencia também o conhecido contraste entre o Norte e o Sul, que os estudos de diferentes domínios têm apontado: nos hidrotopónimos de origem pré-latina do sul de Portugal continental, é incerta a filiação indo-europeia, enquanto a norte do Tejo aumentam os hidrotopónimos de configuração indo-europeia. Em distritos do Sul, sobretudo no litoral, como os de Lisboa a Faro, se, por um lado, a presença árabe foi mais prolongada, por outro, também é de ter em conta uma indo-europeização muito incerta antes da romanização. Se excluirmos os hidrotopónimos correspondentes aos grandes rios – *Tejo* e *Guadiana*, os quais deverão, aliás, ser contextualizados no interior sul, hipoteticamente indo-europeizado –, as etimologias dos demais nomes do Centro-Sul e do Sul revelam-se extremamente inseguras a respeito dos estratos linguísticos anteriores à arabização. A maior incerteza que recai sobre as raízes dos hidrotopónimos à medida que se avança para sul parece refletir o mapa linguístico que é possível reconstituir com base nas fontes clássicas, as quais poderão apontar, a respeito do litoral português entre o Douro e o Guadiana, para uma situação linguística complexa, em que se integram falantes de línguas não indo-europeias.⁹³⁴

Na identificação das raízes indo-europeias também se tem em conta a adequação semântico-referencial da raiz com as características que, em geral, podem ser atribuídas a um rio e ao seu entorno, critério que, apesar de frágil, permite excluir casos de homonímia entre as raízes que se encontram em Pokorny (1959) ou Watkins (2000). Assim, seguindo as propostas de Krahe (1964), desenvolvidas e aplicadas por Bascuas (2002, 2006 e 2014) à Galiza e às regiões limítrofes, incluindo as de Portugal, os hidrotopónimos portugueses relacionáveis com raízes indo-europeias organizam-se em

⁹³⁴ Sobre a toponomástica meridional e a sua relação com populações que as fontes da Antiguidade apelidam de Túrduos, ver Guerra (1998: 707-709).

dois grandes tipos: os que remontam a raízes designativas de ‘água’, ‘rio’ (*Águeda*, *Ul*, talvez *Guadiana*) e os que remontam a raízes descritivas do movimento, do aspeto ou de outras dimensões de um curso de água (*Âncora*, *Lima*, *Minho*, *Sul*, *Vouga*, *Tejo*, talvez *Arade*).

Na metade sul do território português, são especialmente interessantes os nomes *Lisandro* e *Sizandro* (que Machado (2003) chega a identificar como denominações do mesmo rio), visto apresentarem-se totalmente isolados no contexto nacional e ibérico – a não ser que se pretenda relacioná-los com hidrónimos da bacia do Mediterrâneo. Nesse caso, tenha-se em conta que a sequência *sis-* de *Sisandro* pode corresponder a uma raiz que Villar (2000: 342/343) atribui a línguas não indo-europeias, cuja área de distribuição coincide com a dos topónimos em *-ippo* — entre os quais se incluem *Olisippo*, a sul, e *Colippo*, mais a norte —, os quais, segundo o mesmo auto, poderiam provir da Ásia Menor (idem, p. 118).⁹³⁵

Seja como for, a dificuldade em relacionar os hidrónimos meridionais com a família indo-europeia acentua-se quando o exame etimológico tem por objeto hidrotopónimos como *Degebe* (v.; atestado na Idade Média como *Odigebe*), *Divor* (v.; *Odivor* na Idade Média), *Odearce*, *Odeleite* e *Odivelas*, pertencentes a uma série que inclui outros casos (*Odelouca*, *Odiege* e *Odiáxere*), cujos segundos elementos, totalmente opacos, podem eventualmente ter filiação ainda mais difusa, pela falta de documentação, pelo silêncio das fontes consultadas ou pela aparente ausência de relação com a toponímia de outras regiões portuguesas ou peninsulares. Se *Divor* e *Odeleite* ainda se deixam sujeitar ao confronto com, respetivamente, *Ibor* (Cáceres) ou o *Guadalete* andaluz, já os restantes resistem a uma análise desse tipo. Cabe, no entanto, frisar que no estudo da etimologia dos hidrotopónimos meridionais, é sempre de lembrar que a arabização da metade sul de Portugal acompanhou novas formas de ocupação do território que, em última análise, poderão ter acarretado a renomeação dos elementos da geografia física dessas regiões.⁹³⁶

⁹³⁵ Seria tentador explorar um paralelo com o hidrónimo frígio *Maeander* (genitivo *Maeandrus* ou *Maeandrös*; cf. Gaffiot 1934), cuja terminação *-ander* parece encontrar eco na sequência *-andro* de *Lisandro* e *Sizandro*. A escassez dos dados e das fontes que sustentam tal conjectura não deixam ir mais longe na interpretação destes hidrotopónimos, pelo que fica feita a referência a uma hipótese, que este estudo não tem a veleidade nem de confirmar, nem de contestar.

⁹³⁶ É o que parece sugerir Picard (2000: 278): “[...] les Arabes, dans les régions qu’ils investirent, acquirent la suprématie sur les populations autochtones, malgré les luttes intestines qui les opposèrent pratiquement dès la conquête. Si les textes ne permettent pas toujours de retrouver les jalons de l’installation des groupes tribaux, il y a coïncidence, dans une région comme le sud-ouest d’al-Andalus, entre l’implantation de ces clans et l’importance des toponymes agnatiques que l’on y découvre par la suite. Le constat d’une grande richesse de toponymes liés à des clans arabes dans la région de Silves, recoupe parfaitement son histoire [...]”. Este movimento de fixação de uma nova população envolve também grupos e clãs berberes, como

Outro aspeto a relevar no elenco de hidrotopónimos atribuídos ao estrato pré-latino (57 hidrotopónimos) é a presença significativa de formas com índice temático em *-a* (24 nomes, ou seja, 42,11%), com elevada concentração (20 hidrotopónimos) nos distritos a norte do Mondego. Apoiando-se em Krahe (1964: 62), Bascuas (2002: 343) assinala *-a* como a terminação mais corrente na hidrotoponímia do europeu antigo. Parece, portanto, de reforçar que os hidrotopónimos dos distritos do terço norte português se conformam mais com um perfil onomástico indo-europeu do que os hidrotopónimos mais a sul. Ora, esta distribuição da hidrotoponímia de perfil provavelmente indo-europeu vai certamente ao encontro do que a historiografia tem considerado ser a direção da expansão do indo-europeu na Península, que se terá feito de Nordeste para Oeste e Sul, a partir dos Pirenéus.⁹³⁷ Não obstante, cabe referir que em nenhum dos hidrotopónimos de provável origem indo-europeia se identificam claramente elementos célticos. Esta constatação converge com propostas como as de Villar (2000 e 2005) e de Prósper (2002), que encontram elementos italoides na onomástica indo-europeia fora das regiões celtibéricas, designadamente na faixa ocidental peninsular.

Picard (idem, p. 280) também salienta, no contexto do Gharb Al-Andalus: “Au moins jusqu’au X^e siècle, une forte cohésion clanique (*qawm*) domine la vie sociale ds localités et zones où s’installèrent les groupes arabes et berbères, reposant essentiellement sur leur rôle militaire, dans le cadre des *junt* et des garnison des *Thughūr* (régions) frontaliers. Cette cohésion eut pour effet de provoquer souvent des réactions pour préserver leur autonomie face au pouvoir central. Elle eu également pour corollaire une mise en valeur collective des terres qui leur étaient concédées. [...] [C]’est cette diffusion dont nous retrouvons la trace dans la toponymie gentilece du sud du Portugal (*Beni* + nom personnel), malgré les aléas de cette science, en particulier au Portugal: Benfarras, Benafim, Benagil, Bensafrim et d’autres anthroponymes de ce type sont présents dans la région de Silves.” Pode daqui supor-se que grupos de árabes e berberes terão feito como que tábuas rasas da toponímia que eventualmente encontraram em uso entre as populações das terras que lhes foram concedidas.

⁹³⁷ Identifica-se uma primeira vaga indo-europeizadora, associada ao movimento da chamada “civilização dos campos de urnas”, conforme observa Fabião (1992: 150): “[Rastrear-se] um importante avanço das populações, tradicionalmente designadas como indo-europeias de primeira vaga, que se materializa na chamada ‘civilização dos campos de urnas’, caracterizada, como o nome indica, pela adopção sistemática do rito funerário de incineração, com posterior deposição em urna cerâmica dos despojos incinerados [...]. Os movimentos destas populações de origem continental ter-se-ão processado desde os Pirenéus, através da meseta, em direcção do ocidente, ao longo de um amplo período de tempo presumivelmente iniciado [...] nos princípios do II milénio a. C. Não sabemos quando terão chegado aos limites ocidentais da meseta hispânica, mas é possível que tal tenha acontecido em torno do século VIII ou VII a. C. Embora, não tenhamos, de momento, indícios seguros sobre as características deste movimento migratório, admite-se que tenha sido progressivo, envolvendo pequenos grupos em deslocação lenta [...]” A esta visão, acresce a proposta de Villar (2000 e 2005), que se revela mais complexa: opondo-se à divisão avançada por Untermann entre uma Hispânia indo-europeia, de carácter céltico, e uma Hispânia não indo-europeia, de carácter ibérico, o investigador andaluz considera um estrato indo-europeu anterior, cuja extensão na Península abrange o Nordeste, o Levante e a actual Andaluzia. O influxo desta primeira indo-europeização chegou, segundo Villar, à cabeceira do Minho, excluindo a zona mais a ocidente e a sudoeste. Contudo, outros estudos (Bascuas 2002 e 2006, Búa 2000 e Prósper 2001), indicam que a indo-europeização alcançou também precocemente todo o Noroeste e zonas do Centro-Oeste. Fica assim excluída a região sudoeste da península e, em especial, o seu litoral, muito embora o topónimo *Ossonoba*, no actual Sotavento algarvio, apresente o elemento *-uba*, o qual remete para a zona andaluza hipoteticamente indo-europeia, conforme a tese defendida por Villar.

Neste contexto, se os hidrotopónimos de provável origem indo-europeia são mais frequentes nos distritos da metade norte de Portugal, conferindo-lhes homogeneidade, já o mesmo não se pode dizer dos distritos a sul: a obscuridade e heterogeneidade da filiação dos hidrónimos aí localizados confirmam o litoral do extremo sudoeste peninsular como uma região eventualmente menos exposta à indo-europeização que se terá generalizado a quase toda a península, mesmo antes de celtas ou romanos. Os hidrotopónimos *Tejo* e *Guadiana*, incluídos nos conjuntos correspondentes aos distritos do Sul, acabam por ser irrelevantes, porque, tratando-se de designações de grandes rios, podem ter sido tomados de empréstimo por populações não indo-europeias estabelecidas a jusante desses rios ou simplesmente generalizados na época romana. A arabização deixaria depois uma forte marca fónica e morfológica, traduzida na criação de híbridos em que o material mais antigo se integrou e, por assim dizer, se afeiçoou às configurações de uma nova família linguística.

Em suma, os distritos do Norte aqui estudados avultam como uma área conservadora, de feição linguística indo-europeia. Nos distritos do Sul aqui referidos, a hidrotoponímia faculta elementos sem dúvida de grande antiguidade, mas de filiação incerta, muito modificados quer pela romanização quer pela arabização.

Por último, uma breve observação sobre a natureza semântico-referencial dos hidrotopónimos dos estratos pré-latinos, a que se voltará na secção 5.2. deste capítulo. A interpretação global do material hidrotoponímico deste estrato já de si tão heterogéneo parece ser motivado globalmente por descrições definidas ou de carácter apelativo ou de natureza qualificativa/descritiva. Esta classificação parte do pressuposto de que o elenco de raízes identificáveis fazia parte de sistemas linguísticos usados por sociedades que ainda não se organizavam em aglomerados populacionais, o que significa que os hidrotopónimos de tipo determinativo (Lebel 1956), isto é, derivados de topónimos preexistentes seriam raros ou inexistentes. Trata-se de uma conclusão que pode revelar-se excessivamente generalizadora, porque o que se supõe, pelo menos, quanto às raízes e outros elementos mórficos enquadráveis na família indo-europeia tem carácter hipotético e assenta na comparação entre topónimos de diferentes regiões próximas ou com alguma espécie de contacto histórico. Por outras palavras, convém não esquecer que a interpretação dos elementos morfológicos envolvidos não poderá nunca assentar num inventário de classes de formas toponímicas descontextualizadas; pelo contrário, será sempre necessário propor cada etimologia como um exame provisório, fundado no muito pouco que se sabe ainda sobre os grupos proto-históricos que falaram as línguas

constitutivas da camada pré-latina. Observe-se, a propósito, que não foi aqui possível fazer um exame atento da relação da teonímia com os hidrotopónimos enquadráveis nos estratos pré-latinos. Reconheça-se, no entanto, que os teónimos desempenharam um papel importante, num contexto antropológico em que os elementos da natureza eram frequentemente concebidos como forças sobrenaturais e materializações do divino.⁹³⁸

5.1.3. O estrato latino-romance

São 299 os nomes que se inscrevem no estrato latino-romance, o que corresponde a 62,16% do conjunto de hidrotopónimos analisados. Como se disse no capítulo 3, a definição deste estrato confronta-se com certo grau de heterogeneidade. Integra, por um lado, unidades pertencentes ao latino-romance galaico, que, como se sugeriu no capítulo 3, podem ter-se consolidado como corpo lexical estável a norte do Mondego, mais especialmente a norte do Vouga.⁹³⁹ Por outro lado, juntam-se unidades que, não sendo enquadráveis no romance galaico, constituirão um conjunto de características difusas, a que a literatura tem chamado romance moçarábico; estes dois fundos latino-romances, se alguma vez estiveram nitidamente separados, confluem com diferentes ponderações a nível regional – mínima ou nula a norte, mas relevante no sul – no português propriamente dito, já diferenciado da matriz galego-portuguesa.

Na caracterização deste estrato tem pertinência o contributo direto do léxico comum para a denominação dos rios mediante apelativos hidronímicos – é o caso de *Corgo* (v.; cf. Piel 1947) – e de qualificativos – (*rio*) *Bom*, *Covo*, *Grande*, *Mau*, *Torto*. A génese dos hidrotopónimos pode também ter-se verificado de modo secundário, às vezes, nem sempre claramente distinguível da função descritiva,⁹⁴⁰ por estruturas de determinação como *rio dos Moinhos* (Viana do Castelo e Guarda) ou rio da *Várzea* (Braga e Coimbra), nos quais não é forçoso que *moinhos* ou *várzea* constituam topónimos autónomos, de uso estável, ou como *rio (de) Canelas* (Porto) ou *rio (de) Campo de*

⁹³⁸ Cf. Moralejo (2009) e Búa (2009).

⁹³⁹ É discutível que, a norte do Douro, até ao rio Minho, ou mesmo abrangendo já território atualmente galego, a toponímia anterior à presença árabe na Península se tenha conservado melhor do que nas regiões do Gharb Al Andalus. A norte do Douro a toponímia não parece independente da situação político-militar em contexto cristão, com importantes alterações decorrentes das presúrias e da recuperação agrícola das terras do sul da antiga Galécia.

⁹⁴⁰ A respeito do galego contemporâneo, a literatura tem destacado os itens *aceia* e *axóuxere* como arabismos bastante antigos, de características fónicas que as unidades correspondentes em português, *azenha* e *aljorze*, não conservariam (cf. Frías Conde 2000 e 2002).

Besteiros (Viseu), cujo elementos determinativos são topónimos preexistentes, também eles originários da conversão de itens do léxico comum.

Note-se que a antropotopoponímia de origem latina conta com raros casos de transferência para a hidrotopoponímia; por exemplo: *Onor* (v.), no distrito de Bragança; *Raimunda* (v.), no distrito de Lisboa, e *Veade* (v.) no distrito de Aveiro. Esta escassez dos qualificativos ou determinativos de origem antroponímica associados a *rio* é, de resto, já observada por Piel (1947: 329) quando definia a tipologia das associações do hidrónimo *rio*: “São mais raros os antropónimos: *Rio Sever* (Marvão PA), *Rio Tedo* (Tabuaço, Vis), *R. d’Onor* < **Honorii* (Bragança), *R. Alvar* (Braga).”

No estrato latino-romance, incluem-se, como também foi dito, os itens do léxico comum de origem árabe, adaptados desde cedo pelos diferentes ramos latino-romances da Península Ibérica. Os dialetos galego-portugueses conheceram-nos precocemente, e os dialetos romances meridionais deveriam tê-los recebido em grande número, num processo que se terá intensificado à medida que o árabe ia ganhando terreno nas diferentes esferas da vida quotidiana. Note-se, porém, que, na hidrotopoponímia delexical aqui comentada, incluindo a de tipo secundário (a que resulta da determinação por topónimos preexistentes ou da transferência/deslocamento destes), não se encontra um impacto significativo dos arabismos do léxico comum, nem dos moçarabismos. Por exemplo, excluindo os distritos a norte do Douro, onde não é desconhecida a toponímia delexical de origem árabe, registam-se os casos do *rio do Açude* (Lisboa) e do *rio das Azenhas* (Leiria), mas trata-se de hidrotopoponímia secundária. E, a sul desse rio, parecem raros nos hidrotopónimos os fenómenos do conservadorismo dos dialetos moçárabes, como seja a conservação de *-n-* e *-l-* latinos. O hidrotopónimo *Ardena* (Viseu) talvez seja um caso representativo, mas curiosamente isolado numa região do interior entre o Douro e o Vouga. A configuração de *Marnel* (Aveiro) ainda poderia constituir outro caso, sugerindo um diminutivo apocopado à maneira meridional de *Pinhel* (de **pinhelo*), mas a etimologia obscura do topónimo e do item lexical correspondente afasta essa possibilidade.⁹⁴¹ Deste ponto de vista, o híbrido *Alcabrichel* talvez seja um exemplo mais seguro da hidrotopoponímia que acusa origem ou influxo moçárabes.

Quanto à possibilidade de distinguir os hidrotopónimos aqui comentados em função de uma datação que permita distribuí-los por diferentes períodos (latim, romance,

⁹⁴¹ O item *marnel* tem etimologia insegura: Figueiredo define-o como ‘paul; terreno alagadiço’ e relaciona-o com a forma *marinel*, de *marino*, mas não se explica por que razão poderia ter-se o elemento *-el* afixado a *marino*, aparentemente um adjetivo.

galego-português e português; cf. capítulo 2), afigura-se difícil definir claros contrastes apenas com base na configuração linguística desses nomes. A identificação e a análise da hidrotoponímia delexical do estrato latino-romance beneficiam com o confronto com a reconstituição do léxico hispânico primitivo e com uma parte deste, formada pelo léxico da Galécia alto-medieval e eventualmente da Lusitânia árabo-românica. A identificação de certos morfemas poderia ser do mesmo modo de alguma ajuda. Assim, no campo da formação de palavras, a presença do sufixo de diminutivo *-elo/-ela*, cuja produtividade não terá ido além do século XIII,⁹⁴² poderá constituir um critério de identificação, tal como é um critério de datação de formação ou transmissão quando se trata de hidrotopónimos cujos radicais são claramente pré-latinos – casos de *Tinhela*, *Tuela*, *Vizela* ou *Zela*.

Quadro 5.1.3.1 – Topónimos latino-romances sufixados com *-elo/-ela*⁹⁴³

<i>Fornelo</i> (Porto)	<i>Agrela</i> (Braga)
<i>Lordelo</i> (Aveiro)	<i>Canelas</i> (Porto)
<i>Portuzelo</i> (Viana do Castelo)	<i>Covelas</i> (Vila Real)
<i>Rebelos</i> (Leiria)	<i>Fontela</i> (Aveiro)
<i>Soutelo</i> (Vila Real)	<i>Paradela</i> (Viana do Castelo)
	<i>Quintela</i> (Aveiro)
	<i>Ribelas</i> (Coimbra)

No exame dos nomes reunidos no quadro 5.1.3.1, tenha-se em atenção que se reportam eles a topónimos preexistentes ou a descrições definidas que terão tido algum uso determinativo. No caso dos topónimos originários de diminutivos em *-ello/-ella*, não é garantido que os hidrotopónimos remontem à época em que tais sufixos eram produtivos; ou seja, os nomes indicados em 5.1.3.1 podem ser bastante mais tardios, uma vez que a sua estrutura determinativa os faz posteriores à fixação dos topónimos para os quais remetem. Trata-se, de qualquer modo, de um tipo hidrotoponímico concentrado a norte do Tejo. Quanto às formas de diminutivo *-ô/-ó* respetivamente, do latim vulgar *-olo/-ola*, praticamente não se registam hidrotopónimos que neste estrato possam ser com

⁹⁴² Fernandes e Cardeira (2013: 6) assinalam que “[...] o sufixo latino-vulgar *-ĒLLUS/A*, que foi de uso geral em todo o domínio ibero-românico, conhecia ainda uma grande divulgação na área galego-portuguesa original durante a antiguidade tardia, apesar da concorrência com outros diminutivos latino-vulgares, nomeadamente *-ĪNU/A* (originalmente com valor relacional). Dá testemunho dessa divulgação a sua adoção no onomástico, atestada por antropotopónimos quer de origem latina quer germânica.”

⁹⁴³ Do quadro 5.1.3.1, exclui-se o hidrototopónimo *rio do Castelo* (Viseu), uma vez que o item *castelo* há muito está assim lexicalizado no português (ou no galego) e, como tal, é uma unidade continuamente ativada desde há séculos.

eles relacionados.⁹⁴⁴ O caso de *Paivô* (Viseu), que supõe **Paivolo* ou **Paivola*, diminutivo de um hidrotopónimo pré-latino, *Paiva*.

No âmbito da hidrotoponímia apelativa, isto é da que resulta de hidrónimos genéricos, cabe assinalar os casos de *Real* ou *Rial* (Leiria), e *Corgo* (Vila Real), claramente pertencentes ao fundo lexical galaico-romance tantas vezes salientado por Piel (1947 e 1989).

Convém ainda dar relevo ao quantitativo correspondente aos hidrotopónimos secundários, isto é, aos hidrotopónimos de tipo determinativo, isto é, de natureza relacional. Formam mais de metade (134 itens), vários relacionados com nomes de localidades, o que aponta para uma situação social e política em que os povoados são suficientemente importantes na paisagem para constituírem pontos de referência. No entanto, esta associação, que pode ter-se tornado especialmente frequente na Idade Média, tem uma temporalidade bastante dilatada no tempo, pois os hidrotopónimos têm uma datação geralmente posterior à dos elementos determinativos, dependendo decisivamente da história dos lugares e dos topónimos associados.

Em tudo o que se disse, ressalvem-se ainda, no conjunto destes hidrotopónimos, os casos de falsa etimologia ou etimologia popular conducentes à homonímia com unidades do léxico comum latino-romance. Bastaria lembrar o caso de *Âncora* (v.), de provável origem pré-latina, mas cuja homonímia com *âncora*, motivou desde cedo uma explicação pseudoetimológica, associada à conhecida lenda do rei Ramiro, cujo relato, aliás, faz parte dos *Livros de Linhagens*.⁹⁴⁵ Os comentários feitos no capítulo 4 não deixaram de considerar essa eventualidade, mas não se exclui que situações de vazio documental possam ter levado a aceitar ou a interpretar como transparentes hidrotopónimos afinal resultantes de étimos não latino-romances ou de unidades latino-romances hoje esquecidas.

5.1.4. Elementos germânicos

Como se disse antes, os elementos germânicos no contexto toponímico não constituem um estrato propriamente dito. Não formam uma camada linguística que

⁹⁴⁴ Sobre a ocorrência de arcaísmos morfológicos na toponímia portuguesa, ver Carvalhinhos (2007: 35/36). Ver também Piel (1949), que, salientando o incremento deste sufixo nos nomes comuns a partir do latim tardio, examina sua associação à onomástica hispano-latina.

⁹⁴⁵ A narrativa encontra-se no *Segundo Livro de Linhagens*, também chamado *Livro do Deão* (cf. PMH Scrip.: 180-181).

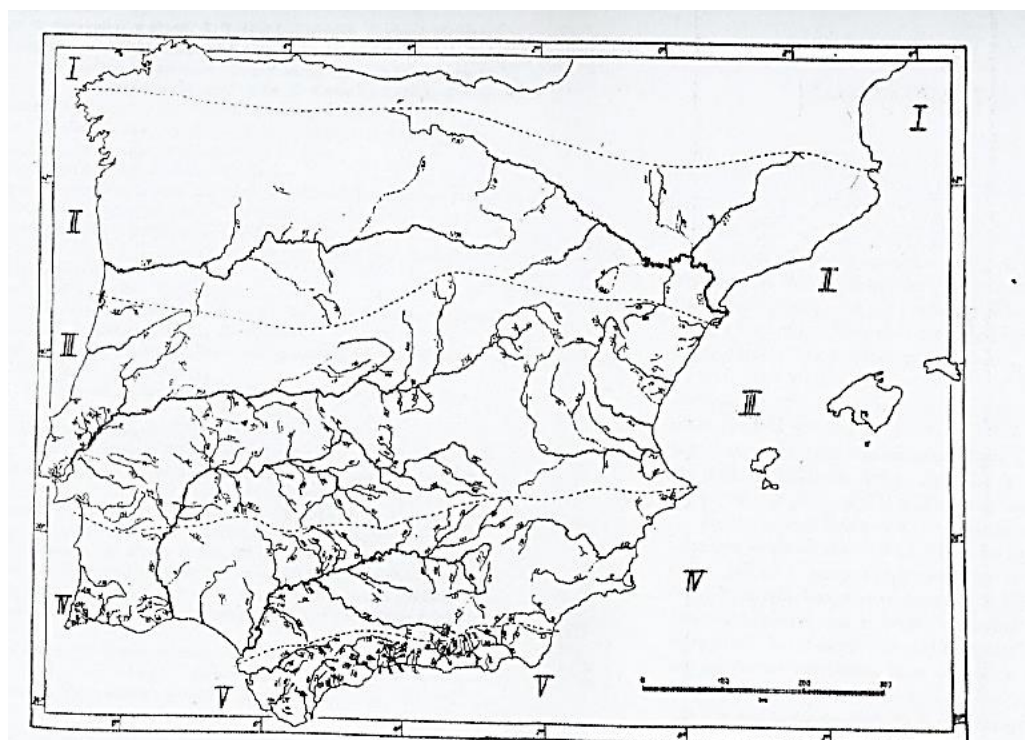
decorra de uma situação de efetivo contacto linguístico, pelo menos, no caso do território continental português, porque não há indícios de que os dialetos góticos ou de outro sistema dialetal do sub-ramo germânico tenham sido falados no território português. O que ficou foi uma rica antroponímia que conheceu grande difusão nos primeiros séculos da Reconquista e acabou por ter grande repercussão na toponímia do terço setentrional português. No âmbito da hidrotponímia, o contributo germânico fez-se de modo secundário, pela determinação da antropotponímia de origem germânica, como acontece com *rio de Eiriz* (Porto), *rio de Fafião* (Braga) ou *rio Gonde* (Aveiro).

5.1.5. O superstrato árabe

O exame dos 481 hidrotponónimos recolhidos permite identificar – com certa segurança – 24 (4,99%) hidrotponónimos arabizados ou (talvez) integralmente árabes. Nenhum dos hidrotponónimos aqui comentados que se inserem deste estrato se encontra a norte do Douro; é a sul deste rio que a hidrotponímia começa a acusar o impacto árabe até se intensificar na bacia do Tejo, com o aparecimento do elemento *odi-/ode-* (por vezes, reduzido a *d-*), que, apenas ocorrendo uma vez (*Odivelas*) na margem norte, em Lisboa, se torna frequente no Alentejo (*Odivelas*, *Degebe*, *Divor*) e no Algarve (*Odeleite*).⁹⁴⁶ Estas observações são compatíveis com Lautensach (1954) – cf. cap. 2 –, conforme o mapa incluído nesse estudo (apresenta-se aqui a imagem disponível na ELH, p. 567):

⁹⁴⁶ Os dados vão ao encontro do que diz Terés (1986: 263), que assinala também a forma *od(e/i)-* em Espanha: “En Portugal [...] los nombres de ríos con el componente Od- inicial se encuentran desde el extremo sur del territorio hasta la línea del Tajo; en España los tenemos en la provincia de Huelva, centrados en la cuenca del Odiel, y no sé si cabría añadirles el Arroyo de Oda-Verata, en término de Oropesa (Toledo), zona de aguas vertientes al Tajo [...]”. Como já se observou no cap. 3, o elemento *ode-/odi-* pode ocorrer fora da hidrotponímia, também como topónimo (cf. CIGeoE-SIG): *Odemira* (Beja), *Odesseixe* (Beja), *Odelouca* (Faro), *Odiáxere* (Faro). Assinale-se, porém, que estes surgem também associados a rios – com a mesma forma (*ribeira de Odeleite*, *ribeira de Odelouca*), ou parcialmente (*rio Mira*, *rio Seixe*). Também Lopes (1968: 27) faz referência a todos estes nomes, com exceção de *Odearce*, mas inclui *Odiaz*. Embora Machado (2003) identifique *Odiaz* com *Odiais*, no concelho de Alcácer do Sal, o CIGeoE-SIG não identifica nem localiza nenhuma destas formas. Talvez se relacionem com *Odiege*, hidrotponónimo recolhido por Castro (1762: 134), que o localiza em Montemor-o-Novo.

Mapa 5.1.5.1. – Distribuição dos hidrotopónimos árabes e arabizados na Península Ibérica (Lautensach 1954: 239/240; ver também ELH, p. 577 e ss.)



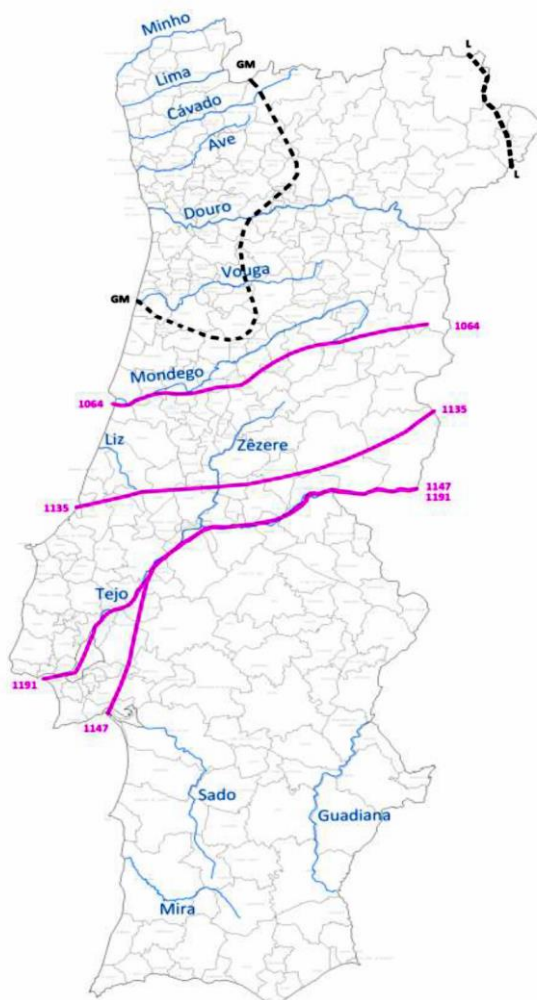
4. Ríos en cuyos nombres se reconoce un origen árabe o arabizado, según Lautensach.

Lautensach (1954: 239) confirmava também, sem surpresas, a tendência identificada por Vasconcelos (1918: 60/61): os nomes de origem árabe aumentam de norte para sul, podendo ser definidas cinco zonas: zona I (extremo Norte, até 43° - 42° 30' de latitude norte): sem interferência árabe; zona II (metade norte, até 41°): a maioria dos grandes rios e dos seus grandes afluentes têm nomes arabizados, havendo casos puramente árabes em Aragão (como se disse no capítulo 2, na secção 2.4.3.2., trata-se de uma afirmação muito discutível; mas os rios do NW português são exceção, segundo Lautensach); zona III (metade sul até 38° 30'): os cursos de água também possuem nomes arabizados, mas um importante número de afluentes e ribeiros é puramente árabe; zona IV (grande parte do Sul até 37° 10') já existem nomes arabizados para grandes rios (*Guadalquivir*); zona V (extremo sul, a partir de 37° 10'): os cursos de água têm maioritariamente nomes árabes. O mapa de Lautensach permite observar que a faixa ocidental ocupada pelo atual território português é abrangida pelas zonas II, III, IV, portanto, por três das cinco áreas que o geógrafo alemão distinguiu quanto ao grau de

arabização, permitindo supor que a hidrotponímia do território português pouco se furtou à influência árabe. Por outras palavras, seguindo Lautensach (1954), pode afirmar-se que a hidrotponímia de Portugal continental nunca conhece nem a ausência nem a supremacia de material lexical árabe, eventualmente predominando os elementos pré-árabes, alterados pela arabização.

Os hidrotponónimos examinados na presente tese impõem, contudo, uma correção nos limites geográficos das zonas historicamente arabizadas de Portugal continental. Tal delimitação terá necessariamente de ter em conta o processo da conquista e expansão cristãs, conforme a discussão desenvolvida no cap. 2 e que se encontra graficamente sintetizada no mapa que Fernandes e Cardeira (2013) apresentam no seu estudo sobre os topónimos que evoluíram do latino-romance *quintana* (mapa 5.1.5.2).

Mapa 5.1.5.2. – Fases da conquista cristã entre os séculos XI e XIII
no território português (Fernandes e Cardeira 2013: 8)



O mapa acima distingue fundamentalmente três grandes linhas de avanço da conquista cristã, conforme observam Fernandes e Cardeira (2013: 2):

“A Conquista cristã deu-se por fases (com avanços e recuos) ao longo do espaço e do tempo, tendo estabilizado no rio Douro por volta do ano mil. As linhas a rosa representam as suas fronteiras militares (as extremas) a sul do Rio Vouga desde 1064 (data da posse definitiva de Coimbra) a 1249 (com a conquista do Algarve): em 1135 a construção do castelo de Leiria por Afonso Henriques, que viria a ser o primeiro rei de Portugal, assegura a colonização a sul de Coimbra, e em 1147, a

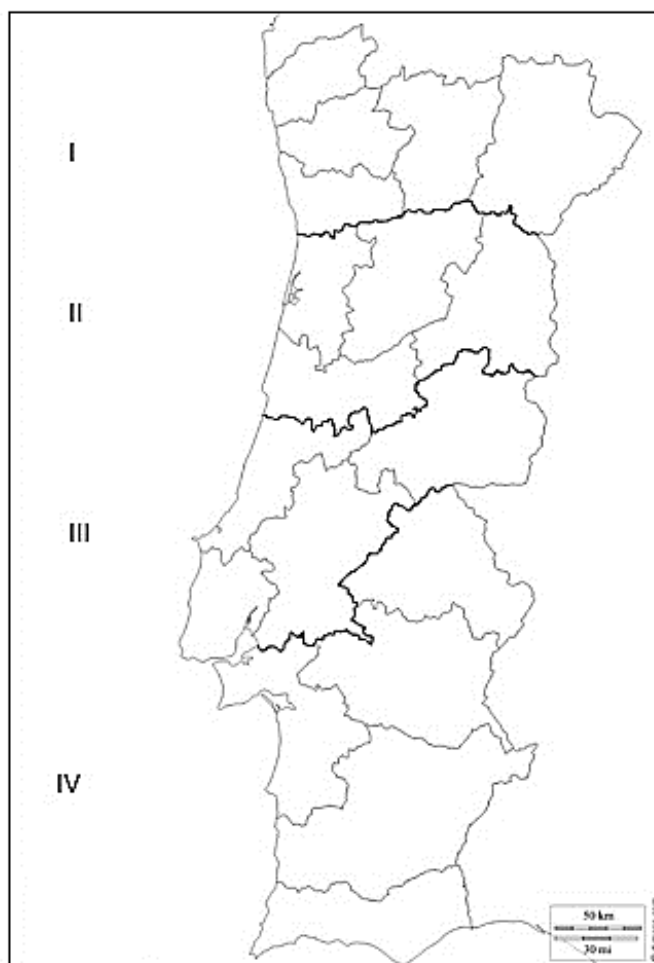
defesa da linha do Tejo permite a colonização dos territórios na Estremadura e no Ribatejo. Em 1191, no reinado de Sancho I, parte do Alentejo e do Algarve estava igualmente conquistada, mas o contra-ataque almóada faz recuar o domínio português novamente para o Tejo. Só em meados do século XIII é que o rei D. Afonso III recuperará esses territórios. A colonização acompanhará os movimentos da Conquista e com ela a difusão do galego-português.”

Focando as fronteiras entre cristãos e muçulmanos nos séculos XI a XIII, as autoras citadas consideram no mapa apresentado uma linha intermédia entre a bacia do Mondego e a do Tejo, de Leiria aproximadamente à atual Penamacor. Sem contestar esta perspetiva, diga-se, no entanto, que a temporalidade dessa fronteira parece muito mais curta do que as de outras linhas de conquista. Esta consideração encontra apoio em Barbosa (2008: 67), que foca os principais aspetos militares desse longo processo:

“Por vezes utilizamos acidentes geográficos para marcar, em certos momentos da História da luta entre o Islão e Cristandade, as linhas divisórias entre os contendores. E assim nos referimos, no que diz respeito ao território português, e até ao século XII, aos três momentos de avanço territorial: a conquista da ‘linha do Douro’, no século IX; a conquista da ‘linha do Mondego’, no século XI; e finalmente a conquista da ‘linha do Tejo’ no século XII. Mas, na realidade, cada um desses três rios, com a suas cidades amuralhadas e as suas fortalezas que guardavam os pontos de mais fácil travessia, marcava apenas o limite para norte do qual (no caso cristão) o território estava seguro. Por conseguinte, o rio fazia parte de um mais complexo sistema defensivo que, no caso do Mondego, se prolongava pelo Maciço Central.”

Os rios Douro; Mondego e Tejo são, portanto, eixos fluviais que definem uma fronteira que também se estende pelas terras adjacentes da margem sul. Sendo assim, a distribuição geográfica da hidrototoponímia identificada neste estudo como árabe ou arabizada coincide aproximadamente com as perspetivas dos autores citados nesta secção quanto às fases de expansão militar no território continental do atual Estado português. O mapa 5.1.5.3 mostra como agregando os distritos a sul do Tejo, por um lado, e reunindo os distritos entre Tejo e Mondego, por outro, se define um território geográfico repartido por quatro zonas de distribuição da hidrototoponímia árabe ou arabizada.

Mapa 5.1.5.3 – Regiões hidrotoponímicas de Portugal continental
quanto ao grau de arabização



De forma muito aproximada e não fugindo aos limites distritais que aqui foram adotados como unidade geográfica, as quatro regiões separadas no mapa 5.1.5.3 por contornos mais destacados constituem-se como projeções das linhas de fronteira consideradas por Fernandes e Cardeira (2013) e Barbosa (2008). Tais territórios correspondem a diferentes situações linguísticas ao longo da Idade Média, até meados do século XIII, sempre tendo em conta o grau de arabização da toponímia. O contributo árabe para a hidrotoponímia afigura-se escasso a norte do Douro (zona I), mesmo que não seja desconhecido na antropotoponímia (cf. Serra 1967). Na zona II, entre o Douro e o Mondego, parece notar-se maior densidade de tais topónimos à medida que se avança para sul e leste: *Alfusqueiro* (Aveiro), *Múceres* (Viseu) ou, talvez *Massueime* (Guarda) são exemplos dessa influência, que pode não configurar uma arabização profunda, mas antes situações de contacto e deslocamento de populações provindas de

sul. A zona III tem já abundante toponímia árabe, podendo até ser agregada à zona IV, que cobre todo o sul do território; do ponto de vista hidrotopónimo, a nota diferenciadora encontra-se nos hidrotopónimos compostos de *od(e/i)-*, caracterizadores sobretudo da zona IV.

No sentido de uma maior convergência com Barbosa (2008), poderiam ser feitos ajustamentos na delimitação das zonas em apreço, de modo a incluir os concelhos do norte do distrito de Aveiro na zona I, ou seja, na zona norte, de modo a abranger a terra de Santa Maria da Feira,⁹⁴⁷ que continuou na órbita do território portugalense e do reino de Leão, mesmo depois da retoma de Coimbra, Viseu e Lamego pelas forças militares cordovesas em finais do século X. Quanto ao limite sul da zona II, se a linha do Mondego, pode ter ainda hoje alguma atualidade pelo facto de o distrito de Coimbra incluir a margem esquerda do Mondego, já o limite sul do distrito da Guarda exclui os concelhos do norte de Castelo Branco (entre eles, o da Covilhã), que historicamente devem ficar a norte da guarda avançada do Mondego e do Sistema Central. Finalmente, a zona III poderia ainda integrar os concelhos da península de Setúbal e os do norte de Portalegre. Apesar de tudo, no intuito de simplificar a tarefa de recolha e de contagem, considerou-se que os distritos portugueses podem repartir-se por quatro zonas cujas linhas de separação não se encontram longe das três bacias hidrográficas (Douro, Mondego e Tejo) que pautaram o progresso cristão na faixa ocidental peninsular.

Conforme se observou na secção dedicada ao estrato latino-romance, não se consideram aqui os hidrotopónimos com origem no léxico comum de origem árabe por ser duvidoso que estes testemunhem resultados da denominação em contexto linguístico árabe ou de ascendente do árabe em situações de bilinguismo. É de realçar, porém, que são vários os hidrotopónimos recolhidos que indiciam a interação entre o estrato árabe e as modalidades dialetais que integram o estrato latino-romance. Trata-se de híbridos distribuídos por dois tipos fundamentais, configurados conforme se apresenta no quadro 5.1.5.1.

⁹⁴⁷ Parte da margem esquerda duriense, ou seja, o concelho de Vila Nova de Gaia, é parte histórica da zona I, ou seja, das terras portugalenses reorganizadas pelo poder régio asturiano nos finais do século IX. Sobre a situação política e militar das terras norte do Douro na Alta Idade Média, ver Beirante (1993: 258 e ss.) e Mattoso (1992: 531-537).

Quadro 5.1.5.1 – Hidrotopónimos híbridos com morfologia árabe

(? indica que a etimologia do hidrotopónimo pode ser totalmente árabe)

artigo <i>al</i> + item total ou parcialmente não árabe (pré-latino ou latino-romance)	Alcabrichel (Lisboa), Alcarrache? (Évora), Alcobaça? (Leiria), Alcobertas (Santarém), Alcubelas (Lisboa), Alenquer? (Lisboa), Alfusqueiro (Aveiro), Almaceda (Castelo Branco), Almonda(Santarém), Alpedriz (Leiria), Alviela (Santarém)
<i>Od(e/i)-</i> + item não árabe (pré-latino ou latino-romance)	Degebe? (Évora), Divor (Évora), Guadiana/Odiana (Portalegre), Odearce? (Beja), Odeleite? (Faro), Odivelas (Lisboa), Odivelas (Beja)

Sobre estes dois tipos de híbrido, como o ponto de interrogação assinala, ressalve-se que o estatuto de híbrido é questionável em vários casos, de acordo com as razões expostas nos respetivos comentários no cap. 4. No entanto, em relação ao primeiro tipo, cabe igualmente assinalar a sua aparente concentração na zona III antes definida, a qual qual sai reforçada quando se tem em conta a forma *Alponsur*, atestação medieval do hidrotopónimo *Ponsul*, de Castelo Branco. O exame deste tipo de hidrotopónimo – ou melhor, de topónimo, uma vez que parte destes nomes de rios aludem a lugares (*Alcobertas*, *Almaceda*, *Alpedriz*) – aponta para a eventualidade de o elemento não árabe aceitar o artigo árabe *al*- independentemente de se tratar de nome comum ou próprio. Na verdade, esta possibilidade fica reforçada quando se atestam as formas *Viaster* e *Albiaster*, hoje substituídas por *Fornos* (nome de lugar e hidrotopónimos), em documentos alto-medievais referentes à região de Coimbra (cf. Machado 2003 e Alarcão 2005: 77).⁹⁴⁸ Estas formas suscitam alguma estranheza, porque, em árabe, como noutras línguas, os nomes próprios não tem associado o artigo definido, pelo que o elemento árabe, se for efetivamente o artigo definido, aguarda uma explicação.

Em suma, muitas são as interrogações que levanta o exame dos hidrotopónimos de origem árabe. O que esta secção pôde fazer não foi dar respostas, mas, sim, identificar

⁹⁴⁸ Considera Jorge Alarcão (Alarcão 2005:77): “Com *Viaster* devemos identificar a villa de *Albiaster*, citada noutros documentos. *Viaster* seria o nome cristão e *Albiaster*, o nome muçulmano, pois os Árabes não tinham o som /v/. Se estamos certos em identificar *Viaster* com *Albiaster* e com Torre de Vilela, e esta ainda com a villa in ripa de fluvio *Viaster* do documento 12 do L. P., atrás citado, Afonso III não teria doado a villa na íntegra, porque, em 967, Nezeron deixa a Lorvão *nostra ratio in villa de Albiaster sive de ecclesia sive de domo cum corte sive vineas* (PMH, DC., n. 0 94).”

um conjunto de questões que terão de ser exploradas no âmbito da história e da filologia da(s) língua(s) medievais da Península Ibérica.

5.2. Tipologias de génese e transmissão dos hidrotopónimos

Como atrás foi sublinhado, a distribuição os dados da tabela 5.1.1 sugere o predomínio de nomes de configuração reconhecida como indo-europeia (pré-latina ou já latina) nas regiões Norte e Centro-Norte, tendência que se esbate no Centro, Centro-Sul e Sul quer pelo número de nomes de origem obscura quer pelo dos nomes de proveniência ou interferência árabes (cf. gráfico 5.1.3). Com os hidrotopónimos meridionais mais arcaicos – por exemplo, *Tejo*, *Guadiana* ou *Arade* – a análise seria mais adequada se considerasse o nome enquanto resultado da interação de duas formas de transmissão que moldaram a forma atual. Trata-se, por um lado, da influência latina e mais tarde romance, nas suas variedades diatópicas, que se podem agrupar em dois grandes sistemas, o galego-portuguesa e o meridional, geralmente chamado moçárabe. Por outro lado, conta-se a interferência do árabe, nas suas variedades andalusis, atuando como estrato que se apropriou de formas eventualmente modificadas pelos dialetos românicos meridionais e as transmitiu ao português. A distinção dos vários estratos linguísticos por que passaram os hidrotopónimos a sul da bacia do Mondego deveria, pois, corresponder em rigor a uma sequência temporal constituída por quatro fases de transmissão: a latina, incluindo o período germânico; a moçárabe ou românica meridional, que pode refletir o contacto com o árabe; a árabe, propriamente dita, que interferiu na transmissão de formas processadas ou não pelo dialetos moçárabes; e, finalmente, a partir dos séculos XI-XII, a galego-portuguesa ou já portuguesa medieval, que introduziu os seus sucessivos processos fonológicos característicos. O esquema em (1) representa esse encadeamento de fases em relação ao hidrónimo *Tejo*:

(1)	fase pré-latina	fase latina	fase árabe	fase portuguesa
	* <i>tag-</i>	<i>Tagus</i>	<i>Taġu</i> (com imela)	<i>Tejo</i>

A sequência representada em (1) é a cadeia de transmissão típica de um hidrotopónimo da maior parte da região a sul do Tejo, onde a arabização estaria completa

no início do século XIII,⁹⁴⁹ seguida de uma rerromanização decorrente da Reconquista em meados do mesmo século. Sublinhe-se, porém, que as quatro fases referidas em (1) só parecem globalmente válidas para o território a sul do Douro; em certas áreas a norte, apesar de a toponímia, em geral, e os hidrotopónimos, em particular, não desconhecereem elementos árabes ou arabizantes principalmente por via da antroponímia árabe (cf. Serra 1966). Assim, na região entre o Minho e o Douro (ou um pouco mais a sul, até ao Vouga) e, abrangendo talvez o distrito transmontano de Vila Real, são de admitir duas fases, a latina e a portuguesa medieval (ou galego-portuguesa) sem solução de continuidade; visto o processo de transmissão não ser permeado pela arabização. Nestas regiões, o encadeamento da transmissão dos nomes é mais simples que o representado antes em (1), conforme se ilustra em (2), a seguir:

(2)	fase pré-latina	fase latina	fase (galego-)portuguesa
	<i>*Limia</i>	<i>Limia</i>	<i>Limia, Lima</i>

Cada fase é definida por adaptações morfológicas e fenómenos fonéticos específicos, as quais podem também ser esquematizadas conforme o quadro 5.2.1:

Quadro 5.2.1 — Exemplos de cadeia etimológica de transmissão com identificação de traços fonológicos e morfemas intervenientes

	Radicais e afixos pré-latinos	estrato latino-romance		
		fase latino-romance	estrato árabe	fases galego-portuguesa/portuguesa
		adaptação fonomorfológica	-imela; -substituição de /g/ por /dʒ/ ou /ʒ/	adaptação fonomorfológica
<i>Tejo</i>	<i>*tag-</i>	<i>Tagus</i>	<i>Taġu, Taýo</i>	<i>Tejo</i>
<i>Lima</i>	<i>*lim-</i>	<i>Limia</i>		<i>Limia/Lima</i>

⁹⁴⁹ Vicente (2006)

5.2.1. Léxico vs. onomástico na génese da hidrotponímia de Portugal continental

A génese ou criação dos hidrotponónimos aqui comentados envolve uma distinção aplicada por Martínez Lema (2010: 39-41) no contexto da toponímia galega e que se revela operativa também no âmbito deste trabalho, ainda que com certas adaptações. Trata-se do contraste entre a toponímia delexical, cuja base é constituída pelo léxico comum, e toponímia deonomástica, resultante de nomes próprios preexistentes, incluindo até topónimos a darem secundariamente origem a novos topónimos.⁹⁵⁰

Este último caso é especialmente relevante para o estudo da hidrotponímia do território de Portugal continental, dada a importância da conversão de topónimos preexistentes em hidrotponónimos. Observe-se, aliás, que a hidrotponímia eventualmente delexical sempre se distingue claramente da deonomástica, porque fitónimos ou mesmo hidrónimos são suscetíveis de se fixarem primeiro como nomes de lugar, para depois se converterem em hidrotponónimos. Verifica-se, por exemplo, que o hidrotponónimo *Teixeira*, que se encontra nos distritos de Braga, Porto, Aveiro e Viseu, é atribuível a nomes de lugar que posteriormente passaram também a identificar os cursos de água que por eles correm; igualmente o *rio Fervença* (Bragança) ou o *Marnel*, embora correspondentes a hidrónimos (*fervença*, *marnel*) que ainda hoje fazem parte do léxico comum português,⁹⁵¹ parecem estar associados a usos toponímicos prévios. No conjunto da hidrotponímia continental portuguesa, destaca-se, portanto, a toponímia deonomástica, com especial relevo para a originária de topónimos, o que justifica que aqui se use o termo *detoponímico* de modo a assinalar esse tipo de génese. A classificação dos hidrotponónimos estudados de acordo com as duas categorias genéticas – delexical e detoponímico – permite definir a distribuição que se apresenta no quadro 5.2.1, a seguir:

⁹⁵⁰ Como já se observou na secção 5.1.1, a hidrotponímia pode ter carácter secundário, por alusão ou transferência de toponímia já existente. Ver o que diz Moralejo (2007: 103) sobre o caso da Galiza.

⁹⁵¹ Cf. Figueiredo (1913).

Quadro 5.2.1 – Hidrotoponímia delexical e hidrotoponímia detoponímica em Portugal continental (frequências absolutas)

delexical	167
detoponímica	241
tipologicamente ambíguo	73
	481

No quadro acima, confirma-se o destaque alcançado pelos hidrotopónimos de carácter secundário (detoponímico) no conjunto dos nomes de rios em discussão. Seguem-se os hidrotopónimos resultantes da denominação direta, os quais podem corresponder a itens adjetivais (no estrato latino-romance, tipicamente, *Frio*, *Grande*, *Mau*, *Resmungão*, *Sordo* ou *Torto*, entre outros itens adjetivais) ou a expressões determinativas que não parecem ter tido uso toponímico prévio (*Farbança*, *Horta*, *Ínsua*, entre outros). No entanto, é apreciável o número de hidrotopónimos tipologicamente indefinidos a este respeito: trata-se de nomes de etimologia obscura, o que significa que para eles não se dispõe de elementos que lhes esclareçam a génese; e, podendo supor-se que são itens delexicais, não se descarta a eventualidade de corresponderem a hidrotopónimos secundários. Mas o que a importância da categoria detoponímica permite sobretudo evidenciar é que a hidrotoponímia não constitui um domínio autónomo no conjunto da toponímia de uma região ou de um país. Na verdade, a amostra de hidrotopónimos de Portugal continental aqui em discussão integra uma maioria de nomes que não apontarão para um sistema hidrotoponímico ou, pelo menos, um conjunto homogéneo, autónomo em relação à restante toponímia, nem mesmo em regiões onde se poderia supor mais enraizada a chamada toponímia paleoeuropeia ou do europeu antigo (cf. Bascuas 2002, 2006 e 2014).

Uma última observação muito breve sobre a relação entre as duas categorias em causa e a proposta estratigráfica que também aqui tem sido discutida. Quase todos os estratos são representados por hidrotopónimos que remontam exatamente à época em que as línguas correspondentes estiveram ativas, mas, como foi dito, observa-se que os relacionados com o estrato germânico não apontam para um uso efetivo dos dialetos deste grupo linguístico. A existência de uma hidrotoponímia de origem germânica só se verifica

de modo secundário, como subsidiária de outros topónimos, sobretudo de caráter fundiário, que encontra a sua génese nas condições da expansão do poder dos reis asturianos e, mais tarde leoneses.⁹⁵² Os hidrotopónimos que exibem radicais germânicos procedem, portanto, do deslocamento de um topónimo ou do alargamento do uso deste como determinativo, o que explica casos frequentes de duplicação, isto é, de situações em que nomes de lugar também se prestam a denominar rios: por exemplo, o nome de lugar *Zonho* (v.), no distrito de Viseu, que parece explicar o hidrotopónimo *rio do Zonho* (v.). A este título, no âmbito dos estratos pré-latino e latino-romance, também a relação entre *Vouzela* e *Zela* (v.), no distrito de Viseu, é de mencionar, porque o segundo é com toda a probabilidade uma forma aferética da primeira, muito embora *Vouzela* tenha começado com grande probabilidade como um hidrónimo derivado de *Vouga*, ou melhor, sobre a forma **Vauca*.

Cabe aqui retomar a tipologia de Lebel (1956), segundo a qual a hidronímia poderá ter caráter apelativo, descritivo ou determinativo. A interpretação das diferentes classes estratigráficas da hidrotoponímia portuguesa mostra que a motivação dos hidrotopónimos é bastante diversificada no estrato latino-romance, observação que já não se apresenta válida em relação ao estrato heterogéneo que é pré-latino. Com efeito, não se tendo desenvolvido na proto-história a vida urbana, é duvidoso que haja hidrotopónimos pré-latinos que se constituam por alusão a aglomerados urbanos, ao contrário do que verificamos na hidrotoponímia latino-romance, na qual são bastante abundantes os casos de toponímia por determinação nas fases mais tardias, já plenamente portuguesas. Sendo assim, os hidrotopónimos arcaicos ou proto-históricos (os que poderão ser abrangidos pela discussão do europeu antigo, conforme a proposta de Krahe 1964 e os estudos de Bascuas 2002, 2006 e 2014) seriam todos eles decifráveis no contexto lexical, remetendo para os vocabulários hidronímicos das línguas arcaicas. Por outras palavras, a hidrotoponímia pré-latina não conheceria casos de motivação deonomástica, em contraste com a hidrototoponímia medieval. Contudo, o quadro não é assim tão linear, quando temos de ter em consideração quer a etnonímia quer a teonímia pré-romanas ou indígenas coevas da romanização. Faltará aqui uma investigação mais aprofundada da relação dos hidrotopónimos pré-latinos ou classificados como obscuros com o conjunto da teonímia e da etnonímia da faixa ocidental ibérica.

⁹⁵² Não se entra aqui na questão controversa da denominação do reino cristão do noroeste ibérico, no qual a antiga Galécia lucense (mais de dois terços da atual Galiza) teve um papel político de relevo.

Tomando em consideração a tipologia proposta por Martínez Lema (2010), observa-se que apenas uma pequena parte – 90 (18,52%) – dos hidrotopónimos comentados correspondem a casos de continuidade toponímica ou desde a Antiguidade ou desde a Idade Média. Raros são os casos em que o hidrotopónimo atual se fixou por substituição de outro (5 hidrotopónimos, ou 1%). Mas um número muito significativo (233 nomes, correspondentes a 48% do reportório estudado) é constituído por casos de deslocamento ou de transferência de um topónimo como determinação do hidrotopónimo. Por outras palavras, são frequentes os nomes que resultam do uso de um topónimo preexistente como forma de identificar um curso de água. Saliente-se ainda que um número significativo (157, ou seja, 32,3%) tem características que impedem o seu claro enquadramento num dos tipos, por não haver elementos claros sobre a sua história, que tanto pode ser remota como recente.

5.4. Considerações finais

Ao longo destas páginas, foi-se revelando a importância de realizar o estudo da hidrotoponímia de Portugal continental num quadro alargado, que permita a relação com o conjunto da toponímia portuguesa, isto é, com as suas demais subcategorias toponímicas, como sejam, a orotoponímia ou a coronímia, ou até com a globalidade da onomástica cujo uso se documente ou se infira no contexto português. Por outro lado, é imprescindível que o estudo da toponímia portuguesa se desenrole tendo sempre em atenção a toponímia de territórios fora das fronteiras do Estado português; sobretudo a de regiões vizinhas. Tendo em conta a temporalidade de muitas das formas estudadas, a toponímia apresenta traços que testemunham mutações e contactos decorrentes do encontro de populações com resultados históricos diversificados na cultura local. Trata-se de acontecimentos e processos muitas vezes anteriores à consolidação da fronteira política portuguesa no conjunto da Península Ibérica, depois reforçada pela expansão ultramarina a partir do século XV, com consequências políticas, sociais e linguísticas conhecidas.

Apesar da estabilidade que vários autores supõem como característica definidora dos hidrotopónimos, o trabalho foi revelando que a nomenclatura recolhida é vulnerável à História, sendo, portanto, suscetível de alterações decorrentes da história da população de um território e da sua cultura. Se é verdade que a denominação dos grandes rios mantém raízes que vêm da proto-história, a hidrotoponímia mostra-se diacronicamente

dinâmica, abrangendo hoje nomes cuja atribuição data da Idade Média, quer no contexto latino-romance quer no contexto árabe (durante muito tempo, em situação de diglossia com falares românicos), ou que só se terão fixado nos períodos mais tardios da língua portuguesa. Contam-se, portanto, vários casos de substituição, como o de *Celadus* (Guerra 1998: 387/388), por *Cávado*, logo na Alta Idade Média (v. *Cávado*); ou de extensão (considerando-a enquanto um tipo de deslocamento, conforme a conceptualização adotada por Martínez Lema 2010), como parece ter acontecido com *Sado* (v.), que, de nome de lugar ou de um troço do rio assim chamado, se generalizou a todo o curso fluvial; ou, ainda, o de *Alcoa* e *Baça* que provavelmente correspondem a uma reanálise pseudoerudita de Alcobaca (v.). É certo que os nomes aqui comentados são já o resultado de uma seleção com propósitos administrativos, a qual teria de se submeter a um confronto com os usos regionais contemporâneos ou passados, comparação que já não foi possível concretizar neste trabalho.

Perante as características evidenciadas pelos nomes estudados, é, portanto, difícil concordar com Bascuas (2002: 5) quando este diz que “no hace falta insistir en la importância singular de la hidronimia en orden al estudio de la prehistoria y identidad lingüística de un Pueblo”. A dificuldade em convergir com este autor advém de a hidronímia (ou hidrotoponímia como aqui se prefere) poder não revelar globalmente esse carácter pré-histórico, ainda que possa contribuir para a identidade lingüística de um povo, em certas circunstâncias. No caso de Portugal, o que puder ser identificado como pré-histórico será, sem dúvida, um elemento a acrescentar ao património lingüístico do país; contudo, a identidade da toponímia portuguesa – e a identidade cultural portuguesa em geral – não tem dependido dessa camada pré-histórica, como mostram os casos apontados e outros. Também ao caso toponímico português não se adequa outra observação de Bascuas (idem, ibidem):

“Cuando un país es conquistado por outro los nombres de los ríos suelen conservarse con una tenacidad muy superior a la del resto dela toponímia. Se impone la lengua del invasor y se olvida la anteriormente usada, pero los ríos tienden a seguir llamándose de la misma manera. También los nombres de las etnias, de los lugares y de los montes sobreviven a menudo a las lenguas que les dieron vida, pero no con la persistência característica de los hidrónimos. Aún admitiendo la posibilidad de nombres transplantados por los conquistadores como tantos León o Zamora del Nuevo Mundo, es indudable que los hidrónimos y, en

general, topónimos prerromanos son originariamente palabras corrientes de la lengua que les dio vida, tal como suele ocurrir en nuestros días cuando a un lugar se le llama *Ensanche*, *Barrio* o *Polígono*. Sólo cuando dicha lengua se pierde u olvida terminan por oscurecerse y quedan sin sentido, reducidos a simples nombre propios.”

Este pressuposto, mesmo concebido como tendência, acaba por ser posto em dúvida pela discussão que aqui foi sendo desenvolvida, porque o que se mostrou foi que, geralmente, os hidrotopónimos de Portugal continental não têm uma história suficientemente documentada. Como se viu, os de filiação obscura, que atingem uma proporção significativa, não têm uma origem linguística claramente enquadrável nas línguas antigas documentadas; além disso, muitos são os hidrotopónimos de tipo determinativo que remetem para a toponímia baseada em itens latino-romances. Sendo assim, os hidrotopónimos não parecem preservar a língua ou as línguas da proto-história melhor que outros tipos toponímicos. Pelo contrário, igualmente se apresenta vulnerável às vicissitudes históricas com maior impacto estrutural, o que significa que, depois da romanização, a arabização exerceu um impacto linguístico importante a sul do Mondego, ou, se se preferir, a sul do chamado sistema montanhoso Montejunto-Estrela.

Outra vertente da discussão leva a considerar que é justamente pelo contributo do estrato latino-romance no conjunto da hidrotoponímia portuguesa que se impõe à investigação escrutinar a toponímia de outras regiões da Península Ibérica, entre elas, aquelas que política e linguisticamente mais contacto direto tiveram com as populações portuguesas. Na faixa ocidental da península, a presença galega é a manifestação demográfica e linguística do avanço da Reconquista, pelo que nunca é de mais realçar o contributo dos estudos de toponímia galega, inestimável e imprescindível para compreender a história da toponímia portuguesa e a dos processos de designação associados na região norte do país, porque eles são – se não totalmente, pelo menos, praticamente – os mesmos de que dispunham os falantes que se encontravam a norte do Minho. Mesmo assim, há que atender que outros hidrotopónimos foram criados já muito depois do período linguístico comum. Além disso, se a hidrotoponímia portuguesa se funde a norte com a da Galiza, justamente pela projeção que esta região tem na formação quer de Portugal quer da língua que hoje lhe confere identidade, ambas as regiões não parecem, no entanto separáveis de outras regiões peninsulares próximas, como os hidrotopónimos das regiões orientais portuguesas também sugerem.

Como sugestão do alargamento do estudo da toponímia à discussão do seu estatuto cultural, acrescenta-se que a visão de Bascuas (2002) que parece estar subjacente à citação anterior se compreende num contexto como o da Galiza, uma vez que aqui – talvez sobretudo na sua metade norte – o impacto da deslocação de populações terá sido muito menor por comparação ao verificado em todo o território português. Mas, observe-se, os estudos de toponímia galega ligam-se também à construção da identidade galega, fortemente inspirada pela busca de raízes bastante remotas, por vezes, na linha de uma perspectiva essencialista, milenária e mítica. Em Portugal, a visão é consideravelmente diferente, porque a identidade se forja em condições históricas bastante bem conhecidas – ainda que também mitificadas –, como fundação em rutura com um passado remoto. Daí talvez o insucesso do celtismo nos meios intelectuais e académicos portugueses, não por falta de vestígios – que os há – mas porque o celtismo não é condição dos mitos fundacionais de Portugal. Junta-se a tudo isto uma condição fundamental para a história cabal da toponímia portuguesa: a questão da arabização das populações a sul do Douro, a qual não pode ser nunca ignorada sob pena de não se compreender a história linguística do território continental português.

O exame dos hidrotopónimos de Portugal continental levanta, portanto, sérias dúvidas quanto à possibilidade de o estrato pré-latino em que alguns se inserem confirmar a hipótese do chamado europeu antigo ou paleoeuropeu. Há certamente unidades linguísticas analisáveis que remetem para línguas da família indo-europeia, especialmente concentrados a norte do Tejo (com exceção talvez da faixa litoral da atual Estremadura, mas continuando para sul, pelo interior, para abranger áreas do Alentejo). Mesmo assim, não parece viável a garantia de que tais vestígios deem apoio às propostas de Krahe (1964) enquanto identificação de uma camada ou um conjunto dialetal indo-europeu com características homogéneas, porque, como já fora antes aqui observado, as raízes identificadas podem ser unidades devidas a empréstimo, eventualmente homónimas das raízes indo-europeias que a reconstrução do protoindo-europeu foi reportoriando ao longo do seu desenvolvimento (cf. Pokorny 1959). Face aos trabalhos de Bascuas (2002, 2006 e 2014), sem rejeitar as importantes pistas (ainda por explorar a fundo) que incontestavelmente facultam para a análise da toponímia pré-latina ou já latino-romance do território de Portugal, sobretudo do seu terço norte, o trabalho aqui exposto fica, porém, muito longe de confirmar um quadro linguístico homogeneamente indo-europeu. Como o próprio investigador galego admitia, há muito léxico comum que pode lançar luz sobre a hidrotoponímia; não obstante, há que ter em conta que não fica clara a datação da

projeção desses itens em descrições definidas que depois passaram por um processo de fixação como nomes próprios. Os hidrónimos mobilizados na nomeação dos cursos de água não têm de configurar nem um sistema unificado nem uma época em que tal denominação emergiu e se fixou. A falta de documentação impede por enquanto as incursões nesse sentido, pelo que a via aparentemente mais segura não terá de se afastar das fontes disponíveis e do confronto constante de cada item comentado com outros eventualmente semelhantes em condições parecidas em regiões geográfica, histórica e linguisticamente próximas.

O que a exposição dos comentários aqui reunidos propõe tem antes um propósito mais modesto, porque aceita que não é possível produzir juízos etimológicos sem os dados do passado que as fontes disponíveis dispensam, de modo a relacionar direta ou indiretamente com eles as formas existentes e analisadas no presente. Em última análise, o propósito deste trabalho foi o de recuperar o comentário etimológico sobre a toponímia como forma legítima de um tipo de discurso linguístico. Para tanto, foi necessário revisitar os estudos de etimologia toponímica de finais do século XIX e princípios do século XX, que guardam um volume de investigação ainda longe de estar ultrapassada.

O retorno ao saber de Leite Vasconcelos, Joseph-Maria Piel, Joaquim da Silveira, A. Almeida Fernandes, Domingos Moreira ou Pedro Cunha e Serra, a que, mais recentemente se têm juntado outros nomes – Jorge de Alarcão, Maria Luísa Azevedo, Maria Alice Fernandes, ou, já no Brasil, Patrícia Carvalhinhos – revela-se frutuoso, porque propõe desde os seus primórdios um tipo de inquérito científico que não pode descurar as perspetivas abertas pela investigação mais atualizada, sobretudo nos domínios da linguística, da arqueologia e da historiografia. Espera-se que, com este trabalho, se tenha conseguido também lançar o desafio de a este se seguirem outros que visem resgatar os estudos toponímicos e etimológicos da letargia em que se encontram em Portugal e recuperá-los como área disciplinar de pleno direito no contexto da história da língua e da linguística histórica.

Índice dos hidrotopónimos comentados

hidrotopónimo	distrito	capítulo/secção/subsecção
Açude (rio do)	Lisboa	4.11.1
Adrão (rio)	Viana do Castelo	4.16. 1
Agadão (rio)	Aveiro	4.1.1
Agrela (rio da)	Braga	4.3.1
Águas Belas (rio das)	Leiria	4.10.1
Águeda (rio)	Aveiro	4.1.2
Águeda (rio)	Guarda	4.9.1
Aguiar (ribeira de)	Guarda	4.9.2
Aguilhão (rio)	Vila Real	4.17.1
Aires (rio d')	Vila Real	4.17.2
Alcabrichel (rio)	Lisboa	4.11.2
Alcaide (rio)	Leiria	4.10.2
Alcarrache (rio/ribeira de)	Évora	4.7.1
Alcoa (rio)	Leiria	4.10.3
Alcobaça (rio)	Leiria	4.10.4
Alcobertas (ribeira de)	Santarém	4.14.1
Alcubela (rio)	Lisboa	4.11.3
Alenquer (rio de/rio)	Lisboa	4.11.4
Alfusqueiro (rio)	Aveiro	4.1.3
Almaceda (ribeiro de)	Castelo Branco	4.5.1
Almançor (rio)	Évora	4.7.2
Almonda (rio)	Santarém	4.14.2
Alpedriz (rio de)	Leiria	4.10.5
Alto (rio)	Porto	4.13.1
Alva (rio)	Guarda	4.9.3
Alviela (rio)	Santarém	4.14.3
Alvor (rio)	Faro	4.8.1
Amieiras (rio das)	Aveiro	4.1.4
Âncora (rio)	Viana do Castelo	4.16.2
Anços (rio)	Leiria	4.10.6
Angueira (rio)	Bragança	4.4.1
Antas (rio das)	Leiria	4.10.7
Antuã (rio)	Aveiro	4.1.5
Arade (rio)	Faro	4.8.2
Arado (rio do)	Braga	4.3.2
Arda (rio)	Aveiro	4.1.6
Ardena (rio)	Viseu	4.18.1
Ardila (rio)	Beja	4.2.1
Areal (rio do)	Viseu	4.18.2
Areeiro (rio do)	Braga	4.3.3
Areeiro (rio do)	Viana do Castelo	4.16.3
Areia (rio da)	Leiria	4.10.8

Armada (rio da)	Viana do Castelo	4.16.4
Arnoia (rio)	Leiria	4.10.9
Arões (rio)	Aveiro	4.1.7
Arouce (rio)	Coimbra	4.6.1
Arunca (rio)	Leiria	4.10.10
Asnes (rio)	Viseu	4.18.3
Assureira ou Açoreira (rio)	Vila Real	4.17.3
Atães (rio de)	Braga	4.3.4
Ave (rio)	Braga	4.3.5
Avelais (rio dos)	Vila Real	4.17.4
Avelames (rio)	Vila Real	4.17.5
Aveleira (rio da)	Viana do Castelo	4.16.5
Aveleira (rio de)	Vila Real	4.17.6
Azenhas (rio das)	Leiria	4.10.11
Ázere (rio)	Viana do Castelo	4.16.6
Azibo (rio)	Bragança	4.4.2
Baça (rio)	Leiria	4.10.12
Baceiro (rio)	Bragança	4.4.3
Balsemão (rio)	Viseu	4.18.4
Barreiro (rio)	Viseu	4.18.5
Bazágueda (rio)	Castelo Branco	4.5.2
Beça (rio)	Vila Real	4.17.7
Beijames (rio)	Guarda	4.9.4
Beliche (ribeira de)	Faro	4.8.3
Bessada (rio da)	Aveiro	4.1.8
Boco (rio)	Aveiro	4.1.9
Bogota (rio)	Lisboa	4.11.6
Boição (rio/rio do)	Lisboa	4.11.7
Bojas (rio das)	Vila Real	4.17.8
Bom (rio)	Aveiro	4.1.10
Bom (rio)	Bragança	4.4.4
Bom (rio)	Viseu	4.18.6
Bouça Nova (rio da)	Vila Real	4.17.9
Bouco (rio do)	Lisboa	4.11.5
Branco (rio)	Aveiro	4.1.11
Bugio (rio)	Braga	4.3.6
Burga (ribeira da)	Bragança	4.4.5
Cabanas (rio de)	Viana do Castelo	4.16.7
Cabra (rio)	Braga	4.3.7
Cabrão (rio)	Viana do Castelo	4.16.8
Cabrão (rio)	Vila Real	4.17.10
Cabril (rio)	Viana do Castelo	4.16.9
Cabril (rio)	Vila Real	4.17.11
Cabril (rio)	Viseu	4.18.7
Cabrum (rio)	Viseu	4.18.8

Caia (rio)	Portalegre	4.12.1
Caima (rio)	Aveiro	4.1.12
Cal (rio da)	Leiria	4.10.13
Calabor (rio de)	Bragança	4.4.6
Calçada (rio da)	Lisboa	4.11.8
Caldeirão (rib. ^a do)	Guarda	4.9.5
Caldo (rio)	Braga	4.3.8
Calvo (rio)	Vila Real	4.17.12
Calvo (rio)	Viseu	4.18.9
Camalhão (rio do)	Braga	4.3.9
Campo de Besteiros (rio de)	Viseu	4.18.10
Campos (rio dos)	Viana do Castelo	4.16.10
Canelas (rio de)	Porto	4.13.2
Carapua (rio)	Santarém	4.14.4
Carneiro (rio)	Porto	4.13.3
Carregal (rio do)	Viseu	4.18.11
Carvalhais (ribeira de)	Bragança	4.4.7
Carvalheiras (rio de)	Viana do Castelo	4.16.11
Carvalho (rio do)	Santarém	4.14.5
Castanheira (rio da)	Leiria	4.10.14
Castelo (rio do)	Viseu	4.18.12
Castelões (rio de)	Viseu	4.18.13
Cáster (rio)	Aveiro	4.1.13
Castro Laboreiro (rio)	Viana do Castelo	4.16.12
Cávado (rio)	Vila Real	4.17.13
Cavaleiros (rio dos)	Viana do Castelo	4.16.13
Cavalos (rio/rio de)	Coimbra	4.6.2
Cavalum (rio)	Porto	4.13.4
Ceira (rio)	Coimbra	4.6.3
Ceira (rio)	Vila Real	4.17.14
Centeio (rio/rio do)	Santarém	4.14.6
Cértima (rio)	Aveiro	4.1.14
Chança (rio)	Beja	4.2.2
Chãos (rio de)	Leiria	4.10.15
Coa (rio)	Guarda	4.9.6
Cobral (rio)	Guarda	4.9.7
Codecede (rio de)	Viana do Castelo	4.16.14
Coina (rio)	Setúbal	4.15.1
Conho (rio do)	Braga	4.3.10
Corga (rio da)	Leiria	4.10.16
Corgo (rio)	Vila Real	4.17.15
Corte (ribeira da)	Faro	4.8.4
Costa (rio da)	Lisboa	4.11.9
Couço (rio de)	Viana do Castelo	4.16.15

Coura (rio)	Viana do Castelo	4.16.16
Couto (rio do, ribeiro do)	Viseu	4.18.14
Covas (rio)	Vila Real	4.17.16
Covelas (rio de)	Vila Real	4.17.17
Covo (rio)	Braga	4.3.11
Covo (rio)	Viana do Castelo	4.16.17
Covo (rio)	Viseu	4.18.15
Coz (rio de)	Leiria	4.10.17
Cris, Criz (rio)	Viseu	4.18.16
Crós Cós	Lisboa	4.11.10
Cuco (rio do)	Lisboa	4.11.11
Curros (rio)	Vila Real	4.17.18
Dalmeu (rio)	Viseu	4.18.17
Dão (rio)	Guarda	4.9.8
Degebe (rio)	Évora	4.7.3
Delobra (rio da)	Viseu	4.18.18
Dinha (rio)	Viseu	4.18.19
Divor (ribeira)	Évora	4.7.4
Diz (rio)	Guarda	4.9.9
Douro (rio)	Bragança	4.4.8
Dueça (rio)	Coimbra	4.6.4
Ega (rio)	Coimbra	4.6.5
Eiriz (rio de)	Porto	4.13.5
Erges (rio)	Castelo Branco	4.5.3
Ervedal (rio)	Aveiro	4.1.15
Escalheiro (rio de)	Vila Real	4.17.19
Esperança (rio da)	Leiria	4.10.18
Espírito Santo (rio do)	Porto	4.13.6
Este (rio)	Braga	4.3.12
Estorãos (rio)	Viana do Castelo	4.16.18
Fafião (rio de)	Braga	4.3.13
Fanadia (rio da)	Leiria	4.10.19
Farbança (rio)	Viseu	4.18.20
Febros (rio)	Porto	4.13.7
Felgueiras (rio de)	Vila Real	4.17.20
Ferreira (rio)	Porto	4.13.8
Ferreiros (rio)	Vila Real	4.17.21
Ferrel (rio de)	Leiria	4.10.20
Ferro (rio)	Braga	4.3.14
Fervença (rio)	Bragança	4.4.9
Fervença (rio da)	Viana do Castelo	4.16.19
Filvida (rio)	Aveiro	4.1.16
Fogarosa (rio)	Viseu	4.18.21
Foja (rio da)	Coimbra	4.6.6
Fojo (rio do)	Coimbra	4.6.7

Fontão (rio de)	Porto	4.13.9
Fonte Biqueira (rio)	Viseu	4.18.22
Fonte Santa (rio da)	Leiria	4.10.21
Fontela (rio)	Aveiro	4.1.17
Fornelo (rio)	Porto	4.13.10
Fornos (rio dos)	Coimbra	4.6.8
Foupana (ribeira da)	Faro	4.8.5
Frades (rio de)	Aveiro	4.1.18
Fresno (rio)	Bragança	4.4.10
Frio (rio)	Viseu	4.18.23
Froufe (rio, rio de)	Viana do Castelo	4.16.20
Fundo do Lugar (rio do)	Viseu	4.18.24
Fuste (rio)	Aveiro	4.1.19
Gadanha (rio, rio da)	Viana do Castelo	4.16.21
Gaia (rio da)	Viseu	4.18.25
Galego (rio)	Viana do Castelo	4.16.22
Galinhas (rio de)	Porto	4.13.11
Galvão (rio)	Lisboa	4.11.12
Gerês (rio do/rio)	Braga	4.3.15
Germil (rio de)	Viana do Castelo	4.16.23
Gilão (rio Gilão)	Faro	4.8.6
Gingiela (rio da)	Viana do Castelo	4.16.24
Gonde (rio)	Aveiro	4.1.20
Gondim (ribeiro)	Aveiro	4.1.21
Gorgulhão (rio do)	Aveiro	4.1.22
Grande (rio)	Lisboa	4.11.13
Grande (rio)	Viana do Castelo	4.16.25
Grande da Pipa (rio)	Lisboa	4.11.14
Granja (rio da)	Porto	4.13.12
Grosso (rio)	Aveiro	4.1.23
Guadiana (rio)	Portalegre	4.12.2
Guisande (rio)	Braga	4.3.16
Homem (rio)	Braga	4.3.17
Horta (rio de)	Aveiro	4.1.24
Igreja Velha (rio)	Leiria	4.10.22
Igrejas (rio/ribeira das)	Bragança	4.4.11
Inha (rio)	Aveiro	4.1.25
Ínsua (rio)	Aveiro	4.1.26
Jaleca (rio da)	Santarém	4.14.7
Jamor (ou rio do Jamor)	Lisboa	4.11.15
Jardim (rio)	Aveiro	4.1.27
Judeu (rio)	Setúbal	4.15.2
Juncal (rio do)	Porto	4.13.13
Junceira (rio da)	Leiria	4.10.23
Labriosca ou Labriosque	Braga	4.3.18

Labruja (rio)	Viana do Castelo	4.16.26
Laço (rio)	Braga	4.3.19
Laje (rio da)	Braga	4.3.20
Lama (rio da)	Leiria	4.10.24
Largo (rio)	Aveiro	4.1.28
Lavandeira (rio da)	Braga	4.3.21
Lavandeira (rio da)	Leiria	4.10.25
Leça (rio)	Porto	4.13.14
Lena (rio)	Leiria	4.10.26
Levira (rio)	Aveiro	4.1.29
Lima (rio)	Viana do Castelo	4.16.27
Lis (rio)	Leiria	4.10.27
Lisandro (rio)	Lisboa	4.11.16
Lordelo (rio)	Aveiro	4.1.30
Louredo (rio)	Vila Real	4.17.22
Loures (rio de)	Lisboa	4.11.17
Louriceira (rio da)	Lisboa	4.11.18
Lousa (rio de)	Lisboa	4.11.19
Ludares (rio de)	Viseu	4.18.26
Maças(rio)	Bragança	4.4.12
Macedo (rio de)	Bragança	4.4.13
Maceira (rio da)	Braga	4.3.22
Maior (rio)	Santarém	4.14.8
Manco (rio)	Viana do Castelo	4.16.28
Marão (rio)	Porto	4.13.15
Marateca (ribeira de)	Évora	4.7.5
Marialva (rio)	Aveiro	4.1.31
Marnel (rio)	Aveiro	4.1.32
Massueime (rio, ribeira de)	Guarda	4.9.10
Mata (rio da)	Santarém	4.14.9
Matos (rio dos)	Lisboa	4.11.20
Mau (rio)	Aveiro	4.1.33
Mau (rio)	Bragança	4.4.14
Mau (rio)	Porto	4.13.16
Mau (rio)	Viseu	4.18.27
Meimoa (ribeira da)	Castelo Branco	4.5.4
Meio (rio do)	Leiria	4.10.28
Mel (rio de)	Coimbra	4.6.9
Mel (rio de)	Viseu	4.18.28
Mente (rio)	Bragança	4.4.15
Mestre (rio)	Viana do Castelo	4.16.29
Mezio (rio)	Porto	4.13.17
Milhares (rio)	Viana do Castelo	4.16.30
Minho (rio)	Viana do Castelo	4.16.31
Mira (rio)	Beja	4.2.3

Miravaio (rio)	Viseu	4.18.29
Moinhos (ribeiro dos)	Vila Real	4.17.23
Moinhos (rio dos)	Guarda	4.9.11
Moinhos (rio dos)	Viana do Castelo	4.16.32
Moita (rio)	Setúbal	4.15.3
Mondego (rio)	Guarda	4.9.12
Monte do Marquês (ribeira)	Beja	4.2.4
Mouro (rio)	Viana do Castelo	4.16.33
Mouros (rio de)	Coimbra	4.6.10
Mourual (rio)	Santarém	4.14.10
Mousse (rio)	Vila Real	4.17.24
Múceres (rio de)	Viseu	4.18.30
Mulas (rio de)	Viana do Castelo	4.16.34
Nabão (rio)	Leiria	4.10.29
Negro (rio)	Aveiro	4.1.34
Neiva (rio)	Braga, Viana do Castelo	4.3.23
Noémi (rio)	Guarda	4.9.13
Ocesa (rio)	Castelo Branco	4.5.5
Odearce (ribeira)	Beja	4.2.5
Odeleite (ribeira de)	Faro	4.8.7
Odivelas (ribeira de)	Lisboa	4.11.21
Odivelas (ribeira)	Beja	4.2.6
Odres (rio)	Porto	4.13.18
Oliveira (rio de)	Viana do Castelo	4.16.35
Olo (rio)	Vila Real	4.17.25
Onda (rio)	Porto	4.13.19
Onor (rio de)	Bragança	4.4.16
Ortigosa (rio)	Aveiro	4.1.35
Ota (rio)	Lisboa	4.11.22
Ouro (rio de)	Braga	4.3.24
Ouro (rio de, rio d')	Viana do Castelo	4.16.36
Outeiro (rio do)	Viana do Castelo	4.16.37
Ovelha(s) (rio de)	Porto	4.13.20
Ovil (rio)	Porto	4.13.21
Paiva (rio)	Viseu	4.18.31
Paivô (ribeira de)	Viseu	4.18.32
Paradela (rio da)	Viana do Castelo	4.16.38
Passarias (rio de)	Porto	4.13.22
Paus (rio de)	Braga	4.3.25
Pavia (rio)	Viseu	4.18.33
Pedralhos (rio de)	Leiria	4.10.30
Pedrulhos (ribeira de)	Lisboa	4.11.23
Peio (rio)	Braga	4.3.26
Pele (rio)	Braga, Porto	4.3.27
Pelhe (rio)	Braga	4.328

Peneda (rio da)	Braga	4.3.29
Peneda (rio da)	Viana do Castelo	4.16.39
Penegral (rio do)	Santarém	4.14.11
Pequeno (rio)	Braga	4.3.30
Pequeno (rio)	Lisboa	4.11.24
Pequeno (ribeiro)	Viseu	4.18.34
Pequeno (rio)	Viana do Castelo	4.16.40
Pequeno (rio)	Vila Real	4.17.26
Perdiz (rio da)	Viana do Castelo	4.16.41
Pigarreira (rio da)	Braga	4.3.31
Pincães (rio de)	Vila Real	4.17.27
Pinhão (rio)	Vila Real	4.17.28
Pisão (rio)	Viseu	4.18.35
Pisões (rio dos)	Leiria	4.10.31
Poço Negro (rio do)	Viana do Castelo	4.16.42
Poio (rio)	Vila Real	4.17.29
Poldras (rio das)	Viseu	4.18.36
Pomba (rio)	Viana do Castelo	4.16.43
Pombeiro (rio)	Viseu	4.18.37
Ponsul (rio)	Castelo Branco	4.5.6
Ponta do Jardim (rio da)	Leiria	4.10.32
Ponte (rio da)	Aveiro	4.1.36
Ponte (rio da)	Viana do Castelo	4.16.44
Pontes (rio das)	Braga	4.3.32
Pontido (rio de)	Viana do Castelo	4.16.45
Porreiras (rio das)	Viana do Castelo	4.16.46
Porta Cova (rio de)	Viana do Castelo	4.16.47
Porto (rio)	Setúbal	4.15.4
Porto da Laje (rio de)	Vila Real	4.17.30
Porto de Rei (rio)	Vila Real	4.17.31
Portuzelo (rio de)	Viana do Castelo	4.16.48
Póvoa da Ribeira	Aveiro	4.1.37
Pranto (rio)	Coimbra	4.6.11
Quintela (rio de)	Aveiro	4.1.38
Rabaçal (rio)	Bragança	4.4.17
Rabagão (rio)	Vila Real	4.17.32
Raia (ribeira da)	Évora	4.7.6
Raimunda (rio da)	Lisboa	4.11.25
Ramiscal (rio do)	Viana do Castelo	4.16.49
Real (rio)	Leiria	4.10.33
Rebelos (rio dos)	Leiria	4.10.34
Resmungão	Coimbra	4.6.12
Ribelas (rio de)	Coimbra	4.6.13
Risco (rio do/vala do)	Lisboa	4.11.26
Sanguinheira (rio da)	Leiria	4.10.35

S. Domingos (rio de)	Leiria	4.10.36
S. Vicente (rio de)	Leiria	4.10.37
S. Vicente (rio)	Vila Real	4.17.33
Sabor (rio)	Bragança	4.4.18
Sado (rio)	Beja	4.2.7
Safareja (rio)	Beja	4.2.8
Safarujo (rio)	Lisboa	4.11.27
Salema (rio)	Lisboa	4.11.28
Saltadouro (rio de/rio)	Braga	4.3.33
Sangue (rio)	Lisboa	4.11.29
Sanguinhedo (rio)	Porto	4.13.23
Santo (rio)	Santarém	4.14.12
Santo (rio do)	Viseu	4.18.38
Santo António (rio de)	Lisboa	4.11.30
São Miguel (rio de)	Aveiro	4.1.39
Sapeiras (rio)	Viana do Castelo	4.16.50
Sardoura (rio)	Aveiro	4.1.40
Seco (rio)	Coimbra	4.6.14
Seco (rio)	Guarda	4.9.14
Seco (rio)	Leiria	4.10.38
Seco (rio)	Faro	4.8.8
Seia (rio)	Guarda	4.9.15
Seixo (rio do)	Viana do Castelo	4.16.51
Sequa (rio/rio da)	Faro	4.8.9
Seromenha (rio)	Vila Real	4.17.34
Serra (rio da)	Aveiro	4.1.41
Serra da Cabria (rio da)	Aveiro	4.1.42
Sever (rio)	Portalegre	4.12.3
Sião (rio do)	Vila Real	4.17.35
Silveira (rio da)	Lisboa	4.11.31
Sizandro (rio)	Lisboa	4.11.32
Sobral (rio do)	Lisboa	4.11.33
Sobreira (rio da)	Leiria	4.10.39
Sor (ribeira de)	Portalegre	4.12.4
Sordo (rio)	Vila Real	4.17.36
Sorraia (rio)	Santarém	4.14.13
Sótão (rio)	Coimbra	4.6.15
Sousa (rio)	Porto	4.13.24
Soutelo (rio de)	Vila Real	4.17.37
Sucrasto (rio de)	Viana do Castelo	4.16.52
Sul (rio)	Viseu	4.18.39
Tábuas (rio das)	Leiria	4.10.40
Tâmega (rio)	Vila Real	4.17.38
Tamente (rio)	Viana do Castelo	4.16.53
Tanha (rio)	Vila Real	4.17.39

Távora (rio)	Guarda	4.9.16
Tedo (rio)	Viseu	4.18.40
Teixeira (rio da)	Braga	4.3.34
Teixeira (rio)	Aveiro	4.1.43
Teixeira (rio)	Porto	4.13.25
Teixeira (rio)	Viseu	4.18.41
Teja (ribeira)	Guarda	4.9.17
Tejo (rio)	Castelo Branco, Portalegre	4.5.7
Tenalha (rio)	Vila Real	4.17.40
Tera (ribeira de)	Évora	4.7.7
Terges e Cobres (ribeira)	Beja	4.2.9
Terva (rio)	Vila Real	4.17.41
Tieiras (rio de, rio das)	Viana do Castelo	4.16.54
Tinhela (rio)	Vila Real	4.17.42
Tinto (rio)	Porto	4.13.26
Tinto (rio)	Viana do Castelo	4.16.55
Tora (rio)	Viana do Castelo	4.16.56
Tornada (rio da)	Leiria	4.10.41
Torno (rio)	Vila Real	4.17.43
Torto (rio)	Beja	4.2.10
Torto (rio)	Braga	4.3.35
Torto (rio)	Castelo Branco	4.5.8
Torto (rio)	Évora	4.7.8
Torto (rio)	Guarda	4.9.18
Torto (rio)	Porto	4.13.27
Torto (rio)	Santarém	4.14.14
Torto (rio)	Vila Real	4.17.44
Touça (rio da)	Braga	4.3.36
Touro (rio)	Viseu	4.18.42
Toxofal (rio do)	Lisboa	4.11.34
Trancão (rio)	Lisboa	4.11.35
Trancoso (rio)	Viana do Castelo	4.16.57
Travessa (rio da)	Lisboa	4.11.36
Tripeiro (rio)	Castelo Branco	4.5.9
Troço (rio)	Viseu	4.18.42
Trofa (rio da)	Porto	4.13.28
Trutas (rio de)	Bragança	4.4.19
Tua (rio)	Bragança	4.4.20
Tuela (rio)	Bragança	4.4.21
Uíma (rio)	Porto	4.13.29
Ul (rio)	Aveiro	4.1.44
Unhais (rio)	Coimbra	4.6.16
Unhais-o-Velho (rio)	Coimbra	4.6.17
Vade (rio)	Braga	4.3.37
Vagem (rio)	Viseu	4.18.44

Valadares (rio de)	Porto	4.13.30
Valboa (rio da)	Aveiro	4.1.45
Vale (rio do)	Viana do Castelo	4.16.58
Vale das Cubas (rio do)	Aveiro	4.1.46
Vale de Madeiros (rio de)	Vila Real	4.17.45
Valverde (rio de)	Lisboa	4.11.37
Varosa (rio)	Viseu	4.18.45
Varoso (rio)	Viseu	4.18.46
Várzea (rio da)	Braga	4.3.38
Várzea (rio da)	Coimbra	4.6.18
Várzeas (rio das)	Viseu	4.18.47
Vascão (ribeira)	Beja	4.2.11
Veade (rio)	Aveiro	4.1.47
Veade (rio de)	Braga	4.3.39
Veiga (rio da)	Braga	4.3.40
Veiga (rio da)	Viana do Castelo	4.16.59
Velho (rio)	Coimbra	4.6.19
Velho (rio)	Leiria	4.10.42
Vergado (do)	Leiria	4.10.43
Vez (rio)	Viana do Castelo	4.16.60
Videira (rio)	Viseu	4.18.48
Vidoeira (rio de)	Viana do Castelo	4.16.61
Vidoeiro (rio)	Viseu	4.18.49
Vigues (rio)	Aveiro	4.1.48
Vila (rio da)	Braga	4.3.41
Vila (rio de)	Braga	4.3.42
Vilar (rio de)	Viseu	4.18.50
Vizela (rio)	Braga, Porto	4.3.43
Vouga (rio)	Viseu	4.18.51
Xarrama (rio)	Évora	4.7.9
Xévorá (rio)	Portalegre	4.12.5
Zela (rio)	Viseu	4.18.52
Zêzere (rio)	Guarda	4.9.19
Zonho (rio do)	Viseu	4.18.53

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abascal Palazón, J. M. 1994. *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia: Universidad de Murcia
- Abu-Chacra, F. 2007. *Arabic. An Essential Grammar*, Londres e Nova Iorque: Routledge
- Adrados, F. R. 1961. *Estudios sobre las Laringales Indoeuropeas*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- 1963. *Evolución y Estructura del Verbo Indoeuropeo*, Madrid: Instituto Antonio de Lebrija
- 1972. “Ensayo sobre la Estructura del Indoeuropeo Preflexional”, *Revista Española de Lingüística*, n.º 2, fasc. 1, 45-82
- 1973. *Estudios sobre las sonantes y las laringales indoeuropeas*, Madrid (2.ª ed.)
- 1988. *Nuevos estudios de lingüística indoeuropea*, Madrid
- 2008. *Historia de las Lenguas de Europa*, Madrid: Editorial Gredos
- Adrados, F. R. et al. 1995-1998. *Manual de lingüística indoeuropea*, 3 vols., Madrid: Ediciones Clásicas
- Adams, J. N. 2003. *Bilingualism and the Latin Language*, Cambridge: Cambridge University Press
- 2007. *The Regional Diversification of Latin 200 BC-AD*, Cambridge University Press
- Aebischer, P. 1978. *Études de Stratigraphie Linguistique*, *Romanica Helvetica* 87. Bern: Francke
- Alarcão, J. 1990. “O domínio romano”, in Jorge de Alarcão (ed.) *Nova História de Portugal — Portugal: das Origens à Romanização*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 343-489

- 1992. “Etnogeografia da Fachada Atlântica Ocidental da Península Ibérica” In *Complutum*, Madrid, 2-3. p. 339 – 45
- 1995-1996. “As *civitates* do Norte de Portugal”, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 12-13, pp. 25-30
- 2000. “Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia”, in Jean-Gérard Gorges e Trinidad Nogales Barrasate (eds.) *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV mesa redonda internacional*, Madrid: Casa de Velázquez, pp. 162-172
- 2001^a. “As paróquias suévicas do território actualmente português”, in Villar, F. e Fernández Álvarez, M. P. (eds.) *Religión, Lengua y Cultura Prerromanas*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 29-58
- 2001^b. “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 4, número 2
- 2004^a. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, número 1, p.317-342
- 2004^b. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, número 2, p.193-216
- 2005^a. *In Territorium Colimbrie. Lugares Velhos (e Alguns Deles, Deslembrados) do Mondego*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
- 2005^b. “O território dos Paesvri e as suas principais povoações”, *Conimbriga*, 44 , pp. 147-171
- 2006. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 9. número 1. 2006, p. 131-147
- 2010. “A costa portuguesa em Artemidoro”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 13. 2010, pp. 107–123
- 2012. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 15, pp. 113–137
- 2013. “Percursos de ibn Maruán” *Portvgalia*, Nova Série, vol. 34, Porto, DCTP-FLUP, pp. 137—149
- Albertos Firmat, M. L. 1966. *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense e Bética*, Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- Almeida, F. 1971. “Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves, pelos anos 1320 e 1321...”, in *História da Igreja em*

- Portugal*. Ed. Damião Peres. Porto e Lisboa: Livraria Civilização-Editora, vol. 4, pp. 90-144
- Álvarez Giles, A. 2004. “Nociones generales sobre elFuero del Baylío o la carta a mitad(especial referencia a Fuentes de León)”, *Revista de Estudios Extremeños*, T. LX, n.º 2, pp. 751-801
- Álvarez Pérez, X. A. 2014. “(Des-)continuidade de léxico dialectal na fronteira galego-portuguesa”, in Sousa, X. et al. (ed.). *Lingua e identidade na fronteira galego-portuguesa*, pp. 173-200
- Alves, A- 2013. *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda
- Alves, F. M. [abade de Baçal] 1911. “Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança”, *O Instituto: Jornal Cientifico e Litterario*, n.º 58, pp. 165-180, 238-249, 366-374, 4441-448, 485-490, 560-571, 627-631, 678-687, 750-757
- 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (12 tomos), Bragança: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal
- Alves, F. P. 1916. “Glossario dialectologico dos Arcos do Vale de Vez”, *Revista Lusitana*, XIX, pp.
- Amaral, J. F. e Amaral. A. F. 1997. *Povos Antigos em Portugal: Paleontologia do Território Hoje Português*, Lisboa: Quetzal Editores
- Amorim, M. 2002. “O litoral poveiro”, in *O Litoral em Perspetiva História (Séc. XVI a XVIII)*, Porto: Instituto de História Moderna, pp. 21-40
- Andersen, H. (ed.) 2003. *Language Contacts in Pre-History. Studies in Stratigraphy*, Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishers Company
- Andrade, A. G. 1999. *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999
- Andrade, A. R. 1878. *Pequeno Dicionario Hydrographico*, Coimbra: Imprensa da Universidade
- Andrade, A. S. 1944. *Dicionário Corográfico de Portugal Contemporâneo*, Porto: Livraria Figueirinhas
- Andrade, E d’ 2007. *Histórias de Palavras. Do Indo-Europeu ao Português*, Lisboa: A. Santos

- Anthony, D. W. 2007. *The Horse, the Wheel and Language. How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes shaped the Modern World*, Princeton e Oxford: Princeton University Press
- Araújo, P.V. et al. 2014. *Laurus nobilis L. - mapa de distribuição*. In *Flora-On: Flora de Portugal Interactiva*, Sociedade Portuguesa de Botânica (disponível em <http://www.flora-on.pt/#wLaurus+nobilis>, consultado em 13/08/2014)
- Ares Vázquez, N. 2011-2013. *Estudos de Toponímia Galega*. 2 vols., Corunha: Real Academia Galega
- Asín Palacios, M. 1940. *Contribución a la Toponímia Árabe de España*, Madrid: Imprenta de Estanislao Maestre
- Atlas da Água*, Sistema Nacional de Recursos Hídricos, disponível em <http://geo.snirh.pt/AtlasAgua/> (consultado em 29/08/2014).
- Azevedo, C. M. S. 1929. “Ervedosa. Linguagem popular de Ervedosa do Douro”, *Revista Lusitana*, vol XXVII, pp. 86-197
- Azevedo, M. L. S. M. 1994. *Toponímia moçárabe em Portugal*, tese de mestrado em Língua Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- 2006. *Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense*. dissertação de doutoramento em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, P.A. 1906. “Documentos Portugueses do Mosteiro de Chelas”, *Revista Lusitana*, IX, pp. 259-276
- 1906-1910. *Livro dos bens de D. João de Portel — Cartulário do século XIII*, Lisboa: Edição do Archivo Historico Portuguez
- Azevedo, P. 1900-1901. “Nomes de pessoas e nomes de logares”, *Revista Lusitana*, vol. VI, pp. 47-52
- 1919. “Alguns nomes mozarabes no sul de Portugal”, *Revista Lusitana*, vol. XXII, pp. 211-214
- Azevedo, R. 1937. “Introdução. Expansão, povoamento e organização internos. Capítulo I. Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo – vol. I*, Lisboa: Editorial Ática, pp. 7-64
- Azevedo, R. P. 1940. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos particulares, tomo III*, Lisboa: Academia Portuguesa de História

- 1958-1962. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios, vol. I. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, t. I e II, Lisboa: Academia Portuguesa de História
- Azevedo, R.; Costa, A. J.; e Pereira, M. R. 1979. *Documentos de D. Sancho I (1174–1211)*, vol. I. Coimbra: Universidade
- Almeida, A. (ed.) 2009. *Dicionário Escolar de Filosofia*, Lisboa: Plátano Editora
- Baba, A. O. M. 2003. “Las partículas de la aneji3n indirecta en los dialectos 3rabes modernos”, *Anaquel de Estudios 3rabes*, 14, pp. 201-218
- Baldinger, K. 1972. *La formaci3n de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, Madrid: Gredos
- Ballester, X. 1998/1999. “Sobre el Origen de las Lenguas Indoeuropeas Prerromanas de la Península Ibérica, in *Arse*, 32/3, 65–82
- 2006. “/a/ y el Vocalismo Indoeuropeo” *Alessandria* 1, pp. 3–37, disponível em http://www.continuitas.org/texts/ballester_vocalismo.pdf [consultado em 20/12/2009]
- Baptista, J. M. 1874. *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências
- Barreiros, F. B. 1937. “Vocabulário Barrosão (conclusão)”, *Revista Lusitana*, XXXV, pp. 239-303
- Barroca, M. J. 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia
- 2008-2009. “De Miranda do Douro ao Sabugal – arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXIX-XXX, pp. 193-252
- Barros Justo, R. 2013. *Vocabulário Ilustrado da Terra de Cotobade*, Santiago de Compostela: edição de autor
- Bascuas, E. 2002. *Estudios de Hidronimia Paleoeuropea Gallega*, Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela
- 2006. *Hidronimia y Léxico de Origen Paleoeuropeo en Galicia*, Corunha: Edición do castro
- 2008. “La hidronimia de Galicia. Estratos paleoeuropeo, celta e latino”, *Estudios Mindonienses*, vol. 24, pp. 521-550

- 2014. *Novos Estudos de Hidronímia Paleoeuropea Galega*, Vigo: Universidade de Vigo
- Beekes, R. S. P. 1995. *Comparative Indo-European Linguistics — An Introduction*, Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company
- Beirante, M. A. 1993. “A ‘Reconquista’ crista” in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal. Portugal – Das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 251-363
- Benveniste, E. 1935. *Origines de la formation des noms en indo-européen*, Paris: Maisonneuve
- Bernardo Stempel, P. 2006. “Las Lenguas Célticas en la Investigación: cuatro Observaciones Metodológicas,” *CFC(G): Estudios Griegos e Indoeuropeos*, 16, pp. 5-21
- Berrocal Rangel, L. 1988. “Hacia la definición arqueológica de la «Beturia de los Célticos»: la Cuenca del Ardila”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, t. I, pp. 57-68
- Bettencourt, A., Dinis, A., Silva, I. S., Cruz, C. e Pereira, J. 2002. A estação Arqueológica da Tapada da Venda, Pedroso, Celoricode Basto (Norte de Portugal): primeiras impressões das escavações de 2001, *Portugália*, nova Série, Vol. XXIII, pp. 187-200
- Bivar, A. 1952. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*, Porto: Edições Ouro
- BN — Biblioteca Nacional 1998. *SIPORbase: Sistema de Indexação em Português: manual*, Lisboa: Biblioteca Nacional
- Bofarull i Terrades, M. 2002. *Origen dels Noms Geogràfics de Catalunya — Pobles, Rius, Muntanyes*, Valls: Cossetània Edicions
- Boisacq, Émile. 1916. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque, étudiée dans ses rapports avec les autres langues indo-européennes*, Heidelberg/Paris: Carl Winter’s Universitätsbuchhandlung/Librairie C. Klincksieck
- Boléo, P. 1953. “Os Estudos de Antroponímia e Toponímia em Portugal”, *Revista de Portugal*, vol. XVIII, n.º 115, pp. 145-152
- Borges, J. A. 2000. *Linguagem Popular do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo*. Póvoa de Varzim: s. l.
- Bostock, J. e Riley, H.T. 1855. *The Natural History. Pliny the Elder..* London. Taylor and Francis

- Boullón Agrelo, A. I. 1999. *Antroponimia Medieval Galega (ss. VIII-XII)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag
- Braga, J. 2014. *Memórias Paroquiais: Índice*, Lisboa: Torre do Tombo (texto em PDF disponível em <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/Memorias-paroquiais-indice-final-2014.pdf>, consultado em 21/08/2016)
- Bramon, D. 2013. “Homophonic transformation of toponyms: some examples from Andalusi Arabic and a new instance from Pla de l’Estany”, *Summa*, n.º 1, pp. 1-12
- Brissos, J. F. 2011. *Linguagem do Sueste da Beira no Tempo e no Espaço*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Brocardo, M. T. 2014. *Tópicos de História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri
- Brugmann, K. e Delbrück, B. 1897-1916. *Grundriß der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, Estrasburgo: Trübner
- Búa Carballo, C. 2000. *Teonimia galaico-lusitana*, tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela
- 2007. *O Thesaurus Palaeocalleus, un proxecto que quere botar a andar*, in *Onomástica galega – con especial consideración da situación prerromana*. Verba – Anexo 58, ed. Dieter Kremer, pp. 15-40
- 2009. “Hidronimia e teonimia”, in *Onomástica galega II: onimia e onomástica prerromana e a situación lingüística do noroeste peninsular. Actas do segundo coloquio, Leipzig, 17 e 18 de outubro de 2008*, edición a cargo de Dieter Kremer, Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 91-157
- Buck, C. D. 1988 [1949]. *A Dictionary of Selected Synonyms in the Principal Indo-European Languages*, Chicago e Londres: Chicago University Press
- Cabeza Quiles, F. C. 1992. *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a sua orixe e o seu significado*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia
- Cad. 1527 = Colaço, J. T. Magalhães (ed.) 1931. *Cadastro da população do Reino (1527). Actas das Comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade
- Caetani, L. e Gabrieli, G. 1915. *Onomasticon Arabicum ossia Repertorio alfabetico dei nomi di persona e di luogo contenuti nelle principali opere storiche, biografiche e*

geografiche, stampate e manoscritte, relative all'Islām, Roma: Casa Editrice Italiana

- CAG – Ana Isabel Boullón Agrelo / Xulio Sousa Fernández (dir.). *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega (disponível em <http://ilg.usc.es/cag/> e consultado em 1/08/2014)
- Campbell, L. e Mixco, M. J. 2007. *A Glossary of Historical Linguistics*, Edimburgo: Edinburgh University Press
- Capela, J. V. et al. *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga, [s.n.], 2007 (disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11884/1/BRAGAN%252B%25C3%25A7A%2520Livro%2520Mem%2520Paroq.pdf>, consultado em 22/11/2016)
- Caracausi, G. 1983. *Arabismi Medievali di Sicilia*, Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici di Sicilia
- Carballo Calero, R. 1971. *Sobre língua e literatura galega*, Vigo: Editorial Galaxia
- Cardoso, L. 1747-1751. *Diccionario Geografico*, Lisboa: Régia Oficina Silvana e Academia Real
- 1767-1768⁹⁵³. *Portugal Sacro-Profano*, Lisboa: Oficina de André Manescal da Costa
- Caridad Arias, J. 2004. *Los fenómenos de homonimia y homofonía en la toponomástica y su repercusión en las etimologías cultistas y populares de la Europa Occidental*, Universidad de La Laguna, edição digital; disponível em <ftp://tesis.bbt.ull.es/ccsyhum/cs157.pdf> (consultada em 23/08/2015)
- Carneiro, A. et al. 2008. "Uma inscrição votiva em língua lusitana", *Palaeohispanica*8, pp. 167-178
- Carr, P. 2008. *A Glossary of Phonology*; Edimburgo: Edinburgh University Press
- Carrasco, L. e Navaza, G. 2014. *Toponimia do Val de Fragoso 3 – Beade*, Vigo: Universidade de Vigo
- Carvalhinhos, P. 2007. "Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal", Rio de Janeiro, *Cadernos do CNLF*, vol. XI, n.º 4, pp. 26-38
- 2009. "Aspectos gerais de toponímia na Península Ibérica: a Toponímia como instrumento de investigação filológica e a filologia como ferramenta de investigação e recuperação toponímica", in *Atas da III Semana de Filologia na*

953 Sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza. Sobre este nome, cf. Andrade (1999).

- USP, São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, pp. 71-92
- 2014. “Variaciones lexicales en la hidrotoponimia portuguesa: el genérico”, in *Els noms en la vida quotidiana. Actes del XXIV Congrés Internacional d’ICOS sobre Ciències Onomàstiques*. Annex. Secció 6, pp. 1047-1067
- Carvalhinhos, P. e Lima, A. 2013. “Los pueblos de Portugal y el modelo denominativo medieval”, in Oliviu Felecan (ed.), *Proceedings of Iconn 2*, pp. 277-290
- Carvalho, Amadeu Ferraz de. 1934. “Toponímia de Coimbra e arredores. Contribuição para o seu estudo”, *O Instituto*, vol. 87, pp. 395-459
- 1945. “A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela”, *O Instituto*, vol. 106, pp. 71-157
- Carvalho, Anselmo Ferraz de. 1930. “Problemas da orogenia portuguesa – O Relevo da Orla Sudoeste do Planalto da Beira-Alta. (Comunicação feita à Academia das Ciências de Lisboa na sessão de 1.ª classe, em 6 de Fevereiro de 1930)”, in *Memórias e Notícias*, n.º 5, Coimbra: Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, pp. 3-16
- Carvalho, A. R. 2008. “A Muşalla do Hışn Turrux/Torrão”, *Al Madan*, n.º 16, pp. 115-140 (http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_16, consultado em 25/02/2013)
- Carvalho, J. G. Herculano de 1959. “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, *Revista Portuguesa de História*, VIII, pp. 277-284
- Castaño Fernández, A. 2004. *Los Nombres de Extremadura*, Badajoz: Editora Regional de Extremadura
- Castro, I. 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta
- 2002. *Galegos e Mouros. A língua galega vista pelos filólogos portugueses*. [conferência proferida em 1996 no Congresso dos 25 anos do Instituto da Língua Galega, Santiago de Compostela] Lisboa: Colibri/Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa
- 2006. *Introdução à História do Português*, Lisboa: Edições Colibri
- Castro, J. B. 1762. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno
- Castro Correa, A. e Pichel Gotérrez, R. *Nueva Documentación Altomedieval sobre el Monasterio de San Xoán de Caaveiro I*
- Cavalli-Sforza, L. L. et alii 1994. *The History and Geography of Human Genes*, Princeton

- CCP 1:50 000 = Carta Corográfica de Portugal, Lisboa: portal iGeo — Informação Geográfica (disponível em <http://www.igeo.pt/mapviewer/?wmsurl=http://www.igeo.pt/WMS/Cartografia/SC50K>, consultado em 26/07/2014)
- Chambon, J.-P- 1991. “Sur l'origine du nom de lieu *Sail-sous-Couzan* et congénères (département de la Loire): pour une toponymie plus contrainte”, *Nouvelle Revue d'Onomastique*, 17-18, pp. 79-85
- Chambon, J.-P. e Hérilier, C. 1993. “À propos de l'interface onomastique / Lexicologie (Lexicographie): fragments provisoires pour une approche axiomatisée en toponymie”, in *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*, vol. 4 (Sección IV. Dialectoloxía e xeografía onomástica. Sección VIII. Onomástica), coord. por Ramón Lorenzo Vázquez, Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza, pp. 441-452
- Chaves, L. 1956. “Influências religiosas na Antroponímia e na Toponímia em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, 2.^a série, vol. 3, pp. 177-209
- Chomsky, N. e Halle, M. 1968. *The Sound Pattern of English*, Nova Iorque: Harper and Row
- CIGeoE-SIG — Visualizador de Informação Geográfica do Instituto Geográfico do Exército (<http://www.igeoe.pt/igeoesig/>)
- CIL = Hübner, E. 1869. *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, Berlin: G. Reimer Verlag; *Supplementum*, Berlin. (reimpressão Berlin: Walter de Gruyter, 1956)
- Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) 1951. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- 1983. *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa: Edições Sá da Costa
- CIPM = Xavier, M. F. et al.(eds.) *Corpus Informatizado do Português Medieval*, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova
- Clackson, J. 2007. *Indo-European Linguistics. An Introduction*, Cambridge, Cambridge University Press
- CMP = Carta Militar de Portugal, Lisboa: Instituto Geográfico do Exército
- Coates, R. 2005. “Four pre-English river names in and around Fenland: *Chater*, *Granta*, *Nene*, *Welland*”, *Transactions of the Philological Society*, 103:3, pp. 303-322
- CODOLGA = *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*, Santiago de Compostela: centro Ramón Piñeiro (disponível em <http://corpus.cirp.es/codolga/index.html> , consultado em 25/12/2016)

- Coelho. A. 1909. “Origens do portuguez do Sul”, *Serões. Revista Mensal Ilustrada*, n.º 46, pp. 317-324
- Coelho, M. H. C. 1977. *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra
- Corbin, D. 1991. *Morphologie Dérivationnelle et Structuration du Lexique*, Tübingen: Max Niemeyer
- Conde, M. A. 1997. “Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Garb-al-andalus – o Médio Tejo à luz da toponímia arábica”, *Arquipélago – História*, 2.^a série, II, pp. 353-385
- Conde Silvestre, J. C. 2007. *Sociolingüística Histórica*, Madrid: Editorial Gredos
- Correia, C. N. 2002. *Estudos de Determinação. A Operação de Quantificação- Qualificação em sintagmas Nominais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e do Ensino Superior
- Correia, M. 2004. *Denominação e Construção de Palavras*, Lisboa: Edições Colibri
- Correia, M. e Lemos, L. S. 2005. *Inovação Lexical em Português*, Lisboa: Edições Colibri
- Corriente, F. 1996. “Los arabismos del português”, *E.D.N.A*, 1, pp. 5-86
- 2002. *Gramática Árabe*, Barcelona: Herder
- 2003. *Diccionario de Arabismos y Voces Afines del Iberromance*, Madrid: Editorial Gredos [também 2008 *Dictionary of Arabic and Allied Loanwords – Spanish, Portuguese, Catalan, Galician and Kindred Dialects*, Leiden/Boston: Brill]
- 2004. “Los arabismos del léxico hispánico primitivo”, *Revista de Filología Española*, LXXXIV, pp. 67-93
- 2013. “Los arabismos y otras voces medio-orientales del Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 15 (número especial), p. 69-184 (disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v15ispep69-184>, consultado em 25/12/2016).
- Cortés y Vázquez, L. 1954. *El Dialecto Galaico-Portugués Hablado en Lubián (Zamora)*, Salamanca: Ediciones Universidad
- Cortesão, A.A. 1912. *Onomástico Medieval Português* (separata do *Archeologo Português*, vol. VIII e seguintes), Lisboa: Imprensa Nacional
- Costa, A. 1929-1949. *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico, etymologico*, Porto: Tipografia Domingos Oliveira

- Costa, A. Carvalho da 1868-1869 [1706-1712]. *Corografia Portuguesa e Descripçam Topográfica*, Lisboa: impressora de Valentim da Costa Deslandes
- Costa, A. C. 1959. *Lendas – Historietas – Etimologias Populares e outras Etimologias respeitantes às Cidades, Vilas, Aldeias e Lugares de Portugal Continental – Compilações*, Porto: Livraria Civilização
- Costas, X. H. 2013. “Sobri a etimoloxía do topónimo As Ellas”, in *Sierra de Gata Digital*, disponível em <http://www.sierradegatadigital.es/opinion/xose-henrique-costas/sobri-a-etimoloxia-du-toponimu-as-ellas/20130422075045009623.html> (consultado em 29/09/2014)
- Crystal, D. 1995. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*, Oxford: Blackwell Publishers
- Cunha, A. G. 1986. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira
- Cuntz, O. 1929 (ed.). “Itineraria Antonini Augusti “ in *Itineraria Romana I*, Leipzig: Teubner
- Cuny, A. 1912. “Indo-européen et sémitique» in *Revue de Phonétique*, 2, p. 101 e segs.
- d’ Encarnação, J. 1975. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- DAF = Reig, D. 2006. *Dictionnaire Arabe-Français/Français-Arabe*, Paris: Larousse
- Dauzat, A. e Rostaing, CH., 1963. *Dictionnaire Étymologique des Noms de Lieux en France*, Paris: Larousse
- Dauzat, A., Deslandes, G., Rostaing, CH., 1978. *Dictionnaire Étymologique des Noms de Rivières et de Montagnes en France*, Paris: Klincksieck
- David, P. (ed.) 1965. *Parochiale sueuum. In Corpus christianorum*. Series latina (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri inSteenbrugge), CLXXV: Itineraria et alia geographica. Turnholti (Turnhout): Typographi Brepols Editores Pontificii. p. 411-420;
- DCECH = Coromines, J. e Pascual, A. J. 2012 [1980-1991]. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid: Editorial Gredos, edição electrónica
- DDLG = *Dicionario de dicionarios da língua galega* Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega (<http://sli.uvigo.es/ddd/index.html>, consultado em 19/08/2013)
- DEE = *Dicionário Electrónico Estraviz* (<http://www.estraviz.org/xanza> , consultado em 19/08/2013)

- Delamarre, X. 1984. *Le Vocabulaire Indo-Européen. Lexique Étymologique Thématique*, Paris: Jean Maisonneuve Successeur
- Delgado, M. J. 1951. *A Linguagem Popular do Baixo-Alentejo*, Beja: Minerva Comercial
- DGRAH = Direção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos 1981. *Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal*, Lisboa.
- DIEC2 = *Diccionari de Llengua Catalana*, segunda edição, Barcelona: Institut d'Estudis Catalans (edição em linha disponível em <http://dlc.iec.cat/index.html>, consultado em 15/10/2016)
- DHLP = Houaiss, A. e Villar, M. S. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva
- DHP = Serrão, J (dir.) 1985. *Dicionário de História de Portugal*, Porto. Livraria Figueirinhas
- DLA 2015 = *Diccionariu de la Lingua Asturiana*, Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana (disponível em <http://www.academiadelalingua.com/diccionariu/index.php?cod=26114>, consultado em 29/10/2016)
- DLM 2008 = “*Dicionairo*” – *Dicionário da Língua Mirandesa*, Miranda do Douro: Portal de Miranda do Douro (disponível em <http://www.mirandadodouro.com/dicionario/>, consultado em 29/10/2016)
- DLPC = Casteleiro, J. Malaca 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa
- DLPPE = *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora (disponível na Infopédia: <http://www.infopedia.pt>)
- DMP = *Documentos Medievais Portugueses*, Academia Portuguesa de História
- du Rusquec, H. 1895. *Nouveau Dictionnaire Pratique et Étymologique du Dialecte de Léon — avec les variantes diverses, dans les dialectes de Vannes , Tréguier et Cournouailles*, Paris: Ernest Leroux, Éditeur
- Domené Sánchez, D. 2010. *Historia de Sierra de Gata (Cáceres) — sus Hombres y Pueblos*, livro eletrónico disponível em https://www.academia.edu/8683085/Historia_de_Sierra_de_Gata (consultado em 14/10/2014)
- Dozy, R. 1920, *Historia de la España Musulmana*,
- DPLP = *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*
- DRAE = *Diccionario de la Lengua Española*, Madrid: Real Academia Española, 2001

- DRAG = *Dicionario da Real Academia Galega*, Corunha: Real Academia galega
(<http://www.realacademiagalega.org/dicionario#inicio.do>, consultado em 15/08/2013)
- Dubois, O. et al. 1991. *Dictionnaire de Linguistique*, Paris: Larousse
- Durand, R. 1971. *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português
- Duranti, A. 1997. *Linguistic Anthropology*, Cambridge: Cambridge University Press
- Durkin, P. 2009. *The Oxford Guide to Etymology*, Oxford: Oxford University Press
- Dworkin, S. N. 2012. *A History of the Spanish Lexicon: a Linguistic Perspective*, Oxford: Oxford University Press
- ELBCV (1963-1995) — *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*, Lisboa: Editorial Verbo
- ELH I = Alvar, M. et al. 1960. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- Elucidário de Viterbo* = Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de 1965-1966 [1798-1799].
Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam, 1.^a ed. crítica de Mário Fiúza, Porto-Lisboa: Livraria Civilização
- Emiliano, A. H. A. 2002. *Latim e Romance na Segunda Metade do Século XI. Análise scripto-lingüística de documentos notariais do Liber Fidei de 1050 a 1110*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e do Ensino Superior
- 2009. *Fonética do Português Europeu — Descrição e Transcrição*, Lisboa: Guimarães Editores
- Ensenada 1750-1754 = *Catastro de Ensenada* (disponível em <http://pares.mcu.es/Catastro/servlets/ServletController>, consultado em 28/01/2014)
- Ernout, A. et Meillet 1939. *Dictionnaire étymologique de la langue latine : histoire des mots*, Paris : C. Klincksieck
- Espírito Santo, M. 1988. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa, seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga*, Lisboa: Assírio e Alvim
- 1989. *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Assírio e Alvim

- Fabião, C. “O passado proto-histórico e romano” in Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. I, pp. 77-299
- Fanjul García, S. 2000. *Al-Andalus contra España – La Forja del Mito*, Madrid: Siglo XXI Editores
- Fernandes, A. A. 1952. “Toponímia”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 32, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia
- 1993^a. “Caster”, *João Semana*, agosto de 1993
- 1993^b. “Ovar”, *João Semana*, setembro de 1993
- 1995. *As dez Freguesias do Concelho de Tarouca (História e Toponímia)*, Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca
- 1997 *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense – Câmara Municipal de Tarouca
- 1999. *Toponímia Portuguesa: Exame a um dicionário*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- Fernandes, I. X. 1941. *Topónimos e Gentílicos*, vols. I, Porto: Editora Educação Nacional
- 1943. *Topónimos e Gentílicos*, vol. II, Porto: Editora Educação Nacional
- Fernandes, M. A. 2008. “O dialecto algarvio: abordagem histórica” Comunicação apresentada ao I Encontro As Tradições Oraís no Algarve – Vozes da Terra (Casa do Povo de Querença, 3 e 4 de Novembro de 2006), organizado pela Fundação Manuel Viegas Guerreiro e pela Câmara Municipal de Loulé (disponível em <http://geohistorica.net/arkeotavira.com/Estudos/dialecto-algarvio-net.pdf>, consultado em 23/07/2016)
- Fernandes, M. A. e Carneira, E. 2013. “Toponímia do povoamento rural: os continuadores do latim QUINTĀNA e seus derivados”, in Galvão, Vânia C. Casseb et al (eds.), 2013, *Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas* (Anais do IV Simpósio mundial de estudos de língua portuguesa). Goiânia: FUNAPE. 1913-1921
- Fernandes, M. A., Khawli, A. e Silva, L. F. 2006. *A Viagem de Ibn Ammar de São Brás a Silves*, Tavira: Associação Campo Arqueológico de Tavira (disponível em <http://www.arkeotavira.com/Estudos/texto-ibn-ammar-finalR.pdf>, consultado em 26/12/2010)
- Fernández González, J. R. 1988. “Toponimia del Bierzo (León) y etimología popular”, in *Actas del I Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, vol. II, Madrid: Arco/Libros, pp.1669-1684

- Ferreira, F. B. 1959. “Ab Olisipone Salaciam” *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa. 3.^a Série. 3, p. 168-195
- Ferreira, M. B. 1992. “Vestígios do romance moçarábico em Portugal”, *Arqueologia Medieval* n.º 1, pp. 217-228
- Ferreira, P. A. 1907. *Tentativa etimológico-toponímica ou Investigação da etimologia ou proveniência dos nomes das nossas povoações*, 1.º vol., Porto: Tipografia Pereira
- 1915. *Tentativa etimológico-toponímica ou Investigação da etimologia ou proveniência dos nomes das nossas povoações*, 2.º vol., Porto: Tipografia Mendonça
- 1917. *Tentativa etimológico-toponímica ou Investigação da etimologia ou proveniência dos nomes das nossas povoações*, 3.º vol., Porto: Tipografia Mendonça
- Ferreira, R. F. 1992. *Rufio Festo Avieno: Orla Marítima. Introdução, versão do latim e notas*, 2.^a edição corrigida e aumentada, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
- Ferreiro, M. 1996. *Gramática Histórica Galega (Manual)*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento
- 2001. *Gramática Histórica Galega – II. Lexicoloxía*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento
- Ferro Couselo, X. e Fernández Rey, A. A. 1995. *Tumbo de Fiães*, Ourense: Boletín Auriense, Anexo 20
- FHA = *Fontes Hispaniae Antiquae*, ed. A. Schulten, P. Bosch Gimpera and L. Pericot, 9 vols, Barcelona, 1922-1959
- Floriano Cumbreño, A. C. 1951. *Diplomática Española del Periodo Astur: Estudio de las Fuentes Documentales del Reino de Asturias (718-910)*, Oviedo: Diputación Provincial/Instituto de Estudios Asturianos
- Figueiredo, C. 1913. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Clássica
- Fonseca, J. 2005. *Dicionário do Nome das Terras*, Lisboa: Casa das Letras
- Forssman, B. 1988, “Review of Mayrhofer Lautlehre 1986”, *Kratylos* 33, p. 61, n. 30
- Förstemann, E. 1900. *Altdeutsches Namenbuch*, vol. I, 2.^a ed., Bona
- Fortson, B. W. 2010. *Indo-European Language and Culture: an Introduction*, Oxford: Blackwell Publishing

- Fox, A. 1995. *Linguistic Reconstruction. An Introduction to Theory and Method*, Oxford: Oxford University Press
- Frazão, A. C. A. 1981. *Novo dicionário corográfico de Portugal: Continente e Ilhas Adjacentes*. 2.^a ed. aum., rev. e atual. por A. A. Dinis Cabral. Porto: Editorial Domingos Barreira
- Freitas, M. J., Rodrigues, C., Costa, T. e Castelo, A. 2012. *Os Sons que estão dentro das Palavras*, Lisboa: edições Colibri/Associação de Professores de Português
- Frías Conde, X. 2000. “O elemento árabe en galego (I)”, *Revista Galega de Filoloxía*, 1, pp. 157-172
- 2002. “O elemento árabe en galego (II)”, *Revista Galega de Filoloxía*, 3, pp. 65-80
- Gaffiot, F. 1934. *Dictionnaire Latin-Français*, Paris: Hachette
- Gamillscheg, E. 1932. *Historia Lingüística de los Visigodos*, RFE, t. XIX, pp. 117-150 229-260
- Galmés de Fuentes, A. 1987. “Toponimia asturiana y asociación asturiana”, *Actes de les Xornaes de Toponimia Asturiana*, Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana, pp. 31-39
- 1996. *Toponimia: Mito e Historia*, Madrid: Real Academia de la Historia
- García Alonso, J. L. 1992. “On the Celticity of some Hispanic place names”, *Proceedings of the IXth International Congress of Celtic Studies*, Paris, July 1991, publicado em *Etudes Celtiques*, 29, 191–201.
- 1995. *La Geografía de Claudio Ptolomeo y la Península Ibérica*, Universidade de Salamanca
- 2009. “Lenguas indoeuropeas prerromanas en el Noroeste Peninsular” in *Acta Paleohispanica X — Paleohispanica* 9, pp. 163-174
- García Álvarez, M. R. 1975. *Galicja y los Gallegos en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela: Editorial Pico Sagro
- García de Diego, V. 1975. “Escarceos de toponimia extremeña”, en *Revista de Estudios Extremeños* XXXI, 1975, págs. 393-400
- García Moreno 1989. “Turdetanos, túrdulos y tartesios”, *Anejos de Gerión*, II (<http://revistas.ucm.es/ghi/02130181/articulos/GERI8989220289A.PDF>, consulta em 26/03/2011)
- García Sanjuán, A. 2001. “La traducción de fuentes árabes andalusíes al castellano: balance y valoración”, *Medievalismo – Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n.º 11, 107-122

- García y Bellido, A. 1946. “Os mais primitivos nomes da Península Hispânica”, *Revista de Guimarães*, 56.3-4, pp. 257-270
- 1978a. *España y los españoles hace dos mil años, según la “Geografía” de Strabón*, Madrid: Espasa-Calpe
- 1978^b. *La España del siglo primero de nuestra era, según P. Mela e C. Plinio*, Madrid: Espasa-Calpe
- García Fitz, Francisco 2003. “La presencia islámica en el occidente de Al-Andalus: el sur de Badajoz en la época emiral (ss. VIII-X)”, in *Actas III Jornadas de Historia de Fuente de Canos*, Badajoz: Diputación de Badajoz, pp. 9-44
- GEPB (1936-1960) = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia
- García González, J. 2012. “Identidades y actitudes en el contacto entre el árabe y el español medieval y su reflejo en algunos cambios semánticos”, *E-Spania. Revue Interdisciplinaire d’Études Hispaniques Médiévales et Modernes*, (disponível em <https://e-spania.revues.org/21036?lang=pt#ftn3>, consultado em 11/09/2015)
- Gil, J. B. 1968. *Dicionário Corográfico, Administrativo e Judicial*, Lisboa: Portugália Editora
- Gil Jr., J. B. 1968. *Dicionário Corográfico Administrativo e Judicial*, Lisboa: Portugália Editora
- Gomes, S. A. 1995. “Grupos Étnico-Religiosos e Estrangeiros” in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (eds.) *Nova História de Portugal. Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à Crise do século XIV*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 309-333
- Gomes, S. A. 1992. “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série (4), pp. 163-310
- Gonçalves, F. L. R. 1947. *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora
- 1966. *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora
- González Salgado, J. A. 2006. “Orígenes y clasificación de la toponimia mayor extremeña” in *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid/Arco Libros/ Asociación de Historia de la Lengua Española, pp. 1443-1454

- 2009. “Toponímia de la comarca de Trujillo”, *Revista de Estudios Extremeños*, tomo LXV, n.º 11, pp. 1055-1104
- Gordón Peral, M. D. e Ruhstaller, S. 1991. *Estudio Léxico-Semántico de los Nombres de Lugar Onubenses – Toponímia y Arqueología*, Sevilha: Ediciones Alfar
- 1992. “Análisis etimológico de la macrotoponímia onubense”, *Huelva en su Historia*, n.º 4, pp. 421-440
- (ed.) (2010) *Toponímia de España. Estado Actual y Perspectivas de la Investigación*, Berlim/Nova Iorque: Walter de Gruyter
- Gorrochategui, J. 1993. “La onomástica aquitana y su relación com la ibérica” in Jürgen Untermann e Francisco Villar (eds.). *Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca
- Gouveia, M. 2007. “Do *Parochiale sueuum* ao *Prouinciale uisigothicum*: ficheiro analítico. I – Paróquias suévikas” (disponível em http://www.academia.edu/1215512/_Do_Parochiale_sueuum_ao_Prouinciale_uisigothicum_ficheiro_anal%C3%ADtico._I_Par%C3%B3quias_su%C3%A9vikas, consultado em 15/08/2015)
- Gouvert, X. 2008. *Problèmes et Méthodes en Toponymie Française. Essais de Linguistique Historique sur les Noms de Lieux du Roannais*, Paris: Université de Paris-Sorbonne
- Guerra, A. 1995. *Plínio-o-Velho e Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri
- 1996. “Os nomes do rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica” in Villar, F. e Encarnação, J. *La Hispania Prerromana*, Salamanca: Ediciones Universidad
- 1998. *Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular, tese de doutoramento*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 1999. “F. Martins Sarmiento e questão do celtismo”, *Revista de Guimarães*, volume especial, 1, pp. 179-192
- 2003. Algumas questões de toponímia pré-romana do Ocidente peninsular. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 3, pp. 101-112.
- 2005. “Povos, cultura e língua no Ocidente peninsular: uma perspectiva, a partir das toponomástica”, *Acta Palaeohispanica IX. Actas del IX Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, 5, 2005, 793-822
- 2007 “Reflexões em torno de alguns elementos da toponomástica do extremo Ocidente peninsular” in Kremer, D. (ed.). *Onomástica Galega: con Especial*

Consideración da Situación Prerromana, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 113-134

- Gugenberger, E. 2013. “O cambio de paradigma nos estudos sobre contacto lingüístico: pode ser útil o concepto de hibrididade para a lingüística e a política de linguas en España?”, in Gugenberger, E., Monteagudo, E. e Rei-Doval, G. *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp. 17-47 (disponível em http://consellodacultura.gal/mediateca/extras/d4dc53_Simposio%20ILG%202010_definitivo.pdf , consultado em 23/08/2015)
- Guichard, P. 2005. *Al-Andalus 711-1492. Une Histoire de l'Andalousie Arabe*, Paris: Hachette
- Guiraud, P. 1967. *L'Étymologie*, Paris: Presses Universitaires de France
- Hirt, H. 1921. *Indogermanische Grammatik*, Heidelberg
- Hermo González, G. 2013. “Toponimia maior da parroquia de Taragoña (Rianxo, O Barbanza). Estudo etimolóxico”, *Estudos de Lingüística Galega* 5, pp. 43-67
- Hopper, P. J. e Traugott, E. C. 1993. *Grammaticalization*, Cambridge: Cambridge University Press
- Hoz, J. de 1963. «Hidronimia antiga europea en la Península Ibérica», *Emerita* 31, pp. 227-242
- 1965. “La hidronimia antigua europea: origen y sentido”, *Emerita*, 33, 15–22
- 1982. “La geografía lingüística y onomástica de las lenguas prerromanas: problemas ilíricos e hispánicos”, *Actes du troisième Symposium International de Thracologie* (Romae), 62–84
- 1983. “Las lenguas y la epigrafía prerromanas de la Península Ibérica”, *Unidad y pluralidad en el Mundo Antiguo: Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos* (Sevilla, abril 1981), i (Madrid), 351–96
- 1989. “El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional” in Aubet, M. E. (ed). *Tartessos. Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir*, Sabadell: AUSA, pp. 523-587.
- 1993. “La lengua y la escritura ibéricas, y las lenguas de los iberos”, in Untermann, J. e Villar, F. Jürgen Untermann e Francisco Villar (eds.). *Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca
- 2005. “Epigrafías y lenguas en contacto en la Hispania Antigua”, *Acta Palaeohispanica IX Palaeohispanica* 5, pp. 57-98

- Huber, J. 1989 [1933]. *Gramática do Português Antigo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Hübner, E. 1869. *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, Berlin: G. Reimer Verlag; *Supplementum*, Berlin. (reimpressão Berlin: Walter de Gruyter, 1956)
- Hubschmid, J. 1960. “Toponímia prerromana”, in Alvar, M. et al. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 447-493
- IPA — *Handbook of the International Phonetic Association*, Cambridge: Cambridge University Press
- ITDL — *Índice Toponímico do Distrito de Lisboa*, Assembleia Distrital de Lisboa (disponível em <http://www.ad-lisboa.pt/investigacao/nucleo-de-geografia/indice-toponimico-do-distrito-de-lisboa/indice-geral-distrito/view>, consultado em 23/05/2014)
- ITGM — *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega (<http://ilg.usc.es/itgm/>, consultado em 18/08/2013)
- Jakobson, R. 1958. “Typological Studies and their Contribution to Historical Comparative Linguistics”, in (ed.) 1958, pp. 17-25
- Jasanoff, J. 2004. *Plus ça change...: Lachmann's Law in Latin*, in ed. Davies A. M. and Penney J. H. W., *Indo-European Perspectives: Studies in Honour of Anna Morpurgo Davies*, Oxford: Oxford University Press, pp. 405-416
- Homepage, disponível em <http://www.people.fas.harvard.edu/~jasanoff/index.html>, consultada em 2/03/10
- Kadmon, N. 2000. *Toponymy: the Lore, Laws and Language of Geographical Names*, Nova Iorque: Vantage Press
- Kallasmaa, M. 1998. “Places, Names and Place Names”, artigo disponível “online” em <http://www.eki.ee/index.html.en> (Institute of the Estonian Language) [consultado em 25/05/ 2008]
- King, J. 2008. *Analytical Tools for Toponymy: their Application to Scottish Hydronymy*, Edimburgo: University of Edinburgh
- Klein, T. B. 2006. “Segmental Typology of African Creole Languages: Examining Uniformity, Simplification and Simplicity” in Olaoba F. Arasanyin and Michael A. Pemberton (eds.) *Selected Proceedings of the 36th Annual Conference on African Linguistics*, Somerville, Massachusetts: Cascadilla Proceedings Project, pp. 42-50, disponível em <http://www.lingref.com/cpp/acal/36/paper1405.pdf> [consultado em 27/07/2011]

- Kluge, F. 2002. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, Berlín: Walter de Gruyter
- Krahe, H. 1962. «Die Struktur der alteuropäischen Hydronymie», *AAWL* 5, pp. 286-348
- 1964. *Unsere ältesten Flussnamen*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz
- Kremer, D. 1994. “412. Galego: Evolución lingüística interna III. Onomástica” in Holtus, G. et al. (eds.) *Léxico da Lingüística Románica, Volume VI, 2, Galego, Português*, Editorial Niemeyer: Tübinga, 1994, 34-46 [trad. Carlos Búa].
- 2007^a. “Onomástica galega: algunas observacións” in *Onomástica galega – con especial consideración da situación prerromana. Verba – Anexo 58*, ed. Dieter Kremer, pp. 5-14
- 2007^b. “Antroponímia e toponímia. Sobre algúns autores de referencia e desideratas”, in *Actas do I Congreso “Frei Martín Sarmiento”*, Santiago de Compostela: Biblioteca Galega de Onomástica/Asociación Galega de Onomástica, pp. 719-717
- Ladefoged, P. 2001. *Vowels and Consonants. An Introduction to the Sounds of Languages*, Blackwell Publishers: Oxford
- Lafon, R. 1961- “Pour l’étude de la couche pré-indo-européenne du Portugal”, *Boletim de Filologia*, vol. XVIII, pp. 29-35
- Lafuente Alcántara, E. (ed.) 1867. *Ajbār Maymū’a*, Madrid
- van Langendonck, W. 2007. *Theory and Typology of Proper Names*, Berlín: Mouton de Gruyter
- 2014. “Do proper names have an etymological meaning?”, in *Noms en la Vida Quotidiana – Actes del XXV Congrés Internacional d’ICOS sobre Ciències Onomàstiques*, Barcelona: Generalitat de Catalunya | Departament de Cultura | Direcció General de Política Lingüística
- Lapesa, R. 1981. *Historia de la Lengua Española*, Madrid: Editorial Gredos
- Lautensach, H. 1954. “Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal (Arabische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel I)” in *Erde* 1954, pp. 219-243
- Leão, Duarte Nunes do 1610. *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa: Jorge Rodrigues
- Lebel, P. 1956. *Principes et Méthodes d’Hydronomie Française*, Paris: Société Les Belles Lettres
- Lewis, C. T. e Short, C. 1878. *A Latin Dictionary*, Oxford: Oxford University Press

- Lehmann, W. P. 1952. *Proto-Indo-European Phonology*, Austin: University of Texas Press, disponível em <<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/iep00.html>> [consultado em 30/06/2010]
- 1993. *Theoretical Bases of Indo-European Linguistics*, Londres: Routledge
- LHP = Seco, M (ed.) 2008. *Léxico Hispánico Primitivo (siglos VIII a XII)*, Madrid: Editorial Espasa-Calpe
- Liberman, A. 2009. *Word Origins and How We Know Them: Etymology for Everyone*, Oxford: Oxford University Press
- Lima, António M. C. 2010-2011. “Povoamento e Organização do Território do Baixo Douro...”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP, pp. 83-114
- Lopes, D. 1968. *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes
- Lopes, O. 1972. *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Lorenzo, R. 1968. Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português (Anotações ao ‘Dicionário etimológico’ de José Pedro Machado), Vigo: Editorial Galaxia
- 1977. *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Vol. II (glossário). Ourense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo
- Lorenzo Baleirón, M. 2011. *Toponimia de Dodro e Laiño. Os nomes na auga*, concelho de Dodro
- Lorrio, A. J. e Ruiz Zapatero, G. 2005. “The Celts in the Iberian Peninsula”, *e-Keltoi – Journal of Interdisciplinary Studies*, vol. 6 (disponível em http://eprints.jiaa.it:8080/72/1/Lorrio_Zapatero.pdf, consulta a 11/03/2011)
- Louro, J. I. 1965 “Notas toponímicas” *Boletim de Filologia* 21, pp. 117-121
- LPSC = Costa, A. J. (ed.) 1977-1979. *Livro Preto da Sé de Coimbra*, 3 vol., Coimbra: Arquivo da Universidade
- Lucas Álvarez, M. 1997. *La documentación del Tumbo A de la catedral de Santiago de Compostela: Estudio y Edición*, León
- Luís, M. S. S. L. 2003. *As cerâmicas campanienses de Mértola*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
- Luján Martínez, E. R. 2006. “The Language(s) of the Callaeci”, *Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, vol 6. / *The Celts in the Iberian Peninsula*, pp. 715-748

- Machado, J. P. 1987. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte
- 1991^a. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores/Sociedade de Língua Portuguesa/ Edições Alfa
- 1991^b. *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa: Editorial Notícias
- 1997. *Ensaio Arábico-Portugueses*, Lisboa: Editorial Notícias
- 2003. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte
- Madoz Ibáñez, P. 1846-1850. *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid: Imprenta del Diccionario geográfico estadístico-histórico de Pascual Madoz
- Maia, C., Delgado, C., Nunes, F., Guerra, P. e Gadanho, P. 2009. *Maia. Identificação de uma Cidade. BM99, Bienal da Maia*, Maia: Câmara Municipal da Maia
- Maia, C. A. 1977. *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da Revista Portuguesa de Filologia. Coimbra
- 1986. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XII ao século XVI (com referência á situação do galego moderno)*. Coimbra: I.N.I.C
- Casteleiro, J. M- 2009. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora
- Malingoudis, P. 1983. "Toponymy and History. Observations concerning the Slavonic toponymy in Peloponnese", *Cyrrillomethodianum* VII, Salónica, pp. 99-111
- Malkiel, Y. 1993. *Etymology*, Cambridge: Cambridge University Press
- Malla, K. P. 1982/1983. "River-Names in Nepal Valley: a Study in Cultural Annexation", in *Contributions to Nepalese Studies*, vol. 10, nos. 1-2, pp. 57-68
- Mallorquí, E. (ed.) 2006. *Toponímia, Paisatge y Cultura. Els noms de lloc des de la Lingüística, la Geografia e la Història*, Gerona: Associació d'Història Rural de les Comarques Gironines, Centre de Recerca d'Història Rural (ILCC-Secció Vicens Vives) de la Universitat de Girona i Documenta Universitaria
- Mallory, J. P. e Adams, D. Q. (eds.) 1997. *Encyclopedia of Indo-European Culture*, Chicago: Fitzroy Dearborne Publishers
- 2006. *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World*, Oxford: Oxford University Press

- Mariño Paz, R. 1994. “Historia da lingua, linguística histórica e dialectoloxía”, *Cadernos de Lingua*, 9, 1.º semestre, pp. 5-24
- 1999. *Historia da Lingua Galega*, Santiago de Compostela: Soteo Blanco Edicións
- Marques, A. H. O. 1993. “O ‘Portugal’ islâmico”, in *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*. Nova História de Portugal, vol. II, Lisboa: Editorial Presença, pp. 117-249
- Marques, J. M. S. 1988 [1944-1971]. *Descobrimentos Portugueses*, vols. I [1944], II [1949] e III [1971], Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica
- Martínez Lema, P. 2010. *A Toponimia das Comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na Documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela
- 2014. “Toponomástica, documentación medieval y fenomenología lingüística: contribución para una gramática histórica de la lengua gallega” in *Els noms en la vida quotidiana. Actes del XXIV Congrés Internacional d’ICOS sobre Ciències Onomàstiques. Annex. Secció 6*, pp. 1280-1289
- Martinet, A. 2004. *Des steppes aux Océans. L’Indo-Européen et les «Indo-Europeéns»*, Paris: Éditions Payot
- Martins, A. M., A. M. 2001. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: da Produção Primitiva ao século XVI*, Lisboa: Imprensa-Nacional-Casa da Moeda
- Martín Viso I. 2002. «La formación de la frontera con Portugal y su impacto en el Occidente Zamorano (siglos XII-XIII)», *Studia Zamorensia*, segunda etapa, vol. VI, pp. 49-74
- Matthews, P. 2001. *A Short History of Structural Linguistics*, Cambridge: Cambridge University Press
- Mattos, F. A. 1889. *Diccionario Chorographico de Portugal*, Lisboa: Depósito – Travessa de S. Domingos
- Mattoso, J. 2002 “Portugal no reino asturiano-leonês” in Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 439-565
- 1993. “1096-1325”, Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 8-309
- Mayrhofer, M. (ed.) 1986. *Indogermanische Grammatik*, Heidelberg: Winter
- Mayhoff, K. F. T. 1906. *Naturalis Historia. Pliny the Elder*, Leipzig: Teubner
- Meier-Brügger, 2003. *Indo-European Linguistics*, Berlin: De Gruyter

- Meillet, A. 1937 (1903). *Introduction à l'Étude Comparative des Langues Indo-Européennes*, University, Alabama: University of Alabama Press
- Menéndez Pidal, R. 1952. *Toponimia Prerrománica Hispana* (Madrid; reimpr.1968)
- 1952. *Manual de Gramática Histórica Española*, Madrid, Espasa-Calpe
- 1968. *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, Madrid: Espasa-Calpe S.A.
- Merêa, P. 1940. “Sobre a palavra angueira”, *Biblos*, XVI, pp. 623-634.
- Metcalfe, A. 2003. *Muslims and Christians in Norman Sicily: Arabic Speakers and the End of Islam*, Londres: RoutledgeCurzon
- Michelena, L. 1963. *Lenguas y Protolenguas*, Salamanca
- Miranda, J. C.R. 2012. “O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII”, *e-Spania* [disponível em linha <http://e-spania.revues.org/21084> ; DOI : 10.4000/e-spania., 21/07/2016]
- MLH: *Monumenta Linguarum Hispaniarum*, Vol. 1 – V.1. Wiesbaden 1975-2000
- Möller, H. 1906. *Semitisch und Indogermanisch, Teil I (Konsonanten)*, Copenhagen 1906, p.IV
- Monteagudo, H. 1999. *Historia Social da Lingua Galega*, Vigo: Editorial Galaxia
- Monteagudo García, L. 1983. “Etimologías de topónimos coruñeses (I)”, *Anuário Brigantino*, n.º 6, pp. 43-50
- Monte Carmelo, L. 1767. *Compendio de Ortographia*, Lisboa: na Oficina de António Rodrigues Galhardo
- Moralejo Lasso, A. 1977. *Toponimia Gallega y Leonesa*, Santiago de Compostela: Editorial Pico Sagro
- Moralejo, J. J. 2001. “Hidronimia Galaica Prerromana”, in Villar, F. e Fernández, M. P. (eds.), *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Salamanca: Ediciones Universidade de Salamanca
- 2007. *Callaica Nomina*, Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza
- 2009. “Hidronimia prerromana de Gallaecia” in *Onomástica galega II: onimia e onomástica prerromana e a situación lingüística do noroeste peninsular. Actas do segundo coloquio, Leipzig, 17 e 18 de outubro de 2008*, edición a cargo de Dieter Kremer, Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 37-90

- Moreira, D. A. 1967. *Estudo Onomástico sobre alguns rios a norte e a sul do Douro*, Separata do Boletim Cultural da C. M. Porto, vol. XXIX, fascs. 3-4
- 1999. “Perspectivas para a interpretação linguística do hidrónimo “Inha”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol.II, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.107-119.
- Moreno, A. C. 1897-1899. “Vocabulário Transmontano (Mogadouro e Lagoaça)”, *Revista Lusitana*, vol. V, pp. 32-114
- Moreu-Rey, E. 1965. *Els noms de lloc. Introducció a la toponímia*. Barcelona: Unió Excursionista de Catalunya
- Nascentes, A. 1932. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro
- 1952. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Tomo II (nomes próprios)*, Rio de Janeiro
- Navaza Blanco, G. 2004. “Os topónimos de Acea de Ama e O Xurés”, *Revista Galega de Filoloxía*, 5, pp. 141-162
- 2006. *Fitotoponímia Galega*, Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza
- 2007. *Toponímia de Catoira*, Catoira: Concello de Catoira
- NEHiLP 2015 – Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua (PRP-USP/FFLCH-USP) 2015. *Manual do NEHiLP. Versão 2.1*, São Paulo: NEHiLP (disponível em <http://www.usp.br/nehilp/infos/manual.pdf>, consultado em 11/12/2016)
- Neto, S. S. 1979. *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Presença
- Nobre, A. 1931. “Peixes das águas doces de Portugal”, *Boletim do Ministério da Agricultura*, n.º 2, série I, pp. 73-112
- Nogueira, R. S. 1945. “Crítica etimológica”, *Boletim de Filologia* tomo VIII, pp. 1-56
- Nogueira, B. S. 2000. “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”, in *História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 142-201
- Noll, V. 2006. “La aglutinación del artículo árabe al en el léxico español”, in Arnold, R. e Langenbacher-Liebgott, J.(ed.). *Cosmos Léxico. Contribuciones a la lexicografía y a la lexicología hispánicas*, Frankfurt-am-Main: Lang, pp. 35-49, disponível em <<http://www.uni-muenster.de/imperia/md/content/romanistik/noll/noll-art.pdf>> [consultado em 14/02/11]
- Nomenclátor de Galicia*, Santiago de Compostela: Junta da Galiza (disponível em <http://www.xunta.gal/nomenclator>, consultado em 11/12/2016)

- Noonan, M. 2010. in Hickey, R. (ed.) *The Handbook of Language Contact*, Malden/Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 48-65
- NGLEM 2010 – *Nueva Gramática de la Lengua Española – Manual*, coordenação de Guillermo Rojo, Madrid: real Academia Espanhola
- Nunes, J. J. 1918-1919. “A vegetação na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. XIII, pp. 131-175
- 1921. “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. XIII, pp. 1257- 1274
- 1925. “O elemento germânico no onomástico português”, in *Homenaje a Menéndez Pidal*, Madrid, pp. 577
- 1926. “A fauna na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. XVI, pp. 452-473
- 1933, 1934, 1935, 1936, 1937. “Os nomes de baptismo – sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, XXXI pp. 5-79, XXXII pp. 56-160, XXXIII pp. 5-72, XXXIV, pp. 107-164, XXXV, pp. 5-37
- 1989. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Lisboa: Clássica Editora
- Nunes, N. 2004. “Alcunhas e nomes geográficos na literatura madeirense”, *Homenaxe a Dieter Kremer*, Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega, pp. 509-517.
- Núñez Méndez, Eva y Chakerian, Raven. “Estudio lingüístico-comparativo del siciliano y el español”, *Literatura y Lingüística* [em linha]. 2012, n.25, pp. 249-273
- Oliveira, C. P. 2006. *A diocese de Miranda do Douro no século XVIII segundo as Memórias Paroquiais de 1758*, Aveiro: Universidade de Aveiro
- Pace, E. 2000. “Mazara del Vallo: the most Arab city in Italy”, in Turton, D. e González, J. *Ethnic Diversity in Europe: Challenges to the Nation State*, Bilbao: Universidade de Deusto, pp. 111-118
- Paredes Guillén, V. 1886. *Origen del Nombre de Extremadura; el de los antiguos y modernos de sus comarcas, ciudades, villas, pueblos y ríos; situación de sus antiguas poblaciones y caminos*, Plasencia: Tipografía de José Hontiveros
- Pedrero, R. 1996. “El hidrónimo prerromano Mira”, *Emerita*, vol 64, n.º 2, pp. 361-374
- Pedrosa, A. S. 1989. “As vertentes na área de São Miguel-o-Anjo”, *Revista da Faculdade de Letras-Geografia, Iséie*, vol. V, Porto, pp. 83-170
- Penny, R. 2004. *Variación y Cambio en Español*. Madrid: Gredos

- Pereira, B. 1697. *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta... Septima editio auctior, et locupletior ab Academia Eborensi*, Évora: Tipografia da Academia
- Pereira, F. A. 1933. “Glossário dialectológico dos Arcos de Val de Vez”, *Revista Lusitana*, vol. XXXI, pp. 292-300
- Pereira, A. G. 1909^a. “Novo suplemento às tradições populares e linguagem de Vila Real”; revista Lusitana, vol. XII, pp. 93-132
- 1909^b. “Tradições populares e dialecto de Penedono”, *Revista Lusitana*, vol. XII, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 298-316)
- Pereira, A. G. 1912. “Vocabulário de vários concelhos de Vila real”, *Revista Lusitana*, vol. XV, Lisboa: Imprensa-Nacional, pp. 333-350
- Pereira, G. 1894. *Estudos Eborenses. Historia, Arte, Archeologia. As Questões do Pão*, Évora: Papelaria e livraria Joaquim da Silva Nazareth
- Pervinquière, L. 1990. “La Tunisie Centrale” in *Annales de Géographie*. t. 9, n.º 48. pp. 434-455
- Picard, C. 2000. *Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe siècle) — l’Occident d’al-Andalus sous Domination Islamique*, Paris: Maisonneuve et Larose
- Piel, J.-M. 1933-1944. “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, 2, 1933-1934; pp. 105-140; 224-240; 289-314; 3, 1934-1935; pp. 37-53; 218-242; 367-394; 4, 1936; pp. 24-56; 307-322; 5, 1938; pp. 35-57; 277-288; 6, 1940; pp. 65-86; 329-350; 7, 1944; pp. 357-386
- 1937-1945. *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional
- 1947^a. “As águas na toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia*, tomo VIII, pp. 305-342
- 1947^b. “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo (capítulo de uma toponímia galego-portuguesa)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, I, pp. 153-198
- 1947^c. “Nomes de possesores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa”, *Biblos*, XXIII, pp. 143-202 e 283-407
- 1949. “Sobre o sufixo -ELLUS, -ELLA no onomástico tardio hispano-latino” *Humanitas* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), II, pp. 241-248
- 1952. “Penaguião, -gal. Goyán, Goyáns, Goyás, etc.”, *Boletim de Filologia*, tomo XIII, pp. 148-150

- 1952. “Cotovelo”, *Boletim de Filologia*, t. XIII, 1952, pp. 143-150
- 1953. *Miscelânea de Etimologia Portuguesa e Galega*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis
- 1968. «Beitrage zur spanischen und portugiesischen Phytotoponomastik, I», *Litterae Hispanae et Lusitanae*, 340, pp. 331-348; «Beitrage zur spanischen und portugiesischen Phytotoponomastik, II», *Festschrift Wartburg*, II, Tübingen, pp. 175-194.
- 1975. “Novos fragmentos de toponímia galega oriunda de nomes latinos de senhorios rurais medievos”, *Verba* vol. 2, pp. 45-58
- 1976. *Aspectos da toponímia pré-árabe ao sul do Tejo*, separata de *A Cidade de Évora*, n.º 59
- 1979. “Considerações gerais sobre toponímia e antroponímia galegas”, *Verba*, 6, pp. 5-11
- 1980. “Beiträge zur Kenntnis der toponymischen Mozarabismen Südportugals”, in Bork, H. D. et alii (eds.) *Romanica Europaea et Americana. Festschrift für Harri Meier*, Bona: Bouvier Verlag Hermann Grundmann, pp. 437-442
- 1981. “Ensaio de Etimologia Portuguesa e de História das Palavras”, *Revista Lusitana*, 1, pp. 99-108
- 1982. “Respiga de antroponímia galega de origem latina”, *Verba* 9, pp. 125-151
- 1989. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda
- Piel, J.M.; Kremer, D. 1977. *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel*. Heidelberg: Carl Winter
- Pimentel, A. s.d. *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa: Livraria Editora Guimarães, Libânio e C.^a
- 1908^a. *A Extremadura Portuguesa — Primeira Parte. O Ribatejo*, Lisboa: Empresa da História Portuguesa
- 1908^b. *A Extremadura Portuguesa — Segunda Parte*, Lisboa: Empresa da História Portuguesa
- Pinto, P. F. 2012. “Occitejano. Sobre a origem occitana do subdialecto do alto Tejo português”, *Açafa – Online*, n.º 5, pp. 325-342

- Pinho Leal, 1873-1890. A. S. A. B. *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etimológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira
- Pires, T. 1912. “Vocabulário alentejano”, *Revista Lusitana*, vol. XV, pp. 103-111
- PMH – *Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo VIII post Christum usque ad quintum decimum*, Academia das Ciências de Lisboa
- Pokorny, J. 1959–1989. *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*, 2 vol.. Berna e Munique (disponível em <http://www.indo-european.nl/cgi-bin/startq.cgi?flags=endnnnl&root=leiden&basename=%5Cdata%5Cie%5Cpokorny>, consultado em 21/01/08)
- Pombinho Júnior, J. A. “Vocabulário alentejano”, *Revista Lusitana*, vol. XXXIII, pp. 94-176
- Pombo, O. 2003. “Epistemologia da interdisciplinaridade”, *Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (disponível em http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf, consultado em 24/07/2011)
- 2004. *Interdisciplinaridade: Ambições e Limites*, Lisboa: Relógio d’Água
- Ponz, A. 1784. *Viage de España, o Cartas en que se da noticia de las cosas mas apreciables y dignas de saberse, que hay en ella*, tomo oitavo, Madrid: Ibarra impressor
- Priberam – *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/chave> (consultado entre 2012 e março de 2017)
- Prista, L. 1994. “Tentativa de cenário para tš > š”, in *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Edições Colibri, pp. 183-226
- Proença, R. 1991-1996 [1924-1927]. *Guia de Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Prósper, M. B. 2001. “Nuevas observaciones sobre el culto a las confluencias fluviales en el Occidente de la Península Ibérica, in Villar, F. e Fernández Álvarez, M. F. (eds.) *Religión, Lengua e Cultura Prerromanas de Hispania*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 561-570

- 2002. *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca
- Ramos, L. J. 1969. “Leirena – Estudos distritais e diocesanos. Lis e Lena”, *A Voz do Domingo*, 23/03/1963
- Ramos, R. T., 2009. “Em busca de uma caracterização geral do topónimo”, *Cadernos do CNLF*, 68 Vol. XII, n.º 9, pp. 68-78
- Rankin, R. L. 2003. “The Comparative Method”, in Joseph, B. D. e Janda, R. D., *The Handbook of Historical Linguistics*, Malden (EUA), Oxford (Reino Unido), Carlton (Austrália): Blackwell Publishing, pp. 183-212
- Raposo, E. B. P. e Nascimento, M. F. B. 2013. “Nomes próprios” in *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 991-1041
- Recio Moya, R. 1995. “Toponimia gallega y leonesa de la Sierra”, in *IX Jornadas del Patrimonio de la Sierra de Huelva. Santa Olalla, marzo de 1994*, Huelva: Diputación Provincial, pp. 117-144
- Reig, D. 2006. *Dictionnaire Arabe-Français Français-Arabe*, Paris: Larousse
- Reuter, A. E. 1938. *Chancelarias Medievais Portuguesas*, Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra
- Ribeiro, J. D. 1920. “Linguagem popular de Turquel”, *Revista Lusitana*, vol. XXVIII, pp. 87-244
- Ribeiro, J. P. 1810-1836. *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa: Academia Real das Ciências.
- Ribeiro, O. Lautensach, H. e Daveau, S. 1987. *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa: edições João Sá da Costa
- Ribeiro, O. 1945. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra: Coimbra Editora
- 1965. “A propósito de áreas lexicais no território português (algumas reflexões acerca do seu condicionamento)”, *Boletim de Filologia*, XXI, pp. 177-205
- Riesco Chueca, P. 2013. “Breves calas en la antroponimia germánica leonesa”, *Argutorio*, n.º 30, pp. 116-124
- 2008. “Nuevas conjeturas de toponimia zamorana”, *Anuario*, 359-456
- 2006. “Anotaciones toponímicas salmantinas”, *Salamanca, Revista de Estudios*, 53, 2006, pp. 185-264

- Ringe, D. 2003. *Internal reconstruction* in Joseph, B. D. e Janda, R. D., *The Handbook of Historical Linguistics*, Malden (EUA), Oxford (Reino Unido), Carlton (Austrália): Blackwell Publishing
- Ríos Camacho, X. C. 2007. “La singularidad de San Rosendo en el contexto del Monasterio de Celanova y su área geográfica. Influencias culturales andalusíes en territorios galaicos”, *Estudios Mindonienses*, 23, pp. 62-78
- 2009. *Mozarabismo en la Gallaecia Altomedieval. Estudios generales y análisis desde sus fuentes documentales monásticas (siglos VIII, IX, X y XI)*, Múrcia: Universidad de Murcia
- Rio-Torto, G. et al. 2014. “Desafios em Morfologia: história e (re)conhecimento”, in Viaro, Mario Eduardo. *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez
- 2016. *Gramática Derivacional do Português*, Coimbra: Imprensa da Universidade
- Rivas Quintas, E. 1994. *Lingua Galega, Níveis Primitivos*, Santiago de Compostela, Edicións Laiovento
- Rix, H. et al. 2001. *LIV — Lexikon de Indogermanischen Verben. Die Wurzeln un ihre Primärstammbildungen*, Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert Verlag
- Rodrigues, A. M. S. A. 2006. "A Formação da rede paroquial no Portugal medievo", in *Estudos em Homenagem do Professor José Amadeu Coelho Dias*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71-84
- Rodríguez Morales, J. 2005. “Guadarrama < Aquae dīrrama”, artigo publicado no sítio *Celtiberia.net*, em <http://www.celtiberia.net/articulo.asp?id=839> [consultado em 16/02/11]
- Roger Blench, Matthew Spriggs(eds) 1999. *Archaeology and Language I*, Routledg
- Rohlf, G. 1951. “Aspectos de toponimia española”, *Boletim de Filologia* tomo XII, pp. 229-265
- 1985. *Antroponimía e Toponomastica nelle lingue neolatine*, Tübingen: Gunter Narr Verlag
- Romer, F. E. 1998, *Pomponius Mela's Description of the World*, Ann Arbor: The University of Michigan Press
- Room, A. 2006. *Placenames of the World: Origins and Meanings of the Names for 6,600 countries, cities, territories, natural features and historic sites*, MacFarland and Company
- Rostaing, C. 1945. *Les Noms de Lieux*, Paris: Presses Universitaires de France

- RTP – *Reportório Toponímico de Portugal – Continente*, Ministério do Exército, Serviço Cartográfico do Exército, disponível em <http://www.igeoe.pt> [consultado em Abril de 2009]
- Sachs, G. 1932. *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, Jena e Leipzig: W. Gronau
- Sáez Sánchez, E. e Sáez Sánchez, C., 1996. *Colección diplomática del monasterio de Celanova (842-1230)*, Alcalá de Henares
- Sánchez-Albornoz, C. 1966. *Despoblación y Repoblación del Valle del Duero*, Buenos Aires: Instituto de Historia de España
- Sánchez Salor, E. 1978, “Un hidrónimo cacereño de la raíz *-ip: Ibor*”, *Alcántara* XXXIV, 192, págs. 16-24
- Saussure, F. 1879. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, Leipzig
- Schmid, W. P. 1982. “Der Begriff “Alteuropa” und die Gewässernamen in Polen”, *Onomastica*, 27, 55-69
- Schrijver, P. 2011. “La langue hattique et sa pertinence possible pour les contacts linguistiques préhistoriques en Europe occidentale”, in Coline Ruiz-Darasse, Eugenio R. Luján Martínez (eds.), *Contacts linguistiques dans l'Occident méditerranéen antique*, Madrid: Casa de Velázquez, pp. 241-255
- Schnetz, J. 1940 (ed.) “Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica”, in *Itineraria Romana*, II, Leipzig
- Schulten, A. 1963. *Geografía y Etnografía Antiguas de la Península Ibérica. Vol. II*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto “Rodrigo Caro” de Arqueología.
- Seco, A. L. S. H. 1853. *Memoria Historico-Chorografica dos Diversos Concelhos do Districto Administrativo de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade
- Selfa Sastre, M. 2000. *Toponimia del Valle Medio del Ésera (Huesca). Estudio lingüístico Núcleos administrativos y de población*, Universidade de Lérida
- Sergent, B. 2005. *Les Indo-Européens. Histoire, Langues, Mythes*, Paris: Éditions Payot et Rivages
- Serra, P. C. 1951. “Estudos toponímicos”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, pp. 186-194
- 1954. “Estudos toponímicos (X-XIII)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, pp. 1-32

- 1961. *Contribución Topo-Antroponímica al Estudio del Poblamiento del Noroeste Peninsular*, Madrid: Universidad de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras
- 1965. “Estudos toponímicos (XIX-XVI)”, *Boletim de Filologia*, vol XXI, pp. 99-116
- 1966. *Três Alíneas de Onomástica*, separata da revista *Labor*, n.º 252, Aveiro: Lusitânia
- 1967. *Topónimos do distrito de Aveiro*, separata do vol. XXXVII do Arquivo do distrito de Aveiro
- 1968. *Estudos Toponímicos (XXIII-XXVII). Com um aditamento sobre as Fontes Documentais da Onomástica Portuguesa*, separata da Revista Portuguesa de Filologia, vol. XV, tomos I e II, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Românicos
- 1964-1973. “Estudos Toponímicos”, *Boletim de Filologia* 22, pp. 251-262
- Sidarus, A. 1993. “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no ocidente andaluz”, *A Cidade de Évora*, n.º 71-76 (1988-1993), Câmara Municipal de Évora
- SIGNA = Sistema de Información Geográfica Nacional de España (disponível em <http://signa.ign.es/signa/>, consultado em 25/03/2014)
- Sifre, F. 2012. “Anguera”, in *Actes del XXXIII Col·loqui de la Societat d’Onomàstica (Montblanc, 21 i 22 d’octubre de 2006)*, Montblanc: Centre d’Estudis de la Conca de Barberà/Societat d’Onomàstica, pp. 35-40
- Silgo Gauche, L. 2008. “Sobre morteros ibero-latinos del valle del Ebro”, *Palaeohispanica*, 8, pp. 121-125
- Silva, A.C. F. 1990. “A Idade do Ferro em Portugal”, in Jorge de Alarcão, *Nova História de Portugal – Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 257-341
- Silva, J. A. C. 1947. *A linguagem rústica no concelho de Elvas: estudos alentejanos*, Lisboa: revista de Portugal
- Silva, L. F. 2004. *A forma urbana de IPSES/Al-Bûr/Alvor*, Tavira: Associação Campo Arqueológico de Tavira, disponível em <http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/TavRom.pdf> [consultado em 17/02/2014]
- 2006^a. *Mapa da Ocupação Romana do Sul da Lusitânia*, Tavira: Associação Campo Arqueológico de Tavira (disponível em <http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/TavRom.pdf>; consultado em 14/02/2011]

- 2006^b. *Tavira Romana*, Tavira: Associação Campo Arqueológico de Tavira (disponível em <http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/TavRom.pdf> ; consultado em 14/02/2011]
- 2010. “Etnnological Map of Pre-Roman Iberia (200 B.C.)”, versão 10 (disponível em <http://arkeotavira.com/Mapas/Iberia/Populi.htm>; consultado em 5/05/2011)
- Silveira, J. 1913. “Toponímia Portuguesa (esboços)”, *Revista Lusitana*, XVI, pp. 147-158
- 1914. “Toponímia Portuguesa (esboços)”, *revista Lusitana*, XVII, pp. 114-134
- 1922. “Toponímia portuguesa (continuação)”, *Revista Lusitana*, XXIV, pp. 189-226
- 1935. “Toponímia portuguesa (esboços) — (continuação do vol. XXIV, pág. 226)”, *Revista Lusitana*, XXXIII, pp. 223-268
- 1937. “Toponímia portuguesa (esboços) — (continuação do vol. XXIII, págs. 233-268)”, *Revista Lusitana*, XXXV, pp. 50-189
- 1940. “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, *O Instituto*, vol. 97, pp. 268-281 e 382-421
- Simkin, O. 2012. “Language contact in the pre- Roman and Roman Iberian peninsula”, in Mullen, A. E James, P. (eds.) *Multilingualism in the Graeco-Roman*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 77-105
- Simões, G. A. 1993. *Dicionário de Expressões Populares Portuguesas*, Lisboa: Publicações D. Quixote
- Simonet, F. J. 1888. *Glosario de Voces Ibéricas y Latinas usadas entre los Mozárabes*, Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet
- Sims-Williams, P. 2006. *Ancient Celtic Place-Names in Europe and Asia Minor*, Oxford RU e Boston EUA: Blackwell Publishing
- Smith, W. 1854. *Dictionary of Greek and Roman Geography*, Londres: Walton and Maberly
- Sobreira Salgado, J (1979) [1792-1797]. *Papeletas de un diccionario gallego*, ed. de J. L. Pensado Tomé, Ourense: Instituto de Estudios Orensanos (<http://sli.uvigo.es/ddd/index.html>, consultado em 15/08/2013)
- Sopher, D. E. 1955. “Arabic Place Names in Spain”, *Names. Journal of the American Name Society*, III, 1, pp. 5-13
- Sottomayor-Pizarro, J. A. 2013. “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV) Fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica – Breves apontamentos”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Volume XII, pp. 275-292

- Sousa, Fr. J. 1789. *Vestígios da Língua Árábica*, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa
- Steiger, A. 1991 [1932]. *Contribución a la Fonética del Hispano-Árabe y de los Arabismos en el Ibero-Románico y el Siciliano*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- Stewart, G. R. 1945. *Names on the Land: A Historical Account of Place-Naming in the United States*, Nova Iorque: Random House
- Szemerényi, O. J. L. 1999. *Introduction to Indo-European Linguistics*, Oxford: Oxford University Press
- Sweetser, E. E. 1990. *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press
- Taylor, J. R. 1995. *Linguistic Categorisation*, Oxford: Oxford University Press
- Teixeira, Abade T. 1910. “Vocabulário transmontano (do concelho de Moncorvo)”, *Revista Lusitana*, vol XIII, pp. 110-126
- Terés. E.1986. *Materiales para el Estudio de la Toponimia Hispanoárabe — Nómina Fluvial*, tomo I, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- 1990. “Antroponimia hispano-árabe (reflejada por las fuentes latino-romances)”, edição de Aguadé, J., Barceló, C. e Corriente, F. *Anaquel de Estudios Árabes*, I, pp.129-186
- 1991. “Antroponimia hispano-árabe (reflejada por las fuentes latino-romances)”, edição de Aguadé, J., Barceló, C. e Corriente, F. *Anaquel de Estudios Árabes*, II, pp. 13-34
- 1992. “Antroponimia hispano-árabe (reflejada por las fuentes latino-romances)”, edição de Aguadé, J., Barceló, C. e Corriente, F. *Anaquel de Estudios Árabes*, III, pp. 11-35 (disponível em <http://www.ucm.es/BUCM/>; consultado em 29/12/2010)
- Terrón Albarrán, M. 1979. “Notas de hidronimia árabe en Extremadura”, in *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*, Cáceres, pp. 767-797
- Teyssier, P. 1982. *História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa Editora
- Thomas, Juan Antonio e Lotfi Sayahi. 2005. “Morphophonological and semantic adaptation of Arabisms in Galician”, *Cahiers Linguistiques d'Ottawa* 33, pp. 23–42
- Tichelaar, T. 2002. “Toponymy and language”, in Ormeling, F., Stabe, H. e Sievers, J. *Training course on toponymy: Enschede, Frankfurt am Main, Berlin 11 August – 6 September 2002*, Frankfurt am Main, pp. 47-

57 (disponible en https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/_data_IC_Acources/_HtmlModules/_Documents/D09/documents/D09-01_Tichelaar.pdf, consultado em 23/08/2016)

TIR = Tabula Imperii Romani (Comité Español): Hoja J-29: Lisboa

Torres, C. 1992. "O Garb Al-Andaluz" in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 361-415

Torres Ortiz, M. 2005. "¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro?", *Revista Portuguesa de Arqueología*, vol. e n.º 2, 2005, pp. 193-213

Tort Donada, J. 2001. «La toponímia com a camp de coneixement interdisciplinari. Algunes bases teòriques i epistemològiques per a l'estudi dels noms de lloc», *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, N.º 86, disponible en <http://www.ub.edu/geocrit/sn-86.htm>, consultado a 17/04/2011]

Tovar, A. 1949. *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*, Buenos Aires

----- 1970. "Hidronimia europea antigua: Jarama, balsa", *Habis*, I, pp. 5-9

----- 1974. *Iberische Landeskunde II/1: Baetica*, Baden-Baden

----- 1976. *Iberische Landeskunde II/2: Lusitanien*, Baden-Baden

----- 1985. "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos" in J. de Hoz (ed.), *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas. Lisboa, 5-8 noviembre 1980*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 227-253

----- 1989. *Iberische Landeskunde III: Tarraconenses*, Baden-Baden

Trapero, M. 1997. "Para una teoría lingüística de la toponimia", in *Contribuciones al estudio de la Lingüística Hispánica. Homenaje a Profesor Ramón Trujillo* (ed. Manuel Almeida y Josefa Dorta), vol. II, La Laguna: Montesinos y Cabildo Insular de Tenerife, pp. 241-253

Tuten, D. N. 2003. *Koineization in Medieval Spanish*, Berlín/Nova Iorque: Mouton de Gruyter

Untermann, J. 1961. *Sprachräume und Sprachbewegungen im vorrömischen Hispanien*, Wiesbaden: Harrassowitz

----- 1965. *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid

----- 1985. "Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas" in Hoz, J. de (ed.). *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad, p. 343-363

- 1987. “Lusitanisch, keltiberisch, keltisch”, *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas* (Vitoria 1985), *Veleia* 2-3, pp. 57-76
- 1997. *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden: Reichert
- 2001. *Die vorrömischen Sprachen der iberischen Halbinsel. Wege und Aporien bei ihrer Entzifferung*, Wiesbaden: Westdeutschen Verlag
- Vallejo Ruiz, J. M. 2005. *Antroponimia Indígena de la Lusitania romana*. Anejos de *Veleia*. Series Minor 23 23
- Varela Sieiro, X. 2007. “Léxico cotián de procedencia árabe na documentación latina de Galicia”, in González Fernández, H. e Lama López, M. X. *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos*, Corunha: Ediciós do Castro / Asociación Internacional de Estudos Galegos / Filoloxía Galega (Universidade de Barcelona), pp. 889-898
- Vargens, J. B. M. 1999. *Arabismos na Língua Portuguesa (Subsídios para um estudo do léxico português de origem árabe)*, Lisboa: Faculdade da Letras da Universidade de Lisboa
- Vasconcelos, J. L. 1884. *Diccionario da Chorographia de Portugal*, Porto: Livraria Portuense de Clavel
- 1887-1889. “Ensaio de Onomatologia Portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 1, pp. 45-53
- 1892. “Nota sobre a linguagem de Gil Vicente”, *Revista Lusitana*, vol. 2, pp. 340-342
- 1895. “Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal”, *Archeologo Portuguez*, vol.1, n.º 3, pp. 65-92
- 1900. *Estudos de Philologia Mirandesa*, vols. I, Lisboa: Imprensa Nacional
- 1901. *Estudos de Philologia Mirandesa*, vols. II, Lisboa: Imprensa Nacional
- 1902. “Grammatica histórica da língua portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. VII, pp. 149-155
- 1900-1901. “Onomasticon lusitanien”, *Revista Lusitana*, VI, pp. 230/231
- 1903-1905. “Notas Philologicas”, *Revista Lusitana*, VIII, pp. 63-70
- 1908. “Romanço moçarábico”, *Revista Lusitana*, vol. XI, pp. 354
- 1917. “Por Tras-os-Montes”, *O Archeologo Português*, vol. XXII, pp. 1-53
- 1918. “Amostra de toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, XXI, pp. 58-63

- 1920. “Congeitaria, Congeito, Congestas, bonança, Venade, Dadim, Espassande, silva”, *Revista Lusitana* vol. XXIII, pp. 186-188
- 1925-1927. “Linguagem de San Martin de Trevejo”, *Revista Lusitana*, XXVI, pp. 247-259
- 1926. *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional
- 1929. *Opúsculos – volume IV – Filologia (parte II)*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- 1931. *Opúsculos – vol. III. – Onomatologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade
- 1932. “Toponímia”, *Revista Lusitana*, vol. XXX, pp. 307-310
- 1932. *Portucale*, V, pp. 3-6
- 1933. “Português dialectal da região de Xalma”, *Revista Lusitana*, XXXI, pp. 164-275
- 1934. “Toponímia coimbrã (breves deambulações pelo distrito)”, *O Instituto*, vol. 87, pp. 394-497
- 1939. “Ementas gramaticais”; *Revista Lusitana*, vol. XXXVII, pp. 5-31
- 1991 [1905]. *Religiões da Lusitânia*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- Velaza Frías, J. 2011. “Los contactos lingüísticos en la Hispania prerromana y romana” in Coline Ruiz-Darasse, Eugenio R. Luján Martínez (eds.), *Contacts linguistiques dans l'Occident méditerranéen antique*, Madrid: Casa de Velázquez, pp. 89-101
- Velho, Martim 1981. “Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sadun Surunbaqi. A localização de Monsalude”, in *Proceedings of the ninth Congress of the Union Européenne d'Arabisants et Islamisants*, Leiden, pp. 270-287
- Vennemann, T. 2003. *Europa Vasconica-Europa Semitica*, Patrizia Noel Aziz Hanna ed. *Trends in Linguistics: Studies and Monographs*, 138, Berlin, Mouton de Gruyter
- Ventura, L. e Veloso, M. T. 1978. *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra: Universidade de Coimbra
- Vernet Ginés, J. 1960. “Toponímia arábica” in *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- Versteegh, K. 2001. *The Arabic Language*, Edimburgo: Edinburgh University Press
- 2010. “Contact and the development of Arabic, in Hickey, R. (ed.) *The Handbook of Language Contact*, Malden/Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 634-651
- Viaro, M. E. 2004. *Por trás das Palavras: Manual de Etimologia do Português*, São Paulo: Editora Globo

- 2011. *Etimologia*, São Paulo: Contexto
- 2013. “A morfologia histórica e os estudos etimológicos da língua portuguesa”, *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Número especial, pp. 39-64
- (org.) 2014. *Morfologia Histórica* [livro eletrônico], São Paulo: Cortez
- Vicente, A. 2006. *El Proceso de Arabización de Alandalús*, Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo
- Vicente, M. G. A. S. 2013. *Entre Zêzere e Tejo – Propriedade e Povoamento (séculos XII- XIV)*; Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Vilar Pacheco, J. M. 2010. “La Cambra de las Palabras: Algunos Apuntes sobre Onomástica Serrana (Nombres Propios de la Sierra)”, *Rehalda*, n.º 13, pp. 9-18
- Villar, F. 1993. “The Indo-European /a/ and /o/ revisited” in B. Brogyanyi e R. Lipp (eds.). *Comparative-Historical Linguistics: Indo-European and Finno-Ugric*, Amsterdam/Philadelphia, pp. 139-160
- 1994-1995. “*Marandigui*. Un nuevo epíteto de la divinidad lusitana *Reve*”, *BN NF* 29-30.3, pp. 247-254.
- 1995, *Estudios de Celtibérico y de Toponimia Prerromana*, Ediciones Universidad de Salamanca
- 1996. *Los Indoeuropeos y los Orígenes de Europa*, Madrid: Editorial Gredos
- 2000. *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania Prerromana*, Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca
- Villar. F. e Prósper, B. M. 2005. *Vascos, Celtas e Indoeuropeos: Genes y Lengua*, Salamanca, Universidad de Salamanca
- VOLP 2009 – Casteleiro, J. M. (coord.). *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora
- Wagner, M.L. 1934. *Revista de Filología Española*, XXI, pp.239-240
- Watkins, C. 1995. “El Proto-Indoeuropeo” in Ramat, A. G. e Ramat, P. (eds.), *Las Lenguas Indoeuropeas*, Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 57-117
- (ed.) 2000. *The American Heritage Dictionary of Indo-European Roots*, Boston/Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company
- Wheeler, G. H. “Errors in the Itinerary of Antoninus”, *The English Historical Review*, Vol. 35, No. 139 (Jul., 1920), pp. 377-382

- Williams, E. B. 2001 [1938]. *Do Latim ao Português*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro
- Witczak, K. T. 2009. “Lusitanian Personal Names with the Equine Motivation” *Lingua Posnaniensis*, vol. LI
- Wodtko, D. S. et al. 2008. *Nomina im Indogermanischen Lexikon*, Heidelberg: Universitätsverlag Winter
- Wrede, F. 1891. *Über die Sprache der Ostgoten in Italien*, Estrasburgo: Karl J. Trübner
- Wright, R. 2015. “Galician before 1250”, in D’Emilio, J. (ed.). *Culture and Society in Medieval Galicia*, Brill, pp. 843-861
- Zêzere, J. L. 1991. “As costeiras a norte de Lisboa: evolução quartenária e dinâmica actual das Vertentes”, *Finisterra*, XXVI, 51, pp. 27-56